00100.135640/2023-14

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVIII SUP. ÚNICO AO Nº 129, QUARTA-FEIRA, 2 DE AGOSTO DE 2023

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)
1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL)
2º Vice-Presidente

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)
2º Secretário

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1ª - Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)
2ª - Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC)
3º - Senador Dr. Hiran (PP-RR)
4º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quesia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL E SUBCOMISSÃO

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de junho de 2023 6

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de junho de 2023 21

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de julho de 2023 22

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de julho de 2023 23

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de julho de 2023 63

1.2 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Ata da 17ª Reunião, Ordinária, realizada em 28 de junho de 2023 64

1.3 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Ata da 15ª Reunião, Ordinária, realizada em 6 de julho de 2023 99

1.4 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de junho de 2023 144

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de julho de 2023 171

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de julho de 2023 225

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de julho de 2023 227

1.5 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de junho de 2023 228

1.6 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de junho de 2023 240

1.7 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.135640/2023-14

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de junho de 2023 277

1.8 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de maio de 2023 278
Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de maio de 2023 307
Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de maio de 2023 336
Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de maio de 2023 365
Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de junho de 2023 402
Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de junho de 2023 420
Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de junho de 2023 447
Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de junho de 2023 480
Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de junho de 2023 516
Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de junho de 2023 548
Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de junho de 2023 568
Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de junho de 2023 599
Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de junho de 2023 645
Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de junho de 2023 673
Ata da 40ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de junho de 2023 697
Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de junho de 2023 715
Ata da 42ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de julho de 2023 746
Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de julho de 2023 773
Ata da 44ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de julho de 2023 814
Ata da 47ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de julho de 2023 830
Ata da 48ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de julho de 2023 875

1.8.1 – SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER E AVALIAR O ENSINO MÉDIO NO BRASIL

Ata da 4ª Reunião, realizada em 17 de maio de 2023 917
Ata da 5ª Reunião, realizada em 31 de maio de 2023 947
Ata da 6ª Reunião, realizada em 14 de junho de 2023 981
Ata da 7ª Reunião, realizada em 28 de junho de 2023 999
Ata da 8ª Reunião, realizada em 5 de julho de 2023 1026

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 9ª Reunião, realizada em 12 de julho de 2023 1067

1.9 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de maio de 2023 1082
Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de junho de 2023 1099
Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de junho de 2023 1104

1.10 – COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de maio de 2023 1134
Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de junho de 2023 1152
Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de junho de 2023 1158
Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de junho de 2023 1173
Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de julho de 2023 1201
Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de julho de 2023 1234
Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de julho de 2023 1267

1.11 – COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA - CDD

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de julho de 2023 1334

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e dezenove minutos do dia vinte e sete de junho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Humberto Costa, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete da Silveira, Leila Barros, Marcelo Castro, Alessandro Vieira, Flávio Arns, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Paulo Paim, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Fabiano Contarato, Romário, Jaime Bagattoli e Laércio Oliveira, e ainda do Senador Mecias de Jesus, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jayme Campos, Giordano, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Jussara Lima, Ana Paula Lobato, Eduardo Girão, Wilder Morais, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4659, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para dispor sobre o direito de mães e pais que estejam acompanhando seus filhos com patologias graves ou hospitalizados justificar suas faltas ao trabalho." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2854, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui a obrigatoriedade de coleta e preservação de material biológico para posterior realização de exames etílico e toxicológico em pessoas envolvidas em acidentes de trânsito de que resultem vítimas." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5450, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, para permitir a participantes e assistidos de plano de previdência complementar optarem pelo regime de tributação quando da obtenção do benefício ou do resgate dos valores acumulados." **Autoria:** Senador Jorginho Mello (PL/SC). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 49, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 21/2023 - CAS seja incluída a convidada que especifica." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senador Humberto Costa (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 51, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a criação do Dia Nacional do Paciente Oncológico." **Autoria:** Senador Romário (PL/RJ), Senador Humberto Costa (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 53, de 2023** que: "Requer a criação de Subcomissão Permanente, composta de 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, com o objetivo de acompanhar e aprimorar as políticas públicas direcionadas às pessoas com doenças raras,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a ser intitulada como Subcomissão Permanente de Direitos das Pessoas com Doenças Raras (CASRARAS)." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 54, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 21/2023 - CAS, seja incluído o convidado que especifica." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 57, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater e divulgar o Pacto Nacional pela Consciência Vacinal, iniciativa do Conselho Nacional do Ministério Público/CNMP." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 58, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 41/2023 - CAS, do REQ 44/2023 - CAS e do REQ 48/2023 - CAS sejam incluídos os convidados que especifica." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 59, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao REQ 32/2023 - CAS, para que sejam incluídos convidados na Audiência Pública com o objetivo de ouvir as principais redes sociais e plataformas de mídia sobre a possibilidade da utilização da inteligência artificial e algoritmos na busca por uma alternativa que possam diminuir a avalanche de atos de violência que estamos enfrentando no nosso Brasil e também os altos índices de suicídio." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 60, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a importância da medicina integrativa e como ampliar sua utilização." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 61, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a prescrição indiscriminada de medicação para tratamento do TDAH e de outras doenças neurológicas ou neuropsiquiátricas em crianças e adolescentes, como o medicamento Ritalina." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 62, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 21/2023 - CAS sejam incluídos os convidados que especifica." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senador Humberto Costa (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 63, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1140/2021, que “acrescenta o art. 267-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para punir a conduta do profissional de saúde que deixa de aplicar vacina ou simula sua aplicação em pessoa que se submete à imunização” e apensados." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 64, de 2023** que: "Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao REQ nº. 50/2023 - CAS, a inclusão do período em que as atividades da diligência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de que trata a matéria supracitada serão desenvolvidas, conforme programação que apresenta." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinquenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/06/27

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento dos seguintes expedientes:

– Cópia do Ofício nº 456, de 2023, da Câmara Municipal de Jundiaí, São Paulo, o qual encaminha moção de apoio ao Projeto de Lei nº 1.061, de 2023, em tramitação na Câmara dos Deputados, que obriga o Estado a fornecer assistência médica, remédios e acompanhamento médico ao policial ou aos seus familiares quando ficar comprovado que o problema de saúde é decorrente da atividade policial;

– Cópia de correspondência eletrônica da Associação dos Conselheiros Recursais da Previdência Social (Acorprev), a qual encaminha informações e demandas da associação relativas a questões trabalhistas;

– Cópia do Ofício nº 651, de 2023, da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, o qual encaminha moção para que o Congresso Nacional envide esforços para a redução da idade permitida para o trabalho na condição de menor aprendiz;

– Cópia de correspondência da bióloga Patricia Prado, a qual encaminha nota sobre a questão da desnutrição nas áreas ianomâmis;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– Cópia do Ofício nº 147, de 2023, da Câmara Municipal de Adamantina, São Paulo, o qual encaminha moção de apoio à mobilização nacional dos agentes comunitários de saúde e agentes de controle de endemias para a luta permanente em defesa dos direitos da categoria, em especial da regulamentação de aposentadoria especial e adicional de insalubridade;

– Cópia do Ofício nº 301, de 2023, do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, contendo considerações sobre o edital do programa de provimento do Ministério da Saúde – Projeto Mais Médicos para o Brasil.

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão, e fica consignado o prazo de 15 dias para a manifestação dos Senadores, a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados ao final do prazo.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais, como nas matérias terminativas.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, eu queria registrar aqui no dia de hoje a realização, a partir do próximo domingo, da Conferência Nacional de Saúde, conferência que acontece agora, no início do atual Governo, após a realização de milhares de conferências municipais, dezenas de conferências estaduais, culminando com a realização da conferência nacional. E ela acontece num momento duplamente importante. Importante porque nós temos, com a realização da conferência, o cumprimento do princípio constitucional, da diretriz que caracteriza o SUS da participação popular, da participação social, em que os usuários, os trabalhadores da área da saúde, os gestores públicos da área da saúde participam, discutindo a situação atual do Sistema Único de Saúde, os planos para os próximos anos, os principais problemas, inclusive deliberando sobre esses temas tão relevantes.

Será, sem dúvida, uma oportunidade ímpar para que os usuários, os trabalhadores, a população, os gestores possam pensar o SUS dos próximos anos, possam aprovar as medidas emergenciais que estão sendo implementadas e aprovar também o planejamento que vem sendo feito pelo Ministério da Saúde para o Sistema Único de Saúde nos próximos anos. E é importante também porque, neste momento, o Ministério da Saúde se encontra sob um ataque especulativo de forças conservadoras, de forças fisiológicas que pretendem utilizar o espaço do Ministério da Saúde não para fazer a política de saúde, mas para atender a interesses políticos menores e a outras coisas de que eu não quero nem falar aqui, mas que cada um sabe claramente do que se tratam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ministério da Saúde, ao longo desses últimos seis anos, foi transformado num instrumento do pior tipo de realização de política pública, de política, digamos, de um modo geral. Políticas públicas importantes foram desmontadas. O Programa Nacional de Imunizações, que era o mais importante do mundo, reconhecido em todo o mundo, foi desmontado.

O Governo e o Ministério da Saúde deram apoio implícito ao movimento hoje forte na sociedade brasileira, que é o movimento antivacina. Nós tivemos programas relevantes, como o Farmácia Popular, o Brasil Sorridente, a própria política estratégica do Saúde da Família, que foram desmontados, que foram reduzidos no seu alcance, na sua importância, na sua efetividade. Para não falar da condução que nós vimos do enfrentamento à pandemia da covid-19. Ou seja, o Ministério da Saúde foi totalmente descaracterizado, foi totalmente desrespeitado na sua função histórica e constitucional.

Pois bem, com a eleição do atual Governo, as coisas começaram a mudar. Num espaço de tempo curto, nós retomamos o Programa Nacional de Imunizações, nós retomamos programas importantes como o Mais Médicos, a Farmácia Popular, o Brasil Sorridente. A Ministra Nísia Trindade tem sido um exemplo importante de defesa do projeto histórico do Sistema Único de Saúde. E, agora, essas forças reacionárias, conservadoras, fisiológicas querem a destituição da ministra para em seu lugar certamente colocar alguém – eu não quero nem fazer julgamento de quem quer que seja –, mas não para implementar esse projeto político.

Na condição de Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, eu quero manifestar o meu mais veemente repúdio a essa tentativa que essas forças querem implementar de tomar o Ministério da Saúde para atender a interesses que certamente não são os interesses da população que usa o Sistema Único de Saúde e que depende das políticas públicas de saúde. E, ao mesmo tempo também, manifestar o meu mais integral apoio à gestão da Ministra Nísia Trindade, a primeira mulher a exercer a função de Ministra da Saúde, uma cientista qualificada, respeitada, que vem implementando à risca o programa que foi aprovado na campanha eleitoral, pelo voto da população brasileira, para a área da saúde, que foi uma participante ativa do processo de transição, que conhece os problemas do Sistema Único de Saúde. Se ela tiver a oportunidade de ter o tempo necessário para implementar as suas ações, nós teremos, sem dúvida, uma melhora significativa da saúde do nosso país.

Eu quero não somente externar essa posição minha, pessoal, mas eu quero conclamar os Senadores desta Casa a manifestarem também o repúdio a essa tentativa indecorosa de submeter o Ministério da Saúde a interesses políticos menores e, ao mesmo tempo, manifestarem também o apoio à gestão da Ministra Nísia Trindade, do grupo que está à frente do Ministério da Saúde.

Bom, era isso que eu gostaria de manifestar e também convidar os Senadores a participarem, no próximo domingo, da abertura da Conferência Nacional de Saúde. Nós recebemos já a comunicação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

convidando esta Comissão. Lá estaremos e espero que outros Senadores e Senadoras estejam, para reforçar a Conferência Nacional de Saúde.

Mas Sras. Senadoras, Srs. Senadores, nós temos uma pauta bastante grande. (*Pausa.*)

Eu vou iniciar a pauta pelo item 9, pedindo autorização a todos os Senadores que estão presentes remotamente. É o Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 58, deste ano. O autor é o Senador Paulo Paim.

Eu passo a palavra ao Senador Paim para a leitura do requerimento.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 58, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 41/2023 - CAS, do REQ 44/2023 - CAS e do REQ 48/2023 - CAS sejam incluídos os convidados que especifica.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria:

Relatório:

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Presidente Humberto Costa, o meu cumprimento pela sua análise em relação ao Ministério da Saúde. Já aqui declaro total concordância com V. Exa. Acho que a Ministra da Saúde está fazendo um bom trabalho e, lamentavelmente, há ataques desprovidos de fato real e argumentos falaciosos em relação a ela. Por isso, eu me sinto contemplado, na íntegra, com o seu pronunciamento em solidariedade à ministra.

Mas, Presidente, esse nosso requerimento vai sobre um tema que é a acupuntura. Eu estou tentando resumir aqui, porque, realmente, é um tema polêmico. Os médicos estão divididos e os profissionais da área também estão divididos. Por isso, vou ler aqui a justificativa, que é muito pequena.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O presente requerimento tem por objetivo elencar os 12 convidados que participarão das audiências a serem realizadas, nesta Comissão, com o objetivo de debater o PL 5.983/2019, do qual sou o Relator. Por orientação de V. Exa., eu assumi a relatoria e, claro, outros setores se movimentaram nesse sentido.

Salientamos que, conforme acordo com os Senadores proponentes dos Requerimentos 41, 44 e 48, juntamente com o Presidente deste Colegiado, realizaremos, então, duas audiências públicas. A primeira terá a participação dos seis primeiros convidados listados e a segunda, com os últimos seis constantes do presente requerimento.

Dessa forma, cumprindo o acordo firmado entre os Senadores, que foi dialogado também com as Senadoras, ficou consignado que participarão das audiências apenas os convidados elencados no presente requerimento, para que não se dê nenhum atropelo, como já aconteceu, por ser um tema muito polêmico.

Nesse sentido, pedimos o apoio dos pares para a aprovação. Se V. Exa. entender necessário, eu faço a leitura, mas são 12 nomes, senão, V. Exa. consideraria como lido.

V. Exa. entende que eu devo ler o nome dos convidados?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu creio que não se faz necessário, a não ser que V. Exa. deseje fazê-lo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Está publicado. Todos os que participaram desse acordo, mediado por V. Exa., concordaram com essa relação. Quem quiser saber o nome, de um por um, é só ter acesso à nossa Comissão de Assuntos Sociais.

É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não. Agradeço a V. Exa. a leitura do requerimento com a indicação dos membros convidados para participarem desta audiência pública sobre a regulamentação da profissão de acupunturista.

De imediato, eu coloco em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação a proposta.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Serão tomadas as medidas necessárias para a realização da audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço ao Senador Paulo Paim.

Na sequência, nós vamos ler aqui três requerimentos que foram apresentados por mim, vamos discuti-los e votá-los. Daqui a pouco, leirei também um requerimento do Senador Romário e daremos sequência à nossa sessão.

O requerimento primeiro é o do item 8. É o requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 57, de nossa autoria.

Passo à leitura.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 57, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater e divulgar o Pacto Nacional pela Consciência Vacinal, iniciativa do Conselho Nacional do Ministério Público/CNMP.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O item 14 é também um requerimento de nossa autoria, o de nº 63 desta Comissão.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 63, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1140/2021, que "acrescenta o art. 267-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para punir a conduta do profissional de saúde que deixa de aplicar vacina ou simula sua aplicação em pessoa que se submete à imunização" e apensados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)

Para essa audiência, nós propomos a presença dos seguintes convidados: a Exma. Ministra Nísia Trindade; o Sr. Jarbas Barbosa, que é o Diretor da Organização Pan-americana de Saúde; o Exmo. Sr. Carlos Alberta Vilhena, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão, do Ministério Público; o Exmo. Sr. Jayme Martins de Oliveira Neto, Presidente da Comissão de Saúde do Conselho Nacional do Ministério Público; o Sr. Fábio Baccheretti Vitor, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde; o Sr. Wilames Freire Bezerra, Presidente do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde; o Sr. Fernando Zasso Pigatto, Presidente do Conselho Nacional de Saúde.

Portanto, os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O terceiro é um requerimento de nossa autoria também.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 64, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao REQ nº. 50/2023 - CAS, a inclusão do período em que as atividades da diligência de que trata a matéria supracitada serão desenvolvidas, conforme programação que apresenta.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)

Esse requerimento diz respeito a uma diligência que será realizada no Estado de Pernambuco, relativa ao funcionamento e às condições do metrô da cidade do Recife, que é parte da Companhia Brasileira de Transportes Urbanos. Então, as reuniões organizatórias: equipe da CBTU/Recife, Força de Segurança Pública do Estado de Pernambuco e Polícia Federal, verificação de auditórios para a realização de audiências públicas e outras medidas.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 51, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a criação do Dia Nacional do Paciente Oncológico.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ) e outros

Eu subscrevo o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Pausa.*)

Bem, nós estamos com uma dificuldade, porque presente está o Senador Paulo Paim, mas nós não temos o quórum para a votação de projetos terminativos nem os relatores.

Então, eu vou colocar em votação um único projeto, que é não terminativo, de autoria do Senador Jorginho Mello. O Relator é o Senador Styvenson Valentim.

Eu peço ao Senador Paulo Paim que possa ser o Relator *ad hoc*, para que possamos, pelo, menos votar essa matéria no dia de hoje.

Senador Paim, essa matéria consta da pauta desde a reunião de 31 de maio de 2023.

A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para, na condição de Relator *ad hoc*, fazer a leitura do relatório. (*Pausa.*)

Senador Paim, por favor, ative o seu som.

V. Exa. com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu realmente iria falar sobre esse projeto. Eu pediria a V. Exa. que eu fizesse aqui uma breve explanação da situação desse projeto.

O projeto estabelece que os participantes de plano de previdência complementar possam optar pelo regime de tributação no momento da obtenção do benefício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero elogiar o autor e o Relator pela importância da matéria, que beneficiará os contratantes dos planos de previdência privada, mas ressalto que o Projeto de Lei 5.513, de 2019, de minha autoria, com o mesmo teor, foi aprovado nesta Casa em maio de 2022. A matéria já tramita na Câmara dos Deputados, com aprovação já acontecida na Comissão de Seguridade Social e Família, aguardando agora deliberação da Comissão de Finanças e Tributação.

Entendo que a Casa precisa estar atenta a todos os projetos – porque eu sei que foi emendado e que seguirá para essas Comissões – para que a gente não tenha que deliberar sobre o mesmo tema. Eu não tenho nenhum problema de dar, de imediato, se assim V. Exa. entender... Porque, se ele for para a Câmara, vai reforçar o projeto que está lá e ficar apensado. Como o projeto se resume a isso que já falei, e é um projeto inclusive que eu aprovei lá atrás, se V. Exa. concordar, eu dou o parecer pela aprovação do projeto, e ele vai para a Câmara dos Deputados. Será apensado a um outro nosso que está lá.

Estou consultando V. Exa. pela coincidência, mas eu não tenho problema nenhum. Eu sempre disse que o importante é a criança nascer, e não ficar a vida toda brigando pela paternidade. Pai é aquele que cuida, efetivamente, da criança ao longo da sua vida. Mas, se V. Exa. entender – eu não sou contra a aprovação –, eu faria a leitura só da análise, e votamos simbolicamente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu sugiro uma outra coisa. Na verdade, na medida em que V. Exa. traz essa informação relevante de que um projeto de conteúdo semelhante foi aprovado no ano passado, sendo de autoria de V. Exa...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Isso. Foi isso.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... e que já está, inclusive, na Câmara dos Deputados, já tendo passado pela Comissão...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Já foi aprovado numa Comissão lá.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... eu sugiro que nós suspendamos essa leitura e essa votação e que possamos, ao longo da próxima semana, entrar num entendimento com o Relator Styvenson, já que o autor, atualmente, é o Governador do Estado de Santa Catarina, para que nós, então, possamos dar um encaminhamento em comum, porque também...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – O.k., o.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... não faz sentido, se realmente é da forma como V. Exa. está colocando...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – É exatamente igual.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... e eu acredito – não faz sentido esse retrabalho.

Então, nós suspendemos...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – O.k., Presidente, sob a sua orientação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu vou passar à leitura dos requerimentos da Senadora Mara Gabrilli. Eu os subscrevo e passo à leitura.

O primeiro é o item 4.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 49, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 21/2023 - CAS seja incluída a convidada que especifica.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na audiência pública objeto do Requerimento 21/2023-CAS, seja incluído o seguinte convidado: a Dra. Camilla Varella, representante da Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Coloco em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o apoiam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo requerimento da Senadora Mara Gabrilli.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 62, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 21/2023 - CAS sejam incluídos os convidados que especifica.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP) e outros

Também o subscrevo e passo à leitura.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública objeto do Requerimento nº 21/2023-CAS sejam incluídos os seguintes convidados: o Sr. Emerson Damasceno, Presidente da Comissão Nacional da Pessoa Autista do Conselho Federal da OAB; e a Sra. Silvana Drago, Conselheira do Conselho Municipal de Educação de São Paulo.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 62, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 21/2023 - CAS sejam incluídos os convidados que especifica.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP) e outros

Os senadores e senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Quero lembrar que, no dia 29 de junho, quinta-feira, às 9h30, teremos reunião desta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão, em forma de audiência pública, destinada a debater a saúde mental dos brasileiros, a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, as estratégias públicas da atenção à saúde mental e a capacidade do Sistema Único de Saúde para atender ao aumento da demanda por atendimentos nessa área.

Convoco para o dia 5 de julho, quarta-feira, às 9h, reunião extraordinária desta Comissão destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo o comparecimento dos Senadores e Senadoras que se fizeram presentes.

Muito obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 50 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e quarenta e dois minutos do dia vinte e nove de junho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Eduardo Girão, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Leila Barros, Izalci Lucas, Alan Rick, Zenaide Maia, Paulo Paim, Fabiano Contarato e Laércio Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Ivete da Silveira, Styvenson Valentim, Flávio Arns, Mara Gabrilli, Jussara Lima, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Romário, Wilder Morais, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 10/2023 - CAS, de autoria Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Finalidade:** Debater a saúde mental dos brasileiros, a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, as estratégias públicas de atenção à saúde mental e a capacidade do Sistema Único de Saúde para atender ao aumento da demanda por atendimentos nessa área. **Participantes:** Fábio Gomes de Matos, Psiquiatra e Professor da Universidade Federal do Ceará; Alessandra Xavier, Professora e fundadora do curso de Psicologia da Universidade Estadual do Ceará - UECE; Helena Moura, Psiquiatra e Professora da Faculdade de Medicina da Universidade de Brasília - UnB; André Brunoni, Diretor do Serviço Interdisciplinar de Neuromodulação do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP); Alejandro Vera, Psiquiatra e Coordenador do Departamento de Saúde Mental da Associação Médico Espírita do Brasil - AME Osasco; Nelson Fernandes Júnior, Vice-Presidente da Associação Pró-Saúde Mental; Leila Herédia, Representante do Centro de Valorização da Vida - CVV; Marcelo Kimati Dias, Assessor Técnico do Departamento de Saúde Mental do Ministério da Saúde; Osmar Terra, Deputado Federal; e Rose Militão, Presidente do Instituto Militão. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Eduardo Girão
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/06/29

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE JULHO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às onze horas e dois minutos do dia quatro de julho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Humberto Costa, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Alan Rick, Marcelo Castro, Carlos Viana, Efraim Filho, Zenaide Maia, Paulo Paim, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Jaime Bagattoli e Damares Alves, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra, Mecias de Jesus e Lucas Barreto, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Styvenson Valentim, Flávio Arns, Mara Gabrilli, Jussara Lima, Ana Paula Lobato, Romário, Eduardo Girão, Wilder Morais, Laércio Oliveira e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 63/2023 - CAS, de autoria Senador Humberto Costa (PT/PE). **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei nº 1140, de 2021, que "acrescenta o art. 267-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para punir a conduta do profissional de saúde que deixa de aplicar vacina ou simula sua aplicação em pessoa que se submete à imunização", e demais projetos que tramitam em conjunto. **Participantes:** Fabio Baccheretti Vitor, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde - Conass; Jarbas Barbosa da Silva Júnior, Diretor da Organização Pan-Americana de Saúde; Jadher Percio, Coordenador-Geral de Farmacovigilância do Departamento de Imunização e Doenças Imunopreveníveis da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde; Wilames Freire Bezerra, Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde; Mônica Levi, Presidente da Sociedade Brasileira de Imunizações; e Jayme Martins de Oliveira Neto, Presidente da Comissão de Saúde do Conselho Nacional do Ministério Público. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Humberto Costa
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/07/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JULHO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e cinquenta e cinco minutos do dia cinco de julho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Humberto Costa, Zenaide Maia e Ana Paula Lobato, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Alan Rick, Carlos Viana, Efraim Filho, Mara Gabrilli, Jussara Lima, Paulo Paim, Otto Alencar, Nelsinho Trad, Eduardo Girão, Dr. Hiran e Damares Alves, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Mecias de Jesus e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Styvenson Valentim, Flávio Arns, Romário, Wilder Morais e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4659, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para dispor sobre o direito de mães e pais que estejam acompanhando seus filhos com patologias graves ou hospitalizados justificar suas faltas ao trabalho." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator, para reexame. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2854, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui a obrigatoriedade de coleta e preservação de material biológico para posterior realização de exames etílico e toxicológico em pessoas envolvidas em acidentes de trânsito de que resultem vítimas." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5450, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, para permitir a participantes e assistidos de plano de previdência complementar optarem pelo regime de tributação quando da obtenção do benefício ou do resgate dos valores acumulados." **Autoria:** Senador Jorginho Mello (PL/SC). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 126, de 2020 - Terminativo -** que: "Regulamenta o cancelamento do registro a pedido junto aos conselhos de classe de sua profissão." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1211, de 2020 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional da Diálise." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e pela rejeição da Emenda nº 1-T. **Resultado:** Aprovado o Projeto e rejeitada a Emenda nº 1-T. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1494, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Autoriza o uso do atendimento na modalidade telessaúde para fins fisioterapêuticos e terapêuticos ocupacionais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1438, de 2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2017) - Não Terminativo -** que: "Autoriza a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ozonioterapia no território nacional." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao Projeto de Lei nº 1438, de 2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2017). **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei nº 1438, de 2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2017). **Observação:** 1- Manifesta-se pela abstenção o Senador Dr. Hiran. 2- Aprovada a apresentação ao Plenário do Senado do Requerimento nº 67-2023-CAS, que requer urgência para a matéria. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 2248, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre o direito da criança e do adolescente de visitação à mãe ou ao pai internados em instituição de saúde." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 53, de 2023** que: "Requer a criação de Subcomissão Permanente, composta de 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, com o objetivo de acompanhar e aprimorar as políticas públicas direcionadas às pessoas com doenças raras, a ser intitulada como Subcomissão Permanente de Direitos das Pessoas com Doenças Raras (CASRARAS)." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 54, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 21/2023 - CAS, seja incluído o convidado que especifica." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 59, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao REQ 32/2023 - CAS, para que sejam incluídos convidados na Audiência Pública com o objetivo de ouvir as principais redes sociais e plataformas de mídia sobre a possibilidade da utilização da inteligência artificial e algoritmos na busca por uma alternativa que possam diminuir a avalanche de atos de violência que estamos enfrentando no nosso Brasil e também os altos índices de suicídio." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 60, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a importância da medicina integrativa e como ampliar sua utilização." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 61, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a prescrição indiscriminada de medicação para tratamento do TDAH e de outras doenças neurológicas ou neuropsiquiátricas em crianças e adolescentes, como o medicamento Ritalina." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 65, de 2023** que: "Em aditamento aos REQ nº. 50/2023 - CAS e REQ nº. 64/2023 - CAS, e considerando os ajustes necessários para realização das atividades propostas nas citadas matérias, roga, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a retificação do período da diligência objeto dos requerimentos supracitados." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE). **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Projeto de Lei n° 1096, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer a inexistência de vínculo empregatício entre confissão religiosa, incluídos igreja, instituição, ordem ou congregação, e seus ministros, pastores, presbíteros, bispos, freiras, padres, evangelistas, diáconos, anciãos ou sacerdotes." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Favorável ao Projeto com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma emenda (de redação) que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS (de redação). **Observação:** Aprovada a apresentação ao Plenário do Senado do Requerimento nº 66/2023-CAS, que requer urgência para a matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 66, de 2023** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 1096/2019, que "altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1ºde maio de 1943, para estabelecer a inexistência de vínculo empregatício entre confissão religiosa, incluídos igreja, instituição, ordem ou congregação, e seus ministros, pastores, presbíteros, bispos, freiras, padres, evangelistas, diáconos, anciãos ou sacerdotes"." **Autoria:** Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado:** Aprovada a apresentação ao Plenário do Senado Federal. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 67, de 2023** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei nº 1438, de 2022 (Substitutivo-CD), que "autoriza a ozonioterapia no território nacional"." **Autoria:** Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado:** Aprovada a apresentação ao Plenário do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/07/05

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, eu declaro aberta a 23ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais – não deixando de me desculpar aqui pelo atraso – da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião contará com a possibilidade de os Senadores votarem, por meio do aplicativo Senado Digital, tanto nas deliberações nominais como nas matérias terminativas.

Informo que o item 1, o Projeto de Lei nº 4.659, de 2019, foi retirado de pauta a pedido do Relator, o Senador Alessandro Vieira, para reexame.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 4659, DE 2019

- Terminativo -

Altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para dispor sobre o direito de mães e pais que estejam acompanhando seus filhos com patologias graves ou hospitalizados justificar suas faltas ao trabalho.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao projeto.

2- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado.

3- Em 31/05/2023, foi lido o relatório, encerrada a discussão, e adiada a votação.) (*Pausa.*)

Bom, eu peço à Senadora Zenaide que assuma, brevemente, a Presidência, para que eu possa ler aqui o relatório de um projeto cujo autor é o Senador Fabiano Contarato. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) –

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 2854, DE 2019

- Não terminativo -

Institui a obrigatoriedade de coleta e preservação de material biológico para posterior realização de exames etílico e toxicológico em pessoas envolvidas em acidentes de trânsito de que resultem vítimas.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

1- A matéria consta da pauta desde a reunião de 31/05/2023.

2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa para a leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) – Sra. Presidenta, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, vem à análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o Projeto de Lei nº 2.854, de 2019, de autoria do Senador Fabiano Contarato, que obriga a coleta e a preservação de material biológico dos envolvidos em acidentes de trânsito com vítimas (mortas ou lesionadas), bem como disciplina o uso na realização de exames para detectar a presença de álcool ou outras substâncias psicoativas no organismo desses indivíduos.

O art. 1º trata da obrigação da coleta e conservação do material, que ficará a cargo da unidade de saúde que prestar atendimento às pessoas acidentadas (art. 3º), enquanto o art. 2º esclarece que o conceito de "envolvidos" inclui todas as pessoas que tenham participado da "dinâmica" do acidente e não só condutores de veículos automotores.

Os §§1º a 3º do art. 3º ressalvam que o material biológico coletado será encaminhado, se necessário, a uma unidade de saúde que possua estrutura para conservá-lo ou ao Instituto Médico Legal (IML) da localidade e que os envolvidos que não receberem atendimento de saúde serão encaminhados diretamente pelo IML local ou, caso inexista, ao "instituto" ou serviço de saúde mais próximos, para proceder à coleta e conservação da amostra biológica.

Segundo os arts. 4º, 5º e 6º, *caput*, a autoridade policial (AP) da localidade do acidente, tão logo dele tome conhecimento, deverá requerer ao Poder Judiciário a realização de exames para detecção de substâncias psicoativas no material coletado, que ouvirá o Ministério Público (MP) para tomar sua decisão, da qual caberá recurso por parte do MP ou de qualquer envolvido no acidente. Em caso de indeferimento, o material biológico deverá ser devidamente descartado, ao passo que o deferimento implicará o envio dos resultados à autoridade policial.

Os resultados do exame serão anexados ao inquérito policial, se ele se destinar ao esclarecimento de crime de ação penal pública incondicionada (art. 6º, §1º). Caso a apuração trate de crime de ação penal privada ou pública condicionada, ou o inquérito não tenha sido aberto, os achados laboratoriais serão mantidos na sede da autoridade policial, sob sigilo e para uso oportuno na elucidação das transgressões, pelo período máximo de seu prazo prescricional ou decadencial, sendo acessíveis apenas pela AP, pelo MP e pelos envolvidos.

O art. 7º do projeto, cláusula de vigência, determina que a lei gerada por sua eventual aprovação entrará em vigor 120 dias após a data de sua publicação.

O autor aponta o grande número de mortes em acidentes nas vias do país, defendendo que são necessárias medidas sérias e efetivas para tornar o trânsito mais seguro. Desse modo, nos acidentes que resultem feridos, considera importante a realização de exames para detectar o uso de substâncias psicoativas nos envolvidos e, assim, proceder à sua eventual responsabilização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria, que não recebeu emendas, foi distribuída à apreciação da CAS e da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), cabendo à última a decisão terminativa.

Análise.

De acordo com o inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado, compete à CAS opinar sobre proposições que versem sobre proteção e defesa da saúde. Como a matéria também será apreciada pela CCJ, restringiremos a análise de mérito a esses aspectos, deixando a cargo daquela Comissão o exame de constitucionalidade.

É de conhecimento público que o Brasil tem alto índice de mortalidade por acidentes de transportes terrestres (ATT). No ano de 2021, segundo dados do Datasus, aproximadamente 33,8 mil pessoas morreram em virtude de ATT, representando cerca de 22% dos óbitos por causas externas. Entre os homens, que representam 83% das mortes, praticamente metade dos óbitos ocorre na faixa etária dos 15 aos 39 anos.

A causa desses acontecimentos é multifatorial e abrange, entre outras questões, o comportamento inadequado de condutores e, em menor medida, dos pedestres, que se apresenta em falta de atenção, em negligência e também no uso de drogas, sendo que a mais substância mais comumente utilizada é o álcool.

Nesse sentido, diferentes políticas públicas têm sido implementadas para combater o problema, atuando em diferentes segmentos, tais como a educação para o trânsito e a atividade fiscalizadora.

No âmbito legislativo, destaca-se a nova Lei Seca, de 2012, que foi alterada para banir a permissão do uso de álcool e outras substâncias que causam dependência, em qualquer quantidade, por condutores. Ressalte-se, ainda, que a Lei 9.503, de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), já proíbe a direção sob efeito de qualquer "substância psicoativa que determine dependência", embora suas determinações enfatizem o controle do álcool – que é a droga mais consumida e, por conseguinte, está associada à morbimortalidade no trânsito com maior frequência.

Cabe lembrar que estão apontados na literatura os riscos causados pelo uso de substâncias psicoativas na direção, que podem provocar alterações psicofísicas e neuromotoras nos condutores e comprometer a coordenação, a integridade dos reflexos e a visão periférica; além disso, podem modificar a percepção de velocidade, o tempo de reação, a capacidade de concentração, a vigilância e o estado de alerta e acarretar sedação, sonolência e indiferença a estímulos externos.

Assim, juntamente com o endurecimento da penalização das condutas de risco, é preciso aprimorar os mecanismos que auxiliam na responsabilização dos infratores, principalmente quando resultam em lesões corporais. Em outro prisma, a medida possibilitará verificar se os outros envolvidos no acidente, além dos condutores, contribuíram para que ele ocorresse.

Com efeito, no Brasil, importante fator contributivo para a alta transgressão reside na impunidade e na baixa resolução de crimes de todas as naturezas, elemento que está presente nos crimes de trânsito. Por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essas razões, concordamos com o mérito da matéria, motivo pelo qual julgamos que deve ser aprovada por esta Comissão.

Em vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.854, de 2019.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Eu só quero elogiar o voto, a matéria, a proposta. E é fechar o cerco, Senador – é isso aí –, é fechar o cerco!

Eu só teria uma pergunta: quando o senhor fala de outros envolvidos no acidente além dos condutores, está falando do carona também?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Sim.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eita, que ficou melhor ainda! Ficou melhor ainda, tá? Parabéns pelo voto, parabéns pela proposta!

Vamos embora votar agora, imediatamente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à CCJ.

Devolvo a Presidência ao Senador Humberto Costa. (*Pausa.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Humberto Costa, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Infelizmente, eu vou ter que sair, porque eu tenho que abrir a Comissão de Direitos Humanos.

Eu sei que foi uma exceção a mudança no horário no dia de hoje – eu faço questão de estar sempre presente aqui. E, como eu vou ter que ir para lá, eu quero só deixar que eu acompanharei – o meu voto – a todos os relatórios: favorável com o Relator.

E, terminando a outra Comissão, se aqui ainda estiverem, porque a pauta é mais longa, eu voltarei para cá.

Desde já agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Se nós precisamos do voto de V. Exa., vamos mobilizá-lo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com certeza! Pode contar com o meu voto. Se for voto nominal, é só me avisar, que eu venho votar.

O.k. e obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado, Senador Paulo Paim. (*Pausa.*)

Bem, a Senadora Zenaide tem um requerimento, para inclusão na pauta, do Projeto de Lei nº 1.096, de 2019.

EXTRAPAUTA

ITEM 15

PROJETO DE LEI N° 1096, DE 2019

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer a inexistência de vínculo empregatício entre confissão religiosa, incluídos igreja, instituição, ordem ou congregação, e seus ministros, pastores, presbíteros, bispos, freiras, padres, evangelistas, diáconos, anciãos ou sacerdotes.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda (de redação) que apresenta.

Eu passo a palavra a V. Exa., para que possa fazer a leitura.

Alguém se opõe a incluirmos na pauta esse relatório? Tive várias solicitações de pessoas religiosas, enfim. (*Pausa.*)

V. Exa. está com a palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Como Relatora.) – Sr. Presidente, eu queria passar direto à análise.

Esse é um projeto que veio da Câmara dos Deputados e, na verdade, esse projeto de lei vai consolidar o entendimento do TST sobre essa questão de vínculo trabalhista em todas as religiões – de pastores, padres...

Eu quero passar aqui à análise, senhores.

O projeto tem por objeto matéria que é de competência do Congresso Nacional, cuja iniciativa, por sua vez, pode ser exercida por Parlamentar, nos termos dos arts. 22, I, 48 e 61 da Constituição Federal.

De fato, ainda que se trate de projeto que busca excluir a existência de contrato de trabalho, a matéria pertence claramente ao âmbito do direito laboral, dado que se refere claramente à relação de trabalho e suas implicações.

Não há invasão de competência privativa de outro dos Poderes da União ou outra inconstitucionalidade formal a impedir seu processamento.

Similarmente, a proposição se encontra no escopo desta Comissão, a teor do disposto no art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), que explicitamente se refere à análise de questões atinentes a relações de trabalho.

No mérito, entendemos que a matéria merece aprovação, na forma das considerações que apresentamos em seguida.

A proposição busca consolidar legislativamente o entendimento jurisprudencial predominante, embora não unânime, no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do restante da Justiça do Trabalho.

O entendimento esposado pela Corte Superior Trabalhista efetivamente se orienta pela compreensão de que o relacionamento entre as instituições religiosas e os seus ministros, por ser derivado do entendimento de que esse relacionamento é derivado de convicção e da intencionalidade no serviço a uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

missão de cunho religioso ou, no dizer do advogado Gilberto Garcia, autor da opinião doutrinária mais difundida sobre o assunto, uma "relação transcendental, fruto de uma vocação sobrenatural, onde a igreja é o instrumento humano para o cumprimento da missão existencial de vida", o que afastaria a incidência de uma "contrapartida laboral".

Nesse sentido, exemplificamos o entendimento adotado no seguinte acórdão do TST...

Eu queria, Presidente e colegas, dizer o seguinte: eu estou citando e exemplificando vários acórdãos do TST. Eu queria ver se eu não precisaria ler essa quantidade de acórdãos, certo? Cada um que quisesse poderia vê-los. Estão todos os acórdãos aqui direitinhos, são vários. Eu exemplifiquei para todos lerem.

A proposição segue nesse sentido, reiterando um entendimento jurisprudencial que, conquanto não uniforme, se acha bastante consolidado no Tribunal Superior do Trabalho. Portanto, nesse sentido, a proposição não inova, pelo que, a rigor, deve ser acolhida. Cabem, contudo, algumas ponderações.

A redação dada ao proposto §2º do art. 442 pode ser aperfeiçoada, pois o rol de atividades abrangidas pelo dispositivo contempla unicamente denominações cristãs, nas suas vertentes católica e protestantes. Conquanto a redação reconheça "qualquer que seja a doutrina ou crença professada em cultos religiosos" etc., cremos que seria mais adequada, por razões de hermenêutica legislativa, a adoção de enunciação mais sucinta e abrangente, como, por exemplo, a contida no §13 do art. 22 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991 (plano de custeio da previdência social).

Essa redação, entendemos, se encontra mais de acordo com os requisitos da concisão e da generalidade que devem basear a redação legislativa, além de manter uma desejável simetria entre as disposições da CLT e do plano de custeio da previdência, para reduzir a possibilidade de interpretações divergentes.

O mesmo se aplica à sequência do dispositivo: "... considerada a natureza do relacionamento entre eles, que decorre da fé, da crença ou da consciência religiosa", que estabelece interpretação axiológica da norma, usualmente repelida na técnica legislativa brasileira, que se orienta pela inserção, na norma, unicamente do comando legal adequado, deixando a sua interpretação à doutrina e à jurisprudência. É nesse sentido a disposição do art. 11, I, "c", da Lei Complementar nº 95, de 26 de janeiro de 1995. Assim, propomos emenda nesse sentido, que, por se tratar de emenda de redação, unicamente, não ensejará o retorno à Casa de origem, emenda que modificará também o §3º, apenas para dar-lhe redação mais consentânea com os cânones da redação legislativa moderna.

Voto.

Do exposto, o voto é pela aprovação do PL 1.096, de 2019, com a seguinte emenda de redação:

Emenda nº - CAS (de redação)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dê-se aos §§ 2º e 3º do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) - aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - na forma do art. 1º do PL nº 1.096, de 2019, a seguinte redação:

Art. 1º.....

.....

"Art. 442. .....

§ 1º .....

§ 2º Não existe vínculo empregatício entre entidades religiosas de qualquer denominação ou natureza e instituições de ensino vocacional com ministro de confissão religiosa, membros de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa, ou a quaisquer outros que a eles se equiparem, ainda que se dediquem parcial ou integralmente a atividades ligadas à administração da entidade ou instituição a que estejam vinculados ou estejam em formação ou treinamento.

§ 3º O disposto no § 2º não se aplica em caso de desvirtuamento da finalidade religiosa e voluntária." (NR)

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Coloco em discussão a matéria.

Não havendo quem queira...

Pois não, Senador.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para discutir.) – Eu queria fazer um questionamento à minha querida colega Zenaide, já parabenizando-a por seu relatório. Esse §2º diz que não existe vínculo empregatício entre entidades religiosas de qualquer denominação ou natureza e instituições de ensino vocacional com ministro de confissão religiosa, membros de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa ou quaisquer outros que a eles se equiparem, ainda que se dediquem parcial ou integralmente a atividades ligadas à administração da entidade, quer dizer, eu entendia que o projeto de lei tinha o escopo de não reconhecer vínculo em atividades religiosas, e não administrativas. Eu fiquei em dúvida nisso aí. A senhora pode me esclarecer, por favor?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Como Relatora.) – Posso esclarecer. É o seguinte: quanto à administração, normalmente, a Igreja Católica ou as Assembleias têm os pastores ou párocos, que, normalmente, fazem a administração. O que a gente diz... O que revoga isso aí, Hiran, é o desvirtuamento da finalidade religiosa e voluntária. Por exemplo, em todas as igrejas, existem as pessoas que trabalham na limpeza, na secretaria ou no próprio meio de comunicação. São pessoas contratadas. Isto aqui – não cria vínculo empregatício – é para o diácono, os ministérios de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

música, de tudo, que são voluntários. Entendeu? Não cria isso aí, porque, normalmente, vou dar o exemplo da Igreja Católica: tem o pároco e tem o padre, que cuidam dessa parte administrativa, certo? Isso aqui não quer dizer que quem vai trabalhar na limpeza da igreja, ou na secretaria, ou na parte da comunicação... Continua a ter carteira assinada e vínculo. Então, desvirtuamento seria botar essas pessoas para esse tipo de trabalho. Isso aí permanece com vínculo empregatício. Agora, não pode ser o pastor ou alguém, por exemplo, como o presbítero, o padre ou alguém que vá para a igreja como vai o ministro, a ministra da eucaristia, que vai lá para distribuir, faz um curso, se forma, e tudo, mas não tem vínculo empregatício.

Entendeu, Hiran?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Zenaide.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Senador Hiran, deixe-me exemplificar. Eu sou pastora, não tenho vínculo empregatício com nenhuma igreja, mas na igreja, tanto evangélica, católica, como de outras religiões também, a gente recebe um voluntário para ser, por exemplo, diácono. Ele fica 20 anos como diácono, servindo a santa ceia, a eucaristia e, de repente, alguém coloca na cabeça dele: "Entre com uma ação trabalhista contra a denominação, contra a igreja". Então, esse projeto vem, inclusive, para evitar este tipo de situação: pessoas oportunistas que chegam, se agregam a uma comunidade religiosa e depois querem entrar com uma ação trabalhista.

Então, a medida é acertada, o projeto é muito bom. Eu acho que está na hora de a gente aprovar, e a gente evitar que templos religiosos, religiões de todas as matrizes sejam vítimas desse tipo de situação.

Parabéns, Senadora Zenaide, pelo relatório!

Está perfeito o relatório, muito recheado de informações, e eu acho que está na hora de a gente votar essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em discussão.

Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para discutir.) – Presidente, quero também aqui parabenizar o relatório da Senadora Zenaide.

De fato, há muitos oportunistas realmente, não só em relação às igrejas, mas também muitos através de testemunho.

Eu fui juiz do trabalho durante muito tempo e sei que há um número muito grande de pessoas que entram na Justiça e pedem tudo a que não têm direito, vamos dizer, para provocar um acordo. Lógico, nós mudamos grande parte disso na reforma trabalhista, porque não é litigância de má-fé. Essas coisas agora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

são penalizadas, inclusive, qualquer parecer de auditoria ou perito, tudo tem que ser agora pago pela parte que perde a ação.

Então, eu acredito que essa lei vai inibir muitos de procurarem a litigância de má-fé ou direitos inexistentes. Então, está muito claro – e eu vi perfeitamente aqui, inclusive no parágrafo –, que esse desvirtuamento de função não estaria enquadrado nisso.

Então, parabenizo-a e vou votar favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em discussão.

Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para discutir.) – Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu quero apenas cumprimentar a Senadora Zenaide pela zelosa relatoria que ela fez nesse projeto, que está perfeito, na medida em que aqui ela está preservando, com certeza, as pessoas que usam, muitas vezes, de boa-fé, mas outras usam de má-fé.

Isso tem sido quase que um assunto recorrente que tem acontecido, Senador Hiran, e, lamentavelmente, hoje, mesmo não tendo direito, vai à Justiça. Você tem que contratar um advogado; *a posteriori*, se perder na primeira instância, você tem que recorrer para os TRTs dos estados; lá você tem que depositar, para fazer, ou seja, para recorrer, tem que pagar uma taxa, um valor, muitas vezes, até exorbitante. Lamentavelmente, as taxas hoje cobradas no Brasil para recursos são altíssimas. Para você ter uma noção, um cidadão que ingressa na Justiça contra você num valor de R$100 mil, você tem que depositar, para recorrer, R$18 mil. É incrível!

Nós temos que rever algumas situações aqui no país.

Primeiro, a questão cartorária que está sendo também, lamentavelmente, um abuso, porque muito caro estão cobrando para registro de imóveis, etc.; na Justiça Eleitoral, também não é diferente; na Justiça do Trabalho, não é diferente.

De maneira que isso aqui está fazendo um freio de arrumação, porque muita gente de má-fé vai lá, diz que está servindo a Deus e, depois, por um motivo ou por outro, ingressa na Justiça, e é aquela briga que, muitas vezes, demanda cinco anos, dez anos, você gastando custas judiciais, gastando com advogado.

De maneira que eu quero cumprimentar o Deputado autor do projeto e, sobretudo, a ilustre Senadora Zenaide pelo belo relatório, muito esclarecedor. Aqui V. Exa. deixou muito claro o que, de fato, esse projeto pretende em relação a essa matéria que está tramitando nesta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CAS, de redação.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Presidente, eu só queria... Até o Senador Mecias está me informando que há o interesse de todas as instituições religiosas que esse projeto possa ser votado o mais rápido possível. Tendo dirimido todas as nossas dúvidas aqui, parabenizando a Senadora Zenaide, eu pediria a V. Exa. que encaminhasse imediatamente à diretoria da Presidência da Casa, para que a gente possa votar no Plenário hoje ainda, Presidente, esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

Coloco em votação o requerimento de urgência para a matéria apresentado pelo Senador Hiran.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a apresentação do requerimento ao Plenário do Senado Federal.

Obrigado, Senadora Zenaide.

Vamos agora para o item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 1211, DE 2020

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional da Diálise.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do Projeto e pela rejeição da Emenda nº 1-T.

Observações:

1- Em 24/03/2023, foi apresentada a emenda n° 1-T, de autoria da Senadora Mara Gabrilli.

2- Em 14/03/2023, foi realizada audiência pública para instrução da matéria.

3- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Concedo a palavra ao ilustre Senador para a leitura do relatório.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Humberto Costa, peço licença a V. Exa., com a anuência dos demais pares, para ir direto à análise. Pode ser? (*Pausa.*)

Concedida.

Compete a este Colegiado opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde – temática abrangida pelo projeto em análise –, nos termos do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal.

Tendo em vista o caráter exclusivo da distribuição à CAS, cabe, igualmente, a esta Comissão apreciar os aspectos de constitucionalidade e juridicidade da proposição. No que respeita à constitucionalidade, a proposição obedece aos requisitos constitucionais formais...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Nelsinho, como esse projeto é terminativo, eu gostaria de pedir aos Senadores que permanecessem, para que nós pudéssemos fazer a votação.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Perfeito.

No que tange à juridicidade e à técnica legislativa, não há óbice ao texto do projeto, estando o mesmo de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar 95, de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. A matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional. De acordo com essa lei, a apresentação de proposição legislativa que vise a instituir data comemorativa deve vir acompanhada de comprovação da realização de consultas e/ou audiências públicas que atestem a alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em atendimento a essa determinação, Sr. Presidente, Senador Humberto Costa, foi realizada, no dia 14 de junho de 2023, audiência pública, na Comissão de Assuntos Sociais do Senado, para tratar sobre o tema e a importância da instituição do Dia Nacional da Diálise.

Quanto ao mérito, o projeto merece prosperar.

Informamos que existem aproximadamente 130 mil pacientes com doença renal crônica no Brasil, muitos dos quais precisam de diálise ou transplante renal, ambos com riscos e desconforto consideráveis. De fato, a iniciativa tende a incentivar a população a buscar diagnóstico e o tratamento precoce, para minimizar as graves consequências da doença.

Merece o autor da proposta elogios por sua iniciativa em combater a doença renal crônica, que compromete gravemente a qualidade de vida dos afetados. É papel do Estado conscientizar a sociedade acerca da importância da prevenção e dos primeiros sintomas, já que a doença pode se desenvolver de forma silenciosa. As ações que se pretende instituir detêm o potencial de incentivar os pacientes a buscar ajuda mais cedo e, assim, controlar melhor a doença.

É importante destacar que a insuficiência renal crônica não afeta apenas o bem-estar dos pacientes, mas também sobrecarrega o sistema de saúde como um todo, já que os tratamentos são caros e muitas vezes necessários por longos períodos. A prevenção pode beneficiar não apenas os afetados pela doença, mas todo o Sistema Único de Saúde.

Por fim, Sr. Presidente, somos pela rejeição da Emenda nº 1-T-CAS, por considerar que o texto original do projeto atende suficientemente bem o objetivo a que se propõe.

Temos a convicção, portanto, de que a aprovação do presente projeto de lei irá contribuir para a conscientização da população acerca do tema.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.211, de 2020, com rejeição da Emenda nº 1-T-CAS.

É isso, Sr. Presidente. Está pronto.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o projeto e a emenda nos termos do relatório apresentado.

A votação é nominal.

Iniciada a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à votação.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Quem vota com o Relator vota "sim", Sr. Presidente? Indago a V. Exa., Senador Humberto.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim, quem concorda com o projeto vota "sim".

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Obrigado.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. Como Relator.) – Apenas para ressaltar que este projeto nos foi instado para, junto com a audiência pública, promover toda essa discussão pelo sofrimento que os pacientes que precisam se submeter à diálise passam para poder sobreviver.

Em muitos locais do nosso país, não existem centros de diálise. Muitas vezes, eles têm que se deslocar de *van*, de carro, de ônibus, e é algo realmente muito penoso.

A conscientização do Dia Nacional da Diálise vai fazer com que esse assunto possa ser lembrado, ano após ano, que campanhas possam ser feitas para que, cada vez menos, as pessoas possam ter essa doença agravada e ter que se submeter à diálise. A gente sabe o quanto isso é difícil.

Eu queria aqui agradecer o estímulo que eu recebi de duas colegas do meu estado, a Dra. Maria Aparecida Albuquerque Pedrossian Arroyo e a Dra. Elizete Oshiro, que me instaram a fazer essa relatoria – são duas excelentes nefrologistas lá de Mato Grosso do Sul.

Era isso.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu quero parabenizar o nosso ilustre Relator, meu querido colega Nelsinho.

Quero dizer a você, Nelsinho, que, a partir da aprovação desse projeto, espero que nós possamos também discutir aqui a origem dessa superlotação das nossas unidades de diálise do Sistema Único de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Saúde do nosso país, que decorre, principalmente, de uma falta de política pública adequada no controle da hipertensão e do diabetes.

O nosso Senador Humberto Costa, que já foi Ministro, sabe que nós precisamos intensificar uma política de conscientização das pessoas em relação ao controle adequado dessas doenças, que são a grande razão da superlotação dos nossos hospitais e, particularmente, no caso, das nossas clínicas de diálise. Nós precisamos fazer um trabalho como nós fizemos na questão do tabagismo no nosso país, que é uma referência. A nossa política antitabaco no Brasil é uma referência para o mundo.

Que nós possamos fazer também uma política pública que nos orgulhe no futuro na questão do controle adequado da hipertensão e do diabetes, que são causas não só de superlotação das clínicas de diálise, de aumento das filas de cirurgias de catarata, de demandas no tratamento da retinopatia diabética com drogas muito caras que, às vezes, o SUS não tem condição de financiar, de problemas cardíacos, de problemas pulmonares, de problemas de motilidade, enfim, que essas doenças causam nas pessoas e que são negligenciadas pelo sistema público.

Parabéns pelo seu relatório!

Parabéns a todos!

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado, Senador Hiran.

Vou encerrar a votação.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Presidente, pela ordem.

Não, pode encerrar eu só queria fazer um comentário.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Tá.

Encerrada a votação.

Pois não.

Com a palavra, a Senadora Mara.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Pela ordem.) – Eu queria comentar, Senador Trad, que eu acho que um outro tema importante para a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

debater é que hoje, por exemplo, nos Estados Unidos, as pessoas que têm problema renal são obrigadas a fazer um transplante. Por quê? Porque sai muito mais barato do que manter a diálise. O custeio da diálise é muito alto. Então, um outro passo nosso é trabalhar a doação de órgãos para que a gente possa evitar que a pessoa chegue à diálise. E depois ela vai ter uma vida de muito mais qualidade e vai ficar muito mais barato para o SUS.

Eu queria aproveitar, Senador Presidente, para perguntar se a gente pode inverter a pauta, porque eu tinha que ir a uma outra Comissão. Há um projeto meu que está lá e aí, se você permitir...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não havendo mais...

Encerrada a votação.

O resultado: 10 votos favoráveis; nenhum voto contrário.

Aprovado o projeto, rejeitada a Emenda nº 1-T.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

A Senadora Mara Gabrilli apresenta o requerimento, de sua autoria, que é criação... Criação não, de prorrogação de uma Subcomissão já existente.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 53, DE 2023

- Não terminativo -

Requer a criação de Subcomissão Permanente, composta de 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, com o objetivo de acompanhar e aprimorar as políticas públicas direcionadas às pessoas com doenças raras, a ser intitulada como Subcomissão Permanente de Direitos das Pessoas com Doenças Raras (CASRARAS).

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)

Eu concedo a palavra a V. Exa. para a leitura do requerimento.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Para encaminhar.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão permanente, composta de cinco membros titulares e igual número de suplentes, com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

objetivo de acompanhar e aprimorar as políticas públicas direcionadas às pessoas com doenças raras, a ser intitulada como Subcomissão Permanente de Direitos das Pessoas com Doenças Raras (Casraras).

Presidente Humberto, Senadoras e Senadores desta Comissão, eu venho aqui solicitar o apoio de todos para que a gente reinstale a Subcomissão Permanente de Direitos das Pessoas com Doenças Raras.

A Organização Mundial de Saúde estima que há cerca de 8 mil doenças raras, patologias que são caracterizadas por ampla diversidade de sinais e sintomas, que variam de doença para doença, assim como de pessoa para pessoa afetada pela mesma condição. Oitenta por cento delas é de origem genética e o restante das causas são infecciosas, virais ou degenerativas.

É fato que há um desafio para os países todos do mundo em oferecer uma rede assistencial especializada, porque as dificuldades já começam com o diagnóstico, sempre complexo.

O Ministério da Saúde estima que temos mais de 13 milhões – algumas pesquisas estimam mais de 14 milhões – de brasileiros que vivem com alguma doença rara. Para 95% delas, ainda não há tratamento, restando somente cuidados paliativos e serviços de reabilitação.

Ai, Senador, o senhor pode falar só um pouquinho mais baixo?

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Eu estou com dificuldade de me ouvir a mim mesma.

Senador...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Jayme, só um minutinho.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Mais delicado ainda é garantirmos a efetiva inclusão social dessas pessoas, já que 75% das doenças raras afetam especialmente as nossas crianças e os índices de mortalidade ainda são muito elevados.

Esta Casa, o Senado, começou a se dedicar mais efetivamente a esse tema em 2017, quando foi instalada, pela primeira vez, a Subcomissão Especial sobre Doenças Raras. Em 2019, propusemos a sua reinstalação; em 2021, conseguimos torná-la permanente, e foi uma grande vitória, Presidente. As pessoas com doenças raras e seus familiares vêm apelando constantemente para que retornemos essa relevante Subcomissão, com seu relevante trabalho, e eles clamam por um âmbito dedicado a debater suas demandas e as soluções para os inúmeros problemas que enfrentam. Assim, é de importância reinstalarmos a Casraras.

Eu queria falar de um exemplo da relevância do trabalho: foi a união das três Subcomissões da CAS. Em 2019, 2020 e 2022, a Raras, a Subcomissão de Pessoas com Deficiência e a Subcomissão da Pessoa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Idosa se uniram e fizemos uma parceria com o Instituto Datasenado, que fez um trabalho brilhante em duas pesquisas sobre cuidadores e pessoas cuidadas. Uma pesquisa quantitativa e outra qualitativa. Com base nelas, apresentamos um projeto de lei que visa instituir a Política Nacional do Cuidado, que é o PL 2.797, de 2022, que, além de regulamentar a profissão do cuidador, prevê que pessoas idosas com deficiência, com doenças raras, que precisam de um auxílio nas atividades cotidianas, disponham de cuidadores custeados pelo Sistema Público de Assistência Social.

Eu venho dizendo há muito tempo que eu sou um exemplo prático de que, sozinho, não se chega a lugar algum. Sem a parceria e a dedicação de uma cuidadora – e está aqui a Késia –, mesmo com um microfone todo especial para mim, ela ainda teve que segurar. Está aqui a Késia que me faz, que me permite... e que, sem ela, sem uma cuidadora, eu não poderia sair da cama. Eu não chegaria nem perto de lugares e postos que eu conquistei ao longo da vida, como depois que eu quebrei o pescoço e perdi todos os movimentos de braços e pernas. E aí eu fui psicóloga, publicitária, fundadora de ONG, secretária municipal, Vereadora, Deputada por duas vezes, representante de um comitê da ONU e, agora, Senadora. Tudo isso só porque eu tive a oportunidade, graças a Deus, de ter o apoio profissional de um cuidador. (*Palmas.*)

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Acho que esse é o meu maior desafio como Parlamentar. Conseguindo passar por essa etapa, eu acho que eu já vou ter realizado o meu maior sonho, que é fazer com que as pessoas todas possam ter essa oportunidade.

E apenas um dos exemplos. Mais um exemplo da Subcomissão de Doenças Raras é que a gente conseguiu incorporar ao SUS medicamentos que salvaram vidas de pessoas com doenças raras. Isso é um passo muito grande, porque agora a gente está num momento de registro de vários outros medicamentos para salvar a vida dessas pessoas.

Por isso, Sr. Presidente, eu já me antecipo e declaro também o meu apoio ao requerimento da Senadora Damares e do Senador Flávio Arns que visa a instalar as Subcomissões da Criança e do Adolescente, e da Pessoa Idosa, respectivamente.

Eu acho, Presidente, que vai ser muito marcante e potente para a sua Presidência – viu, Senador Humberto? – a gente poder fortalecer as políticas públicas e dar cada vez mais voz e alcance às questões que envolvem a infância e o envelhecimento em nosso país. São as duas pontas do ciclo da vida e são os elos mais vulneráveis por que a gente passa. Estou certa, Presidente, de que promoveremos grandes avanços com essas três Comissões na Casa: a Casraras, a da pessoa idosa e a da criança. A gente conta com o seu apoio e com o de todos os Senadores e também dos membros, de todos os que participam desta Comissão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em discussão o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam, queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 1494, DE 2020

- Não terminativo -

Autoriza o uso do atendimento na modalidade telessaúde para fins fisioterapêuticos e terapêuticos ocupacionais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto.

Concedo a palavra ao Senador Otto Alencar para a leitura do seu relatório.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Agradeço a V. Exa., Senador Humberto Costa, permita-me que apenas faça uma referência à nossa Senadora Mara Gabrilli. Eu tenho uma admiração muito grande por ela.

Eu sei que, com o seu trabalho, com a sua luta, e com as vitórias que obteve com a adversidade de ter uma lesão de medula, com tetraplegia, você não mais anda, você voa, com seu exemplo pelo mundo, na ONU e aqui no Senado Federal. A minha admiração, o meu respeito e parabéns.

Eu a aplaudi aqui, com muita emoção, há poucos instantes.

Um beijo para você.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Vou dar um abraço em você. (*Palmas.*)

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Eu não vou, Sr. Presidente, dar um beijo na Senadora Mara, porque, da última vez em que eu assim o fiz, estava de covid. Mas não fui eu que passei para ela, viu? Porque ela foi pegar só dali a três meses...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, esse beijo do Senador Otto é um beijo de todos nós aqui presentes, sem dúvida alguma.

Sinta-se beijada por todos nós.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Sr. Presidente, retomo aqui a leitura do Projeto de Lei 1.494, de 2020, do Deputado Federal Ruy Carneiro, que autoriza o uso do atendimento na modalidade telessaúde para fins fisioterapêuticos e terapêuticos ocupacionais.

Esse projeto foi um projeto que o Deputado Federal encaminhou no pico, no momento mais duro da vida nacional na área de saúde, que foi o momento da pandemia causada pela covid, pelo coronavírus, e era para dar condição de que se pudessem fazer por telemedicina esses tratamentos fisioterapêuticos e também de terapia ocupacional. Então, o período passou, nós estamos vivendo hoje sem máscaras, já num momento em que essa atividade dos profissionais pode ser feita presencialmente. Portanto, no nosso entender, no nosso sentir, a matéria está prejudicada.

Diante disso, o meu voto é pela prejudicialidade do projeto apresentado com muita sensibilidade pelo Deputado Federal Ruy Carneiro. No momento, nós estamos já superados com a situação da covid. Portanto, eu encaminho pela prejudicialidade do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O relatório recomenda a declaração de prejudicialidade do projeto.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório.

Os Senadores e Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai ao Plenário com a recomendação da sua prejudicialidade.

Ainda da relatoria do Senador Otto Alencar, o Projeto de Lei nº 1.438, de 2022.

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 1438, DE 2022 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2017)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Autoriza a ozonioterapia no território nacional.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável ao Projeto de Lei nº 1438, de 2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2017)

Concedo a palavra ao Senador Otto Alencar para a leitura do relatório.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Agradeço, Sr. Presidente.

Quero saudar os Srs. Senadores e Senadoras e também, pela presença, o colega médico do Estado da Paraíba, Dr. Antonio Teixeira, que está conosco e tem uma experiência larga nessa atividade como terapia complementar, além de outros colegas que eu conheço, inclusive, no meu Estado da Bahia.

Então, o exame pela CAS é próprio e a Comissão é adequada para análise de temas dessa natureza.

O art. 1º estabelece que o uso da ozonioterapia é permitido no país, desde que administrada por profissional de saúde de nível superior e com equipamento de produção de ozônio medicinal devidamente regularizado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), sendo que o "caráter complementar" desse procedimento deve ser obrigatoriamente informado ao paciente quando do atendimento, ou seja, o paciente tem que ter noção e consciência de que vai utilizar esse método para várias lesões e também enfermidades.

O art. 2º, cláusula de vigência, determina que a lei gerada por sua eventual aprovação entrará em vigor na data de sua publicação.

O PLS nº 227, de 2017, foi aprovado aqui. Esse projeto iniciou no Senado Federal e, depois de sua análise e aprovação por este Colegiado, em decisão terminativa, seguiu para a revisão da Câmara dos Deputados, onde tramitou como PL nº 9.001, de 2017. Obteve aprovação naquela Casa na forma de Substitutivo à proposta original, aglutinando o *caput* de seus arts. 1º e 2º e eliminando tanto o art. 3º como o parágrafo único do art. 2º, além de estender a utilização da ozonioterapia aos profissionais de saúde de nível superior e não mais exclusivamente ao médico, como pretendia o texto original aprovado pelo Senado Federal.

Agora, a matéria retorna ao Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 65 da Constituição, tendo sido distribuída à apreciação da CAS, de onde seguirá para o Plenário. Portanto, não é um projeto terminativo nesta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Compete à CAS opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde – temática abrangida pelo projeto em análise –, nos termos do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal.

Cumpre ressaltar que, na atual fase do processo legislativo, cabe ao Senado apenas apreciar as modificações propostas pela Câmara, pois a matéria já foi aprovada pelas duas Casas do Congresso Nacional. A questão é disciplinada pelos arts. 285 e 286 do Regimento Interno do Senado Federal e pelo parágrafo único do art. 65 da Carta Magna. Portanto, não é permitido fazer modificação ou inovação no texto aprovado pela Câmara dos Deputados, mas tão somente aceitar ou rejeitar as alterações propostas pela Casa revisora – neste último caso, mantendo-se o texto conforme originalmente aprovado pelo Senado.

O Senado Federal, naturalmente, já se manifestou favoravelmente sobre o mérito e aspectos formais da matéria quando apreciou o PLS nº 227, de 2017. Ainda assim, cabe enfatizar que a ozonioterapia corresponde ao emprego do ozônio para fins terapêuticos e, embora não haja consenso científico a respeito de sua eficácia, muitos profissionais de saúde defendem que seu uso pode ter efeitos anti-infecciosos, anti-inflamatórios e analgésicos.

Essa é uma comprovação que eu tenho, como eu falei há pouco, meu colega Hiran, dentro do meu próprio estado, por pacientes que... Eu sou médico ortopedista, mas processos inflamatórios, dolorosos têm tido resultados satisfatórios com vários profissionais da área da saúde, médicos e também de outras formações, como enfermeiros e outas atividades.

Dessa maneira, como a ozonioterapia ainda não foi devidamente regulamentada pelo Conselho Federal de Medicina, como ressaltou, há poucos instantes, o nobre Senador Hiran, consideramos adequado permitir, pela via legal, que os profissionais de saúde de nível superior, devidamente treinados em sua utilização, possam oferecê-la a seus pacientes, se entenderem que pode ser benéfica à melhora do quadro clínico.

Nesse contexto, verificamos que o substitutivo da Câmara dos Deputados mantém a concepção da proposta original aprovada pelo Senado, eliminando disposições redundantes, com a aglutinação do *caput* dos arts. 1º e 2º, por exemplo, ou desnecessárias, como o art. 3º e o parágrafo único do art. 2º, além de permitir às várias categorias de profissionais de saúde de nível superior a utilização da ozonioterapia, cada qual em seu âmbito de atuação. Ao fim, as alterações deixaram o texto mais objetivo, com apenas dois artigos.

Dessa forma, considerando que o texto sugerido pela Câmara dos Deputados – ou seja, o do PL nº 1.438, de 2022 – aperfeiçoa aspectos redacionais da propositura, recomendamos seu acolhimento integral.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do projeto de lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Coloco a matéria em discussão.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, primeiro, eu quero parabenizar aqui o nosso querido colega Otto Alencar, pelo relatório, e dizer que, hoje, nesta sala, nós temos três colegas médicos. E eu vejo, com muita preocupação, quando nós tentamos regulamentar, no Congresso Nacional, procedimentos médicos, tanto terapêuticos como tratamentos cirúrgicos e tecnologias a serem aplicadas em seres humanos, na área da saúde, porque nós temos um caminho adequado para isso.

Eu vou dizer isso para vocês porque, em um dos meus mandatos lá na Câmara dos Deputados, nós aprovamos, Presidente Humberto, por unanimidade daquela Casa, uma pílula chamada "pílula do câncer". Todo mundo votou a favor. Existiu uma catarse, dentro do Congresso Nacional, porque tiveram matérias, no Fantástico, falando da pílula. Aquela pílula, depois que nós aprovamos no Congresso Nacional o uso dela, mostrou-se absolutamente ineficaz e, muito mais grave do que isso, ela postergou muitos tratamentos mais eficazes contra o câncer que estavam disponíveis dentro do nosso arcabouço terapêutico, tanto do Sistema Único de Saúde quanto...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Significou muitos gastos também para a realização das pesquisas que foram financiadas pelo Governo Federal.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Sem dúvida. Então, eu queria colocar que, como terapêutica complementar e desde que haja um termo de consentimento livre e esclarecido, para cada paciente, de que se trata de um tratamento que não tem comprovação científica, não tem um consenso e que não tem um protocolo, porque, lá na Câmara – a Dra. Maria Emília está presente, está me gravando e é até bom que ela me grave, para que fique consignado aqui, nos *Anais*, como vai ficar –, nós tínhamos um projeto lá, Presidente Humberto, que dizia que aprovava a ozonioterapia para – eu até anotei aqui para não me esquecer, Senador Otto –, tratamento de autismo, tratamento de câncer, tratamento de hérnia de disco, tratamento de problemas vasculares, dor.

Enfim, era tanta indicação terapêutica que isso dificultou a aprovação do projeto. Por quê? Porque, para cada indicação dessas, nós teríamos que fazer um protocolo de pesquisa para avaliar a eficácia, a biossegurança desse produto. Eu não tenho conhecimento, já fui pesquisar, eu não tenho conhecimento de nenhuma aprovação dessa utilização. Há alguns países na Europa que recomendam a ozonioterapia para ser usada nas dores crônicas, mas não há consenso. É também usada como prática integrativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De forma que, até pelo respeito muito grande que tenho ao meu querido Senador Otto Alencar – não sei qual é o pensamento do nosso querido Trad, que também é um médico muito experiente –, eu vou me abster de votar. Mas eu queria chamar a atenção para isso: aqui não é o local de a gente aprovar procedimentos médicos. Nós temos um caminho.

Nós temos, nesta Casa, que tem urgência constitucional, o Projeto 7.082, que trata de um novo marco legal da pesquisa clínica no nosso país. A gente precisa votá-lo, precisa solicitar o nosso Presidente Arthur Lira que o coloque em pauta. A gente colocou, Senador Humberto – eu fui o Relator desse projeto... Nós procuramos parear o nosso marco legal da pesquisa clínica, que é anacrônico, que não tem prazos bem delimitados, que tem dois estágios éticos e um técnico – diferente de outros lugares, no mundo, mais desenvolvidos em que só há um estágio ético e um técnico... Colocamos o nosso marco legal pareado com o Brics, com os países mais modernos do mundo que é onde se faz pesquisa. Até porque, quando nós não temos um marco legal adequado, as pesquisas para doenças raras, como foi falado aqui pela nossa Senadora Mara, para as doenças de difícil tratamento, terminam sendo feitas em outros países, porque têm legislações mais adequadas, mais modernas. A gente perde aqui o acesso das pessoas, principalmente das pessoas que mais precisam, e perde investimentos em pesquisa que são extremamente vultuosos no mundo.

De forma que eu vou até me abster por respeito ao meu querido Senador Otto Alencar, chamando atenção para essa questão. Essa é uma técnica, é um procedimento complementar, sem comprovação científica de sua eficácia. De forma que eu, como médico, não poderia aqui votar a favor. Vou me abster e respeito as opiniões contrárias.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em discussão.

Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Eu considero que as preocupações do médico e Senador Dr. Hiran são, de alguma forma, para serem analisadas.

No entanto, a comparação com a pílula do câncer e com o tratamento complementar com ozonioterapia, que não tem nenhum efeito colateral que possa comprometer a vida do paciente, que é feito para processos inflamatórios, cicatrização de feridas abertas, com comprovação já por vários profissionais da área de saúde... Então, eu não vejo assim como algo que pudesse trazer nenhum dano em termos de complicações para qualquer tipo de paciente que use a ozonioterapia por médico ou por profissional de saúde de nível superior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu tive o cuidado de observar essa questão dos efeitos colaterais ou dos danos que pudesse trazer ao paciente a utilização do ozônio, usado inclusive na forma medicinal, o ozônio medicinal, para o tratamento complementar de algumas doenças, que poderá ser indicado até pelo médico assistente, por um profissional da área de saúde, com observação ao longo do tratamento.

Por isso, o meu parecer é favorável, embora eu saiba que todo procedimento que não está ainda regulamentado, como falou, pela Anvisa como procedimento legal... Eu sou médico ortopedista, trabalhei muitos anos na Universidade Federal da Bahia em pesquisa e tenho consciência disso, até porque, em determinado período da minha vida, nós começamos a utilizar o Septopal para infecções de origem bacteriana, osteomielite hematogênica, osteomielite aguda, quando existia uma dúvida muito grande, mas hoje ele se consagrou como um tratamento de excelência para essas doenças causadas por infecções bacterianas na juventude, por beta-hemolítico, por vários tipos de bactérias ou gram-negativas, que possam acometer um doente com infecção óssea. V. Exa. sabe, o Nelsinho sabe que o osso é muito desprotegido. Se ao osso chegasse tanto sangue como chega ao coração e ao músculo, não haveria muito problema, mas é terminal para as artérias que nutrem os ossos. Portanto, na época, era um procedimento que não se entendia como de excelência e terminou sendo hoje um procedimento de excelência. Então, eu falo, porque eu vi alguns profissionais médicos... Inclusive o Dr. Antonio Teixeira, que tem clínica aqui em Brasília e que tem uma experiência... Eu conversei com outros profissionais...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É, primo do Senador José Maranhão.

Nelsinho, você é cliente dele, não?

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. *Fora do microfone.*) – Fui.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Foi cliente dele. Então, de alguma forma, eu estou baseado...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Você me disse há pouco que era cliente do...

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois é.

Foi ouvindo esse colega que eu dei o parecer favorável, mas respeito tranquilamente as observações feitas pelo médico, profissional de saúde competente, Dr. Hiran. Esse debate é bom, porque... A gente podia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

até fazê-lo na universidade, mas estamos fazendo aqui, no Senado Federal! Segue a discussão no Plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em discussão.

Senador Efraim.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sr. Relator Otto Alencar, é só para me manifestar na linha do parecer do Senador Otto.

Eu reconheço também os avanços e as possibilidades, principalmente, que se colocam diante dessa abertura. Tenho contato com profissionais da área de que sei da integridade, da capacidade e do comprometimento com temas importantes que a ozonoterapia traz.

E é importante ter muita delicadeza na hora de comparar com situações que são diversas. O nosso amigo Senador Hiran tratou aqui – o que todos nós acompanhamos de perto – da questão da fosfoetanolamina. São situações diferentes. A ozonoterapia hoje já é praticada, regulamentada, reconhecida na Europa, por exemplo, com diversos artigos científicos. Então, eu acho que ela está em um patamar bastante diferenciado, mais avançado, Senador Hiran. Reconheço o cuidado e o zelo que V. Exa. tem na hora de fazer esse exame, mas eu também procurei fazê-lo. Fui buscar nessas experiências comparadas, principalmente na ciência internacional, o que me deu o conforto para que pudesse seguir na linha do acolhimento ao parecer do Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Em discussão...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. *Fora do microfone*.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Para discutir.) – Para discutir.

Presidente, os meus cumprimentos. Bom dia a V. Exa., às companheiras Senadoras e aos companheiros Senadores!

Eu gostaria – e assim faço o uso nesta ocasião da palavra – de fazer o debate ou propor este debate, traduzindo, nas minhas palavras, a compreensão e o acolhimento às razões trazidas pelo Relator Otto Alencar, sem desconhecer, evidentemente, aquilo que também foi expendido pelo profissional da área e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hoje companheiro nosso, o Senador Dr. Hiran. Não desconheço, mas é evidente que esse histórico não pode ser utilizado comparativamente a outras situações, como bem já salientou o Senador Efraim.

Essa matéria teve a sua origem nesta Casa, inclusive por força de iniciativa do Senador Valdir Raupp – ex-companheiro, e quero saudá-lo –, recebeu a acolhida plena do Colegiado senatorial, foi a um amplo debate na Câmara dos Deputados, inclusive com a presença de V. Exa. enquanto Deputado Federal, o Deputado Efraim...

Também vale salientar – e aí um adendo já posto pelo Deputado Efraim – que, na Europa, por exemplo, que pratica uma excelência na área de medicina, isso já foi consagrado por diversos países. E nós próprios, Parlamentares, Senadora Damares, no caso Parlamentares federais, Senadores e Deputados, tivemos a oportunidade de visitar, entre alguns outros, Portugal, que pratica a ozonoterapia.

Eu não tenho dúvidas de que, sob a responsabilidade de um profissional médico gabaritado, como o Senador Otto, e de outro que é igualmente, o Senador Dr. Hiran, que também tem essas responsabilidades, maiores, inclusive, de que nós próprios, que somos leigos Senadores, porque não temos essa formação...

Mas, absolutamente, por maiores que fossem as tentativas argumentativas de convencimento da parte de quem quer que seja, o Senador Otto não traria a sua convicção sobre essa terapia – que não é obrigatória e que só pode ser aplicada por profissionais qualificados em nível superior e, como inclusive foi bem pontuado, cujos equipamentos de produção de ozônio medicinal são devidamente regularizados pela Anvisa – devidamente regularizados pela Anvisa.

Então, eu me somo ao relatório do Senador Otto Alencar, como, ademais, outros que tiveram a oportunidade de aqui exporem as suas compreensões, sem desconhecer, nem de longe, as preocupações que foram trazidas pelo Senador Dr. Hiran.

Também não menos importante é dizer que outros conselhos têm abraçado a ozonoterapia como forma complementar.

Aqui não é curativa. Aqui não está se dizendo que o procedimento por meio da ozonoterapia vai curar; aqui está se dizendo que é um meio complementar a outras terapêuticas. Tanto verdade o é, que alguns outros conselhos de profissionais da área de saúde já abraçam e abarcam essa complementaridade. Isso é importante.

Também é importante dizer que, em que pese ao Conselho de Medicina não registrar a acolhida peremptória, em que pese no conselho haver profissionais que defendem essa complementaridade, a Federação Nacional dos Médicos apoia, dizendo que ela pode ser um instrumento de uso terapêutico complementar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, são várias as razões que nos permitem – a mim, particularmente – a tranquilidade de estar posicionando-nos favoravelmente a essa proposta, que é não terminativa e propiciará maiores debates, vale salientar.

Então, essa, Presidenta, é a posição que eu tomo em favor do relatório trazido por S. Exa., o Senador Relator Otto Alencar.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Paula Lobato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MA) – Senador Izalci, com a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para discutir.) – Presidente, só para me posicionar em relação a esse tema.

Como o projeto já foi aprovado pelo Senado, que é o 227, de 2017, houve essa discussão. É evidente que aqui talvez não seja o fórum mais adequado para discutir as questões da saúde, como aprovação de medicamentos e procedimentos, mas, no texto, é uma matéria que é, primeiro, complementar; segundo, ela poderá ser utilizada – é até autorizativa – pelos profissionais da saúde de nível superior, ou seja, não é obrigatoriamente um instrumento que vai ser unanimidade, quer dizer, quem acha que o médico é profissional que tem realmente consciência de que é melhor... E eu conheço vários pacientes que utilizaram esse procedimento e foi muito bom. Como não sou médico, sou contador, eu acho que os profissionais da saúde... Porque, muitas vezes, pode haver um procedimento desse e ele ser punido, inclusive, pelos órgãos fiscalizadores, como o Conselho Federal.

Então, nesse caso específico aqui e tendo em vista que esse procedimento já é utilizado em vários países do mundo, inclusive na Europa, eu vou votar favoravelmente ao projeto.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em discussão...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. *Fora do microfone*.) – O meu respeito aqui ao meu amigo Hiran.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para discutir.) – Não, aqui a Casa é uma Casa da argumentação, do convencimento; é natural que a gente pense diferente. Aliás, se esta Casa pensasse igual não seria uma Casa do povo, porque o povo é absolutamente diverso nos seus pensamentos. Então, a gente respeita muito a opinião contrária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que me preocupa, meu querido colega e Senador Otto, meus queridos Senadores e Senadoras, é que a gente traga para dentro desta Casa algo que não está nos nossos marcos legais.

Nós temos uma tramitação adequada para aprovar qualquer tipo de medicamento ou técnica que sejam utilizados em seres humanos no nosso país, e essa tramitação tem que ser... Eu acho que nós estamos na Casa da lei, e nós temos que dar bom exemplo aqui de respeitar a lei. Eu espero que não se torne uma regra geral a gente aprovar procedimentos aqui no Congresso Nacional passando por cima da Anvisa, da Conitec, do Conselho Federal de Medicina.

E eu quero dizer mais aqui, meu querido amigo Senador Veneziano e meu querido amigo, também, Senador Efraim, por quem tenho o maior respeito e admiração: eu também fui Presidente da Seguridade Social lá da Câmara e, à época, visitei alguns sistemas únicos de saúde no mundo, como o sistema inglês, como o sistema espanhol, o sistema português, que são sistemas únicos, e em nenhum desses sistemas a ozonoterapia é consagrada como terapêutica efetiva, eficaz, em que há um protocolo.

Tanto não há protocolo, Sr. Presidente, que a ozonoterapia é usada para várias coisas, e eu tenho muita dúvida de terapias que são utilizadas para vários tratamentos, para vários problemas, como se fosse uma panaceia.

Então, eu até, por uma questão de prudência e por respeitar as leis que emanam do nosso Conselho Federal de Medicina, que é uma autarquia federal especial que eu respeito muito – fui presidente de conselho –, eu acho que a gente tem que ter muito cuidado ao aprovar esses procedimentos aqui nesta Casa, passando por cima das nossas legislações.

Vou dar um exemplo aqui: já existe até associação com especialistas em ozonoterapia, e isso não existe. Especialista em ozonoterapia não existe. Tem que haver uma especialidade médica, ela tem que ser consagrada pela Comissão Nacional de Residência Médica, através de residência ou de prova de título, para que qualquer médico se intitule especialista. Não existe especialista em ozonoterapia. Nós temos que... Isso confunde a cabeça das pessoas, Ministro e Senador Humberto Costa, meu colega.

Então, é por isso que eu vou me abster. Respeito muito a posição de todos, e vou me abster de votar nesse projeto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Otto, o senhor com a palavra, para fazer seu comentário.

Eu estou começando a entender que o assunto é tão polêmico, que eu vou propor que a gente faça uma audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu estou votando...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Não, Presidente. Essa matéria já está...

Por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então vamos à votação.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Essa matéria já passou por aqui, já passou pela Câmara...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Humberto, só um minuto.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É de 2017.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Eu só pedi um minuto a V. Exa. Um minuto.

Eu vou retornar meu ao meu período em que eu dava aula de Química, ainda estudante de Medicina, para dizer que a fórmula do oxigênio é O_2, a do ozônio é O_3. É só uma molécula de oxigênio a mais que se coloca no ozônio para usar como tratamento. Então, não vejo nenhum dano, assim, que possa prejudicar a saúde. Uma molécula só de oxigênio não vai prejudicar em nada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Encerrada a discussão.

Em votação.

Em votação o relatório.

Senadoras e Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, com uma abstenção do Senador Dr. Hiran.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – Presidente...

Presidente, cabível é o pedido de urgência. Se V. Exa. puser à apreciação dos companheiros Senadores e Senadores, eu gostaria de fazer esse pleito do requerimento de urgência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Sim. Eu apoio.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Coloco em votação o requerimento de urgência para a matéria apresentado pelo Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a apresentação do requerimento ao Plenário do Senado Federal.

Eu vou colocar mais um projeto de lei em votação e vou dar por encerrada a reunião.

ITEM 8

PROJETO DE LEI N° 2248, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre o direito da criança e do adolescente de visitação à mãe ou ao pai internados em instituição de saúde.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Concedo a palavra à Senadora Leila Barros para a leitura do relatório.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Se o senhor puder me permitir, eu vou direto à análise, para ser mais célere.

O direito à convivência familiar é um dos pilares do ECA. Crianças e adolescentes precisam da companhia dos seus parentes para que consigam, Sr. Presidente, ter um desenvolvimento saudável. Perto da mãe ou do pai, eles se sentem seguros e recebem a orientação e o afeto necessários para que cresçam e se tornem aptos a enfrentar os desafios da vida adulta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Privá-los desse direito, mesmo que por períodos curtos, pode acarretar danos irreparáveis à construção da personalidade da criança ou do adolescente.

Há outro ponto importante a considerar: crianças e adolescentes têm direitos à informação e a expor sua opinião, respeitado seu nível de desenvolvimento. Portanto, devem ser ouvidos e respeitados, caso se manifestem pelo desejo de visitar o pai ou a mãe que estejam internados.

Acreditamos, ainda, que a presença dos filhos durante a internação poderá ter um benéfico efeito sobre a saúde dos pacientes. Por tal motivo, julgamos ser adequado e oportuno o PL.

Trata-se de uma iniciativa bem-vinda, que muito contribuirá para a humanização do sistema de saúde, para a recuperação de pacientes e para a qualidade de vida das crianças e adolescentes.

Eu quero aproveitar, Sr. Presidente, e parabenizar a Deputada Carmen Zanotto, que é do Cidadania, de Santa Catarina, que faz essa alteração no Estatuto da Criança, acrescentando um parágrafo único ao art. 12 do ECA, garantindo à criança e ao adolescente o direito à visitação à mãe ou ao pai internados em instituições de saúde.

E o voto...

Ante o exposto, concluímos pela aprovação do Projeto nº 2.248, de 2022.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em discussão.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Excelente voto, Leila. Mais um passo na proteção da infância nesta Comissão.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não havendo...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Pela ordem.) – Rapidamente.

Não é discussão da matéria, Sr. Presidente, mas rapidamente eu gostaria de fazer um pedido ao senhor: nós já conversamos, mas eu gostaria de reforçar isso e aproveitar os meios de comunicação aqui da Casa a respeito do projeto de lei...

Ai, meu Deus... Espere aí...

Saiu aqui. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pronto.

O Projeto de Lei 976, da Deputada Maria do Rosário, institui pensão especial aos filhos e dependentes menores de idade, órfãos em razão do crime de feminicídio, tipificado no inciso VI do §2º do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), cuja renda familiar mensal *per capita* seja igual ou inferior a um quarto do salário mínimo.

Sr. Presidente, a gente está vivendo uma epidemia de feminicídios. Só no Distrito Federal...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Especialmente no Distrito Federal.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Pois é. É isso que eu gostaria de reforçar aqui.

No ano passado, o Distrito Federal teve 17 feminicídios. Nós estamos na metade do ano, entrando no sétimo mês, e já são 20 feminicídios. E a maioria desses feminicídios ocorreram na frente dos filhos menores de 18 anos.

Então, eu peço apoio ao senhor, a esta Comissão e aos pares aqui, para que possamos pautar, na próxima semana, esse projeto fundamental para essas crianças, esses órfãos vítimas de feminicídio.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Só uma dúvida: esse projeto é terminativo ou não?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Ele é terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Tá.

Nós vamos colocar na pauta da reunião da semana que vem... (*Pausa.*)

Ah, não terminativo.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Não é? Está onde?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ele tramita ainda em quais Comissões? Vai direto para o Plenário? (*Pausa.*)

Bom, então vamos...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – E pedir regime de urgência, para ir direto ao Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim...

O problema é que ele vai tramitar na CAS, na CAE... Não é? Aqui nós votaremos na próxima semana...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Eu estou muito...

Sr. Presidente, eu estou muito tranquila, porque eu tenho uma nota da Consultoria da Câmara...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, eu sei, eu sei!

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – O senhor sabe, não é?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sei.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Orçamento: 6,5 milhões, para pagamento dessas pensões. Então, assim, não justifica...

Eu acho que poderíamos até conversar com o Presidente Rodrigo Pacheco a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu acho que poderíamos conversar com o Presidente Rodrigo Pacheco, com o Presidente da CAE, porque, se votássemos aqui, na semana que vem, nós poderíamos fazer um pedido de urgência para se votar no mesmo dia.

Realmente, é um projeto de grande alcance social.

Bom, em discussão a matéria que foi relatada pela Senadora Leila Barros. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Presidente, muito rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não, Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Só para parabenizá-la pelo seu relatório, Leila, e pedir também a ajuda de todos os Senadores e Senadoras que estão aqui presentes: nós temos um requerimento de urgência para votar o PL 2.801, de 2022, que considera o crime de pedofilia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no rol dos crimes hediondos, e eu já peço o apoio de todos, porque é um marco legal importante e adequado para a gente proteger as nossas crianças do nosso país, que têm sido cometidos esses crimes inomináveis.

Obrigado, viu, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos.

Os temas da pauta que não foram objeto da reunião de hoje estão automaticamente transferidos para a próxima reunião, convocada para o dia 12 de julho, quarta-feira, às 9h, em reunião extraordinária desta Comissão destinada à deliberação de proposições.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, esses requerimentos em função de audiência pública nós não podemos aprovar? É só incluir o nome de uma pessoa, porque vai acontecer a audiência e, aí, se a gente adiar...

É só o Requerimento 54. Eu não pedi inversão de pauta em respeito aos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu vou abrir exceção para V. Exa. Eu estou abrindo mão inclusive de um requerimento meu também, mas vamos lá.

Eu passo a palavra ao Senador Izalci Lucas para a leitura do seu requerimento.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 54, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 21/2023 - CAS, seja incluído o convidado que especifica.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para encaminhar.) – Presidente, requeiro, nos termos do artigo conforme o Regimento Interno, audiência pública objeto do Requerimento 21, de 2023, da CAS, para incluir convidado. Proponho na audiência a inclusão do Sr. Messias Ramos Costa, que é representante da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis), exatamente para incluí-lo nessa audiência já aprovada aqui, que é a do Requerimento 21. Peço o apoio de V. Exa. e dos demais colegas Senadores e Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – As Senadoras e os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Tem uma?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, deixo para depois.

(*Iniciada às 10 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 25 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE JULHO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e oito minutos do dia treze de julho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Eduardo Girão, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Alan Rick e Damares Alves. Deixam de comparecer os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Ivete da Silveira, Styvenson Valentim, Leila Barros, Izalci Lucas, Flávio Arns, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Paulo Paim, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Romário, Wilder Morais, Laércio Oliveira e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 14/2023 - CAS, de autoria Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Finalidade:** Debater o aumento do vício em pornografia e suas consequências sociais. **Participantes:** André Henrique de Siqueira, Coordenador de Estudo Sistematizado da Federação Espírita Brasileira; Mizael de Jesus Lima Cardozo Silva, Psicólogo e Vice-Presidente do Instituto Infância Protegida; Rafaella Vieira Lins Parca, Delegada de Polícia Federal - Coordenação de Combate ao Crime Cibernético relacionado ao Abuso Sexual Infantojuvenil; Leticia Amaral Balducci, Especialista em Sexualidade Humana; e Clayton da Silva Bezerra, Presidente do Instituto Federal Kids. **Resultado:** Realizada. Antes de encerrar a reunião, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da reunião anterior e desta reunião, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Eduardo Girão
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/07/13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e cinco minutos do dia vinte e oito de junho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Weverton, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Sergio Moro, Marcio Bittar, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Marcelo Castro, Angelo Coronel, Otto Alencar, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Zenaide Maia, Daniella Ribeiro, Paulo Paim, Humberto Costa, Teresa Leitão, Jorge Kajuru, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Tereza Cristina e Hamilton Mourão. Deixam de comparecer os Senadores Davi Alcolumbre, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Plínio Valério, Omar Aziz, Eliziane Gama, Augusta Brito, Ana Paula Lobato, Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Magno Malta, Eduardo Girão e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 16ª Reunião Ordinária, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Ofício "S" n° 3, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, o nome do Senhor PAULO CEZAR DOS PASSOS, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público dos Estados." **Autoria:** Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais. **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 2 - Ofício "S" n° 4, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, o nome do Senhor FERNANDO DA SILVA COMIN, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público dos Estados." **Autoria:** Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 3 - Ofício "S" n° 5, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, o nome da Senhora IVANA LÚCIA FRANCO CEI, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público dos Estados." **Autoria:** Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais. **Relatoria:** Senador Lucas Barreto. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 4 - Ofício "S" n° 7, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, a indicação do Senhor JAIME CASSIO MIRANDA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público Militar." **Autoria:** Procuradoria-Geral da República. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria *Ad Hoc*:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 5 - Ofício "S" n° 8, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A , inciso II, da Constituição Federal, a indicação do Senhor MOACYR REY FILHO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vaga destinada ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios." **Autoria:** Procuradoria-Geral da República. **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 6 - Ofício "S" n° 9, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, a indicação do Senhor ÂNGELO FABIANO FARIAS, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público do Trabalho." **Autoria:** Procuradoria-Geral da República. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria *Ad hoc:*** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 7 - Ofício "S" n° 10, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, a indicação do Senhor ANTÔNIO EDÍLIO MAGALHÃES TEIXEIRA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público Federal." **Autoria:** Procuradoria-Geral da República. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 8 - Ofício "S" n° 11, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso X, da Constituição Federal, a indicação do Senhor PABLO COUTINHO BARRETO, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao Ministério Público da União." **Autoria:** Procuradoria-Geral da República. **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 9 - Ofício "S" n° 12, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XI, da Constituição Federal, a indicação do Senhor JOÃO PAULO SANTOS SCHOUCAIR, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao Ministério Público estadual." **Autoria:** Procuradoria-Geral da República. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 10 - Mensagem (SF) n° 35, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6° da Lei Complementar nº 80, de 12 de Janeiro de 1994, o nome do Senhor IGOR ROBERTO ALBUQUERQUE ROQUE, Defensor Público Federal, para exercer o cargo de Defensor Público-Geral Federal da Defensoria Pública da União, na vaga decorrente do término do mandato de Daniel de Macedo Alves Pereira." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. A reunião é suspensa às 10 horas e 32 minutos e reaberta às 10 horas e 36 minutos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Weverton
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/06/28

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/PDT - MA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 16ª Reunião, Ordinária.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à leitura dos relatórios referentes às indicações dos itens 1 a 10.

Nos termos art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, esta Presidência comunica às Sras. e aos Srs. Senadores que o processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão será feito em duas etapas. Na primeira etapa, o Relator apresentará o relatório à Comissão, com recomendações, se for o caso, para que o indicado apresente informações adicionais, ocasião em que não será exigida a presença do indicado. Após a apresentação e discussão do relatório na primeira etapa, será concedida vista coletiva automaticamente. Na segunda etapa, a ser realizada em reunião futura, o indicado será submetido à arguição dos membros da Comissão e, em seguida, à votação em escrutínio secreto.

Eu já vou começar pelo item 3, porque o Relator Lucas Barreto está aqui presente, e ele fará a leitura do seu relatório.

Então, nós iremos já direto para o item 3.

ITEM 3

OFÍCIO "S" N° 5, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, o nome da Senhora IVANA LÚCIA FRANCO CEI, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público dos Estados.

Autoria: Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais

Relatoria: Senador Lucas Barreto

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Leitura do Relatório, nos termos do art. 383 do RISF.

Antes de conceder a palavra ao Senador Lucas Barreto, eu já peço aos demais Relatores que estão no sistema semipresencial, que irão participar de forma remota, que fiquem atentos porque, logo em seguida, nós já iremos chamá-los.

Então, eu concedo a palavra ao Senador Lucas Barreto.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP. Como Relator.) – Bom dia, Sr. Presidente; Senador Sergio Moro; Ednaldo, nosso coordenador da CCJ.

Sr. Presidente, nos termos do art. 130-A da Constituição Federal, compõe-se o Conselho Nacional do Ministério Público de 14 membros, com mandato de dois anos, admitida uma recondução, dentre os quais três membros do Ministério Público dos Estados, de onde decorre a presente vaga.

Dessa forma, vem a esta Comissão a análise das informações a respeito da indicada para o biênio 2023/2025, a Sra. Dra. Ivana Lúcia Franco Cei, cujo currículo passamos a resumir.

A indicada é Bacharel em Direito pelo Centro de Estudos Superiores do Estado do Pará, Mestre em Direito Ambiental pela Universidade Federal do Amapá e Doutoranda em Direito pela Universidade John F. Kennedy, em convênio com o Instituto de Educação Superior Latinoamericano (Iesla), Buenos Aires, Argentina. É especialista em Inteligência Estratégica pela Escola Superior de Guerra, além de ser especialista em Direito Penal e Processual Penal e em Direito Civil e Processual Civil.

Ingressou no Ministério Público do Estado do Amapá, como Promotora de Justiça, no ano de 1991, exercendo suas atribuições ao longo de sua carreira em promotorias especializadas de varas cível, família, criminal e auditoria militar e meio ambiente e conflitos agrários. Ainda no ano de 1991, iniciou a carreira docente no Centro de Ensino Superior do Amapá, atuando, também, nos anos de 2020 e 2021, na Escola Judicial do Amapá.

Entre os anos de 2005 e 2009, exerceu a Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amapá e, entre os anos de 2009 e 2011, atuou como Conselheira do Conselho Municipal do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meio Ambiente da Prefeitura do Município de Macapá, tendo sido escolhida, em 2011, Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Amapá. Também exerceu, entre os anos de 2012 e 2013, e 2020 e 2021, a função de Vice-Presidente da Região Norte do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União.

De 2015 a 2019, atuou como Secretária-Geral do Ministério Público do Estado do Amapá e, em 2019, foi escolhida novamente Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Amapá para os biênios 2019/2021 e reconduzida para o biênio de 2021/2023, após ter sido, nas duas eleições, eleita como a candidata mais votada. Em 2021, foi promovida por merecimento ao cargo de Procuradora de Justiça e, no biênio 2021/2022, presidiu o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça do Ministério Público dos Estados e da União (CNPG). Atualmente é Assessora Especial do Procurador-Geral de Justiça do Amapá e Coordenadora do Centro Integrado de Investigação e Inteligência do Ministério Público do Amapá.

É autora dos livros *O Município de Macapá e o gerenciamento de resíduos sólidos, termo de ajustamento de conduta* (Texto e Contexto Editora, 2017), bem como é coautora dos livros *Esmeralda - Coração Verde* (Editora Cortez, 2013) e *Guia de Mamíferos do Estado do Amapá* (Editora Lepa, 2012) e *Direito Ambiental Estadual: o caso das leis ambientais do Amapá* (Unifap Editora, 2021).

Destacam-se, ainda, dentre as qualificações da indicada, sua participação como conferencista e palestrante em diversos eventos, especialmente da área ambiental, além da participação em cursos internacionais sobre meio ambiente. Por fim, a indicada recebeu diversas honrarias concedidas por órgãos do Ministério Público, das Forças Armadas, entre outros.

Instruem a presente indicação todas as declarações e os documentos exigidos pelo art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, pelo art. 5º da Resolução do Senado Federal nº 7, de 2005, e pelo art. 1º do Ato nº 1, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sem que deles se observe qualquer óbice.

Diante do exposto, entendemos que as Sras. e os Srs. Senadores integrantes desta Comissão dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação da Sra. Ivana Lúcia Franco Cei, para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/PDT - MA) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, ficando para a futura reunião processo de arguição da candidata e a votação, nos termos do art. 383, II, "b".

Obrigado, Senador Lucas Barreto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 4 da pauta.

ITEM 4

OFÍCIO "S" N° 7, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, a indicação do Senhor JAIME CASSIO MIRANDA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público Militar.

Autoria: Procuradoria-Geral da República

Relatoria: Senador Hamilton Mourão (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Leitura do Relatório, nos termos do art. 383 do RISF.

Eu concedo aqui a palavra e convido o Senador Sergio Moro para fazer o relatório *ad hoc*.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Fazendo as vezes aqui do Senador Hamilton Mourão, com muita honra, passo à leitura do relatório.

Submete-se ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a indicação, pela PGR, do Sr. Jaime de Cassio Miranda, para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), na vaga destinada à representação do Ministério Público Militar, nos termos do inciso II do art. 130-A da Constituição Federal.

Segundo o art. 130-A, os membros do CNMP serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta desta Casa, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução, assegurando-se a representação de cada uma das carreiras para preenchimento das quatro vagas destinadas ao Ministério Público da União.

O indicado encaminhou a documentação exigida pelos citados atos normativos, bem como seu currículo, que passamos a descrever.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jaime de Cassio Miranda concluiu a Escola Preparatória de Cadetes do Ar, em 1979, e concluiu o Curso de Oficiais Aviadores da Academia da Força Aérea, em 1983. Graduou-se em Direito pela Universidade de Brasília e, pela mesma instituição, especializou- se em Direito Internacional dos Conflitos Armados, em 2004.

Nas últimas duas décadas, o indicado dedicou-se ao aperfeiçoamento de seus conhecimentos acadêmicos, participando de mais de 30 cursos, congressos e seminários sobre temas como direitos humanos, direito penal e processual penal.

Aqui há uma relação de várias palestras e cursos de que o candidato participou.

Continuando, Jaime de Cassio Miranda iniciou sua carreira profissional, em 1984, como Oficial da Força Aérea Brasileira, cargo no qual permaneceu até 1999, quando ingressou no Ministério Público Militar, em razão de aprovação em 1º lugar no 9º concurso para Promotor de Justiça Militar. Atuou como Diretor-Geral do MPM nos períodos de 2004 a 2005 e de 2012 a 2016. Foi Procurador-Geral de Justiça Militar de 2016 a 2018 e novamente de 2018 a 2020. Ocupou o cargo de Secretário-Geral do CNMP de 2020 a 2022. Foi nomeado Conselheiro Nacional do Ministério Público em 2022, para um mandato no biênio que se encerra em 2024.

Entre as principais atividades exercidas no MPM, consigno: a coordenação dos Núcleos Estaduais da Escola Superior do Ministério Público da União; a participação como integrante titular do Comitê Técnico Gestor do Modelo Nacional de Interoperabilidade do Poder Judiciário e do Ministério Público; assim como a Presidência da Comissão Especial do Centenário do Ministério Público Militar, destinada a coordenar e organizar as comemorações alusivas ao centenário da criação do órgão.

Como Secretário-Geral do CNMP, destacam-se a execução orçamentária de 98% dos recursos em 2020 e de 99% do orçamento em 2021, a implementação do Plenário Virtual e do Projeto Thundera, que monitora o cumprimento do plano de gestão anual e modernizou o parque tecnológico do conselho. Como Conselheiro do CNMP, vale registrar a atuação como Presidente da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública e a realização de 11 edições do Projeto Segurança Pública em Foco, que promove o diálogo entre diferentes instituições sobre o tema.

Sua atuação exemplar e conduta impecável renderam-lhe mais de duas dezenas de elogios e condecorações, como: Medalha Mérito Santos Dumont, da Aeronáutica; Medalha do Pacificador, do Exército; Medalha Ordem do Mérito Naval, da Marinha; Medalha de Honra do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Contas; Ordem do Mérito da Advocacia-Geral da União; diploma por haver sido promovido na Ordem do Mérito Militar.

O indicado apresentou lista de documentos e declarações exigidos pelo inciso I do art. 383 do RISF, a saber: declaração de que não possui parente que exerce ou exerceu atividades, públicas ou privadas; declaração de que não é proprietário, sócio ou gerente de empresa; declaração de regularidade fiscal;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

declaração de que não é autor ou réu em ações judiciais; declaração de que não atuou, nos últimos cinco anos, em cargos de conselhos de empresas estatais.

Em sua argumentação a esta Casa, o indicado destaca o ingresso aos 16 anos na Força Aérea Brasileira, instituição na qual permaneceu por mais de 20 anos, até o posto de major-aviador, bem como os mais de 20 anos de atuação nos quadros do MPM. Registra, ainda, a oportunidade de exercer o cargo de Secretário-Geral do CNMP e a assessoria direta ao Presidente daquele conselho, assim como o exercício de funções como: a relatoria da proposição que deu origem ao Código de Ética do Ministério Público; a conclusão de 79% dos 150 processos e recursos recebidos para relatoria; a assinatura de acordo de cooperação com a Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados, para disseminar a metodologia da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado; a participação no grupo de trabalho interinstitucional para apresentação da nova regulamentação do Estatuto do Desarmamento.

Demonstra, portanto, ao longo de mais de 48 anos de serviço público, possuir experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público.

Encontram-se, assim, atendidas todas as exigências das normas pertinentes à instrução do processo.

Diante do exposto, entendemos que as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores integrantes da CCJ dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação.

É o parecer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/PDT - MA) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, ficando para futura reunião o processo de arguição do candidato e a votação, nos termos do art. 383, II, "b".

Obrigado, Senador Sergio Moro.

Eu passo agora para o item 1.

ITEM 1

OFÍCIO "S" Nº 3, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, o nome do Senhor PAULO CEZAR DOS PASSOS, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público dos Estados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais

Relatoria: Senador Marcio Bittar

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Leitura do Relatório, nos termos do art. 383 do RISF.

Eu concedo a palavra ao Senador Marcio Bittar para proferir o seu relatório, ao tempo também que eu, toda a Comissão de Constituição e Justiça e a Casa desejamos feliz aniversário ao nosso querido Senador Marcio Bittar. O Acre e o Brasil todo hoje estão comemorando a vida, a sua saúde. Que Deus continue sempre lhe abençoando.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Obrigado, Presidente, pelo cumprimento – são 60 com um corpinho de 59,5. Muito obrigado pela lembrança.

Sr. Presidente, parabéns pela sua Presidência nesta importante Comissão.

Passo a relatar.

É submetida ao exame do Senado Federal a indicação do Sr. Paulo Cezar dos Passos para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), no biênio 2023-2025, nos termos do inciso III do art. 130-A da Constituição Federal.

Consoante o citado artigo constitucional, os membros do CNMP serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta dos membros desta Casa, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 2º da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, e do art. 383, II, "e", do Regimento Interno do Senado Federal, efetuar a sabatina do indicado, que deve preceder a decisão do Plenário sobre a matéria.

Em cumprimento ao disposto no art. 5º da Resolução e no art. 383, I, "a", do RISF, foi encaminhado o currículo do indicado, que passamos a resumir.

Natural de Pereira Barreto, Estado de São Paulo, o indicado nasceu em 4 de fevereiro de 1967. Ainda muito jovem, mudou-se para Campo Grande, Mato Grosso do Sul, em 1969.

Começou a trabalhar aos 14 anos como *office-boy*. Formou-se em Direito, em 1989, nas Faculdades Unidas Católicas. É especialista em Direito Processual Civil pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB); mestre em Direito Processual Penal e Cidadania pela Universidade Paraense (Unipar); doutorando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em Direito Penal pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); e doutorando em Direito pela Universidade de São Paulo (USP).

Foi professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), da Escola Superior da Magistratura e da Fundação Escolar Superior do Ministério Público. Atualmente, é professor da Universidade Católica Dom Bosco e da Escola de Direito do Ministério Público em Direito Processual Penal.

É autor de diversos livros e artigos jurídicos.

O indicado exerceu a advocacia entre os anos de 1990 e 1991. Foi Defensor Público do Estado de Mato Grosso do Sul de 1991 a 1992, quando ingressou para o Ministério Público daquele estado.

No Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, foi Promotor de Justiça, assessor do Corregedor-Geral, Presidente da Associação dos Membros do Ministério Público, chefe de gabinete do Procurador-Geral de Justiça, Procurador de Justiça e Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional.

Foi nomeado Procurador-Geral de Justiça para o biênio 2016-2018, tendo sido reconduzido para o biênio 2018-2020. Como Procurador-Geral, foi eleito Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União. Foi Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional do Ministério Público. Atualmente, é membro do Conselho Nacional do Ministério Público, tendo sido nomeado para o biênio 2021-2023.

Instruem a presente indicação todos os documentos e declarações requeridos pelo art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal e pelo art. 5º da Resolução do Senado Federal nº 7, de 2005.

Declara, também, o indicado, com base no art. 383, inciso I, alínea "b", item 5, e §2º, do Risf, e na alínea "e", do inciso II, do art. 1º, do Ato nº 1, de 2007, da CCJ, que atuou como membro do Ministério Público nos últimos cinco anos. Informa, ainda, com base nesses mesmos dispositivos regimentais, que não atuou, nos últimos cinco anos, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

O indicado apresenta, nos termos do art. 383, inciso I, alínea "b", item 3, e §3º, do Risf, e do art. 1º, inciso II, alínea "c" e §2º do Ato nº 1, de 2007, da CCJ, declaração sobre sua regularidade fiscal nos âmbitos federal, estadual e municipal, conforme documentação comprobatória, em anexo, emitida pelos órgãos competentes.

O indicado informa que não exerce cargo ou atividade como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais, nos termos do art. 383, inciso I, alínea "b", item 2 e §2º, do Risf, e da alínea "b", do inciso II, do art. 1º do Ato nº 1, de 2007, da CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Declara também, com base no mesmo artigo, inciso, alínea, item 1, que não tem familiares que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional.

O indicado informou não haver ações judiciais em que figure como parte, seja como autor ou réu, em todo e qualquer grau de jurisdição, bem como em procedimento administrativo-disciplinar, nos termos do art. 383, inciso I, alínea "b", item 4, e § 2º, do Risf c/c a alínea "d", do inciso II, do art. 1º do Ato nº 1, de 2007, da CCJ.

O indicado apresenta, com base no art. 383, inciso I, alínea "c", do Risf, e nos termos do inciso III, do art. 1º, do Ato nº 1, de 2007, da CCJ, argumentação escrita com o objetivo de demonstrar, em síntese, sua experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade para a qual está sendo indicado.

Em face do exposto, opinamos pela regularidade da instrução processual e pelo atendimento aos requisitos constitucionais, legais e regimentais exigidos, a fim de que o nome do indicado seja submetido à apreciação da CCJ e, após, à deliberação do Plenário do Senado Federal.

Sala da Comissão.

Sr. Presidente, era o que eu tinha para relatar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/PDT - MA) – Obrigado, Senador Marcio Bittar.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, esta Presidência concede vista coletiva, ficando para futura reunião o processo de arguição do candidato e a votação, nos termos do art. 383, II, "b".

ITEM 2

OFÍCIO "S" N° 4, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, o nome do Senhor FERNANDO DA SILVA COMIN, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público dos Estados.

Autoria: Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais

Relatoria: Senador Esperidião Amin

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Leitura do Relatório, nos termos do art. 383 do RISF.

Eu concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin para proferir o seu relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Presidente, o senhor pode me colocar no próximo, por favor, porque eu estou no meio de uma entrevista?

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/PDT - MA) – Posso. O.k.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/PDT - MA) – Boa entrevista, Senador.

Eu pergunto ao Senador Mecias de Jesus se V. Exa. está aí a postos e se eu já poderia chamá-lo.

Senador Mecias. (*Pausa.*)

Senador Mecias. (*Pausa.*)

Senador Mecias, nós estamos com V. Exa. na tela. O senhor me ouve?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Por videoconferência.*) – Presidente Weverton, nós estamos sem som. Não consigo te ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/PDT - MA) – Nós estamos te ouvindo muito bem.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Por videoconferência.*) – Presidente, V. Exa. está sem som.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/PDT - MA) – Eu pergunto ao Senador Angelo Coronel ou outros Senadores que estão de forma remota se tem alguém a postos aí, porque a gente já vai adiantando.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Por videoconferência.*) – Presidente, não conseguimos te ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/PDT - MA) – Eu peço que entrem em contato com a assessoria do Senador Mecias para ele sair do aplicativo e entrar novamente.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Por videoconferência.*) – Pede para avisar lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/PDT - MA) – Pede para ele sair e entrar novamente.

Eu pergunto, Senador Humberto Costa, Senadora Daniella Ribeiro, Senador Angelo Coronel...

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB. *Por videoconferência.*) – O som, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/PDT - MA) – Senadora Daniella Ribeiro...

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/PDT - MA) – Senadora Daniella. (*Pausa.*)

Senadora Daniella Ribeiro, está me escutando?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Por videoconferência.*) – Presidente Weverton...

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB. *Por videoconferência.*) – Não tem som.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Por videoconferência.*) – Não está chegando o som dele, não é, Dani?

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB. *Por videoconferência.*) – Não tem som. Não estou ouvindo nada.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/PDT - MA) – Estranho, não é?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Por videoconferência.*) – Mas você está me ouvindo, Dani?

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB. *Por videoconferência.*) – Estou te ouvindo, mas não o estou ouvindo também.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Por videoconferência.*) – O som dele não chega aqui, e eu estou te ouvindo bem.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB. *Por videoconferência.*) – Eu também.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Por videoconferência.*) – Você é Relatora de qual item?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB. *Por videoconferência*.) – Eu sou Relatora do – espere aí, só vou olhar aqui – Dr. Antônio Edílio. Vou ver qual é o item aqui.

Estão ajeitando o som dele, eu acho, não é?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Por videoconferência*.) – Antônio Edílio, cabra bom da peste.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB. *Por videoconferência*.) – É verdade. Não tem...

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/PDT - MA) – Senador Otto Alencar, V. Exa. está escutando?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Por videoconferência*.) – Eles sumiram da tela...

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/PDT - MA) – Senador Otto Alencar, o senhor está escutando?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Por videoconferência*.) – Acho que deu problema na...

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB. *Por videoconferência*.) – Senador Otto, você está me ouvindo?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Por videoconferência*.) – Estou ouvindo.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/PDT - MA) – Está ouvindo, não é?

Então, eu vou convidar o Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Por videoconferência*.) – Estou ouvindo, menos o Weverton.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/PDT - MA) – Senador Otto...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Por videoconferência*.) – Estou ouvindo você e o Mecias.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/PDT - MA) – Senador Otto, V. Exa. me escuta? (*Pausa.*)

Também não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estranho, não é?

Senador Otto, se o senhor estiver me escutando, levante a mão, por favor.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Por videoconferência.*) – Weverton, ninguém está te ouvindo, não. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/PDT - MA) – Então...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Por videoconferência.*) – Presidente, deu uma pane aí no seu sistema de som.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/PDT - MA) – É. Deu uma pane aí. Qual é a sugestão aqui da Comissão? Nós vamos derrubar o *link* e mandar novamente outro? Como faz?

Nós vamos fazer o seguinte, eu vou suspender aqui por cinco minutos e peço que a Comissão gere um outro *link* e mande para os Senadores.

(*Suspensa às 10 horas e 32 minutos, a reunião é reaberta às 10 horas e 36 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/PDT - MA) – Vamos retornar à reunião.

Eu pergunto ao Senador Mecias de Jesus se V. Exa. está nos escutando. Senador Mecias?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Por videoconferência.*) – Estou ouvindo, Presidente, em alto e bom som.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/PDT - MA) – Senador Mecias, eu vou chamar aqui o item 5 da pauta.

ITEM 5

OFÍCIO "S" Nº 8, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, a indicação do Senhor MOACYR REY FILHO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Autoria: Procuradoria-Geral da República

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Leitura do Relatório, nos termos do art. 383 do RISF.

Senador Mecias de Jesus, eu lhe concedo a palavra para proferir o relatório.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Presidente Weverton, cumprimento V. Exa., cumprimento todos os colegas Senadores e Senadoras.

Submete-se à análise desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a indicação, pela Procuradoria-Geral da República, do Sr. Moacyr Rey Filho para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), na vaga destinada ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, nos termos do inciso II do art. 130-A da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004.

O processo de apreciação de indicações de autoridades é regulado pelo art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o qual determina que esta Comissão de Constituição e Justiça se reúna para sabatinar o indicado, antes que a matéria seja encaminhada ao Plenário da Casa para deliberação final. Adicionalmente a essa disposição regimental, a (*Falha no áudio.*)... disciplina específica a respeito da deliberação sobre os nomes indicados para compor o CNMP também é firmada na Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, assim como no Ato nº 1, de 17 de outubro de 2007, desta Comissão.

O inciso I do art. 383 do Regimento Interno estabelece que a mensagem deverá estar acompanhada de amplos esclarecimentos sobre o candidato e de seu *curriculum vitae*.

O indicado encaminhou a documentação exigida pelos citados atos normativos, bem como seu currículo (art. 383, I, "a", do Regimento Interno), que passamos a descrever, Presidente.

Moacyr Rey Filho obteve a graduação em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) em 1998. É especialista em Direito Constitucional pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), tendo obtido o título em 2006. Também obteve o título de mestre em Direito, pelo UniCEUB, em 2017, com dissertação intitulada "Saúde Pública Complementar: Normas, Modelagem Institucional e Práticas".

No que concerne à sua atuação profissional, Moacyr Rey Filho possui mais de 30 anos de serviço público, sendo 11 como servidor do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) e 19 como Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, cargo que ocupa desde 2004. Desempenhou, no Ministério Público, importantes funções, das quais destacamos as seguintes:

- chefe de gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- membro auxiliar do CNMP, na Comissão de Acompanhamento Legislativo e de Jurisprudência;

- integrante da Assessoria de Políticas Institucionais da Procuradoria-Geral de Justiça do MPDFT;

- Promotor de Justiça nas Promotorias Criminais de Brasília, Samambaia, Taguatinga, Gama, Sobradinho e Santa Maria;

- Promotor de Justiça nas Promotorias de Defesa do Patrimônio, da Ordem Urbanística, do Meio Ambiente e da Fazenda Pública;

- Promotor de Justiça nas Promotorias de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, Infracionais e de Execuções de Medidas Socioeducativas;

O indicado também, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, é autor de capítulos de diversos livros, a exemplo da publicação *Mapeamento das Competências Gerenciais para o Setor Público: da Teoria à Prática* e da *Coletânea Direito à Saúde: Institucionalização* – Conass –, além de ser autor de diversos artigos veiculados em revistas especializadas, os quais versam, essencialmente, sobre matéria de direito constitucional, especialmente no que concerne ao direito à saúde.

Atualmente, é Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, biênio 2021-2023, e está sendo indicado à recondução para esse conselho, a fim de cumprir um novo biênio.

Feitas essas considerações, registre-se que o indicado encaminha também as informações necessárias ao atendimento das exigências que constam do art. 383, inciso I, alínea "b", do Regimento Interno do Senado, conforme evidenciado a seguir.

Nos termos do art. 383, inciso I, alínea "b", item 1, e §2º, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c a alínea "a", do inciso II, do art. 1º do Ato nº 1, de 2007, da CCJ, o indicado apresenta declaração por escrito de que não possui parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à sua atividade profissional.

Quanto ao exercício de cargo ou atividade como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não-governamentais, nos termos do art. 383, inciso I, alínea "b", item 2 e §2º, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c a alínea "b", do inciso II, do art. 1º do Ato nº 1, de 2007, da CCJ, o indicado informa que não as exerce e nem as exerceu, a qualquer tempo.

O indicado apresenta, nos termos do art. 383, inciso I, alínea "b", item 3, e §3º, do Regimento Interno do Senado, c/c o art. 1º, inciso II, alínea "c" e §2º do Ato nº 1, de 2007, da CCJ, declaração sobre sua regularidade fiscal nos âmbitos federal e distrital, conforme certidões e documentos anexos, emitidos pelos órgãos competentes.

No que se refere à declaração sobre a existência de ações judiciais em que figure como parte, seja como autor ou réu, em todo e qualquer grau de jurisdição, bem como em procedimento administrativo-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disciplinar, nos termos do art. 383, inciso I, alínea "b", item 4, e §2º, do Regimento Interno, c/c a alínea "d", do inciso II, do art. 1º do Ato nº 1, de 2007, da CCJ, o indicado informa a sua inexistência, conforme comprovado pelas certidões e documentos em anexo.

Declara ainda, com base no art. 383, inciso I, alínea "b", item 5, e §2º, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c a alínea "e", do inciso II, do art. 1º, do Ato nº 1, de 2007, da CCJ, que não atuou, nos últimos cinco anos, contados retroativamente ao ano de 2023, em juízos e tribunais, nem em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

Ainda, o indicado apresenta, com fundamento no art. 383, inciso I, alínea "c", do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o inciso III, do art. 1º, do Ato nº 1, de 2007, argumentação escrita com o objetivo de demonstrar, em síntese, sua experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade para a qual está sendo indicado.

Por fim, compreendemos que o indicado preenche os requisitos legais e constitucionais para ser reconduzido a integrar o Conselho Nacional do Ministério Público, órgão fundamental na fiscalização administrativa, financeira e disciplinar do Ministério Público no Brasil e de seus membros.

Em face do exposto, Sr. Presidente, as Sras. e Srs. Senadores que compõem esta Comissão de Constituição e Justiça têm à sua disposição as informações necessárias para deliberar sobre a indicação do Sr. Moacyr Rey Filho para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Essas são as informações e relatório, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/PDT - MA) – Obrigado, Senador Mecias de Jesus.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, ficando para futura reunião o processo de arguição do candidato e a votação, nos termos do art. 383, II, "b".

Nós iremos para o item 2.

Senador Esperidião Amin.

ITEM 2

OFÍCIO "S" N° 4, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, o nome do Senhor FERNANDO DA SILVA COMIN, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público dos Estados.

Autoria: Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Leitura do Relatório, nos termos do art. 383 do RISF.

Senador Esperidião Amin, eu lhe concedo a palavra para que possa proferir o seu relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Presidente.

Está me ouvindo?

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA) – Estou ouvindo-o bem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Obrigado.

Presidente, quero agradecer-lhe pela delicadeza de atender o meu apelo. Eu estava concluindo uma entrevista ao vivo e coincidiu com o momento de fazer este relato. E agradeço também por me dar essa segunda época, essa segunda chance. O senhor é do tempo de segunda época, não é? Deve ter feito, umas três ou quatro vezes, segunda época, pelo menos no ginásio. Sendo até da época do ginásio, do ensino médio, o senhor deve ter – sempre simpático – conseguido satisfazer...

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/PDT - MA) – Nos livros de história, já ouvi falar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – ...as necessidades.

Mas quero saudar a todos e agradecer também ao Presidente Davi Alcolumbre pela minha designação para Relator desse processo que diz respeito a um catarinense que exerceu uma função de grande responsabilidade: Procurador-Geral de Justiça, atravessou momentos difíceis, momentos delicados do ponto de vista institucional. Houve o afastamento do Governador do Estado para responder a processo de *impeachment.* S. Exa. se houve com o equilíbrio que é tão necessário em momentos tão delicados quanto esse. Em alguns outros estados também ocorreram, e é bom que não ocorra, mas, quando ocorre, é preciso que as instituições estejam sendo dirigidas por pessoas com sensatez e equilíbrio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dito isso, quero dizer que o relatório foi disponibilizado com bastante antecedência e eu só quero dizer que os membros do CNMP são nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovação da escolha pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para um mandato em dois anos, admitindo-se uma recondução. Na composição do Conselho, três conselheiros devem ser membros do Ministério Público dos estados. É o caso desta indicação.

Portanto, o que me cabe dizer é que o previsto no art. 383, que é o dispositivo do nosso regimento, que dispõe sobre os requisitos, está absolutamente satisfeito.

O indicado, como eu falei, exerceu o cargo de Procurador-Geral de Justiça, mas não foi o único cargo da sua carreira muito profícua. Ele lecionou na Escola da Magistratura do Estado de Santa Catarina e na Escola do Ministério Público de Santa Catarina, tendo sido Professor da Universidade do Oeste de Santa Catarina.

É de sua autoria: *Aspectos destacados da publicidade do inquérito civil: atividade investigatória e sigilo*.

O indicado listou a apresentação de diversos trabalhos em conferências, seminários e palestras e a sua participação em congressos e outros eventos.

Atende, completamente, o previsto na Resolução nº 7, no seu art. 5º, do já citado art. 383 do Regimento Interno da Casa, fazendo aquelas declarações que o Senador Mecias, igualmente, pautou, que são, na verdade, sete possíveis impedimentos, ou seja, nenhum dos sete possíveis impedimentos acossa a indicação do Dr. Fernando da Silva Comin.

Na sua argumentação escrita o indicado ressaltou que ao longo dos 22 anos como membro do Ministério Público de Santa Catarina, tendo ocupado, repito, por dois mandatos, o cargo de chefia da instituição, sempre atuou, com zelo e dedicação nas honrosas funções que a ele foram confiadas, buscando diálogo franco, leal e transparente com as pessoas e com o poder público, demonstrando, desse modo, sua experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para integrar o CNMP, circunstâncias e informações que eu já referendei no início desta exposição.

Diante do exposto, entendemos que os Srs. Senadores e Senadoras integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional do Ministério Público.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/PDT - MA) – Obrigado, caro colega Esperidião Amin.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, ficando para futura reunião o processo de arguição do candidato e a votação, nos termos do art. 383, II, "b".

ITEM 8

OFÍCIO "S" N° 11, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-B, inciso X, da Constituição Federal, a indicação do Senhor PABLO COUTINHO BARRETO, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao Ministério Público da União.

Autoria: Procuradoria-Geral da República

Relatoria: Senador Angelo Coronel

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Leitura do Relatório, nos termos do art. 383 do RISF.

Concedo a palavra ao Senador Angelo Coronel para proferir seu relatório.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator. *Por videoconferência*.) – ... na condução desses trabalhos... (*Falha no áudio.*)

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Por videoconferência*.) – Está ouvindo o som agora, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/PDT - MA) – Estou ouvindo bem, lhe assistindo e morrendo de inveja, porque eu tenho certeza de que a V. Exa. deve estar em Salvador numa hora dessa.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Por videoconferência*.) – Com certeza, Presidente.

Eu quero parabenizá-lo porque vejo que V. Exa. está bem posicionado nessa poltrona. Quiçá o nosso Senador Vanderlan, aliás, o Senador Davi Alcolumbre, que preside a CCJ, não faz uma carta de renúncia para que V. Exa. assuma definitivamente esse posto que tão bem foi talhado para uma pessoa do seu conteúdo.

Mas vamos ao relatório, nobre Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício S nº 11, de 2023, da Procuradoria-Geral da República, que submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso X, da Constituição Federal, a indicação do Sr. Pablo Coutinho Barreto, para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na vaga destinada ao Ministério Público da União.

Vamos ao relatório, Sr. Presidente.

Submete-se ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a indicação, pela Procuradoria-Geral da República, do Sr. Pablo Coutinho Barreto, para integrar o CNJ, na vaga destinada ao Ministério Público da União, nos termos do inciso X do art. 103-B da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004.

Segundo o art. 103-B, *caput,* e §2º, da Lei Maior, os membros do CNJ serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta desta Casa, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Cabe a esta Comissão proceder à sabatina dos indicados, de acordo com a Resolução nº 7, de 27 de abril de 2005, e com o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (Risf).

O indicado encaminhou a documentação exigida pelos citados atos normativos, bem como seu currículo, que passamos a descrever.

Pablo Coutinho Barreto graduou-se em Direito em 2000, pela Universidade Federal da Bahia. Em 2002, especializou-se em Direito Civil pela Fundação Faculdade de Direito da Bahia. Em 2011, obteve o título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe, tendo apresentado a dissertação *Conflitos Ambientais, o direito à água e mediação no Baixo São Francisco: a atuação do Ministério Público Federal em Sergipe.*

Em pouco mais de uma década, o indicado teve um livro, capítulos de livros e diversos artigos publicados, entre os quais registro:

a) Internet e regulação: o Marco Civil da Internet como estratégia (necessária) de governança nacional. In: *Proteção de dados pessoais e investigação criminal*. 1ª ed.; Brasília: Editora ANPR;

b) *O anteprojeto da LGPD penal, a (in)segurança pública e a (não) persecução penal*. In: *Proteção de dados pessoais e investigação criminal*. 1ª ed., Brasília: Editora ANPR, 2020;

c) *Reflexões do novo Código de Processo Civil na distribuição do ônus da prova em matéria ambiental*;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

d) *Conflitos ambientais, o direito à água e mediação: A atuação do Ministério Público Federal em Sergipe no baixo São Francisco*. Editora Omniscriptum;

e) *A judicialização e a mediação de políticas públicas relacionadas ao direito à água*;

f) *O Supremo Tribunal Federal e a democracia: por um modelo plural e legitimador*. Evocati Revista.

Vamos ao Pablo.

Pablo Barreto iniciou sua carreira profissional em 2001 como advogado associado junto ao Escritório de Advocacia Lemos & Kramel Advogados Associados. Em 2003 foi nomeado Procurador Federal junto à Agência Nacional de Transporte Aquaviário. Em 2004 foi nomeado para o cargo de Procurador da República, tendo sido lotado no Espírito Santo no período de 2004 a 2005; no Município de Juazeiro, de 2005 a 2008; em Sergipe, de 2009 a 2012; na Bahia, no período de 2012 a 2018; e no Distrito Federal, de 2018 a 2022. Foi promovido, por merecimento, a Procurador Regional da República, com lotação na Procuradoria Regional da República da 6ª Região e posteriormente foi removido para a Procuradoria Regional da República da 1ª Região.

Entre as principais atividades exercidas ao longo de anos no Ministério Público Federal, destacam-se:

a) Membro colaborador do Conselho Nacional do Ministério Público junto à Comissão Temporária de Defesa da Democracia;

b) Representante do Conselho Nacional do Ministério Público junto ao Gabinete de Gestão Integrada da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro;

c) Membro titular do Conselho Nacional do Meio Ambiente;

d) Procurador Eleitoral Auxiliar, em Sergipe, e Procurador Eleitoral Substituto, em Sergipe e na Bahia;

e) Procurador-Chefe da Procuradoria da República na Bahia (2013-2015);

f) Membro do Grupo de Controle Externo da Atividade Policial da Procuradoria da República em Pernambuco.

Ao longo de sua carreira, o indicado recebeu vários elogios e condecorações, com destaque para: a) elogio pelo denodo e profissionalismo demonstrados no desempenho das atividades atinentes ao Grupo de Trabalho de Inovação no Enfrentamento da Corrupção por meio da Tecnologia da Informação, instituído no âmbito da Comissão de Enfrentamento da Corrupção do CNMP; b) elogio também pelo denodo e profissionalismo demonstrados no desempenho das atividades atinentes à Estratégia Nacional de Controle

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro, no âmbito da Comissão Nacional de Enfrentamento à Corrupção do CNMP; e, também, c) Medalha de Mérito da Segurança Pública, concedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia.

O indicado apresentou lista de documentos e declarações exigidos pelo inciso I do citado art. 383 do Risf, a saber:

a) declaração que atende aos requisitos de vedação ao nepotismo, nos termos do art. 383, inciso I, alínea "b", 1 e §2º, do Regimento Interno do Senado Federal. Portanto, não possui parente que exerce ou exerceu atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional;

b) declaração de que não é proprietário, sócio ou gerente de qualquer outra pessoa jurídica, empresa ou entidade não governamental;

c) declaração de regularidade fiscal, nos âmbitos federal e do Distrito Federal, não havendo quaisquer pendências;

d) declaração de que não é autor ou réu em ações judiciais;

e) declaração de que jamais atuou em conselhos de administração de empresas estatais, em cargos de direção das agências reguladoras ou perante juízos e tribunais, exceto na representação do Ministério Público Federal.

Em sua argumentação a esta Casa, o indicado destaca os mais de 19 anos de atuação nos quadros do Ministério Público Federal sem qualquer mácula correcional e a oportunidade, ao longo dessa jornada, de atuar em todas as áreas temáticas do MPF. Registra, ainda, o compromisso, caso seu nome seja aprovado, de envidar todos os esforços para contribuir com o aperfeiçoamento do Poder Judiciário brasileiro, especialmente em relação ao controle de sua atuação administrativa e financeira e ao cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.

Demonstra, portanto, o nosso conterrâneo, baiano de Piritiba, possuir experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público.

Encontram-se, assim, atendidas todas as exigências das normas pertinentes à instrução do processo.

Diante do exposto, entendemos que as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores integrantes desta CCJ dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação.

Quero ressaltar, Presidente Weverton, grande liderança do Estado do Maranhão e quiçá do Brasil, que o Dr. Pablo, como falei, é baiano da cidade de Piritiba, onde goza de prestígio sem dimensão, com o título de Cidadão daquela cidade, sempre condecorado. É o filho nobre e honrado da cidade de Piritiba, uma cidade pequena fincada na Chapada Diamantina, na Bahia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este é o parecer, Sr. Presidente Weverton.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/PDT - MA) – Só com essa parte final já dava para aprovar, viu, Senador Coronel? Quero cumprimentá-lo mais uma vez e registrar o nosso carinho e o reconhecimento pelo brilhante trabalho que V. Exa. tem tido aqui nesta Casa, representando tão bem o Estado da Bahia.

Eu coloco em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, ficando para futura reunião o processo de arguição do candidato e a votação, nos termos do art. 383, II, "b".

Nós iremos para o item 7, da Senadora Daniella Ribeiro.

ITEM 7

OFÍCIO "S" Nº 10, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, a indicação do Senhor ANTÔNIO EDÍLIO MAGALHÃES TEIXEIRA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público Federal.

Autoria: Procuradoria-Geral da República

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Leitura do Relatório, nos termos do art. 383 do RISF.

A relatoria é da nossa querida Senadora Daniella Ribeiro, a quem concedo a palavra para proferir o seu relatório.

Senadora Daniella, V. Exa. está me escutando? (*Pausa.*)

Senadora Daniella Ribeiro, V. Exa. me escuta?

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB. *Por videoconferência.*) – Escuto, sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/PDT - MA) – KAP...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB. *Por videoconferência*.) – Está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/PDT - MA) – KAP (kilo, alfa, papa). (*Risos.*)

V. Exa. está com a palavra.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar o Senador Weverton, que está presidindo esta reunião da Comissão de Constituição e Justiça; cumprimentar os colegas Senadores e Senadoras; cumprimentar o meu Líder, de forma muito especial, o Senador Otto Alencar, e em sua pessoa cumprimentar todos os colegas.

Eu passo à leitura, Sr. Presidente, dizendo o quanto me honra ser Relatora da pessoa da estirpe do Dr. Antônio Edílio Magalhães. E aqui começo.

Submete-se ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a indicação, pela Procuradoria-Geral da República, do Sr. Antônio Edílio Magalhães Teixeira, para ser reconduzido ao Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada ao Ministério Público Federal, nos termos do inciso II do art. 130-A da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004.

Segundo o art. 130-A da Lei Maior, os membros do CNMP serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta desta Casa, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Cabe a esta Comissão proceder à sabatina dos indicados, de acordo com a Resolução nº 7, de 27 de abril de 2005, e com o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal

O indicado encaminhou a documentação exigida pelos citados atos normativos, bem como seu currículo, que passamos a descrever.

Antônio Edílio Magalhães Teixeira graduou-se em Ciências Jurídicas em 1992, pela Universidade de Fortaleza. Em 2000, especializou-se em Direito Comunitário na Universidade de Lusíada, no Porto, em Portugal. Desde 2006, é mestre em Direito Público, na linha de Direitos Fundamentais e Democracia, pela Universidade Federal de Pernambuco. Em 2009, publicou a obra *Processo Ambiental: uma proposta de razoabilidade e duração do processo*. Iniciou sua carreira profissional como advogado no Estado do Ceará, no ano de 1992. Após aprovação em concurso público, ingressou em 1993 nos quadros da Promotoria de Justiça do Estado do Maranhão – do Maranhão, viu, Sr. Presidente? –, tendo atuado em diversas comarcas, onde atuou pelo prazo de três anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 1996, foi nomeado Procurador da República na Paraíba, tendo exercido as atribuições de Procurador-Chefe no Ministério Público daquele Estado entre 2003 e 2004 e de Procurador-Chefe do Ministério Público da 5ª Região, com sede em Recife, de 2015 a 2016. Desde então, segue lotado no Estado da Paraíba, onde atua como Procurador Regional da República desde 2022.

Possui 20 anos de atuação direta em órgãos colegiados, como o Tribunal Regional Federal da 5ª Região por 12 anos, o Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco por 2 anos, o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba por 4 anos e o Conselho Nacional do Ministério Público, do qual é membro desde 2021.

Ao longo de sua carreira, o indicado recebeu várias condecorações, dentre as quais destaco os títulos de Cidadão Paraibano e Pernambucano, recebidos em 2001 e em 2018, respectivamente; a Medalha de Alta Distinção Epitácio Pessoa, mais elevada comenda conferida pela Assembleia Legislativa da Paraíba em 2005; e a Medalha Olavo Bilac, conferida pela Academia de Estudos e Assuntos Históricos do Exército Brasileiro, em 2018.

O indicado apresentou lista de documentos e declarações exigidos pelo inciso I do citado art. 383 do Risf, a saber:

a) declaração que não possui parente que exerce ou exerceu atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional;

b) declaração que foi titular de uma microempresa criada no ano de 1988, na cidade de Varjota, no Ceará, da qual se afastou definitivamente em 1992, quanto passou a morar e trabalhar no Estado do Maranhão, sendo que o processo formal de baixa da microempresa teve início em 1998, via declaração de inatividade, com a extinção formal sendo consolidada em 2007, mediante baixa formal definitiva;

c) declaração de que não é titular, sócio, administrador ou gerente de qualquer outra pessoa jurídica, empresa ou entidade governamental;

d) declaração de regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal, não havendo quaisquer pendências;

e) declaração de que é autor, na Justiça Federal da Paraíba, de uma ação de repetição de indébito contra a Fazenda Federal e de uma execução de crédito relativa ao auxílio-creche;

f) declaração que não atua em conselhos de administração de empresas estatais, em cargos de direção das agências reguladoras ou perante juízos e tribunais, exceto na representação do Ministério Público Federal.

Em sua argumentação a esta Casa, o indicado destaca seus 30 anos de exercício no Ministério Público e seus 20 anos de atuação direta em inúmeros órgãos colegiados, bem como a atual Presidência, no âmbito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do CNMP, da Comissão Temporária de Defesa da Democracia, da Comissão de Controle Administrativo e Financeiro e do Comitê Permanente de Fomento à Atuação Resolutiva do Ministério Público.

Demonstra, em diálogo com seu currículo, possuir experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público.

Encontram-se, assim, atendidas todas as exigências das normas pertinentes à instrução do processo.

Diante do exposto, entendemos que as Sras. e Srs. Senadores integrantes da CCJ dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação.

Tendo lido, Sr. Presidente, quero dizer mais uma vez da minha alegria de poder relatar o currículo e a atuação do Dr. Antônio Edílio, que, por ser lido nosso, também tem sua atuação no Nordeste como um todo. Por onde passou, deixou marcas da sua competência, da sua seriedade, do seu trabalho, que muito fez pelo nosso Nordeste e hoje está aí no CNMP.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/PDT - MA) – Obrigado, Senadora Daniella Ribeiro.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, ficando para futura reunião o processo de arguição do candidato e a votação, nos termos do art. 383, II, "b".

Vou agora para o item 9 da pauta.

ITEM 9

OFÍCIO "S" N° 12, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XI, da Constituição Federal, a indicação do Senhor JOÃO PAULO SANTOS SCHOUCAIR, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao Ministério Público estadual.

Autoria: Procuradoria-Geral da República

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Leitura do Relatório, nos termos do art. 383 do RISF.

Eu concedo a palavra ao nosso Líder Otto Alencar para proferir o relatório.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, quero agradecer a V. Exa. a oportunidade de ser o Relator dessa indicação. É uma indicação do Procurador-Geral da República, o baiano Augusto Aras, que indica o Dr. João Paulo Santos Schoucair para recondução ao Conselho Nacional de Justiça. Trata-se, portanto, Sr. Presidente, da recondução que atende perfeitamente ao disposto no art. 103-B, inciso XI, da Constituição Federal.

A análise dessa indicação cabe, de acordo com a Resolução nº 7, de 27 de abril de 2005, à Comissão de Constituição e Justiça.

O Dr. João Paulo Santos Schoucair preenche todos os pré-requisitos para assumir a recondução ao cargo e também encaminhou toda a documentação exigida, de acordo com o art. 5º, para o exercício da função de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça.

O Dr. João Paulo Schoucair entrou no serviço público, no Ministério Público do Estado da Bahia, por concurso de títulos e de provas, em 2004. Exerceu várias funções, inclusive na Procuradoria-Geral da República. Tem doutorado em processos criminais, além de ter publicado várias edições de acordo com o seu conhecimento. Também já participou de atuações no Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado no Estado da Bahia, tendo uma atuação muito destacada pelos seus princípios de formação como Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia. Portanto, percebo que essa recondução é totalmente possível de acordo com toda a documentação e também com o vasto currículo do Dr. João Paulo Santos Schoucair.

De tal forma, Sr. Presidente, diante do exposto, reputamos que ele satisfaz plenamente aos requisitos constitucionais para o exercício do cargo e opinamos que a matéria se encontra regularmente instruída, estando madura para deliberação na Comissão de Constituição e Justiça e, posteriormente, no Plenário do Senado Federal.

Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/PDT - MA) – Obrigado, Senador Otto Alencar, nosso grande Líder também do querido Estado da Bahia.

Coloco em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, concedo vista coletiva automaticamente, ficando para a futura reunião o processo de arguição do candidato e a votação nos termos do art. 383, II, "b".

Nós iremos para o item 10.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 10

MENSAGEM (SF) N° 35, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6° da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, o nome do Senhor IGOR ROBERTO ALBUQUERQUE ROQUE, Defensor Público Federal, para exercer o cargo de Defensor Público-Geral Federal da Defensoria Pública da União, na vaga decorrente do término do mandato de Daniel de Macedo Alves Pereira.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Leitura do Relatório, nos termos do art. 383 do RISF.

Eu concedo a palavra ao Senador Humberto Costa para proferir o seu relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, vem ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a Mensagem (SF) nº 35, de 2023, subscrita pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, contendo indicação do nome do Sr. Igor Roberto Albuquerque Roque para exercer o cargo de Defensor Público-Geral Federal, na vaga decorrente do término do mandato de Daniel de Macedo Alves Pereira.

Conforme disposto no art. 52, III, alínea "f", da Constituição Federal, e também levando em consideração os termos do art. 6º da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, as nomeações para o cargo de Defensor Público-Geral são condicionadas à aprovação da indicação presidencial por este Senado Federal.

Como sabemos, a Defensoria Pública da União tem por chefe o Defensor Público-Geral Federal, nomeado pelo Presidente da República, dentre membros estáveis da carreira e maiores de 35 anos, escolhidos em lista tríplice formada pelo voto direto, secreto, plurinominal e obrigatório de seus membros, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, precedida de nova aprovação do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre a Defensoria Pública da União, trata-se de instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, com funções de orientação jurídica, promoção de direitos humanos e defesa em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita àqueles que necessitarem. A Defensoria Pública da União atua junto às Justiças Federal, do Trabalho, Eleitoral, Militar, bem como junto aos tribunais superiores e instâncias administrativas da União.

A esta Comissão, cabe proceder à sabatina do indicado. Em atendimento ao disposto no art. 383, inciso I, "a", do Regimento Interno do Senado Federal, o indicado encaminhou o seu *curriculum vitae*, que passamos a resumir.

O Dr. Igor Roberto Albuquerque Roque graduou-se em Direito na Universidade Federal do Pernambuco, em 2009 e em 2011 iniciou sua breve carreira de Procurador Federal. Dois anos depois, há dez anos, ele ingressou nos quadros da Defensoria Pública da União, doravante DPU.

O reconhecimento de seus pares o levou à Presidência da Associação Nacional de Defensoras e Defensores Públicos, no período de 2017 a 2019. Em 2020, tornou-se titular do 3º Ofício Criminal da DPU e Chefe da DPU segunda categoria. Como docente, integra o quadro de professores do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), desde janeiro de 2020.

Em atendimento ao disposto no art. 383, inciso I, alínea "b" do Regimento Interno, o indicado apresentou declaração de que possui parente que desempenha atividade pública vinculada à sua atividade profissional como Defensor Público Federal, visto que sua irmã atua como Procuradora Federal desde 2007, com lotação e exercício na Procuradoria Federal Especializada da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Em contrapartida, o Sr. Igor declara nunca ter participado em qualquer tempo como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não-governamentais. Ainda, nos últimos cinco anos, não atuou em juízos ou tribunais, conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras e se encontra em situação de regularidade fiscal no âmbito federal, estadual e municipal.

Quanto a ações judiciais, o indicado informa que inexiste procedimento em que figure como réu. Na condição de autor, apresentou relação de seis ações, das quais cinco já se encontram definitivamente arquivadas.

Em atenção ao art. 383, inciso I, alínea "b" do Regimento Interno do Senado Federal, o indicado apresentou as seguintes certidões: certidão positiva de débitos com efeito de negativa da Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal, relativa a débitos vincendos de IPTU e TLP; certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, em conformidade com o art. 383, inciso I, alínea "c" do Regimento Interno, o indicado apresentou argumentação sucinta, em que expõe sua expediência profissional e formação técnica a justificarem, em seu entendimento, a nomeação para o cargo.

Ante o exposto, consideramos que as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de elementos suficientes para deliberar sobre a presente indicação.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/PDT - MA) – Obrigado, Senador Humberto Costa.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, ficando para futura reunião processo de arguição do candidato e a votação, nos termos do art. 383, II, "b".

Nós estamos agora no último item da pauta, o item 6. O nosso Relator Veneziano Vital do Rêgo, desde cedo muito preocupado em não chegar a tempo por conta de um compromisso, relata aqui a vaga para o Conselho Nacional do Ministério Público do Sr. Ângelo Fabiano Farias.

Nós estamos aqui tentando um Relator *ad hoc*, mas eu já comunico que nós não iremos encerrar a sessão enquanto a gente não achar aqui um Senador para fazer isso. Qualquer coisa eu vou passar para mim mesmo, eu leio dali e depois eu volto.

O Senador Otto está *online.*

Senador Otto, eu lhe pergunto: V. Exa. poderia ler o relatório *ad hoc* Sr. Ângelo Fabiano Farias?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, o Senador Veneziano Vital do Rêgo fez um contato comigo e, sem dúvida nenhuma, terei o maior prazer em substituí-lo, até porque ele não tem condição de fazê-lo porque não está *online* para relatar essa indicação. E eu o farei a partir de agora, se V. Exa. me conceder o direito.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/PDT - MA) – Então, eu vou fazer a leitura aqui do item 6.

ITEM 6

OFÍCIO "S" Nº 9, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, a indicação do Senhor ÂNGELO FABIANO FARIAS, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público do Trabalho.

Autoria: Procuradoria-Geral da República

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Leitura do Relatório, nos termos do art. 383 do RISF.

Eu concedo a palavra ao Relator *ad hoc*, Senador Otto Alencar, ao tempo em que também já agradeço ao Senador Lucas Barreto, que prontamente se colocou à disposição para também fazer aqui a leitura do relatório.

Senador Otto Alencar, V. Exa. está com palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, agradeço e passo à leitura do relatório, com a indicação, através do Procurador-Geral da República, o Dr. Augusto Aras, de acordo com o art. 130, inciso II, da Constituição Federal, do Sr. Ângelo Fabiano Farias da Costa para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada ao Ministério Público do Trabalho.

Na forma da Lei Maior, da Constituição Federal, eu passo a ler o relatório.

Submete à apreciação, por meio do Ofício "S" nº 9, de 2023 (nº 206, de 2023, na origem), a indicação do Sr. Ângelo Fabiano Farias da Costa, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), na vaga destinada à representação do Ministério Público do Trabalho, em recondução para o biênio 2023-2025, nos termos do art. 130-A, da Constituição Federal, regulamentado pelo art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. O indicado, candidato único, obteve 698 votos na eleição realizada junto a seus pares, em 23 de maio de 2023.

Na forma da Lei Maior, os membros daquele conselho, ao qual compete o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta desta Casa, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

E à Comissão de Constituição e Justiça cabe, de acordo com a alínea "b" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno, opinar, mediante voto secreto de seus membros, tanto na Comissão de Constituição e Justiça como também no Plenário do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Dr. Ângelo Fabiano Farias da Costa nasceu em Recife, Pernambuco, em 4 de maio de 1980, e concluiu a graduação em Direito na Universidade Federal da Paraíba, em 2003. Durante o período da graduação, exerceu estágio na Justiça Federal da Paraíba, entre janeiro de 2002 e 2003.

Já graduado, o indicado foi aprovado em concurso público para analista judiciário – executante de mandado (oficial de Justiça avaliador federal), cargo que exerceu entre 2004 e 2009. Concluiu, em dezembro de 2007, especialização em Direito e Processo do Trabalho pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal.

Em 2009, foi aprovado em concurso público para o cargo de Procurador do Trabalho, com primeira lotação em Brasília, Distrito Federal. Foi eleito Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, com mandato entre 2016 e 2018, tendo sido reeleito e exercido a função até 2020.

Também exerceu várias outras funções, como Coordenador da Frente Associativa da Magistratura do Ministério Público, formada pela Associação dos Magistrados Brasileiros, além de tantas outras atribuições de destaque ao longo da sua carreira.

Ângelo Fabiano Farias também atuou como membro auxiliar da Corregedoria Nacional do Ministério Público no período de novembro de 2013 a 2014.

Foi também Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público no último biênio. O indicado presidiu a Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público e o Comitê Nacional do Ministério Público de Combate ao Trabalho em Condição Análoga à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas.

Sr. Presidente, o Dr. Ângelo Fabiano preenche, portanto, todos os pré-requisitos de ordem, de apresentação de documentos exigidos, pré-estatuídos em lei, como também pelo seu vasto currículo.

Em argumentação escrita exigida pelo referido art. 383 do Regimento Interno, o indicado menciona sua experiência profissional e formação acadêmica. Quanto à sua atuação no Conselho Nacional do Ministério Público, o indicado firma compromisso de continuar contribuindo com o aperfeiçoamento da atuação do órgão para o controle dos deveres funcionais dos membros do Ministério Público e do controle administrativo e financeiro dos ramos do Ministério Público brasileiro, de modo a exercer a função com equilíbrio, diálogo interinstitucional, responsabilidade, sensibilidade e firmeza com respeito à missão constitucional daquele colegiado, aos Poderes constituídos e ao interesse da sociedade.

Encontram-se, assim, atendidas todas as exigências das normas pertinentes à instrução do processo.

Diante do exposto, entendemos que as Sras. e os Srs. Senadores dispõem de elementos suficientes para deliberar, tanto na Comissão de Constituição e Justiça como no Senado Federal, sobre a recondução do indicado pelo Procurador-Geral, o Sr. Ângelo Fabiano Farias da Costa, formado em Direito na Universidade de Pernambuco e também com atuação e estudos na nossa Paraíba, do nobre Senador da República Veneziano Vital do Rêgo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não faço um relatório tão brilhante como faria o nosso querido Senador da Paraíba, mas este é o meu relatório para apreciação de V. Exa., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/PDT - MA) – Obrigado, Líder, querido Senador Otto Alencar.

Eu coloco em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, ficando para futura reunião o processo de arguição do candidato e a votação, nos termos do art. 383, II, "b".

Não havendo mais nada a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião.

Parabéns a todos os indicados e até a sabatina.

(*Iniciada às 10 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 29 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE JULHO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e treze minutos do dia seis de julho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Renan Calheiros e Cid Gomes, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Randolfe Rodrigues, Fernando Dueire, Sergio Moro, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Jaques Wagner, Margareth Buzetti, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Renan Calheiros, e ainda do Senador Paulo Paim, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcos do Val, Alessandro Vieira, Daniella Ribeiro, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Humberto Costa, Chico Rodrigues, Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Indicação de Autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 43, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 44, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Canadá." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Margareth Buzetti (*Ad hoc*), substituiu Senadora Tereza Cristina. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 45, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor PAULO ROBERTO CAMPOS TARRISSE DA FONTOURA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Bulgária e, cumulativamente, na República da Macedônia do Norte." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/07/06

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos, proponho, em primeiro lugar, a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 14ª Reunião da Comissão, ocorrida em 22 de junho de 2023.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Conforme a pauta publicada, destina-se a reunião de hoje à apreciação da indicação de três Embaixadores para postos no exterior.

A reunião, como todos sabem, é aberta à participação da sociedade por meio do Portal e-Cidadania, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

Esclareço a todos as seguintes diretrizes: a votação será obrigatoriamente presencial, por meio de duas urnas de votação secreta colocadas uma na porta do plenário e a outra dentro do próprio plenário; cada sabatina começará com a leitura do respectivo relatório pelo Relator; em seguida, é concedida a palavra ao Embaixador, por até 15 minutos para sua exposição inicial; na sequência, será aberta a fase de inquirição pelas Sras. Senadoras e pelos Srs. Senadores inscritos, com duração de até cinco minutos por Senador, por Senadora, organizados em blocos de quatro Senadores; a resposta do sabatinado será a todos os questionamentos do bloco e terá a duração de até cinco minutos, podendo haver réplica e tréplica por até três minutos cada; por fim, será realizada a votação, seguida da apuração dos votos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consulto as Sras. e os Srs. Senadores se as interpelações dos sabatinados serão feitas em reunião aberta.

Aqueles que aprovam, por favor, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

E, atendendo à deliberação do Plenário, nós damos boas-vindas aos Srs. Embaixadores indicados para as arguições de hoje, os Srs. Embaixadores Eduardo Ricardo Gradilone Neto, Carlos Alberto Franco França e Paulo Roberto – Tudo bem, Senador querido? – Campos Tarrisse da Fontoura.

Passamos ao item 1 da pauta.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 43, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pronto para deliberação

Eu passo a palavra, portanto, ao Senador Nelsinho Trad, pelo prazo inicialmente de cinco minutos, para suas considerações e breve resumo do relatório.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, demais colegas Senadores aqui presentes...

Srs. Embaixadores que serão sabatinados, é um prazer recebê-los na Comissão de Relações Exteriores.

Vem ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do Sr. Eduardo Ricardo Gradilone Neto, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado apreciar previamente e deliberar, por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente. Nesse sentido e em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo do indicado.

O indicado, Presidente Renan, nasceu em 1951, graduou-se em Comunicação Social e Jornalismo pela Faap, em São Paulo, e em Direito pela Faculdade de Direito da USP, no ano de 1974. Nesta última instituição, também concluiu o Mestrado em Direito em 1983.

No ano de 1978, ingressou no Instituto Rio Branco, onde frequentou o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata. Também frequentou o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1982 e o Curso de Altos Estudos, tendo defendido tese intitulada "Modelos de relações internacionais e sua contribuição para a formulação da política externa e para o tratamento da informação diplomática no Itamaraty" em 1998.

Foi nomeado Terceiro-Secretário; por merecimento, Segundo-Secretário. Também foi Primeiro-Secretário, Conselheiro, Ministro de Segunda Classe. Em 2008, tornou-se Ministro de Primeira Classe.

No Brasil e no exterior, desempenhou diversas funções, entre as quais destacamos: Primeiro-Secretário, Conselheiro Comissionado e Encarregado de Negócios na Embaixada em Paramaribo; Coordenador-Executivo no Departamento das Américas; Conselheiro na Embaixada em Londres; Conselheiro e Ministro-Conselheiro em Tóquio; Ministro-Conselheiro na Embaixada no Vaticano; Chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior; Diretor do Departamento da mesma comunidade no exterior; Subsecretário-Geral também na mesma comunidade no exterior; Embaixador em Wellington; Embaixador em Ancara; e Embaixador em Bratislava.

O diplomata foi agraciado, ao longo da carreira, com distintas condecorações.

Em conformidade com as normas do Regimento Interno do Senado, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo próprio ministério sobre a República Islâmica do Irã.

Com 84 milhões de habitantes, o Irã é o único grande país do Oriente Médio em que prevalece a seita minoritária xiita do islamismo, com 90% de adeptos da população.

É um país com sistema político bastante complexo, com instâncias decisórias múltiplas e sobrepostas.

O líder supremo, o Aiatolá Ali Khamenei, que tem autoridade absoluta sobre assuntos religiosos e políticos, detém atribuições de Chefe de Estado, Chefe dos Três Poderes e Comandante-Chefe das Forças Armadas.

O país conta com vastas reservas de petróleo, gás e minério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A agricultura do Irã se caracteriza por sua competitividade. Sua indústria é relativamente diversificada. Ademais, a população é jovem e qualificada.

No entanto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Já estou entrando no finalmente.

No entanto, as sanções internacionais impelidas ao Irã impactaram consideravelmente sua economia, com perdas de receitas de exportações e bloqueios de investimentos estrangeiros.

Vale dizer que a política de "pressão máxima" do Governo Trump sobre o Irã, em especial após a retirada unilateral dos Estados Unidos da América do acordo sobre o programa nuclear iraniano, levou ao fortalecimento da ala conservadora iraniana, que, por sua vez, percebia as sanções norte-americanas como causa das dificuldades econômicas enfrentadas pela população iraniana.

O Presidente, empossado em agosto de 2021, tem se empenhado em neutralizar as sanções, buscando construir consensos dentro da comunidade internacional em torno do programa nuclear. Além disso, outros dois alvos da nova administração são a diversificação da cooperação econômica-comercial e "diplomacia de vizinhança", principalmente com os países do Golfo Pérsico, da Ásia Central e do Cáucaso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – No campo da política externa, também merece destaque a busca por parcerias estratégicas com potências regionais, como Rússia e China.

O comércio bilateral Brasil-Irã é afetado por dificuldades de pagamento impostas ao Irã pelas sanções norte-americanas. Nesse contexto, o Irã privilegia comprar por meio de comércio compensado e de países que detêm recursos iranianos que não se encontram bloqueados em seus bancos, como a China e a Índia, grandes importadores de petróleo.

Nesse cenário desfavorável ao Brasil, nossas importações do Irã são, tradicionalmente, baixas. Houve aumento das importações brasileiras com medidas tomadas por algumas empresas desde 2019, para operação de comércio compensado com milho brasileiro e ureia iraniana.

Convém lembrar que, em visita ao Irã, a atual Senadora e ex-Ministra Tereza Cristina, em fevereiro do ano passado, buscou ampliar a oferta iraniana de ureia ao mercado brasileiro, dada a crise de oferta de fertilizantes, agravada pela guerra da Ucrânia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo a Secretaria de Comércio Exterior, o Brasil exportou US$4,3 bilhões ao Irã no ano passado, mais do que o dobro do ano anterior. Os principais produtos da pauta foram cereais, oleaginosas e açúcar.

As exportações iranianas ao Brasil, no mesmo período, foram de US$139 milhões, dos quais US$132 milhões se concentraram em fertilizantes.

É o maior valor da série histórica.

O comércio bilateral, em 2022, foi impulsionado pelo conflito na Ucrânia, que levou ao aumento no preço dos alimentos no mercado mundial, bem como pela tentativa de formação de estoques, em razão da instabilidade dos cenários geopolítico e de comércio internacional.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório. Portanto, peço a aprovação dos nobres colegas da indicação do Embaixador Eduardo Ricardo Gradilone Neto.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradecemos ao Senador Nelsinho Trad. (*Fora do microfone.*)

Tenho a satisfação de conceder a palavra ao Sr. Eduardo Ricardo Gradilone Neto, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.

Informo ao Sr. Embaixador que o seu tempo inicial é de até 15 minutos. Se houver necessidade de acrescê-lo, nós estaremos desde logo à disposição.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

V. Exa. podia abrir o painel da votação, uma vez que os relatórios já foram lidos, para a gente poder otimizar o processo, após consultar o Plenário?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Não havendo objeção do Plenário, faremos isso com certeza.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Registro, com satisfação, a presença do Deputado José Carlos Aleluia. É uma honra grande tê-lo aqui, mais uma vez, nesta Comissão de Relações Exteriores.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Renan Calheiros. É uma honra estar nesta sabatina presidida por V. Exa. e ter como Relator o Senador Nelsinho Trad, que foi o Presidente da Comissão de Relações Exteriores quando eu fui sabatinado para o meu atual posto, que é a Eslováquia.

Eu estou na minha quarta sabatina, e claro que é um desafio muito diferente dos desafios que eu encontrei como Embaixador na Nova Zelândia, como Embaixador na Turquia talvez um pouco mais, e agora, como Embaixador em Bratislava, na Eslováquia, porque o Irã é um país que frequenta, às vezes, os noticiários policiais, assim, do campo internacional, outras vezes – outras vezes não –, permanentemente os relatórios de inteligência, constantemente os acadêmicos, e com o qual nós temos uma relação muito importante, como o Senador apontou.

O Irã é o maior importador de produtos brasileiros do Oriente Médio, e essa importação poderia ser ainda maior, se não fossem os embargos, as barreiras, que fazem com que as operações comerciais tenham que transitar por outros países, de modo que a contabilidade disso talvez esteja nessas estatísticas de outros países.

Mas o fato é que o Irã, além disso, tem uma peculiaridade muito grande em termos de ter sido um império. Naquele tempo, o império persa era motivo de noticiário na imprensa americana, quando a imprensa americana passou a existir, depois da própria criação dos Estados Unidos. O país era visto como quase que uma miragem paradisíaca. Então, houve desde aquele tempo... Bom, isso também pela importância do Irã como um dos impérios importantes, depois com a vizinhança otomana, com a vizinhança russa e tanta história. E, às vezes, se pergunta o que terá ocorrido para que o Irã agora frequentasse mais as páginas policiais das relações internacionais, ao contrário do que acontecia no passado.

Há muitos trabalhos sobre isso. Há vários que apontam que talvez o clima de amor tenha sido rompido do lado americano, com o apoio que deu a um processo de democratização do país, que teria sido interrompido pela imposição de um novo governo, que foi chefiado pelo Xá Reza Pahlavi. E do lado americano... Quer dizer, a queixa do lado iraniano é com a revolução... A queixa do lado americano é com a revolução islâmica que pôs fim a esse regime, de modo que, desde então, infelizmente, os dois países se enxergam só através desses dois episódios, e isso contamina todo o relacionamento entre os dois países e contamina, por tabela, o relacionamento praticamente de todo o mundo, que se polariza em torno dessas duas posições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É interessante analisar o Irã hoje com os instrumentos que nós temos, com as mídias sociais. Então, eu aprendi muito como é a vida atual do Irã seguindo dois mochileiros que visitaram praticamente todas as cidades do Irã, com os contatos que eles tiveram, as formas que eles encontraram de conhecer os lugares e, ao mesmo tempo, tratar das pessoas. E realmente você vê que há um mundo muito diferente do mundo que está nesses noticiários mais alarmistas.

Por outro lado, se observar bem, o Irã é o único país xiita do mundo, ou predominantemente xiita, mas, ao contrário do que se pensa do xiismo como um ramo muito radical do islamismo, no caso iraniano é até bem diferente. Acho que as mulheres, apesar de todas as restrições, têm um tipo de liberdade e têm um tipo de poder... Se fala até que há uma espécie de matriarcado camuflado na sociedade islâmica, porque as mulheres estão presentes em todos os ramos. São elas que aconselham os filhos, os jovens, os maridos; elas têm uma importância muito maior do que têm em vários outros países. Então, em alguns aspectos, esse xiismo não é assim, no que se refere a alguns tipos de assuntos, tão intolerante quanto se deduz dessas notícias.

E há também algo que se observa na sociedade iraniana: eles estão vivendo a vida deles independentemente do que está acontecendo no Governo. E o Governo, só de vez em quando, por algum tipo de provocação, alguma coisa, acaba intervindo. E se sente, desde a morte do Aiatolá Khomeini, uma certa tendência a procurar acomodar as coisas, porque o grande perdedor dessa situação é o Irã.

Desse modo, o que eu tenho diante de mim é um país muito complexo, um país com muitas peculiaridades, muitas complexidades. Acho que é do interesse de todos que haja uma regularização dessa situação. E esse acordo compressivo nuclear com o Irã, que foi, infelizmente, interrompido por decisão do Governo americano, poderia ser um grande instrumento para que houvesse esse retorno à normalidade. Com isso, todos os embargos ao Irã seriam eliminados, o comércio e outros tipos de assunto poderiam se desenvolver melhor, e acho que haveria também da parte do Irã uma espécie de moderação maior em alguns temas de direitos humanos, por exemplo, que são motivos de preocupação. E, quanto mais diálogo, mais nós temos condições de apresentar esses tipos de problemas de uma forma tranquila, pacífica, usando os instrumentos diplomáticos e o mínimo de confrontação.

Na verdade, a confrontação tem servido um pouco para a permanência dessa polarização. O Irã já teve relações muito boas com Israel. Israel tem um papel, uma importância peculiar no Corão, como um dos povos de monoteísmo. E Israel já esteve do lado do Irã; em muitas oportunidades, já prestou ajuda. E uma das mais assim, digamos, visíveis foi a que deu para o Irã na guerra contra o Iraque. Desse modo, existe um passado muito positivo no relacionamento do Irã com os países que lhe são mais antagônicos, e tudo indica que há possibilidades, dependendo de como sejam conduzidas as relações, de que isso retorne. Eu acho que o que há, em termos de consenso em relação à situação do Irã, tanto da parte dos iranianos, como da parte de outros meios, é que esse *status quo* não é desejável, e, quanto mais se puder fazer para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que essas divergências, esses problemas sejam solucionados, melhor para todos, tanto do lado do Irã, quanto do lado do resto da comunidade internacional.

O Irã é muito importante em política externa. Justamente para se proteger dessa hostilidade, criou movimentos *proxies* em vários países, como no Líbano, como em outros em outros países, com a questão do... na Síria, no Iêmen. Enfim, esses movimentos todos acabam sendo multiplicadores de uma situação de dificuldade que poderia ser muito amenizada se houvesse uma distensão. Nós, da nossa parte, vamos procurar seguir o que nós temos tentado sempre fazer, que é desenvolver um relacionamento honesto e tranquilo.

Nós estamos, depois da pandemia, reativando os mecanismos de consultas políticas em que podemos discutir esses tipos de assuntos. Os assuntos econômicos, então, estão na primeira ordem, já que é o país que mais importa do Brasil, de modo que a Comissão Econômica-Comercial vai ter uma próxima reunião no próximo semestre, que será muito importante, e foi criada uma Câmara de Comércio bilateral em São Paulo, em 2021; todos trabalhando muito objetivamente, independentemente de todas essas questões políticas – que, claro, se não houvesse, as coisas seriam muito melhores.

Tivemos também há poucos dias ou semanas o encontro do nosso Ministro de Estado com o seu correspondente iraniano, de modo que essas visitas de alto nível tendem agora a retornar. Tivemos um período de pandemia que interrompeu uma espécie de movimento positivo que já se vislumbrava antes disso, e, agora, cremos que, com os 120 anos sendo celebrados este ano e com esses mecanismos de interação sendo desenvolvidos, nós teremos condições de avançar numa pauta muito positiva.

É claro que é muito diferente, agora, que eu vou chefiar a Embaixada do Irã, enfrentar os problemas de o Irã estar sendo sempre acusado de alguma coisa: ou de vender *drones* para a Rússia, ou de estar patrocinando outras insurgências em outros países...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Fabricar *drones*.

O SR. EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO – É. No fim, também, o inimigo comum é um instrumento importante para ambos os lados: tanto para o Irã interessa ter um inimigo israelense, assim, unindo o povo, quanto para os israelenses interessa ter um eixo do mal, alguma coisa assim, unindo o país. Então, às vezes há condicionantes que tornam muito mais difícil progredir-se numa agenda pacífica.

E há outras coisas que estão em andamento. Por exemplo, pelo nível da reclamação de todas as entidades judaicas ou israelenses mais radicais...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO – ... contra as conversações que estão se desenvolvendo entre Estados Unidos e Irã, talvez em busca de uma solução para a questão nuclear, isso é um fator que mostra algum otimismo de que essas negociações realmente estão ocorrendo e avançando, e é claro que isso não interessa aos setores mais radicais porque perderão um pretexto para desenvolver suas próprias agendas.

Eu acho que fico aqui no meu tempo. Estou à disposição para quaisquer esclarecimentos e agradeço muito a presença de todos os Parlamentares aqui, que me honram muito com a presença nesta minha sabatina.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradecemos a exposição inicial do Embaixador Eduardo Ricardo Gradilone Neto e temos a satisfação de conceder a palavra ao Senador Esperidião Amin.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar.) – Eu creio que o cargo, o posto que o Sr. Eduardo vai ocupar é um posto que mereceria um repórter, no mínimo, bimestral a esta Comissão, porque ele vai para o coração da controvérsia, e por isso fazer julgamento aqui é a pior coisa que se pode imaginar. Eu acho que é um posto muito importante.

Pragmaticamente, como lembrou o Senador Nelsinho Trad, a missão que a nossa aniversariante do dia, que não está aqui, a Senadora Tereza Cristina, cumpriu no Irã foi providencial, útil, muito útil, e absolutamente necessária nestes momentos que nós temos vivido de carência de um insumo básico. A nossa gigantesca estátua do agronegócio repousa sobre uma base muito fluida, quase movediça, quando se fala em fertilizante e defensivo agrícola, se fala na logística. Então, acho que ela nos deu uma lição quando cumpriu essa missão num momento muito agudo. Não é que o momento passou; ele só não é agudo, é crônico.

Então, eu só vou lembrar um detalhe. Eu não consegui capturar a data, mas, no dia em que foi anunciado o acordo nuclear no Irã com a participação do Brasil, o que merece o nosso aplauso, eu fazia parte, Ministro Carlos França, de uma delegação de Parlamentares brasileiros que estavam na Secretaria de Estado dos Estados Unidos – estava lá, na toca do lobo. E eu posso dizer, pelo pouco que o Marcelo Castro me ensinou de psicologia, que o clima era de profunda decepção. Ou seja, tinha sido celebrado um acordo com o Irã; boa parte do nosso emprego parou de se justificar – deles, não é?

Então, eu acho que aquele momento de protagonismo do Brasil, no mínimo, deve se transformar em pragmatismo no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu lhe desejo muito sucesso. Acho que nós temos que desobstruir as nossas relações com o Irã. Ele é um parceiro natural do Brasil. Se nós tivermos inteligência... Nós que já paralisamos um navio do Irã na costa de Santa Catarina, durante quatro ou cinco meses, para resolver a dúvida sobre se devíamos abastecê-lo de combustível ou não – olhem lá – porque a Petrobras tinha ações negociadas na Bolsa de Valores de Nova York e poderíamos receber retaliação... Isso aconteceu aqui e na costa de Santa Catarina, estava ao largo do Porto de São Francisco do Sul. Nós que já cometemos esses equívocos... Como disse o senhor, ele é um parceiro fundamental para o Brasil, e, se nós conseguirmos desobstruir preconceitos, que não são nossos, eles podem fazer um suprimento de ureia, especialmente sob a forma de ureia conteinerizada, em circuito permanente; existem essas propostas do Irã para o Brasil.

Então, eu lhe desejo sucesso. Acho que o senhor pode, com a autorização do Itamaraty, nos munir de elementos que permitam que o Brasil não tome partido de todas as questões que não são suas – acho que esse é o grande ensinamento. Nós não temos que tomar partido porque alguém tomou partido. Nós temos que tomar partido do Brasil. E o Irã tem sido um parceiro leal. Temos que respeitar sua confissão religiosa e temos que respeitar os seus costumes. Temos que torcer, claro, nós temos um lado; mas torcer, não interferir. Torcer, contribuir, participar de tudo que seja positivo.

Então, eu lhe desejo sucesso. Acho que é um posto muito delicado da nossa diplomacia, e não acho que o Irã seja um "Satã do mundo", como cunhou o ex-Presidente americano, e nem que faça parte do "eixo do mal". Ele é um país que tem civilização – 6 mil anos de civilização –, portanto, a sua história tem partes que edificam o Irã como uma cultura extraordinária, líder da medicina historicamente.

Então lhe desejo sucesso e acho que a Comissão de Relações Exteriores – aí me dirijo ao nosso Presidente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Você é sempre bem-vindo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Aniversário não é adversário.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Com a universidade?

Muito bom!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Bahia e Santa Catarina são irmãs. É uma grande figura!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu só queria, Presidente, que o senhor também compartilhasse isso em termos de decisão da Comissão de Relações. Não que nós achemos que é mais importante, mas acho que é justo. Por tudo aquilo que o Embaixador enunciou, da maneira mais diplomática possível, esse é um posto sensível, como outros existem. Eu acho que nós deveríamos ter os nossos sentidos com a inteligência do momento que nós estamos vivendo e do interesse do país.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Faremos isso. (*Fora do microfone.*)

Concedo a palavra ao Senador Sergio Moro.

V. Exa. dispõe de cinco minutos para as suas interpelações.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Agradeço, Sr. Presidente.

Cumprimento V. Exa. e tomo a liberdade aqui, neste início, de cumprimentar todos os Embaixadores indicados: o Embaixador Eduardo, o Embaixador Paulo Roberto e reservo aqui um cumprimento especial também ao Embaixador Carlos França, com quem tiver a oportunidade de interagir durante o Governo anterior.

Espero que sejam todos muito bem-sucedidos nos seus respectivos postos.

Um pouco aqui é adiantamento do meu do meu voto já, embora seja secreto, mas não vou deixar... Não tenho nenhum problema em abri-lo.

Embaixador Eduardo, eu compartilho aqui do entendimento do Senador Esperidião Amin da sensibilidade desse posto no Irã. O Irã é um país que tem uma história riquíssima, é um país com o qual é importante que o Brasil mantenha excelentes relações – e acho que o Brasil tem que manter boas relações com todos os países do mundo, especialmente visando seus próprios interesses, notadamente os comerciais.

Agora, o Irã tem alguns problemas relacionados a direitos humanos, uma discussão principalmente recente sobre direitos das mulheres: a revolta do véu, contra a imposição da utilização do véu islâmico e que acabou atraindo a atenção do mundo inteiro.

Existem dois princípios que acabam se antagonizando, que são: o respeito aos direitos humanos – que é importante comunidade internacional –, mas, por outro lado, o princípio da não intervenção.

Eu particularmente sou daqueles que entende que o Brasil não tem que assumir uma postura de polícia do mundo ou algo parecido, mas existem algumas situações que muitas vezes reclamam algum

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

envolvimento no sentido não de condenar um país ou de satanizá-lo, mas, dentro do espaço diplomático possível, assumir uma posição.

Em relação ao que acontece na América Latina, já acho diferente. Em relação à América Latina, trata-se dos nossos vizinhos. Então, como é o caso aqui da Venezuela, o desrespeito aos direitos humanos e à democracia da Venezuela merecem, sim, uma posição bem incisiva do Brasil, diplomática. Uma situação completamente diferente do Irã, porque está em outro continente, não é nosso vizinho, é uma situação bastante diferente, mas muitas vezes existe essa questão da atenção também, como se fosse o Irã ou qualquer outro país, a eventuais preocupações com os direitos humanos naquele país.

Mas aqui existe uma situação específica, peculiar, que V. Exa. já mencionou inclusive, que é o antagonismo entre os Estados Unidos e o Irã, e isso é uma longa história.

Quando houve aquele acordo que o Brasil tentou intermediar, as informações que nós temos disponíveis é que isso gerou um grande aborrecimento nos Estados Unidos. Inclusive, alguns dizem que foi o motivo, vamos dizer, de um esfriamento da relação entre o Obama e o próprio Presidente Lula.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – E, agora, recentemente, nós vimos esse novo episódio dos navios aportando aqui no Brasil, o que também gerou um certo ressentimento...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Quase na costa do Paraná.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Isso!

Isso gerou um certo ressentimento lá nos Estados Unidos, e os Estados Unidos são um dos nossos principais parceiros comerciais, parceiros culturais.

Então, a indagação que eu faria a V. Exa... E eu me preocupo aqui um pouco, porque no Governo atual existe uma preocupação em se envolver em assuntos diplomáticos internacionais, o que não é da nossa tradição. Nós vemos, por exemplo, o Presidente Lula falando em tentar buscar a paz lá entre Ucrânia e Rússia, e não me parece seja esse o papel do Brasil, assim como foi naquele acordo nuclear; não era o papel do Brasil se envolver naquela questão.

Então, assim, não quero lhe fazer nenhuma pergunta que coloque alguma dificuldade futura no seu trabalho no país, no Irã, ou mesmo em relação ao atual Governo, mas queria ouvir, assim um pouco genericamente, talvez, como V. Exa. entende que seria o procedimento adequado do Brasil para não se envolver num conflito, que não nos é pertinente, entre Estados Unidos e Irã, e, ao mesmo tempo, manter boas relações com ambos os países, e, do outro lado, como conciliar essas situações antagônicas de,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muitas vezes, não interferir nos assuntos alheios de outro país, mas ter uma atenção em relação aos direitos humanos, que é um princípio hoje observado pela comunidade internacional.

Muito obrigado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra, Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, cumprimento o Embaixador Eduardo pela exposição que fez, objetiva. Cumprimento o Embaixador Tarrisse da Fontoura e o meu particular amigo, Embaixador Carlos França, companheiro de inúmeras missões que cumprimos aí ao longo dos últimos anos.

Embaixador Eduardo, eu não invejo o senhor, porque o senhor vai para uma área de conflito. Não há dúvida de que aquela região sofre uma pressão vinda de leste, da potência emergente que é a China; sofre uma pressão vinda de norte, da Rússia; e sofre uma pressão vinda de oeste, dos Estados Unidos, e o Irã está no meio desse conflito todo. Há uma questão religiosa séria. Nós temos o arco xiita, que vai do Irã, passa pelo sul do Iraque e entra pelo Líbano. Havia uma rivalidade fortíssima com a Arábia Saudita, com o reino alauita, e os sauditas hoje estão procurando uma relação melhor. Então, é um território difícil.

E o Senador Moro expressou muitas das minhas observações, e é exatamente isto que eu também gostaria de ouvir do senhor: como o senhor pensa agir pragmaticamente, de forma que a gente mantenha a parceria comercial com o Irã, que é extremamente importante para o país, e, ao mesmo tempo, deixar claro esse posicionamento do Brasil, que é algo, vamos dizer assim, pragmático efetivo, buscando os interesses do país, independentemente do conflito que há dos Estados Unidos e Israel *versus* Irã.

Era isso aí, Embaixador.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradecemos a todos.

Com a palavra, V. Exa para as respostas.

O SR. EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO (Para expor.) – Bom, eu queria, primeiro, penitenciar-me por não ter feito menção ao meu colega e ex-Chefe Carlos França, que me honra muito com a presença na mesa, e ao meu colega Paulo Tarrisse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à parte do Senador Esperidião Amin, ocorre-me retomar algo que ficou consignado, nas últimas reuniões de consultas políticas, no sentido de que nós entendemos que a diplomacia parlamentar – e assim foi qualificado pelo nosso representante na reunião – é uma espécie de espinha dorsal das relações bilaterais, de modo que, então, não só concordo, inteiramente, com a ideia de que as relações com o Irã são muito importantes e merecem um acompanhamento maior, como acho que esse envolvimento do nosso Parlamento nas nossas reuniões e nas nossas discussões é muito importante, porque a sociedade, a estrutura de Governo e de poder no Irã é muito complexa e é difícil trabalhar em todos os campos. Então, é preciso trabalhar no maior número de campos possíveis, de modo que as reuniões parlamentares, as visitas dos nossos Parlamentares e a atuação da Comissão Parlamentar Brasil-Irã é muito importante.

Então, eu me comprometo, claro, a, sempre que preciso, estar presente, participar, atender qualquer tipo de solicitação, no sentido de atualizar a nossa posição com relação ao Irã, e peço votos que esse segmento parlamentar possa ser fortalecido, ainda mais, a partir das próximas reuniões de consultas políticas que teremos em breve.

Bom, eu acho que o Senador Sergio Moro tocou nos aspectos que são os aspectos mais problemáticos. Eu queria só lembrar que eu tenho 44 ou mais anos de carreira, dependendo de considerar o Instituto Rio Branco ou não, mas, talvez, o episódio que mais me chamou atenção foi uma visita bilateral do Brasil à China, no contexto de uma missão do então Chancelar Celso Amorim, em que nós tínhamos uma agenda com uma série de aspectos positivos em matéria de direitos humanos.

Houve uma troca de gentilezas entre os dois primeiros mandatários que foram quase que se retroalimentando, cada um citando o seu país, as suas realizações, a importância da China, a importância do Brasil, o que tem sido feito... E, de repente, o ambiente ficou muito propício para que o nosso Chanceler pudesse dizer: "Bom, nesse clima de amizade, nós queremos externar a nossa preocupação, principalmente com tais e tais assuntos que estão sendo discutidos na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas...".

E, assim, foram todos os assuntos mais delicados tratados.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO – Acho que é um pouquinho assim que nós vamos ter que fazer com o Irã, como, por exemplo, estamos fazendo, ao pedir que o Irã atenda todos os tipos de solicitações da Agência Internacional de Energia Atômica, porque o não atendimento de quaisquer dessas solicitações sinaliza erradamente. E acho que, também, há outros tipos de posicionamentos do Irã que, talvez, requeiram um tipo de observação que tem que ser feita nesse clima, sem ingerência, mostrando que é no interesse de todos e do próprio Irã que as coisas sejam feitas assim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há muitos temas que poderiam ser encaminhados tranquilamente, sem maiores problemas, bastando apenas alguém para mediar o diálogo, para permitir que a situação seja bem encaminhada. Desse modo, terei presente isso.

Com relação a Israel e aos Estados Unidos, eu vejo que alguma coisa está acontecendo, do lado americano, com relação ao Irã. Por isso é que as entidades mais radicais estão insatisfeitas, porque acham esse acordo nuclear uma capitulação ao Irã. Mas é justamente porque esse acordo não foi seguido que o Irã se sentiu desobrigado e passou a não cumprir os compromissos a que estava submetido pelo acordo. Desse modo, retornando o acordo, você retorna os compromissos e sob uma visibilidade maior de todos.

E acho que, também, eu finalizarei com a resposta à pergunta do Senador Mourão. Pragmaticamente, nós temos que entender quais são as peculiaridades religiosas, de cultura e outras com relação ao Irã. Estamos tentando encaminhar os assuntos econômicos, políticos, comerciais, etc., evitando entrar nesse tipo de área mais sensível. É perfeitamente... Não é porque há dois, três, quatro ou cinco assuntos problemáticos, que os outros 95 não possam ser tocados. Vamos procurar tocá-los quando for possível, mas temos 95% para tocar sem nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Item 2 da pauta.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 44, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor Carlos Alberto Franco Franco França, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Canadá.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Tereza Cristina

Relatório: Pronto para deliberação

A relatoria, inicialmente, era da Senadora Tereza Cristina, que, por recomendação, não pôde estar aqui. Eu tenho, portanto, a satisfação de conceder a palavra à Senadora Margareth Buzetti como Relatora *ad hoc*.

Com a palavra V. Exa. para as suas considerações iniciais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente.

Bom dia a todos os candidatos a Embaixadores, aos Embaixadores, saúdo os meus colegas aqui presentes.

Presidente, peço licença para ir direto à análise.

Trago ao exame desta Comissão a Mensagem nº 44, de 2023, referente à indicação pelo Presidente da República do Sr. Carlos França, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Canadá.

Embaixador, fiquei muito feliz em relatar, no lugar da minha querida amiga Tereza Cristina, a sua indicação.

O Embaixador Carlos França nasceu em Goiânia e obteve dupla graduação pela Universidade de Brasília, em Relações Internacionais e Direito.

Após sucessivas promoções por merecimento, tornou-se Ministro de Primeira Classe no ano de 2019. Sua tese do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco trata da integração energética entre Brasil e Bolívia.

Exerceu diversas e relevantes funções ao longo de sua carreira. No exterior, serviu nas Embaixadas em Washington, La Paz e Assunção. Na Secretaria de Estado, trabalhou em setores de administração e chefiou o Cerimonial, tendo recentemente ocupado a digníssima posição de Ministro de Estado das Relações Exteriores. Teve ainda importantes atuações fora do ministério, na Presidência da República, onde foi Chefe Adjunto e Chefe do Cerimonial e Assessor-Chefe da Assessoria Especial.

Foi condecorado com múltiplas condecorações, entre as quais destaco as Ordens de Rio Branco, do Mérito Militar, do Mérito Aeronáutico, do Mérito da Defesa, do Mérito Educativo e do Mérito Científico, todas em seu mais elevado grau, aquele da Grã-Cruz. Recebeu ainda a Medalha Mérito Legislativo da Câmara dos Deputados, por valiosos serviços prestados ao nosso Poder Legislativo federal.

Feito um breve resumo do currículo do indicado, passo a tratar do Canadá, com menção às políticas interna e internacional e destaque para as relações bilaterais com o Brasil.

O Canadá é o segundo maior país do mundo em extensão territorial, apenas atrás da Rússia, e situa-se na América do Norte, somente possuindo fronteira terrestre com os Estados Unidos, ao sul e ao oeste. Ainda é esparsamente povoado para suas dimensões, com menos de 40 milhões de habitantes, concentrados majoritariamente na franja sul do território.

Apesar das evidentes diferenças de clima e posição geográfica, Canadá e Brasil mantêm diversos pontos de convergência política. Ambos são países multiétnicos e multiculturais, com extenso território e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

expressiva população indígena, dotados de abundantes recursos naturais e áreas florestais, preocupados com a defesa da democracia e dos direitos humanos, interessados na questão ambiental, engajados na derrubada de barreiras ao comércio de produtos agrícolas, defensores da paz e promotores do consenso.

O comércio canadense ainda está fortemente concentrado nas relações com os Estados Unidos, destino de 70% de suas exportações. A corrente de comércio Brasil-Canadá alcançou US$10,5 bilhões em 2022, valor mais elevado da série histórica, com superávit brasileiro de US$232 milhões.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT) – Cerca de três quartos das importações brasileiras concentraram-se em adubos e fertilizantes, enquanto a pauta exportadora esteve mais variada.

A cooperação em matéria ambiental ainda é um espaço de muitas promessas e poucas realidades, que tende a ganhar grande fôlego em um futuro próximo. Como a recente visita da Chanceler canadense ao Brasil pôde sinalizar, os interesses compartilhados em energias renováveis, com destaque para o hidrogênio verde, podem impulsionar parcerias entre os dois países.

Por sua vez, a cooperação em matéria educacional é ponto de grande destaque nas relações bilaterais, sendo o Canadá, na atualidade, o país que mais recebe estudantes brasileiros no exterior, desbancando parceiros tradicionais como os Estados Unidos, a França e o Reino Unido.

Por fim, destaco que o Canadá abriga expressiva comunidade brasileira, havendo cerca de 50 mil residentes permanentes brasileiros no país, segundo dados do Censo Canadense de 2021. Diante de uma política proativa de vistos e autorizações de residência, o número de expatriados continua a crescer. A título de exemplo, apenas no ano de 2022, foram admitidos no Canadá como residentes permanentes quase 7,5 mil brasileiros e como estudantes quase 12 mil brasileiros.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradeço à Senadora Margareth e concedo a palavra, com satisfação, ao Embaixador Carlos Alberto Franco França, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Canadá.

É uma honra muito grande, Embaixador, tê-lo hoje aqui, nesta sabatina, pela larga experiência e, sobretudo, por ter exercido o honroso cargo de Ministro das Relações Exteriores do Brasil.

Com a palavra V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA (Para expor.) – Saiba, Sr. Presidente Renan Calheiros, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado federal, que a honra é toda minha. A V. Exa. o meu agradecimento por ter pautado esta sabatina.

Agradeço também à Exma. Sra. Relatora *ad hoc* Margareth Buzetti, antiga Presidente deste Colegiado que eu tive a honra de receber, no ano passado, no Itamaraty, para um encontro que foi muito proveitoso e que permitiu uma aproximação com V. Exa; e também, claro, à Exma. Sra. Relatora originalmente designada, a Senadora Tereza Cristina, a quem eu agradeço e cumprimento de forma especial, também por ocasião do seu aniversário. O senhor veja que ela faz aniversário, e eu ganho o presente, que são duas Relatoras – Senadoras, mulheres – aqui para a minha sabatina.

E eu me permitiria, Senador Nelsinho Trad, por intermédio de V. Exa., renovar o meu agradecimento à Câmara Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul, que, por proposição do seu então Presidente, o Deputado Paulo Corrêa, concedeu aqui a este humilde diplomata a grande honraria que é o título de Cidadão Sul-Mato-Grossense. Então, apesar de ter nascido em Goiânia, eu também sou conterrâneo do Senador Nelsinho Trad, Senadora Margareth Buzetti.

Queria, na pessoa do Senador e ex-Vice-Presidente Hamilton Mourão, cumprimentar os Srs. Senadores e demais integrantes desta Comissão e registrar também, como fez V. Exa., Presidente Renan Calheiros, a presença aqui, que muito me agrada, do Deputado Federal – seis vezes Deputado Federal – José Carlos Aleluia e também do Dr. Eduardo Albuquerque, antigo Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Cumprimento, claro, meus colegas Embaixadores que hoje me acompanham neste honroso exercício constitucional, as senhoras e os senhores, e começo com um agradecimento.

Antes de mais nada, um agradecimento ao Presidente da República pela confiança que deposita em mim, pelo encaminhamento desta mensagem ao Senado Federal; e também um agradecimento pela grande honraria que é, para um diplomata, estar aqui hoje, tendo seu nome submetido e seu trabalho avaliado pela Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

Eu acho que eu posso dizer, Senador Sergio Moro, sem nenhuma sombra de dúvida, que, desde o momento em que a gente pisa no Instituto do Rio Branco como aluno daquele instituto, no momento inicial da carreira, nós imaginamos chegar a este momento aqui, que para nós representa o ápice. É o momento em que nós vamos ter, então, aqui submetido o nosso nome para apreciação e, havendo a confiança do Senado – o que ao mesmo tempo nos dá legitimidade e também o sentido de *accountability*, como dizem os norte-americanos, no sentido de prestação de contas, muito fundamental –, a possibilidade de atingir aquilo que eu acho que todo diplomata um dia sonhou ou sonha: a chefia de uma missão diplomática. E, ainda que seja a terceira vez que eu compareça honrosamente a este Colegiado, Presidente Renan Calheiros, é a primeira vez que o faço nessa condição. E, para mim, então, é uma dupla honra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço também aos meus colegas da assessoria parlamentar do Ministério das Relações Exteriores, na pessoa do seu chefe, o Embaixador Bruno Bath, e também à secretaria chefiada pela Embaixadora Maria Luisa Escorel, com uma tão competente equipe, como o Embaixador Rodrigo Gabsch, o Ministro Ancelmo Lins de Góis e outros tantos colegas, que me ajudaram na preparação desta sabatina, trabalho que foi muito facilitado porque nós tivemos recentemente a visita, semana passada, da Chanceler Mélanie Joly, a chanceler canadense, aqui a Brasília. E eu me trataria dessa questão.

Eu pretendo, no tempo que me foi concedido, fazer uma exposição que dirá um pouco do que é a relação hoje, neste momento que nós vivemos, momento em que se adensaram realmente os encontros de autoridades de alto nível – e eu posso pensar de 2019 para cá; mas, sobretudo, nesses últimos seis meses, Presidente Renan Calheiros, houve realmente um adensamento, que talvez tenha sido coroado agora com essa visita da Chanceler Mélanie Joly –; tratar um pouco dos temas que hoje, neste ano de 2023, parecem, do lado canadense e do lado brasileiro, consagrar uma maior atenção; e falar um pouco sobre temas que são também de interesse do Brasil nesse relacionamento, tratando não apenas da parte política, mas da parte econômica. Já disse a minha Relatora, a Senadora Margareth Buzetti, dos temas dos fertilizantes; eu trataria também da questão de minerais críticos e da cooperação em energia, que é muito promissora. E, no final, eu falaria aqui, enfim, caso eu tenha aprovação nesse Colegiado e futuramente no Plenário do Senado, do trabalho que, então, eu pretenderia desenvolver se assumir o posto.

A Relatora já falou da dimensão do Canadá, imenso país em território, uma população pequena para aquele tamanho de território, são 38 milhões de habitantes numa faixa descontínua, ali na fronteira sul com os Estados Unidos, mas é um país que mantém com o Brasil relações diplomáticas que são historicamente fundamentadas em valores e princípios compartilhados, com convergência em temas como multilateralismo, respeito aos direitos humanos, proteção do meio ambiente, conservação da biodiversidade ou mesmo a promoção da inclusão de populações indígenas. É uma relação cuja institucionalidade é lastreada em 55 acordos bilaterais, em áreas que vão de serviços aéreos à previdência social e incluem, muito recentemente, o Acordo-Quadro de Cooperação em Defesa, que foi firmado em Brasília na semana passada.

Há 11 mecanismos de concertação bilateral que foram estabelecidos entre o Brasil e Canadá, dentre os quais eu me permitiria aqui sublinhar alguns: o Comitê Consultivo Agrícola, cuja décima e mais recente edição ocorreu em 2022; o Diálogo Político-Militar, cuja sexta e mais recente edição ocorreu no ano de 2022; o Comitê Conjunto para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, cuja quinta e mais recente reunião ocorreu em 2021; e o Diálogo de Parceria Estratégica, em nível de chanceleres, cuja quarta edição ocorreu justamente no dia 27 de junho último, no Itamaraty. São mecanismos de concertação, como eu disse, que estão – veja, V. Exa. – avivados, porque se reuniram há muito pouco tempo. E é uma lista que eu penso, Senadora Margareth Buzetti, que poderá ampliar-se num futuro breve.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. menciona a questão dos povos originários, da população indígena, que têm os dois países. Eu teria que dizer que o tema da partilha de experiência sobre povos originários foi tratado este ano em contatos do Senhor Presidente da República com o Primeiro-Ministro canadense, Justin Trudeau. E o Ministério dos Povos Indígenas, chefiado pela Ministra Sonia Guajajara, já indicou a disposição em iniciar diálogos exploratórios com vistas a um futuro estabelecimento de um mecanismo de diálogo com o Governo do Canadá nessa área. Nós teremos, então, 12 mecanismos de concertação bilateral quando isso acontecer.

O Brasil e o Canadá têm uma muito boa relação em fóruns regionais e multilaterais. Na OEA os dois países integram o Grupo de Amigos do Haiti, bem como o chamado Core Group, sobre o Haiti, na companhia dos Estados Unidos, Reino Unido e França. No G20 temos uma atuação conjunta, por exemplo, nas discussões havidas no âmbito do Fórum Global sobre o Excesso de Capacidade de Aço, que pretende, enfim, controlar a oferta da siderurgia. É um fórum do qual o Brasil é membro fundador e, neste ano de 2023, a presidência rotativa cabe ao Canadá. E temos uma atuação conjunta aí.

O Canadá é também o país coordenador do chamado Grupo de Ottawa, que foi criado em 2018 para a discussão sobre reforma e modernização da OMC (Organização Mundial do Comércio), grupo do qual o Brasil participa desde o seu início, junto com a União Europeia e mais 13 países. O objetivo desse grupo é fortalecer a OMC e defender o sistema multilateral de comércio, uma iniciativa que é instrumental e foi instrumental nas discussões sobre comércio e saúde durante a epidemia de covid-19. Temos uma coordenação também com o Canadá bastante estreita, como também com outros países, no Grupo de Cairns, que cuida de temas agrícolas. E temos nesse momento... Eu acho que nós vivemos um bom momento da relação bilateral; irritantes que havia, recentes, parecem ter deixado a pauta. E eu acho que isso fica claro nos recentes contatos em encontros de alto nível que foram mantidos de lado a lado.

Eu me permito mencionar, no ano de 2021, três encontros importantes aqui: a participação do então Secretário-Geral das Relações Exteriores, meu amigo Embaixador Fernando Simas Magalhães, na Conferência de Alto Nível de Doadores Internacionais em Solidariedade a Refugiados e Migrantes Venezuelanos, que aconteceu em junho de 2021; ocorreu, em outubro daquele ano de 2021, a visita à Ottawa do então Chefe do Estado-Maior do Exército Brasileiro, General Marcos Antonio Amaro dos Santos, que é o atual Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; e também a reunião de trabalho, em Brasília, com a Diretora-Geral para a América do Sul em Sistema Interamericano da Chancelaria canadense, em dezembro de 2021.

Em 2022, foi particularmente significativa a visita à capital canadense da Sra. Senadora Tereza Cristina, então Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que trouxe resultados muito concretos para a garantia de fornecimento de fertilizantes e a abertura recíproca de mercados.

Desde janeiro deste ano aqui, os contatos bilaterais ganharam ainda maior densidade. Visitaram Brasília quatro altas autoridades americanas: o Vice-Ministro de Comércio Internacional; a Embaixadora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Canadá para Mudanças do Clima; o Vice-Ministro Adjunto para as Américas da Chancelaria canadense; e, na semana passada, como eu comentei, a Chanceler Mélanie Joly, que cumpriu uma abrangente agenda de encontros na capital federal, de cuja pauta eu posso tratar um pouco mais adiante ou em algum questionamento que as Sras. e os Srs. Senadores tenham por bem me dirigir.

Antes disso, o Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, já havia mantido encontro com a Chanceler canadense, em fevereiro deste ano, à margem da 59ª Conferência de Segurança, e, em Paris, em junho deste ano, com a Ministra do Comércio do Canadá, também à margem da Conferência Ministerial da OCDE.

No mais alto nível, o Senhor Presidente da República e o Primeiro-Ministro Justin Trudeau já estiveram reunidos, em maio deste ano, durante a cúpula dos países do G7, em Hiroshima, encontro que foi antecedido de um telefonema internacional de mais de uma hora, no dia 20 de abril, em que ambos os mandatários trataram de temas globais, como desenvolvimento sustentável, combate à mudança do clima, conflito na Ucrânia e manutenção da segurança e paz mundiais.

Os últimos anos marcam também o interesse do Brasil em aprimorar o nível de cooperação com o Governo do Canadá, que se refletiu na abertura quase simultânea de três adidâncias junto à Embaixada do Brasil na capital canadense: a Adidância Agrícola, em 2019; a Adidância de Defesa, em outubro de 2020; e a Adidância de Polícia Federal, em fevereiro de 2022. São três importantes adidâncias, que ampliam a capacidade de articulação da missão diplomática brasileira no Canadá, qualificam a interlocução do chefe do posto junto às autoridades canadenses e concorrem para o acrescido intercâmbio em áreas estratégicas, como, por exemplo, a abertura de mercado, a diversificação da pauta de exportações, uma política comum de defesa na área de cibersegurança ou proteção de áreas remotas – nós temos a Amazônia, mas o Canadá tem uma área de interesse geopolítico cada vez mais importante, que é o Ártico –, o controle migratório e o combate a ilícitos transnacionais.

Do ponto de vista dos temas regionais, Haiti e Venezuela são temas sempre presentes na agenda dos dois países. A cooperação e a concertação são grandes, ainda que haja, Senador Sergio Moro, uma diferença no tratamento por parte da Chancelaria brasileira e do Governo canadense, que normalmente recorre a sanções unilaterais, normalmente a indivíduos, não como faz os Estados Unidos ao Estado ou ao país, mas que tem o efeito prático muito parecido.

E, dos temas que teve aqui a Chanceler Joly, tratou-se sobretudo da questão do meio ambiente, combate ao desmatamento, também ao risco de erradicação de biomas, como é o caso do Cerrado; uma adoção de políticas públicas voltadas também à inclusão de populações indígenas, porque, como eu disse, há uma determinação do Governo canadense, desde o primeiro mandato do Primeiro-Ministro Trudeau, já no ano de 2015, quando houve um trabalho de reinserção da população indígena deles, de tratamento, de adoção de políticas públicas de saúde também que possam amparar essa população, porque eles têm uma política, inclusive, de reconhecer o que eles chamam de erros do passado colonialista nesta área.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos dois temas que são caros ao Governo brasileiro. Um deles é a mobilidade de jovens, o acordo férias-trabalho. Como bem disse a Sra. Relatora, é um destino hoje muito comum, um dos principais destinos de estudantes brasileiros...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA – ... não só do ensino médio, que vão para aprender línguas, mas também do ponto de vista de graduação e pós-graduação; fala-se em 12 mil estudantes por ano. E há, em decorrência, desde 2010, o interesse brasileiro em firmar acordos sobre a mobilidade de jovens – que aí vão de 18 a 30, 35 anos – que permitam esses nacionais de ambos os países a conciliar as férias, o estudo de idioma e o exercício de uma atividade remunerada de caráter eventual. Isso tem um reflexo bastante grande no turismo, na atividade econômica e permite também, no nosso caso, a difusão da língua portuguesa.

Nós temos acordos do gênero com a Alemanha, com a Austrália, com a França e a Nova Zelândia, e o Canadá tem acordos do gênero com 33 países, três dos quais aqui na América Latina – México, Costa Rica e Chile. Sobre a comunidade brasileira no Canadá, ano passado – numa mensagem, por ocasião do nosso Bicentenário da Independência –, o Primeiro-Ministro Justin Trudeau falou de uma conta de 120 mil membros de comunidade de ascendência brasileira; os números que nós temos são inferiores a esse, como disse a Relatora.

Nós temos também um tema econômico que é a questão de acesso a mercados. Lá, também eu posso depois, se houver algum questionamento sobre isso, falar um pouco sobre o tema, hoje um pouco paralisado, o acordo Mercosul-Canadá.

E, no caso dos temas bilaterais, eu não vou repetir os dados que deu a nossa Relatora sobre a questão da pauta de comércio, bastante alentada. Nós chegamos a US$10 bilhões, vem-se aumentando. Claro que nós tivemos, no ano passado e já durante a epidemia da covid-19, um aumento na exportação de ouro, porque o ouro passou a ser a reserva de valor mais buscada pelos canadenses.

Exportação de aviões da Embraer. São 50 aeronaves a uma companhia aérea canadense...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA – ... seguida de uma opção de mais 50 aeronaves. Duas foram entregues em dezembro do ano passado. E também, claro, há uma compra de fertilizantes.

Senador Esperidião Amin, V. Exa., ao falar do Irã, tratou da questão dos fertilizantes e realmente a dependência que nós temos nessa área é algo muito sério, descomunal. Nós consumimos 8% da produção global de fertilizantes e dependemos das importações para cobrir 85% da demanda interna. Se formos falar da categoria de fertilizantes potássicos, nós temos uma dependência externa que é de 96%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o Canadá é um grande fornecedor, é um grande produtor mundial – acho que é o maior produtor mundial de fertilizantes potássicos e o maior provedor desse tipo ao Brasil: 34%, um terço dos fertilizantes potássicos vêm do Canadá.

Eu, em razão do horário, Presidente, falaria um pouco sobre acesso aos mercados. Basicamente, nós queremos ampliar o que a Senadora Tereza Cristina conseguiu ano passado, que foi o acesso da carne bovina e suína ao mercado canadense. Suína, só quem pode hoje exportar é o Estado de Santa Catarina, Senador Esperidião Amin, mas nós já estamos tratando para que outros estados – são seis, inclusive o Paraná, o Mato Grosso, o Rio Grande do Sul, Amazonas, Acre e Rondônia – possam também, porque já estão livres, de acordo com a OMSA, da febre aftosa sem vacina... para que nós possamos, então, ampliar o credenciamento dos estabelecimentos brasileiros para ampliar a exportação de carne suína a esses países.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Nós tratamos dos irmãos...

O SR. CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA – Perfeito.

Bom, sobre o plano de trabalho na Embaixada, eu falaria aqui em muito pouco tempo.

No plano político bilateral, eu penso que há um desejo de que a agenda do relacionamento com o Canadá ganhe densidade, sobretudo, nas áreas de ciência, tecnologia e inovação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA – ... na área de defesa, na área de energia, área de comércio e investimentos. Há um amplo potencial econômico e comercial a explorar na parte de acesso a mercados, como eu falei, de energias limpas e minerais críticos. Caso aprovado por esta Comissão e pelo Senado, com a confiança dos senhores, eu pretenderia, Presidente, ativar o diálogo estratégico em energia, que é um mecanismo que foi estabelecido no plano bilateral em 2011 e, até hoje, ele nunca se reuniu. É uma proposta que inclui exploração de petróleo, de gás natural, cooperação em hidroeletricidade e também em temas como, por exemplo, energia nuclear e cidades inteligentes, distribuição inteligente distribuída.

É um mecanismo que poderia se beneficiar, por exemplo, da participação da academia e entidades de classe. Eu penso num grupo de estudos do setor elétrico do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, chefiado pelo Prof. Nivalde Castro, que faz uma extenso radiografia do sistema de energia do Canadá, e também da Abdan, a Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Atividades Nucleares, porque, na verdade, o importante não é apenas que o Brasil se insira nas cadeias globais de valor com o Canadá, porque essa é uma diretriz que tem o Canadá, e eu penso que tanto o conflito na Ucrânia quanto a epidemia de covid-19 nos permitem ter essa ambição, mas que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possamos, na produção de hidrogênio verde, na negociação dos pequenos reatores modulares de geração de energia a partir de energia nuclear limpa e segura, ter a possibilidade de que nós possamos participar das rotas tecnológicas. Isso que eu acho que é importante, trazer a inovação.

Nós temos já um acordo de capacitação tecnológica que data de 2008 e temos os instrumentos, temos um parque industrial considerável aqui no Brasil. Eu acho que, se as entidades de classe e a academia nos ajudarem, nós podemos, então, ter essa ambição aqui no Brasil.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA – Eu acho que é isso que eu tinha no momento e fico aberto a todo e qualquer questionamento que tenha V. Exa., e os Srs. Senadores.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós agradecemos a exposição inicial de V. Exa.

Eu tenho duas questões que eu gostaria de rapidamente colocar. A primeira era sobre a necessidade, já prevista por V. Exa. na exposição, sobre as negociações do Acordo de Livre Comércio Mercosul-Canadá, lançadas em 2018, essas negociações, que estavam em estado de latência e recentemente foram relançadas.

E uma outra questão é uma curiosidade, uma sincera curiosidade: é bem sabido que V. Exa. recentemente desempenhou a nobilíssima função de Ministro de Estado das Relações Exteriores, retomando, evidentemente, linhas tradicionais da política externa contestada por seu antecessor. Pensando nas valiosas experiências adquiridas por V. Exa. à frente do Itamaraty, eu tenho a sincera curiosidade de indagá-lo quais seriam as principais lições que V. Exa. aprendeu e pretende levar para a eventual chefia desta missão diplomática.

Eu vou conceder a palavra ao Senador Esperidião Amin; em seguida, ao Senador Sergio Moro; em seguida, ao Senador Hamilton Mourão.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar.) – Presidente a uma parte do que eu talvez não perguntasse, mas gostaria de que perguntassem, V. Exa. atendeu, que é esta última: reflexões sobre o aprendizado numa tarefa cada vez mais importante para o Brasil.

A diversidade do que o Senador Carlos França – quem sabe Senador? –, do que o Embaixador Carlos França mencionou sobre as ações que ele vai desenvolver, certamente com a nossa aprovação, no Canadá mostra o quanto evoluiu a função da diplomacia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele falou que nós vendemos aviões para o Canadá, e não deixa de ser gostoso lembrar da nossa encrenca com a Bombardier e com a vaca louca. Isso faz parte da nossa história diplomática. Propagava-se, a partir exatamente do Canadá – fazia parte dessa, vou dizer, *fake news* da época –, que o nosso gado poderia ser acometido pela vaca louca, e o primeiro caso concreto descoberto na América foi em Calgary, Alberta, no Canadá. Quer dizer, a língua é o chicote do corpo, não é? Ficou caracterizado isso.

Então, eu fico muito feliz em poder atribuir o meu voto a quem representa tão bem o Instituto Rio Branco. Eu costumo dizer que, quando se trata de avaliar um diplomata, não é preciso mais do que folhear a sua ficha funcional. Primeiro, por uma escola exemplar; segundo, por uma demanda sempre crescente de mais participação das mulheres – e nada contra vocês três que estão aqui, mas aqui, num dízimo avantajado, nós temos que cobrar um terço para as mulheres. Viu, D. Margareth? É mais ou menos o quociente eleitoral das mulheres no corpo diplomático, que acho que está dando por volta de 28% ou uma coisa assim, e depende também da faixa de idade delas, pois sempre são mais moças do que nós. Jamais serão mais velhas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Jamais! Então, o porcentual é um pouco, digamos assim, forçado pela idade admitida do profissional. Uma coisa é a civil, outra coisa é a eclesiástica, no caso, diplomática.

Então, eu queria dizer que o senhor representa muito bem, pela experiência que eu tenho... Eu participo da Comissão de Relações Exteriores, a primeira vez na década de 90, e pude acompanhar essa evolução extraordinária da diplomacia brasileira, para compreender que pragmatismo e negociação fazem parte da vida civilizada. Eu acompanhei as discussões do Sivam, o famoso sistema de vigilância, e, naquela época, eu tomei conhecimento do empenho do Presidente dos Estados Unidos em vender o Sivam para o Brasil. Não tinha nenhum pejo, nenhuma cautela, tem que vender. "Ah, mas tem que financiar obra civil". Também financiamos obra civil no Brasil. Se é para vender o *software*, nós ajudamos a fazer o "*hardware*", em sentido figurado.

Então, eu queria dizer que o senhor prestou serviço ao longo da sua vida profissional, e aqueles que eu pude testemunhar, especialmente depois de iniciar seu exercício como Ministro das Relações Exteriores, como nosso Chanceler, me fazem dizer que, seja no Canadá, seja em qualquer outro lugar do mundo, eu me sinto satisfatória e plenamente representado pela sua experiência, pela sua pessoa e pelo seu espírito público.

Isso não é uma confissão de voto, é um pouco mais do que isso. É o orgulho que tenho pelo que representa a diplomacia brasileira e pelo respeito que todo Presidente da República tem a esses profissionais, incluindo o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que é, afinal, junto com o Ministro das Relações Exteriores, o responsável pela sua indicação. É um gesto de grandeza para ele e é um gesto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grandeza para nós podermos recebê-lo aqui e ver que o espírito republicano está presente nesta audiência, nesta sabatina a que o senhor se submete. E nós, neste momento, temos que lhe desejar sucesso.

Também é um posto delicado. Eu fico pensando: o Canadá...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... com mais de 9 milhões de quilômetros quadrados, tem uma população menor do que a do Estado de São Paulo. São Paulo, pelo último censo, está com 44 milhões; o Canadá, com uma superfície territorial maior do que a do Brasil, tem 38 milhões. Então... É um grande parceiro, porque as oportunidades que eles têm podem ser compartilhadas pelo Brasil, não apenas como o Nafta e outros acordos poderiam pretender em termos de inclusão e exclusão.

Então, eu desejo sucesso e agradeço pela oportunidade que o Presidente Renan Calheiros me dá de fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Sergio Moro.

V. Exa. dispõe de até cinco minutos.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Presidente, obrigado. Eu agradeço.

Renovo aqui os meus elogios ao Embaixador Carlos França, não só do período de convívio, quando estava no governo e V. Exa. estava no Planalto, sempre muito equilibrado e sempre muito cordato, e também pelo que nós observamos no seu desempenho como Ministro das Relações Exteriores, com uma atitude eficiente e discreta, pautando as relações internacionais do Brasil como tem que ser, pelo pragmatismo.

Não faço comumente, Senador Renan, mas elogio aqui o Governo Lula pela indicação. Demonstrou espírito republicano e grandeza ao não confundir política partidária com o corpo profissional diplomático do Itamaraty. Acompanho aqui os meus elogios nesse aspecto à indicação.

Eu tive a oportunidade de, com sacrifícios financeiros, conseguir mandar meus dois filhos fazer intercâmbio estudantil no Canadá, um foi para Toronto e o outro foi para Vancouver. Tenho uma admiração por aquele país, então conheço um pouquinho do Canadá, evidentemente não tanto.

Mas as minhas indagações... Gostaria de ouvi-lo, como a V. Exa. adiantou, sobre o acordo do Mercosul e Canadá, e me preocupa a sua afirmação de que ele estaria paralisado. Eu tinha visto notícias recentes de que essas negociações tinham sido retomadas e, particularmente, acho importante o Brasil –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como é reconhecido pela grande maioria das pessoas – se inserir nas cadeias globais, e acordos de livre comércio são essencialmente importantes.

Gostaria de ter a sua opinião, se fosse possível, porque o Canadá também conseguiu lograr um acordo, o Ceta, com a União Europeia, e nós estamos vendo todas essas dificuldades que o Brasil está tendo para fazer um acordo do Mercosul com a União Europeia, por vários motivos, entre eles questões ambientais. E o Canadá, este país de dimensões gigantescas, como o Brasil, também tem questões ambientais relevantes, sem falar também de uma população indígena, aborígene, que é relevante como a do Brasil.

A minha percepção é que talvez pudéssemos aprender algo com esse tratado com o Ceta, porque o Canadá conseguiu fazer com a União Europeia e nós estamos tendo toda essa dificuldade.

É certo que aqui é um tratado multilateral, que envolve também outros países do Mercosul, e lá foi Canadá e União Europeia, mas quem sabe possamos extrair alguma... Não sei se V. Exa. tem essa reflexão ou não, mas enfim...

E um terceiro tópico, sobre o qual eu gostaria de ouvir a opinião de V. Exa., é o problema do visto. O Canadá exige o visto para os brasileiros, o Brasil não exigia o visto recentemente, e agora voltou a exigir. Eu, particularmente, sou crítico a esse restabelecimento do visto, porque o penalizado acaba sendo o turismo brasileiro, na minha opinião.

De todo modo, eu gostaria de ter a opinião de V. Exa. não sobre essa questão específica, mas se há condições de retomar a política anterior de dispensar o visto para os canadenses virem ao Brasil e, por outro lado,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... se, dentre as possibilidades da agenda do Brasil nos Estados Unidos de V. Exa., se encontra a possibilidade de também pleitear a dispensa do visto dos brasileiros para ingresso no Canadá.

Eu sei que até existem algumas facilidades, como, por exemplo, admitir o visto americano como um facilitador para ingressar no Canadá sem a necessidade de visto, um procedimento simplificado.

E, se nós formos manter essa exigência do visto para o Canadá, para os canadenses virem ao Brasil, se não poderíamos, eventualmente, tratar, de alguma maneira, caminhos mais fáceis para que não fosse dificultada a vinda de canadenses, tanto para fazer negócios como para fazer turismo no Brasil.

Seriam esses três tópicos.

Renovo aqui a minha admiração e estima e desejo sucesso à V. Exa. na sua nova missão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Inicialmente, quero desejar sucesso ao meu amigo Carlos França, com a competência e até com o *savoir-faire*, que eu tive a oportunidade de acompanhar ao longo dos últimos anos e que vão balizar o seu caminho nessa nova missão.

Na sua exposição, o senhor bordou um assunto que é a questão do potássio, da nossa dependência, e eu só quero lembrar que nós aqui temos uma das maiores jazidas de potássio na região da Amazônia, na região de Autazes. É até uma empresa canadense que está buscando explorar isso, e essa situação, Presidente Renan, se arrasta há dez anos, e a gente não consegue ultrapassar as barreiras que são colocadas.

Mas eu quero tratar com o senhor, Embaixador França, de um tema estratégico, que é muito pouco lembrado aqui no Brasil, que é a questão do Ártico, e o Canadá domina a importante passagem do noroeste, que é a comunicação aqui da nossa área do Oceano Atlântico com o Oceano Ártico.

Hoje, o principal país de domínio no Ártico é a Rússia. A Rússia possui a maioria dos países capazes de navegarem no gelo naquele oceano. Então, há uma disputa internacional.

Eu queria saber do senhor se o senhor recebeu alguma orientação do Ministério das Relações Exteriores para uma aproximação com o Canadá sobre esse assunto. Essa é a minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra a V. Exa. para as respostas.

O SR. CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu começo aqui pelo tema – primeiro, agradeço a todos que se dignaram a fazer esse questionamento –, Acordo Mercosul-Canadá.

Realmente, lançado em 2018, as negociações levadas a cabo em sete rodadas presenciais propiciaram a conclusão de seis capítulos até o momento, o que é bastante: boas práticas regulatórias, concorrência, pequenas e médias empresas, gênero, trabalho e povos indígenas.

Foi também possível realizar, de 2018 para cá, duas trocas de oferta de acesso ao mercado de bens, compras governamentais, serviços e investimento – e também, claro, produtos agrícolas. E, apesar de estarem em estágio avançado – não sei se usei a palavra certa, que é paralisado... Na verdade, o que o acordo hoje espera é um momento mais propício para a retomada dessas negociações, que, eu repito, estão em estágio avançado. Isso porque, do lado do Mercosul, há uma decisão do bloco, pelo que eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entendo, de que nós, primeiro, fechemos as negociações com a União Europeia, Singapura e Efta antes de retomar o acordo com o Canadá.

Isso se deve, Senador Moro, um pouco, ao esgotamento das equipes negociadoras que a chancelaria dos países do Mercosul naturalmente tem, porque são vários acordos, várias frentes ao mesmo tempo.

A Argentina disse: "Olha, nós temos algumas dúvidas, por exemplo, sobre compras governamentais, sobre serviço e investimento". Eles acham que também o trabalho negociador, nesse segundo semestre, quando nós vamos ter eleição, aqui no país vizinho, tornaria difícil, enfim, o envio das equipes e reuniões somadas a esses outros processos em que nós estamos hoje em negociação.

O Canadá demonstrou, em um primeiro momento, a ideia de que tem uma sensibilidade mais forte em matéria agrícola e que precisava também de um tempo mais estendido de negociação para poder analisar a proposta do Mercosul. Isso por quê, Senador? Justamente, pelo fato de que eles têm um sistema de gestão de ofertas de produtos, como, por exemplo, ovos, lácteos, aves, açúcar e, em menor medida, a carne bovina, que foram objeto de concessão... V. Exa. tem toda a razão, é uma potência o Canadá do ponto de vista da facilidade de fazer negociação internacional.

Então, eles têm já acordos recentemente firmados com o chamado novo Nafta, que é o acordo entre Canadá, Estados Unidos e México; o Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Transpacífica (CPTPP); e o acordo de livre comércio entre Canadá e União Europeia, o Ceta, como V. Exa. mencionou. O que os canadenses dizem é: "Nós já fizemos muita concessão nesse esforço negociador recente". Há o acordo também com o Reino Unido, fruto da saída do Reino Unido do... fruto do Brexit. Então, eles me disseram: "Olha, nós já fizemos concessões várias, na área agrícola, dentro desses acordos, muito recentemente. Nós precisamos, então, verificar que espaço negociador nós temos para poder responder à oferta que foi feita pelo Mercosul".

Então, é por conta desses tempos que eu acho que isso ficará para o ano que vem. Não significa que estão paralisados ou estejam congelados. Talvez eu tenha usado a palavra errada, mas a verdade é que um deslinde rápido desse acordo que se esperava, talvez, para este ano, eu não acredito que possa acontecer.

Na questão de visto, Senador Moro, é sempre uma coisa difícil. A partir de 1º de outubro, agora, vamos começar a exigir, por reciprocidade, vistos. Serão vistos eletrônicos, porque o sistema canadense também é um sistema muito barato, custa 7 dólares canadenses, e você pode fazer pela internet, para poder pegar o visto, mas, claro, o visto é sempre uma barreira...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA – ... necessária ou desnecessária, mas é uma barreira. Podemos questionar, mas, então, como se fazer isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há também algum irritante na questão dos vistos diplomáticos. Há um certo descompasso entre a Chancelaria canadense e o Departamento de Imigração do Canadá sobre a aceitação desses vistos. É comum que diplomatas saiam do Canadá e, para tentar votar, depois, não conseguem, porque as companhias aéreas são, em geral, mal-informadas. Eu sei que a Chancelaria brasileira trata desse assunto com o Canadá, mas isso são desafios que eu acho que nós podemos, com base em negociação e acordos, resolver.

Acho que o Senador Esperidião Amin trouxe aqui uma reflexão importante. Pouco tempo atrás, 20 anos atrás, nós tínhamos com o Canadá um contencioso, por conta da chamada doença da vaca louca, e uma questão comercial importante que era, Senador Presidente Cid Gomes, a questão entre Bombardier e Embraer. Hoje, nós vendemos aviões da Embraer para companhias canadenses – são cem pedidos: 50 firmes mais opção de 50 –, aviões reconhecidos pela sua eficiência, pela sua capacidade e alta tecnologia; estamos abrindo mercados na carne bovina; e vamos abrir mercados, agora, na carne suína.

Acho que há um potencial de turismo muito grande. Os próprios canadenses me dizem: "Olha, tem que trazer mais canadenses para o Brasil, vocês são um país que tem condição de 'roubar' [vamos dizer assim, entre parênteses] turistas". Turistas que hoje vão para o Caribe ou vão para o México poderão vir ao Brasil.

Temos que fazer esse trabalho. Pretendo conversar – se meu nome for aprovado aqui – com o Ministério do Turismo do Brasil sobre esse assunto, mas eu penso que é definitivamente algo que pode ser trabalhado e que pode ser negociado. Eu acho que, talvez, haja uma boa disposição sobre esse assunto.

Sr. Presidente, Senador Mourão, Autazes é uma grande jazida. A empresa canadense Brazil Potash, que lá está, espera a licença ambiental e diz que, em três anos, consegue produzir muito. Seria um grande ganho para o Brasil. Há empresas canadenses, também, que exploram lítio no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, de modo que eu acho que nós temos um investimento muito grande. Eu não tive tempo de falar, mas nós temos um estoque muito grande de investimento canadense aqui no Brasil, fala-se de US$10 a US$15 bilhões. E há um investimento muito grande, também, do Brasil no Canadá, de empresas brasileiras. É um campo muito promissor, e eu tenho certeza de que nós podemos, enfim, nesse sentido, seguir bastante firmes.

Eu deixo por último, aqui, lições que eu levo da experiência como Ministro de Estado para o Canadá. Primeiro, eu queria aqui fazer um agradecimento à Casa de Rio Branco. Tudo o que eu sou devo ao que recebi, ao que aprendi no Instituto Rio Branco e ao que recebi da minha casa, que é o Ministério das Relações Exteriores. Por isso, eu sou muito agradecido com a possibilidade de chefiar, pela primeira vez, uma missão diplomática.

Eu penso no meu discurso de posse, em 6 de abril de 2021, e aqui aproveito para agradecer a honra e a confiança que me deu o então Presidente da República Jair Bolsonaro para aquela nomeação, que eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

procurei honrar dentro do espírito constitucional do art. 76, que diz: "O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado". Procurei cumprir o meu papel, prestando o melhor assessoramento possível, me cercando das melhores pessoas, lá no Itamaraty, para cumprir essa missão, durante aqueles 20 meses. Eu aprendi muito. E disse, naquele discurso, que eu tinha aprendido no Instituto Rio Branco que o ofício de diplomata era construir pontes. Então, acho que nós temos que apostar muito no diálogo.

Eu aprendi demais, nesse tempo em que fiquei à frente do Ministério, no diálogo com o Parlamento. E devo realmente, preciso fazer este agradecimento aqui à Presidente Kátia Abreu, que, quando foi Presidente deste o Colegiado, Senador Cid Gomes, trouxe com muita sensibilidade – da forma sempre incisiva como ela é, mas muito correta e muito justa – a necessidade da equidade de gênero na promoção dos diplomatas, na defesa da casa. Nem sempre é fácil, porque o critério não é identitário para a promoção, o critério é de mérito, tampouco é um critério identitário o acesso à carreira, mas essa questão que ela trouxe é uma questão que hoje está no mundo inteiro. Então, eu acho que a gente aprende muito também. Aprende-se muito, como Ministrado de Estado, no contato com o Parlamento.

Eu me permitiria aqui fazer duas referências a pessoas que me impressionaram muito e com quem eu aprendi muito na Casa de Rio Branco.

O primeiro foi um diplomata, já falecido, que não foi meu chefe, mas com quem eu aprendi muito, que foi o Embaixador Ítalo Zappa. Eu, em 1994, Sra. Relatora, fui designado pelo Itamaraty para fazer a prospecção da abertura da Embaixada do Brasil no Vietnã. E o primeiro embaixador lá foi justamente o Embaixador Ítalo Zappa. Quando eu conversei sobre a trajetória dele – ele tinha sido Embaixador na China, em Moçambique, em Cuba –, ele disse: "Olha, eu gosto de ir para países onde há trabalho de diplomacia a fazer". Essa frase sempre me acompanhou. E, na medida do possível, eu sempre procurei segui-la. Há um fio condutor entre Washington, La Paz, onde servi duas vezes, e o Paraguai: são embaixadas onde há trabalho de diplomacia a fazer. Também tem em Genebra, em Nova York, em outros lugares, mas, enfim, eu fiquei feliz de ter ido para esses três destinos e fico feliz, se puder contar com a aprovação desta Casa, de ir ao Canadá, porque sei que há um trabalho de diplomacia a fazer lá.

Por final, cito um que foi meu chefe, talvez o meu primeiro chefe no exterior, que foi o Embaixador Rubens Antônio Barbosa, autor de um depoimento ao CPdoc chamado *Um diplomata a serviço do Estado: na defesa do interesse nacional*. Ele me ensinou, nos três anos e meio em que eu convivi intensamente com ele na embaixada – porque aquele homem só trabalhava, normalmente trabalhava 14 horas por dia –, que é preciso manter esse caráter de Estado do funcionário diplomático. O Brasil tem a ganhar com isso, e isso é uma das fortalezas da Chancelaria brasileira, em que desde 1945 se ingressa apenas por concurso público, em que o diplomata, ao longo do tempo... Nós falamos aqui, o Embaixador Gradilone tem 44 anos de serviço, o Embaixador Paulo Tarrisse deve ter por volta disso, 43, eu tenho 31

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anos e vou pela primeira vez chefiar uma embaixada, porque é uma função realmente delicada, de modo que acho que essa é uma característica da diplomacia, uma fortaleza que nós temos que reiterar.

Por fim, também me deu uma lição o Embaixador Rubens Barbosa. Uma vez, fui a uma reunião... Ele servia na Embaixada em Washington, eu era o chefe de gabinete dele, e ele me disse duas coisas que me impressionaram e que eu pretendo repetir no Canadá. Ele me disse: "Eu não sou Embaixador do Brasil em Washington, eu sou Embaixador do Brasil nos Estados Unidos". E eu pretendo realmente ser Embaixador do Brasil no Canadá, pretendo visitar todas as províncias.

O sistema político canadense, Deputado Aleluia, é uma mistura do federalismo norte-americano com o parlamentarismo britânico. Há uma co-soberania ali das províncias, eles são mais que entes federados, eles têm... Há uma negociação interna, inclusive, do Governo central com o governo das províncias, por exemplo, no campo de circulação de mão de obra, trânsito de mercadorias, instalação de uma usina hidrelétrica ou nuclear... Há um papel muito importante da província. Eu pretendo me aproximar também dos governos provinciais para poder exercer esse trabalho.

E há uma última lição que me deu o Embaixador Rubens Barbosa. Uma vez, fomos a uma negociação sobre patentes, Presidente Cid Gomes, e havia do lado brasileiro seis ou oito pessoas que foram, técnicos brilhantes, mas uma delegação muito pequena perto daquela que era a delegação dos norte-americanos, que devia ter quarenta ou cinquenta pessoas, especialistas ali no detalhe, gente formada nas melhores universidades. Eu voltei um pouco acabrunhado e falei: "Embaixador, eu estou muito desanimado, porque é um jogo que tem uma falta de equilíbrio, é um jogo desequilibrado, pendendo muito para o lado norte-americano". E ele falou: "Aprenda uma coisa: sempre que você vier a qualquer país, por mais importante, por mais poderoso que seja, se você defender o interesse nacional de maneira legítima e o governo estrangeiro perceber isso, tenha certeza de que você será respeitado". Então, eu levo também comigo essa lição.

Por fim, Senador Mourão, o senhor me falou sobre o Ártico, sobre o espaço geopolítico. O Canadá tem um feito um trabalho de reconhecer o Ártico não apenas como uma região para a exploração de minerais críticos de que eles precisam para o processo de descarbonização da economia, na transição para uma economia de baixo carbono, mas também para a manutenção do Canadá nas cadeias globais de valor. Hoje, V. Exa. sabe, as montadoras estão com falta de material, como por exemplo, o lítio, e estão buscando diretamente a exploração – elas já não estão mais comprando, estão indo diretamente, numa verticalização da sua atividade econômica.

E, dentro dessa política de adoção de povos originários, eles têm pego o povo inuíte, e ajudado, junto com as Forças Armadas do Canadá, a entender o que é, por causa daquele conhecimento ancestral que tem aquela pessoa que vive ali naquela região muito fria e com grandes neves. Isso me lembra um pouco o que eu ouvia, quando fui trabalhar na Presidência da República pela primeira vez, dos militares da Subchefia do Exército, que me diziam que levavam os indígenas ali à Amazônia, porque é a pessoa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que sabe a hora em que o sol vai baixar, e orientavam também. Havia essa comunhão entre o soldado formado na Aman, quer dizer, o oficial formado na Aman, o militar formado na Aman e o conhecimento originário que está ali, e tudo isso somado na defesa do território.

Eu penso, Senador Mourão – e com isso eu concluo –, que a assinatura do recente Acordo-Quadro de defesa traz hoje um arcabouço institucional que nos permitirá fazer isso. Já no diálogo militar, político-militar, o Mecanismo 2+2, quanto ao tratamento dessas áreas como as chamadas áreas grandes, áreas remotas do Ártico e da Amazônia, eu penso que isso poderá ser aprofundado agora com base institucional nesse Acordo-Quadro.

Muito obrigado.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT) – O senhor me permite, Presidente? – por favor.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Bom, quero cumprimentar o Ministro Carlos Alberto Franco França e desejar sucesso nessa missão.

O Canadá é, penso eu, um dos alvos que o Brasil deve ter na busca por incrementar a chegada de turistas estrangeiros. E me permita fazer a sugestão idêntica à que fiz, porque para mim é a mesma lógica, ao embaixador à época designado para a Inglaterra. É muito difícil um inglês ou um canadense ou mesmo um americano sair do norte, atravessar o Equador, passando pelo Caribe, para vir para as praias do Nordeste brasileiro ou, enfim, de qualquer outra região brasileira. No entanto, se a gente conseguir aqui, e trabalhar nisto, um destino consorciado em que a gente incorpore a Amazônia, que é algo único, com o Nordeste brasileiro – puxando sempre brasa para a minha sardinha, cearense que sou, com muito orgulho – a gente poderá ter nesse destino casado um fator atrativo maior. E, da mesma forma que me coloquei à disposição do embaixador na Inglaterra, coloco-me à sua disposição para que a gente possa movimentar aqui os órgãos vinculados ao turismo, a Embratur, e realizar algum tipo de seminário, os governos de Estado, no sentido que a gente possa estimular esse destino.

Desculpe, Senadora. Antes do terceiro item da pauta, eu passo a V. Exa. a palavra.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT. Como Relatora.) – É só para desejar boa sorte. Tenho certeza de que fará um brilhante trabalho.

Como V. Exa. mencionou, eu fui recebida pelo senhor no Itamaraty, enquanto Presidente desta CREa que fui rapidamente.

Eu brinquei com o Senador Cid Gomes, eu falei: "Imagino a tensão que seria se o Brasil designasse uma mulher para a Embaixada do Irã". Ele falou: "Não, é só pôr a burca que está tudo certo". Mas a gente tem realmente essas questões de gênero com as quais a gente tem que lidar. Nós vamos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas fico feliz que o senhor está indo para o Canadá. E desejo boa sorte ao Embaixador Eduardo, porque não é uma missão fácil a sua – a do Carlos França é bem mais fácil.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT) – Mais gelada, é verdade. É verdade.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Bom, passamos ao terceiro e último item da pauta desta manhã de quinta-feira, a Mensagem do Senado Federal nº 45, de 2023, não terminativo, quer dizer, irá a deliberação do Plenário.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) N° 45, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor PAULO ROBERTO CAMPOS TARRISSE DA FONTOURA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Bulgária e, cumulativamente, na República da Macedônia do Norte.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pronto para deliberação

A relatoria dessa mensagem cabe ao Senador Hamilton Mourão, ao qual passo a palavra.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, senhoras e senhores que estão aqui, não tive... O Deputado Aleluia continua presente? Já partiu.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Está aqui?

Está bem. Não tinha mencionado o senhor.

Bem, a nossa Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação do Senhor Presidente da República, que designou o Sr. Paulo Roberto Campos Tarrisse da Fontoura, que é Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Bulgária e, cumulativamente, na República da Macedônia do Norte.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente e deliberar por voto secreto a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente.

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, o indicado ingressou no Curso Preparatório para a Carreira Diplomática em 1979, tendo se tornado Terceiro-Secretário no ano seguinte. Realizou o Curso de Aperfeiçoamento para Diplomatas em 1984 e o Curso de Altos Estudos em 1999, no qual dedicou sua tese sobre a participação do Brasil nas operações de paz da Organização das Nações Unidas.

Aqui no Brasil, os principais cargos por ele ocupados foram: assistente da Divisão de Operações de Promoção Comercial; assistente da Divisão das Nações Unidas; chefe da Divisão de Privilégios e Imunidades; chefe de gabinete do Departamento de Organismos Internacionais; chefe da Divisão das Nações Unidas; membro do Grupo de Trabalho Interministerial sobre a Implementação do Estatuto de Refugiados de 1951; Coordenador do Grupo de Trabalho Interministerial sobre a participação do Brasil na Conferência de Roma sobre o Tribunal Penal Internacional; assessor especial do Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; representante do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República no Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional; membro da Comissão de Ética dos Agentes Públicos da Presidência da República; e Diretor do Departamento de Organismos Internacionais.

No exterior, foi Segundo-Secretário em Londres; também junto à Delegação Permanente do Brasil junto à Aladi, em Montevidéu; esteve como Primeiro-Secretário e Conselheiro na Embaixada em Port-of-Spain; Ministro e Conselheiro na Missão junto à ONU, em Nova York; Chefe de Delegação da IV Sessão do Processo Consultivo Informal sobre Oceanos e Direito do Mar da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York; Chefe de Delegação da XIII Assembleia dos Estados Partes da Convenção sobre Oceanos e Direito do Mar, em Nova York; esteve na Coordenação Política da Delegação do Brasil junto ao Conselho de Segurança das Nações Unidas; no Grupo de Assessoramento do Secretário-Geral das Nações Unidas para o Fundo de Construção da Paz; no Grupo de Apoio Internacional à Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Médio; em Beirute, Embaixador;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na representação do Brasil no Grupo de Apoio à Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil); na II Conferência dos Estados Partes da Convenção sobre Bombas de Fragmentação, em que foi Chefe de Delegação; chefiou a delegação na I Conferência dos Estados Partes do Tratado sobre o Comércio de Armas, em Cancún, México; Embaixador em Zagreb; e atualmente exerce o cargo de Cônsul-Geral, em Assunção.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Ademais, de acordo com o relatório sobre a Bulgária encaminhado pela Chancelaria a esta Casa, é um país com 6,5 milhões de habitantes, politicamente inclinado à política europeia. Aderiu à Otan em 2004, tornou-se membro da União Europeia em 2007 e está em processo de ingresso no Espaço Schengen e na Zona Euro.

República parlamentarista, a Bulgária desde 2016 é presidida pelo ex-Comandante da Força Aérea, Rumen Radev, reeleito em 2022, e possui desde mês passado, junho de 2023, como Primeiro-Ministro o renomado físico e químico Nikolai Denkov, ex-Ministro da Educação e da Ciência e Deputado eleito pelo partido Continuamos a Mudança.

A relação parlamentar necessita de impulso, pois na Bulgária há grupo de amizade com Brasil, integrado por 21 membros do Parlamento local, mas no Brasil, em que pese existir o Grupo Parlamentar Brasil-Bulgária, criado pela Resolução da Câmara dos Deputados nº 11, de 2009, não foi instalado.

Quanto ao comércio bilateral, há tendência de crescimento, com superávit brasileiro, tendo nossas exportações, em 2022, atingindo a monta de US$323 milhões, e as importações US$163 milhões. O minério de cobre dominou a pauta exportadora no período, com 85% do total, seguido por açúcar, tabaco e café. Quanto às importações, foram, sobretudo, de adubos e fertilizantes, que corresponderam a 50% do total.

De acordo com a documentação enviada pelo Itamaraty – abro aspas:

> Uma análise preliminar do mercado búlgaro aponta para oportunidades de ampliação das exportações dos seguintes produtos brasileiros: motores para veículos e autopeças, motores e turbinas para aviação, partes de motores e turbinas para aviação, partes e peças para tratores, tubos flexíveis e laminados de ferro ou de aço, óleos combustíveis, óxidos e hidróxidos de alumínio. Verifica-se ainda a demanda de produtos primários tradicionais (café, milho e soja), além de maquinaria agrícola e sementes. [Fecho aspas]

Em relação à Macedônia do Norte, é importante destacar que o Estado brasileiro reconheceu a independência desse país em 1995, tendo estabelecido relações diplomáticas em 1998. Em dezembro de 2017, o Presidente macedônio veio ao país e inaugurou oficialmente a embaixada de seu país em Brasília. Desde então, o Governo macedônio tem insistido na conveniência da reciprocidade em relação de nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também possuirmos uma embaixada naquele país, a lembrar que a relação da Macedônia do Norte com a Bulgária não é amistosa. Portanto, manter a missão diplomática brasileira na Bulgária como respondendo cumulativamente pela Macedônia do Norte gera algum desconforto. Mas eu tenho certeza de que o Embaixador Tarrisse vai ser o algodão entre esses cristais aí.

Igualmente, cumpre destacar a manifestação de apoio da Macedônia do Norte à reforma do Conselho de Segurança da ONU proposta pelo Brasil.

E, finalmente, menciono que há comércio bilateral muito modesto com a Macedônia do Norte, que alcançou a cifra de US$36,6 milhões no ano passado. As exportações brasileiras concentram-se em carne de frango, que corresponde a 82% da pauta exportadora. E quanto às importações: produtos da indústria química, partes e peças para veículos automotivos e tabaco.

Diante da natureza do presente relatório, em que não nos cabe emitir opinião, Sr. Presidente, é o que gostaríamos de informar a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós agradecemos ao Senador Hamilton Mourão.

Tenho a satisfação de conceder a palavra ao Embaixador Paulo Roberto Campos Tarrisse da Fontoura, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Bulgária e, cumulativamente, na República da Macedônia do Norte.

V. Exa. dispõe de até 15 minutos para suas considerações.

O SR. PAULO ROBERTO CAMPOS TARRISSE DA FONTOURA (Para expor.) – Muito obrigado.

Agradeço ao Sr. Presidente e ao meu Relator também, que esgotou a pauta. Faço agradecimentos pelas palavras gentis que ele me dirigiu. Também queria agradecer ao nosso Embaixador Bruno Bath e à sua equipe do Itamaraty, que faz as pontes com o Congresso Nacional e tem mostrado realmente grande qualidade de trabalho, com o qual realmente nós ficamos muito felizes.

Para mim, é uma satisfação estar aqui na Comissão para falar sobre a Bulgária. Anteriormente, eu tive a oportunidade de estar na CRE, quando o meu nome foi submetido para chefiar a Embaixada do Brasil no Líbano e, subsequentemente, a nossa representação na Croácia, em Zagreb.

Para mim é feliz coincidência que esses três países – Croácia, Líbano e Bulgária –encontrem-se em regiões próximas. Eles compartilham certos problemas, outros são muito similares. A Bulgária se encontra numa situação de estabilidade regional. Ela encontra, ao longo de suas fronteiras, no seu entorno, situações tensas: a leste, você tem Kosovo, onde a comunidade de origem sérvia do Kosovo ainda tem problemas de entrosamento, de entendimento com a comunidade kosovar-albanesa, que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também muçulmana e eles são ortodoxos; a sul, você tem a Turquia, um país que passou por recentes problemas de natureza política e de segurança – agora, em maio, o Presidente Erdogan teve seu mandato renovado por um período de cinco anos, mas a questão curda ainda continua sem solução; a norte da Bulgária – não vizinha, próxima –, nós temos a Ucrânia, em que hoje talvez haja o conflito mais visível do mundo no momento.

O Brasil e a Bulgária iniciaram um diálogo diplomático, sobretudo durante a década de 30, mais precisamente em 1934, mas, durante a Segunda Guerra Mundial, nos anos posteriores, devido a Guerra Fria, foi suspenso. O diálogo foi retomado nos anos 60, até que gradualmente, em 1974, houve o intercâmbio de embaixadores residentes entre Brasília e Sófia. Mas esse não foi realmente o divisor de águas das relações bilaterais; foram os eventos que ocorreram na Europa, a partir de novembro de 1989 – é o que nós chamamos de queda do Muro de Berlim. Todo o Leste Europeu passou por uma transformação, uma reconfiguração política.

No caso da Bulgária, foi em 1990, quando se realizou, pela primeira vez na história do país, uma eleição multipartidária e se pôs fim ao regime de partido único, inaugurado em 1946. Em 1991, foi aprovada uma constituição, que declarou que a Bulgária passava a ser uma república parlamentar, cujo poder legislativo estava nas mãos da Assembleia Nacional, que é de uma só câmara composta de 280 membros; e, do lado econômico, a opção deles foi de economia de mercado. Então, no primeiro momento, o seu foco era aderir a todos os instrumentos euroatlânticos. Em 2004, se juntou à Otan; em 2007, à União Europeia; então, passou a se dedicar, a se engajar na adesão dos vários instrumentos de integração europeia.

Aqui é o espaço de circulação de pessoas chamado Espaço Schengen, em que eles esperam poder entrar até o final do ano. Em dezembro de 2022, numa reunião do Conselho Europeu, dois países – os Países Baixos e a Áustria –, tiveram dúvidas sobre a capacidade de a Bulgária servir de fronteira externa do bloco diante da Turquia, mas, pelas informações disponíveis, todas essas sugestões, todos esses problemas estão sendo superados. A própria Comissão Europeia, que é um órgão mais deliberativo, aprovou unanimemente a entrada da Bulgária no Espaço Schengen, a partir do próximo ano.

Paralelamente a isso, ela está tomando todas as medidas necessárias para entrar na Zona do Euro. Hoje, a moeda da Bulgária é a lev; a partir de 2024 ou 2025, será o euro. Para o Brasil isso significa passar de um mercado de 7 milhões de pessoas para um mercado de 400 milhões de pessoas.

Eu diria que outro ponto muito comum entre nós é que a Bulgária pleiteou adesão também à OCDE. O Brasil, a Argentina, o Peru, a Romênia e a Croácia também solicitaram adesão à OCDE, o que é um processo lento, não se trata de uma consulta que se encerrará amanhã. Eu acho que, no caso do México, levaram-se cinco anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que eu queria dizer é que, se no passado a imagem do Brasil estava baseada em estereótipos – o país no futebol, o país do Carnaval, o país das praias bonitas –, isso mudou a partir dos anos 90. E eu quero aqui reconhecer o trabalho fantástico feito pelos embaixadores brasileiros, porque nossos contatos se tornaram mais fluidos. O número de visitas recíprocas aumentou exponencialmente e as embaixadas trabalharam em três frentes de trabalho muito importantes.

Uma delas é a comercial. É a corrente de comércio que dá sustentabilidade às relações bilaterais. No Rio Branco, um professor me dizia, nos dizia, a toda a minha turma, que, quanto menos diplomatas e mais homens de negócio, mais para frente irá a relação bilateral.

Outro ponto importante é a imagem do Brasil. Nós não somos o país do futebol, o país das praias bonitas ou do Carnaval. Nós temos muita coisa para mostrar, e é isso que esses embaixadores – e, se me derem a oportunidade, eu também – procuraram fazer.

E o terceiro é a criação de uma rede de acordos. É importante oferecer aos contratos que nós estamos realizando segurança jurídica, sobretudo para os homens de negócio.

Então, com todo esse esforço que foi desenvolvido e, jogando para mais perto de nós, no período pós-pandemia, a economia búlgara, depois de um período de recessão comum ao mundo todo, cresceu 7,6%, em 2021; 3,8%, em 2022; e a expectativa agora, em 2023, é de 2,5%. A nossa balança comercial deu um pulo quantitativo extraordinário de 65%. Ela hoje soma, de maneira redonda, um número redondo, para facilitar as projeções, US$500 milhões. E US$350 milhões são as nossas exportações, baseadas, como foi bem dito aqui, em minerais, tabaco, café e açúcar. As nossas importações são de US$150 milhões em dois insumos essenciais hoje para a agricultura e agroindústria brasileira, que são adubo e fertilizantes.

Aquilo em que nós precisamos, realmente, nos empenhar é ver com uma lupa essa questão da balança comercial em duas vertentes. A primeira é garantir o mercado que nós já temos lá e, se possível, aumentá-lo, que são as bases de produtos primários; a segunda é fazer um cotejo da demanda de importações mundiais da Bulgária com a oferta exportável brasileira. E o meu Relator citou aqui vários exemplos de vários nichos em nível de óleos combustíveis, veículos, peças de reposição, que poderão ser explorados. Hoje, a Embaixada do Brasil na Bulgária está abrindo um Setor de Promoção Comercial e contratando mão de obra qualificada para esta garimpagem de oportunidades comerciais, que, através do Itamaraty, será repassada para a Apex, para a Fiesp e outras entidades de classes, buscando dinamizar essas relações comerciais.

Um exemplo muito forte aqui é que uma empresa de Santa Catarina, Packem, fabricante de plástico, estabeleceu uma unidade de produção numa cidade perto de Sófia. O mercado a ser conquistado, primeiro, era a Bulgária; depois, os países balcânicos. Isso me deixa muito feliz, porque é um sinal de que a política de atração de investimentos para a Bulgária era extremamente auspiciosa, tanto assim que há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma perspectiva de negociação de um acordo de facilitação para a proteção de investimentos. E é preciso, portanto, dizer que o número de empresas brasileiras interessadas em expor seus produtos em feiras realizadas na Bulgária tem aumentado. Então, o potencial é muito alvissareiro.

Na área cultural, nós temos uma grande preocupação em divulgar a vertente brasileira da língua portuguesa. Hoje há mais de cem livros que foram traduzidos para o búlgaro, não só Jorge Amado, Rachel de Queiroz, Rubem Braga, Chico Buarque, até Jô Soares, mas também nossos clássicos, como Machado de Assis. Agora, recentemente, no início de junho, foi feito o lançamento da obra *Iracema*, de José de Alencar.

Duas universidades búlgaras, uma das quais a de Sófia, a mais importante, já têm curso de graduação em língua portuguesa. A Universidade de Sófia também tem curso de mestrado em cultura brasileira. E a Fundação Getulio Vargas assinou, no ano passado, um acordo com o principal *think tank* búlgaro, por onde milita a liderança política do país, para troca de opiniões, intercâmbio. Tudo isso são sinais muito positivos do que nos espera no futuro.

E, finalmente, a área também sobre a qual eu quero discorrer é a questão consular. Eu venho de um país onde a nossa comunidade, o Paraguai, dependendo de com quem você fala, é de cerca de 700 mil pessoas. Agora vão selecionar 400 na Bulgária, dos quais 25% são menores, o que transmite a ideia de família. E essa diáspora brasileira pode ser dividida em quatro grupos. Uma delas, composta por jogadores de futebol e de vôlei – vôlei de praia e de quadra. O segundo grupo são brasileiros ou brasileiras que se casam com cidadãos búlgaros e residem na Bulgária. O terceiro grupo é composto por bolsistas. Cada vez maior é o número de bolsistas, sobretudo da área musical, de instrumentos clássicos, que vão estudar e se formar na Bulgária. Em 2020, o Brasil incluiu a Bulgária no seu programa de intercâmbio estudantil em graduação. E nós temos também uma série de outras atividades artísticas, de filmes. Temos um número muito forte de presença brasileira nesse campo. E, finalmente, o último grupo da nossa diáspora seriam então aqueles contratados de maneira avulsa: engenheiros, arquitetos, professores de artes marciais, capoeira, jiu-jítsu. Todos eles estão em demanda ascendente no país. E uma coisa muito importante que eu quero aqui registrar: não há nenhum indício de hostilidade ou discriminação contra os brasileiros na Bulgária. A adaptação tem sido bastante fácil.

E, aproveitando os últimos minutos que eu tenho, eu gostaria agora de falar um pouco sobre a Bulgária no Brasil. Aqui, a comunidade búlgara seria entre 2 a 5 mil pessoas, centradas basicamente em São Paulo, Rio de Janeiro e no Sul do Brasil. O corpo diplomático deles dispõe de uma embaixada aqui em Brasília, de um futuro escritório comercial em São Paulo e de três cônsules honorários: em Belo Horizonte, Recife e um, recém-aprovado pelo Governo brasileiro, em Florianópolis. E eu quero também dizer que o censo feito pelo IBGE em 2006 sinalizou que 62 mil brasileiros entrevistados se consideraram de ascendência búlgara. É um sinal de que os dois países têm muito potencial para o futuro.

Muito obrigado, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Concedo a palavra ao Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sr. Senador, senhoras e senhores, eu só queria desejar sucesso nessa sua nova missão, Embaixador Tarrisse. O senhor carrega o sobrenome de alguém que foi meu professor no Colégio Militar, que eu não sei se é seu parente...

O SR. PAULO ROBERTO CAMPOS TARRISSE DA FONTOURA (*Fora do microfone*.) – É.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – É. Professor de francês.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Perseguia-o muito.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Em Porto Alegre. Meu professor no Colégio Militar de Porto Alegre.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Passei, cheguei até aqui, olha. (*Risos.*)

Então, quero desejar muito sucesso ao senhor nessa missão. O senhor tem uma larga experiência na carreira diplomática e sei que será muito bem-sucedido. E, obviamente, esta Comissão estará sempre à sua disposição.

Sucesso, Embaixador!

O SR. PAULO ROBERTO CAMPOS TARRISSE DA FONTOURA (*Fora do microfone*.) – Muito obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Posso, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor, Senador Esperidião Amin, com a palavra V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar.) – Fiz questão de retornar aqui.

A pergunta do nosso amigo Senador Mourão é, me perdoe a singeleza, uma armadilha, não é? Porque e se o professor tivesse sido responsável pela reprovação dele?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pois é, mas a pergunta abre a porta, não se sabe se do purgatório, do céu ou da outra parte. Mas isso é apenas uma homenagem a mais que eu faço ao meu colega e amigo Senador Mourão.

Nós conversamos um pouco antes do início da sessão e eu acho que o senhor descreveu muito bem essa nova fase que a Europa vive. E, nessa nova fase, uma nova crise, porque a Europa se transfigurou durante essa guerra terceirizada da Ucrânia. Vale tudo para a Europa na busca da energia. Deixaram de ser os censores – com "c" – do mundo para serem os sensores – com "s" – da falta de energia barata. Então, vale tudo. E a Bulgária não é um protagonista nisso, mas vai se associar e faz parte agora da crise do que representa, na verdade, a Otan.

A Otan foi criada – me corrija o nosso General Mourão – para fazer face ao Pacto de Varsóvia, que, se existisse, não poderia mais ter como sede Varsóvia, porque Varsóvia já faz parte, junto com a Polônia, a Finlândia e tudo mais, da Otan.

Então, eu não sei quanto tempo vai durar a Otan, mas, se ela não tiver um adversário, não vai justificar o seu orçamento. *Mutatis mutandis* é mais ou menos como a questão do acordo nuclear do Irã. Se o Irã fizer parte da confraria, eu valho menos – isso vale para vários países.

Então, é uma mutação, uma realidade em mutação que nós não sabemos onde é que vai parar. Nós não sabemos.

A União Europeia faz exigências para o Brasil que desconsidera as suas reações diante da necessidade, mas isso é um desafio a mais para a diplomacia brasileira, especialmente na Europa, que, na nossa história, se chama "o centro do mundo".

A nossa visão histórica é essa: o Mediterrâneo. A maior parte da nossa origem aqui é o Mediterrâneo, enquanto o mundo está mostrando que o futuro está mais para a Rota da Seda do que para o Mediterrâneo, essa é a verdade.

Então, eu compartilho, sem fazer aquela pergunta embaraçosa, porque tem algum sobrenome aí que pode ter sido meu professor, e eu posso ter alguma diferença com ele. (*Risos.*)

Eu lhe desejo, sinceramente, habilidade, e siga os ensinamentos do nosso líder, Rio Branco, e o seu instituto. E me congratulo porque fizemos antes uma breve retrospectiva dos sinais externos da religião predominante, que é a ortodoxa búlgara, com os seus respectivos sinais da cruz e equivalentes.

Sucesso mesmo.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROBERTO CAMPOS TARRISSE DA FONTOURA (*Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra V. Exa.

O SR. PAULO ROBERTO CAMPOS TARRISSE DA FONTOURA (Para expor.) – Eu só queria agradecer a todos.

Realmente para mim foi uma...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – A empresa foi a Plasticom.

O SR. PAULO ROBERTO CAMPOS TARRISSE DA FONTOURA – Plasticom? Pode ser, de construção de embalagens.

Está lá desde o ano passado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Tem sede em São José, Santa Catarina.

O SR. PAULO ROBERTO CAMPOS TARRISSE DA FONTOURA – As facilidades fiscais que são oferecidas pela Bulgária dizem que são as melhores da União Europeia. Há uma empresa agora na área de defesa que também está interessada em se instalar na Bulgária.

O potencial é grande porque, como eu falei, com a entrada dentro do mercado, do espaço europeu de circulação de pessoas, dentro do euro, é um alargamento do mercado.

Não se pode basear sua produção só na escala de 7 milhões ou 6 milhões – como precisamente falou o Senador –, mas tem que se pensar na escala de 400 milhões. Então, é isso que motiva o empresariado brasileiro.

E o fato é que nós temos realmente, entre vários acordos, alguns inclusive pendentes ainda de aprovação no Congresso, de Previdência Social, por exemplo, porque é cada vez maior o número de atletas brasileiros que estão indo à Bulgária e também de operários, de funcionários, de engenheiros búlgaros que estão chegando ao Brasil.

Não é à toa que o número de cônsules honorários está se espalhando, o que é menos oneroso para o governo búlgaro.

Então, isso é o futuro, e é para isso o Itamaraty está procurando aparelhar-se, com a criação do Setor de Promoção Comercial, contratação de mão de obra qualificada búlgara, porque o português não é a língua oficial lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desse modo, podemos transmitir aqui para o Brasil oportunidades comerciais. Elas estão lá, estão escondidas; alguém tem que resgatá-las e colocá-las na plataforma comum, a Apex, a Fiesp e muitas outras entidades de classe.

O fato de mais empresas quererem apresentar seus produtos nas feiras na Bulgária é o sinal positivo de que acordaram, e agora compete à embaixada... E vale aquela frase dita pelo Embaixador Lúcio, na minha época de Rio Branco, de que, quanto menos diplomata, melhor e, quanto mais homens de negócio, melhor, porque assim é que nós vamos garantir relações duráveis.

É isso que eu gostaria de dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós agradecemos a participação de todos os Senadores na fase das interpelações, na apresentação dos relatórios, nos debates aqui realizados.

Já realizamos o processo de votação.

Eu determino à Secretaria, por favor, que proceda à apuração.

(Procede-se à apuração.) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Estão, portanto, aprovados, nesta Comissão de Relações Exteriores, os nomes dos Embaixadores Eduardo Gradilone Neto, Carlos Franco França e Paulo Tarrisse da Fontoura.

As mensagens respectivas e as sabatinas do dia de hoje serão enviadas à Secretaria-Geral da Mesa para o prosseguimento da tramitação.

Agradeço a todos pelas presenças, especialmente das autoridades, dos embaixadores, desejando-lhes pleno êxito.

Nada mais havendo a tratar, declaramos encerrada a reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 10 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 39 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e dois minutos do dia vinte e oito de junho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Weverton, Alan Rick, Marcelo Castro, Daniella Ribeiro, Lucas Barreto, Teresa Leitão, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Wellington Fagundes, Tereza Cristina, Cleitinho, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia, Angelo Coronel e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Carlos Viana, Izalci Lucas, Vanderlan Cardoso, Otto Alencar, Augusta Brito, Beto Faro, Chico Rodrigues, Wilder Morais, Eduardo Gomes e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 40, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, e com o art. 88-A, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor FABIO PESSOA DA SILVA NUNES, para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 41, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, e com o art. 88-A, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor FABRICIO DE OLIVEIRA GALVÃO, para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 42, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, e com o art. 88-A, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor CARLOS ANTONIO ROCHA DE BARROS, para exercer o cargo de Diretor-Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva. **ITEM 4 - Mensagem (SF) n° 39, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, e com o art. 88-A, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor JOSÉ EDUARDO GUIDI, para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Augusta Brito. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva. Fazem uso da palavra os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Wellington Fagundes, Esperidião Amin e Marcelo Castro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e dois minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/06/28

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 28 de junho de 2023. (*Pausa.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem, se V. Exa. me permitir, ouvindo, evidentemente, os companheiros que estão presentes ou acompanhando esta nossa reunião, para que nós invertamos a nossa pauta.

Estou para relatar um dos indicados ao Dnit, mas o meu item, o nosso item, é o item 3. Se V. Exa. me permitir fazê-lo prioritariamente, até por força de alguns outros compromissos assumidos, eu muito agradeceria a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Peço a tolerância dos demais Senadores Relatores devido ao pedido do Senador Veneziano... (*Pausa.*)

Está bem. Já, já, em segundo lugar. Em primeiro lugar, será o Senador Wellington Fagundes.

Agora mesmo, Senador Wellington, que já está aí na tela.

O item 3 da pauta será o primeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3
MENSAGEM (SF) N° 42, DE 2023
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, e com o art. 88-A, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor CARLOS ANTONIO ROCHA DE BARROS, para exercer o cargo de Diretor-Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Autoria: Presidência da República
Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
Reunião destinada à leitura do relatório

Com a palavra, o Senador Veneziano Vital do Rêgo, para proferir o seu relatório.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Mais uma vez, obrigado, Sr. Presidente.

Meus cumprimentos a V. Exa. e aos nossos companheiros e companheiras, Sras. Senadoras e Senadores que estão presentes nesta reunião, que é semipresencial.

Devo, mais uma vez, agradecer a cordialidade, a generosa atenção e a confiança que a Presidência teve para conosco ao designar-me como Relator do nome que foi apresentado pelo Executivo, do Sr. Carlos Antônio Rocha de Barros, para exercer o cargo de Diretor-Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

Eu quero fazer uma rápida, antes de adentrar, muito também concisamente... E, agradecendo a compreensão do Senador Wellington Fagundes, explico a razão... E tanto quanto eu bem o sabe o Senador que, em meio a obrigações e agendas e também hoje à representação do Presidente Rodrigo Pacheco em solenidade no Palácio do Planalto, quando o Presidente Lula haverá de tornar público seu plano de ação em relação ao Plano Safra para a agricultura familiar... Então, eu pedi essa inversão.

E quero dizer que fico muito feliz. Eu tive oportunidade de conversar ontem com o Dr. Carlos Barros sobre a sua indicação e extraí, evidentemente, aquilo que está exposto e é de conhecimento de todos os companheiros e companheiras deste Colegiado, que é a sua bagagem, ou seja, a sua condição que, técnica e objetivamente, nós analisamos, por ser conhecedor profundo da realidade do Dnit... E o Dnit passa, Sr. Presidente... Nós tivemos a oportunidade, entre outras tantas, de receber aqui o Ministro Renan Filho, que nos trouxe as novas perspectivas, nos trouxe as novas e boas expectativas para a ação do Dnit durante o ano de 2023. E é o nosso compromisso, o nosso comprometimento fazer com que, também nos próximos anos, possamos garantir, de forma clara e efetiva – e aí, quando eu falo "de forma clara e efetiva", é sobre os aspectos, Senador, Presidente Marcelo Castro, orçamentário e financeiro –, condições para que o Dnit o faça. Ou seja, fazer o trabalho devido que durante os últimos quatro anos, e sem aqui absolutamente querer imiscuir-me sobre a discussão política, partidária, ideológica, porque estas todos nós já bem conhecemos as nossas posições, mas houve uma fragilização significativa, tremenda, durante o passar dos últimos quatro anos.

Os parquíssimos recursos que foram disponibilizados quase em nada contribuíram sequer para as mínimas manutenções das ações que cabem ao Dnit. E esse é um novo momento –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rearejado momento – que tem muito diretamente a dependência daquilo que foi por nós constituída, que foi a votação da PEC de transição, que permitiu não apenas para o Dnit, mas para todas as áreas do Governo, que o Governo funcionasse. Imaginarmos se aquela PEC não tivesse congressualmente sido aprovada, o Governo estaria paralisado, e o Governo paralisado significam ações benfazejas inexistentes durante esse ano.

Então eu fiquei feliz ao ouvir o Dr. Carlos Barros. Fiquei feliz com a sua disposição de poder desenvolver as suas atribuições à frente das superintendências com as quais ele tratará nos estados, em interlocução permanente com as demais outras diretorias, e temos aqui três senhores, além do Dr. Carlos Barros, que estarão tendo seus relatórios lidos. Eu fico agraciado com essa oportunidade de poder participar deste momento.

Em exame nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) a Mensagem nº 42, da Presidência da República, submetendo à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, e com os arts. 88 e 88-A da Lei nº 10.233, do ano de 2001, o nome do Sr. Carlos Antônio Rocha de Barros, para exercer o cargo de Diretor-Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

O Dnit, como sabemos, autarquia especial vinculada ao Ministério dos Transportes, foi criado pela Lei nº 10.233, do ano de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre. Segundo os arts. 88 e 88-A desta lei, os membros da diretoria do Dnit serão indicados pelo Ministro de Estado dos Transporte, aprovados, individual e previamente, pelo Senado Federal e, por fim, nomeados pela Presidência da República, nos termos do disposto no art. 52, III, alínea "f", da nossa Constituição.

Além disso, a lei de criação do Dnit estabelece que o ocupante de cargo de diretor da instituição deva ser brasileiro, ter idoneidade moral e reputação ilibada, formação universitária, experiência profissional compatível com os objetivos, atribuições e competências desta autarquia.

Em razão das competências previstas no art. 104 do nosso Regimento, cabe a esta Comissão de Infraestrutura emitir parecer sobre indicações desta natureza.

Em conformidade com o art. 383 do nosso Regimento, a Comissão de Infraestrutura deve arguir o indicado e apreciar. Isso nós vamos fazer na próxima reunião, hoje, apenas estaremos a ler os relatórios e apreciar o relatório com base nas informações prestadas pelo Executivo sobre o candidato. E é o que fazemos. É uma análise eminentemente objetiva e sob os aspectos técnicos, por força da natureza do cargo a ser preenchido.

Consta da presente Mensagem o *curriculum vitae* do indicado, em obediência à prescrição regimental do art. 383, inciso I, alínea "a", e ao disposto no art. 1º, inciso I, do Ato nº 1, de 2009, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que “disciplina o processo de aprovação de autoridades”.

O indicado é cidadão brasileiro, graduado em Engenharia Civil, pela Universidade Federal do Estado de Alagoas, em 1988. Sua formação acadêmica registra três pós-graduações: a primeira, pela Fundação Getúlio Vargas, em Administração Pública, Planejamento e Orçamento, no ano de 2014; e outras duas da Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo, em Contabilidade e Orçamento Público e em Gestão Pública, que foram concluídas, respectivamente, em 2021 e 2022.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O *curriculum vitae* anexo à Mensagem Presidencial relata também a experiência profissional, à qual aludi, do Sr. Carlos Antônio Rocha de Barros, que passo a descrever amiúde.

O início de sua atuação profissional se deu na área da construção civil, onde atuou da sua graduação até 1997, em construtoras como Estrela, Paulo Octávio e Encol. Em 1997, passou a atuar na área de consultoria projetos, tendo ocupado diversos cargos até sua nomeação como servidor público federal da carreira de Analista de Infraestrutura de Transportes, em 2010.

A partir deste ano de 2010, passa, então, a desenvolver sua carreira profissional na administração pública, tendo ocupado, no próprio Dnit, as funções de Assistente da Diretoria de Infraestrutura Rodoviária, Diretor interino de Planejamento e Pesquisa e Coordenador-Geral substituto de Modernização e Gestão Estratégica.

No Poder Executivo, foi nomeado ainda Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva e Secretário de Política e Integração do então Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. Foi Presidente do Conselho de Administração das Companhias Docas do Rio de Janeiro e membro do Conselho de Administração da Companhia Docas do Espírito Santo.

A Mensagem nº 42, de 2023, é acompanhada, além do currículo do indicado, Dr. Carlos Barros, da sua argumentação escrita em defesa de sua indicação – é uma exigência – e das certidões negativas e declarações de conformidade de praxe em respeito ao art. 383, inciso I, alíneas "a", "b" e "c", do nosso Regimento, que disciplina a escolha de autoridades por esta Casa, de modo a atestar que: não possui parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à sua atividade profissional; não detém nenhuma participação societária na qualidade de sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais; não figura como autor ou réu em nenhuma ação judicial; e, por fim, exerceu, nos últimos cinco anos as funções públicas supramencionadas.

Quanto à regularidade fiscal, o candidato apresentou certidões positivas da Receita Federal e do Governo do Distrito Federal, onde reside.

Na sua argumentação escrita, o indicado se considera, quanto à afinidade intelectual e moral, apto ao exercício do cargo. Destaca que, no transcurso de sua carreira pública, colecionaram-se experiências como gestor público, sem que haja ocorrido qualquer responsabilização contra ele, nas áreas de gestão orçamentária e financeira e de recursos humanos. Aduz, além disso, que atuou na formulação e avaliação da política nacional de transportes dos subsistemas ferroviário, rodoviário, aquaviário, portuário e aeroviário, com propostas de ações governamentais, bem como na gestão de estudos técnicos, econômico-financeiro, planejamento, fiscalização, supervisão, gerenciamento de projetos e programas no setor de infraestrutura de transportes federal.

Diante do que nós expusemos, entendemos que os Senadores e Senadoras integrantes desta Comissão de Serviços de Infraestrutura dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a indicação do Sr. Carlos Antônio Rocha de Barros, para exercer o cargo de Diretor-Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), constante da Mensagem nº 42, de 2023, da Presidência da República (nº 283, na origem), em cumprimento às exigências constitucionais contidas no art. 52, a que nós já aludimos, inciso III, alínea "f", combinado com os arts. 88 e 88-A da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2005.

Presidente Confúcio, esse é o nosso relatório, para a apreciação dos Srs. Senadores e Sras. Senadoras, para que estejamos em condições, na próxima terça-feira, a fim de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sabatinarmos o indicado, Dr. Carlos Barros, com os demais, que terão os seus relatórios, respectivamente, pelos companheiros lidos, nesta manhã.

Muito obrigado pela sua atenção e também pela compreensão do Senador Wellington Fagundes.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senador Veneziano.

Está em discussão a matéria e o relatório do Senador Veneziano. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do inciso II do art. 383 do Regimento Interno.

Dando continuidade à leitura dos relatórios e dos currículos, submete-se à apreciação do Senado Federal o item 1 da pauta.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) N° 40, DE 2023
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, e com o art. 88-A, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor FABIO PESSOA DA SILVA NUNES, para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Autoria: Presidência da República
Relatoria: Senador Wellington Fagundes
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
Reunião destinada à leitura do relatório

Então, o Senador Wellington Fagundes está remoto e vai estar aqui na nossa tela.

Com a palavra o Senador Wellington Fagundes, para proferir o seu relatório.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bom dia, Senador Wellington Fagundes.

Com a palavra. Fique à vontade.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Além de desejar um bom dia a todos os brasileiros, eu quero agradecer, mais uma vez, a V. Exa., Senador Confúcio, por me designar a responsabilidade de estar, aqui, proferindo este relatório.

Da mesma forma também, quero aqui cumprimentar o nosso Presidente em exercício, Veneziano, e dizer que, da minha parte, eu fico, inclusive, feliz de poder ouvi-lo antes. Ele proferiu esse brilhante relatório e é também um brilhante Parlamentar, hoje, no exercício da Presidência. Portanto, é perfeitamente compreensível que ele fizesse uso da palavra, inicialmente, para poder proferir o seu relatório.

Da mesma forma, Sr. Presidente, eu quero aqui fazer algum comentário inicial, antes da leitura, pois tive a oportunidade de conversar com o engenheiro Fábio Pessoa da Silva Nunes e falar sobre a sua carreira, mas aqui registro que eu o conheço, há muito tempo, dentro do Dnit.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, no momento em que o Sr. Luiz Antônio Garcia foi o Diretor do Dnit, ele era Coordenador na Diretoria de infraestrutura.

Portanto, é um engenheiro que tem conhecimento, de fato, da diretoria, e que também é um homem do campo, que andou muito tempo visitando as obras. Além da sua carreira profissional, com certeza conhece o Brasil e conhece a realidade das nossas estradas, já que a responsabilidade dele no Dnit será exatamente a da Diretoria de Infraestrutura.

Então, por isso, eu quero aqui cumprimentar todos os indicados, porque todos são engenheiros de carreira, pessoas que têm conhecimento. Mesmo aqueles que não são de carreira, com certeza exerceram funções nessa área de responsabilidade que é estar gerindo, hoje, o Dnit, que é o órgão operacional do Ministério dos Transportes. A responsabilidade é a de cuidar de toda a nossa malha rodoviária e também aquaviária, já que fizemos, há pouco tempo, também, a sabatina do diretor aquaviário, que é extremamente competente.

Para Mato Grosso...Eu quero falar aqui não só de Mato Grosso, mas também do Presidente da Frente Parlamentar de Logística, porque o Brasil é um país onde temos mais de 60% da nossa carga transportada pelas nossas rodovias. Então, a importância, aqui, é a manutenção, a conservação e a construção de estradas e, também, claro, de ferrovias. Nós estamos falando aqui da Diretoria de Engenharia. Então, a construção e a manutenção da nossa malha rodoviária é muito importante, visto que, hoje, o Brasil ainda é um dos campeões de acidentes frontais no mundo. Então, isso representa mortes, acidentes graves, muito mais do que muitas guerras no mundo.

Eu quero aqui, também, Sr. Presidente, dizer, com muito entusiasmo, que agora, na sexta-feira, estarei com o Governador Mauro Mendes, com o Secretário Marcelo Padeiro, com os diretores da Nova Rota Oeste, que é a concessionária da rodovia mais importante para a nossa Amazônia, inclusive para o Estado de Rondônia, que é a BR-163, que liga o nosso trecho aqui da divisa de Mato Grosso do Sul a Rondonópolis, Cuiabá, até a cidade de Sinop. Nós estaremos no sábado, Sr. Presidente, a partir das 8h, lá na cidade de Nova Mutum, onde o Governador vai lançar as obras de duplicação do trecho de Nova Mutum a Rosário Oeste.

Sr. Presidente, é importante dizer que o Governo de Mato Grosso inova, mais uma vez, ao lançar a primeira ferrovia por autorização estadual do Brasil. V. Exa. foi uma das pessoas que ajudou muito quando aprovamos o novo marco regulatório das ferrovias, do qual o Senador Jean Paul Prates, que hoje é o Presidente da Petrobras, foi o Relator. Com isso, então, o Governador pôde lançar essa ferrovia, que já está em obras, rumo a Cuiabá, Rondonópolis, até Santarém.

E também, Sr. Presidente, o Governo do estado assumiu a concessão da BR-163 e hoje a gente tem a nova concessão, que é a Nova Rota Oeste.

O Governo do estado pagou todas as dívidas, também negociou junto à ANTT, que liberou essas dívidas por falta de cumprimento de prazo da antiga Rota Oeste, e o Tribunal de Contas também entendeu que era o melhor caminho, e temos hoje um grande exemplo.

Por isso eu quero parabenizar aqui toda a equipe do Governador Mauro e todos nós, Senador Jayme, também a Senadora Margareth Buzetti, toda a bancada do Estado de Mato Grosso, porque trabalhamos muito para que isso pudesse acontecer.

Então, Sr. Presidente, é importante também para Rondônia, porque grande parte dessa estrada vai também chegar a Rondônia, e Rondônia também – para nós, de Mato Grosso – é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito importante, porque, a partir de Porto Velho, também escoamos muito a nossa produção, depois para Itacoatiara e, consequentemente, para todo o mundo.

Sr. Presidente, então eu vou aqui à leitura do parecer da Comissão de Infraestrutura sobre a Mensagem nº 40, de 2023, da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, e com os arts. 88 e 88-A, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Sr. Fabio Pessoa da Silva Nunes, para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

E o relatório, Sr. Presidente.

Vem ao exame desta Comissão de Serviços de Infraestrutura – a Comissão de Infraestrutura – a Mensagem nº 40, de 2023, da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, o nome, então, do Sr. Fabio Pessoa da Silva Nunes, para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

O Dnit, Sr. Presidente, autarquia especial vinculada ao Ministério dos Transportes, foi criado pela Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre. Segundo os arts. 88 e 88-A desta lei, os membros da Diretoria do Dnit serão indicados pelo Ministro de Estado dos Transporte, aprovados, individual e previamente, pelo Senado Federal e, por fim, nomeados pela Presidência da República, nos termos do disposto no art. 52, III, "f", da Constituição Federal.

Além disso, a lei de criação do Dnit estabelece que o ocupante de cargo de Diretor da instituição deva ser brasileiro, ter idoneidade moral e reputação ilibada, formação universitária, experiência profissional compatível com os objetivos, atribuições e competências da autarquia e elevado conceito no campo de sua especialidade.

Em razão das competências previstas no art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão emitir parecer sobre indicações desta natureza.

Em conformidade com o art. 383 do Risf, a Comissão de Infraestrutura deve arguir o indicado e apreciar o relatório com base nas informações prestadas pelo Executivo sobre o candidato.

Consta da presente mensagem o *curriculum vitae* do indicado, em obediência à prescrição regimental do art. 383, I, "a", e ao disposto no art. 1º, inciso I, do Ato nº 1, de 2009, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que disciplina o processo de aprovação de autoridades.

O indicado, Sr. Presidente, é cidadão brasileiro, graduado em Engenharia Civil, pela Universidade Católica do Salvador, em 2004, e também em Tecnólogo em Processamento de Dados, pelo Centro Universitário do Estado do Pará, em 1999. Além dos cursos de graduação já mencionados, sua formação acadêmica também registra o mestrado em Estruturas e Construção Civil, pela Universidade de Brasília, em 2007.

O *curriculum vitae* anexo à mensagem presidencial relata também a experiência profissional do Sr. Fabio Pessoa da Silva Nunes, que passo também a descrever.

O início de sua atuação profissional se deu na área de sua primeira formação, no campo de Tecnologia da Informação, onde atuou, como celetista, trabalhando no Instituto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qualificação Profissional e na Libnet Comunicação Interativa, no período de 1998 até 2004, quando graduou-se em Engenharia Civil.

A partir de 2004, passa a atuar como engenheiro civil, celetista, nas empresas Frema Engenharia e WE Construções e Empreendimentos Ltda., até que, em 2009, mediante concurso público, torna-se Analista de Infraestrutura e Transportes, lotado no Dnit.

A partir de 2009 passa, então, a desenvolver, Sr. Presidente, notável carreira profissional no Dnit, tendo ocupado as funções de Coordenador de Obras e Construção, Coordenador-Geral de Construção Rodoviária, Coordenador-Geral de Manutenção Rodoviária, Coordenador de Planejamento e Coordenador-Geral de Modernização e Gestão Estratégica.

A Mensagem nº 40, de 2023, é acompanhada, além do currículo do indicado, da sua argumentação escrita em defesa de sua indicação e das certidões negativas e também declarações de conformidade de praxe, em respeito ao art. 383, inciso I, alíneas "a", "b" e "c", do Regimento Interno do Senado Federal, que disciplina a escolha de autoridades por esta Casa, de modo a atestar que: não possui parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à sua atividade profissional; não detém nenhuma participação societária na qualidade de sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais; não possui pendências fiscais nos âmbitos federal, estadual, municipal ou distrital, Sr. Presidente; não figura como autor ou réu em nenhuma ação judicial; e exerceu, nos últimos cinco anos, as funções públicas de coordenador supramencionadas.

Na sua argumentação escrita, o indicado defende implementar as políticas e programas relativos ao modo rodoviário, contribuindo para o crescimento, manutenção e segurança das rodovias de forma a garantir um modelo econômico e sustentável. Argumenta também, Sr. Presidente, que o Dnit tem que enfrentar um novo desafio de manter e recuperar as rodovias, além de garantir o crescimento dos investimentos em obras de implantação, adequação, duplicação e eliminação de pontos críticos, e também de resolver conflitos urbanos através de contornos e travessias rodoviárias, trazendo neste ponto desafios como desapropriações e condicionantes ambientais.

O indicado pormenoriza ainda que foi um dos responsáveis pela implementação de programas importantes, como o Proarte (Programa de Manutenção e Restauração de Estruturas e Obras de Arte Especiais) – pontes e viadutos; reformulação do Programa Crema, que são contratos otimizados para restauração e manutenção de rodovias, utilizando catálogos de serviços e manutenção por critérios de desempenho; implementação dos contratos de conservação rodoviária por desempenho; criação e implementação do Índice de Condição da Manutenção (ICM), que é forma utilizada pelo Dnit para medir o desempenho da manutenção rodoviária, além dos relatórios gerencias de acompanhamento denominados de Atlas Rodoviários.

Por fim, Sr. Presidente, o indicado destaca que, após a bagagem adquirida nas Diretorias de Infraestrutura Rodoviária e de Planejamento e Pesquisa, atuou na Diretoria Executiva onde coordenou: as ações de diversos programas de destaque na autarquia, entre eles o Programa de Gestão de Desempenho (PGD), que foi de suma importância principalmente no período da pandemia para regular a forma de medir o desempenho dos servidores em teletrabalho; a construção do Manual de Gestão e Fiscalização; e o desenvolvimento do painel de Estudos de Remanejamento, Investimentos e Custeios Aplicados (Erica), que traz uma visão integrada do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

planejamento e aplicação dos recursos da autarquia através de cenários de remanejamento otimizados, proporcionando, assim, uma visão holística do orçamento público para os gestores de cada diretoria.

Diante do todo exposto, Sr. Presidente, entendo que os Senadores e Senadoras integrantes desta Comissão de Serviços de Infraestrutura dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a indicação do Sr. Fabio Pessoa da Silva Nunes, para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), constante da Mensagem (SF) nº 40, de 2023, da Presidência da República (nº 281, na origem), em cumprimento às exigências constitucionais contidas no art. 52, inciso III, alínea "f", combinado com os arts. 88 e 88-A da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Sala da Comissão.

É esse, Sr. Presidente, o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – (*Falha no áudio.*)... Senador Wellington.

Está em discussão a matéria e o relatório do Senador Wellington Fagundes. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedido...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – O Senador Esperidião Amin deseja falar.

Com a palavra, o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – O senhor me ouve? Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bem. Pode continuar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Bom dia.

Eu gostaria de, em primeiro lugar, cumprimentar o Senador Wellington pelo relatório conciso e eficiente, ou seja, que nos permite abordar o conteúdo, a mensagem, e certamente o mesmo teremos de parte dos relatórios do Senador Marcelo Castro e do Senador Veneziano Vital do Rêgo, que são os próximos, se a agenda está correta. Dessa forma, essa pergunta que eu vou formular tem a ver com a questão estrutural do Dnit. E sorte que tanto faz o Diretor de Infraestrutura Rodoviária, quanto o Diretor-Geral, como o Diretor-Executivo; a pergunta, de alguma forma, afeta o trabalho do Dnit, independentemente da especificação do cargo do designado, do representado.

Nós acompanhamos, nos últimos anos – e V. Exa. participou disso –, quando o Presidente da Comissão, Senador Dário Berger, várias vezes, salientou que o grau de investimento do nosso país era absurdamente insuficiente para fazer face às nossas necessidades no caso do Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes). Particularmente no caso das rodovias, nós todos acompanhamos o esforço, por exemplo, do Senador Marcelo Castro no sentido de recuperar um pouco da capacidade de investimento e de aplicação de recursos, o que culminou no ano passado com uma emenda dele próprio elevando consideravelmente a capacidade de investimentos, que era muito mirrada, até o ano passado, inclusive. E, com a PEC

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da transição, nós tivemos um alívio. Esse alívio, inclusive, eu tive a oportunidade de comprovar ontem percorrendo aqui algumas obras a cargo do Dnit em Santa Catarina e constatando o que eu só torno público.

Nós lutávamos muito – a bancada catarinense – para que Santa Catarina tivesse um mínimo de investimentos e chegamos ao ponto, Senador Confúcio, de o Governo do Estado disponibilizar R$465 milhões do orçamento estadual para que o Dnit executasse – ele executasse – obras públicas que estão represadas vergonhosamente há muitos anos, como, por exemplo, as BR-470 e BR-280, que nós visitamos ontem, na companhia do Ministro.

Como os senhores sabem, eu não sou representante da Bancada do Governo, mas faço questão de tornar público que tenho, como democrata que sou, que aplaudir a postura do Ministro dos Transportes, na sua visita, ontem, a Santa Catarina.

Estivemos na 470, uma obra que é fundamental, é a prioridade das prioridades de Santa Catarina em matéria de rodovia. Para que o nosso telespectador e os Senadores se situem, é a rodovia que permite que a nossa produção de suínos e frangos e que a produção do Vale do Itajaí, altamente industrializado, cheguem aos nossos portos de Itajaí e Navegantes. Ontem tivemos oportunidade de inspecionar as obras, que foram conduzidas em 2021 e 2022, graças aos recursos efetivamente transferidos pelo Governo do estado, para que o Dnit bancasse parte dessas obras; e também na 280, onde estivemos.

Então, eu não posso deixar de registrar, por uma questão de justiça, que, graças à aprovação daquela emenda do Senador Marcelo Castro principalmente voltada para a manutenção e à aprovação da PEC da transição, que V. Exa., eu e o Senador Wellington, para mencionar aqui os que eu consigo visualizar, votamos a favor nestes termos: nos termos de válida por um ano e com a aprovação do arcabouço fiscal no primeiro semestre, que era o que eu defendia – eu defendi isto no dia 7 de dezembro: não à prorrogação por quatro anos da extrapolação do limite de gastos, mas, sim, à extrapolação por um ano, nos termos em que foi aprovado –, com isso, se conseguiu um patamar para investimentos.

A minha indagação comum aos diretores indicados é a seguinte: com a aprovação do arcabouço fiscal, nós podemos ter a convicção de que este patamar não será uma bolha, ou seja, não será um fato isolado o patamar conseguido com a PEC da transição; será, sim, um piso que, se Deus quiser, com a prosperidade do país e com o crescimento da receita, nós teremos possibilidade de atualizar ao longo dos próximos três anos do atual mandato presidencial. Então, a minha pergunta é também um pedido.

As obras públicas não têm tido continuidade no Brasil. Elas são poucas, fracas e sem suprimento de fundos. É uma barbaridade o que nós temos assistido, e aqui no meu estado de maneira clamorosa. Nós temos uma rodovia aqui no sul do estado, a BR-285, com 1,6 mil metros há quatro anos para concluir – a BR-285. E temos, lá no extremo oeste, a BR-163.

Eu pavimentei uma rodovia federal quando Governador, no meu primeiro mandato, inaugurei, no começo de 1987. É claro que é uma rodovia que tem que ser adequada aos nossos meios e módulos de transporte, mesmo rodoviários, que hoje têm outra dimensão, exigem outro raio de curva, outro... Felizmente, a base e a sub-base são fortes.

Então, seja para a 163, seja para a 158, a 282 e essas três que eu mencionei, a 285, a 470 e a 280, nós precisamos de um fluxo de recursos que assegure o prosseguimento dessas obras, que aliás estão sendo bem conduzidas pela atual gestão do Dnit de Santa Catarina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aproveito o ensejo para, primeiro, mais uma vez enaltecer o sentido republicano da visita do Ministro Renan Filho, realizada na segunda e terça-feira, ontem e anteontem, de inspeção dessas obras. Também inspecionamos o contorno rodoviário da grande Florianópolis, que é uma obra concedida e está sofrendo percalços, mas isso não é uma responsabilidade direta do ministério, muito menos do Dnit. Mas valendo o meu aplauso também à gestão do Dnit em Santa Catarina, eu quero acrescentar essa ponderação.

Eu falo não apenas em termos de Santa Catarina, mas de Brasil: podemos ter a esperança e podemos contribuir para que esse patamar de investimentos, tanto em obras quanto na conservação e adequação, especialmente das rodovias, podemos confiar que isso prossiga, nos próximos anos, para não termos recaídas nessas paralisações? Essa é a minha pergunta e eu, desde já, peço que seja estendida aos três indicados, se não houver alteração na agenda. E que o senhor me habilite para pelo menos uma réplica, uma só, a uma das três respostas. Pode ser? Podemos fazer esse trato?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senador Esperidião, hoje nós estamos apenas fazendo a leitura dos relatórios e dos currículos dos indicados.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – A semana que vem, a sua pergunta...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Já fica inscrita.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Já fica aqui inscrita em primeiro lugar, para todos os candidatos responderem. Todos já estão aqui presentes, já memorizaram a sua pergunta...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – O senhor me permite, Presidente, até porque...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – ... essas perguntas não exigem uma resposta pronta.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Tem que haver um estudo, uma verificação. É até oportuno que seja feito na semana que vem e lhe agradeço pela tolerância.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeitamente, Senador.

Não havendo mais quem queira usar a palavra para discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do inciso II do artigo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ah, Wellington, desculpe. Remoto é problema – viu? –, porque a gente fica sem observar direitinho.

Por favor, Senador Wellington Fagundes, seus comentários. (*Pausa.*)

Não estamos ouvindo, não. Dá uma olhadinha aí no seu som.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, na sessão de hoje, nós temos como pauta a leitura desses relatórios. É isso, não é?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito. Exatamente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência*.) – Então, com a sua permissão, eu gostaria de estender um pouquinho, mais uma vez agradecendo a gentileza e a confiança, Senador Confúcio Moura, de V. Exa. como Presidente, de me delegar essa incumbência de estar aqui relatando essa diretoria.

Eu quero dizer que já tive a oportunidade, nesta Comissão, de estar à frente da Comissão como Vice-Presidente e, principalmente, como Senador e Presidente da Frenlog, eu quero aqui dizer da importância que representa a definição do Diretor do Dnit.

Como disse aqui o Senador Esperidião Amin: embora sejamos de oposição, nós queremos que o Brasil vá para frente, que o Brasil tenha estradas bem conservadas, que o Brasil tenha um número menor de acidentes e que tantas vidas não sejam perdidas.

E falo isso, Sr. Presidente, porque nós fizemos o nosso papel. No ano passado – V. Exa., eu quero destacar também o Senador Marcelo Castro, também o Senador Esperidião Amin, que aqui está, mas todos nós e os outros Senadores –, aprovamos para o Dnit um recurso extra, um recurso, que eu diria que é praticamente extraordinário para o Orçamento deste ano. E aí eu quero lembrar também todos aqueles – até o Presidente Bolsonaro, porque ainda foram recursos aprovados no Governo do Presidente Bolsonaro para o Orçamento deste ano, toda a Comissão de Orçamento, também todos os nossos Senadores, o Congresso de um modo geral – que alocaram para o Dnit.

Olha é importante que a população brasileira acompanhe: a média de investimento vinha sendo da ordem de 17, 18, 16 bilhões. Nós conseguimos elevar, então, esses recursos para a ordem de 200. Então, este ano, o Dnit tem recurso suficiente para melhorar muito a nossa malha rodoviária; 200, não, aproximadamente 23 bilhões – quero corrigir, 23 bilhões, 22 bilhões. Por isso, V. Exa., Senador Marcelo Castro, foi realmente muito importante nisso. Quando eu falo 200 bilhões, é para os próximos dez anos, daí a necessidade que esses recursos não parem de ter no mínimo a média de 20 bilhões de investimento nas nossas estradas.

Então eu quero destacar e por isso a importância de ter os diretores do Dnit, todos eles em definitivo. Já tivemos momentos antes em que demorou demais, aliás, está até demorando, para que o Governo enviasse o nome desses indicados. Eu tenho certeza de que, até a semana que vem, teremos aqui – e V. Exa. já designou – todos os Relatores para que a gente possa votar, na semana que vem, e o Dnit, então, ter condições de tocar o órgão sob, claro, também o trabalho do Ministro Renan Filho, que foi Governador por oito anos e tem nos atendido de forma brilhante, competente – eu diria até que humilde ao receber a todos e, principalmente, extremamente prestativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu tenho certeza de que com esse trabalho que fizemos no Orçamento, alocando os recursos extras, recursos extraordinários para este ano, o Dnit possa então melhorar a malha viária de todo o Brasil. Em especial, então, eu falo aqui para nós de Mato Grosso e Rondônia, porque somos estados produtores e precisamos chegar aos portos e para nós aqui, não fossem os portos do Arco Norte, Sr. Presidente – e aí eu destaco também o de Porto Velho, a hidrovia de Itacoatiara –, dificilmente, nós teríamos como escoar a nossa produção, porque não temos armazenagem.

E hoje grande parte dos produtos continua sendo armazenado a céu aberto ou, ainda, quando vão de transporte por caminhões, são obrigados a chegar aos portos em grandes filas, e também submetendo, às vezes, até a preço do produto por chantagem daqueles que querem comprar, mas sabem da nossa deficiência em armazenar.

Então, é isso, Sr. Presidente.

Eu agradeço muito, aqui me colocando sempre à disposição de V. Exa., como um condutor maior desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Wellington Fagundes, pelos seus comentários muito abalizados sobre o pujante Estado de Mato Grosso.

Bem, dando continuidade, eu peço ao Senador Marcelo Castro, que inclusive é o Relator do item 2 da pauta, que também faça a leitura do item 4, que foi relatado pela Senadora Augusta Brito, mas ela está em Portugal, noutra missão. Então, V. Exa. terá que fazer aí *ad hoc*...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não dá para fazer remotamente de Portugal.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Ela está lá em outras atribuições, não é? Então, V. Exa., por gentileza, represente aí a Senadora Augusta Brito.

O Senador Marcelo Castro, logo a seguir, deve, por gentileza, *ad hoc*, fazer a leitura do relatório que submete também à apreciação do Senado Federal o nome do Dr. José Eduardo Guidi para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

ITEM 4
MENSAGEM (SF) N° 39, DE 2023
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, e com o art. 88-A, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor JOSÉ EDUARDO GUIDI, para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Augusta Brito (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatório: Pronto para deliberação

Todos os autores...

As indicações são da Presidência da República.

O Senador Marcelo Castro está com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Quero cumprimentar V. Exa., Sr. Presidente Confúcio Moura, os outros Senadores e Senadoras e os presentes.

E vou ao relatório, *ad hoc*, da Senadora Augusta Brito, que, como V. Exa. bem o disse, se encontra em Portugal.

O Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 39, de 2023, submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. José Eduardo Guidi para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), em conformidade com o disposto no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com os arts. 88 e 88-A da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Segundo o art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar sobre a escolha de diretores do Dnit. Nos termos do artigo do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), nossa Comissão, deve arguir o indicado e apreciar o relatório com base nas informações prestadas sobre o candidato.

O *curriculum vitae* anexo à mensagem presidencial relata a formação acadêmica e a experiência profissional do indicado, que passo a resumir.

O Sr. José Eduardo Guidi é cidadão brasileiro, graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e especialista em Gestão Pública pelo Insper, São Paulo.

No tocante à experiência profissional, o indicado atuou como responsável técnico de obras civis e de saneamento, em 2000; trabalhou como projetista e fiscal no Departamento de Obras e Serviços Públicos de Rondônia (Deosp), de 2000 a 2009; foi Coordenador e Diretor do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de Rondônia, glorioso estado que V. Exa. tão bem representa, de 2011 a 2015; e, atualmente, atua como perito judicial do TRF-1, do TJ de Rondônia, do TJ de Mato Grosso, do TJ de Minas Gerais e do TJDFT – acho que do Distrito Federal e do trabalho... Atualmente, atua como engenheiro avaliador de entidades do ramo financeiro, como instrutor de administração pública e como engenheiro consultor.

Com relação a publicações de sua autoria, o indicado apresenta lista de obras relacionadas à engenharia legal e a contratos de obras públicas.

A análise do *curriculum vitae* anexado à Mensagem nº 39, de 2023, evidencia que a formação acadêmica e o histórico profissional do indicado o credenciam para o desempenho das atividades do cargo de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do Dnit, para o qual foi escolhido pelo Senhor Presidente da República.

Adicionalmente, o indicado apresentou, além do *curriculum vitae* e da argumentação escrita que demonstram sua experiência profissional, os demais documentos exigidos pelo art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

São esses os elementos disponíveis para que esta Comissão de Serviços de Infraestrutura delibere sobre a indicação do Sr. José Eduardo Guidi para ser conduzido ao cargo de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

É esse o relatório, Sr. Presidente, da Senadora Augusta Brito, que faço *ad hoc* com muito prazer e honra.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Marcelo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está em discussão a matéria e o nome do indicado, o Dr. José Eduardo Guidi. Quem quiser usar a palavra, ela está à disposição.

Senador Wellington Fagundes. (*Pausa.*)

Não estamos ouvindo, Senador. Veja aí o som.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, eu gostaria de destacar, mais uma vez, aqui, o nosso Senador Marcelo Castro pela sua competência. Já falei agora há pouco do papel que ele teve no Orçamento ao alocar mais de R$20 bilhões para o Dnit.

O Dnit vinha na média de investimento de R$6 bilhões e, agora, com R$20 bilhões, pode melhorar muito as estradas de Mato Grosso. E a gente espera, claro...

Esse recurso é importante que o tenhamos nos próximos dez anos, porque, em um estado como Mato Grosso, precisamos também avançar na construção de novas rodovias, tanto é que aqui o Governador Mauro assumiu uma estrada federal, que é a BR-174, que liga Juína a Vilhena, e também mais um trecho que é de Juína até Aripuanã, o que vai interligar também o Estado de Rondônia. Há dois trechos – um de Juína a Vilhena, Rondônia –, mas assumiu de Juína até Aripuanã, uma estrada muito importante, porque tem lá uma mineração muito forte.

O Mato Grosso é um estado ainda em expansão, precisa de investimentos e essa parceria com o Governo Federal é muito importante. Por exemplo, nós temos aqui a necessidade da conclusão da BR-158, que é uma estrada extremamente importante, e também a BR-242, que é uma leste a oeste. Inclusive, trabalhei muito junto com o Ministro Paulo Sérgio e conseguimos, à época, a conclusão da federalização dessa estrada. Essa estrada já está pronta da BR-158 até Querência, faltando apenas de Querência até Santiago do Norte, e depois pronta até o nortão do Mato Grosso.

Quanto a essa diretoria de infraestrutura ferroviária também, Sr. Presidente, que o Senador Marcelo Castro relata, que é do José Eduardo Guidi, eu quero destacar o papel do Brasil em investir mais também na nossa ferrovia, na malha ferroviária, visto que, há 35 anos, 40 anos, nós tínhamos mais de 30 mil quilômetros de ferrovia funcionando no Brasil, e hoje não chega a 12 mil quilômetros, 15 mil quilômetros de ferrovia. Precisamos investir muito.

Por isso, aqui, para o Mato Grosso, a importância da ferrovia Fico, que é a Ferrovia de Integração do Centro-Oeste, cujas obras começaram no Governo passado, do Presidente Bolsonaro, e continuam, visto que foi a primeira ferrovia por investimento cruzado, ou seja, permuta da outorga da Ferrovia Carajás e também de Minas – até um trecho grande da rodovia de Minas Gerais. Além disso, também nós temos aqui a primeira ferrovia por autorização do Brasil, que é o avanço da ferrovia Ferronorte da minha cidade natal, Rondonópolis, Cuiabá, até Lucas do Rio Verde, nortão de Mato Grosso.

Por isso, eu destaco aqui a importância dessa diretoria. E nós queremos avançar também na ferrovia Ferrogrão, que vai permitir que também possamos escoar pelos portos do Arco Norte.

Então, mais uma vez, eu agradeço aqui, Sr. Presidente Confúcio Moura, e parabenizo o Senador Marcelo Castro.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Wellington, pelo seu conhecimento do Estado do Mato Grosso como a palma da mão. Conhece tudo.

Não havendo quem queira discutir mais, eu concedo vista coletiva desse relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2
MENSAGEM (SF) N° 41, DE 2023
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, e com o art. 88-A, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor FABRICIO DE OLIVEIRA GALVÃO, para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Autoria: Presidência da República
Relatoria: Senador Marcelo Castro
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
Reunião destinada à leitura do relatório
O Senador Marcelo Castro pode continuar o seu relatório.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Sr. Presidente, também vou relatar, agora que eu sou o Relator, sobre o Dr. Fabrício de Oliveira Galvão.

O Senhor Presidente da República, por intermédio da Mensagem nº 41, de 2023 (Mensagem nº 282, de 19 de junho de 2023, na origem), submete à apreciação do Senado Federal a indicação de Fabrício de Oliveira Galvão, para ser conduzido ao cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), autarquia vinculada ao Ministério dos Transportes, criada pela Lei 10.233, de 5 de junho de 2001.

Os diretores do Dnit, cujas nomeações serão precedidas, individualmente, de aprovação pelo Senado Federal, deverão ser brasileiros, ter idoneidade moral e reputação ilibada, formação universitária, experiência profissional compatível com os objetivos, atribuições e competências da autarquia, além de elevado conceito no campo de suas especialidades, conforme estabelece o art. 88 de sua lei de criação.

Fabricio de Oliveira Galvão, cidadão brasileiro, é graduado em Sistemas de Informação e em Engenharia Civil pela Universidade Potiguar (Unp) e possui especialização (MBA) em Infraestrutura de Transportes e Rodovias.

Na vida profissional, o indicado possui 20 anos de experiência na área de engenharia e transportes. Destacam-se as funções: Secretário Municipal de Trânsito e Transportes Urbanos da cidade de Extremoz, Rio Grande do Norte – eu não conhecia esse nome, não, mas a pronúncia é essa mesma: Extremoz; é isso? –; gerente em empresa privada de engenharia, de 2010 a 2015; servidor de carreira do Dnit, exercendo diversas funções, inclusive a Superintendência Regional de Alagoas, de 2015 a 2021; Secretário Municipal de Infraestrutura de Maceió, em 2022; e Diretor-Geral Substituto do Dnit, desde o início de 2023.

A sua atuação como Secretário de Infraestrutura de Maceió exigiu habilidade na gestão e execução de projetos, em articulação com a sociedade e com os Parlamentares do município, visando à implementação das ações, tais como as obras de contenção costeira em toda a orla marítima de Maceió, projetos de contenção de encostas e as pavimentações e drenagens da cidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como servidor de carreira do Dnit, atuou como chefe do serviço de construção e como chefe do serviço de manutenção na superintendência de Alagoas. Mas a atuação mais relevante foi como Superintendente Regional no estado, onde contribuiu em diversas obras de construção do terminal de passageiros do Porto de Maceió. Na sua gestão, as obras de manutenção e recuperação de rodovias levaram o estado ao reconhecimento pela Confederação Nacional do Transporte como a melhor malha do País por dois anos consecutivos.

Em sua argumentação escrita, destaca que as suas experiências de atuação no setor público somadas às experiências no setor privado lhe conferem a aptidão desejada para exercer o cargo de Diretor-Geral do Dnit. Neste momento em que o departamento busca investir maciçamente na reconstrução e recuperação da sua malha viária, bem como nas duplicações e adequações das rodovias, é necessário um Diretor-Geral que detenha conhecimento de gestão e experiência de execução, que conheça o Dnit e seus problemas, para que seja capaz de guiar as ações visando à melhoria da nossa infraestrutura.

Cumpre registrar que o candidato apresentou todos os documentos exigidos pelo art. 383, inciso I, alíneas "a", "b" e "c" do Regimento Interno, juntamente com as declarações de que trata o §3º do *caput* do mesmo artigo.

Esses artigos do nosso Regimento, Sr. Presidente, são de que o indicado faça declaração quanto à existência de parentes em atividades públicas, quanto à sua participação em empresas e entidades, regularidade fiscal quanto à existência de ações judiciais, quer dizer, a negativa dessas ações e tudo o mais. Ele cumpriu tudo rigorosamente como determina o nosso Regimento Interno.

Esses são os elementos, Sr. Presidente, disponíveis para que esta Comissão delibere sobre a indicação, pelo Senhor Presidente da República, do Sr. Fabrício de Oliveira Galvão para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senador Marcelo Castro.

Muito bem!

A palavra está à disposição dos Senadores para discutirem o relatório do Senador Marcelo Cássio.

Com a palavra, o Senador Wellington Fagundes. (*Pausa.*)

Faltou o som. Nós não estamos ouvindo, Senador. Por favor...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, mais uma vez, como Presidente da Frenlogi (Frente Parlamentar Mista de Logística e Infraestrutura) do Brasil, eu preciso e quero aqui dizer da importância que representa esta reunião de hoje e a da próxima semana em que faremos – quando concluiremos então – a sabatina e a votação nesta Comissão desses indicados, para que tenhamos o Dnit em pleno funcionamento.

E eu o faço porque, mais uma vez, quero reconhecer a importância que representa o Dnit para o Brasil – é o órgão que cuida das nossas ferrovias e também das nossas estradas no Brasil, e o Brasil ainda, repito, é um país rodoviário, com grande parte das nossas cargas sendo transportadas através das nossas rodovias –, além da necessidade de construir novas rodovias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Brasil como um todo, de melhorar as nossas rodovias. Por isso, programas como o Crema são fundamentais.

E, aí, eu quero destacar, mais uma vez, o relatório do Senador Marcelo Castro, que, então, relata a indicação do nome do Sr. Fabrício de Oliveira Galvão, que será o Diretor-Geral do Dnit após essa aprovação. Eu conheço o Fabrício, ele que está exercendo, na verdade, o cargo interinamente e tem atendido, mesmo nessa precariedade de não ser o diretor ainda sabatinado pelo Congresso Nacional, pelo Senado da República, e ele vem desempenhando as suas funções demonstrando experiência, competência e que tem tudo para, com a diretoria toda, exercer a contento toda a expectativa que todos nós, no Brasil, temos. E o nosso papel, liderados por V. Exa. e também pelo Senador Marcelo Castro, é o de continuar trabalhando na Comissão de Orçamento para que o Dnit tenha a dotação orçamentária mínima necessária, como é o caso deste ano, de mais de R$20 bilhões para fazer esses investimentos.

E quero aqui, mais uma vez, destacar a importância de avançarmos nas ferrovias e aqui, repito, na primeira ferrovia por autorização do Brasil, que está avançando na minha cidade natal, Rondonópolis, rumo a Cuiabá, Cuiabá rumo a Lucas do Rio Verde, no Nortão de Mato Grosso; além, também, da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (Fico). E, aí, eu quero registrar o papel do Pagot à época e de todos nós para lutar para fazer essa primeira ferrovia por investimento cruzado.

Quero aqui esclarecer que a Vale do Rio Doce, então, está construindo essa ferrovia por permuta da renovação da outorga das Ferrovias Carajás e Vitória-Minas também. E, ainda, no nosso trabalho – e aqui para toda a Região Amazônica –, da importância que representa a construção da ferrovia Ferrogrão.

A ferrovia tem menos impacto ambiental do que uma rodovia. Uma ferrovia, depois de pronta, diminui o número de acidentes, é um meio de transporte mais eficiente, mais barato e que vai trazer mais competitividade para o Brasil, principalmente para nós, no caso aqui do Centro-Oeste, que temos que levar mercadorias e trazer os insumos de distâncias tão grandes para competir com produções como a dos Estados Unidos. Se não fossem aqui os investimentos em pesquisa, em ciência, na capacidade do nosso produtor, dificilmente nós teríamos como competir com os Estados Unidos e outros países. E o Mato Grosso, hoje, em especial, é aquele que garante a maior produção com produtividade, Sr. Presidente. Aqui nós temos agricultura de precisão, com tecnologias extremamente avançadas. E o Estado de Rondônia também é um estado que ajuda muito nessa produção.

Então, por isso, eu trago aqui o nosso entusiasmo de a Comissão de Infraestrutura estar cumprindo o seu compromisso de forma célere, ou seja, chegou a indicação, V. Exa. já indicou os Relatores e, na semana que vem, já estaremos votando, o que é muito importante para o Brasil. É importante que a população brasileira reconheça e veja o papel de todos nós de estarmos aqui cumprindo a nossa obrigação. Claro, fomos eleitos pelo voto de confiança, mas não estamos aqui delongando no cumprimento dessas obrigações.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Wellington.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Peço a palavra aqui também para fazer umas considerações.

O Brasil, no meu entendimento, é um país que já andou muito bem no passado, teve planejamento estratégico, mas, de uns certos anos para cá, a gente vem agindo assim mais reativamente de que propriamente dentro de uma programação, dentro de um objetivo que a gente queira alcançar. Então é claro que o país tem muitas deficiências em todas as áreas que a gente for analisar, mas eu acho que uma é primordial, é essencial à dificuldade do desenvolvimento do país, que é a falta de planejamento em vários setores e, em especial, nessa área da infraestrutura.

É claro que a gente tem dezenas, centenas de exemplos a falar. O Senador Esperidião Amin, que falou tão bem há pouco, citou um caso, lá em Santa Catarina, em que faltam 1,6 mil metros. Isso não se justifica! Quer dizer, vamos dizer que já foram feitos 99% da obra e, porque esteja faltando 1% ou estejam faltando 10%, a obra fica sem a finalidade. É evidente que isso é uma falta realmente de planejamento.

Na semana passada, nós tivemos a oportunidade de ir ao Estado do Maranhão, vizinho nosso lá do Piauí, com o Ministro Renan Filho, exatamente para visitar a construção da BR-226, que é uma BR de integração regional – ela une o Nordeste ao Norte. E essa estrada, Senador Confúcio, observe bem V. Exa., foi construída há 40 anos e ficaram faltando 100km para chegar a Timon, para chegar a Teresina, porque Timon fica do outro lado de Teresina, só para botar o asfalto! – isso com a estrada toda pronta, com a terraplanagem feita, com os aterros feitos, os bueiros feitos, tudo pronto! A estrada é de piçarra. Era só botar o asfalto! Como é que, em 40 anos, passam tantos diretores do Dnit, tantos representantes federais do Maranhão e não tem um que se lembre? Gente, pelo amor de Deus! Uma coisa simples dessa! E a estrada, sem utilidade, porque, quando fica estrada de piçarra, termina sendo abandonada; ficam, os buracos, muitos grandes.

Uma vez, eu me encontrei com um caminhoneiro que transportava álcool. Ele comprava e vinha buscar álcool aqui em Rio Verde, no Goiás. E ele aumentava em 150km o seu percurso para chegar a Teresina. Isso ele fazia sistematicamente, toda semana – olhem só um exemplo que estou dando –, o percurso de 150km a mais, porque esses 100km não eram construídos, e era só botar o asfalto.

Então, felizmente, estamos, agora, por fim resolvendo esse problema.

Tinha também uma estrada emblemática no Brasil, que saía, todo ano, no Jornal Nacional, que é a BR-163, que é lá da região de V. Exa., do Mato Grosso, que vai para o Porto de Miritituba, no Pará. Então, todo ano, tinha aquela imagem que a gente ficava esperando. Dezenas, centenas de carretas atoladas na BR-163, e os tratores puxando, envergonhando todos nós. Felizmente, no Governo passado, foi tomada uma providência. O Tarcísio estava à frente, e resolvemos esse problema, graças a Deus.

Aqui, eu lembro ao Diretor do Dnit, que está aqui presente, que nós temos uma obra ainda inconclusa aqui no Brasil, que é a BR-020.

O Juscelino Kubitschek, quando foi Presidente e fundou Brasília, fez várias BRs: a BR-010, que vai para Belém; a BR-020, para Fortaleza; a BR-030, que vai para a Bahia; a BR-040 vai para o Rio de Janeiro; a BR-050 vai para São Paulo. Aí vai, rodeando o Brasil todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A BR-020 é a famosa Fortaleza-Brasília. É uma reta. E ela passa exatamente por cima da nossa cidade, São Raimundo Nonato. Eu era menino quando a estrada começou. Foi de 1958 a 1962, eu nasci em 1950. Olhem o tempo! Foi a primeira vez que nós vimos trator, que nós não conhecíamos lá na cidade, e vimos caminhão a diesel, caminhão Mercedes-Benz e caminhão FNM, o famoso Alfa Romeo, o "Fenemê". E, essa estrada, Senador Confúcio, ainda está inconclusa. É inacreditável isso! Como é que pode?

Tem um trecho na Bahia... Eu já me reuni algumas vezes com a Bancada da Bahia, já fomos ao Ministro. Inclusive, tinha um Ministro dos Transportes que era da Bahia. Nós fomos lá, levamos a reivindicação.

Então, aproveito aqui a presença do nosso Diretor do Dnit para fazer esta observação: o país precisa de planejamento para poder crescer e se desenvolver.

E é claro – aqui eu quero enaltecer as palavras do Senador Wellington Fagundes – que, quando a gente faz um planejamento, a gente tem que ir para aqueles que causam menos impacto ambiental e que custam mais barato. Então, qual é o melhor transporte que existe? O mais barato? É o aquaviário, o hidroviário, porque você carrega um volume muito maior.

A soja dos Estados Unidos, um dos índices de competitividade deles é exatamente porque o transporte deles é quase todo feito, quer dizer, grande parte, pelo Rio Mississippi, por se transportar grandes volumes a baixo custo.

Depois é o transporte ferroviário. Por último, o rodoviário.

O Brasil, acredito, deu uma errada quando abandonou a ferrovia, não valorizou as hidrovias e foi só para a rodovia. Então, nós temos uma malha rodoviária que é razoável. Sempre há necessidade de melhorar, mas eu acho que nós devemos focar, agora, também na hidroviária e na ferroviária.

Está na hora desse planejamento. A Ministra do Planejamento é do nosso partido, o Ministro dos Transportes é do nosso partido, o MDB. Está na hora de a gente fazer um planejamento estratégico mais a longo prazo. Está na hora de o Brasil se associar a outros países da América Latina, na região de V. Exa., para a gente fazer a Bioceânica, a saída para o Pacífico, porque o comércio, hoje, do Brasil, a sua maior parte, é com a China – e a gente tem que contornar o Cabo da Boa Esperança, que, erradamente, o primeiro navegador chamou de Cabo das Tormentas, e o Rei de Portugal: "Cabo das Tormentas, não; Cabo da Boa Esperança". Naquele tempo, ele já entendia de *marketing*. (*Risos.*)

Então, não deixou chamar de Cabo das Tormentas e chamou de Cabo da Boa Esperança.

Ou temos que fazer a curva para ir pelo Canal do Panamá, que tem restrições.

Eu acho que está na hora de a gente ter um planejamento desse, para fortalecer os transportes hidroviário, ferroviário e rodoviário também, mas sempre puxando para essa outra parte, porque a gente transporta uma quantidade maior com menor custo e menor impacto ambiental.

Aqui, Sr. Presidente Confúcio, fiquei muito feliz com a manifestação do Senador Wellington Fagundes e do Senador Amin, que são dois Senadores que não são da base do Governo e estão aqui enaltecendo o papel, a importância do Dnit, o trabalho que está fazendo o Dnit à frente do nosso transporte, da nossa infraestrutura de transporte; o papel do nosso Ministro Renan Filho, que tem se mostrado um Ministro muito competente, muito dedicado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é disto que a gente precisa: a gente faz oposição a um Governo, mas a gente não é radical a ponto de essa oposição ao Governo se transformar numa oposição ao país. Não. Pessoas sensatas, de bem, bem-intencionadas, que têm compromisso com o país fazem oposição: "Olha, não concordo, o Governo tem uma linha doutrinária, eu tenho uma linha doutrinária", isso é da democracia. Se não fosse assim, não seria democracia, seria ditadura. Mas, evidentemente, quando o Governo acerta, as pessoas aplaudem.

Então, ontem, o que aconteceu? Nós vimos o Presidente lançar o Plano Safra, o maior da história que o país já teve, R$364 bilhões. Isso nunca houve na nossa história. Só para fazer um comparativo, 27% superior ao do ano passado.

Agora, vai lançar, está lançando, neste momento, o Plano da Agricultura Familiar, que é o maior da história.

Ora, Senador Confúcio, nós éramos Deputados Federais, eu e V. Exa., ainda no final do Governo do Fernando Henrique quando o Brasil atingiu, pela primeira vez, depois de 500 anos, a produção de 100 milhões de toneladas de grãos. V. Exa. se lembra de que nós comemoramos: o Brasil produzindo 100 milhões de toneladas de grãos! Que coisa fantástica, extraordinária!

Hoje, o Brasil está produzindo 314 milhões de toneladas de grãos. Nós triplicamos a produção de grãos no Brasil em 20 anos. Isso é inédito na história do país. Evidentemente, essa safra toda precisa ser transportada. E quem é que vai dar conta disso? Esses senhores que estão aqui, que são os nossos representantes, que estão no Dnit para propiciar as hidrovias, as ferrovias, as rodovias, os portos e aeroportos para poder dar escoamento a tudo isso.

Outro aspecto que o nosso Ministro Fávaro tem que fazer: a gente tem que investir cada vez mais na verticalização da produção, para, em vez de a gente exportar *commodities*, exportar frango, exportar queijo, exportar suíno, exportar carne, já o produto final, porque vai com o valor agregado muito maior para ter mais divisas para o nosso país.

Então, estamos todos aqui trabalhando e, graças a Deus, estou bastante otimista que o nosso Governo vai dar certo, porque a economia está se encaixando. Havia uma suspeita muito grande se haveria um desmando, um desequilíbrio fiscal, uma gastança desenfreada, um descontrole da inflação, e os números estão mostrando exatamente o contrário: a inflação caindo vertiginosamente, e não é por causa dos juros elevados do Banco Central. Uma arroba de boi – eu sou vendedor de boi, V. Exa. também – custava R$300, e hoje custa R$200; uma saca de soja custava R$180, R$190, e hoje custa R$110, R$120; uma saca de milho custava R$80 ou R$90, e hoje custa R$40 ou R$60; o litro de óleo diesel, esta semana meu motorista me mostrou: nós pagávamos no diesel da S10, que é a minha caminhonete, R$8; esta semana, ele pagou R$4,65. Como é que a inflação não vai baixar? Digo mais, e desafio o Presidente do Banco Central: se ele botar o juro zero, a inflação ainda baixa, porque tudo isso tem consequência. Um litro de óleo de cozinha, Senador Confúcio Moura, custava R$12, e hoje custa R$4. Como é que a inflação não vai cair? E tudo isso não tem nada a ver com os juros do Banco Central. O que é que tem a ver a soja com os juros estarem de 13%, de 2%, de 10%, de 100% ou de nada? Não tem nada a ver. E ele vai levar a fama, vai dizer: "olha, a inflação caiu porque eu mantive o juro elevado". E não tem nada a ver com a história.

Graças a Deus, a previsão de crescimento do Brasil este ano era de menos de 1%, e já há previsões de 2,5%. O dólar, que estava R$5,6, já está R$4,77. A bolsa, que estava abaixo de 100 pontos, já está acima de 120. Há uma confiança do mercado na condução da política

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

econômica. O nosso Haddad acertou em cheio o novo regime fiscal. Trouxe estabilidade, trouxe segurança, trouxe confiança. Todo mundo está vendo como é que o país vai andar.

Há uma agência internacional que financia, que garante empréstimos ao Brasil. Qualquer empresa ou qualquer país quer empresar ao Brasil, tudo bem. Aí o camarada faz um seguro lá, e paga uma taxa por esse seguro, se o Brasil não pagar. Esse seguro está reduzido à metade. Isso demonstra confiança. Teve agora a análise da Standard & Poor's, mostrando que o Brasil já já pode voltar de novo ao grau de investimento, dada a segurança e estabilidade que está na nossa economia. E tudo isso faz o quê? Faz com que os investidores e os produtores produzam muito mais. Então, se hoje nós estamos produzindo 314 milhões de toneladas de grãos, já, já nós estaremos produzindo 400 milhões de grãos. E quem vai transportar isso? Evidentemente que são nossas hidrovias, ferrovias e rodovias.

Então, quero parabenizar V. Exa. pela condução e dizer que hoje é um dia que nos traz uma tranquilidade, porque essa equipe está tão bem conduzindo o nosso Dnit. Havia, por parte de todos nós, um receio, porque estava demorando muito a efetivação deles, mas, felizmente, o Presidente tomou a decisão na hora certa, e eu espero que, na próxima semana, a gente concretize e sele isso daqui para que eles possam continuar o trabalho que já vêm desenvolvendo.

Muito obrigado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Marcelo, pelas brilhantes e verdadeiras palavras. Seus comentários, como sempre, fundamentados, isso é muito bom.

Bem, gente, aprovados e lidos os relatórios, na próxima semana, nós vamos fazer já a sabatina. O roteiro será colocar os quatro aqui na frente, não vamos colocar de um em um, colocamos os quatro. Eu já quero também mobilizar toda a assessoria aqui da Comissão e dos nossos gabinetes. Nós precisamos de 12 presenças, a votação é secreta, então precisamos de quórum qualificado. E aqui, às vezes, nós temos que buscar o Senador, não porque o Senador da Comissão de Infraestrutura não queira comparecer, mas porque, além de tudo, aumentaram mais três Comissões. Então, dividiu, diluiu. Um está aqui na CAE, o outro está na Comissão de Constituição e Justiça, o outro está ali, está acolá. Então, ele relata aqui, o outro está relatando acolá. É um corre-corre danado.

Então, a gente precisa manter aqui, na sala, durante a sabatina, os 12 Senadores presenciais para o voto secreto. Nós vamos fazer, assim, um roteiro de tal forma que todos sejam perguntados por ordem. Eu já tenho a primeira pergunta feita a todos, do Senador Esperidião Amin, que já deixou a pergunta registrada e que, depois, o pessoal vai escrever e a gente vai só repetir na hora. Essa é a primeira pergunta a ser respondida por todos, do Senador Esperidião Amin.

Nós estamos já caminhando para o encerramento, mas o Wellington Fagundes, como sempre, é muito atuante. Eu acho que ninguém, neste Brasil, conhece mais de rodovias de Mato Grosso do que o Wellington. Ele conhece as rodovias estaduais, as federais e as vicinais.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador Confúcio, eu estou curioso para saber se isso que o Senador Wellington está usando é para combater o frio ou é algum problema. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Eu acho que ele teve um problema no pescoço, ele está com um colete cervical há alguns dias. Ontem mesmo ele estava num carro, eu vi, ele entrou. Ele é muito atuante, mesmo viajando por essas rodovias sem fim do Mato Grosso, ele entra, em nossa Comissão, e fala.

Então, Senador Wellington Fagundes, o senhor será o último a fazer os seus comentários nesta manhã. Fique bem à vontade.

Com a palavra. (*Pausa.*)

Por favor, o som. Dê uma olhadinha no som, por favor, Wellington.

Isso.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Primeiro, Senador Marcelo Castro, e usando a paciência de todos vocês, eu quero dizer, para o Brasil, que estou aqui com dois médicos: o Senador Marcelo Castro – eu acho que é um médico... De qual especialidade, Senador Marcelo Castro? Psiquiatra? (*Pausa.*)

Não deu para falar, não é? Mas está bom!

Bom, mas ao Senador Confúcio Moura também eu quero agradecer aqui, Senador. E eu quero provocar aqui, mesmo não sendo especificamente da nossa Comissão, mas eu...

Justifico também que, realmente, aqui é um problema que tive na cervical e também um rompimento do ligamento do ombro. Mas, com a ajuda de Deus e dos amigos, vai dar tudo certo. E...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador Wellington?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência*.) – Pois não.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Sem querer entrar na intimidade de V. Exa., esse rompimento de ligamento do ombro foi por uma queda de um burro? Porque um tempo desses eu quebrei duas costelas porque eu caí de um burro. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Velho querer andar a cavalo dá nisso, não é?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência*.) – Senador Confúcio, eu sou veterinário e, como veterinário, eu, numa arena de rodeio, também fui atropelado por um touro, acabei fraturando o fêmur – tenho um pino intramedular – e a minha perna direita acabou ficando um pouquinho menor. E isso traz consequências para a coluna também – V. Exas. aqui que são conhecedores sabem.

Mas eu ia dizendo, Sr. Presidente... Mesmo não sendo diretamente ligada à nossa Comissão, eu quero falar aqui também de uma reunião que tivemos aqui na semana passada, sob a liderança do Governador Mauro, com todos os Governadores da Região Amazônica – e o Governador Marcos Rocha, que é do seu estado, de Rondônia, também esteve presente aqui; todos os Governadores –, em que discutimos a questão da reforma tributária. Senador Marcelo Castro, no Mato Grosso, nós estamos em duas regiões: no Centro-Oeste brasileiro e também na Região Amazônica, visto que o Mato Grosso – todo o território de Mato Grosso – está na Amazônia Legal. Claro que isso nos traz algumas vantagens nos incentivos fiscais, mas também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos traz problemas na questão da restrição ambiental; o que para nós não é problema, porque em Mato Grosso nós temos uma das legislações ambientais mais modernas do mundo. Então, por isso, Mato Grosso hoje consegue ter uma produção muito grande, porque também temos aqui uma produtividade extrema, muito, mas muito forte, tanto é que conseguimos agora ultrapassar a produção da Argentina em soja. Mato Grosso está produzindo este ano mais de 42 milhões de toneladas de soja; isso é recorde, como V. Exa. falou.

Eu quero registrar aqui, inclusive, esse trabalho de todos os produtores, das universidades e da Embrapa, que fez 50 anos agora e podemos comemorar. E aqui eu faço uma homenagem póstuma, porque exatamente no dia em que comemoramos os 50 anos da Embrapa... O nosso patrono da agricultura brasileira – ele e Jonas Pinheiro –, Alysson Paolinelli, foi extremamente importante para essa revolução que o Mato Grosso, o Brasil está tendo, e, principalmente, pela força da Embrapa. Então, mais uma vez, fazemos uma homenagem à Embrapa, porque tem tudo a ver com tudo que nós estamos trabalhando aqui na Comissão de Infraestrutura. Porque essa Comissão é uma das mais importantes hoje, exatamente porque o Brasil é este país com essa capacidade extraordinária de produzir, produzir nos rincões mais longínquos – o seu estado hoje já é um grande produtor também, Senador Marcelo Castro –, dado tudo a essa tecnologia que estamos aí aplicando no Brasil.

Rondônia também – e eu quero aqui, Senador Confúcio, agradecer a presença do Governador de Rondônia... Rondônia e Mato Grosso somos irmãos, e, claro, a economia dos dois estados têm que caminhar juntas. Essa questão da BR-364, principalmente, é uma luta de todos nós, porque queremos a BR-364 toda concluída, toda asfaltada, com alguns trechos... Inclusive, o que temos conversado muito com o Ministro Renan Filho é um projeto de terceiras faixas, extremamente importante para diminuir o nível de acidentes nessas estradas, que não têm a possibilidade ainda de serem duplicadas, o que é perfeitamente compreensível.

Então, pelo menos, a construção de terceira faixa nos pontos críticos e as travessias urbanas, que também são fundamentais.

A discussão básica aqui foi a questão da reforma tributária, porque nós temos que trabalhar juntos para promover o desenvolvimento do Brasil como um todo: o Nordeste, o Centro-Oeste... O Brasil é um país complexo, um país continental. Temos que ter muito cuidado com essa reforma tributária, que desejamos e queremos que aconteça o mais rápido possível, mas que ela venha para promover o desenvolvimento do Brasil como um todo.

E, aí, não há desindustrialização, porque, em regiões como a nossa, temos que ter incentivo fiscal. O nosso consumo é baixo, nós somos um grande exportador.

Senador Marcelo Castro, eu fui, inclusive, o Relator daquela proposta da Lei Kandir – da regulamentação da Lei Kandir –, que hoje está ajudando muito os estados e municípios brasileiros, porque todo mês o município e o estado recebem. Mato Grosso é o que mais recebe, através do Fpex – do Fundo de Compensação pela Exportação.

E, agora, já houve um entendimento também, através da relatoria do Ministro Gilmar Mendes, no Supremo Tribunal Federal, com os estados, para que o Governo devolva e faça a compensação, também, do ICMS dos combustíveis.

Eu já apresentei esse projeto de regulamentação e quero pedir, Senador Marcelo Castro, inclusive, o seu apoio e o de todos os Senadores, para que a gente possa aprovar esse projeto o mais rápido possível e devolver R$27 bilhões aos estados e municípios do Brasil. Essa é a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principal bandeira pela qual tenho trabalhado também, na questão do pacto federativo. O pacto federativo representa mais recursos na ponta, lá onde está o cidadão, junto aos Prefeitos e Vereadores, onde o dinheiro público tem mais capacidade de ser fiscalizado e de ser mais bem aplicado.

Então, eu encerro agradecendo muito.

Na semana que vem, estaremos aí de forma presencial, para que a gente possa, então, concluir essa sabatina, votar na Comissão, votar no Plenário e fazer com que o Dnit seja esse órgão de agilidade, para que possamos aplicar esses recursos.

Mais uma vez, repito: o Senador Marcelo Castro foi um gigante nesse trabalho para que o Dnit pudesse ter esse recurso recorde.

Agradeço também, Senador Marcelo Castro, como Presidente da Frente Parlamentar de Logística e Infraestrutura, pois V. Exa. está conosco como Vice-Presidente na área de energia. No Brasil, nós temos uma necessidade muita de investir mais, porque energia é que garante emprego, garante produção – todas as áreas da energia: energias alternativas, energia solar, energia eólica, enfim, todas as energias.

V. Exa., com certeza, terá também mais essa grande missão de ajudar o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senador Wellington Fagundes, dentro da sua abordagem, para o desenvolvimento de ferrovias, hidrovias e outros investimentos em infraestrutura, o senhor bem conhece o projeto de lei que tramita aqui, que é o projeto que cria as debêntures de infraestrutura. Eu quero, nos próximos dias, fazer o fechamento do meu relatório sobre esse tema, junto com V. Exa., que vai lá para a Comissão de Assuntos Econômicos, onde V. Exa. será o Relator.

Então, eu vou combinar com o Presidente para que V. Exa. seja o Relator e nós façamos juntos o relatório, para que a gente não perca tempo. Fazemos juntos, podemos fazer alguns contatos com o Governo, com outras instituições que, por acaso, não estejam entendendo bem, para que nós possamos soltar esse projeto de lei muito importante, para termos dinheiro para a iniciativa privada, fazermos investimentos grandes, grandiosos, em ferrovias, hidrovias, rodovias, na área de energia e outras alternativas possíveis.

Então, V. Exa. pode aguardar, e na semana que vem eu o procuro no seu gabinete para nós conversarmos sobre o relatório, tocarmos para frente.

Quero agradecer a presença do Dr. Fábio Pessoa da Silva Nunes, cujo currículo foi relatado brilhantemente pelo Senador Wellington Fagundes; quero agradecer ao Dr. Fabrício de Oliveira Galvão, para o cargo de Diretor-Geral, relatado pelo Senador Marcelo Castro; e quero agradecer a presença do Dr. Carlos Antônio Rocha Barros, que foi primeiramente relatado hoje pelo Senador Veneziano Vital do Rêgo, e do Dr. Eduardo Guidi, que foi relatado pela Senadora Augusta e lido *ad hoc* pelo Senador Marcelo Castro.

Antes de fazermos o encerramento dos nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

Os Senadores presentes e virtuais que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a ata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE JULHO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e seis minutos do dia quatro de julho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Luis Carlos Heinze e Cleitinho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Carlos Viana, Izalci Lucas, Efraim Filho, Alan Rick, Marcelo Castro, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Otto Alencar, Teresa Leitão, Margareth Buzetti, Rogério Carvalho, Jorge Kajuru, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Tereza Cristina, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Paulo Paim e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Weverton, Daniella Ribeiro, Augusta Brito, Beto Faro e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 39, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, e com o art. 88-A, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor JOSÉ EDUARDO GUIDI, para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Marcelo Castro (*Ad hoc*), substituiu Senadora Augusta Brito. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 40, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, e com o art. 88-A, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor FABIO PESSOA DA SILVA NUNES, para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 41, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, e com o art. 88-A, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor FABRICIO DE OLIVEIRA GALVÃO, para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 4 - Mensagem (SF) n° 42, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, e com o art. 88-A, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor CARLOS ANTONIO ROCHA DE BARROS, para exercer o cargo de Diretor-Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Projeto de Lei n° 2646, de 2020 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre as debêntures de infraestrutura; altera as Leis nºs 9.481, de 13 de agosto de 1997, 11.478, de 29 de maio de 2007, e 12.431, de 24 de junho de 2011; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e da emenda nº 1-PLEN, com três emendas que apresenta, e rejeição das emendas nº 2-PLEN e nº 3-PLEN. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Projeto de Lei n° 2474, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre cessão de créditos obtidos em sistema de compensação de energia elétrica durante o período de emergência de saúde pública decorrente da pandemia da Covid-19." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Luis Carlos Heinze. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o relatório. Fazem uso da palavra a Senadora Soraya Thronicke e os Senadores Esperidião Amin, Lucas Barreto, Veneziano Vital do Rêgo, Jayme Campos, Luis Carlos Heinze, Wellington Fagundes, Jaime Bagattoli, Alan Rick e Cleitinho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e um minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/07/04

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

1ª PARTE
ITEM 1
MENSAGEM (SF) N° 39, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, e com o art. 88-A, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor JOSÉ EDUARDO GUIDI, para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Autoria: Presidência da República
Relatoria: Senador Marcelo Castro
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
1. Em 28/06/2023 foi lido o relatório e concedida vista coletiva
2. Reunião destinada à arguição pública do indicado

1ª PARTE
ITEM 2
MENSAGEM (SF) N° 40, DE 2023
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, e com o art. 88-A, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor FABIO PESSOA DA SILVA NUNES, para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Autoria: Presidência da República
Relatoria: Senador Wellington Fagundes
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
1. Em 28/06/2023 foi lido o relatório e concedida vista coletiva
2. Reunião destinada à arguição pública do indicado

1ª PARTE
ITEM 3
MENSAGEM (SF) N° 41, DE 2023
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, e com o art. 88-A, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor FABRICIO DE OLIVEIRA GALVÃO, para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Autoria: Presidência da República
Relatoria: Senador Marcelo Castro
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
1. Em 28/06/2023 foi lido o relatório e concedida vista coletiva
2. Reunião destinada à arguição pública do indicado

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4
MENSAGEM (SF) N° 42, DE 2023
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, e com o art. 88-A, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor CARLOS ANTONIO ROCHA DE BARROS, para exercer o cargo de Diretor-Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Autoria: Presidência da República
Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
1. Em 28/06/2023 foi lido o relatório e concedida vista coletiva
2. Reunião destinada à arguição pública do indicado

Eu quero avisar a todos os Senadores que estão ainda tramitando na Casa ou chegando que hoje é um dia muito especial, um dia de sabatina com quatro técnicos do Ministério dos Transportes, especialmente do Dnit, que foram indicados pelo Senhor Presidente da República e que devem ser sabatinados pelos Senadores, ainda hoje, com a presença de quórum qualificado de 12 Parlamentares presentes à nossa reunião.

Então, nós vamos iniciando, mesmo com a baixa... Só tem duas presenças, mas já vão chegando, porque está ainda cedo, e nós vamos seguindo.

Deixe-me ver o que nós temos... Dr. Fabio... O Fabricio fica para depois, porque ele não chegou ainda...

Bem, então vamos começando.

Então, vamos passar a palavra, pelo tempo de dez minutos, ao Dr. Fabio Pessoa da Silva Nunes, que é indicado para o cargo de Diretor de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura.

Com a palavra, Dr. Fabio Pessoa da Silva Nunes.

O SR. FABIO PESSOA DA SILVA NUNES (Para expor.) – Bom dia a todos.

Primeiro, quero agradecer o convite ao nosso Ministro dos Transportes, Dr. Renan Filho, e também a confiança aos nossos Diretores aqui, Dr. Fabricio, e a todos os colegas da Casa.

Para mim, é uma grande honra ser sabatinado hoje e indicado para essa diretoria, que é tão importante para o departamento.

O modal rodoviário... Apesar de todo o esforço que vem sendo feito nos últimos anos para a gente poder mudar e melhorar a nossa matriz de transportes, o Brasil ainda continua sendo um país predominantemente rodoviário, e, como servidor da casa, desde 2009, passei por praticamente todas as áreas e Coordenações-Gerais da Diretoria de Infraestrutura Rodoviária... Já tive o prazer de ser Coordenador-Geral de Construção Rodoviária por duas vezes, Coordenador-Geral de Manutenção e Restauração Rodoviária, que eu acho que foi, dentro da autarquia, o maior desafio... Na Coordenação-Geral de Manutenção, eu sempre brinco que o seu telefone toca a qualquer momento. Se der um problema, uma ponte cai, qualquer coisa, o seu telefone toca, mas foi um prazer enorme ser Coordenador-Geral de Manutenção. Eu acho que é onde realmente o Dnit acontece.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Às vezes, nós não temos obras de construção em alguns estados – isso acontece por alguns momentos – ou poucas obras, mas manutenção sempre nós temos. Se a gente tem malha rodoviária naquele estado, a Coordenação-Geral de Manutenção está ativa. E foi um desafio realmente muito grande.

Também tive o prazer de trabalhar na Diretoria de Planejamento e Pesquisa com o nosso Diretor Dr. Luiz Guilherme de Mello, trabalhei na Coordenação de Planejamento, que me proporcionou uma visão muito ampla do que é o Dnit, olhando não só apenas o modal rodoviário, mas também os outros modais.

Por fim, ali ano passado, nos últimos dois anos, eu tive o prazer também de trabalhar na Coordenação-Geral de Modernização e Gestão Estratégica, trabalhando na área realmente do planejamento estratégico da autarquia, ajudando a implementar diversos programas muito voltados mais para a parte institucional. Então, eu consegui, tive essa oportunidade.

Gratidão também a todos os diretores e coordenadores que confiaram no meu trabalho. Eu pude participar, transversalmente, praticamente de todas as áreas do Dnit. Não tive a oportunidade de trabalhar nem no aquaviário, nem no ferroviário. Espero um dia ter a oportunidade, mais à frente, de trabalhar nos dois modais, para realmente completar o ciclo.

Além disso, é importante destacar aqui o trabalho das nossas superintendências regionais. A diretoria, o departamento, a sede aqui, em Brasília, trabalha muito fazendo o planejamento, proporcionando ferramentas para que os nossos fiscais, superintendentes, chefes de setor possam executar o trabalho deles. Eu sempre brinco que o Dnit acontece realmente nas pontas. E, das nossas 121 unidades locais, fora as nossas 26 sedes que nós temos espalhadas pelo Brasil, eu já tive a oportunidade de visitar 115 das nossas 121 ULs e ter a oportunidade de conhecer os nossos colegas que realmente fazem, fiscalizam o nosso trabalho. Então, foi um prazer também enorme conseguir trabalhar com eles e proporcionar a execução desses contratos em diversos estados.

E, falando um pouco do nosso desafio à frente da Diretoria de Infraestrutura Rodoviária, o primeiro desafio básico é proporcionar conforto, segurança e qualidade da nossa malha rodoviária. Então, nós tivemos alguns problemas nos outros anos com baixa de recursos. E é importante destacar que, devido à PEC da transição, a gente conseguiu aportar recursos este ano e voltar para o nosso patamar de investimento, proporcionando que a gente consiga dar manutenção adequada à malha rodoviária. Então, essa é a nossa principal obrigação. A gente teve uma queda na qualidade das nossas malhas. E o nosso objetivo é melhorar o patamar, além do que já foi nesses quatro anos. Então, é um trabalho, realmente, hercúleo, mas eu conto com todos os nossos colegas de superintendência que estão nos escutando agora, sabendo que tem um parceiro, uma pessoa que vai ajudar vocês a desempenhar esse trabalho.

Além disso, a diretoria precisa retomar o investimento nas obras de construção. Nós temos diversas obras de construção rodoviária, importantíssimas, sendo tocadas pelo país em diversos estados. Recentemente, o Governo Federal anunciou o Plano Safra, o maior Plano Safra que o Governo Federal já teve. Então, no escoamento da produção, apesar de – e o nosso futuro Diretor de Infraestrutura Ferroviária está aqui também com a gente – o ideal ser que se transportasse pelos modais ferroviário e aquaviário, hoje, predominantemente, a gente tem o modal rodoviário como forma de transporte da safra. Então, o desafio nosso, da diretoria, é imediato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tanto o escoamento da safra de grãos, na região do Mato Grosso, na região de Rondônia, no Pará, ali no oeste baiano, como o escoamento da produção de congelados, que a gente tem muito em Santa Catarina, de frutas ali na região do norte da Bahia, escoando pela BR-235, da produção bovina, de algodão... Tudo isso passa pelos portos, porque foram investimentos muito grandes feitos nos últimos anos, principalmente naquela região que a gente chama de Arco Norte.

E é um desafio hercúleo para a gente também fazer as obras na Amazônia devido ao regime de chuvas que a gente tem na região.

A retomada dessas obras de infraestrutura, como as muitas obras de duplicação que nós temos no Sul e no Sudeste do país e também as obras de implantação e pavimentação na Região Norte do país, que é uma região onde, predominantemente, a gente ainda tem muita rodovia não pavimentada... Então, é importante fazer esse esforço, esse trabalho que nós temos feito para retomar obras para as quais a gente não estava conseguindo aportar os recursos necessários.

Esse é o desafio, além também de que não podemos descuidar da parte de segurança viária. Então, nós temos todo um trabalho junto à Coordenação de Operações para poder trabalhar com um programa de sinalização que revolucionou, que realmente melhorou muito a qualidade da sinalização rodoviária no país, que é o Programa BR-Legal. Há os programas de pesagem também que nós temos de rodovia, o PNP. Há um programa de controle de velocidade. A ideia é substituirmos essas lombadas físicas, que no final acabam só prejudicando a segurança viária, por equipamentos de controle de velocidade – isso é importante também. Então, o desafio da diretoria é muito grande.

E, além disso, além de todos esses programas, falando da manutenção, falando da operação e da construção, temos que fazer a gestão correta e adequada do orçamento, para que a gente possa redirecionar os recursos ao longo do ano orçamentário para investir e proporcionar que os nossos superintendentes, fiscais e chefes de UL tenham as condições adequadas, os contratos de forma correta e capazes de poder atender às necessidades da infraestrutura rodoviária.

Senador Confúcio, são essas as minhas palavras.

Agradeço muito a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Fabio Pessoa da Silva Nunes, que acabou de apresentar.

Eu quero avisar aos Senadores presentes e aos que forem chegando que nós já vamos abrir o processo de votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Aqueles que concordam ou não com os nomes já podem votar, porque muitas vezes já têm compromisso em outras Comissões, fiquem bem à vontade, mas nada impede o questionamento, a sabatina, a participação efetiva dos Srs. Senadores e Senadoras com os indicados.

Acabou de falar o Dr. Fabio.

Eu vou passar a palavra agora ao Dr. Carlos Antônio Rocha de Barros, para exercer o cargo de Diretor Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura (Dnit). No caso do Dr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Carlos, a indicação é da Presidência da República, e o relatório a respeito dele está pronto para a deliberação.

Com a palavra, o Dr. Carlos Antônio Rocha de Barros.

O SR. CARLOS ANTÔNIO ROCHA DE BARROS (Para expor.) – Bom dia aos presentes nesta ilustre Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal.

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, Senador Confúcio Moura, a quem cumprimento pelo trabalho desenvolvido à frente deste Colegiado; Exmo. Sr. Relator, Senador Veneziano Vital do Rêgo, a quem presto meu agradecimento pelas sinceras palavras em defesa do meu nome em sua relatoria; Exmas. Sras. Senadoras e Exmos. Srs. Senadores, aos quais agradeço a presença aqui nesta Comissão e a disponibilidade de, em seus gabinetes, me receberem previamente para apresentação e diálogo acerca das questões da infraestrutura nacional; cumprimento as demais autoridades e convidados, os quais também saúdo pela presença nesta sessão extraordinária.

Queria agradecer também a presença da Sra. Eliene, como representante da nossa Associação dos Servidores do Dnit, que conclama também os servidores do antigo DNER na associação. Na pessoa dela saúdo todos os nossos servidores e servidoras no Brasil inteiro.

Registro o meu agradecimento ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e ao Exmo. Sr. Ministro de Estado dos Transportes, Sr. José Renan Vasconcelos Calheiros Filho, com gratidão pela indicação do meu nome para a Diretoria Executiva do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

Cabe inicialmente registrar meu agradecimento aos meus maiores e melhores exemplos de vida: meus pais, Carlos Jorge Bezerra de Barros e Marlise Rocha de Barros; minha amada esposa, Paula Regal; e minhas filhas, muito amadas, Bruna Regal de Barros, Sofia Regal de Barros e Giulia Regal de Barros. Com todos aprendi e ainda aprendo o valor do conhecimento, da retidão e da perseverança nos bons propósitos. Através de seus ensinamentos, vivência e presença, pude experimentar o amor e o respeito aos filhos, entre irmãos, aos pais e ao próximo. A eles dedico cada conquista e soerguimento nas adversidades.

Assento aqui também, perante os Exmos. Senadores e Senadoras desta Comissão e a sociedade brasileira, meu profundo respeito e admiração aos servidores e servidoras do nosso Dnit, que, com responsabilidade, conhecimento e profissionalismo, às vezes com custo elevado para sua vida funcional e pessoal, enfrentam o desafio da busca das soluções das questões da infraestrutura de transportes. A todos e todas o meu reconhecimento acerca dos seus méritos e competência.

Em face de minha honrosa indicação pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, a fim de efetuar a nomeação para exercer o cargo de Diretor Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, passo a transcorrer sobre minha formação técnica e experiência profissional para o exercício da atividade.

No que concerne à formação profissional, participo que me graduei como bacharel em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal), em 1988, com registro no Conselho Regional de Engenharia de Alagoas e também do Distrito Federal. Além disso, concluí três pós-graduações que aperfeiçoaram conhecimentos técnicos e gerenciais para exercer minhas competências no serviço público: iniciei com Especialização em Administração Pública, com ênfase em Planejamento e Orçamento, pela Fundação Getúlio Vargas, prosseguindo com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Especialização em Contabilidade e Orçamento Público e Especialização em Gestão Pública, ambas pela Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo.

É importante mencionar a participação em cursos de curta duração, como forma de obtenção rápida de conhecimento aplicado às atividades funcionais. São alguns exemplos: o Pacto pela Infraestrutura Nacional e Eficiência Logística, pelo Instituto Besc; o diploma internacional em Estratégia e Competitividade em Operações Portuárias, pela Fundação Valenciaport, em Valência, na Espanha; Boas Práticas de Governança e Gestão, curso ministrado no âmbito do Ministério dos Transportes; participação no Programa Sest de Capacitação para Conselheiros de Administração da União, pela Fundação Dom Cabral. Além disso, participei de cursos de Gestão Orçamentária e Financeira e Gestão do Orçamento Público, ministrados pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap), que, na posição de escola de governo, cumpre a relevante missão de capacitar servidores públicos.

Isso permitiu que, além da consolidada formação técnica abordando temas correlatos à engenharia rodoviária, planejamento e acompanhamento de obras e serviços de engenharia, fossem adquiridos conhecimentos em diversas disciplinas afetas ao serviço público.

Ingressei no serviço público federal em maio de 2010, mediante concurso público na carreira de Analista em Infraestrutura e Transporte, no Dnit, sendo servidor em efetivo exercício até o presente momento, por 13 anos. Atualmente exerço a função de Coordenador-Geral de Modernização e Gestão Estratégica substituto, mas já exerci diversas funções no órgão e entidades da administração pública, as quais passo a expor de forma resumida. No Departamento de Infraestrutura de Transportes, já ocupei os cargos de Chefe de Divisão de Infraestrutura Predial, Chefe de Setor de Infraestrutura Predial, Diretor de Planejamento e Pesquisa interino e Assistente da Diretoria de Infraestrutura Rodoviária. Também atuei no Conselho de Administração da Companhia Docas do Espírito Santo como membro do Conselho de Administração. No Ministério do Transportes, ocupei os cargos de Secretário de Política e Integração, Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva e Secretário-Executivo substituto. Também atuei no Conselho de Administração da Companhia Docas do Rio de Janeiro, como membro do Conselho de Administração, presidindo aquele conselho. E engenheiro civil em diversos contratos de gerenciamento no Dnit.

Atuei inicialmente, desde a minha formatura, na iniciativa privada, em obras de edificações, tendo ocupado cargos de engenheiro residente, gerente de projetos, coordenador de obras em empresas nacionalmente conhecidas como Encol, Paulo Octavio, Construtora Estrela, entre outras.

Conforme descrito acima, no transcurso da minha carreira pública, colecionaram-se experiências de gestor público, sempre pautado pelo compromisso com a ética e as boas práticas da administração pública, nas áreas de gestão orçamentária e financeira e de recursos humanos, além de atuar na formulação e avaliação da Política Nacional de Transportes.

A Diretoria Executiva, para a qual foi indicado, para a qual tive honrosa indicação, tem atuado para atingir os objetivos organizacionais promovendo boas práticas de governança, estratégia e gestão de risco, tendo implementado ações de monitoramento de empreendimento, criação de painéis de planejamento estratégico, orçamentário, acompanhamento de medição, entre outras atuações, para acesso sistematizado a relatórios consolidados que otimizam a busca e o fornecimento de informações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à governança institucional, a Diretoria Executiva (Direx) atuou para atingir os objetivos organizacionais propostos para a área, promovendo boas práticas de governança, estratégia e gestão de risco. Exemplo disso é o processo de aprimoramento do planejamento estratégico institucional para o período de 2023 a 2026, com abrangência em todas as áreas do Dnit, visando à produção de um resultado articulado e um crescimento direcionado a longo prazo, com estabelecimento de alinhamento integrado institucionalizado, através das atividades e entregas dessa autarquia.

Aqui ressalto a melhoria expressiva do Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas, monitorado pelo Tribunal de Contas da União. Isso foi possível por meio de ações diversas, tais como: publicação do Plano de Dados Abertos da autarquia, estruturação de ações relativas à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, criação do Comitê de Governança, Estratégia e Riscos, padronização dos procedimentos internos, uso de soluções e gerenciamento de informações e visualização de dados ligados a funções essenciais do Dnit, permitindo aos gestores se anteciparem aos mais diversos cenários, painéis de medições e etc.

Essas iniciativas constituem parte essencial de um modelo de governança respaldado por um planejamento que demonstra o compromisso do Dnit em alavancar seus objetivos estratégicos em prol de entregas à sociedade. Seguindo, assim, essa autarquia com a sua missão de implementar a política de infraestrutura de transportes, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do país.

Em face da presente argumentação exposta, apresento minha satisfação pela relevante e honrosa indicação do meu nome para o cargo de Diretor-Executivo do Dnit e agradeço humildemente pela oportunidade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS ANTÔNIO ROCHA DE BARROS – ... de demonstrar a minha capacitação para novos desafios, na confiança de que teremos uma nova etapa de retomada dos investimentos e melhora e consolidação da nossa infraestrutura de transportes, razão pela qual me submeto a esta ilustre Comissão para sabatina e decisão posterior de V. Exas.

A engenharia também me ensinou a importância da resiliência. Nesse campo, nem tudo ocorre como o planejado – enfrentamos obstáculos, fracassos e adversidades –, mas é a nossa capacidade de persistir e encontrar soluções que nos impulsiona para frente. Além disso, eu aprendi que a curiosidade é a base do progresso. A engenharia exige uma mente aberta, ávida por conhecimento e disposta a explorar novas possibilidades. É a busca constante por inovação que nos permite avançar e superar limites.

Por fim, deixo o meu agradecimento a Deus, em suas mais diversas formas de expressão, crença e fé. Em suas manifestações, encontro o apoio, a força e a certeza de que todos temos nossos caminhos cuidados e abençoados pela força divina, para que sigamos no caminho da evolução, respeito e amor ao próximo.

Obrigado, Presidente Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Carlos Antônio Rocha de Barros, pela sua apresentação.

Eu quero também convidar todos os membros da nossa Comissão de Infraestrutura para comparecerem, porque hoje é data de sabatina de quatro competentes técnicos que estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhando, até o momento, na interinidade e que precisam deste dia – são seis meses como interinos, não é? Nada melhor do que realmente a definição, através da submissão dos seus nomes à apreciação desta Comissão.

Eu quero avisar a todos os Senadores que por acaso têm outros compromissos que podem ir votando, movimentando as vidas e retornando.

Eu passo a palavra neste momento ao Dr. Fabricio de Oliveira Galvão, para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). A autoria da indicação é do Senhor Presidente da República, foi relatado o seu processo pelo Senador Marcelo Castro, pela aprovação do seu nome, e o relatório está pronto para deliberação.

Com a palavra o Dr. Fabricio pelo tempo de dez minutos.

Com a palavra, o Dr. Fabricio pelo tempo de dez minutos.

O SR. FABRICIO DE OLIVEIRA GALVÃO (Para expor.) – Bom dia a todos.

Eu queria, primeiro, cumprimentar o Senador Confúcio pelo trabalho, cumprimentar meus colegas do Dnit que estão aqui na mesa para serem sabatinados e os ilustres Senadores aqui na nossa Comissão. Queria cumprimentar meus colegas do Dnit que se fazem presentes aqui de alguma forma, para dar uma força – eu, que venho do time de vocês, sei da importância –, cumprimentar os colegas da gente que assistem pela internet e que acompanham, principalmente lá na Superintendência de Alagoas, de onde eu vim e onde eu exerci a maior parte do meu trabalho; e fica um agradecimento para eles, porque acho que, se não fosse o trabalho da minha equipe e tudo o que eu consegui fazer, eu não estaria aqui até hoje.

Eu não vou fazer leitura, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. *Fora do microfone*.) – Fique à vontade.

O SR. FABRICIO DE OLIVEIRA GALVÃO – Eu acho que meu currículo já foi lido pelo Senador Marcelo Castro, acho que os Senadores já tiveram conhecimento, então acho que eu vou pular um pouco esse momento.

Todos sabem que eu sou um servidor de carreira do Dnit e que fui indicado pelo meu amigo, Ministro, parceiro, Renan Filho, que confiou no meu trabalho, e aqui estou.

Queria também fazer uma consideração especial. Mais ou menos 18 anos atrás, eu comecei os meus primeiros serviços no Dnit, e o Diretor-Geral era o Dr. Mauro Barbosa. E, para mim, é uma honra estar aqui hoje na minha sabatina e ter o Mauro Barbosa na plateia. Para mim, era uma figura inatingível naquele momento, nos primeiros trabalhos, o Diretor-Geral do Dnit; e, por voltas da vida e trabalhos realizados, hoje estou aqui, e o Mauro Barbosa está aqui na minha frente. Isso é uma honra para mim. Sinta-se agradecido por isso, porque, de alguma forma, você contribuiu com a minha carreira até hoje. E o Dr. Miguel também, ex-Diretor, ajudou a gente lá nas tarefas do Dnit.

E basicamente a minha fala era essa, de agradecimento pela oportunidade, por estar aqui, por ter feito o meu trabalho. E o trabalho me trouxe até aqui. O Dnit me trouxe até aqui. Meus colegas, os servidores que lutaram junto comigo no Dnit até hoje, me trouxeram até aqui. E, para mim, é uma grande honra, como servidor do Dnit, estar aqui neste lugar.

E me coloco à disposição dos senhores para a sabatina, para deliberarmos, para conversarmos o que for preciso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, sem muito me alongar, só quero deixar o meu abraço e o meu agradecimento. É isso aí, pessoal. Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Fabricio.

Eu quero, mais uma vez, convidar todos os Senadores da nossa Comissão, porque nós temos quórum qualificado de 12 Senadores com votação presencial. Então, todos os Senadores estão convidados a comparecer.

Eu passo a palavra agora, como última apresentação, ao Dr. José Eduardo Guidi, indicado para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). A indicação dele é da Presidência da República e foi relatada pela Senadora Augusta Brito.

Com a palavra, Dr. José Eduardo Guidi.

O SR. JOSÉ EDUARDO GUIDI (Para expor.) – Muito obrigado, Senador. Eu queria cumprimentar todos, bom dia a todos; cumprimentar especialmente o Dr. Renan Filho, Ministro dos Transportes, pela indicação do nome para assumir um cargo de enorme gratidão para todos aqueles que nos apoiaram ao longo de mais de 20 anos de carreira junto da engenharia civil, desde o Paraná, passando por Rondônia, atuando em vários estados do Brasil. Então, fica aqui, desde logo, o meu cumprimento ao Ministro dos Transportes, o Dr. Renan Filho.

Eu queria cumprimentar, claro, o Senador Confúcio Moura, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, pela brilhante condução que tem feito ao longo desses últimos meses e que culminou agora com a sabatina aqui de todos os nossos colegas, a quem eu, desde logo, cumprimento também, que são o Dr. Fabio Pessoa, profundo conhecedor do Brasil, pelo que eu entendi aqui da sua exposição – existe algum canto que o doutor ainda não conheça? –; quero cumprimentar também o Dr. Carlos Antônio e o Dr. Fabricio Galvão, um time, sem dúvida, de elite, classe A, que tem toda a condição de conduzir o importante Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes cada vez mais adiante.

Queria cumprimentar também a Senadora Augusta Brito, Relatora da minha indicação. Infelizmente, não consegui sentar com ela por um grande conflito de agendas, tanto meu quanto dela, ela na Europa, eu também em viagem internacional. E me pegou até um pouco desprevenido, Senadora, a agilidade que se colocou tão logo as indicações saíram – praticamente em tempo recorde, o Senado colocou a sabatina aqui dos ora presentes.

Claro, também quero cumprimentar toda a equipe do Dnit, de todo o território nacional – tenho vários amigos ao redor de todo o país –, e, enfim, quero cumprimentar o público em geral que, neste momento, nos acompanha.

Rapidamente – eu também quero ser bastante sucinto –. vou fazer uma breve qualificação geral, muito dinâmica mesmo.

O cargo da Diretoria de Infraestrutura Ferroviária, a que fui indicado, tem basicamente dois grandes objetivos: a segurança ferroviária em áreas urbanas, que é a solução de conflitos com os demais modais, e a própria solução de conflitos com pedestres e o dia a dia de uma determinada cidade; e, claro, a gestão do patrimônio ferroviário da antiga, extinta Rede Ferroviária Federal.

Nessa linha, nós temos, então, destacadas aqui três competências gerenciais que são muito importantes para que esse cargo possa ser exercido da melhor maneira, e eu destaco,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obviamente, a competência em transportes, nas próprias obras civis, em face dos conflitos urbanos, e em administração de patrimônio.

Se nós iniciarmos aqui pela órbita da gestão e da governança, para além da experiência que eu adquiri ao longo desses 20 anos no próprio setor público – e, desde que eu me conheço por gente, eu atuo no setor público, seja primeiramente como empresário contratado, depois, num segundo momento, já como fiscal, coordenador, projetista, orçamentista, culminando com a Diretoria Operacional de Estradas de Rodagem no Estado de Rondônia. Mas eu sempre procuro destacar a atividade como perito judicial desde 2008; foi a partir desse momento que eu consegui ter, para além da dimensão técnica, a dimensão emocional que está envolvida entre as partes contratantes, sempre com disputas muito pesadas, na falta de outro adjetivo, no sentido de que o órgão mais sensível do corpo humano é sempre o bolso.

Alguém que contrata com a administração pública parte sempre do princípio de que está ali para desenvolver o seu melhor, mas a dinâmica das contratações públicas segue ritos específicos que, às vezes, frustram os contratos, e eu acho que não seria errado dizer que hoje nós temos 38% de obras públicas inacabadas, boa parte exatamente por esses conflitos que precisam de soluções mais modernas.

Esse destaque na área de perícia que me conduziu a ser, em momentos seguintes, a partir de algumas premiações que recebi na área da engenharia legal, de meus pares, durante os congressos brasileiros de avaliações e perícias de engenharia, a me tornar um doutrinador exatamente nas áreas de contratos e agora, recentemente, na parte de equilíbrio econômico-financeiro, algo que tomou, principalmente nos anos de pandemia, e ainda toma, muitas agendas, os desequilíbrios de contratos para os quais, no momento de pandemia... Se o desequilíbrio de contrato não era algo da pauta do dia a dia, ele praticamente entrou de supetão, uma vez que, eu não erraria em dizer novamente, praticamente todos os contratos do mundo acabaram se desequilibrando durante a pandemia. E as soluções para contratos desequilibrados não são simples. Via de regra, exigem análise dos casos concretos, ainda que nós possamos ter metodologias específicas.

Notadamente, esse seria o maior destaque do meu trabalho para além, é claro, de quando a gente fala da administração de patrimônio, também de atividades periciais e atuando com agentes financeiros, como a Caixa Econômica, o Banco do Brasil. A gente já adquiriu mais de 5 mil avaliações patrimoniais ao longo desses anos.

Destaque também para o meu livro, Senador, *Engenharia Legal Aplicada - ao Labirinto das Obras Públicas*, que percorreu o Brasil em debates junto à Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic), até mesmo a convite do Tribunal de Contas da União, junto ao Ministro Benjamin Zymler, painéis junto ao Ministro Vital do Rêgo, e por aí afora.

É esse o arcabouço técnico que eu apresento aos senhores, às senhoras, e submeto ao escrutínio de todos.

É claro que, para fechar, a ideia nossa é sempre atuar a partir dos documentos mestres – Política Nacional de Transportes, do Plano Nacional de Logística – e, claro, dar a maior ênfase possível, agora com certa urgência, para a finalização dos planos setoriais, que precisam ser finalizados o quanto antes para que a gente possa estabelecer, em definitivo, o norte que o Dnit e também a Diretoria de Infraestrutura Ferroviária seguirão a partir de então, sempre em harmonia com as políticas estabelecidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, os meus agradecimentos. Novamente, quero me colocar à disposição para a sabatina que se seguirá e devolver aqui a palavra para o Exmo. Senador Confúcio Moura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem. Acabamos de ouvir o Dr. José Eduardo Guidi, que está sendo indicado para a Diretoria Ferroviária do Dnit. Muito bem.

Eu comunico a todos os presentes e àqueles que ainda estão ausentes que nós precisamos de quórum qualificado, de 12 votos. São 12 ou 13 votos?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – São 12 votos. Temos sete votos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – E agora iniciaremos os debates.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Presidente, gostaria de ver com V. Exa, de saber se ainda dá para votar. Chegou meio atrasado o meu voo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está aberto para a votação. Você pode ficar bem à vontade. E podem fazer as inscrições.

Lucas Barreto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, eu tinha me inscrito já.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Já está escrito, desde a semana passada.

Lucas Barreto, Senador Lucas Barreto, do Amapá; Senador Veneziano.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Senador Jayme Campos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senador Jayme Campos, do Mato Grosso.

Muito bem, à medida que formos andando com as nossas perguntas e com as respostas... Eu os deixo bem à vontade. O primeiro inscrito, semana passada, que inclusive fez a pergunta, foi o Senador Esperidião Amin. Ele fez uma pergunta a todos os presentes. Então, o senhor pode repetir a pergunta, Senador Esperidião?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar.) – O senhor vai fixar um prazo, Presidente, porque eu tenho certeza de que o Senador Lucas Barreto vai fazer uma pergunta mais extensa do que a minha. (*Risos.*)

Então eu queria pelo menos fazer a metade do tempo dele.

Quatro minutos está bom. Você pode fazer oito, então.

Depois que ele foi ao Piauí sem pedir licença para o Senador Marcelo Castro, ele merece até uma multa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 39F824FF0055B350.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero cumprimentar a todos. Eu fui Secretário de Transportes e Obras no século passado, entre 1979 e 1982, e aprendi a conviver com o antigo DNER. Em matéria de ferrovias, nós temos em Santa Catarina uma pequena ferrovia, Dona Tereza Cristina – nada a ver com a nossa Senadora –, que deve ser uma das menores do Brasil, Senador Marcelo Castro, e sempre deu lucro. Teve uma época que só Sorocabana e a Tereza Cristina davam lucro no Brasil. A nossa favorecida pelo transporte do carvão e, agora, com razoável diversificação.

A minha pergunta se baseia numa pequena fotografia que os senhores conhecem, que é a situação, as condições de serviço da malha rodoviária do Brasil. Os nossos pontos críticos são dramáticos, especialmente na confluência da 470 com a 101. É uma coisa de doido, porque é por ali que sai, eu creio, o maior volume de carga com valor agregado do Brasil. Uma coisa é carga com valor agregado, outra coisa é carga a granel, *commodity*. E na semana passada, o Ministro Renan Filho, na segunda e terça-feira, acompanhou boa parte desse drama. Então, eu só queria reiterar a pergunta que fiz.

Quando nós votamos no ano passado a PEC da transição, e aqui eu quero louvar o esforço do Senador Marcelo Castro, que aqui na Comissão e lá como Relator, nos ajudou a aliviar essa situação de rato em guampa que estava o Brasil. Rato em guampa, quanto mais anda, mais se aperta; quanto mais arrecada, mais se paga juros – isso nós estamos vendo lá na outra Comissão, para onde eu irei.

Então, creio que nós conseguimos, com a folga – obter a folga não –, o desenforcamento feito, tanto na Comissão por uma emenda do Senador Marcelo Castro, quanto na PEC da transição, nós conseguimos aliviar a canga que estava sobre os ombros do Dnit, que tinha pouco mais de 6 bilhões, 6 bilhões e meio de recurso e passou para mais de 20. A nossa preocupação é que isso viesse a se transformar numa bolha. E acho que o arcabouço fiscal que nós aprovamos, permite que esses valores sejam, na pior das hipóteses, o piso de uma curva que nós queremos que seja ascendente. Eu quero apenas testemunhar essa situação em nome do Brasil, mas em nome, principalmente, da unidade federada que eu represento e que chegou a ponto a nossa aflição... E aí eu concluo.

E o pior é que essa aflição se transformou, Senador Confúcio, na causa de *bullying* que o Senador Lucas Barreto nos faz. O Estado de Santa Catarina chegou a disponibilizar, por lei estadual, R$465 milhões para que o Dnit não parasse as obras no nosso estado. Nenhum outro estado do Brasil conseguiu fazer isso – a Assembleia do Rio Grande do Sul, por exemplo, não aprovou. O Governador chegou a encaminhar para a Assembleia também dentro do sufoco.

Então eu queria fazer um apelo a todos os senhores para que considerassem que historicamente Santa Catarina tem, de alguma forma, executado essas obras federais ou, como foi o caso, patrocinado, no momento de dificuldade, algo. Não que esteja sobrando dinheiro; é porque é a nossa vida: se nós não tivermos o mínimo de capacidade de exportação de produtos com valor agregado principalmente, a nossa economia e a economia do Brasil, ambas vão sofrer muito. Então, em nome desta pergunta coletiva que eu fiz – não quero que respondam agora. Quero que respondam ao longo da sua... Em síntese: nós podemos confiar que isso não será uma bolha?

E finalmente, como complemento, quero fazer um apelo para que os projetos que estão priorizados pela Superintendência de Santa Catarina, aqui representada pelo Dr. Alysson, esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projetos – que eu não vou enumerar, que são os projetos para que essas obras não parem por falta de projeto – sejam priorizados.

Eu vou cobrar dos senhores mensalmente isso, não por pirraça, mas porque acho que é uma questão de justiça. E sei que, dentre todos, o Sr. Fabio Nunes sabe bem do que estou falando, porque o senhor conhece esse assunto a fundo. Apesar de não ser catarinense, conhece particularmente essas dificuldades.

Então, com esse apelo, eu quero lhes dizer publicamente que vou dar o voto de confiança, mas vou cobrar – de maneira aflitiva, se não cumprirem; e de maneira muito justa, se puderem honrar esse compromisso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Eu gostaria que todos os indicados aqui anotassem bem as perguntas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – É. Perfeito.

Eu vou fazer um bloco de três e depois os senhores respondem, tá?

Com a palavra o Senador Lucas Barreto.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP. Para interpelar.) – Eu só queria pedir ao Senador Esperidião Amin que votasse, para que nós tenhamos o número, já que ele externou o voto aqui.

Sr. Presidente, quero cumprimentar aqui os nobres Diretores do Dnit, cumprimentando-os na pessoa do Dr. Fabrício, com quem já estivemos reunidos. Como falou o Senador Esperidião Amin, não vou cobrar mensalmente, mas quinzenalmente o que nós conversamos da BR-156 e agora da BR-210.

Nós temos aqui o Senador do Piauí, Marcelo Castro, que no ano passado, como Relator do Orçamento, garantiu 37 milhões mais 11 de bancada para a BR-156 e também para a BR-210, que é a antiga perimetral norte, que não tinha nem projeto, Presidente. E tem esse valor.

Nós temos, no Amapá, uma janela muito curta de trabalho, e essa janela é agora, agosto, setembro e outubro. Então, para se ter ideia, no Município de Calçoene, que é até aonde chegou já o asfalto, até Carnot, já teve ano de chover 9 mil milímetros. Então, é uma janela muito curta.

Tem R$161 milhões no Dnit, no ministério, para asfalto e para a BR-210. Tem quatro obras de arte que estão inacabadas. Nós temos muitos problemas à frente, mas tem 90 milhões, que eu acho que é para os dois anos, para manutenção dos trechos sem pavimentação.

Então, a bancada... O maior volume de recursos que tem para a BR-156, apesar de ser uma estrada de competência do Governo Federal, é da bancada federal. A nossa bancada não deixa de aportar recursos lá. E nesses últimos anos, não foram investidos... Contrataram uma empresa, a JM, e era uma empresa que estava em recuperação judicial, com os bens bloqueados, e para não ter que fazer nova licitação, conseguiram fazer o aporte de uma outra empresa, ou seja, um consórcio, mas não avançou nada.

A gente espera que o senhor, com a sua competência, se tiver que fazer nova licitação, que seja breve ou que o Dnit assuma isso e faça, porque nós não podemos perder essa janela. Então, o que se puder fazer... E a bancada está disposta a aportar mais recursos, no final do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ano, para que a gente avance realmente com esses 110 quilômetros, lembrando que é preciso urgentemente.

Eu estive no Oiapoque agora e o trecho pavimentado de 50km do Oiapoque em direção a Macapá está totalmente esburacado – é um absurdo. E para que nós não percamos aquele asfalto, eu penso que o Dnit teria que fazer uma força-tarefa naquele trecho. E no trecho que não tem pavimentação não existe mais estrada, é um caminho dentro da mata.

Eu até fiz algumas imagens, para mostrar para o Ministro Renan, de como se encontra a rodovia federal mais antiga, ou seja, é a obra inacabada mais antiga do planeta Terra, que é a BR-156. Então, é preciso que haja uma força-tarefa urgente, porque só aquele negócio de jogar as pedras no meio da estrada... Vocês precisam ver o tanto de carro quebrado, o tanto de pessoas que têm prejuízo realmente em trafegar naqueles 110km. São seis, sete, oito horas para andar esses 110km de estrada não pavimentada.

Então, aqui eu queria pedir humildemente ao senhor, aos senhores, para que o senhor possa dar prioridade a esse trecho, que é ali onde começa a nação brasileira, não é? Para se ter ideia, entraram mais de 20 mil franceses para o Oiapoque – daqui para lá só foram seis –, mas eles não vêm até Macapá, só vêm até o Oiapoque.

E essa estrada é interessante. Esses dias eu vi uma reportagem dizendo que a BR-156 estava sendo devastada lá... Nada. É área indígena, é área de proteção e tem que trabalhar no manejo dessas aldeias que vão ter que ser remanejadas para que o asfalto possa avançar.

Então, conte conosco, já dei o meu voto de confiança ali aos senhores, mas, como disse o Senador Esperidião Amin, eu vou cobrar. E ele diz que vai cobrar, mas não é tanto, porque Santa Catarina é um estado muito rico. Só para o senhor ter ideia, eles têm recurso estadual que estão querendo usar para asfaltar as rodovias federais lá.

Então, façam essa permuta: asfaltem a BR-156 com recurso federal, que eles têm dinheiro lá, é o estado mais rico do Brasil, porque devastou tudo. Nós que fomos proteger tudo, somos lá escravos ambientais e no Governo Federal ninguém olha para a gente.

Então, sucesso aos senhores. Contem conosco.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Lucas Barreto.

A sua pergunta, do Senador Lucas, é diretamente ao Dr. Fabricio. Portanto, Dr. Fabricio, o senhor responde para ele. É bem direcionada.

Vamos em frente.

Próximo inscrito, o Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Para interpelar.) – Sr. Presidente Confúcio, meus cumprimentos mais uma vez a V. Exa., a todos os nossos companheiros que fazem parte deste Colegiado. Quero saudar os senhores indicados às ocupações nas diretorias do Dnit.

Também quero lhe agradecer mais uma vez. Tive a oportunidade de fazer, na semana próxima passada, a leitura do relatório aludindo à indicação do Dr. Carlos Rocha de Barros, um dos indicados.

Quero saudá-lo, saudar o Dr. Fabricio Galvão, o Dr. José Eduardo Guidi, o Sr. Fabio Pessoa da Silva Nunes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, a minha abordagem começa necessariamente pela nova realidade com a qual o Dnit, os que o integram e nós próprios vamos ter. É fato muito diferente do que nós vimos nos quatro anos passados, quando não havia minimamente recursos que pudessem dar encaminhamento às diversas atribuições, não poucas, por parte do Dnit.

Aqui esteve, logo após a sua acessão à condição de Ministro da República, o nosso companheiro Senador Renan Filho, e traduziu detalhadamente essa situação de penúria.

A partir do momento em que o Congresso Nacional se dispôs e determinou-se a votar a PEC da transição, o Dnit passaria a ter, e passou a ter, em 2023, uma situação completamente diferente. São quase 22 bilhões, Dr. Fabricio, se eu não estiver enganado, que os senhores disporão para tocar adiante.

Eu faço a primeira abordagem: sob essas perspectivas, quais são os percentuais estabelecidos para que nós concluamos obras, para que nós sigamos aquelas... Foi o Dr. José Eduardo Guidi que falou que nós temos cerca de 38% de obras inacabadas. O que é suficiente esse ano para concluir algumas destas? Qual é a projeção – até para que nós trabalhemos nisso; e V. Exa., Senador Confúcio, terá um papel fundamental junto à relatoria-geral da União – para que nós mantenhamos um percentual, se não maior, mas pelo menos que esteja igualmente ao que nós temos, a esses R$22 bilhões? Porque o atraso, o déficit que nós assumidamente sabemos e com o qual nos deparamos é muito alto, é considerável, e não seria em um exercício apenas, ou dois, ou três... Eu não sei com quantos anos nós teremos condições de poder aplacar essa deficiência de 38% de obras inacabadas. Eu gostaria de ouvir – não sei se do Dr. Fabricio ou se do Dr. José Eduardo, enfim, é uma pergunta geral – exatamente quanto os senhores projetam para que nós concluamos e, assim, partamos para outros projetos importantes que devem estar no acervo de iniciativas em que os senhores já devem ter se debruçado.

Uma outra situação mais particularizada diz respeito à Transnordestina. E aí nós temos uma malha na Paraíba, como os senhores bem sabem, sem qualquer destinação, completamente entregue. E nós já postulamos, há alguns anos, para que essa malha pudesse ser aproveitada. Não foi incluída nesse pacote relativo à Transnordestina, que é uma obra de fundamental importância. E nós observamos alguns consistentes aportes, inclusive com previsão para funcionamento até o ano de 2025, 2026. Mas eu queria dirigir a V. Sas. exatamente esta pergunta: vocês têm algum compromisso, algum projeto para uso daquela extensão que vai de ponta a ponta do nosso território paraibano? Porque está completamente abandonada. Até para que nós saibamos ou tomemos outras iniciativas a fim de que nós a aproveitemos. O Estado da Paraíba passa a ter algumas melhores perspectivas de melhor e maior uso do seu porto, perspectivas reais para exploração mineral na região do nosso Sertão. São novas também as perspectivas por força da chegada da transposição em seus dois arcos, nos seus dois eixos, norte e leste. Isso nos permitirá ter outras mais benfazejas perspectivas, Senador Confúcio Moura. Mas ela está lá abandonada.

E aí, para finalizar, eu me reporto a essa situação. Inclusive, o Senador Esperidião não está aqui, já foi cumprir as suas obrigações junto à Comissão de Assuntos Econômicos, na qual estarão sendo sabatinados os dois próximos possivelmente diretores do Banco Central, mas existe um PLP que é muito importante – e que eu não sei se estará sendo discutido, em que pese já estar em pauta há cerca de três semanas –, que trata sobre o compromisso das agências no acompanhamento das concessões que são feitas. E esses compromissos a estas empresas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que assumem essas responsabilidades e que, em grande parte – não apenas me refiro a uma, mas a todas as agências –, não há um rígido acompanhamento, Senador Confúcio. Às vezes, dá-nos sem a perda da acertada importância que foi a criação das agências, mas uma necessidade para que nós acompanhemos, para que nós façamos cumprir as obrigações que as concessionárias passam a ter a partir do momento em que recebem essas obrigações; não esquecendo que grande parte dos investimentos que as mesmas assumem fazer são investimentos públicos.

Quando você pega aqui a relação dos recursos que a CSN terá, lá estarão recursos do Banco do Nordeste, Banco do Brasil, do BNDES. Enfim, são recursos públicos que nós concedemos para que a iniciativa privada faça os investimentos e, mesmo assim, não há entrega e, quando a entrega se dá, se dá com um tempo muito além do comprometido contratualmente.

A gente precisa fazer com que as nossas agências... e todos os senhores e senhoras que passam pelas nossas Comissões precisam entender exatamente esse dever de acompanhar e, caso necessário, de também exercer o poder sancionatório. O caso da Transnordestina é um exemplo que se arrasta há muitos e muitos anos. Menos mal que a perspectiva é de que nós possamos utilizá-la brevemente. Então são essas as abordagens.

O propósito nosso é exatamente o de poder colaborar. Esta Comissão foi muito importante porque injetou... E aí novamente trazendo um pouco, porque é necessário que nós façamos em gestos e em palavras o agradecimento. A Comissão de Infraestrutura permitiu que nós pudéssemos garantir ao Dnit algo em torno de R$180 milhões lá para o Estado da Paraíba, em dois trechos de suma importância, e eu peço encarecidamente a V. Sas. que nós possamos... Os recursos existem, e o ministro mesmo dizia: "Olha, Senador Veneziano, aquilo que for medido será pago", porque os recursos foram viabilizados por esta Comissão numa sugestão do Relator-Geral Marcelo Castro, que fez seu trabalho, e teve a sensibilidade em reconhecer a importância da duplicação da BR-230, o trecho Campina Grande até o Sertão, 35km, são R$500 milhões, cerca de 170 já consignados.

Um outro trecho delicado e o olhar necessário, Dr. Fabricio, V. Sa. já balança a cabeça entendendo a delicada realidade da triplicação de Cabedelo até o trecho da saída de João Pessoa. É um gargalo, um imbróglio que nós encontramos – o processo licitatório, uma nova etapa está em curso. Esse é o pedido particular que eu faço.

A pergunta que direciono sobre a Transnordestina, toda a nossa malha ferroviária: o que V. Sas. têm, se têm? Se não tiverem, nos digam para que nós possamos trabalhar outras alternativas. E também a pergunta: como vocês disporão, nesse cronograma, de investimentos, a parte que caberá a novos projetos, a parte que, a meu ver, é a precípua: de conclusão dos projetos infindos, dos 38 % de obras inacabadas?

Obrigado, mais uma vez, a V. Exa., Senador Confúcio Moura, por designar-me a relatoria do Sr. Carlos Barros, enfim, e poder estar participando. Tenho por absoluta certeza que os senhores haverão de fazer um trabalho diferenciado, no Dnit, até porque desta feita com recursos, com condições efetivas. Quando nós os temos, competência não nos falta e nós observamos isso dos quatro indicados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos agora às respostas. Depois temos um bloco, o segundo bloco, com o Senador Jayme Campos, Senador Luis Carlos Heinze e o Senador Wellington Fagundes.

Bem, vamos conceder ao Dr. Fabricio um tempo de cinco minutos para responder.

O senhor foi mais demandado que os outros. Depois eu passo para os demais.

Então, fique bem à vontade.

O SR. FABRICIO DE OLIVEIRA GALVÃO (Para expor.) – Vamos lá! Vamos começar pela primeira pergunta, que foi do Senador Esperidião Amin.

Ele fala sobre a nossa situação da malha. Ele toca em especial no Estado de Santa Catarina. Mas antes eu queria falar um pouco sobre o que ele falou dos projetos, das obras inacabadas, das prioridades, que se confunde um pouco com o que o Senador Veneziano falou, do que a gente pegou de obras inacabadas, desse passivo que o Dnit herdou. E realmente isso é verdade. O Dnit veio de uma maré aí de poucos recursos e de inúmeras obras paralisadas ou inacabadas e que precisavam ser retomadas.

Eu acho que Santa Catarina foi um grande exemplo do que a gente viu na semana passada. A gente tinha praticamente inúmeras obras paralisadas, obras que ainda andavam por algum esforço do próprio Estado de Santa Catarina. A gente viu obras como a 470 e a 280, a gente pôde visitar e ver as obras em pleno andamento, as obras sendo retomadas, investimentos voltando. Eu acho que esse tem que ser o nosso parâmetro.

Eu acho que o Dnit, na nossa Diretoria, vem trabalhando com uma primeira vertente, que é buscar todas as obras que estão paralisadas por falta de recurso, mas que têm contrato e têm condições de serem retomadas. Algumas obras têm a situação paralisada, mas não têm mais contrato; então essas obras precisam ser relicitadas. Aí entramos em casos parecidos com a 230, trecho de Cabedelo, que eu conheço bastante. Então, a gente teve que relicitar, o processo está em curso. A gente espera que logo, logo a gente consiga concluir aquela obra.

Santa Catarina é um pouco diferente. A gente tinha contratos, mas não tinha recursos; então conseguimos aportar os recursos, destravar alguns processos internos e as obras voltaram a andar. Eu acho que esse tem que ser o primeiro passo do Dnit.

Um passo paralelo que a gente precisa hoje é retomar com grande força a nossa manutenção, e o Fabio vem trabalhando nisso. A gente pretende gastar pelo menos metade do nosso orçamento com manutenção, porque a gente entende que a nossa malha está numa situação crítica. Recebemos a malha numa situação crítica. Eu até brincava lá dentro que é como um acidente de moto: a gente vai tentar fazer ali o que for possível naquele primeiro instante, tentar transferir aquele cidadão para um hospital para fazer um trabalho um pouco melhor e tentar recuperar aquela situação. É esse o nosso cenário. Eu acho que hoje nós já saímos do estado mais crítico, as nossas curvas de depreciação de pavimento, da nossa malha, no mínimo, já estancaram, já estabilizaram. Em alguns momentos, alguns estados já mostram até uma subida nessa curva de melhoria. Acho que a Paraíba é um dos estados em que a gente pode perceber isso. A gente vem recebendo elogios já pelo trabalho, pelo empenho. Minas Gerais é outro exemplo disso. A gente pegou a malha de Minas Gerais muito destruída e já conseguimos cobrir praticamente toda a malha e retomar essa manutenção.

Eu acho que este tem que ser o nosso foco hoje: manutenção e obras paralisadas. Quando a gente estabelecer esse ritmo, voltar a funcionar, aí os novos projetos vão vir naturalmente. A gente vai trabalhando num paralelo disso aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que é recuperar essa confiança, recuperar essa esperança no Dnit, e a gente pode investir em novos projetos. Eu acho que esse vai ser o nosso patamar daqui para frente, pelo volume de recursos que a gente tem, pela necessidade de investimentos que o Brasil precisa.

Agora, voltando ao Amapá, o Senador Lucas colocou para a gente a situação da 156. É uma rodovia extremamente importante não só para o Estado do Amapá, mas para toda a Região Norte, para o Brasil. E a gente vem tratando-a hoje de forma prioritária. A gente tem equipes praticamente dedicadas à BR-156, tanto que já estamos com a licitação do lote 1 ali do trecho sul dela praticamente pronta. Se Deus quiser, este mês ainda a gente a bota em licitação. O lote 4 do trecho sul, nós já liberamos mais frentes...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABRICIO DE OLIVEIRA GALVÃO – ... vão praticamente 9km, 10km para o Exército; e o lote 2 do trecho norte, a gente espera que até agosto a gente consiga também licitar essa obra. E a gente tira a BR-156 do esquecimento e passa a ter obras nela. Eu acho que esse é o plano prioritário para o Estado do Amapá.

E aí eu acho que faltou falar sobre Transnordestina – não é isso? – para fechar aqui, pelas minhas anotações.

Sobre a Transnordestina, o que é que Dnit vem fazendo hoje? Vem buscando cuidar daquele patrimônio ferroviário que foi deixado lá. E essa política de o que fazer com a malha é uma política que está mais no nível ministerial, por questões regimentais, mas o Dnit aguarda direcionamentos com relação a isso. Quanto ao patrimônio, o Dnit vai zelar por ele lá para que, pelo menos, se mantenha a linha preservada, a faixa de domínio, e a gente consiga manter ainda o trecho lá da Paraíba preservado, como é o caso de outros estados do Nordeste que não têm operação ferroviária.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem.

Então, eu passo a palavra ao Dr. Carlos Antônio, pelo tempo – como ele foi menos demandado – de três minutos.

O SR. CARLOS ANTÔNIO ROCHA DE BARROS (Para expor.) – O.k., tranquilo. Obrigado, Senador Confúcio.

Em primeiro lugar, em relação à pergunta do Senador Esperidião Amin acerca da manutenção desse nível de investimento, a gente sabe – isso é de conhecimento de todos – que houve uma mudança em relação a investimento e às questões orçamentárias do Dnit no ano de 2023. Para os senhores terem uma ideia, o Dnit em 2023 recebeu um aporte de recursos de cerca de 66%, um pouco mais, do que foi colocado no orçamento do Dnit ao longo de quatro anos da gestão passada. Isso mostra o quanto nós tivemos de defasagem, ao longo desse tempo, do nível de investimento para fazer frente a todos os desafios da nossa infraestrutura – isso, graças a este Congresso e ao esforço do Presidente Lula desde a transição para que fossem alocados os recursos.

O Ministro Renan é um defensor ferrenho do aumento desse nível de investimento e tem cobrado do Dnit que ele se programe para fazer essa execução para que possa retomar o nível de qualidade da malha – o Dr. Fabricio falou muito bem –, neste primeiro momento, na questão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da manutenção, mas não só disso, como também do incremento da finalização das obras de construção, adequação, implantação, duplicação.

Nós temos aqui presente o Dr. Luiz Guilherme, nosso Diretor de Planejamento e Pesquisa, que está recebendo agora, com essas novas condições de aporte de recursos orçamentários também, um avanço significativo, porque, como eu sempre defendo e sempre defendi, nós temos que nos concentrar também no desenvolvimento dos novos projetos, fazer aporte de recursos para que possamos desenvolver, fazer uma prateleira de projetos para que se possa fazer o enfrentamento dos desafios da infraestrutura nacional.

Hoje o Dnit já tem trabalhado em todas as estruturas. Hoje a diretoria executiva, como...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS ANTÔNIO ROCHA DE BARROS – ... diretoria transversal, que faz essa comunicação entre as superintendências e a diretoria, a sede, conversa também com as diretorias finalísticas – aquaviária, ferroviária, rodoviária – e as questões de projeto, já está atuando no sentido de fazer essas identificações e fazer uma distribuição dessas alocações dos recursos orçamentários, de modo a contemplar.

O Dr. Fabio até, inicialmente, na fala dele, meio que atuou contra a Diretoria de Infraestrutura Rodoviária, mas não é contra a infraestrutura, é a favor da infraestrutura nacional, quando ele fala da questão da multimodalidade, de fazermos a integração dos diversos modelos, fazermos um incremento nas questões ferroviárias, Senador Veneziano Vital do Rêgo, com a retomada, a exemplo da questão da Transnordestina. Como bem falou o Dr. Fabricio, isso é uma questão do Ministério, mas que a gente também acompanha como implicação que tem nas questões de infraestrutura nacional.

Mas a gente pretende... Há uma determinação do Ministro Renan para que nós façamos o trabalho de identificação, de alocação desse recurso, para que possa ser levado à frente o pleito e possamos ser contemplados na nossa LOA. Estamos prestes a apresentar ao Congresso Nacional a Ploa 2024, em que a gente continua mantendo esse nível de investimento. Então, isso é primordial.

Espero ter respondido à pergunta do Senador Esperidião Amin.

Quanto às questões levantadas pelo Senador Veneziano, ele também vai no sentido de perguntar se esse nível de investimento se mantém e como é que isso está sendo pensado e alocado na distribuição.

A Direx tem essa missão institucional de fazer essa conversa entre as diversas diretorias finalísticas, e suas superintendências apontam onde realmente acontecem as nossas obras. E ela já tem hoje uma governança em relação a isso, de identificação junto com as outras diretorias finalísticas também que já fazem um trabalho. A DIR (Diretoria de Infraestrutura Rodoviária) tem um trabalho muito bom de identificação dessas necessidades, onde está faltando recurso, e a gente quer retomar, na Direx, essa interlocução com as pontas e com as diretorias finalísticas, onde está ocorrendo o problema, onde estão as soluções, fazer essas interlocuções entre as pontas dos estados, o Dnit Sede e os diversos atores externos, seja ele de questões ambientais, seja ele relativo a outras situações de projeto, etc.

Então, eu acho que a gente já tem um mapeamento bom e a gente quer manter este nível de investimento neste patamar, com o incremento das novas obras, dos novos projetos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um desafio grande para a Diretoria de Planejamento e Pesquisa, que está saltando do nível de investimento, e aí, grosso modo, de cerca de quase 95 milhões, 100 milhões... Hoje, a perspectiva é que nós temos aporte de recurso na Diretoria de Planejamento e Pesquisa de cerca de 500 milhões. Então, é um salto significativo dessa visão de planejamento de médio e longo prazo.

Espero ter respondido ao senhor, Senador Veneziano.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Veneziano, eu tenho que ir à Comissão de Educação. Fique aqui, por gentileza? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Obrigado, Senador Confúcio.

Por gentileza, nós passamos a palavra ao Sr. José Eduardo Guidi, para comentar e responder às indagações que foram feitas pelos Srs. Senadores anteriormente listados.

O SR. JOSÉ EDUARDO GUIDI (Para expor.) – Obrigado, Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Eu creio que nós podemos fazer um apanhado geral, porque o Senador Esperidião Amin, o Senador Lucas Barreto e o próprio Senador Veneziano tocaram num ponto comum, que são as obras inacabadas. O Senador fez questão até de pontuar por duas ou três vezes o número que eu forneci, 38% de obras inacabadas, esse número do próprio Tribunal de Contas da União, que revelou, na verdade, em 2019, através do Acórdão 1.079, um emblemático acórdão que nos mostrou 37% de obras inacabadas naquele momento e culminou com o painel de obras inacabadas, a cargo do próprio TCU, e ele atualizou agora para 38%, em que pese o número de obras inacabadas ter diminuído – mas o percentual se manteve estável.

O fato, Senador, é que, na realidade, a partir de 2019, nós ainda não tínhamos, no nosso país, um estudo mais profundo acerca dos principais motivos que culminavam nessas paralisações. Eu fui um da comunidade científica que mergulhou nesses estudos, e na verdade a comunidade científica, de fato, partiu desse Acórdão 1.079, de 2019, do Tribunal de Contas da União, a bem de investigar quais são os principais motivos.

Então, em que pese a questão de recursos ter sido bastante pontuada – e ela também é sensível –, eu confesso para os senhores que o meu maior receio não é exatamente com a aplicação de recursos, mas é com o problema da paralisação em face de ajustes contratuais que nós precisamos fazer, e os ajustes contratuais em obras de escopo – e ainda mais em obras de escopo que duram, de execução diferida, o que é exatamente o caso das obras de infraestrutura – são necessários.

Na comunidade científica, ainda está embrionário um estudo mais profundo, mas nós já temos números...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ EDUARDO GUIDI – ... em nível mais localizado, por exemplo, de que o número de obras particulares que estão inacabadas, que são paralisadas no Município de Porto Alegre – eu tive acesso a esse estudo –, seria de 25%, em face de ajustes de projetos básicos. O número de obras inacabadas que param, paralisam no Município de Porto Alegre, em face de ajustes de projetos básicos, é de 29%. Ou seja, a questão não é de engenharia propriamente dita, mesmo porque – repito – obras, contratos por escopo, execução diferida, necessitam de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ajustes ao longo do seu percurso. A diferença é que, na iniciativa privada, os mecanismos que existem para você fazer esse ajuste – não é nem retomar – e não paralisar as obras são muito distintos dos mecanismos de que nós dispomos na esfera pública.

Vou dar um exemplo aqui. A Fiol, que está sendo feita na Região Nordeste e vai conectar, até agora, a Ferrovia Norte-Sul, foi licitada no ano de 2010, e ainda não foi finalizada, exatamente porque foi licitada a partir da 8.666 – era o diploma normativo que nós tínhamos na época, mas se mostrou uma legislação que não estava à altura daquele determinado empreendimento –, e hoje nós temos agora a 14.133, de 2021, que vai passar a viger de forma plena a partir do ano que vem, mas que já traz ferramentas mais modernas. Cito aqui duas: governança pública, cuja bandeira foi dada lá em 2012 ainda pelo próprio Tribunal de Contas da União... Aliás, quero fazer aqui um aparte acerca da atuação do Tribunal de Contas da União nos últimos anos, que eu tenho considerado muito pertinente, muito alinhada com a necessidade que o interesse público tem de boa aplicação dos seus recursos, buscando cada vez mais ferramentas modernas.

Aqui eu chego ao segundo ponto, que são os métodos alternativos de solução de conflitos, que foram trazidos agora também no seio da 14.133. Dentre eles, por exemplo, agora cito aqui – estava até consultando o meu colega, o Dr. Fabio – a BR-381, em Minas Gerais, que agora o TCU liberou.

Em conversa, há poucos dias, com o Ministro Anastasia, ele já me passou que o Tribunal de Contas recomendou a aplicação da cláusula contratual do *dispute boards*. O *dispute boards* é uma cláusula contratual prevista agora na 14.133, em que você pode resolver as disputas com um contrato em andamento, ou seja, você não precisa parar um contrato para resolver disputas, e, às vezes, nós temos paralisações de contratos por disputas em que, em via de regra, a solução já está ali, mas, por, de repente, um receio do gestor... Todos nós aqui, de algum modo, já ouvimos falar do jargão brasiliense "o apagão das canetas". Num determinado receio do gestor, ele posterga essa decisão, ou seja, ele não faz a alteração contratual, e, em alguns momentos, a obra acaba sendo, de fato, paralisada.

E aí depois nós temos os problemas com licitações de remanescentes, os problemas com os custos de manutenção de retomada dessa obra; se isso desaguar numa disputa judicial, aí, quiçá, isso pode ficar para 10, 15 anos.

Enfim, eu entendo que, para a questão das obras inacabadas, dentro das soluções possíveis, as ferramentas mais modernas de que nós dispomos hoje, especialmente a partir da Lei 14.133 e da própria evolução da jurisprudência do controle externo, isso pode agasalhar bastante esse problema. Então, para além da aplicação dos recursos – sobre a pergunta, agora, que foi deflagrada inicialmente pelo Senador Esperidião –, para a gente poder ter um horizonte de dez anos, nós precisamos ter contratos modernos, a obra não pode parar. Então, como bem disse o Dr. Fabricio Galvão, é a retomada daquelas que já estão paralisadas, mas aquelas que vão iniciar ou que já estão em andamento não podem parar. E nisso eu creio que o controle externo, especialmente, é parceiro atualmente da administração pública.

Creio que é isso. Assim, só para fechar – acho que eu já excedi até o meu tempo –, teve a questão específica da Transnordestina, em que pese ela não estar, como o Senador disse, no programa de investimentos, mas nós temos agora, por exemplo, a vinda, o advento do novo marco legal ferroviário, em que nós também podemos encontrar soluções mais modernas: *short lines*, as autorizações... Agora, na sequência, o Senador Confúcio estava me dizendo que está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agora com a questão das debêntures de infraestrutura... Enfim, a questão da Transnordestina, como tantas outras, vai alcançar exatamente a questão das obras inacabadas, ou seja, soluções mais modernas para a necessidade que o país tem hoje.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Grato, Dr. José Eduardo.

Nós passamos o microfone para o Sr. Fabio Pessoa, para as suas considerações.

O SR. FABIO PESSOA DA SILVA NUNES (Para expor.) – Bem, respondendo à pergunta dos Senadores aqui, começando aqui pelo Senador Veneziano, com relação às ações da Diretoria de Infraestrutura Rodoviária no Estado da Paraíba, com relação à manutenção, nós temos duas situações, duas rodovias principais, a BR-230 e a BR-101.

Na BR-101, Senador Veneziano, que é uma rodovia em que nós fizemos implantação e a duplicação em pavimento rígido, estamos passando por alguns problemas lá com algumas placas quebradas. Isso está gerando uma certa dificuldade no transporte, na locomoção, tanto do transporte de carga como do de passageiros. Nós acabamos de contratar agora dois contratos de manutenção nos 147km que nós temos na Paraíba e na BR-101, para substituição, para recuperação dessas placas e para devolver o conforto e a segurança para o usuário. É um contrato que a gente vai ter pelos próximos dois anos, além da manutenção da BR-101.

Com relação à BR-230, nós temos algumas ações. Especificamente naquele trecho ali próximo ao quilômetro 35, conhecido como Café do Vento, nós tínhamos um problema ali, que vinha se arrastando ao longo desses últimos anos, de restauração. Nós entramos agora e conseguimos recuperar, já liberamos uma parte, e vamos fazer também os projetos de recuperação da BR-230, do final do segmento do quilômetro 28, que é onde acaba a duplicação, a obra que nós estamos fazendo. Vamos contratar ainda dois remanescentes, publicamos um junto com o viaduto no Bessa, vamos fazer outro também, um outro remanescente, e também, além da restauração até Campina Grande, há a obra também que nós estamos fazendo dentro da área urbana de Campina Grande, segmento que conhecemos como Campina-Farinha.

A obra está andando, a gente está passando por algumas intempéries ali com relação ao remanejamento de rede elétrica, área ambiental...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIO PESSOA DA SILVA NUNES – ... desapropriação... Isso é bastante... Dificulta um pouco, mas a obra está andando.

Bem, com relação a Santa Catarina – as perguntas do Senador Esperidião –, nós estamos com um forte investimento na área de manutenção, retomamos o investimento na área de manutenção. É prioridade, como eu já falei, do departamento continuar o investimento na parte de manutenção rodoviária.

Falando sobre as obras e o investimento que o Senador Esperidião colocou: o que é que o Dnit, o departamento, pode fazer com relação a garantir recursos? Eu acho que o que nós vamos fazer é preparar os contratos, fazer projetos... O nosso Diretor de Planejamento e Pesquisa, o Dr. Luiz Guilherme, está aqui, e trabalhou fortemente nessa parte de ampliação da nossa carteira de projetos.

Então, temos de nos preparar para poder, com esse recurso na expectativa desses próximos quatro anos sendo aportado, termos como gastar, termos como investir, fazer alguns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investimentos importantes ali no Estado de Santa Catarina, BR-470, BR-280, e também a gente não pode esquecer da BR-163, de Santa Catarina, que foi um investimento muito forte – nós estamos fazendo um segmento de restauração com pavimento rígido naquele segmento ali de São Miguel até a divisa com o Paraná.

É importante também destacar alguns projetos, principalmente alguns contornos e travessias urbanas que nós temos ali na BR-282, além das terceiras faixas que nós vamos contratar. Destaco aqui algumas cidades, como Pinhalzinho e Maravilha, que são investimentos, alguns como tantos que a população já espera há muito tempo, e que o Dnit vai fazer.

Falando com relação à pergunta do Senador Lucas Barreto, com relação à BR-156, realmente é um trabalho que, além de toda a dificuldade que nós temos, as condições climáticas não ajudam, o segmento... Porque a logística é um pouco complicada, e o período que a gente tem de seca para poder trabalhar também é curto. Mas quero deixar o Senador tranquilo: a gente está em processo de aprovação do nosso remanescente nesse segmento que ele falou, entre Calçoene e Oiapoque. Vamos restaurar também esses últimos 50km chegando lá no Oiapoque – eu conheço bastante a região da BR-156, no trecho norte.

Também, destacando aqui alguns investimentos novos que nós vamos fazer nos estados, com relação ao Amapá, temos a 156-sul. Nós temos um termo de execução com o Exército ali na saída de Macapá, em direção a Laranjal do Jari, e já temos os projetos, um já aprovado, do lote 1, na divisa, na saída de Laranjal do Jari retornando a Macapá, e os outros dois lotes também, estão em fase de aprovação dos projetos, para que possamos ter a possível contratação e a execução deles.

Então, está no nosso radar a pavimentação da BR-156, do Amapá, e quero avisar que estamos de portas abertas. Quanto a esse monitoramento mensal, quinzenal ou até semanal, a diretoria vai estar sempre de portas abertas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Dando continuidade, os próximos inscritos são o Senador Jayme Campos, Luis Carlos Heinze e Wellington Fagundes.

Com a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para interpelar.) – Obrigado, amigo e Presidente Confúcio.

Senhores indicados para Diretoria do Dnit – aqui estão presentes o Carlos Antônio, o Fabricio, o José e o Fabio –, Presidente, eu serei rápido, até porque já foram feitas várias indagações aqui.

Fabricio, já estivemos juntos lá no ministério. Lá, no dia em que tivemos aquela audiência, o Ministro Renan nos disse que tinha alocado para Mato Grosso quase R$1 bilhão: quatrocentos e poucos bilhões para a manutenção das nossas rodovias federais e quatrocentos e cinquenta bilhões para novas obras no nosso estado. Entretanto, até agora, com todo o respeito, nós não vimos a cor desse dinheiro lá.

Nós temos – conhece bem – a situação da BR-158 e da BR-242. A BR-242, lamentavelmente, também está paralisada por falta de licença ambiental do Ibama. E também temos o caso da BR-158 que, no seu traçado original, lamentavelmente – V. Sa. tem conhecimento –, não é possível pelos impedimentos, que são os componentes indígenas, etc.,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

etc., mas está prevista a questão de se fazer pelo contorno, passando pelo Município de Alto da Boa Vista, de Bom Jesus e assim por diante.

Eu queria só indagar ao senhor e aos demais Diretores: vai sair ou não vai sair? Aí o senhor me pergunta: "Por quê, Senador Jayme Campos"? Olhe, eu já estou aqui, Carlos Antônio, no segundo mandato como Senador da República, já fui Governador... O trem vem se arrastando desde 1990 e "tatareco", e não conseguimos materializar nada! É uma rodovia tão importante para aquela região nossa da integração, ligando o Mato Grosso com o Estado do Pará! E há também a BR-242 que, depois, vai integrar a BR-158. O que podemos falar para o povo? Foram audiências e mais audiências... Imaginem o estado de... Saco cheio! Os Prefeitos, os Vereadores, a sociedade civil de uma maneira geral...É o sonho deles lá.

Não é possível, Senador Presidente, Confúcio, que nós não consigamos resolver, até porque está na mão do próprio Governo Federal, do Ibama, que é um órgão do Governo Federal. É uma população que está ali já há anos e anos aguardando essa tão sonhada obra. É uma área extremamente produtiva, uma região produtiva. Tornou-se o eldorado do Mato Grosso e do Brasil: a região do Médio e do Baixo Araguaia é o novo eldorado deste país. Ela está produzindo, contribuindo com o Brasil, mas nós não conseguimos dar um desfecho. Já passaram vários ministros – não foi só um, foram vários, não vou declinar o nome de ninguém – que vão lá, prometem, falam que vai sair amanhã, depois de manhã... Resumo da ópera: isso tem 20 anos, Confúcio! Até hoje não conseguimos realizar a conclusão da obra da BR-158. Da mesma forma, a BR-242 está nesse imbróglio lá.

E falam em R$1 bilhão. Eu não vi, até agora, nada lá, Fabricio, com todo o respeito ao Ministro Renan, que é meu amigo pessoal, ele sabe disso. Sou amigo do querido Renan, pai dele, velho amigo. Eu não vi nada acontecer lá. Até agora, nada!

No último sábado, estivemos ao longo da BR-163, na cidade de Nova Mutum. O Estado de Mato Grosso está assumindo aquela concessão draconiana que foi feita, V. Exa. sabe, pela Rota do Oeste, que não fez nada, que montou só as praças de caça-níqueis, que praticamente assaltou o povo do Mato Grosso por dez anos, nos roubando, e não fez nenhuma melhoria. Lá se transformou em um corredor, ou seja, na estrada da morte. Morreram, no ano passado, 286 brasileiros lá transportando a produção, pessoas que trafegavam ao longo daquela BR, que hoje tem mais 600 mil habitantes, subindo o Autoposto Gil atravessando para Mutum, Lucas, Sorriso, Sinop, que é uma cidade com 200 mil habitantes, e daí para frente, no trevo de Santa Helena, enfim, que liga até Santarém... Esse trecho o estado foi obrigado a assumir num esforço... Talvez ninguém conheça o esforço que foi feito para nós assumirmos, para o Estado do Mato Grosso assumir. Já fizemos os primeiros 90km da duplicação e, ano que vem, vamos fazer mais 100km e assim por diante, dentro do planejamento que foi feito pelo Governo do Mato Grosso.

Eu pergunto a V. Exa... Eu já fui Governador, o senhor já foi também, e nunca ouvi falar que governo de estado assume BRs, estradas federais. É quase surreal, inusitado. Eu nunca ouvi uma história... Estou com 72 anos e nunca ouvi falar disso. E o Mato Grosso está assumindo a BR-163 e a BR-174, que foi federalizada no primeiro mandato meu aqui. O Presidente da Comissão era Marconi Perillo, e o Relator da matéria do novo plano nacional era o saudoso e querido amigo Eliseu Resende. O estado foi obrigado a assumir a BR-174 que foi transformada em MT-170. Ele citou que já tem quatro companhias de bom porte trabalhando lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu ia fazer várias perguntas, mas não vou nem fazer. Eu ia perguntar sobre a questão de ferrovias, a questão da Ferrogrão que está lá travada – também sabe disso, não é? Quem demanda ali de Sinop até o Porto Miritituba... Ali está travado. Graças a Deus, está andando agora a Ferronorte, que demanda Rondonópolis até Lucas do Rio Verde, como também a Fico, que está saindo em Mara Rosa, em Goiás, demandando até a cidade de Água Boa.

Enfim, Fabricio, nós temos que dar... Essa esperança está morrendo lá. A esperança é aquela velha história, como já dizia o velho Ruy Barbosa: a esperança é a última que morre etc., etc. Lá já está morrendo a esperança! Não tem mais nada! Não tem mais nada o que fazer.

Nós precisamos de um interesse maior. Eu ouvi falar aqui de Minas Gerais, resolvido lá com o TCU, etc., etc.; do Amapá; de não sei mais de onde... E nós nada até agora – zero! O maior produtor de soja, de grãos deste país está lá, em Mato Grosso. É um estado que só tem dado alegria! Lá é outro Brasil, um Brasil diferenciado, um Brasil que muitas vezes... Lá não tem nem gente para trabalhar em algumas cidades, Confúcio, como em Lucas, Mutum, Sorriso. Ali é complicado arrumar até mão de obra qualificada para trabalhar, porque o maior problema nosso hoje é a capacitação da mão de obra, e o Governo Federal... Passam governos, vão governos, e nada!

Eu queria fazer um apelo a V. Exas. que estão hoje... Já votei "sim" apostando nos senhores, pois de *fake news* eu estou cheio, já estou velho para aguentar. É aquela enrolação, mentirada: "É hoje, é amanhã..." Não dá, não é? O negócio tem que ser mais sério. Estou apostando no nosso Ministro. Eu disse assim para ele: "Ministro, não vá fazer como seu antecessor, que foi lá ao Mato Grosso – com todo o respeito – e falou 350 vezes que ia fazer a BR-158 e até hoje nenhum sinal da BR-158". Na BR-163, demandando de Rondonópolis a Cuiabá, por incrível que pareça também, um trecho da competência e atribuição do Dnit para concluir também ficou muito mal acabado. Ficou ruim a obra, de péssima qualidade, em frente ao Distrito Industrial de Cuiabá, demandando para a cidade de Rondonópolis. Está inacabada, não foi concluída aquela obra. Ela foi inaugurada, mas também é puro B.O. o que tem lá. Se você for lá, é só B.O. Não sou eu que estou falando, é o povo que vai lá. Eu moro na Grande Cuiabá e ando quase todos os dias ali. De forma que estou apostando nos senhores.

Espero que vamos dar solução à BR-158 e à BR-242. Não vou falar da BR-163, que demanda, que foi privatizada. Ali é uma tragédia também, não está indo bem, é bom que vocês saibam, que é a demanda do trevo de Santa Helena até o Miritituba – são aqueles 900km. Foi muito mal feita a concessão, muito mal feita! Não estão previstas as travessias urbanas de Matupá, de Guarantã, de Terra Nova. E como é que fica? Não tem um dia que não tenha acidente lá, não tem um dia! E isso não está previsto dentro daquela pactuação que foi feita na concessão. Isso é muito ruim para o país. A sociedade passa a desacreditar.

De forma que eu quero apenas cumprimentar e desejar boa sorte. Espero que possamos dar solução, porque até agora... Diga para o Ministro Renan, Fabricio: de R$1 bilhão, zero! Não viu passar esse dinheiro ninguém! É como cabelo de freira: sabe que tem, mas você não vê, porque é tampado, não é? Mato Grosso não recebeu até agora nada! De forma que eu desejo sucesso. Parabéns! Eu não vou fazer mais indagação, porque já falaram muitos outros oradores aí. Sucesso! Parabéns!

E contem conosco aqui. Eu sou do bem; agora, saiam da minha linha de tiro, porque, se eu tiver que baixar o pau também aqui, não tenho nenhum constrangimento! Eu sou também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

independente aqui: não estou na bolsa de ninguém e não sou da bolsa do Governo Federal. Quero que o Estado dê algum retorno. Caso contrário, só nos resta subir na tribuna todo dia aqui e criticar naturalmente aquilo que é atribuição do Governo Federal em relação às políticas ferroviária, aquaviária e, sobretudo, do transporte rodoviário.

Obrigado.

E parabéns aos senhores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – As perguntas do Senador Jayme Campos foram dirigidas ao Diretor Fabricio.

Luis Carlos Heinze, com a palavra.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Senador Confúcio, bom dia!

Eu não entendi se o Jayme falou do seu cabelo, se não tem cabelo... Eu não entendi qual era...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – É de freira, porque você não vê, não é? É porque é tampado. (*Risos.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não é com o Confúcio!

Senadores e Srs. Fabricio, Carlos Antônio e também José Eduardo e Fabio, bom dia. O Esperidião falou que ia cobrar mensalmente; o nosso Lucas Barreto, quinzenalmente; e eu falo todo dia. Eu tenho que conversar com você, quase que diariamente, sobre as demandas.

Vou fazer algumas colocações.

A Alexsandra Terra, uma Vereadora nossa de Santiago, e Caroline Toledo, lá de Campos Borges, têm interesse em estradas.

E aí vou começar a falar.

Primeiro, nós temos lá, Senador Confúcio, a quarta maior rodovia do Brasil, que começa em Aceguá, na divisa com o Uruguai, e termina em Marabá, no Pará. E restam, Fabricio, apenas 68km sem asfalto entre Passo Fundo e Erechim. Felizmente, o projeto já está sendo concluído. E nós esperamos que, a partir do ano que vem, o senhor me dê uma resposta sobre esse trecho e que nós possamos ter essa estrada, incluindo o... Pode levar dois, três, quatro anos, não interessa! São só 68km em 4,2 mil quilômetros, numa região muito próspera do nosso Estado do Rio Grande do Sul.

Segundo, Fabricio e demais Diretores, é com relação às PPPs. Eu entendo que o orçamento do Dnit ou do ministério, Confúcio, é exíguo. E onde é possível fazer a PPP... Eu trabalhei quatro anos, no mandato passado, para fazer uma montagem lá no estado. Conseguiu ser lançada, pelo menos, a audiência pública na ANTT da BR-290, da BR-116 sul, da conclusão da Ponte do Guaíba, da BR-290, da BR-158 e da BR-392. O que eu peço ali, Fabricio, é... Se tirar uma ou duas dessas estradas, não inviabiliza as outras. Está parado... A Dra. Viviane Esse, que é Secretária do Ministério dos Transportes, já esteve na região; o pessoal de vocês, do Dnit, já esteve na região, tratando disso. Para nós, isso é fundamental. São cinco estradas que só saem... Só com dinheiro público, talvez termine uma ou terminem duas das cinco; se fizerem PPP, conseguem viabilizar as cinco estradas. Então, para nós, é importante. São cinco importantes obras, que são: a BR-116 sul; a conclusão da duplicação da ponte do Rio Guaíba,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que tem um acesso, inclusive, Confúcio, que o Prefeito Melo entende, dentro da cidade de Porto Alegre, que faz parte desse acesso, perto do estádio do Grêmio, com uma obra que é importante, que tem que concluir; depois a BR-290; depois a BR-392; e a BR-158. São cinco estradas para nós importantes.

Da mesma forma, Fabricio, nós temos ali um aeroporto. O Dnit está ajudando, e o nosso Ministro Márcio França, ex-Deputado, colega nosso aqui... Também aí seria uma PPP. Nesse sentido, é importante que tenhamos essa obra... Tem R$204 milhões destinados à Prefeitura de Caxias. Agora, estamos concluindo o projeto. E o pessoal da ex-EPL, hoje Infra, já esteve lá há duas semanas apresentando ao Prefeito de Gramado e ao Prefeito de Caxias o andamento do processo. Aqui a Secretaria de Aviação Civil está tratando disso. E nós precisamos... Com a minha proposta, em que eu trabalho há algum tempo, parece que alguém tem uma contrariedade. É uma PPP. Tem que fazer o aeroporto, e hoje os R$200 milhões, que é o orçamento de 2017, não são mais suficientes. Nós estamos em 2023. É só fazer a correção que vocês vão ver... Não funciona. Além da correção do valor, que daqui a pouco é... Tem que ver se tem dinheiro. Agora, o mais importante é uma estrada, tem que ter a estrada que liga Caxias a Vila Oliva e Vila Oliva a Gramado. Para vocês terem uma ideia, o maior destino turístico do Brasil hoje é Gramado, já ganhou do Rio de Janeiro. Então, isto é importante: precisa-se dessa estrada, que viabiliza... E a estrada seria construída... E o Estado vai colocar muito pouco dinheiro nessa estrada. São 58km em uma ponte e um terminal...

O que eu digo? Precisamos estimular as PPPs onde elas se viabilizem. Não é qualquer lugar que dá. Por exemplo, essa Transbrasiliana, que é a BR-153, não tem viabilidade de cobrar pedágio. Já tem uma estrada paralela a essa, que é do estado, que tem pedágio. Colocar um segundo pedágio? Não tem condição de fazer. Então, ali tem que ser público. Só 68km, que podem levar três, quatro... Não é problema, mas tem que começar.

O terceiro e o quarto assuntos, Fabricio, é com relação a eclusas. Eu iniciei um processo com o General, três anos atrás... Existem treze eclusas lá no Rio Jacuí e uma no Rio Taquari. A do Rio Taquari viabilizou, uma empresa vai fazer uma hidrelétrica e explorar como hidrelétrica a energia, geração de energia, que é importante para o estado e o país; paga-se um pedagiozinho para a eclusa, não atrapalha a eclusa. Assim, eu estou com um processo lá, com o diretor aquaviário que aqui já esteve, que foi sabatinado e que já assumiu; eu passei a ele esse assunto. São treze eclusas. Uma empresa do Paraná deveria fazer um estudo, só um estudo, não era um negócio. Eu não consegui autorização do Dnit. Espero que, com você agora, a gente consiga autorização para estudar. Como é que vai fazer o negócio é outra história. O patrimônio é do Dnit, entendeu? O que serve para lá serve para qualquer parte do Brasil. Ali tem uma eclusa que se pode arrumar... Ajudam a consertar a eclusa, fazem a hidrelétrica, exploram a eclusa... É porque elas estão desativadas, praticamente. São aí de 60, 70 anos e têm um valor de mais de R$1 bilhão, em que parte do dinheiro já foi para o Dnit do Rio Grande do Sul, de Taquari e de General Câmara. Está bom, começa o projeto, mas não deixem de fazer... Autorizem a fazer um estudo!

O negócio a Aneel já autorizou, o Ministério dos Transportes já estava o.k., e eu não consegui essa autorização no ano passado do Dnit. O que que é? Deixa estudar. Se vai fazer um negócio, é outra história, entendeu? E se viabiliza... A empresa nem sabe se viabiliza a construção da hidroelétrica, mas não proíbe fazer o estudo. Então, esse é o caso que nós temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ali no Rio Jacuí, Cachoeira do Sul, Rio Pardo e General Câmara. São três reclusas que... Estudem... Se der certo a hidroelétrica, faz...

Então, esses temas, Fabricio, nós vamos trabalhar cotidianamente, porque afinal são interesses do Rio Grande do Sul. Assim como cada Senador defende o seu estado, eu tenho essas demandas do meu Rio Grande do Sul, o que é importante.

Então, eu vejo essa solução com as PPPs. Precisamos acertar as parcerias onde der.

Eu comecei em 2019 essas cinco BRs, quatro BRs e mais a conclusão da ponte do Guaíba. Conseguimos lançar um edital, uma consulta pública na ANTT, no final do ano passado. Que isso não morra. Se vocês colocarem dinheiro, de certeza, você pode concluir a BR-116, que falta pouco para terminar; colocaram mais de R$1 bilhão no ano passado, falta pouco. Pode deixar pela metade a BR290, mas aí a BR-158 não entra nada. São obras que vão ficar inacabadas para um outro governo, então, vai se levar.

Por isso que eu quero dizer: tem que ter a PPP e aqui viabiliza uma PPP com essas quatro BRs e uma ponte. Está bom?

Já votei favoravelmente a vocês, espero que a gente consiga trabalhar junto, e vamos trabalhar. O Senado vai sempre ser parceiro para ajudar nos processos necessários. Esse é o Brasil, cada Senador para o seu Estado. São demandas que são importantes para o desenvolvimento do nosso país.

Obrigado. Um abraço e conto com vocês.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Concluindo mais três Senadores, fizeram perguntas Jayme Campos e Luis Carlos Heinze; falta Wellington Fagundes.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, me permita um pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeitamente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Será que é possível o Dr. Fabricio só responder a essa indagação, tendo em vista que eu tenho duas Comissões?

O Wellington com certeza...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito. Então, o Wellington abre...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente, eu costumo... Meu pai sempre me aconselhou: "Você ouça bem os coronéis". Então, aqui... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – O Dr. Fabricio vai responder a V. Exa.

O SR. FABRICIO DE OLIVEIRA GALVÃO (Para expor.) – Bom dia, Senador. Tudo bom? Vamos lá.

Eu acho que o Estado do Mato Grosso, a gente... A primeira etapa no Mato Grosso foi retomar a manutenção. A gente teve muito problema de manutenção no Estado do Mato Grosso. Nós já medimos, eu até tinha anotado aqui, basicamente 225 milhões já liquidamos esse ano no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado do Mato Grosso em restauração e manutenção de rodovias, para você ver a situação em que a gente recebeu algumas rodovias no Mato Grosso.

Mas eu acho que a BR-242 e a BR-158 são os nossos grandes desafios. E eu acho que, mais do que fazer promessa, é a gente arregaçar as mangas e tentar restabelecer diálogo, conversar e tentar solucionar esse problema.

Um dos exemplos é a BR-242. Na próxima semana – a gente conseguiu, finalmente, abrir diálogo com os indígenas – o Dnit vai com sua turma lá para dentro da Terra do Xingu tentar essa negociação, conseguir alguma solução para que a gente consiga andar com a BR-242. Um exemplo disso é que o nosso Diretor Luiz Guilherme, que está aqui, vai para dentro do Xingu também. Então, o Dnit vai tentar um acordo, a gente vai aberto à negociação.

Os povos indígenas e quilombolas já entenderam que o Governo tem outra forma de negociar agora, que a gente está aberto ao diálogo e que a gente entende a necessidade deles, mas também existe a necessidade da rodovia. E a gente vai para tentar achar uma solução.

Então, a gente espera que, logo em seguida, a gente consiga alguma licença prévia na BR-242 e que a gente tenha sucesso em pelo menos um lote de licença de instalação, para que a gente consiga iniciar – pelo menos iniciar – essas obras da BR-242.

Então, a gente não costuma trabalhar muito com prazo ou vender algum sonho – eu sou um cara muito realista quando eu converso com as pessoas –, mas a gente tem que ir vencendo etapa por etapa. Eu acho que a primeira etapa é os indígenas, então a gente vai trabalhar nela.

Na BR-158, a gente tem o problema da Reserva Marãiwatsédé, um contorno. Então, essas licenças ficaram a cargo da EPL, mas a gente vem trabalhando junto com eles. A gente já tem uma LP e a gente está bem próximo de conseguir uma LI. A gente vê isso pelas negociações. A gente se aproximou do Ibama. Eu estive com o Presidente do Ibama. E a gente percebe – não é, Luís? – que, num próximo tempo, eu acho que a gente vai conseguir. A gente sente que o Ibama já está predisposto a essa negociação. Os indígenas daquela região já não são mais tanto o problema; eles já concordam com o traçado, com o contorno da reserva. Então, a gente entende que agora o Ibama vai conseguir liberar a licença.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABRICIO DE OLIVEIRA GALVÃO – A obra já está contratada. E a gente espera iniciar algum trecho também da BR-158 ainda.

Então, esse é o panorama da BR-242 e da BR-158. É arregaçar a manga, é ir para cima e tentar liberar essas rodovias.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Com a palavra, o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar.) – Bom dia a todos.

Quero saudar aqui o Fabricio, o Carlos Antônio Rocha de Barros, também o José Eduardo e o Fabio. Todos são pessoas extremamente conhecidas, Sr. Presidente Confúcio, por todos nós. Então, nós acreditamos que, pela experiência que eles têm – e aqui também pela juventude estampada na cara de todos –, têm um desafio muito grande para a Diretoria do Dnit.

Todos nós sabemos que o Dnit é o órgão operacional do Ministério dos Transportes, portanto a execução de tudo, o planejamento também, tudo está ali – a não ser a área política,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é do ministério, mas a execução é do Dnit. E é claro que nos causa angústia quando a gente vê uma diretoria incompleta – só tem um dos diretores –, porque o Dnit funciona em colegiado. Então, é importante o que nós estamos fazendo aqui, dando celeridade.

Eu quero parabenizar o Senador Confúcio e agradecer ao Senador por ter me dado a responsabilidade de relatar uma das diretorias, que é o caso do Dr. Fabio Pessoa, que eu também conheço muito. Inclusive, ele teve a oportunidade de ser coordenador quando tínhamos lá um diretor da área que ele vai assumir que era do Mato Grosso, o Luiz Antônio Garcia, jovem também. Acho que foi um dos mais jovens diretores do Dnit.

Mas isso eu estou falando exatamente para mostrar a importância desse trabalho que vai ser feito pelo Brasil inteiro. Não dá para a gente seccionar regiões. Só que, claro, como o Senador Jayme aqui falou, temos realidades diferentes no Brasil. E Mato Grosso é um estado fronteiriço com Rondônia, então nós temos que ter aqui uma atenção especial, porque toda carga produzida, principalmente no Mato Grosso, se não fossem os portos do Arco Norte, não tinha como a gente falar em produzir mais. Já tivemos anos – e esse ano será um deles – em que grande parte do milho produzido será armazenado a céu aberto, porque também temos problema de armazéns.

E aí é que eu vou fazer uma pergunta, Senador Confúcio, que é um grande problema – eu falo como Presidente da Frente Parlamentar de Logística, Infraestrutura e Armazenagem. Um dos grandes problemas nossos hoje, na hora da competitividade, é porque tem que tirar o produto da safra da roça e fica nos caminhões, nas estradas e, às vezes, estragando. E não temos, às vezes, a estratégia ideal de armazenar a nossa safra, para poder vender na hora que pode, que quer, em melhor hora. Não, a gente é obrigado a vender no momento que produziu. Então, é um desafio para o Dnit também. E aí eu quero fazer exatamente essa pergunta que fica livre aqui para todos.

Agora, por exemplo, nesse momento de Arranca Safra, nós já tivemos exemplos, principalmente na BR-163, em que atoleiros ficavam lá quilômetros e quilômetros, e havia a ausência do Estado.

Nós agora acabamos de lançar o Plano Safra. Qual é o planejamento que essa diretoria já conseguiu fazer para o Plano Safra? O que vocês já estão organizando? E eu não iria cobrar para o ano que vem; eu cobraria mais agora, de imediato, e claro, para o ano que vem, vocês terão tempo melhor para fazer isso.

Também, nós estamos... O Senador Confúcio e todos nós aqui, Senadores, trabalhamos muito – e registro aqui o Marcelo Castro também, que foi um grande líder nesse trabalho no Orçamento – para colocar um recurso extraordinário para o Ministério dos Transportes, principalmente para o Dnit. Pela previsão aqui, R$17 bilhões vão ser aplicados diretamente pelo Dnit de um total de R$22 bilhões.

E aí já foi falado aqui, principalmente, da manutenção das nossas estradas, que é uma carência realmente muito grande. Mas, até agora, o volume de recurso aplicado... Eu gostaria que vocês abordassem isto, quanto foi aplicado até agora, e o planejamento para poder conseguir aplicar esse recurso até o final do ano, porque, daqui a pouco, nós já vamos trabalhar o Orçamento – mês de setembro, outubro – e vão nos cobrar na Comissão de Orçamentos, dada a demanda tão grande que é o Brasil, de outras áreas também: mas por que vocês querem recurso para infraestrutura se não conseguem aplicar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, inclusive, aqui eu me lembro de que sou o autor também de uma emenda à Constituição, a qual eu quero aqui aproveitar e pedir o apoio de vocês, do Executivo também, porque, quando o Governo quer, as coisas ficam fáceis também de tramitar aqui no Congresso, que é exatamente a PEC da infraestrutura. A nossa proposta é que 70% dos recursos arrecadados nos leilões, nas outorgas fiquem para a infraestrutura e que não vão para o caixa do Governo.

Outra proposição nossa que está em tramitação é exatamente a PEC da segurança jurídica, porque hoje, Sr. Presidente Confúcio, muitas concessões – e as concessões rodoviárias foram fruto disso – foram feitas. Muda o Governo, aí mudam-se os contratos; querem mudar o contrato, e aí cai tudo por terra. Então, a nossa proposta é exatamente que um contrato de longo prazo seja uma política de Estado e não uma política de Governo. Então, eu gostaria também, se vocês quiserem fazer um comentário sobre isso, sobre as dificuldades que vocês veem hoje no mercado exatamente por, às vezes, a gente não ter a segurança jurídica. Isso fica bem aberto a todos.

E, claro, gostaria também de pedir o apoio nessa aprovação, na articulação política, tanto dos Senadores como de todos vocês na diretoria junto ao Ministério.

Quero aqui agradecer a todos vocês, na pessoa do Ministro Renan Filho, que esteve conosco lá na Confederação Nacional do Transporte, no relançamento da Frenlogi.

E a gente tem expectativa, sim! Com essa aprovação aqui, vamos fazê-la logo depois também no Plenário. Acho que já está... Se não foi pedido, já fica pedido aqui também, para a gente tentar remeter ainda hoje, até porque eu vou pedir licença também para um tratamento e eu gostaria de votar, Sr. Presidente Confúcio, se fosse possível, hoje ainda também no Plenário.

Mas foi falado aqui, em todas as áreas... Ferrovia eu acho que é o grande desafio, porque nós diminuímos a nossa malha ferroviária. E aí, José Eduardo, aquaviário e ferroviário sempre foram tidos como patinho feio lá no Dnit. E nós entendemos que são duas áreas também extremamente importantes. Claro que o Brasil é um país rodoviário, mas essas duas áreas são extremamente importantes também para a gente poder conectar, diminuir o custo Brasil, aproveitar riquezas que Deus nos deu, que são as nossas possibilidades de hidrovias e até também a BR do Mar, porque temos 8 mil quilômetros de costa marítima pouco utilizadas.

Como temos aqui muitos ainda a falar e tenho muitas perguntas a serem feitas, eu quero me limitar aqui, Presidente, até obedecendo à tradicional paciência do Senador Confúcio. E eu não vou fazê-lo perder a paciência, de forma alguma, porque eu nunca o vi perder a paciência.

A minha pergunta é, primeiro, em relação a essa questão da área ambiental, porque a gente vê que muitas coisas não vão não por falta de vontade do Dnit, mas pela dificuldade colocada nas licenças ambientais. Se V. Sas. têm aí algum planejamento em nível de Dnit ou já discutido com o ministério sobre de que forma nós podemos, digamos, enfrentar de forma mais ágil... Porque aqui se falou da BR-158 e da BR-242. Olha, nós temos recursos orçamentários. Já coloquei emendas, outros Parlamentares colocaram e perderam as emendas. Por quê? Porque não se consegue ter a licença. Já estão licitadas as obras, mas não têm a licença ambiental para concluir, principalmente no caso da BR-158, esse desvio, esse contorno da Reserva Marãiwatsédé. E aqui fica o nosso posicionamento a todos vocês: não adianta mais discutir, em Mato Grosso, a questão do traçado original. Isso é uma posição de todos nós. Vamos fazer o contorno? Quem sabe, lá no futuro, a gente consiga até fazer o traçado original.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à BR–242, da mesma forma. Já foi feito o trecho da BR-158 até Querência, e agora fica esse pedaço no meio ali para concluir, que também está só ligado à questão da licença ambiental.

Há mais um pedido que pode ser encarado como paroquial, mas são pontos críticos. Toda travessia urbana é um ponto crítico. E, na minha cidade natal, nós temos um problema sério, porque exatamente ali foi feita uma duplicação na saída da BR-364, rumo a Goiás, e uma ponte, Sr. Presidente, que é um estrangulamento. É uma pequena ponte – deve ter uns 40m –, onde acontecem acidentes porque não foi feita a duplicação. Então, vem duplicado e imbica ali. Além do que foi feita também uma nova obra pelo Governo do estado, que é a W-11.

Eu quero aqui pedir, em nome das pessoas que já faleceram, das famílias lá, mas também em nome da cidade, porque aquilo ali realmente é muito preocupante para todos nós, essa atenção especial, porque o recurso tem. Então, é concluir essa licitação para podermos, então, resolver esse ponto, que é extremamente crítico.

No mais, eu quero aqui me colocar à disposição, como todos nós aqui da Comissão. Como eu conheço todos, eu tenho certeza de que todos os Parlamentares que foram lá – vocês sabem –, a gente vai exatamente na busca de soluções porque a população nos elegeu exatamente para isso. Então, eu tenho certeza de que serei bem atendido, como todos os Parlamentares que estão aqui sabatinando-os, porque V. Sas. já mostraram aqui, inclusive nessa interinidade, que estão lá para atender. E a gente espera que atendam sempre bem e, é claro, com resultados, porque todos nós vamos estar apoiando.

E queremos ajudar agora, na Comissão de Orçamento, para que o Dnit continue tendo iguais ou mais recursos para o ano que vem, porque a necessidade seria de no mínimo dez anos com esse nível de investimento de 20 bilhões.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Antes de passar a palavra para as respostas, Senador Wellington, hoje nós vamos votar aqui ainda a Lei das Debêntures de Infraestrutura – debêntures de infra.

Já liguei para o Vanderlan. V. Exa. será nomeado Relator lá na CAE, não é? Com isso, é provável que nossa lei retorne à Câmara, porque nós fizemos... Depois eu te explico direitinho. Aí V. Exa. toma conta lá – claro, é terminativo, não é? Aprovado ali, já vai para a sanção presidencial.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Mas é importante – não é, Sr. Presidente? – esclarecer todos, porque também é uma nova possibilidade de investimento na nossa infraestrutura...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Exatamente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... as debêntures da infraestrutura.

O Senador Confúcio com certeza está concluindo esse relatório. E aí – sempre naquela, não é? – o bom relatório é aquele que seja possível de aprovar. Então, nós queremos trabalhar em conjunto. Eu agradeço muito sempre a deferência de V. Exa. E, claro, o importante é que a gente aprove para ter mais recursos de investimento e a gente possa deslanchar nessa área da infraestrutura no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Como o Senador Jayme Campos já foi respondido, eu passo, então, a palavra para o Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – É só para dizer que vou pedir regime de urgência para essas indicações hoje para irem para o Plenário, se possível, até homenageando o Wellington...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Exatamente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ... porque ele quer votar essa indicação.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Proposta de V. Exa. aceita: regime de urgência.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Segundo, quero só fazer um pequeno comentário.

O suplente do Wellington Fagundes, quero apresentar a V. Exa. e aos demais membros desta Comissão, é o querido amigo Mauro Carvalho, que, a partir de amanhã, será o novo Senador pelo Mato Grosso, na vacância pelo licenciamento do cargo do Senador Wellington Fagundes. É um moço extremamente preparado, competente e que será nosso colega a partir das 16h. Eu espero que ele seja, naturalmente, já lido no Plenário da Casa, com certeza, assumindo o cargo do Wellington.

Mas vamos homenagear o Wellington hoje encaminhando, em regime de urgência, que eu quero pedir a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Seja bem-vindo, meu Senador...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Mauro Carvalho.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – ... ao nosso meio, viu?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – E não é fácil...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Não é fácil substituir o Wellington Fagundes, hein! (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – O Jayme está me provocando para saber se eu vou me arrepender de hoje para amanhã. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Vá cuidar de sua saúde primeiro, ouviu, Wellington?

Muito bem. Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Quero cumprimentar aqui o nosso Presidente Senador Confúcio Moura, Presidente da Infraestrutura, e os novos diretores que vão assumir a pasta: José Eduardo, o Fabio Pessoa, o Fabricio de Oliveira, o Carlos Antônio, membros que vão fazer parte da nova diretoria do Dnit.

Quero dizer, primeiramente, para vocês do gargalo que nós estamos tendo hoje no Brasil. Essa conta sobrou, está totalmente no colo da produção. Hoje, no escoamento de soja no Brasil, nós estamos aí com um prêmio negativo: a produção está perdendo hoje em torno de R$20 por saca de soja devido ao gargalo que nós estamos tendo nas rodovias, ferrovias, nos portos, e esse é o grande problema que nós temos de infraestrutura no nosso Brasil.

Como é de conhecimento, já foi discutido diversas vezes, eu depois eu quero deixar no final...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Silêncio aí. Tem um Senador falando. Por favor, silêncio. Silêncio aí, ao lado direito.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu queria deixar uma pergunta depois, no final, para o Fabricio de Oliveira, que vai ser o Diretor-Geral do Dnit.

Inclusive, quero dizer que, lá em Rondônia, o André está muito bem servido. Ele é um rapaz muito atencioso naquela questão da rodovia da BR-364.

Mas eu queria dizer, Sr. Fabricio, que é preciso dar uma atenção especial àquela rodovia BR-364, porque vai morrer gente demais lá. Nós precisamos acelerar o processo ou dessa privatização ou com PPP, de alguma forma nós precisamos resolver a situação da BR-364. E nós precisamos de uma ajuda do Dnit para fazer aquela situação do anel viário leste, que sai da BR-364 e liga lá na 319, tirando aquele movimento de dentro da Jorge Teixeira. Sem considerar que esse anel viário já foi construído, foi feita a estrada há oito anos e até hoje esse anel não foi pavimentado, é em torno de 22km. Só de caminhão de soja, milho, vão para os portos em torno de mil caminhões por dia. Aquilo está prejudicando dois hospitais, por causa da não pavimentação, o Hospital de Amor, o hospital das Irmãs Marcelinas, Hospital Santa Marcelina. Então nós precisamos de uma ajuda do Dnit. Já foi conversado aqui com o nosso Ministro Renan Filho sobre essa situação.

E quero dizer para vocês que nós precisamos também, ao José Eduardo, acelerar também essa situação da infraestrutura de ferrovias no Brasil. Se o Brasil não fizer em torno aí de 6 mil quilômetros de trilhos nos próximos dez anos, nós vamos entrar num colapso total. Nós já não temos mais condição de transportar essa produção. A produção vem crescendo ano a ano, e nós precisamos que se construa mais ferrovia, vai para a iniciativa privada, não sei se o Governo vai participar com a PPP, participação público-privada, mas nós precisamos avançar – nós precisamos avançar.

E quero dizer para vocês sobre a situação da manutenção das três rodovias: da 364, da 429 e da 435. É de conhecimento aqui do nosso Presidente Confúcio, Presidente de Infraestrutura, que nós temos o valor, e onde não foi licitado ainda, nós precisamos que o Dnit

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

licite. Precisamos da conservação urgentemente das três rodovias. É preciso dar manutenção, mas não é só a questão de dar manutenção, a questão é que nós temos que evoluir ou através da privatização, para nós chegarmos... Se nós não duplicarmos aquela rodovia ou pelo menos construirmos boa parte de terceira faixa, os acidentes ali vão ser cada vez maiores. É impossível trafegar naquela rodovia. E ela é de suma importância, porque ela atende o noroeste do Mato Grosso, Rondônia, Acre e Amazonas. Essa BR-364 é uma espinha dorsal. Ali essa BR nem poderia ser privatizada, até porque quem vai sofrer mais com esse custo é Rondônia, Acre e Amazonas. Da forma que está para ser pedagiada, ela está custando em torno de R$0,08 por quilômetro por eixo – por quilômetro. Então, é uma rodovia em que os pedágios vão ficar caros e a distância é muito longa.

Então, eu queria deixar uma pergunta aqui para o Fabricio de Oliveira e também para o José Eduardo sobre essa questão de rodovias e de ferrovias, porque nós não temos mais condição, o Brasil não pode mais esperar, o setor produtivo não pode mais esperar. A cada ano, está crescendo mais a produção; a cada ano, nós estamos aumentando a quantidade de caminhões transitando na rodovia e aumentando também o escoamento pelas ferrovias.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Como nós só temos dois Senadores inscritos, vamos aproveitar e concluir. Depois a mesa responde.

Então, eu passo a palavra para a Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Para interpelar.) – Bom dia, Sr. Presidente, todos os colegas, quem nos assiste neste momento e todos os indicados ao Dnit.

Gostaria de começar pelo meu Estado do Mato Grosso do Sul. Em fevereiro deste ano, a bancada federal, junto com o Governador Eduardo Riedel, estivemos com o Ministro dos Transportes, Ministro Renan Filho. O planejamento era que, no prazo de cem dias, o Governo Federal investisse R$1,7 bilhão nas rodovias do Mato Grosso do Sul e, até abril de 2023 – ou seja, essa reunião foi em fevereiro, mas até em abril de 2023 –, entregasse 861km pavimentados, revitalizados e sinalizados. Muitas dessas obras já foram iniciadas, mas eu gostaria de saber dos senhores o quanto já foi investido e por que razão ainda não foram entregues esses 861km que foram avençados com o nosso estado.

Gostaria de saber também acerca dos investimentos, porque a BR-158, no Mato Grosso do Sul, já está em obras, mas eu gostaria de saber qual é a espécie de obra. Por quê? Porque eu me recordo, quando era o Ministro Tarcísio, de que eu provoquei o ministério e o Dnit para a duplicação de boa parte da BR-158, justamente porque ela é considerada a BR da morte lá no Mato Grosso do Sul, e o estudo do Dnit que me apresentaram era um estudo de que não havia viabilidade, porque o tráfego era pouco e não era condizente com este investimento. Bom, eu recebi de usuários da BR vários vídeos e encaminhei para o Ministro Tarcísio, e disse para ele o seguinte: "Se isso aqui não é um tráfego intenso na BR-158, eu não sei o que é um tráfego intenso", porque é algo, assim, assustador.

E aí nós pedimos um novo estudo do Dnit, mas nunca mais eu fui chamada para nenhuma reunião. E confesso que eu até fiquei bastante desestimulada em relação a isso, porque eu tanto pleiteei e nós mandamos recursos para lá, a bancada mandou recurso, foram investidos, nesses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

últimos anos, nos dois anos, mais de R$43 milhões na BR-158, mas a gente não vê mudanças e esse cenário de "BR da morte" não muda. E aí o Ministro Tarcísio me disse o seguinte, que ali, em relação a isso, iam fazer algumas mudanças na engenharia, nesses pontos cruciais de acidentes. Mas nada mudou.

Os senhores, muitos de vocês aí, já são funcionários efetivos do Dnit, e com certeza devem ter participado de uma forma ou de outra dessa situação. Então, gostaria de saber de V. Sas.: por que esse estudo não andou, por que eu nunca tive retorno dessas mudanças estratégicas na engenharia da BR-158 e o que pode ser feito doravante? Por quê? Porque esse planejamento... A gente vê investimento nas rodovias, mas parece que os funcionários dessas concessionárias ou dessas empreiteiras, parece que eles varrem ali, e quando fazem um recapeamento ou algo parecido... Eu não sei exatamente os termos, mas parece que é tudo tão frágil que na próxima chuva aquilo já some. Então, a gente vê muito dinheiro sendo escoado pelas rodovias, mas infelizmente resultado prático quase nada.

Outra questão, que eu não sei se tem a ver exatamente, porque nós tocamos nesse assunto com a ANTT, mas eu gostaria de saber sobre essa questão das concessionárias. No caso da CCR, que é uma concessionária lá da BR-163 no Mato Grosso do Sul, essa recontratação, essas relicitações não caminham, e eu já obtive resposta de que "olha, no começo de 2023 já estará resolvido". Eu gostaria de saber se isso é da alçada de V. Sas. ou se é só da ANTT mesmo. Mas o que os senhores podem me dizer sobre essas relicitações de contratos que não deram certo ou de empresas que desistiram por conta da inviabilidade contratual?

Então... Outra coisa, lá no Mato Grosso do Sul também não ficou definido, porque há 14km ainda que precisam da... Espera aí, só um pouquinho, deixe-me encontrar aqui. Há 14km da bioceânica que ainda carecem de asfalto. Então, assim, o Paraguai já terminou toda a sua parte desse acordo bilateral, mas o acesso à terceira ponte, que liga o Brasil ao Paraguai na Rota Bioceânica, ainda carece de 14km de asfalto. É muito pouco.

Eu gostaria de saber se há previsão de início.

Muito obrigada.

Desejo a V. Sas. sorte, porque o trabalho é árduo. Sei que os currículos são muito bons, porque eu li todos os currículos, e desejo ter sempre as portas abertas, mas com certeza ter um retorno desses pleitos, desses ofícios enviados ao Dnit – que sejam respondidos num prazo razoável.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senadora Soraya.

Nós só temos agora o último Senador inscrito, que é o Senador Alan Rick.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Muito obrigado, Presidente Confúcio.

Quero cumprimentar aqui o Fabricio, o José Eduardo, o Fabio, o Carlos Antônio.

Serei muito sucinto.

O grande drama, Fabricio, que você já acompanha, do povo acriano, é a resolução definitiva da nossa BR-364.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos esse grave problema de solo, o Acre é um estado que não tem pedra... As soluções de engenharia implementadas na nossa BR-364 não resolveram o problema ao longo de todos esses anos, desde a sua inauguração.

É uma BR, Senador Confúcio – já foi muito bem relatado aqui pelo Senador Bagattoli –, que representa a nossa ligação, do Acre com o restante do Brasil, principalmente com a nossa vizinha Rondônia.

Como muito bem frisou o Senador Bagattoli, a situação dessa estrada, dessa rodovia federal, é grave: muitos acidentes, acidentes com morte... Há perda de vidas, mas também há perda de recursos. Há prejuízos causados aos municípios da região do Juruá, devido ao encarecimento do frete, à quebra de caminhões, à quebra de ônibus, enfim...

Para que um estado como o Acre se desenvolva, é preciso ter uma logística adequada, e a nossa Constituição estabelece, em seu art. 170 e em seu art. 3º, que é cláusula pétrea a redução das desigualdades regionais, e não há redução de desigualdade regional sem logística adequada.

A BR-364 é a nossa única rodovia que liga o Acre até São Paulo. Ela nasce lá em Cordeirópolis, em São Paulo: são 4.203km.

O que eu peço ao Dnit – e eu vejo o esforço do Ministro Renan, que nos recebeu no dia 1º de março, com a presença do Fabricio, com a presença de algumas diretorias do próprio Dnit – é que a gente possa reconstruir, Fabricio, essa estrada. Reconstruir. E foi disso que nós tratamos naquela reunião.

Depois disso, houve uma série de medidas adotadas pelo ministério, pelo próprio Dnit, revisão de tabela de custos de insumos e fretes, porque, como nós temos dificuldade de insumos como pedra, betume, entre outros – Senador Confúcio –, isso encarece para as empresas, e muitas licitações estavam ficando desertas, em virtude do desinteresse das empresas de pegar essas obras da BR-364, fazer as obras.

Então, Fabricio, o que nós pedimos ao Dnit – reiteramos – é esse compromisso com a reconstrução da BR-364.

De minha parte, conte com todo o apoio para o fortalecimento do orçamento do Dnit, conte conosco em todas as Comissões temáticas do Senado e do próprio Plenário, para votarmos tudo que for necessário para que o Dnit tenha os recursos necessários para as obras de infraestrutura que trazem a libertação deste país dos graves problemas estruturais que nós enfrentamos. E a logística da Região Norte é fundamental.

Senador Confúcio, o senhor é um amazônida, o senhor é do Estado de Rondônia e sabe o quanto nós sofremos, exatamente igual ao nosso irmão Bagattoli. Precisamos de uma BR que... Eu não sou engenheiro, mas nós visitamos algumas estradas no Brasil, vemos algumas soluções de engenharia. É claro que isso passa por estudos e por adequações, mas são soluções que permitam que essa estrada tenha um uso durante vários anos. Que se façam as correções necessárias, as manutenções periódicas, de forma adequada para manter o fluxo permanente da estrada. Hoje, o que acontece? Nessa estrada, quando vem o verão amazônico, é possível fazer alguma manutenção, mas, quando vem o inverno, ela se dissolve.

Então, Fabrício, é o nosso clamor. Venho falar com você e solicitar todo o esforço do Dnit para que a gente continue trabalhando com foco na BR-364, para solucionar de vez esse problema, ligando o Acre ao restante do Brasil, e também na nossa BR-317, que precisa de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manutenção. Ali na região do Alto Acre, seguindo até o Peru, na fronteira com Pucallpa, nós temos um solo um pouco melhor, mas a estrada precisa de manutenção.

E eu quero solicitar a você, Fabrício, cuidados também com a questão das cabeceiras das pontes. Nós temos, em Tarauacá, um grave problema de solo nas barrancas do rio, e a ponte já tem um grave problema. Houve ali uma cessão, um problema na cabeceira da ponte com o barranco do rio. Isso precisa ser equacionado. E também sobre o Rio Caeté, no Município de Sena Madureira, há um problema também já identificado pelo Dnit do Acre.

Outra questão: a BR-319, o asfaltamento dessa BR. Nós sabemos que existe esse problema, aqui relatado por outros Senadores, dos licenciamentos ambientais e entra a questão da nossa BR-364, da ligação até Pucallpa, no Peru. Essa será a redenção econômica do Acre.

Por que eu falo isso, Fabrício? A nossa BR-364 pode ser o corredor de exportação do Brasil, utilizando os portos peruanos, tanto os portos de Ilo, de Matarani, quanto o novo porto de Chancay, que será o maior porto do Peru. Conversando, em visita à Embaixada do Peru, em reunião com o Embaixador Rómulo Acúrio, ele nos disse o seguinte: "Senador, o porto de Chancay vai reduzir o tempo de transporte das cargas brasileiras para os portos da Ásia em 29 dias". Vinte e nove dias! O diferencial competitivo do Brasil para exportar as nossas *commodities* será extraordinário.

E aí entra também outro aspecto, a Ferrogrão, que vai ligar o Mato Grosso até o porto de Miritituba, no Pará, que é um extraordinário porto. A gente pode também trazer para a nossa região, para o transporte de grãos.

São decisões de governo, decisões de Estado, Senador Confúcio, que trarão um progresso à nossa região, transformando o nosso estado num verdadeiro corredor de exportação. E isso gera investimentos, investimentos na própria estrada, que precisará ser duplicada, investimentos na criação de distribuidores, de polos logísticos ali. Isso vai trazer redenção econômica para a nossa região.

Então, Fabricio, esse é o nosso clamor. Quero parabenizar todos os indicados, que devem ser eleitos, devem ser referendados. Contem com o nosso voto, com o nosso apoio, porque eu entendo que o trabalho bem feito tem que ser mantido, e vamos olhar com carinho para a BR-364.

Esse é o nosso clamor e, mais uma vez, Fabricio, te peço soluções definitivas de engenharia.

Eu não sou engenheiro, mas nós vemos algumas decisões, como o pavimento rígido, implementado em alguns estados e em vários países, que soluciona definitivamente o problema de áreas de solo em situação irregular, como é o da nossa região, com muita tabatinga, com falta de pedra. Então, vamos buscar essa solução definitiva para a nossa BR-364. É o nosso clamor e o nosso pedido.

Muito obrigado. Um abraço ao Ministro Renan e parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Alan Rick, pelas suas palavras.

Assim, encerro...

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pela ordem, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Eu só queria cumprimentar aqui o Miguel de Souza e dizer a todos os diretores do Dnit que Miguel de Souza é engenheiro, trabalha com o nosso Senador Confúcio Moura e é um grande conhecedor da BR-364. Ouçam-no, pois ele vai ajudar muito vocês para nós encontrarmos juntos uma solução para aquela rodovia BR-364, rodovia que eu vi e conheci. Fui motorista de caminhão na época da estrada de chão, final dos anos 70, então eu tenho conhecimento. Vi quando ela foi asfaltada em quatro anos, de 1981 ao final de 1984.

Então, aquela BR é de suma importância para o Estado de Rondônia, para o Acre, para o Mato Grosso e para o Amazonas.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – O Senador Cleitinho chegou agora, mas como ele é do estado que tem mais rodovias do Brasil...

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Você me dá a preferência.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – É claro que dou toda a preferência.

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG. Pela ordem.) – Mas eu quero falar aqui, é só falar para todos os indicados aqui do Dnit que terão meu voto. E a gente não pede isso só para Minas Gerais não, Presidente. A gente pede para todas as estradas do Brasil, porque não existe desenvolvimento no país sem as estradas.

E uma sugestão que eu dei quando o Fabricio esteve aqui junto com o Ministro – fiz até um projeto de lei, mas eu acho que eles podem também, através de uma portaria... A questão de divulgação.

Vai chegar agora setembro e outubro, até março começa a época de chuva, e fica intransitável algumas estradas que não têm ainda a condição de ter a recuperação completa. Então, vão vir os buracos. O que a gente pede aqui é a transparência do Dnit, que está nessa pasta de competência, para que possam divulgar as programações e que possam também, além de fazer essa divulgação... Porque acalma a população, pois a população vai saber que, daqui a 20 dias, essa estrada que está percorrendo terá a operação tapa-buraco, mas o mais importante é a prevenção agora.

Lá na minha cidade, Divinópolis, onde o meu irmão é Prefeito, a gente tinha 90% do asfalto comprometido. Então, a gente está com uma situação de poder recuperar todo o asfalto, mas, como a gente não conseguiu nesses dois anos, é a prevenção antes. Quando chega setembro, outubro, a gente já começa a fazer; onde a gente sabe que vai abrir esse buraco, já começa a tampar, para que não fique intransitável.

Tem estradas no Brasil que estão intransitáveis. Minas Gerais não preciso nem falar. Então, o que a gente pede é essa atenção que é a da divulgação. Chega lá dezembro, tem aquela região que vai ter... "Ó, essa região agora vai ter o tapa-buraco". Acho que é de suma importância vocês trazerem essa transparência, porque a população fica mais calma.

Então, a minha sugestão é essa e não deixem de olhar para Minas Gerais não.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Cleitinho.

Muito bem. Esta encerrada a participação dos Senadores. Foi uma audiência muito concorrida e importante.

Só falta... Eu acho que está faltando só eu votar lá mesmo, não é?

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone*.) – Vote aí, rapaz!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Eu já vou votar. Já, já, eu voto.

Bem, aqui temos muitas perguntas dos internautas. Eles estão muito ligados aqui na TV Senado e estão participando interativamente. Não vou ler todas, porque muitas das perguntas deles foram formuladas pelos Senadores.

Eu quero só agradecer ao Vagner de Oliveira, de São Paulo. É até uma pergunta que era para o Fabrício, mas ele vai responder no conteúdo geral.

Tem uma pergunta aqui para o Guidi sobre perspectiva de investimento para o modal ferroviário no país, que ele vai responder.

Tem também, Dr. Fabricio, perguntas semelhantes às dos Senadores, de Luiz Cláudio, do Rio de Janeiro; do Pedro, do Distrito Federal; de José Carlos, do Rio Grande do Sul, que também pergunta sobre trânsito e segurança no trânsito, que o senhor responderá no bojo das respostas.

De Vinícius Nogueira, do Paraná; de Daniel Champoski, de Santa Catarina, de Wilson Roberto Vieira, do Paraná, que também pergunta ao Eduardo sobre o tratamento dado às concessionários que operam alguns trechos ferroviários, justificando que não são rentáveis; tem de Lucas Groto, de Leandro Cecílio, de Minas Gerais; de William Lucas, do Rio de Janeiro, de Leonardo Matielo, de São Paulo – olha a quantidade de gente –, de Rafael Vinícius, de São Paulo também, de Simone Bissoto, do Rio de Janeiro, de Taylor Pedro, do Distrito Federal; de Lucas Nascimento, do Estado de Pernambuco. Muito obrigado, Lucas! De Eduardo Menócio, de São Paulo também, que fala sobre a Bioceânica, que o Alan Rick falou; de Simone Bissoto, do Rio de Janeiro, de Neila Fernandes, do Rio de Janeiro – é muita gente – e finalmente de Adelino Bissonho, do Estado de Mato Grosso.

Muito bem...

Então, eu...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Não sei se eu utilizei todo o meu tempo, mas eu gostaria de acrescentar uma última pergunta, com a sua permissão.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No ano passado, durante a campanha, eu recebi várias informações da antiga Secom sobre os investimentos em rodovias no pais e eu me recordo de que os primeiros itens em relação ao Mato Grosso do Sul... Quero agradecer ao Diretor Fabio por este manual aqui, este relatório.

Eu recebi várias informações acerca do meu estado e percebi que os recursos disponibilizados não eram recursos do Governo Federal, e sim recursos de emendas individuais dos Parlamentares e recursos de bancada. Ou seja: o governo, o antigo governo, estava se apropriando da indicação de recursos feita pelos Parlamentares – e muitos eram, inclusive, da Oposição – e estava tomando para si, dizendo que as rodovias estavam sendo revitalizadas com dinheiro do Governo Federal, do qual ele tem a possibilidade, a discricionariedade para indicar para esses estados.

Então, eu gostaria de saber dos senhores o que foi realmente investido, se há algum documento fidedigno, porque precisamos de documentos dos órgãos. Eu gostaria realmente de analisar o que foi falado do antigo governo, o que foi publicizado, porque o que eu percebi do material que eu recebi da Secom é que ele começou com mentiras, mentiras e mais mentiras acerca da execução do que foi feito nos últimos quatro anos dentro da pasta de V. Sas.

O que foi realmente investido em cada estado, em todo o país, para sabermos a verdade, acima de tudo a verdade? Então, vocês têm os números em suas mãos, e eu gostaria já de requisitá-los. Não sei se vocês têm essa resposta para me dar agora, mas eu vou também formalizar, para que não sejamos mais vítimas de mentiras.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Vamos então às respostas. O maior tempo eu vou conceder ao Dr. Fabricio, porque tem mais perguntas para ele, mas eu quero passar primeiro a palavra para o Dr. Carlos Antônio Rocha. Naquilo que foi solicitado a V. Sa., que o senhor possa responder e também já fazer as suas considerações finais.

O SR. CARLOS ANTÔNIO ROCHA DE BARROS (Para expor.) – Obrigado, Senador Confúcio, Sras. Senadoras e Srs. Senadores.

Em linhas gerais, eu queria fazer a pontuação aqui de algumas questões que foram em alguns momentos tocadas pelos Srs. Senadores e pelas Sras. Senadoras.

Eu vi que vários mencionaram a questão de solicitação de o Dnit estar com as portas abertas para ouvir as argumentações, os pleitos dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras. Eu digo que o momento vivido pelo Dnit, pela gestão do Ministro Renan Filho à frente do Ministério dos Transportes e pela gestão hoje do Dnit em que está à frente o Dr. Fabricio, é de determinação expressa para que nós possamos ouvir os pleitos com os ouvidos e as mentes abertas à sincera e justa reivindicação de todos os senhores representantes dos estados da Federação. Isso é uma determinação ministerial, uma determinação do nosso Diretor-Geral, para que nós atendamos todos, sem exceção, a todas as unidades da Federação, naquilo em que houver justiça e houver condições de fazer o atendimento dos pleitos, porque nós sabemos que as questões orçamentárias implicam, em alguns momentos, escolhas a serem feitas para alocação dos recursos. Então, podem contar que o Dnit e o Ministério dos Transportes estarão sempre de portas abertas para todos os senhores, seja diariamente, como alguns falaram, seja semanalmente, seja quinzenalmente, assim a depender das escolhas dos senhores e das senhoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação a uma questão que foi colocada aqui quanto ao planejamento do escoamento da produção, nós já estamos hoje, como Diretoria Executiva, retomando algumas missões que foram esquecidas e relegadas, ao longo dos últimos anos, nesse diálogo com as pontas, com as superintendências e com as diretorias finalísticas. É papel, é missão da Diretoria Executiva fazer essa interlocução entre as demandas dos estados e as demandas da sociedade, através dos seus setores produtivos, através da indução, como bem falou um Senador aqui, do desenvolvimento regional. É nossa responsabilidade constitucional fazer frente a esse desafio da infraestrutura. E nós já temos várias ferramentas que nos possibilitam isso. Nós temos a Diretoria de Infraestrutura Rodoviária, da qual está à frente o Dr. Fabio Nunes; nós temos a Diretoria de Planejamento e Pesquisa, da qual está à frente o Dr. Luiz Guilherme. E na própria Direx há as ferramentas para que a gente possa fazer esse planejamento. Nós já estamos atuando nesse viés do olhar para frente e de como vamos fazer o escoamento da produção, seja através das questões de manutenção das nossas rodovias, seja através dos processos de construção e implantação ou adequação dos corredores de exportação. Nós temos que fazer disso um mister, uma condição diária de olhar isso e fazer o atendimento a essas questões.

Deixe-me ver aqui, tinha outra situação que a Senadora Soraya tocou por último, que é a questão da discriminação. Eu não tenho agora como fornecer à senhora, mas nós temos isso em nossos sistemas, em nossas ferramentas de controle e governança. Nós vamos levantar o que foi aplicado por alocação do Governo Federal no nosso orçamento e o que foi executado também no nosso orçamento por colocação de emendas, sejam elas individuais, sejam de bancada... (*Falha no áudio.*)...

O SR. JOSÉ EDUARDO GUIDI – (*Falha no áudio.*)... ...as nossas indústrias, baixar o valor de frete e por aí vai.

Na realidade, não existe uma solução milagrosa, não existe uma solução única. Assim como nós temos governança em rede para todas as áreas de políticas públicas, nós temos também o intermodal na infraestrutura de transportes, ou seja, não é uma solução só por rodovias, não é uma solução só por ferrovias, pelo aquaviário, pela cabotagem. Na realidade, é uma solução geral intermodal.

Especificamente nas rodovias, para trazer alguns números aqui... Em especial, pelo... Os internautas nos bombardearam de perguntas. Então, eu estou tentando atender todo mundo da melhor maneira.

Vejam. Hoje, as ferrovias... A unidade, para aqueles que nos acompanham, é o TKU (Tonelada Quilômetro Útil). As ferrovias participam do transporte de cargas no nosso país com 17%. Se você pegar agora o que já está estabelecido a partir da Política Nacional de Transportes, materializada no Plano Nacional de Logística e que depois vai ser sacramentado – já estamos até com algum atraso – nos planos setoriais, a ideia é passar em 2035 de 17% para 34% de TKU. Isso é peso, ou seja, transporte de grandes cargas. E aí, repito, não é só o ferroviário; é o aquaviário, cabotagem, em associação com rodoviário. Agora, especificamente no rodoviário, nós passaríamos em peso de 17% para 34% do nosso modal.

Agora, olhem que interessante. Existe uma outra unidade que se chama VKU (Valor Quilometro Útil). E aqui a ferrovia desce de 17% para 4%, Senador Confúcio – 17% para 4% – ,do transporte de valores. E isso o nosso Plano Nacional de Logística pretende mudar, não no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dobro, pretende catapultar isso em cinco vezes, ou seja, as ferrovias participariam com 20% em termos de VKU (Valor Quilometro Útil).

Esses são os dados que hoje já estão colocados. E aqui nós estamos inventando a roda, pois é o que já está no plano, é aquilo que já está em andamento e é aquilo que se pretende deflagrar nos próximos anos, para gente fechar e tentar diminuir exatamente as mortes, que eu considero talvez a principal meta, ou seja, é entregar a produção, entregar frete baixo, ser competitivo, mas isso não pode ser a qualquer custo, a gente não pode estar morrendo. Como o Senador Jayme Campos colocou, foram 286 mortes no eixão do Mato Grosso.

Enfim, é essa ideia que nos faz ter a energia para atuar nesse cargo, em colaboração não só com a Infra, com a ANTT, mas com o Dnit como um todo.

E, com essas ponderações, eu coloco aqui novamente a minha gratidão, os meus agradecimentos e me coloco sempre à disposição de todos vocês, a qualquer momento, de portas abertas para responder todas as dúvidas.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Guidi, sobre as ferrovias, é importante depois, se puderem, fazer um mapa – ouviu, Fabricio? – dessas ferrovias cujos editais foram lançados.

Ontem, casualmente, um funcionário de vocês comentava comigo – nos encontramos no aeroporto, ele estava vindo da Bahia – sobre aquela ferrovia Fiol, que agora está andando. Eu tenho aí um interesse particular, porque começamos esse assunto, em Maracaju, Cascavel e Chapecó. E eu estou tentando conectar Chapecó com Passo Fundo, no Rio Grande do Sul. Então, viria, Senador Confúcio, a Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul milho que sobra no Centro-Oeste e falta em Santa Catarina, no Paraná e também no Rio Grande do Sul.

Depois, façam um balanço dessas ferrovias cujos editais foram lançados e que agora devem começar... Já estamos desenrolando isso com a iniciativa privada. Depois façam um resumo, porque para nós é muito importante esse assunto, está bem, Guidi?

Obrigado.

O SR. JOSÉ EDUARDO GUIDI – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Com a palavra, o Dr. Fabricio, para fazer o fechamento. Ele, que foi mais demandado, terá o tempo suficiente para responder a todos.

O SR. FABRICIO DE OLIVEIRA GALVÃO (Para expor.) – Vamos lá.

Começando pela ordem aqui das perguntas, o Senador Heinze foi o primeiro, mas eu acredito que de muitas das rodovias do Rio Grande do Sul já foi falado aqui pelo meu colega Fabio. Nós temos obras aí, como ele falou, na BR-116, na BR-290, em curso. O Rio Grande do Sul hoje é um dos estados que mais tem investimento do Dnit. São obras de grande vulto lá.

E acho que faltou comentar sobre as eclusas. Acho que de tudo que já responderam aqui faltou comentar sobre as eclusas. Nós temos as eclusas de lá. Realmente a nossa ideia é fazer uma conversa com o Ministério de Minas e Energia e autorizar os estudos da hidroelétrica na região das eclusas. As eclusas já têm contratos vigentes de manutenção e operação. E nós estamos agora já planejando novos contratos para requalificar, modernizar, restaurar essas eclusas, para dar ainda uma melhor condição, mas elas estão em operação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre as nossas rodovias de lá a gente vem conversando com o ministério, e realmente elas têm que seguir para planos de concessão e PPPs. Não tem como... Por exemplo, o corredor da BR-158, que a gente acompanha, que chega ao Porto de Rio Grande, que vai de Santa Maria e vai embora lá... Então, a gente sabe que aquele corredor é extremamente importante, e ali já pede uma concessão aquele trecho, até pela quantidade de acessos e cargas ali ao Porto de Rio Grande. Então, o Dnit vem trabalhando nas suas obras. A nossa ideia é que, enquanto o Estado do Rio Grande do Sul não entre em concessões federais, a gente siga tocando. E aí a concessionária que entrar assume a operação daqueles trechos. É uma forma até de baratear a tarifa e diminuir esse investimento.

Sim, faltou um detalhe sobre Passo Fundo a Erechim BR-153, o projeto. Nosso projeto já vai ser finalizado este ano. A gente deve mandar já para o Congresso a proposta de abertura de ação orçamentária, para poder fazer a licitação, pavimentar e concluir esse trecho. Então, se tudo correr como a gente vem planejando, no próximo ano, a gente deve ter obras aí de pavimentação e concluir finalmente a BR-153 no Estado do Rio Grande do Sul.

Na sequência, a gente segue para o próximo Senador que tinha feito pergunta, o Senador Wellington Fagundes. Acho que, sobre o Plano Safra, o Carlos já respondeu. Ficou sobre a questão ambiental, que já foi falado desde a resposta do Senador Jayme, que é realmente o nosso desafio, mas que a gente está preparado para enfrentar, para cumprir com os licenciamentos, mas para ter uma interlocução com o Ibama e os órgãos ambientais para que a gente consiga avançar. A questão ambiental não pode ser um empecilho total. O Dnit não quer deixar de cumprir, mas a gente também não pode parar. Acho que a gente tem que seguir.

Ele falou sobre a questão de volume aplicado, sobre recursos, sobre quanto é que foi, sobre como é que não foi, quanto é que a gente pretende aplicar este ano do orçamento que a gente tem. A gente vem subindo e elevando o nosso nível de aplicação de recursos. A gente recebeu o Dnit praticamente parado, a gente não tinha recurso. Como não tinha recurso, a gente também não tinha contratos. Então, a gente não tinha muitas perspectivas. A gente começou a relicitar e a fazer o Dnit andar de novo. A gente, por exemplo, em maio, já liquidou R$1,2 bilhão e agora em junho já chegamos a R$1,3 bilhão. A gente espera já chegar na marca de R$1,5 bilhão nos próximos meses, e a nossa perspectiva é que a gente ultrapasse os R$15 bilhões de execução este ano. A gente precisa também deixar alguns restos a pagar para alguns estados do Nordeste, pois a gente sabe que o nosso verão lá é na virada do ano. A gente precisa virar janeiro e fevereiro com algum recurso empenhado para conseguir medir e seguir. Então, a gente vem planejando isso aí. Acho que a nossa toada deve ser esta: entrar um novo patamar de investimentos e duplicar no mínimo o que o Dnit vinha fazendo nos anos passados. A gente vai conseguir superar até mais do que o dobro do que o Dnit vinha fazendo e restabelecer a qualidade da nossa malha.

Seguindo para Rondônia...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Deixe-e só, se puder me falar...

O SR. FABRICIO DE OLIVEIRA GALVÃO – Pois não.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sobre aquela questão da ponte do Ibicuí.

O SR. FABRICIO DE OLIVEIRA GALVÃO – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Já está assinado contato com a empresa.

O SR. FABRICIO DE OLIVEIRA GALVÃO – Isso.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Finalmente, para a empresa entrar em operação, quando será? Já tem previsão?

O SR. FABRICIO DE OLIVEIRA GALVÃO – Olhe, para Ibicuí, a gente já deu ordem de serviço, a empresa estava nas suas mobilizações para entrar. E a informação que a gente tem da turma lá do Rio Grande do Sul é que o pessoal já está iniciando os trabalhos por lá, de montagem de canteiro, mobilização e início das obras. Se Deus quiser, será o mais breve possível.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – E a ponte de Porto Xavier?

O SR. FABRICIO DE OLIVEIRA GALVÃO – Na mesma batida. A ponte de Porto Xavier... Tem a fase de projeto, porque lá é um RDC Integrado, diferente de Ibicuí, e a gente vem trabalhando nessa etapa.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Obrigado.

O SR. FABRICIO DE OLIVEIRA GALVÃO – Seguindo para Rondônia agora, sobre Rondônia eu acho que o pessoal já falou bastante do que tem lá no estado, mas há só um detalhe que a gente vem trabalhando com o pessoal, até da superintendência: é que a nossa ideia nesse novo projeto de duplicação e adequação da BR-364 é que a gente priorize alguns trechos, para que a gente tenha obras o quanto antes. As nossas prioridades seriam aquele entroncamento lá na nossa região de Ariquemes e a região de Jaru, pois são trechos que a gente entende como pontos críticos da BR-364. A nossa ideia é saltar isso aí do projeto, dar prioridade, avançar, ter obra e seguir com o restante do projeto.

Acho que a BR-364 realmente é nossa prioridade em Rondônia. Já seguindo para o Acre, a nossa BR-364 vem recebendo uma atenção especial no Dnit. Nossa primeira ação foi ajustar os contratos de manutenção. A gente já percebe, por exemplo, em Itapuã do Oeste, em algumas situações que a gente vinha se arrastando, que hoje a Br-364 vem com outro patamar. A gente todo dia vem avançando trechos de fresagem, recuperação, revitalização na BR-364. Então, os contratos de manutenção no Acre e Rondônia atingiram outro momento. A nossa ideia é que a gente tenha contratos agora capazes de garantir uma manutenção adequada e que a gente aguente o inverno para que a gente tenha os projetos de reconstrução e que, na próxima janela, se Deus quiser, algum trecho a gente já consiga licitar e reconstruir a BR-364, porque a gente entende o sofrimento, a gente vê, a gente recebe... O Senador Alan Rick, acho, é um dos com quem eu mais conversei desde que estou aqui. A gente entende o drama do Estado do Acre, que é um estado que ficou esquecido lá. E a falta de investimentos e a falta de contratos de manutenção fizeram com que a BR-364, no Estado do Acre, chegasse ao ponto a que chegou, e a gente precisa recuperar essa rodovia. Pode contar conosco, não vai faltar empenho do Dnit nesse trabalho.

Aí a gente chega à Senadora Soraya Thronicke, do Mato Grosso do Sul. Eu acho que já foi falado basicamente tudo sobre o que ela perguntou sobre o Mato Grosso do Sul. Eu só queria fazer um detalhe aqui: ela é uma das Senadoras com quem eu ainda não conversei, mas o Dnit está lá de portas abertas. Fica o recado para ela de que, no dia que quiser, nós estaremos lá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para conversar, para estabelecer prioridades, para explicar, para falar sobre as rodovias do estado, o planejamento.

Eu acho que esta tem que ser a nossa batida do Dnit: tem que estar aberto ao diálogo. A infraestrutura tem que unir todos os Parlamentares, o Poder Executivo e a população, independentemente de partido, de posição política. A infraestrutura tem que unir a todos, porque ela é interesse de todos. Todos precisam ir e vir, se movimentar, e o Dnit tem como missão promover essa infraestrutura, independentemente de qualquer posição. Então, o Dnit estará aberto a todos, ao diálogo sempre, para que a gente construir.

E aí eu já pulo para Minas. O Senador Cleitinho já esteve lá com a gente, chegou lá no momento quase de caos do Estado de Minas. E hoje eu acho que ele já verifica que o Estado de Minas vem passando por uma transformação na qualidade da sua malha, principalmente na sua manutenção, na sua recuperação. A gente pegou o Estado de Minas com perto de 70% da sua malha coberta; hoje a gente já ultrapassa 94% da sua malha. A gente já vem aplicando vários recursos no Estado de Minas Gerais. E até brinco que para Minas a gente só tinha pedido de tapa-buraco e agora a gente está começando a receber pedido de radar. Isso já mostra que as estradas de Minas estão permitindo que o pessoal consiga andar e agora já estamos recebendo pedidos de radar. Então, essa mudança é importante. Isso mostra outro estágio das rodovias em Minas Gerais, que é um estado importante...

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Fabricio...

O SR. FABRICIO DE OLIVEIRA GALVÃO – Pois não.

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Sobre a colocação de radar, bem breve, eu estava com o Ministro, semana passada, para a gente tratar sobre a BR-494, que liga Divinópolis a Cláudio. Ali tem recentes acidentes com mortes mesmo, são quase dez mortes por ano ou até mais.

Então, eu estou fazendo uma parceria com o Ministério da Infraestrutura, que as emendas... Eu vou pedir até para vocês priorizarem a questão do projeto, porque precisa do projeto. A gente vai mandar emenda para esse projeto também. E depois eu vou fazer picado. As minhas emendas não vão ser suficientes para fazer a duplicação dela, que dá quase 40km. Então, eu vou fazer picado: um ano, eu mando tanto e faz tanto; no outro... Nisso, poder colocar... É um mal necessário. Até não gosto desse negócio de radar, mas acaba que lá é um mal necessário. Então, precisa fazer um levantamento lá e depois mandar para vocês um estudo para redução de velocidade, o que puder fazer para lá, para a gente tentar evitar o máximo possível esses acidentes que são fatais, tá?

O SR. FABRICIO DE OLIVEIRA GALVÃO – Está certo. A gente está à disposição. Você aponta os locais que a gente vai, faz os estudos e verifica a melhor solução para reduzir velocidade, acidente, como um ponto crítico na região.

Eu acho, Senador, que eu passei por todas as perguntas aqui.

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG. *Fora do microfone*.) – Está aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Fico muito satisfeito com a apresentação de todos os indicados para os cargos que estavam faltando ser definitivos no Dnit, ou melhor, no Ministério dos Transportes, especialmente no Dnit.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi uma participação que começou timidamente, com poucos Senadores, quase nenhum, na sala, mas foram chegando, foram chegando, e atingimos o quórum de 21 votantes. Bastavam 12, não é? Então, atingimos bem a meta. Foi maravilhoso.

Encerrada essa arguição, eu declaro aberto o processo de votação para as Mensagens nºs 39, 40, 41 e 42, de 2023.

Solicito à Secretaria da Comissão para colocar os resultados.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bem, ali já está o resultado.

José Eduardo Guidi teve 20 votos favoráveis; 1 NÃO.

Total: 21.

Fabio Pessoa...

Houve alguns enganos na hora da votação, viu, gente? Eu acredito que o pessoal votou em bloco, e alguns votaram só em um.

Fabio Pessoa Nunes, 19 votos; 1 voto – estão vendo? Aí foi um exemplo – 1 voto negativo.

E 20 votos favoráveis...

Fabricio de Oliveira teve 20 votos; nenhum voto contrário.

Nenhuma abstenção.

Foi aprovado com 20 votos.

Carlos Antônio Rocha de Barros, Diretor-Executivo, teve 19 votos; 1 voto NÃO.

Por certo houve a mesma situação de equívoco de algum votante.

Mas todos foram suficientemente aprovados, com a maioria esmagadora de votos.

Eu agradeço muito e parabenizo a todos por essa votação.

Agora, vou encaminhar esse resultado ao Plenário para, ainda hoje, se possível, serem apreciados em Plenário, pelo Senado Federal, à tarde.

Dessa forma, essa primeira etapa da nossa reunião está encerrada, mas nós vamos reabrir a sessão para votar dois projetos especiais.

Até gostaria que o Senador Heinze solicitasse a votação que ele deseja que seja incluída.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Eu vou liberar o pessoal aqui. Eles já estão há muito tempo aqui conosco. Eu vou liberar todos os Diretores e agradecer a presença.

Muito obrigado, Doutor.

Muito obrigado. Parabéns a V. Sa. (*Pausa.*)

Vamos ficar em pé para uma foto aqui. Uma foto histórica.

Pronto. (*Pausa.*)

Vamos tirar a foto.

Perfeito.

Obrigado a todos os senhores. (*Pausa.*)

Vamos continuar.

Heinze, você pode fazer a sua proposição?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Presidente, eu gostaria que a V. Exa. colocasse em votação, já que não é terminativo nesta Comissão, o Projeto de Lei nº 2.474, de 2020, que já foi lido, inclusive, e já foi discutido em sessão anterior. O.k.?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Os Senadores que concordam com a inclusão extrapauta, a pedido do Senador Heinze, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada, Senador. Vamos votar já.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Então eu queria que você assumisse aqui para mim. Eu faço a leitura e depois nós revezamos para o seu projeto. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Item nº 1.

2ª PARTE
ITEM 1
PROJETO DE LEI N° 2646, DE 2020
- Não terminativo -

Dispõe sobre as debêntures de infraestrutura; altera as Leis nºs 9.481, de 13 de agosto de 1997, 11.478, de 29 de maio de 2007, e 12.431, de 24 de junho de 2011; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela aprovação do projeto e da emenda nº 1-PLEN, com três emendas que apresenta, e rejeição das emendas nº 2-PLEN e nº 3-PLEN

Observações:

1. Após análise na CI, a matéria vai à CAE

2. Em 17/08/2022 o Senador Dário Berger apresentou as emendas nº 1, 2 e 3-PLEN

3. Votação simbólica

Autoria: Deputado João Maia.

Com a palavra, o Senador Confúcio Moura.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Como Relator.) – Obrigado, Senador Heinze.

Nós vamos fazer agora a leitura do parecer desta Comissão de Infraestrutura, sobre o Projeto de Lei nº 2.646, de 2020, que dispõe sobre as debêntures de infraestrutura.

Eu vou direto ao mérito, porque o relatório é longo, e o mérito resume a essência do projeto.

O essencial da proposta é a criação das debêntures de infraestrutura, uma fonte adicional de captação para suprir financiamentos para o setor. A alternativa já existente, as debêntures incentivadas, que concedem redução total ou parcial do Imposto de Renda sobre os respectivos rendimentos, apesar de sua inegável importância, não são atrativas para os investidores institucionais, como as instituições de previdência privada e as seguradoras que atuam no segmento de planos de previdência, que já são isentos dessa cobrança do Imposto de Renda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto tende a atrair recursos de origem privada, hoje não acessíveis, para o financiamento de longo prazo de infraestrutura. As debêntures instituídas nesta proposição serão atrativas para os investidores institucionais, pois poderão ter juros maiores.

Esse aumento de remuneração teria, para os investidores institucionais, efeito financeiro similar ao benefício já concedido nas debêntures incentivadas, que beneficiam as demais pessoas físicas e jurídicas.

O aumento de custo direto de captação para o emissor da dívida será compensado pela possibilidade de reduzir da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido 30% dos juros pagos aos detentores dos títulos.

Assim, enquanto nas debêntures incentivadas o Tesouro abre mão, total ou parcialmente, do Imposto de Renda sobre os rendimentos dos títulos, nas novas debêntures, as de infraestrutura, o Tesouro deixará de cobrar parte do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido pago pelas emissoras dos títulos, a partir do abatimento, da base de cálculo desses tributos, de 30% dos juros pagos aos titulares adquirentes. Na debênture de infraestrutura, há mudança do polo de incidência do incentivo tributário, do adquirente do título para o emissor.

A Lei 12.431, de 2011, que instituiu as debêntures incentivadas, permitiu notável crescimento das fontes de financiamento privadas para o financiamento de longo prazo de infraestrutura no Brasil, uma conquista importante e um sinal de amadurecimento do nosso mercado de capitais. Hoje, em parte, graças às debêntures incentivadas, é possível o financiamento de infraestrutura sem o suporte de instituições oficiais de crédito, que, antes, era imprescindível.

Segundo os dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) disponíveis em abril deste ano, a emissão de debêntures incentivadas vem apresentando crescimento relevante, o que mostra a eficácia do instrumento. Em 2013, as emissões dessas debêntures foram de R$1,7 bilhão; em 2021, R$45,7 bilhões; e, em 2022, R$39,5 bilhões. Desde 2012, o volume de emissões já atingiu R$190 bilhões, um sucesso inegável.

Em que pese o excelente desempenho das debêntures incentivadas na captação de recursos privados em operações de longo prazo, as necessidades de desenvolvimento da infraestrutura no Brasil e a crônica incapacidade de o Estado prover recursos para essas iniciativas – exacerbada pelos problemas fiscais gerados pela pandemia da covid – tornam imperativo atrair novas fontes de recursos.

As debêntures de infraestrutura, portanto, terão o papel de ampliar o *funding* privado de longo prazo, ao criar incentivos para a participação de investidores institucionais, especialmente os fundos de pensão, que, até aqui, não têm um canal viável de participação nesse grande esforço.

Entendemos ser essencial a eliminação da nova regra introduzida no art. 10 do PL, de tributação diferenciada dos rendimentos das debêntures incentivadas detidas por instituições financeiras, que elevaria a alíquota do Imposto de Renda, nesses casos, dos atuais 15% para 25%.

A mudança, operada pela alteração do art. 2º da Lei 12.431, de 2011, se justificaria como meio de compensação de eventual custo fiscal provocado pela instituição de debêntures de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

infraestrutura. Essa modificação, além de ameaçar reduzir drasticamente o volume de recursos captados por meio das debêntures incentivadas, muito provavelmente não levantaria os recursos que, alegadamente, compensariam o custo fiscal das novas debêntures de infraestrutura. A razão é que o aumento da tributação para as instituições financeiras poderia reduzir a demanda pelas debêntures incentivadas, de modo que a redução consequente na base de cálculo do tributo anularia os efeitos da elevação da alíquota, que são os 25%. Na verdade, se a redução da demanda for superior à elevação da alíquota, o efeito seria contraproducente, pois reduziria, em vez de aumentar, os valores arrecadados na sistemática atual, que, entendemos, deve ser preservada.

No substitutivo, a introdução da nova alíquota do Imposto de Renda para as instituições financeiras se daria de forma escalonada. Conforme seu art. 15, II, a vigência da nova alíquota de 25% só se daria a partir do terceiro exercício subsequente à publicação da nova lei; conforme o art. 14, as debêntures emitidas a partir da publicação teriam alíquotas progressivas de 20%, 22,5%, 25%, em progressão anual a partir do exercício seguinte ao da publicação.

A eliminação da elevação da nova alíquota requer também supressão dessas regras de transição.

Esse conjunto de supressões necessárias são o teor da Emenda nº 1, de Plenário, oferecida pelo Senador Dário Berger, que decidimos acatar.

Julgamos também necessário eliminar o art. 9º do PL, que atenua uma série de condições de prazos e de composição de carteiras do Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura e do Fundo de Investimento em Participação na Produção Econômica Intensiva em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, constantes da Lei nº 11.478, de 2007. O relaxamento das regras atuais teria por efeito diminuir a proporção dos títulos de infraestrutura nas carteiras dos fundos, ao permitir que outros instrumentos financeiros não voltados para objetivos do benefício fiscal o obtenham. Tais modificações levariam à redução das fontes de financiamento para a infraestrutura, o que seria até contrário ao objetivo essencial do PL. Ademais, o próprio sucesso das debêntures incentivadas comprova que as mudanças em sua disciplina atual são desnecessárias, pois as regras atuais têm atraído investidores e cotistas em números crescentes.

Entendemos também adequado, nessa mesma filosofia, eliminar o relaxamento da regra atual promovido pelo art. 10 do projeto de lei, que modifica o art. 3º da Lei 12.431, de 2011, alterando a base de cálculo para prazos e composições de carteiras de fundos de ativos com ativos de infraestrutura. A atual base, que seria substituída pelo “valor de referência”, é o patrimônio líquido. O valor de referência seria o menor dos valores entre o patrimônio líquido na data de referência e a média desse valor nos últimos 180 dias. A supressão dessa modificação, conforme propomos neste parecer, evita relaxamento nas regras de enquadramento dos fundos de infraestrutura.

Um aspecto que nos parece de grande importância na proposição e que gostaríamos de destacar é a mudança no processo de enquadramento dos projetos sujeitos ao benefício fiscal. Regulamento do Poder Executivo estabelecerá critérios para o enquadramento dos projetos em setores prioritários, que serão dispensados de aprovação ministerial prévia. Essa providência diminuirá os prazos de elaboração e implementação dos projetos de infraestrutura no país, um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante ganho de eficiência sistêmica não apenas para o setor, mas para a economia brasileira como um todo.

Feitas essas observações, acreditamos que a proposição é meritória e contém todos os elementos necessários para garantir mais recursos para o setor de infraestrutura e dar maior eficiência, segurança jurídica e agilidade aos investimentos na área.

Por fim, destacamos que as Emendas nºs 2 e 3, ambas de Plenário, não reúnem atributos para sua acolhida: no primeiro caso, por responder a uma hipótese de reforma da tributação do Imposto de Renda que nem sequer está em pauta no momento; no segundo caso, por tratar de aspectos de hermenêutica tributária, tema complexo e sem pertinência com o objeto do PL em exame.

Observamos, ainda, a necessidade de aperfeiçoamento do inciso II do art. 6º, para torná-lo mais claro e preciso, o que é feito entre as emendas adiante apresentadas.

O voto.

Em face das considerações precedentes, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.646, de 2020, com a Emenda nº 1, de Plenário, e rejeição das Emendas nºs 2 e 3, ambas de Plenário, e inclusão das seguintes emendas:

EMENDA Nº 1- CI

Suprima-se, no inciso II do art. 6º do Projeto de Lei nº 2.646, de 2020, a expressão “do lucro” existente após a expressão “excluir”. [É apenas de redação.]

EMENDA Nº 2 - CI

Suprima-se o art. 9º do Projeto de Lei nº 2.646, de 2020.

EMENDA Nº 3 - CI

Suprima-se a modificação do art. 3º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, promovida pelo art. 10 do Projeto de Lei nº 2.646, de 2020.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Em discussão o presente relatório. (*Pausa.*)

Senador Confúcio, é importante, porque nós fizemos, alguns instantes atrás, a sabatina da nova Diretoria do Dnit. O Brasil hoje precisa... Foi demonstrado aqui pelos diferentes colegas de todos os estados do Brasil sobre rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos. É fundamental para nós o desenvolvimento do nosso país. Portanto, aqui são mais recursos colocados à disposição da infraestrutura brasileira.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Item não terminativo.

2ª PARTE
EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2
PROJETO DE LEI Nº 2474, DE 2020

Dispõe sobre cessão de créditos obtidos em sistema de compensação de energia elétrica durante o período de emergência de saúde pública decorrente da pandemia da covid-19.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Luis Carlos Heinze
Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo.

A autoria é do Deputado Franco Cartafina.

Em 6 de junho passado, foi lido o relatório e concedida vista coletiva.

A votação é simbólica.

Eu concedo a palavra ao Senador Luis Carlos Heinze para eventuais observações adicionais, visto que o relatório já foi lido.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Confúcio, e Senador Cleitinho, quero cumprimentar aqui o Deputado Franco Cartafina.

Esse dinheiro dessa sobra da microgeração foi utilizado, durante a pandemia, para entidades filantrópicas. É o nosso dever, neste instante em que estamos refazendo o relatório, Senador Cleitinho, para que a microgeração, no Brasil, principalmente a energia solar... O Senador Jaime Bagattoli falava que a empresa dele tem muita energia solar. Quando sobra, esse valor se perde. E o que nós queremos com este projeto? E ao Senador Confúcio nós agradecemos por colocar esta matéria em votação. Esse valor será utilizado para entidades filantrópicas. Nós temos mais de 2 mil hospitais filantrópicos no Brasil inteiro. Esses hospitais, as creches, as Apaes poderão se utilizar da sobra dessa energia. Então, agradeço ao Deputado Cartafina, que teve a iniciativa de usar isso durante a pandemia. E nós estamos fazendo este relatório complementar.

Senador, é o nosso relatório, que já foi lido e que coloco, também, à apreciação dos colegas Senadores e Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – O Senador Heinze já fez suas observações adicionais, já que foi lido e discutido o relatório.

Em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam e aprovam o relatório do Senador Luis Carlos Heinze permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o Projeto de Lei 2.474, de 2020.

Parabéns ao Senador Luis Carlos Heinze.

Antes de encerrarmos nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a ata desta presente sessão.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 9 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 31 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JULHO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e treze minutos do dia cinco de julho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Weverton, Izalci Lucas, Efraim Filho, Alan Rick, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Wilder Morais, Jaime Bagattoli, Astronauta Marcos Pontes, Luis Carlos Heinze, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Jaques Wagner, Professora Dorinha Seabra, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Zenaide Maia e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Daniella Ribeiro, Lucas Barreto, Augusta Brito, Beto Faro, Chico Rodrigues, Marcos Rogério, Eduardo Gomes, Tereza Cristina e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 35/2023 - CI, de autoria Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), REQ 44/2023 - CI, de autoria Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), e REQ 50/2023 - CI, de autoria Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Finalidade:** Instruir o PDL 365/2022, que susta as Resoluções Normativas da Aneel nº 1.024, de 28 de junho de 2022, e nº 1.041, de 20 de setembro de 2022, ambas referentes aos Procedimentos de Regulação Tarifária (PRORET) aplicáveis às concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica. **Participantes:** Francisco Danilo Bastos Forte, Deputado Federal; Leandro Caixeta Moreira, Assessor do Diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); Marcos Keller Amboni, Diretor de Regulação e Mercado da Engie Brasil Energia; José Wanderley Marangon Lima, Diretor da Marangon Consultoria e Engenharia; Sandro Yamamoto, Diretor Técnico da Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias (ABEEólica); Gustavo Manfrim, Subsecretário de Assuntos Econômicos e Regulatórios - MME; Thiago de Faria Rocha Dourado Martins, Superintendente da Diretoria de Estudos de Energia Elétrica - EPE; Luiz Eduardo Barata Ferreira, Presidente da Frente Nacional dos Consumidores de Energia; Paulo Pedrosa, Presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres - Abrace; Claudio Salles, Presidente do Instituto Acende Brasil; e Marcos Aurélio Madureira, Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee). **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Fazem uso da palavra os Senadores Luis Carlos Heinze e Jayme Campos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e um minuto. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Otto Alencar
Presidente Eventual da Comissão de Serviços de Infraestrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/07/05

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JULHO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e doze minutos do dia onze de julho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Alan Rick, Marcelo Castro, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Augusta Brito, Margareth Buzetti, Humberto Costa, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Astronauta Marcos Pontes, Cleitinho, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Zenaide Maia, Jaques Wagner e Damares Alves, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana, Weverton, Otto Alencar, Teresa Leitão, Beto Faro, Chico Rodrigues, Marcos Rogério, Tereza Cristina e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 17/2023 - CI, de autoria Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Finalidade:** Debater a apresentação do plano de atuação da Agência e demonstração do atual cenário da infraestrutura de transportes aquaviários do Brasil e o papel da Agência para o desenvolvimento do setor. **Participante:** Eduardo Nery Machado Filho, Diretor-Geral da ANTAQ. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. O Senador Jaime Bagattoli faz uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e oito minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Confúcio Moura
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/07/11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e trinta e três minutos do dia vinte de junho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Izalci Lucas, Angelo Coronel, Beto Faro, Paulo Paim, Jaques Wagner, Zenaide Maia, Augusta Brito, Teresa Leitão, Flávio Bolsonaro, Rogerio Marinho e Astronauta Marcos Pontes, e ainda dos Senadores Fabiano Contarato e Weverton, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Davi Alcolumbre, Efraim Filho, Eduardo Braga, Randolfe Rodrigues, Cid Gomes, Irajá, Sérgio Petecão, Jorge Seif, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei Complementar n° 262, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, a Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, e a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, para permitir que as cooperativas possam ser beneficiárias dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO)." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatora. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 690, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a concessão do Selo Estabelecimento Sustentável." **Autoria:** Senador Jorginho Mello (PL/SC). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1077, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, para estabelecer prazo máximo para análise de proposta de Processo Produtivo Básico (PPB)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Omar Aziz. **Relatório:** Pela aprovação com a Emenda de Redação que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2875, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre requisitos mínimos de acessibilidade em praias." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Pela aprovação com as 4 (quatro) emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório com as emendas nºs 1 a 4 - CDR. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2492, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera o inciso IV do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta os fundos constitucionais, para incluir na área considerada como semiárido 44 municípios do Estado do Maranhão." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Voto é pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, em decisão terminativa, do Projeto de Lei nº 2.492, de 2019, com as 4 (quatro) emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 5462, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a conservação, a proteção, a regeneração, a utilização e proteção da vegetação nativa e a Política de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Cerrado e dos ecossistemas, da flora e da fauna associados." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatora para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reexame. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 11, de 2023** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de expor a política de abastecimento de petróleo e combustíveis da Petrobras para os próximos quatro anos. Proponho para a audiência a presença do Senhor Jean Paul Prates, Presidente da Petrobras." **Autoria:** Senador Laércio Oliveira (PP/SE), Senador Marcelo Castro (MDB/PI). **Resultado:** Subscrito pelo Senador Marcelo Castro, o requerimento é lido e aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 12, de 2023** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre os papéis históricos desempenhados pelas Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/06/20

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 20 de junho de 2023.

O item 1 da pauta foi retirado a pedido da Relatora, Senadora Teresa Leitão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 262, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, a Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, e a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, para permitir que as cooperativas possam ser beneficiárias dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO).

Autoria: Senador Flávio Arns (REDE/PR)

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação

Observações:

- A matéria possui parecer favorável aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos - CAE;

- Matéria constante na pauta da 9ª Reunião da CDR, realizada em 30/05/2023;

- A matéria seguirá ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.)

Item 2, o Relator Rodrigo Cunha não se encontra.

Item 3, o Relator Omar Aziz também não se encontra.

Item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 2875, DE 2019

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre requisitos mínimos de acessibilidade em praias.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação com as 4 (quatro) emendas que apresenta.

Observações:

-A matéria segue à Comissão de Direitos Humanos - CDH.

Autoria: Deputada Tereza Nelma.

Concedo a palavra, então, à Senadora Zenaide Maia, para a leitura do seu relatório.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Como Relatora.) – Sr. Presidente, eu queria pedir licença para ir direto à análise.

Conforme o disposto no art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDR opinar sobre o tema objeto da proposição.

O projeto sob exame apresenta-se meritório, pois oferece soluções apropriadas à materialização do direito de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida a atividades recreativas, esportivas e de lazer.

Convém recordar que a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pelo Decreto 6.949, de 25 de agosto de 2009, com o *status* de norma constitucional, reconhece às pessoas com deficiência o direito a participar de atividades recreativas, esportivas e de lazer, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. A convenção garante, ainda, acesso aos locais onde tais atividades estão à disposição, bem como aos serviços prestados durante os eventos.

Nesse ponto, a proposição, em boa hora, assegura a acessibilidade tanto dos equipamentos públicos que conectam os demais pontos da cidade às praias, quanto da própria infraestrutura desses bens públicos de uso comum, que deverão apresentar pelo menos quatro das adaptações descritas para a conquista do Selo Praia Acessível.

Com efeito, de nada vale a garantia formal do direito ao lazer se este não for viabilizado por meio de ações concretas do poder público e da sociedade. São lamentáveis, mas comuns, situações em que pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida deixam de comparecer a eventos ou de frequentar determinados locais justamente porque lhes é difícil ou impossível se locomoverem com autonomia pelos equipamentos urbanos.

Nesse sentido, a proposição vem ao encontro de diversos projetos de acessibilidade desenvolvidos por municípios brasileiros. No Guarujá, por exemplo, a prefeitura da cidade implantou o projeto Praia Acessível, que consiste em deixar à disposição de pessoas com deficiência cadeiras anfíbias, adaptadas para banhos de mar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Projeto similar do Governo do Estado do Ceará – em parceria com a Prefeitura de Fortaleza e com empreendimentos hoteleiros – foi agraciado com o Prêmio Nacional de Turismo. O projeto ofertava espaço de lazer com esteira de acesso, cadeiras anfíbias e espaço adequado ao lazer de crianças com deficiência.

Outros entes federados promoveram iniciativas análogas: Santos (São Paulo), Vitória (Espírito Santo) e praias do Rio Grande do Sul e do Piauí.

No Rio de Janeiro, o destaque vai para a organização não governamental Adaptsurf, que oferece aulas de surfe para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e para o projeto Praia para Todos, que idealizou a acessibilidade desde a chegada da pessoa com deficiência à praia, por meio de rampas, até o deslocamento ao mar, em cadeiras anfíbias.

Ratificado o valor do projeto, sugerimos pequenos ajustes, sob a forma de emendas, com o objetivo de aperfeiçoar o texto.

As duas primeiras emendas adaptam a ementa e o art. 1º da proposição às alterações que faremos a seguir.

A terceira emenda altera o art. 4º do projeto, com três objetivos: 1) aprimorar seu *caput*; 2) modificar a redação sugerida para o art. 45-B, evidenciando que o Selo Praia Acessível deva ser concedido às praias que atendam às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), e não somente a algumas poucas adaptações de acessibilidade previstas no art. 45-A; e 3) suprimir o novo art. 45-C, que simplifica processos de concessão de alvarás de construção e de funcionamento para empreendimentos comprometidos com a implantação das adaptações, pois vemos dificuldades em harmonizar a simplificação proposta com o rigor exigido pelas normas técnicas sobre acessibilidade.

A quarta emenda, por fim, altera a Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, para assegurar que a acessibilidade e o respeito à legislação ambiental sejam considerados nos pactos por meio dos quais a União eventualmente transferirá a municípios a gestão das praias.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.875, de 2019, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CDR

Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 2.875, de 2019, a seguinte redação:

"Altera as Leis nºs 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), 13.240, de 30 de dezembro de 2015, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre requisitos mínimos de acessibilidade em praias."

EMENDA Nº – CDR

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 2.875, de 2019, a seguinte redação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Art. 1º Esta Lei altera as Leis nos 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), 13.240, de 30 de dezembro de 2015, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre requisitos mínimos de acessibilidade em praias e para incentivar a adaptação das praias com vistas a torná-las acessíveis a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida."

EMENDA Nº – CDR

Dê-se ao art. 4º do Projeto de Lei nº 2.875, de 2019, a seguinte redação:

"Art. 4º O Capítulo IX do Título II do Livro I da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), passa a vigorar acrescido dos seguintes arts. 45-A e 45-B:

'Art. 45-A. São consideradas adaptações de acessibilidade em praias, sem prejuízo de outras definidas em regulamento:

I – acesso a pé, livre de obstáculos, com piso tátil, a partir da via pública até a entrada acessível da praia;

II – estacionamento reservado próximo à entrada acessível da praia;

III – quando existentes, pelo menos um dos banheiros ou vestiários adaptado;

IV – rampas com corrimãos ou com plataformas elevatórias onde existirem desníveis;

V – itinerário acessível até os principais pontos de interesse da praia;

VI – esteira ou mecanismo que ofereça acesso firme e estável sobre a faixa de areia até o mar, o rio ou o lago;

VII – veículos de transporte público adaptados nas principais linhas que fazem a ligação das regiões mais populosas com a praia adaptada;

VIII – ampla divulgação ao público das adaptações e das ajudas técnicas disponíveis nas praias adaptadas;

IX – ajudas técnicas que possibilitem às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida o acesso ao esporte, ao lazer e à plena utilização das praias nas mesmas condições dos demais usuários.

Parágrafo único. As adaptações de que trata este artigo obedecerão às normas técnicas vigentes de acessibilidade e serão implantadas a critério do poder local, identificadas as necessidades, e em harmonia com o planejamento urbano em vigor.' 'Art. 45-B. O Selo Praia Acessível será concedido, na forma de regulamento, às praias que atendam às respectivas normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

§ 1º O Poder Executivo publicará na internet a lista atualizada de praias possuidoras do Selo Praia Acessível.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às praias marítimas, fluviais e lacustres.

§ 3º As adaptações de que trata o inciso IX do *caput* do art. 45-A desta Lei poderão ser oferecidas apenas em períodos de alta demanda, observada a sazonalidade turística.'"

EMENDA Nº – CDR [acho que é a quarta]

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acrescente-se o seguinte art. 6º ao Projeto de Lei nº 2.875, de 2019, renumerando-se os atuais art. 6º e art. 7º, respectivamente, como art. 7º e art. 8º:

"Art. 6º O § 2º do art. 14 da Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VI:

'Art. 14.

.....

.....

.....

.....

§ 2º

.....

.....

.....

.....

VI – a observância a normas técnicas sobre acessibilidade em praias e o respeito à legislação ambiental durante a gestão municipal.' (NR)"

Posso falar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com certeza, Sra. Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Eu queria dizer da importância... Eu costumo dizer que as deficiências desaparecem quando o Estado, o poder público e a sociedade como um todo resolvem tirar esses empecilhos, porque, se eu sou um cadeirante, se eu tenho dificuldade de mobilidade, mas, se em todos os setores onde eu moro ou onde eu vou passear de férias têm acessibilidade, aquilo deixou de ser uma deficiência para mim. Isso eu mostro também... Por exemplo, se todos os meios de comunicação tivessem língua brasileira de libras e tivessem também a tradução, porque aqueles que têm surdez reclamam disso... Nós já temos lei para isso, mas infelizmente a gente não vê. Ou você tem libras ou então você tem a tradução do texto, porque quem não tiver conhecimento da lei brasileira, se não souber libras, sabe ler. Então, é algo que eu digo: se as pessoas com deficiência... Um Estado, um país que não consegue incluir suas pessoas com deficiência, na verdade, quem é deficiente é esse país, porque a gente sabe que há novas tecnologias de acessibilidade.

E outra coisa: quem não vê por esse lado humano veja pelo lado econômico, porque muitas famílias deixam de viajar para lugares porque tem alguém com mobilidade reduzida ou outros tipos de deficiência e não tem nenhuma atração porque não chegam lá. E é possível, sim, gente. Isso é decisão política.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero parabenizar aqui a nossa colega, autora desse projeto de lei, Tereza Nelma, e também o nosso Presidente Marcelo Castro, porque eu sei que ele sempre foi muito sensível a esse lado, colega médico, das pessoas.

Nós temos quase um quarto da população brasileira com algum tipo de deficiência. Sem falar que nós vamos envelhecer e vamos ter, sim, mobilidade reduzida. Então, vamos aprovar leis e acompanhar isso aí, vamos cobrar não só do Governo, mas também da iniciativa privada.

Eu estou vendo aqui que tem isso. Quando você vai fazer um hotel, um balneário numa praia, que ele já deixe as condições mínimas para se atender essa população, que não é pouca e que a gente tem que respeitar.

Por isso, eu estou pedindo voto a favor.

Obrigada, gente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão o Projeto de Lei 2.875, de 2019, de autoria da nobre Deputada Tereza Nelma, com a brilhante relatoria da Senadora Zenaide Maia. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão e submeto à votação simbólica.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria pedir aqui pela ordem.

Eu queria solicitar a retirada de pauta do item 6, que é o PL 5.462, de 2019, para reexame da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, concedida a retirada de pauta.

Então, aprovado o relatório que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas de 1 a 4, acrescentadas pela Relatora, da CDR.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos.

Senadora Zenaide, eu fico muito feliz de aprovar uma matéria de tão grande alcance social como esse projeto de lei de autoria da Deputada Tereza Nelma, tão bem relatado por V. Exa., que fez essas emendas que só enriqueceram o projeto.

Essa é uma área de que, evidentemente, o país tem se descuidado ao longo do tempo e que, em boa hora, a gente aprova esta lei para amparar aqueles que têm deficiências em vários sentidos. E, como V. Exa. disse muito bem, todos nós, que estamos envelhecendo ou já somos velhos, com certeza, vamos ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deficiências e vamos precisar ter essa proteção legal. Então, eu acho que é um dia bom para a nossa Comissão aprovar esse projeto tão importante.

O item 5 é da relatoria do Senador Efraim Filho, que se acha ausente.

Do item 6 a nobre Senadora Zenaide Maia pede a retirada para reanálise.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 5462, DE 2019

- Não terminativo -

Dispõe sobre a conservação, a proteção, a regeneração, a utilização e proteção da vegetação nativa e a Política de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Cerrado e dos ecossistemas, da flora e da fauna associados.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação

Observações: *A matéria segue à CRA e à CMA, cabendo à última a decisão terminativa.*)

O item 7 é um requerimento desta Comissão, de autoria do Senador Laércio, que, não estando presente, eu subscrevi.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO N° 11, DE 2023

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de expor a política de abastecimento de petróleo e combustíveis da Petrobras para os próximos quatro anos. Proponho para a audiência a presença do Senhor Jean Paul Prates, Presidente da Petrobras.

Autoria: Senador Laércio Oliveira (PP/SE) e outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- Matéria constante na pauta da 9ª Reunião da CDR, realizada em 30/05/2023.

Já tivemos requerimento aprovado nesse mesmo sentido. Vamos apenas reforçar para que seja também composto por esse requerimento do Senador Laércio.

Então, Sras. e Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 12, DE 2023

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre os papéis históricos desempenhados pelas Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste.

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)

Observações:

- Matéria constante na pauta da 9ª Reunião da CDR, realizada em 30/05/2023.

Concedo a palavra ao nobre Senador, para fazer o encaminhamento do seu requerimento.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, Senador Marcelo, Senadora Zenaide, parabéns, inclusive, pela aprovação do projeto, que nós acabamos de votar.

O requerimento, Sr. Presidente, está solicitando uma audiência pública que – já sugiro – seja de hoje a 14 dias, se for possível, trazendo o Banco da Amazônia e o Banco do Nordeste e convidando as Superintendências da Sudam e da Sudene, que são órgãos que – principalmente, a Sudam e a Sudene – tiveram e têm uma importância gigantesca para essas regiões, mas que, ao longo desses últimos anos, foram sendo diminuídos na sua estrutura, na capacidade técnica, muita gente se aposentando, muita gente saindo dos órgãos, diminuindo a nossa capacidade técnica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós devemos pensar no desenvolvimento dessas regiões, os recursos, e estamos num processo de retomada. Participei, com muita felicidade, da posse do nosso colega ex-Senador Paulo Rocha, como Superintendente da Sudam, e há uma animação voltando. E é necessário a gente trazer e debater isso aqui numa audiência pública, até para que este Senado, que vai estar elaborando orçamento, que vai estar trabalhando, possa, dialogando com as regiões e com esses órgãos, ajudá-los a se reconstruir naquilo que a gente entende como necessário para essas regiões.

Portanto, solicito a aprovação desse requerimento.

Já tenho aqui quem a gente poderia convidar – se tiver mais algum acréscimo, também não me oponho.

E que a gente possa fazer uma grande audiência pública e contribuir com essas instituições.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com a palavra, a nobre Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Pela ordem.) – Eu quero aqui parabenizar o colega Beto.

É importante. São instituições que deram visibilidade a regiões que, dizem, são de difícil acesso e que a gente sabe que precisam da presença estatal. E essas instituições contribuíram muito, mas, durante um período, desmereceram-nas; eu digo que as dissecaram, como fazem com outras instituições, para justificar a ausência delas. Infelizmente, no país, a gente vê isso.

Eu vou citar aqui o exemplo da Hemobrás, que tem condições técnicas, mas passaram-se anos, pelo menos oito anos, sem investimentos na Hemobrás. A gente sabia que ela foi projetada – e tinha condições – para processar todo o plasma dos brasileiros, e os brasileiros têm algo que a maioria dos países do mundo não tem: solidariedade. Todos comparecem aos hemocentros, seja os militares das Forças Armadas, seja o Corpo de Bombeiros, para doar.

Então, essas instituições, que tinham que ter esse olhar diferenciado para o Norte e o Nordeste, são de uma importância fundamental. Então, vamos reerguê-las, que é uma maneira de ter gente dando visibilidade à importância do Estado brasileiro nessas Regiões Norte e Nordeste, principalmente. E a gente sabe que, se não se falar sobre isso, nem aqui tem essa visibilidade.

E ter um olhar diferenciado nos orçamentos também. O meu colega Senador Marcelo Castro, que entende orçamento, a gente sabe que não adianta discutir muita coisa sem botar, sem colocar aquela instituição no orçamento, dando o merecer que essas instituições merecem para a evolução, a construção de nossas regiões. Eu costumo dizer: não existe país bem quando suas regiões, seus municípios, seus estados não estão bem. Isto não existe: uma nação bem quando os outros entes federados estão mal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, nobre Senadora.

Em votação o requerimento do nobre Senador Beto Faro.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

O Senador Beto Faro propõe o dia 4, uma terça-feira, para fazer essa audiência pública. Nós concordamos e peço à Secretaria que emita os convites.

Antes de finalizarmos o nosso trabalho, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 11ª Reunião, realizada em 14/06/2023.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário Oficial do Senado Federal*.

Antes de encerrar a nossa sessão, quero parabenizar aqui o nobre Senador Beto Faro pelo dia de hoje, em que completa mais um aninho.

Evidentemente, eu não tenho coragem de cantar aqui os parabéns. (*Risos.*)

Mas que sinta, Senador, que nós cantamos aqui os parabéns a V. Exa., muito merecedor, grande representante do grandioso Estado do Pará.

E, nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 9 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e vinte e seis minutos do dia vinte e um de junho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Soraya Thronicke e Jaime Bagattoli, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Jayme Campos, Izalci Lucas, Ivete da Silveira, Efraim Filho, Margareth Buzetti, Jussara Lima, Angelo Coronel, Augusta Brito, Teresa Leitão, Zequinha Marinho, Tereza Cristina e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia, Professora Dorinha Seabra, Lucas Barreto, Nelsinho Trad e Eduardo Braga, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais membros. Registra ainda a presença do Rodrigo Camargo, Deputado Estadual (REPUBLICANOS/RO). Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública (Manejo Florestal - Reqs 9/23 e 14/23), atendendo aos requerimentos REQ 9/2023 - CRA, de autoria Senador Jaime Bagattoli (PL/RO), e REQ 14/2023 - CRA, de autoria Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO/MS). Finalidade: Discutir a realidade do manejo florestal em área nativa no bioma amazônico e seus desafios. Participantes: Garo Joseph Batmanian, Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Lívia Karina Passos Martins, Diretora de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama; Deryck Pantoja Martins, Diretor Técnico da Associação Brasileira de Empresas Concessionárias Florestais - CONFLORESTA (representante de: Confederação Nacional da Indústria - CNI); e Frank Rogieri de Souza Almeida, Presidente do Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal - FNBF. Resultado: Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinquenta e quatro minutos. Usam da Palavra os Senadores: Jayme Campos, Tereza Cristina, Jaime Bagattoli e a Senadora Soraya Thronicke, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Soraya Thronicke
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/06/21

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos os presentes e a quem está nos acompanhando via internet, via TV Senado.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos na tarde de hoje.

Declaro aberta a 12ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Estamos iniciando a nossa reunião de hoje com o quórum de dez Senadores. Hoje estamos com a audiência interna um tanto quanto conturbada – não é, Senador Jaime Bagattoli? – por conta da sabatina de Cristiano Zanin, indicado para o Supremo Tribunal Federal. Mas, enfim, não estaremos ao vivo, mas a nossa reunião está na internet, no YouTube, tem *link* disponibilizado e depois passa na TV Senado.

Então, eu gostaria agora da dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública requerida pelo Senador Jaime Bagattoli para discutir a realidade do manejo florestal em área nativa no bioma amazônico e seus desafios, em atendimento ao Requerimento nº 9, de 2023, da CRA, de iniciativa desta Presidência, e também ao Requerimento nº 14, de 2023, da CRA, de iniciativa do Senador Jaime Bagattoli, aqui presente, para quem, depois da primeira fala, eu passarei a Presidência.

Hoje, está audiência destina-se a um assunto que, corriqueiramente, está em voga em meio a rodas e assuntos do cotidiano, afinal, a madeira está em praticamente tudo o que usamos diariamente, não apenas de forma direta, mas também indiretamente. A madeira é utilizada como matéria-prima nos mais diversos setores econômicos, como na fabricação de móveis, de papéis, na construção civil, na carroceria de caminhões, entre outros produtos que são derivados desse insumo.

A história da madeira e a evolução na forma como o homem foi se adaptando a utilizá-la em diversas áreas, especialmente no processo de edificar, são essenciais para entendermos a importância desse recurso e suas características particulares, como a sua capacidade de renovação durante todo o desenvolvimento cultural da nossa sociedade e das atividades humanas.

Dada a importância que a madeira sempre teve, surge também a preocupação com a utilização desse recurso que nos é presenteado pela natureza, e é sobre isso que vamos debater aqui hoje.

De antemão, acredito ser possível abastecer as necessidades da sociedade sem comprometermos totalmente a sustentabilidade do meio ambiente. Nesse sentido, temos, no manejo florestal, uma atividade fundamental que utiliza técnicas de exploração de baixo impacto ambiental e que pode fazer a diferença para a preservação de espécies animais e vegetais dos nossos biomas.

Por isso estamos realizando aqui, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, esta reunião para que seja feita uma exposição e veiculação de informações importantes a respeito da realidade do manejo florestal, para que a nossa sociedade esteja cada vez mais consciente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do assunto e compreenda que esse recurso natural – prazer tê-lo aqui, Senador Jayme Campos – pode ser utilizado de forma correta, sustentável e renovável acima de tudo.

Preservar os espaços naturais e extrair seus recursos de forma regrada, que traga benefícios a empresas e aos consumidores sem prejudicar a natureza, é um grande desafio para as organizações. Mas isso é possível e tem nome: manejo florestal sustentável, um meio de atingir excelentes resultados para o meio ambiente, companhias e comunidade.

Com o manejo florestal – defino com base em pesquisas e estudos constantes –, é possível fazer a extração de insumos sem afetar a natureza de forma agressiva, bem longe da exploração ilegal, que destrói o ecossistema, inviabilizando o aproveitamento de áreas naturais e sua biodiversidade.

Desejo a todos aqui e aos que nos acompanham pela TV Senado e pelas redes sociais um debate produtivo, esclarecedor, e que os oradores presentes possam abastecer ainda mais a população com informações confiáveis e relevantes, sem viés ideológico, mas de cunho científico, que é o aceitável para todos nós, que acresçam significativamente à consciência cultural e ambiental, sem discriminação ideológica de qualquer natureza, e que consigamos mostrar com clareza que o agronegócio também se preocupa com o meio ambiente e preza pelo respeito à legislação vigente no nosso país.

Sobre isso, eu gostaria de destacar que hoje eu recebi uma comissão, recebi um grupo de Parlamentares da África do Sul, da comissão de agricultura lá da África do Sul, e membros que também são do Ministério da Agricultura da África do Sul, enfim. Eles vieram buscar informações conosco sobre o crescimento do nosso agronegócio, o crescimento sustentável, e copiar as nossas práticas, as nossas melhores práticas.

Então, nós somos também orientadores, norteadores da questão do meio ambiente. Nós temos esse papel de responsabilidade de nortear outros países, mesmo que sejamos achincalhados, às vezes, hostilizados por outros, outros inclusive que não querem se debruçar sobre números, sobre fatos, que é o que nós buscamos aqui.

Então, espero que um novo tempo agora chegue para nós, em que possamos realmente parar com esse tipo de discurso ideológico, possamos atender todos os lados e dizer sempre, todos os dias, que, sim, o nosso agronegócio caminha umbilicalmente aqui com o meio ambiente – olha, grudadinho, são irmãos siameses agronegócio e meio ambiente; assim tem que ser, assim deve ser –, e com o produtor responsável, porque a maioria dos nossos produtores rurais são responsáveis.

Por isso também, precisamos adiantar essa questão da regularização fundiária, para que a responsabilidade chegue para cada um, porque é assim que nós vamos coibir qualquer desgaste ambiental e, principalmente, continuar crescendo e ser o norte para todo o mundo do crescimento do agronegócio grudadinho ali com o meio ambiente.

Para prosseguirmos, eu gostaria de convidar para compor a mesa o Sr. Frank Rogieri de Souza Almeida, Presidente do Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal. Seja muito bem-vindo, Frank! (*Pausa.*)

Sr. Garo Joseph Batmanian – desculpa; qual é a origem? –, Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Seja bem-vindo, Garo! (*Pausa.*)

Como é que fala o seu sobrenome? (*Fora do microfone.*)

Esse é o Batman, não é? (*Risos.*)

Gostei. Achei legal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Sra. Lívia Karina Passos Martins, Diretora de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, o nosso Ibama. (*Pausa.*)

E, por fim, Sr. Deryck Pantoja Martins, Diretor Técnico da Associação Brasileira de Empresas Concessionárias Florestais (Confloresta), representando também a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Seja bem-vindo! (*Pausa.*)

Aqui nós temos, de praxe...Hoje, de certa forma.... É tão importante adentrarmos no assunto, mas, para que tenhamos assim, uma baliza, geralmente nós damos dez, quinze minutos. Caso necessitem de mais um tempo, sem problema nenhum. A gente pode, com flexibilidade, aqui, com uma certa flexibilidade, administrar. O.K.?

Então, primeiramente, eu passo a palavra para o Sr. Frank Rogieri de Souza Almeida, que é o Presidente do Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal.

O SR. FRANK ROGIERI DE SOUZA ALMEIDA (Para expor.) – Boa tarde, senhoras e senhores! Na pessoa da Senadora Soraya, quero cumprimentar todas as mulheres aqui presentes, na pessoa do Senador Jayme Campos, meu conterrâneo, Senador do nosso querido Estado de Mato Grosso, quero cumprimentar todos os amigos e amigas aqui presentes e todos os Senadores aqui presentes.

Primeiro, Senadora, quero agradecer à senhora a oportunidade de o nosso setor estar aqui hoje, representado por mim, o setor de base florestal, e pelo amigo Deryck, que é lá de Belém do Pará. Nós, do Fórum, o emprestamos para a Emex. Então, nós dividimos, na nossa Amazônia de uma maneira geral, para colocar mais atores nessa missão de – como quem bem disse a senhora aqui – a gente combater a desinformação. Nós combatermos a ideologia desenfreada que se implantou no Brasil e a discriminação contra certos setores da nossa economia.

O setor de base florestal é, hoje, um dos maiores vetores de preservação ambiental e conservação de floresta que o Brasil tem disponível, que o mundo tem disponível. E o Brasil faz isso com excelência, através do Serviço Florestal Brasileiro, com as concessões florestais, que vêm crescendo, que são feitas com maestria. Levam opções de geração de renda, de emprego, de arrecadação de impostos, a locais antes inóspitos da Amazônia brasileira.

Isso, para nós, é motivo de orgulho. Estarmos aqui hoje, pelo Ibama, que hoje é conduzido e representado aqui pela Dra. Lívia, que aqui está e que faz um trabalho generoso. Com pouca estrutura, procura estar hoje nas diversas frentes do Brasil. Precisa ser olhado com mais carinho, e estruturado mais. Num país que é tão cobrado quanto o nosso, hoje, na preservação ambiental, o maior órgão de combate aos ilícitos, o órgão que hoje é para dar mais notoriedade e firmeza, perece, às vezes, por falta de próprio orçamento.

Então, eu me apresento a vocês. Meu nome é Frank Rogieri de Souza Almeida. Sou residente no Município de Alta Floresta, em Mato Grosso. Estou hoje Presidente do Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal, que tem sede em Brasília, e Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso.

Opa, passou.

Então, para a gente falar de manejo florestal sustentável...É impossível falar de manejo florestal sem falar de Amazônia. Não que só exista manejo florestal sustentável na Amazônia, mas é lá que está concentrada a grande maioria dos manejos florestais. Então, nós estamos falando de uma extensão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

6,7 milhões de Km², de 670 milhões de hectares, que abrange o Brasil, o Peru, a Colômbia, a Bolívia, a Venezuela e o Equador.

Mais de 70% da Amazônia estão localizados em solo brasileiro, o que representa 59% do nosso território e nós temos o mais importante de tudo da Amazônia: o seu povo, o povo que está habitando aquele lugar, os 28 milhões de pessoas que lá estão, que necessitam, tanto quanto as pessoas aqui do Sudeste, do Centro-Oeste brasileiro, do Sul brasileiro, de dignidade, de acesso a bens de consumo, de oportunidade de emprego e de geração de renda.

Então, eu quero aqui discutir, de uma maneira bastante breve, no máximo – no máximo –, quatro a cinco horas de conversa aqui com os senhores... (*Risos.*)

... falar um pouco sobre como o manejo florestal sustentável funciona e como ele é, hoje, na minha opinião e na opinião de diversos técnicos, inclusive, da Embrapa, um grande vetor de combate aos ilícitos ambientais, ao desmatamento, a queimadas, não só na Amazônia brasileira, mas em todo o Brasil.

Primeiro, nós temos que entender o que é o ciclo de vida das florestas. A floresta se comporta exatamente como a sociedade civil organizada, como as nossas vidas, as nossas famílias. Cada árvore é como se fosse uma pessoa. Nós temos um ciclo de vida. Nós nascemos, crescemos, nos reproduzimos, envelhecemos e morremos. Esse é o ciclo natural da vida. Podemos encerrar isso mais cedo? Sim, podemos. Podemos sofrer um acidente. A árvore pode tomar um raio. Podemos desenvolver uma doença congênita genética. A mesma coisa acontece na floresta.

Então, a floresta não é diferente. A árvore nasce, cresce e, nesse momento de crescimento, ela desenvolve o seu principal papel, que é o papel de, através da fotossíntese, sequestrar carbono da atmosfera e transformar esse carbono em madeira. É assim que se sequestra carbono. A gente vê hoje, nas pautas de diversas *startups* e instituições, todo mundo falando em sequestro de carbono, e tudo fica muito vago. Mas, na hora em que eu falo em manejo florestal sustentável, na hora em que eu falo em floresta, eu consigo materializar isso. A árvore faz fotossíntese, sequestra carbono, vai crescendo e depositando esse carbono na sua estrutura, transformando isso em madeira. Ela se reproduz, como adulta. Então, ela cria um banco de sementes embaixo dela que passarinhos disseminam, o vento dissemina. Aí ela vai envelhecer e vai encerrar o ciclo de vida dela, vai morrer. Ponto final. A árvore não é eterna. O maior papel biológico dela, e social, ela fez até o momento em que ela se reproduziu. Daí para frente, começa o quê? O apodrecimento, com a morte. A partir daí, ela começa a liberar para a atmosfera aquele gás carbônico que ela sequestrou.

Pois bem. E o manejo entra onde nisso? Entra, atuando e identificando, com tecnologia, com projetos, com consciência, porque não é... Não pode ser discutido... Em tudo o que nós vamos fazer na vida hoje, nós temos que levar a ciência em consideração. Nós entramos na floresta, através de um projeto de manejo florestal, e identificamos quais são as árvores que já cumpriram o ciclo de vida delas, quais são as árvores que já estão velhas, quais as que estão se encaminhando para a morte. E aí vocês vão ficar surpresos: numa área do tamanho... Todo mundo gosta de quantificar as coisas no Brasil em relação ao futebol, porque é bastante popular e fácil, todo mundo conhece. Num hectare de área, numa área do tamanho de um campo de futebol, do tamanho de um Maracanã, nós entramos lá e sacamos de três a cinco indivíduos que já estão caminhando para a morte. Nós temos algo próximo de 30 mil indivíduos lá dentro. Dentro desse campo de futebol, nós temos mais de 30 mil indivíduos. Vai variar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

muito de floresta. Tem floresta com mais indivíduos, floresta com menos. E nós sacamos de três a cinco, com baixo impacto. Poucas pessoas vão conseguir saber que de lá foi sacada alguma coisa. O impacto ambiental é muito pequeno.

Então, eu quero mostrar aqui para vocês um exemplo: em 2015... Essa é uma propriedade privada. Lá, no Estado do Mato Grosso, nós temos, hoje, de florestas preservadas no Estado de Mato Grosso, 4,6 milhões de hectares de área manejada, já executada e em execução. Desde que nessas áreas foi feito, por exemplo, o manejo, Senadora, não teve histórico de invasão, não teve histórico de desmate, não teve um foco de calor. Nós passamos, há dois, três anos, um dos momentos mais difíceis de Mato Grosso com relação a queimadas. O Pantanal, lá da terra do Senador Jayme, queimou quase todo – terra da senhora também – por calor, por falta de manejo etc. Um prejuízo enorme não só para o meio ambiente, mas para as pessoas que lá vivem, certo?

Nas áreas de manejo florestal do Mato Grosso, naquele momento mais difícil, não teve um foco de incêndio. Por quê? Primeiro, tem responsável, as áreas são identificadas, são georreferenciadas, são monitoradas o tempo todo. Se aparecer um foco de incêndio, vai apitar lá no painel da Secretaria de Meio Ambiente, lá em Cuiabá. O CIOPAer vai em cima, o Corpo de Bombeiros, o Ministério Público é acionado, o dono da área recebe hoje, via WhatsApp, um aviso: "Olha, tem um foco calor na sua área". Pode ser meia-noite, pode ser de manhã, vai receber. Ou seja, teve regularização fundiária.

Então, essa é uma propriedade privada. Nós temos, na margem esquerda, a área dela que é destinada à produção agrícola, com APP protegida, vocês podem perceber. A parte em mato... Hoje, na Amazônia brasileira, 80% da propriedade tem que ser mantida como reserva legal. E o que é que nós vamos fazer com isso? A gente só dá valor àquilo que nos vale alguma coisa. Nós só guardamos o que tem valor, nós só cuidamos do que tem valor. Se aquilo não me serve de nada, só me dá despesa, só me traz risco, para que que eu vou cuidar de mato? Qual é a função disso? Qual é o sentido de um cidadão, de um proprietário rural ter uma área para ficar só olhando para ela e ter despesa com ITR, ter despesa com cuidado de divisa etc.? Então, nós temos a oportunidade de, nessa reserva legal, desenvolver o manejo florestal sustentável, onde a fauna fica protegida.

Então, vocês estão vendo que essa área está intacta. Olhem dentro da linha amarela. Isso em 2015. Em 2017, olhem como mudou. Vocês vão ver os pontinhos de onde foram extraída as árvores e as picadas, aquelas pequenas estradas que são feitas a arraste dentro. Isso é em 2017. Vamos ver como é que ficou essa área depois de dois anos explorada, em 2019. As estradas já se recompuseram todas. A floresta se regenera de uma forma muito violenta. Quando eu vou lá, é a mesma coisa de uma família que tem três filhos. O pai e a mãe dominam a casa até o momento em que aqueles filhos fazem 18 anos, 19 anos e vão sair de casa para estudar e tal. E, aí, aquela pessoa começa a se desenvolver de uma forma muito mais rápida. Literalmente saiu debaixo da saia da mãe, certo? As decisões têm que ser dele. Na floresta, é igual. Eu pego uma árvore grande, que está velha, que faz muita sombra, que não deixa entrar o sol, e a floresta fica parada. Quando eu tiro aquela árvore fora, entra a luz, que vai atingir o chão, vai atingir o sub-bosque, vão competir entre si 20, 30, 40 filhas dela. Vão sequestrar carbono de forma mais rápida, vão crescer de forma mais rápida, começam a disputar espaço entre elas. A floresta se regenerou, se renovou. É a única coisa que acontece na natureza. Só o manejo florestal permite esse tipo de situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, nesse momento aí, desafio a qualquer leigo aqui – se quiser ir lá em Alta Floresta eu mesmo levo – a entrar numa mata explorada há mais de dois ano e achar de onde é que foi tirada a madeira lá de dentro.

Fica o convite aqui para esta Casa: nós dias 13 e 14 de julho nós realizamos todos os anos em Mato Grosso o Dia da Floresta, Senadora, que é exatamente para dar oportunidade para as pessoas envolvidas, para as autoridades envolvidas poderem ir conosco ao manejo florestal e ver como é que ele funciona, como é que se trabalha, como é que se extrai.

Então, esse gráfico ficou um pouco pequeno ali, mas o que eu quero mostrar, em síntese, para vocês, assim, é que o Brasil, embora detenha a maior floresta tropical do mundo, participa apenas com 2% do mercado internacional de madeira, Dra. Lívia. E esse é um desafio em que a gente precisa muito do apoio do Ibama. O Brasil engatinha em níveis de exportação de madeira e agregação de valor. Se a gente não trouxer as pessoas para a legalidade, se a gente não reconhecer o trabalho que é feito pelo Serviço Florestal, que é feito pelo Ibama...

O Ibama tem hoje, Senadora, o melhor sistema de monitoramento de controle florestal do mundo. Infelizmente, o nosso povo dá mais valor em falar dos pontos negativos que acontecem... nós temos problema? Temos problema. Mas nós não temos problema só no setor florestal? Nós temos o cidadão que adultera combustível, nós temos o cidadão que falsifica cigarro, nós temos o cidadão que falsifica medicamento para câncer. Então, no nosso setor nós temos também o joio. Cada um com a sua cruz! Para eles, a lei. O Ibama vai lá para coibir. Nós temos lei para isso. Agora, o povo brasileiro tem que entender que tem um mecanismo, e nós precisamos valorizar o trabalho das pessoas sérias que tem neste país, que estão lá dentro fazendo a coisa acontecer. O Ibama brasileiro é referência para o mundo.

Então, a gente precisa mostrar isso para o mundo. Nenhum país do mundo tem o sistema de controle que tem o Brasil.

No mercado mundial de madeira, nós participamos com 7%. De toda a madeira comercializada no mundo nós temos apenas 7%. Então, o Brasil perde para o Vietnã, o Brasil perde para a Indonésia, o Brasil perde para o Canadá em termos de negócio de madeira. São bilhões de dólares à nossa frente todos os anos.

Então, aí é só o que eu acabei de falar aqui em termos fiscais...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FRANK ROGIERI DE SOUZA ALMEIDA – Para finalizar, vou finalizar com essa imagem aqui.

Quero mostrar para vocês o seguinte: essa imagem é do nosso Dia da Floresta do ano passado, no Município de Carmem, no norte mato-grossense, vizinho a Sinop.

Nós temos para o lado de cá uma área de produção agrícola e, para o lado de lá, a reserva legal de um proprietário rural que segurou. Essa área foi explorada há 30 anos e agora está no seu segundo ciclo, fazendo a segunda safra de madeira, produzindo até mais madeira do que foi produzido na vez passada, porque agora a floresta está no ponto exato de colheita.

Então, nós, quando fazemos o manejo florestal sustentável, além de preservar, combater os ilícitos ambientais, ofertamos ao Brasil e ao mundo... talvez na construção civil – eu desafio aqui a que outros me apresentem – o que que vai muito na construção civil? Pedra, mineral; areia, mineral; ferro, mineral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De onde eu extraí a areia, o ferro e a pedra nasce o quê? Se renova o quê? Qual é o índice de renovação de onde eu fui lá extrair a rocha? Pressupõe-se que é zero. Agora, de onde eu explorei a madeira, que virou um móvel, uma cadeira, um vigamento, um *deck*, um piso, se eu fiz o manejo florestal sustentável, a floresta vai estar lá, renovada, com toda a fauna, crescendo, com todas as APPs preservadas, se regenerando, ajudando no sequestro de carbono, combatendo o aquecimento global. Então, o manejo é isto: é combater os ilícitos, manter fauna, gerar emprego, levar dignidade para os povos que estão na Amazônia. É uma opção de renda.

Falei agora aqui para o nosso Presidente do Serviço Florestal Brasileiro que, em novembro, eu estive em Moraes de Almeida, uma região com graves problemas de ilícitos ambientais, no eixo da 163, onde a população tem poucas oportunidades de trabalho lícito. No primeiro mandato do Presidente Lula, a Ministra Marina teve a ideia de criar lá a Flona Altamira. Talvez tenha sido o projeto dela de mais sucesso que ela implantou, e ela não teve oportunidade de voltar lá para ver. É uma região de alta grilagem de terra, que tem 680 mil hectares na Floresta Nacional de Altamira, em que foi feito manejo florestal sustentável, através de concessão, pelo Serviço Florestal Brasileiro.

E, desde que foi assinado o contrato, já em 2013, não tem um foco de incêndio e os desmates vieram até a divisa da Flona. É igual àquela que eu mostrei ali para vocês, agora há pouco: não avançou dentro da Flona. Gera-se muito emprego para mulheres. Essa imagem aí é de lá, ó. E 80% dos cabos de faca, ferramentas, garfos e talheres de uma grande indústria brasileira saem dessa floresta, de madeira que ia para o lixo – são aproveitados pedacinhos pequenininhos para fazer cabos e talheres. E são feitos todos por mulheres.

Então, mudou o cenário e a esperança das famílias, das mulheres, das pessoas de uma região que tinha um grande e grave problema social. Então, essa é uma opção real, que precisa ser olhada por outros olhos. Fico feliz de esta Comissão e a Senadora darem esse espaço, para que a gente possa discutir isso, combatendo a desinformação e a discriminação, e mostrar ao Brasil que nós podemos avançar muito mais, Senadora. É uma grande opção não só para a Amazônia brasileira, mas para todos os brasileiros e para o mundo.

Muito obrigado à senhora, aos Srs. Senadores e a todos que estão aqui nessa Casa. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Frank, muito obrigada pela sua explanação pragmática. Bom orador, hein? (*Risos.*)

É um bom professor. Ele já ganhou o voto. Lança ele. Lança ele lá no Mato Grosso. Mas é disto que nós precisamos: de pragmatismo, de, com suporte e base na ciência, desenvolver esse país e de acabar com essas amarras ideológicas. É disso que nós precisamos. E principalmente com briga ideológica, que não leva ninguém a nada.

Então, muito obrigada pela sua exposição.

Vou passar agora para o Senador Jaime Bagattoli a condução da reunião. Eu volto no final. Mas eu estarei acompanhando tudo lá do gabinete e aqui pelo telefone. É difícil... Na terça e na quarta aqui, o negócio é complicado. Não é, não? É complicado, hoje muito mais.

Mas eu vou estar aqui. E nós vamos fazer com que esta audiência pública, Dra. Lívia, Garo, Deryck e Frank, com que isso reverbere.

E nós vamos colocar nas nossas redes sociais, porque é muito importante informar a população. E esta Comissão também tem esse condão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acima de tudo, deixo as portas abertas, já de antemão, para V. Sas. para ideias legislativas, porque vocês entendem do assunto. São mestres no assunto de que estamos tratando. Então, vocês podem nos ajudar na legislação, nas lacunas que ainda existem. Essa é a nossa missão.

E uma audiência pública tem este condão de conduzir a nossa legislação, para aprimorá-la e para que possamos, cada vez mais, crescer na nossa produção e melhorar as nossas condições de exportação, enfim, tudo com muita responsabilidade.

Então, muito obrigada.

Senador Jaime, vou passar a Presidência a V. Exa.

Obrigada.

Até daqui a pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Boa tarde a todos.

Cumprimento o meu xará, Senador Jayme Campos. Obrigado pela presença.

Cumprimento, representando o Agostinho, a Lívia Karina Martins, o Garo, o Deryck e o Frank.

Quero dizer só para você, primeiramente, fazer um comentário, Frank. Depois, eu quero fazer um comentário mais longo.

Por tudo o que você falou, eu fui a primeira pessoa a fazer plano de manejo florestal da Amazônia, em 1980 e pouco. Eu sou neto de madeireiro. Em 1987, eu fiz o primeiro plano de manejo florestal lá na Amazônia, no Estado de Rondônia. Não sei, no Mato Grosso também, nasceu mais ou menos na mesma época, em 1987. Depois, eu vou fazer um comentário sobre essa situação.

Neste momento também, quero cumprimentar aqui o nosso Deputado Delegado Camargo, do Estado de Rondônia; o nosso Vereador Bengala.

Bengala é apelido, não é, Bengala?

Temos o Governador aqui também, presente. Obrigado pela presença.

Eu queria passar a palavra ao Garo, porque eu acho que ele tem outro compromisso.

Mas o senhor pode já fazer o uso da palavra.

O SR. GARO JOSEPH BATMANIAN (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Bagattoli. Muito obrigado aos presentes, ao Senador Jayme.

Podia botar a minha apresentação, por favor?

Só um instantinho para botar a apresentação. Enquanto isso, eu queria dizer que, da próxima vez, bote o Frank para o final, porque é difícil a gente seguir o Frank.

Não sou candidato a nada. Nós somos técnicos. Aí fica difícil. (*Risos.*)

Mas vamos lá.

Parte do que eu queria falar já foi falado pelo Frank. Eu gostaria de reforçar parte da mensagem e trazer outros dados e informações. A lógica é exatamente a mesma.

O primeiro...

Demora depois que a gente aperta? (*Pausa.*)

O que é manejo florestal sustentável, que tão eloquentemente o Frank explicou?

O manejo compreende um conjunto de práticas de administração dos recursos florestais que visam à produção de produtos madeireiros ou não madeireiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente pode fazer manejo florestal para produtos não madeireiros também: não pode tirar todo o açaí; não pode tirar toda a castanha. Enfim... E uma coisa não inviabiliza a outra. Então, a gente deveria considerar os dois sempre que possível, conservando as florestas em pé.

A mensagem que o Frank não colocou é que manejo florestal não é desmatamento. Esse é o estigma que se coloca e que a gente tem que combater. O manejo florestal sustentável não é desmatamento. Se tem uma mensagem para que os senhores saiam daqui... Nós temos que reforçar esta mensagem: manejo florestal sustentável não é desmatamento. Ele não conta no desmatamento do Prodes, ele não conta nas estatísticas, e não podemos misturar uma coisa com a outra.

Continuando, existe um outro – aí sim, eu queria falar um pouco mais –, uma floresta, o que nós fazemos para o manejo florestal é diferente do que o resto do mundo faz, os países temperados. Daí vem a lógica de que é desmatamento, porque, nos países temperados, eles vão lá e cortam o pinheiro todo, fazem o que a gente chama, tecnicamente, de corte raso, porque a planta que vem depois é o próprio pinheiro.

O pinheiro lá tem esse papel de ser a primeira planta que volta quando você corta. Então eles podem cortar tudo, porque o pinheiro volta. As plantas coníferas voltam. Aqui nós não podemos cortar tudo. Nós cortamos cerca de cinco árvores por hectare.

Como essas cinco árvores dão, mais ou menos, 26m^3, olhando a primeira nota lá, que é um pouco técnica, a floresta, a madeira que está naquela floresta, porque as árvores crescem o equivalente a 1m^3, uma grande caixa d'água de mil litros por ano, em 30 anos, essa área estará novamente pronta para receber um novo corte, para cortar novas cinco árvores, que hoje estão médias e daqui a 30 anos estarão grandes. E aí você corta mais cinco árvores, e assim sucessivamente.

Então, quando a gente fala que está manejando 300 mil hectares, na verdade, nós estamos explorando 10 mil hectares ao ano e no 31º ano, nós vamos voltar para o primeiro pedacinho do 1/30 avos da floresta. Isso tem que ficar claro.

Então, os outros 29 pedacinhos não foram nem explorados ainda. E à medida... Como o Frank mostrou, as florestas vão crescendo e as árvores vão crescendo ali. É importar salientar isso porque mostra que não há desmatamento. Mas existe um fato importante que a gente tem que colocar que também é utilizado muito, é mencionado muito corte seletivo. Corte seletivo pode ser manejo sustentável, mas corte seletivo pode ser predatório.

Então, vejam, na esquerda, é uma exploração convencional. Eles não desmataram tudo, eles não botaram uma corrente numa ponta e saíram na outra, e ficou aquela terra desnuda. Mas, obviamente, eles exploraram de uma maneira errada. Por quê? Posso dar um monte de explicação técnica, mas imagine que as árvores têm cipós, uma árvore está amarada na outra. Então, se você não corta o cipó, na hora em que a árvore cai, ela puxa mais três juntas. E aí você só usou uma e perdeu mais três. E assim vai. Eu posso dar um monte de explicação técnica, mas é para deixar claro que a área aumenta.

Agora, o da direita, onde está escrito "impacto reduzido", a gente toma algumas precauções anteriores, usa alguns equipamentos diferenciados, não pode usar um trator de esteira, usa outros equipamentos específicos para floresta e veja a diferença. É muito próximo daqueles pontinhos que o Frank mostrou nos eslaides dele.

Continuando, na floresta em que a gente permite concessão florestal e o manejo sustentável, tudo tem que seguir a lei. Não é só o manejo, tudo tem que seguir a lei. Então, veja, a estrada de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concessão, dentro de uma concessão florestal, numa floresta nacional, como é na Floresta de Jacundá, e veja como é a estrada que o madeireiro ilegal abriu para tirar madeira – não tem nenhum cuidado, ele não vai voltar ali, ele não precisa fazer uma estrada. Ele quer o acesso para ir lá uma vez, tirar a madeira e voltar. Então, ele não tem cuidado nenhum, estraga e aí abrem-se essas clareiras. Então, corte seletivo pode ser manejo sustentável, mas não é especificamente, não é sinônimo. Essa é outra mensagem importante.

O outro exemplo, quando falamos que tem que cumprir toda a lei, quando nós fazemos concessão florestal, quando o manejo florestal é bem feito, cumpre-se toda a lei, a lei trabalhista, a lei social. Vejam que aqui é o refeitório de uma concessão florestal. A empresa privada montou um refeitório, usou equipamentos de segurança para cortar as árvores etc. Do outro lado, é o acampamento do madeireiro. Ele não vai se dar ao trabalho de fazer, o madeireiro ilegal, de mostrar, de construir um galpão etc., etc., porque ele vai ficar lá cinco, seis dias. Ele vai extrair e vai embora. É uma lona. Ele não têm equipamentos, não tem segurança, não tem segurança de trabalho etc.

Continuando, onde é que estamos nós nas concessões florestais? Aliás, eu devia fazer um pequeno parêntesis aqui. O Serviço Florestal trabalha, primariamente, no momento, com florestas públicas. Onde estão essas florestas públicas com que a gente trabalha no momento? Dentro das florestas nacionais do Brasil, que são unidades de conservação gerenciadas pelo ICMBio. Com relação a essas florestas, cada uma delas tem um plano de manejo e nesse plano de manejo eles dedicam um pedaço da Flona para nós podermos fazer a gestão da concessão. Não é necessariamente a área toda, porque nem em toda Flona a área toda é passível de exploração. Pode não ter muita madeira, acesso etc. Então, eu estou tratando aqui, nesses números, das concessões florestais nas florestas nacionais e todas elas, no momento, são na Amazônia.

Desses, temos 21 contratos vigentes. Nós fazemos contratos pequenos, não fazemos áreas muito grandes, porque é o tamanho da indústria local. O tamanho da indústria local na Amazônia não consegue manejar 1 milhão de hectares, ou seja, a gente faz do tamanho que é passível da indústria local, do setor florestal local poder explorar.

Então, nós temos 21 contratos vigentes em sete florestas. Quatorze deles estão em produção em cinco flonas, e dois estão para... já começaram, estão fazendo aqueles trabalhos iniciais que eu estava explicando para poder começar, realmente, a produzir, que são no Amapá e no Crepori.

Essas flonas todas estão no Amapá, no Pará e em Rondônia.

Até o momento, essas flonas geraram 2 milhões de metros cúbicos de madeira em tora. É importante dizer "madeira em tora" porque, no máximo, a gente só gera metade disso, vira tábua. O resto, hoje em dia, ainda não é utilizado.

Nos outros dois... O que eu queria chamar atenção é para os últimos dois do lado direito. A arrecadação anual. Essa é a arrecadação anual que o concessionário paga ao Brasil. O concessionário paga uma taxa específica por metro cúbico. Ele faz uma concessão; o concessionário que ganha é aquele que oferece maior preço por metro cúbico extraído, e parte vem para... o maior preço para nós. Esse valor é o que a gente arrecada. Então, está lá o quanto a gente arrecadou – já esse ano passado, a gente arrecadou R$31 milhões.

As normas do Governo entendem que a floresta é um bem local e, portanto, o dinheiro não vem para o serviço florestal sozinho. Se você olhar o gráfico abaixo, 13% vai para o município onde está a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concessão; 13% vai para o estado onde está a concessão; 25% vai para o ICMBio, porque ele tem que fazer a gestão e a proteção da flona como um todo; e 36% vem para o serviço florestal, porque a gente tem que investir e fazer toda a parte de planejamento e monitoramento.

Então, existe uma contribuição efetiva para estados e municípios que têm a concessão de flonas nos seus limites territoriais, o que pode gerar mais emprego e renda e investimento nesses municípios, que são carentes, são tão carentes normalmente.

Continuando, poderíamos dizer: O.k., a madeira foi explorada, acabou o trabalho do serviço florestal. Não é o caso. Nós queremos garantir que a madeira que é explorada nas concessões florestais também sejam... que nós possamos monitorá-las e rastreá-las 100%. Então, criamos um sistema robusto de monitoramento, de rastreamento da madeira que sai das concessões.

Então, não tem como esquentar a madeira e dizer que é da concessão e tirou de outro lugar, ou vice-versa. Esse sistema de rastreamento... tem algumas fotos aí, de como é que tem etiqueta em cada uma das toras. A gente usa *drones*, imagens de satélite, usa essa nova imagem, que a gente chama "radar", que é lidar de cima. A gente tem todo um sistema de rastreabilidade para garantir que essa madeira seja bem utilizada.

Senador, só para lembrar um fato que eu acho interessante. Foram colocados os números de exportação.

Apenas 15% da madeira produzida na Amazônia são exportadas. Porém, da madeira oriunda da concessão, 75% são exportadas. Por quê? Porque um comprador externo tem a confiança de que não só ela foi bem explorada como ela também está sendo bem rastreada e não existe uma contaminação de madeira de outros lugares. Isso dá confiança e eles acabam preferindo comprar a madeira da concessão florestal do que a de outros. Isso mostra que o sistema de rastreabilidade funciona.

Isso é algo que, talvez, pudéssemos conversar mais, porque esse sistema de rastreabilidade não precisa ser só para as madeiras de concessão. Ele poderia ser utilizado para qualquer manejo florestal, mesmo nas terras privadas. Não existe diferença, um ipê é um ipê, tirado de forma correta.

Já estou terminando, Senador.

As oportunidades estratégicas que a gente vê das concessões – eu vou continuar focando, hoje, nas concessões e, um outro dia, eu posso vir falar de outros assuntos de maneira mais ampla –, é que a gente sabe que geram emprego e renda, no país, especialmente nos lugares que são pobres.

No ano de 2021, as concessões já feitas – aquelas cinco flonas que já estão em operação, porque as outras duas não estavam, no ano passado – geraram 1.684 empregos diretos e 3.469 empregos indiretos. São empregos com carteira assinada, com seguro, com todo o aparato que deveria sempre existir e a gente espera que isso possa aumentar.

Então, com essa formalização, também se formaliza a economia. Não só se geram recursos, como eu coloquei anteriormente, os 13% para o estado e para o município, mas também a formalização da economia gera um aumento de arrecadação de impostos, de ICMS, porque é uma economia legal.

Ele também oferece algo que o Frank não mencionou, mas que está implícito na fala dele, que é a segurança jurídica do setor florestal. Tem que se tratar isso como um setor econômico...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GARO JOSEPH BATMANIAN – ... e é uma segurança jurídica você saber que está vindo de uma flona aprovada e monitorada e promove a conservação da floresta e biodiversidade por meio do uso sustentável.

Se o senhor me permite, eu tenho mais uns dois eslaides. Eu queria colocar o futuro.

Nós não paramos aí. Entendemos que temos que aumentar e o compromisso da nossa gestão é acelerar o processo de concessão de florestas. Então, nós temos, agora, mais duas concessões de duas flonas cuja licitação foi completa e estamos para assinar o contrato de R$448 mil.

Nós vamos, em breve, lançar editais que vão dar mais ou menos R$1 milhão e temos um processo de consulta pública.

Eu coloquei assim porque são fases. Leva um ano para fazer a consulta pública. Depois, você tem que fazer um edital. Depois do edital, tem que passar um tempo, as pessoas têm que apresentar... Nós temos aqui aquilo que, em inglês, a gente chama de *pipeline*, temos uma sequência estabelecida, para os próximos dois anos, este ano e o próximo. Esperamos conseguir licitar R$2,9 milhões, lembrando que nós temos R$1,3 milhões. Quer dizer, basicamente, nós vamos mais do que dobrar as áreas concedidas nos próximos dois anos, comparando com os dois anteriores.

Em parte, essas concessões já estão sendo entendidas, no Governo, como algo importante, a ponto de várias delas já estarem incluídas no PPI do Governo. Não é mais o Serviço Florestal, mas faz parte do programa de PPI do Governo, geral, fazer algumas dessas concessões.

Por último, eu queria colocar que a recente lei aprovada aqui, no Congresso, no Senado e na Câmara, passou a permitir que o carbono fosse cobrado das áreas de concessão, e nós vimos isso como uma oportunidade para aumentar a atratividade das flonas e, portanto, também aumentar o rendimento econômico, etc.

A segunda coisa para a qual eu queria chamar a atenção é que existem muitas áreas que já estão desmatadas e abandonadas, e o Presidente Lula reafirmou o compromisso de restaurar 12 milhões de hectares até 2030. Então, nós também vemos a possibilidade de fazer concessão para recuperar áreas desmatadas que estão abandonadas, onde a gente pode dar um uso econômico, plantar árvores nativas e, depois, dar uso econômico a elas e também carbono.

O outro ponto é que tem concessões e glebas públicas porque o Brasil tem quase 50 milhões de terras não destinadas, muitas delas federais. Por que a gente não pode destiná-las também, quando for o caso, para o manejo florestal quando assim for a aptidão local?

E, por último, uma coisa que nós podemos fazer mais: alguns estados, o Estado do Pará e o Estado do Amazonas, mais diretamente, têm suas florestas estaduais. Por exemplo, o Estado do Amazonas quer fazer uma concessão na Floresta de Maués.

Nós achamos que seria também um papel do Serviço Florestal ajudar os estados – porque nós temos 12 anos de experiência – a fazer essas concessões. Então, se estados e municípios querem fazer concessão ou querem fazer recuperação florestal, nós gostaríamos, queremos, melhor dizendo, iremos nos aproximar mais dos estados e municípios para auxiliá-los na promissão do manejo florestal.

Com isso, eu termino minha apresentação.

Obrigado pela sua paciência, por ter deixado eu passar um pouquinho do tempo. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Passo a palavra agora, neste momento, para a Lívia Karina Martins.

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS (Para expor.) – Boa tarde a todos e a todas!

Como o Senador aqui, eu também sou neta de empresários de base florestal, não da Amazônia, mas da Mata Atlântica. Eu sou baiana, e meu avô era madeireiro da Mata Atlântica. E a família toda cresceu com recursos vindos da madeira da Mata Atlântica. Porém, de forma contrária, na época não existia plano de manejo, não existia a Lei de Crimes Ambientais, e o resultado está aí. O resultado está aí, e a Mata Atlântica está, praticamente, completamente toda destruída.

Então, eu convido os senhores a discutirmos hoje aqui é, com experiências já compartilhadas aqui, de que forma nós podemos explorar e comercializar toda a cadeia de produto florestal sem que haja o dano ambiental.

Desde janeiro, o Ministério do Meio Ambiente mudou o nome para Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Por si só, isso já nos traz um recado muito grande. Nós estamos realmente preocupados com a questão de mudanças climáticas. O Brasil tem um compromisso internacional para a redução da produção de carbono e o desmatamento da Amazônia, do Cerrado, dos biomas está diretamente relacionado com isso.

Nessa mesma esteira, nós reconhecemos – o Ibama, o Ministério – que, de fato, o Plano de Manejo Florestal Sustentável é um incentivo à redução das mudanças climáticas, uma vez que, como foi muito bem apresentado aqui, toda a cadeia produtiva preserva, protege a floresta. Nesse trabalho todo, o Ibama tem feito um esforço grande para qualificar e ajudar a qualificar o produto da cadeia que é comercializada, a cadeia de base florestal. Nós reconhecemos o quanto é difícil um empresário sério da concessão florestal – que hoje analisa, juntamente ao Ibama, todo o trabalho de plano de manejo – competir com a madeira que está sendo acobertada por irregularidades, por créditos irregulares. Foi apresentado aqui, pelo Garo, o que existe de madeira ilegal: trabalho degradante, exploração da pobreza no entorno, diversas irregularidades, empresas fantasmas envolvidas, documentos fraudados. Então, tem uma gama de irregularidades, ilícitos ambientais e outros ilícitos correlatos também que não podem estar associados à cadeia produtiva de base legal. E o Ibama tem feito um esforço muito grande para qualificar os produtos nesse sentido.

Nós reconhecemos a importância da qualificação desse produto e, principalmente, da rastreabilidade da madeira. Hoje o Brasil é exigido, e nós sabemos o quanto nós somos competitivos com a produção da madeira e outros produtos. Tanto no mercado interno quanto no mercado externo, a qualidade desses produtos é bastante exigida. Então, não existe mais uma lógica de continuar contaminando a cadeia produtiva de base florestal com irregularidades que nós reconhecemos e com que, muitas vezes, convivemos no dia a dia da Amazônia, em todos os lados. Eu lembro que eu tive a experiência, no Mato Grosso, de adentrar uma terra indígena com 50km abertos como se fosse um plano de manejo e, na verdade, era completamente explorada ilegalmente.

Então, o esforço e o desafio nosso no Brasil é grande – e aqui eu coloco todos nós: estou falando do Governo, estou falando do Ibama, estou falando do Ministério do Meio Ambiente e, principalmente, dos empresários e do setor de base florestal, porque nós precisamos realmente, de fato, qualificar nossos produtos para que lá fora, na briga, no conflito de concorrência na geopolítica, nós possamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

valorizar nossos produtos. Estamos diante de uma nova lógica de ética de sustentabilidade, principalmente para que a gente possa ganhar a qualidade dos nossos produtos e garantir efetivamente que o produto que chega exportado, seja nos Estados Unidos, na China ou na Europa, que são os maiores compradores da madeira brasileira, possa estar efetivamente qualificado, para que o comprador ou o consumidor de lá possa ter a garantia disso. E a gente não pode falar sobre isso sem falar sobre a questão da rastreabilidade da madeira do nosso país.

O Ibama tem feito um esforço grande. Recentemente, nós temos apresentado um sistema novo – estamos até em processo de adaptação, não é, Frank? –, de nova norma, para que a gente possa qualificar cada vez mais os produtos. Então, eu acredito que daqui para frente, cada vez mais, os produtos madeireiros produzidos no Brasil vão estar com uma origem mais qualificada, com uma acurácia maior em relação à sua origem e, vamos dizer assim, à pureza da cadeia produtiva, que o Brasil precisa garantir.

Então, eu estou muito grata, muito feliz com esta reunião aqui hoje, com esta discussão, com esta audiência, porque é importante que a gente possa compartilhar com a sociedade os nossos desafios, os nossos problemas. E eu acredito que no Brasil, como é um país megadiverso, nós podemos nos aproveitar disso para que a gente possa qualificar os nossos produtos com maior excelência.

Estou aberta aqui para que a gente possa discutir, conversar, tirar dúvidas sobre esse novo modelo durante este ano, em que nós estamos reassumindo, para poder valorizar. E pode contar conosco, Frank, pode contar conosco, porque a intenção do Ibama realmente é expandir o mercado de plano de manejo, para a gente tentar reduzir a taxa de desmatamento, sobre a qual nós somos tão cobrados tanto por brasileiros como lá fora. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Vou passar a palavra agora, neste momento, para o Deryck Martins e depois...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem. Eu gostaria de indagar, V. Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pode ser.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Só para fazer uma pequena observação aqui à Lívia e aos demais convidados, mas particularmente me dirijo a V. Exa., como representante do Diretor-Geral do Ibama.

Eu tenho um projeto aqui, Dra. Lívia, que tramita na Comissão de Assuntos Econômicos, que é o PL 1.162, de 2023, que é da minha autoria e que prioriza a destinação de recursos dos fundos ambientais climáticos para projetos e iniciativas da bioeconomia. É um primeiro passo para alavancar o empreendedorismo verde e contribuir para a preservação e proteção da floresta, da sua biodiversidade. Além de fomentar as atividades econômicas, de desenvolvimento sustentável, nos estados da Amazônia e no Pantanal, a bioeconomia é uma forma moderna de conciliar a produção, geração de emprego e a preservação do meio ambiente. E, de acordo com os estudos da Embrapa, a implementação da bioeconomia no Brasil pode gerar um faturamento parecido, da ordem de US$284 bilhões até 2050. Eu imagino que estará contribuindo para a saudável e necessária transição energética do país com a redução das emissões de carbono.

Como V. Sa. vê a bioeconomia como um instrumento catalisador no processo do manejo florestal em nosso país? Essa indagaçãozinha eu quero fazer antes da palavra do nosso ilustre convidado. Qual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C5D401AC0055B34F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é a visão da senhora? Poderia me dar essa informação, com a devida vênia e permissão do nosso Presidente desta audiência pública aqui?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS (Para expor.) – Eu acho uma excelente ideia. Se nós conseguirmos aprovar esse projeto do senhor, de autoria do senhor, eu acho excelente, porque não adianta nós protegermos a Amazônia sem levarmos em consideração a questão de combate à fome e combate à pobreza. Eu morei bastante na Amazônia, sou do Nordeste, morei também na região da Caatinga e nós sabemos que o país, apesar de ser bastante rico em termos de biodiversidade e de recursos naturais, ainda tem uma população à margem, na pobreza. Esses projetos, como o que o senhor apresentou aqui, seriam fundamentais para tirar esse pessoal da margem, da pobreza e de trabalhos degradantes. Isso vem ao encontro do que foi apresentado aqui pelo Frank e pelo Garo. Se não conseguirmos trazer essa população para trabalhos de bioeconomia, nós vamos continuar a incentivá-la a se envolver na irregularidade e na ilegalidade.

Não sei se os senhores sabem, mas grande parte das empresas fantasmas são criadas a partir de CPFs de pessoas que são...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – "Laranjas" é o termo mais corriqueiro, não é?

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS – Exatamente.

São pessoas que estão à margem mesmo da sociedade, que passam fome e vendem seu CPF, por exemplo, para esquemas criminosos.

Então, parabéns pela iniciativa!

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Obrigado.

Após a conclusão da apresentação do nosso outro palestrante aqui, eu vou prosseguir com minhas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – A palavra, então, fica com Deryck Martins.

O SR. DERYCK PANTOJA MARTINS (Para expor.) – Boa tarde, senhoras e senhores!

Gostaria de agradecer o convite do Senador Jaime Bagattoli, propositor desta audiência pública e que no momento preside a Comissão.

Cumprimento todos que nos acompanham presencialmente e virtualmente também – estava aqui já recebendo muitas mensagens, tem bastante gente assistindo, Senador.

A gente fica bastante feliz de poder falar desse assunto – sou engenheiro florestal, sou Deryck Martins, Diretor Técnico da Confloresta –, porque esse é um assunto muito caro para nós, para a gente que atua na Amazônia, que nasceu e vive na Amazônia e que, sobretudo, acredita no manejo florestal como estratégia de conservação das florestas, de conservação da biodiversidade.

A vantagem de falar por último aqui é que eu já vi que tiraram um bocado do meu trabalho – vou passar alguns eslaides – e também vi o quanto está alinhada a atuação do Governo com a da iniciativa privada, o que é muito bom. Quem conhece manejo, quem acredita e atua, sabe que esse é o melhor caminho para a gente conseguir conter o desmatamento ilegal, combater atividades ilícitas promovendo os produtos, a nossa riqueza.

A Confloresta, então, é a Associação Brasileira de Empresas Concessionárias Florestais. O Dr. Garo apresentou as concessões florestais, e a Confloresta, então, congrega os concessionários, tanto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D221F5180055B34E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estaduais quanto federais. Atualmente nós temos empresas que atuam no Amapá, Pará e Rondônia e, à medida que avancem as concessões florestais, a ideia é que venham a fazer parte dessa associação.

É muito fácil a gente entender o potencial florestal quando a gente vê o mapa de vegetação brasileiro: mais da metade do território brasileiro é composto de florestas, então, essa é uma vocação natural, essa é uma potencialidade que nós temos. No entanto, apesar de nós termos 60% do território nacional coberto de florestas, possuímos apenas 4% de participação no mercado mundial, o que foi muito bem apresentado e explanado aqui pelo Frank. Nós temos aí mais de 450 milhões de hectares de florestas, no entanto, a gente representa apenas 6% do suprimento industrial de madeira, o restante vem de floresta plantada.

Então, não vou repetir – o Frank já falou muito bem –: o Brasil é o segundo país no mundo em extensão florestal, mas, apesar disso, corresponde a uma parcela muito pequena do mercado mundial de madeira, demonstrando que proporcionalmente a gente tem espaço para crescer, para potencializar essa produção e poder participar de forma muito mais efetiva desse mercado mundial ainda crescente.

Esse gráfico aqui mostra um pouco como, ao longo do tempo, a gente teve uma inversão de floresta plantada por floresta nativa. Então, no passado, nós já tivemos um uso muito maior dos produtos da floresta nativa, que acabou se invertendo, que é essa linha preta, e essa linha marrom é de floresta plantada, com a silvicultura ganhando espaço, aumentando muito a participação no mercado.

Esses são os estados da Amazônia Legal, que exportam madeira atualmente. Então, esse é um potencial ativo muito presente na Região Norte, nos estados da Amazônia. Pará e Mato Grosso como principais estados produtores, exportadores de madeira, seguidos por Rondônia, Amazonas, Acre, Amapá, mas sobretudo demonstra como que é a economia da Amazônia, a economia da Região Norte, uma potencialidade ainda muito a ser desenvolvida.

Então, o Pará, entre 2018 e 2020, acabou tendo uma participação maior que o Mato Grosso, mas o conjunto desse produto madeireiro exportado representa algo em torno de US$1,8 bilhão. E aqui os principais mercados, até comentado agora pela Diretora Lívia: Europa, Estados Unidos, Ásia e outros.

Apesar disso, as exportações – estou pegando aí os 50% mais representativos – já foram muito maiores no passado. Nós tivemos o auge em 2007, e vem em queda ao longo dos últimos anos, se estabilizando a partir de 2016. Hoje anualmente esse valor é algo em torno de US$400 milhões anuais, a exportação de madeira, representada principalmente pelos estados que a gente viu.

Esse eslaide reforça muito o que foi falado pelo Frank, pelo Garo e também pela Lívia. Eu tentei representar o manejo numa única figura, que é o tema principal desta audiência. A gente costuma usar, para quem não conhece muito a atividade florestal, a gente usa um hectare como unidade de medida, que seria mais ou menos um campo de futebol. Então, para ter uma ideia, o tamanho de um campo de futebol seria mais ou menos um hectare de floresta e, dentro desse hectare de floresta, a gente tem cerca de duzentas árvores adultas e mais de mil árvores jovens. Dentro dessa área, são retiradas, através do manejo florestal, que é um conjunto de técnicas de exploração de impacto reduzido, com os maiores cuidados possíveis, de cinco a seis árvores. Essa área somente é retornada após 25 a 35 anos, que é o que a gente chama de ciclo de corte. Então, dessa área, você retira de cinco a seis árvores, que são essa produção florestal, e só retorna a ela com 25 a 35 anos, que é esse exercício que as concessões florestais têm promovido, principalmente nas grandes áreas, nas unidades de conservação de uso sustentável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D221F5180055B34E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui são imagens que conseguem demonstrar muito mais do que os números muitas vezes. Quando a gente fala de gestão da paisagem, é muito fácil o senhor perguntar em qual dessas quatro atividades a gente consegue observar a conciliação com a manutenção da floresta. Muito obviamente, a gente vai ver que é a primeira. Isto é o resultado do manejo florestal: você retirar algumas árvores que vão proporcionar uma produção de produtos e a manutenção dos serviços dessa floresta e a floresta continua floresta, a floresta continua em pé, cumprindo seus serviços ecossistêmicos.

Aqui ao lado nós temos uma foto de uma atividade de grãos, de uma atividade de boi ali abaixo e, ao lado, de mineração.

Quero esclarecer que a gente não está falando contra nenhuma dessas atividades, são atividades fundamentais, e você tem um uso para cada uma delas, considerando a gestão dessa paisagem, a gestão do território.

Hoje, Senador, a gente pode afirmar, sem qualquer receio, que a madeira é o produto mais rastreável que nós temos na economia rural, principalmente, dentro dos principais produtos da balança comercial.

Hoje, a madeira é rastreada desde a sua origem na floresta através de autorizações de exploração. Você tem as guias florestais que são emitidas para o transporte dessa madeira, passando por todas as etapas de processamento, seja na serraria, seja na industrialização, até chegar ao consumidor final.

Então, é o que a gente fala, pensando na exportação aos Estados Unidos, Europa, Ásia: hoje é possível rastrear. A madeira é rastreável, você tem um sistema de rastreio altamente eficaz, que permite você garantir que essa madeira está vindo de uma floresta licenciada, de uma floresta que foi devidamente autorizada pelos órgãos competentes.

Além disso, nós temos um conjunto de plataformas do sistema público, que garante você fazer esse acompanhamento. Então, qualquer cidadão, qualquer pessoa hoje... O consumidor pode acompanhar.

Então, nós estamos falando de sistemas estaduais, de sistemas federais. Está aqui a Diretora Lívia, que está com esse desafio, no Ibama, de poder garantir o cumprimento das normas e o rastreamento dessa madeira.

Esse conjunto de plataformas permite a você fazer essa rastreabilidade de forma muito efetiva. Então, o conjunto de práticas das empresas, junto com o Governo, tem demonstrado – e o Dr. Garo reforçou isso – que é possível, sim, você fazer rastreabilidade, você garantir a legalidade de todo esse processo.

Aqui também o Frank já mostrou, com muita propriedade... Ao longo do tempo, a área de manejo, se vocês olharem ali em cima... Aquela área que está demarcada de amarelo, foi uma área manejada. Então, o que aparece são cicatrizes, que a gente chama, do planejamento e da exploração de impacto reduzido.

Naquela área de baixo, são dois anos depois. Se você olhar a mesma área amarela, você já não consegue mais verificar essas cicatrizes, esses vestígios. Essa foi uma área manejada, foi uma área da qual foi retirada madeira de forma adequada, que foi devidamente trabalhada, que produziu e manteve a floresta.

Essa imagem reforça isso. Isso é uma unidade de conservação, de uma concessão florestal – foi a primeira concessão florestal federal no Estado do Pará. Essa grande área, hachurada ali de laranja, é a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D221F5180055B34E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Floresta Nacional de Saracá-Taquera. Todas as áreas em vermelho, dentro da floresta e fora, são áreas suprimidas, são áreas que foram desmatadas, e a gente consegue observar, se vocês olharem nessa área maior, laranja, à direita, são as áreas de manejo florestal, ali onde tem um amarelinho, ali dentro.

Então, esse projeto foi iniciado já tem mais de dez anos, está em manejo florestal, o manejo florestal está em curso – é uma área manejada que continua floresta.

E vocês conseguem observar – o mais interessante – é que esse vermelho do entorno é o desmatamento, a dinâmica de desmatamento do entorno, e como que o manejo florestal e a manutenção dessa concessão florestal foram um impeditivo ao avanço do desmatamento

Então esse desmatamento, quando você o promove, você dá um uso econômico para essa floresta, você impede que esse desmatamento avance. É um desmatamento que não gera emprego, que não gera renda, que não gera tributos, que ocorre à margem da legalidade, enquanto que o manejo florestal promove exatamente o contrário: ele promove um melhor uso dessa floresta, a produção de produtos, a manutenção dos serviços, gerando emprego, renda e tributos, gerando riqueza para as regiões. Então essa imagem mostra bem, a gente consegue observar.

As concessões florestais ainda representam muito pouco da produção florestal. Então menos de 5% hoje da madeira, do suprimento de madeira vem das concessões florestais. E a gente ainda tem grande parte das áreas privadas. Então acho que um dos grandes desafios, até comentado pelo Dr. Garo, é que a gente consiga ampliar as concessões florestais.

E aí tem um estudo que eu acho muito interessante, que foi desenvolvido pelo Imaflora, que mostra que se nós conseguirmos chegar a 20 milhões de hectares em concessão florestal, a gente vai aumentar em 3,3 bilhões o PIB brasileiro, uma arrecadação de impostos na ordem de 250 milhões, um impacto positivo superior a 85 milhões, geração de mais de 170 mil empregos, um valor da produção, em 2030, equivalente a 6,3 bilhões, e um potencial de receita projetado em 357 milhões.

Hoje nós temos cerca de 1,4 milhão de hectares em concessão. Então nós temos área mapeada, que é possível você ampliar, você aumentar as áreas de concessão, com tantos benefícios, levando, aumentando a participação do Brasil dentro dessa parcela da demanda global por madeira e gerando tudo isso, viu, Senador? Então a gente consegue observar, hoje a gente consegue quantificar o quanto de benefício que é possível com o manejo florestal.

E aí eu já estou indo para a finalização da minha apresentação. Vou apresentar dois eslaides, tentando concentrar um pouquinho dos desafios e um pouquinho, até aceitando a provocação da Senadora Soraya, que se ausentou agora, mas um pouco de que caminhos a gente pode seguir pensando em políticas públicas.

Então, entre os principais desafios do setor florestal nós temos o mercado externo. Então essa é uma atividade que é muito suscetível, a gente tem crises internacionais, a guerra da Rússia, a dependência dos países consumidores dentro desse conflito acaba freando, muitas vezes, o consumo de madeira. Nós temos um mercado interno que ainda passa por crises econômicas, crises políticas. Nós temos a substituição da madeira por outros produtos, como plástico, gesso; o Frank falou isso. Nós temos aí, talvez esse seja um ponto bastante importante, nós ainda temos ataques deliberados ao produto madeira, Senador. Então a gente precisa desmistificar essa visão equivocada, sobre que o Dr. Garo falou muito bem: manejo florestal não é desmatamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D221F5180055B34E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Manejo florestal é o melhor uso da floresta. A gente precisa realmente fazer essa dissociação, mostrar para a sociedade que é um recurso natural renovável, que é possível produzir de forma legal, de forma rastreável.

A gente precisa melhorar o acesso ao crédito. Então, no passado, já foi melhor. Hoje é muito difícil, até por conta desse desgaste da imagem do setor. Então, assim como há, na agricultura, em que você tem ali um planejamento da safra, você tem uma disponibilidade, a gente precisa trazer isso para o setor florestal.

Inclusive uma produção menos sujeita a ações, a intempéries, por exemplo. Às vezes, na soja, você pode ter uma geada, teve um mau tempo, você acaba perdendo essa produção. A madeira, não. Depois que você mapeou, inventariou...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DERYCK PANTOJA MARTINS – ... teve a autorização de exploração, você vai retirar essa produção.

A gente precisa reestruturar os órgãos ambientais. Está aqui o Ibama presente, o serviço florestal. Nós temos também o ICMBio. A gente precisa fortalecer os órgãos. Isso é fundamental para que estejam juntos.

Agora, aí é importante, viu, Lívia?, deixar esse ponto, ressaltar bem. A gente precisa sistematizar. Nos processos autorizativos, hoje, nós temos sistemas muito eficazes. A gente precisa torná-los cada vez mais automáticos. Retirando a necessidade de o analista estar verificando o caso a casa, a gente pode ter uma avaliação mais inteligente, mais rápida, e conseguir garantir que esse fiscal possa estar em campo, não verificando processos administrativos.

A gente tem a lista de restrições às espécies de madeiras feita, muitas vezes, de forma equivocada. Vou dar, um exemplo a vocês, muito rapidamente. O Acapu está numa lista de restrição e é extremamente ainda utilizado nas fazendas. Então, você incluir numa lista, simplesmente, não garante que você vai ter a proteção dessas espécies. É importante você ter um manejo florestal. A promoção do manejo é a melhor forma para você garantir.

E aqui já o meu último eslaide. São algumas sugestões, algumas diretrizes para a gente poder ampliar essa atividade florestal, poder fortalecer essa atividade florestal que para nós é tão importante.

A gente precisa simplificar a gestão florestal. Então, a gente tem, hoje, um conjunto de regras e plataformas que garantem essa rastreabilidade, esse licenciamento da madeira, o que ainda, muitas vezes, é ineficaz. Então, a gente tem que usar mais tecnologia, mais formas inteligentes de monitorar, que já existem, através de monitoramento de satélite.

Nós precisamos garantir segurança jurídica para a produção florestal. As concessões florestais, hoje, têm sofrido ataques diretamente, de invasões, até riscos, às vezes, à integridade dos concessionários, das pessoas que ali residem e trabalham. A gente precisa ter incentivos à produção florestal, principalmente através das compras públicas, dos programas de casas populares. Então, a gente não tem hoje a cultura do uso da casa de madeira, mas a gente exporta a casa de madeira, por exemplo, para os países da região do Caribe, onde são amplamente utilizadas. A gente precisa incluir mais isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D221F5180055B34E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Precisamos diversificar a produção madeireira, também incluindo fármacos, cosméticos, podendo ampliar essa utilização. E, por último, Senador, promover o produto madeira no Brasil e no mundo. Então, a gente acredita, a gente sabe que com o manejo florestal é possível. Está comprovado que é possível produzir com sustentabilidade, com rastreabilidade, com legalidade. Agora, a gente precisa que o Governo também esteja junto.

No passado, nós tivemos programas muito exitosos, como o Promanejo, por exemplo. Então, a gente precisa ter novos programas de apoio. Naquela altura, o grande desafio era a capacitação do manejo.

Hoje, a gente precisa desmistificar o manejo, mostrar que não é desmatamento, mostrar que a nossa madeira é de altíssima qualidade e que ela tem, sim, sustentabilidade, que ela tem rastreabilidade.

Muito obrigado, Senador, pela oportunidade. A gente fica disponível para qualquer dúvida.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Só vou fazer um pequeno comentário e depois já vou passar a palavra ao Senador Jayme Campos. Quero cumprimentar, também, a nossa Senadora Tereza. O Zequinha Marinho saiu?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Primeiramente, o queria dizer a você, que está representando, Lívia, o Presidente do IBAMA o seguinte: eu também, igual você.... Eu sou de Santa Catarina. Nós fomos para Rondônia vai fazer 50 anos, por isso que eu sempre falo, aqui no Plenário, o quanto a gente conhece a Amazônia. Fui motorista de caminhão, conheço tudo lá. Na Amazônia a maioria dos lugares eu conheço.

Então, eu quero dizer para vocês que o próprio Ibama, no início, foi muito contrário ao plano de manejo. Eu vou explicar para vocês por quê. Porque até 1986, 1987 – está aqui o Frank, que deve ter acompanhado, não sei se ele já estava nativa nessa época – o que que acontecia? O madeireiro pagava a reposição de árvore que o IBAMA nunca plantou, o Senador Jayme Campos sabe disso; o Ibama nunca plantou.

Nós pagamos a reposição de árvores durante anos, até 1998, e o próprio Ibama demorou para acordar e ver a importância que era o plano de manejo. Quando nós começamos, em 1987, dos dez primeiros planos de manejo de Rondônia, um era meu numa área de 2 mil hectares. Foi a maior dificuldade do mundo – resumindo a ópera. Era uma mata intacta, nós queríamos preservar a mata. Tivemos que pagar pela reposição de árvores. O maior absurdo do mundo!

Não conseguimos aprovar e foi indo – foi indo... Por quê? Porque existia uma trava, na época, dentro do Ibama que via que a partir... Quem não enxergava que o plano de manejo era, o plano de manejo sustentável, como falou o Frank, era o mecanismo mais viável que tinha para se preservar a mata? E demorou dez anos. Eu mesmo parei todas as atividades de madeira em 1998, devido à dificuldade que nós tínhamos para aprovar plano de manejo. E eu não podia trabalhar ilegalmente, Senador Jayme Campos. Não dava para trabalhar ilegalmente. Agora, com isso, eu vejo que a mentalidade do Ibama hoje é outra. Nos últimos 10, 15 anos, eles vêm mudando muito. Tem que se aumentar as concessões. É o único mecanismo de se manter, de se preservar as florestas que são da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D221F5180055B34E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

União, as terras da União hoje. Nas terras que não vão ser destinadas para a reforma agrária, realmente, tem que se fazer concessão.

Outra coisa. Tem até umas perguntas aqui, depois eu deixo para alguns de vocês responderem, quem quiser responder.

O Fábio, aqui do Distrito Federal, fala uma coisa muito importante: "Há algum óbice à exploração dos povos originários em suas terras por meio de manejo florestal? Isso é incentivado?". O que ele quer dizer? Ele quer dizer o seguinte: dentro das áreas indígenas – você acabou de falar aqui –, que você foi numa área indígena – não é, Lívia? – e viu a devastação que está lá dentro. Você imagina, Senador Jayme Campos, Senadora Tereza, se fosse, dentro dessa reserva, feito um manejo que fosse bem vistoriado e bem feito? O que aconteceria? Não estaria acontecendo isso. E não existe outro mecanismo, porque, se nós... Isso aí, eu acho que o próprio Ibama, o Ministério do Meio Ambiente têm que discutir com as ONGs, com os ambientalistas, mostrar a eles o quanto que é viável para nós fazermos o manejo sustentável.

E quero dizer para vocês o seguinte: isso vai dar remuneração. Isso dá remuneração a todos. Todos vão ganhar com isso! Por quê? Porque como é que você vai conseguir manter a mata lá... E não só isso que eu falo, também, das reservas, da reserva indígena, das reservas da União, até sobre a exploração de minério.

Então, teria que ser revisto isso, mas feito um estudo e discutido esse assunto para que não tenhamos mais problemas no futuro.

Com a palavra, agora, o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Sr. Presidente, Senador Jaime Bagattoli, autoridades aqui convidadas, Dr. Garo, a Lívia, o caro amigo Frank e o Martins aqui, primeiro, quero louvar a iniciativa de V. Exa. de promover aqui esta audiência pública e trazer autoridades com conhecimento profundo da matéria em relação à questão dos manejos, não é? O pessoal gosta de falar base florestal e companhia limitada.

Foi muito oportuno, até pelas narrativas que tivemos aqui, que foram elucidadoras em relação até a algumas pessoas que não têm conhecimento em relação a esse assunto, e, particularmente, tudo isso aqui é muito bom.

Quando se fala em concessão, não tem coisa melhor. Vocês têm a consciência – vocês que representam o Ibama – de que, na Amazônia brasileira, como bem se disse aqui, moram 28 milhões de brasileiros quase. Lamentavelmente, muitos à mercê da sorte, de alguns investimentos públicos ou quase nada têm. Vivem ali em condições sub-humanas. Se não tiver uma política pública bem definida, Lívia, o desmatamento ilegal sempre vai ter. Primeiro, a questão da regularização fundiária. Lamentavelmente – e aqui está a nossa Ministra Tereza, conhecedora profunda desse assunto –, eu tenho essa tese e não abro mão dela, porque eu sou nativo dali, fui governador, duas vezes Senador, três vezes... Enfim, conheço ali, sou proprietário também naquela vasta região do Brasil.

Precisamos, primeiro, começar, como bem disse o nosso representante ali, o Martins, pela questão da regularização fundiária. O desmatamento ilegal vai continuar, o Poder Público é impotente, não tem a capacidade, vamos ser honestos aqui, não tem ainda instrumentos, ferramentas e meios, carece também de recursos para ter, realmente, uma eficiência nessa proteção em relação às nossas florestas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D221F5180055B34E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, o Governo também tem que ser mais célere nas suas ações, haja vista que aqui nós temos capacidade de concessionar, mais ou menos, quase 20 milhões de hectares de terra. Vocês imaginam: 20 milhões de hectares de terra para fazer manejo sustentável para a preservação naturalmente dos nossos ecossistemas etc., etc., e isso não anda! Está travado nas quatro! Esse é o grande mal do Brasil, como tenho dito. Dá a sensação de que, muitas vezes, o próprio Governo é contra o Governo. Isso aí é prova inequívoca e os senhores sabem perfeitamente.

Eu estou aqui já há alguns anos no Senado e, certa feita, eu fui membro da Comissão de Orçamento, Tereza, e lá tinha uma rodovia tão importante de ligação de Porto Velho a Manaus, que é a 319, que há 15 anos tinha dinheiro na conta (R$70 milhões) e não andava porque, lamentavelmente, não havia o licenciamento ambiental por parte do Ibama e assim por diante.

De qualquer forma, quando vejo vocês falarem dessa perspectiva de fazer essas concessões para atender, naturalmente, o manejo de forma sustentável, com eficiência, aquilo vai gerar, não tenho dúvida alguma, uma perspectiva diferenciada para essa população sofrida que está lá. Particularmente, eu acho que seria uma linha de arrecadação gigantesca para o Ibama, ou seja, qual for o órgão de controle do Governo, mas geraria emprego para o povo lá, pelo menos para comer. E digo isso porque o Ibama não pode ser um órgão só restritivo, policialesco, como eu tenho visto agora, ultimamente, naquela região da Amazônia e parte do Mato Grosso. Eu fico, às vezes, até com o meu coração doendo de ver lá algumas atitudes, algumas ações que estão sendo executadas lá em cima de pessoas que estão lá há 20 anos, 25 anos, e que, agora, estão sendo desocupados à base de taca, com Exército, Polícia Florestal, Ibama, Força Nacional. E eu pergunto: para onde esse cidadão vai? Ele vai sair daqui e, daqui a dois meses, está lá na frente, fazendo desmatamento, porque botaram ele para correr na base da porrada. Este não é um país da democracia não! Este é um país em que nós temos, com certeza, o direito de, pelo menos, comer e beber, e não está havendo isso aí.

Então, quando vocês fazem essas propostas aqui, perfeitamente, preenchem-me, com certeza. Sim, como brasileiro, como cidadão deste país aqui, torço para que tudo dê certo, pois surge uma nova perspectiva aqui na geração de emprego

A madeira aqui, pelo que eu vi, os números são muito poucos. Representam US$400 milhões em exportações, num país com 62%, 63% de cobertura vegetal. É quase nada em termos de faturamento, não é isso? Quase nada, é muito insignificante diante do contexto, sobretudo, do tamanho do Brasil. O país que mais preserva no planeta é o Brasil, contribuindo, sobremaneira, na questão alimentar do mundo etc., etc.

Portanto, eu estou aqui só para dizer o seguinte: quando o Dr. Garo falou aqui "Prodes", eu tenho uma certa dúvida em relação ao Prodes. Eu já acompanho esse assunto faz... Olha, eu estou careca de ouvir essa conversa aqui, porque o que ocorre na minha visão, Lívia?

Muitas vezes, um cidadão tem uma área de terra. Ele, por poder financeiro, não tem capacidade de fazer no momento certo, de na hora certa fazer a limpeza. Muitas vezes, ele deixa regenerar até certo ponto. O que acontece? Vira a famosa juquira. Quem mexe nas propriedades... Vira Juquira. Daqui a pouco, ele consegue um recursozinho e ele vai lá e faz o quê? A limpeza disso aí.

Na minha visão, particularmente, eu acho que o Prodes enquadra aquilo como se fosse desmatamento, e não é, não. Já é área antropizada. É área antropizada há 10, 15, 20 anos. Todavia, com as dificuldades que tem o cidadão lá, que não tem grandes linhas de financiamento, não tem acesso a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D221F5180055B34E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crédito, não tem! Não tem acesso a crédito, é muito pouco. O crédito no Brasil lamentavelmente está concentrado, muitas vezes, só na mão dos bacanas.

Tiro base pelo Mato Grosso, lá tem o nosso Fundo Constitucional do Centro-Oeste, Ministra. O pequeno vai lá para tirar R$500 mil: precisa da certidão da tataravó dele etc., etc. Sabe o que acontece? Ele não consegue o acesso.

Aí, chega o bacana, o milionário e fala: "Olha, 20 milhões, 30 milhões, 40 milhões". Aí dá para construir uma hidrelétrica, para comprar 5 mil vacas. "Para você tem o dinheiro". Passou a ser a moeda de troca entre o Banco do Brasil e os grandes, porque o pequeno... Para lá!

Então, eu acho que, quando o Prodes dá esses números, muitas vezes, eu acho excessivo. Ter, tem. Ninguém está fazendo um contraditório, a afirmativa de que não existe. Se existe, existe. É o cara que está à margem da lei, que pratica, com certeza, o desmatamento de forma ilegal.

Entretanto, nós temos que ter a consciência, vocês que representam algo importante no contexto nacional e internacional, são órgãos como é o caso do Ibama aqui, na questão ambiental, não é? Nós temos que ter a consciência de que também nós temos que ter um pouco a mão leve. A mão dura é muito ruim. O Brasil não vai para frente.

Nós temos que ter essa consciência de buscar políticas públicas, Lívia, para também ajudar o cidadão brasileiro. Nós temos sido ultimamente o grande patinho feio, sabe por quê? Porque nós competimos lá fora de igual, ou talvez bem melhor, não é, Ministra? Bem melhor.

Você já pensou você produzir soja aqui no Brasil, lá no Mato Grosso, ao longo da BR-163, sair com essa soja e competir com o americano lá nos grandes mercados consumidores de forma sustentável? O Brasil hoje é inveja para o mundo, xará, é inveja!

O problema é que a questão, muitas vezes, é econômica, é econômica. A própria madeira nossa aqui tem impeditivo, muitas vezes, porque vai competir lá para fora, não é isso? É preciso extrair madeira lá em Alta Floresta, Apiacás, Monte Verde, Bandeirantes, sair pelo Porto de Santos ou pelo Porto de Paranaguá. Andar 1,8 mil quilômetros, 2 mil quilômetros, e nós vamos lá competir em igualdade e condições com a madeira do Canadá, não sei de onde, não sei de onde, não sei de onde!

Então, quero cumprimentar V. Exa. Espero, Dr. Garo, que é um homem experiente; a Lívia, que veio lá da Mata Atlântica, conhecedora também profunda da matéria... Esses dias, estavam querendo aprovar até um projeto de lei aqui que é um absurdo, um absurdo. Eu fui um dos primeiros, empinei a carroça e falei: "Aí não, amigo!" Você quer fazer linha de transmissão sem licença ambiental, passar com gasoduto, passar com não sei o quê. Por aí também, não.

Não teve o apoio, porque nós queremos o que é bom para o Brasil, e tem que ser bom para todo mundo, não é isso? Para todo o conjunto da sociedade. De forma que eu cumprimento o senhor e o parabenizo aqui.

E o Frank – é bom que se esclareça que o Frank é meu amigo pessoal –, que fez uma bela explanação e também já é candidato a Prefeito lá em Alta Floresta. É bom que se esclareça. (*Risos.*)

Obrigado, xará!

Parabéns a V. Exa., Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Só para complementar as suas palavras, xará, Senador, quero dizer o seguinte: nós não temos a competição, Senadora Tereza, só com o exterior, não; só com os países lá de fora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D221F5180055B34E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O meu irmão é lá de Santa Catarina. Ele mexe muito com pinhos e eucaliptos. Ele tem quase 1 milhão de árvores plantadas. Eles mesmo, no Sul, hoje, são contrários, muitas vezes, aos planos de manejo, porque nós somos concorrentes do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, com os reflorestamentos. Só que eles saíram na frente. O meu falecido pai, em 1965, já começou, e não tinha reflorestamento, Senador. Naquela época, quando se começou o reflorestamento, não tinha técnica, não tinha nada. O que se plantou, nos primeiros 20 anos, perdeu tudo; praticamente perdeu, porque não tinha técnica. É igual a quando começamos a plantar soja e colhiam 20 sacas. Pronto. Então, quero dizer que tudo era difícil. Agora, hoje, não; hoje, o eucalipto é clonal, mudou muito, muito e muita coisa! Então, a gente sofre essa concorrência também com a madeira de árvores plantadas, que são pinhos e eucaliptos.

Mas o plano de manejo é o caminho, o plano de manejo sustentável. E temos que fazer isso na Amazônia e temos que dar continuidade a ele.

A palavra está com a Senadora.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para interpelar.) – Obrigada, meu querido colega Senador Jaime Bagattoli.

É um prazer poder participar aqui com vocês de um assunto tão instigante e que eu acho que é uma ferramenta para que a gente possa segurar o desmatamento ilegal em terras públicas.

Quando o Serviço Florestal Brasileiro esteve lá no Ministério da Agricultura, nós entregamos uma boa fatia do que tinha lá pronto para o BNDES fazer o leilão e poder trazer mais gente para esse tão importante programa, principalmente, eu acho que para terras públicas não destinadas e que nós temos problema, porque, se a gente não conseguir cuidar disso, com certeza, nós teremos gente entrando e devastando.

Então, eu acho que esse é um programa que deve ser olhado com muito carinho pelo Ministério do Meio Ambiente, pelo Ibama, e que ele seja mais célere; talvez com lotes menores. Não sei. Mas vocês têm muita gente que pode trabalhar isso, para que a gente possa utilizar essas terras não destinadas e que elas tenham alguém cuidando.

O nosso problema... O Brasil tem um problema muito sério: é o nosso gigantismo. Nós somos um continente. Então, tudo aqui, Deryck, é complicado, mas é pelo nosso tamanho, porque, quando a gente fala que tem mais de 20 milhões de terras não destinadas aí no mundo, as pessoas não conseguem nem entender – não conseguem entender o Brasil da Amazônia com o Cerrado, enfim, onde se produz, onde tem agricultura. Tudo isso é muito complicado para a cabeça dos europeus, enfim, do mundo, dado o nosso gigantismo.

Eu queria parabenizar aqui o Senador Jaime pela iniciativa e dizer que esse assunto precisa mesmo ser debatido. É um assunto muito importante. E, se tiver alguma coisa, no Legislativo, que a gente possa aqui trabalhar, para ajudar a andar mais rápido, eu acho que esta Casa e esta Comissão, principalmente, estão dispostas a receber contribuições, para que nós possamos, cada vez mais, dar celeridade.

O Senador Jaime colocou aqui que nós somos muito morosos, não é? E somos mesmo, porque eu acho que o desenvolvimento, e o Brasil vive um bom momento... Mas a gente precisa caminhar. Hoje as coisas estão acontecendo muito mais rápido, e a gente sofre disso no poder público, quando se está sentado do outro lado da mesa, a aflição de ver o mundo lá fora caminhando rápido e, às vezes, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D221F5180055B34E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conseguirmos dar a velocidade que a gente precisa dar às políticas públicas para que acompanhem o que o mundo hoje pede, e os brasileiros.

Mas eu queria fazer aqui uma pergunta sobre o manejo florestal. Por meio do Plano de Manejo Florestal Sustentável, em florestas nativas — e é uma das principais alternativas para o desenvolvimento sustentável em áreas de floresta, constituindo assim uma atividade de fundamental relevância, não apenas no âmbito do bioma amazônico, mas em todo o país, tendo em vista a existência de áreas de reserva legal e de preservação permanente, que podem ser exploradas, gerando emprego e renda para os produtores rurais em todo território nacional...

Todavia, a constante demonização da atividade produtiva no meio rural, por setores radicais dos movimentos... Na verdade, eu não vou nem chamar ambientalistas. Hoje nós temos um fundamentalismo que tem atrapalhado muito o mundo, não só o Brasil, mas o mundo; mas aqui também demonizam as atividades produtivas, no meio rural, o que contribui para a criação de um ambiente institucional que dificulta, demasiadamente, a aprovação dos planos de manejo florestal, especialmente para aqueles produtores familiares e associações comunitárias que não têm condições de contratar assessorias especializadas para a elaboração dos planos.

Dessa forma, eu gostaria de perguntar aos convidados como o poder público pode promover o manejo florestal, como efetiva alternativa de desenvolvimento sustentável e remover obstáculos burocráticos que se colocam para essa atividade?

E colocar aqui também que nós precisamos avançar com o pagamento sobre serviços ambientais. Eu acho que essa é uma ferramenta que traria harmonia e conciliação entre os ambientalistas e os produtores rurais.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Frank, você poderia responder?

O SR. FRANK ROGIERI DE SOUZA ALMEIDA (Para expor.) – Prezada Senadora Tereza, primeiro, quero cumprimentar a senhora e dizer que já estivemos juntos no ministério, quando a senhora ainda estava lá, falando sobre o mesmo assunto.

Nós não conseguiríamos avançar, não conseguiremos avançar, se não tiver o entendimento do Governo, a sensibilidade dos diversos setores do Governo Federal, começando pelo Governo Federal, para que essa matéria possa seguir. E, como disse a senhora, tirando o fundamentalismo, o ideologista, as pessoas que não fazem por onde melhorar, só arrumam problemas e pedras para colocar no caminho.

Para ser objetivo, nós precisamos hoje... estive hoje no ministério, novamente, pedindo apoio lá. Nós não temos linha de crédito. Se você quer fazer um manejo florestal sustentável, seja você...

Nós precisamos entender uma coisa: quem é o dono da floresta no Brasil? Vamos começar do começo.

Tem dois donos de floresta no Brasil. O primeiro é o produtor rural, área privada. Na hora em que o Serviço Florestal apresenta lá na tela, na hora em que o Deryck, que é do Confloresta, apresenta as concessões florestais, vocês podem ver que elas estão todas ao Norte. Mato Grosso não tem uma concessão florestal, é o estado que mais detém manejo florestal explorado e em atividade no Brasil hoje: 4,6 milhões de hectares. É mais do que todas as somas de todas as concessões florestais, uso e manejo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D221F5180055B34E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

privado do Brasil todo. É 100% de capital privado, Senadora. É 100% de investimento ou do produtor rural ou do industrial. O setor de base florestal, serraria, é uma indústria.

Então, a primeira coisa é parar com o preconceito e entender que esse setor também precisa de investimento. Eu preciso ter acesso a linha de crédito, a juros justos, para que eu possa modernizar a indústria; pegar o aproveitamento que o nosso Presidente do Serviço Florestal nos disse que hoje é de 50%, levar isso para 60%, 70%, 80%.

Hoje, no Mato Grosso, a nossa realidade é um pouco diferente. Por quê? A agroindústria avançou tanto que nos permitiu, hoje, transformar o que era um problema ambiental de cinco, seis anos atrás, que era o pó de serra – você ia ao pátio de uma serraria, uma montanha de pó de serra.

Em um município chamado Marcelândia, próximo à região de Sinop, há uns 10 anos, tinha lá o distrito industrial. E era uma indústria do lado da outra, e todo aquele resíduo florestal ia ficando amontoado, junto. Lá, numa época de seca, pegou fogo. Morreram pessoas, queimaram-se casas, máquinas. Foi uma catástrofe. Mobilizou-se toda uma região para combater aquilo, era um problema ambiental.

Mas, com o advento da agroindústria, hoje, os pátios de serrarias são limpos. Nós temos fábricas de cadeiras, nós temos um polo importante aqui no interior paulista – Guararapes, aquela região –, que usa, faz muitas cadeiras, essas mesas para bares e restaurantes. Aquilo sai tudo do que antes era lixo, mas a gente só conseguiu avançar nisso porque o fabricante foi lá e financiou a gente. Porque se eu fosse ao banco para pegar um financiamento para comprar uma máquina e fazer aquilo, ia continuar sendo lixo.

Passei lá, tirei os pés de cadeira? Sobrou lixo de novo. Aquele resíduo, hoje, eu passo-o numa outra máquina, transformo-o em cavaco, transporto-o para a região de Sinop, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum. Vai virar o quê? Energia na agroindústria da transformação de milho em etanol. É o nosso maior parceiro...

O Sr. Jayme Campos (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Eu posso fazer um aparte ao senhor?

O senhor me permite?

O SR. FRANK ROGIERI DE SOUZA ALMEIDA – Pois sim, Senador.

O Sr. Jayme Campos (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para apartear.) – Nós estamos avançando sobremaneira na questão do etanol, a agroindústria lá, que é o etanol de milho. Por conseguinte, gera energia.

O que é que está acontecendo hoje? Avançou-se de tal forma que hoje nós estamos com um problema sério, porque não foi feito um planejamento para que se pudesse ter a madeira para queimar, ou outra coisa.

Então, hoje o problema mais sério que tem é que não adianta mais instalar indústria de etanol no Mato Grosso, naquela região, porque não está tendo... conversando com alguns empresários do setor: "Olha, preparamos a indústria e estamos com capacidade de produção; entretanto, agora, como é que vamos fazer ela produzir?".

Até que ponto chegou então? Como você disse, não se perde mais nada, não é?

O SR. FRANK ROGIERI DE SOUZA ALMEIDA – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1A9BD4B20055B34D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sr. Jayme Campos (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Do pó de serra se queima para fazer queimar os tijolos, não é? Sei lá, para fazer de frigorífico etc., aproveita-se tudo. Então, hoje é uma fonte rica de receita que eles têm no Brasil, não deixando nada para trás, não é?

O SR. FRANK ROGIERI DE SOUZA ALMEIDA – Exatamente.

O Sr. Jayme Campos (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Como você disse, aproveitando os cavacos que existem etc. Então, você vê até que ponto se chegou...

Hoje, viu, Lívia, o problema, no Mato Grosso, que vamos ter é em relação a ter alguma coisa para queimar, para produzir o etanol lá.

O SR. FRANK ROGIERI DE SOUZA ALMEIDA – Aproveitando o que o Senador disse aqui, Senadora Tereza, vou citar um exemplo nosso próprio, da nossa indústria.

Nós tínhamos algo próximo de 80 colaboradores em duas unidades nossas. Um problema severo. Cheguei a ser notificado pelo Ibama. "Meu amigo, você tem que dar destino para esse resíduo seu." Mas que destino que eu ia dar? O que é que eu ia fazer lá com 40 mil, 50 mil metros cúbicos de pó de serra e lenha. Eu ia jogar isso onde? Eu ia só transferir o problema, não é? Tirar do pátio da minha empresa e jogar em algum outro lugar.

Com o advento da agroindústria, Senador Jayme, nós saímos de 80 funcionários e fomos para 110. Transformamos o que era lixo em biomassa. Hoje, faz parte aí de quase 30% do nosso faturamento o resíduo da nossa indústria. Temos como parceira a agroindústria mato-grossense, seja a indústria de carne, a indústria de leite, a indústria de artefatos da construção, cerâmica... E o grande negócio é o etanol.

A segunda coisa que nós precisamos do Governo – e aí eu digo que, em especial, é do Ibama mesmo – é de investimento no setor de tecnologia, para a gente fazer com que tenha mais automação as análises dos processos, em especial, de exportação.

O que é que acontece? O efetivo do Ibama, nos portos brasileiros, Senador Jayme, é muito pequeno. É muito pequeno. Nós chegamos ao ponto de, nos portos de Santa Catarina, eu ficar, por quatro meses, com um contêiner esperando uma autorização de exportação, porque só tinha um funcionário ativo lá no porto.

Aí o cara tem que ir lá e fazer vistoria, contêiner por contêiner, de madeira. Poxa, se aquela madeira já chegou lá no porto, ela chegou lá com uma documentação, ela já foi licenciada para trás, já teve um CAR, que é outro gargalo que nós temos que sanear urgentemente. Emitiu-se a autex. Eu tirei a madeira, emiti o DOF, transportei por 2,5 mil quilômetros, estou com ela no porto, aí eu tenho que apresentar toda essa documentação de novo lá no porto?

Nós estamos rodando em volta do rabo! O Ibama está analisando um documento que é dele mesmo... Não tem cabimento. Não tem cabimento.

Então, nós sofremos com isso no Mato Grosso. Conseguimos avançar em uma parceria que nós fizemos, Lívia. Quebramos um paradigma lá atrás. Foi feita uma parceria entre a federação das indústrias, o pessoal da Famato, o nosso setor, na época, o Cipem, o pessoal do algodão e contratamos a Falconi, uma empresa de gestão, que dá um aporte muito grande na parte de gestão de órgãos públicos.

Informatizamos: acabou-se o papel. Hoje, projeto de manejo, lá na Sema, licenciamento na Sema, em Mato Grosso, não tem mais papel, ele é distribuído automaticamente. Nós saímos de dois anos, três

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1A9BD4B20055B34D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anos para a emissão de uma Autex, que chegou a ficar dez anos, e, hoje, com 90 dias, você protocola um manejo no Mato Grosso. Se estiver tudo certo, com 90 dias, você está com a Autex, na mão, para você trabalhar.

É inadmissível exportar um produto... Você imagina só, você demora 90 dias para liberar o manejo. Entro no manejo e explorei. Demora mais 90 dias para processar madeira. Já são seis meses.

Aí eu levo 30 dias, vendi a madeira, tenho que transportar ela, uma semana para botar no porto. Aí eu fico quatro meses com o meu produto parado num porto brasileiro para receber uma autorização de exportação. Quem aguenta isso? Que empresa aguenta isso? Então, a gente não cresce mais esbarrando nisso. Com essa automação, talvez a gente possa ser parceiro e ajudar.

Obrigado à senhora.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado pelas palavras, Frank. Eu só quero falar só m negócio antes que você saia, Senador Jayme Campos, que aqui tem dois Senadores Jaime, um é o "B" e um é o "C". Eu só quero dizer para você o seguinte, você citou aqui, como o Frank estava falando, sobre financiamento público. Acho que nós precisávamos do auxílio do Ibama também, para que as pequenas indústrias nossas, do Mato Grosso, de Rondônia, do Pará, do Acre, tivessem linha de crédito para plano de manejo, tanto do Basa quanto do Banco do Brasil. No Basa, FNO; no Mato Grosso, FCO.

O que acontece? O Senador Jayme Campos falou um negócio muito interessante aqui. Por que os bancos estão querendo dar dinheiro só para os grandes? Para o médio e para o grande? Até eu estou enquadrado nisso também. O que está acontecendo? Ele chega lá, vai dar dez milhões. Para o grande, ele quer dar dez, quinze milhões, vinte milhões. Para o grande, ele quer dar com recurso de 9,5%. Aí ele quer enfiar mais dez milhões com juros de 12,5%, e ele quer enfiar mais uns dez milhões com juros de 18 ou 20% ao ano. É isso que está acontecendo no Brasil. E aí não está sobrando dinheiro para o pequeno ir lá e para o pequeno e o médio fazerem seus investimentos. E isso não é só na questão da agricultura e pecuária. Mas eu acho que, com a ajuda do Ibama, vocês mostrando para as instituições bancárias, principalmente para os bancos públicos, a importância do plano de manejo...

O Frank comentou um negócio aqui muito interessante. O que nós não podemos deixar, Senador Jayme Campos, é que essas licitações dessas áreas públicas caiam só na mão dos grandes, porque, se cair só na mão dos grandes, eles vão acabar renegociando isso com os pequenos. Isso é o que não pode acontecer. Às vezes, vocês acham que uma área de cem mil hectares é pouco, não é, porque poderia ter lá cinco produtores, cinco madeireiros pequenos explorando 15, 20 mil hectares, cada madeireiro desses. Tem muitos madeireiros que estão trabalhando dentro da legalidade, mas estão sofrendo. E o pequeno madeireiro precisa ser visto com outros olhos também.

Eu queria ver se tem alguém que quer fazer mais alguma pergunta.

O SR. GARO JOSEPH BATMANIAN – Posso, Senador? Permite-me?

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pode responder.

O SR. GARO JOSEPH BATMANIAN (Para expor.) – No rastro do seu comentário, a questão do crédito não é simplesmente a disponibilidade de volume de recursos, é a questão de que os bancos não entenderam os termos de uma operação de crédito para a floresta. Quando você planta a soja, você pode dar seis meses de carência, um ano de carência, porque ele vai plantar soja. No ano que vem, ele colhe a soja e começa a pagar o crédito. Em 3 anos, ele pagou o crédito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1A9BD4B20055B34D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, se você vai fazer um plano de manejo que tem um ciclo de rodar a cada 30 anos, ou seja, você só vai usar 1/30 da sua terra por ano e no primeiro ano você não vai poder colher – porque você está fazendo toda aquela base inicial, criar os pátios etc. etc. –, só vai criar no segundo ano, os bancos não estão dando, normalmente, termos de empréstimo adequados à realidade do plano de manejo. Não tem carência, e o prazo que eles dão para pagar o crédito induz a pessoa a ter que cortar muita madeira logo para poder pagar o empréstimo, o que é contraproducente. Então, eles não entenderam o plano de manejo.

Da mesma maneira, eles não consideram, muitas vezes, a floresta... É interessante que o Frank, quando fala de manejo, coloca... Eu imagino que lá no Mato Grosso, por exemplo, tem floresta de teca, plantio de teca. A teca, a floresta de teca ou qualquer plantio, o banco considera como garantia. A floresta da sua reserva legal não é considerada como garantia. Então, o pequeno não consegue receber um crédito, porque ele não tem nem como dar uma garantia no banco, porque a floresta em pé não é considerada como garantia pelo banco. Então, nós temos uma situação da forma... Não é simplesmente não disponibilizar recursos, é não ter termos de empréstimo – os termos de prazo para pagar, carência, quais são as garantias – adequados ao manejo florestal. O setor não está muito bem definido para isso.

O segundo ponto que o senhor levantou, eu achei excelente, que parece que nós estamos fazendo isso. Porque, por exemplo, na concessão da Floresta Nacional de Humaitá, nós fizemos... a concessão são 200 mil hectares, mas nós não concessionamos 200 hectares numa tacada só. É óbvio que é mais fácil fazer 200 mil numa tacada só, mas nós olhamos para o tamanho da indústria, do setor local, e amanhã eu vou assinar a concessão de 38 dos 200 mil. São quatro... São quatro ou cinco? (*Pausa.*) Quatro. São quatro concessionárias para 200 mil hectares, justamente porque a gente não quer fazer uma concessão... Ouvimos muito bem a mensagem e isso está escrito na lei que hoje em dia foi aprovada, que a gente tem que priorizar a concessão para médios e pequenos. Justamente, a gente está dimensionando o tamanho das concessões conforme o tamanho que a gente acha que a indústria no setor tem.

O terceiro ponto que eu queria aproveitar é que o senhor mencionou toda a tecnologia feita na área de agropecuária, e realmente é um orgulho do país. Se a gente, 50 anos atrás, tivesse dedicado o mesmo esforço de tecnologia que foi dedicado para desenvolver o eucalipto brasileiro, o pinheiro brasileiro, para desenvolver as espécies brasileiras, nós estaríamos numa outra situação. Nós usamos uma serraria na Amazônia que é – e o senhor conhece ela bem – um desenho para madeira branca, madeira de pinheiro, em geral, e ela é um desenho de 1960. Então, na melhor das hipóteses, a gente consegue gerar 50% de madeira. Os outros 50% da tora viram resíduo, e em muitas das operações é só 40%, quer dizer, na verdade, se a gente pudesse ter no Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, um setor de fomento da tecnologia do setor florestal, a gente poderia aumentar a produção de madeira real com a mesma quantidade de madeira que nós extraímos hoje. Porque, se a gente passasse de 40% para 60% o aproveitamento, nós estaríamos aumentando em 50% a oferta de madeira com a mesma quantidade de toras que a gente tem hoje.

Então tem esse outro setor também, e seria bom pensar que são correlatos. A gente pode fazer o manejo bem feito, mas, sem crédito e sem uma tecnologia para melhorar a cadeia de produção, nós vamos ficar também patinando num potencial que é muito grande realmente aqui no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1A9BD4B20055B34D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Antes de passar a palavra ao Rodrigo Camargo, quero lhe dizer que você está com a razão, mas nós temos mecanismos para dar essa linha de crédito. Como? Assim que o madeireiro tiver... E o Frank sabe disso... Ele está com o plano de manejo florestal pronto, feito. Ele tem um cronograma – tem ou não tem, Frank? – de quanto ele vai produzir por ano, então, dentro desse cronograma, entra a linha de crédito que os bancos vão ter. Acho que, se nós trabalharmos isso, dá certo para nós termos a linha de crédito.

Queria passar ao nosso Deputado Estadual de Rondônia, que vai fazer mais uma pergunta. Depois nós iremos para as considerações finais, darei 4 a 5 minutos para cada um.

O SR. RODRIGO CAMARGO (Para interpelar.) – Boa tarde, Senador Jaime Bagattoli! Na sua pessoa eu quero cumprimentar todos os convidados e, na pessoa da minha esposa, Larissa, quero cumprimentar todas as mulheres aqui presentes e aquelas que nos acompanham pela internet.

Há uma frase do saudoso Prof. Olavo de Carvalho que nos diz que "a moderação na defesa da verdade é um serviço prestado à mentira. Vou repetir: "A moderação na defesa da verdade é um serviço prestado à mentira." Por isso eu peço vênia a V. Exa. para não me utilizar daquilo que é politicamente correto em minhas falas sob pena de aqui prestar um serviço à mentira.

Eu gostaria de convidá-los, todos, a fazer um raciocínio, ou olhar esse mesmo tema do reflorestamento sob a ótica do pequeno, do médio e até mesmo do grande produtor rural que vivem no meu Estado de Rondônia.

Quando nós falamos de manejo florestal, nós estamos, obviamente, falando de preservação e, se você não cumpre as regras do manejo florestal, o Ibama da Dra. Lívia impõe uma sanção chamada embargo, e a área fica embargada. Então, eu gostaria de convidar a todos aqui para fazer um raciocínio sob essa ótica, a ótica dos embargos, que estão assolando a grande maioria dos produtores rurais do meu estado e, ao final, podem ter certeza, eu farei de forma assertiva a minha pergunta.

Bom, recentemente tem sido noticiado pela imprensa que o Ibama irá intensificar ainda mais a fiscalização sobre ruralistas para conter o desmatamento. Entre inúmeras políticas já assumidas pelo Governo Federal, até mesmo na agenda de 2030 da ONU, está o cancelamento, Senador Jaime Bagattoli, de todos os cadastros ambientais rurais, cancelamento de todos que estiverem com áreas sobrepostas a terras públicas. Isso, inclusive segundo o próprio Ibama, faz parte do novo Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal.

Entre mais de 200 ações divulgadas pelo Ibama estão a instauração de mais de 3,5 mil processos administrativos para apurar supostos crimes de desmatamento ilegal. E me assustou agora há pouco quando o Frank falava que o compromisso do Governo Federal é recuperar 12 milhões de hectares; e vou explicar por que me assusto com isso. Não foi o senhor que falou até 2030?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RODRIGO CAMARGO – Desculpe, foi o Garo. Desculpe, me perdoe, o Garo afirmou isto: mais de 12 milhões de hectares até 2030. E no plano, esse divulgado pelo Ibama, não é apenas retórica, está a criação de mais de 13 milhões de hectares de unidades de conservação até 2027.

Então vamos fazer o seguinte: vamos somar as áreas que nós já temos de preservação com as áreas indígenas, com as áreas que serão atribuídas aos quilombolas, com aquelas que pertencem, em tese pelo menos, ao MST, somem tudo isso e o que sobra para o pequeno produtor? Talvez aqui no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1A9BD4B20055B34D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

centro do país, em Brasília, vocês não tenham conhecimento, mas o Ibama está colocando uma operação no sul do Amazonas, no município de Lábrea, onde inúmeras propriedades rurais estão sendo embargadas, de caráter preventivo, geral e remoto. Isso está na Instrução nº 15, publicada agora, e os proprietários rurais, Senador Jaime Bagattoli, que tiveram suas propriedades rurais embargadas, até mesmo de forma remota, por satélite, não foi um fiscal lá, geral, toda a propriedade, não só aquela área desmatada, toda, está sendo obrigado a tirar o seu gado no prazo de cinco dias, e notificar logo, pegar guia de trânsito, para dizer para onde está sendo levado esse gado. Ah, mas por que não pode abater o gado? Por que há uma instrução agora proibindo os frigoríficos de adquirirem produtos de áreas embargadas pelo Governo. Ah, mas e para no frigorífico? Não para. Recentemente foi noticiado que a Febraban, que une os maiores bancos em atividade do país, Itaú, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Santander, chegaram a um acordo agora e vão proibir o financiamento para aqueles que adquirirem produtos de origem de áreas embargadas.

Vejam, eu gostaria aqui de deixar bem claro, de deixar registrado nos *Anais* desta Casa, vou fazer um alerta a toda a nação brasileira: travestido de política ambiental, o que nós estamos vendo neste país, não tenham dúvida, é a mais vasta operação de confisco territorial...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO CAMARGO – ... já observada na história humana, desde a coletivização da agricultura na China e na União Soviética.

Então, por isso, Senador Jaime Bagattoli, eu já encaminhei para o seu gabinete que o senhor apresente um projeto de decreto legislativo, ainda que coletivo, junto com o Senador Jayme Campos, Senadora Tereza, suspendendo essa Instrução Normativa nº 15 do Ibama, que está assolando o agronegócio e trazendo total instabilidade ao homem do campo.

Por fim, como falei, a minha pergunta é direcionada à Sra. Lívia.

Sra. Lívia, diante dessa Instrução Normativa nº 15 do Ibama: Que ela chegará em Rondônia eu sei, mas quando? A previsão dessa instrução normativa, com grandes operações do Ibama, com apreensão de lavouras, com apreensão do gado, daquelas áreas embargadas, chegará ao nosso estado? Porque o homem do campo, do meu estado, precisa se preparar.

Muito obrigado.

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS (Para expor.) – As sanções do Ibama, que o Ibama aplica, são previstas no Decreto nº 6.514. Não é a partir de agora, deste ano, ou da Instrução Normativa nº 15, que existem as sanções previstas no decreto.

Deixa eu terminar, por favor.

Obrigada.

Então, o Ibama tem apresentado... Eu estou no Ibama há 20 anos, e o Ibama sempre, desde sempre, durante todos esses 20 anos, vem aplicando o Decreto nº 6.514, de 2008.

Não é deste ano, não é do ano passado. Desde 2008, existem multas, sanções, suspensões de atividades, que estão previstas na ilegalidade.

Se está legalizado, ótimo, entra na cadeia produtiva e vende-se. O que não dá é, por exemplo, eu deixar o empresário que anda dentro da legalidade... E os senhores que estão aqui presentes sabem o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1A9BD4B20055B34D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quanto é difícil trabalhar na legalidade, competir com quem trabalha de forma ilegal, porque não paga imposto, porque não contrata pessoas dentro da legislação trabalhista, e outras questões mais.

É muito difícil hoje no Brasil, do tamanho que é, fazer um trabalho legal competindo com o que existe de ilegal. Então, a ideia do Ibama... O Ibama é executor da legislação, que é esta Casa que constrói.

O papel do Ibama é sim... E eu repito que não pode existir uma insegurança técnica e jurídica para o fiscal do Ibama que está em campo. O que deve existir sim... Esta Casa, que aprovou a Lei de Crimes Ambientais, o Decreto nº 6.514, que regulamenta por meio da aplicação das sanções, não pode colocar a responsabilidade da aplicação da lei no fiscal que está em campo tentando cumprir aquilo para o qual a sociedade o paga.

Então, a pergunta que eu poderia devolver para o senhor é: Quais as leis, que são hoje publicadas, e que o Ibama, portanto, está executando?

No momento em que o fiscal do Ibama deixa de aplicar a lei, aí, sim, ele se torna omisso ou ilegal.

A intenção nossa, dentro do Brasil como um todo, é qualificar os produtos brasileiros, seja gado, seja soja, seja madeira, seja qualquer outro produto, dentro do mercado interno e do mercado externo. É qualificar os nossos produtos, é apresentá-los dentro da cadeia e garantir a rastreabilidade deles.

O que não pode acontecer, por exemplo, é uma área, que foi embargada há dois, três, cinco anos, o proprietário rural continuar utilizando, descumprindo o embargo administrativo que foi aplicado, ou o embargo judicial que foi aplicado. Aí, quem é que está errado? Será que é o Ibama que está errado? E porque está cumprindo a norma que foi prevista e publicada pela Casa?

Então, talvez a medida que nós precisamos reavaliar é: que Brasil nós queremos? Nós queremos um Brasil em que nós impulsionemos o que é ilegal, para continuar produzindo de forma ilegal? E competir lá fora com o estado, com o país, dentro da geopolítica que nós sabemos que existe lá fora, com os produtos que estão marcados de forma ilegal? Ou nós queremos trazer, encontrar soluções conjuntamente, não só o Ibama, com o representante hoje aqui do Governo Federal, mas também junto com os governos estaduais, que também têm responsabilidade, cada governo de estado – e o senhor aqui, que é de Rondônia, sabe da responsabilidade que cada governo de estado também tem, do compromisso –, de reduzir o seu desmatamento?

Nós tivemos uma reunião esta semana com a secretaria de meio ambiente dos estados, e eles compartilham a responsabilidade disso, do cumprimento da lei, do cumprimento da norma, das normas vigentes. E a discussão é a responsabilidade de a gente tentar trazer o que é ilegal para dentro da legalidade. Claro, tem algumas opções de financiamento, muitas que nós discutimos aqui.

Então, na minha opinião, humildemente, eu prefiro incentivar e discutir políticas públicas que atraiam o empresário, o produtor rural para a legalidade do que fazer o inverso, do que fazer um discurso aqui – porque eu poderia tranquilamente fazer um discurso – para empurrar todo mundo para a ilegalidade e, aí, reduzir ou não cumprir a norma que está vigente, e os políticos aqui na Casa, indicados pela nossa sociedade, nos representam. Então o convite que eu faço aos senhores aqui é: de que forma nós podemos atrair os produtores rurais para dentro da legalidade? De que forma nós podemos fazer isso? De que forma nós podemos identificar e entender as limitações que eles têm no dia a dia, porque o trabalhador rural trabalha muito, embaixo de sol e chuva. De que forma nós podemos ajudar a trazê-los para dentro da legalidade? De que forma nós podemos ajudá-los a valorizar o produto que sai da fazenda, do imóvel rural dele? É isso que a gente precisa responder. Talvez esta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1A9BD4B20055B34D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja a pergunta mais difícil a responder: de que forma o governo do estado, de cada estado da Amazônia – Rondônia, Pará, Mato Grosso – pode se estruturar para poder... E os bancos, para poderem financiar. De que forma nós podemos auxiliá-los a trazer para a legalidade? É essa a pergunta que nós precisamos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Esse assunto aí nós vamos, daqui a pouco, estar com o Presidente Agostinho, aí a gente vai debater essa situação, esse assunto. Nisso aí, nós vamos ter que encontrar um termo, Sra. Lívia. A nossa única preocupação não é o médio e o grande produtor. O médio e o grande produtor do Norte estão legalizados. O grande erro disso aí foi não ter feito essa legalização fundiária. A legalização fundiária era o essencial.

Então com o Ibama, lá no caso de Rondônia – e a Sedam, no Mato Grosso, é igual –, com os órgãos ambientais estaduais e federal, nós temos que sentar e nos debruçar principalmente sobre a situação do pequeno produtor, de até quatro módulos. Na verdade, é o seguinte: 80% deles estão ilegais, até derrubaram depois de 2008. Essa é uma situação que nós vamos ter que, à frente, ver como é que a gente vai discutir e acertar dentro do Ibama.

Agora eu queria dar três minutos para cada um fazer as considerações finais, até porque a gente tem mais um compromisso, temos essa reunião com o Presidente.

Podemos começar pelo Garo para fazer as considerações finais.

O SR. GARO JOSEPH BATMANIAN (Para expor.) – Muito obrigado. Muito obrigado, Senador, obrigado a todos os que estão presentes.

É bastante enriquecedor este debate e bastante esclarecedor também. Eu acho que há outros assuntos que podem ser discutidos depois.

Eu queria voltar às minhas mensagens iniciais para encerrar. O manejo florestal sustentável é economicamente viável, é socialmente justo ou compatível, porque gera emprego, melhora a qualidade de vida dos trabalhadores, e também é bom para o meio ambiente. Então, é a primeira mensagem. Nós estamos mostrando, com os concessionários e com as pessoas que estão aqui – há vários exemplos aqui na mesa citados –, que o manejo florestal é economicamente viável, é uma alternativa viável para se usar na Amazônia.

E manejo florestal não é desmatamento. Essa é a segunda mensagem.

A terceira mensagem é a de que nós não podemos mais pensar apenas, Senador, com os pontos que o senhor e outros Senadores e Senadoras levantaram, em manejo florestal, nós podemos pensar no setor florestal. Temos que pensar que o manejo florestal começa quando você retira a madeira, mas o produto final não é a tora. Então, nós temos que pensar em crédito, que pensar na serraria, que pensar numa integração, Frank, entre a madeira... Não é com a madeira plantada, às vezes, que a gente pode fazer um móvel, que se faz um MDF, que se faz o recheio da madeira, uma lâmina com a madeira mais nobre, por exemplo, que é o que faz o Vietnã e outros lugares. Então, a gente tem que começar a pensar não só no manejo, mas na indústria do setor florestal que usa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GARO JOSEPH BATMANIAN – ... que obtém a madeira de maneira sustentável.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1A9BD4B20055B34D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Com a palavra, a Lívia.

A SRA. LÍVIA KARINA PASSOS MARTINS (Para expor.) – Inicialmente, gostaria de agradecer.

Eu acho muito importante aqui este nosso diálogo, nossa conversa... O Ibama está à disposição para conversarmos. O que eu sempre comento é que a conversa e os diálogos são importantes para conhecer os pontos de vista, e não para convencer. Então, hoje foi uma oportunidade. Nós estamos conversando – não é, Frank? – ao longo da semana, nós estamos tentando entender as dificuldades, as limitações que nós temos para avançar no plano de manejo sustentável de maneira que Ibama possa ajudar, auxiliar, mais uma vez, eu repito, a trazer a atividade para dentro da regularidade, para dentro da legalidade.

O Brasil não pode ser um país de atividades ilegais. O Brasil não pode ser um país que vende produtos com dúvida sobre legalidade, o Brasil não pode ser um país que explora os pequenos, aceitando a fome e a degradação das pessoas no entorno. O Brasil precisa, sim, ser um país grande, biodiverso, que respeita as leis, porque os produtos brasileiros são produtos qualificados. É dessa maneira que eu acredito que o Brasil vai se desenvolver, vai crescer e vai expandir, ainda mais, a atividade do plano de manejo.

Eu acredito que o mercado e o plano de manejo podem se expandir. Podem contar com o Ibama para isso.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – A palavra, agora, com o Deryck.

O SR. DERYCK PANTOJA MARTINS (Para expor.) – Bom, quero agradecer, mais uma vez, Senador, e parabenizar pela iniciativa.

Acho que esse é um tema fundamental e que a gente precisa, em outros momentos, poder ter essa oportunidade de trazer essa realidade.

Gostaria de comentar, muito rapidamente, aqui o que o senhor falou e a Senadora Tereza Cristina também, do manejo florestal comunitário e familiar. Eu acho que seria importante até, num outro momento, a gente poder ter representantes que venham trazer um pouco dessa realidade. Grande parte das florestas têm como detentores comunidades e famílias, grupos familiares, e é fundamental que eles possam participar disso, que estejam inseridos nessa política. Existem, dentro das possibilidades dos arranjos possíveis, as parcerias, empresas e comunidades. Algumas dão certo, são exitosas. Existem alguns projetos comunitários que também foram exitosos, e é importante a gente pensar em como inseri-los, criar políticas de assessoria técnica, assessoria jurídica para que eles possam, realmente, entrar e fazer discussões, poder construir seus projetos, se empoderando com esse recurso.

Por último, queria reforçar a mensagem que a gente tentou passar aqui, procurou passar na apresentação, de que manejo florestal, no nosso entendimento, é a melhor forma de uso, de estratégia de conservação das florestas e da biodiversidade. Eu diria, Senador, que manejo florestal sustentável é a melhor chance que o Brasil tem de manter as suas florestas em pé, de manter as suas florestas produtivas e de conseguir enfrentar o desmatamento e a atividade ilegal de forma produtiva, gerando emprego, gerando renda, gerando benefícios para a sociedade como um todo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Frank.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1A9BD4B20055B34D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FRANK ROGIERI DE SOUZA ALMEIDA (Para expor.) – Senador Jaime, para mim, é motivo de honra estar aqui hoje. Eu fui criado ouvindo meu pai dizer que a gratidão é o sentimento mais nobre do ser humano. E hoje eu sou grato a esta Casa, sou grato ao Ibama, ao serviço florestal, ao Deryck, a cada um dos servidores do Senado que aqui estão por esta oportunidade dada ao nosso setor. Nós nunca tivemos um espaço como este. O senhor foi madeireiro, o senhor é do Estado de Rondônia, amazonino, como a gente, e um lutador, um batalhador. É muito difícil a gente poder, Ramiro, quebrar paradigmas, combater o preconceito. Isso é missão, Deputado, difícil.

Nós temos um grande desafio na Amazônia brasileira, Lívia, que é achar uma oportunidade, achar, Senador, uma alternativa para os milhares de brasileiros que lá estão que não tiveram oportunidade, Lívia, de hoje estarem regulares. Nós não podemos pegar essas pessoas... Estão erradas? Estão erradas. Fizeram errado? Fizeram errado. O que eu vou fazer com esse cara? Vou matá-lo? Eu vou jogar a família dele na rua? Vou criar mais uma favela lá em Porto Velho, lá em Cuiabá, lá em Manaus? Nós precisamos achar uma alternativa. E, às vezes, se a gente só tirá-los de lá e der um pontapé, estaremos criando um problema adiante. Eu vou transferir – nós estávamos falando – o problema de lugar.

O momento é de muita calma. Nós temos que virar a chave. Eu venho dizendo isso desde lá detrás. Olha, nós temos que evitar que a notícia saia da seguinte forma: "Hoje, o Ibama e o Ministério do Meio Ambiente estiveram na Amazônia brasileira e emitiram R$15 milhões em multa".

(*Soa a campainha.*)

O SR. FRANK ROGIERI DE SOUZA ALMEIDA (Para expor.) – Nós temos é que evitar que o ilícito aconteça. Nós temos que chegar antes do problema. Aí, sim, nós cumprimos a nossa missão: no dia em que nós conseguimos – eu, como sociedade civil; vocês, como servidores do meio ambiente; o Estado brasileiro – dar estrutura para que isso aconteça. Nós temos que chegar lá na hora em que o cidadão... "Ó, o cara iniciou um crime." "Espere aí, amigo, você está errado." Algema. Você está indo embora, o crime não aconteceu. Depois que ele aconteceu, dificilmente nós vamos conseguir reverter aquele dano ambiental.

Particularmente – eu tenho 47 anos de idade, há 40 no mesmo endereço, no mesmo lugar, na mesma região, conheço o Estado de Mato Grosso como ninguém –, eu nunca vi uma área desmatada voltar a ser mata. Eu nunca vi! Pode ser que eu seja surpreendido daqui a alguns dias com isso, mas eu nunca vi.

Então, nós precisamos aparelhar o Estado, a mão forte do Ibama, do ICMBio, do Governo Federal, dos governos estaduais. E eu acho que o Mato Grosso deu assim... Eu senti isso, porque eu ando muito, tenho negócios no norte do Mato Grosso inteiro, vou beliscar ali em Rondônia, vou ao sul do Amazonas, vou ao Pará. O Mato Grosso deu um salto nisso daí hoje, com uma sala de situação, com monitoramento *on-line*. Começou um desmate hoje lá, deu um hectare, puf! Os alertas vão para os municípios. O Ministério Público passou à Polícia Civil, não tem jeito de o policial civil falar que não está sabendo daquilo, porque chegou um informe lá para ele, chegou a coordenada geográfica, ele tem que ir lá no lugar tirar uma foto com as coordenadas do lugar. Então, não tem como ele passar pano naquilo mais. É disso que nós precisamos, de passar para este ponto: evitar que aconteça, porque, depois que aconteceu, está pronto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1A9BD4B20055B34D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, você pegar uma pessoa que está com 10, 15, 20 anos... Tem gente que tem uma vida dedicada àquilo ali, que deixou a saúde dele ali, já está ali o sucessor dele e, aí, como é que nós vamos fazer isso?

E o manejo, volto a dizer para vocês, é a maior ferramenta que nós temos.

Conte com o setor privado, Lívia! O que eu puder fazer para ser uma ponte de interlocução entre nós e o governo, para que caminhemos para a legalidade avançar, tecnificar, modernizar, conte comigo!

Obrigado, Senador, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado ao Deryck, ao Frank, ao Garo, à Lívia, aqui representando o Ibama. Quero agradecer muito à nossa Presidente da CRA, Senadora Soraya, e dizer para vocês da importância do plano de manejo sustentável e, ainda – você falou bem –, que nós precisamos pensar na industrialização, em como industrializar essa madeira, porque quanto mais nós tivermos a industrialização, mais geração de emprego e renda nós vamos ter para os nossos estados, para o nosso Brasil.

E quero deixar as minhas considerações finais aqui, dizendo o seguinte: nem o Ibama, nem a iniciativa privada podem ficar de briga um com o outro, ficar de discussão um com outro. Eu acho que nós temos que encontrar meios, nós temos que encontrar caminhos para que isso dê legalidade, porque todo empresário, ninguém quer trabalhar ilegal – ouviu, Lívia? – em nenhuma atividade, até porque, hoje, o madeireiro parece que...

Uma coisa, Frank, que me deixa, às vezes, um pouco triste, você sabe o que é? Todo mundo virou conhecedor de espécie de madeira, principalmente... Nós temos que analisar essa situação com mais cautela, com mais calma. Por exemplo, a Polícia Rodoviária Federal – vou só dar um exemplo da Polícia Rodoviária Federal –, muitas vezes, descarrega um caminhão, como eu vi, lá em Rondônia, descarregar um caminhão de madeira industrializada, e a madeira fica lá dois, três meses, se perde e, depois, vão ver que, muitas vezes, o madeireiro estava certo. Com quem ficou prejuízo? Ficou com o madeireiro. Eu acho que essa análise de espécie de madeira tinha que ser com o instituto, tinha que ser feita de acordo com o Ibama, com o Sedam, não tinha que ser com a Polícia Rodoviária Federal. A Polícia Rodoviária Federal pode até, se ela vir que aquele veículo lá, que aquele caminhão está carregado não com aquele tipo, espécie de madeira... Mas eles têm que ter mais conhecimento, muitas vezes, para fazer apreensão. E não só isso: eles apreendem caminhão também medindo a madeira por fora, e não é toda a carga que é carregada no mesmo sistema, para se operacionalizar com o mesmo desconto, com um percentual de 20% ou 25%.

Enfim, quero agradecer pela presença de todos aqui, dizer para vocês que é de suma importância que esta reunião aconteça em outras ocasiões também e que nós, aqui no Senado, estamos dispostos a ajudar o setor produtivo, contribuir naquilo que pudermos fazer para dar mais avanço ao manejo florestal, principalmente em áreas públicas.

Um abraço.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Um abraço a todos. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 54 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1A9BD4B20055B34D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e dezenove minutos do dia vinte e oito de junho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Carlos Viana, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Tereza Cristina e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Paulo Paim, Zenaide Maia, Angelo Coronel e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Jayme Campos, Giordano, Marcos do Val, Eliziane Gama, Jaques Wagner, Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Jaime Bagattoli e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa (M. B. Red. Emissões)**, atendendo aos requerimentos REQ 21/2023 - CMA, de autoria Senador Confúcio Moura (MDB/RO), e REQ 50/2023 - CMA, de autoria Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA), Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT), Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Finalidade:** Quarta audiência pública para instruir o PL 412/2022, que "regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), previsto pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e altera as Leis nºs 1.284, de 2 de março de 2006; 12.187 de 29 de dezembro de 2009; e 13.493 de 17 de outubro de 2017" e demais matérias que tramitam em conjunto: PL 2122/2021, PL 1684/2022, PL 4028/2021, PL 3606/2021. **Participantes:** Sr. Gustavo Barbosa Mozzer, Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa; Sr. Tiago Ricci, Lider do Grupo de Trabalho de PLs da Aliança Brasil NBS; Sra. Tatiana Oliveira, Assessora para Políticas Públicas Socioambientais do INESC; Sr. Shigueo Watanabe Júnior, Organização ClimaInfo (representante de: Observatório do Clima - OC); Sr. Pedro Martins, Advogado membro do Grupo Carta de Belém; Sra. Julia Sagaz, Diretora Socioambiental do Fórum de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Setor Elétrico - FMASE; Ministra Liliam Chagas de Moura, Diretora do Departamento de Clima do Ministério das Relações Exteriores; Sra. Marta Bandeira, Gerente de Sustentabilidade no BNDES (representante de: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES); Sr. André Bedin Pirajá, Associação Nacional de Produtores Rurais pela Liberdade; e Sr. Júlio Barbosa, Presidente do Conselho Nacional das Populações Extrativistas - CNS. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/06/28

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1A9BD4B20055B34D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e dezenove minutos do dia vinte e quatro de maio de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Flávio Arns e Professora Dorinha Seabra, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Confúcio Moura, Carlos Viana, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Leila Barros, Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão, Lucas Barreto, Wellington Fagundes, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Gomes, Zequinha Marinho, Laércio Oliveira e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Eduardo Braga, Marcos do Val e Luis Carlos Heinze, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Vanderlan Cardoso, Carlos Portinho, Magno Malta, Romário e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 13/2023 - CE, de autoria Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). **Finalidade:** Debater a implementação do Piso Salarial do Magistério. **Participantes:** Sra. Maria Stela Reis, Coordenadora-Geral de Valorização dos Profissionais da Educação, da Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino (SASE) (representante de: MEC); Sr. Rossieli Soares da Silva, Secretário de Estado da Educação do Estado do Pará e Líder da Frente de Financiamento do Conselho Nacional de Secretários da Educação (Consed); Sr. Luiz Miguel Martins Garcia, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime); e Sra. Marlei Fernandes de Carvalho, Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/05/24

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1A9BD4B20055B34D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esportes da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data de 24 de maio de 2023.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de, abro aspas: "Debater a implementação do piso salarial do Magistério", em atenção ao Requerimento nº 13, de 2023, da Comissão de Educação, de autoria da Senadora Professora Dorinha Seabra.

Para esta audiência temos a presença, com muito prazer, já quero saudar também os expositores e as expositoras: Maria Stela Reis, aqui à minha direita, Coordenadora-Geral de Valorização dos Profissionais da Educação, da Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino (Sase). Seja muito bem-vinda. Que bom que está aí. Rossieli, amigo de longa data já também, Soares da Silva, Secretário de Estado da Educação do Estado do Pará e Líder da Frente de Financiamento do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed). Seja muito bem-vindo, Rossieli.

E participarão de forma remota os seguintes convidados: Luiz Miguel Martins Garcia, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), também sempre presente nos debates no Senado Federal. Seja bem-vindo, Luiz Miguel. E Marlei Fernandes de Carvalho, Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Do Paraná, me permita dizer, Marlei. Profa. Marlei, que também na minha época de Secretário da Educação, então Presidente da APP-Sindicato. Então, já a conheço muito bem, de muitas reuniões que realizamos junto com a APP-Sindicato.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Eu quero inclusive dizer que já temos algumas perguntas.

A Nathaly da Silva, de Pernambuco: "Quais são os desafios enfrentados na implementação do Piso Salarial do Magistério em áreas rurais e remotas [...]".

Larissa Barbosa, do Ceará: "Como prevenir a exportação de professores qualificados e incentivar a qualificação dos da rede de ensino pública através do piso salarial?".

Eliezer Barbosa, de São Paulo: "Por que há tanta divergência nas remunerações dos docentes nas entidades federativas do Brasil, alguns menores do que o Piso Nacional?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1A9BD4B20055B34D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fernanda Mayara, do Rio Grande do Norte: "É cruel limitar gastos com educação. A educação realmente será posta no arcabouço [fiscal]?".

Foi posta, vamos ver se conseguimos tirar. Mas o esforço tem que ser feito aqui no Senado.

E também comentários. Àtila Conceição, da Bahia: "O Brasil precisa valorizar o professor, investir no ensino de línguas estrangeiras para alcançarmos o lugar que merecemos. Bons salários, sim!".

Comentários. Mayla de Souza, da Bahia: "Essa implementação já devia ter ocorrido há anos, trata-se da profissão mais importante para o desenvolvimento da sociedade".

Eu quero justificar inclusive que, habitualmente, o autor ou autora do requerimento preside a reunião. Falando ontem com a Senadora Professora Dorinha, ela comentou que estaria realizando exames médicos no dia de hoje, razão certamente pela qual ela não está aqui neste momento. Mas se ela chegar a qualquer momento, eu me sentarei aí na bancada, e ela presidirá o restante da nossa audiência pública.

Mas é uma alegria contar com a participação das expositoras, dos expositores num assunto do mais alto interesse e da mais alta necessidade. Eu sempre comento que, mesmo no Fundeb, é Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e valorização dos profissionais da educação, com percentual inclusive maior. E se quisermos valorizar a educação, termos bons profissionais, e isso acontece, sem dúvida, pela valorização da profissão, salário, plano de carreira, enfim, tantas coisas, porque a pessoa precisa ter uma perspectiva de vida.

E é isso que nós vamos debater aqui também, para nos articularmos, para que isso seja uma caminhada de vida inteira de valorização.

Eu quero dizer que, na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos, podendo ser prorrogado por mais cinco. Então serão 15 minutos. Haverá um sinal perto dos dez minutos, mas é o primeiro sinal, dizendo "olha, mais cinco minutos estarão disponíveis".

Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos expositores, às expositoras e aos Parlamentares eventualmente inscritos para fazerem suas perguntas e comentários.

Muito bem, passo então, em primeiro lugar, cara Maria Stela Reis, que é Coordenadora-Geral de Valorização dos Profissionais da Educação da Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino (Sase), MEC. Lembrando que, na segunda-feira, ainda tivemos a presença da Sase na discussão do Plano Nacional de Educação também. Aliás, a Sase está bastante presente nas audiências públicas aqui.

Com a palavra, então, Maria Stela.

A SRA. MARIA STELA REIS (Para expor.) – Boa tarde a todas e todos. Eu gostaria de agradecer a oportunidade de participar desta audiência, cumprimentar o Senador Flávio Arns, que eu tive o prazer de conhecer pessoalmente agora, convidar o Secretário Rossieli – e cumprimentá-lo, não é? Cumprimento a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1A9BD4B20055B34D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos que estão nos acompanhando remotamente: o representante da Undime, a Marlei, do CNTE. A Marlei a gente já conhece.

Bom, se eu deixei de falar alguém, é porque eu não prestei muita atenção.

Bom...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MARIA STELA REIS – Ah, o da Undime, o representante da Undime, exatamente, Luiz Miguel.

Bom, o meu objetivo aqui é, a propósito do projeto de lei proposto pela Senadora Professora Dorinha, fazer uma apresentação sobre a implementação do piso salarial nacional, elaborada lá pela secretaria, pela Sase, que é uma secretaria que havia sido extinta e agora voltou. E com isso, assim, estimular um pouco o debate, levantar algumas questões a respeito de encaminhamentos, considerando o novo contexto da definição do arcabouço fiscal também, que deixa a gente agora, de novo, cheia de pontos de interrogação.

Bom, então, a gente preparou um PowerPoint para facilitar o roteiro.

Primeiro, o Piso Salarial Profissional Nacional, esse é o nome formal, foi estabelecido pela Lei nº 11.738, de 2008, de conhecimento de todos. Ele é o valor abaixo do qual nenhum ente federado (União, estados, Distrito Federal e municípios) vai poder fixar o vencimento inicial das carreiras do magistério público da educação básica, vencimento inicial, é importante, para uma jornada de 40 horas semanais.

Além da definição do que seja o piso, a lei também define quem recebe o piso, a quem se aplica, que são os profissionais do magistério público. Então, entende-se por profissionais do magistério público, da educação aqueles que desempenham atividades de docência e suporte à docência. O foco dessa definição de profissionais do magistério está na docência. Além dos professores, são profissionais que atuam na direção, na administração, no planejamento.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MARIA STELA REIS – Acho que eu vou aguardar que a Senadora se junte a nós aqui na mesa.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Desculpe-me interromper, Maria Stela, mas eu quero convidar a Professora Dorinha para vir aqui presidir.

Eu já havia justificado que você estaria fazendo exames médicos no dia de hoje e que isso estaria demandando de você um tempo maior, mas disse que quando você chegasse presidiria e que eu me sentaria aí na bancada também para escutar. Fico aí no canto também.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1A9BD4B20055B34D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não, aqui, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Por favor, Maria Stela, pode continuar.

A SRA. MARIA STELA REIS – Bom, boa tarde, Senadora! Bom tê-la aqui, bem no comecinho. Dá para a gente até voltar um pouquinho.

A apresentação que eu estou fazendo foi preparada pela Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino e é sobre a implementação do Piso Salarial Nacional Profissional.

Eu tinha acabado de... Deixe-me voltar aqui. Eu tinha acabado de dar a definição do piso, que foi estabelecida pela Lei 11.738, de 2008, e agora eu estava falando sobre o que se entende por profissionais do magistério público da educação básica para os fins da lei do piso. São profissionais envolvidos com a docência diretamente ou em atividades relacionadas à docência. Então, quando a senhora entrou, estava explorando um pouco mais esse conceito: a direção, o pessoal da administração, o planejamento, a supervisão, a coordenação pedagógica e tal.

Outro item importante estabelecido nessa lei é o limite de dois terços da carga horária, o limite máximo, para as atividades em sala de aula. Lendo de outra forma, um terço da jornada dos professores, pela lei, tem que ser dedicado a atividades de planejamento, planejamento das aulas, planejamento da disciplina, planejamento da inclusão da disciplina no currículo da escola, discussão com professores, coordenação pedagógica. O espírito da lei entende que esse é um elemento fundamental para melhorar a qualidade da educação.

E a lei prevê também que os entes federativos elaborem e adéquem planos de carreira e remuneração.

Bom, a metodologia de cálculo do reajuste do piso é a seguinte. Anualmente, por exemplo, o piso de 2023 é reajustado em função da aplicação do percentual de crescimento do valor anual mínimo por aluno do Fundeb de 2022 em relação a 2021. Então, anualmente, com a mudança do valor do montante de recursos do Fundeb e o valor aluno e a quantidade de matrículas da educação básica, você tem esse percentual que é aplicado sobre o piso do ano anterior e dá o reajuste do piso.

Então, a gente tem aqui um quadro de evolução do piso salarial nacional dos profissionais do magistério. O quadro vai de 2012 a 2023. Como eu falei, na última linha dessa tabela, a gente tem o piso, o valor atual, que é de R$4.420,55, que foi resultado da aplicação do índice de 14,95%, que é essa variação dos FUNDEBs anteriores sobre o piso de 2022, que era R$3.845,63. Esse valor, esse percentual é comunicado, publicado pelo MEC todo ano, todo começo de ano, por uma portaria, mas ele é automático, digamos assim, ele não depende da decisão do ministro. Ele está definido já, pré-definido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1A9BD4B20055B34D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que a gente tem, assim, pensando na implementação do piso, é que, no período de 2009 a 2022, o piso salarial teve um ganho da ordem de 304,80%. Essa tabela serve para a gente comparar com outros índices. O INPC, que é o da inflação, cresceu 81,60%, e o salário mínimo, 160,65%.

Essa variação do piso, essa evolução maior se deve a essa fórmula de cálculo, que é relacionada, que tem como denominador comum a quantidade de alunos matriculados. Se essa quantidade diminui, o piso vai aumentar. Então, esse indicador mostra que nós estamos no caminho de alcançar a Meta 17, do PNE, que é de valorizar os profissionais do magistério, das redes públicas, de forma a melhorar, vamos dizer assim, o seu rendimento médio. Só que a meta se refere ao aumento no sentido equiparar o seu rendimento médio aos dos demais profissionais com escolaridade equivalente até o final do sexto ano de vigência do PNE.

A gente tem, por um lado, então, esse cenário que aparentemente é positivo. Contudo, aqui é uma outra forma de demonstrar essa evolução. Os rendimentos dos professores, em média, em 2012, alcançaram 65,2% dos rendimentos médios de outros profissionais assalariados com nível equivalente de escolaridade.

Então, esse índice de 2012 até 2021 evoluiu. Esses dados são extraídos do relatório do Inep, o relatório de monitoramento das metas do PNE. Então, chegamos em 2021 com os professores conseguindo 82,5% da média dos demais assalariados. Porém, essa evolução – como dizer, essa evolução comparativa – realmente foi positiva, mas, se a gente for ver, ela acontece porque houve uma redução, no mesmo período, da remuneração média dos outros profissionais. Então, o que aconteceu foi uma redução do *gap* entre os salários dos profissionais da educação e os demais profissionais assalariados, mais em função da diminuição dos salários dos outros profissionais do que os da educação.

Uma consideração importante que faz a gente pensar relacionada à implementação do piso é a forma como são feitos os reajustes nos quadros dos professores dos entes federados, dos sistemas de ensino, em relação ao piso. Então, o piso estabelecido é de R$4.420,55 para um nível de vencimento inicial, só que as carreiras são compostas por níveis. O vencimento inicial está ali classificado, representado como A. Então, os níveis vão até E. E o índice de aumento do piso salarial é aplicado sobre o vencimento inicial, desde que o vencimento inicial seja inferior ao valor do piso, de R$4.420.

Então, nessa tabela, nesse plano de carreiras simulado, a gente vê que os outros níveis salariais, outros níveis de carreira, não necessariamente pela força da lei do piso, eles seriam reajustados. Isso, obviamente, depende do plano de carreira de cada sistema de ensino, de cada ente.

Mas as situações são as mais variadas. A gente recebe no MEC muitas, muitas manifestações, seja pela ouvidoria, sejam projetos de lei que tentam forçar que existam parâmetros mínimos ali de distância entre um nível e outro, estabelecidos pela lei, ou que a União force que os entes paguem reajustes assim proporcionais, em cadeia, digamos assim: reajuste o vencimento inicial e reajuste igualmente os outros. Então, a situação é que a gente acaba ficando, em muitos casos, com o achatamento, com a compressão, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1A9BD4B20055B34D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos os níveis ficam com o vencimento muito parecido. Então esse é um problema da implementação do piso.

Isso, como eu disse, tem gerado muitas reclamações, ações e muitos projetos de lei. Na época que essa apresentação foi feita, faz dois meses, a gente encontrou 50 projetos de lei em tramitação. Isso aí é só um exemplo do quanto essa matéria é uma matéria sensível e cheia de conflitos.

Então, o Poder Judiciário tem acolhido ações judiciais. Ele tem acolhido e tem dado determinadas liminares e tudo com base basicamente nestes dois argumentos. Primeiro, que a lei do piso supostamente teria sido revogada pela Emenda Constitucional 108, de 2020, que tornou o Fundeb permanente. Então, tem muito entendimento com base lá no art. 4º da lei do piso, que cita um dispositivo que caiu. Considera-se, portanto, que a lei inteira tenha sido revogada. Outro argumento é no critério de reajuste do piso, em razão da revogação da lei do antigo Fundeb: é de que essa necessidade de atualização da atual lei do piso tenha tornado a lei do piso automaticamente não aplicável. Nós temos contestado isso. Nós do MEC temos contestado essa argumentação.

A nova lei do Fundeb prevê um aumento das complementações da União por meio do Vaat, do Vaaf, e agora, futuramente, do Vaar. Mas a gente entende que, assim, a lei agora precisa de um aperfeiçoamento.

Então, como medida para caminhar nesse sentido, o MEC vai instituir novamente o fórum permanente de acompanhamento da evolução do piso, agora também piso junto com planos de carreira, porque, como eu falei aqui, a questão dos planos de carreira está intimamente associada com o piso, com a questão da aplicação do piso. E, se a gente pensa na valorização dos profissionais da educação, essas pontas precisam ser analisadas de uma forma integrada. Essa é uma coisa.

Então, nós pretendemos, no contexto do fórum, ouvir todos os atores interessados: a Undime, o Consed, a CNTE, órgãos técnicos do próprio MEC, o Inep, o FNDE, e outros especialistas, para que a gente possa aperfeiçoar a lei do piso.

Essa medida, assim, se não for esta semana, na semana que vem, vai sair essa portaria do MEC restabelecendo o fórum.

Então é isso. A gente pretende, vamos dizer assim, buscar uma pactuação, entre os entes federados, junto com os trabalhadores, porque a lei do piso, o Fundeb e esse financiamento da educação envolvem, profundamente, todos os níveis da Federação.

Era essa a minha apresentação.

Não quero extrapolar muito. Tenho algumas poucas considerações a respeito da proposta da Professora Dorinha, mas a gente deixa para a hora do debate.

Obrigada. Desculpe, se eu passei do tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1A9BD4B20055B34D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Agradeço a exposição da Maria Stela Reis, Coordenadora-Geral de Valorização dos Profissionais da Educação, da Sase. Agradecemos a atenção. Com certeza, é um tema que tem provocado um grande debate. Muitos estados e municípios têm conseguido essas medidas liminares, e a ideia é tratar do tema com a seriedade que requer.

Quero cumprimentar o Secretário, o amigo Rossiele, que aqui representa o Consed (Conselho Nacional de Secretários de Educação), ele que hoje é Secretário de Estado da Educação do Pará.

Aqui eu já passo, imediatamente, a palavra para a sua exposição em nome do Consed.

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA (Para expor.) – Obrigado.

Boa tarde a todos e a todas. Obrigado, Senadora Dorinha. É um prazer reencontrá-la aqui, presidindo neste momento esta sessão. Quero cumprimentar também o meu querido amigo Senador Flávio Arns, nosso Presidente da Comissão de Educação; cumprimentar a Maria Stela, aqui representando o Ministério da Educação; o meu amigo Luiz Miguel, Presidente Nacional da Undime – fomos colegas lá em São Paulo, também, e é um prazer sempre reencontrá-lo –; a Marlei aqui que representa a CNTE, uma importante instituição também – Marlei, desculpa. Sempre falam o meu nome errado e eu errei o seu. Desculpa, Marlei.

É um prazer poder fazer este debate com vocês de um tema superimportante, mas eu não poderia deixar de começar, Senadora Dorinha, que foi Secretária aqui do Estado de Tocantins, que por tantos anos nos liderou no Consed, e que conhece tão bem a nossa instituição... Também já trago que eu estou coordenando o GT agora, a partir de agora, do financiamento da educação, no Consed, Dorinha, e vou estar aqui muito batendo às portas para pedir a possibilidade de revermos essa decisão de colocar dentro dos limites do arcabouço fiscal o Fundeb. Eu acho que é importante.

Acho que esse debate não foi apropriado, da maneira que deveria ser, porque ele foi encaminhado, sempre foi dito que ia ficar sem, e nos últimos dias é que apareceu no relatório, e aí não se pôde mais fazer emenda, não se fez mais nada e, simplesmente, não se tem – mal se tem – estudos dos impactos disso na educação. Eu acho que é importante, sim, que o Brasil debata e acho que o Senado... Fica aqui o nosso apelo pela revisão, pelo bom debate que a gente precisa fazer sobre a entrada do Fundeb. O Fundeb entrar no arcabouço fiscal vai prejudicar, inclusive, políticas do próprio cumprimento do piso. Como é que você vai cumprir merenda, transporte, que são despesas hoje recorrentes? O valor se discute, mas, apesar do cumprimento do Fundeb ser constitucional – portanto, não se reduzirá o Fundeb –, vão se pressionar todas as outras verbas que estão ligadas à educação, e isso virará uma disputa. No mínimo isso, já, trará consequências à educação.

Então, eu entendo que aqui, nesta Casa Legislativa, deva-se ter um debate. Aqui – o caro Presidente Flávio já comentou sobre isso no início da sessão –, fica também já... Nós nos colocamos à disposição. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1A9BD4B20055B34D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sei que não é o tema em debate diretamente, mas, no final das contas, isso está interligado, porque trará reflexos à discussão de composição salarial e de composição de todas as políticas.

Eu também gostaria já de colocar o Consed à disposição para o debate da política da reforma tributária brasileira, porque ela trará, de alguma maneira, impacto; não estou dizendo que é impacto positivo nem que é negativo, simplesmente ela trará, de alguma maneira, algum impacto. Acho que, obviamente, devemos estar muito atentos a esse processo – necessário, eu entendo que o Brasil precisa revisar, sim –, mas é necessário também que a educação esteja inclusa nesse debate desde o início.

Em relação ao PL apresentado pela Senadora Dorinha, primeiro quero trazer a nossa posição da disposição para o debate, a necessidade – não é nem uma questão mais de disposição para o debate, mas, sim, a necessidade que nós temos de fazer esse debate. Obviamente, o Luiz Miguel vai falar sobre municípios, mas tanto municípios como estados têm situações absolutamente distintas.

Hoje o Estado do Pará gasta 100% do valor do Fundeb em folha – 100%. Nós não temos mais nada do Fundeb, em um estado que precisa de recursos para reforma infraestrutural, para colocar para equipar, para tantas necessidades da escola e, obviamente, valorizar hoje o inicial lá no Pará, porque um aposentado ou um professor de carreira recebem R$8 mil. Então, é um salário inicial muito bom – e que bom que podemos pagar isso –, mas também precisamos ter o olhar para o Brasil como um todo, que não está tendo a mesma regra.

Alguém me mandou uma pergunta aqui, Senador, no início, de por que é que se tem tanta desigualdade. Eu acho que nós precisamos atacar, olhar para uma política que dê condições de manter uma carreira, uma estrutura. Nós temos pouca discussão de carreira, nós discutimos o piso – o quanto que é o mínimo –, nós não estamos mais fazendo, no nosso país, discussão sobre carreira, e eu acho que é fundamental.

Então, vou trazer uma breve contextualização. Não vou me alongar sobre essa parte, porque a Maria Stela já fez, obviamente, considerações, e nem vou explicar aqui o que é o piso, mas é importante destacar que é, sim, uma política que tem trazido um crescimento substancial em relação à remuneração dos nossos profissionais do magistério.

Então, a gente pode olhar aqui o valor, a variação. Aqui eu trouxe só de alguns anos, não está totalmente atualizado até o ano de agora, mas é para mostrar essa tendência e o quão importante foi, até agora, esse processo de reajuste que nós estamos tendo do piso.

Mas eu acho que o grande nó da questão é: nós hoje temos o crescimento atrelado ao valor do crescimento do Valor Aluno, que não cresce para todos, em todo o país. Esse é um dos primeiros grandes pontos. Então, muitas vezes, você revisa o processo do reajuste do piso, ele cresce, em alguns estados, por conta da complementação. Temos um movimento importante acontecendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1A9BD4B20055B34D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu mesmo, na época Deputada Dorinha, estive com você, discutindo o novo Fundeb. Foi superimportante a sua participação, assim como também a do Senador, aqui na Casa, que teve uma posição muito importante, para a discussão avançar e concluir esse debate.

Mas o complemento não será, para todos os estados, da mesma maneira. O Valor Aluno cresce, mas, não necessariamente, o valor do Fundeb cresce, porque são comportamentos distintos. Então, o projeto já traz uma revisão nesse sentido, o que é importante, até porque, quando a gente pega este gráfico, o Valor Aluno crescerá, mesmo que a arrecadação não cresça, porque você está diminuindo o número de alunos. Então, você também tem um outro efeito aqui que é do bônus demográfico. Há muito se sabe que tem um efeito, agora, sobre a pandemia, de um retardo, sobre a diminuição do bônus demográfico, mas não a exclusão, o fim do bônus demográfico brasileiro. Eu não sei até quando foi. A previsão era até 2022. Em 2023, ia acabar o bônus demográfico brasileiro. Parece-me que, devido à pandemia, teve uma sobrevida. Eu, pelo menos, não sei se foram divulgados dados já sobre isso.

Mas é importante, seja pela questão do bônus demográfico, pela taxa de natalidade, seja pela questão da limpeza de dados, ou seja, a organização, seja por outros fatores também, como abandono, o que a gente precisa fazer é correr atrás de todos os alunos. Enfim, o número de alunos tem despencado. Vejam que, de 2009 para cá, nós temos quase 7 milhões de alunos a menos aqui na educação básica. Isso acaba atingindo, diretamente, a variação do valor do custo aluno, de maneiras distintas, em regiões distintas.

Você tem regiões em que a queda não é tão acentuada e tem regiões em que a queda é maior. Nós temos o comportamento da natalidade e do bônus demográfico regionalizado também com comportamentos distintos. Quando a gente olha o cruzamento dos dois, hoje, o reajuste, no final, do valor por aluno, ele considera as complementações, a arrecadação, que está ali do lado esquerdo, mas também vai se considerar o número de matrículas.

Isso traz, muitas vezes, o que a gente está encontrando de distorções, não se conseguindo ter planejamento. Aqui há um impacto muito grande para estados e municípios. Esse é um tema que eu acho importante e o projeto de lei da Senadora Dorinha traz à luz do debate. A gente entende que é superpertinente e que já é uma proposta muito mais avançada, Senador. Então, é o primeiro ponto que nós deixamos claro aqui.

Tem uma questão também... Em algumas coisas, vou só dar uma pequena pincelada, até pelo tempo, mas é necessário que a gente, talvez, inclua aqui, Senadora e Senador, a discussão sobre vencimento, remuneração, o que inclui – inclusive, o nível de judicialização, em relação a isso, é elevado, hoje, no STF; temos diversas decisões – talvez trazer, com mais clareza, o conceito de remuneração, porque até o próprio Plano Nacional traz outro conceito, em que é a remuneração que importa, na comparação com outros profissionais. Aí a gente baseia toda a política em cima de piso. Isso também deve ser considerado, o piso é importante, mas não pode ser a única consideração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1A9BD4B20055B34D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos, claramente, hoje, um achatamento das carreiras. Também é difícil você fazer o profissional permanecer. Alguém perguntou sobre isso. Você tem que ter um bom inicial de salário, mas você tem que ter uma carreira, ao longo da vida, que estimule e faça com que esse profissional possa se atualizar, queira estar permanentemente nesta profissão tão fundamental para o desenvolvimento do nosso país.

Obviamente, nós temos aqui um efeito de gasto por aluno do Fundeb *versus* o piso. Nós temos a linha mais clara ali, que é o valor do Fundeb em si, enquanto o piso cresce 66% a mais no mesmo período aqui, considerado de 2009 a 2020 – se a gente pegar, inclusive, o ano que teve depois, a gente teve o reajuste de até 33% em um ano e tal, então, esse crescimento é ainda maior. Então, o crescimento real do piso do magistério *versus* o crescimento real hoje do que a gente vê que tem sido alocado, inclusive pela União, pelos estados e pelos municípios, no Fundeb, é muito maior. Isso tem uma boa notícia, tem um processo, sim, e é importante. O Consed defende que a gente tenha uma política de reposição do piso com, no mínimo, a inflação, mas sempre tentando encontrar uma regra para também ter algum ganho real, mas com previsibilidade, que eu acho que é uma das coisas importantes hoje, que nós não estamos conseguindo ter. E é importante dizer que esta discussão aqui precisa estar atrelada ao arcabouço fiscal e seus reflexos, a qualquer outra política futura econômica, à reforma tributária; tudo isso, de alguma maneira, sempre estará ligado aqui ao que a gente conseguirá fazer.

Acho que uma consideração importante aqui também é mostrar como que o crescimento do piso do magistério *versus* o salário mínimo *versus* o PIB brasileiro e *versus* o próprio INPC tem acontecido ao longo tempo. Então, ali a linha preta é o piso; a pontilhada é o PIB nacional; a do traço é o salário mínimo; e o INPC é a linha contínua de 1,93. Então, nós temos um crescimento obviamente muito maior pela própria regra do piso, mas também dificultando – lembrando que está até 2021 – a previsibilidade, que eu acho que é algo fundamental para a organização.

Eu deixo aqui meus contatos também à disposição. E, fazendo algumas considerações finais, eu acho que tem pontos aqui importantes já trazidos no projeto da Senadora. Nós entendemos, Maria Stela, mas nós não concordamos, necessariamente, que a mudança do Fundeb não tenha derrubado a lei do piso. Acho que essa é uma discussão jurídica legítima. E o que é que eu quero dizer com isso: não importa o que eu penso ou não, isso traz insegurança jurídica; traz uma insegurança jurídica sobre o que é e o que não é. E, de fato, no final das contas, nós precisamos regular isso no Brasil.

Lembro que essa discussão já se arrasta no Congresso Nacional, ex-Deputada Federal Dorinha e Senador, porque nós temos inclusive um PL, enviado pelo próprio Presidente Lula – se não me engano, no ano de 2008 –, buscando regular na época a inflação, e não mais atrelando ao crescimento do VAA; e esse projeto foi, foi, foi, foi e está para apreciação ainda pelo Plenário da Câmara. Então, este tema está em voga, em discussão, desde a própria instituição do próprio Fundeb; logo depois da instituição do novo Fundeb, o próprio Governo Federal enviou para o Congresso Nacional este tema para debate e permanece

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1A9BD4B20055B34D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui nesta Casa para debate. Mas acho que aprendemos que não é somente sobre qual o indicador que nós devemos debater, e aqui é salutar – e, de novo, acho que temos muitos avanços e inovação nesse debate já com o projeto da Senadora Dorinha. Acho que precisamos avançar, e nos colocamos à disposição para esse debate não somente hoje, mas para termos essa definição.

Mas acho que o conceito principal é: nós temos que ter a previsibilidade, temos que ter sempre a reposição de inflação – acho que isso nem está sendo discutido –, mas é preciso também saber como é que a gente mantém uma política de ganho real para que não fique estagnado também, obviamente, o crescimento da valorização dos nossos profissionais. E que a gente possa também descobrir outras maneiras de financiamento, que fique claro, para não esgotar as outras maneiras de financiamento para os outros aspectos da valorização do servidor, desde formação a ter uma carreira atrativa ao longo da vida. Esse debate precisa ser feito, sem falar no número de municípios e estados que cresceram com o seu comprometimento, com o uso do Fundeb exclusivamente para salário.

Então, eram essas as nossas palavras e, mais uma vez, em nome do Consed, do Presidente Vitor e de todos os secretários, trago aos Senadores nosso agradecimento pela oportunidade do debate aqui com esta Casa.

Muito obrigado e boa tarde a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada ao Secretário de Estado da Educação do Estado do Pará que aqui representa o Consed.

A título de esclarecimento, acho que é interessante destacar aqui a nossa motivação em relação à audiência do piso. Ela foi até anterior à apresentação do projeto e, por...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Na verdade, é um tema que é recorrente desde o ano passado, depois da aprovação do novo Fundeb, e a própria CNM questionou a posição que foi apresentada aqui pela Maria Stela também, sobre a regularidade ou não, sobre a questão conceitual.

Na época, eu presidia a Comissão de Educação da Câmara. Nós apresentamos um parecer da própria consultoria dizendo que, embora a terminologia guardasse siglas diferentes, guardava do ponto de visa conceitual... Só que hoje o que nós temos é uma situação de total insegurança para o magistério, tanto do ponto de vista do piso quanto do ponto de visa do desafio da carreira, porque nós temos alguns estados e municípios onde o valor do piso está dentro carreira e, em alguns outros vários municípios, não está, não tem regramento. Ao mesmo tempo, estivemos com o Ministro Camilo e colocamos a importância de enfrentar o tema e, no projeto apresentado – e há outros projetos em andamento, tanto no Senado quanto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1A9BD4B20055B34D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na Câmara –, a ideia é construir um texto, sempre com esse foco de entender que é estratégica para a educação a valorização do magistério.

Não posso deixar de falar sobre o ponto que foi mencionado, sobre o arcabouço. O Senador Flávio Arns, nosso Presidente, fez uma fala bastante contundente em Plenário. Ele disse que o arcabouço virou o "acabou-se o Fundeb". Na verdade, a preocupação nossa é que, de maneira desnecessária, a complementação da União entrou dentro do piso, dentro do arcabouço, do teto, o que nunca ocorreu; nem na Emenda 95, que instituiu o teto de gastos, a complementação do Fundeb entrou. Acho que cabe um reparo: até 2026 nós temos regramento próprio do crescimento do piso, mas em 2026 temos a previsão de revisão, e o fato de estar dentro do arcabouço vai nos colocar numa situação de disputa e de guerra interna do ponto de vista orçamentário. Querendo ou não, mesmo até 2026, com os percentuais definidos constitucionalmente, nós vamos pressionar as demais despesas do Ministério da Educação e das outras áreas que passam a disputar esse espaço.

Desnecessário, não tinha... Sempre, como eu disse, ficamos fora. A complementação do Fundeb sempre ficou fora do tato de gastos, e a nossa expectativa é de que aqui a gente consiga, realmente, reverter. Lamentavelmente, Rossieli, não houve interesse da Câmara de mudar, porque o Deputado Idilvan apresentou uma emenda, mas, infelizmente, nenhum partido destacou a emenda do Deputado Idilvan.

Então, houve uma total negligência em relação à educação. Muitos dizem que defendem o Fundeb, felizes da vida, mas ninguém, nenhum partido – nem da direita, nem da esquerda, nem do centro –, nenhum partido apresentou destaque para que se mantivesse a complementação do Fundeb. Muita gente tem discurso numa posição política e depois, quando muda, não defende a educação. Infelizmente, é essa a realidade da votação que aconteceu ontem, na Câmara.

Sei que tem muitas demandas. Eu ouvi vários argumentos, dizendo: "Ah, mas aí é segurança pública; aí o GDF...". Nós já estamos fora. Não queremos uma situação nova. A gente queria que fosse respeitada a situação que existia em relação à complementação, mas nós vamos ter oportunidade para debater muito, e a nossa expectativa – não é, Senador Flávio Arns, nosso Presidente? – é que aqui a gente consiga reverter. As falas, as posições dos Senadores, até agora, em sua maioria, têm colocado nesse sentido, e não é verdade que o texto protegeu o Fundeb. Não teve mudança, não tem segurança, e, ao contrário, tem estudos de impacto, e já no primeiro ano nós temos um impacto negativo de 3 bilhões – temos alguns estudos, inclusive, em andamento.

Agradeço e passo a palavra para o Prof. Luiz Miguel, ele que é Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), a quem nós já agradecemos pela sua participação.

Prof. Luiz Miguel, com a exposição.

O SR. LUIZ MIGUEL MARTINS GARCIA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senadora Professora Dorinha, é uma satisfação poder contar com a sua presença, reforçando todo esse trabalho em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1A9BD4B20055B34D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

defesa da educação agora, no Senado. Quero cumprimentar também o Senador Flávio Arns, que preside a Comissão de Educação e que está sempre aí, emprestando sua voz, sua força nessa defesa. Cumprimento aqui o Rossieli, Secretário de Educação do Pará e meu antigo Secretário daqui, do Estado de São Paulo, e, na figura dele, todo o Consed. Quero também aqui cumprimentar a Maristela, que representa o Ministério da Educação, e a Marlei, que representa a CNTE. Então, nós temos aqui o regime de colaboração representado, de forma plena, e também, para discutir essa questão com a CNTE, que é fundamental. Acho que aqui nós temos um fórum muito importante para discutir essa questão.

Não tem como não fazer coro à fala da Professora Dorinha, à fala do Rossieli, de iniciar manifestando a insatisfação da Undime com relação ao que aconteceu ontem, na Câmara. Nós estamos bastante exaustos já de uma luta incessante que tem sido união por ora, a cada momento... Eu nunca vi nada tão atacado no país como o Fundeb, em todos os seus processos. É uma luta histórica, é uma conquista histórica, e é lamentável quando a gente percebe que a educação é sempre prioridade nos discursos, nos momentos, nas plataformas, e os sinais que a sociedade brasileira, representada na Câmara, não deu, não deu! Então, eu tenho muita esperança de que o Senado possa reverter essa situação e que nós possamos preservar essa conquista social fundamental e que não foi fácil de ser conseguida.

Bom, eu vou pedir a colaboração do pessoal de apoio para a apresentação aqui de um eslaide também.

Pode avançar.

Eu trago algumas reflexões que nós temos feito a respeito da questão do piso salarial. É importante destacar que o piso sempre foi um dos pontos históricos de defesa da Undime, assim como o Fundef, o Fundeb, a lei do piso, o Plano Nacional de Educação, o novo Fundeb agora e, nesse instante imediato, a preservação do novo Fundeb.

A lei do piso nós sempre consideramos fundamental para a valorização do profissional de educação e para também ter um instrumento que permita um planejamento adequado da gestão educacional, seja um mecanismo de garantia de justiça social, e que possa sinalizar para nós, gestores, essa relação existente entre os profissionais da educação.

Pode avançar.

Sacamos aí alguns elementos que nós consideramos importantes levar em consideração na Lei 11.278, de 2008. Primeiro, o fato de que o valor do piso deve ser garantido no salário-base, e essa é uma discussão em que todo momento de discussão do piso ainda há essa questão. "Ah, mas lá no final". Então, muitas vezes, há muitos penduricalhos, e por isso que um plano de carreira precisa ser muito bem construído, discutido entre as partes, para que não haja essa confusão. O piso incide no salário-base. A partir daí nós temos, então, condição de fazer uma discussão franca e sincera com todos que fazem parte da estrutura educacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1A9BD4B20055B34D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem outro ponto também importante que é o fato de que o piso fixa o vencimento inicial do professor em todo o plano de cargos e carreiras. Esse processo é demarcador do ingresso e é também um elemento importante para a atração de talentos. A partir do momento em que você tem um piso em que você delimita, em que você posiciona esse profissional no mercado, dados os riscos que nós temos, como esse visto na noite de ontem, de grande ataque à educação, e o piso traz um pouco essa previsibilidade, assim como a garantia dos percentuais e de investimentos na educação.

Outro fato importante é que o piso tem o seu cálculo feito a partir da jornada de 40 horas semanais, que é a jornada oficial brasileira. E é importante também trazer as considerações de que, muitas vezes, há equívocos com relação a isso, no que diz respeito à proporcionalidade. É bastante importante que o gestor sempre esteja atento a essa questão.

E outro elemento que a lei traz, garante é a questão de um terço da jornada sendo dedicado às atividades de preparação, de reflexão, atividades extraclasse sem interação. Essa atividade é muito importante, porque, a partir dessa atividade, nós temos um processo de reflexão de todo o trabalho do educador, a preparação, a organização das atividades. Então, é uma janela de oportunidade de desenvolvimento de ações muito importante para as redes. Eu acho que isso tem sido um dos pontos, sim, que têm permitido, sobretudo nos anos iniciais, um grande avanço na qualidade da educação nos últimos anos, sobretudo no ciclo pré-pandemia.

Pode avançar, por favor.

Eu quero trazer aqui discussões que dizem respeito aos desafios do Plano Nacional de Educação. O tempo todo, nós dirigentes olhamos para o Plano Nacional de Educação na perspectiva do seu cumprimento, e alguns pontos aqui refletirão na questão do piso, na relação piso/plano.

Uma questão importante que traz o plano é a instituição, a orientação de uma política nacional de valorização dos profissionais de educação. Esse trabalho vai exigir uma formação inicial... E, hoje, é um gargalo muito grande no trabalho da educação a qualidade da formação inicial. Então, isso leva, muitas vezes, inclusive, as redes, tanto municipais quanto estaduais, a fazerem em serviço atividades da formação inicial, como formação continuada. E há o nosso desafio da formação continuada.

Nós temos também no plano o desafio de aumento do nível de professores com pós-graduação.

Temos a questão de um terço da jornada para hora-atividade.

Temos a garantia do piso nacional.

E também temos o objetivo de fazer a equiparação do rendimento do profissional de educação com os demais profissionais de escolaridade equivalente, dada a grande distorção histórica desse processo. Isso já foi, inclusive, apresentado, e, depois, eu vou até voltar, porque eu também trago algumas informações mostrando isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1A9BD4B20055B34D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esses desafios aqui colocados para o Plano Nacional de Educação levam a fazer uma análise profunda do nosso desafio de tratar o piso nacional e de ter no piso um instrumento que seja exequível, que permita planejamento, que permita justiça social e que permita que cada um cumpra o seu papel no processo.

Pode avançar.

Eu trago aqui algumas informações com relação a dados de execução do Plano Nacional de Educação. E nós percebemos aí que 74,2% das redes municipais em 2018 cumpriam o piso do magistério de acordo com a lei, nos seus propósitos. Certamente, esse número já não tem esse tamanho. Nós temos aí um processo de queda. E nós temos, inclusive, um grande desafio que é a questão dos profissionais que são efetivos e dos profissionais que são contratados de forma temporária. Esse número chega a 71,7% dos profissionais hoje, que acabam não tendo ali acesso direito à questão dos planos de carreira, com sua evolução. Então, de novo, nós temos que equalizar. Nós temos o objetivo de avançar no número de profissionais efetivos. Eles são patrimônio formado das redes. E, hoje, é importante levar em consideração que os últimos aumentos de piso têm levado a uma queda desse índice de 74% de cumprimento das redes municipais.

Pode avançar.

Aqui um pouco da evolução do rendimento bruto mensal dos profissionais do magistério. Isso já foi também abordado, diz respeito à Meta 17. Então, nós temos um crescimento desse indicador, e grande parte desse crescimento acaba sendo consequência mesmo do decréscimo do rendimento médio mensal dos demais profissionais, ou seja, nós não estamos falando na verdade de um ganho, nós estamos falando de todo um conjunto de profissionais que têm perdido: como existe o peso, existe essa proteção do piso, os profissionais de educação têm perdido menos. Esse é um detalhe importante, que mostra a importância da existência de um piso, mas mostra também e nos coloca a questionar: será que nós estamos de fato tirando essa diferença pelo caminho invertido? Que triste está isso. Nós não estamos alcançando, ou aumentando, e, sim, o outro que tem caído.

Pode avançar.

Aqui são dados que dizem respeito ao rendimento bruto médio mensal dos profissionais do magistério. De novo, lá, o Indicador 17A do Plano Nacional de Educação, que mostra essa evolução registrada lá no gráfico com os valores entre os profissionais da educação e os demais profissionais e traz aqui, então: nós saímos, de 2012 para 2021, no magistério, de R$4.021 para R$4.271, enquanto os demais saíram de R$6.164 para R$5.175. Então, em números, é aquela queda já mostrada também aqui em outros momentos.

Podemos avançar.

Aqui o registro. Esse gráfico já foi apresentado também, podemos avançar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1A9BD4B20055B34D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui nós trazemos alguns dados.

(*Interrupção do som.*)

O SR. LUIZ MIGUEL MARTINS GARCIA – ... a gente observar como desafio. São dados que nós estamos depurando ainda mais, com mais detalhes. Eu peço, então, para avançar aqui.

Bom, o processo de cálculo, o cálculo do piso, com o seu critério ali do percentual de crescimento do Vaaf-Min em 2022, em relação ao Vaaf-Min de 2021, o que deu então o fator que leva ao salário igual ao piso de 2023, de R$4.420,55, lembrando que, em muitos casos, há uma dificuldade bastante grande em lidar com a questão do aumento do piso e a confusão que se faz com o percentual de aumento geral de salários – isso também acaba gerando muita confusão. O aumento do piso e a incapacidade de aplicação – e isso é real –, nesses últimos índices, a todos os profissionais também vão gerando uma outra distorção, que são as categorias que vão sendo achatadas para baixo, o piso vai alcançando outras categorias e muitos planos de carreira, ou um processo contrário, com planos de carreiras atrelados ao salário-base – portanto fica atrelado ao piso –, o que gera situações impagáveis e inexequíveis.

Podemos avançar.

Nós temos também aqui outra tabela de evolução, esse dado já foi apresentado, só chamando a atenção, na última coluna, para a variação. Então, tem um processo aí muito claro que mostra o grande desafio dos dois últimos aumentos. A gente sai de um zero para 33 e para uns 15%, praticamente. Isso é impossível de ser contemplado num planejamento técnico, científico.

Podemos avançar?

Bom, aí nós deixamos como um encaminhamento e para uma discussão, nesse ambiente, a nossa proposta para pensar um novo piso nacional, um novo mecanismo de construção. Nós entendemos que primeiro é importante que haja um processo de discussão, e esse ambiente já inicia esse processo de discussão, mas nós precisamos oficializar isso.

A nossa sugestão, inclusive, que já fizemos ao Ministério da Educação, é a instituição de um comitê para discutir a nova lei do piso e que tenham garantida lá a representação do MEC, da CNTE, do Consed e da Undime; que o processo de construção dessa proposta tenha aí como definição um novo mecanismo de atualização do piso, que ele seja sustentável e que considere a realidade e o marco legal do novo Fundeb. O Fundeb é o principal recurso de remuneração. Então, é fundamental que a gente tenha essa garantia.

E, por fim, que essa aprovação passe pelo processo de encaminhamento da proposta construída aí pelo comitê ao Congresso Nacional, com incidência política junto aos Parlamentares, ou seja, União, estados, municípios, trabalhadores possam conjuntamente construir, e que o encaminhamento já seja direto para o Parlamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1A9BD4B20055B34D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, são essas as nossas considerações.

Pode avançar só no eslaide final.

São essas as considerações. E eu agradeço muito, em nome da Undime, esse espaço de participação e de diálogo. E nos colocamos totalmente à disposição, Senadora e Senadores.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Prof. Luiz Miguel, Presidente da Undime.

Eu passo a palavra, logo em seguida, à Sra. Marlei Fernandes de Carvalho, que é Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), para sua exposição.

A SRA. MARLEI FERNANDES DE CARVALHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senadora Dorinha. Quero cumprimentá-la, você que esteve o tempo todo na construção permanente das políticas públicas, especialmente do Fundeb. Queremos aqui falar sempre desse empenho e dessa defesa da educação.

Também ao Senador Flávio Arns, meu companheiro de estado, aqui Senador do nosso estado, foi Secretário de Educação aqui no Paraná, mantendo um diálogo e a aplicação do piso referente ao que nós entendemos, na CNTE, o que é lei.

Quero também fazer meus cumprimentos à Maria Stela Reis, da Sase; ao Luiz Miguel Garcia, da Undime, já nos encontramos várias outras vezes em outros debates; e também ao Secretário Rossieli representando o Consed, porque também já nos encontramos no MEC e em outros debates.

Queria ressaltar a importância desse tema hoje e dizer que nós temos aqui várias concordâncias. Eu não diria total discordância em alguns temas, mas eu diria que elementos da legislação do passado e do presente, dos quais nós, obviamente, precisamos fazer uma construção coletiva, efetiva, conforme já foi colocado aqui nesta sessão, dizendo das necessidades que nós temos de uma política mais sistêmica, de uma política que coloque de forma bastante conclusiva e objetiva os elementos da configuração dos recursos da educação, do próprio Fundeb, dos demais recursos da educação que não só o Fundeb – do MDE, na sua totalidade –, como também da necessidade da valorização profissional, que também foi elencada aqui de diversas formas.

Eu não vou me ater à explanação da Lei 11.738. Eu só queria fazer um pequeno resgate em nome da CNTE, a nossa Confederação Nacional, que debate esse tema desde a sua fundação, e dizer que, desde o Decreto de 15/10/1827, a gente faz essa luta por um piso salarial profissional do magistério no país, alcançado em 2008 apenas – não é demérito – aos professores e professoras, mas entendendo que já avançamos na legislação, tanto na Emenda Constitucional 53, agora também no Fundeb permanente, e que este piso ele deve atingir a todos os profissionais do magistério. Então, dizendo isso, eu digo que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1A9BD4B20055B34D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perspectiva de pensar uma nova legislação passa na perspectiva de pensar o magistério na sua totalidade, ou seja, professores e funcionários da educação pública no nosso país.

Quero também destacar que a lei do piso veio numa conquista histórica e crescente da legislação no país, que foi se consolidando com os avanços para a educação pública. Então, eu já citei a Emenda Constitucional 53; quero registrar a Emenda Constitucional 59, que também trouxe esta condição da educação básica como obrigatória; e a valorização dos profissionais da educação junto com a lei do Fundeb, ou seja, com os recursos da educação, para pensarmos numa política sistêmica e educacional.

Estou dizendo isso, porque também tínhamos previsto na Lei 12 .858, lá de 2013, que, dentro deste arcabouço – não o fiscal de agora, mas dentro desta conjuntura em que vínhamos numa ascensão de garantia das políticas públicas e principalmente as educacionais –, nós também tínhamos garantido nesta lei uma possibilidade de recursos do Fundo Social do Pré-Sal, do gás e do petróleo, para ampliação futura dos recursos do Fundeb, garantindo também a chegada dos 10% do PIB no Plano Nacional de Educação, trazido aqui pelo Luiz Miguel, com toda aquela relação que existe dessas legislações. Vislumbrávamos chegar a 2024, nos dez anos da proposta, de forma bastante significativa, com a interação de um sistema nacional de educação garantindo financiamento, gestão democrática, os recursos, os 10% do PIB, valorização profissional e de condições em estados e municípios dessa totalidade e desse atendimento total para a educação no nosso país.

Diante disso, obviamente também entendemos que, desde aprovação da Lei 11.738, embora tenha sido aprovada por unanimidade, nós já tivemos na sequência o questionamento da lei desde a Ação Direta de Inconstitucionalidade, a ADI 4.167, onde o Supremo simulou, sim, que a lei do piso era constitucional e deveria ser aplicada no país todo, depois também logo mandando o Projeto de Lei 2.776 que reduziria já a forma da valorização do piso, que é o seu reajuste, colocando-o vinculado somente ao INPC, e obviamente nós não teríamos mais uma política de valorização presente na lei do piso, porque, via de regra, se você não aumentar significativamente esses recursos e esses valores e ficar somente no INPC, não se vai ter a garantia da valorização do magistério no nosso país, vide o que nós já vivenciamos aqui nas duas apresentações anteriores. De forma mais acentuada, a partir de 2016, nós tivemos uma queda da remuneração dos demais servidores com curso superior no Brasil ou remuneração média daqueles que têm curso superior.

Então, mesmo que nós tenhamos avançado no piso salarial do magistério, garantindo um reajuste superior à inflação, de acordo com a lei do Fundeb, nós também infelizmente tivemos, nos últimos anos, uma queda média da remuneração de todos os trabalhadores no país.

E quero dizer que, na educação, nós passamos inclusive por todas essas conjunturas, mas, de forma mais intensa desde 2016, nós passamos por uma conjuntura de desregulamentação da aplicabilidade da Lei 11.738. Em que sentido eu estou colocando isso? No sentido de que nós tivemos a lei muito atacada, a forma do reajuste atacada recentemente na Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.848, que foi mais uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1A9BD4B20055B34D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vez sumulada pelo STF, e, sim, o que prevalece é de fato o art. 5º da lei, que é em relação ao valor do custo aluno/qualidade, então isso está agora na ADI 4.848.

Na mesma ADI também foi questionado se a Lei do Piso tem validade ou não a partir do novo Fundeb. E também ficou bem explícito que a Lei do Piso tem esta validade porque ela não foi revogada e cita, inclusive, no parecer do Ministério Público Federal e da Advocacia-Geral da União, além do Direito Brasileiro, que diz que consagra o princípio da continuidade da lei até que outra a modifique ou a revogue.

Então, nós da CNTE, diferentemente do Consed, temos plena convicção, a partir da legislação, de que isso não deveria, a princípio, colocar nenhuma insegurança jurídica à validade da Lei 11.738. Ora, se precisamos de fato debater uma nova lei, sim – e isso a CNTE nunca negou –, por conta de que precisamos também colocar numa nova legislação os funcionários de escola, ou seja, todos os profissionais do magistério, conforme o art. 61 da LDB, nós estamos, obviamente, abertos ao debate e queremos, assim como já foi citado pelo Ministério da Educação, pela Profa. Maria Stela, pelo Luiz Miguel e também pelo Prof. Rossieli, debater esse novo momento da Lei 11.738. O que nós não podemos aceitar hoje é qualquer fala de que a lei está questionada, como foi o parecer da Confederação Nacional de Municípios, que, sim, criou, desde 2022, todo esse embate jurídico e esse embate sobre a regulamentação e a própria aplicabilidade do piso.

Nós também precisamos, neste momento, incluir nesse debate dentro do MEC, através do fórum de debate MEC-Undime-Consed-CNTE, de que nós já fizemos parte – inclusive participei pela CNTE deste fórum para a avaliação permanente do piso, e que agora vai ser incluída a carreira... Nós também entendemos que isso é necessário. Por quê? Porque o piso passou a ter uma interpretação muito contundente, já nos seus últimos cinco a oito anos, de teto, ou seja, os gestores, em muitos municípios e estados, simplesmente passaram a aplicar a Lei do Piso nas carreiras de magistério somente àqueles que não atingissem o piso.

Eu tiro isso pelo Estado do Paraná. Nós conseguimos manter o reajuste do piso do magistério até 2015 dentro da legislação, na base da tabela, que é o que diz a lei, para o magistério. Ora, se os planos de carreira começam no nível de magistério, que é o que diz a LDB, eles precisam ter o ordenamento seguinte de respeitabilidade para a graduação e as especializações – especialização *lato sensu* e especialização *stricto sensu* –, ou seja, respeitar os níveis na tabela salarial das carreiras do magistério. E isso foi completamente desmontado no país, principalmente nos últimos anos. Nós tivemos a aplicabilidade da lei do piso, repito, somente aos profissionais que não recebiam o valor do piso, o qual, repito, deveria ser aplicado no início das tabelas em nível médio, e não como hoje, por exemplo, no Estado do Paraná, que diz que paga o piso, mas quer aplicar o piso na nossa licenciatura, na nossa graduação. Ou seja, o estado diz que aplica na graduação; nós entendemos que, aplicado à nossa tabela, que é regulada por tudo isso, ele tem hoje uma defasagem de 68%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1A9BD4B20055B34D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quando nós falamos da lei do piso, nós também queremos falar da valorização profissional, que tem outros indicadores. E os outros indicadores colocam aquilo que também foi trazido aqui pelo Prof. Luiz Miguel, ou seja, hoje nós estamos chegando ao patamar de aproximadamente 70%, nas redes de ensino, de professores temporários, de professores que não entram nos planos de carreira e de profissionais que não conseguem, então, ter a valorização profissional. E nós vamos ficando com carreiras congeladas.

Para concluir – depois, no debate, eu volto –, para além de nós discutirmos uma lei do piso, nós precisamos, para todos os profissionais da educação, também constituir na lei do piso os seus valores de níveis, ou seja, nós também precisamos aprovar diretrizes nacionais de carreira numa lei, porque aprovadas elas já foram no Conselho Nacional de Educação.

Então, eu paro por aqui e, depois, me inscrevo mais para o debate.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada pela sua participação em nome do CNTE.

Eu vou ler as perguntas enviadas pelo e-Cidadania e, aí, já passo a palavra para todos fazerem suas considerações finais.

Queria só também colocar que a insegurança não é da Casa, não é uma posição nossa. O fato é que, em muitos estados e em vários municípios, o cumprimento do piso está suspenso com decisão judicial. E nós temos que enfrentar, lidar com a situação, seja a partir de que texto nós vamos conseguir construir, seja por o Ministério da Educação também avocar essa responsabilidade. O Ministro esteve na CNM e também falou isso, ou seja, que, no entendimento dele, tem problemas, lacunas jurídicas, insegurança. O fato é que, baseados na realidade hoje, nós temos muitos gestores que não estão cumprindo o piso, e nessas situações quem tem pago o preço são os professores.

Nós temos recebido muita demanda. Os professores falam: "Ah, mas o meu município...". E os prefeitos também: "Já pago o piso". Então, ele atende o piso, mas as carreiras estão desaparecendo.

Então, nós precisamos avançar em relação a essa questão da própria carreira, do conceito, porque piso é isso mesmo: piso é a menor remuneração, não é carreira. Alguns entes federados levaram o piso para a carreira – é lógico, é uma opção do município ou do estado tratar dessa forma. Agora, qual é a regra e como é que nós vamos enfrentá-la? Porque o desafio da valorização está colocado, hoje, inclusive, de uma maneira muito forte e questionando essa remuneração do piso nacional.

Se for possível, nós gostaríamos de receber as contribuições em relação a sugestões e posições inclusive sobre o projeto de lei, sim, ou até sobre outros projetos que estejam em andamento, porque a nossa ideia é tentar avançar, até para reafirmar o modelo que nós temos hoje. Na nossa proposta de reajuste, a gente não trabalha só com INPC, porque também, embora tenha sido enviado à época logo depois da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1A9BD4B20055B34D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovação pelo então Ministro Fernando Haddad, o projeto está hoje no Senado, e a gente conseguiu impedir uma votação que iria acontecer de última hora por três votos. Mas o fato está lá e precisa ser enfrentado, debatido no Senado, debatido na Câmara, para se construir esse formato. Nós temos grande urgência em relação a essa questão do piso, da carreira e da valorização, porque o piso é uma parte, o piso é uma parte da valorização, mas ele está longe de ser a única questão que nós temos em relação a todo o processo de valorização dos professores e dos profissionais.

E quero também colocar que isso é importante para o Ministério da Educação e que ele possa estabelecer uma interlocução. Eu pedi as contribuições, porque eu gostaria de receber da Undime, do Consed, não nesta audiência, mas que se pudesse tratar com sugestões de aprimoramento em relação ao texto, também do próprio Ministério da Educação, da CNTE, para que nós possamos avançar em relação à relatoria aqui da Comissão do Senado, a partir do projeto que foi apresentado.

Nós recebemos uma contribuição da Regina Mara, do Rio de Janeiro. Ela faz uma pergunta: "O piso salarial é o mínimo que o professor pode receber ou são considerados todos os outros valores adicionais já inclusos no [...] [contracheque]?".

Alex Ferreira, de Goiás: "Como resolver de vez essa questão? A educação forma os brasileiros do futuro. Isso tem que ser resolvido logo". Desabafa.

Bruna Oliveira, do Distrito Federal: "Quais são as propostas para a implementação do piso salarial?".

Fabiana, de São Paulo: "Prefeitos não estão querendo dar o reajuste do piso como determina a lei federal. O que fazer?".

Já foram feitos outros questionamentos, como: "Bah, por que há tanta divergência nas remunerações dos docentes nas entidades federativas do Brasil, alguns menores do que o Piso Nacional?". Na verdade, se há piso, não poderia ser dentro das regras que o piso tem estabelecido?

A Fernanda Mayara fala: "[...] É cruel limitar gastos com educação. A educação realmente será [...] [colocada] no arcabouço [fiscal]?". Infelizmente, sim, Fernanda; já o foi na Câmara.

"Quais são os [maiores] desafios [...] na implementação do Piso Salarial [...] em áreas rurais e remotas [...]?".

Larissa Barbosa, do Ceará: "Como prevenir a exportação de professores qualificados e incentivar a sua qualificação na rede de ensino pública através do piso salarial?".

Várias questões foram apresentadas, e eu vou seguir a mesma ordem, passando a palavra para Maria Stela Reis, Coordenadora-Geral da Valorização dos Profissionais da Educação, da Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino (Sase), por cinco minutos.

A SRA. MARIA STELA REIS (Para expor.) – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1A9BD4B20055B34D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Várias das questões colocadas se referem à diversidade de formas de aplicação de pagamento do piso. As regras do financiamento da educação envolvem todo o arcabouço fiscal do próprio município, as suas receitas, as despesas realizadas, os problemas locais. Então, essas realidades são muito distintas, e, em função dessa linha, digamos assim, desse corte cego, reto, igual para todos no sentido da lei do piso, muitos realmente têm dificuldade para pagar, muitos não conseguem. Agora, a gente sabe que nem todos deixam de pagar porque não podem, não é? A gente conhece algumas situações em que não se pagou por outras questões.

O projeto da Professora Dorinha propõe uma complementação da União, o aumento da complementação da União, e conforme a lei vigente, desde que os entes demonstrem a sua não capacidade financeira para pagar o piso. Mas essa demonstração, até hoje, ela... Na verdade, o Governo Federal, a União, nunca complementou o piso salarial, os recursos de nenhum ente federado em função de uma apresentação de uma justificativa de demanda de que o município não tinha condições porque esse tipo de averiguação exige uma verdadeira auditoria no município, nas contas do município.

Então a gente fica com um pouco de... Ficam questões aqui para a gente pensar em como é que esse tipo... No caso mesmo de a União aumentar os recursos, isso traz questões também sobre como isso poderia acontecer. Como é que o Governo Federal poderia fazer esse tipo de verificação daqueles municípios que solicitam, dos entes que solicitam complementação dos fundos? E, em fazendo isso, será que a gente vai conseguir recursos? E se não derem os recursos para pagar ou complementar todos os casos demandados? O que é a demanda justificada? Então, tem muitas questões operacionais aqui para a gente pensar, considerando justamente essa diversidade.

Então, isso é só para falar dos pontos levantados aqui, sobre o que a gente pode levantar de questionamentos para colocar na mesa em relação ao projeto que está aqui. Tem outros, mas acho que estes aqui já são suficientes para a gente discutir bastante.

Eu gostaria de falar que a gente, o MEC está empenhado, muito empenhado em criar essa instância, que é o fórum, essa instância de interlocução para que essas questões sejam discutidas, para que a gente faça essa construção coletiva que foi citada aqui. Existem estudos das entidades, estudos de universidades, de centros dedicados à questão do piso salarial, à questão da remuneração docente, e a gente tem que trazer todas essas contribuições para poder, coletivamente, construir um novo marco, uma nova legislação. Já que concordamos, a legislação atual apresenta algumas lacunas e leva à insegurança jurídica. Portanto, a gente precisa de um consenso a respeito de um novo padrão de implementação do piso. E outra coisa: nós, do MEC, estamos convencidos de que é preciso tratar da questão de diretrizes para um plano geral de carreira relacionado com a questão do piso.

Então, eu só manifesto aqui a nossa intenção e a nossa ação. As entidades vão receber ofícios para indicar os seus representantes. A gente pretende que o fórum seja esse espaço de interlocução, de construção coletiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1A9BD4B20055B34D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Agradeço as contribuições e sugestões. Tenho certeza de que nós vamos seguir nesse debate, porque também há interesse e intenção do próprio ministro nesse processo de construção.

Eu já passo a palavra agora para o Sr. Rossieli Soares da Silva, Secretário de Educação do Estado do Pará e Líder da Frente de Financiamento do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (Consed), para suas considerações finais e para comentar o que for possível, dentro do nosso tempo.

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA (Para expor.) – Bom, queria, mais uma vez, agradecer e parabenizar a Senadora Dorinha por estar trazendo esse debate aqui para esta Casa, para o Congresso Nacional. Nós temos, sim, que discutir, acho que é necessário. Temos avanços, mas temos um caminho longo ainda para avançar, e esse equilíbrio é importante.

Eu queria, começando as minhas palavras, responder até à Marlei, que falou que nós entendemos haver insegurança jurídica. Não é questão de nós entendermos – eu falei, isso, Marlei – ou alguém entender. Há uma insegurança jurídica, porque há dezenas já, mais de uma centena de decisões judiciais, em primeira instância, dizendo que não há, exatamente por este ponto, a obrigatoriedade de aplicar o piso e, nesses municípios, já se têm muitos professores que não foram beneficiados com a lei do piso por conta disso. Então, é necessário. A segurança jurídica só se resolverá de duas maneiras: ou com a legislação sendo feita pelo Congresso – pelo Senado e pela Câmara –, que é o caminho legítimo e necessário, e este debate aqui é muito rico para isso, ou, obviamente, com a decisão com súmula vinculante *erga omnes* do STF, que, pelo jeito, ainda demorará.

Aliás, alguns dos temas da legislação aqui, Dorinha, são coisas que eu acho que a gente precisa trazer para dentro do... Esse conceito de remuneração, piso, carreira... A lei do piso não é carreira. A lei do piso não trata de carreira. Isso é uma decisão tomada já pelo STF: em carreiras que atrelam o crescimento ao piso, aí isso deve ser obrigado. Tem estados e municípios que fazem a forma de desenho de carreira; em outros, não.

Não estou dizendo que isso é bom ou ruim. O que eu estou dizendo é: nós precisamos trazer isso para dentro do debate, no meu entender, da legislação. A remuneração... O que é remuneração, o que é piso, é vencimento... É outra questão que está judicializada ao longo do tempo. Aliás, tem inclusive uma pessoa que nos assiste que fez essa pergunta. Acho que a Regina fez essa pergunta sobre o que é, o que está no... "São considerados também os valores adicionais inclusos no contracheque?". Regina Mara, lá do Rio de Janeiro. Regina, não todos, mas alguns sim. Basicamente, a regra, se puder resumir talvez, é: aquilo que vai para a aposentadoria seria considerado a remuneração, para efeitos daquilo que o STF está entendendo de cumprimento ou não de piso, mas, por exemplo, vales e algum tipo de gratificação temporária não poderiam contar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1A9BD4B20055B34D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, independentemente disso, isso são coisas que estão indo para o campo judicial. Se está indo para o campo judicial, é porque deveríamos estar discutindo aqui, à mesa. Esse é o ponto que eu acho importante para nós, porque nós deveríamos estar fazendo este debate... Devemos fazer este debate com clareza, e eu acho que é aqui a proposta da Senadora Dorinha. Ela é importante para que nós façamos isso finalmente.

Independentemente da posição que tenhamos sobre isso ou sobre aquilo, nós somos a favor do reajuste, do piso, nós somos a favor, sim, da aplicação da lei do piso no Consed, somos a favor da discussão para se encontrar um modelo sustentável, um modelo que permita algum tipo de previsibilidade, que não achate as carreiras, com que a gente consiga construir uma política de carreira para a permanência dos nossos profissionais – acho que isso é fundamental –, trazer, portanto... Iluminar como a legislação brasileira será fundamental e, obviamente, os atores aqui representados nesta mesa são fundamentais. Não tem como fazer esse debate sem o CNTE, não tem como fazer sem a Undime e o Consed, não tem como fazer sem o Ministério da Educação. E aí, concordando, é necessário que se implemente a mesa de negociação, aliás, inclusive dentro do Fundeb.

Vi o silêncio de muita gente aqui, e eu queria concluir, nestes segundos finais: muita gente que defende o Fundeb defende isso silenciado com o arcabouço fiscal. A gente está aqui nesta mesa. Nós precisamos fazer impacto. Convoco aqui meu colega da Undime, da CNTE, do próprio Ministério da Educação, para que se pronuncie sobre o Fundeb estar ou não estar dentro do arcabouço fiscal. Não deve estar! No nosso entendimento, é muito claro que ele não deve estar. E a gente precisa discutir... De novo, isso trará outras questões e trará outros problemas.

Isso tudo acaba se dando na discussão do piso, porque a gente precisa discutir o piso, mas precisa discutir a qualidade da escola, que também é processo de valorização... Que escola estamos dando? Nós lá no Pará estamos em um desafio muito grande de melhorar as condições das escolas. O salário inicial hoje é bom, o que o Governador Helder tem bancado, cumprindo as regras do piso, tanto é que saímos agora para o salário inicial lá de R$8 mil, mas nós temos uma série de outros desafios de que o financiamento precisa dar conta. Por isso, acho que este debate é extremamente salutar.

Aí termino dizendo que nós temos muito mais concordâncias do que qualquer outra coisa aqui, nesta mesa, mas nós precisamos organizar as ideias, colocar isso em prática e colocar uma lei, porque é esta arena aqui que é importante ditar as regras, é o Parlamento brasileiro e não o Judiciário. Nós estamos permitindo, por falta desse debate aqui dentro, que o Judiciário tome as rédeas de muita coisa no nosso país, e eu entendo que não cabe ao Judiciário tomar decisões nesse nível, se estivermos com a regra bem clara.

Eu agradeço muito, Senadora, por colocar isso em debate aqui, dentro do Senado. Conte conosco para continuamente fazer este debate. Muito obrigado.

Obrigado a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1A9BD4B20055B34D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Prof. Rossieli.

Passo a palavra para Luiz Miguel Martins Garcia, Presidente da Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), para suas considerações finais, por cinco minutos.

O SR. LUIZ MIGUEL MARTINS GARCIA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora.

Para a Undime, foi muito importante participar desta discussão e nos alegra muito a informação do Ministério da Educação sobre a criação dessa instância.

Eu acho que esta mesa pôde mostrar disposição para o diálogo e para olhar para o país de uma forma real, responsável. Falar de educação é falar de projetos de médio e longo prazos. Tem essas opções imediatas, mas nós precisamos pensar na sustentabilidade dos modelos e na condição de planejamento, de organização dos gestores para que os gestores possam também ter espaços para inovar, implementar, trazer novas soluções.

Essa discussão do financiamento passa naturalmente, de forma central, pela questão da garantia do piso, um piso que seja cumprido por todos os municípios, por todas as redes. Isso não é fácil, dada a diversidade que nós temos no país, dadas as condições de arrecadação, sobretudo das redes municipais, que têm uma disparidade muito grande. Trazer esse debate – esse grupo sentar – vai ser importante para discutir com profundidade e encontrar um caminho que seja sustentável.

A Undime defende, há bastante tempo, a retomada – já colocamos, em vários momentos nos anos anteriores junto ao Ministério de Educação, em diferentes gestões, sobre a importância de retomar. Por mais espinhoso que seja, isso é sobretudo estratégico. Definir condição de piso é definir para o trabalhador condição de pensar e planejar a sua vida e para o gestor, condição de pensar no que justifica a educação, a existência da escola, que é a oferta da educação com qualidade para os alunos capaz de transformar este país, uma educação que esteja acima daquilo que nós estamos aí vendo e revendo, porque vimos ontem na Câmara simplesmente um discurso que de novo traz a educação, mas a prática mostra que a educação foi colocada lá junto com todos os outros pontos. Então, isso não é olhar de forma estratégica para o desenvolvimento do país.

Então, é muito importante, acho relevante. Nós nos colocamos à disposição já do Ministério da Educação, prontos, para participar desta discussão, com o Ministério da Educação assumindo o seu papel de articulador, mais Undime, Consed, CNTE, Parlamento, sobretudo, fazendo o seu papel de construção, de diálogo, chegando a caminhos de bom senso, porque isso que é fundamental para o nosso trabalho ser frutífero e de longo prazo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1A9BD4B20055B34D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Grande abraço a todos e muito obrigado, Senadora, por este espaço. Um abraço a todos os companheiros de mesa nesta tarde.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Luiz Miguel, Presidente da Undime, e passo a palavra para a Vice-Presidente da CNTE. Eu falei Marlei, mas é Marlei mesmo?

A SRA. MARLEI FERNANDES DE CARVALHO (*Por videoconferência*.) – É Marlei, Marlei Fernandes.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Estava em dúvida da pronúncia, porque eu chamei Marlei e falei: "Vai que eu estou falando o nome da Marlei errado". E o Prof. Rossieli tinha cometido o erro.

Marlei, por favor, por cinco minutos. Eu peço que recomponha o tempo da Vice-Presidente.

A SRA. MARLEI FERNANDES DE CARVALHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – De vez em quando, tem essas confusões com o meu nome, mas tranquilo, sem nenhum problema.

Eu também, em nome da CNTE, dos trabalhadores e trabalhadoras da educação do país, quero agradecer este espaço e este momento de debate bastante produtivo, bastante contundente de aonde queremos chegar.

Quero agradecer à Senadora Dorinha, ao Senador Flávio Arns. Quero aqui reiterar, nesta fala final, que nós, trabalhadores e trabalhadoras da educação, vamos dialogar com o Senado neste momento, para a retirada do Fundeb, uma política essencial no nosso país, que nós aprovamos num dos momentos mais difíceis da nossa história, porque foi durante a pandemia. E conseguimos fazer o bom debate e aprovar uma proposta que de fato traga a valorização e uma educação pública de qualidade.

Então, nós também da CNTE estamos à disposição para todo o debate.

Quero dizer, Professora Dorinha, que enviaremos, por parte da CNTE, as contribuições nos debates que fizemos recentemente na Intercongressual da CNTE, em março, cujo debate foi sobre o piso, o Fundeb e a valorização profissional.

Então, respondendo a algumas questões que foram colocadas, entendemos que estamos num caminho mais assertivo, que é isto: tratar da valorização profissional. Significa ter uma lei do piso do magistério, mas uma mesma lei que fale de valorização profissional, que tire o Fundeb das regras fiscais, do marco fiscal, da Lei de Responsabilidade Fiscal. Nós já batemos e debatemos em outros momentos lei de responsabilidade educacional – então, talvez, seja um tema que tenhamos que retomar –; uma lei do piso que trate de valorização profissional com a especificidade da jornada extraclasse, nossa chamada hora-atividade; uma lei de valorização profissional que traga de volta o instituto do concurso público no nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1A9BD4B20055B34D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

país, que, neste último período, foi largamente deixado de lado – daí não cria vínculo, não cria a própria valorização do salário dos profissionais de educação, que ficam à deriva.

Então, nós também estamos muito abertos a esse debate para tratar da valorização. Temos hoje uma defesa muito intensa de que o piso ou o inicial das nossas tabelas devam ser salário-base. O que foi se constituindo ao longo do ano é aquilo que nós chamamos de penduricalhos na carreira. Então, aprova uma coisa aqui, outro valor ali, e esses valores devem ser transformados em salário, para que as carreiras também tenham perenidade e para que você possa futuramente aposentar-se de forma um pouco mais tranquila, em que você não perca o seu poder aquisitivo. Isso nós entendemos que é um fator de valorização profissional.

Nós também saudamos... E a CNTE colocou para o MEC, no dia 15 de fevereiro deste ano, na primeira audiência com o ministro, que queremos a reinstalação do fórum permanente de valorização e fiscalização do piso, e que ele possa ser ampliado nessa perspectiva que nós estamos tratando aqui, tanto Undime, quanto Consed, quanto CNTE, com o Parlamento, que é regularizar definitivamente essa situação do piso do magistério, com financiamento, com a condição necessária para os gestores e perenidade aos trabalhadores e trabalhadoras da educação.

Vamos derrubar esse Fundeb, tirar do arcabouço fiscal aí no Senado. Tenho plena certeza de que vamos travar essa luta conjuntamente.

Agradeço mais uma vez à Professora Dorinha, e também ao Senador Flávio Arns, e aos meus colegas e à colega com quem dividimos essa Mesa.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Bom, muito obrigada pelas contribuições.

Agradeço ao nosso Presidente, Senador Flávio Arns, e com certeza nós vamos tentar avançar em relação à construção do debate e aguardamos as posições das diferentes entidades.

Agradeço a todos que nos acompanharam, professores, gestores do Brasil todo, e com certeza o apelo é que nos acompanhem nessa luta para retirar o Fundeb, a complementação do Fundeb do arcabouço fiscal. Os números mostram realmente um grande prejuízo não só para a educação, mas para as outras ações que não estão dentro da complementação e as outras áreas.

Obviamente, a entrada, a vinda não é muito difícil, se uma criança pegar um desenho em um quadro, ela consegue compreender. Nós temos um conjunto dentro do orçamento, um arcabouço, um cesto, e nós estávamos de fora. Quando a gente entra, nós temos uma proteção constitucional, alguém tem que perder para continuar mantendo o atendimento à educação. E isso é temporário, porque em 2026 acabará a proteção do Fundeb com esses valores, podem ser revistos inclusive. E não adianta dizer que educação é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1A9BD4B20055B34D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prioridade, é a base para todas as áreas, mas, na hora de fazer as escolhas, estas são feitas com outras direções.

Então, muito obrigada a todos.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1A9BD4B20055B34D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às quatorze horas do dia vinte e cinco de maio de dois mil e vinte e três, no Reunião remota, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Marcelo Castro, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Leila Barros, Jussara Lima, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Paulo Paim, Teresa Leitão, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira e Esperidião Amin, e ainda do Senador Marcos do Val, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Nelsinho Trad, Augusta Brito, Flávio Arns, Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Romário e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 49/2023 - CE, de autoria Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Finalidade:** Instruir o PL 88/2023, que "dispõe sobre a responsabilidade educacional na garantia de oferta e de padrão de qualidade na educação básica pública". **Participantes:** Rossieli Soares da Silva, Secretário de Estado da Educação do Estado do Pará (representante de: Conselho Nacional dos Secretários de Educação (CONSED)); Sergio Stoco, Presidente do Centro de Estudos Educação & Sociedade (Cedes) (representante de: Fórum Nacional de Educação (FNE)); Élida Graziane Pinto, Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo; e Alessio Costa Lima, Vice-presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/05/25

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1A9BD4B20055B34D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 25 de maio de 2023.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei nº 88, de 2023, que dispõe sobre a responsabilidade educacional na garantia de oferta e de padrão de qualidade na educação básica pública, em atenção ao Requerimento nº 49, de 2023, da Comissão de Educação, de autoria dos Senadores Teresa Leitão e Flávio Arns.

Participarão, de forma remota, os seguintes convidados: Alessio Costa Lima, Vice-Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime); Prof. Rossieli Soares da Silva, Secretário de Estado da Educação do Estado do Pará e líder da frente de financiamento do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed); Sergio Stoco, Presidente do Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes), representante de Fórum Nacional de Educação (FNE); e Élida Graziane Pinto, Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo.

O Projeto de Lei nº 88, que dispõe sobre a responsabilidade educacional na garantia de oferta e de padrão de qualidade da educação básica, é de autoria do Senador Flávio Arns.

Cumpre de início lembrar que o Plano Nacional de Educação (PNE), para o decênio 2014-2024, aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, estatuiu, entre as estratégias de sua Meta 20, o prazo de um ano para edição da Lei de Responsabilidade Educacional (LRE), com o objetivo de assegurar padrão de qualidade na educação básica em cada sistema e rede de ensino aferido pelo processo de metas de qualidade por institutos oficiais de avaliação educacionais.

Embora este prazo tenha sido descumprido, não deixaram de ocorrer no âmbito do Poder Legislativo debates sobre a questão, mesmo antes da aprovação do PNE vigente, com avanço significativo a respeito dos direitos educacionais, da oferta de igualdade de condições para o acesso e o sucesso escolar, no processo de avaliação da educação básica, com a criação de indicadores que ajudam os gestores a elaborar políticas educacionais mais refinadas entre tantos outros.

Apesar de todas essas conquistas, as desigualdades de acesso e sucesso escolar ainda são amplas e inaceitáveis. Diversos indicadores apontam que o poder público ainda é incapaz de, a partir da identificação das diferentes necessidades dos estudantes, oferecer a todos as mesmas oportunidades de aprendizagem.

Paralelamente, muitos estudos revelam que a gestão escolar, seja em nível das secretarias de educação, seja dos estabelecimentos de ensino, exerce papel de grande relevância nos resultados do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1A9BD4B20055B34D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

processo educativo, que, em última instância, se expressa na efetiva aprendizagem e na boa formação dos estudantes. Ora, a aplicação criteriosa dos recursos financeiros, a consolidação de uma verdadeira gestão democrática, a criação de programas eficazes e a elaboração e aplicação de propostas pedagógicas consistentes representam faces distintas, mas articuladas, da responsabilidade que a sociedade espera e exige das autoridades públicas e dos demais gestores incumbidos de administrar a educação pública.

É bem verdade que, salvo em algumas ocasiões insólitas, não é muito fácil identificar com precisão de quem é a responsabilidade ou mesmo qual é o nível de responsabilidade de cada um diante de indicadores educacionais insatisfatórios, principalmente quando se observa que a inércia desempenha papel nada desprezível nesse cenário.

Entretanto, se não formos capazes de fortalecer uma cultura de responsabilidade e de responsabilização diante do insucesso de políticas públicas, continuaremos a ter dificuldades de levar o nosso país a níveis mais robustos de desenvolvimento e bem-estar individual e coletivo, que é a educação pública de qualidade, que a igualdade de oportunidade é capaz de assegurar.

Nesse sentido, o projeto de lei em exame representa mais um passo valioso no esforço coletivo de oferecer à população brasileira uma educação digna e de qualidade, mediante a criação de normas que buscam tonificar o comprometimento das autoridades e dos servidores públicos com o nobilíssimo papel que a escola pode e deve desempenhar em todas as sociedades modernas e democráticas.

Com isso, não somente o Poder Legislativo local, mas, principalmente, a sociedade como um todo terá melhores condições de acompanhar, fiscalizar e monitorar os resultados da governança educacional em sua região ou localidade, com vistas a concretizar os princípios constitucionais da publicidade, transparência e eficiência da administração pública, bem como a norma de participação da sociedade nos processos de formulação, monitoramento, controle e avaliação de políticas sociais, prevista no parágrafo único do art. 193 da Constituição Federal.

Assim sendo, vamos continuar a nossa audiência.

Antes de passar aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo de todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por dez minutos, podendo ser prorrogada por mais cinco minutos.

Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem perguntas e comentários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1A9BD4B20055B34D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bem. Então vamos começar a nossa audiência pública.

Como primeiro a usar a palavra, eu convido o Sr. Sergio Stoco, Presidente do Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes) e representante do Fórum Nacional de Educação.

Com a palavra, o Prof. e Dr. Sergio Stoco.

O SR. SERGIO STOCO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, todas e todos.

Sr. Presidente, é uma satisfação estar aqui nesta Casa, o respeito que tenho pelo Senado Federal.

Bom, eu falo em nome do Centro de Estudo Educação e Sociedade, que, em parceria com a ANPEd, neste momento, faz parte da atual organização do Fórum Nacional de Educação.

O Cedes tem uma tradição de mais de 40 anos de acompanhamento das políticas públicas, de defesa da educação pública, do direito à educação e participou ativamente, com muitas entidades do campo da educação, na formulação que hoje nós temos: na Constituição Federal, nos arts. 205 a 214, na LDB, nos planos nacionais de educação, nas conferências e assim por diante.

O fórum está se reorganizando. É um orgulho para nós ter de novo um Fórum Nacional de Educação ativo, composto por representações da sociedade em geral, bastante diversificado, com vários espectros da política. E isso possibilita – esse é o nosso objetivo no Fórum Nacional de Educação – que ele se componha, que ele se organize cada vez mais como órgão de Estado e dê suporte ao acompanhamento das políticas públicas em particular, em especial o nosso Plano Nacional de Educação decenal.

Bom, claro, não vou aqui dizer que nós debatemos amplamente a lei de responsabilidade educacional nessa nova composição do Fórum Nacional de Educação, que acaba de tomar posse, há pouco mais de 30 dias, mas eu tenho conhecimento das posições históricas do fórum a respeito desse tema e tenho o respaldo dessa tradição do Cedes e das próprias entidades do fórum para colocar alguns elementos, que eu vou dividir, para respeitar aqui o tempo da Casa, em três aspectos.

O primeiro aspecto são os fundamentos. Como estamos numa Casa Legislativa... E já cumprimento o Senador Flávio Arns pela proposta. Compreendo a intenção, a intencionalidade de, através de uma lei de responsabilidade educacional, visar transformações nos aspectos, que o nosso Presidente acabou de ler, sobre as condições de desigualdade e histórico de dívidas que temos com a educação brasileira e com a população brasileira nesse sentido.

Então, nesse mesmo sentido da proposição, citarei três elementos que, em alguma medida, dialogam com o projeto de lei, pensando aspectos da sua reformulação. O primeiro deles é o fundamento; o segundo, a temporalidade da implementação de políticas; e o terceiro, o processo de acompanhamento, avaliação e a busca de qualidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1A9BD4B20055B34D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro, Casa Legislativa, pensando nos fundamentos. Imaginamos que uma lei que trate de responsabilidades vai se respaldar no nosso primeiro artigo da Constituição Federal que trata especificamente das políticas sociais de educação, que é o art. 205. Reafirmando que todos têm direito à educação, logo em seguida, esse mesmo artigo anuncia que esse direito à educação é um "dever do Estado e da família". Então, o primeiro aspecto a se ressaltar em uma discussão como essa, de uma lei de responsabilidade educacional, é que essa lei, no Projeto de Lei 88, de 2023, coloca mais destaque nos gestores públicos – nos gestores municipais, estaduais e federais da educação –, mas na educação brasileira há um reconhecimento de uma responsabilidade compartilhada na representação do Estado, pelos seus governos, e na representação das famílias, pelo restante dos partícipes da sociedade civil, particularmente aqueles que cuidam das nossas crianças, jovens e adolescentes, que vão para a escola, mas, claro, considerando a educação de todos ao longo da vida.

Então, tem um aspecto que se deve observar no projeto, que acho que deveria compor o projeto: é que, além da responsabilidade do Estado, deveríamos também repensar essa responsabilidade da sociedade civil, particularmente das famílias. Claro, hoje ela está vinculada ao Estatuto da Criança e do Adolescente, inclusive com penalidades previstas para o chamado abandono intelectual, mas, percebendo – eu sou professor da licenciatura, vou às escolas toda semana – que nós temos talvez visões já se modificando do ponto de vista da cultura social sobre a escola, tem preocupado a ideia de que a escola, por vezes, para alguns grupos sociais, não aprece mais como um elemento fundamental da formação e do desenvolvimento da cidadania, da perspectiva crítica de cada pessoa. Então, talvez, também um projeto que abarcasse elementos para pensar, para incentivar, para instigar a participação das famílias nesse processo seria muito importante.

Mas, voltando ao ponto do projeto, que é o Estado, do ponto de vista da responsabilidade dos gestores, uma preocupação com um tipo de proposição legislativa como essa, é que ela sempre vem com uma intenção de incentivos. E acho que isso é muito oportuno: criar incentivos para um pacto nacional para a educação. Porém, pensando na legislação, na história da educação brasileira, a primeira vez em que isso aparece é em 1824, lá no famoso art. 179, que dá a ideia de instrução primária para todos, de forma gratuita. Isso é um problema, porque, ao mesmo tempo em que a gente cria um incentivo, o incentivo sem uma correspondência com a base social, com a base política social, pode se perder e não ter efeito. E aí reformamos a educação brasileira em 1850, em 1870, depois da República, em 1891 – não vamos entrar aqui na história da legislação brasileira... Mas, então, há uma preocupação aqui com essa ideia de incentivos.

Então, a lei de responsabilidade, para cumprir adequadamente o seu incentivo, tem que estar articulada com o processo social. E, nesse sentido, talvez a primeira coisa a que ela deveria corresponder ou com a qual deveria se articular é a ideia e o processo de organização de um sistema nacional de educação. E aí isso significaria repensar, rever, rearticular – temos aqui os representantes do Consed, da Undime – o pacto federativo, pensar no art. 23 da Constituição Federal, nas competências comuns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1A9BD4B20055B34D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Historicamente, temos várias formas de políticas públicas educacionais que criam incentivos, mas sempre a ideia de uma cooperação, de uma correspondência na ação educacional é importante. Não à toa, lá na conferência de 2010, na Conae, havia uma redundância: o título da Conae era Sistema Nacional de Educação articulado, ou seja, um sistema articulado, uma redundância, mas exatamente por esse incentivo, por esse sentido de criar um incentivo a uma participação colaborativa entre os entes federativos, que, por vezes, por várias dificuldades, acabam criando situações de concorrência e até de insegurança na forma de organizar, de gerir a educação pública, mas também a educação particular no sentido regulativo, e isso constrói um conjunto de incertezas que não permitem avanço. Então, eu acho, claramente, que deveria haver uma lei de responsabilidade fiscal compartilhada, articulada com a definição também de um pacto federativo entre os entes. Eles criariam uma regulação e uma regulamentação que eu acho que dariam um ordenamento mais potente para essa responsabilidade dos gestores públicos.

Segunda coisa – e aí já entro na questão da temporalidade da política: a lei de responsabilidade só poderia vir depois dessa garantia do Sistema Nacional de Educação, mas – particularmente, eu acho que aí eu alteraria alguns artigos – criando um tipo de acompanhamento mais cuidadoso de três aspectos da política educacional brasileira, e aí a temporalidade de implementação de políticas.

O primeiro deles, que na lei traz, nesse Projeto 88, de 2023, e que eu acho fundamental – cumprimento aqui o Sr. Senador Flávio Arns – é a ideia de articulação das cobranças das metas e estratégias dos planos nacional de educação, estadual de educação e municipal de educação. Esse tem sido um nó, ou seja, nós temos todo um esforço federativo nas últimas formas de organização desse Plano Nacional de Educação – o Fórum Nacional de Educação tem prerrogativa nesses caminhos de organização das conferências e da preparação das propostas –, mas fato é que não temos conseguido um esforço significativo e, passa década, nós temos lá os levantamentos e chegamos à conclusão de que boa parte ou parte significativa das metas não são cumpridas, e isso cria de novo uma sensação de desânimo: uma lei que eu quero criar num ânimo, mas uma realidade que em geral tem criado desânimos. Então, eu acho que focar o Plano Nacional de Educação e o cumprimento das metas pelos gestores, no sentido de responsabilidade, seria muito oportuno; isso daria condições para atingir o objetivo final da qualidade, como a responsabilidade.

O segundo aspecto é o aspecto das condições de infraestrutura dos insumos, como se diz na nossa LDB, do sistema escolar brasileiro. Então, essa lei também deveria ter uma articulação muito forte na cobrança, na verificação, no acompanhamento dos componentes do CAQ (Custo Aluno Qualidade) e o Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi). Isso daria uma condição de estruturação que permitiria que a responsabilidade estivesse conjugada com as condições objetivas do sistema educacional. Então, incentivos a partir de uma realidade materializada de condições.

E o terceiro aspecto – estou acompanhando aqui o tempo para não me exceder – é a valorização do professor. Não há, pelo menos não conheço, um movimento educacional no país, entidade, seja de todos os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1A9BD4B20055B34D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aspectos políticos, que não reconheça a importância central dos profissionais da educação no processo educativo e nessa responsabilidade. Então, também uma articulação de uma lei de responsabilidade com o piso nacional, a Lei 11.738, de 2008, seria fundamental, porque não tem sido incomum que municípios e estados tenham dificuldades de cumprimento.

Então, por isso é que começa lá com a partilha de um Sistema Nacional de Educação, das condições de um acordo; passa pelo plano, ou seja, os aspectos políticos que vão orientar e nortear a política no decênio; chega ao CAQ; e finaliza com a valorização dos professores; ou seja, as condições objetivas para que nós tenhamos, inclusive, estímulos para professor da licenciatura – eu vejo isso há décadas –, um incentivo para que profissionais da educação atuem em condições adequadas do processo de transformação.

Então, esses três aspectos da temporalidade são fundamentais.

E, por fim, como já tinha dito, o último aspecto que eu quero tratar é o da avaliação. Eu sei que o projeto traz uma ideia de responsabilidade associada à responsabilização. Não vou entrar aqui no mérito da discussão administrativa sobre responsabilização, sobre incentivos, no aspecto econômico, organizacional geral da gestão e da administração pública, mas o que temos notado é que nós já temos uma tradição de... Para colocar o Saeb como referência: desde os anos 1990, com o Saepe, depois com o Saeb em 1995, essa nossa condição de melhorar a aferição sobre os resultados educacionais – ou pelo menos naquilo que são os resultados das provas ou o que o resultado cognitivo dos exames tem nos trazido – não tem conseguido fazer uma representação efetiva de vinculação com os incentivos das mudanças necessárias. Então, eu acredito que só é possível construir efetivamente uma responsabilização e uma responsabilidade a partir do resultado se forem garantidos os elementos de implementação que eu coloquei antes. Sem isso, ou seja, só colocando o foco em orientação de avaliação, com prêmios, como está sugerido no projeto, com prêmios ou com apoios àqueles que não conquistam aqueles patamares em desenvolvimento, isso me parece que não tem gerado esses incentivos. São estratégias que já têm sido tentadas em vários estados e municípios e não têm gerado incentivo.

Então, o desincentivo já nos diz muita coisa do ponto de vista das políticas sociais e particularmente da política nacional. Então me parece que o correto ordenamento temporal é que esse processo de avaliação tem que acontecer, mas ele só será efetivamente incentivador e revelador das condições na medida em que eu garantir os três elementos anteriores, porque aí, sim, eu tenho como falar em um processo contínuo de responsabilidade que vai não só assegurar na lei, no sentido de garantir, mas que também vai tentar assegurar e promover, no sentido de organização das políticas públicas.

Então é isso.

Obrigado pela disposição, pela escuta, e fico aqui à disposição para conversar com todos aqueles que tiverem perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1A9BD4B20055B34D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Prof. Sergio, pela sua apresentação.

Eu passo a palavra agora para o Prof. Rossieli Soares da Silva, Secretário de Estado de Educação do Estado do Pará.

O Prof. Rossieli agora está fechando o trajeto dele no estilo ferradura, porque ele foi Secretário do Amazonas, veio para Brasília, foi Ministro, depois foi para São Paulo, agora retornou ao Pará, fechando o círculo aí, não é, Professor? (*Risos.*)

Então, com a palavra, o Prof. Rossieli Soares da Silva.

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador!

É verdade, viu?

Prazer em revê-lo! É uma alegria poder encontrá-lo aí no Senado e participar deste debate tão importante!

Quero cumprimentar a todos os Senadores, ao autor do requerimento, Flávio Arns. Na pessoa dele, cumprimento todos os Senadores, o Sergio e o Alessio, que eu vi que está conectado – ele foi Presidente Undime, hoje é um dos Vice-Presidentes e também tem uma história nesse debate.

Acho que esse tema...

Primeiro, aqui falo hoje em nome do Conselho Nacional de Secretários de Educação do Brasil.

Hoje, estou no Pará – eu vi realmente muitas das realidades distintas do nosso país, e existem muitas outras –, e estou de volta à Amazônia, ao Norte.

Falar de responsabilidade educacional, no meu entender, é necessário, mas acho que há que se ter um cuidado muito grande. Nós temos aqui, no Consed, uma posição já de muitos anos, desde 2013. Houve um projeto, inclusive, que tramitou na Câmara, de 2016, mas, desde 2013, o Consed – e não sei qual é a posição atual da Undime; obviamente o Alessio falará por ela – vem sempre tendo muitos cuidados em relação a esse tema por uma série de questões. Já tivemos, inclusive, nota conjunta contrária ao PL, que era de 2016, entre o Conselho Nacional de Secretários e a União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

Nós temos muitas especificações, especificidades da educação, muitas, em diversas instâncias da sociedade, políticas econômicas e sociais, e, muitas vezes, elas não estão sob o controle do gestor educacional, muitas vezes nem mesmo sob o controle do Governador, do Prefeito ou até do próprio Presidente da República. Eu entendo que, se for para se falar de uma lei de responsabilidade, que realmente deva se falar em todos os níveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1A9BD4B20055B34D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou dar um exemplo agora da discussão desta semana, e já deixo aqui minha manifestação aos Srs. Senadores para que revisem isso. Não faz sentido trazermos aquilo que estava fora de teto para dentro, agora, do arcabouço fiscal, por exemplo, o Fundeb. Quando tivermos uma lei de responsabilidade, isso trará um impacto "x" de perda de... Há estudos preliminares que estão falando de perda de R$3 bilhões para a educação somente no nível federal. Você diminui os repasses à educação básica e, ainda assim, é o gestor municipal, ou o gestor estadual, ou o próprio secretário, ou o próprio Prefeito ou Governador, seja qual for a instância, ou mesmo o diretor, porque a própria lei fala em alguns momentos disso aqui e é necessário que a gente discuta tudo isso, mas são muitas variáveis que não se controlam, como a gente...

E aqui eu concordo com o que o Sergio, que me antecedeu agora há pouco, falou, por exemplo, do Saeb. O Saeb é uma avaliação fundamental. Inclusive, coordeno hoje, na parte do Consed, o grupo de avaliação, porque o Brasil precisa revisar essas avaliações para os próximos anos. O seu ciclo previsto já acabou; na verdade, foi estendido até 2023, mas, para 2025, qual é o modelo de avaliação? Como vamos fazer? Elas nunca pegam as dimensões completas daquilo que é a educação. Veja, de novo, eu sou extremamente favorável. Acho que temos que ter... Foram as avaliações que pautaram muitas das melhorias. Se nós temos discussão de financiamento nos níveis de hoje, da própria remuneração, de valorização, de infraestrutura, é porque nós temos alguma fotografia. Então, a avaliação é fundamental, mas ela não é a única dimensão.

Por exemplo, como eu comparo as desigualdades que existem dentro do Estado de São Paulo com a realidade do Estado do Pará? E isso para falar de dois estados. E eu sei que a Dra. Élida, que é lá de São Paulo, participa também do debate – quero deixar um abraço para essa grande profissional do Ministério Público de São Paulo. Mas como é que a gente compara com indicadores nacionais? Quer dizer, não é simplesmente, na lei federal, dizer que vai ter a responsabilização. Depois, onde se constroem esses indicadores? De que forma? Vão ser regionalizados? Como será este processo efetivamente? A lei precisa trazer alguma coisa a mais, porque senão haverá judicialização, haverá necessariamente um trabalho extremamente difícil.

Por isso nosso entendimento aqui: a Lei de Responsabilidade Educacional poderia avançar muito no sentido de como é que a gente busca as garantias para a oferta da educação como um direito humano, inclusive para permitir essa transparência dos resultados e, sim, indicadores. Isso é fundamental. Como eu disse, na nossa visão, isso já foi fundamental para a própria transformação da educação, e nós temos avanços, mas tendo muito cuidado quando a gente fala deste processo de responsabilização baseada em quê? Em quais indicadores objetivos sobre os quais realmente se tem controle?

Nós temos uma reforma tributária. A gente cria determinados indicadores. A reforma tributária poderá ou não acabar sendo um problema.

Então, os estados e municípios não têm o controle sobre o que será aprovado dentro do Congresso. Por isso a lei de responsabilidade precisa olhar para esse tipo de situação. E, aí, o nosso entendimento é que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1A9BD4B20055B34D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deva ser criado – o nosso posicionamento inicial é contrário à proposta em si, mas, com aspectos positivos, Senador –, que a gente crie um grupo de trabalho que envolva o Consed, a Undime, o Ministério da Educação, a Confederação Nacional dos Municípios, a Frente Nacional dos Prefeitos, o Conselho Nacional, o Foncede, que representa os conselhos estaduais, para que a gente discuta – está bom? – qual é conjunto de indicadores que vão.

Quando você coloca, por exemplo, que a responsabilidade educacional será medida somente por determinados instrumentos avaliativos – lembrando que instrumentos avaliativos podem ser construídos de diversas maneiras –, você pode acabar fazendo uma indução muito errada, e essa é sempre uma avaliação importante, mas ela não pode levar, virar um cursinho preparatório e a gente perder a formação integral do indivíduo. Então, com que nível de responsabilidade nós também criamos uma legislação que não vá nos empurrar, não é?

Sobre avanços objetivos, a lei traz um aspecto interessante: quando assumir uma nova gestão, você tem seis meses para apresentar um relatório, para, a partir disso, fazer o seu plano de atuação. Então, a lei vai avaliar o plano de atuação apresentado por cada um ou serão, continuamente, os indicadores definidos aqui dentro da lei e dentro de algum aspecto? Serão regionalizados dentro de cada âmbito dos municípios, ou dos estados, ou da região? Acho que são perguntas que não se podem deixar sem pensar antes de se avançar, sob pena de criarmos a responsabilização – e está cada vez mais difícil termos gestores públicos sendo atraídos. Então, acho que esse é um tema bastante importante.

Nós entendemos, sim, e aqui me refiro especialmente ao Senador Flávio Arns, que foi secretário de Estado... Aliás, tive o prazer de ser colega, numa dessas andanças, Senador Confúcio, do Flávio e estive com ele, inclusive, em outro debate, ontem, sobre valorização, carreira, piso salarial, do projeto apresentado pela ex-Deputada Dorinha, agora Senadora Dorinha, um tema superimportante, e é necessário que discutamos. Nós precisamos aqui, neste processo de debate – e agradeço muito a oportunidade de estar aqui representando o Consed –, fazer um debate mais amiúde ainda sobre de que tipo de indicadores, de que tipo de processo de responsabilização em cada um dos níveis nós estamos falando.

Aqui, a Dra. Élida, com quem convivi muito no Estado de São Paulo como Secretário e ela como agente do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo... Já falei isto muitas vezes: não dá para se deixar... Cria-se uma lei em que a judicialização, tanto pelo Ministério Público quanto por outros meios, acaba sendo feita de forma descontrolada. Hoje, nós, muitas vezes, já estamos quase entrando em um nível de processos... Não estou nem falando do Ministério Público de Contas aqui, especialmente porque, com a Dra. Élida e com o Ministério Público, nós tínhamos uma relação de construção importante, mas, quando você vai para os Ministérios Públicos estaduais Brasil afora, você tem uma judicialização enorme em vários processos. Como vamos criar uma legislação, gerar mais insegurança jurídica para o processo educacional? Nós vamos acabar dizendo que só aquilo que formar o conjunto da responsabilidade será objeto de cuidados. Então, se a gente não colocar temas de formação humana fundamentais para a discussão da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1A9BD4B20055B34D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

educação, eles não estarão nos indicadores e, então, não serão mais tão observados. Isso trará uma pressão errônea, coisa que a gente já vê hoje muitas vezes com os *parquets* Brasil afora tendo ações nesse sentido. Então, é necessário, inclusive, com a própria... E aí sugiro também que para esse grupo de trabalho a gente traga a própria Atricon, dos tribunais de contas, e a representação dos Ministérios Públicos, tanto estaduais quanto federais, e do Poder Judiciário de maneira geral para que a gente possa sentar e discutir, primeiramente, o que pode ser responsabilizado para cada ator. Ao final de tudo, nós temos inúmeros outros indicadores que estão fora da educação, mas que influenciam diretamente. A educação não é uma área em si, isolada. A pobreza e a fome, por exemplo, talvez sejam dois dos elementos que mais incidem sobre o resultado dentro da educação e que, por si sós, nunca serão resolvidos somente pela educação, apesar de a educação ter um papel importante quando a gente fala na alimentação escolar. Então, nós vamos olhar, no conjunto de indicadores, quais a legislação precisa trazer.

Nós somos um aliado neste debate do Congresso Nacional, meu querido Senador Flávio e todos os Senadores e Senadoras. Precisamos fazer, acerca de uma edição dessa legislação... Precisamos entender o sistema nacional, como vai ficar; precisamos ver o arcabouço de financiamento, como disse, não só o arcabouço fiscal agora, mas a reforma tributária, todos esses elementos; a regionalização dessa legislação, especialmente no que tange ao desenvolvimento dos indicadores que seriam observados; e outros tantos temas que nós precisamos desde já olhar para definir realmente uma matriz de responsabilidade justa e adequada. Acho que tanto trazer o aspecto da responsabilização... E vejam que não sou contra a responsabilização, porque ela é necessária; o problema é: que modelo vamos construir? Ficará a cargo de quem? Como nós faremos esse processo no Brasil? Se ficar em aberto, como eu entendo que ainda está na proposta da legislação, acho que teremos uma consequência mais danosa do que benéfica à legislação que está sendo pensada.

Nós precisamos garantir que essas metas sejam exequíveis, possíveis. Não dá para se imaginar o próprio Plano Nacional de Educação, que criou uma série de metas que nitidamente não poderão ser alcançadas – nós estamos chegando ao fim deste plano decenal... Até esse tipo de discussão importará absolutamente, a partir de agora, se avançarmos nessa discussão da lei de responsabilidade educacional, que deve ser feita, mas acho que com todos os cuidados, para que nós não estejamos cometendo erros de deixar a educação à mercê exclusivamente de meia dúzia de indicadores e não olhar para outros aspectos que fazem parte da educação e da gestão pública como um todo.

Sendo o que eu tinha para contribuir agora, Senador, eu fico à disposição para o debate e para eventuais perguntas e agradeço a oportunidade de estar aqui representando o Conselho Nacional de Secretários da Educação, deixando aqui um grande abraço a todos que estão aí, tanto no plenário quanto nos assistindo nesta audiência pública.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1A9BD4B20055B34D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Prof. Rossieli. É um prazer muito grande ouvi-lo; muito importante o seu conhecimento, a sua experiência de vida e prática.

Agora eu passo a palavra para a Dra. Élida Graziane Pinto, Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo.

Nós recebemos aqui o Miola, lá do Rio Grande do Sul, seu colega, Dra. Élida. Temos conversado muito com o Dr. Paulo Cury, de Rondônia também, que é entusiasta da educação, tem feito seu mandato como Presidente do Tribunal de Contas do Estado e colocou a educação como uma prioridade do seu mandato.

Então, com a palavra a Dra. Élida.

A SRA. ÉLIDA GRAZIANE PINTO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todas e todos. É um prazer imenso. Agradeço pela oportunidade do diálogo e por rever o Rossieli – foi um trabalho produtivo de lado a lado. Agradeço, inclusive, também ao Senador Flávio Arns, que fez o convite.

Peço licença, porque o tempo é curto, para compartilhar a tela da apresentação que preparei.

Na condição de órgão de controle que atua sem nenhuma pretensão punitivista, sem esse viés repressivo, mas de diálogo e de construção, exatamente porque a gente agora já está na iminência de pautar o próximo Plano Nacional de Educação – até o final deste semestre, há de ser enviado o projeto de lei do próximo Plano Nacional de Educação para o período de 2025 a 2035 –, é preciso fazer o diagnóstico do que não funcionou, do que deu errado, de como nós não conseguimos entregar o cumprimento das metas estratégicas sem vilanizar o secretário de educação. Se algo me permite, a partir da experiência de diálogo não só com o ex-Secretário de Estado de Educação de São Paulo Rossieli, que foi também Ministro da Educação e agora está no Pará, mas também com os secretários municipais de educação, quanto mais dialogo – e é uma postura efetivamente de apoio, de reforço à gestão dos secretários municipais estaduais de educação –, mais eu percebo que o desafio efetivamente não reside primordialmente nas mãos desses secretários.

Quiçá eventualmente haja conflitos entre os secretários estaduais e municipais de Fazenda, quiçá eventualmente entre os próprios Prefeitos e Governadores, mas, mesmo esse impasse, concordando com quem me antecedeu, passa pela perspectiva da responsabilidade solidária na Federação. Se nós temos que falar de uma lei de responsabilidade educacional na linha da Estratégia 20.11 do Plano Nacional de Educação, há que se retomar a luz inclusive do que cabe a cada ente da Federação fazer. A ausência do Sistema Nacional de Educação, a ausência do Custo Aluno Qualidade Inicial compromete esse alcance de padrão de qualidade na educação básica mencionado aí na Estratégia 20.11.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um diagnóstico consensual, mas eu faço até questão de trazer o dado da própria Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a respeito do elevado estágio de inadimplemento do Plano Nacional de Educação. Responsabilizar primordialmente o secretário municipal, o secretário estadual e mesmo o Ministro da Educação é uma leitura eu diria míope, reducionista do impasse. Por isso a minha análise neste momento é, primeiro, um diagnóstico do que nós não entregamos, do que a sociedade, inclusive os órgãos de controle, não fizemos.

Fico feliz, caro Senador, da menção ao queridíssimo amigo Cezar Miola, Presidente da Atricon, assim como os demais colegas que lutam muito enfaticamente no debate, dentro dos tribunais de contas, para se aprimorar a fiscalização do caminho dos recursos educacionais. Paulo Curi, mas também vários outros conselheiros, têm feito esse esforço, porque, neste momento, a gente tem que aprender o que deu errado e projetar o próximo PNE, a começar pelo caminho do dinheiro.

Se me permitem, com esse acompanhamento diuturno, pedagógico, dialógico, sem nenhuma pretensão de suscitar improbidade administrativa nem responsabilização na pessoa do Secretário da Educação... De fato, o depoimento, há pouco, do Secretário Rossieli me deixa feliz, porque de fato foi uma oportunidade extremamente benfazeja de tentar enfrentar problemas crônicos aos quais não foi ele que deu causa, a exemplo do cômputo de inativos nos recursos vinculados à educação, sobretudo o Fundeb; quase R$3 bilhões anuais, aqui do Estado de São Paulo, computados para pagamento de profissionais inativos e pensionistas.

E aí o núcleo do desafio, para pensar a responsabilidade educacional desse ponto de vista qualitativo e solidário, ou seja, na Federação, com corresponsabilidade também dos órgãos de controle para fazer essa investigação do caminho do dinheiro, ao meu sentir, está no art. 10 do Plano Nacional de Educação.

A gente precisa fazer esse movimento de *mea-culpa*, esse movimento de reflexão, também dialogando com quem me antecedeu em relação à falta do Custo Aluno Qualidade, mas também ao risco que é inserir o Fundeb num regime jurídico de restrição fiscal que nem o teto havia inserido. A complementação federal ao Fundeb estava numa pretensão de progressividade, esse foi o escopo da Emenda 108, mas lembremos que no ano passado houve a inibição da arrecadação tributária de ICMS, por força de decisão do Governo Federal. As Leis Complementares 192 e 194 reduziram a capacidade tributária nos estados, portanto, porque o ICMS é repartido também dos municípios.

Em 2022, houve também inibição da arrecadação de IPI, outro imposto fortemente repartido na Federação, pois 60% do que se arrecada de IPI é repartido entre estados e municípios. Então, quando o Governo Federal retraiu a arrecadação do IPI e do ICMS, na verdade esterilizou os efeitos progressivos da Emenda 108, da expansão da complementação federal. É como se a gente tivesse agora uma base cálculo, um ponto de partida para inserir no Projeto de Lei Complementar 93 – esse do Regime Fiscal Sustentável – rebaixado. Houve um rebaixamento da expectativa de majoração do custeio federal no financiamento da educação básica brasileira e sem dotação orçamentária compatível. A palavra nuclear desse artigo, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adjetivo síntese do que é responsabilidade educacional na integridade desse conceito é a noção de compatibilidade entre a dotação orçamentária disponível e o conjunto de metas e estratégias que têm que ser cumpridas no horizonte temporal dado pelo planejamento educacional. Sem enfrentarmos isso, inclusive contendo despesas discricionárias que não entregam cumprimento tempestivo finalisticamente orientado das metas e estratégias do PNE, nós não avançaremos.

Inclusive – se me permitem, caros Senadores, caros colegas de mesa –, é preciso a gente fazer a reflexão de que, no atual momento, mais do que debater só o PLP 93, regras fiscais reducionistas do tamanho do Estado, é necessário projetar 2027: que horizonte queremos para o país, até para depois a gente ter o alcance até 2035 do próximo PNE. É mais importante para a qualidade do gasto, inclusive do gasto educacional, o planejamento de médio prazo do que essas regras fiscais curtas, essas regras fiscais que trazem limites e que tendem a se esvaziar. A educação, toda ela, mesmo o gasto hoje, tipicamente na Lei 4.320, "despesa corrente com salários dos profissionais da educação"... Se passarmos a pensar como o Plano Biden nos Estados Unidos sugere no pós-pandemia, toda educação deveria ser despesa de capital, portanto investimento, portanto financiável no limite, até mesmo por meio de dívida pública para fins da regra de ouro.

A gente precisa resgatar a noção nuclear de programa de duração continuada dos planos plurianuais estaduais e federal, mas também, eventualmente, fazer a revisão, a atualização, a avaliação, o monitoramento dos PPAs municipais. Qual é o nível de aderência dos PPAs, das LDOs, das leis orçamentárias com as metas e estratégias do PNE?

A gente precisa enfrentar, inclusive, a dificuldade que é o cumprimento da Emenda 119, do que não se aplicou em 2020 e 2021, durante a pandemia, quando alguns Prefeitos e Governadores não aplicaram dois anos atrás, e teve uma forte aceleração inflacionária nos últimos anos; e agora ninguém exige que esses gestores façam a correção monetária. A gente está empurrando a perda inflacionária para a comunidade escolar. A própria vigência... Estamos no nono ano de vigência do Plano Nacional de Educação – inicia-se, daqui a menos de um mês, o décimo ano –, e ainda não conseguimos fazer o debate estruturado do Sistema Nacional de Educação, do Custo Aluno Qualidade, integradamente com a noção de responsabilidade educacional solidária na Federação. Repito, não se trata de punir de forma isolada, de forma insulada, com a corda rompendo do lado mais fraco, apenas o secretário municipal, o secretário estadual de educação. Isso é iníquo, é inadequado.

Aqui, nesse sentido, fico muito confortável de poder fazer esse diálogo, retomando a experiência da gestão passada, do Secretário Rossieli, quando aqui esteve Secretário de Educação. E, antes dele, o Secretário Nalini e os que o antecederam... Não passa pelas mãos do Secretário de Educação a deliberação sobre, por exemplo, esse cômpito de inativos nos recursos do Fundeb. É muito mais uma escolha do Secretário de Fazenda, que trava o recurso lá no controle de boca do caixa, do que do próprio Secretário de Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente precisa enfrentar que há uma demanda reprimida da pandemia. Aquele documentário "Desconectados", que a *Folha* lançou, salvo engano, no final do ano passado, é um belo diagnóstico do que nós não entregamos durante a pandemia, em termos de qualidade da educação, porque responsabilidade educacional não é punição, é compromisso de entregar qualidade da educação. A própria querida Deborah Duprat, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, se aposentou do MPF, tinha uma frase síntese belíssima: que o Brasil infelizmente está mais perto de 1500 do que de 1988. Em termos de, às vezes, inclusive um extrativismo predatório do meio ambiente, um padrão de produção econômica que não estimula ciência e tecnologia, que não nos insere no mundo desenvolvido, de patentes, o complexo econômico industrial da saúde, a capacidade de educação efetivamente ser valorizada, como eu disse, na condição de um investimento.

Bom, sei que o tempo é célere, eu não posso me alongar, mas a gente precisa desafiar – e temos debatido isso no âmbito da Atricon, Sistema de Controle Externo do Ministério Público de Contas –, mas, em diálogo, espero que o Secretário Rossieli esteja tranquilo, porque dialogo muito com os colegas no Ministério Público estadual e federal, essa perspectiva mais pedagógica, dialógica, construtiva é o nosso esforço comum. Claro, sempre há colegas no Ministério Público que têm uma postura mais repressiva, mas o nosso esforço é fazer esse empoderamento, esse fortalecimento para inclusive resgatar os secretários de boa-fé e dar mais força para conseguirem gerir o recurso da educação. Evitar esse assédio de desvios potenciais que acontecem – repito, não por deliberada vontade do Secretário de Educação, mas por, às vezes, contingências que inclusive o antecedem – e, por isso, eu tenho sempre suscitado a mensagem do custo, a ideia do Custo Aluno Qualidade, mas, mesmo antes, do dever de gasto mínimo material.

A noção de Custo Aluno Qualidade, de uma certa forma, foi entranhada e já está em aplicação naquilo que os tribunais de contas avaliam a título de Índice de Efetividade da Gestão Municipal. Aqui em São Paulo, o TCE paulista aponta, dentro do seu IEGM, os parâmetros do Parecer 8, de 2010, e ali traz alguns *insights,* não que adota para fins punitivos, mas apenas uma noção referencial. No que as escolas devem... Enquanto não há regulamentação do CAQ, há um esforço teórico de se pensar a melhoria da qualidade do ponto de vista de insumos, de uma rede de proteção para a gente depois conseguir enxergar resultados, contrastando com as metas físicas; enxergar custos, contrastando com as metas financeiras.

A gente não pode abdicar de aonde queremos chegar. A educação é de fato, ao meu sentir, uma área onde a gente não tem clareza da sua primazia de custeio. A todo tempo há algumas tentativas de negar o quanto ainda falta financiar adequadamente, por exemplo, a expansão de vagas em horário integral, a expansão de vagas nas creches, o próprio piso do magistério ainda tão controvertido. Então, não tem dinheiro sobrando na educação. Tem que melhorar a qualidade do gasto, sem dúvida, para ser mais aderente ao planejamento educacional.

Mas, por isso mesmo, eu trago para debate um conceito que a economia explora com muita tranquilidade e que nós operadores do Direito não fazemos com a consistência que mereceria ser feito,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobretudo nos tribunais de contas: a ideia de custo de oportunidade. Comprar *kit* de robótica para escola que não tem nem água tratada talvez seja o exemplo mais paradigmático dessa distorção alocativa. A gente precisa fazer um enfrentamento das despesas discricionárias. E aqui, infelizmente, os municípios paulistas ainda têm alguns com esses problemas, como, por exemplo, comprar material apostilado quando tem gratuitamente um material que vem do Programa Nacional do Livro Didático. Não estou dizendo que não possa. Pode, mas a gente precisa fazer o contraponto de, se houver criança fora da creche, se não tiver pagando o piso do magistério, se, eventualmente, não tiver cumprindo essa programação de expandir a oferta de vagas em horário integral, de até mandar que o gestor motive, justifique... Não é para punir imediatamente, caro Secretário. É apenas para a gente construir a busca da noção de custo e oportunidade. Esse dinheiro faz falta para outras coisas. Outros municípios aqui em São Paulo chegam a ter universidades municipais. O art. 11, inciso V, da LDB é claro no sentido de não permitir que se façam gastos com o ensino médio e com o ensino superior enquanto não estiver cumprindo todas as suas atribuições com o ensino infantil e com o ensino fundamental.

Desculpe-me. Vou precisar só de um pouquinho mais de tempo para terminar o raciocínio.

É preciso falar em controle das dotações compatíveis com o Plano Nacional de Educação para fins de acompanhamento da execução orçamentária dos recursos vinculados à educação, tanto o piso em MDE, do art. 212, quanto os recursos do Fundeb, agora inscritos no 212-A da Constituição. A gente precisa suscitar sem a pecha de punição ao gestor, porque não é isso – é uma forma de empoderá-lo, de fortalecê-lo, de permitir, inclusive, um diálogo mais equitativo, eu diria, mais forte diante do Secretário de Fazenda e, eventualmente, diante do Prefeito, diante do Governador –, que não há liberdade para gastar de qualquer jeito os recursos vinculados à educação. O dinheiro da educação tem metas a cumprir. O dinheiro da educação tem que entregar o cumprimento tempestivo das metas estratégicas do PNE. As despesas discricionárias mesmo elegíveis no art. 70 da LDB não podem ser estéreis, elas têm que provar capacidade de atendimento intertemporal dessas metas estratégicas.

É por isso que trago esse ônus adicional de motivação, sem finalidade punitiva, resgatando a noção de responsabilidade solidária na Federação, a noção do próprio Custo Aluno Qualidade, que está lá inscrito no §7º do art. 211 da Constituição, pelo qual muito lutamos. A gente precisa falar em controle do caminho do dinheiro vinculado à educação de forma aderente ao planejamento educacional. Esse, aliás, é o escopo do art. 214 da Constituição. Porque fica parecendo que o Plano Nacional de Educação é só uma lei ordinária e que pode ser descumprido, ignorado solenemente. Tem mais de 80% das suas metas inadimplidas. Não. O Plano Nacional de Educação tem assento constitucional. E, porque tem assento constitucional, ou seja, o 214, a forma como se aplica o 212, como se aplica o 212-A, ou seja, os recursos vinculados ao setor têm que ser cuidadosamente atrelados, do ponto de vista teleológico, ao atingimento dessas metas.

Recentemente, caros Senadores, caros colegas de debate, eu e o Conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás Fabrício Motta, que também é professor da Universidade Federal de Goiás,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escrevemos um artigo por causa do risco que era deixar o gasto com contratação de estrutura de segurança privada, aparelhamento de estrutura privada, inclusive profissionais, até mesmo de controladoria, aliás, da guarda municipal, para fazer com o dinheiro da educação uma estrutura que é típica da função segurança pública, e que há recursos próprios para tanto. Se a guarda municipal não pode correr à conta do dinheiro da educação, a guarda terceirizada, a vigilância privada e outras estruturas também há que se tomar muito cuidado para que não onerem os recursos escassos da educação. A gente tem que tomar cuidado, porque há um assédio contínuo para desviar os recursos. E repito: não é, de forma alguma, para perseguir, para esvaziar, para pressupor a má-fé do gestor da educação. Pelo contrário; é para fortalecê-lo, é para permitir que ele tenha capacidade de entregar o cumprimento das metas de forma tempestiva, com os recursos de que dispõe, mas buscando os recursos federais necessários, entendendo que há uma guerra fiscal de despesas, inclusive porque houve inibição da arrecadação do ICMS, inibição da arrecadação de IPI.

E precisamos, agora, não de teses de que a educação está com dinheiro sobrando, e de se dividir o dinheiro com a saúde. Em São Paulo, infelizmente, começou a voltar essa argumentação, revendo um dispositivo da Constituição paulista, supostamente para permitir que o dinheiro da educação, sobrando, vá para a saúde. Não, a educação precisa de mais recursos. A gente precisa, efetivamente, lidar com o fato de que há uma demanda reprimida da pandemia que não foi enfrentada; não temos vagas ainda universalizadas em creches; e não expandimos como deveríamos a perspectiva da expansão de vagas no horário integral.

Eu até coloquei essa imagem do Homer Simpson – é uma brincadeira, não é? – sobre o custo de oportunidade, das escolhas trágicas, porque a gente precisa saber encaminhar o recurso vinculado à educação ao destino que de fato a sociedade escolheu ser prioridade. O desafio nuclear é ordenação legítima de prioridades. E quem diz o que é prioridade não é o Ministério Público, não é o Judiciário, não é o Tribunal de Contas; é o planejamento educacional, pactuado de forma politicamente legítima, mas também tecnicamente consistente, entre Poder Legislativo e Poder Executivo. Ninguém aqui quer invadir os poderes políticos da República; o que nós queremos é que uma lei muito debatida, dialogada, construída com a sociedade seja consistentemente executada, salvo motivação que justifique o seu descumprimento. É só isso que pretendemos: coordenar prioridades. Porque tão importante quanto o volume de dinheiro que se aplica na educação é o tempo da sua execução. Aquilo que eu postergo, aquilo que eu deixo para depois é uma negativa de prioridade.

Bom, caminhando para o fim, obrigar que o executado seja aderente ao planejado, sobretudo com os recursos vinculados à educação em termos de aderência ao Plano Nacional de Educação, é um novo norte de responsabilidade educacional para fins de dimensão qualitativa do gasto em educação. Não me parecer ser uma perspectiva punitivista, que esvazia o papel do gestor; pelo contrário, o empodera e permite que os órgãos de controle se somem. O controle bom é o controle pedagógico que retroalimenta o planejamento. Os gastos, tanto do ponto de vista do piso quanto do recurso vinculado ao Fundeb, merecem essa dimensão qualitativa, substantiva, material.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso eu digo: gasto mínimo material em educação. Obrigar o gestor a motivar com esse ônus agravado de motivação me lembra, inclusive, o desafio que o Prof. Nicholas Davies, da Universidade Federal Fluminense, há muitos anos suscitava de como os tribunais de contas fiscalizam os recursos da educação. Eu estou chamando, caro Rossieli, caros colegas de debate, caros Senadores, inclusive a corresponsabilidade para os tribunais de contas. Se há que se falar de uma lei de responsabilidade educacional e se queremos todos qualidade de educação, há uma cota de responsabilidade pela investigação do caminho do dinheiro, pelos resultados que a sociedade alcançou ou não alcança na educação que é nossa parte.

Os tribunais de contas, os ministérios públicos são os corresponsáveis, e não se trata de ter uma visão insulada, meramente punitivista de tratar o gestor como alguém mal-intencionado. Quebrar os pisos de saúde e educação, como se aventa, e não tematizar, inclusive, a morte deste menino, que muito me marcou, Marcos Vinícius, numa comunidade do Rio, a caminho da escola, alvejado por uma bala perdida, cuja última frase dita para a mãe, "Mas não me viu com a camisa da escola?"... Se o pacto constitucional civilizatório de 1988 não tiver na escola o seu lugar emancipatório, em nenhum outro lugar será – nenhum outro lugar será o lugar adequado de um país mais civilizado.

Por isso, falar em responsabilidade educacional não é vilanizar secretários de educação; é nos corresponsabilizarmos – instituições de controle, sociedade, Parlamento – para fazer com que o dinheiro vinculado à educação tenha compromisso finalístico com o planejamento do setor.

Desculpe-me, eu me estendi um pouco, mas era isso.

Obrigada mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Belíssima apresentação da Dra. Élida Graziane Pinto, um conhecimento extraordinário, convincente.

A nossa autora desse requerimento está ouvindo todas as apresentações, a nossa Senadora Teresa Leitão, do Estado de Pernambuco, e está atenta.

Vamos dar continuidade com o último palestrante da tarde: Prof. Alessio Costa Lima, Vice-Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

Com a palavra o Prof. Alessio.

O SR. ALESSIO COSTA LIMA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador Confúcio. Boa tarde, Senadora Teresa Leitão, que requereu esta audiência muito sabiamente.

Quero dizer inicialmente da satisfação, Élida, de ouvi-la. Saiba que, se nós tivéssemos esse mesmo nível de compreensão por parte dos profissionais que fazem os órgãos de controle, em todo o país, de fato, nós estaríamos trabalhando num patamar bem mais elevado de contribuirmos para a plena gestão e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eficiência da aplicação dos recursos, principalmente na educação. E a sua concepção nesse momento, a leitura que você faz é de uma qualidade tão precisa e realística que, Senador Confúcio, eu faço o convite para que o senhor fique atento a todas as observações que foram feitas pela Élida, que faz uma leitura muito bem contextualizada sobre a discussão acerca da lei de responsabilidade educacional.

Essa matéria vem sendo debatida nesta Casa há alguns anos, mas, infelizmente, o PL 88, de 2023, de sua autoria, ainda requer muitas discussões e muito amadurecimento de ordem conceitual, de ordem teórica e intelectual do ponto de vista de concepção da educação. Eu acho que, para elevar o nosso debate – sabe, Élida? –, a gente tem que levar essa discussão para o patamar do porquê da responsabilização, do porquê de uma lei de responsabilidade educacional e da forma como ela foi introduzida no Plano Nacional da Educação como uma de suas estratégias. Isso remete, Senador, também, a um modelo de concepção de sociedade, a um modelo de concepção de educação. Então, essas coisas não estão desconectadas. A gente partir para a aprovação de um projeto de lei de responsabilidade educacional que não seja amplamente discutido, que envolva todos os atores e contemple todas as suas nuances, principalmente suas fragilidades e suas limitações do ponto de vista metodológico, a gente pode estar incorrendo num grande perigo, num grande risco, Senador, e num grande desserviço à educação no nosso país. Fazer uma discussão – sabe, Sergio? – de uma lei de responsabilidade educacional mirando meramente somente nos indicadores de resultado, como disse o nosso especialista em educação no Brasil em avaliação, o nosso Prof. Chico Soares, com quem compartilho também a sua leitura, as chances, Senador, de se errar, ao se utilizarem esses resultados educacionais para avaliar gestão pública, elas serão muito maiores do que as chances de se acertar.

Então, essa máxima do Prof. Chico Soares, que é uma pessoa por quem a gente tem grande respeito na literatura da avaliação educacional em nosso país, ela deve nos inspirar e servir de reflexão na hora da discussão de um PL dessa natureza, ou seja, nós podemos estar aprovando uma lei que poderá estar cometendo enorme injustiça, a exemplo do que a Élida coloca, quanto às condições hoje postas no Brasil de financiamento da educação em nosso país, que ainda são bastante primárias e elementares.

Então, quando não existem sequer as condições de financiamento adequadas, quando a gente, na própria lei do Plano Nacional da Educação, tinha uma meta que pressupunha a elevação do percentual do investimento do PIB em educação gradativamente até chegar a... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Enquanto o Prof. Alessio consegue nova conexão, nós temos aqui a participação dos internautas interessados também nesta discussão.

Tem a Nathaly da Silva, de Pernambuco: "Quais são as penalidades previstas na Lei de Responsabilidade Educacional para gestores e instituições que não cumprirem com as metas? Como essa lei contempla a promoção de uma educação inclusiva, levando em consideração a diversidade e a individualidade dos estudantes?" – muito bem feita a pergunta de Nathaly.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Marcos Vinícius, do Rio de Janeiro: "Como, na prática, essa lei mudará a realidade da educação brasileira?".

Larissa Barbosa, do Estado de Ceará: "Como esta lei pretende tratar o que deve ser responsabilidade da família e a atual onda de violência dentro das salas de aula?".

E Lucineide Alessandra, do Distrito Federal: "Quais estratégias serão adotadas para que as escolas se comprometam com o PL 88/2023 [de responsabilidade educacional]?".

Bem, o professor voltou. Então, o senhor pode retomar, Prof. Alessio, a sua apresentação.

O SR. ALESSIO COSTA LIMA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Desculpem-me, mas é que a gente teve um problema de conexão aqui. Estou no Município de Ibaretama, no Estado de Ceará, e as condições de internet são bem precárias também.

Eu poderia, por gentileza...? Eu fiz uma apresentação e eu gostaria que vissem alguns eslaides. Seria possível?

Fiz essa apresentação introdutória em relação ao comentário à Élida.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – É possível.

O SR. ALESSIO COSTA LIMA (*Por videoconferência*.) – E aí, para adiantar a questão do tempo, poderia passar para alguns eslaides, porque mais eslaides vão ficar disponíveis, e podem ser disponibilizados. Poderia passar para o próximo. São algumas reflexões gerais sobre de que educação nós estamos falando.

Um minuto nesse eslaide, por favor. Por gentileza.

Nesse eslaide a gente está falando, enquanto Undime, que o que nós defendemos é uma educação que, de fato, esteja acertada nesses três pilares – o Estado, a família e a sociedade –, mas que seja uma educação gratuita, uma educação pública, uma educação inclusiva e uma educação laica, como o Estado é pensado na nossa Constituição. Isso é o que a Undime defende, e é o que nós defendemos como ideal de educação a ser perseguido para o povo brasileiro.

O próximo, por favor. O próximo.

Aí, nessa reflexão, a gente vai buscar o art. 211 para fazer algumas reflexões acerca do que a União, os estados e os municípios alcançarão em regime de colaboração – e essa é uma palavra fundamental – no seu sistema de ensino.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é imprescindível que a gente tenha, antes de tudo, esse regime de colaboração acontecendo de uma forma azeitada, em que cada um conheça com clareza os seus papeis e as suas responsabilidades, para que, de fato, o sistema possa funcionar e que a gente possa falar de cobrar as responsabilidades.

Até então, como a Élida pontuou, a coordenadora, nós não estamos, sequer ainda nós conseguimos definir o Custo Aluno-Qualidade, para se chegar ao padrão de qualidade, à aferição do padrão de qualidade que nós queremos.

Nós não temos ainda sequer definido no nosso país a aprovação do Sistema Nacional de Educação, que, inclusive, está nesta Casa, já foi votado pelo Senado, mas que não foi votado pela Câmara, que vem dar clareza às competências e responsabilidades de cada uma das instâncias, de cada um dos atores envolvidos.

Então, como é que eu não tenho uma lei que normatize o sistema e já vou aprovar uma lei que aprova essa questão de calcular, a questão da responsabilidade educacional, quando eu não tenho uma lei que precede, que é a lei do Sistema Nacional, que ainda não está aprovada no nosso país? Então, foi muito bem ressaltado pela Élida esse ponto.

O próximo, por favor.

E aí a gente tem a lei do Plano Nacional, que dá esse prazo de um ano, um prazo que já está vencido, com praticamente mais de nove anos de atraso, e nós não conseguimos avançar. Sem medo de errar, Senador, o nosso projeto ainda não está maduro para ser encaminhado para a votação. Então, eu fico feliz que a Senadora Teresa Leitão tenha proposto estas audiências para que V. Exa. tenha a oportunidade de ouvir as várias nuances que perpassam esse tema da responsabilização.

A responsabilização em avaliação em larga escala está atrelada à questão da *contability*, ou seja, a prestação de contas, e essa prestação de contas, muitas vezes, está por trás de um discurso da busca de culpados. Então, a gente tem que ter muita cautela ao tratar da Lei de Responsabilidade Educacional, que vai induzir, cada vez mais, a um processo de intensificação para a judicialização no nosso país, na busca de um culpado para problemas não solucionados, a condições de financiamento de ofertas que não foram propiciadas, e eu tenho que encontrar um responsável pela não produção do resultado desejado.

Então, estejamos alerta, porque é muito importante o Estado estar presente nesse debate.

A próxima, por favor.

Eu vou pular esta lâmina também.

A próxima, por gentileza, para ir direto às questões que a gente traz em relação ao PL 88, o que a gente considera como alguns problemas, Senador, que existem e precisam ser vencidos antes de essa matéria posta para debate. E para votação. Desculpe-me.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, aferição dos padrões de oferta e de qualidade da educação básica pela evolução dos indicadores do Saeb e mais 11 indicadores complementares.

Quando a gente invoca, num sistema de avaliação que tem o propósito de aferir o desempenho dos estudantes... E o objetivo principal das avaliações educacionais é poder você acompanhar a evolução dos desempenhos acadêmicos para fazer intervenções pedagógicas no sentido de melhorar. Então, ao fazer uso desses resultados, as avaliações existem para outra finalidade, que é a finalidade de avaliar a gestão... Primeiro, você está cometendo um erro de uso de finalidade com um sistema que foi pensado para avaliar desempenhos acadêmicos. Então, a gente tem que analisar com calma o uso que se faz do resultado de um sistema que foi produzido para uma finalidade e para o outro. Com isso, a gente iria transformar o nosso sistema de avaliação num sistema de alto risco, de algo impacto para a vida do cidadão.

A possibilidade e as tentativas de burla sobre esse sistema de avaliação iriam aumentar enormemente. Isso é um processo natural, na medida em que se aumenta o índice de utilização desse resultado para outra finalidade que não aquela para a qual ele foi pensado, que era uma finalidade pedagógica.

Outra questão que precisa ser amadurecida nesse projeto, que é a responsabilização do gestor com ação civil pública, ou seja, a questão da busca do culpado. Infelizmente, nem todos os técnicos, os órgãos de controle e do Ministério Público terão a mesma concepção que a Dra. Élida. Então, a busca de se achar um culpado para o resultado não desejável vai desencadear, com certeza, um monte de ações civis públicas contra esses gestores, e gestores que realmente estão fazendo um bom trabalho vão ser desestimulados a querer assumir essa pasta.

Hoje é muito difícil alguém querer assumir a pasta de uma secretaria como a secretaria de educação, seja de um estado, seja de um município, já por conta do ônus do nível de cobrança que se faz desse gestor. E, iniciado o processo de judicialização acerca de uma lei de responsabilidade educacional indevida, nós vamos estar desestimulando cada vez mais bons gestores a querer ocupar esses espaços, onde poderiam fazer grandes diferenças, significativas, no cenário educacional brasileiro.

Também um outro ponto que a lei traz, que é muito preocupante, é a questão da responsabilidade do diretor, a responsabilidade do profissional da educação, do professor.

Como é que eu vou responsabilizar o professor pelo resultado da sua turma, quando são várias variáveis embutidas? Como é que eu vou conseguir isolar que o desempenho daquela turma foi fruto da inoperância do professor? Se eu tenho duas turmas numa mesma escola, onde, em uma turma, os alunos provêm de uma realidade mais crítica, e, noutra turma, de outra escola, o aluno vem de outras realidades menos críticas, com certeza os resultados dessas duas turmas serão diferentes, e eu não posso dizer que a culpa será do professor, porque o professor da turma que recebeu aqueles alunos com um contexto social mais crítico é mais responsável pelo fracasso ou pelo desempenho a menor daqueles alunos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, tem outras variáveis que concorrem para o desempenho do aluno que fogem ao controle do professor, que fogem, inclusive, ao controle do diretor. Um diretor que recebe um conjunto de professores para ficar em universidades que sejam universidades públicas que detêm uma boa qualidade na sua formação, a chance de esse diretor fazer com que aquela escola alcance melhores resultados será muito maior do que a do diretor de uma escola que trabalhe com profissionais que não tenham um nível de qualificação adequado, ou mesmo esse nível de formação tenha se dado em outras instituições com padrão de qualidade inferior.

Então, não posso responsabilizar o diretor dessa escola pelo resultado de um conjunto de atores em que ele não teve a chance de escolher quem são os professores que iriam ser lotados naquela escola, que iriam trabalhar naquela escola. Nós temos grandes dificuldades de fazer com que os bons professores sejam alocados nas escolas que tenham os menores resultados, porque as escolas de menores resultados geralmente são escolas de periferias, escolas de comunidades mais difíceis, e aí o professor melhor qualificado não quer ir para essas escolas, ele busca uma escola mais próxima da sua residência, que certamente não vai estar nessa localidade que enfrenta grandes problemas sociais. Então, como avaliar, responsabilizar esse diretor?

Como responsabilizar o secretário de educação de um município que tenha uma realidade contextual educacional e cultural diferente de outro município que possua outra realidade econômica diferente daquele? Como eu posso responsabilizar um gestor de um município que tenha menos condições de investimentos pela própria situação de arrecadação local do município, para além das verbas que ele recebe de complementação da União, com outro gestor de município, em que o que ele tem de arrecadação própria, dada a situação de produção do município ser maior, é muito superior do que ele recebe de complementação da União ou do seu estado? Então, são realidades totalmente diferentes. Como será avaliado isso? Como você vai conseguir separar...?

Nós sabemos que ter avaliação em que conseguem desagregar um fator, isolá-lo e dizer que a responsabilidade daquele fracasso educacional foi culpa de uma determinada variável é muito difícil. Eu falo isso como especialista, há mais de dez anos eu trabalho nessa área de estudo e pesquisa de avaliação educacional. Nós sabemos que são muitos os fatores que concorrem para a produção do resultado final da aprendizagem dos alunos e isolar, separar essas variáveis não é tarefa tão simples, tão fácil. E o nosso sistema de avaliação hoje existente no Brasil não tem essa condição de fazer esse nível de separação.

Agora, apresentação periódica de relatórios circunstanciados pelos Prefeitos e pelos Governadores... Gente, onde é que vamos parar com isso? A gente tentar prejudicar o tempo todo os resultados de um município que, embora tenha feito toda uma política ordenada, não conseguiu encontrar aqueles resultados desejados... A gestão de um Prefeito e de um Governador tem um tempo de quatro anos, e, geralmente, as mudanças introduzidas vão gerar resultados não naqueles quatro anos, porque os resultados em educação não são imediatos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A grande confusão que paira por trás da discussão do projeto é que algumas pessoas esquecem que a avaliação é uma ciência do campo social e que a educação não é uma ciência do campo das exatas. As coisas em educação não ocorrem de forma linear, de forma objetiva e de forma tão cartesiana e previsível: eu vou investir tantos milhões e vou conseguir melhorar em tantos por cento os resultados dos alunos. Se o problema fosse tão simples, os Estados Unidos já tinham resolvido seu problema, porque é um país que investe alto em educação e não consegue obter os mesmos resultados educacionais que outros países que investem, inclusive, até menos, dadas as diversas outras variáveis que interferem na produção desses resultados. E, em se falando em ciências sociais, não é como uma máquina, uma esteira de produção, em que eu coloco um aluno com tantos insumos e vou ter lá na frente o resultado que eu quero.

Essa visão simplista de uso de resultado de avaliação de desempenho acadêmico de estudantes para avaliar gestor é uma visão equivocada. Eu concordo com a Dra. Élida: a gente tem que saber de fato avaliar se as condições de investimento orçamentário que foram dadas foram compatíveis com aquele plano, com o que foi planejado. Então, é o primeiro ponto que eu tenho que checar. E, se eu não dei essas condições, se não foram dadas essas condições, eu não posso cobrar do gestor que está lá na ponta, seja ele gestor de município, de estado ou gestor de uma escola, a responsabilidade pelo fracasso ou desempenho a menor.

Então, eu queria... Para fazer crítica a esse projeto – próxima lâmina, por favor, e encerro a minha fala –, a Undime elencou quatro críticas principais, Senador, ao projeto em discussão.

Primeiro, ele desconsidera aspectos externos e intersetoriais que interferem no processo de aprendizagem. Quando eu quero avaliar a gestão considerando somente resultados educacionais, por mais que aqueles outros indicadores sejam produzidos pelo Saeb, esses indicadores não foram produzidos para avaliar a gestão. Então, esse é um ponto que tem que ser amadurecido.

Segundo, não há como medir qualidade da educação ou eficiência de gestão apenas com base no desempenho em avaliações cognitivas de alunos. Então, a gente tem que eleger um conjunto de elementos mais objetivos e materiais do ponto de vista de dotações orçamentárias, recursos e planejamento em vez de querer atrelar o resultado da avaliação do gestor ao resultado da avaliação dos seus estudantes. Isso é muito preocupante, porque você está distorcendo, e a gente pode estar matando o Sistema Nacional de Avaliação da Educação, que é o Saeb, que tem muito que evoluir e melhorar ainda. Nós não chegamos a um nível de excelência em avaliação educacional no nosso país.

Estudantes têm tempos e modos de aprender diferentes. As crianças não aprendem igualmente. Então, eu não posso querer que os resultados de uma turma, os resultados de uma escola de um estado, de um município aconteçam na mesma velocidade, quando as condições não são as mesmas, quando as próprias pessoas têm tempos de aprendizagem diferentes. Isso precisa ser considerado. E não tem como isolar essa variável na hora de aferir o gestor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por último, eu queria fazer esta última consideração, o projeto desconsidera que a melhoria da qualidade da educação está diretamente relacionada à solução de questões federativas, que muitas vezes não estão nem na instância do município, nem estão na instância do estado. São questões maiores, macroestruturais, que ainda não foram definidas nem sanadas. E como eu vou cobrar lá na ponta? Como a Dra. Elida bem coloca, a corda sempre arrebenta do lado menor e vai sobrar para aquele menor gestor a cobrança de por que as metas não estão sendo cumpridas. A gente tem um Plano Nacional de Educação que está vencendo no próximo ano, em que, em média, menos de 40% das médias foram cumpridas, mas a União não está sendo cobrada, os estados não estão sendo cobrados pelo não cumprimento dos seus planos estaduais, enquanto em muitos municípios nós já temos o Ministério Público ajuizando ação civil contra o gestor municipal pelo não cumprimento do plano municipal de educação; aí, essa ação vai caminhar. Então, você tem um tratamento injusto em que aquele que é mais fraco, que está na ponta, acaba respondendo por problemas estruturais que ainda não foram sanados no nosso país.

Então, eu acho que a gente tem um longo caminho a percorrer no nosso país em termos de avançar na discussão do Sistema de Avaliação da Educação Básica, em melhorar a questão do financiamento da educação do nosso país. A gente tinha agora uma previsão de crescimento do PIB de até 10%, mas que estagnou em 6%, não avançou em dez anos, nós continuamos com os mesmos 6%, ou seja, nunca são ampliados os investimentos da educação para aquelas 20 metas ambiciosas que a gente tinha, que são dívidas sociais com a sociedade brasileira. Então, como cobrar dos gestores quando o investimento não cresceu, não evoluiu, quando o próprio plano citava que deveria haver incremento nos investimentos da educação com a ampliação do investimento do PIB nacional, e isso não aconteceu, não é?

A própria definição do Custo Aluno Qualidade é uma incógnita. O Custo Aluno Qualidade vai auxiliar os gestores, vai auxiliar os órgãos de controle a poderem melhor acompanhar a aplicação dos gastos devidamente, sem necessariamente atrelar aos resultados que foram produzidos. Eu posso até atrelar, mas eu não posso colocar isso como condição para se avaliar um gestor.

Então, eram essas as minhas considerações, era para pedir que realmente esse debate, como o Consed sugeriu, seja ampliado. Num dado momento, a gente discutiu muito isso no Congresso, mas foi deixado um pouco de lado, e, agora, que se retoma com o PL 88, Senador, eu sugiro que se amplie esse debate para que a gente possa aperfeiçoar essa possível lei que vier a ser aprovada no sentido de a gente vir a ter a oportunidade de errar menos, porque, como o Chico Soares coloca, o uso desses dados – permitam-me usar uma frase dele –, com o uso desses dados educacionais para se avaliar gestão, as chances de errar são muito maiores. Então, para que a gente erre menos, que a gente amplie essa discussão de uma forma mais democrática, envolvendo todos os atores e coletando as contribuições e as considerações dos diversos campos, principalmente dos especialistas em avaliação educacional. A gente tem que ouvir os especialistas, o que eles têm a nos dizer sobre essa área, porque é uma área bastante dinâmica e é uma área bastante complexa.

Então, muito obrigado. Eu me coloco também à disposição para o debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Prof. Alessio Costa Lima, da Undime. Muito obrigado pelas suas observações.

Eu passo a palavra agora para a Senadora Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador Confúcio. Boa tarde a todos os convidados, palestrantes, demais Senadores que acompanham esta audiência pública.

Primeiro, quero pedir desculpas porque eu entrei um pouco atrasada em decorrência de alguns atropelos na agenda. Eu ouvi uma parte da fala do Secretário Rossieli, ouvi toda a fala da Dra. Élida Graziane Pinto e toda a fala do Secretário Alessio, representante da Undime, e fiquei muito satisfeita com algumas abordagens que foram feitas.

Evidentemente, o problema da avaliação talvez seja o nó mais complexo do processo de aprendizagem, tanto a avaliação externa quanto a própria avaliação da aprendizagem. A gente avança em muitas coisas, avança na metodologia, avança na relação pedagógica, avança em alguns aspectos da organização curricular, mas é necessário, como todos disseram, haver um olhar mais complexo, mais intersetorial e que provoque de fato melhorias – porque é para isso que serve a avaliação – nesse item avaliação.

A avaliação não é para promover ranqueamento de quem é melhor, de quem está em primeiro lugar, de quem está em segundo lugar. Você tem que melhorar da sua partida. Eu tenho que melhorar aquilo que eu já fiz e não melhorar para passar à frente de fulano ou estar na frente de sicrano, porque os contextos são outros, a realidade é outra, e a contextualização do processo de avaliação, como os senhores disseram, é fundamental.

Então, uma lei de responsabilidade educacional, mesmo prevista... Lá em Pernambuco, nós aprovamos uma na Assembleia Legislativa, e até hoje ela não é eficaz. Faz tempo, aprovamos, inclusive, antes da aprovação do próprio Plano Nacional de Educação. Ela tem lacunas que são advindas da própria complexidade do processo de avaliação.

Eu acho que deste debate a gente tira algumas conclusões. E eu quero me associar ao Fórum Nacional de Educação, até porque represento o Senado neste fórum, em relação à cautela que a gente precisa ter com a tramitação desses projetos que vêm rolando já há algum tempo – o último é o PL 88, do nosso querido Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão de Educação. A cautela pode ser uma grande companheira, significando olhar para tudo que foi colocado aqui e para o próprio ritmo das questões que se relacionam com a chamada responsabilidade educacional que ainda estão em curso, a exemplo das metas e estratégias do Plano Nacional de Educação, aquelas questões relacionadas ao Custo Aluno Qualidade, as questões relacionadas entre o regime de colaboração, o regime federativo, a colaboração federativa, o Sistema Nacional de Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós não queremos uma avaliação meramente punitiva – eu acho que isso ficou muito evidente na fala de todos. Nós queremos uma avaliação que aponte o que a gente precisa redirecionar, o que a gente precisa repactuar, que condições a gente precisa redimensionar. E essas condições muitas vezes têm a ver com o que a Dra. Élida denominou de custo de oportunidade.

As escolas são diferentes – não são nem diversas apenas, elas são diferentes mesmo – nas suas oportunidades, nas suas estruturas, nas suas condições, no perfil do seu corpo docente, no perfil dos seus estudantes. Então, a gente não pode ter um padrão, a gente não pode padronizar uma avaliação.

O próprio Saeb, como foi dito por Alessio, é um sistema que nos ajuda, mas ele também tem muitos aspectos quantitativos. E aí o que a gente vê hoje é o gestor ficar alegre, porque estava em décimo lugar no ranqueamento e passou para segundo, dizer que seu estado é melhor do que aquele outro... Eu acho que isso deve ser abolido desse processo. O que a gente precisa é melhorar a partir de nós, a partir do nosso sistema, da nossa rede, da nossa escola, para ir avançando.

Eu, inclusive, acho que a gestão democrática é um fator que precisa ser considerado. As diretrizes da gestão democrática são um fator que precisa ser considerado, porque ela traz o subjetivo do pertencimento, ela traz a participação da comunidade, ela traz elementos que podem se constituir em elementos de análise, em um processo avaliativo.

Então, eu agradeço muito a presença de todos, de todas. Eu acho, Senador Confúcio, como V. Exa. bem disse, que é instruir um projeto de lei com essa riqueza de comentários, com essa riqueza de aportes, divisões, inclusive, um órgão avaliador e controlador, que faz o monitoramento das políticas de outro órgão, que representa o conjunto dos secretários que, muitas vezes, são injustamente responsabilizados. O próprio Fórum Nacional de Educação, que representa um conjunto da sociedade civil, eu acho que esse conjunto nos dá uma responsabilidade legislativa muito grande para que a gente possa concluir esse processo olhando todas as facetas que ele nos enseja, para que tenha uma legislação que possa ser eficaz; uma legislação que possa ajudar: ajudar os sistemas, ajudar as secretarias, ajudar os professores e professoras, a gente a melhorar sempre. E atingir metas e estratégias.

A gente quantifica, a gente sabe que quantifica, mas o valor disso está sobretudo no processo: no processo de participação, no processo de construção, naquilo que a gente tem de melhor na educação, que é a diversidade, que é o conflito, que são as controvérsias, porque a partir disso a gente vai reconstruindo, a gente vai redirecionando para, aí sim, atingir aquilo que é o maior bem que a gente tem: educação como direito de todos e de todas – estar na escola, permanecer na escola, aprender na escola e, através da educação, poder interferir na transformação da sociedade.

Muito obrigada a todas, muito obrigada a todos.

Encerro, Senador Confúcio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senadora Teresa.

Eu faço um breve comentário antes do encerramento, primeiro, agradecendo a todos os palestrantes, brilhantes, que trouxeram reflexões muito importantes para o nosso relatório. Teremos mais cautela na elaboração dele, na votação aqui. Vou conversar com Flávio Arns, vou recomendar a ele que ouça esta palestra, esta audiência pública; estarão cortadas aqui as projeções e as falas, o que é importante.

Vejo que, devido a este país ser continental e à diversidade de cabeça dos Prefeitos, muitos Prefeitos que são de cidades pequenas ou médias não colocam educação como suas prioridades e falam: "Não, a educação já tem dinheiro, tem muito dinheiro, tem mais dinheiro do que a agricultura, tem mais dinheiro do que obras, do que a secretaria de obras, então, lá sobra dinheiro!". E lá quem cuida é o secretário, às vezes, um secretário nomeado, que vem da campanha política e, muitas vezes, é um cabo eleitoral, é uma pessoa sem nenhuma formação que assume um cargo desse.

Então, eu creio que, com a participação dos tribunais de contas – vejo agora que, de uma forma mais efetiva, os tribunais de contas estão recomendando, chamando os Prefeitos, palestrando, conversando com todos, fazendo cobranças sem aspecto punitivo –, deverá dar um resultado muito grande, além do papel dos Governadores. E, do outro lado, também tem Governador que, na campanha, nem fala a palavra "educação", não comenta nada, porque o grande conceito na cabeça de grande parte dos políticos é que educação não dá voto. Não dando voto, ele não vai falar em educação. Então, ele fala em saúde, fala em cirurgia, fala em comprar ultrassom, fala em comprar isso, comprar aquilo, mas não dedica o seu mandato a isso.

Com a ação dos tribunais de contas, agora nesse papel educativo, como bem disse a Dra. Élida, olhando o caminho do dinheiro, eu acredito que seja muito importante esse trabalho, no médio prazo, para o Brasil.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, na qual votei no ano 2000, que foi a época do Fernando Henrique – eu era Deputado –, houve um debate danado, muita gente votou contra, mas, a partir dali, todos gostaram muito dela e até hoje ela está vigendo no país e orientando, pelo bem ou pelo mal, o gasto público dentro das suas linhas, que sempre são flexibilizadas.

O tema da responsabilidade educacional é também um tema muito importante, mas eu o vejo a partir dos debates de todos os especialistas que se apresentaram aqui hoje, que pedem um pouco de cautela, um pouco mais de debate para que os fatores avaliadores sejam melhor pensados, para não colocar todo mundo na vala comum.

Como a Senadora Teresa só fez um comentário de ordem geral e não fez perguntas a nenhum dos palestrantes especificamente – ela fez um comentário de agradecimento – e como as perguntas dos internautas, pelo que eu li, todas foram respondidas já pelos senhores palestrantes e pela Dra. Élida, então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não precisa mais... Temos até um tempo disponibilizado para encerramento de fala dos palestrantes, mas, como não houve pergunta, eu vou encerrar a nossa audiência pública, agradecendo a todos.

Foi um prazer conhecer aqueles que eu não conhecia ainda. Eu fiquei admirado com o conhecimento de todos vocês, que demonstraram profundidade nos temas. Eu vi, pelos currículos, que são todos muito profundos, estudiosos do tema, com doutorado, mestrado e outras qualificações especiais.

Muito obrigado a todos vocês. Agradeço em nome da Comissão de Educação. Eu sou só membro da Comissão de Educação, eu não sou o Presidente, apenas estou dirigindo hoje esta sessão. Hoje está esvaziado aqui o plenário justamente porque as sessões foram encerradas na parte da manhã. Todos os Senadores já se afastaram aqui do Senado. Então, muito obrigado a todos os senhores e senhoras por tudo.

Não havendo nada mais a tratar, eu agradeço a presença de todos.

Está encerrada a nossa audiência pública.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 01 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 40 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.135640/2023-14-4 (ANEXO: 004)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2023, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às nove horas e hum minuto do dia vinte e nove de maio de dois mil e vinte e três, no Reunião remota, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Paulo Paim e Esperidião Amin. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Izalci Lucas, Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Teresa Leitão, Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Romário, Laércio Oliveira e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 21/2023 - CE, de autoria Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Finalidade:** Discutir estratégias e diretrizes que devem nortear a elaboração do novo Plano Nacional de Educação (PNE), com enfoque no eixo temático "As redes de educação básica: prioridades e demandas no novo PNE". **Participantes:** Sr. Natanael José da Silva, Vice-presidente da Undime Pernambuco; Sr. Antonio Roberto de Araújo Souza, Secretário de Estado da Educação da Paraíba (representante de: Conselho Nacional dos Secretários de Educação (CONSED)); Sra. Darli Zunino, Diretora de Formação da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme); e Sr. Alexsander Moreira, Diretor de Apoio à Gestão Educacional da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/05/29

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 29 de maio de 2023.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de discutir estratégias e diretrizes que devem nortear a elaboração do novo Plano Nacional de Educação, hoje com enfoque no eixo temático, abro aspas, "As redes de educação básica: prioridades e demandas no novo Plano Nacional de Educação", fecho aspas, em atenção ao Requerimento nº 21, de 2023, da Comissão de Educação.

Participarão de nossa audiência no dia de hoje, de forma remota, os seguintes convidados:

- Natanael José da Silva, que é Vice-Presidente da Undime Pernambuco – seja muito bem-vindo, Natanael;

- Antonio Roberto de Araújo Souza, Secretário de Estado da Educação da Paraíba – também seja muito bem-vindo, Antonio;

- Darli Zunino, que é Diretora de Formação da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme) – inclusive, nós já deixamos disponível, Darli, o relatório do Fórum Nacional de Educação que estava sendo presidido, na época, pela Uncme, em função da Conferência Nacional de Educação, cujo tema norteador foi o Plano Nacional de Educação, aliás, um relatório muito bem elaborado;

- Alexsander Moreira, Diretor de Apoio à Gestão Educacional da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação do Ministério da Educação (SEB/MEC) – seja muito bem-vindo também, Alexsander, é uma alegria tê-lo conosco na audiência.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores. Nós sempre incentivamos as pessoas que nos acompanham pelos meios de comunicação a acessarem depois, também, além de participarem hoje, pois sempre há um material referencial para estudos, pesquisas, discussões, debates sobre o Plano Nacional de Educação.

E eu quero lembrar que é um plano 2014-2024, portanto, até o ano que vem. E nós já estamos, então, iniciando, dentro do Senado Federal, esse ciclo de audiências públicas sobre o Plano Nacional de Educação, para olharmos o que está acontecendo, refletirmos, discutirmos e pensarmos sobre o novo Plano Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Educação. A cada segunda-feira, às 9h, temos uma audiência pública e, hoje, o tema da audiência são as redes de educação básica, sempre lembrando para as pessoas, educação básica é tudo, da creche – eu sempre digo – até entrar na faculdade ou universidade, é tudo o que vem antes, EJA, jovens e adultos, profissionalizante, ensino médio, ensino fundamental, creche, pré-escola, modalidades de educação e assim por diante.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos, prorrogáveis por mais cinco minutos. Ao fim das exposições, a palavra será, novamente, concedida aos expositores, para que, em função das falas de todos os expositores e da expositora, possam fazer comentários adicionais.

Sempre lembro que uma audiência pública é um momento de reflexão, escuta e debate, para que isso inspire a todos – a sociedade, o Executivo, o Judiciário, o Legislativo – para o novo Plano Nacional de Educação. Por isso é que nós estamos fazendo com alguma antecedência também, porque o Executivo irá enviar ao Congresso Nacional a proposta do novo plano, no segundo semestre deste ano, mas nós já vamos conversando e discutindo, para que isso possa auxiliar todos e todas, na análise do futuro, em termos de educação, no nosso país.

Muito bem. Então, em primeiro lugar, eu passo a palavra ao Natanael José da Silva, que é Vice-Presidente da Undime, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, de Pernambuco. Grande abraço e bem-vindo!

Com a palavra.

O SR. NATANAEL JOSÉ DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Exmo. Senador Flávio Arns, para nós, uma referência nesta luta incansável pela melhoria e qualidade da educação pública.

Bom dia a todos os nossos convidados e amigos que vão partilhar conosco, desta temática tão relevante para o nosso país, em um momento extremamente emblemático e necessário para esta discussão.

Cumprimento todos os que compõem a Comissão de Educação, na pessoa do nosso Senador Flávio Arns. Cumprimento todos os nossos internautas e aqueles que acompanham, com muita altivez e com muito interesse, as discussões das políticas de educação do país, os educadores e educadoras, que fazem a educação pública em nosso Brasil.

Senador, eu gostaria da possibilidade de lançar mão do nosso material que a Undime preparou. Gostaria de saber da possibilidade de apresentação. (*Pausa.*)

Ótimo. Muito grato. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Está tranquilo, está aparecendo bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NATANAEL JOSÉ DA SILVA (*Por videoconferência*.) – Muito bom!

Então, vamos lá!

Quero agradecer e externar esses cumprimentos também a todos os nossos dirigentes municipais da educação no Brasil em nome do nosso Presidente da Undime Nacional, Prof. Luiz Miguel, nessa luta também da Undime, constantemente, com outros parceiros, como é o caso da Consed, da Uncme, na construção das políticas públicas e no encaminhamento de proposições ao Poder Legislativo do Brasil.

As redes de educação... A primeira lâmina traz esta temática já apresentada aqui inicialmente pelo Senador Flávio Arns: "As redes de educação básica: prioridades e demandas no novo PNE". Então, considerando esse período, exatamente este último ano, em que estamos, 2023, olhando para o Plano Nacional de Educação, lei aprovada e sancionada, no nosso entendimento, faltou prioridade pelo Executivo que até então estava no comando do Poder Executivo, tendo em vista as metas. Caros amigos e amigas, quando a sociedade se mobilizou, depois de muitos debates, por meio das conferências municipais, das conferências estaduais, isso resultou em um documento, lá em 2014, que foi o Plano Nacional de Educação, e, depois, também, com a contribuição do Poder Legislativo, da Câmara, do Senado, das Comissões Mistas de Educação, nós tivemos a aprovação do novo Plano Nacional de Educação. O fato é que nós nos aproximamos agora do fim do decênio, e, justamente, como trazia o Senador Flávio, nós estamos beirando a conclusão dessa que foi uma construção da sociedade brasileira, priorizando a estrutura macro da educação, que é o Plano Nacional de Educação.

É importante, Senador Flávio Arns e todos que nos acompanham, nossos internautas, aqueles que vão também poder estar acompanhando esta nossa conversa, este nosso diálogo depois, uma vez que ficará disponível, dizer que o Plano Nacional de Educação reverberou também nos municípios e nos estados. Então, as unidades federativas, estados e municípios beberam da fonte do plano nacional para também construírem seus planos. E o fato é que nós temos hoje, em 2023, pouco avanço, um avanço tímido em algumas metas e, em outras, nem avanço nós tivemos, considerando a expectativa da sociedade, em particular daqueles que se mobilizaram para a construção do Plano Nacional de Educação.

E, aí, os órgãos de controle, em particular o TCU...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Eu só vou fazer uma interlocução. Você me desculpe, Natanael.

Você está passando as telas ou você está na primeira ainda?

O SR. NATANAEL JOSÉ DA SILVA (*Por videoconferência*.) – Eu não estou, nobre Senador, com esse comando.

Pronto, agora voltem... Vou pedir ajuda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Ah, está bom, então. Eu só quero lembrar que, caso você necessite de que o pessoal vá passando as telas, só diga: "seguida", daí, a pessoa já vai para frente, está bem?

O SR. NATANAEL JOSÉ DA SILVA (*Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Está na segunda agora, então: "O tamanho da nossa responsabilidade".

O SR. NATANAEL JOSÉ DA SILVA (*Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador Flávio.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Desculpe ter interrompido.

O SR. NATANAEL JOSÉ DA SILVA (*Por videoconferência*.) – Obrigado pela intervenção.

Educação, então, como direito. Ela parte do primórdio da sua construção como direito na nossa Constituição, na LDB e nas leis que se seguem, e isso vai se concretizar naquela que é o mantra das prioridades do país, que foi o Plano Nacional de Educação, que ora se aproxima do seu término.

Então, na primeira lâmina, voltando ao que estava sendo posto na tela: educação como um direito, para fazer valer esse direito, a gente precisa da legislação aperfeiçoada, regulamentada. Então, a gente olha para a Constituição, olha para a LDB, observa esse movimento que nasce do seio da sociedade, que prioriza metas e traça prioridades, e aí surge, nesse bojo da legislação, o Plano Nacional de Educação. Todavia, a sua prioridade, após a aprovação... Uma vez que se torna lei, é preciso um monitoramento, um acompanhamento também do Poder Legislativo, da sociedade como um todo e dos órgãos de controle.

Essa forma muito pedagógica, didática, de apresentar o que nós estamos discutindo, Senador Flávio Arns e todos que nos acompanham, se faz necessária para a gente compreender a célula principal que nos faz agora, neste momento, estar discutindo essa temática. Então, nós tivemos esse movimento – como eu falei – lá em 2014; depois, a aprovação conforme o Poder Executivo fez; e a expectativa. Então, educação como um direito; laica e gratuita; Estado, sociedade e família; aquilo que a Constituição e a LDB já preconizam: a educação inclusiva, a participação, como deve ser num regime democrático. Até aí, tudo muito bom, muito bacana, a gente fica feliz com essa construção da sociedade.

A próxima lâmina traz os objetivos do PNE. Nós tivemos... Quanto ao tamanho da nossa responsabilidade, como mencionou o Senador Flávio Arns, a responsabilidade não está apenas na construção da legislação, mas no seu efetivo cumprimento; e aí nós tivemos a sociedade se mobilizando para fazer isso, o Poder Legislativo, as entidades, como a Undime e tantas outras que militam nesse campo da educação – pública e particular –, a distribuição das matrículas, para trazer essa memória também e essa informação a todos. A distribuição das matrículas na educação básica por dependência administrativa concentra-se, em mais da metade, nas redes municipais. Aí é um desafio, grande desafio dos municípios. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aí vão surgir outras discussões a partir desse olhar do novo pacto federativo, o olhar para garantia do direito, que se dá no chão dos municípios. É importante que a gente também compreenda.

A próxima lâmina, essa que estamos vendo aí, nos traz esse entendimento, esse aprofundamento do entendimento do regime de colaboração – Estados, União e municípios – nessa grande articulação social e também institucional para fazer valer esse direito. É importante perceber a relevância de cada protagonista, cada ente dentro desse processo de fazer garantir o direito.

Então nós temos a articulação do Sistema Nacional de Educação em regime de colaboração. E aqui eu chamo atenção de todos que nos acompanham para a grande urgência e necessidade da retomada da discussão que é a implantação, a criação do Sistema Nacional de Educação. De forma muito genérica, a gente fala do Sistema Único de Saúde, o SUS, mas, enquanto educação que congregue essa organização no país, nós ainda não temos. E temos um projeto de lei que já está no Congresso faz algum tempo que precisa ser pautado e priorizado, também na Câmara, no Senado, para que nós possamos avançar nessa que é uma pauta urgente também da sociedade brasileira e de todos os educadores, que é o Sistema Nacional de Educação, a sua organização enquanto país, e definir, por meio do Sistema Nacional de Educação, os objetivos, metas e estratégias de implementação.

Na sequência, os desafios: concluir o processo de análise do PLP em tramitação acerca do Sistema Nacional de Educação, de que falamos agora; a revisão do pacto federativo, um aprofundamento dessa discussão – infelizmente nós não tivemos pautada essa temática no Legislativo; na gestão passada, é bom que a gente rememore isso, alguns outros temas que não tinham tanta relevância do ponto de vista da educação brasileira foram pautados, como a questão do *homeschooling*, em algum momento inverteram as pautas de prioridades e a gente sente a necessidade, todos nós educadores e educadoras, no país como um todo, que se paute o Sistema Nacional de Educação e se volte a discutir, para que a gente tenha essa aprovação –; a regulamentação e efetivação do regime de colaboração, que se dará justamente conforme a revisão do pacto federativo. A gente acabou de falar há pouco que mais ou quase 50%, metade das matrículas da educação básica estão nas redes municipais, então é preciso um olhar diferenciado que garanta ao ente município a plena condição de garantia desse direito constitucional da educação.

Realizar busca ativa. A educação básica como fundamento de uma nação que preza pelo desenvolvimento e pela transformação a partir da educação não só pode garantir o acesso, mas a permanência. Então, a realização da busca ativa garantida também na educação básica em todas as suas etapas e modalidades é um desafio. E os sistemas e o plano nacional olham para esse aspecto, e, aqui, mais uma vez, a gente chama a atenção para isso.

No Brasil, nós avançamos na universalização da educação básica. Avançamos bastante nas últimas décadas, mas ainda nos falta garantir que esse acesso seja permanente e seja de qualidade. Ampliar a oferta da educação integral, que também estava garantida – eu digo estava porque pouco se avançou, no olhar muito genérico, amplo, no plano que está em vigência, que era a meta 8, ampliar a oferta da educação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

integral, que é garantir a permanência da criança, do adolescente, do jovem na escola por um tempo maior. Promover a formação continuada dos profissionais da educação. Recuperar, recompor as aprendizagens, agora, pós-pandemia, é um outro desafio para o novo plano de educação. Realizar avaliações diagnósticas que garantam que as intervenções pedagógicas e de ensino sejam efetivas. Para isso, você tem que ter dados concretos e reais da situação vivida pelos estados e municípios. Adquirir materiais pedagógicos, didático-pedagógicos que correspondam a essa diagnose. Implementar a gestão democrática. Esses são os desafios para o novo Plano Nacional de Educação.

Seguindo os desafios, ainda nós temos a ampliação da oferta de matrículas, incluindo o atendimento à população do campo, as especificidades que são os quilombolas, indígenas. Realizar levantamento da demanda manifestada. Reformar e construir centros de educação infantil. Ampliar as vagas, que é o que garantia também o plano que está em vigor ainda lá na meta 1, em creche e pré-escola. Nós ficamos aí muito aquém do que as metas previam serem alcançadas no decênio, essa é a grande realidade. Então, com relação à educação infantil, essa ampliação nas redes, em particular nas redes municipais.

Ensino fundamental: ampliação da oferta de matrículas, incluindo a atendimento à população do campo e todas as especifidades que também incluem a educação fundamental, para além da educação infantil, que vai da creche até a pré-escola, e, o ensino fundamental, do 1º ao 9º ano do ensino fundamental. Alfabetização na idade correta, um desafio enorme para todos nós, para o país, que também estava garantida na meta, lá no plano nacional. Fomentar a qualidade do ensino, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem.

Próximo.

No ensino médio profissionalizante, também a ampliação da oferta de matrículas. Basta ver que nós temos uma estatística que nos aponta o quanto se perde de matrícula que se inicia na pré-escola, nos anos iniciais, e que não chegam, em torno de 30%, 29%, até o ensino médio. Então, esse é um outro desafio para o Plano Nacional de Educação e para todos nós, militantes e defensores da causa da educação pública, que entendemos a educação como de fato é: um direito. Implementar o ensino médio integrado à educação profissional. Triplicar as matrículas da educação profissional. Fomentar a qualidade do ensino com melhorias do fluxo escolar e da aprendizagem.

Educação de jovens e adultos. Haja vista o percentual muito elevado que nós temos no país de pessoas que, na idade certa, não conseguiram concluir os estudos, é um desafio para o país encarar a alfabetização e a educação de jovens e adultos para garantir cidadania e qualidade de vida a essas pessoas.

Valorização dos profissionais da educação. Continua sendo um desafio, foi e está sendo desse plano, e a gente já consegue perceber que é também... temos aí o novo Fundeb, nova regulamentação a ser implementada pelas redes e que carece – o Senador me permita para concluir próximo já do templo – que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no arcabouço fiscal, em toda essa discussão, nós estamos tendo a necessidade de ter muito zelo com aquilo que foi uma conquista.

O Senador Flávio Arns, por exemplo, foi o Relator no Senado Federal do novo Fundeb. E nós temos que ter cuidado quando falamos em valorização dos profissionais e em qualidade da educação, para que não haja, em nenhum momento, perda dessa grande conquista que foi o novo Fundeb, que tem a participação direta do Poder Legislativo do nosso país, em particular, aqui, do nosso Senador Flávio Arns, extremamente militante de primeira hora da educação.

Eu finalizo e agradeço, lembrando que a Meta 20 do Plano Nacional em vigor, que está em vigência, era a que dava sustentação a todas as demais metas no plano, que é o financiamento. Nós não podemos avançar numa discussão que preze pela qualidade da educação, que preze pela garantia desse direito fundamental sem falar em financiamento.

A educação só avança, só melhora, só se qualifica se nós conseguimos dar as condições para que isso aconteça. E a Meta 20... havia uma grande perspectiva, a expectativa era muito grande lá em 2014, 2015 com os recursos do pré-sal, que, oriundos do pré-sal, viriam para a educação nacional quase na sua totalidade, com o ganho que isso iria trazer para a educação e, depois, os municípios e estados trilharam esse caminho e viram um pouquinho desmoronar aquilo que seria a garantia das demais metas, porque a Meta 20 garantia o financiamento para o avanço da qualidade, da melhoria da educação em nosso país.

Senador, acho que me alonguei demais. Quero agradecer e me colocar à disposição para continuarmos nessa conversa, nesse diálogo acerca do Plano Nacional de Educação e do Sistema Nacional de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Eu agradeço, caro Natanael José da Silva, que é Vice-Presidente da Undime/Pernambuco.

Foi muito clara, muito didática a apresentação – que fica disponível, inclusive, para todos e todas que quiserem reler, se aprofundar –, colocando de maneira clara prioridades e demandas no novo Plano Nacional de Educação e associando isto com a necessidade dessa articulação no Sistema Nacional de Educação: Governo Federal, estaduais, municipais, participação social.

Então, isso é muito importante, essa articulação, colaboração e – eu até uso uma palavra – pactuação. A gente tem que sentar, botar numa ata o que o Governo Federal vai fazer, assim como os estaduais e os municipais, a favor das prioridades e demandas.

Pactuar, colaborar e articular são palavras importantes... São conceitos, não palavras, que transmitem uma filosofia atrás do plano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, agora, o Sr. Antonio Roberto de Araújo Souza, que é Secretário de Estado da Educação da Paraíba.

Seja muito bem-vindo, Dr. Roberto!

O SR. ANTONIO ROBERTO DE ARAÚJO SOUZA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia!

Espero que me escutem aí. Confirmem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Sim, estamos ouvindo.

O SR. ANTONIO ROBERTO DE ARAÚJO SOUZA (*Por videoconferência*.) – Então, bom dia, Senador Flávio Arns. Quero cumprimentá-lo e também reconhecer a importância de uma audiência como esta para tratar de um assunto tão relevante, que são as falas, as metas para a educação brasileira, principalmente quando se vislumbra já o desenho de um novo PNE. Quero cumprimentar a todos que estão aqui, que são convidados para esta audiência: o Natanael, que me antecedeu agora na fala, representando aqui a Undime, do nosso vizinho aqui, o Estado de Pernambuco; a Darli Zunino, da Uncme, representando aqui os Conselhos Municipais de Educação; o Alexsander Moreira, Diretor de Apoio à Gestão Educacional, da Secretaria de Educação Básica do MEC.

Bem, eu entrei um pouco atrasado porque estava me deslocando aqui para o interior do Estado da Paraíba para o evento de lançamento de uma pauta que é muito importante para a gente hoje, que é estimular os estudantes para o acesso ao ensino superior, em um programa que a gente chama aqui, na Paraíba, do Se Liga no Enem. O Se Liga no Enem tem como objetivo elevar a quantidade de estudantes que ingressam no ensino superior, que está previsto na Meta 12 do atual PNE, uma meta que estamos muito distantes de atingir, não somente porque os estudantes não estejam motivados ou preparados para ingressar no ensino superior, mas, como nós sabemos, ainda há um déficit de vagas no ensino superior, sobretudo no público, para que os jovens, sobretudo os das camadas mais pobres, possam ingressar na universidade.

Estou também em uma escola chamada José Soares de Carvalho, neste momento, na cidade de Guarabira, que é uma escola em tempo integral. Hoje, a Paraíba tem 58% dos estudantes do ensino médio em tempo integral. É o segundo maior percentual de matrículas em tempo integral, em termos de redes estaduais, perdendo apenas, a Paraíba, para o nosso vizinho. E isso demonstra que a Paraíba, pelo menos na meta de elevação do percentual de estudantes em tempo integral, já ultrapassou em muito essa meta e está muito próxima de alcançar a meta do número de escolas, pelo menos 50% das escolas, e, hoje, nós estamos com 46%.

Mas nós estamos em um estado em que, se a gente fez esse esforço de ampliar as matrículas em tempo integral para os estudantes do ensino médio, nós temos uma meta que ainda estamos distantes de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alcançar, que é a meta para ampliação das matrículas na educação infantil. A meta prevista para o próximo ano é de 50% e nós estamos ainda com 34,5%.

Então, eu trago esse caso concreto para dizer: "Olha há um desequilíbrio muito considerável quando se trata das metas do PNE e do cumprimento delas". Parece-me, talvez, que há uma desconexão entre as metas que foram estabelecidas e o orçamento que foi disponibilizado para apoiar estados e municípios nesse esforço.

Então, se no primeiro PNE, de 2001 a 2010, ficou comprovado que havia um problema de falta de metas claras e de financiamento, eu acho que no segundo PNE, de 2014 a 2024, a gente encontra outro problema: se a gente já tinha parte do financiamento, a gente tem recurso suficiente para cumprir essas metas. Mas há também um problema de falta de correlação entre a meta e o investimento, e a destinação correta dos recursos para fazer face aos desafios desse plano.

Então, isso é só para introduzir trazendo o subcaso concreto, com três situações: ingresso no ensino superior, matrícula em tempo integral e matrícula na educação infantil, para abrir essa minha fala.

Então, representando aqui o Consed, os colegas Secretários de Estado da Educação, a gente já sabe dessas 20 metas que visam melhorar a qualidade da educação, em diversos aspectos, como a formação de professores, a valorização da carreira dos docentes, a construção de escolas adequadas, o aumento do acesso à educação infantil, a redução do analfabetismo, o fomento à pesquisa científica e tecnológica, entre outras. No entanto, é importante ressaltar que o cumprimento dessas metas ainda é um processo em andamento, que ainda demanda muitos esforços e investimentos por parte de gestores públicos de toda a sociedade brasileira.

A avaliação do cumprimento das metas pelo atual PNE requer uma análise mais detalhada e criteriosa daquilo em que conseguimos avançar e daquilo que ainda representa um desafio à implementação desse plano.

É importante, claro, reconhecer os progressos alcançados em áreas como a expansão, ainda que tímida, da educação infantil, a melhoria da qualidade do ensino demonstrada pelo Ideb, pelo menos até 2019 – e a pandemia trouxe um problema de rompimento dessa série histórica –, a melhoria da qualidade de ensino, a valorização dos profissionais da educação com o novo Fundeb e a promoção da igualdade de oportunidades educacionais.

No entanto, há muito a ser feito para atingir as metas. As principais dificuldades para o seu cumprimento, do nosso ponto de vista, são: investimento insuficiente – para nós, um dos problemas é a falta de recursos financeiros adequados destinados à educação. O investimento insuficiente pode impactar negativamente a infraestrutura das escolas, o transporte escolar, a alimentação dos estudantes – como ficou comprovado quando se congelou por pelo menos cinco anos o reajuste do valor da alimentação escolar –,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a formação de professores, a aquisição de materiais didáticos e o desenvolvimento de programas educacionais.

Um outro ponto são as desigualdades regionais e socioeconômicas. O Brasil, como todos sabemos, é um país marcado por grandes desigualdades sociais e regionais. A distribuição desigual de recursos e oportunidades educacionais pode-se dificultar o cumprimento dessas metas. Não só pode, como já está acontecendo. O prazo que a gente tem, de apenas um ano, é insuficiente para que possamos atingir essas metas, especialmente em regiões mais pobres do país ou em regiões em que os desafios são gigantescos, do ponto de vista logístico, como o território amazônico, onde o Consed se reuniu na semana passada, em Manaus.

A falta de acesso e equidade. Ainda existem grupos populacionais que enfrentam dificuldades para acesso à educação de qualidade. Isso inclui crianças em situação de vulnerabilidade, como aquelas em territórios faccionados nas periferias das grandes cidades, em áreas rurais, em comunidades indígenas, quilombolas, em situação de ruas, bem como pessoas com deficiência. Garantir o acesso e a equidade educacional para esses grupos é um desafio importante.

A qualidade do ensino. Além do acesso à educação, da garantia da permanência, é necessário garantir a qualidade do ensino. Isso envolve formação de professores, adequação dos currículos, implementação de avaliações internas e externas de boa qualidade e adoção de metodologias pedagógicas eficazes. Então, a melhoria da qualidade do ensino é essencial para garantir que os estudantes alcancem resultados satisfatórios de aprendizagem. Isso não pode ser feito sem uma boa articulação entre os entes federados e uma boa coordenação do Ministério da Educação, prejuízos imensos que tivemos, sobretudo no último Governo.

Gestão educacional. A gestão eficiente das políticas educacionais, desde a esfera federal até a local, é fundamental para o cumprimento das metas. A falta de coordenação, manejamento e monitoramento adequados pode dificultar a implementação de estratégias e o acompanhamento dos resultados.

O envolvimento da sociedade, como o Natanael muito bem frisou – envolvendo o engajamento da sociedade civil, incluindo pais, estudantes, organizações não governamentais e comunidades locais –, é importante para proporcionar o cumprimento das metas. A falta de participação ativa e de uma cultura de responsabilidade compartilhada pode ser um desafio a ser superado.

Essas são algumas das principais dificuldades enfrentadas no cumprimento das metas. É importante que as políticas e ações voltadas para a educação levem em consideração esses desafios e trabalhem para superá-los, garantindo assim a educação de qualidade, inclusive equitativa para todos.

Então, considerando as dificuldades apresentadas, um novo plano nacional deve ser elaborado levando em consideração as lições aprendidas com o plano anterior e as metas não cumpridas até agora. É

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundamental adotar uma abordagem realista e estratégica. Primeiramente, é crucial estabelecer metas realistas e mensuráveis.

As metas do novo PNE devem ser elaboradas e baseadas em indicadores concretos e considerar a situação atual da educação no país, levando em conta as desigualdades regionais e sociais. Além disso, é importante que as metas sejam acompanhadas por prazos viáveis e recursos adequados para a sua implementação. Uma abordagem integrada e colaborativa também é essencial.

O novo PNE deve envolver diversos atores, como governos, educadores, especialistas em educação, sociedade civil e estudantes, além de pesquisadores, garantindo a participação de todos na definição de estratégias e na tomada de decisões.

A construção de parcerias sólidas e o compartilhamento de responsabilidades são fundamentais para o sucesso do plano. Além disso, é necessário investir na formação e valorização dos profissionais da educação. Políticas efetivas de valorização dos educadores, incluindo salários justos, planos de carreira atrativos, formação continuada de qualidade e melhores condições de trabalho são essenciais para atrair e reter talentos no sistema educacional.

Outro ponto crucial é a destinação adequada de recursos, como já falei lá atrás. O novo PNE deve garantir um financiamento adequado e sustentável para a educação considerando as metas e a importância estratégica do setor. Não dá para, simplesmente, elaborar metas e não colocar isso vinculado a um orçamento. É fundamental que os recursos sejam aplicados de forma eficiente e transparente, priorizando áreas – parece redundante – prioritárias e regiões mais necessitadas.

Por fim, é imprescindível o monitoramento e a avaliação contínua do plano. Acho que tivemos muitas falhas nesse monitoramento do atual plano. Mecanismos de acompanhamento e avaliação devem ser estabelecidos, permitindo identificar os avanços e os desafios enfrentados, bem como ajustar as estratégias conforme necessário.

Do nosso ponto de vista, do ponto de vista do Consed, ao adotar essas diretrizes, podemos criar um novo Plano Nacional de Educação que seja fatível, realista e capaz de promover transformações positivas na educação brasileira. O comprometimento e a colaboração de todos os envolvidos são fundamentais para alcançar o objetivo comum de uma educação de qualidade e acessível para todos.

Essas são nossas contribuições para o debate, Senador e demais participantes desta audiência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Eu agradeço ao Dr. Roberto, parabenizo-o pela fala em nome do Consed, inclusive também levantando aspectos que, na verdade, reforçam também o que o próprio Dr. Natanael já havia colocado, em termos de perspectivas, desafios. E quero parabenizá-lo também pela forma didática e clara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se formos competentes para que isso tudo esteja contido no Plano Nacional de Educação, teremos uma bela caminhada educacional pela frente.

Eu quero também parabenizá-lo pelo esforço em termos do chamamento das pessoas para o acesso ao ensino superior. E quero deixá-lo à vontade, inclusive, pois eu sei que está no meio de uma agenda também aí no interior do estado. Estou vendo a parede ladrilhada atrás de você – e me permita chamá-lo de você, com todo o respeito –, que é uma parede bonita para um ambiente escolar, que torna possível também haver uma limpeza mais fácil, fica bonita, agradável, acolhedora. O interruptor também da luz, aí ao seu lado e atrás também, está muito bem colocado.

Então, parabéns. É isso que a gente quer: uma escola bonita, acolhedora, competente, onde todas as pessoas se sintam bem.

Parabéns! Vamos em frente.

Passo em seguida a palavra a Sra. Darli Zunino, Diretora de Formação da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação.

É um prazer revê-la, Darli, você está sempre presente em todos os debates importantes.

Obrigado.

A SRA. DARLI ZUNINO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, nosso querido Senador. É um prazer estar com vocês, Prof. Roberto, Prof. Natanael, Prof. Alex.

Em nome da Uncme Nacional, em nome do nosso querido Presidente, Senador Flávio Arns, nosso querido também e competente, compromissado, Manoel Humberto Gonzaga Lima, nós queremos agradecer o convite. É muito bom estar discutindo esse grande desafio nacional, que são os planos de educação.

Eu começo a minha fala – eu tenho uma apresentação, depois eu a encaminho para vocês – com um pensamento do nosso grande filósofo Leonardo Boff, em que ele diz: "O que concerne a todos deve ser decidido por todos". E nós percebemos o movimento que a gente fez lá em 2010 para construir o nosso Plano Nacional de Educação. Foi um movimento bastante intenso, um movimento coletivo, democrático, participativo. No final da conferência de 2010, nós encaminhamos ao Congresso Nacional o nosso projeto de lei, que ficou tramitando durante quatro anos e resultou no nosso PNE 2014-2024.

E eu levanto alguns questionamentos, Senador, e algumas reflexões antes de começar: Como é que as redes de educação básica vão priorizar as demandas do novo PNE? Eu questiono: será que a sociedade brasileira sabe o que é um plano de educação? Um plano de educação, Natanael, é um plano de Estado, perpassa governos, tanto que nós já perpassamos vários governos. E assim, não dá para jogar uma construção coletiva, democrática, participativa para escanteio. No último governo que a gente teve nós tivemos esse problema. As pessoas que ajudaram a construir, como vocês que estão nessa sala, como eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que aqui estou, representando a Uncme Nacional, tenho no coração, na minha vida, na minha paixão, a educação. Então, realmente, o Plano de Educação é um plano de Estado.

E esse plano... Eu fui avaliadora educacional do Ministério da Educação – eu e o Alex – em 2021-2022 para fazer uma análise dos planos de educação em todo o país, e eu fiquei com 170 municípios catarinenses. A gente fica triste quando começa a analisar esses planos da forma como estão lá na ponta, porque nós temos planos que não são decenais. E o art. 214 da Constituição brasileira traz muito claro – não é, Senador? – que os planos devem ser decenais. Nós temos planos com oito anos, nós temos planos com nove anos.

Aí eu falo do meu estado. A lei ficou tramitando lá na Alesc durante... Nós construímos em 2013; em 2014, ficou tramitando; em 2015, ele foi aprovado na Alesc; hoje, o nosso plano estadual de Santa Catarina, entendendo isso como um plano de todo o território catarinense, foi aprovado na Alesc – 2014/2024. O que isso significa? Que o nosso plano não é decenal. A gente já contactou a nossa Presidente da Comissão de Educação da Alesc para fazer a recuperação dessa data de criação do nosso plano.

Outra coisa, de que os nossos colegas Natanael e Roberto já falaram, é que a gente fala, Senador, que a gente precisa trabalhar em regime de colaboração. Em que momento nós estamos trabalhando em regime de colaboração? Como é que nós estamos construindo esse regime de colaboração? Quais são os desafios que a gente tem ainda para construção efetiva do regime de colaboração? O sistema nacional é uma possibilidade. E a gente está aí há quantos anos? Desde 1932 – não é, Senador? – com o sonho dos pioneiros da educação brasileira. Esperamos que este ano realmente a gente consiga aprovar a lei do Sistema Nacional de Educação.

E é bom lembrar também que os planos de educação, como bem falado pelo Prof. Natanael, são um pacto social para a garantia do direito à educação para todos e todas. Isso também foi construído coletivamente.

Lembro também que os planos de decenais estão sendo elementos centrais para a consolidação da nossa jovem democracia e da qualidade social da educação brasileira – não é qualquer qualidade, é qualidade social dessa educação.

E, além disso, ele também pensa e discorre sobre a importância, Senador, de nós estarmos alocando recursos – o nosso querido Roberto ainda falou que a gente precisa da alocação de recursos financeiros. Nós precisamos trabalhar com o PPA, com a LOA e com a LDO. Na semana passada, Cassyra, de Mato Grosso do Sul, lá do Tribunal de Contas, falava muito bem que, agora em junho, julho, agosto, nós teremos a aprovação na Câmara da LOA e da LDO, e a gente tem que acompanhar isso. Sem recursos não é possível fazer acontecerem o nosso PNE e os planos subnacionais.

Outra coisa importante, significativa, é a questão das nossas conferências em 2018 e 2022. Foram conferências feitas com muita garra, com muita vontade, com muito amor, com muita paixão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principalmente essa última de 2022, Senador, porque foram poucos recursos financeiros alocados para as conferências. Nós tivemos quase 4 mil municípios participando das conferências. Nós sentimos o grande desafio em fazer a Conae 2022.

Ainda bem que nós contamos com um município de Santa Catarina, lá do interior de Santa Catarina, com o nosso amigo Aírton, de Caçador, que criou a possibilidade de nós trabalharmos virtualmente com as nossas conferências. Aí a conferência nacional foi de forma híbrida.

Santa Catarina conseguiu fazer, em todo o território catarinense, com a colaboração e a ajuda do MP e do TCE também. E o primeiro momento em Santa Catarina foi para cada município catarinense se debruçar sobre os seus planos de educação, levantar o diagnóstico, depois pegar o texto referência e construir.

Nessa elaboração do próximo Plano Nacional de Educação, há necessidade de fazermos a leitura do documento final das nossas conferências de 2018 e de 2022, seja Conae, seja Conape. Vamos juntar. Juntos, nós somos fortes. Eu tenho dito muito isso na nossa Uncme nacional.

Outra coisa muito importante também, que vocês já comentaram, é a questão do monitoramento e da avaliação dos planos de educação. Eu não estou falando, Roberto e Natanael, dos dirigentes. Eu estou falando da equipe externa, da equipe de monitoramento.

Lá em Santa Catarina, nós temos uma comissão instituída desde 2017 para fazer o monitoramento e a avaliação do plano. Nós estamos fazendo um trabalho belíssimo, Senador, em relação ao nosso monitoramento e avaliação. Eu sou Presidente dessa comissão, da Cemapeesc. E nós já divulgamos o quarto relatório da sociedade civil, com análise desse grupo que se reúne todas as sextas-feiras, das 15h às 17h. São profissionais... O nosso plano prevê quem é que representa essa equipe: Conselho Estadual de Educação, conselhos municipais de educação, Comissão de Educação da Alesc, fóruns municipais de educação – e outro desafio imenso é a efetivação dos fóruns municipais de educação – e também Fórum Estadual de Educação. E nós apresentamos, em audiência pública, no início deste mês, na Alesc, o quarto relatório. E a que conclusão a gente chegou, Natanael? Que a gente avançou muito pouco, que a gente precisa avançar muito mais. Pela nossa análise, nós chegamos, Roberto, a 83% dos municípios catarinenses, com o Google Forms. O nosso Inep, infelizmente, chega aos estados e às regiões e não chega aos municípios. E isto está lá na nossa lei do PNE: que o Inep deveria chegar a todos os entes federados. E os municípios são entes federados também. Essa é a nossa grande dificuldade para fazer o monitoramento. Nesse quarto relatório, Natanael, nós chegamos a 83% dos municípios catarinenses. Com a ajuda de quem? Com a ajuda do TCE de Santa Catarina. O nosso querido Dr. Gerson Sicca pediu ao Presidente do TCE que mandasse ofício para os Prefeitos e também para os secretários municipais de educação para nos darem resposta. E eles fizeram. Então, é muito interessante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gente, como – é uma pergunta – é que nós estamos pensando no diagnóstico dos municípios brasileiros com relação a esse monitoramento, a essa avaliação? Será que estamos fazendo? Eu diria para vocês que temos muitos pontos de interrogação. Quando nós fizemos análise, como avaliadora educacional do Ministério da Educação, a gente sentiu essa dificuldade.

Senador, pasme, nesses planos, 2014 a 2024 ou 2025, nós temos planos que não são nacionais, temos planos com duas metas e temos planos com 295 metas no nosso país. Faltou o alinhamento dos planos. Eu e o Alex conversávamos sobre isso. Tem um relatório, e não pode ser desprezado esse relatório, que está no Ministério da Educação, da equipe do Alex. Acho que ele vai falar um pouco mais sobre isso.

Em relação às metas da educação básica, a gente vê o plano como algo sistêmico, e ele conversa com todas as metas, mas as Metas 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7... E as Metas 1, 2 e 3, sobre a questão da universalização da educação brasileira no ensino fundamental, na educação infantil e no ensino médio, nós não conseguimos alcançar. Era 2016. Nós estamos em 2023, e, pós-pandemia, isso piorou cada vez mais. Já vinha ruim, tornou-se cada vez pior. Nós temos crianças, nós temos jovens, nós temos adultos, nós temos adolescentes fora da escola, e isso não pode, não é, Senador? Fora da escola não pode. Nós temos que incluir.

A Meta 4 é a da educação especial. Nós temos grande dificuldade para fazer o monitoramento e a avaliação, porque nós não temos informações de quantas crianças com deficiência, quais as deficiências, quais as políticas públicas criadas nesse país. Nós precisamos olhar essa Meta 4 com muita atenção.

A Meta 5 é a da alfabetização. Lá no nosso PNE, tem que nós precisamos criar uma política nacional de alfabetização em regime de colaboração. Foi criado? E como é que foi criado? Como é que nós estamos? Tem uma pesquisa recente do Ministério da Educação falando sobre isso. Eu estou no Fórum Nacional de Educação, e nós temos um GT do Fórum Nacional de Educação para discutir a Política Nacional de Alfabetização. Nós temos o resultado da ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização) de 2018, de 2019 que dá conta de que nós temos criança saindo no segundo, terceiro ano analfabeta. Isso não pode acontecer.

A Meta 6 é da educação integral. No nosso estado, em 2013... Fico contente, Roberto, quando falam da experiência do estado de vocês. O nosso estado saiu, em 2013, com a linha de base, em 2014... Nós regredimos nessa meta, nós regredimos, nós não avançamos, com 13%, 14%. Nós regredimos! Não chegamos... Não vamos chegar nunca a atingir essa meta!

E é preciso perceber a concepção do que é a educação integral, que precisa de investimento tanto na formação de professores quanto na infraestrutura. Nós estamos aí numa discussão enorme, Senador, do novo ensino médio. Revoga ou não revoga? Melhora o que está na lei? E o grande problema está onde? Na formação e na valorização dos funcionários da educação, na questão da infraestrutura, no pensar que um aluno do ensino médio é aluno trabalhador, e aluno trabalhador precisa trabalhar para sobreviver.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós discutimos a possibilidade de bolsa. Santa Catarina até criou, mas o Governo atualmente queria tirar um percentual, e nós batemos lá na porta para dizer: "Não pode. Senão, nós vamos continuar regredindo".

Nós temos a Meta 7, que é a da qualidade. Essa Meta 7 tem, no nosso plano, 44 estratégias. É uma meta que perpassa todas as metas.

Gente, é difícil. É difícil, mas não é impossível trabalharmos de forma eficiente.

Eu vou, rapidamente, já me encaminhando: quais são as demandas e prioridades das redes?

– Primeiro, fazer a universalização do atendimento da educação infantil, pois nós temos crianças de 4 a 5 anos fora da escola, da creche;

– a universalização do ensino fundamental;

– a questão da distorção idade-série, que é um problema seriíssimo;

– a universalização do ensino médio;

– a taxa de aprovação e reprovação...

Sobre o nosso ensino médio, o resultado do último Saeb mostrou que a proficiência do nosso ensino médio ficou muito aquém do planejado, depois de tantos anos. E não foi só o ensino médio, mas o ensino fundamental também não atingiu a meta.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Podemos...

A SRA. DARLI ZUNINO (*Por videoconferência*.) – Oi?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – É que o tempo... Se pudesse concluir, Profa. Darli.

A SRA. DARLI ZUNINO (*Por videoconferência*.) – Está certo, então.

Continuo:

– Levantamento de quantas crianças, jovens e adultos com deficiência há no território e quais são as políticas públicas implantadas e implementadas;

– participar das discussões da criação da Política Nacional da Alfabetização;

– participar do Fórum Nacional de Escola em Tempo Integral, que está lá nas estratégias e não foi criado;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– pensar pedagogicamente e financeiramente;

– ter uma discussão do Sinaeb, novo sistema de avaliação da educação básica, porque o Saeb terminou em 2021;

– participar do pacto da escola em tempo integral;

– fazer recomposição das aprendizagens, porque a gente sabe que é preciso;

– preenchimento do censo escolar de forma correta, para que possamos ter financiamento;

– funcionamento efetivo da gestão democrática, desde o chão da escola, perpassando por todas as instâncias da rede, instâncias intra e extraescolar;

– participação em PPA, LOA e LDO;

– analisar como foi o monitoramento e a avaliação dos planos nacional, estaduais e municipais, e contribuir para esse diagnóstico;

– também, o que é muito importante, Senador, já que o projeto de lei é de sua autoria, participar efetivamente das discussões para a criação do SNE, um PL que tramita ainda e que acho que está parado lá na Câmara, o PL 235, de 2019;

– e também pensar como que a gente vai lidar com os sistemas de ensino e o regime de colaboração.

Só gostaria de deixar que nós, em Santa Catarina, temos a experiência da Cemapeesc, nós temos a experiência de Caçador, que trabalha com planilhas e com painéis sobre a gestão – é muito interessante. Se vocês quiserem, outro dia, ouvir um pouco o nosso amigo Airton falando da experiência de Caçador... Nós temos a experiência de Brusque e nós temos a experiência do acordo de colaboração – eu acho que o Alex vai falar – com o TCE e o MP de Contas de Santa Catarina.

Bem, os desafios são enormes, Senador, mas nós estamos aí para continuar na nossa luta e para continuarmos juntos. Aí eu diria, para fechar, um pensamento do Paulo Freire: "A história é tempo de possibilidades e não de determinismo". Vamos juntos. Sigamos na melhoria da qualidade da educação brasileira. Muito obrigada, gente!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço à Profa. Darli Zunino, Diretora de Formação da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme).

Eu quero destacar que a Conferência Nacional de Educação, realizada no ano passado, em 2022, foi, de fato, de um esforço extraordinário de todos os membros do Fórum Nacional de Educação. Eu, inclusive, representava o Senado Federal, na ocasião, no Fórum Nacional de Educação, e a conferência produziu um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relatório final muito bom, muito interessante. Esse relatório já está disponível no portal da Comissão de Educação e nós vamos enviá-lo também, pela Comissão, a todas as Prefeituras, Prefeitos, secretários municipais de educação, secretários estaduais, Governadores e Assembleias. Vamos distribui-lo para toda a sociedade como subsídio da Conferência Nacional de Educação.

Agradeço à Profa. Darli.

Com a palavra o Sr. Alexsander Moreira, Diretor de Apoio à Gestão Educacional da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC). Seja muito bem-vindo, Dr. Alexsander.

O SR. ALEXSANDER MOREIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito bom dia!

Primeiro, agradeço o convite e parabenizo o Senador Flávio Arns, que sempre traz a pauta do Plano Nacional de Educação, mas não somente do Plano Nacional, também dos planos subnacionais de educação, uma agenda de extrema importância não só para a educação básica, mas também para a educação superior.

Gostaria de saudar o nosso Dirigente Municipal de Educação, Natanael; também o nosso Secretário de Estado da Educação da Paraíba, Roberto; e a nossa querida Darli, representando aqui a Uncme.

Para nós da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, é uma alegria poder falar do Plano Nacional de Educação, mas também dos planos subnacionais de educação. Não existe Plano Nacional se a gente não olhar, com muito cuidado, os planos subnacionais de educação.

Então, desde já, agradeço, novamente, a possibilidade de participar. Sempre tenho essa possibilidade. Já participei, no ano passado, também no Senado, com o Senador Flávio Arns e outros colegas.

Eu gostaria de pedir, por gentileza, que colocassem a apresentação para eu poder, então, aqui dar início.

Por favor. (*Pausa.*)

Enquanto o pessoal vai colocando a apresentação, eu vou trazendo aqui para vocês algumas questões importantes do contexto de quando a gente fala dos planos de educação.

Então, trazendo o contexto, todos já falaram do regime de colaboração, da importância desse regime de colaboração. União, estados e municípios precisam trabalhar juntos na construção, na busca do atingimento das metas do plano e, principalmente, no monitoramento e avaliação dos planos de educação.

Nós sabemos que a Lei 13.005, de 2014, traz a importância de se ter um plano nacional de educação, já está na Constituição, mas esse regime de colaboração trazendo um plano nacional de educação e também a importância do monitoramento e avaliação. Então, frisando que o monitoramento e avaliação não deve ser realizado somente pelo Ministério da Educação, mas a Lei 13.005, de 2014, traz muito claro que o Ministério da Educação, o Fórum Nacional de Educação, a Comissão de Educação da Câmara, a Comissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Educação do Senado e o Conselho Nacional de Educação são, sim, os responsáveis pelo monitoramento e avaliação do Plano Nacional de Educação.

O Ministério da Educação, por intermédio do Inep, traz muito claro como anda o atingimento e o cumprimento dessas metas. E a gente tem acompanhado, no último relatório do Inep, algumas questões importantes em relação ao cumprimento das metas.

Pessoal, se vocês puderem colocar a apresentação novamente. Eu acho que não está no modo de apresentação.

Por gentileza. (*Pausa.*)

Maravilha!

Vamos lá! (*Pausa.*)

Por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Eu não entendi como você quer.

O SR. ALEXSANDER MOREIRA (*Por videoconferência.*) – Senador, para mim, aqui não está no modo de apresentação. Não sei se para vocês está aparecendo. Mas, se não estiver, eu posso seguir.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Está.

O SR. ALEXSANDER MOREIRA (*Por videoconferência.*) – Está?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Espera só...

O SR. ALEXSANDER MOREIRA (*Por videoconferência.*) – Ah, pronto!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Pronto. Agora está.

O SR. ALEXSANDER MOREIRA (*Por videoconferência.*) – Pode passar, por gentileza.

Muito obrigado.

Pode passar, por gentileza.

Próximo.

O próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, muito obrigado.

Então, olhando para o Plano Nacional de Educação, nós temos nove metas de acesso, trajetória e aprendizado. Sabemos da importância do acesso, da trajetória e do aprendizado. Temos quatro metas que são de formação dos docentes, duas metas de carreira e remuneração dos docentes, duas metas da educação profissional – e esta merece uma atenção especial, porque estamos abaixo de 40% do atingimento dessas metas da educação profissional –, uma meta da gestão democrática, que a gente também precisa avançar, a Meta 19. Espero que agora, com a nova lei do Fundeb, na Condicionalidade 1 do Valor Aluno Ano por Resultados Fundeb, que traz a importância do provimento do cargo do gestor escolar buscando critérios técnicos de mérito, a gente possa atingir essa gestão democrática, a Meta 19. E uma meta, então, voltada ao tempo integral, tão importante, e uma meta também voltada a recursos do setor da educação. Pode passar, por gentileza.

Olhando para, então, essa trajetória e essa quantidade de metas que nós temos no Plano de Educação, é importante frisar que algumas metas estamos muito distantes ainda de alcançar, e outras metas nós já... Uma meta já nasceu alcançada, mas a gente está muito distante. Então, olhando principalmente para a meta da alfabetização, a Meta 5, tivemos mudança com a Base Nacional Comum Curricular.

Pode passar. Isso. Este eslaide mesmo.

Então, como estamos na educação básica? Temos muita dificuldade em relação à Meta 5, a meta de alfabetização. Depois a gente vai disponibilizar estes eslaides para vocês, porque nós tivemos uma mudança com a Base Nacional Comum Curricular; o plano traz alfabetização até o 3º ano, hoje a BNCC traz até o 2º ano, e a gente hoje não tem mais a Provinha Brasil. Então, estamos sem dados quando a gente fala da Meta 5 – de alfabetização –, mas sabemos que estamos distantes de alcançá-la. Nas metas de acesso, permanência e trajetória, a gente avançou um pouco mais, mas eu chamo muito a atenção...

E se vocês puderem passar, por gentileza, para o próximo eslaide.

Chamo muito a atenção para a Meta 19, a Meta 18, a Meta 10 e a Meta 11, que nós... Olhando para o todo do Plano de Educação, olhando para a educação básica, a grande maioria das metas apresentam mais de 80% do atingimento, porém nós temos algumas metas que trazem a questão da educação de jovens e adultos, da educação profissional e tecnológica e a questão da gestão democrática e que ainda são um alerta para todos nós. Então, precisamos olhar com atenção a EPT; a alfabetização – como eu já disse –; a questão da gestão democrática, que a gente espera que tenha melhorado agora, porque a gente cobrou dos estados e municípios para receber o Valor Aluno Ano Resultados do Fundeb – a Condicionalidade 1 é justamente a gestão democrática, então a gente espera ter uma mudança no atingimento dessas metas.

Pode passar, por gentileza, para o próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como a Darli trouxe na sua fala, e também o representante dos Dirigentes Municipais de Educação, Natanael, e o Secretário de Estado Roberto, a gente precisa trabalhar em regime de colaboração – União, estados e municípios –, porque senão nós não vamos alcançar e atingir; temos até 2024 e já sabemos da grande dificuldade se a gente não trabalhar em regime de colaboração. E não é só olhar para o Plano Nacional de Educação, mas olhar para os planos subnacionais de educação também. Por isso é que nós aqui do Ministério da Educação criamos uma plataforma chamada Plataforma +PNE, com que a gente conseguiu trazer dados dos planos subnacionais de educação. A Darli foi uma das nossas avaliadoras e, como ela disse, a gente tem planos com mais de 200 metas e planos de educação com uma ou duas metas, e eles deverão estar alinhados ao Plano Nacional, com 20 metas. Então, temos uma grande dificuldade nesse monitoramento e avaliação.

A Darli também trouxe a dificuldade que nós temos, porque a Lei 13.005, de 2014, traz que o Inep deve apresentar, por unidade da Federação, por ente federado, não só por unidade da Federação, mas por ente federado, os dados para que os estados e municípios também consigam monitorar seus planos de educação. Nós temos uma grande dificuldade nesse monitoramento de avaliação, mas existe um esforço. O Senador Flávio Arns sempre nos lembra e nos traz aqui proposições tanto para o Plano Nacional de Educação como também para o Sistema Nacional de Educação. Então parabenizo já pela aprovação pelo Senado da lei do Sistema Nacional de Educação, que a gente precisa retomar e discutir. Para que a gente possa avançar no novo Plano Nacional de Educação, nós precisamos retomar o Sistema Nacional de Educação. Se a gente não tiver governança, trabalhando junto, União, estados e municípios, nós não atingiremos as metas do Plano Nacional de Educação, tanto para esse plano como para um plano futuro.

Eu gosto sempre de trazer que a ferramenta que nós temos aqui no Ministério da Educação, tanto a Plataforma +PNE como o Plano de Ações Articuladas... A lei do Plano de Ações Articuladas diz o seguinte: o Plano de Ações Articuladas, qual o objetivo do PAR, que a gente sempre traz? A melhoria da qualidade da educação buscando o atingimento das metas, estratégias e diretrizes do Plano Nacional de Educação. Então nós não podemos deixar desvirtuar essa ferramenta de planejamento tão importante, que se conecta ao Plano Nacional de Educação e aos planos subnacionais de educação.

Para finalizar, então, a minha fala, eu gostaria muito de trazer a Plataforma +PNE como uma ferramenta que deve, sim, ser utilizada por estados e municípios. Já estive aí com o Prof. Natanael, inclusive no interior, em Cabrobó: a gente trouxe essa temática da importância do monitoramento e avaliação do Plano de Educação, por meio desse instrumento que é a Plataforma +PNE, vinculada ao Plano de Ações Articuladas. Trabalhei demais com a Darli, com o Consed, com a Uncme, enfim, todos nós estamos lutando para alcançar as metas do plano, mas ainda estamos muito distantes.

Então, para finalizar, parabenizo mais uma vez o Senador Flávio Arns, que sempre nos traz para o debate, sempre nos traz para refletir as questões do nosso Plano de Educação, bem como do nosso Sistema Nacional de Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado pela oportunidade. Quero deixar aqui o que eu sempre gosto de trazer, a experiência de Santa Catarina, que, para nós do Ministério da Educação, é um grande farol, para que a gente possa monitorar e avaliar planos de educação com eficiência, com eficácia, que é o trabalho da Cemapeesc, lá de Santa Catarina. Parabenizo de antemão os relatórios. Eles utilizam o Google Forms, mas a gente vai melhorar essa Plataforma +PNE, para que vocês possam utilizar a plataforma do Ministério da Educação no que tange ao monitoramento e avaliação dos planos subnacionais de educação.

Muito obrigado. Fico à disposição de todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Obrigado a você, Aleksander Moreira, Diretor de Apoio à Gestão Educacional da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação.

Só quero dizer que fiquei muito bem impressionado com a sua fala, sabe? Uma plataforma boa, interessante, uma análise da realidade, dos desafios dessa realidade, mas um trabalho que tenho certeza de que vai gerar excelentes frutos.

Uma satisfação tê-lo escutado de forma tão didática, tão boa. Espero que continue participando aí de muitos debates e discussões. Parabéns. Parabéns para todo o grupo, toda a equipe também que está trabalhando nessa área.

Eu quero dizer a todos que nos acompanham que várias questões foram levantadas, mas nós estamos num ciclo de sete, oito audiências públicas. Então, em outras ocasiões, a gente inclusive se detém em outros aspectos do Plano Nacional de Educação porque hoje basicamente era a questão das prioridades e demandas no novo Plano Nacional de Educação, com uma ênfase para o que foi colocado, que é essencial, que é acompanhar as demandas, o financiamento dessas demandas.

Sempre a gente recorre a esses pontos, mas às vezes as pessoas perguntam também, pelos meios de comunicação, sobre o ensino médio. Especificamente eu quero dizer que nós temos uma subcomissão, presidida pela Senadora Teresa Leitão, na Comissão de Educação do Senado, fazendo audiências públicas.

Nós temos uma outra tarefa, que já aconteceu também com várias audiências públicas, a questão da violência contra as escolas. Daqui a duas semanas, mais ou menos, estaremos votando o projeto de lei também. Responsabilidade educacional.

A educação de pessoas com deficiência, a diversidade, quilombolas, como já foi falado também. Quilombolas, indígenas, ribeirinhos, do campo, ciganos, pessoas com deficiência. E é o que é o Plano Nacional da Educação também.

Várias perguntas foram feitas. Então, dentro dessa perspectiva, às vezes alguma pergunta não foi respondida no dia de hoje justamente pelo fato de termos temas diferentes. Estamos na terceira audiência pública. Teremos, então, mais três, quatro, e as perguntas sempre serão incorporadas no planejamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Elisângela dos Santos, de São Paulo: O novo Plano Nacional da Educação prevê estratégias e diretrizes para atender o novo ensino médio? Sem dúvida, vamos ter que nos debruçar sobre isso também.

Filipe Miguel, de Pernambuco: Quais são as prioridades e demandas relacionadas às redes de educação básica no novo Plano Nacional de Educação? Penso que foi bem abordado no dia de hoje, sob vários pontos de vista.

Valéria Araújo, do Rio de Janeiro: Reformas ou mudanças no Plano Nacional de Educação é a estratégia perfeita para que a educação brasileira seja realmente de qualidade para todos? Grande desafio.

Alex Ferreira, de Goiás: Qual a prioridade do Plano Nacional de Educação para melhorar o time de professores, que ainda conta com alguns péssimos quadros? Usando a expressão dele. Então, também é um desafio permanente, que também foi abordado nas falas. A formação inicial, a formação continuada, valorização da carreira, tantas coisas que podem ser abordadas.

Fernanda Carvalho, do Rio de Janeiro: Quais estratégias adotar para promover a universalização do acesso à educação básica de qualidade, especialmente em regiões pobres?

Vitor Martins, do Distrito Federal: Quais as demandas prioritárias relacionadas às redes de educação básica no novo Plano Nacional de Educação?

Agradecemos pelas perguntas e comentários que foram feitos, e esses sempre são... A gente procura colocar dentro, também, dos debates que acontecem.

Eu passo agora, então, a palavra novamente aos expositores para considerações finais em relação ao que foi falado no decorrer dessa audiência pública.

Em primeiro lugar, novamente, o Natanael José da Silva, que é Vice-Presidente da Undime Pernambuco.

O SR. NATANAEL JOSÉ DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – A palavra é de gratidão, Senador Flávio Arns, a quem nós temos muito a agradecer pela forma contundente e desprendida com que tem atuado no Parlamento.

Há pouco, o Senador mencionou também a nossa amiga, educadora, que está no Senado – uma professora no Senado –, pensando na educação com uma visão de quem, de fato, faz da educação o chão das escolas, que é a Senadora Teresa Leitão, a quem nós cumprimentamos, Senador Flávio.

Desejo muita sorte a esta Casa Legislativa tão importante para o Brasil, que tem contribuído muito com a nossa educação, e, na sua pessoa, digo da relevância que são audiências como essa, o espaço democrático legítimo para ouvir a sociedade. Os planos municipais de educação carecem também dessa discussão – a Darli trouxe isso, e nós entendemos assim também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é uma oportunidade excepcional para que os municípios façam esse movimento de audiência pública, de chamar para junto a sociedade, a comunidade, revisitar aquelas metas, que foram pactuadas – eu acho que a palavra é essa –, e nós precisamos também que haja corresponsabilidade de quem, por alguma razão, não se responsabilizou e tinha, por direito, cuidar disso em nível nacional.

Para que a gente faça o dever de casa enquanto município, a União precisa entender – eu digo isso independentemente de Governo, viu, Darli? – que a gente precisa observar que uma lei precisa ser cumprida, e quando aquele monitoramento, aquelas metas não são alcançadas, alguém precisa ser responsável. Quem tinha corresponsabilidade nesse avanço, na garantia dessa meta, não o fez. Eu acho que é importante para que a sociedade não veja o trem passar e a gente fazer de novo um movimento de construção de uma nova lei, sem considerar que temos metas construídas, uma lei firmada, aprovada e sancionada.

Eu acho que é muito importante retomarmos essa leitura.

Concluindo, agradeço a todos que nos acompanharam até aqui. Quero dizer, Senador – como nós dizemos no início –, que não se esgota, a discussão não se esgota aqui, e que nós tenhamos a oportunidade de estar aprimorando esse debate.

Eu estou participando do GT do MEC – em nome da Undime Nacional, por indicação do nosso Presidente, o Prof. Luiz Miguel – que trata do novo Plano Nacional da Educação, de 2024 a 2034.

E o material da Conape e da Conae está sendo triturado no sentido de esmiuçar toda a contribuição – viu, Darli? – para podermos chegar a definidores, a metas que sejam realmente possíveis, que é uma outra situação bem delicada. A gente não pode... Ariano Suassuna dizia que devíamos ser assim, nem otimistas e nem pessimistas, mas que fossemos realistas esperançosos.

É assim que nós caminhamos e construiremos, vamos construir, com certeza, o novo Plano Nacional de Educação.

Muito obrigado, caro Senador, o nosso apreço, o nosso carinho, como é de praxe, à sua pessoa, abraçando-o e abraçando toda a Casa Legislativa do Senado Federal, que tem contribuído com a nossa nação para a melhoria da nossa educação pública, que seja com equidade, com qualidade para todos, mas que tenha a garantia do financiamento, tão importante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço ao Dr. Natanael e, através da Undime, da Uncme e do Consed também, queremos fazer um esforço para que os entes subnacionais já comecem a discutir, refletir, muitos já estão fazendo isso, sobre os planos estaduais e municipais, fazendo essa análise também do que aconteceu, como é que foi e como poderia ser. Eu penso que é um esforço que já pode ser adiantado também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bem, passo, então, a palavra ao Sr. Antonio Roberto Araújo Souza, Secretário de Educação da Paraíba.

Não sei se está nos acompanhando, porque ele estava no meio da agenda e no interior também, mas, caso não esteja, eu cedo a palavra na sequência.

O SR. JACKSON LUCENA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Está sim, que bom.

O SR. JACKSON LUCENA (*Por videoconferência*.) – Não, quem está aqui agora é o Jackson Lucena, eu sou Chefe de Gabinete do Prof. Roberto.

Ele pediu que eu acompanhasse a finalização da audiência porque teve que fazer a abertura do evento do Enem e me deixou na responsabilidade de agradecer a todos, principalmente o espaço da Paraíba para figurar num cenário de discussões tão importantes e deixar, acima de tudo, além da representação via Consed, a Secretaria de Educação do Estado da Paraíba sempre disponível para contribuir e para somar nesse processo que, acredito eu, assim como o próprio Secretário, será um divisor de águas neste momento tão importante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço também.

Peço que transmita a ele um grande abraço nosso e quero parabenizá-lo de novo pelo esforço muito interessante e que deve ser replicado em outros estados, de criar caminhos para animar os alunos da educação básica a procurarem também o acesso ao ensino superior, que foi o que ele mencionou na abertura e também na sua apresentação, representando, inclusive, o Consed também.

Parabéns, e agradeço.

Profa. Darli Zunino, Diretora de Formação da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme).

Com a palavra, Darli.

A SRA. DARLI ZUNINO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, em nome do nosso Manoel Humberto Gonzaga Lima, só temos que agradecer esta oportunidade de estarmos nesta grande mesa; ao nosso querido Alex, do ministério, carinhosamente chamado Alexsander, o nosso Alex, que faz um excelente trabalho no ministério, que tem muito a contribuir para o novo Plano Nacional de Educação, tem dois relatórios muito bem elaborados, então, Alex, a gente espera que você possa dar essa contribuição,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao nosso querido Roberto, que já se ausentou, mas muito bem representou o Consed, e ao Natanael, da Undime, uma grande parceira da Uncme nacional.

Os desafios não são poucos, com certeza, nosso querido Senador, nosso vizinho. Nós somos de Santa Catarina. Penso que o Senador morou também em Santa Catarina e hoje está no Paraná.

Eu tenho um pedido especial para o senhor. Não sei como é que nós vamos lidar com isso. Eu acho que tinha alguém... O nosso Esperidião Amin estava também na sala, não sei se ele já saiu da sala. Mas é muito bom perceber a Comissão de Educação do Senado – não sei quantos de vocês estão aí – junto, porque, afinal de contas – não é, Alex? –, a lei do plano é aprovada no Legislativo. Então, nada mais do que o Legislativo estar – não é, Natanael? – junto conosco. Então, eu pediria – não sei se é possível, Senador – uma articulação sua com relação às Assembleias Legislativas, porque essa lei é aprovada e, de repente, depois é esquecida. Nós precisamos pegar essa lei nas mãos e fazer uma discussão efetiva dentro das Assembleias Legislativas e também das Câmaras de Vereadores. Há dificuldade para mobilizar, para fazer as audiências públicas. Lá em Santa Catarina, nós contamos com a nossa grande Deputada Luciane Carminatti, que é Presidente da Comissão de Educação, que faz um trabalho valioso na Cemapeesc. Ela representa a Alesc na Cemapeesc. Nós chegamos ao quarto relatório, Alex, também com a efetiva participação, principalmente, da Deputada Carminatti – isso nos deixa muito felizes. Então, fica este desafio para o senhor: fazer essa articulação, se possível for.

E, para finalizar – porque eu falo demais, não é, Senador? –, eu só gostaria de colocar um pensamento que diz assim: "Somos mais que um, somos mais que dois, somos ternários; por conseguinte, não podemos nos excluir, porque somos fios diversos e teia, somos a veia na qual corre o sangue do universo". O sangue do universo aqui no nosso país, Alex, é a educação de qualidade social, é a garantia do direito à educação. Vamos à luta! Sigamos com a parceria e com a colaboração de cada um de nós!

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Muito bom, Darli. É importante termos esse entusiasmo a favor desses objetivos, não é?

Agora, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado fará também um trabalho de colaboração também para que as Assembleias estaduais e as Câmaras municipais participem desse debate, mas o importante é sempre fazermos juntos. O entusiasmo tem que ser coletivo, quer dizer, o MEC também fazer isso, o Consed, a Undime, a Uncme, campanhas nacionais. E, na Comissão de Educação, sem dúvida, já vou discutir isto, amanhã, em Brasília, porque temos a nossa reunião da Comissão: termos regularmente, assim, um contato com as Assembleias, as comissões de educação e as Câmaras de Vereadores também para que essa discussão aconteça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero lembrar a todos que, além de o material estar disponível no portal, as falas, o material utilizado na projeção, nós fazemos um sumário de cada audiência pública. Assim, se alguém não pode participar da audiência pública da violência contra as escolas...

Então, cada audiência tem um sumário para saber o que cada órgão falou sinteticamente e, depois, se a pessoa quiser se aprofundar, sempre tem o material completo no portal.

Mas, que bom. Entusiasmo em frente, Darli, e abraço para o Manoel Humberto, que é um grande amigo nosso também.

Passo a palavra, com prazer também, ao Alexsander Moreira.

O SR. ALEXSANDER MOREIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu gostaria, então, mais uma vez, de agradecer a oportunidade, a possibilidade de tratar de um tema tão relevante e tão importante, nesta mesa tão bacana, e dizer o seguinte: nós estamos aqui de portas abertas para dialogar, para conversar, para discutir. A Sase já vem se reunindo para pensar o novo Plano Nacional de Educação, uma proposta de um PL para o novo Plano Nacional de Educação, mas, de qualquer forma, eu me coloco inteiramente à disposição, Senador Flávio Arns. Para o que vocês precisarem aqui no Senado, na Comissão de Educação, estou à disposição sempre, para poder trazer dados e também trazer esse trabalho que foi realizado nesses últimos anos em relação ao monitoramento e avaliação dos planos subnacionais de educação.

Como eu sempre digo, não existe plano nacional sem os planos subnacionais de educação. A gente precisa olhar com muito cuidado para os planos estaduais, para os planos municipais, e tem muita gente... Ao mesmo tempo – não é, Darli? – em que nós observamos que tem municípios com grande dificuldade no cumprimento das suas metas, no seu monitoramento e avaliação, nós também temos grandes *cases* de sucesso, de muitos municípios que têm feito um trabalho maravilhoso em relação ao cumprimento das suas metas, bem como ao monitoramento e avaliação dos seus planos – que é o exemplo de Santa Catarina.

Então, quero deixar aqui um grande abraço a todos; e não poderia deixar de mencionar, também, a importância dos órgãos de controle nesse monitoramento e avaliação dos planos. O Ministério da Educação tem um acordo de cooperação técnica com a Atricon, com o Instituto Rui Barbosa, com o Ministério Público, com o FNDE, para a gente se aproximar cada vez mais, não só para esse olhar fiscalizador, mas para que todos possam contribuir, inclusive os órgãos de controle, para buscar soluções para esse cumprimento das metas e indicadores dos Plano Nacional e dos planos subnacionais de educação.

Então, meu grande abraço! Estou sempre à disposição de todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço, também, Alexsander Moreira, que é Diretor de Apoio à Gestão Educacional da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero dizer que as entidades mencionadas ou já participaram ou estarão participando das audiências públicas, inclusive o Tribunal de Contas da União, o Colégio de Procuradores-Gerais, o Ministério Público. A segunda audiência foi sobre monitoramento, controle e *accountability* do novo Plano Nacional de Educação, e esses segmentos, essas entidades estão, também, na relação das entidades que participarão.

Mas apreciei sobremaneira a apresentação sua, Alexsander; a do Natanael José da Silva também, de forma muito didática; assim como a do Secretário da Paraíba, o Roberto Souza, de uma maneira muito clara, colocando essa necessidade de termos planos factíveis e realistas. A Darli, também, com toda a participação, envolvendo os desafios já colocados pela Uncme e por ela própria, e os bons exemplos do Estado de Santa Catarina.

Eu tenho um carinho especial pelo estado também. O Senador Esperidião Amin – a senhora se referiu a ele – até se refere a mim como quarto Senador de Santa Catarina pelo fato de as famílias – tanto do pai como da mãe – terem vindo desse estado. (*Risos.*)

Foi uma alegria tê-los nesta audiência pública. Agradeço a participação. Vamos em frente, animados, entusiasmados, juntos a favor da construção, como foi dito, de uma educação de qualidade para todos, da creche à pós-graduação! Que o Plano Nacional de Educação sempre reflita esse desejo da sociedade brasileira!

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, agradeço, de novo, a presença e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 9 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 10 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e quatro minutos do dia trinta de maio de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Cid Gomes, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Leila Barros, Plínio Valério, Jussara Lima, Zenaide Maia, Augusta Brito, Paulo Paim, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Gomes, Laércio Oliveira, Damares Alves, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Otto Alencar, Mecias de Jesus, Jorge Kajuru, Jorge Seif e Eduardo Braga, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Styvenson Valentim, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta e Romário. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 23ª, da 24ª, da 25ª, da 26ª e da 27ª reuniões, que são aprovadas. O presidente comunica os documentos recebidos pela secretaria O Senador Cid Gomes anuncia a renúncia à Vice-Presidência da Comissão; reunido o colegiado, é eleita a Senadora Professora Dorinha Seabra Vice-Presidente. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2201, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para prever a instituição de Conselhos Escolares e de Fóruns dos Conselhos Escolares." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1751, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que trata da alimentação escolar na educação básica, para determinar que o cálculo do valor per capita da merenda, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar, leve em consideração indicadores socioeconômicos das redes escolares destinatárias dos repasses federais, bem como a capacidade de financiamento das prefeituras e dos governos estaduais e distrital." **Autoria:** Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda de redação. **Resultado:** Fica adiada a discussão para realização de audiência pública para instrução da matéria, em atendimento ao Requerimento 57/2023 - CE. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 786, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995, e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, para dispor sobre os compromissos de investimentos decorrentes de autorizações para prestação de serviços de telecomunicações móveis e de adaptação da modalidade de outorga de serviço de telecomunicações, bem como de prorrogações do direito de uso das radiofrequências necessárias." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3738, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que “dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências”, para prever o abatimento do saldo devedor de médicos contratados pelo poder público, nas condições especificadas." **Autoria:** Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chico Rodrigues (DEM/RR). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabaira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 635, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, para incluir o desporto entre as atividades passíveis de serem realizadas pelas entidades qualificadas como organização social." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2250, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Torna obrigatórias a assepsia e a descontaminação da areia ou da argila contida em tanques ou quadras utilizados em áreas de lazer, de prática desportiva e de recreação infantil." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 75, de 2023 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Edson Arantes do Nascimento (O Rei Pelé) no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 78, de 2023 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Edson Arantes do Nascimento, Pelé, no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria" **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei nº 75, de 2023 com uma emenda e pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 78, de 2023. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 2529, de 2019 - Terminativo -** que: "Confere ao Município de Arraial do Cabo, no Estado do Rio de Janeiro, o título de Capital Nacional do Mergulho." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 2522, de 2019 - Terminativo -** que: "Inscreve no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria o nome do Brigadeiro Antônio Tibúrcio Ferreira de Souza." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 2034, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Institui o mês de agosto como o Mês da Primeira Infância." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatoria ad hoc:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 2653, de 2022 - Terminativo -** que: "Confere ao município de Itajubá, no estado de Minas Gerais, o título de Capital Nacional da Produção de Helicópteros." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PL/MG). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 54, de 2023** que: "Requer licença a fim de representar a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal na Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Educação (CNE), oportunidade na qual proferirei palestra sobre o tema "O autismo e os muitos desafios a vencer", no âmbito da Comissão Bicameral do CNE que trata da Educação Especial." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 57, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1751/2023, que “altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que trata da alimentação escolar na educação básica, para determinar que o cálculo do valor per capita da merenda, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar, leve em consideração indicadores socioeconômicos das redes escolares destinatárias dos repasses federais, bem como a capacidade de financiamento das prefeituras e dos governos estaduais e distrital"." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 56, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Permanente, composta de 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, com o objetivo de acompanhar as políticas de Alfabetização na Idade Certa, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte." **Autoria:** Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cid Gomes (PDT/CE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 55, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de apresentar um balanço detalhado do Plano Nacional de Educação (PNE),em seu 9º ano, com dados desagregados por Estados e regiões, com recortes sobre nível socioeconômico, raça, etnia e gênero." **Autoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/05/30

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 23ª, 24ª, 25ª, 26ª e 27ª Reuniões, realizadas nos dias 22, 23, 24, 25 e 29 de maio.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos alguns comunicados da Presidência, Senador Paulo Paim. É uma alegria vê-lo aqui, como Presidente também da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Em primeiro lugar, o Ofício nº 163, de 2023, do Conselho Estadual de Educação do Paraná, que solicita apoio da Comissão de Educação do Senado Federal para a criação de normativos que permitam o ingresso em cursos de graduação por grandes áreas de ensino, por área de conhecimento.

Também o Ofício 164, de 2023, do Conselho Estadual de Educação do Paraná, da mesma forma, que solicita apoio da Comissão de Educação do Senado Federal para viabilizar estudos sobre novas diretrizes curriculares de cursos com oferta de licenciatura e bacharelado em uma única entrada.

Ofício nº 165, de 2023, do Conselho Estadual de Educação do Paraná também, que solicita apoio da Comissão de Educação do Senado Federal para intermediação da retomada do Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Ensino Superior Públicas Estaduais (Pnaest), com vistas a otimizar recursos para suprir as necessidades de alimentação e transporte dos estudantes da rede pública do ensino superior.

Eu quero dizer que os três requerimentos são da mais alta importância também e vindos do Conselho Estadual de Educação do Paraná. Os documentos mencionados permanecerão, por 15 dias, no *site* da Comissão para manifestação pelos interessados.

Eu quero também informar que se encontram disponíveis no portal da Comissão os sumários relativos ao ciclo de audiências públicas sobre a violência nas escolas e a primeira audiência pública referente à instrução do PL nº 88, de 2023. Os sumários das audiências públicas realizadas serão sempre disponibilizados no Portal da Comissão.

Eu quero lembrar a importância dos sumários, porque esta Comissão está realizando inúmeras audiências públicas, já estamos na terceira audiência pública, indo para a quarta audiência pública, sobre o Plano Nacional de Educação, então, se as pessoas... O material sempre está disponível, as notas taquigráficas, a ata, acabamos de aprovar as atas, as falas dos expositores e expositoras e também o material utilizado, mas o que nós estamos fazendo é que, em relação a cada audiência pública, fazemos um sumário, uma síntese, uma página, duas páginas, dependendo do número de expositores, para que todos os Senadores e Senadoras consigam ler o sumário. E, claro, o sumário sempre tem um problema, porque quem o escreve, escreve do ponto de vista da compreensão de quem está escrevendo, mas se a pessoa, Senador ou Senadora, quiser se aprofundar naquilo que está escrito ou ter uma interpretação diferente, o material todo está disponível, as atas e falas dos expositores.

Eu próprio, inclusive participando de audiências, volta e meia peço também. Eu vejo e vou acessar a fala de um expositor porque esse expositor, na minha ótica, vamos supor, trouxe elementos importantes para o debate. Mas, não só isso, nós temos a Subcomissão do Ensino Médio, que é um tema dos mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relevantes para o Brasil, presidida, essa Subcomissão, pela Senadora Teresa Leitão; então, também há o sumário.

Debates sobre a Lei de Responsabilidade Educacional, já houve uma audiência muito boa, estamos indo para a segunda audiência e serão quatro audiências. Então, o sumário estará disponível, porque eu diria que é impossível um Senador ou uma Senadora acompanhar todas as audiências públicas – não dá, é impossível, vamos ser realistas.

Então, o Senador ou a Senadora tendo o resumo, já, na mesma hora, vai se inteirar, pelo menos em linhas gerais, do que foi discutido. "Ah, eu quero me aprofundar, não é bem isso que eu entendi". Ótimo, não é um documento oficial. É oficial porque está na Comissão, mas o que vale é a ata, o vídeo, lógico. A audiência pública nunca é deliberativa, a audiência pública é para escutarmos pontos de vista sobre um determinado assunto.

Só peço para as assessorias dos Senadores e das Senadoras que estão aqui para que a gente possa fazer sempre a audiência pública e a consultoria também num prazo máximo, eu diria, de dois dias, para termos esse sumário. Esse sumário significa o quê? Itens que cada expositor colocou à disposição, está certo?

A Consultoria está nos ajudando e os assessores também. Por exemplo, o Senador Confúcio Moura presidiu a primeira reunião da responsabilidade social. A gente tem que criar essa cultura, esse hábito de termos esse resumo. Ele pode pedir para alguém: "Olha, faça a síntese". Não a ata, porque o texto corrido a gente faz de outra maneira. Está bem assim? (*Pausa.*)

Então, os sumários estão disponíveis.

Temos aqui a presença, novamente, com muito prazer, do Líder do PSB, amigo também nosso e grande Senador, o Kajuru. Que bom, Kajuru!

Também a Senadora Professora Dorinha Seabra está presente.

Muito bem! Dito tudo isso, a presente reunião destina-se...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados na Comissão.

Só um minutinho, Senador Kajuru.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.135640/2023-14-4 (ANEXO: 004)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo que os itens da pauta que tratam de matérias relativas a assuntos honoríficos exigem quórum de maioria absoluta para a sua aprovação e serão votados, nominalmente, em bloco, com a abertura do painel eletrônico.

Os Senadores e as Senadoras poderão votar, por meio do aplicativo Senado Digital, desde que tenham registrado presença, pessoalmente, no Senado Federal.

Ficam retirados de pauta os itens 5, 7, 8 e 11, a pedido dos Relatores.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 635, DE 2020

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, para incluir o desporto entre as atividades passíveis de serem realizadas pelas entidades qualificadas como organização social.

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Pela aprovação

ITEM 7

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI N° 75, DE 2023

- Terminativo -

Inscreve o nome de Edson Arantes do Nascimento (O Rei Pelé) no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

ITEM 8

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 2529, DE 2019

- Terminativo -

Confere ao Município de Arraial do Cabo, no Estado do Rio de Janeiro, o título de Capital Nacional do Mergulho.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 18/04/2023 e 23/05/2023.

ITEM 11

PROJETO DE LEI Nº 2653, DE 2022

- Terminativo -

Confere ao município de Itajubá, no estado de Minas Gerais, o título de Capital Nacional da Produção de Helicópteros.

Autoria: Senador Carlos Viana (PL/MG)

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Pela aprovação)

Passo a palavra, com muito prazer, pela ordem, ao Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Agradeço, meu querido e probo Senador Flávio Arns, Presidente desta Comissão. Apenas, rapidamente, gostaria de saber se procede a informação de que o meu amigo pessoal, o Senador Romário, pediu para que se retire, mais uma vez, da pauta, aquele meu projeto e do Senador Veneziano que trata do herói Edson Arantes do Nascimento, o Rei Pelé.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Esse é o item 7 da pauta e o Senador Romário solicitou, como Relator, a retirada de pauta do projeto, que inscreve o nome de Edson Arantes do Nascimento, o Rei Pelé, no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Veneziano Vital do Rêgo. Relatoria: Romário. Também de autoria de Jorge Kajuru. O PL 78, de 2023, com o mesmo conteúdo.

Eu creio que, na semana que vem, a gente estará, então, votando esse projeto.

Quero deixar um grande abraço ao Kajuru, que tem sido um Senador extraordinário.

Muito bem.

Passamos ao item 2 da pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 1751, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que trata da alimentação escolar na educação básica, para determinar que o cálculo do valor per capita da merenda, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar, leve em consideração indicadores socioeconômicos das redes escolares destinatárias dos repasses federais, bem como a capacidade de financiamento das prefeituras e dos governos estaduais e distrital.

Autoria: Senador Eduardo Braga (MDB/AM)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação com uma emenda de redação

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao projeto.

2. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.)

Com a palavra, Senadora Professora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Bom dia, Sr. Presidente, colegas Senadores.

Conversando aqui com o Senador Paim, ele tem um pedido para a realização de uma audiência pública, da qual eu não discordo, não vejo problema em realizar a audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O tema da alimentação é um tema muito forte para nós da área da educação. Eu recebi também sugestões, preocupações que a própria CNM tem em relação à questão da merenda, da alimentação. De longe, é um programa estratégico para nós tanto para a garantia da educação, como para a redução da pobreza, quanto para a questão da garantia da segurança alimentar.

O projeto em tese foca os mais vulneráveis. Obviamente ele também estabelece que até 2025 várias discussões e reuniões serão feitas, porque o desenho vai ser dado. Qual é o critério socioeconômico? É esta a ideia do projeto: que os mais pobres, os mais vulneráveis recebam mais. Hoje, infelizmente, são centavos que são repassados. Nós não temos recurso suficiente para escola de tempo integral, que requer no mínimo uma alimentação na chegada dos alunos, um almoço, um lanche no meio da tarde. O recurso é insuficiente. O programa nacional é parte desses recursos, recursos de prefeituras e de governos precisam ser adicionados.

Eu não tenho nada a me opor. Por isso que eu acho que não seria necessário, de bom alvitre, eu ler o parecer. Eu acho que nós podemos aprovar o requerimento no momento oportuno e, após a audiência pública, eu apresento logicamente o parecer.

Entendo que o projeto é muito bom, mas, se ajustes vierem para contribuir numa pauta que é de todos nós, eu não vejo problema.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente Flávio Arns, a Senadora Dorinha é daquelas pessoas que eu aprendi a respeitar por toda a sua atuação, mas principalmente – me permita – na educação.

E, antes mesmo, quando a bancada me apresenta agora o requerimento, eu a consultei e vou dizer aqui o que eu disse para ela: "Professora Dorinha, você é uma referência para mim na educação. Se você entender que é possível ter essa audiência pública, eu apresento; se não, eu não apresento". E gentilmente ela disse: "Não, não tenho obstáculo nenhum. Apresente o requerimento, e a gente faz essa audiência pública".

Então, se V. Exa. permitir, eu já resumo o que é o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

EXTRAPAUTA

ITEM 13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE N° 57, DE 2023

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1751/2023, que "altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que trata da alimentação escolar na educação básica, para determinar que o cálculo do valor per capita da merenda, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar, leve em consideração indicadores socioeconômicos das redes escolares destinatárias dos repasses federais, bem como a capacidade de financiamento das prefeituras e dos governos estaduais e distrital".

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Convido para uma audiência pública representante do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), representante do Ministério da Educação (MEC), representante do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), representante do Observatório da Alimentação Escolar, representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação, representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação e representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

Pelo que me disseram, ninguém é contra, mas gostariam de ter uma audiência para – quem sabe? – poder contribuir também com esse importantíssimo projeto, que não estaria em mãos melhores do que nas da Senadora Dorinha.

É claro que eu votarei favoravelmente, depois de que ela ouça as entidades. E, se votasse hoje, eu votaria favoravelmente ao seu relatório também.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem, eu também tenho plena confiança no trabalho, de já de muitos anos, da Senadora Professora Dorinha, bem como no trabalho de V. Exa. também e no trabalho do Senador Izalci Lucas, que é um batalhador da área da educação, da ciência, da tecnologia e de tantas coisas importantes para o Brasil.

Com a palavra, o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Pela ordem.) – Não, Presidente, eu só quero reforçar que a Dorinha sempre foi a nossa referência na educação, nossa Presidente da Frente Parlamentar de Educação durante muitos anos, e tem todo o meu apoio.

Todavia, eu queria só, rapidamente, Presidente... V. Exa. sabe, sempre acompanhou, que educação sempre foi prioridade para todos no discurso – no discurso! Então, nós vamos enfrentar agora o arcabouço fiscal, que está limitando a questão do Fundeb. V. Exa. pediu nota técnica, eu também pedi outras informações. E agora nós vamos saber, de fato, quem é que prioriza e coloca educação como prioridade real. Então é muito importante a gente estar atento a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou aproveitar também e pedir a todos o apoio para esta questão do DF – que é a capital de todos os brasileiros – que foi colocada através de uma emenda ainda – não foi nem o texto original –, comprometendo a capital do país.

Então, quero pedir a V. Exa. e a todas as nossas Senadoras e Senadores, porque não podemos tratar o DF da forma como estão tratando, porque Brasília não tem as características... A nossa vocação aqui é ser a capital da República. Não é ter indústria, comércio, agronegócio. Aqui não tem isso, não tem espaço para isso. Então, a gente não pode... E a gente conta com cada um de vocês no apoio à retirada do texto dessa emenda que apareceu, um "jabuti". O jabuti ou sobe na árvore através de uma enchente – não é, Dorinha? – lá no Tocantins; ou alguém o colocou lá, foi mão de gente.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço.

É um item dos mais importantes, quer dizer, a característica especial do DF, no contexto nacional. E também a questão do Fundeb dentro do teto, fora do teto. E todos nós temos defendido que fique fora do teto, inclusive porque sempre esteve fora do teto e para que isso não impeça também uma perda dos recursos da educação e inclusive de outras áreas, não é? Mas foi bem lembrado.

Voltando ao item 2 então, da alimentação escolar, que é essencial para o Brasil, Relatora Senadora Professora Dorinha, com solicitação do Senador Paulo Paim, para realização de audiência pública.

Vamos já votar o requerimento então. É um item extrapauta.

Os que estiverem de acordo com o extrapauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O Senador Paulo Paim já leu o requerimento.

Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

Então, fica adiada a discussão do item 2, Senadora Professora Dorinha, até a realização da audiência pública.

Então, fica retirado de pauta, faremos essa audiência pública o mais rapidamente possível, e, na sequência, o item voltará à pauta.

Passamos ao item 3 da nossa pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 786, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995, e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, para dispor sobre os compromissos de investimentos decorrentes de autorizações para prestação de serviços de telecomunicações móveis e de adaptação da modalidade de outorga de serviço de telecomunicações, bem como de prorrogações do direito de uso das radiofrequências necessárias.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa.

2. A matéria constou da pauta da reunião do dia 16/05/2023.

Com a palavra, então, Senadora Professora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Presidente, primeiro, quero falar da importância desse projeto.

Na semana passada, o Ministro das Comunicações, Ministro Juscelino, esteve aqui nesta Casa, e, entre as diferentes ações, nós falamos sobre o Fust. O Senador Izalci e o Deputado Juscelino colocaram a luta... Nós votamos, Câmara e Senado. E uma das ações mais estratégicas é que as compensações e os recursos que são definidos para a educação e para a saúde sejam cumpridos. E nós, inclusive, chamamos o Fust de "fruste", porque são muitos anos de recursos empoçados e que nunca chegaram a cumprir o seu objetivo, não só na educação, mas na saúde e na área social.

Então, V. Exa. apresentou um projeto extremamente importante. Eu vou direto à análise do projeto.

Conforme os incisos I e VI do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre assuntos atinentes a normas gerais sobre educação, ensino, instituições educativas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e assuntos correlatos. A iniciativa em comento inscreve-se, portanto, no rol das matérias sujeitas ao exame deste Colegiado.

O PL nº 786, de 2023, tem o louvável propósito de aprimorar o marco legal das telecomunicações para favorecer as políticas de conectividade das escolas públicas de educação básica.

Conforme salientado pelo autor do projeto, Senador Flávio Arns, a legislação atualmente prevê apenas de forma vaga a possibilidade de a Anatel estabelecer compromissos de investimento nas autorizações para prestação de serviços de telecomunicações de interesse da coletividade e nas prorrogações das autorizações de uso de radiofrequências.

Registre-se, todavia, que os compromissos de investimento se transformaram num importante instrumento para impulsionar as políticas de conexão das escolas públicas, como bem demonstrou a licitação das faixas de frequência associadas à quinta geração de comunicações móveis (5G).

Nesse sentido, é oportuno aprimorar o marco legal das telecomunicações para tornar obrigatória a adoção desse importante instrumento e criar novos incentivos para massificar a conexão à internet nas escolas públicas.

É preciso reconhecer que há muito o que ser feito quando o assunto é conectividade para a educação, em que pesem os avanços dos últimos anos, como a aprovação da Lei nº 14.109, de 16 de dezembro de 2020, que previu, na aplicação dos recursos do Fust, que todas as escolas públicas brasileiras tenham acesso à internet em banda larga com velocidades adequadas até 2024.

Conforme dados do Censo Escolar 2022, divulgado pelo Inep, a quantidade de escolas da educação básica com internet ainda é muito baixa, notadamente na Região Norte, com proporção inferior a 60%. E, segundo dados consolidados pela Anatel, no final de 2022, 9,5 mil escolas não dispunham de acesso à internet.

Por sua vez, a pesquisa TIC Educação 2021, realizada com professores das redes pública e privada de ensino e divulgada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, identificou que um dos maiores desafios enfrentados pelos docentes durante a pandemia de covid-19 foi a falta de dispositivos e de acesso à internet nos domicílios dos alunos. Esse problema foi apontado por 84% dos professores de escolas urbanas e 92% dos professores de escolas rurais.

Assim, temos por meritória a iniciativa apresentada.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 786, de 2023.

Senador Flávio Arns, Presidente e autor, neste caso.

Senadora Professora Dorinha, Relatora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem, Professora Dorinha.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir... O relatório foi bastante claro também. V. Exa. quer acrescentar alguma coisa?

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Quero informar que os números apresentados pelo próprio ministério na audiência da semana passada mostram que, mesmo nas escolas que têm internet, 77% não têm internet de qualidade para fins educacionais. E essa questão do 5G foi uma luta nossa, não estava no edital – nossa, digo, de todos nós que lidamos com a educação –, e hoje tem uma frequência garantida. Então, é muito importante essa clareza na legislação para que esteja entre os compromissos assumidos. Então, é uma excelente iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu quero também destacar, reforçar todos os argumentos trazidos pela Professora Dorinha. Há uma ponderação, vamos dizer, da quase totalidade das escolas no Brasil, pela baixa qualidade da internet ofertada nas escolas. E, ao mesmo tempo, há essa disparidade entre regiões. No Norte do Brasil, até em algumas regiões os levantamentos de internet ainda vêm de dez, quinze anos atrás; levantamentos, diagnósticos que têm que ser feitos das realidades.

Então, para não ficar de forma vaga, como uma atribuição que pode ser na verdade executada, com a legislação isso se torna uma obrigação, bem clara, bem definida de que esse acesso das escolas públicas à conectividade tem que ser um objetivo principal também, principalmente diante da tecnologia que já foi desenvolvida.

Muito bem. Encerro a discussão.

Os Srs. Senadores que concordam com o relatório apresentado permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria será encaminhada à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Passamos ao item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 3738, DE 2020

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que "dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências", para prever o abatimento do saldo devedor de médicos contratados pelo poder público, nas condições especificadas.

Autoria: Senador Chico Rodrigues (DEM/RR)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo, então, a palavra à Senadora Professora Dorinha Seabra.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Passando diretamente à análise do mérito, atualmente o art. 6º-B da Lei do Fies, prevê o abatimento mensal de 1% do saldo devedor do Fies – incluídos os juros devidos no período – para:

I) professores em efetivo exercício na rede pública de educação básica com jornada de, no mínimo, 20 horas semanais, graduados em licenciatura;

II) médicos integrantes de equipe de saúde da família oficialmente cadastrados ou médicos militares das Forças Armadas, com atuação em áreas e regiões com carência e dificuldade de retenção desses profissionais, definidas como prioritárias pelo Ministério da Saúde, na forma do regulamento; e

III) médicos que não se enquadrem no item anterior, bem como enfermeiros e demais profissionais da saúde que trabalhem no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) durante o período de vigência da emergência sanitária decorrente da pandemia de covid-19, conforme o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020 (categoria incluída pela Lei nº 14.024, de 9 de julho de 2020, que suspendeu temporariamente as obrigações financeiras dos estudantes beneficiários do Fies).

Para os contratos celebrados a partir de 2018, o benefício é regido pelo art. 6-F, que permite o referido abatimento de 1% aos professores de educação básica da rede pública (conforme indicado no item I) e de até 50% do valor mensal devido pelos estudantes referidos nos itens II e III.

Para as categorias dos itens I e II, o referido abatimento foi criado devido à significativa dificuldade de atrair e manter esses profissionais nos contextos indicados. Daí a justificação de que o Estado, por meio do Fies, subsidie parte dos encargos financeiros dos respectivos cursos, desde que os profissionais neles formados exerçam seu ofício do modo especificado na legislação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A extensão do benefício ao terceiro grupo listado, por sua vez, decorreu do reconhecimento social do esforço desses profissionais durante o estado de calamidade pública provocada pela pandemia de covid-19 e dos riscos advindos de sua situação laboral no período.

A propósito, do ponto de vista educacional, não há óbices para a extensão do benefício a todos os médicos contratados pelo Poder Público com atuação em áreas e regiões com carência desses profissionais.

Trata-se, portanto, de medida adequada para incentivar tanto a formação de médicos no país quanto a atuação deles no serviço público.

De fato, a medida pode servir de estímulo para a atuação dos médicos nessas regiões em que o direito constitucional à saúde tem sido negado para milhões de brasileiros e brasileiras.

É de se esperar, por fim, que a questão da estimativa do impacto orçamentário e financeiro da medida seja analisada pela CAE. Na Comissão de Educação, que aborda o tema sob o ponto de vista do mérito educacional, consideramos a medida necessária, oportuna e relevante.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.738, de 2020.

Sala das Comissões, maio de 2023.

Sr. Presidente: Flávio Arns. Relatora: Professora Dorinha.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado pelo relatório.

Está em discussão a matéria.

Passo a palavra ao Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para discutir.) – Presidente, primeiro eu quero cumprimentar o autor, o nosso Senador Chico Rodrigues, e também o belo relatório da Senadora Dorinha, que incluiu aqui a questão dos professores, porque no projeto original eram apenas os médicos.

Mas eu acho que nos últimos governos, pelo menos nos últimos cinco governos, nós tratamos deste assunto. Não tem lógica, no sistema de financiamento, você financiar curso que não tem nada a ver, que o mercado já está saturado. O Governo tem que induzir, principalmente nas profissões com carência do Brasil. Nós não temos mais engenheiros. Médicos, nós temos dificuldades de médico no país todo, à exceção das grandes metrópoles, mas no interior da Amazônia, no interior dos ex-territórios há uma carência imensa de médico. Então nada mais justo do que isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, professor, infelizmente hoje talvez seja uma das últimas opções de um aluno fazer Pedagogia, fazer Magistério. Também, da forma como o professor hoje é tratado, não há realmente o reconhecimento. Nós vamos ver agora, na votação desse arcabouço aí a gente vai saber quem de fato defende a educação. Nós não temos professor de Matemática, de Química. Então é importante, por isso quero aqui elogiar o relatório, porque política pública é assim. Eu vejo jovens pegando financiamento e fazendo Administração, Economia, aqui em Brasília mesmo, depois fica todo mundo desempregado, não consegue entrar no mercado de trabalho.

Então essa iniciativa de incentivar eu acho até que é pouco, porque nós já tivemos um projeto, que eu acho que andou muito pouco, em que o Fies, quando você era um aluno... Por exemplo, médico pagaria depois o Fies com o trabalho, evidentemente na região onde o governo sentisse que tinha necessidade. Não era um desconto apenas, você dava a formação do médico, e no caso dos professores também poderia agora, e, quando formados, eles iriam ser indicados para trabalhar em determinadas regiões de carência, abatendo, evidentemente, a questão do Fies. Tem pagar evidentemente. Porque hoje, Medicina, Senadora Dorinha – V. Exa. sabe mais do que eu –, ninguém consegue em uma faculdade particular de Medicina pagar menos de R$10 mil por mês, só a mensalidade, ainda tem a questão do curso de material.

Então, eu fico triste – porque eu sou procurado, sou da área de educação há muitos anos, sempre tive uma relação muito próxima com as faculdades e as escolas – com pedidos... Como é que um professor hoje paga uma mensalidade de um filho de Medicina, R$10 mil, se ele não ganha nem isso? Uma família de dois professores, nem somando o salário dos dois, consegue pagar uma mensalidade.

Então, o Governo tem que induzir isso, a política pública é para isso. De qualquer forma, é o primeiro passo, mas eu entendo até que, neste caso aqui, de médicos e professores, teria que ser financiado e depois ser pago com serviço, pagando o salário normal, mas os colocando onde se está precisando.

Então, parabéns, Dorinha! Parabéns ao nosso querido Chico Rodrigues! Espero que estejam na pauta de hoje também os incentivos fiscais do Imposto de Renda para a ciência e tecnologia, que é um projeto também de autoria do Senador.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Há mais alguém que queira discutir? (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, é muito importante todo o argumento levantado pela Relatora, Professora Dorinha, bem como, por V. Exa., Senador Izalci Lucas. Na área da saúde, isso é um grande incentivo nessa análise das necessidades da presença do médico em regiões onde o serviço é precário, inexistente, com populações vulneráveis, no Saúde da Família, contratados pelo SUS. Então, isso é uma política pública, e V. Exa. tem toda a razão de olhar as necessidades do país e adequar isto às necessidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório apresentado permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos.

Passamos ao item 6 da pauta.

Seja muito bem-vindo, Senador Veneziano Vital do Rêgo!

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 2250, DE 2022

- Não terminativo -

Torna obrigatórias a assepsia e a descontaminação da areia ou da argila contida em tanques ou quadras utilizadas em áreas de lazer, de prática desportiva e de recreação infantil.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais.

A matéria será apreciada, na sequência, pela Comissão de Assuntos Sociais.

Concedo a palavra com prazer a V. Exa., parabenizando-o por todo o trabalho que vem desenvolvendo no Senado Federal, na Mesa Diretora. Que bom, é sempre uma alegria tê-lo conosco!

Com a palavra, Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Presidente, eu devo primeiro pedir desculpas a V. Exa., aos meus companheiros e às nossas companheiras do Colegiado, aos que fazem a nossa Comissão de Educação, por não ter chegado aprazadamente, por força de participar também, como nós outros, de outras Comissões, estávamos diante da exposição do Diretor-Geral da Aneel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, muito lisonjeiramente, para mim é motivo de um gáudio pessoal ouvi-lo tecer comentários imerecidos a nosso respeito, mas muito feliz da mesma forma.

É bem rápido.

Essa é uma proposta legislativa, como bem já trouxe V. Exa. ao aludir na ementa, de autoria de um companheiro nosso enquanto Deputado Federal, o Carlos Gaguim. Ele guarda truísmos, ou seja, tem a sua obviedade, mas é uma obviedade que merece estar posta através desta iniciativa legislativa.

Então, rapidamente, vem ao exame desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei nº 2.250, de autoria do Deputado Carlos Gaguim, determinando que as áreas de lazer, de prática desportiva e de recreação infantil, públicas e privadas, que possuírem tanques ou quadras que contenham materiais como areia ou argila deverão receber periodicamente assepsia e descontaminação para prevenção e combate de bactérias e de parasitas em geral, como V. Exa. já o fez em leitura precedente.

Na justificação, o autor lembra que a contaminação de materiais como areia ou argila, em locais de lazer ou de prática esportiva, pode constituir fonte de doenças infectocontagiosas pelo contato com a pele, o que torna necessária a assepsia e descontaminação periódicas desses locais.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Partamos à análise, colegas e Presidente.

Consoante o art. 102, inciso I, do nosso Regimento Interno, compete a esta Comissão opinar sobre matérias que versem sobre normas gerais da educação ou temas correlatos, como é o caso do PL em epígrafe.

Com efeito, é comum que creches e escolas de educação básica possuam tanques, quadras esportivas – nem sempre é tão comum, não é? – ou outras áreas de recreação e de atividades educativas que contenham materiais como areia ou argila. Uma vez que existe esse risco de contaminação dessas áreas por diversos agentes, necessário se faz que, periodicamente, realize-se assepsia e descontaminação dos locais.

Obviamente, queremos que nossos estudantes tenham saúde para que possam frequentar regulamente esses estabelecimentos de ensino com segurança sanitária e, por conseguinte, em boas condições de aprendizagem.

Desse modo, Presidente Flávio Arns, evidencia-se que o projeto é meritório, sim, e deve ser acolhido por este Colegiado, assegurada a competência da CAS para analisar os aspectos sanitários da matéria.

Votamos, em vista ao que expusemos, pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.250, do ano de 2022, Presidente Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senador.

Em discussão o relatório.

Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para discutir.) – Presidente, parabenizo o autor, o Gaguim, que é bastante comprometido com a área de educação e um grande defensor lá do Tocantins; e o nosso querido Veneziano, que é o Relator.

Falando em termos de mérito, é sensacional. Agora, como aplicar, com que recurso, as consequências de não fazerem... Porque eu conheço o mundo real, a gente conhece o mundo real, que é totalmente diferente. E há possibilidade até de um fechamento de uma escola por causa de uma questão como essa, que, muitas vezes, não tem recurso nem água. É o que foi dito agora na reforma do ensino médio. Como nós vamos implantar ensino médio se há uma diferença das escolas, que não têm água, não têm luz, não têm banheiro? Não tem nada a ver uma coisa com a outra. Se for esperar, realmente, ter 100% de condições para você implantar o novo ensino médio, nós não vamos chegar a lugar nenhum nunca. É meritório, sim. Agora, no mundo real, tem que ter as condições. Não tem... Se a gente não...

Por exemplo, nós estamos falando do Fundeb agora, que está entrando no arcabouço. É lógico que o Fundeb não é para pagar essas coisas, mas tem orçamento em que a gente vê, todo ano, essa dificuldade. Quantos anos nós passamos aqui discutindo para ampliar os recursos do Fundeb? E aprovamos recentemente, mas ainda não chegou ao cumprimento total do reajuste. Então, acho ótimo, mas qual o efeito prático disso? Quais as consequências de não aplicarem? Como... De onde vem o recurso para fazer? Porque isso aqui, o ideal é que todo dia a escola fizesse isto: os meninos utilizarem e, no dia seguinte, está tudo certo.

Só para ressaltar, eu acho que é um projeto muito bem-intencionado, mas que, na prática, se não tiver um acompanhamento e uma flexibilização em alguns casos, nós vamos ter, daqui a pouco, escola fechada por causa disso, escola que sequer tem condições de infraestrutura para se chamar de escola mesmo, verdadeira.

Mas, parabéns, Veneziano, porque, no mérito, não tem nem o que discutir.

Este é o grande problema: nós temos que aprovar, já está tramitando aqui, a lei de responsabilidade educacional, porque, no Brasil, é assim: se não tiver a responsabilização no arcabouço, se não tiver realmente o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, a gente cada dia mais vai complicando. No caso aqui da educação, a gente precisa aprovar o mais rápido possível essa lei de responsabilidade educacional para que funcione de fato.

Era isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns pelo relatório meritoriamente superimportante, mas que, na prática, eu vejo que pode trazer alguns problemas, porque é uma coisa óbvia, mas, no Brasil, nem sempre o óbvio é reconhecido.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senadora Professora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discutir.) – Bom, na verdade, acho que tem um primeiro propósito. Até acho que pode eventualmente entrar nas despesas porque entra em custeio e manutenção. Penso que é um alerta. Pode entrar em um cardápio de ações dos municípios, secretarias municipais e estaduais. Não deixa de empoderar e chamar a atenção, lógico, reconhecendo o que o Senador Izalci coloca quanto à questão prática. Entra como uma das situações que seriam óbvias, como limpar um banheiro, limpar as quadras de areia, todos os espaços, os parquinhos, mas acho que fica como um alerta e poderia fazer parte de uma ação concreta talvez até de parceria entre as secretarias municipais de saúde e de educação. Mas, sem dúvida, de tão óbvio, pode ser negligenciado até pelas condições e pela ausência de recurso diretamente na escola. Isso aqui poderia entrar, e deve entrar na minha opinião, como uma ação descentralizada de recursos para a escola.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não, Senador Veneziano, Relator.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Presidente, eu fiz questão inclusive, no início da leitura, de pontuar a obviedade da proposta, a sua singeleza, mas sem desconhecer, como também salientadas em palavras pelo Senador Izalci e pela Senadora Dorinha, até pelo reconhecimento ao proponente, Parlamentar Carlos Gaguim, que uma ação dessa natureza se soma a outras que rigorosamente não precisariam absolutamente estar presentes sob a forma de rigorosidade legislativa – convenhamos, isso é fato, isso é do dia a dia, ou seja, são providências do dia a dia. Se fôssemos levar efetivamente ao pé da letra, como costumamos coloquialmente pontuar, não seria exigível essa previsão legal, mas é no reconhecimento ao Parlamentar que tem na iniciativa a demonstração da sua sensibilidade, da sua preocupação no tocante à saúde, no tocante aos quesitos sanitários que precisam estar correntemente no dia a dia das providências dessas unidades escolares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu fiz questão, diga-se no início, de mostrar que o projeto encerra em si um truísmo, ou seja, uma obviedade, mas sem perda da qualidade, em especial à sensibilidade de quem o propôs.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É uma obviedade, mas eu acho que nós, no Brasil, temos que transformar, em muitas situações, o óbvio em realidade. Quer dizer, o óbvio é a escola ter um banheiro, e muitas não têm; ter esgotamento sanitário, e muitas não têm; água potável, muitas não têm.

Isso – até estava olhando de novo aqui, no relatório de V. Exa. – não trata só de escolas; também espaços públicos e privados, quer dizer, uma quadra que é utilizada pela comunidade, um parque, uma praça. Tem que haver isso. Então, nós temos que achar os mecanismos para que isso aconteça. Quanto à saúde, à vigilância, eu sempre penso que o maior problema da administração é a incapacidade de fiscalizar, de monitorar, de ver como é que está indo. A gente tem que criar essa competência de acompanhar, fiscalizar, ver se está certo. E deve haver o regramento da saúde. Tendo a lei, eu acho que é um chamamento de atenção para isso.

Encerro a discussão então.

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Sociais.

Passamos ao item 9 da pauta.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 2522, DE 2019

- Terminativo -

Inscreve no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria o nome do Brigadeiro Antônio Tibúrcio Ferreira de Souza.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação

Com a palavra V. Exa., Senador Mourão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, senhoras e senhores, meu bom dia a todos.

Eu peço ao senhor para ir direto à análise.

À Comissão de Educação compete apreciar as matérias que versem sobre homenagens cívicas, nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

O projeto coaduna-se com os mandamentos constitucionais e com a ordem jurídica, adotando a correta técnica legislativa. Consoa, em particular, com o que determina a Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007, que dispõe sobre a inscrição de nomes no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, previsto um interregno de dez anos da morte dos homenageados, brasileiros ou brasileiras que ofereceram a vida para a defesa e construção da pátria, com excepcional dedicação e heroísmo.

Passemos, portanto, ao mérito da proposição, em relação à figura do Brigadeiro Tibúrcio.

O Brigadeiro Tibúrcio é uma figura típica do século XIX, nascido na cidade de Viçosa do Ceará, em 11 de agosto de 1837. Aos 14 anos de idade, ele sentou praça, em junho de 1851, no batalhão de infantaria que existia lá na capital cearense, em Fortaleza.

Progride rapidamente na carreira, ainda como praça, e, em 1852, acontece, então, o fato de ele se transferir para a Artilharia. Ele estava na Arma de Infantaria, foi embora para a Artilharia. Isso é algo interessante na vida do Tibúrcio.

Ele vai para o Rio de Janeiro, onde incorpora no 1º Batalhão de Artilharia a Pé.

Prossegue sendo promovido a furriel, 2º sargento e, em 1853, é selecionado para estudar artilharia na Escola Militar da Praia Vermelha.

No final de 1857, gradua-se como segundo-tenente e vai para o 3º Batalhão de Artilharia a Pé.

E aí temos uma outra faceta do Tibúrcio, notável educador e conhecedor, passa a ser professor de física e química na Escola Militar da Praia Vermelha, mesmo ainda sendo muito jovem.

Logo depois, inicia-se a guerra da Tríplice Aliança, para onde Tibúrcio segue. Inicialmente como primeiro-tenente de Artilharia, ainda no 3º Batalhão de Artilharia a Pé e, posteriormente, passa para Engenharia, mas, na realidade, a grande vocação da vida do Tibúrcio era ser um Infante, e ele, então, se transfere para o Batalhão de Voluntários da Pátria cearense, em que, aos 32 anos de idade, em 1869, já quase no final da campanha, assume o comando do 26º Batalhão de Voluntários Cearenses.

Tibúrcio é um nome conhecido em nossa Infantaria, reverenciado pela sua coragem, pelo seu destemor, por sua bravura e por seu conhecimento técnico-profissional. Participou de todas as batalhas da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

campanha da Tríplice Aliança, uma campanha dura, em um território inóspito, que era aquela região oeste do Paraguai, participou da invasão de Corrientes, da Batalha Naval do Riachuelo, da campanha da Dezembrada, tem uma passagem importantíssima na tomada da ponte de Itororó, acompanhando o Duque de Caxias naquele combate, nas campanhas da Cordilheira, até a rendição final e o término da guerra.

Ao terminar a guerra, ele passa a ser inspetor das fortificações do Amazonas e aí acontece um fato interessante no Exército. O Exército divide a formação dos seus oficiais: Infantaria e Cavalaria, vamos dizer que talvez sejam os rapazes de menos luzes, foram estudar em Porto Alegre, porque o curso era de dois anos, e o Tibúrcio passa a ser o Comandante dessa escola; e a Artilharia e a Engenharia, que eram cursos de cinco anos, ficaram no Rio de Janeiro.

O Tibúrcio teve ainda uma carreira firme na defesa do abolicionismo e falece muito cedo. Em 28 de março de 1885, aos 48 anos de idade, ele vem à óbito. E, até hoje, lá no Estado do Ceará, é referenciado como uma figura ilustre por sua devoção à pátria, assim como dentro do Exército Brasileiro.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, pelas razões elencadas deve o nome desse bravo servidor da nação e do povo ser inscrito no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

O meu voto, em face do exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.522, de 2019.

É isso aí, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Senador Mourão.

Está em discussão a matéria.

Eu só quero dizer que é uma alegria escutar que ele voltou para a Infantaria. Começou na Infantaria, foi para artilharia e retornou para a Infantaria, porque eu sou da Infantaria também...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Por isso que eu fiz questão de enfatizar isso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Enfatizar isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Há controvérsias, Presidente. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Oficial...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Eu fui artilheiro, viu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – O meu pai foi da cavalaria e tem inúmeros prêmios, inclusive, na cavalaria. Interessante ouvir essa distinção entre infantaria e cavalaria e também entre engenharia e artilharia, que eram armas rivais nossas. (*Risos.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Mas quem protege a infantaria é a artilharia. Nós é que abrimos caminho para vocês avançarem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu não sei. A gente tinha dúvidas sobre isso aí também. (*Risos.*)

Mas, em todo caso, é uma alegria. Inclusive, sexta-feira ou quinta-feira, foi o Dia da Infantaria, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Quinta-feira passada. É verdade. Nós relembramos os bons momentos. Nesse sentido, então, eu sou Oficial R/2, como se costuma dizer, 2º Tenente da Reserva, do Centro de Preparação de Oficiais do Exército.

Muito bom.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o relatório... (*Pausa.*)

Aliás, desculpem-me. Houve um equívoco de minha parte. O projeto é terminativo. Vai haver a necessidade da votação nominal. Então, daqui a pouco, nós abriremos o painel. (*Pausa.*)

Antes de fazer o terminativo, então, eu vou passar aos não terminativos, não é, Senador Paim? Porque aí também já podemos votar. Se o Plenário concordar, daqui a pouco, abriremos o painel, Senador Mourão, para votarmos também o item 9.

Item 10 da pauta.

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 2.034, DE 2021

- Não terminativo -

Institui o mês de agosto como o Mês da Primeira Infância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Pela aprovação

Observações: Relator *ad hoc* Senador Paulo Paim

Designo o caro Senador Paulo Paim Relator *ad hoc* da matéria.

Concedo a palavra a V. Exa. para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Presidente, Senador Flávio Arns; Senadora Dorinha, que passou por aqui; Senador Kajuru; Senador Izalci, aqui presente, Senador Mourão, o projeto vem da Câmara dos Deputados e é da Deputada Paula Belmonte.

O projeto institui o mês de agosto como o Mês da Primeira Infância. A Relatora é a Senadora Daniella Ribeiro. Com satisfação, acatei a sua indicação para ser Relator *ad hoc*.

Eu vou direto à análise.

Nos termos do inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado, compete a este colegiado opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, sobre a instituição de datas comemorativas, a exemplo da proposição em debate.

Ademais, em razão do caráter exclusivo do exame da matéria, cabe a esta Comissão pronunciar-se também em relação à constitucionalidade, à juridicidade, em especial, no que diz respeito à técnica legislativa e à regimentalidade.

Relativamente à constitucionalidade da proposição, verifica-se ser concorrente com os estados e o DF a competência da União para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, inciso IX, da Constituição.

A Carta Magna ainda determina que a iniciativa do projeto de lei compete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48, *caput*, por não se tratar de matéria de iniciativa privativa da Presidência da República, segundo estabelecido no §1º do art. 61, nem de competência exclusiva do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, à luz dos arts. 49, 51 e 52.

A escolha de um projeto de lei ordinária mostra-se apropriada à veiculação do tema, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera da lei complementar.

Assim sendo, em todos os aspectos, verifica-se a constitucionalidade da iniciativa.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, em especial com as determinações da Lei 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que estabelece critérios para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instituição de datas comemorativas. De acordo com essa lei, a apresentação de proposição legislativa que vise a instituir data comemorativa deve vir acompanhada de comprovação da realização de consultas ou audiências públicas que atestem a alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira.

Em atendimento a essa determinação, foi realizada audiência pública, no dia 21 de maio de 2021, na Comissão Externa de Políticas para a Primeira Infância da Câmara dos Deputados, para discutir a proposta de instituir a efeméride. Do evento participaram representantes do Poder Executivo e Judiciário, bem como da sociedade civil, que foram unânimes em corroborar a importância da instituição deste período de conscientização, a ser realizado durante todo um mês, anualmente.

Registre-se, em adição, no que concerne à técnica legislativa, que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que concerne ao mérito da proposição, reconhecemos a importância ímpar do projeto.

Da gestação até os seis anos de idade: essa é a primeira infância. É a janela em que experiências, descobertas e afeto são levados para o resto da vida.

Uma primeira infância com cuidados, amor, estímulo e interação pavimenta o caminho para que a criança aproveite todo seu potencial. Nasce um adulto mais saudável e equilibrado e floresce uma sociedade com os mesmos valores.

Muitos entraves ainda separam as crianças brasileiras de um cenário em que todas elas possam desenvolver seu pleno potencial e receber o afeto de que precisam. São obstáculos – novos e antigos – que permeiam as áreas socioeconômicas, educacionais ou mesmo as que envolvem saúde ou políticas públicas.

Um bom desenvolvimento infantil é fundamental para adultos saudáveis e autônomos, o que é essencial para o desenvolvimento de todo o País.

Por essas razões, é, sem dúvida, pertinente, oportuna, justa e meritória a iniciativa de instituir o mês de agosto como o Mês da Primeira Infância.

Voto.

Conforme a argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.034, de 2021.

É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senador Paulo Paim, Relator *ad hoc, s*ubstituindo a Senadora Daniella Ribeiro.

Em discussão a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para discutir.) – Presidente, só para fazer um registro, é lógico que esse tema é um tema caro para todos nós, mas é um belo relatório da Senadora Daniella, agora lido pelo Senador Paim. Lembro que a autoria é da Deputada Paula Belmonte, que é aqui do Distrito Federal e colocou como bandeira a primeira infância, que para todos nós é muito importante, principalmente na educação, que é a base de tudo.

Então, quero parabenizá-la pela iniciativa. Ela não está mais com a gente aqui na Câmara Federal, mas continua o trabalho na Câmara Distrital.

Era só para fazer o registro.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem lembrado, Senador Izalci Lucas.

Encerrada a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Retornamos então para votação nominal do item nº 9...

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senador Carlos Viana, pela ordem.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG. Pela ordem.) – Eu quero colocar aqui, junto ao relatório, o meu agradecimento pelo acatamento de todas as emendas que foram apresentadas por nós, por mim e pela minha equipe. Os Senadores foram sensíveis num tema que para mim é tão caro como a educação e principalmente a educação pública de qualidade em nosso país. Eu sou filho da escola pública, estudei até o fim do ensino médio, o antigo segundo grau, e tenho por essa oportunidade que é dada aos brasileiros uma atenção muito grande. E é um dos pontos principais do meu mandato estender essas mesmas oportunidades a outros que, como eu, nasceram de famílias mais humildes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, meu muito obrigado a todos os Senadores e Senadoras, especialmente ao Senador Paim, pelo acolhimento dessas emendas. Eu espero poder contribuir num debate para tornarmos a educação cada vez mais ampliada, inclusive de qualidade, para o nosso país.

Muito obrigado

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Sr. Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senador Cid Gomes, eu até queria perguntar: V. Exa. vai abordar o tema da Subcomissão?

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Isso. Pois não...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – A minha sugestão só era: abrir o painel, e aí teremos um tempo grande.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Se V. Exa. concordar...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Não, eu concordo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não tem problema?

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Plenamente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É que votaremos então, nominalmente, porque é um projeto terminativo o item 9 da pauta, relatado pelo Senador Hamilton Mourão, que inscreve no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria o nome do Brigadeiro Antônio Tibúrcio Ferreira de Souza.

Então solicito à Secretaria que abra a votação.

Srs. Senadores e Sras. Senadoras, em votação, então, o PL 2.522, de 2019, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores e as Senadores que votam com o Relator, Senador Mourão, votam "sim".

Então está aberta a votação.

(*Procede-se à votação.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu inclusive solicito que se contacte, como de hábito, a assessoria dos gabinetes, para avisar aos Senadores também.

Já lhe passo a palavra, Senador Cid Gomes.

O Senador Cid Gomes não é só um membro da Comissão: é Vice-Presidente. Até solicitei que ele viesse se sentar aqui na frente, mas ele disse: "Não, fico aqui na bancada mesmo".

Então, com a palavra, V. Exa., enquanto as pessoas estão votando.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente, por suas seguidas gentilezas.

Presidente, eu queria... Assim, isso para mim é uma coisa difícil, porque, na minha vida, eu renunciei, uma única vez, à metade de um mandato de Deputado Estadual para assumir uma outra responsabilidade, que era ser Prefeito da cidade em que eu nasci, mas, enfim, renunciar para mim é sempre algo doloroso.

Eu tenho, Presidente, acumulado, ao longo desses três meses, responsabilidades que estão me impedindo de ter um exercício à altura do que eu gostaria na honrosa missão de ser o Vice-Presidente desta Comissão. Posteriormente a essa eleição por aclamação aqui dos membros desta Comissão, aos quais eu sou grato, eu assumi outras responsabilidades – e estou disposto, inclusive, a assumir uma outra responsabilidade específica na educação –, mas, enfim, para que isso possa acontecer, eu queria manifestar aqui formalmente o meu pedido de renúncia à Vice-Presidência da Comissão de Educação. E, ao tempo em que peço para abrir mão dessa função, eu tomaria a liberdade de sugerir a V. Exa. e aos demais integrantes desta Casa o nome da Senadora Professora Dorinha Seabra, que até no nome leva esse vínculo estreito com a área da educação, que tem uma larga trajetória de serviços prestados nessa área, tendo ocupado funções da maior relevância na Câmara dos Deputados, sempre focando o seu mandato na atuação na educação.

Portanto, com a aquiescência de V. Exa., eu queria que V. Exa. aceitasse a minha renúncia e, se possível, que colocasse aí à deliberação do Plenário o nome da Professora Dorinha para assumir.

Ao mesmo tempo, Presidente, eu apresentei nesta Casa... O Ceará tem uma tradição...

Estou aqui me estendendo na minha fala, porque nós estamos em processo de votação e deverá demorar...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – V. Exa. pode se estender pelo tempo que for necessário...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... porque os dois assuntos são da mais alta importância.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Sr. Presidente, ele gosta também de falar, e a gente tem prazer em ouvi-lo. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Também.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – O pior, Viana, é que eu nem gosto muito de falar, não. Eu sou engenheiro civil... Depois de velho você vai ficando mais falante, fica com menos disposição de agir e fica mais falante. Mas, muitas vezes, a fala é o caminho da ação. E, nessa nossa área, sem dúvida, a fala na educação é fundamental – a fala e a divulgação de uma experiência.

E é isso que o Ceará viveu, e era essa experiência que eu queria, de alguma forma, resumidamente relatar aqui.

No Ceará, a partir já da experiência lá como Prefeito e depois como Governador do Estado, a gente viu o quão importante é, para todos os demais níveis de educação, o processo de alfabetização feito na idade certa; o quanto isso vai ajudar positivamente toda a vida estudantil e até acadêmica dos jovens. Lá no Ceará, há 14 anos, nós iniciamos uma metodologia, um foco na questão da alfabetização na idade certa, e isso permitiu – para não ser demorado aqui – que o Ceará tivesse hoje, Presidente, 87 das 100 melhores escolas na avaliação do 5º ano. Vou repetir: o Ideb, avaliando alunos de 5º ano de todas as escolas do Brasil, ranqueou as 100 melhores escolas – repito, na avaliação de 5º ano –, e o Ceará tem 87 das 100. E isso já está chegando também ao 9º ano: salvo engano, nós temos 62 das 100 melhores na avaliação do 9º ano.

Então, eu atribuo isso a esse foco, a essa meta de alfabetizar as nossas crianças na idade certa, com uma série de políticas, inclusive um incentivo aos professores alfabetizadores, e avaliação permanente, porque é isso que vai fazer com que a gente acompanhe permanentemente. O Ceará banca a avaliação de 100% dos alunos duas vezes por ano, ao final do primeiro semestre e ao final do ano, para que a gente ainda possa, nessa primeira avaliação, ter um norte e focar naquelas escolas ou naquelas salas que não conseguiram alcançar os objetivos.

Então, dando esse testemunho da importância da alfabetização na idade certa para toda a vida estudantil, eu queria propor aqui, Presidente – já está formalizado aí –, o Requerimento nº 56, de 2023, para que seja formada uma Subcomissão dentro desta Comissão de Educação para cuidar especificamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desse foco de alfabetização na idade certa. Esse requerimento está apresentado, e eu pediria a V. Exa., quando possível, que o colocasse para deliberação desta Comissão.

Perdoe se abusei da boa vontade, mas, enfim, foi a emoção da renúncia, com a compensação de que teremos alguém com extraordinário perfil para ocupar essa função, e a sugestão aqui, com a apresentação desse requerimento, que, não tenho dúvida, vai ajudar a melhorar a educação pública no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Se o Senador Izalci Lucas permite...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... antes de lhe passar a palavra, vamos encerrar a votação, porque já temos quórum suficiente.

Está encerrada a votação.

Eu peço que se abra o painel para verificarmos os votos.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Votaram SIM 13; NÃO, nenhum.

Abstenção, também nenhuma.

Então, está aprovado o Projeto de Lei 2.522, de 2019.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Com a palavra o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, primeiro, quero dizer do apoio total e da relevância do Senador Cid com relação à questão da educação. O Ceará realmente é uma referência para todos nós e merece, realmente, que se criem condições para que isso seja estendido a todo o país. E também estou totalmente de acordo com a Dorinha – a sugestão do Senador de ser substituído pela Professora Dorinha.

E, falando da Professora Dorinha, Presidente, eu tenho um compromisso agora ali, acabei de receber aqui a ligação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem um extrapauta da Professora Dorinha que eu quero subscrever também, que é um requerimento de audiência pública relacionado a um balanço detalhado do Plano Nacional de Educação, agora em seu nono ano. Ela apresenta aqui e eu gostaria de pedir a V. Exa. para incluir na pauta, para que a gente possa votar este requerimento ainda hoje, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

Em primeiro lugar, já que estamos debatendo o assunto trazido pelo Senador Cid Gomes... É sempre uma alegria ouvi-lo e saber que é reconhecido pelo Brasil o resultado extraordinário do Estado do Ceará em relação à educação. Quer dizer, ter um percentual tão grande de escolas entre as cem melhores é motivo de orgulho e motivo para olharmos o que vem sendo feito no estado, para que esses resultados sejam alcançados.

Então, V. Exa. coloca como item extrapauta um requerimento.

Pergunto ao Plenário se podemos colocar como item extrapauta. (*Pausa.*)

Não havendo discordância, eu leio o Requerimento da Comissão de Educação nº 56.

EXTRAPAUTA

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE N° 56, DE 2023

Requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Permanente, composta de 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, com o objetivo de acompanhar as políticas de Alfabetização na Idade Certa, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Autoria: Senador Cid Gomes (PDT/CE)

Já justificado por V. Exa. e da mais alta importância.

Em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Então está criada a subcomissão sugerida por V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo item da sua proposição foi em relação à renúncia. Nós sempre lamentamos, porque nós temos um carinho, um reconhecimento muito especial por V. Exa. Mas nós já tínhamos conversado, inclusive antes, e V. Exa. vai ter um trabalho muito importante também presidindo a subcomissão, o que vai ser importante para o Brasil.

V. Exa. sugere o nome da Senadora Professora Dorinha Seabra para ocupar a Vice-Presidência. Então eu coloco o nome também para apreciação do Plenário.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Então podemos aplaudir à distância a Senadora Professora Dorinha Seabra, que passa a ocupar, então, a Vice-Presidência. (*Palmas.*)

Eu passo...

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Em seguida, a palavra ao Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG. Pela ordem.) – Obrigado.

Quero desejar ao Senador Cid Gomes todo o sucesso nessas escolhas. Realmente a gente, em alguns momentos, tem que fazer mesmo as opções, as escolhas sobre o que é melhor. Eu vejo isso pela minha condição em Minas – 853 municípios –, pela quantidade de trabalho que a gente abraça aqui no Senado.

Então, muito boa sorte!

Presidente, eu quero pedir a V. Exa... Eu tenho dois projetos que foram encaminhados à Comissão – um deste ano, que é o 1.751, e o outro, o 635, é de 2020 –, que estão aguardando. Estávamos no meio da pandemia, mas quero pedir a V. Exa. que dê uma atenção a eles. Um deles inclusive versa sobre a questão da correção do valor para a merenda escolar. A possibilidade de nós, no Orçamento, já encamparmos valores melhores e, hoje, mais corretos para alimentação das nossas crianças nas escolas públicas brasileiras.

O PL 1.751, de 2023, e o PL 635, de 2020, foram encaminhados por mim.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sim. Nós vamos examinar um que trata da merenda escolar. Inclusive, para o da merenda escolar, foi aprovado um requerimento para a realização de uma audiência pública...

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... com o chamamento de entidades ligadas à área para se discutir o projeto. E o outro também, o 635, que está aqui exatamente, de que o Senador Laércio Oliveira é o Relator, ele pediu justamente para retirar... Já estava na pauta.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Ele pediu para retirar de pauta para que se possa justamente discutir com V. Exa. alguma coisa, mas retornará à pauta tão logo ele apresente também a observação que ele desejar. Mas os dois estão encaminhados.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Até alerto os demais Senadores e Senadoras que, porventura, quiserem relatar projetos ou, eventualmente, discutir a rapidez para que seja apreciado também, nós estamos à disposição para colaborarmos.

Muito bem. Passamos ao item 12 da pauta, que é um item extrapauta também.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE N° 54, DE 2023

- Não terminativo -

Requer licença a fim de representar a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal na Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Educação (CNE), oportunidade na qual proferirei palestra sobre o tema "O autismo e os muitos desafios a vencer", no âmbito da Comissão Bicameral do CNE que trata da Educação Especial.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Então o requerimento é nesse sentido de representar a Comissão de Educação, na reunião do Conselho Nacional de Educação, que acontecerá de forma descentralizada no Estado do Pará, Belém, a partir do dia 12 de junho. Proferirei essa palestra no dia 12, uma segunda-feira, e no dia 13 eu já estarei aqui em Brasília de volta para a reunião da nossa Comissão de Educação.

Muito bem.

Está em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerrada discussão.

Está aprovado então o requerimento.

Obrigado.

Vamos ao item extrapauta já mencionado pelo Senador Izalci Lucas. Leio novamente para lembrarmos.

EXTRAPAUTA

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE N° 55, DE 2023

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de apresentar um balanço detalhado do Plano Nacional de Educação (PNE) ,em seu 9º ano, com dados desagregados por Estados e regiões, com recortes sobre nível socioeconômico, raça, etnia e gênero.

Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO) e outros

Também subscrito, como já foi dito, pelo Senador Izalci Lucas.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Requerimento nº 55, de 2023, lido pelo Senador Izalci.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Quero parabenizar V. Exa. novamente, Senador Cid Gomes, pela criação da Subcomissão Alfabetização na Idade Certa, é um dos temas essenciais para o Brasil.

Eu queria, inclusive, lembrar que, na semana passada, estivemos no Ceal, que é uma escola de educação básica na modalidade de educação especial, que dá uma atenção muito especial para esta área. O que eles fazem no Ceal? Atendem, mais ou menos, 250 crianças e adolescentes com deficiência auditiva, na área da surdez, e mais 250, mais ou menos, na área do transtorno do espectro autista.

Eles têm uma metodologia de alfabetização da pessoa surda para posterior inclusão na classe comum. Os resultados têm sido muito bons, ao contrário muitas vezes, dependendo da situação, obviamente, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alfabetização na própria classe comum. Então, é essa flexibilidade que se deve dar para casos específicos, necessidades específicas.

Há um atendimento muito adequado, muito bom, e a alfabetização na idade certa, que está acontecendo para a pessoa surda. Então, é uma atenção muito especial também na escola pública, municipal, uma atenção para esse foco. E, depois, a caminhada educacional fica muito mais fácil, mais tranquila, porque o instrumento essencial para o sucesso é uma alfabetização adequada.

Eu quero lembrar também – a Senadora Damares está aqui – a política pública deste ano, em que os critérios, os sistemas, as metodologias de avaliação também estão muito relacionados aos trabalhos de todas as audiências públicas e Subcomissões. Não é, Senadora Damares?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – É, Senador, inclusive eu já queria colocar o meu nome à disposição para estar na Subcomissão com o Senador Cid, nem que seja como membro suplente, porque os assuntos são quase correlatos e eu acho que a gente pode trabalhar em parceria, lá, comigo avaliando a educação básica, e ele aqui na Subcomissão Alfabetização na Idade Certa.

Excelente ideia, Senador Cid, excelente!

Então, eu já queria até me colocar à disposição para estar junto com ele na Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Muito bem. Os nomes serão indicados na sequência, mas, já até falando com o partido também, porque sempre há uma questão aí que deve, tanto quanto possível, ser observada de proporcionalidade, não é?

Muito bem. Antes de encerrar os trabalhos, convoco a próxima reunião da Comissão de Educação, que ocorrerá amanhã, 31 de maio de 2023, às 14h. Será realizada a audiência pública da Subcomissão Temporária para Debater e Avaliar o Ensino Médio no Brasil. Como eu disse, é presidida esta Subcomissão pela Senadora Teresa Leitão.

Agradeço a todos e todas e declaro encerrada a presente reunião. Obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 31 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE JUNHO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às quatorze horas e vinte e oito minutos do dia hum de junho de dois mil e vinte e três, no Reunião remota, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Jussara Lima, Nelsinho Trad, Augusta Brito e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Izalci Lucas, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Flávio Arns, Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Romário, Laércio Oliveira e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 49/2023 - CE, de autoria Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senador Flávio Arns (PSB/PR), e REQ 52/2023 - CE, de autoria Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Finalidade:** Instruir o PL 88/2023, que "dispõe sobre a responsabilidade educacional na garantia de oferta e de padrão de qualidade na educação básica pública". **Participantes:** Sra. Andressa Pellanda, Coordenadora-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Sr. Romualdo Luiz Portela de Oliveira, Professor titular aposentado da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - USP e Diretor de Pesquisa e Avaliação do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária - Cenpec; e Sr. Gabriel Corrêa, Diretor de Políticas Públicas do Movimento Todos Pela Educação.. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/06/01

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 1º de junho de 2023.

Objetivo e diretrizes da nossa reunião.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 88, de 2023, de autoria do Senador Flávio Arns, que dispõe sobre a responsabilidade educacional na garantia de oferta e de padrão de qualidade na educação básica pública, em atenção aos Requerimentos 49 e 52, desta Comissão, de minha autoria e de autoria do Senador Arns.

Participarão desta audiência de hoje, de forma remota, os seguintes convidados e convidadas: Sra. Andressa Pellanda, Coordenadora Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação – boa tarde Andressa, obrigada pela presença –; Sr. Romualdo Luiz Portela de Oliveira, Professor Titular da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) e Diretor de Pesquisa e Avaliação do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec) – bem-vindo, Professor –; Sr. Gabriel Corrêa, Diretor de Políticas Públicas do Movimento Todos Pela Educação – é um prazer, Gabriel –; e a Sra. Jade Beatriz, que ainda não chegou, salvo engano meu, Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes).

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, eu comunico...

Chegou a Jade. Tudo bem?

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, nossa proposta é que cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos, podendo ser prorrogado esse tempo, caso necessário, por mais cinco minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares que se inscreverem para suas perguntas ou comentários e também eu farei a apresentação do que nos chegou pela internet.

Então dando muitas boas-vindas a todos e a todas, sem mais delongas, nós vamos passar a palavra para as exposições iniciais, na ordem do que eu apresentei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, a Sra. Andressa Pellanda, Coordenadora da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, será a primeira a fazer o uso da palavra.

Boa tarde, Andressa. Seja muito bem-vinda.

A SRA. ANDRESSA PELLANDA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senadora, agradeço muito o convite para estar aqui hoje representando a campanha nesta audiência. Queria também saudar e parabenizar o trabalho que a Senadora vem fazendo no Senado, que tem sido de luta pelo direito à educação. Também queria saudar Romualdo, Gabriel, Jade, que tenho certeza de que vão trazer belas contribuições para esta discussão, que não é a primeira, também pude acompanhar a anterior e espero não ser tão repetitiva, ainda que concorde com algumas questões que já foram discutidas.

Eu já peço desculpas de antemão, que eu vou ter que sair, porque eu estou num grupo de trabalho aqui do Plano Nacional de Educação, na Capes, e não vou conseguir ficar até o final, porque as agendas se sobrepuseram.

Primeiro eu queria dizer que a gente precisa, sim, pensar em mecanismos de implementação da legislação brasileira de forma geral – aí tem várias que são citadas no projeto de lei –, seja o próprio Plano Nacional de Educação, sejam os planos estaduais, o plano distrital, municipais, como também outras legislações, mas a perspectiva que a gente quer reforçar é que a gente não pode produzir uma legislação que gere processos de perseguição, de punição ou de apontar grandes culpados numa cruzada aí contra, sejam gestores, sejam profissionais da educação, professores, entre outros, não é?

O que a gente defende para essa perspectiva é que a responsabilidade educacional, até pela própria Constituição Federal, é uma responsabilidade que é compartilhada. Então, a própria Constituição já coloca que a responsabilidade com o direito à educação é do Estado e da família, então de forma compartilhada, com colaboração da sociedade. Então, é preciso pensar também que não é só o Estado, a instituição educacional que deve se responsabilizar por essa educação, e isso precisa ser olhado com maior cuidado e com maior complexidade em relação a esse aspecto.

A outra questão da responsabilidade compartilhada, que penso que precisa ser mais bem refletida também, é sobre a corresponsabilidade federativa em relação à educação. É claro que a Constituição traz as responsabilidades específicas para a educação básica, para a educação infantil, para as diversas etapas e também até para o ensino superior, mas essa responsabilidade também segue compartilhada. A gente tem a necessidade de uma ação colaborativa, supletiva inclusive, de alguns entes federados para com, por exemplo, municípios e estados. Então, isso também precisa ser tido em conta.

E a terceira questão sobre essa responsabilidade compartilhada é sobre a responsabilidade compartilhada no interior das próprias instituições educacionais, aí vem descendo para o micro, não é? A gente não tem só a responsabilidade, por exemplo, da Secretaria da Educação, da diretoria regional de ensino, a gente tem também dos diretores de escola, dos orientadores pedagógicos, professores, até chegar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aos demais educadores que estão na escola, como por exemplo a própria merendeira, que está na escola e também tem uma responsabilidade sobre esse direito à educação.

Então, existem vários níveis de responsabilidade sobre o direito à educação. Toda essa responsabilidade é compartilhada e, justamente por isso, é muito complexa a discussão sobre uma lei de responsabilidade educacional.

A educação não acontece de forma linear e dentro de caixinhas para que se possa justamente fazer esse apontamento de culpados.

O outro ponto que eu queria ressaltar é que a gente não tem como cobrar uma responsabilidade pontualmente sem a gente ter condições para que esse direito à educação seja garantido e que essa responsabilidade possa ser executada.

Então, para que o direito à educação seja garantido e que a gente tenha essas condições, isso diz respeito diretamente às condições para o trabalho educacional ser feito. E aí a gente vai se remeter a todo o diagnóstico sobre falta de valorização dos profissionais da educação, sobre falta de formação, carreira, falta da própria infraestrutura nas instituições educacionais em todo o Brasil, que dizem respeito muito fortemente ao financiamento da educação, financiamento esse sobre o qual a gente teve grandes vitórias na aprovação do Fundeb, em 2020, mas que tem sido ameaçado por diversos outros aspectos, não só da falta de regulamentação finalizada desse Fundeb – a gente precisa terminar várias legislações para que ele possa ser implementado na sua plenitude –, como também do teto de gastos da Emenda 95 e, agora, com o novo arcabouço fiscal, que, infelizmente, foi aprovado na Câmara, inserindo o Fundeb dentro desse arcabouço, pressionando o financiamento da educação como um todo. E isso vai impedir, inclusive, que essas condições sejam garantidas para daí se cobrar alguma responsabilidade.

E, claro, um dos pontos mais importantes, que inclusive já foi citado na outra audiência por mais de uma pessoa, é sobre o próprio Custo Aluno Qualidade, que é um mecanismo que faz parte do Fundeb, que pressionaria o financiamento para cima, para a gente ter maior financiamento em relação ao que é hoje o Fundeb, e ele acaba sendo também um mecanismo muito importante de monitoramento, de gestão, de fiscalização, e ele não foi ainda regulamentado e sequer, claro, implementado para que a gente possa também avançar nessa discussão não só das condições de ofertas de infraestrutura como também de como melhorar esses mecanismos de avaliação e monitoramento.

E aí, falando de avaliação e monitoramento, é claro que a gente também tem que lembrar a regulamentação do Sinaeb (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica), que é um dos indicadores para uma parte do financiamento do Fundeb e que também serve para outros debates para além do financiamento, que dizem respeito à própria avaliação.

E aí penso que a avaliação precisa, assim, digo, essa questão mais ampla de responsabilidade está relacionada a três grandes elementos que não podem ser considerados de forma apartada. O primeiro deles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é a questão da avaliação diretamente. A gente já tratou aqui do Sinaeb – eu acho que o Romualdo tem também muitíssimo a acrescentar sobre isso –, mas a avaliação numa perspectiva de diagnosticar, e não nessa perspectiva de punição, de apontar culpados. O segundo elemento é um elemento de monitoramento que diz respeito muito diretamente a esse diagnóstico, mas no sentido de atualização, de ajuste constante da política pública, de forma que a gente possa redirecionar casos que não estão indo bem, etc., para prevenir o não cumprimento da legislação. E, por fim, o terceiro elemento de controle social, que é essencial para garantir que haja essa corresponsabilidade, inclusive da família e da sociedade, mas também para que seja efetiva a legislação; sem controle social a gente não garante nenhum diagnóstico preciso, nem a efetividade das políticas públicas dessa gestão democrática.

Aí tem um último ponto que é bem específico sobre o que traz a legislação, o projeto de lei, que fala no art. 5º de bonificação, caso se melhore. A gente já teve um debate enorme na época da tramitação do Fundeb, sobre esse assunto, que garante mais recursos, por exemplo, para quem melhorar os indicadores, como uma espécie de incentivo, mas a gente foi terminantemente contra esse tipo de processo, porque acaba gerando um aprofundamento maior das desigualdades em vez de o contrário. A própria Diane Ravitch, que é uma das grandes autoras sobre o tema, no livro *Vida e Morte do Grande Sistema Escolar Americano, como os Testes Padronizados e o Modelo de Mercado Ameaçam a Educação*, fala sobre esse tipo de ação que ela mesma implementou e que deu muito errado e aprofundou as desigualdades, porque aqueles que conseguem melhorar mais são aqueles que já têm melhores condições. Então, você acaba distribuindo recurso de forma menos equitativa, não é? Então, essa questão a gente desincentiva que permaneça no documento.

E aí, para acabar, eu queria dizer que esse é um tema sobre o qual eu acho ótimo que estejam tendo audiências, que isso esteja sendo debatido com maior profundidade, que tragam esses atores importantes do debate educacional para traduzirem as discussões, mas todo esse projeto de lei, se ele for para frente, ele vai ter que ser modificado após a discussão do Sistema Nacional de Educação, do Sinaeb, do CAQ, do novo Plano Nacional de Educação. Então, também não aconselhamos que ele seja votado às pressas ou logo, porque a gente precisa ainda amadurecer vários outros aspectos da legislação para aí chegar a essa discussão de forma mais azeitada.

Era um pouco isso que a gente queria trazer.

Agradeço imensamente e fico à disposição para os próximos debates. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência.*) – Ai, meu Deus! (*Pausa.*)

Eu caí, mas já voltei!

Muito obrigada, Andressa. Eu quero lhe dizer que é exatamente essa sua fala final que nos ensejou a fazer essas audiências públicas. É um projeto realmente complexo, tem alguns pontos polêmicos, o Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autor foi muito aberto para que a gente pudesse fazer esses debates para contextualizar o projeto e, em havendo necessidade, se farão emendas, substitutivos, de acordo com o que os nossos parceiros e parceiras estão nos aconselhando a fazer.

Muito obrigada pela sua intervenção. Fique à vontade para quando for a sua hora de sair. Não se preocupe, que a gente depois fará a socialização de toda esta audiência.

Então, vamos passar agora para o Prof. Romualdo Luiz Portela de Oliveira, Professor Titular da USP e Diretor de Pesquisa e Avaliação do Cenpec.

Pois não, professor, os seus dez minutos. Precisando de mais, ampliaremos com cinco minutos.

O SR. ROMUALDO LUIZ PORTELA DE OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todas e a todos! Particularmente à Senadora Teresa Leitão, eu queria agradecer o convite, saudar a realização do evento. A gente ter a oportunidade de discutir mais amplamente projetos de lei em geral, e em particular na área de educação, é sempre muito importante, porque isso enseja aperfeiçoamentos, enseja ouvir as contribuições de diferentes atores sociais.

Em particular, esse projeto trata a meu ver de dois temas, que talvez fosse mais adequado serem tratados separadamente e não no bojo de um único projeto, quais sejam: o da responsabilização e o da garantia da oferta de padrão de qualidade, que não me parece estarem tratados de modo equilibrado no projeto. Então, eu vou desenvolver minha fala tratando deles separadamente: vai ter uma primeira parte em que eu vou tratar do padrão de oferta, que me parece o aspecto mais importante desse projeto, ainda que o outro também o seja, mas eu priorizaria a definição do padrão de oferta; depois, tratarei da responsabilização e procurarei evidenciar alguns aspectos que me parecem equívocos que estão presentes no projeto.

E também nessa introdução eu queria chamar atenção para um problema que está embutido aqui, que é o fato de ele, na verdade, não ser terminativo, quer dizer, com a aprovação desse projeto, nós vamos ter a necessidade de outra legislação que estabeleça os indicadores, etc., que vão contemplar alguns aspectos aqui mencionados.

Eu acho ruim esse procedimento. Eu tenderia a ser favorável a um projeto que já avançasse nos indicadores, porque senão a gente fica num processo de elaboração legislativa sem fim.

Na mesma linha, eu acho que existe um problema – são observações que depois no ponto específico eu vou ressaltar – entre condicionantes e indicadores, porque se põe um monte de condicionantes, mas não se diz qual é o caráter que eles têm.

Eu acho que em geral cria confusão ficar pondo esses condicionantes, como aconteceu no caso do Fundeb, que criou um labirinto em torno do Vaar, que eu acho que provavelmente vai levar a uma impossibilidade de regulamentação decente, porque cria um conjunto de condicionantes que são muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

difíceis de pesar entre si, de ver como vão ser medidas, e eu acho que acabam desvirtuando o objetivo da lei. Quer dizer, é um jabuti, levanta questões que não são questões do objeto da lei. Mas eu vou tentar explicitar isso no momento oportuno.

A outra coisa que eu acho que é saudável, porque gera a perspectiva do aperfeiçoamento com a experiência, é um prazo de validade da lei. Eu acho que nós aprendemos muito com a validade do Fundeb – a do Fundef e depois a do Fundeb –, até nós termos amadurecimento suficiente para constitucionalizá-los. Ou seja, se não tivesse havido a avaliação do Fundef após dez anos, não tivesse havido o Fundeb avaliado depois de dez anos, nós não teríamos criado condições políticas para aperfeiçoar a lei. E aí sim, à luz de uma experiência mais consolidada, a gente estabeleceu uma legislação mais definitiva.

Então, eu gosto da ideia de a gente ter um prazo de validade, sei lá, de cinco anos, dez anos – isso é uma discussão –, para se avaliar e se fazer um balanço do que se fez à luz da experiência prática, porque tem muito de idealização na hora em que se faz o projeto de lei, mas, quando ele é submetido ao teste da prática, às vezes aparecem problemas para os quais a gente não se dá conta.

Muito bem, quanto ao padrão de oferta, que é o primeiro ponto da lei, eu acho que é importante a gente ressaltar que ele é regido pela lógica da igualdade, ou seja, é justo que busquemos que a oferta – o padrão de oferta educacional ofertada a cada cidadão brasileiro – seja igual, ou seja, o menos desigual possível. Por isso é que vem a ideia da equidade: se não é possível a igualdade, que pelo menos as diferenças sejam minimizadas.

Eu acho que isso é importante a gente não perder de vista, porque, por exemplo, no debate do Fundeb, o Fundeb é orientado por esta ideia da redução da desigualdade entre as redes na perspectiva de que nós tenhamos mais justiça social no país, do ponto de vista das políticas públicas. Nesse sentido, a gente misturar padrão de oferta, ou seja, aquilo que nós temos que buscar que seja o mais igual possível, com elementos e indicadores que desequalizam e, mais, têm um componente regressivo muito grande, isso distorce a lei. É a crítica que eu faria ao Vaar, porque, se eu distribuo recursos com base em resultados que já são condicionados pela disponibilidade prévia de recursos, eu aumento a desigualdade e, portanto, eu corrompo o ponto de vista inicial que sustenta a lei. Eu acho que tem um pouco disso aqui. E acho que, no caso do Vaar, fica bastante evidente que a mistura de condicionantes com indicadores cria um problemão para a regulamentação, que eu acho que é o buraco em que a gente está metido.

Bom, no que diz respeito ao padrão de oferta, eu acho que é necessário avançarmos para a igualdade desse padrão de oferta no nível escola e no nível aluno. Por exemplo, o debate do Fundeb foi todo feito em termos de redes – igualdade, administrando a desigualdade entre as redes. O problema é que isso passa por cima da desigualdade existente numa mesma rede. Quanto maior é esta rede, maior é a desigualdade intrarrede, fundamentalmente determinada por uma diferença de número de alunos por sala. Quando a gente faz o cálculo de custo aluno, isso gera desigualdades muito grandes entre centro e periferia e, quando a gente pensa no gasto por aluno, nós vamos ter diferenças muito grandes do ponto de vista das condições

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concretas que são ofertadas para cada aluno. Então, de toda maneira, eu acho que tem que se trabalhar com isso.

Uma resposta, que eu acho que é uma resposta boa, mas ela é uma resposta do ponto de vista do dever ser, é o CAQ. O CAQ trabalha com a ideia de que nós temos que reduzir a desigualdade de gasto por aluno, garantindo o mínimo para todos. O problema é que isso é o dever ser e, para a gente avançar nesse debate, nós temos que introduzir a medida do gasto por aluno no nível escola, para a gente perceber quão longe nós estamos do CAQ ou do padrão que nós queremos para todos. O CAQ avança inclusive nos tipos de despesa.

Eu tenho chamado a atenção para esse debate porque é necessário a gente introduzir a ideia do gasto por aluno, gasto pedagógico por escola, gasto pedagógico por aluno. Eu vou dar um exemplo muito simples: muitas vezes, quando se faz a contabilidade do gasto por aluno no nível da escola, se põe nessa conta reforma. Reforma não é gasto pedagógico. É na verdade a reposição das condições de funcionamento da escola, o que seria equivalente à construção, portanto não entra nesta discussão de custeio. Então, eu acho que tem que se fazer a discussão do gasto por aluno naquilo que efetivamente impacta as atividades pedagógicas *stricto sensu*.

De alguma maneira, isso está contemplado no projeto no inciso II do art. 2º e, de alguma maneira, é detalhado no parágrafo único do art. 4º. O que não está dito aí? Não está dito qual é a fonte desses recursos, se são recursos do Fundeb, de onde virá esta complementação da União para garantir esse gasto. Então, acho que aqui nós temos que avançar no detalhamento disso porque, se a gente não diz de onde vêm esses recursos, de novo a gente joga um debate para frente.

Eu acho que é importante a gente... A minha sugestão seria tomar como eixo desta parte do padrão de oferta a ideia do CAQ e, a partir daí, redigir o texto, ou seja, se diz que este é o desejável e, a partir daí, se faz um conjunto de considerações que nos leve até chegar lá.

De toda maneira, se a gente está entendendo que isso é um debate... Estou tratando isso como um debate em torno do padrão de oferta. Agora, se nós estamos entendendo que isso é um indicador de qualidade, eu certamente tenderia a incluir elementos de resultados, que nós temos de dispor quais sejam, e de processos, porque eu acho que é importante a gente avançar no debate sobre qualidade para além de uma polarização entre insumos e resultados, ou seja, existem componentes do processo educacional que são elementos indicativos de qualidade.

Vou dar um exemplo bem simples: é parte da qualidade da educação que todo estudante seja submetido a uma educação antirracista, antissexista, da pluralidade, e isso tem que estar incorporado nas nossas medidas de qualidade, senão nós corremos um risco de empobrecer o debate sobre qualidade. Só para dar um exemplo, se o Ideb é um indicador de qualidade, ter boas notas em Matemática e Português é tudo que nós queremos da escola. Isso é uma visão... É necessário que se ensine Português e Matemática,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas entender que a escola só sirva para fazer isso é obviamente empobrecer o conteúdo da educação. Portanto, a nossa concepção de educação tem que estar manifesta e expressa nos indicadores de qualidade que nós queremos instituir no sistema, senão nós corrompemos as práticas educacionais a ponto de poder se distorcer e achar que aqueles sistemas que educam para o teste e afunilam o currículo são bons exemplos para o Brasil, que é uma coisa que nós vemos aí Brasil afora.

No que diz respeito à responsabilização, eu acho que o projeto tem mais problemas. Tem também problemas... Por quê? O primeiro aspecto, que eu acho que é importante, é que nós temos já um dispositivo na Constituição Federal, no §2º do art. 208, que é um dispositivo constitucional poderosíssimo que nós usamos pouco: é aquela ideia de que a oferta irregular da educação obrigatória implica a responsabilização do gestor. Só que aí eu acho que, se a gente está falando em responsabilização no sentido mais amplo, nós temos que distinguir responsabilização do Estado e responsabilização do gestor, porque a responsabilização do gestor é uma responsabilização por omissão, por crime administrativo, etc., cuja sanção é sobre o indivíduo, mas nós temos que ter também uma sanção sobre a administração pública no sentido geral com um caráter reparatório.

Por exemplo, ele deveria gastar tanto em educação e não gastou: tudo bem, tem um nível de responsabilização que é para o indivíduo; agora, tem uma responsabilização do Estado em que ele tem que reparar esse gasto que ele não fez nos exercícios seguintes. Se ele não cumpriu a legislação de garantia da escolarização obrigatória: perfeito, tem uma dimensão que é responsabilidade do gestor, mas tem um ônus, uma dívida que o Estado contrai com a sua população que tem que ser garantida na legislação. Portanto, eu acho que se tinha que ser muito cuidadoso nessa questão da responsabilização porque, como já foi dito em várias das falas, tanto na fala de hoje da Andressa quando nas da semana passada, só é possível a gente avançar neste debate se a gente garantir condições mínimas de funcionamento para todos. Portanto, eu acho que, até a gente chegar a uma coisa de responsabilização, por exemplo, do diretor da escola, é bastante complexo e bastante discutível o que está, por exemplo, no art. 6º.

Eu, de toda maneira, teria uma sugestão nessa questão da responsabilidade do sistema que é travar os investimentos. Na LDB, tem alguma coisa assim. Nas versões que se debateram na época em que se debateu a LDB, existia uma coisa que era, por exemplo: se você não garante a oferta de educação infantil e você tem que recorrer a vagas conveniadas, você fica obrigado a ter como prioridade de gasto dos exercícios seguintes o investimento na expansão da rede própria para atender a essa responsabilidade. É alguma coisa que faça o seguinte: se o Estado não cumprir este ano, no ano que vem, a prioridade do seu investimento na área tem que ser satisfazer essa responsabilidade, antes de investir em outras coisas. Você vai criando um amarramento para que não tenha jeito de fugir com o não cumprimento, quer dizer, se você não cumprir num determinado ano, que venha a cumprir nos anos seguintes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por último, eu queria falar do que me parecem equívocos que estão presentes no projeto e que têm que ser retirados, simplesmente porque eles, primeiro, não tratam do objeto do projeto e, segundo, eles são equívocos.

Por exemplo, o que está no art. 5º sobre bônus é uma barbaridade, porque o bônus é uma barbaridade, não é? E aí eu tenho três argumentos para sustentá-lo. Primeiro, não têm sustentação teórica. Uma revisão séria de literatura internacional sobre o assunto vai mostrar que esses bônus, essas bonificações, não produzem efeitos equalizadores; ao contrário, eles aumentam a desigualdade. Eles não incidem sobre o aperfeiçoamento do sistema como um todo. Para isso, eu sugeriria, por exemplo, a dissertação de mestrado de Nathalia Cassettari, que foi defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da USP, que fez uma extensa revisão da literatura internacional sobre bonificação de professores. Eu acho que ilustra bastante isso.

Segundo, as medidas de bônus são complexíssimas. Por quê? Porque se nós estamos entendendo que a bonificação é por um resultado expressivo do professor, por exemplo, ou da escola, você não consegue controlar a diferença entre os alunos de um professor. Por exemplo, você pode ter uma classe excepcionalmente boa num ano e seu resultado ser excepcional; no ano seguinte, isso não é verdade. Ou seja, é muito difícil você estabelecer elementos de comparabilidade para medir essas coisas.

E o terceiro elemento é que as políticas de bonificação induzem seleção e exclusão. Veja, a escola também faz *gaming*. Se a escola sabe que ela vai ser avaliada e vai receber mais dinheiro por ter bons resultados, é óbvio que ela vai selecionar alunos na entrada, de maneira informal e perversa. Portanto, a bonificação é uma estupidez. É uma estupidez tão grande que, uns 15 anos atrás, quando isso era moda no Brasil, não resultou em nenhuma melhoria na educação brasileira, e alguns, envergonhadamente, pararam de falar no assunto, mas eles tinham que vir dizer: "Eu estava errado. É uma bobagem fazer bônus". Então eu proporia simplesmente retirar o art. 5º.

A outra coisa: eu retiraria as condicionalidades e iria direto para os indicadores. As condicionalidades contaminam o debate. São, na verdade, uma tentativa de resolver nesta lei outros problemas que não são objeto da lei. Ainda que algumas delas sejam defensáveis, elas poluem o debate aqui e criam complicação. Eu pergunto: como é que vai se medir isso aqui depois? Como é que você vai pesar todas as condicionalidades? Quer dizer, você cria um monstro, como, aliás, criamos no Vaar, que está mostrando a sua inutilidade.

Por último, eu já falei do período de avaliação da lei, mas eu acho que tem que ficar claro como é que nós vamos avaliar o cumprimento tanto do padrão quanto da responsabilização. Vai ser anual? Vai ser depois de um mandato? Tem que estar explícito isso, porque senão, de novo, nós fazemos a coisa pela metade, vai ter a necessidade de se fazer alguma coisa depois para dizer como é que vai ser ou vai se criar espaço para a judicialização. Nenhuma delas me parece saudável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu espero que essas minhas observações contribuam para o aperfeiçoamento do projeto e desejo sucesso na sua tramitação no futuro.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Nós que agradecemos, Professor, sem sombra de dúvida, contribuíram bastante.

Só queria dar um esclarecimento sobre a tramitação legislativa. Esse projeto é terminativo no âmbito da Comissão de Educação, enquanto projeto, o que não significa que ele possa suscitar, no futuro, alguma outra legislação. Por isto que nós estamos com tanta preocupação, com tanto cuidado, para que ele seja bastante discutido: primeiro, para nos enriquecermos com todo o aporte que está sendo trazido pelos nossos convidados; e, segundo, porque dá mais legitimidade, evidentemente. Pode ter certeza de que tudo que está sendo dito aqui nas nossas audiências será muitíssimo considerado.

Então, vamos para o nosso terceiro convidado, que é o Sr. Gabriel Corrêa, Diretor de Políticas Públicas do movimento Todos pela Educação.

São dez minutos iniciais, precisando de mais cinco, serão automaticamente concedidos.

O SR. GABRIEL CORRÊA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senadora. Obrigado pelo convite. Obrigado pela Presidência aqui da nossa audiência. Queria saudá-la também pelo trabalho que vem fazendo no Senado, como pude, pessoalmente e presencialmente, comentar ontem com a senhora.

Cumprimento também o Senador Flávio Arns, que tem, junto com a senhora, conduzido essa discussão, e agradecer pelo convite; o Prof. Romualdo, a Andressa, que fizeram, a meu ver, ótimas contribuições aqui para o projeto; e a Jade, não estou a vendo aqui, mas acho que breve também trará ótimas contribuições.

Em primeiro lugar, Senadora, eu gostaria de reforçar que é muito meritória essa discussão que o Senado está puxando, até lembrando que esse é um tema que consta no Plano Nacional de Educação. O Plano Nacional de Educação previa que até 2015 o Brasil tivesse uma lei de responsabilidade educacional e, desde então, nos últimos oito anos, estamos com esse atraso, assim como infelizmente estamos atrasados em muitas das metas e das estratégias do plano.

Mas também já houve algumas outras iniciativas legislativas ao longo desse tempo. Teve um projeto de lei na Câmara dos Deputados, em 2006, se não me engano, da então Deputada Federal Raquel Teixeira, que depois virou Secretária, hoje é a Secretária do Rio Grande do Sul inclusive. Enfim, esse é um tema que vem sendo discutido no debate educacional brasileiro há alguns anos e parte do nosso diagnóstico aqui, no Todos pela Educação, de por que não avança é porque esses projetos trazem no seu âmbito algo que, tanto Andressa quanto o Prof. Romualdo já criticaram, e aqui a gente endossa essa crítica, é a questão da responsabilização do gestor por uma série de indicadores ou de parâmetros de qualidade que não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessariamente estão bem definidos, em primeiro lugar e, mais do que isso, fogem da sua responsabilidade única, entendendo que na educação a gente não tem essa ideia de corresponsabilização, de corresponsabilidade, que vai desde os profissionais de educação, lá na escola, até, sim, a gestão pública e os atores políticos. Acho que isso, esse elemento realmente e o risco de, vou até usar um termo que Andressa usou, uma cruzada de perseguição ou de uma judicialização excessiva, como o Prof. Romualdo trouxe, a gente enxerga como muito perigoso. E, a nosso ver, o projeto e essa ideia não avançam muito por conta desse parâmetro.

Isso não significa que o tema não deva ser debatido e não deva ser avançado. Inclusive, o Plano Nacional de Educação, quando traz a ideia de uma lei de responsabilidade educacional, não traz essa ideia de crime de responsabilidade, essa responsabilização, como esse atual PL, como outros já discutiram.

Então, eu vou trazer bem brevemente, Senadora, na minha fala, algumas preocupações sobre o atual projeto de lei, mas também algumas ideias que temos para que esse tema avance, para que a gente possa, como a própria justificativa do atual Projeto de Lei (PL) 88 traz, aperfeiçoar o controle social, avançar, usando os termos do próprio PL, na aderência de práticas mais responsáveis na educação.

Acho que esse é um caminho importante para a gente discutir, ou seja – o que eu quero trazer aqui em resumo –, um projeto de lei ou uma lei de responsabilidade educacional não necessariamente, a nosso ver, deveria incidir ou deveria induzir crimes de responsabilização de gestores públicos por um ou outro elemento.

Então, essa é a nossa principal preocupação, como eu já trouxe.

Tem – o Prof. Romualdo trouxe isto – uma série de parâmetros não definidos. Então, na atual redação, você avançar com isso significaria não dar um passo no sistema de ensino brasileiro, porque uma série de parâmetros precisam ainda ser definidos. Por exemplo, o que é o CAQ? A legislação traz, em vários elementos, em vários documentos, em várias leis, o Custo Aluno Qualidade, mas ninguém sabe, não se tem definido ainda o que é isso. Então, como é que a gente vai criar parâmetros de responsabilidade e responsabilização a partir disso?

Na questão da bonificação não vou me estender, mas concordamos plenamente: achamos que é um erro esse tipo de política, especialmente quando feita de forma isolada, obrigatória em lei nacional, para todo mundo. Então, não enxergamos aqui, no Todos pela Educação, que é algo que deva ser avançado em lei.

Há a própria questão da evolução dos indicadores de aprendizagem. A gente tem que lembrar... A gente trabalha muito aqui também com a ideia do direito dos estudantes, então, às vezes, você pode ter uma rede que conseguiu uma evolução, mas que está tão distante ainda de garantir esses direitos, enquanto outras já estão muito mais avançadas e tiveram alguma redução ou alguma estagnação de um ano para o outro nos seus índices de aprendizagem, e isso não significa que deixou de garantir direito dos estudantes. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acho que essa questão de evolução de resultados, com muitas críticas, inclusive, a como o Vaar tem sido implementado – o Prof. Romualdo já trouxe –, a gente também endossa e nos preocupa muito.

E mesmo a ideia de que, é claro, a gente tem que avançar, e essa legislatura vai ter oportunidade imensa de discutir o novo Plano Nacional de Educação e, na sequência, os planos estaduais, os planos municipais, mas a gente não pode esquecer que, como eles são planos de estado e são planos decenais, às vezes você tem uma gestão que já pega uma situação de um sistema educacional muito distante do cumprimento do plano que foi estabelecido muito tempo antes, e aí você vai punir aquele gestor por não cumprir a meta do plano, sendo que ele já pegou uma situação muito mais complexa. Então, a gente tem sempre que ponderar essa questão da temporalidade da gestão pública, dos mandatos políticos, com os planos decenais, que são muito importantes. E a gente precisa discutir como ter mais indução, como ter mais força para que eles sejam cumpridos.

Agora, como eu falei, Senador, tem temas meritórios quando a gente fala de avançar em uma lei de responsabilidade educacional voltada para o controle social, voltada para a aderência de práticas de mais responsabilidade.

O atual projeto de lei traz, na sua redação, a ideia de ter, no começo das gestões, um documento, um relatório das gestões do Poder Executivo que traga um diagnóstico e traga um plano de ação para o mandato. Isso é feito por algumas gestões. Isso é feito especialmente em grandes cidades, nos estados, mas tem muitas secretarias de educação que começam e terminam o seu trabalho sem dar nenhuma visibilidade para a sua população, para a sua rede de ensino, de qual é o plano que vai ser seguido. Claro, sempre mirando para o plano municipal, sempre mirando para o plano estadual, mas como eu disse, também é importante que se tenha, a partir desse plano de estado, um plano de gestão.

Então, eu acho muito meritório que o projeto de lei tente avançar nesse sentido para dar transparência, para dar visibilidade para a população do que se pretende seguir.

E essa questão das metas, dos indicadores, da visibilidade e transparência para a população sobre os principais indicadores que já temos hoje – e aí, ao longo do tempo, com certeza, a gente vai avançar nisso, com o Sinaeb, com o avanço de padrões de qualidade, mas hoje a gente tem indicadores de acesso, de permanência, de aprendizagem dos estudantes que, infelizmente, ainda precisamos avançar muito na transparência que é dada a esses indicadores, mas sem a ideia da punição, na ideia, como a senhora mesmo falou, Senadora, nas audiências passadas, na ideia de acompanhamento, de monitoramento, de até apoiar a rede de ensino no que precisa melhorar. Então, esse é um olhar que a gente precisa dar para as avaliações e não o olhar punitivo de punir a gestão ou punir a escola, pior ainda, punir os profissionais de educação.

E aí termino, só com uma questão que – eu sei que há outras discussões no Congresso sobre isso –, mas talvez esse projeto de lei também possa avançar na ideia da responsabilidade educacional, olhando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o controle social, que é a ideia dos dados educacionais brasileiros que nos últimos anos sofreram um imenso revés no Governo Bolsonaro, um imenso problema de transparência pública.

Hoje, por exemplo, o Prof. Romualdo trouxe a importância de acompanharmos indicadores das diferenças etnicorraciais dos nossos estudantes. Hoje a gente não consegue fazer esse acompanhamento, porque os dados do Inep não nos permitem. Então acho que avançar nisso – e foi trazido por outros representantes aqui na audiência passada –, avançar nessa transparência dos dados educacionais brasileiros nos parece, aqui no Todos pela Educação, fundamental para que possamos ter mais controle social, para que possamos ter mais transparência e avançar na responsabilidade educacional, conforme prevê o atual Plano Nacional de Educação.

Obrigado mais uma vez pelo convite.

Foi um prazer compartilhar aqui com vocês algumas ideias. Estamos à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Nós que agradecemos.

Acho que foram bastante complementares as falas, ao mesmo tempo, evidenciando as dificuldades, os pontos de atenção que a gente precisa dar a essa legislação para ela continuar a sua tramitação e coisas novas... O bom da dinâmica da educação e do debate é isso, porque os estudos não param, a dinâmica, à medida que ela vai se tornando mais complexa e desafiadora, ela também vai para nós trazendo espaços de investigação, de novas propostas, não é? Se tem uma coisa que na educação é importante é isto: a gente nunca envelhece, vai tudo sempre ampliando, não é?

Então vamos agora ouvir a voz da jovem estudante – não que não sejamos jovens, todos nós somos –, mas vamos ouvir agora a voz de Jade Beatriz, Presidenta da União dos Estudantes Secundarista (Ubes).

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Eu estou sendo informada aqui pela nossa assessoria que o sistema de Jade caiu, e ela não voltou mais.

Então, encerramos com nós três, com vocês três. Vou ler o que chegou do e-Cidadania, ao mesmo tempo em que complemento essa minha rápida abordagem, evidenciando que um dos principais pontos de atrito da leitura dos nossos três palestrantes, nossos três expositores, é a bonificação, não é? A bonificação para professores, o que ela enseja, o que ela envolve e quais as consequências dessa bonificação. Eu digo a vocês que não são boas.

Nós vivenciamos, lá no nosso estado... Eu, inclusive, fiz várias emendas à lei. É o famoso BDE (Bônus de Desempenho Educacional), que gerou uma bola de neve, porque aí, depois, os policiais também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

queriam – bônus de desempenho policial –, os médicos também queriam – bônus de desempenho médico –, porque todo mundo quer ampliar o seu salário.

Mas essa bonificação, apesar de ela ser coletiva – ela não é individualizada por servidor ou servidora, ela é coletiva –, criou situações, Prof. Romualdo, tão esdrúxulas que, às vezes, o professor não tinha tempo de preencher a planilha e aí o diretor dizia: "Deixe que eu preencho. O importante é a nossa escola não perder o BDE". E você artificializa, artificializa demais um processo.

Então, eu evidencio como um dos principais pontos de atenção essa questão da bonificação e os vínculos que essa lei, naturalmente, enseja, principalmente com o Plano Nacional de Educação.

Vamos, então, para as quatro intervenções do e-Cidadania. Na verdade, são quatro perguntas.

A primeira é de Taylor Pedro, do Distrito Federal: "Como podemos fortalecer a responsabilidade educacional para assegurar oferta e padrões de qualidade na educação básica pública?".

Acho que isso já fez parte das exposições todas.

Carlos Silva, do Rio de Janeiro: "Quais serão os agentes responsáveis pela fiscalização e qual será o método estabelecido para avaliar a efetividade das medidas tomadas?".

Lucineide Alessandra, do Distrito Federal: "Como conseguir nas escolas o comprometimento com a responsabilidade e qualidade educacional?".

Fred Almeida, do Pará: "Como o PL [projeto] pretende lidar com as desigualdades regionais e socioeconômicas que afetam a qualidade da educação?".

Então, eu vou devolver a palavra... Agora somos dois – não é? –, porque a Andressa tinha já dito que não podia ficar até o fim.

Pergunto se tem algum Senador *online.* Não vi ninguém se inscrevendo. (*Pausa.*)

Aí retorno para o Prof. Romualdo e, depois, para o Gabriel, perguntando se cinco minutos são suficientes para essa abordagem final. (*Pausa.*)

Então, Prof. Romualdo.

O SR. ROMUALDO LUIZ PORTELA DE OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu vou começar de trás para frente. Eu acho que a pergunta do Fred tem que ser objeto no projeto, na hora em que se define o padrão de oferta.

Eu fiz a minha primeira intervenção trabalhando com a ideia de igualdade de gasto ou de busca da igualdade de gasto, mas eu não sou contra uma desigualdade reversa, ou seja, que você identifique regiões vulneráveis, que atendem populações mais vulneráveis, notadamente regiões mais pobres, periferias das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grandes cidades, para que recebam mais recursos, exatamente porque temos que ter consciência de que a distribuição espacial da população é regressiva. Quer dizer, as escolas da periferia atendem a população mais pobre, têm professores menos experientes, porque, em geral, os professores começam o seu exercício pelas escolas da periferia, conforme eles vão tendo condições, eles vão migrando para regiões mais centrais, portanto, não têm estabilidade de corpo docente, enfim, muitas vezes, as escolas são mais precárias, as salas são mais lotadas, ou seja, eu não tenho problema de que o gasto seja desigual numa perspectiva de redução de desigualdade, mas, num primeiro momento, é razoável e é didático a gente trabalhar com a ideia da redução das desigualdades, porque vai no mesmo sentido, porque, nessas escolas que atendem os mais vulneráveis, os gastos são menores. Mas eu acho que esse é um dos objetos importantes a serem equacionados num projeto de lei que trate de padrão de oferta, porque essa é uma das questões: você tem que garantir o mínimo. Então, eu acho que é uma questão bastante importante.

A questão do comprometimento das escolas tem um elemento sempre objetivo e tem um elemento subjetivo. O elemento objetivo é um pouco o que a lei pode tratar, de garantir condições de funcionamento das escolas adequado à remuneração dos professores, enfim, todo aquele conjunto de coisas que dizem respeito ao compromisso do poder público com a educação. O elemento subjetivo tem a ver muito com a dinâmica das escolas, a dinâmica política da sociedade, e isso é uma questão que a gente tem que construir.

Eu acho que é importante a gente criar no Brasil uma consciência social da importância da educação. Isso não é muito claro, porque eu diria que, do ponto de vista do discurso, não há muita divergência sobre a importância da educação no Brasil; agora, do ponto de vista objetivo, há. Eu tenho ficado sempre estarrecido quando, em todo começo de ano, se recalcula o piso nacional do salário dos professores. Você tem marcha de Prefeitos a Brasília para dizer que não vão cumprir, ou que não podem cumprir. Isso é estarrecedor, porque é o seguinte: isso desmonta qualquer discurso que venha a dizer que a educação é importante. Os caras não acham que é importante, porque eles não querem nem gastar o mínimo como se o piso do salário dos professores fosse um negócio exorbitante – é o contrário! Se nós compararmos isso com os salários de outros setores da administração pública, são vergonhosos; se nós compararmos internacionalmente, o Brasil paga muito mal aos seus professores, ou seja, quando se trata de efetivamente gastar mais em educação, é que nós sentimos que essa prioridade não existe, ela é só retórica.

Isso eu acho que é um elemento também subjetivo, porque existem estudos que mostram o seguinte: se a população como um todo não reivindica mais e melhor educação, a educação não muda. Se essa tarefa ficar restrita aos profissionais de educação onde ela existe, ela sempre vai ser acusada de corporativa e de defender interesses menores, que não são, mas, de toda maneira, nós temos que transformar, de fato, a educação numa prioridade nacional – esse é um elemento subjetivo da nossa política no Brasil –, nós temos que transcender os limites da escola para defender a importância da educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu acho que a pergunta do Carlos, sobre a fiscalização da efetividade das medidas, eu acho que ela tem que estar presente na lei, dizer como é que elas vão ser fiscalizadas, como é que vai se garantir isso. Então, eu acho que esse é o objeto da lei mesmo.

Eu pararia por aqui, eu acho que é suficiente para as perguntas que foram encaminhadas.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, professor, foi mais do que suficiente. Acho que os nossos internautas estão contemplados também.

Passo, então, a palavra para Gabriel, para fazer as suas considerações.

O SR. GABRIEL CORRÊA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora. Acho que o professor respondeu muito bem às perguntas feitas pelos participantes aqui.

Destaco só um ponto sobre responsabilização, que já trouxe na minha fala inicial. Se achamos... Que foi a pergunta do Taylor: "Como é que fortalece a responsabilidade?". Eu acho que os gestores precisam, podem e precisam ser responsabilizados por aquilo que for de direta responsabilidade deles. A aplicação dos 25% em MDE, por exemplo, esse é outro absurdo que muitas gestões ainda não cumprem e ainda colocam gastos de aposentados aí dentro. Então, acho que isso é um ponto específico que é de responsabilidade direta e que deveria ser mais cumprido e punido, inclusive, quando não acontece. Também as aplicações, as novas regras de aplicação do Fundeb: tem regras de aplicação na educação infantil, tem o pagamento de 70% para profissionais da educação... A alocação de recursos é função direta do gestor público, e eles devem, sim, ser responsabilizados por isso. O que é diferente de a gente olhar a nota de aprendizagem de português e matemática e ver se evoluiu ou não, que eu acho que tem na lei também.

E aí, em relação à questão das disparidades regionais, isso é muito importante. Acho que as falas aqui foram muito convergentes na linha de se preocupar com a equidade, com as desigualdades, e nisso aqui, no Todos pela Educação, a gente sempre se preocupa em estabelecer padrões únicos, especialmente quando a gente olha para insumos no Brasil inteiro. Mas temos, sim, como já foi dito aqui, que avançar nessa equalização de gastos por aluno. O Fundeb... Começando, lá em 1996, com o Fundef; depois, em 2007, o Fundeb; e agora o novo Fundeb, a gente vem avançando nisso, mas ainda tem um caminho imenso a ser percorrido para a gente conseguir equalizar os gastos por aluno no Brasil. Não adianta a gente ficar só olhando as médias, mas também temos que olhar para essas diferenças que são brutais e que, em muitos lugares, ainda impedem qualquer gestão de qualidade, qualquer garantia do direito à educação das crianças e jovens.

Então, obrigado, Senadora! Obrigado, Senador Arns, também! Foi um prazer estar aqui com vocês e poder contribuir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Eu que agradeço, agradeço aos nossos três convidados – dois convidados e uma convidada: a Andressa Pellanda, representando a Campanha Nacional pelo Direito à Educação; o Prof. Romualdo Luiz Portela, da USP e do Cenpec; o Gabriel Corrêa, Diretor de Políticas Públicas do Movimento Todos Pela Educação. E lamento o problema de rede de Jade Beatriz, da Ubes, mas a Ubes também sempre está participando das nossas audiências.

Avalio que foi bastante enriquecedor. A lei, de fato, foi, digamos assim, dissecada pelos nossos palestrantes, destacando seus pontos positivos, seus pontos que podem contribuir com a melhoria da qualidade, destacando e nos alertando também sobre os limites e com aquele pontinho de atrito maior, que é o art. 5º, que trata da bonificação.

Quero agradecer muito a presença de todos vocês, as grandes contribuições.

Não havendo mais nada a tratar, declaro por encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 28 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.135640/2023-14-4 (ANEXO: 004)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE 2023, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às nove horas e dois minutos do dia cinco de junho de dois mil e vinte e três, no Reunião remota, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Izalci Lucas, Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão, Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Romário, Laércio Oliveira e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 21/2023 - CE, de autoria Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Finalidade:** Discutir estratégias e diretrizes que devem nortear a elaboração do novo Plano Nacional de Educação (PNE), com enfoque no eixo temático "Educação Especial e Educação Bilíngue de Surdos no novo PNE: nada sobre nós, sem nós". **Participantes:** Sra. Flaviane Reis, Diretora de Políticas Educacionais e Linguísticas da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis); Sr. Arlindo Nobre, Membro da Coalizão Brasileira pela Educação Inclusiva (representante de: Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down (FBASD)); Sra. Silvia de Souza Campos, Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi (Fenapestalozzi); e Sra. Fabiana Maria das Graças, Representante da Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Fenapaes). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/06/05

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza na data de hoje, 5 de junho de 2023.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de, abro aspas, "discutir estratégias e diretrizes que devem nortear a elaboração do novo Plano Nacional de Educação (PNE), com enfoque no eixo temático 'Educação Especial e Educação Bilíngue de Surdos no novo PNE: nada sobre nós, sem nós'" – fecho aspas –, em atenção ao Requerimento 21, de 2023.

Participam desta audiência pública, de forma remota: Flaviane Reis, Diretora de Políticas Educacionais e Linguísticas da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis); Arlindo Nobre, membro da Coalizão Brasileira pela Educação Inclusiva; Fabiana Maria das Graças, representante da Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Fenapaes); e Silvia de Souza Campos, representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi (Fenapestalozzi).

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelas expositoras e pelo expositor, o Dr. Arlindo.

Antes de passar a palavra aos expositores do dia de hoje, eu quero dizer, inclusive, que já temos três perguntas pelo portal.

Beatriz Loureiro, do Rio de Janeiro: "[...] Quais melhorias para educação especial e educação bilíngue [serão implantadas no novo Plano Nacional de Educação]?".

Nathaly da Silva, de Pernambuco: "Quais recursos tecnológicos e [...] [pedagógicos] o novo PNE considera para potencializar aprendizado e participação dos alunos surdos?".

Valdemagno Torres, também de Pernambuco: "Existe algum projeto de ensino de libras desde a pré-escola [...] até o final do nível médio [para todos os estudantes]?".

Hoje nós estamos, como eu já mencionei, abordando o tema "Educação Especial e Educação Bilíngue de Surdos no novo PNE: nada sobre nós, sem nós" é o título desta audiência pública.

Já foram realizadas três audiências públicas, esta é a quarta. Só lembrando, a primeira foi para discutir estratégias e diretrizes que devem nortear a elaboração do novo Plano Nacional de Educação, com enfoque no eixo temático: "O novo PNE: o mapa do caminho e os grandes objetivos", já em 15 de maio;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

depois o eixo temático "Monitoramento, controle e *accountability* no novo PNE", inclusive monitorar, acompanhar, pactuar, tudo isso é muito importante, foram audiências muito interessantes; a terceira audiência, "As redes de educação básica: prioridades e demandas no novo PNE"; e agora a quarta audiência pública: "Educação Especial e Educação Bilíngue de Surdos no novo PNE: nada sobre nós, sem nós".

O Plano Nacional de Educação – como todos e todas sabem – tem a validade de dez anos (2014-2024), portanto, até o ano que vem. Então nós estaremos discutindo 2024-2034, vendo o que aconteceu no plano atual, indicando os desafios, caminhos e perspectivas e debates para o futuro.

O Executivo deve enviar a proposta do novo Plano Nacional de Educação, de acordo com o que o Ministério da Educação já informou, no segundo semestre do corrente ano, porém, nós já estamos, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, debatendo esse assunto, para nos anteciparmos, inclusive, ao envio da proposta pelo Executivo. Então isso já faz com que tenhamos um amadurecimento em relação aos temas. É claro que acontecerá posteriormente também todo o debate.

Nesse sentido, quero novamente dar as boas-vindas às expositoras e ao expositor.

Em primeiro lugar também, eu passo a palavra – lembrando que a gente passa a palavra por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco minutos, a cada uma das expositoras e ao expositor –, então, inicialmente então e ao final, todos terão, em função do que cada um falar, também novo tempo para se posicionarem em relação ao que foi dito pelos demais.

Passo, então a palavra, em primeiro lugar, à Sra. Flaviane Reis, Diretora de Políticas Educacionais e Linguísticas da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis).

Seja muito bem-vinda de novo, Flaviane. Você tem participado bastante dos debates no Senado Federal. Seja bem-vinda.

A SRA. FLAVIANE REIS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Só um minutinho... Espere só um minutinho... Pode começar...

Bom dia a todos! Todos os presentes nessa mesa, quero cumprimentar a todos.

Eu sou Diretora de Políticas de Educação e Linguística da Feneis, estou aqui representando essa área neste momento. Eu sou Professora da Universidade Federal de Uberlândia e quero agradecer à Feneis e ao Senador – pela oportunidade de estar aqui – que hoje é Presidente da Comissão de Educação e Cultura dentro do Senado. Nós estamos juntos, discutindo o PNE.

Dentro desta audiência, eu gostaria de apresentar – e gostaria que todos tivessem bastante atenção ao que eu vou falar com relação ao que vem acontecendo já – o trabalho da Secadi dentro da Dipebs, que é a Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos, que já vinha assumindo o compromisso junto com a Feneis de estarmos juntos da política, discutindo a educação bilíngue de surdos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Principalmente do grupo dos surdos hoje, nós temos grande visibilidade nesta audiência pública. Aqui nós temos a presença de intérpretes profissionais, como é o caso da Sandra. Quero agradecer também ao Senador Flávio Arns, que tem um respeito enorme pela comunidade surda e vem lutando há anos junto com ela, dentro dessa questão linguística. A Feneis tem lutado há anos, desde o Congresso Ibero-Americano que aconteceu em 1999, e, sobre esse tema focado na educação bilíngue de surdos, tem transformado a perspectiva bilíngue. Hoje em dia, nós temos 87 doutores surdos, 190 mestres surdos, pesquisadores surdos e vários profissionais na área de educação, como professores surdos de educação básica, ensino fundamental e ensino superior.

A Feneis, enquanto representante máxima dessas instituições de surdos e surdos-cegos do Brasil, tem parceiros importantes na luta pela qualidade da educação dos surdos, como a Febrapils, o Ines e várias instituições. Nesses anos, depois de tantas reivindicações nas políticas públicas para as pessoas surdas, a escola bilíngue é reconhecida pela legislação brasileira dentro do Plano Nacional de Educação, na Estratégia 4.7, que já garante às escolas de surdos, classes bilíngues e modalidades regulares do ensino, dentro da lei, com a prática, dentro do Sistema Nacional de Educação, que já foi aprovado na LDB – pela modalidade de educação bilíngue de surdos dentro da LDB –, com a Lei 14.191, do ano de 2021, que defende e que organiza as estruturas e ações pedagógicas para assegurar a educação das pessoas surdas.

Essa segurança já é iniciada no Decreto 6.949, de 2009, da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, que assegura o ensino de qualidade para todos, envolve as questões linguísticas dessas minorias linguísticas e foi o primeiro passo para vitória e comemoração da comunidade surda.

Então, a Feneis, com base nisso e em todos os avanços, gostaria de defender pontos importantes a serem levantados para esse novo momento que é a discussão do novo PNE. Nós tivemos discussões em GTs, em trabalhos anteriores, e temos três pontos a apresentar nesse momento.

Nós pedimos a criação de uma comissão constituída por alguns dos representantes dos doutores surdos para a implementação do documento de referência da educação bilíngue de surdos para o PNE, no que diz respeito ao cumprimento das metas e das estratégias.

Em segundo ponto, solicitamos a avaliação das diretrizes nacionais da educação bilíngue de surdos para incluir pontos importantes para o PNE nesse período de 2022 a 2034. Os avanços e os desafios para políticas públicas nesse período precisam ser implementados, incluindo-se a modalidade da educação bilíngue de surdos no PNE.

Também, para finalizar, nós gostaríamos de solicitar ao Senador, dentro desses três pontos que estamos apresentando, que esta Comissão também...

E eu quero agradecer ao Senador Flávio Arns pela importância desse tema. Falamos que não podemos nos esquecer deste tema "nada sobre nós, sem nós" dentro dessas discussões do Conae. É um momento de extrema importância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2014, eu lembro que a Profa. Rosita Edler já defendia, dentro desse tema, que grupos diferentes das pessoas com deficiência precisam ter respeito, precisam ter clareza. E nossas demandas são três. Nós temos três nós dentro deste lema da pessoa com deficiência "nada sobre nós, sem nós". Um "nós" que significa todas as pessoas com deficiência; um "nós" que significa cada grupo das pessoas com deficiência – por exemplo, nós, surdos; nós, grupo dos cadeirantes, das pessoas com deficiência física; o grupo das pessoas com deficiência visual; o grupo das pessoas surdo-cegas; e nenhum desses grupos pode desprezar a defesa dos outros. Então, cada um precisa se respeitar. Então, o grupo das pessoas com deficiência física não pode falar sobre o grupo dos surdos, assim como nós, do grupo dos surdos, não podemos falar pelas outras pessoas com deficiência. Cada grupo fala por si. E um terceiro "nós" que há dentro desse lema da convenção é que nós surdos, às vezes, temos nós dentro desse processo e nós precisamos, juntos, desatar esses nós respeitando todas as pessoas. Há muitos problemas, e nós precisamos desatar esses nós, tendo um compromisso com respeito e defesa de cada uma das pessoas com deficiência.

O Artigo 30 da Convenção da ONU já fala sobre isto: da identidade, da cultura linguística dos surdos, que precisa ser respeitada. Então, cada grupo de pessoas com deficiência precisa ter o direito de falar sobre si. E todos esses direitos precisam estar amparados na legislação. Os surdos também podem dizer: "Nada sobre nós, surdos, sem nós, surdos".

Então, só um ponto importante para destacar, que nós queremos mostrar, a representatividade da instituição que representa os surdos nacionalmente e que precisa ser respeitada em todas as suas pautas. As pautas são apresentadas para o PNE e nós queremos que as nossas pautas sejam discutidas com a federação, tendo a escuta dos surdos em todos esses aspectos importantes que precisam ser considerados. Então, gostaríamos muito que houvesse um GT para essa discussão e que nesse GT houvesse uma avaliação das diretrizes nacionais da educação bilíngue – esse é o terceiro ponto que eu apresento –, para que haja participação de representantes dentro da Conae, representantes da Feneis. A Feneis precisa se posicionar dentro dessas comissões para que o discurso, as discussões e os debates feitos para o Plano Nacional de Educação de 2024 até 2034 sejam feitos com compromisso de trabalho conjunto entre nossas instituições com esses GTs de trabalho, com doutores surdos participando.

Muito obrigada pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Muito bem. Eu agradeço a você, Flaviane Reis. Parabéns pelo trabalho! Um abraço grande a todas as pessoas da Feneis também. Parabenizo pela clareza da apresentação, pela forma didática e apontando essa necessidade e importância do "nada sobre nós" sem a comunidade surda; a criação do grupo de trabalho e também que cada área seja valorizada nas suas necessidades específicas.

Então é muito importante, muito claro, muito bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a você também, Sandra Patrícia. Que bom, muita competência e muita qualidade no seu trabalho.

E ficamos sempre à disposição.

No final, eu passo novamente a palavra a vocês.

Passo, em seguida, a palavra ao Sr. Arlindo Nobre, membro da Coalizão Brasileira pela Educação Inclusiva.

O Sr. Arlindo não está ainda presente? (*Pausa.*)

Acho que não, não é? Ou sim? (*Pausa.*)

Não?

Muito bem. Passo então a palavra à Fabiana Maria das Graças, que é representante da Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Fenapaes).

Quero dizer que eu particularmente conheço a Fabiana já há muitos anos também. Quero, já de antemão, dizer da alegria e satisfação de ver você novamente e sempre muito ativa nessa área acadêmica, pedagógica.

Então, é uma honra recebê-la nessa audiência pública, Fabiana.

Com a palavra.

A SRA. FABIANA MARIA DAS GRAÇAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia. Muito obrigada, Senador Flávio Arns. Muito obrigada pelo espaço dado a nós pelo Senado para discutir as políticas públicas de educação especial. Bom dia aos colegas que estão presentes.

Quero cumprimentar a nossa colega que me antecedeu com a sua fala, com quem eu concordo em algumas colocações, principalmente na questão do respeito da individualidade, das características das pessoas com deficiência e do trabalho das instituições especializadas.

Eu represento aqui, com muita satisfação, a Rede Apae Brasil. Estou como Coordenadora Nacional de Educação.

E aí eu queria falar um pouco da nossa rede. Nós temos hoje mais de 2,2 mil APAEs no Brasil, mas não temos, nas 2,2 mil, como nós já tivemos antigamente, até o começo dos anos 2002, em todas as APAEs nós não temos escolas especializadas. Eu vou falar aqui um dado que é do censo escolar de 2021, porque no censo de 2022 nós não conseguimos ainda adequar esses dados finais. Dos dados de 2021, hoje nós temos apontadas 1.327 escolas especiais da Rede Apae e 827 unidades educacionais que oferecem o atendimento educacional especializado. Esse acontecimento dessa diferença entre quem oferece escola e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quem oferece atendimento educacional especializado a Rede Apae não é contra, mas eu quero dizer que não foi, assim, uma decisão da Rede Apae. Isso aconteceu após toda a movimentação da educação inclusiva no país, em que vários estados foram obrigados a transformar as escolas especiais em centros de atendimento educacional especializado.

E nós temos, assim... O que eu falo de centro de atendimento educacional especializado em escolas especiais? Nós não temos a visibilidade dessa nomenclatura, que é uma necessidade muito grande – eu vou colocar na pauta final, Senador –, o censo escolar. O censo escolar não usa nem a nomenclatura "escola especial". Nós temos que, por meio do CNPJ das APAEs, descobrir que aquela unidade que oferece escola é da Rede Apae, porque nem ao menos consta, deixou de constar no censo, o nome "escola especial". Nós nos localizamos dentro dos quadros da educação especial.

Um outro nome que não consta no censo é centro de atendimento educacional especializado, mas, mesmo assim, nós vamos aos microdados. O nosso setor de estatística pesquisa e consegue identificar que se trata de uma oferta de Apae. Portanto, é esse número que nós temos para dizer.

Mas a nossa questão não se pauta em números. O Senador sabe disso, com muita honra foi nosso Presidente da Federação Nacional das APAEs, é do movimento no Brasil todo, é do movimento da rede paranaense e se sabe muito bem da seriedade com que nós desenvolvemos a educação escolar. Nós podemos dizer, inclusive, que, até o começo dos 2000, nós tínhamos um modelo de educação oferecido nas escolas até acompanhando a educação nacional, sempre acompanhamos. E a educação oferecida na Rede Apae está sempre atrelada às orientações da LDB e às orientações das diretrizes nacionais de educação. Portanto, as escolas especiais seguem as normativas e orientações das diretrizes nacionais, as escolas são orientadas a organizar-se do primeiro ao quinto ano, aliás, da educação infantil, contando estimulação precoce ou estimulação essencial, ou educação precoce, a depender da realidade dos municípios e das exigências que eles fazem, atendendo os bebês de zero a três anos, que é aquilo que nós identificamos como a prevenção secundária, para poder atender o mais cedo possível as crianças, bebês com deficiência e de alto risco, a fim de evitar que a deficiência agrave suas condições de aprendizagem e desenvolvimento.

Na sequência, nós temos o ensino fundamental, a escola do primeiro ao quinto ano, que é a nossa recomendação, até porque, se o aluno tem condições de seguir a sua jornada educacional, ele é incluído e a família é orientada no sentido de ele ir para o ensino regular.

Assim, nós também criamos, nos últimos anos – é uma luta também da rede Apae, ainda não temos em todas as escolas, mas estamos lutando para isso –, as escolas de Educação de Jovens e Adultos. Por que se ampliou essa necessidade? Porque a própria população de alunos que foi encaminhada para as escolas comuns, para os processos chamados de inclusão educacional, quando na idade de 15 anos e acima, começa a retornar para as escolas especiais, porque a família não vê sequência dos estudos deles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente tem identificado cada vez mais a necessidade de criação de Educação de Jovens e Adultos, e a nossa recomendação é que a Educação de Jovens e Adultos siga também as orientações dos conselhos de educação, porque a EJA é uma modalidade que certifica e, portanto, também tem que ser regulamentada. E aí esses jovens e adultos fazem a Educação de Jovens e Adultos na modalidade de Educação Especial.

Essa é uma orientação básica na nossa rede, e é muito bom a gente esclarecer, porque muitos segmentos da sociedade desconhecem a seriedade do nosso trabalho. Eu estava lendo uma reportagem em um outro dia e fiquei muito triste quando ouvi umas palavras dizendo de escolas feias, de escolas desorganizadas, de escolas desarrumadas. Eu imaginei que aquela reportagem não estava falando de escolas da nossa rede, nem de escolas do Brasil, das instituições especializadas, porque a nossa intenção sempre foi oferecer escolas organizadas, escolas bem arrumadas e escolas, no mínimo bonitas – bonitas do ponto de vista da organização, bonitas do ponto de vista do compromisso com o direito à educação dos alunos.

Mesmo assim, eu só quero dizer que nós temos uma proposta pedagógica nacional que foi crescendo, e não é de hoje. Desde a década de 80, foram construídos documentos como guias curriculares; depois, documentos de orientações educacionais; depois, a Apae Educadora, a escola que buscamos em 2001 para reorganizar toda a rede educacional, que foi um marco na nossa história; e, na sequência, em 2017, nós atualizamos os documentos, as diretrizes e orientações educacionais, lançando o documento Educação e Ação Pedagógica.

Nos últimos tempos, agora, em 2020, foi discutida a Política de Atenção Integral e Integrada da Rede Apae, seguindo essa lógica do que significa a escola na vida do aluno com deficiência intelectual e múltipla e também com o Transtorno do Espectro Autista, para nós atualizarmos, de acordo com as demandas atuais.

O que acontece? Hoje nós temos as diretrizes, hoje nós temos as orientações para a reorganização das escolas especiais e hoje nós estamos, assim, discutindo o próprio nome "especial", que caiu até numa espécie de rótulo negativo, na verdade, rejeitado por um grupo de profissionais. Inclusive, nós queremos acreditar que sejam segmentos que desconhecem a seriedade com que nós fazemos esse trabalho. O que nós defendemos? Nós defendemos que a nossa rede seja vista como uma rede séria, como uma rede comprometida com o direito à educação do aluno com deficiência intelectual e múltipla, e hoje nós estamos estudando para atender também alunos com transtorno do espectro autista.

E quero dizer também, Senador e todos os colegas que nos ouvem, as escolas especiais que hoje nós estamos analisando mais no foco da escola especializada... Mas especializada em quê? Não na deficiência, especializada nas respostas que ela dá, nas respostas com qualidade, na alfabetização que nós queremos propiciar para os alunos, e não aquela escola que é sempre dita por quem não nos conhece como escola do modelo médico, escola medicamentosa. Essa história já foi, se existiu, um passado da vida dessas escolas. Portanto, o que nós queremos acrescentar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Você tem... Desculpe, Fabiana, você tem mais cinco minutos também.

A SRA. FABIANA MARIA DAS GRAÇAS (*Por videoconferência*.) – Cinco minutos. Então, eu vou...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Esses 15 segundos apontam dez minutos, está bom?

A SRA. FABIANA MARIA DAS GRAÇAS (*Por videoconferência*.) – Ah, sim. Então, está bom, ainda tenho cinco minutos para falar, não é? (*Risos.*)

Tenho cinco minutos para falar!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Esteja à vontade!

A SRA. FABIANA MARIA DAS GRAÇAS (*Por videoconferência*.) – Eu estou tentando correr, vamos lá.

Então, hoje nós estamos também sugerindo mais visibilidade e respeito à existência das escolas especializadas na rede Apae e instituições congêneres, mas para que a gente seja tratado com um reconhecimento de que nós somos importantes – porque tem alunos que precisam, tem famílias que escolhem estudar nessas escolas –, com respeito ao direito de escolha das escolas especializadas pelos alunos e pelas famílias.

E também hoje a rede Apae, como eu já disse, conta com escola especializada e centro de atendimento educacional especializado. A rede não obriga que você seja escola ou que você seja centro; o que a rede orienta é que a gente tenha diretrizes educacionais de acordo com a legislação nacional e principalmente verificando que o nosso trabalho em relação ao direito do aluno é o nosso dever de ensinar.

Outra coisa, nós queremos escuta e queremos participar dos intercâmbios, das trocas com o poder público; queremos ter mais acesso ao diálogo, é claro que com todo o respeito que a nossa instituição merece, e que haja a valorização das ofertas das instituições especializadas. E nós temos grandes demandas de retorno de alunos adultos que saíram das escolas especializadas e foram para a rede pública. Hoje nós temos histórias de alunos que chegaram ao ensino médio e voltaram buscando a escola especializada para fazer a educação escolar, e nós não podemos matricular, porque nós não temos ensino médio nem achamos que devemos ter. Na verdade, existem muitos jovens chegando ao ensino médio, à educação superior precisando ser alfabetizados, e a gente precisa dar uma solução para essas famílias e esses alunos que estão com o diploma na mão, mas que não têm a escolarização real. Isso precisa ser apontado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, enfim, é importante que nós participemos, que a rede Apae participe deste debate. Estou muito feliz, Senador, por vê-lo também, por estar aqui na sua Comissão, muito feliz por saber que está em excelentes mãos esta Comissão do Senado e muito mais segura em relação aos encaminhamentos que a educação especial precisa ter. Nós precisamos rever aquilo que o senhor já fez muitas vezes, que foi a valorização da educação especial. Nós não podemos mais continuar com o pensamento único de dizer que agora que tem educação inclusiva, não se precisa mais de educação especial. A gente sabe que isso é um grande equívoco, porque a educação especial é uma modalidade que tem alunos que precisam dela, e a educação inclusiva, como uma diretriz e um princípio, está em toda a educação geral. Portanto, uma não elimina a outra. Nós precisamos de educação de qualidade e que nossos representantes públicos, como o Senador Flávio Arns, nos representem e também nos valorizem.

Muito obrigada pela oportunidade e um grande abraço apaeano de toda a rede Apae Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Profa. Fabiana Maria das Graças, Coordenadora Nacional de Educação já há vários anos. Já trabalhamos juntos. Eu fui Presidente, como mencionou, da Federação Nacional das APAEs, mas, de lá para cá, já se vão 22 anos desde que eu fui Presidente. A barba nem estava branca ainda naquele período, mas desenvolvemos, como foi dito, já há 22 anos, num esforço muito grande com a Apae, o programa Apae Educadora, junto com as universidades e junto com o próprio Ministério da Educação.

Muito bem, agradeço à Fabiana, peço para transmitir, como já falei para a Flaviane Reis, para a Feneis, um grande abraço a todo o pessoal da Fenapaes.

Passo, em seguida, a palavra ao Sr. Arlindo Nobre, que é membro da Coalizão Brasileira pela Educação Inclusiva. É uma alegria recebê-lo.

Dr. Arlindo, com a palavra.

O SR. ARLINDO NOBRE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos os presentes aqui.

Sou um homem negro, com cabelos brancos, olhos pretos. Estou usando um terno azul marinho, camisa branca, gravata vermelha. Sou uma pessoa surda bilateral, nas duas orelhas. Uso um implante coclear na orelha esquerda.

É uma honra ter sido escolhido para falar em nome da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down e pelos demais grupos de entidades da sociedade civil das áreas de direitos humanos para as pessoas com deficiência, de crianças e adolescentes e da educação que compõem a Coalizão Brasileira pela Educação Inclusiva, da qual a Associação Nacional dos Surdos Oralizados também é membro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É preciso dizer que somos totalmente favoráveis à educação inclusiva, que deve ser cumprida para todos, não devendo haver retrocesso nesse sentido. Vale lembrar que, segundo o art. 5º, *caput* e inciso I, da Constituição Federal de 1988, todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza, sendo garantidos, entre outros direitos fundamentais, o direito à liberdade, à igualdade e, ainda, que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei. Ou seja, havendo lei em sentido amplo, ela deve ser cumprida para todos.

É preciso relembrar que o divisor de águas sobre o tema educação inclusiva e o fechamento das escolas especiais na forma de substituição do ensino escolar geral ocorreu quando o Brasil ratificou a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinado em Nova York, em 30 de março de 2007, com entrada em nosso ordenamento jurídico por meio do Decreto 6.949, de 2009, bem como possui *status* de emenda constitucional nos termos do art. 5º, §3º, da Constituição Federal.

Sobre o tema educação inclusiva, a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência deixa claro, em seu art. 24, que trata do tema Educação, que:

> 1. Os Estados Partes [o Brasil, no caso] reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes assegurarão [que] [...].
> [...]
> a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência [...].

Ora se o sistema educacional geral comporta o sistema em que está todo estudante brasileiro, seja em escola pública, municipal, estadual, seja em escola particular, não há brechas nem interpretação divergente do que é previsto na Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, que já está plenamente vigente e se direciona a todos os alunos com deficiência.

Vamos salientar, Excelência, que, ainda que a mencionada convenção aí esteja, está reproduzida também, em grande parte, no Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei 13.146, de 2015, ao dizer, em capítulo destinado à educação, que é assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis de aprendizado ao longo de toda a vida e incumbe ao poder público assegurar, criar, implementar, acompanhar, avaliar e, em especial, desenvolver e incentivar tal sistema, constata-se assim que, se não for desenvolvido e incentivado o sistema educacional geral inclusivo por V. Exas., que aqui representam o poder público, estarão cometendo atos contrários à Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, que tem *status* de emenda constitucional em nosso ordenamento jurídico interno. Em termos claros, será inconstitucional qualquer norma que for contrária ao que já é previsto na Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, é clara a configuração de discriminação, nos termos do art. 4º, §1º, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, quando houver restrição e, em especial, distinção ou exclusão por ação ou omissão que tenham o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento do exercício de direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis, como é aqui o caso desta audiência pública, que não tem legenda ao vivo aqui para as pessoas surdas que não usam libras. Isso é imperdoável. Eu sou uma pessoa surda, como qualquer outra pessoa surda, e tenho os mesmos direitos que todos, mas cadê as legendas em língua portuguesa para que eu possa acompanhar da forma correta? Não tem, eu não uso libras. E eu não quero tirar o direito de libras dos meus colegas sinalizantes, mas o direito do surdo oralizado tem que ser preservado e garantido da mesma forma.

Cumpre salientar, ainda, que a questão atinente a não ser favorável à abertura de escolas especiais está intimamente ligada ao incentivo à omissão e à exclusão do aluno com deficiência auditiva, ou surdo oralizado, do sistema educacional inclusivo, bem como à recusa de adaptações razoáveis de fornecimento de tecnologias assistivas para esses alunos que escolhem a oralização em língua portuguesa, e não o caminho da libras, pois eles têm o direito fundamental de escolha, eles podem escolher qual a melhor forma de alfabetização para eles, e não serem obrigados a aprender apenas libras, se essa não for a escolha pessoal deles.

Fala-se, há anos, de educação inclusiva para todos, mas, em verdade, a questão não sai do papel e da lei, pois o Ministério da Educação, em suas secretarias de educação, escolas públicas e particulares, não cria projetos pedagógicos efetivos que venham a incluir a pessoa com deficiência, ou seja, o surdo oralizado, bem como não são destinadas verbas públicas para tal. Não são destinadas verbas públicas!

Nesse sentido, a partir do momento em que o Estado, no seu amplo sentido, é compelido por força judicial a cumprir o que diz a lei, a cumprir o que diz a nossa Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, percebemos que é plenamente possível o aluno com deficiência se desenvolver dentro do sistema educacional, inclusivo e geral, porquanto aparecem profissionais de apoio especializado, atendimento educacional especializado, adaptação de provas com teor de matérias sem restrição de conhecimento e também inclusão e convívio no grupo escolar, no qual os ganhos são imensuráveis para todos, na sociedade como um todo.

É nítida a evolução de toda e qualquer pessoa com deficiência, tanto é que alguns alunos conseguiram conquistar o tão sonhado diploma em sua profissão, gerando mais renda ao país e menos benefício assistencialista por parte do Governo, ou seja, constata-se que a questão toda é descaso do poder público, em especial com as famílias de baixa renda, que não têm conhecimento de seus direitos. De outra parte, a abertura para escolas especiais somente é uma desculpa para, efetivamente, não ser destinada a verba pública para o sistema educacional geral inclusivo e para ceifar o que restou de avançado em tratados e convenções internacionais sobre os direitos da pessoa com deficiência, que será cobrado do Brasil pelos Estados Partes, com certeza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, é preciso dizer que somos totalmente contra a abertura de escolas especiais para pessoas com deficiências auditivas ou pessoas surdas, diante do modo como é conduzida tal questão, seja praticamente como vem ocorrendo, seja como se apresentou num capítulo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que é nitidamente inconstitucional, segundo consta no art. 60-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

A educação bilíngue de surdos é uma opção, uma escolha. No entanto, Excelência, o que ocorre é que nós, da Anaso (Associação Nacional dos Surdos Oralizados), visualizamos que, embora haja esse direito de escolha pela modalidade de educação bilíngue, não está sendo escolhida uma modalidade e não há nada de projeto para os estudantes surdos oralizados dentro dessa modalidade: ou se escolhe a libras ou, se escolher outra coisa, fica sem nada. Sem nada, Excelência!

É preciso que esta Casa se atente para esses detalhes. Ora, se tal setor do Ministério da Educação faz projeto pedagógico para a modalidade de educação bilíngue, ou seja, libras, apenas libras, como primeira língua e português escrito como segunda língua, sendo que queremos falar de sistema educacional geral inclusivo para surdos, todos os tipos de surdos que têm como sua primeira língua o português ou que estão em reabilitação auditiva oral e que, sem querer, permanecem na escola regular de ensino inclusiva, o que estaria fazendo esse setor do MEC na reunião?

Deveríamos ser atendidos, então, pela Secadi, pois a escolha é pela modalidade de educação especial, com todo o aparato previsto pelo Estado, pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, a saber: adaptação de conteúdos, provas e materiais pedagógicos, profissionais de apoio, se comprovada a necessidade, e da educação sem o uso de libras, como prevê o art. 22, §3º, do Decreto 5.626, de 2005, e a própria Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que tem por princípio, entre outros, o direito de escolha da pessoa com deficiência, e, quando menor de idade, a escolha deverá ser feita por seus pais ou responsáveis legais, uma vez detentores do pátrio poder, e não pelo Estado, de forma impositiva, como está sendo feita na realidade. O que acontece é que a oferta, em escolas públicas e particulares, de libras como primeira língua e português como segunda língua, mesmo que a escolha do aluno não seja essa, o que se tem é somente libras e mais nada, Excelência.

O que nós queremos é que haja, sim, o respeito ao direito de escolha do próprio surdo oralizado ou de seus pais. Se eles querem seguir um caminho diferente, que haja políticas apropriadas para um ensino desses alunos surdos oralizados.

Apesar disso, é buscado o Poder Judiciário, como se afirmou no início deste debate, em feitos contra o poder público para executar o que está previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência e na Constituição Federal. O que causa indignação a respeito dessa única oferta é que sempre só se tem a oferta de libras.

Muitas vezes, a contratação de intérpretes para alunos surdos oralizados, ou que estão em reabilitação auditiva oral nas escolas públicas e particulares contraria, Excelência – contraria! –, a opção ou a escolha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoal da própria pessoa com deficiência e de seus representantes legais, como foi no meu próprio caso, Excelência, durante a minha Faculdade de Direito. Eu pedia acessibilidade por meio de legendas em língua portuguesa, e a faculdade me empurrava intérprete de libras, a contragosto, sem que essa fosse a minha escolha pessoal. E eu não precisava de libras, com todo respeito por libras e pelos surdos sinalizantes que precisam de libras e têm libras como um direito. Nós sabemos e garantimos que libras é necessário. Porém, para os surdos oralizados que não usam libras e escolhem ser alfabetizados em língua portuguesa, no português escrito e falado, essa escolha deve ser respeitada pelo Estado e deve ter metodologias para que isso seja feito de forma correta.

A informação deturpada e passada à professora de que libras é o único recurso de acessibilidade para a educação inclusiva de todos os tipos de surdos não é verdade, Excelência – não é verdade!

Fomos à página do MEC para ver qual a função da Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos (Dipebs). Para nossa surpresa, descobrimos que a Dipebs anuncia como metas: a implementação de políticas de educação voltadas para ensino bilíngue; o fomento de pesquisa e formação na área de educação de surdos; além de criação de escolas de ensino de libras. Cenário atual: inexistência da oferta de educação bilíngue estruturada; surdos que não adquiriram libras como primeira língua e não se alfabetizam em língua portuguesa. Isso está no *site* do MEC.

Ora, surdos que não se alfabetizam, não possuem a língua de libras e não estão alfabetizados em português são surdos oralizados ou que estão em realização oral? E, justamente, o poder público... Os alunos surdos oralizados defendemos que a Anaso é a única Associação dos Surdos Oralizados do Brasil, sejam unilaterais ou bilaterais, pré ou pós-linguais, que usam ou não usam prótese auditiva, tecnologias assistivas, como implante coclear, aparelhos auditivos etc.

Observa-se, assim, que, embora haja a modalidade de educação bilíngue por lei, não existe opção de escolha. A única escolha que o surdo oralizado tem é ir para a libras. Se ele escolhe o caminho da alfabetização em língua portuguesa, não há uma metodologia de ensino apropriada para esse aluno. E deve haver, Excelência! Deve haver, porque é direito do aluno surdo oralizado ou de seus pais escolher o que é melhor para a sua educação. Na prática, não existe esse direito de escolha, uma vez que o MEC não tem proposta pedagógica, pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi). Não são passadas as informações em todo o país acerca da existência de alunos surdos e deficientes auditivos oralizados que têm como sua primeira língua o português e que estão em processo de reabilitação auditiva oral, que têm direito aos recursos da modalidade de educação especial, leia-se, nas escolas públicas e particulares bem como nas universidades.

Assim, a conclusão é que não há de ser ofertada somente libras. Não pode ser ofertada somente libras, independentemente da escolha da pessoa com deficiência auditiva oralizada e de seus país ou responsáveis. Segundo os ditamos da Dipebs, não há exclusão do aluno surdo ou com deficiência auditiva que escolheu como sua primeira língua o português verbal. É claro que há, Excelência! Se eu escolho o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

português verbal, e não há uma metodologia específica para que eu possa aprender, não existem tecnologias assistivas nesse sentido, como é que não há exclusão do aluno surdo oralizado? É claro que há! Por isso, somos contrários à abertura das escolas especiais, das escolas bilíngues no cenário que se apresenta, já que estão utilizando os alunos surdos oralizados como público-alvo e retirando-lhes o direito de escolha ou opção pela educação sem o uso de libras, como previsto em lei.

Liberdade de escolha, Excelência, é um direito fundamental, e esta Casa deve saber respeitar isso sempre.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Muito bem. Agradeço ao Sr. Arlindo Nobre, que é membro da Coalizão Brasileira pela Educação Inclusiva e, pelo que eu entendi no início, representa a Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down.

Eu quero dizer ao caro Dr. Arlindo Nobre que nós vamos verificar a questão da acessibilidade da comunicação nas audiências públicas.

Essa é uma questão muito importante que a gente tem que ver e, apesar de a Secretaria ter me dito que, no caso específico em relação ao senhor, a Secretaria enviou a legenda, eu diria que isso não é suficiente, porque nós temos que tê-la para todas as pessoas que acompanham a audiência pública e para que o senhor pudesse acompanhar. Como houve um problema de o senhor entrar atrasado, não se conseguiu testar a legenda, mas nós vamos aprimorar e melhorar a questão da comunicação.

Eu só quero dizer, inclusive para todas as pessoas que nos acompanham, que a aprovação da lei que coloca educação bilíngue de surdos como modalidade de educação especial foi um projeto de lei que eu apresentei no Senado Federal, em conjunto com a comunidade surda do Brasil, dentro do princípio de que nada sobre nós, sem nós.

Agora, naquela ocasião, nós dissemos muito claramente em todos os debates que, na área da surdez, nós temos as pessoas que usam prótese auditiva e que têm que ter um encaminhamento especializado, adequado, em função da protetização. Há outras pessoas que usam, como o senhor usa, o implante coclear. Esse implante coclear exige também um atendimento especializado. Tem as pessoas – um contingente grande que eu conheço inclusive – que são surdas oralizadas e que precisam também ter o encaminhamento educacional de acordo com as suas necessidades. E nós temos também um número bastante significativo de pessoas que tem a libras como primeira língua, e a língua portuguesa como segunda língua.

Inclusive a legislação no Brasil reconhece a libras como língua também usada pela comunidade surda, ou seja, nós temos que tê-la, como foi dito e foi muito festejado por muitas pessoas que usam a língua brasileira de sinais, como educação bilíngue de surdo. Então nós temos quatro alternativas; quatro ou mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alternativas, porque a gente pode, inclusive, eventualmente ter uma pessoa surda que tenha associada também alguma outra necessidade.

Ao mesmo tempo, o senhor colocou de maneira bastante veemente e adequada que nós temos que ter esse direito de opção da pessoa, esse atendimento adequado acontecendo para a comunidade surda, com o que eu concordo 100%, ou seja, a pessoa tem que ter o direito de opção, e esse direito de opção se estende além da comunidade surda também para a pessoa com autismo, com deficiência intelectual, deficiência múltipla, paralisado cerebral, garantindo para a família e para a pessoa com deficiência o que é melhor para a pessoa.

Eu só quero esclarecer isso porque há pessoas que estão nos acompanhando e vendo. Então, é este debate que a gente vem fazendo: como assegurar que a pessoa com deficiência, seja surda, seja cega, com deficiência intelectual múltipla, autismo, surdo-cegueira, possa ser bem atendida nessa diversidade que é o Brasil, porque nós estamos aqui em Curitiba, mas imagino um Estado como o Pará. O Pará, se você olhar o território, é Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo juntos. Então, como é que nós vamos fazer isso?

Então, essa discussão, essa reflexão, tem que assim ser... É assim o que deve nortear a gente a dizer: "Olha, a pessoa com deficiência, seja lá na Amazônia, seja aqui em Curitiba, tem que ser muito bem atendida, de acordo com as opções e de acordo com a realidade que houver, inclusive na sua região".

Passo, em seguida, a palavra à Sra. Silvia de Souza Campos, que é representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi (Fenapestalozzi). Aliás, eu quero destacar que a Pestalozzi, no ano que vem, estará completando o centenário – cem anos de Pestalozzi! Inclusive, muitos anos atrás, a Pestalozzi ajudou a fundar a primeira Apae. Então é uma história centenária, eu diria. Seja muito bem-vinda!

Sra. Silvia de Souza Campos, com a palavra.

A SRA. SILVIA DE SOUZA CAMPOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia!

Senador Flávio, agradeço o convite feito à federação Fenapestalozzi.

Realmente, nós estamos caminhando para os cem anos. Estamos há 96 anos atuando aqui em território nacional, levando o ideário de Pestalozzi, uma discussão de uma educação mais humanizada. Atualmente nós temos mais de 182 filiadas no Brasil, em todo o território nacional – distribuídas no território nacional. Temos uma média de 130 mil atendidos nessas filiadas e temos aproximadamente 3 milhões de atendimentos-ano. Então é um pacto com impacto significativo na política do atendimento à pessoa com deficiência.

Acho que um ponto fundamental que a gente tem que discutir quando se trata da educação especializada é a questão da equidade. Não dá para falar sobre igualdade quando a gente tem, num mundo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tão diverso, várias condições. A gente tem condições de etnia, condição financeira, regionalismos presentes – o nosso Brasil é um país continental, e o senhor acabou de colocar um exemplo aqui sobre o Estado do Pará, não é? Então, nós temos necessidades diversas. E, na questão da educação especializada, isso não é diferente. Então, nós precisamos pensar nessa questão de equidade, na questão do direito de escolha, do que é importante e necessário para a vida dos nossos estudantes. Todos as necessidades são as mais diversas.

Eu vi aqui, nas várias falas, e eu me preocupo quando a gente pensa em questão do diálogo. Não dá para fazer educação sem diálogo. Para atender as diferenças, a gente tem que dialogar. E aí a gente vai perpassar por qual é o papel de cada um de nós, enquanto entidade civil, enquanto União, estados, Distrito Federal e municípios, gestores, para que essa educação de equânime e de qualidade chegue a todos nós, chegue a todas as pessoas que têm o direito assegurado. Não dá para a gente esquecer que o direito da pessoa com deficiência está normatizado no Brasil. A gente tem, vamos dizer assim, uma das maiores e melhores legislações no mundo. Eu considero que o que a gente precisa mesmo é de efetivar isso.

Quando a gente pensa nessa organização da educação e a gente pensa no papel de cada um – e se fala na questão da obrigatoriedade do ensino, na universalização, na garantia de qualidade, de equidade –, a gente tem que pensar no que nós temos posto atualmente em relação à educação. Essa educação de qualidade está para todo mundo?

Eu estava vendo no censo que, em relação à educação especial, nós temos matrículas de 1.372.985 estudantes. E a gente percebe que você tem uma diminuição de matrículas a partir dos 20 anos de idade e uma ampliação lá acima de 35 anos. Por quê? Porque a gente percebe que há um hiato nessa questão de escolarização, porque há um abandono – efetivamente, há um abandono. O que está fazendo com que essas pessoas abandonem e depois retornem com uma maioridade para a escola?

Eu até fiz aqui um recorte de matrícula de estudantes surdos, com surdo-cegueira e deficiência auditiva: a gente tem 55.314. E, obviamente, entre esses estudantes, a gente tem uma variedade de condições. E o que está posto aí está atendendo às necessidades de cada um desses? Tem se discutido isso? Os sistemas estão discutindo? Tem financiamento para tudo que é necessário? Porque eu vi também no censo que nós não temos, em 70% das nossas escolas, acesso à tecnologia, acessibilidade. Um exemplo é a educação infantil: a gente não tem, em 60% das escolas de educação infantil, a coisa mais básica que é o sanitário adaptado para criança.

Então, a gente precisa pensar também no financiamento.

Eu fiz alguns tópicos aqui que eu acho importante a gente pensar quando se pensa política nacional de educação especializada.

A condição de participação das pessoas com deficiência nessa discussão, porque "nada sobre nós sem nós", nada sobre o que me é necessário sem a minha presença, ponto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A educação é feita por profissionais da educação. A gente precisa discutir com a academia, a gente precisa ter um diálogo com a formação dos profissionais, porque a gente ainda esbarra em que muitos profissionais ainda estão em formação, ainda estão em processo de formação em curso superior; as salas de recursos multifuncionais ainda não têm na sua totalidade os profissionais com a formação adequada.

Nós precisamos pensar em como está esse acesso à educação infantil, porque a gente precisa ter essa sequência de educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, ensino superior.

Como está sendo o acesso desses estudantes em cada uma dessas etapas de ensino com acessibilidade adequada? Nós temos estudantes acima de 18 anos, um alto número, que não estão alfabetizados. E como a gente vai buscar essa inclusão produtiva desse estudante pensando na atenção à educação profissional a esses estudantes não alfabetizados e com baixa escolaridade? E, principalmente, repensar educação e aprendizagem ao longo da vida. Precisamos dar uma atenção a essas pessoas que estão buscando a escola e não estão se apropriando do que a escola tem para oferecer.

Então, a gente precisa reavaliar o que está posto aí, a gente precisa ter dados de como estão as condições dos estudantes com deficiência que estão na rede comum, que estão na rede privada, que estão na rede filantrópica, que estão na rede estadual, municipal e federal, para que a gente possa trazer as interferências necessárias para que a gente consiga realmente dizer: "Sim, nós estamos desenvolvendo uma educação inclusiva. Essa educação inclusiva é equânime, é de qualidade, os nossos estudantes estão principalmente felizes em estar no espaço escolar". Não adianta a gente discutir se esse espaço ou aquele é o mais adequado sem ouvir a pessoa, sem ouvir aqueles que estão diretamente envolvidos, pois aquilo faz parte da vida deles. Não dá para a gente pensar em falar que esse modelo é o mais importante, esse ou aquele, se a gente não é o sujeito daquele momento.

Então eu acho que nós precisamos ter dados sobre isso, mas precisamos principalmente humanizar esse diálogo. Eu tenho as minhas crenças, eu tenho as minhas ideias, mas eu não posso pensar que as minhas crenças e as minhas ideias são melhores, superiores ou inferiores às ideias dos outros, a gente precisa dialogar. Então, a partir do diálogo a gente pode construir realmente uma educação de qualidade, que atenda a necessidade e o anseio de todas as pessoas que estão naquele espaço escolar.

Eu sou professora, então eu escuto muito o que os outros profissionais dizem, eu tenho contato com professores que vêm reclamar para mim que estão recebendo estudantes no ensino médio e o aluno não sabe escrever o nome dele: "E aí? Como chegou até aí?". "Ah, ele foi passando, foi passando". Professores que vêm falar comigo que não têm intérprete na sua turma. Professores que vêm conversar comigo que têm dificuldades de o estudante ter acesso à sala de recurso multifuncional no contraturno. Porque a gente tem que pensar que a educação extrapola o espaço da escola, envolve... temos aí que em torno da escola tem questão de transporte, tem questão de recurso financeiro da família, que às vezes não vai porque não tem condições. Nesses dias, a gente está aqui no Centro-Oeste com uma frente fria, eu ouvi uma professora dizer para mim que tinha dificuldade de aluno que não estava indo porque não tinha agasalho para ir para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a escola. E falei: "Opa, não tem como você pensar no sujeito sem pensar na interface de todas as políticas públicas: educação, assistência à saúde, transporte, habitação".

Então, a gente tem que começar a pensar num sujeito como uma unidade, pensar sobre do que ele está precisando para ter uma condição digna de vida? E a escola tem um papel fundamental. Não tem como a gente dizer que a escola é uma parte, ela é quase um todo, porque é a nossa aprendizagem que faz com que a gente se desenvolva. Então temos que pensar numa escola para todos com qualidade e com carinho.

Eu agradeço o convite. Eu usei este espaço até mais como um desabafo também, enquanto profissional da educação. É muito importante a gente ter esse diálogo, ter este espaço de discussão, porque é dessa forma que a gente vai construir uma sociedade mais inclusiva e que atende realmente a necessidade de cada um.

Tem frases como: "Nada sobre nós, sem nós", "Ninguém solta a mão de ninguém", mas a gente precisa também pensar numa frase de Pestalozzi que eu acho muito importante, não de uma forma piegas, mas de uma forma de valorização do humano: "Tudo que sou, sou pelo coração". Então, eu acho que a gente tem que pensar numa forma mais humana de conviver. Eu acho que isso é o necessário nesse momento. Agradeço o convite e deixo aqui minhas saudações "pestalozzianas" para todas e todos que estão presentes nesta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço à Silvia de Souza Campos, representando a Federação Nacional das Associações Pestalozzi (Fenapestalozzi), uma fala muito adequada de educadora, mas de professora – permita-me chamá-la de você –, como você colocou.

Realmente, um dos valores mais básicos é o valor do diálogo, não só na escola, eu diria, mas na sociedade. A gente precisa conversar, dialogar, escutar, entender os pontos de vista e chegarmos a conclusões tranquilas. Gostei da palavra equidade, que eu também sempre uso e coloco como sinônimo de justiça no caso concreto. Equidade é a justiça no caso concreto. Então a criança que chega sem o agasalho e tudo, ela tem que ter equidade, que significa ter o agasalho, ter conforto. É a justiça no caso concreto.

Muito bom. Eu fui perguntado também sobre o material. Eu quero lembrar aquilo que eu coloquei no início: o relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores. Fui perguntado se, às vezes a pessoa leu um texto, pode colocar. Claro! Envie para a Comissão de Educação que a Comissão colocará o texto do portal. Todo o material da audiência pública ficará disponível – para a comunidade toda que quiser rever, ler, refletir – no portal da Comissão.

Agradeço e quero inclusive lembrar só, Silvia de Souza Campos, que eu tenho que fazer a homenagem para algumas pioneiras da Pestalozzi que eu conheci muito bem pessoalmente, como Lizair Guarino, por exemplo; a Profa. Olívia, a Profa. Ester... Tantas pessoas já falecidas que deram o melhor de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

si, como tantas outras pessoas, para que o movimento da pessoa com deficiência, das famílias, da luta por direitos e por serviços acontecesse em nosso país. A gente é muito grato a todos os movimentos, seja na área da surdez, na área da cegueira, na área da paralisia cerebral, do autismo, da deficiência intelectual múltipla, de todas as áreas.

Inclusive, eu quero lembrar que nós aprovamos no Senado Federal já no ano passado ou retrasado – não sei em que ponto está o projeto de lei que veio da Câmara dos Deputados, que o Senado só modificou um pouco e que, então, retornou para a Câmara dos Deputados – projeto para termos a Semana Nacional da Autodefensoria, *self-advocacy,* autodefensoria, ou seja, não só para o intelectual, mas para o cego, para o autista – autodefensoria. Esse conceito da autodefensoria vale para todas as áreas. Se quisermos uma política pública para a agricultura familiar, vamos escutar o agricultor familiar – autodefensoria; uma política pública para o comércio, indústria, serviços, turismo, vamos escutar e vamos ver; na área da educação, a mesma coisa. Se nós conseguirmos fazer isso, o resultado será mais interessante também.

Como eu disse no começo – veio o comentário de que a gente tem que aprimorar a acessibilidade – e como eu já disse agora há pouco também, nós vamos nos dedicar a isso. Eu peço à Secretaria e também aos meios de comunicação do Senado que a gente possa discutir esse assunto e melhorar, obviamente. Temos que, de acordo com a legislação, tornar acessível o que se faz em qualquer contexto para que as pessoas possam acompanhar também.

Muito bem, voltamos, como eu disse, para a Profa. Flaviane, que foi a primeira que falou, para que possa se manifestar.

Profa. Flaviane Reis é Diretora de Políticas Educacionais e Linguísticas da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos.

Eu pediria que, nesse momento... Nós estamos lembrando aos que nos acompanham que nós estamos verificando o ponto de vista de várias entidades, de vários segmentos de pessoas com deficiência – e outros tantos poderão e deverão ser ouvidos – sob o aspecto de pensarmos no Plano Nacional de Educação.

Então, Educação Especial, como foi dito também... O eixo temático é: Educação Especial, Educação Bilíngue de Surdos no novo PNE: nada sobre nós, sem nós.

Profa. Flaviane está ligada de novo?

Sandra e Patrícia, eu estou vendo.

Profa. Flaviane? (*Pausa.*)

Sim? Muito bem. Com a palavra, então. (*Pausa.*)

A SRA. FLAVIANE REIS (*Por videoconferência.*) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Poderia colocar a tela – só um minuto –, a tela da Sandra junto também? (*Pausa.*)

Isso, o.k.

Obrigado.

A SRA. FLAVIANE REIS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Desculpa, é que eu não estava vendo a tradução.

Então, recomeçamos? (*Pausa.*)

Então, vendo o ponto de vista de cada um, a apresentação de cada um, sabemos que são perspectivas diferentes e nós precisamos nos lembrar da importância deste lema da convenção, nós precisamos ouvir cada pessoa com deficiência para que cada um saiba dizer o melhor espaço onde estuda e aprende melhor. Então, a Feneis tem seguido o caminho que é melhor para as pessoas surdas, porque, há muitos anos, elas vêm acompanhando o trabalho que é desenvolvido. Muitos doutores surdos têm pesquisado e comprovado cientificamente o que tem sido falado.

As crianças surdas têm aprendido muito melhor dentro de escolas bilíngues, com acompanhamento de professores bilíngues, com surdos e com a língua de instrução sendo a libras, com interação dentro da escola, e o ensino tem sido mais qualificado. Então, é preciso ter clareza. Por exemplo, o Arlindo apresentou a questão das pessoas com deficiência auditiva que são oralizadas, que têm outros caminhos, têm outra metodologia que está voltada para o ensino de português oral, a leitura labial. Nós, surdos, entendemos essa perspectiva de vocês e respeitamos essa perspectiva de vocês dentro da educação especial. Então, é lá que vocês vão ser atendidos, porque a educação especial será responsável por esse cuidado com as pessoas surdas, com as pessoas com deficiência auditiva que são oralizadas. A modalidade de educação para vocês é diferente da nossa, a perspectiva é outra. Que vocês continuem lutando por isso! Nós respeitamos muito, nós escutamos o que vocês têm dito, mas nós pedimos também que sejamos respeitados e que tenham uma empatia para entender que nós, surdos, temos também pessoas com deficiência auditiva que fazem opção pela educação bilíngue.

Quando chegam à escola, muitas vezes, não tem a aquisição pronta, não tem a língua pronta, a estrutura linguística não está organizada dentro dela. E, muitas vezes, as crianças chegam à escola e, se não se oferecer para essas crianças surdas a língua de sinais, como é que vai acontecer? Muitas vezes, não tem interprete. Aí como é que vai funcionar com as crianças, como é que elas vão aprender, como é que elas vão interagir com seus pares, muitas vezes isoladas, sozinhas nas escolas? Nós temos uma questão de privação linguística, e nós não podemos deixar que isso aconteça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O sonho nosso é que as crianças cheguem à escola e já tenham um espaço, um ambiente linguístico favorável para adquirir essa língua, em que possam ter uma comunicação 100%, ter acesso à língua, ter um conforto linguístico que vai lhes dar as possibilidades de se desenvolverem. E nós não podemos parar e impor um modelo para essas crianças; nós temos que dar o direito para que elas possam escolher e que elas possam se desenvolver. Então, é muito importante entender que isso seria uma segregação inversa, muitas vezes tirar da criança o direito de aprender em uma língua que seria acessível.

Então, quando nós falamos em educação bilíngue de surdos, nós estamos falando em inclusão também, numa perspectiva em que eles vão se desenvolver, e não é só desenvolver aprendendo libras, é muito mais que isso. Os surdos querem aprender o conhecimento. Eles querem ter acesso à língua portuguesa, matemática, história, ciência, geografia... Todo o conhecimento de mundo precisa estar acessível para todos. Eles querem se comunicar e querem aprender com todos os outros, e é essa a perspectiva que eu vejo dentro da Secadi. A educação inclusiva não pode ser reduzida, ela tem que ser ampliada. Eu não posso oferecer um ensino simplificado para as crianças, eu preciso oferecer um ensino 100%. Então, para isso, assim como o Senador Flávio Arns sempre se preocupa com essa diversidade e vem acompanhando a nossa luta, nós temos juntos a Federação Mundial de Surdos, que sempre luta também e fala da importância de os surdos terem equidade. A equidade linguística é fundamental. Esse discurso da equidade tem que se sobrepor a todos os outros. A equidade na educação deve acontecer.

Eu vejo que os surdos muitas vezes interagem, são regrados e são limitados. Falta informação, falta uma educação de qualidade, a gente precisa mudar e o momento para isso é este. São perspectivas diferentes de ensino para os surdos. Nós aceitamos a proposta dentro do PNE para que haja equidade. É o que nós queremos que seja incluído no PNE.

E, só para lembrar, sempre eu vejo o que a nossa sociedade diz para nós, e ficamos com o coração doendo, nós sentimos muito. É muito triste quando a sociedade começa a impor para os surdos dizendo que o que nós queremos é segregação. Muito pelo contrário, segregação é o que tem acontecido quando nós não temos o direito de escolher. Então, nós queremos uma educação inclusiva, sim, que inclua a todos, mas com equidade linguística.

Então, eu espero que todas as comunidades surdas, inclusive as comunidades que optam pela oralização, tenham a liberdade de escolher e seguir o seu caminho. Nós também não queremos impor para ninguém a língua de sinais. Nós surdos escolhemos o nosso caminho, queremos educação bilíngue garantida para as outras crianças surdas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Muito bem. Agradeço de novo à Flaviane Reis. Parabéns pelo trabalho acadêmico também na universidade. Continuem sempre firmes, competentes, unidos e dialogando bastante. Parabéns!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero novamente agradecer a você também, Sandra Patrícia, pelo belo trabalho que você desenvolve.

Passo, em seguida, a palavra à Fabiana Maria das Graças, que é representante da Federação Nacional das APAEs do Brasil, a Fenapaes.

Com a palavra, Fabiana.

A SRA. FABIANA MARIA DAS GRAÇAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador.

Mais uma vez eu quero voltar a falar das escolas especializadas, daquelas de que nós falamos, lembrando que a escola especializada que nós defendemos é a escola que está inserida no sistema de ensino por ser uma escola legalizada, por ser uma escola regularizada. Aliás, a orientação que nós damos é esta: todas as escolas devem se regularizar porque as escolas não podem oferecer curso livre. As escolas da educação básica, as escolas da rede Apae e, com certeza, das outras coirmãs, como as da Pestalozzi, são orientadas a oferecer educação básica na modalidade de educação especial. E, seguindo as orientações das diretrizes da educação básica, hoje nós estamos nos adequando à BNCC desde a educação infantil, ensino fundamental e até a organização da educação de jovens e adultos também.

Portanto, é essa escola que nós defendemos, lembrando mais uma vez também que nós defendemos a educação inclusiva, sim, a inclusão como direito de todos, mas a educação inclusiva com responsabilidade, atendendo aos anseios e às escolhas dos alunos quanto à escola onde eles querem estudar e das famílias, onde elas querem que seus filhos estudem, e que as escolas não são abertas para impor que os alunos com deficiência intelectual e múltipla, que é a deficiência de que nós estamos falando, é desse público que nós estamos falando... Eles precisam também ser ouvidos, para sabermos quais são as suas necessidades, assim como as dos professores também desses alunos.

Conversando com os professores – eu já fui professora também e agora sou aposentada e voluntária na rede Apae –, nos cursos de pós-graduação, alunos, eles sentiam sempre a necessidade de serem ouvidos. Como eles estariam recebendo os alunos sem a devida formação? Como eles se comportariam diante da progressão desses alunos, passando ano a ano por estarem matriculados, porque o que era considerado era a idade e não o que eles adquiriam em termos de qualidade de ensino?

O que, na verdade, nós estamos defendendo é uma escola boa e de qualidade para todos, tanto na escola especializada como na escola comum, o direito de nós termos ofertas de educação de qualidade em que os alunos estão lá para aprender, que seu percurso escolar aconteça de acordo com as aquisições que eles tenham, como é com todos os outros alunos. O que não é possível é a gente continuar admitindo que os alunos tenham um diploma na mão e nem ao menos saibam ou sejam alfabetizados para terem os diplomas que estão recebendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, lutando juntos – a educação especial, as escolas especializadas e as escolas comuns –, vejo que temos uma forma de nós formarmos uma grande rede de apoio. Na verdade, hoje nós podemos considerar a organização da rede Apae já caminhando para uma grande rede de apoio, pois termos os atendimentos educacionais especializados para atender os alunos que estão incluídos nas escolas comuns sinaliza que o compromisso da rede Apae está cada vez maior. Da mesma forma é a inclusão dos alunos no trabalho. Nós começamos com a educação profissional, hoje nós estamos com o Programa Emprego Apoiado da Apae na modalidade do emprego apoiado e, cada vez mais, nós temos jovens no trabalho, com as equipes de apoio quando necessário.

Portanto, o nosso objetivo é realmente satisfazer as necessidades básicas e fundamentais e trabalhar ouvindo, fazendo a escuta dos alunos, crianças, adolescentes, jovens e adultos – hoje nós trabalhamos inclusive com os idosos, mas a tendência... Sempre trabalhamos. Quando não tinha condições, para onde encaminhar os idosos, eles sempre continuaram na rede Apae. Hoje nós precisamos, inclusive, ampliar a intersetorialidade com a política pública de assistência social para ampliar os centros-dia e para ampliar os similares que estão na própria...

Muito obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos a você novamente, Fabiana. Quero dizer da alegria de revê-la também. Esteja sempre presente nos debates, porque você também está junto com as universidades, inclusive a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, que teve um papel muito importante na elaboração, anos atrás, do documento Apae Educadora, que foi fundamental. Então, transmito um abraço e quero dizer, como eu disse agora há pouco das pestalozzis... Lembro de grandes lideranças do movimento apaeano já falecidas, como Nelson Seixas, de São Paulo; Elpídeo Araújo Neves, de Brasília; Justino Alves Pereira, daqui, do Paraná, onde eu estou, e tantos outros, como o Coronel Borba também, do Rio de Janeiro, todos muito dedicados, atuantes, idealistas, lutando por direitos humanos, prestação de serviços e apoio para as famílias. São os três objetivos básicos dos movimentos sociais: direitos humanos, apoio às famílias, as pessoas e aos profissionais e prestação de serviços, quando necessário, de qualidade.

Eu quero perguntar ao Dr. Arlindo Nobre, membro da Coalizão Brasileira pela Educação Inclusiva, se posso passar a palavra ao senhor? (*Pausa.*)

Sim, está presente. É porque eu não estava enxergando aqui.

Dr. Arlindo. (*Pausa.*)

Não? (*Pausa.*)

Sim. (*Pausa.*)

Se o senhor quiser, eu posso passar para a Silvia antes e depois para o senhor. Pode ser? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo, então, a palavra à Silvia de Souza Campos, representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi; logo em seguida, volto ao Dr. Arlindo.

Com a palavra, Silvia.

A SRA. SILVIA DE SOUZA CAMPOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Retomando, eu estava pensando como é importante a gente discutir financiamento. Não tem como a gente sonhar essa educação equânime de qualidade sem a gente ter os recursos necessários para que isso aconteça.

Então, eu acho que é fundamental, nesse plano, a gente pensar de forma pragmática o que pode ser feito e o que a gente tem disponível para se fazer.

Então, eu gostaria de focar nessa questão do financiamento e voltar a essa questão do direito de escolha, como a Fabiana colocou. Fabiana, saudações sul-mato-grossenses! Estou aqui, em Aquidauana; a gente é da mesma terra. Como é importante a gente valorizar essa construção que a gente tem. Historicamente, Apae e Pestalozzi contribuíram muito na questão da educação especial do Brasil, e a gente tem que pensar que essa construção está se fortalecendo porque a gente tem se reinventado e tem seguido uma legislação. A gente tem o cuidado de que essas escolas especializadas estejam regulares no sentido de que elas estão seguindo a legislação, estão seguindo as normativas dos seus sistemas, estão seguindo as diretrizes, a Base Comum Nacional. Então, ela tem esse cuidado de pegar tudo isso e organizar com as metodologias, estratégias e condições de acessibilidade, principalmente para que o estudante com deficiência intelectual ou múltipla deficiência, que é o foco dessas duas instituições, receba o atendimento adequado.

Eu faço sempre um questionamento. Eu concluí o ensino fundamental, na realidade, o ensino médio, há 40 anos, e muitas vezes eu vejo ainda reflexo daquela escola em que eu passei, há 40 anos, na atualidade. A gente ainda tem alguns engessamentos, a gente ainda trabalha, a gente tem os limites de eletivos, que trabalham nesse limite, a gente não extrapola, a gente trabalha com o mínimo. Acho que a gente tem que superar isso, não só na educação, mas em qualquer outro espaço, parar de pensar nas condições mínimas. Não! A gente tem que pensar nas condições adequadas, não nas condições mínimas.

E trabalhamos ainda com bimestres, salas de aula. A gente ainda precisa pensar como essa educação tem que sair do século XX e chegar, realmente, ao século XXI. A gente ainda precisa caminhar um bocadinho. Tem muita coisa para ser feita ainda.

Eu até escrevi uma frase aqui, um parágrafo: pela diversidade de oferta de serviços educacionais, com metodologia e estratégias diversas, nós devemos favorecer maiores oportunidades para encontrar o formato que venha ao encontro das necessidades e interesses dos estudantes. A gente precisa pensar numa ampliação de outros formatos, porque o que está posto aí atende, mas não atende essa diversidade, não atende todo mundo. Então, a gente precisa pensar nessa condição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Senador, esses momentos que a gente senta para dialogar são de suma importância. Acho que foi a Profa. Flaviane que colocou sobre a questão de grupos de trabalho, de comissões. Então, a gente precisa sentar, conversar e ampliar esse diálogo para que a gente possa... Não vai fechar. A gente sabe que é dinâmico, a nossa vida é dinâmica. A gente não vai padronizar. Os padrões estão aí para serem quebrados, justamente porque nós temos uma vivência que não é comum, ela é diversa. Então, a gente precisa pensar nessa diversidade e, através do diálogo, construir uma escola que venha a atender as necessidades de todos.

Quero relembrar... O senhor falou sobre grandes nomes do movimento pestalozziano e apaeano que contribuíram para a educação. A gente precisa realmente dar uma revisitada nessa história para que a gente possa seguir um pouco mais para frente, dar um passo para esse futuro que está aí abrindo as portas para a gente, com tantas oportunidades. Então, eu vou aguardar, com muita expectativa, esses formatos de diálogo, essas participações efetivas, principalmente da pessoa com deficiência, porque o protagonismo é fundamental.

A autodefensoria tem que estar presente na nossa vida enquanto sujeito, independentemente da nossa condição. Então, que essas expectativas sejam superadas e a gente possa construir uma sociedade mais equânime, com a participação de todos, e que a gente possa construir uma vida mais feliz para todos os brasileiros e brasileiras.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço novamente à Silvia de Souza Campos, representante da Pestalozzi.

Inclusive, já quero fazer um pouco de propaganda, porque neste ano o Congresso Nacional das Associações Pestalozzi acontecerá no Paraná, em Foz do Iguaçu. Então, provavelmente nos encontraremos por lá também.

Eu passo a palavra ao Dr. Arlindo Nobre. (*Pausa.*)

Ele está com um pequeno *delay*, mas está participando normalmente, não é, Dr. Arlindo? (*Pausa.*)

Dr. Arlindo? (*Pausa.*)

Eu pergunto para a nossa Secretaria se está havendo alguma dificuldade. Não? (*Pausa.*)

O Dr. Arlindo havia, agora há pouco, perguntado se o texto da fala dele poderia ser colocado. Todo o material que porventura vocês tenham fica no Portal da Comissão de Educação, Cultura e Esporte – por enquanto, porque o esporte vai sair da Comissão; vamos ter uma Comissão somente para a área do esporte.

Quero agradecer sobremaneira a todo o pessoal da Comissão de Educação, a Andréia e toda a equipe, também aos meios de comunicação do Senado, que sempre apoiam, e a todos que nos acompanham, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos nós refletirmos em conjunto, dialogarmos, acharmos caminhos, construirmos caminhos para o novo Plano Nacional de Educação, no qual todas as pessoas sejam devidamente valorizadas.

Agradeço de novo a participação das expositoras e do expositor e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 31ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE JUNHO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e cinco minutos do dia seis de junho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Izalci Lucas, Ivete da Silveira, Soraya Thronicke, Leila Barros, Jussara Lima, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Paulo Paim, Teresa Leitão, Irajá, Wellington Fagundes, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Gomes, Zequinha Marinho, Wilder Morais, Romário, Laércio Oliveira, Damares Alves, Esperidião Amin e Dr. Hiran, e ainda dos Senadores Marcos do Val, Angelo Coronel, Mecias de Jesus e Alan Rick, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Styvenson Valentim, Cid Gomes, Nelsinho Trad, Augusta Brito, Carlos Portinho e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 28ª, da 29ª e da 30ª reuniões, que são aprovadas. O presidente comunica os documentos recebidos pela secretaria; solicita aos Líderes dos blocos a indicação de Parlamentares que comporão a Subcomissão da Alfabetização na Idade Certa; e comunica que se encontram disponíveis no Portal da Comissão sumários das reuniões das Audiências Públicas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 726, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Programa de Geração Distribuída nas Universidades e dá outras providências." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação da Emenda n. 1- CCT (Substitutivo) com uma subemenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório favorável à Emenda nº 1 - CCT/CE (Substitutivo) e a Subemenda nº 1 - CE e rejeitada a Emenda nº 2. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 211, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a obrigatoriedade, por parte dos sistemas de ensino, da oferta de educação especial para o trabalho para pessoas com deficiência sob a forma de cursos com carga horária mínima de quinhentas horas de aulas e com número de vagas proporcional à população de pessoas com deficiência em idade economicamente ativa residente na região abrangida pelo sistema de ensino." **Autoria:** Senador Romário (PSB/RJ). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Aprovado. **Resultado:** Aprovado com a Emenda nº 1 - CE (Substitutivo). A matéria vai a turno suplementar. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 635, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, para incluir o desporto entre as atividades passíveis de serem realizadas pelas entidades qualificadas como organização social." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2260, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 13.536, de 15 de dezembro de 2017, e nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e dispõe sobre prorrogação de prazos em cursos de graduação e pós-graduação nos casos de maternidade, paternidade e de adoção." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação com três emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado com as Emendas nºs 1, 2 e 3 - CE. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2201, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para prever a instituição de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conselhos Escolares e de Fóruns dos Conselhos Escolares." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, favorável ao projeto. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1732, de 2021 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional de Luta dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Cultura; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 477, de 2023 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Oscar Ribeiro de Almeida Niemeyer Soares Filho no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senadora Jussara Lima. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3639, de 2021 - Terminativo -** que: "Inclui a Caminhada da Água como evento ambiental comemorativo do Dia Mundial da Água." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho (*Ad hoc*), substituiu Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 2610, de 2021 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre a Paternidade Responsável, a ser comemorado, anualmente, em 14 de agosto." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura (*Ad hoc*), substituiu Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 940, de 2021 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional da Pessoa com Visão Monocular." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura (*Ad hoc*), substituiu Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 3521, de 2021 - Terminativo -** que: "Denomina “Prefeito Tico Ribeiro” o trecho da BR-419 que liga o Município de Aquidauana e o acesso a Fazenda Conquista, no Estado de Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura (*Ad hoc*), substituiu Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 2994, de 2021 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional da Força Jovem Universal." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 47, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 21/2023 - CE seja incluída a Senhora Elizabeth Guedes Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares – ANUP." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/06/06

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 28ª, 29ª e 30ª Reuniões, realizadas nos dias 30 de maio, 1º e 5 de junho.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

- Ofício nº 191, de 2021, da Prefeitura de Itabira, com declaração de apoio ao Projeto de Lei nº 1.854, de 2021, que erige em monumento nacional o Caminho da Estrada Real;

- Ofício nº 159, de 2023, Atricon (Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil), Nota Recomendatória Atricon com orientações dirigidas aos Tribunais de Contas do País a respeito da necessidade de complementação, em 2023, da diferença entre o valor aplicado e o exigível constitucionalmente para manutenção e desenvolvimento do ensino nos exercícios de 2020 e 2021, assunto da mais alta importância, fruto de muito debate no Congresso Nacional na ocasião. Em função da pandemia, os percentuais não foram aplicados; porém, terá de ser aplicada também a complementação em 2023.

Parabéns para a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil pelo alerta, fundamental!

Os documentos mencionados permanecerão por 15 dias no *site* da Comissão para manifestação pelos interessados. Após esse período, serão arquivados.

Informo que, na última reunião deliberativa, foi aprovado requerimento para a criação da Subcomissão da Alfabetização na Idade Certa.

Solicito que os Líderes dos blocos indiquem à Comissão os Parlamentares que farão parte da composição desse Colegiado. A Secretaria da Comissão enviará ainda hoje aos Líderes dos blocos os ofícios com o cálculo da proporcionalidade da Subcomissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, comunico que se encontram disponíveis no Portal da Comissão os sumários relativos às seguintes reuniões: Ciclo de Audiências Públicas sobre a Violência nas Escolas, Requerimento 32, de 2023, daqui da Comissão; Ciclo de Audiências referentes à Instrução do PL 88, de 2023, Responsabilidade Educacional, Requerimento 49... (*Pausa.*)

Requerimento 49, de 2023, Comissão de Educação; Ciclo de Audiências sobre o Novo Plano Nacional de Educação, Requerimento 21, de 2023.

Eu quero destacar que esses sumários serão também enviados aos Senadores e Senadoras, titulares e suplentes da Comissão.

Eu quero destacar também a importância desse sumário, que não é, obviamente, um documento, assim, vamos dizer oficial; é um documento didático, feito por alguém que colocou os itens principais abordados, porque é impossível aos Senadores e Senadoras, participantes de várias Comissões, CPIs, CPMIs, Plenários, acompanharem todas as audiências públicas. Lendo o seu sumário de uma página ou de uma página e meia, no máximo, a pessoa terá uma ideia do que foi debatido. Caso deseje se aprofundar, nós temos as notas taquigráficas e o material apresentado, tudo no *site* da Comissão.

Quero dizer que os sumários feitos, elaborados, são de muita qualidade. Então, eu considero bem importante. E não vamos usar também o grupo de WhatsApp criado para os membros desta Comissão, porque aquele grupo, conforme orientado na sua criação, será unicamente destinado para o chamamento para votações, para presença em plenário e assim por diante.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados na Comissão.

Informo que os itens da pauta que tratam de matérias relativas a assuntos honoríficos exigem quórum de maioria absoluta para a sua aprovação e serão votados nominalmente, em bloco, com a abertura do painel eletrônico.

É importante se ressaltar que na reunião de hoje os Senadores e Senadoras poderão registrar presença, se manifestar e votar nos itens terminativos, por meio do aplicativo Senado Digital, porque é uma semana semipresencial. Então, os Senadores e Senadoras são convidados a participarem remotamente, caso desejem. Ficam retirados de pauta os itens 3 e 7, a pedido dos Relatores.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 635, DE 2020

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, para incluir o desporto entre as atividades passíveis de serem realizadas pelas entidades qualificadas como organização social.

Autoria: Senadora Leila Barros

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria constou da pauta da reunião do dia 30/05/2023.

2. Em 29/05/2023, foi apresentada a emenda n° 1, de autoria do Senador Carlos Viana.

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 477, DE 2023

- Terminativo -

Inscreve o nome de Oscar Ribeiro de Almeida Niemeyer Soares Filho no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senadora Jussara Lima

Relatório: Pela aprovação.)

Assim, nós passamos de imediato ao item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 726, DE 2019

- Não terminativo -

Institui o Programa de Geração Distribuída nas Universidades e dá outras providências.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação da Emenda n. 1- CCT (Substitutivo) com uma subemenda que apresenta.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com parecer favorável à aprovação do projeto nos termos da Emenda nº 1-CCT (Substitutivo).

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

3. Em 06/06/2023, foi apresentada a emenda n° 2, de autoria da Senadora Teresa Leitão (PT/PE).

Será realizada uma única votação, simbólica, para o substitutivo e para a subemenda, nos termos do relatório apresentado.

Concedo então a palavra à Senadora Professora Dorinha Seabra para a leitura do relatório.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, todos que nos acompanham.

O PL nº 726, de 2019, versa sobre educação e instituições educativas e está, dessa forma, sujeito ao exame de mérito na Comissão de Educação.

A proposição do Senador Veneziano Vital do Rêgo traz a debate o tema da transição energética, colocando-a no centro das preocupações de nossas instituições de ensino superior. De fato, conforme vimos na recente publicação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, caso medidas urgentes não sejam tomadas para reduzir o uso de combustíveis fósseis e melhorar o sistema de eficiência energética, a humanidade continuará a caminhar para o desastre já previsto pela ciência.

Apesar de as evidências e o conhecimento sobre os impactos das mudanças climáticas estarem relativamente bem disseminados, até mesmo o compromisso estabelecido no Acordo de Paris de limitar o aquecimento global a 1,5ºC corre sérios riscos de não ser alcançado.

No Brasil, infelizmente, as medidas tomadas ainda são insuficientes, tanto para reduzir as emissões quanto para mitigar os danos que as alterações do clima têm provocado e vão provocar cada vez mais.

No campo da educação não é diferente. Há, ainda, certa indiferença em relação ao tema, apesar de as consequências dos desastres, mesmo nos padrões construtivos das instalações, bem como a forma de utilizar a energia nos edifícios escolares. Nesse sentido, a proposição em tela é um alento, pois estabelece condições para que as universidades participem da transição para fontes renováveis de energia, contribuindo, ao mesmo tempo, para redução dos seus gastos de custeio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, do ponto de vista das competências desta Comissão, a proposição se mostra conveniente e relevante, especialmente nos termos do substitutivo da Comissão de Ciência e Tecnologia, que lhe dá redação mais coerente com o texto de uma lei, que deve ser norma geral e abstrata.

Consideramos, no entanto, que é necessário ampliar o raio de abrangência da medida proposta, uma vez que não há mais espaço para medidas tímidas em matéria de transição energética. Assim, propomos que o PGDU se estenda também às instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, por meio da emenda que apresentamos.

Cumpre-nos ressaltar, por fim, que a análise da adequação constitucional e orçamentária da proposição será objeto da CAE, colegiado ao qual cabe a decisão terminativa sobre a matéria.

Em razão do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei nº 726, de 2019, nos termos do substitutivo da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e da seguinte subemenda:

> Subemenda nº - CE
> Acrescente-se ao Projeto de Lei nº 726, de 2019, na forma da Emenda nº 1-CCT, o seguinte art. 3º, renumerando-se o atual art. 3º como art. 4º:
> "Art. 3º O disposto nesta Lei aplica-se também às instituições de ensino da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, de que trata a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008".

Sr. Presidente Flávio Arns, nós estamos introduzindo aqui os IFs (Institutos Federais), pela própria natureza do seu atendimento.

Eu recebi uma emenda da Senadora Teresa Leitão, que estou rejeitando por vários motivos. Inclusive, um é até regimental, mas precisaria de tempo para análise. Ela faz uma proposta de limitar para universidades públicas. O projeto já passou pela Comissão de Ciência e Tecnologia, numa abordagem de universidade. E eu estou inserindo os Institutos Federais. Obviamente, a CAE vai se debruçar sobre as questões orçamentárias e os programas.

Então, a emenda está rejeitada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Agradeço a V. Exa. o relatório, Senadora Professora Dorinha.

Quero dizer da importância também deste projeto porque, se discutimos energia, distribuição de energia, isso tem que acontecer particularmente nas nossas instituições de ensino superior, que são centros de ensino, de pesquisa, de extensão, para serem referência nesta área.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, parabenizo V. Exa. pela ampliação do escopo do projeto de lei, para incluir os Institutos Federais também.

Muito bem.

V. Exa. quer complementar alguma coisa? Está bem?

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o substitutivo, a Emenda nº 1-CCT e a subemenda, apresentadas ao projeto, nos termos do relatório apresentado.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à Emenda Substitutiva nº 1-CCT/CE e à Subemenda nº 1- CE, rejeitada a emenda apresentada pela Senadora Teresa Leitão, conforme os argumentos apresentados pela Relatora.

A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos, onde a decisão será terminativa.

Agradeço a V. Exa., Senadora Dorinha.

Ressalto que a Senadora Professora Dorinha é Vice-Presidente, agora, desde a semana passada, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Então, se V. Exa., inclusive, quiser se sentar à mesa, está sempre convidada, para também ajudar a conduzir os trabalhos.

O Item 2 dois da pauta é terminativo.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 211, DE 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a obrigatoriedade, por parte dos sistemas de ensino, da oferta de educação especial para o trabalho para pessoas com deficiência sob a forma de cursos com carga horária mínima de quinhentas horas de aulas e com número de vagas proporcional à população de pessoas com deficiência em idade economicamente ativa residente na região abrangida pelo sistema de ensino.

Autoria: Senador Romário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Aprovado, nos termos do substitutivo apresentado.

Observações: *1. A matéria já passou pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com parecer favorável.*

2. A matéria foi desarquivada nessa legislatura.

Se aprovado o substitutivo, a matéria será incluída na pauta da próxima reunião para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo novamente a palavra à Senadora Professora Dorinha Seabra.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Vou direto à análise.

O PLS nº 211, de 2017, envolve matéria de natureza educacional. Dessa forma, passamos ao relato.

Não há reparos a fazer sobre a constitucionalidade e a juridicidade da proposição.

O projeto de lei trata de tema relevante, pois aborda e contribui para equacionar a necessidade existente hoje de se incrementarem as políticas públicas relacionadas à inclusão de pessoas com deficiência no mundo do trabalho. Afinal, segundo dados divulgados pelo IBGE, no âmbito da pesquisa denominada "Pessoas com deficiência e as desigualdades sociais", a taxa de participação de pessoas com deficiência no mercado de trabalho é de apenas 28,3%, um percentual bem menor que o de pessoas sem deficiência (66,3%). Além disso, quando empregadas, essas pessoas têm rendimento médio mensal de R$1.639, enquanto o de trabalhadores sem deficiência é de R$2.619.

Há, portanto, muito a se fazer, a fim de que essa discrepância em termos de acesso e de remuneração de pessoas com ou sem deficiência seja superada e a perspectiva da inclusão se expresse no cotidiano dos brasileiros, em todas as dimensões de convívio, participação social e inserção no mundo do trabalho.

Nesse contexto, a proposição do Senador Romário vem em boa hora, ao sinalizar a importância da educação profissional de qualidade para que os cursos e as vagas ofertadas aos estudantes com deficiência não sejam aligeirados e inconsistentes, muitas vezes visando apenas ao preenchimento de planilhas e o atingimento de metas pouco articuladas às necessidades efetivas dessas pessoas e do setor produtivo.

Julgamos, entretanto, em linha com o que defendeu o Senador Flávio Arns, em relatório apresentado anteriormente nesta Comissão, que condicionar a 500 horas o limite mínimo de duração dos cursos de formação em comento pode trazer mais riscos que benefícios às pessoas com deficiência. Afinal, tal medida poderá ocasionar um "engessamento" na oferta, que hoje é muito mais flexível e inclui cursos de qualificação continuada, sob cujo leque se abriga a formação inicial e continuada de trabalhadores, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

carga horária mínima de 160 horas, e cursos técnicos de nível médio, com carga horária entre mil e 1,2 mil horas.

Assim, nossa proposta é a de que, a cada instituição de ensino, os cursos que ofertem vagas gratuitas para pessoas com deficiência tenham carga horária de no mínimo 160 horas – e não mais de 500 horas. Além disso, também acrescentamos ao texto que é necessário assegurar o desenvolvimento de competências para a inserção e permanência de pessoas com deficiência no mundo de trabalho, de modo a tornar os ambientes de formação e qualificação profissional efetivamente inclusivos, garantindo recursos estruturados e transposições didáticas.

Ajustamos no texto a terminologia, definindo que a obrigação prevista na nova norma estará na alçada das instituições de ensino públicas e privadas que oferecem educação profissional, e propusemos que seja retirada a menção ao IBGE, a fim de garantir que haja tempestividade na identificação da demanda da população com deficiência por cursos de qualificação profissional, bem como aderência à Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão).

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2017, nos termos do seguinte substitutivo:

> Art. 1º O art. 59 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:
> § 1º As instituições de ensino públicas e privadas que oferecem educação profissional ficam obrigadas, nos termos do regulamento, a oferecer vagas gratuitas para as pessoas com deficiência em cursos com carga horária, infraestrutura e formato adequados.
> § 2º Os cursos de que trata o art. §1º incluirão práticas de formação em ambiente de trabalho, de modo a atender as especificidades dos educandos, com garantia, sempre que necessário, do desenvolvimento de competências básicas prévias, requeridas para o aproveitamento do curso, a formação profissional de qualidade e a inserção no mundo de trabalho.
> § 3º A carga horária a que se refere o §1º não poderá ser inferior a 160 (cento e sessenta) horas.
> § 4º As vagas de que trata o §1º serão definidas e ofertadas com base na proporção do número atualizado de pessoas com deficiência em idade economicamente ativa, residentes na área abrangida pelos respectivos sistemas de ensino, considerando as demandas locais e de acordo com o regulamento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após um ano da data de sua publicação.

Senador Flávio Arns, Presidente. Senadora Professora Dorinha.

E eu gostaria de parabenizar a iniciativa do Senador Romário. Nós sabemos do enorme desafio. A garantia da presença da pessoa com deficiência no mundo do trabalho precisa vir acompanhada de condições reais de inserção e de formação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eles não querem favor. Eles precisam ter condição adequada à sua deficiência, mas condição de exercer as ocupações no mundo do trabalho. Por isso, a qualificação e requalificação permanente são importantes e são condição de inserção e de inclusão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu agradeço a V. Exa., Senadora Professora Dorinha. Também parabenizo pelo relatório apresentado, pela preocupação também importante com a inserção da pessoa com deficiência no mundo do trabalho.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Indago ao Plenário se podemos colocar esse item em votação, em bloco, junto com os demais itens, no momento oportuno.

Tendo a aquiescência do Plenário, então a votação será nominal, em bloco, posteriormente.

O Senador Confúcio Moura, também... A gente sempre fica feliz com a sua presença e com o seu debate sobre os temas tão importantes da educação. V. Exa. é uma liderança essencial na área.

Passamos ao item nº 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 2201, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para prever a instituição de Conselhos Escolares e de Fóruns dos Conselhos Escolares.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela aprovação

Observações: *1. A matéria constou da pauta da reunião do dia 30/05/2023.*

Com a palavra, então, o Senador Confúcio Moura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senadora Dorinha, todos que estão *on-line*, meus cumprimentos.

Este é o Projeto 4.483, de 2008. Portanto, tem 15 anos de tramitação. É de autoria da brilhante Deputada Luiza Erundina. Altera a Lei 9.394, de dezembro de 1996, a LDB.

Então, Sr. Presidente, vou para a análise.

Apenas ressalto que a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislava estão todas de acordo.

O PL 2.201, de 2022, estabelece diretrizes de normatização da gestão democrática no Brasil, especialmente com previsão de instituição dos Conselhos Escolares e dos Fóruns de Conselhos Escolares, na forma de lei a ser editada pelos respectivos entes subnacionais. Essas instâncias colegiadas terão a incumbência de promover o diálogo, a interlocução e a cooperação para facilitar que o objetivo comum de prestação educacional de qualidade se torne uma realidade.

Voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto 2.201, de 2022.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senador Confúcio Moura, um importante projeto. Quero saudar a Deputada Luiza Erundina, também, pela apresentação do projeto há 15 anos. Há quanto tempo!

Quando a gente fala de escola diz quem é o dono da escola. O dono da escola são os pais, os professores, o conselho escolar. Quer dizer, eles têm que ser empoderados nesse sentido, inclusive com a instância dos fóruns, dos conselhos escolares.

Muito bom.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório apresentado pelo Senador Confúcio Moura, passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo, em seguida, ao Item 9 da pauta.

ITEM 9

PROJETO DE LEI N° 2.610, DE 2021

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre a Paternidade Responsável, a ser comemorado, anualmente, em 14 de agosto.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senador Izalci Lucas.

Relatório: Pela aprovação.

Peço ao Senador Confúcio Moura que seja o Relator *ad hoc* da matéria.

Com a palavra, Senador Confúcio.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Como Relator.) – Vem ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei nº 2.610, de 2021, do Poder Executivo, que institui o Dia Nacional de Conscientização sobre a Paternidade Responsável.

Vou direto à análise e a alguns dos parágrafos mais importantes.

A participação do pai é, contudo, essencial, tanto quanto a da mãe, para garantir o equilíbrio na formação psíquica de crianças e adolescentes e o amplo desenvolvimento de suas potencialidades, estabelecendo uma relação cujo âmago é o afeto, mas igualmente marcada pelo senso de responsabilidade para com os outros e para consigo mesmo.

Esse mesmo sentimento de afetuosa responsabilidade paterna, somando-se a outros valores que são estimulados pelo exemplo, tende a ser assumido como uma referência de conduta por aqueles que dele são objeto, marcando decisivamente os rumos que irá trilhar na vida.

Vale lembrar que o *caput* do art. 227 da Constituição estabelece com a maior clareza e a necessária amplitude os deveres da família, da sociedade e do Estado para com a criança, o adolescente e o jovem, de forma a contemplar os direitos destes "à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária". É quase desnecessário dizer que a responsabilidade da família, no que toca a tais deveres, compete sobretudo aos pais, muito embora outros familiares possam dar contribuições importantíssimas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou direto ao voto, Sr. Presidente.

Conforme o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.610, de 2021.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Senador Confúcio Moura.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação da matéria, por ser terminativa, será nominal e realizada em bloco na sequência.

Passamos ao item 10 da pauta.

ITEM 10

PROJETO DE LEI N° 940, DE 2021

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional da Pessoa com Visão Monocular.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke.

Relatório: Pela aprovação.

Iniciativa da Deputada Federal Luisa Canziani.

Solicito também ao Senador Confúcio Moura que seja o Relator *ad hoc* da matéria.

Com a palavra.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, V. Exa. já fez a introdução do relatório e a sua autoria, que é da Luisa Canziani, Deputada Federal, brilhante, lá do Estado do Paraná.

Eu vou destacar apenas aqui um parágrafo da análise.

A visão monocular se caracteriza pela existência de cegueira legal em um dos olhos, com visão adequada no outro olho, o que interfere na capacidade de se perceber a profundidade, além de limitar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

campo visual. Em decorrência disso, as pessoas com essa alteração possuem dificuldades em seu dia a dia, e estão impedidas de exercer algumas atividades profissionais.

Ele relata mais alguns temas...

Nesse cenário, é muito válida a instituição do Dia Nacional da Pessoa com Visão Monocular, como forma de homenagear brasileiros e brasileiras com essa condição, além de ser uma oportunidade para educar e conscientizar a população, que em geral desconhece as consequências dessa limitação visual.

Voto.

Conforme a argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 940, de 2021.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço. Está em discussão matéria.

Quero, de minha parte, também, parabenizar a Deputada Luisa Canziani, do Paraná, e cumprimentar todas as pessoas que atuam nesta área da visão monocular. É uma luta de anos para o reconhecimento, que já aconteceu em legislação aprovada no Congresso Nacional. E a instituição de um Dia Nacional da Visão Monocular, é um momento de debate, de reflexão, de discussão, um chamamento de atenção para a área. E isso é muito importante.

Então, quero parabenizar todos e cumprimentar também o Senador Zequinha Marinho, presencialmente, aqui na nossa Comissão.

Não havendo mais quem queira discutir...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Desculpe-me, temos o Senador Wellington Fagundes, remotamente.

Desculpe-me, Senador.

Com a palavra, o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, quero agradecer a oportunidade de falar, principalmente deste projeto de lei, que tive a oportunidade de ser coautor, juntamente com o Senador Rogério Carvalho, que foi o proponente dessa lei, que inclusive leva o nome Amália Barros, que é uma monocular mato-grossense. Foi, inclusive, fruto desse trabalho desenvolvido, e que o Senado aprovou, por unanimidade, depois a Câmara dos Deputados e tivemos a sanção pelo Presidente Bolsonaro. O papel da nossa Primeira-Dama, Michele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bolsonaro, foi extremamente importante, e esse projeto de lei traz justiça, exatamente, às pessoas com deficiência de visão que têm até, digamos, 25% de uma das visões.

Essa lei, com certeza, foi extremamente importante, também, para projetar o trabalho da Amália Barros, tanto é que, repito, ela foi nossa Deputada Federal, muito bem votada aqui no Estado...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senador Wellington, houve algum problema aí com a internet.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência.*) – Interferiu, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sim...

Agora...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência.*) – A Deputada Canziani foi a Relatora na Câmara dos Deputados, onde fez um excelente trabalho também.

Então, quando a gente cria o Dia Nacional do Monocular é uma homenagem a essas pessoas também, dentro das suas limitações, mas, claro, pessoas competentes, e nós queremos homenagear todas elas.

Com certeza, esse projeto é extremamente importante. Por isso, eu voto favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem, Senador Wellington Fagundes.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senador Wellington Fagundes, o Senador Confúcio Moura quer fazer um comentário.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Como Relator.) – Essa preocupação com a visão monocular ou mesmo com a deficiência visual nas escolas tem sido objeto do nosso trabalho experimental em Rondônia de alocar recursos para as prefeituras fazerem por amostragem, selecionar... Os professores mesmos sabem quais são as crianças que têm déficit visual.

Nós estamos, assim, já oferecendo às prefeituras os recursos para que elas procedam a exames oftalmológicos e também auditivos nas crianças em idade escolar. Muitos com visão monocular ou com deficiência visual têm déficit de aprendizagem, não conseguem aproveitar bem o que lhes é ensinado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era só isso, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Foi importante a observação: fazer essa triagem auditiva e visual já no nascimento, muitas vezes, com o teste da orelhinha, com o teste do pezinho, mas posteriormente também com as triagens. Há muitas dificuldades que podem ser corrigidas desde que identificadas a tempo. E, caso não possam ser corrigidas, que a criança ou a pessoa tenha um atendimento adequado para ter sucesso nas empreitadas da vida.

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

Passamos ao item 11 da pauta.

ITEM 11

PROJETO DE LEI N° 3521, DE 2021

- Terminativo -

Denomina "Prefeito Tico Ribeiro" o trecho da BR-419 que liga o Município de Aquidauana e o acesso à Fazenda Conquista, no Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Senador Nelsinho Trad

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke.

Relatório: Pela aprovação

Observações: *1. A matéria constou da pauta da reunião do dia 16/05/2023.*

Eu solicito ao Senador Confúcio Moura que também seja o Relator *ad hoc* da matéria.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Como Relator.) – Perfeitamente, Sr. Presidente.

Vem à análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa, o Projeto de Lei nº 3.521, de 2021, de autoria do Senador Nelsinho Trad, que objetiva denominar "Prefeito Tico Ribeiro" o trecho da BR-419 que liga o Município de Aquidauana e o acesso à Fazenda Conquista, no Estado de Mato Grosso do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou a um breve trecho da análise.

Preenche o projeto de lei a juridicidade proposta, a técnica legislativa, a constitucionalidade. Tudo legal.

Aqui ele fala: Fernando Luiz Alves Ribeiro, ou apenas Tico Ribeiro, nasceu em 22 de março de 1919, em Aquidauana, no Estado de Mato Grosso do Sul, em uma família com vários nomes importantes na política.

Formado em Medicina Veterinária pela Escola de Agronomia e Veterinária de Viçosa, Minas Gerais, seguiu carreira na carteira agropecuária do Banco do Brasil e, posteriormente, foi Diretor da Comissão de Planejamento da Produção no Estado.

Pelo que se vê aí, Sr. Presidente, é uma pessoa de notório conhecimento público e de notório conhecimento na área dele, que é a veterinária e a produção rural.

Tico Ribeiro deixou importantes conquistas para a sociedade de Aquidauana. Fez bom uso da política e é ainda hoje reconhecido pela sociedade sul-mato-grossense como um dos grandes líderes estaduais. Sempre esteve à frente do seu tempo e norteou sua conduta pelos valores da competência, lealdade, ética e inabalável força moral.

Por todas essas razões, consideramos, sem dúvida, justa e merecida a homenagem proposta a Tico Ribeiro, ilustre cidadão sul-mato-grossense e o paradigma de um homem público.

Voto, Sr. Presidente.

Conforme argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto 3.521, de 2021.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado, Senador Confúcio Moura.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação da matéria será nominal e realizada em bloco, na sequência.

Cumprimento a Senadora Damares Alves aqui presente também, e já passo a palavra a V. Exa. para o item 4.

ITEM 4

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI N° 2260, DE 2022

- Terminativo -

Altera as Leis nº 13.536, de 15 de dezembro de 2017, e nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e dispõe sobre prorrogação de prazos em cursos de graduação e pós-graduação nos casos de maternidade, paternidade e de adoção.

Autoria: Senador Alessandro Vieira

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação com três emendas que apresenta.

Então, com a palavra, Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, permita-me logo ir para a análise.

Nos termos do art. 102 do Regimento Interno, cumpre a esta Comissão opinar sobre o mérito de proposições que envolvam matéria de natureza educacional, a exemplo da questão acadêmica tratada no PL 2.260.

Dessa forma, fica observada, na presente manifestação, a competência regimentalmente atribuída a este Colegiado.

No que tange particularmente ao exame de constitucionalidade, cumpre lembrar, inicialmente, que o projeto estabelece prazos de prorrogação genéricos para trabalhos acadêmicos, em regra relacionados à conclusão de disciplinas ou de cursos de educação superior, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação. Por essa razão, essa determinação acaba tocando, ainda que de forma tangencial, a autonomia universitária nas dimensões didático-científica e de gestão de parcela expressiva das instituições de educação superior.

Ora, considerando que a autonomia está prevista no art. 207 da Constituição Federal, poder-se-ia eventualmente arguir a inconstitucionalidade do projeto por afronta a essa garantia constitucional de auto-organização das universidades. A esse respeito, contudo, convém recordar que a mesma Carta Constitucional também consagrou, em seus arts. 226 e 227, a proteção do Estado à família e, especialmente, à infância, preocupações, a nosso ver, igualmente centrais ao projeto.

Não se olvide, ademais, que a mesma Carta de 1988 reservou ao direito à educação o *status* de direito fundamental. Não é à toa, pois, que ele se impõe, expressamente, como dever do Estado e como direito de acesso, inclusive, aos níveis de estudos mais elevados para aqueles que demonstrem capacidade para tanto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa capacidade, frise-se, não pode ser limitada por quaisquer circunstâncias, menos ainda quando configurem bens ou institutos constitucionalmente tutelados.

Dessa forma, ainda que se vislumbrasse alguma forma de colisão ou incompatibilidade entre as garantias constitucionais apontadas, a ponderação sobre qual aplicar deve pender para a prevalência daquelas que corroboram o exercício de direitos fundamentais. No caso sob exame, portanto, a prioridade seria para a satisfação dos direitos dos estudantes, o que, ao cabo, ainda se reverte em favor de toda a sociedade ante a inibição de potenciais desistências ou abandonos que implicariam perdas significativas de anos de estudos.

Por essa razão, não vemos maior problema em relação ao estabelecimento dos prazos descritos.

Situação diversa, no entanto, é a que se verifica no art. 3º do projeto, dispositivo que intenta tratar de servidores civis da União e seu já mencionado regime jurídico. É que, por força do disposto no art. 61, §1º, II, alínea "c", da Carta de 1988, a temática em tela encontra-se expressamente reservada à iniciativa privativa do Presidente da República.

Com efeito, é forçoso consignar que, ao se imiscuir em matéria reservada, a proposição incorre em indiscutível vício de inconstitucionalidade. A propósito, para a jurisprudência pátria de longe firmada, esse vício é considerado insanável, não se admitindo o aperfeiçoamento da lei que nele incorra, nem mesmo com a sanção presidencial.

Por essa razão, a despeito da relevância do dispositivo para a garantia de direitos aos beneficiários aos quais se dirige, a proposição se mostrará mais hígida se for escoimada da inconstitucionalidade apontada.

Com esse fito, apresentamos a pertinente emenda destinada à supressão do art. 3º do projeto.

Feitas essas correções, não se vislumbram quaisquer outros óbices ao conteúdo da proposição no que tange aos aspectos de constitucionalidade e juridicidade, sendo o caso de registrar tão somente o aspecto inovador da proposição ao ordenamento vigente, com o qual, de maneira geral, se harmoniza.

Apenas com o fim de imprimir maior clareza aos comandos da norma, parece-nos salutar propor, ainda que por meio da remissão a regulamento, alguma delimitação para os afastamentos decorrentes de gravidez, uma vez que essa condição nem sempre é impeditiva à realização de trabalho acadêmico, dada a sua natureza predominantemente intelectual.

Com efeito, oferecemos emenda ao art. 1º do PL, para ressalvar que haverá regulamento para dispor sobre os casos ou condições em que a estudante grávida fará jus à prorrogação de prazos.

Por oportuno, é de se salientar que a referência ao estudante pai da criança, no art. 1º, pode suscitar a ideia de ser um pai diretamente relacionado com a situação de maternidade anteriormente descrita. Como,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em nosso entender, o autor quis falar da paternidade estudantil de forma genérica, isolada, parece-nos, que, no caso, a premência, para o estudante, está no cumprimento das condições equivalentes às exigidas da estudante mãe, quando aplicáveis. É dizer, a prorrogação será concedida ao estudante quando sua paternidade for específica de recém-nascido, ou por adoção. Assim, aproveitando a citada emenda apresentada ao art. 1º do PL, sugerimos uma modificação desse dispositivo no tocante à menção ao estudante pai, de modo a deixar claro que se trata do estudante que cumpra a condição de pai de recém-nascido ou de pai envolvido com o pertinente processo de adoção. De igual modo, não vemos razão para tratamento diferenciado a este em relação ao prazo de concessão da prorrogação, uma vez que pode ser pai ou adotante sozinho.

Ainda nos pareceu oportuno dar guarida, no projeto, ao caso de estudantes, pais ou mães, que precisem acompanhar filhos em situação de internação hospitalar. Essas ocorrências, que não são raras, podem perdurar por meses e exigem, assim como os estudos, dedicação integral dos pais. Com efeito, incluímos essa preocupação na emenda oferecida ao art. 1º do PL, prevendo a prorrogação por prazo equivalente no mínimo ao da internação hospitalar do filho acompanhado.

Com esses reparos, acreditamos que o projeto se torna ainda mais digno e merecedor da acolhida do Congresso Nacional.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.260, de 2022, com as seguintes emendas.

Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 2.260, de 2022, a seguinte redação:

> Altera as Leis nº 13.536, de 15 de dezembro de 2017, que "dispõe sobre a prorrogação dos prazos de vigência das bolsas de estudo concedidas por agências de fomento à pesquisa nos casos de maternidade e de adoção", e nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e dispõe sobre prorrogação de prazos em cursos de graduação e pós-graduação nos casos de maternidade, paternidade, adoção e acompanhamento de internação hospitalar de filho.

Segunda emenda:

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 2.260, de 2.260, de 2022, a seguinte redação, renumerando o atual §2º como §3º:

> "Art. 1º A estudante com filho recém-nascido ou que tenha recém-obtido termo de guarda para fins de adoção, e o estudante que preencha essas duas últimas condições, bem como, na forma do regulamento, a estudante grávida, terão direito a prorrogação de prazos no âmbito de programas de graduação e pós-graduação para:
> .....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§1º A prorrogação será de, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias, nos termos das normas de cada instituição de ensino.

§2º O pai ou a mãe estudantes que tenham de acompanhar filho em internação hospitalar superior a 30 (trinta dias) terão direito à prorrogação de que trata este artigo por um período de duração no mínimo igual ao da internação.

.....

Terceira emenda:

Suprima-se o art. 3º do Projeto de Lei nº 2.260, de 2022, renumerando-se como tal o atual art. 4º (cláusula de vigência).

Presidente, só para concluir aqui.

Quem acompanha crianças com doenças raras e crianças que nascem com doenças crônicas sabe que uma mãe pode ficar até quatro, cinco meses em um hospital. Esse projeto vem, exatamente com essas adequações que eu trago, para atender a essa estudante que se preparou tanto, que já está, às vezes, na fase final da pós-graduação e vai para o hospital, seu bebezinho nasce doente e aí ela fica ali entre o cuidado com o bebê e ter que terminar o seu ciclo. E às vezes, Presidente, lá no hospital ela não tem acesso nem a um computador para, na hora em que o bebê estiver dormindo, fazer seus trabalhos.

Essas prorrogações propostas pelo Senador Alessandro, portanto, vieram num bom momento e, com as adequações que eu trago, eu acho que vão ser atendidos os estudantes no Brasil, especificamente nesses casos de acompanhamento de filhos internados.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senadora Damares Alves.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Quero enaltecer também o trabalho da proposta do Senador Alessandro Vieira e as adequações realizadas com a preocupação de tornar possíveis tantas coisas envolvendo paternidade, maternidade, adoção, hospitalização e tantas coisas que podem ocorrer no decorrer da vida.

Se não houver objeção do Plenário, incluiremos esse item na votação em bloco. (*Pausa.*)

Não há objeções, então será incluída essa votação também na votação nominal em bloco, já que é terminativa.

Passamos em seguida ao item 12 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 12

PROJETO DE LEI N° 2.994, DE 2021

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional da Força Jovem Universal.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação

A iniciativa é do Deputado Julio Cesar Ribeiro.

Concedo a palavra a V. Exa.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, permito-me ir direto ao mérito.

Sob a ótica da constitucionalidade, não há óbice à proposição.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, em especial com as determinações da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que estabelece critérios para a instituição de datas comemorativas.

No que respeita ao mérito, há que ressaltar a importância da iniciativa.

A Força Jovem Universal tem como propósito apoiar jovens de diversas formas, fornecendo principalmente apoio social. Um dos seus objetivos consiste em direcionar recursos a jovens que estejam envolvidos em vícios, atividades criminosas ou que tenham enfrentado problemas familiares. São, pois, jovens carentes de perspectivas de vida. A instituição da FJU remete à criação da Igreja Universal, no Rio de Janeiro, e atualmente conta com milhares de voluntários no Brasil e no mundo, que se reúnem, diariamente, em prol de alcançar e ajudar os jovens em questão.

Há, no Brasil, aproximadamente 200 mil integrantes da Força Jovem Universal. As atividades e iniciativas às quais eles se dedicam abrangem as áreas de cultura e esporte, sendo capazes de mobilizar milhares de pessoas para a realização de torneios esportivos, espetáculos musicais, gincanas multiculturais e *shows* de jovens talentos. É inquestionável que a missão da FJU tem contribuído de maneira ímpar na formação de indivíduos conscientes e positivos para a sociedade, razão pela qual apoiamos a presente iniciativa.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme a argumentação exposta, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.994, de 2021.

Presidente, só para completar, sobre a Força Jovem Universal, eu vou contar só um exemplo: Brumadinho. No dia em que nós passamos por aquele dia trágico no país, eu estava Ministra, e a gente precisava chegar até o local em tempo recorde. Em um telefonema, acionando a Força Jovem Universal, que eram os que estavam mais próximos da região, centenas, depois milhares de jovens estavam na área, tentando ajudar todo mundo.

Então, a mobilização desse grupo é impressionante. E como eles são organizados e como eles têm contribuído muito com a nação, cuidando de jovens e também participando de grandes movimentos sociais em todo o país!

Eu acredito que este projeto de lei precisa ser aprovado, e será uma homenagem a esses meninos que tanto fazem a Força Jovem Universal ser o que é em todo o país.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a V. Exa.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação da matéria será nominal e realizada em bloco.

Passamos ao item 8 da pauta.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 3639, DE 2021

- Terminativo -

Inclui a Caminhada da Água como evento ambiental comemorativo do Dia Mundial da Água.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Cid Gomes

Relatório: Pela aprovação

Observações: *1. A matéria constou da pauta da reunião do dia 16/05/2023.*

Eu solicito ao amigo Senador Zequinha Marinho que seja o Relator *ad hoc*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Como Relator.) – Com muita honra, Presidente.

Vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei nº 3.639, de 2021 (Projeto de Lei nº 10.330, de 2018, na Câmara dos Deputados), de autoria do Deputado João Daniel, o qual propõe seja incluída a Caminhada da Água como evento ambiental comemorativo do Dia Mundial da Água.

A proposição consta de dois dispositivos: o art. 1º propõe a referida inclusão; e o art. 2º dispõe que a futura lei entre em vigor na data de sua publicação.

Em sua justificativa, o autor da matéria afirma que a proposição tem por objetivo promover iniciativas no campo da educação ambiental para prevenir as práticas predatórias de desperdício e poluição das águas.

Na Casa de origem, o Projeto de Lei nº 10.330, de 2018, foi aprovado pelas Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Ambiental e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Nesta Casa, o PL nº 3.639, de 2021, foi distribuído para a apreciação exclusiva e terminativa da CE, nos termos do art. 91, §1º, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal.

Não foram apresentadas emendas à proposição, Presidente.

Análise.

Nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar sobre matérias que versem acerca de normas gerais sobre educação e cultura.

Tendo em vista o caráter exclusivo da distribuição à CE, cabe, igualmente, a esta Comissão apreciar os aspectos de constitucionalidade e de juridicidade da proposição.

No que respeita à constitucionalidade, a iniciativa obedece aos requisitos constitucionais formais para a espécie normativa e não afronta dispositivos de natureza material da Carta Magna.

Quanto à juridicidade, a matéria não afronta o ordenamento jurídico nacional. No que tange à técnica legislativa, não há qualquer óbice, estando o projeto de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Sendo assim, o projeto de lei em questão atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica e jurídica.

No que se refere ao mérito, importa destacar que o autor da matéria afirma que já existem iniciativas semelhantes no país, como a Caminhada da Água, organizada anualmente em Aracaju. De acordo com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado João Daniel: "O evento é composto por movimentos sociais em defesa da água, que conta com a participação de ambientalistas, trabalhadores e estudantes, além de movimentos sociais do campo e da cidade, para dialogar com a população sergipana sobre o tema, bem como para sensibilizar a sociedade sobre a importância da água para todos".

Nesse sentido, incluir caminhadas semelhantes em âmbito nacional entre as atividades de celebração do Dia Mundial da Água, contribuirá para alertar sobre a importância do uso da educação ambiental como instrumento de apoio à gestão hídrica e de engajamento e conscientização dos diversos atores sociais para a preservação e uso racional da água.

Dessa forma, Presidente, entende-se justa e meritória a iniciativa ora proposta.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.639, de 2021.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, caro Senador Zequinha Marinho.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação da matéria também será nominal e realizada em bloco.

Passamos ao último item da pauta, antes da votação, em bloco, dos vários projetos.

É o item nº 6.

PROJETO DE LEI N° 1732, DE 2021

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional de Luta dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Cultura; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação

Observações: *1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável.*

Iniciativa da Deputada Federal Sâmia Bomfim.

Concedo palavra ao caro Senador e amigo, Presidente da CDH, Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Nobre Presidente Flávio Arns, demais colegas Senadores, Senadoras, e todos os que estão nos assistindo pela TV Senado, é com satisfação que vou ler o relatório, feito por mim, sobre esse projeto, que é da Deputada Sâmia Bomfim.

Vamos lá, então, Presidente.

Vem à análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em caráter terminativo, o Projeto de Lei nº 1.732, de 2021, da nobre Deputada Sâmia Bomfim, que institui o Dia Nacional de Luta dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Cultura. Todos nós sabemos da importância da cultura em nosso país.

O projeto é composto de três artigos.

O art. 1º fixa a data de 4 de maio como o Dia Nacional de Luta dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Cultura, a ser celebrado anualmente em homenagem aos artistas Aldir Blanc e Paulo Gustavo, falecidos em decorrência da covid-19.

Sr. Presidente, o art. 2º estabelece competências para todos os entes federativos e demais instituições públicas, tais como: i) promover eventos, atos, divulgação de conteúdos e medidas educativas; ii) publicizar dados estatísticos e informações; iii) promover programas de apoio à formação técnico-profissional no setor cultural; iv) promover ações que ampliem o acesso aos direitos culturais; e v) promover ações que ampliem as possibilidades do trabalho de profissionais de cultura.

O art. 3º, por fim, prevê a cláusula de vigência, dispondo que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

A autora expõe, na justificação, breve panorama do setor cultural e seus trabalhadores no país, ressaltando sua importância.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi aprovado pelas Comissões de Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Nesta Casa, a matéria foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O relatório, também, foi lido *ad hoc*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não foram apresentadas emendas ao projeto no prazo regimental.

Nos termos do disposto pelo inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este colegiado opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, sobre a instituição de datas comemorativas, a exemplo da proposição em debate.

Inicialmente, cabe destacar que a CCJ se manifestou pela aprovação da matéria, concluindo pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PL 1.732, de 2021. Ademais, de acordo com aquela Comissão, o projeto atende a requisitos da Lei 12.345, de 9 de dezembro de 2010. Essa norma determina que a apresentação da proposição legislativa que visa instituir data comemorativa deve ser acompanhada da comprovação da realização de consultas e/ou audiências públicas que testem a alta significação para os interesses e segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira. Afirma a CCJ nesse sentido o seguinte: o projeto igualmente satisfaz requisitos previstos nos arts. 2º, 3º e 4º, segunda parte da mencionada lei, visto que foi efetivamente realizada audiência pública em 5 de novembro de 2021, com organizações e associações legalmente reconhecidas e vinculadas aos segmentos interessados e com amplos setores da população, em atendimento ao que diz o Regimento nº 74, de 2021, da então Deputada Lídice da Mata, Relatora do projeto na Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados.

No que tange ao mérito, consideramos que a matéria deva prosperar. Desde o ano de 2020, o dia 4 de maio tem sido significativo para o trabalhador e trabalhadora da cultura. Nessa data, testemunhamos a partida de duas figuras emblemáticas, a do compositor Aldir Blanc, vítima da covid-19, e também do talentoso ator, produtor, diretor, roteirista Flávio Migliaccio, por autoextermínio. Em 4 de maio de 2021, a tristeza se abateu sobre o país novamente com a perda do renomado comediante Paulo Gustavo, também vitimado pela covid-19, provocando uma imensa comoção nacional.

O projeto de lei em tela objetiva, portanto, a um só tempo, prestar homenagem à jornada de vida e à memória desses ícones da cultura nacional e promover e preservar o legado das lutas e demandas do setor cultural por meio da instituição do Dia Nacional de Luta dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Cultura.

Os trabalhadores da cultura atuam em diversos setores profissionais, incluindo arquitetura, publicidade, artes cênicas, documentação, preservação do patrimônio histórico, artes visuais e *design*, fotografia, editoração e livrarias, comunicações, tecnologia da informação, rádio, televisão, arte popular, artesanato, atividades esportivas relacionadas ao lazer, entre tantos outros. E cada um deles contribui com sua capacidade técnica de forma ímpar, trazendo o olhar artístico para a criação e a entrega de bens e serviços que atendem às necessidades da nossa querida população.

Conforme levantamento realizado em 2018, pelo Sistema de Informações e Indicadores Culturais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, estima-se que haja aproximadamente 5,2 milhões de trabalhadores da cultura no Brasil, além daqueles que operam na informalidade. Ademais, de acordo com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pesquisas produzidas pela Fundação Getúlio Vargas, o setor criativo é responsável por 2,64% do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

A cultura desempenha papel fundamental na identidade de uma nação, abarcando aspectos como memória, referências, crenças e modos de ser, fazer e viver. Além disso, contribui para a promoção do lazer, do entretenimento e da saúde mental da população. Ao longo dos anos, o setor cultural tem sido uma fonte significativa de desenvolvimento econômico, gerando empregos e renda para milhares de pessoas. Sr. Presidente, observou-se, nos últimos anos, um aumento na profissionalização e institucionalização do setor, elevando-o a um dos mais importantes de nossa economia.

Em um contexto de desemprego e de mudanças nas formas de trabalho trazidas pela pós-modernidade, o trabalho na área cultural apresenta-se como um leque de oportunidades e de novas possibilidades, que conta com uma barreira de entrada natural para as novas tecnologias que visam a emular a inteligência humana: a criatividade.

Dessa forma – terminando, Presidente –, acreditamos que o presente projeto de lei, além de tecer justíssima homenagem ao grande Aldir Blanc, ao Flávio Migliaccio e ao Paulo Gustavo, contribuirá para o fortalecimento e o reconhecimento da importância dos trabalhadores e trabalhadoras do setor cultural, razão pela qual merece nossa total acolhida.

Voto.

Conforme a argumentação exposta – fiz questão de ler de ponta a ponta, pela importância da cultura no nosso país –, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 1.732, de 2021.

Vida longa à cultura, no Brasil e no mundo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu acho que tivemos um problema no som, Paulo Paim, na sua última frase.

Mas está tudo bem?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – (*Falha no áudio.*)... à cultura no Brasil e no mundo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – O.k.

Agradeço ao Senador Paulo Paim pela participação, pelo relatório extremamente importante.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passamos, agora, à votação nominal, em bloco, dos itens 2, 4, 6, 8, 9, 10, 11 e 12 da pauta.

Solicito à Secretaria que abra a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Em votação, as seguintes matérias: PLS 211, de 2017; PL 2.260, de 2022; PL 1.732, de 2021; PL 3.639, de 2021; PL 2.610, de 2021; PL 940, de 2021; PL 3.521, de 2021; e PL 2.994, de 2021.

Os Senadores e as Senadoras que votam com os Relatores votam "sim".

Então, está aberta a votação.

Senador Paulo Paim e em seguida Senador Wellington.

Passo a palavra a V. Exa. para a argumentação do requerimento extrapauta, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Só por uma questão de justiça: o Senador Otto Alencar foi o Relator que me substituiu – porque eu estava presidindo a CDH – lá na CCJ. Então, fica aqui um muito obrigado, o agradecimento por ter sido Relator *ad hoc* na CCJ ao nosso querido amigo e grande Senador Otto Alencar.

Obrigado, Senador Flávio Arns.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço de novo. Também transmito um abraço ao Relator da CCJ, Senador Otto Alencar.

Está aberto o painel? (*Pausa.*)

Já está, então, aberto o painel para votação nominal, Senador Paulo Paim, Senador Wellington Fagundes, vários Senadores. Também já enviamos a comunicação a todos os membros – titulares, suplentes. Eu peço às assessorias que também entrem em contato com seus Senadores e Senadoras para a votação nominal.

Senador Wellington Fagundes, passo a palavra a V. Exa...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente... Presidente Flávio...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... porque V. Exa., além de tudo, está solicitando um requerimento também extrapauta.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – É isso mesmo, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de pedir a V. Exa. a possibilidade de colocar em apreciação esse requerimento, em que incluímos a Sra. Elizabeth Guedes, Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares, na nossa audiência que já está aprovada, cujo Requerimento é o 21, de 2023, e V. Exa. colocará no momento oportuno essa audiência. Mas também, então, queríamos ver a possibilidade de já ter hoje a aprovação desta inclusão.

Além disso, Sr. Presidente, eu gostaria de aproveitar o tempo, agora que temos, enquanto concluímos a votação – daqui a pouco já vou votar também –, para fazer um registro.

Hoje, a minha cidade está em festa, porque o time profissional de Rondonópolis, o União Esporte Clube, completa hoje 50 anos. O União Esporte Clube – já que a nossa Comissão é Comissão de Educação e Esporte – foi fundado pelo nosso companheiro à época, uma pessoa extremamente participativa. Ele era Fiscal da Receita Federal e tinha também iniciativas, como essa de participar da sociedade num trabalho de promoção social; e ele, então, entusiasta do esporte, criou o União Esporte Clube. E isso foi resultado da fusão de quatro times amadores.

Então, no dia 6 de junho de 1973, esse sonho começou a ser criado pelo nosso... E eu quero aqui também falar em memória do Lamartine da Nóbrega, porque foi uma pessoa extremamente participativa da nossa sociedade, juntamente com Antonio Estolano, e, claro, parabenizar agora, neste momento, o Presidente Reydner Souza, com toda a sua diretoria.

Quero também parabenizar e agradecer a todos aqueles que patrocinam o União desde que começou. E aí eu quero registrar também que, como empresário à época – médico-veterinário –, fomos um dos primeiros a patrocinar o União Esporte Clube. Com a AgroBoi, empresa que fundei de produtos agropecuários, veterinários, nós tivemos a felicidade de ter sucesso também ajudando o União, porque a promoção, o patrocínio ajuda a divulgar as empresas.

Então quero parabenizar todos os patrocinadores e empresários e também aqui saudar a torcida organizada do União Esporte Clube através das duas torcidas, as principais duas torcidas, a Torcida Jovem e também a TUF (Torcida União Fanática), duas torcidas organizadas.

E quero registrar também que o União foi o único time do Estado de Mato Grosso que participou de todos os campeonatos estaduais desde a sua fundação.

Além disso, também quero registrar que temos aqui um grande centro de treinamento e, de todas as crianças que participam do centro de treinamento através da escola de base, da escola infantil, 70% delas têm bolsas de estudos na ação social feita pelo União Esporte Clube. Então, por tudo isso, o time também tem esse aspecto de participar do desenvolvimento socioeconômico da cidade de Rondonópolis.

Meu netinho, João Francisco, é um fanático torcedor. Então, em nome dele também, das crianças, de toda a juventude e de toda a torcida do União Esporte Clube, fica aqui o meu registro, os meus parabéns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e meu desejo de felicidades em muitos novos campeonatos de que o União vai participar. Ele está participando hoje da Série D, já foi campeão estadual e, com certeza, tem e terá uma vida muito longeva para alegria e felicidade de toda a torcida rondonopolitana, em especial do União Esporte Clube.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu lhe agradeço e solicito a V. Exa. que vote também. Já temos o quórum, mas o seu voto é muito importante.

Só quero também transmitir ao Esporte Clube Rondonópolis os nossos parabéns pelos 50 anos e dizer para o seu neto que seja sempre muito feliz com as conquistas e vitórias do Rondonópolis.

É muito importante o trabalho que o clube faz junto às crianças e aos adolescentes. Eu penso que os clubes esportivos têm uma grande missão, uma grande tarefa no sentido de possibilitar o acesso também a práticas esportivas por parte da comunidade, têm um papel importante na promoção social e, pelo esporte, o papel de evitar também que a nossa juventude vá por caminhos que não são desejados. O esporte, a cultura, a dança, o teatro, a música e as várias modalidades esportivas são essenciais nesse sentido.

Agradeço, Senador Wellington Fagundes, e informo que já colocaremos, em seguida, em votação o requerimento extrapauta.

Muito bem, acho que todos votaram.

Não havendo mais quem queira votar, está encerrada a votação.

Solicito à Secretaria que abra o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Votaram 18 Senadores e Senadoras. Foram 17 votos SIM; nenhum voto NÃO.

Nenhuma abstenção.

Aprovados – repito novamente – os seguintes projetos de lei: PLS 211, de 2017; PL 2.260, de 2022; PL 1.732, de 2021; PL 3.639, de 2021; PL 2.610, de 2021; PL 940, de 2021; PL 3.521, de 2021; e PL 2.994, de 2021.

As matérias serão encaminhadas à Mesa para as providências cabíveis.

O Senador Wellington Fagundes já fez a justificativa para a inclusão na pauta de um requerimento.

Indago do Plenário se há concordância na apreciação do requerimento extrapauta. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo objeção, em votação então o Requerimento nº 47, para inclusão, no debate que vem acontecendo sobre o Plano Nacional de Educação, da Sra. Elisabeth Guedes, Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares.

Com muita satisfação, Senador Wellington Fagundes, está em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Antes de encerrar os trabalhos, convoco a próxima reunião da Comissão de Educação para amanhã, 7 de junho de 2023, às 14h. Será realizada audiência pública para instruir o PL 1.751, de 2023, que altera a Lei nº 1.947, de 16 de junho de 2009, que trata da alimentação escolar na educação básica para determinar que o cálculo do valor per capita da merenda, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar, leve em consideração indicadores socioeconômicos das redes escolares destinatárias dos repasses federais, bem como a capacidade de financiamento das prefeituras e dos governos estaduais e distrital.

Declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 32ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e doze minutos do dia sete de junho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Confúcio Moura, Alessandro Vieira, Leila Barros, Zenaide Maia, Flávio Arns, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Sérgio Petecão, Wellington Fagundes, Astronauta Marcos Pontes, Zequinha Marinho, Rogerio Marinho, Laércio Oliveira e Esperidião Amin. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Jussara Lima, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão, Carlos Portinho, Magno Malta, Romário e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 57/2023 - CE, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Instruir o PL 1751/2023, que "altera a Lei nº 1.947, de 16 de junho de 2009, que trata da alimentação escolar na educação básica, para determinar que o cálculo do valor per capita da merenda, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar, leve em consideração indicadores socioeconômicos das redes escolares destinatárias dos repasses federais, bem como a capacidade de financiamento das prefeituras e dos governos estaduais e distrital". **Participantes:** Sr. Rossieli Soares da Silva, Secretário de Estado da Educação do Pará e Líder da Frente de Financiamento do Conselho Nacional de Secretários da Educação (Consed); Sra. Mariana Santarelli, Coordenadora FIAN Brasil, Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas; e do Observatório da Alimentação Escolar (ÓAÊ); Sr. Vilmar Lugão de Britto, Presidente da Seccional Espírito Santo da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime); Sr. José Valdivino de Moraes, Secretário Executivo da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); e Sra. Luciana Mendonça Gottschall, Coordenadora de Execução Financeira e Orçamentária do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE/COEFA) do FNDE (representante de: Ministério da Educação (MEC) e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/06/07

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 7 de junho de 2023.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 1.751, de 2023, que "altera a Lei nº 1.947, de 16 de junho de 2009, que trata da alimentação escolar na educação básica, para determinar que o cálculo do valor *per capita* da merenda, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar, leve em consideração indicadores socioeconômicos das redes escolares destinatárias dos repasses federais, bem como a capacidade de financiamento das prefeituras e dos governos estaduais e distrital", em atenção ao Requerimento 57, de 2023, da Comissão de Educação, de autoria do Senador Paulo Paim.

Convido para compor a mesa... (*Pausa.*)

Convido, então, para tomar lugar à mesa, Luciana Mendonça Gottschall, Coordenadora de Execução Financeira e Orçamentária do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae/Coefa) do FNDE.

Participam também desta audiência por meio de videoconferência: Rossieli Soares da Silva, Secretário de Estado da Educação do Pará e Líder da Frente de Financiamento do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) – seja bem-vindo, Rossieli; Mariana Santarelli, Coordenadora da FIAN Brasil (Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas) e do Observatório da Alimentação Escolar; também Vilmar Lugão de Britto, Presidente da Seccional Espírito Santo da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime); e José Valdivino de Moraes, Secretário Executivo da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Informo, ainda, que foi convidado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), que não indicou representante para participar desta audiência pública.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos internautas, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer o uso da palavra por até dez minutos.

Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas e comentários.

Passo imediatamente, então, a palavra ao Sr. Rossieli Soares da Silva, Secretário de Estado da Educação do Pará e Líder da Frente de Financiamento do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed).

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos, Senador Izalci. É um grande prazer. Gostaria muito de estar presencialmente com você, o Senador Paim e com todos os Senadores aí presentes.

Eu estava em deslocamento, parei aqui para poder participar de forma *online*. Esse tema é muito importante para nós secretários de estado e também para os secretários municipais. E eu queria começar falando sobre a importância de o Senado estar puxando esse debate, de o Congresso Nacional estar puxando esse debate. Eu já estive no ministério, já estive no Amazonas (*Falha no áudio.*) ... na Educação do Estado de São Paulo. Hoje estou no Estado do Pará, Izalci. Esse é um dos temas mais relevantes que nós temos para cuidar certamente, e a legislação precisa avançar.

Então, primeiro, parabéns! A iniciativa é incrível. Que bom que estão aí à mesa, o ministério, a CNTE, a Undime, todo mundo junto para pensar em soluções. A gente tem algumas contribuições aqui que eu vou trazer em nome do Conselho Nacional de Secretários de Educação, mas, desde já, fico feliz por podermos ter uma legislação assim em debate.

O segundo ponto que eu acho que é importante destacar é que a importância da alimentação escolar nas nossas escolas, especialmente para aqueles que mais precisam, é absurdamente gigante. A insegurança alimentar precisa ser combatida. A gente vê uma série de políticas importantes em nível federal. Tivemos o reajuste, neste ano, da alimentação, da merenda, saltando de R$0,36 para R$0,50 o valor base do aluno regular; obviamente tem outras variações. O último reajuste que havia sido dado foi quando eu estava no ministério, e o Mendonça Filho era o Ministro. Eu era Secretário de Educação Básica, e a gente subiu de R$0,20 para R$0,36. Antes disso, havia anos que não se fazia nenhum tipo de reajuste. Então, foi feito lá em 2017 e agora foi feito neste ano. E, obviamente, se a gente pega o período de inflação, só isso, vai dar uma diferença muito grande.

O que os estados e os municípios investem a mais de alimentação escolar é bastante elevado. Então, esse é um tema que é (*Falha no áudio.*) ... avançar. Hoje, cada vez mais, esse tema precisa de suporte. Eu acho que discutir o financiamento nacional e também dos estados e municípios é fundamental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode colocar a apresentação, por favor.

Carregando aqui...

Pode passar o próximo eslaide.

Então, acho que, assim, o PL 1.751, de 2023, vem em boa hora. Ele busca falar dessa definição de valores (*Falha no áudio.*) ... alimentação, as suas ponderações, trazendo redes, definindo, considerando as etapas e modalidades com redes escolares, lembrando que a gente já tem um pouco disso hoje na política do Pnae, obviamente. E a implementação desta nova metodologia seria a partir do 1º de janeiro de 2025. Portanto, também é um prazo bom, dando até prazo para estados, municípios e também para a União se organizarem para isso.

Já fica aqui a minha sugestão de avançarmos o mais rápido possível para, discutindo, aprovar também esse PL o mais rápido possível, seja qual forem os ajustes que façamos.

Pode passar.

O projeto tem, então, obviamente a busca de distribuir, de serem mais redistributivos os valores do Pnae. E acho que essa é uma necessidade fundamental, todos os recursos têm sido discutidos nesse sentido.

Então, a gente está falando aqui, obviamente, de algo com que todos nós concordamos, que é ter o fator redistributivo sem trazer... E aqui é importante, gente, deixar uma defesa: fator redistributivo para quem mais precisa, mas também não podemos tirar do que tem, isso é muito importante. Não dá para gente discutir mais recurso para educação para uns, tirando de outros. Não é que algum lugar tenha muito. Nós (*Falha no áudio.*)... Então, esse fator distributivo, obviamente, necessitará no meu entender de complementação.

Há necessidade da assistência alimentar cada vez mais significativa com a população estudantil em situação de vulnerabilidade socioeconômica, e acho que esse deve ser realmente o foco de apoio especialmente maior do PL, do projeto de lei obviamente da política. E o fato de que o programa também tem a finalidade de suplementar os recursos dos entes federados. Então, é suplementar, não é a substituição, mas que entreguem obviamente mais recursos para os entes federados com menos recursos próprios, com menos condição, mas, de novo, não acho que a política deva ser construída tirando de quem tem. Se vier recurso a mais, se coloca mais no fator (*Falha no áudio.*)... olhando também para o fator que é importante lembrar, até porque a gente discutiu isso com o Fundeb, e eu vou falar aqui na proposta do Consed, que é: sempre olhe mais no perfil do que é o Vaat, não só para quem menos precisa por região, pelo estado, pelo global, porque, se você olhar dentro da cidade do Estado de São Paulo, do Estado de Minas, são estados que até têm obviamente arrecadações importantes, especialmente em algumas regiões, mas tem regiões... No nordeste de Minas Gerais, por exemplo, são cidades paupérrimas e que precisam muito de ajuda. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós precisamos ter o fator redistributivo mesmo dentro de estados ricos, que podem ter, sim, a necessidade de um fator distributivo forte.

Pode passar.

Então, obviamente, com esses perfis do PL para gente... Estamos de acordo. É necessário agora olhar se aquilo que está no PL, de fato, vai atender aquilo a que se propõe o próprio PL, com que a gente concorda, que a intenção está no sentido correto. Acho que tem algumas coisas para ponderar apenas.

A distribuição de recursos, por exemplo, por etapa, a modalidade, isso já é feito, já tem sido com (*Falha no áudio.*)... com o Pnae. Acho que tem que caber, acho que cabe uma ponderação em relação a alguns fatores que a gente está trazendo, a alguns apontamentos (*Falha no áudio.*)... para a questão da logística, é muito diferente você contratar gás ou alimento em lugares como a Região Amazônica. Estou falando agora como Secretário do Pará, mas já fui do Amazonas. Comparativamente, em desafios isso precisa ser considerado na ponderação. Acho que é fundamental. Estados e municípios que não produzem suficientemente têm muito mais dificuldade até de uso do recurso federal.

A adoção, então, de indicadores, que o PL já traz de alguma maneira, o desenvolvimento socioeconômico (*Falha no áudio.*)... Acho que tem que ter o socioeconômico, mas o indicador socioeconômico dos estudantes, talvez, de cada rede, porque aí você consegue mais próximo do Vaat entender. Obviamente, que aferição disso não é simples.

A aferição da capacidade financeira dos estados subnacionais precisa ser também muito cuidadosamente considerada, porque senão pode trazer distorção também. Ela funcionando especialmente com recursos disponíveis com a complexidade das redes, ou seja, essa questão da logística e tudo o mais, mas também o número de alunos atendidos e as suas considerações em relação à sua situação de condição econômica própria da família.

Então, para alguns indicadores, a análise correlação que a gente tem trabalhado é com o modelo de correlação de Pearson, que é uma medida estatística: quando você indica de -1 até 1, quando uma variável cresce, a outra decresce, então, ela vai ficando mais negativa. E, se estiver muito crescendo uma variável e diminuindo outra, vai ser mais negativo. (*Falha no áudio.*)... com a visão de que ou estão crescendo juntas ou estão caindo juntas. Então, quanto mais positivo, as duas crescem juntas ou diminuem juntas. Quanto mais se aproxima dos extremos, esse indicador indica essa intensidade nessa tendência; e, quando a gente se aproxima do zero, menor a tendência de associação. Isso é importante na variação, e a gente vai colar um pouco aqui: quando igual a zero, isso evidencia portanto que o comportamento de uma variável não se associa a outra.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Feita essa consideração, a gente tem buscado examinar a existência da correlação entre variáveis no conjunto dos estados e do Distrito Federal, obviamente também olhado... Então, olhando para os indicadores de nível socioeconômico do estudante, a média do Inse é calculada pelo Inep/MEC, para cada estado e para o Distrito Federal. Portanto, aqui a gente usou a base 2021. O volume de recursos disponíveis para a aplicação em educação em cada estado e no Distrito Federal, no ano de 2021, atualizado pela Secretaria do Tesouro Nacional, para a distribuição também no Vaat do Fundeb em 2023. Então, esse dado já foi utilizado para o Vaat 2023. O Vaat de cada estado e do Distrito Federal, com base nessa atualização, e o PIB *per capita* de cada estado, projetado pelo IBGE para o ano de 2022.

Pode passar.

Então, o que a gente tem? Lembrando que, mais para o negativo, você tem fatores de ponderação que se diferenciam mais (*Falha no áudio.*)... e o indicador positivo, perto de 1, quer dizer que os dois indicadores têm uma correlação maior. Então, a gente já pode ver que o 0,8 aqui indica que a maior correlação é a média do indicador do Inse, junto com o PIB *per capita*. Então, ele vai para 0,8 e a média do Inse, também com o Vaat, tem uma média de 0,46, ou seja, um indicador mais próximo.

Então, há uma forte correlação entre o socioeconômico médio dos nossos (*Falha no áudio.*)... PIB *per capita*. Embora, com menos intensidade, ainda temos a correlação boa do socioeconômico com o Vaat total de receitas.

Quando a gente olha para o valor disponível por aluno, a correlação se torna ainda menos intensa, ou seja (*Falha no áudio.*) ... trinta e oito.

Pode passar.

Em princípio, o indicador (*Falha no áudio.*)... Então, o indicador socioeconômico do estudante pode ser mais adequado para guardar mais correlação até para o fator do PIB *per capita*, como apresentar essa relação mais intensa com o Vaat pode expressar assim a capacidade de melhora nesse dispêndio de cada ente federado.

Pode passar.

Aqui é um pouco disso. Aqui a gente traz um pouco disso, mas também fazendo aspas aqui, fazendo um parênteses – e não aspas, desculpe –, fazendo um parênteses em relação a tudo isso.

Quando a gente olha, porém, o quadro por município, o que acontece entre os municípios, dentro de cada estado, com raras exceções, os coeficientes sugerem pouca relação entre as variáveis entre os municípios. Então, talvez isso seja um senão em que a gente precisa aprofundar mais. Isso aqui é uma característica de vários estados. Aqui a gente está trazendo os estados. Vocês podem ver que a correlação fica mais próxima de zero na maioria dos lugares. Temos exceções aí obviamente, mas, quando a gente olha o Inse *versus* o total de receitas e o PIB *per capita versus* o total de receitas, você tem uma diferença

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grande entre um e outro, mas é menor essa percepção dentro dos municípios. Por isso, acho que ainda cabe uma melhoria e um estudo maior.

Pode passar.

A gente está trazendo um porém aqui importante. Lembrando que são estimativas bem preliminares, em que eu acho que a gente pode e deve aprofundar. Fico aqui já, Senador Izalci, à disposição do Senado, da Comissão de Educação, do Senador Flávio Arns também – deixo-lhe meu abraço – e do Senador Paulo Paim. A gente fica à disposição aqui para enviar estudos que talvez possam contribuir mais nesse processo.

Mas a nós nos parece mais consistente uma adoção de indicador relativo ao socioeconômico dos estudantes do que um indicador de desenvolvimento socioeconômico local; ou seja, o percentual de estudantes mais baixo indica uma vulnerabilidade maior. Portanto, isso já traria a questão do indicador socioeconômico local de alguma forma a reboque. Então (*Falha no áudio.*)... provavelmente nessa distribuição.

A capacidade de dispêndio por aluno parece um indicador também mais potente do que simplesmente a capacidade financeira geral do estado para as despesas com educação, até porque essas informações são bem distintas. Mas a gente achar que não deu para olhar para o aluno, acho que é um erro, acho que a gente deve olhar a capacidade de dispêndio por aluno e ter um indicador importante. Acho que isso também é importante trazer para dentro.

E, obviamente, é preciso avaliar se o Inse, de fato, poderá ser utilizado, se é este ou se não é, tendo em vista os resultados que, obviamente, não são tão consistentes quando a gente olha para dentro dos municípios. Então, a gente mesmo está trazendo esse tema, mas fazendo isso aqui como uma questão de estudo mais aprofundado para a gente não ter, obviamente, essas injustiças, ou se a gente coloca dentro de um sistema ou se pondera ainda mais dentro do estado, que é uma possibilidade também de se pensar. Podem ser considerados outros tipos de indicadores de vulnerabilidade, só para a gente trazer isso também.

Cabe destacar a relevância do aporte de recursos do Pnae. Sobre isso não preciso falar tanto, mas é fundamental, foi um bom passo, mas eu defendo muito que a gente faça e faça essa correção de forma mais consiste, pelo menos reposição de inflação. A gente deveria ter uma política mais consistente em relação a isso.

Cabe considerar oportuna a iniciativa de – e é muito bom ter isso no projeto, parabéns! – manter a sua universalidade, que é fundamental, sem diminuir nada de ninguém, mas também tornando o programa mais redistributivo.

Sugiro a utilização do indicador relativo ao nível socioeconômico dos estudantes em cada rede escolar, a utilização de indicador relativo à disponibilidade dos recursos por estudante e atualização anual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos valores *per capita* repassados pelo Pnae – pode passar – aos entes federados subnacionais. Eu acho que são três pontos importantes que a gente traz aqui.

De novo, aqui estão os meus contatos, fico à disposição também para mais esclarecimentos.

Em nome do Consed, quero agradecer. O Presidente Vitor e todos os secretários têm como um tema muito relevante, Senador. Agradeço muito a oportunidade de estar falando aqui com vocês e fico à disposição para o debate, não só hoje como daqui para frente. Termino me despedindo aqui nesta fala inicial e pedindo aos Srs. Senadores que avaliem essa questão de colocar o Fundeb dentro do arcabouço fiscal.

O Fundeb nunca esteve dentro de teto de arcabouço, isso vai trazer pressão inclusive ao programa de alimentação escolar no futuro e a outros programas importantes do Governo Federal, porque vai entrar em disputa. Não vejo por que sacrificar dessa maneira essa discussão e peço que o Senado faça essa revisão. Eu não poderia deixar de pedir isso em nome do Conselho Nacional de Secretários, pois nós já tiramos posição em relação a isso.

Querido Senador Izalci, eu sei que o senhor é um defensor da educação, sempre foi, e temos um carinho por você, pelo Paim e por todos os Senadores, mas que esta Casa possa fazer essa correção dentro do projeto. Quero deixar um abraço ao Senador Omar também, o Relator.

Tenho falado sobre esse tema também e peço à Comissão que faça um debate sobre o arcabouço fiscal do ponto de vista da educação, a gente tem tido poucos debates sobre isso, porque isso veio meio de surpresa para a gente, não estava previsto, especialmente contemplada na medida do Relator, mas acho que é necessário que o Senado corrija isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Rossieli.

Só para já te informar, já apresentei uma emenda retirando o Fundeb e vou apresentar o destaque também. Tenho falado no Plenário que a votação do arcabouço vai demonstrar quem é que defende a educação de fato, porque, no discurso, todos aqui defendem, todos os Senadores e Deputados, mas, na Câmara, sequer teve um destaque ou...

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA (*Por videoconferência*.) – Um destaque, não é?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Nada! Na Câmara, não teve nada.

Aqui nós vamos fazer e nós vamos fazer votação nominal exatamente para saber quem é que... Vai ter que botar a digital.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode ficar tranquilo, porque essa briga é nossa, vamos dizer assim, e da Comissão de Educação em especial.

O SR. ROSSIELI SOARES DA SILVA (*Por videoconferência*.) – Perfeito, Senador.

Muito bom, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – O Senador Arns também é um defensor e vai nos ajudar.

Eu só não vi aqui, na demonstração, o Distrito Federal. Depois, quando chegar nas considerações, porque a gente aqui é do DF, eu o represento aqui, e a primeira coisa que eu procuro aqui é o DF. Cadê o Distrito Federal? Porque nós somos estado e município. Brasília é um município do Distrito Federal.

Mas vou passar a palavra, então, agora, para a Sra. Luciana Mendonça Gottschall. É isso?

A SRA. LUCIANA MENDONÇA GOTTSCHALL – Gottschall.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Muito bom.

Coordenadora de Execução Financeira e Orçamentária do Programa Nacional de Alimentação e minha colega, contadora.

É contadora?

A SRA. LUCIANA MENDONÇA GOTTSCHALL – Contadora é a Kênia, da minha equipe, eu sou pedagoga. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Pode confiar na contadora.

A SRA. LUCIANA MENDONÇA GOTTSCHALL – Sim, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Com a palavra, Luciana Mendonça.

A SRA. LUCIANA MENDONÇA GOTTSCHALL (Para expor.) – Ela está lá na Coordenação de Gestão Orçamentária e Financeira com a gente, não é Kênia?

Primeiramente, queria agradecer o convite, saudar o Senador Izalci, agradecer a oportunidade, saudar o Ministro Rossieli, é até difícil falar depois do Ministro, já foi nosso chefe por algum período, e a fala dele acho que vem bem ao encontro do que hoje o Ministério da Educação e o FNDE pensam em relação a garantir, a fortalecer a função redistributiva e equitativa dos recursos federais como um todo, não só a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alimentação escolar. Deu para perceber, da fala dele, que é um tema complexo. Precisa de bastante debate, bastante discussão. Então, não vou mais me alongar, mas dou boa-tarde e boas-vindas a todos.

Vou iniciar a apresentação falando brevemente sobre o programa, porque imagino que, como está sendo transmitido, algumas pessoas podem não estar familiarizadas com o tema. Então, vou falar brevemente sobre o Pnae para depois entrar de fato na questão do PL, que vai alterar a nossa lei.

Vamos lá. O Pnae é o que a gente chama de Programa Nacional de Alimentação Escolar. Eu sou servidora do FNDE e estou como Coordenadora de Gestão Orçamentária e Financeira do programa. Estou aqui representando a Presidente Fernanda, do FNDE. Vamos começar a falar desse programa lindo. (*Pausa.*)

Pronto.

Vou começar a falar rapidamente da base legal. É importante dizer que tanto a educação como, por consequência, a alimentação escolar têm um arcabouço legal bem robusto, iniciado na Constituição Federal, especialmente no capítulo de educação. Isso vai passar pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que é a LDB, de 1996.

Temos também o Plano Nacional de Educação, que trata também de algumas metas relativas à alimentação escolar, e mais especificamente a nossa Lei 11.947, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e institui o Pnae; e a Resolução nº 6 e suas diversas atualizações, que são resoluções que o próprio FNDE, no Conselho Deliberativo, sob a presidência do Ministro da Educação, edita. Essas resoluções regulamentam a Lei 11.947.

Temos também a resolução do CFN, que trata de parâmetros da quantidade de nutricionistas por municípios, de acordo com a quantidade de alunos. O programa exige que tenha nutricionistas responsáveis técnicos por todas as atividades relacionadas à alimentação escolar.

Eu fiz questão de trazer esta parte porque aqui vai falar bem direitinho como é que se distribuem as funções entre os entes federados em relação à educação básica. Essa distribuição está estabelecida na Constituição Federal e na LDB. Então, a Constituição e a LDB vão falar sobre a organização dos sistemas de ensino, que é em regime de colaboração.

Não sei até que ponto estão familiarizados, mas os municípios e os estados devem atender a educação básica, prioritariamente. Então, a responsabilidade da educação básica é dos entes subnacionais. A União, que no caso é o Ministério da Educação, o Governo Federal e o FNDE, por consequência, tem as funções normativa, supletiva e redistributiva, além de coordenar a Política Nacional de Educação Básica e de educação como um todo, buscando sempre equalizar as oportunidades e garantindo padrão mínimo de qualidade à educação. E aí o FNDE entra, como autarquia vinculada ao MEC, e faz a assistência técnica e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financeira. Então, é nesse regime de colaboração, é nessa organização, que está também a alimentação escolar.

Falando especificamente dessa colaboração, dessa distribuição de funções em relação à alimentação escolar, a gente tem que, como Estados e Municípios são os responsáveis, os entes competentes para atender o ensino médio e a educação básica – e a educação básica é a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio – a oferta da alimentação escolar a esses estudantes de educação básica também é de responsabilidade dos estados e municípios, e a União entra como suplemento, como um apoio.

Então, a gente fala que os recursos que o FNDE repassa para estados e municípios no âmbito do Pnae são recursos suplementares, porque a obrigação constitucional e legal para a oferta da alimentação escolar é de estados e municípios. Então o que os próprios municípios investem em alimentação escolar não é contrapartida, como a gente sempre fala. Na verdade, eles é que têm a obrigação legal e constitucional para a oferta dessa alimentação escolar.

A Lei 11.947, como eu falei, dispõe sobre a alimentação escolar e institui o Pnae.

O Pnae é um programa federal. Ele consiste em repasse suplementar de recursos aos entes federados, em até dez parcelas anuais, a serem pagas de fevereiro a novembro, certo?

O Pnae tem basicamente dois eixos: a oferta da alimentação escolar e as ações de educação alimentar e nutricional, porque nós acreditamos, principalmente por sermos da educação, que, a partir dessas ações e a partir também da oferta da alimentação adequada e saudável, nós conseguimos desenvolver hábitos alimentares saudáveis nos alunos.

Lembro, também, que um fator importante é que, dos repasses federais, no mínimo 30% deve ser investido na aquisição de gêneros alimentícios produzidos pela agricultura familiar. Então é uma obrigação.

Aqui eu aproveito para fazer uma leve distinção entre alimentação escolar e Pnae, porque muitas vezes as pessoas tendem a falar a mesma coisa, mas a alimentação escolar é entendida com um sentido mais amplo. Então, a alimentação escolar é aquela ofertada ali nas escolas, com todo o seu arcabouço de ações institucionais e de ensino-aprendizagem, e o Pnae é o programa federal, instituído pela Lei 11.947 e regulamentado pela Resolução nº 6 do FNDE.

Pode passar.

Como muitos de vocês sabem, o Pnae é de atendimento universal, como o próprio Ministro falou, o Rossieli falou, e, portanto, ele atinge todas as escolas, todos os alunos de educação básica, todos os municípios. Em 2023, por conta do reajuste, o nosso orçamento passou para R$5,4 bilhões anuais. Nos anos anteriores, a média era de R$4 bilhões.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é a fórmula de cálculo para o repasse do Pnae. A gente considera os alunos matriculados na educação básica pública – a gente pega essas informações do censo escolar que o Inep faz, do ano anterior ao atendimento –, multiplica pelo número de dias letivos, que são 200 – esses dias são fixos – e pelos valores *per capita*, que estão definidos na resolução do FNDE. Então toda vez que a gente muda a resolução, vai ter lá, sempre, um dispositivo que vai tratar sobre o valor *per capita*.

Como muitos de vocês sabem, a partir de março deste ano a gente teve um reajuste que variou entre 28% e 39%, dependendo da etapa, que foi publicado pela Resolução 2, de 2023. Então, a partir de março, as entidades passaram a receber um valor reajustado.

Pode passar.

Bom, vou pular essa parte, porque meu tempo já está acabando – isso aí tem na resolução direitinho.

Pode passar.

Entrando especificamente na proposta do Senador Eduardo Braga: ele faz a proposta, o PL 1.751, para que sejam considerados, na definição dos valores *per capita*, tanto os valores diferenciados por etapa e modalidade – que é algo que a gente já faz – quanto os indicadores de desenvolvimento socioeconômico e capacidade financeira.

Como eu havia dito, o FNDE está bem alinhado com essa proposta, então nós somos favoráveis à inclusão de critérios equitativos e redistributivos na lei. A única ressalva que a gente faria – e aí eu vou ter que correr, porque meu tempo já está acabando; já acabou, na verdade...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LUCIANA MENDONÇA GOTTSCHALL – Cinco minutos?

Então, a gente entende que a função redistributiva da União e a busca pela equalização das oportunidades são um preceito constitucional – a gente tem, sim, que sempre buscar isso. A gente entende que a gente faz um pouco disso quando a gente diferencia os valores *per capita* entre as modalidades – por exemplo, dando um valor maior para indígena e quilombola –, mas a gente também reconhece que falta um pouco dessa função redistributiva quando se fala em repasses diferenciados para os entes. Então, a gente reconhece essa fragilidade e, por isso mesmo, a gente já iniciou um trabalho interno, lá no FNDE, de discussão do sistema nacional de alimentação escolar.

Esse é um sistema que é uma proposta da nossa Presidente, junto com o Ministro Camilo Santana, no intuito de criar uma rede consolidada, com participação social, que busque a equidade da alimentação escolar; não só do Pnae, mas da alimentação escolar.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a nossa proposta, por óbvio, é acatar a proposta do Senador Eduardo Braga, contudo, mudando um pouco a redação, no sentido de deixar, de forma mais ampla, esse debate. Por quê? Porque é um debate que a gente já está iniciando, lá no FNDE, mas a gente vai precisar de um debate muito robusto, com especialistas, com acadêmicos, com a própria sociedade civil, com as organizações da sociedade civil, Consed, Undime... Então, o próprio Rossieli mostrou como o indicador socioeconômico... Inclusive, a gente já utiliza esse indicador em algumas avaliações que a gente faz internamente sobre a gestão do programa e sobre a avaliação da alimentação escolar – a gente utiliza esse indicador para isso.

Então, todas as sugestões que o Ministro colocou a gente já está levando em consideração, só que é um debate amplo, com toda a sociedade e com a participação ativa de todos os envolvidos com a oferta da alimentação escolar.

A nossa ideia é colocar critérios redistributivos e equitativos, porque a gente entende que o legislador quis, na verdade, enfatizar isso, porque, se a Constituição Federal e a LDB já trazem essa questão de que tem que haver a função redistributiva e a busca pela equalização das oportunidades educacionais, em tese não se precisaria colocar isso na lei, mas a gente entende que é importante, sim, deixar isso expresso em lei, contudo, de forma mais abrangente, não se restringindo a indicadores socioeconômicos e capacidade financeira, já que isso vai ser objeto de um debate amplo que a gente está iniciando lá no FNDE. Todos, em momento oportuno, serão chamados para discutir juntos.

Pode passar, por favor.

Há alguns pontos de atenção. Como o Rossieli falou, a gente está o.k. com a colocação dos critérios de redistribuição – perfeito, fantástico –, mas com o cuidado de não se reduzir nem os valores *per capita* por modalidade de ensino e nem os valores repassados, hoje, para os entes.

A base, o ponto de partida é onde a gente está hoje, lembrando que a gente teve o reajuste e que o nosso orçamento está em R$5,4 bilhões. Então, seria necessário aumentar o orçamento e aí entra todo o aspecto da análise fiscal, do impacto orçamentário e financeiro. Lembro que, para cada despesa nova criada no Orçamento Federal, a gente precisa de um estudo de impacto orçamentário e financeiro no ano em que haverá o aumento da despesa e nos dois seguintes, conforme a LRF preconiza. Esses são os pontos de atenção.

Em resumo, o FNDE e o Ministério da Educação são muito favoráveis – é um preceito constitucional –, contudo a gente solicita atenção a esses pontos e a alteração da redação.

Pode passar.

Eu iria falar do Sistema Nacional de Alimentação Escolar, em que a gente vai debater esses critérios amplamente, fortalecendo a função redistributiva, e garantir a equalização das oportunidades educacionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já está em elaboração lá no FNDE, por consultores especializados, uma metodologia de definição do valor *per capita* mínimo de qualidade considerando pelo menos as realidades regionais. Então, isso vai ser uma referência. Não é que a gente vai estabelecer esse mínimo e pronto, acabou. Não, é só uma referência para a gente ter em relação a outros *per capita* que a gente pratica hoje. E também, a partir desse estudo e de vários debates, a gente pretende criar uma nova matriz de distribuição, de alocação de distribuição financeira entre os entes federados. E aí, a partir disso, com essa nova matriz, é a partir dessa discussão que a gente pretende incluir todos os critérios discutidos e debatidos amplamente com toda a sociedade civil, fortalecendo a função redistributiva e a equalização de oportunidades educacionais.

Então, é isso. Em nome da Presidente Fernanda, do FNDE, eu agradeço. E estou à disposição para qualquer dúvida ou questionamento.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Luciana.

Passo, imediatamente, a palavra à Sra. Mariana Santarelli, que é Coordenadora do Fian Brasil, Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas, e do Observatório da Alimentação Escolar.

Pois não, Mariana.

A SRA. MARIANA SANTARELLI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde!

Senador Izalci, estou muito agradecida por essa possibilidade de estar aqui e, na verdade, muito agradecida a esta Comissão, especialmente ao Senador Paulo Paim, que acolheu o nosso pedido para que acontecesse esta audiência pública para a gente ter a oportunidade de debater um pouco mais essa proposta, que é muito relevante, que é muito importante, que trata de algo que a gente sabe que é muito necessário, que é o enfrentamento das iniquidades neste nosso país tão cheio de desigualdades no âmbito desse programa da Política Nacional de Alimentação Escolar, que é a política mais relevante que a gente tem hoje para a garantia do direito humano à alimentação.

Então, foi muito bom poder ter a oportunidade de ouvir as duas pessoas que me antecederam, que têm muita experiência e que estão à frente dessa política nacional, à frente dessa política no estado, e o que a gente vai fazer aqui é tentar um pouco contribuir trazendo preocupações que vêm do Observatório da Alimentação Escolar, que é uma rede de organizações e movimentos sociais que atuam em defesa da alimentação escolar.

A gente fez uma nota técnica em que a gente justo pedia este debate público porque a gente entende que uma alteração dessa monta, de tão relevante, precisa ser feita com todo o cuidado e tempo necessário,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com todos os estudos prévios necessários para que a coisa aconteça da melhor maneira para a gente não ter retrocessos ou colocar em risco essa política tão importante.

Pode passar a apresentação? (*Pausa.*)

Só para a apresentar, o Observatório da Alimentação Escolar, o Núcleo Executivo do Observatório é composto pela Fian Brasil, que está também no grupo consultivo da comissão organizadora do Programa Nacional de Alimentação Escolar e também no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e o Fórum Brasileiro de Soberania em Segurança Alimentar, e depois a gente tem o Comitê Consultivo, que é composto por 18 outras organizações e movimentos que, de maneira direta ou indireta, lidam com o tema da alimentação escolar.

Pode passar.

Bom, em primeiro lugar, quero reconhecer o mérito e agradecer ao Senador por ter apresentado essa tão importante proposta.

É claro que é importante enfrentar as iniquidades, e a gente sabe que são sobretudo os municípios que têm estudantes em maior situação de vulnerabilidade alimentar que têm o menor IDH e que também são os municípios de menor arrecadação que mais dificuldade têm para garantir essa alimentação de qualidade. Pela Fian, a gente recentemente tem acompanhado um pouco mais a alimentação escolar indígena. A gente esteve no Estado do Amazonas e sabe da complexidade logística e da dificuldade que é fazer acontecer, sobretudo nas aldeias, a alimentação escolar. Por essa razão, estamos apanhando esse PL e querendo debatê-lo um pouco mais.

Pode passar.

Algumas considerações sobre preocupações que a gente tem.

Primeiro: alterações na lei precisam ser fundamentadas em estudos de viabilidade e simulações de impacto. Eu compartilho das preocupações e fico muito contente com a apresentação e a proposta feita pela nossa colega do Ministério da Educação, do FNDE, essa proposta de construção de um sistema de alimentação escolar que seja capaz de enfrentar o tema das iniquidades de forma mais ampla, mas o nosso receio é que o texto, da maneira que a gente está, e acho que é uma pergunta importante que Rossieli fez... A intenção é boa, mas será que o texto do PL responde a essa necessidade? Do nosso ponto de vista, ele traz riscos e determinações metodológicas que podem ser de muito difícil implementação e que podem incorrer inclusive em perda das metodologias que a gente já tem hoje estabelecidas, que são ganhos importantes, como, por exemplo, para estudantes indígenas e quilombolas.

Então, a nossa sugestão é que isso seja feito de forma muito colaborativa com o FNDE e com base em estudos de viabilidade, simulações e, aí, a sugestão de que se envolvam também as assessorias de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

orçamento e educação da Câmara para ajudar a fundamentar qualquer que venha a ser o texto de justificativa para esse PL.

Pode passar.

Aí eu queria mencionar um estudo bastante importante, uma avaliação que foi feita pelo Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e coordenada pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF), em que eles fazem um mergulho muito profundo sobre os mecanismos de financiamento do Pnae e trazem alguns debates relevantes sobre a questão redistributiva, sobre como é que a gente faz essa redistribuição sem perder a perspectiva da universalidade. E lá nesse estudo eles fazem a sugestão de que se pense o financiamento, a descentralização do financiamento da alimentação escolar, em dois componentes distintos: um componente que seria a maneira como já é feita hoje, em que você tem uma distribuição que é igual para todos os estados e municípios, e, depois, você teria uma parcela, um determinado percentual do orçamento total, que seria relativo a repasses para localidades mais vulneráveis, esse, sim, sensível aos indicadores socioeconômicos sobre os quais de fato se tem que pensar: se são os indicadores socioeconômicos dos municípios ou dos estudantes, a depender mesmo da qualidade e da condição que a gente tem de fato de se basear em alguns indicadores muito novos, como é o caso do indicador socioeconômico da educação básica.

Então é importante que, antes de qualquer tipo de legislação, se tenha, pelo menos, uma legislação que não seja genérica, como é a que está propondo agora o FNDE, que já se tenha uma reflexão um pouco melhor sobre quais são os indicadores, para não correr o risco de a gente colocar em lei algo que depois não seja o mais indicado. E também fazer essas simulações de percentuais, de qual é o percentual do orçamento que vai estar sensível à questão da distribuição, da função mais redistributiva.

Pode passar.

Outra atenção é que deve ser assegurado e protegido o princípio da universalidade. Essa talvez seja a maior preocupação que a gente tem, porque a gente percebe uma tendência mais ampla no campo da educação de focalização das políticas públicas, não só em relação aos programas de transferência de renda, e o nosso receio é de que o texto, da maneira como está, possa favorecer essa tendência de focalização. Então é importante que seja afirmado, em qualquer tipo de artigo ou parágrafo que venha a tratar da metodologia de distribuição de recurso, que seja assegurado o princípio da universalidade. Todos os estudantes, bem como todos os estados e municípios da Federação, têm que ter direito a esse recurso que é transferido pelo FNDE.

Pode passar.

Deve ser assegurado... Aí na lógica do princípio da universalidade, lembro que essa proposta não traz recursos complementares, ou seja, trata apenas da redistribuição. Aí eu queria pactuar com a visão dos que me antecederam aqui de que é importante que não aconteçam perdas, porque hoje o repasse, mesmo para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

municípios de maior porte, ainda é muito pequeno. Para se ter uma ideia, o repasse é feito para os 200 dias letivos, se a gente pegar o *per capita* de 50 centavos do ensino fundamental e médio, a gente tem aí um repasse por aluno de R$100 por ano, o que é muito pouco. Então, menos do que isso, para alguns municípios que vão acabar perdendo, também seria um retrocesso do ponto de vista da garantia de direitos.

Não sei se todos estão cientes, há aproximadamente três semanas, surgiu um novo PL, que é o PL 2.754, da Senadora Teresa Leitão. Esse projeto de lei propõe que o IPCA - Alimentos e Bebidas seja adotado como um indexador para um reajuste anual dos valores *per capita* do Pnae na própria lei, ele faz sugestões também na alteração da lei, no mesmo artigo de que trata esse PL, para a que a gente possa ter esse reajuste anual. Essa proposta é embasada num estudo que o Observatório da Alimentação Escolar fez, em parceria com a Fineduca, que mostra a relevância de tentar enfrentar, não ter perdas, ter uma metodologia para lidar com as perdas inflacionárias. E eu queria aproveitar para sugerir que a Comissão de Educação possa apreciar esse PL, botar para caminhar, porque ele é muito relevante, muito importante, para que não aconteça o que aconteceu de a gente ficar tantos anos sem um reajuste real e ter uma perda tão grande na qualidade e na quantidade da alimentação escolar.

Pode passar.

Não deve ocorrer regressão de direitos adquiridos. Aí a gente tem uma preocupação muito grande com os povos indígenas e quilombolas, primeiro, porque a gente sabe que são justamente esses sujeitos os que mais sofrem com a insegurança alimentar grave, com a fome, para além da própria complexidade que a gente sabe que é fazer chegar os alimentos nas aldeias. O gasto logístico dos municípios, o gasto complementar, é muito grande, então é importante que a gente tenha um valor *per capita* diferenciado e, da maneira como o texto está colocado hoje, não explicita algo que já está dado na Resolução 06, que é hoje a regulamentação infralegal que rege a distribuição dos recursos.

Também não há menção a jornadas. A gente tem hoje um *per capita* maior para as escolas que têm dois turnos.

Pode passar.

Bom, a gente fez um exercício... Para falar a verdade, eu fiquei muito contemplada com a proposta que foi feita pelo FNDE. No sentido de ser cuidadoso e dar tempo também de o novo Governo fazer a constituição de uma política que avança no sentido de um sistema de alimentação escolar que possa olhar para essa política de forma mais completa, eu acho que é bastante interessante a ideia de a gente deixar um parágrafo mais genérico, mas a gente fez algumas sugestões na linha de tentar também, com outras possibilidades, o aperfeiçoamento do texto que está sendo proposto.

E aí o que a gente sugere é que se faça menção ao princípio da universalidade, para a gente não correr esse risco de ter em algum momento uma distribuição que deixe de contemplar o conjunto de municípios e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estados brasileiros. E a gente sugere também que esse componente que leva em conta os indicadores socioeconômicos seja feito apenas em um componente e não no conjunto do orçamento descentralizado.

Então, a sugestão de texto é: deverá ser estabelecida uma parcela complementar com base em indicadores de desenvolvimento socioeconômico local e de capacidade financeira das respectivas prefeituras.

Quanto ao prazo, eu acho que seria interessante, mesmo em um texto genérico, manter um prazo, para também botar o Executivo para trabalhar, para fazer caminhar esses estudos, o desenho dessa metodologia de financiamento em diálogo, em debate. Mas eu acho que é importante a gente definir realmente um prazo para que essa proposta não se perca no tempo e a gente perca a oportunidade de fazer, finalmente, uma política de enfrentamento de iniquidade no âmbito do programa de alimentação escolar.

Então, quero agradecer a participação e nos colocar também à disposição, seja pela Fian Brasil, através do grupo consultivo, através do Consea também, pelo qual a gente está representado, seja no diálogo direto com o local. O Observatório da Alimentação Escolar e a Fian Brasil estão à disposição também para seguir nesse debate tão relevante.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Mariana.

Vou passar a palavra agora para o Sr. Vilmar Lugão de Britto, que é o Presidente da Seccional do Espírito Santo da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

O SR. VILMAR LUGÃO DE BRITTO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador Izalci. Na sua pessoa, eu cumprimento todos os que já me antecederam aqui bem como todos que estão participando conosco desta audiência.

Para nós também da Undime é um motivo de muita satisfação estarmos aqui para participar deste importante debate, porque nós, principalmente os municípios, temos o maior número de matrículas de todo o Brasil. E com certeza nós, no dia a dia, colocamos esse significativo programa, essa importante ação de um modo geral nas vidas de crianças que precisam dessa parcela dessa alimentação escolar que lhes é oferecida no dia a dia. Em nome da Undime, eu quero aqui já agradecer por esta oportunidade.

Eu já quero também falar que a Undime já foi muito contemplada aqui em tudo que já foi colocado. Todos os apontamentos e destaques que já foram feitos pelas pessoas que me antecederam são muito pertinentes, e nós, já de antemão, antes de fazer a nossa fala, já queremos dizer que também concordamos com esses apontamentos.

E aí, pensando neste Programa de Alimentação Escolar como um todo, essa importante política brasileira que é reconhecida pelo mundo, isso, de fato, faz a diferença no dia a dia dessas crianças que necessitam dessa alimentação para contribuir para uma vida mais saudável, para que elas possam aprender

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e se desenvolver no sentido mais amplo de sua existência e, para, no caso também, principalmente para nós que fazemos a educação no dia a dia, contribuir com, de fato, o aprendizado dessas crianças.

Próximo, por favor.

E aí nós vamos falar da estrutura deste programa, do porquê de se pensar tudo isso que se foi falado até aqui e do que nós trazemos também dessa estruturação, porque essa política pública promove o crescimento e o desenvolvimento da criança, contribui para a aprendizagem e para o rendimento escolar, mas, sem dúvida alguma e principalmente, auxilia na formação de hábitos alimentares saudáveis, que é o que nós, no dia a dia das escolas, com os cardápios que são elaborados, pretendemos conquistar.

E aí vamos falar da organização da oferta dessa alimentação escolar. Primeiro, temos que conhecer todas as necessidades nutricionais dos estudantes de acordo com cada faixa etária e, como aqui já foi colocado anteriormente, a diversidade brasileira, seja do campo, seja indígena, seja quilombola, seja urbana. Então, nós temos que pensar essa diversidade nutricional de propostas de alimentos que serão servidos, levando em consideração tudo isso.

Para além disso tudo, nós precisamos, no nosso dia a dia, com certeza, monitorar a aceitação desses cardápios que são propostos, bem como acompanhar a qualidade do que está sendo oferecido. Tudo isso é também gerido com a participação do Conselho de Alimentação Escolar, que é responsável por fiscalizar e monitorar todo o processo da qualidade que é oferecida no dia a dia.

Essa política pública leva em consideração o estudante, o tipo de execução, as escolas, bem como o seu funcionamento.

Eu não vou me deter neste daqui, porque isso tudo aqui é uma coisa mais burocrática no sentido do programa, mas é só para entendermos a sua complexidade até que a alimentação chegue de fato ao prato, à refeição diária ou às refeições diárias que são servidas aos nossos alunos.

Próximo, por favor.

Nesta parte, nós queremos pensar nessa organização do planejamento do cardápio. Mais uma vez, eu falo: estamos fazendo essa analogia aqui para que fique bem claro todo o arcabouço necessário para que a política se efetive diariamente. Então, temos que pensar nessas questões da diversificação agrícola de cada região; nos hábitos alimentares de todos os alunos nas diversas regiões do país, neste país continental; no respeito à sustentabilidade; nas questões das normatizações elaboradas pelas nutricionistas do Programa Nacional de Alimentação Escolar; nas faixas etárias, principalmente nós nos municípios que já começaram a atender os bebês com "n" diversidades de necessidades diárias, de diversidade de aplicação de alimentação, muitas vezes variadas no próprio contexto daquela escola, para atender a demanda daquela criança; numa alimentação saudável e adequada; na questão das resoluções que são emanadas do FNDE, porque, como já foi aqui colocado, é um programa de suplementação, mas nos municípios que têm o CAE,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que fazem a fiscalização, o acompanhamento, então, em toda a execução, independente se o município arca com os seus recursos próprios, nós seguimos a questão integral da resolução estabelecida para a política; na questão dos gêneros alimentícios, que são básicos; e na cultura alimentar de cada localidade.

O próximo, por favor.

Como já foi colocado, temos que pensar no programa, nos recursos e nos processos de aquisição. Então, ele tem esse caráter suplementar, como já foi colocado, com um percentual mínimo... Mesmo que tenha um caráter suplementar, sendo de acordo com o tamanho do município essa receita que chega, essa suplementação que chega, nós temos que levar em consideração todas, como eu coloquei, as normatizações que trazem, por exemplo, o mínimo de 30% para aquisição de gêneros alimentícios e o máximo de 30% para aquisição de gêneros enlatados, embutidos, doces e tantas outras questões. Temos que pensar que os recursos no âmbito dos municípios e estados, por serem considerados uma política assistencialista, não podem ser considerados para fins de recursos dos 25% do MDE e bem como do Fundeb. Portanto, é um investimento que é feito com recursos próprios de cada ente federado. E, dentro das compras do processo licitatório, há a questão da importância de realizar um processo adequado para a compra de alimentos, em que é preciso saber, como já foi dito aqui, o número de estudantes, a questão dos dias letivos, o que vai gerar todo o quantitativo, a questão, por recebermos as verbas federal, do pregão eletrônico... E aí, às vezes, nós encontramos muitas dificuldades também.

O próximo vai falar sobre o percentual... Também não vou me deter aqui, mas, como já foi colocado aqui, se nós formos levar em consideração a questão do valor cuja última correção tinha sido feita em 2017, por mais que sejam bilhões para efeito da União, no dia a dia dos municípios e dos estados que operam a política pública, há a necessidade de esse investimento ser significativamente maior, considerando as especificidades de etapas, modalidades. Nós temos situações em que se tem que começar servindo o café da manhã. Às vezes, são servidas três alimentações ou quatro ou cinco, conforme for o tipo da oferta, no caso, até a de tempo integral. Então, no dia a dia, nessas questões que estão sendo discutidas aqui para essa redistribuição do programa, é preciso levar em consideração todos esses apontamentos.

E a próxima: as contribuições para este debate. Então, é preciso, dentro do que o PL propõe, calcular a *per capita*, considerando o cardápio específico de cada etapa ou modalidade, bem como de cada localização. Como eu coloquei aqui, com alunos do campo, nós necessitamos começar com o café da manhã, e, assim, se tem o tempo integral, são mais do que duas alimentações e sucessivamente. Então, é pensar esse *per capita* a partir dessas especificidades; considerar o número de refeições oferecidas aos estudantes por dia, como eu coloquei aqui também; e definir o índice de correção. Também defendemos essa questão de definir o índice de correção anual para o valor *per capita*, não tendo esse temporal que nós tivemos nos últimos anos para a não correção. Com certeza, nós hoje pagamos aqui uma consequência justamente por essa questão que não foi feita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, ouvindo todos os meus colegas de mesa que me antecederam, eu ratifico todos os apontamentos que foram colocados em relação também ao nível socioeconômico. É de se fazer um estudo mais detalhado: se seria melhor considerar o nível socioeconômico do aluno ou da localidade, com todas as outras questões principalmente que foram colocadas.

Em nome da Undime, eu agradeço pela oportunidade e também agradeço a todos que estão aqui conosco nesta audiência.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Vilmar.

Registro a presença aqui da nossa querida Relatora, Senadora Professora Dorinha.

Dorinha, está faltando apenas o José Valdivino. Você aguarda ou quer fazer uma fala já?

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Por videoconferência*.) – Presidente, boa tarde a todos.

Eu aguardo sem problema. Aguardo a última intervenção.

Estou acompanhando aqui. Sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado.

Eu passo a palavra imediatamente ao Sr. José Valdivino de Moraes, que é Secretário Executivo da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

O SR. JOSÉ VALDIVINO DE MORAES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos e todas.

Eu queria já, de imediato, saudar o Senador Izalci, a Senadora Dorinha, que foi muito importante na tramitação e aprovação do Fundeb, e o Senador Flávio Arns, que não está presente, mas que também é aqui do Paraná. A gente conhece o trabalho que eles fizeram em relação ao Fundeb.

Eu não estou conseguindo compartilhar a tela. Se tiver ajuda aí, vai ser bom. (*Pausa.*)

Ótimo!

Num primeiro momento, em que nós começamos a estudar o PL 1.751, nós já olhamos que não tinha a mínima possibilidade de ser contra, porque é necessário sempre fazer a distribuição socioeconômica dos recursos, porém, imediatamente, nós já localizamos algumas preocupações, que já foram bem colocadas aí por vários que me antecederam. Nós sabemos que é preciso avançar um pouco mais na questão dos recursos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós olhamos aqui, trazendo informações do Fineduca, como que se comportou o Pnae. Nós pegamos aqui de 2014 a 2021 com a queda em que de R$6,82 bilhões no repasse caiu para R$4,49 bilhões. Então, nesse período, houve uma queda muito grande. Quando nós olhamos 2022, que também está no próximo eslaide, nós vamos perceber que o repasse também foi pequeno, caindo ainda um pouco mais para R$3,9 bilhões. E, agora com o reajuste, ele volta para R$5,4 bilhões, o que eu acho que é bastante importante.

Nós precisamos ter um patamar. Do que nós estamos falando? Quanto custa uma alimentação escolar, dentro do que nós podemos chamar de uma alimentação escolar de qualidade, para que supra as necessidades alimentares das crianças? Como eu estou assumindo a Presidência aqui do Conselho de Alimentação Escolar do Paraná, tive acesso à prestação de contas de 2022 e trouxe alguns números aqui para nós termos o parâmetro do quanto custa... E olhem que nós consideramos o Paraná um dos estados que leva a alimentação bastante em consideração e com bastante qualidade, mas nós vamos perceber que com os não perecíveis o estado gastou de recursos próprios 135 milhões. Quanto entrou da agricultura familiar? A importância da agricultura familiar para nós... Enquanto alguns estados e municípios apenas investem 30%, no caso aqui, o Paraná está investindo quase todo o recurso do Pnae na agricultura familiar, com isso produzindo distribuição de renda, fortalecendo os agricultores, enfim. Então, tem uma ramificação muito maior, quando a gente começa a imaginar o que é o Programa de Alimentação Escolar, pensando nele para além do Pnae, para além dos recursos do Pnae. Quando nós olhamos outras compras, que foi carnes e ovos, o estado gastou 122 milhões, somando aí 321 milhões no ano de 2022, que foi o investimento aqui na alimentação escolar do Paraná.

Quando nós olhamos para o próximo eslaide – vamos ver se aparece o valor –, quantos mil alunos são atendidos? Quando a alimentação é de qualidade, você vai perceber que, no Paraná, com 1.107.997 alunos, nós temos uma adesão à alimentação escolar de 992 mil crianças, que se servem da alimentação escolar. Basicamente 88,5% da rede se utilizam da alimentação escolar aqui no Paraná.

Então, esse é um bom parâmetro para nós começarmos a comparar também e levar em consideração aqueles estados e aqueles municípios que estão se empenhando – e muito – para garantir uma alimentação escolar, mas não qualquer alimentação, alimentação de qualidade. Esse é um parâmetro que eu acho que é bastante importante para levarmos em consideração.

O próximo.

Já olhamos aqui qual foi a participação da agricultura familiar e qual foi o montante que foi utilizado: R$321 milhões; desses, apenas R$63 milhões foram do Pnae. Então, a participação do estado com a participação de um município é, às vezes, até mais do que duas vezes a própria participação do Pnae para se ter uma alimentação de qualidade.

Então, vamos em frente. Próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veja bem como se comportaram os pregões aqui no Paraná. Quando falamos que avançou a participação da agricultura familiar, nós vamos perceber que os pregões tiveram a participação de apenas 22%. Quando você olha a chamada pública... Por que é importante ter recurso cada vez maior pelo Pnae? Porque é possível fazer por chamada pública. A agricultura familiar não tem a organização dela; pelo menos até agora, não existe uma organização que dê conta de participar dos pregões eletrônicos. Agora, ela participa, efetivamente, dos recursos repassados pelo Pnae, e isso faz desenvolver a própria agricultura familiar. Então, no Paraná, 91% foram resultados das chamadas públicas. Então, a agricultura familiar tem um peso muito grande aqui em relação ao Pnae.

Então, vamos para o próximo.

Acho que esse é um parâmetro bastante interessante para prestarmos atenção e para não pensarmos só no PL 1.751, mas também pensarmos numa política de valorização da alimentação escolar, levando em consideração os vários elementos que trazemos aqui.

Quando nós olhamos em relação à participação, à compra, como é no estado? 10.678kg de alimentos são *in natura*, não processados. Apareceu em um dos eslaides ali requerendo que, no mínimo, pudéssemos reduzir para 30% os enlatados, os processados, coisa parecida. Olha, nós aqui já avançamos para além disso; nós já temos uma participação de 85% de produtos *in natura* e temos minimamente processados, ficando os processados em um patamar baixíssimo, porque, para nós, é bastante importante fugirmos cada vez mais dos produtos processados. É claro que isso é possível com a participação muito forte da agricultura familiar e também de uma agroindústria voltada para a agricultura familiar, que consegue trazer vários produtos miniprocessados para a alimentação escolar.

Vamos para o próximo.

Aqui nós vamos olhando um pouco, a partir de um estudo que fizemos, para sabermos como andam as condições nutricionais das crianças. Então, vamos ver que conseguimos um número alto de participação, graças aos professores de Educação Física, que fazem, a cada início de ano, a medição: peso e massa corporal das crianças. Chegou a 807.662 o número de crianças que passou por esse processo de medição, de peso e tudo mais. E tivemos o resultado que está no próximo eslaide, pois, para mim, é um parâmetro muito importante saber como estão as condições nutricionais das crianças.

Nós temos aqui, quando olhamos a linha azul, o sobrepeso, mostrando que 20% das crianças têm sobrepeso.

Quando olhamos a obesidade, você vai ver que temos aqui também um número um pouco alto de obesidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que é importante considerar é que, de um ano para o outro, a gente teve uma queda de pelo menos 2%, em 2022, da obesidade, do sobrepeso, o que nos leva a indicar que estamos no caminho de reduzir aqui o sobrepeso.

Quando vamos olhar na linha verde, que é a questão da medição da magreza da criança, aqui nós vamos chegar à conclusão de que, no Paraná, nós não temos, basicamente quase que eliminamos a desnutrição... Não quer dizer que nós não temos regiões pobres no Estado do Paraná, mas significa que, a partir desse estudo feito pelas medições que são feitas pelos professores de educação física e que estão no sistema, nós podemos considerar que temos 2,13% de crianças com magreza, o que podemos chamar de próximo à desnutrição, então, nós quase que superamos a desnutrição aqui no Estado do Paraná.

Então, esse, para mim, é um parâmetro importante para que os Conselhos peçam um estudo junto ao órgão executor, para irmos medindo como é que estão essas condições das crianças, o que eu vou chamar aqui de condições nutricionais das crianças.

Vamos para a próxima.

Aqui eu vou trazer o que já também foi falado por uma das pessoas que apresentaram, que são as bases constitucionais.

Eu li o relatório da Senadora Professora Dorinha e vi que ela buscou a base constitucional também no relatório. Eu vi que trouxe o art. 208, que traz a questão da alimentação, e o art. 211, que traz a questão da qualidade da educação, mas eu traria também o art. 227. Por que eu acho extremamente importante trazer o art. 227 para este debate? Porque além de trazer as questões da saúde, da alimentação e da educação como direito, traz também que a criança tem que estar salva de toda e qualquer forma de negligência.

Ora, se nós localizamos que um ente federado está mantendo crianças com baixa qualidade na alimentação, com desnutrição, nós podemos considerar, pelo Conselho – e aqui eu estou falando pelo Conselho –, que esse órgão gestor está sendo negligente em relação à alimentação e aos direitos constitucionais que essas crianças têm. Eu acho que é um artigo importantíssimo a se levar em consideração, que é o art. 227.

Feito isso, eu também analisei a Lei 11.947 e, no seu art. 17, cheguei à conclusão – o que já foi também trazido para este debate – que a responsabilidade, a grande responsabilidade compete aos... E diz na lei que compete aos estados, municípios e Distrito Federal a oferta, conforme as necessidades nutricionais das crianças e jovens que estão nas escolas. Então, essa é uma competência e uma obrigação dos entes federados: estados, municípios e Distrito Federal. Então, nessa altura, o Governo Federal ou o FNDE entra como suplementares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No entanto, isso não quer dizer que seja menor a sua responsabilidade, por isso que, ao fazer essa análise, eu me somo ao que já trouxe o Consed e a Undime ao dizer que é necessário avançar para além do que nós temos.

Não é possível mexer na forma de distribuição do que temos, até porque reduziriam recursos e, ao se reduzir recursos, eu trouxe aqui a questão da chamada pública, em que você reduz recursos e reduz a capacidade, inclusive, de ter alimentação saudável e produzida a partir da agricultura familiar, senão afetaria muitos estados e municípios, e afetaria drasticamente o Estado do Paraná, que está levando basicamente 100% dos recursos do Pnae para o fortalecimento da agricultura familiar, dos agricultores, produzindo distribuição de renda e tudo o mais.

Era isso que eu queria trazer, somando as preocupações que já foram constatadas aqui.

Quero enaltecer a iniciativa dos Senadores, que puxaram para eles esse debate, mas é necessário avançar para além do que está instituído no Projeto 1.751.

Precisamos pensar política de alimentação escolar com todos esses elementos que já foram trazidos, e com alguns outros que eu trago aqui também. Muito obrigado.

Estamos sempre à disposição, enquanto CNTE, naquilo que nós temos condições de trazer para o debate, para acompanhar e ajudar na construção dessa política. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Sr. José Valdivino.

Feitas as considerações iniciais pelos nossos convidados, passo agora a palavra à nossa querida Senadora Professora Dorinha, que foi a primeira, pelo menos no Plenário, que vi fazer a defesa da retirada do Fundeb do arcabouço fiscal.

Estamos juntos, Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Boa tarde. Quero agradecer a oportunidade de ouvir.

Quando o Senador Paulo Paim perguntou sobre o requerimento e, antes de apresentar, ele se colocou à disposição, se não fosse o caso – a gente já ia votar e ele se colocou à disposição –, e foi muito interessante.

Estou com vários documentos. Se algumas das pessoas que estiveram conosco, as instituições, não tiverem enviado e quiserem contribuir, eu já estou com uma segunda versão.

Nós recebemos algumas contribuições por escrito, e acho que, basicamente, já tinha chegado ao conhecimento um documento do Fian, já tinha recebido, vi o documento do Consed também, de igual forma, as preocupações apresentadas pelo Secretário Rossieli...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O tema da alimentação escolar é um tema extremamente importante e estratégico. Fui Secretária de Educação, por quase dez anos, e por muito tempo o recurso da merenda, embora o recurso da União seja suplementar e complementar, em termos de ação, muitos entes federados usavam recurso da merenda vindo do Governo Federal como único recurso.

Eu acho que o programa avançou muito e eu, em particular, tenho acho que três projetos que tratam da questão da alimentação.

Eu já apresentei um, há algum tempo, que foi o da correção, e não é uma situação recente. Ficou muitos anos sem correção os centavos da merenda da alimentação escolar. Acho que, em 2017, nós tivemos, e agora uma pequena correção que ainda é muito pequena.

Os entes federados, municípios e estados, reclamam muito, com razão, já que o valor dos alimentos cresceu muito, de maneira muito significativa e desorganizada, e o valor *per capita* da merenda, ao contrário, subiu muito pouco. E, em alguns casos, em muitos casos, exige-se que, principalmente, o município – que é quem tem mais, eu diria, autonomia no seu conjunto de recursos... os Prefeitos, Prefeitas, secretários municipais – faça e tem feito esse investimento de complementação.

Quando eu digo autonomia, é porque o diretor da escola, muitas vezes, não tem esse recurso disponível para complementar e melhorar a alimentação. Ele depende de uma política mais ampla do próprio Estado.

Então, um dos projetos que eu apresentei foi o de estruturação do programa, porque nós não temos Programa da Alimentação Escolar, em muitos estados, organizado; autonomia do Conselho; condição de trabalho do Conselho de Alimentação. Então, acho que são ações importantes.

No caso do tema específico, observando a alteração a que eu já procedi no parecer, eu acho que é importante destacar a necessidade de ficar claro que a questão socioeconômica é complementar, ela é mais um critério, como nós colocamos no Fundeb.

No Fundeb, a gente tem os critérios, os *per capita*, e os fatores de distribuição do recurso, mas nós elencamos lá a possibilidade de utilização de dois índices: o índice da questão da disponibilidade orçamentária, ou seja, inversamente proporcional: quem mais arrecada, quem tem mais dinheiro precisa menos do recurso, no caso, do Fundeb; e o socioeconômico, cuja ideia – e aí também ouvi algumas participações falando sobre índices em formatos, fórmulas já existentes –, cuja ideia do prazo para 2025 é justamente o contrário, é a de ter tempo de um bom debate para, através desse debate, construir esse índice. Acho que ninguém é contrário a ele.

Logicamente, o Programa Nacional de Alimentação Escolar também é um programa de segurança alimentar, de auxílio, e acho que ele pode... foi essa a ideia do autor em ter a preocupação com um componente socioeconômico que possa agregar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje há uma grande tendência de aprimoramento dos índices socioeconômicos, mas acho que é importante destacar aqui que a gente não quer perder. Se não quer perder, é possível ter esse olhar específico, e o texto... acho que foi a Mariana que representou aqui a instituição, vocês trouxeram essa preocupação, e aqui nas falas também foi bastante reforçado.

Então, essa é a ideia de se manter os diferenciais específicos das modalidades e níveis de ensino, não citando aqui, mas obviamente colocando a manutenção desse critério pela própria natureza que tem.

Então, no texto que está pronto, com uma nova redação, a gente coloca essa questão de valores diferenciados por etapas, modalidades, jornada, com os diferentes formatos, assim como outros definidos pelas redes escolares, cada sistema, em razão... e também o acréscimo de um fator de correção já com indicadores socioeconômicos dos educandos e da capacidade financeira dos municípios, dos entes federados.

Obviamente, de novo, é essa a ideia da complementação e de auxiliar as redes mais vulneráveis, que precisam de mais apoio.

Então, entendo e faço referência que esse indicador socioeconômico será calculado conforme os dados apurados pelo Inep, fazendo a indicação de quem deve coordenar e, lógico, para isso, chamar e buscar todos os dados. A capacidade financeira também do ente federado eu conceituo qual é esse conceito dos recursos provenientes.

Acho que é importante destacar – eu ouvi menção e também já apresentei projeto desta natureza – que o projeto não trata do índice de correção. Tem outros projetos que a Senadora apresentou e eu também tenho um específico. A ideia nossa, quando apresentou, apesar de dizerem: "Não pode anexar, a gente não pode colocar correção"... O grande receio nosso é acontecer como tem acontecido. Também ouvi algumas apresentações importantes aqui, mostrando não só o fato de ter ficado congelado, porque isso, por si só, já é extremamente preocupante, mas a questão do poder de compra.

Também ouvi uma fala importante sobre a questão dos alimentos. Hoje, o que muita gente entende como o limite dos 30%, na verdade, é um piso. É, no mínimo, isto: os 15% de alimentação do pequeno produtor que a gente precisa ampliar. Para isso, é preciso desburocratizar muito a questão da produção e do acesso.

Acho que, na questão quilombola, indígena e de regiões de difícil acesso, a gente precisa avançar mais ainda. Eu tive a oportunidade, a pedido do Ministério da Educação, de ir a Roraima. Também acompanhei vários... É um tema a que eu me dedico muito a educação indígena e, logicamente, quilombola. Em alguns casos de educação indígena, precisa-se de avião para o alimento chegar à escola ou de dias subindo um rio, com um barco. O acesso encarece o produto e, às vezes, o que está sendo levado de alimento é mais barato do que o que foi gasto para contratar um avião para fazer a entrega.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que tem muitas lições. Eu me coloco à disposição e, a partir da exposição, vou rever, olhar, novamente, o parecer. Peço, tanto à representação que nós temos da Undime, do Consed, da CNTE, do próprio FNDE – já mencionei aqui a Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas e o que a gente já recebeu –, e a quem tiver alguma contribuição específica para o texto, eu vou pedir que o meu parecer, antes de colocá-lo na página como disponível, que vocês possam olhar e ajudar nesse processo de construção.

A ideia nossa é ter um texto que ajude na política e no Programa Nacional de Alimentação Escolar, fazendo sempre um chamado: é importante os gestores – eu acho – tanto terem qualificação, no sentido de entender a importância do programa, mas entender que ele é um programa que não é mantido só com os recursos da União, ele precisa da ação, do recurso no âmbito dos municípios e dos estados.

O Conselho de Alimentação Escolar é um instrumento importantíssimo para a garantia do programa de alimentação, o ajuste, evitar desvios, ajustes locais, política de fortalecimento da produção e do pequeno produtor e, logicamente, a segurança alimentar. Eu acho que esse é o maior desafio nosso.

Então, me coloco à disposição. Inclusive, se houver alguma...

Eu não consegui entrar logo na primeira fala. Eu estava em outra agenda. Por isso, pedi, e agradeço ao Senador Izalci, e, se tiver alguma questão específica, também estou à disposição aqui ou no próprio gabinete, onde podem falar com o Alex, que acompanha esse assunto comigo e que trabalha na equipe.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Professora Dorinha.

Bem, recebemos aqui algumas perguntas e também comentários. Eu vou ler aqui, e depois nós vamos passar para os convidados fazerem suas considerações finais. Aqueles que puderem comentar ou responder rapidamente a cada uma delas, e a Professora Dorinha também tomar conhecimento.

Tem aqui as perguntas.

Geovana de Araújo, daqui, do Distrito Federal, pergunta: "Qual o impacto esperado do PL 1.751/2023 sobre a alimentação escolar na educação básica?".

Emilly Cortes, de Alagoas, pergunta se há algum parâmetro a ser seguido para incentivar as crianças a desenvolverem uma boa educação alimentar na escola.

O Taylor Pedro, daqui, do Distrito Federal, pergunta porque o Brasil não conta com uma oferta mais diversificada e qualificada de alimentos na merenda escolar.

Um comentário da Beatriz Loureiro, do Rio de Janeiro: "A alimentação escolar na educação básica é fundamental para muito alunos que não têm alimento em casa".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Girlandia Batista, do Amazonas: "É lamentável a falta de responsabilidade com a alimentação escolar. Carência nutricional afeta o desenvolvimento e o aprendizado".

Jorge Ferreira, da Paraíba, pergunta qual a estratégia do Governo Federal para adquirir alimentos sem agrotóxicos para consumo nas escolas.

Maria Caroline, do Ceará, pergunta como seguir as recomendações do FNDE frente à falta de recursos.

Comentário da Girlandia, também ainda do Amazonas, que é dever de fiscalizar para que a alimentação escolar chegue com qualidade aos estudantes.

Francisco Chagas, de São Paulo, diz que é importante que, além da formulação de cardápio saudável e saboroso, as instalações onde são preparadas e servidas as refeições sejam limpas e confortáveis.

E tem aqui algumas perguntas:

"Quais são os principais objetivos do Projeto de Lei 1.751 com relação à alimentação escolar na educação básica?"

"Como os indicadores socioeconômicos das redes escolares podem influenciar o cálculo do valor *per capita* da merenda do Programa de Alimentação Escolar?"

"Quais são os indicadores socioeconômicos mais relevantes que devem ser considerados na definição do valor *per capita* da merenda?"

"Como a capacidade de financiamento das prefeituras e dos governos estaduais e distrital deve ser avaliada para determinar o valor *per capita* da merenda e quais são os critérios que serão utilizados para avaliar a capacidade de financiamento das prefeituras e dos governos estaduais e distrital?"

"De que forma a alteração do PL 1.751 pode contribuir para reduzir a desigualdade no acesso à alimentação escolar?"

Essas são as perguntas e comentários.

Eu vou passar a palavra aos convidados e também à Dorinha para que façam suas considerações.

Inicialmente vou passar a palavra para Luciana Mendonça Gottschall, que é Coordenadora de Execução Orçamentária e Financeira do Programa Nacional de Alimentação Escolar do FNDE.

A SRA. LUCIANA MENDONÇA GOTTSCHALL (Para expor.) – Muito obrigada, Senador.

Queria cumprimentar a Senadora Dorinha. Ela se faz muito presente lá no FNDE; tanto ela quanto o Senador Izalci sempre têm propostas, são muito aguerridos em relação à educação. Então gostaria de agradecer a fala da Professora Dorinha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, foram muitas perguntas, mas vamos lá.

Qual é o impacto do PL? A gente acredita que é justamente fortalecer a função redistributiva dos recursos federais; quando a gente inclui critérios redistributivos e equitativos na distribuição desses recursos, a gente espera que entidades mais vulnerabilizadas ou que tenham alunos em situações mais vulnerabilizadas sejam atendidas com maiores recursos.

Eu gostaria de lembrar que os recursos federais, além de suplementares, são exclusivos para a aquisição de gêneros alimentícios, então esses recursos não podem ser usados pelas entidades para melhoria de infraestrutura por exemplo. Para isso existem outros programas federais, como o PDDE por exemplo, que é o Programa Dinheiro Direto na Escola, e o PAR, por meio do qual os municípios podem acessar reformas das escolas, novos projetos.

Quais são os melhores indicadores socioeconômicos? Como eu havia mencionado, e até aproveitando para falar com a Professora Dorinha porque acho que na minha fala ela não estava presente ainda, a sugestão do FNDE é deixar a redação do PL mais abrangente. A gente já tem o parágrafo único do art. 6º, que fala que no FNDE o Conselho Deliberativo vai definir as formas de atendimento, definição do *per capita* e do repasse, então a gente sugere apenas incluir lá nesse parágrafo o atendimento de critérios redistributivos e equitativos. Depois eu peço para o pessoal passar para a Senadora Dorinha a nossa apresentação, em que se diz isso direitinho.

E trata-se também de deixar claro que há uma diferença entre você definir critérios de cálculo do *per capita* e critérios de cálculo do repasse, vamos dizer assim. Por quê? Como a gente definiu – essa é uma pergunta recorrente –, por exemplo, que o *per capita* para ensino fundamental e médio é R$0,50? A partir do que a gente definiu isso?

Nos primórdios do programa a gente recebeu uma dotação orçamentária, e foi a partir da dotação orçamentária que a gente fez a definição. E isso vem sendo reajustado conforme a necessidade. Então, esse trabalho que a gente está fazendo com um consultor de definição do *per capita* de qualidade, um mínimo de qualidade, é justamente pegar alguns fatores para poder ter uma referência e, então, ter uma fórmula de cálculo para alcançar o *per capita*. No caso aqui, a gente entende que os critérios redistributivos equitativos devem ser considerados para o repasse.

A Professora Dorinha menciona algumas possibilidades. Como eu havia mencionado, com o Sistema Nacional de Alimentação Escolar, a gente pretende definir critérios, inclusive as formas como esse repasse vai ocorrer. A gente vai definir, por exemplo, um *per capita* diferenciado para entidades vulnerabilizadas, serão, vamos supor, três *per capita* diferenciados: nível 1, situação grave; nível 2, média... Estou dando exemplos, vai ser assim ou a gente vai passar a parcela extra? Então, toda essa discussão de como vai ser, acredito que deva passar por uma resolução, porque, afinal de contas, as realidades mudam muito, até de um ano para outro, ainda mais neste mundo em que a gente dorme de um jeito e acorda com uma realidade totalmente diferente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixe-me ver o que mais posso falar aqui... Dos agrotóxicos, a gente tem ações permanentes, ações de assistência técnica permanentes para poder incentivar a utilização de produtos agroecológicos, inclusive por conta da chamada pública, quando a entidade executora, os municípios e estados vão fazer a aquisição desses gêneros da agricultura familiar, não necessariamente eles compram pelo menor preço, inclusive tem a autorização, vamos dizer assim, de pagar um percentual de até 30% mais caro do produto normal se for agroecológico. Então a gente tem ações de incentivo a isso.

Outra pergunta: como os estados e municípios podem cumprir todas as exigências feitas pela resolução do FNDE quanto às necessidades nutricionais? Realmente a gente faz muitas exigências e a gente obviamente recebe muita reclamação de que o recurso é pouco, mas eu lembro que o recurso é suplementar, então, que a obrigação é dos estados e municípios, mas, conforme até a Mariana mencionou, o Cmap (Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas) chegou à conclusão de que 46% dos municípios brasileiros utilizam quase que exclusivamente só os recursos do Pnae para oferta da alimentação escolar, então a gente sabe que há uma alta dependência dos estados e municípios quanto aos recursos federais. Essa pergunta é bem frequente. A gente tem essa preocupação, por isso a questão do Sistema Nacional de Alimentação, por isso o estudo que a gente está fazendo do per capita, por isso os reajustes porque a gente sempre batalhou aqui para ter os reajustes do per capita justamente visando auxiliar mesmo as entidades a poder cumprir as exigências nutricionais.

Eu tinha anotado aqui várias outras coisas. Eu queria falar depois com a Senadora Dorinha algumas coisas, mas eu deixo para a próxima oportunidade, para não tomar muito tempo de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Luciana.

Temos que pensar um pouquinho, Dorinha, também na simplificação. A gente acompanha aqui a agricultura familiar e é muito difícil. Esse programa é muita burocracia, muita exigência. Tem que ver de que forma também simplificar o acesso da agricultura familiar ao programa.

Mas eu vou passar para considerações também à Mariana Santarelli.

A SRA. MARIANA SANTARELLI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, agradeço demais a possibilidade de estar aqui dialogando, sobretudo com a Relatora, Professora Dorinha, que sempre foi muito acolhedora de tudo aquilo que a gente propõe e traz.

E aí, eu queria muito reforçar. A gente, pela Fian Brasil, tem acompanhado mais o Programa Nacional de Alimentação Escolar Indígena, olhado para essas realidades. A gente voltou recentemente de dois estudos de caso que fizemos, um no Mato Grosso do Sul, outro no Amazonas. E a gente vê que a realidade das escolas indígenas é muito dramática, muito dramática mesmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Duas situações a gente teve a oportunidade de ver e a gente ouviu relatos sobre outros municípios de que, considerando ainda o contexto amazônico... Não só porque eu acho que a complexidade logística para chegar nas aldeias, seja no contexto amazônico ou não, é sempre muito grande, realmente é muito importante que se mantenha o *per capita* diferenciado para povos indígenas e quilombolas, para os estudantes indígenas e quilombolas. Isso é fundamental. É uma forma de a gente reconhecer a dívida histórica que a gente tem com esses povos.

A gente tem hoje uma articulação muito forte inclusive do Ministério Público Federal, que está trabalhando para que os estados e municípios possam dar conta da alimentação escolar regionalizada, fazer as compras locais. Isso tudo depende realmente de um investimento diferenciado. E o risco é que o texto, da maneira que ele está, na hora em que generaliza a questão de enfrentar as desigualdades socioeconômicas, ele apague isso, que já é uma conquista que está dada na Resolução 6, que é hoje o instrumento que regulamenta a distribuição.

E aí, aproveito a oportunidade também da presença do FNDE para realçar a importância do monitoramento e do controle social. Pensar em possibilidade de a gente ter mais conselheiros de alimentação escolar em cada um dos estados e municípios e a gente poder acompanhar um pouco melhor o uso desses recursos.

Mas para o fim do próprio projeto de lei, o texto que a gente apresentou hoje, Senadora, não sei se você teve a oportunidade de ver porque a gente fez aquela nota técnica que já chegou a vocês, mas também para fins desta audiência pública, a gente tentou fazer um ensaio de um texto. Foi um esforço muito corrido porque o tempo foi pequeno, mas já tem alguns elementos ali do que a gente entende que é relevante.

E uma preocupação muito forte nossa mesmo é com a questão de se manter a universalidade. De ter um texto que não abra margem para que a gente caminhe para um caminho de focalização e de distribuir recursos só para os municípios que precisam mais.

A gente tem que ter um texto que realmente proteja a questão da universalidade – isso é muito importante para a gente.

Eu sugeri também a leitura. Eu enviei para os seus assessores, Senadora, esse estudo que a gente mencionou, que foi feito pela SOF. Não sei se vocês chegaram a ter acesso, é bem interessante, eles vão muito profundamente e, inclusive, fazem algumas simulações.

Eu entendo que a gente não precisa ir tão longe do ponto de vista da metodologia, a lei, a ideia é não amarrar demais, mas talvez esse estudo possa ajudar um pouco a entender caminhos possíveis de uma regulamentação que seja aberta, mas que não deixe de considerar a questão redistributiva.

Quero parabenizar o Senador, eu tenho certeza de que ele fez essa proposta pensando no povo lá do Amazonas e em toda a complexidade que é fazer política pública nesse estado. Ele tem toda a razão, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando olha... É importante ter o exemplo de alguns estados, como é o caso dos estados do Sul e do Sudeste do Brasil, mas a gente tem que olhar para o país e para as dificuldades que são muito distintas, quando a gente fala de Norte e de Nordeste.

A gente sabe que um desenho desse vai beneficiar, sobretudo, esses estados, que são os estados em que a gente consegue perceber, pelos dados de insegurança alimentar, que é onde está concentrada a maior quantidade de pessoas em situação de insegurança alimentar grave, em situação de fome mesmo, e que tem, na escola, uma das suas principais refeições.

Então, encerro aqui a minha participação, agradeço e me coloco à disposição para seguir nessa colaboração, para revisar o texto que vem e o que mais for necessário, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Mariana.

Passo agora a palavra para o Sr. Vilmar Lugão, que é o Presidente da Undime.

O SR. VILMAR LUGÃO DE BRITTO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu também quero, neste momento, agradecer mais uma vez pela oportunidade.

Não poderia deixar aqui de registrar, Senadora Dorinha, você que é uma grande amiga e parceira da Undime... Trago o abraço da nossa instituição, porque você sempre está conosco, nossa gratidão por todo o trabalho que você sempre faz como Parlamentar em defesa da educação.

Foram muitas perguntas que aqui foram feitas, eu também ia falar do impacto, mas já foi falado, então eu quero trazer a questão que foi abordada, acho que até pelo Rio de Janeiro, se eu não estou enganado, que é a questão da carência e do descaso.

Nós sabemos que isso acontece. Como foi colocado aqui, muitos municípios e estados têm, como financiamento, tão somente os repasses que são repassados, mas eu queria chamar atenção para a importância da participação dos conselhos de controle da merenda, como eu abordei, até, na minha fala.

Então, esses conselhos são de muita importância para esse monitoramento e fiscalização do programa de alimentação escolar.

Ao mesmo tempo, nós temos esses problemas, mas nós temos que olhar para o país também como um país continente, somos 5.570 municípios. Então, este programa, na maioria, eu acredito, dos municípios e dos estados, é um programa exitoso.

Então, nessas experiências, que precisam ser olhadas com um olhar mais atento, que se cobre, sim, essa participação dos conselhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui eu dou um depoimento, inclusive, enquanto gestor, sobre a dificuldade que muitas vezes nós temos também de compor os conselhos, não só o conselho da merenda, mas tantos outros conselhos que são importantes no processo democrático da administração pública.

Mas não é tão simples e tão fácil montar estes conselhos e depois alguns deles, quando montados, não têm uma tão efetiva participação, mas eles são peça essencial em todo esse processo.

E eu aqui não poderia deixar também de registrar que na semana passada, como participante do comitê gestor da parte também do Programa de Alimentação Escolar, teve uma reunião no FNDE em que pude participar. O que nós observamos, muito dentro dos entraves da agricultura familiar, é que de fato há para os produtores que são pertencentes às comunidades quilombolas, indígenas e os povos tradicionais. Então, de fato, é preciso rever muitas questões ligadas a essa burocracia, de tal forma que permita que essas pessoas, esses produtores consigam levar os seus produtos ou vendê-los para a alimentação escolar.

No mais, é agradecer e sempre colocar a instituição que representa os dirigentes municipais de educação de todo o país à disposição para esses debates e dizer sempre da importância desses debates para o processo de desenvolvimento da educação, da oferta, das políticas públicas como um todo.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Vilmar.

Passo a palavra agora também para José Valdivino, que é do CNTE.

O SR. JOSÉ VALDIVINO DE MORAES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu queria iniciar com a questão que se trouxe sobre se há parâmetro para ser seguido na educação alimentar. Eu quero reafirmar que a própria Lei 11.947 já coloca parâmetros. Desde a composição dos alimentos, quantidade de doces, enfim, a própria lei... Aí eu indicaria que se alguém que pertence ao Conselho de Alimentação Escolar procure a nutricionista do conselho, porque são elas que... E quero considerar a importância das nutricionistas no Conselho de Alimentação Escolar, porque são elas que orientam toda a composição da alimentação: o cardápio e tudo mais.

Então, o parâmetro é o cardápio produzido pela nutricionista, porque ela tem o conhecimento técnico do que é necessário para se ter uma alimentação saudável. Esse é um dos parâmetros. O outro é, no mínimo, os 30% da agricultura familiar, porque aí eu já entro em uma outra questão, que é a superação dos agrotóxicos. Olha, se você compra em uma chamada pública, é diferente de você comprar por licitação, porque a chamada pública você conhece, você pode induzir.

Eu acho muito importante, inclusive, que o próprio conselho assuma uma das tarefas de induzir no seu estado e município a organização dos agricultores através de associações. Nós consideramos as associações e as cooperativas, por isso temos 187 cooperativas e associações, por exemplo, no Paraná, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fornecem nos quatro cantos do Estado do Paraná. É servido... chega toda semana, segunda e terça-feira, está chegando alimento saudável, rastreável, inclusive, porque são agricultores ligados à agricultura familiar, alguns deles em cooperativas independentes, outros em cooperativas organizadas nas Unicafes e outros são da reforma agrária.

Então, é perfeitamente você ter o controle da alimentação que chega nas escolas. Frutas, verduras, enfim, além de arroz, feijão e de outras, até ovos. Os produtores já estão produzindo e entregando nas escolas semanalmente.

Então, é muito importante para superar os agrotóxicos você avançar na organização dos agricultores junto a associações ou cooperativas, e as prefeituras ajudam os agricultores a se organizarem, inclusive, em associações. Então, é muito importante isso.

As instalações. Quando eu trouxe alguns parâmetros para dizer de quanto é o investimento... Olha, para você trabalhar com alimento *in natura*, por exemplo, como carnes, se você quiser fugir dos enlatados – e eu acho que tem que fugir. Nós aqui não aceitamos enlatados de jeito nenhum –, o próprio estado já se organizou estruturalmente nas escolas com grandes freezers. Então, que compre a carne *in natura*, não tem porque comprar enlatados: carne, filé de peixe e outros comprem *in natura*.

Então, é muito importante que o estado e o município, para chegar a uma alimentação saudável e cumprir os dispositivos legais, precisam investir, inclusive, em infraestrutura. Essa para mim é uma responsabilidade que não é do Pnae, mas é do gestor, porque o Pnae só pode comprar alimento, não pode investir na infraestrutura.

Estudar a capacidade dos estados e dos municípios eu acho bastante importante. Agora, a gente percebe, com algumas informações que a gente tem, que às vezes não é só a capacidade financeira do estado e do município, mas também é a falta de comprometimento, do entendimento, às vezes, da importância que tem a política de alimentação escolar. Senão, você prioriza... Se você considera essa uma política importante, você canaliza recurso para esta política.

Se há no município uma dependência somente do Pnae, eu diria claramente que um Conselho de Alimentação Escolar num município como esse rapidamente aplicaria já o dispositivo da própria Constituição Federal, o próprio art. 17, que eu citei aqui, e rapidamente um gestor como esse estaria respondendo mesmo ao Ministério Público, porque cabe ao Ministério Público acompanhar o desenvolvimento da alimentação escolar no estado e no município, já lembrando que a responsabilidade da alimentação escolar é do ente federado, o Pnae entra como par suplementar.

Então, para concluir a minha fala, lembrando, Profa. Dorinha e mais quem for pensar a política de valorização da alimentação escolar, da profissionalização das merendeiras, independente da forma de contrato. Nós precisaríamos ter gente... porque a rotatividade é ruim. Você está com uma pessoa que desenvolveu habilidade na alimentação escolar e daqui a pouco ela consegue um outro emprego, sai e aí

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entra outra pessoa. Então, a rotatividade das merendeiras é extremamente prejudicial, além da necessidade de se contratarem nutricionistas para orientarem as técnicas, que estariam nas escolas preparando alimentação escolar. Não basta colocar só alimentos saudáveis, é preciso colocar também pessoas qualificadas na escola para poder ter uma boa alimentação.

Agradeço aos Senadores que estão presentes. Estaremos sempre à disposição, enquanto CNTE, para nós avançarmos um pouco, o quanto for possível nessa política de valorização da alimentação escolar, como condição para a valorização da educação inclusive.

É isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, José Valdivino.

Antes de encerrar, eu passo para a Dorinha.

Dorinha, quer fazer mais algum comentário?

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Não, Presidente, é só para agradecer.

Acho que quando falei, eu deixei clara essa questão da universalidade, porque tanto a alimentação quanto programa de livro didático têm esse caráter universal, que é muito importante para o atendimento.

É só para colocar essa disponibilidade e aguardar para essa próxima semana o envio de quem quiser fazer alguma contribuição, porque eu quero levar para apresentar para voto logo na semana seguinte.

Também foi colocada a questão do contato, para um diálogo depois com a Luciana. Sem problema. A gente está à disposição, Luciana, do FNDE, para esse diálogo. Logicamente em algumas mudanças no texto ou nessa questão de *per capita* eles vão esbarrar... E a questão financeira vai ser discutida na CAE, não na Comissão de Educação.

Muito obrigada pelas contribuições.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Professora Dorinha,

Bem, nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente audiência.

(*Iniciada às 14 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 14 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 33ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas do dia treze de junho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Carlos Viana, Ivete da Silveira, Alessandro Vieira, Leila Barros, Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão, Daniella Ribeiro, Sérgio Petecão, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Gomes, Damares Alves e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Marcos do Val e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Izalci Lucas, Vanderlan Cardoso, Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta, Romário e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 31ª e da 32ª reuniões, que são aprovadas. O presidente comunica a publicação da Resolução n• 14, de 2023, que altera a denominação e as competências da Comissão; comunica o calendário anual do Fórum Nacional de Educação; e comunica que se encontram disponíveis no Portal da Comissão sumários das reuniões das Audiências Públicas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei do Senado n° 211, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a obrigatoriedade, por parte dos sistemas de ensino, da oferta de educação especial para o trabalho para pessoas com deficiência sob a forma de cursos com carga horária mínima de quinhentas horas de aulas e com número de vagas proporcional à população de pessoas com deficiência em idade economicamente ativa residente na região abrangida pelo sistema de ensino." **Autoria:** Senador Romário (PSB/RJ). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Discussão em turno suplementar do substitutivo ao PLS 211/2017, aprovado na Comissão em 06/06/2023. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2666, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera o art. 133-A do Decreto-Lei n° 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal); e o art. 62 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), para prever a utilização de equipamentos informáticos, celulares ou similares apreendidos pelos órgãos e entidades da educação básica obrigatória e da educação infantil." **Autoria:** Senadora Simone Tebet (MDB/MS). **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1-CSP, com uma emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório, o Projeto de Lei é retirado de pauta. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3215, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o direito à isenção do pagamento da taxa de inscrição no Exame Nacional do Ensino Médio." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1706, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre normas gerais para concessão do Passe Livre Estudantil." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, favorável ao Projeto. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 5649, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, para proporcionar acesso a bolsas de pesquisa, desenvolvimento, inovação e intercâmbio a alunos, docentes, ocupantes de cargo público efetivo, detentores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de função ou emprego público e pesquisadores externos ou de empresas efetivamente envolvidos nessas atividades." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CE. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 4308, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências, para dispor sobre financiamento para cursos de mestrado e de doutorado." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Aprovado o relatório, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CE. **ITEM 7 - Projeto de Lei Complementar n° 199, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para proibir a limitação de despesas orçamentárias com bolsas e auxílios em instituições de ensino superior." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (MDB/PA). **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 635, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, para incluir o desporto entre as atividades passíveis de serem realizadas pelas entidades qualificadas como organização social." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 2209, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta a Estratégia 8.7 à Meta 8 do Anexo da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, referente ao Plano Nacional de Educação, para promover os direitos educacionais dos brasileiros residentes no exterior." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, favorável ao Projeto. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 2375, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei 13.369, de 12 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a garantia do exercício da profissão de designer de interiores e ambientes e dá outras providências." **Autoria:** Senadora Margareth Buzetti (PP/MT). **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 477, de 2023 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Oscar Ribeiro de Almeida Niemeyer Soares Filho no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senadora Jussara Lima. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Projeto de Resolução do Senado n° 31, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Cria a Frente Parlamentar em Favor da Educação Profissional e Tecnológica." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (*Ad hoc*), substituiu Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, favorável ao Projeto. **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 2899, de 2022 - Terminativo -** que: "Confere ao município de Maria da Fé, no estado de Minas Gerais, o título de Capital Nacional do Azeite Extra Virgem." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PL/MG). **Relatoria:** Senador Paulo Paim (*Ad hoc*), substituiu Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/06/13

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação e Cultura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Nós temos alguns comunicados.

O primeiro deles é importante em termos de reestruturação das Comissões. Comunico que foi promulgada no dia de ontem, 12 de junho de 2023, a Resolução nº 14, de 2023, que altera o Regimento Interno do Senado Federal e a Resolução nº 3, de 2009, para criar a Comissão de Comunicação e Direito Digital e a Comissão de Esporte, transformar a Comissão Senado do Futuro em Comissão de Defesa da Democracia e redefinir as competências e a denominação da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que é a nossa Comissão. Desta forma, esta Comissão passa a se chamar Comissão de Educação e Cultura. As matérias relativas à temática esporte serão tratadas pela Comissão de Esporte. Então é uma mudança, assim, importante, já conhecida nossa desde o início da atual Legislatura. E é importante também para que a área do esporte também tenha o destaque bem específico para a área.

Também, número dois, informo que se encontra – e isso é muito importante – disponível no portal da Comissão o calendário anual de reuniões do Fórum Nacional de Educação. A Senadora Teresa Leitão é a representante da nossa Comissão no Fórum Nacional de Educação. São finalidades do fórum: primeira, coordenar as conferências nacionais de educação e acompanhar e avaliar a implementação de suas deliberações; dois, acompanhar a execução do Plano Nacional de Educação (PNE) e o cumprimento de suas metas; e, três, promover as articulações necessárias entre os correspondentes fóruns permanentes de educação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Por fim, também muito importante – já destaquei isto em outras reuniões desta Comissão –, comunico que se encontram disponíveis no portal da Comissão, e foram enviados por *e-mail* aos gabinetes dos membros da Comissão de Educação e Cultura, os sumários relativos às seguintes reuniões: ciclo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

audiências públicas sobre a violência nas escolas, Requerimento 32, de 2023; ciclo de audiências referentes à instrução do PL 88, de 2023, responsabilidade educacional, Requerimentos 49 e 52, de 2023; ciclo de audiências sobre o novo Plano Nacional de Educação, Requerimento 21/2023; e audiência pública realizada na última quarta-feira, dia 7 de junho, para instruir o PL 1.751/2023, Programa Nacional de Alimentação Escolar, Requerimento 57/2023.

Eu quero destacar que é, como já foi dito, muito difícil para os Senadores e Senadoras acompanharem todas as audiências públicas que são realizadas. Basta dizer que estamos na 33ª Reunião desta Comissão, e os Senadores e Senadoras, todos participamos de outras Comissões, de outras audiências públicas, e esse é o objetivo do resumo, do sumário da audiência. A pessoa, assim, em dois minutos lê o sumário. Se houver pontos de interesse, as notas taquigráficas, os vídeos, as exposições também estão disponíveis. Não só para o Senado, está disponível esse material no portal da Comissão. Aliás, um belo trabalho da Secretaria aqui também, que está, assim, se esmerando para que esta Comissão execute bem as suas finalidades. Mas para o público em geral, para todas as pessoas que queiram acompanhar as audiências, as sínteses, o material está disponível no portal da nossa Comissão.

Muito bem.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos e relatórios apresentados na Comissão.

Informo que os itens da pauta que tratam de matérias relativas a assuntos honoríficos e exigem quórum de maioria absoluta para sua aprovação serão votados nominalmente em bloco, com abertura do painel eletrônico. Se não houver discordância no Plenário, votaremos sempre em bloco os demais itens que exigem votação nominal.

Os Senadores e Senadoras, lembrando, poderão votar por meio do aplicativo Senado Digital, desde que tenham registrado presença pessoalmente no Senado.

Antes de passar a palavra ao Senador Nelsinho Trad, iniciando os nossos trabalhos, também submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 31ª e da 32ª Reuniões, realizadas nos dias 6 e 7 de junho.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Estamos aprovando agora porque já temos o quórum também para aprovação das atas.

Senador Nelsinho Trad, é uma honra sempre tê-lo em qualquer Comissão, mas particularmente nessa. É o Relator do item 2 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 2666, DE 2021

- Terminativo -

Altera o art. 133-A do Decreto-Lei n° 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal); e o art. 62 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), para prever a utilização de equipamentos informáticos, celulares ou similares apreendidos pelos órgãos e entidades da educação básica obrigatória e da educação infantil.

Autoria: Senadora Simone Tebet

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1-CSP, com uma emenda de redação que apresenta

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Segurança Pública, com parecer favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CSP.

2. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Com a palavra, então, Senador Nelsinho Trad, para a leitura do relatório.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. Como Relator.) – Sr. Presidente, demais colegas aqui presentes na reunião, vem a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para decisão terminativa, o Projeto de Lei nº 2.666, de 2021, da ex-Senadora Simone Tebet.

A proposição altera o art. 133-A do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e o art. 62 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), para prever a utilização pelas redes públicas de educação básica de equipamentos informáticos, celulares ou similares apreendidos.

Nesse sentido, determina que a autorização de uso será dada pelo juiz, a quem deverão ser encaminhadas informações periódicas sobre o estado de conservação dos bens, ensejando a indenização dos proprietários no caso de depreciação.

A matéria foi distribuída à Comissão de Segurança Pública, onde recebeu parecer favorável com uma emenda, da lavra do nobre Senador Rogério Carvalho, e a esta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A referida emenda estabelece que só haverá obrigação de indenização se julgada extinta a punibilidade ou absolvido o réu, por sentença transitada em julgado.

É o relatório.

Passo à análise.

Tendo em vista que a matéria está sujeita ao exame em caráter terminativo por esta Comissão, cabe-nos analisar também a constitucionalidade, a juridicidade, a regimentalidade e a técnica legislativa do projeto.

O conteúdo da proposição enquadra-se na competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre educação e ensino, conforme o inciso IX do art. 24 da Constituição Federal. Está, também, de acordo com os preceitos da Carta Magna relativos às atribuições do Congresso Nacional (art. 48) e à legitimidade da iniciativa legislativa dos Parlamentares (art. 61).

Ademais, não apresenta óbices de natureza legal ou regimental. Está, ainda, conforme a boa técnica legislativa.

No mérito, o projeto mostra-se oportuno, conveniente e relevante.

De fato, as dificuldades enfrentadas para oferecer ensino remoto durante a pandemia apenas evidenciaram uma realidade já amplamente conhecida: nossas escolas públicas, Sr. Presidente Senador Flávio Arns, apresentam grandes deficiências de infraestrutura e insumos, especialmente no que tange a equipamentos de informática e de telecomunicações.

Nesse sentido, assegurar a prioridade para as redes pública de educação básica para utilização desse tipo de equipamento nos casos em que esses materiais forem colocados sob medidas assecuratórias dos órgãos de segurança pública é decisão acertada que pode contribuir para a melhoria das condições de ensino em nossas escolas.

Trata-se, portanto, de uma iniciativa louvável, cujos benefícios sociais têm potencial de superar os pequenos custos envolvidos.

A emenda aprovada na Comissão de Segurança Pública, que consideramos adequada, aperfeiçoa a proposição ao deixar explícito que apenas caberá indenização ao detentor ou proprietário do bem nos casos de extinção da punibilidade ou absolvição do réu por sentença transitada em julgado.

Da nossa parte, sugerimos emenda de redação de forma a substituir a expressão "rede pública da educação infantil e da educação obrigatória" pela expressão "rede pública de educação básica", uma vez que a educação infantil é parte da educação básica.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em função do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da nobre ex-Senadora e atual Ministra Simone Tebet 2.666, de 2021, com a Emenda nº 1, da Comissão de Segurança Pública, do nobre Senador Rogério Carvalho.

É a seguinte a emenda de redação:

> Substitua-se, onde houver, no Projeto de Lei nº 2.666, de 2021, a expressão "rede pública da educação infantil e da educação básica obrigatória" pela expressão "rede pública de educação básica".

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está em discussão a matéria.

Eu queria perguntar a V. Exa... porque, de fato, é uma iniciativa muito importante e, quando Secretário de Educação do Paraná, nós solicitávamos sempre para a Receita Federal equipamentos, computadores, *tablets*, celulares e tal, para o sistema estadual e também as prefeituras sempre solicitavam para os municípios, depois do devido ao processo legal também, para ver se esses equipamentos poderiam ser doados.

Sempre para a prefeitura ou para o Estado esses equipamentos, na verdade, são doados, e, quando tem um celular, ficar enviando, todo ano, para o juiz correspondente um relatório eu acho que fica um pouco difícil também. E na hora em que esse equipamento não estiver mais servindo aos seus propósitos se teria que novamente mandar para o juiz com essa finalidade.

Não seria possível talvez desburocratizar um pouco? Eu não lembro que a gente tivesse de mandar para o juiz. A gente sempre enviava um relatório para a própria Receita. A Receita fazia a doação, a gente fazia o relatório para dizer para quem que... como o equipamento estava sendo usado, para quem havia sido destinado, porque equipamentos dessa natureza não podem ser destinados, de acordo com o regramento existente, para entidades sem fins lucrativos, mas podem ser doados para a administração pública municipal, estadual, especificamente.

Então, eu penso, assim, se não haveria, da parte de V. Exa., como Relator, a retirada só dessa obrigação de enviar o relatório para o juiz periodicamente e tal. Quer dizer, fica algo com a Receita Federal mesmo.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. Como Relator.) – Presidente Flávio Arns, esse relatório foi construído junto com a assessoria técnica do Senado Federal, que nos informou que seria esse o primeiro passo para a gente poder vencer as obrigações legais no que tange à apropriação desses aparelhos via escola, através da Receita Federal e dos órgãos afins.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu penso o seguinte: essa medida que V. Exa. propôs é saudável, é salutar, mas eu tenho apenas uma preocupação na questão legal, no sentido de se isso pode dar algum empecilho.

O que a gente pode fazer aqui de compromisso? Aprovando dessa forma, nós iríamos ver como ela seria aplicada, e, caso a gente observe que venha a ter alguma dificuldade burocrática nesse sentido, a gente faria um outro projeto para poder tirar essa expressão. O que V. Exa. acha?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não, eu penso que, se V. Exa. concordar, como Relator, poderia haver também o compromisso nosso de, por exemplo, retirar de pauta e voltar para a pauta...

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Com essa discussão já devidamente esclarecida.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Já bem definida, porque eu me baseio naquilo que nós realizamos, e nunca houve, que eu saiba, qualquer impedimento legal.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Assiste razão a V. Exa. e concordo com isso. Eu também fui do Executivo, fui Prefeito por oito anos. Tudo que vem para burocratizar não funciona direito.

Se der para a gente simplificar isso aqui... Porque o mérito é muito louvável, é muito positivo. Hoje em dia, não se faz mais escola sem equipamentos de informática, sem celular, sem estar inserido na conectividade digital. Então, assiste razão a V. Exa.

A gente suspende a tramitação hoje, vamos fazer essa análise e, quando estiver pronto, a gente volta a colocar se pode ou não pode desburocratizar essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu só quero destacar que conectividade é uma das prioridades, que, inclusive, está descrita no relatório da Subcomissão Educação na Pandemia. Então, é essencial.

E os equipamentos apreendidos pela Receita Federal que possam ser destinados para essa finalidade são muito importantes. Isso, por exemplo, no Estado do Paraná fez uma diferença significativa anos atrás.

A única questão é... Tanto quanto eu me lembre, só para destacar, como Secretário de Educação, nós tínhamos que, como administração pública estadual, requerer da Receita Federal, explicar para o que seria destinado, ser destinado para aquilo que havia sido proposto, mandar o relatório para a Receita e acabou, sem a necessidade de uma interferência do Judiciário, porque o processo em si já está... É uma propriedade, não é? Mas vamos estudar bem.

V. Exa. está concordando, então?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está retirado de pauta.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Concordo e já determino à assessoria que verifique se essa alteração é pertinente, se ela não vai estragar o mérito principal do projeto, que é muito louvável.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É extremamente importante.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – E saúdo, inclusive, a autora do projeto, Ministra Simone Tebet, ex-Senadora também.

Muito bem. Obrigado, Senador Nelsinho Trad.

Passamos, em seguida, para o item 9 da pauta, caro Senador Esperidião Amin.

Quero saudar também a Senadora Teresa Leitão, aqui presente, Presidente da Subcomissão que está tratando do ensino médio.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 2209, DE 2022

- Não terminativo -

Acrescenta a Estratégia 8.7 à Meta 8 do Anexo da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, referente ao Plano Nacional de Educação, para promover os direitos educacionais dos brasileiros residentes no exterior.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação

Observações: *1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com parecer favorável ao projeto.*

Iniciativa da Deputada Federal Professora Dorinha Seabra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, caro Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Com grande alegria, Presidente, queria apenas justificar. Hoje nós temos várias Comissões, aliás, um grupo de três Comissões participando de sessões muito importantes: sobre o assunto relacionado ao projeto de decreto legislativo que susta o decreto referente ao marco legal do saneamento; temos a CPMI, que eu integro; e temos esta Comissão, que permanentemente é a mais importante. Por isso, eu agradeço pela oportunidade de fazer aqui, rapidamente, a leitura do parecer, que eu já havia disponibilizado e que, como V. Exa. resumiu, acrescenta uma estratégia ao Plano Nacional de Educação relativo aos anos 2014-2024, ou seja, esta meta faz parte de um projeto que teve início em 2014 e que deve ser renovado. Por isso, ela tem dupla utilidade. Esta meta, uma vez incorporada ao plano atual, além de produzir os seus efeitos imediatamente, servirá como referência para a próxima edição decenal. Está certo decenal? Estávamos mais acostumados, na história, ao plano quinquenal – eram mais famosos.

Então, Sr. Presidente, a matéria é revestida de muita importância para o momento atual e para o futuro.

Eu particularizo, da análise que apresentei, que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores e com representações diplomáticas do Brasil pelo mundo afora, já aplica o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos no exterior. O exame permite a certificação do ensino fundamental e do ensino médio para aqueles com mais de 15 e 18 anos de idade, respectivamente.

Por sua vez, o Plano Nacional de Educação 2014-2024, como mencionei, instituído pela Lei 13.005, de 25 de junho de 2014 – que eu tive o privilégio de votar e creio que V. Exa. também –, é o instrumento de planejamento educacional que estabelece as metas e estratégias para assegurar as políticas públicas na área da educação. Sua Meta 8 trata da ampliação da escolaridade média da população de jovens e adultos com idade entre 18 e 29 anos.

Nesse sentido, consideramos pertinente a inclusão no PNE de estratégia que trata do direito à educação dos brasileiros residentes no exterior, notadamente tendo em vista que atualmente a certificação por meio do já mencionado Encceja Exterior é feita com fundamento em normas infralegais. Com efeito, este PL visa estabelecer o referido Encceja Exterior como um comando normativo no PNE, ou seja, passa a ser parte orgânica do Plano Nacional de Educação, de modo a regulamentar em bases permanentes a realização do exame – e, como já mencionei, serve como referência para o Plano Nacional de Educação a vigorar a partir de 2025. Além disso, a promoção de estudos e pesquisas a esse respeito propiciará o levantamento de dados capazes de orientar políticas públicas destinadas a promover o direito à educação de cidadãos brasileiros residentes em outros países.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por esses motivos, ainda que o PNE em vigência esteja a pouco mais de um ano do seu encerramento, consideramos positiva a alteração proposta, especialmente tendo em vista que o texto, que passará a ser atual, certamente pelo menos de base servirá para a construção do próximo plano – ou seja, é a importância atual e a sua provável importância futura.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação deste projeto, apresentado pela sempre lutadora na causa de educação – como V. Exa. é –, a então Deputada Professora Dorinha Seabra e agora nossa colega Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Eu só quero, Senador Esperidião Amin, de minha parte, também dizer que nós já estamos... Inclusive, na segunda-feira, teremos a quinta audiência pública sobre o novo Plano Nacional de Educação. Então, as audiências estão avançando. O Executivo deve enviar ao Congresso – já devia ter enviado, mas, não por culpa do atual Governo, e também com todas essas questões que aconteceram – no segundo semestre a proposta do novo plano nacional. Então, nós estamos nos antecipando nesse debate.

E, pelas razões que V. Exa. colocou, se alguém perguntar: "Mas estamos no final do Plano 2014-2024?". Não; é importante destacar que isso é importante, está sendo acrescentado e será um subsídio para a proposta do novo Plano Nacional de Educação.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não, Senadora Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Só aproveitando o ensejo do assunto do Plano Nacional de Educação, na condição de representante do Senado no Fórum Nacional de Educação, eu quero me agregar às preocupações de V. Exa. e dizer que o debate lá também está sendo feito. Estão sendo ouvidas todas as instituições que compõem o fórum com este objetivo de fechar o debate concomitantemente às nossas audiências públicas aqui também para que o plano, o novo plano chegue aqui, à Casa, nesta Legislatura. Eu acho que teremos oportunidade de fazer um debate bastante robusto, com muita consistência, porque as escutas estão sendo muito ricas tanto aqui quanto no fórum.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Exatamente. Isso é muito importante. Inclusive, na reunião passada, destacamos que o Fórum Nacional de Educação – vamos dizer, o conjunto da sociedade lá representada na área da educação – coordenou a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conferência Nacional de Educação realizada no ano passado ainda sob os efeitos, os resquícios da pandemia, justamente tendo por objetivo o Plano Nacional de Educação. Inclusive, esse material foi enviado para todos os conselhos municipais, estaduais, secretarias municipais, entidades de ensino superior também. Muito bom.

Obrigado, Senador Esperidião Amin, pelo relatório.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Passo, em seguida, ao item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 1706, DE 2019

- Não terminativo -

Dispõe sobre normas gerais para concessão do Passe Livre Estudantil.

Autoria: Senador Izalci Lucas

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

2. A matéria constou da pauta da reunião do dia 22/06/2022.

Com a palavra, a Senadora Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A finalidade do Projeto de Lei 1.706, de 2019, de autoria do Senador Izalci Lucas, é estabelecer normas gerais para a concessão do Passe Livre Estudantil. O projeto, nos termos do art. 1º, garante transporte rodoviário e semiurbano, no trajeto entre as respectivas residências e o local de aulas, aos estudantes matriculados em instituições regulares de ensino.

No art. 2º do projeto, a gratuidade do serviço é assegurada aos estudantes que comprovem frequência escolar regular, e a tarifa será integralmente subsidiada no sistema estadual, municipal e distrital de transporte a ser regulamentado, na forma do art. 4º, pelo Poder Executivo da respectiva esfera administrativa.

Já na análise, Sr. Presidente, eu destaco que, em relação aos aspectos educacionais, que é o mérito que nos compete, considerando que as questões de viabilidade econômico-financeira serão, como disse V. Exa., oportunamente abordadas pela CAE, aqui nesta Comissão não podemos deixar de enfatizar o mérito do projeto, ressaltando, especialmente, sua articulação com o dever do Estado insculpido no art. 208, inciso VII, da Constituição Federal. Portanto, ele vai na linha de determinar a garantia de atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, alimentação, assistência à saúde e transporte.

Portanto, o nosso parecer destaca o mérito importante desse projeto, inclusive relacionando com o recente episódio da pandemia – citamos isto no relatório –, em que a evasão escolar e o abandono escolar muito se agravaram, e destacando também que, mais do que um meio de apoio ao exercício do direito à educação, o transporte escolar tem sido referido como um dos itens de gastos a ser considerado na formulação do Custo Aluno Qualidade, conforme Estratégia 20.7 do Plano Nacional de Educação, o projeto está com condições de ser aprovado.

Nosso voto, portanto, é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bom, Senadora Teresa Leitão! Um belo relatório, e justificando também a posição da Comissão de Educação e, depois, o debate que vai acontecer na outra Comissão. A natureza do projeto não é terminativa aqui nesta Comissão.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Então, está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria, como já destacado, será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos, que, inclusive, está recebendo ministros no dia de hoje – acho que dois ministros, não é? Então, há uma necessidade da presença de Senadores e Senadoras também naquela Comissão.

Muito bem, passamos ao item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 5649, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, para proporcionar acesso a bolsas de pesquisa, desenvolvimento, inovação e intercâmbio a alunos, docentes, ocupantes de cargo público efetivo, detentores de função ou emprego público e pesquisadores externos ou de empresas efetivamente envolvidos nessas atividades.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação

Observações: *1. Em 12/06/2023, foi apresentada a emenda n° 1, de autoria da Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO).*

A iniciativa foi da então Deputada Federal Professora Dorinha Seabra.

Quero só, antes de passar a palavra a V. Exa., Senadora Teresa Leitão, saudar a Senadora Jussara Lima, aqui presente – que bom, sempre firme e animada, não é? – e o Senador Paulo Paim, nosso grande Senador, amigo e Presidente da CDH (Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa).

Com a palavra, então, a Senadora Teresa Leitão para a leitura do relatório.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

A iniciativa deste projeto de lei visa a propiciar o acesso a bolsas de pesquisa, desenvolvimento, inovação e intercâmbio não só a alunos, docentes e pesquisadores externos ou de empresas efetivamente envolvidas nessas atividades, como já existe, mas também a ocupantes de cargo público efetivo, detentores de função ou emprego público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa modificação, nos termos do referido projeto de lei, será efetivada por meio de alteração no §6º do art. 5º da mencionada norma.

Creio que a Senadora, então Deputada, Dorinha Seabra dá com esse projeto, Sr. Presidente, uma visão de integralidade dos servidores da educação, dos educadores, dos profissionais de educação, independentemente de onde eles estejam exercendo a sua função.

Em relação à constitucionalidade, o projeto de lei cuida de assunto de competência legislativa da União, estando, portanto perfeito, sem infringir qualquer dispositivo.

No mérito, nós concordamos com a nobre autora que é necessário fazer justiça aos ocupantes de cargo público, detentores de funções ou emprego público, que geralmente são representados pelos cargos de servidores técnicos administrativos em educação. Não nos parece coerente impedir que tais pessoas recebam, notadamente nos institutos federais de ensino, bolsas de pesquisa, desenvolvimento, inovação e intercâmbio, tal como já ocorre com as categorias docente, discente e até dos pesquisadores externos ou ligados a empresas. Muitas vezes, dentro das instituições, esse grupo de trabalhadores assessora em projetos de ensino, pesquisa e extensão, motivo pelo qual realmente nos parece injusto que não estejam contemplados.

A emenda apresentada, no dia de ontem, pela Senadora Dorinha, eu acho que também coerentemente, insere um parágrafo ampliando também as atribuições previstas*:* "Insere-se nas atribuições previstas no inciso II do *caput* a coordenação de projetos de pesquisa e extensão, cabendo a percepção de bolsas de pesquisa e extensão, pagas diretamente pelas IFEs, por agência oficial de fomento, por fundação de apoio devidamente credenciada por IFE ou por organismo internacional amparado por ato, tratado ou convenção internacional".

Então, altera a lei, além da concessão das bolsas, também as atribuições. Eu acho que isso sana uma lacuna interpretativa e defende qualquer injustiça até então praticada junto aos técnicos administrativos.

Dito isso, Presidente, o parecer é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Está...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Como? Desculpe.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Com a emenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Com a emenda. Aprovação com a emenda apresentada pela agora Senadora Professora Dorinha Seabra.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado pela Senadora Teresa Leitão.

A Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável, ao projeto, com a Emenda nº 1, da Comissão de Educação, de autoria da Senadora Professora Dorinha Seabra.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Obrigado.

O item 11 da pauta.

ITEM 11

PROJETO DE LEI N° 477, DE 2023

- Terminativo -

Inscreve o nome de Oscar Ribeiro de Almeida Niemeyer Soares Filho no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senadora Jussara Lima

Relatório: Pela aprovação

Observações: *1. A matéria constou da pauta da reunião do dia 06/06/2023.*

Então, conceda a palavra a V. Exa., Senadora Jussara Lima, para a leitura do relatório.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Como Relatora.) – Bom dia, Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores.

Foi com imensa alegria que recebi a tarefa de relatar o Projeto de Lei nº 477, de 2023, do Senador Paulo Paim, que "inscreve o nome de Oscar Ribeiro de Almeida Niemeyer Soares Filho no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Considerado uma das maiores referências da arquitetura moderna, Oscar Niemeyer nasceu em 1907 no Rio de Janeiro e, em 1934, recebeu o diploma de engenheiro arquiteto. Em 1956, ele foi convidado pelo Presidente Juscelino Kubitschek para projetar a nova capital federal.

Em Brasília, o arquiteto executou importantes projetos, como o Palácio da Alvorada, o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal. Seu trabalho e amor a Brasília, cidade que hoje é minha segunda casa, nos comove e representa.

Peço, então, a dispensa da leitura do relatório e passo à leitura da análise e do voto.

Análise.

Não foram observados na proposição vícios relacionados à constitucionalidade da matéria, tampouco identificamos falha de natureza regimental.

Não vislumbramos, ademais, vícios de injuridicidade.

No que diz respeito ao mérito, reconhecemos a importância ímpar do projeto.

Oscar Ribeiro de Almeida Niemeyer Soares Filho, "o arquiteto do século" ou "o poeta do concreto", foi um gênio por aplicar, às suas construções, curvas antes impensáveis em concreto armado.

Com 80 anos de carreira e mais de 500 obras em diversos países, Niemeyer deu ao Brasil projeção mundial que o país não tinha no campo da arquitetura e ajudou a construir a história moderna da nação.

Pelo tempo em que atuou, pela obra que deixou e pela influência que exerceu em sua arte, Niemeyer foi o nome brasileiro do século.

Não há dúvida, pois, que a homenagem ora proposta é justa e meritória, e inscrever o nome desse ícone no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria é um ato nobre de reconhecimento de sua importância.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 477, de 2023.

Assim é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senadora Jussara Lima. É o projeto que inscreve o nome de – lendo o nome completo, não é? – Oscar Ribeiro de Almeida Niemeyer Soares Filho, o Oscar Niemeyer, no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, de autoria do Senador Paulo Paim, a quem eu passo a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Presidente Flávio Arns, de forma muito rápida, mediante o brilhante relatório da nobre Senadora Jussara

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lima, que confundiu leitura com emoção. E eu gosto disso, então me sinto totalmente contemplado. De fato, Niemeyer virou um símbolo internacional de modernidade, arquitetura, cultura.

Ele, em 1929, começou o curso dele na Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro, cidade de que ele é filho, não é? Muito bem colocado aqui pela Senadora Jussara Lima. Antes de se formar, passa a trabalhar no escritório de Lúcio Costa, seu professor, um dos principais propagadores do Brasil num conceito de uma arquitetura internacional.

A primeira criação, com uma marca verdadeiramente autoral do Oscar Niemeyer, é o conjunto arquitetônico da Pampulha – Juscelino Kubitschek, então Prefeito de Belo Horizonte. O passo seguinte da parceira de JK e Oscar assombrou o mundo, que vê nascer, no Planalto Central, uma cidade modernista: a nossa capital federal.

O risco de Niemeyer foi traçado no concreto do Congresso Nacional, da Catedral, do Palácio da Alvorada, do Planalto, do Itamaraty, entre inúmeras outras criações notáveis, respeitadas perante o mundo. Além da beleza para o dia do cidadão, ao mesmo tempo apresenta soluções originais para atender a população.

O reconhecimento internacional de Niemeyer foi em uma exposição no Museu de Arte Moderna de Nova York sobre a nova arquitetura brasileira, em 1943. Ele também foi da equipe responsável pelo projeto para o edifício sede da ONU, na mesma cidade.

Com a instalação da ditadura militar, em 1964, Niemeyer, militante comunista, teve seu escritório saqueado e a sede da revista que dirigia, *Módulo*, destruída.

Logo após o transcurso dos dez anos de sua morte, assistimos, no dia 8 de janeiro de 2023, a uma agressão inédita, inimaginável a um dos mais importantes criadores da arte moderna. O ataque foi a Niemeyer. Como todos sabemos, foram, então, invadidos os Palácios do Congresso Nacional, do Planalto e do Supremo Tribunal Federal, tendo sido depredada parte considerável dos seus interiores, em um claro e explícito ataque à democracia e às suas instituições.

Fiz questão de ler porque, Presidente, eu já estou há quase 40 anos aqui em Brasília e convivi com esta cidade. Uma cidade linda, uma cidade onde a natureza explode com o vigor da vida, do número de árvores, matas e parques, mas, claro, nós encontramos muito problema também nas cidades satélites – não deixo de falar para registrar isso no aspecto também social. Mas é inegável que Brasília é uma obra a qual o mundo tem que respeitar, baseada na arquitetura de Niemeyer.

Era isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Continua em discussão.

Só quero, da minha parte também, concordar plenamente com a autoria do projeto, com o relatório apresentado. Lembro também que Brasília, além de ser capital do Brasil, sede do Governo, Distrito Federal, Congresso, Executivo, é um patrimônio da humanidade, um patrimônio do povo brasileiro. E a gente também tem que pensar sob a outra ótica: Brasília gera emprego, gera renda, gera divisas para o país, porque as pessoas vêm para Brasília para visitar. Então Oscar Niemeyer fez algo, realizou uma obra que vai perdurar pelos séculos, pelos séculos, porque as pessoas sempre virão. Quantas pessoas que vêm a Brasília falam: "Vamos lá conhecer a Praça dos Três Poderes, Catedral, a biblioteca, o teatro?", e assim por diante?

Eu lembro inclusive Curitiba, em que nós tínhamos um centro administrativo, assim, com muitos problemas. O então Governador Jaime Lerner, que também era um arquiteto reconhecido e continua sendo, apesar de ter falecido, no mundo inteiro, convidou Oscar Niemeyer para transformar aquele centro num museu. E Oscar Niemeyer então teve a ideia extraordinária de ter lá o olho, o Museu do Olho. Eu digo: meu Deus, como é que uma pessoa pode pensar assim e inventar, criar algo tão extraordinário? E as pessoas vão a Curitiba por inúmeras razões, mas entre elas para visitar o Museu do Olho, suas exposições, o museu belíssimo – é o olho no topo, olhando, pensando, chamando as pessoas. E isso gera emprego, gera renda, gera iniciativas, é a economia que se desenvolve. Então, do ponto de vista arquitetônico, de reconhecimento... E a gente fala tanto em geração de emprego e renda, e aí Oscar Niemeyer, anos depois de ter falecido, com toda a sua obra espalhada pelo Brasil. Lá, quando foi mencionada a Pampulha, também, quando a gente pensa em Belo Horizonte, pensa em Niemeyer.

E devemos ir fazendo as adequações necessárias. Por exemplo, aqui, uma das grandes obras do Senado foi fazer agora a acessibilidade para a Mesa Diretora do Plenário nosso. A Senadora Mara Gabrilli, por exemplo, pode chegar à Mesa Diretora do Senado, presidir uma reunião ou participar da reunião na Mesa Diretora sem a necessidade de alguém empurrar a sua cadeira. Ela chega sozinha. Isso é uma questão importante, assim, a ser destacada na obra aqui. Inclusive, nas Comissões, a gente tem que trabalhar para isso.

Mas o mérito, sem dúvida alguma, da inserção no livro – vou ler de novo o nome completo – de Oscar Ribeiro de Almeida Niemeyer Soares Filho no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria...

Senadora Teresa Leitão, com a palavra.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) – Presidente, Senadora Jussara, Senador Paim, lá no Recife nós também temos uma obra de Niemeyer. Foi bem polêmica, mas hoje ninguém se lembra mais da polêmica. A obra conquistou a cidade.

Foi na gestão do Prefeito João Paulo, hoje Deputado Estadual. É o Parque Dona Lindu, que foi feito em homenagem à mãe do Presidente Lula. Tem teatro, tem espaços de convivência e hoje é uma referência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E tem também uma escultura bem bonita da família do Presidente quando do pau de arara que os trouxe para São Paulo.

Então, hoje ninguém fala mais mal do Parque Dona Lindu. Todo mundo só aplaude. O Parque Dona Lindu conquistou o Recife.

Mas eu queria, Presidente, sem fugir do tema e tentando relacionar o tema do inédito que foi Niemeyer na nossa vida, na vida de Brasília, na vida de tantos estados, acho este projeto, realmente, Senador Paim, muito bem-vindo.

E para homenagear o autor desse projeto eu quero dar uma notícia. V. Exa. foi autor também do Estatuto da Igualdade Racial. Eu, quando Deputada, apresentei um projeto de lei lá em Pernambuco também, mas não houve tempo de ele ser aprovado. Último ano, ano eleitoral, eu saí sem o projeto ter sido aprovado em Plenário, embora já com trânsito, tendo tramitado em todas as comissões.

Pois bem, uma Deputada eleita, não digo que ela me sucedeu, porque ela ocupou o lugar dela, mas ela me procurou para desarquivar o projeto. E o projeto foi desarquivado por ela, a Deputada Rosa Amorim, uma jovem Deputada. O projeto foi desarquivado, Presidente, foi aprovado. O que faltava era o Plenário, ele foi aprovado em Plenário e ontem foi sancionado pela Governadora Raquel Lyra.

Em meio a muitos aplausos de toda a comunidade, é o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa. Eu me inspirei em V. Exa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me dizer da minha alegria...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senador Paulo Paim, primeiro, aplaudir, não é?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Claro. (*Palmas.*)

Parabéns pela iniciativa, querida Senadora. E, felizmente, hoje nós temos em torno já de 12 estados que aprovaram o Estatuto da Igualdade Racial também no estado.

Ele é um marco, não é? Eu diria que é uma pérola que os estados estão lapidando e aprovando baseados também nas suas regiões.

Por isso, Senadora, o meu carinho e o meu abraço.

Parabéns!

O projeto é seu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Inspirado em V. Exa., como a Senadora Teresa Leitão falou.

Eu quero só dizer, Senadora Teresa Leitão, aproveitando a ocasião, que, entre outras obras importantes do Senador Paulo Paim, temos o Estatuto da Pessoa Idosa e também o Estatuto da Pessoa com Deficiência, transformado na Lei Brasileira de Inclusão, que é uma lei muito importante, e tantas outras iniciativas aí fundamentais.

Parabéns, Senador Paulo Paim.

Muito bem, está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação da matéria será nominal e realizada em bloco.

Então, passamos ao item 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 4308, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências, para dispor sobre financiamento para cursos de mestrado e de doutorado.

Autoria: Senador Jorge Kajuru

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação com uma emenda

Observações: *1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.*

Concedo a palavra, então, a V. Exa., Senadora Professora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Bom dia, Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadoras, eu vou direto à análise.

O PL nº 4.308, de 2019, aborda matéria de natureza educacional e está, portanto, sujeito ao exame desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição tem evidente mérito educacional, afinal o acesso à educação superior pode significar não só um incremento de 2,5 vezes em termos salariais, mas também a possibilidade de desenvolver competências para enfrentar de forma mais adequada os desafios impostos pela sociedade contemporânea, que se apresentam sob facetas múltiplas e complexas.

Importa considerar, nesse contexto, que a educação superior, nos termos do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como LDB, não inclui somente os cursos de graduação, mas também os sequenciais, os de extensão e os de pós-graduação, que por sua vez compreendem, dentre outros, os programas de mestrado e doutorado. Estender o Fies à pós-graduação *stricto sensu* é, portanto, um movimento não apenas adequado, mas desejável, sob o ponto de vista de um nível de ensino que pode trazer contribuições exponenciais não só para o indivíduo, mas também para a pesquisa, a inovação e a melhoria nos índices de produtividade do País, com relevante impacto nas condições de vida de todos os brasileiros.

A título de aperfeiçoamento do texto, sugerimos emenda, a fim de que essa inclusão de mestrado e doutorado aconteça sem que se deixe de priorizar a graduação, que enfrenta desafios imensos em termos de expansão: enquanto a Meta 12, do atual Plano Nacional de Educação, estabelece que até 2024 a taxa de matrículas na educação superior para pessoas de qualquer idade deverá ser equivalente a, no mínimo, 50% da população com idade de 18 a 24 anos, a realidade é que esse índice mal chegou a 37,4%, em 2021.

Vale ressaltar ainda que esse crescimento tem se dado num ritmo insuficiente para que alcance, em 2024, o piso estabelecido pelo PNE e que, portanto, a arquitetura ideal para a proposição é a de que se eleve, efetivamente, o *status* da pós-graduação *stricto sensu*, em termos de concessão do Fies, mas que essa elevação seja realizada a partir de uma escala de prioridade.

O voto.

Em face do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei (PL) nº 4.308, 2019, com a seguinte emenda.

> EMENDA Nº – CE
> Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei nº 4.308, de 2019:
> "Art. 1º .....
> 'Art. 1º É instituído, nos termos desta Lei, o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), de natureza contábil, vinculado ao Ministério da Educação, destinado à concessão de financiamento, por ordem de prioridade, a estudantes de graduação, mestrado e doutorado não gratuitos e com avaliação positiva, de acordo com regulamentação própria e a partir da disponibilidade de recursos.
> .....' (NR)"

Esse é o voto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nossa preocupação, e, logicamente, entendendo a importância dessa contribuição apresentada pelo Senador Jorge Kajuru, é priorizar a graduação, obviamente, pelos enormes desafios e as metas que devem ser cumpridas, mas, existindo o espaço, que haja também, através de regulamento, inclusive fortalecendo áreas estratégicas para o país, o financiamento à pós-graduação.

Esse é o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bom! Excelente relatório!

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável, ao projeto, com a Emenda nº 1, da Comissão de Educação.

A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos.

Passo, em seguida, ao item 12 da pauta.

ITEM 12

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO N° 31, DE 2023

- Não terminativo -

Cria a Frente Parlamentar em Favor da Educação Profissional e Tecnológica.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação

Observações: *1. A matéria será apreciada pela Comissão Diretora do Senado Federal.*

Relatoria da Senadora Damares Alves.

Consulto a Senadora Professora Dorinha Seabra sobre a possibilidade de ser a Relatora *ad hoc* da matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, com a palavra, a Senadora Professora Dorinha Seabra para a leitura do relatório, como Relatora *ad hoc*.

Obrigado.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Análise.

De acordo com o art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre matérias que versem sobre normas gerais da educação.

A relevância da educação profissional e tecnológica na inserção no trabalho, na promoção do bem-estar coletivo e no fomento ao desenvolvimento social e econômico de países e regiões tem notório reconhecimento. Está, ainda, documentada em inúmeras pesquisas, trabalhos acadêmicos e relatórios de organismos internacionais.

Nesse sentido, o documento *Learning for Jobs*, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), assinalou que a formação profissional para os jovens constitui desafio ainda mais significativo em razão do resistente distanciamento entre a formação escolar e as necessidades do mercado de trabalho, que tem sido agravado pela maior diversidade de experiências que nos últimos tempos os trabalhadores passaram a ter durante a vida profissional.

Lamentavelmente, o sistema escolar brasileiro ainda apresenta significativas deficiências nesse segmento, tão relevante para o atendimento das demandas do setor produtivo e para a melhor empregabilidade, principalmente dos jovens. Entre os desafios da educação profissional e tecnológica no Brasil, encontram-se a insuficiência de financiamento, problemas na gestão dos programas existentes e o desafio de acompanhar o dinamismo das inovações tecnológicas aplicadas à produção.

Cumpre ressaltar também o baixo nível de integração da educação profissional com o ensino médio. Segundo dados do Censo Escolar de 2022, o índice dessa integração no País foi de 10,1%, enquanto a média dos países da OCDE e da Comunidade Europeia gira em torno de 50%. No Chile, o índice atinge 40%; no México, 30%; e, na Coreia do Sul, 25%.

Com o propósito de conferir maior valor à educação profissional técnica de nível médio, o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, instituído pela Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, estabeleceu, em sua Meta 11, que as matrículas do segmento deveriam ser triplicadas até 2024, asseguradas a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público. Contudo, as matrículas da modalidade cresceram apenas 14%, entre 2014 e 2022. Ainda são mais decepcionantes os níveis de integração entre a educação profissional e a educação de jovens e adultos – matéria da Meta 10 do Plano Nacional de Educação –, que não registraram avanços desde 2014.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apesar dessas dificuldades, o Brasil possui instituições de ensino de educação profissional e tecnológica de ótima reputação, como os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e os estabelecimentos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem vinculados aos segmentos produtivos. Todas essas instituições de ensino precisam de permanente apoio para que expandam e aprimorem as suas atividades.

Assim, afigura-se como de grande relevância a formação da frente parlamentar voltada para a defesa da educação profissional e tecnológica, pois é preciso que o legislador esteja bem atento e atue em prol dessa modalidade de ensino, tão estratégica para o desenvolvimento sustentável da nação.

O nosso voto. Em vista do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 31, de 2023.

É este o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Professora Dorinha Seabra.

Está em discussão a matéria.

Eu só quero enaltecer a iniciativa do Senador Marcos Pontes de criação da Frente Parlamentar em Favor da Educação Profissional e Tecnológica. Como o relatório aponta, é um dos desafios e uma das grandes necessidades do nosso país.

Eu quero dizer que, como Secretário de Educação, acompanhei várias iniciativas, no Paraná, muito de perto, com as entidades apontadas pela Senadora Damares Alves e o relatório lido por V. Exa. Com a pessoa fazendo o ensino médio à noite – o que já é uma dificuldade maior –, tendo um bom curso de profissionalização durante o dia, em articulação com as necessidades da comunidade, recebendo um valor financeiro para fazer isso – bolsa aprendizagem, estágio ou coisa semelhante – e trabalhando junto já na área, como contrapartida para o recebimento dessa bolsa, 98% dos alunos concluíam o ensino médio, que é o nosso desafio – 98% numa das experiências de que eu me lembro e, na outra também, 100%. E, tendo curso profissionalizante, sem dúvida alguma, na sequência da vida, da caminhada da vida, essa pessoa vai procurar ainda continuar a estudar e ir para o ensino superior, curso universitário, tecnológico.

Então, fazer esta articulação, dentro do debate do novo ensino médio, eu diria, é algo essencial, importante e tem que ser um dos grandes objetivos desta nossa Comissão para estes dois anos também, não é? Para este ano, aliás. O ano que vem também, mas o debate está acontecendo neste ano sobre o novo ensino médio.

Então, quero parabenizar o Senador pela iniciativa.

Não havendo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senador Paulo Paim, é o mesmo item?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Menos que um minuto. É o mesmo tema, não é?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Primeiro, quero cumprimentar a própria Senadora Damares e também, naturalmente, a brilhante Senadora Professora Dorinha Seabra, a quem, a partir do pouco tempo em que convivemos, aprendi a respeitar pela sua sabedoria. E me permita que eu diga, é claro que, às vezes, dizem: "O Paim só fala em salário mínimo, em trabalhador, em negro e índio e tal", e esquecem que a gente atua em outras áreas. Eu digo principalmente nessa área da educação, mas V. Exa. é uma Senadora que abrange todos os temas.

Eu queria só dar o meu depoimento como exemplo: se não fosse o ensino técnico profissionalizante, eu não estaria aqui de jeito nenhum. Eu era um operário, com aquela idade... Foi com 12 anos que eu entrei, mas eu ganhava um salário mínimo, porque, naquele período, cada cem empregados numa empresa... E aqui, no meu caso, nunca esqueço: Vinícola Rio-Grandense. Acho que nem existe mais, mas eles me davam um salário mínimo para eu fazer o curso técnico, e isso fez, claro, que eu alavancasse a minha caminhada ao longo da vida. Então, aplausos à educação profissional sempre e tecnológica também, claro.

Só isso.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senadora Professora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Eu só gostaria de reforçar a fala tanto de V. Exa., como Presidente, e do nosso sempre respeitadíssimo Senador Paim sobre a importância da educação, não só a garantia do acesso de uma educação com qualidade – e, quando eu falo qualidade, é garantia do direito de aprender – , mas do incentivo de permanência.

Qualquer sistema que possa... E eu acho que agora... Inclusive, existe hoje um estímulo do Ministério da Educação para que experiências sejam consolidadas.

O meu estado, inclusive, lançou, neste ano, um programa de garantia de permanência, com uma pequena ajuda por mês, para que o aluno permaneça na escola de ensino médio e, no caso, também da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

educação profissional, e, ao final do ano, uma bolsa de maior valor também para garantir que ele permaneça. Esse esforço... A questão de sucesso, para nós, é muito importante. São famílias com grande vulnerabilidade, e há o incentivo para que o jovem possa, logicamente, permanecer. E a adesão, aqui, ao mundo do trabalho. É importante que todos os sistemas, o Sistema S, os IFs e outras empresas... E nós vimos um modelo muito interessante na Alemanha, em que a educação profissional acontece dentro do espaço da empresa. É muito para nós, pensando no enorme contingente de alunos, de jovens de ensino médio e da educação de jovens e adultos, que, infelizmente, foi extremamente negligenciada nos últimos anos. Praticamente os programas acabaram. Nós precisamos fazer um esforço de país para garantir a escolarização e a formação profissional.

Então, quero parabenizar aqui o autor, que acabou de chegar, pela iniciativa, pelo projeto, pelo olhar específico, e que a gente consiga avançar nesse debate de consolidação da oferta e, logicamente, a garantia e o sucesso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço de novo.

Senador Marcos Pontes, nós estamos aprovando, com muitos elogios, a sua iniciativa de criar a Frente Parlamentar em Favor da Educação Profissional e Tecnológica.

A Relatora seria a Senadora Damares Alves. A Senadora Professora Dorinha foi a Relatora *ad hoc*. O Senador Paulo Paim, inclusive, já fez o relato da própria experiência pessoal sobre a importância do ensino profissional, mas eu sei que V. Exa. tem uma palavra também importante, que eu também conheço, mas que é bom compartilhar com as pessoas também.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Obrigado, Presidente. Obrigado, Senadora Dorinha; obrigado pela participação também.

A educação profissionalizante é extremamente importante para mudar vidas. No meu caso pessoal – e é um dos casos de milhares, quiçá milhões de brasileiros aqui pelo nosso Brasil afora –, eu nasci na periferia, meu pai era faxineiro, servente de serviços gerais – tipo faxineiro. Naquela época, eu tinha aquele sonho de voar, aquela vontade de ser piloto, mas não tinha dinheiro e tinha que ajudar em caixa também. Então, foi graças a um curso de eletricista de locomotiva do Senai, lá em Bauru – a escola era dentro da Rede Ferroviária Federal –, que eu consegui o meu primeiro emprego. Então, de manhã, eu estudava no Senai; à tarde, trabalhava como eletricista aprendiz na Rede Ferroviária Federal, ganhava meio salário mínimo e, com aquele meio salário mínimo, eu pagava o curso noturno. O único curso de eletrônica que tinha na cidade era pago. Era um colégio privado e eu pagava o meu curso de eletrônica, de técnico em eletrônica. E foi assim que eu fiz o ensino médio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu lembro que, naquela época, o pessoal olhava para mim e falava assim: "Pô, você quer ser piloto? Isso é só para filho de rico. Você nunca vai conseguir. Isso é impossível para você!". E minha mãe, quando eu cheguei em casa, falou assim: "Olha, eles têm a vida deles, eles fazem o que eles quiserem, mas você tem a sua vida e eu te digo o seguinte: você pode ser tudo que você quiser na vida, desde que você estude, trabalhe, persista e sempre faça mais do que esperam de você". E ela estava certa. E é isso que eu quero, através de um projeto como esse, também trazer para todos os jovens do Brasil que passam pela mesma situação, e a gente sabe que o ensino profissionalizante, realmente, muda vidas.

Nós precisamos de mais profissionais de nível técnico no Brasil. Eu também sou Embaixador Mundial do Ensino Profissionalizante, com a *WorldSkills International.* A gente vê que os países que se destacam em tecnologia – e esse é o futuro – são os países que dão mais valor aos técnicos. A gente está falando de Coreia do Sul, de Japão, dos países nórdicos, de Alemanha. Então, é muito importante o ensino técnico.

Eu fico muito feliz de poder ter agora essa frente, de a gente poder lutar por isso aqui no Brasil e trazer essa oportunidade para os nossos milhares de jovens, que certamente vão contribuir com os seus talentos para o nosso Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço também pela palavra muito importante. Além de tudo, há algo que V. Exa. vem insistindo em fazer: que haja uma boa articulação entre esta Comissão e a Comissão de Ciência e Tecnologia também, para que as duas áreas tenham a visão articulada da educação básica, para que esse processo todo aconteça lá no início também, o que leva, sem dúvida alguma, para a educação profissional e tecnológica. É preparar o terreno nessa caminhada. Vamos continuar perseguindo a ideia aqui também.

Muito bem.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria será encaminhada à Comissão Diretora do Senado Federal.

Muito bem.

Item nº 13.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 13

PROJETO DE LEI N° 2899, DE 2022

- Terminativo -

Confere ao município de Maria da Fé, no estado de Minas Gerais, o título de Capital Nacional do Azeite Extra Virgem.

Autoria: Senador Carlos Viana

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação

Consulto o Senador Paulo Paim se pode ser o Relator *ad hoc* da matéria. (*Pausa.*)

Então, passo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – É com satisfação, Presidente, que substituo aqui *ad hoc* o Relator, Senador Sérgio Petecão, de um projeto do Senador Carlos Viana.

Tem uma série de argumentações tranquilas aqui quanto ao tema.

O autor destaca o pioneirismo de Maria da Fé, que detém o marco histórico de ser a cidade que produziu o primeiro azeite extravirgem genuinamente brasileiro.

Depois ele discorre aqui inclusive sobre prêmios recebidos no mundo, com destaque especial aqui para um prêmio recebido na França, em Paris. Depois destaca também que Minas Gerais, nacional e internacionalmente, tem brilhado muito nessa questão deste produto tão importante, que é o azeite extravirgem.

Mediante tudo isso, Sr. Presidente – eu não acho necessário ler, são quatro páginas de muito boa argumentação –, assim entendemos ser justa a homenagem que se pretende prestar a Maria da Fé, concedendo-lhe o título de Capital Nacional do Azeite Extravirgem.

Ante o exposto, somos pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Paulo Paim.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A votação será nominal e realizada em bloco.

Muito bem. Passamos, então, à votação nominal das matérias – sujeitas à votação nominal –, em bloco, dos itens 11 e 13 da pauta.

Solicito à Secretaria que abra a votação.

Em votação as seguintes matérias: PL 477, de 2023; e PL 2.899, de 2022.

Os Senadores e as Senadoras que votam com os Relatores e as Relatoras votam "sim".

Está aberta a votação nominal dos projetos que eu acabei de mencionar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Solicito também às assessorias que contatem os respectivos Senadores e Senadoras, que podem votar remotamente. Já enviei a mensagem também no grupo.

Quero destacar, enquanto a votação está acontecendo, que eu estive ontem em Belém do Pará, como Presidente da Comissão de Educação e Cultura – agora o esporte não está mais aqui nesta Comissão –, com o requerimento aprovado, inclusive, aqui, pela Comissão, participando de uma reunião descentralizada do Conselho Nacional de Educação, lá em Belém do Pará. Uma iniciativa, em primeiro lugar, muito interessante: o próprio Conselho Nacional de Educação ir para as regiões do Brasil para ver a realidade, discutir e estar junto. O Governador Helder Barbalho, hoje, estaria participando, os Secretários, o pessoal do Ministério da Educação.

Então, em primeiro lugar, eu quero até parabenizar. Já fiz isso ontem, mas quero parabenizar, novamente, o Conselho Nacional de Educação pela iniciativa. E havia, e há, porque a reunião vai até amanhã ou quinta-feira, uma programação muito interessante. Inclusive falei para o Conselho Nacional de Educação sobre a necessidade de nos articularmos bastante, para que tenhamos um direcionamento bem dialogado, bem construído, a favor da educação em nosso país.

Eu estive lá fazendo uma palestra – e fiquei a tarde inteira ontem – sobre o transtorno do espectro autista e os desafios que essa área apresenta. Nós estamos fazendo um conjunto de debates, de audiências públicas aqui, com a participação das famílias, das pessoas, dos profissionais, em várias Comissões, e destaquei ontem que vários Senadores e Senadoras têm todo o interesse em colaborar, auxiliar, discutir e construir caminhos para essa área, seja na educação, na saúde, no trabalho. O transtorno do espectro autista (TEA) – é a sigla, as pessoas usam muito TEA (transtorno do espectro autista) –, adulto, idoso, adolescente... São muitos os desafios que existem.

Então, o debate aconteceu com a presença, basicamente – o Presidente também estava –, da Câmara de Educação Básica. A Profa. Suely Menezes, que é a Relatora desses projetos no conselho, estava lá,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também os demais membros da Câmara de Educação Básica e a Profa. Amábile, que é a Presidente da Comissão. Então, parabenizei a todos, em nome da Comissão.

Houve muitas sugestões, os pais estavam presentes, havia muita gente nesse debate. Era um ambiente com uns 100 ou 120 lugares e tiveram que achar mais dois ambientes, com televisão, para o pessoal poder participar e foi muito interessante. Inclusive, falou-se de um caso de autismo numa comunidade indígena. A mãe estava lá e também trazendo...

E se a gente pensar no Pará, se nós reunirmos Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo, essa extensão territorial, ainda temos que aumentar 50% para chegarmos à extensão territorial do Estado do Pará. Então, dá para imaginar os desafios.

Mas eu quero dizer que, no período da manhã, eu visitei, a manhã toda, o CER, que é o centro de reabilitação CER IV, dentro da terminologia do Ministério da Saúde. Lá eles têm todos os serviços disponíveis para diagnóstico, mais na área da saúde, para tecnologia assistiva, auxiliar no processo de educação, oficinas ortopédicas, articulação com órgãos nacionais e internacionais.

Eu diria que o CER IV, de Belém do Pará, é uma iniciativa das mais importantes, boas, organizadas, competentes, que podem servir como centro de referência para descentralizar todo esse debate no estado. Há um conhecimento, uma competência e também o núcleo de atendimento, na parte de apoio pedagógico, educacional, da mais alta relevância.

Eu gostaria, inclusive, de dizer que o Governo do estado também lá, através do Governador, que não estava lá, porque ele estava inaugurando um novo centro para o autismo no interior... Já são cinco centros, mas esse é o principal, o CER IV.

Gostaria de dizer para o Governador que ele está de parabéns, pelo empenho, pela participação, pelo financiamento, pela decisão política de fazer isso, porque a pessoa tem que... Sempre são decisões políticas que têm que ser tomadas. Eu diria, agora, discutindo, um pouco mais, com todas as pessoas, de até fazermos, talvez, do Estado do Pará – que é parecido com Paraná, mas Pará –, para que esse trabalho de articulação e de descentralização no estado aconteça.

Inclusive, recebi muito material. As pessoas com autismo também estavam lá. Foi um debate muito interessante que vai subsidiar muito tudo aquilo que esta Comissão pode fazer, mas não só esta, porque muitos assuntos estão relacionados a saúde, previdência, assistência, trabalho, que seria a CAS, Direitos Humanos e também Ciência e Tecnologia... Quer dizer, todas as Comissões.

Eu estou sempre enfatizando que aquilo que é bom para a pessoa com autismo é bom para qualquer área de deficiência, porque todos precisam de diagnóstico, de fisioterapia, de fonoaudiologia, de trabalho...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muitos que não conquistam a independência, vão precisar de residências, de casas lares, de apoio. Quer dizer, o que se discute numa área vale, na verdade, no fundo, para todas as áreas. Então, só gostaria de dizer que foi muito interessante. A gente sempre vem discutindo isso aqui também.

Muito bem. Já atingimos o quórum de 14 pessoas. Então, eu solicito que se abra o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Proclamando o resultado, então, votaram SIM 13 Senadores e Senadoras e NÃO, nenhum.

Abstenção: nenhum voto.

Quórum;14.

Então, neste sentido, estão aprovados os projetos PL 477, de 2023, e PL 2.899, de 2022.

Muito bem. Então, neste sentido também... Ah, desculpem-me.

Aprovados.

As matérias que eu mencionei, PL 477 e PL 2.899, serão encaminhadas à Mesa para as providências cabíveis.

Antes de encerrar os trabalhos, convoco a próxima reunião da Comissão de Educação para amanhã, 14 de junho de 2023, às 14h. Será realizada audiência pública da Subcomissão destinada a debater e avaliar o ensino médio no Brasil – Ceensino –, presidida, como já falei antes, pela Senadora Teresa Leitão.

Declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos.

(*Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 34ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE JUNHO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às quatorze horas e treze minutos do dia quinze de junho de dois mil e vinte e três, no Reunião remota., sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Izalci Lucas, Alessandro Vieira, Leila Barros, Plínio Valério, Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão, Astronauta Marcos Pontes e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Angelo Coronel e Beto Faro, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Vanderlan Cardoso, Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta, Romário, Laércio Oliveira e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei nº 88, de 2023, que "dispõe sobre a responsabilidade educacional na garantia de oferta e de padrão de qualidade na educação básica pública. **Participantes:** Sra. Fátima Silva, Professora e representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE; e Sr. Luiz Fernandes Dourado, Presidente da Associação Nacional de Política e Administração da Educação - ANPAE. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/06/15

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 15 de junho de 2023.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei nº 88, de 2023, que, abro aspas, "dispõe sobre a responsabilidade educacional na garantia de oferta e de padrão de qualidade na educação básica pública, em atenção aos Requerimentos 49 e 52, de 2023, da Comissão de Educação", que é de minha autoria, em conjunto com o requerimento da Senadora Teresa Leitão.

Informo que participarão desta reunião, de forma remota, os seguintes convidados: Sra. Fátima Silva, Professora e representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), para quem eu dou novamente as boas-vindas também – Fátima Silva, é uma alegria ter você e a CNTE presentes na audiência pública –; e também o Sr. Luiz Fernandes Dourado, Presidente da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpa), a quem eu também dou as boas-vindas, Luiz Fernandes Dourado, da mesma forma. É uma alegria tê-los nesta audiência.

Informo também que foram convidados a Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto, do TCU, e o Sr. Edilberto Carlos Pontes Lima, Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE/Ceará), que justificaram a ausência nesta audiência e a quem também a gente agradece pela deferência da justificação.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, está disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Eu quero destacar dois aspectos.

O primeiro deles é que, em relação a cada audiência pública que realizamos na Comissão de Educação e Cultura, sempre temos um sumário que é elaborado e colocado à disposição de todos os Senadores e Senadoras, também da comunidade, e que é colocado no portal para todos verem uma síntese daquilo que foi falado. Assim, todos os Senadores – 54 de 81 – que fazem parte da Comissão terão um resumo das apresentações, com as notas taquigráficas, com as perguntas, enfim, com tudo que tiver acontecido na audiência pública, o que é muito importante.

Levaremos para o Plenário da Comissão de Educação, ainda neste primeiro semestre, até metade de julho, o projeto de lei de responsabilidade educacional. É interessante sempre dizer para aquelas pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que nos acompanham que muito se fala sobre responsabilidade fiscal, nós estamos falando sobre responsabilidade educacional, o que, inclusive, está previsto no Plano Nacional de Educação.

Quero lembrar também para todos e todas que nos acompanham que a nossa Comissão, até este ano, há cerca de uma semana ou de 15 dias, era Comissão de Educação, Cultura e Esporte, mas agora a área do esporte ficou desmembrada, conforme entendimentos havidos desde o início do ano, desta Comissão, e passou a constituir Comissão específica. Agora, temos só educação... Só não, pois é um universo denso, com a Comissão mais importante do Senado, como eu destaco, que é a Comissão de Educação e Cultura

O que é interessante também é que sempre há a interface entre as duas áreas, e não só entre as duas áreas da Comissão, mas há a interface com as outras Comissões, como as sobre ciência e tecnologia, saúde, assistência, previdência, esporte, todas as política públicas... Fazemos sempre um entendimento nessa direção.

Quando outros ministérios vêm se apresentar e colocar as prioridades no Senado Federal, como, por exemplo, o Ministério da Igualdade Racial, o Ministério da Mulher e outros, nós sempre pedimos para enviarem para a Comissão a pauta legislativa, pensando nessas interfaces. Na questão da igualdade racial, é extremamente importante pensarmos isso dentro do contexto educacional, desde a creche até a pós-graduação, em toda a caminhada pela vida pela educação.

São informações para as pessoas que nos acompanham, enfatizando que a questão de a área do esporte ter uma Comissão específica já acontece na Câmara dos Deputados há algum tempo.

Quero também dizer que, na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até 15 minutos, o que a gente pode prorrogar também sem dificuldades. Ao fim das exposições, nós passaremos novamente a palavra aos convidados e às convidadas para eventuais comentários ou para aspectos adicionais.

Muito bem. Agradeço, então, novamente.

Passo, em primeiro lugar, a palavra para a Sra. Fátima Silva, Professora – também sou professor; tenho muito orgulho de dizer que somos professores – e representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), cuja Vice-Presidente, Profa. Marlei, é aqui do Paraná e, inclusive, foi Presidente da APP-Sindicato (Sindicato dos Professores e Profissionais da Educação) na época em que eu era Secretário de Educação.

Seja bem-vinda, Profa. Fátima!

Com a palavra.

A SRA. FÁTIMA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador Flávio Arns.

Somos todos educadores, somos todos professores, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao saudar o senhor, saúdo o Prof. Luiz Dourado, que é professor e professor de muitos professores, porque, enquanto na universidade, formou muitos educadores que estão neste Brasil afora.

Nós da CNTE nos sentimos muito honrados de sermos convidados e escutados nesta audiência tão importante sobre esse tema, Senador. Sabemos já do seu compromisso com a educação, como sabemos do compromisso de toda a vida da Senadora que também chama esta audiência, a Senadora Teresa Leitão.

Também aqui quero citar a Senadora Dorinha, que é estreante agora enquanto Senadora, por algo muito importante que está acontecendo no Congresso, no Senado, que é a aprovação, a tramitação do novo arcabouço fiscal.

Eu creio que a gente não pode iniciar uma discussão do seu Projeto de Lei 8.823 sem fazer menção a este importante momento que estamos vivendo em que o arcabouço fiscal está nesta Casa e fazer um apelo. Já sabemos da sua posição, já sabemos da posição da Senadora Teresa Leitão e da Senadora Dorinha no sentido de retirar o Fundeb do arcabouço fiscal, mas também fazemos um apelo, enquanto CNTE, de que convençam os demais pares no sentido de que o Fundeb fique de fora, porque a gente sabe que essa também é uma medida que, se ficar dentro, vai comprometer a educação pública deste país.

Quero saudar esta iniciativa. O Parlamento é esta Casa de representação do povo, e, quando tem projetos tão importantes, a gente tem que dialogar. Então, a nossa presença hoje nesta audiência vai no sentido dialogar com o senhor enquanto proponente da lei de responsabilidade educacional, de poder sanar, intercambiar alguns pontos que a gente crê que é possível melhorar no projeto.

Enquanto representante dos educadores, dos trabalhadores da educação pública deste país, nós da CNTE, como o senhor sabe, representamos os professores e os funcionários de escola pública do Brasil, das redes municipais e das redes estaduais, os trabalhadores em educação, todos aqueles que fazem educação pública neste país. E também já de princípio, logo de início, queremos dizer que nós somos também favoráveis a que nós tenhamos uma lei de responsabilidade educacional neste país que oriente todos os entes federados para que cada um assuma as suas responsabilidades necessárias.

Bem, preliminarmente sobre o projeto, entendemos que o projeto, verificamos que o projeto pauta a avaliação educacional em instrumentos legais que ainda estão pendentes de regulamentação.

Por exemplo, o Sistema Nacional de Educação, o Custo Aluno Qualidade, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Sinaeb) e os novos indicadores do novo Fundeb, por exemplo, o custo aluno, o Vaaf e o Vaat, que são condizentes com os valores socioeconômicos e também com os recursos vinculados da educação, que são da Lei 14.113, no art. 10, ou seja, o proposto, o 88, de 2023, pauta sobre esses ainda em que há falta de regulamentação. Essas são algumas questões que a gente levanta logo de primeiro momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre a questão da viabilidade temporal, parece para nós – e nós temos a certeza enquanto CNTE – que antecipadamente a gente teria que aprovar todos os indicadores de qualidade previstos no próprio projeto, sem os quais a avaliação não poderá ser realizada. Ou seja, entendemos que tem passos a serem dados antes de aprovar a própria lei regulamentar, para depois entrar com a avaliação.

Quanto ao mérito, para nós, nós temos as seguintes considerações a serem feitas.

Os novos critérios de investimento *per capita* apontados no Fundeb, permanentes, indicam outra dimensão para a avaliação institucional. É algo novo. O novo Fundeb impôs uma nova realidade de avaliação institucional da educação e o esforço fiscal de cada ente federado, que modifica também. A gente sabe que, em muitos municípios no Brasil, não se cobra IPTU e as isenções fiscais são enormes e variadas, o que repercute no financiamento da educação tanto nos estados quanto nos municípios. E com isso a perspectiva do PIB *per capita* poderá ser um fator diferenciado nas redes de ensino na implementação do Fundeb, tendo essa variação. As transferências interfederativas e os aportes financeiros adicionais nos programas de colaboração vão ser fundamentais para esse processo de avaliação e de tratamento das necessidades educacionais entre os entes federados. Cada um vai tratar o princípio da equidade e as desigualdades também entre os municípios e entre os entes federados. Ou seja, a realidade do Fundeb, a nova questão fiscal, tudo isso tem que ser levado bastante em conta. É tratar os desiguais na medida das suas desigualdades, e o novo Fundeb aponta todos esses pontos para serem trabalhados.

A consolidação também trazida pelo novo sistema de financiamento da educação, o Fundeb e o CAQ, que é o Custo Aluno Qualidade, e a implementação do Sistema Nacional de Educação para nós são condições para reger com equidade a qualidade e a avaliação do sistema de educação básica no país, especialmente no amparo ao Sinaeb (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica), dentro de uma perspectiva de diagnóstico, Senador, ou seja, uma avaliação para a gente fazer diagnóstico, uma avaliação participativa e orientadora de políticas públicas. A avaliação para nós tem que ser neste sentido: de corrigir rumos, de avaliar as políticas públicas e de orientar no sentido de dar equidade para aqueles que têm mais necessidade serem atendidos com maior incentivo de políticas públicas em relação àqueles que têm mais condição.

Entendemos que tem caminhos prévios a serem trilhados, diferentes, sobre o objetivo da legislação. Por exemplo, as metas do Plano Nacional da Educação, os planos subnacionais, que muitas vezes foram... Nos últimos anos, os planos decenais foram praticamente abandonados no meio do caminho. E isso depende de condições concretas de financiamento, isso está totalmente ligado, não é?

Também, no inciso VI do art. 2º, fala-se a respeito das idades... Cito o compromisso do inciso VI do art. 2º, que fala a respeito da idade da educação infantil, de zero a três anos. Tem que resolver isso na redação, porque o projeto prevê até quatro anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro item também, para nós, dentro do mérito do projeto, é sobre a valorização dos profissionais da educação, o inciso VII do art. 2º. É preciso complementar a regulamentação do piso salarial dos profissionais da educação e as diretrizes nacionais de carreira, previstos no art. 5º, 7º e 206 da Constituição Federal. Ou seja, o projeto é omisso nessa questão desse compromisso que está na Constituição Federal, e, entre outras coisas, estaria o ingresso dos profissionais da educação através do concurso público. Esse é um ponto que a gente vê como fundamental também que seja colocado na lei de responsabilidade educacional, uma vez que as redes estaduais, as redes municipais desse país estão totalmente tomadas com servidores precarizados totalmente – e na educação infantil, muitas vezes usando o subterfúgio de contratar profissionais com formação, mas não atender às exigências de carreira e também, como a gente sabe, da forma de ingresso.

Um outro ponto também que a gente quer levantar para discutir, de mérito do projeto, Senador, é a gestão democrática, que precisa ser mais ampla – inciso VII do art. 2º –, contemplando também a participação de representantes da comunidade escolar, não só dos educadores, mas de toda a comunidade escolar, em todas as instâncias de formulação, do monitoramento também, controle e avaliação das políticas educacionais, envolvendo toda a comunidade, naquilo que está previsto já na Constituição, no art. 193. Ou seja, é também trazer para dentro do projeto de responsabilidade educacional aquilo que já na Constituição, no art. 193, fala da participação da comunidade, enfim.

E um outro ponto também é a respeito do abono salarial profissional da educação para quem cumpre as metas escolares, que está, no seu projeto, no art. 5º. Para nós, da CNTE, esse é um ponto bastante preocupante. Os países todos que já usaram essa forma de avaliação somada a rendimento têm abandonado isso, porque não deu resultado concreto. Um exemplo muito claro disso foram os Estados Unidos, que por uma época implementaram muito essa questão de avaliação ligada com remuneração. A própria Diane Ravitch, que a implementou, tem na literatura até um livro em que ela escreve sobre a falência do sistema americano, em que ela explica tudo, de onde e como foi implementado e como também não deu certo.

Estou colocando o caso dos Estados Unidos, mas outros também já colocaram em outros locais, e isso para nós não... Além de já ter sido comprovado que não dá resultado, para nós, da CNTE, é uma política que nós não aprovamos nesse sentido. Por quê? Além de desconsiderar as diferenças socioeconômicas e culturais que existem de um município, de um estado para outro, estimula ações que contrariam os nossos objetivos da educação, essas ações que envolvem questão de finanças e de financiamento também.

Mas, para nós, a nossa defesa é uma perspectiva do quê? De valorização da carreira dos profissionais da educação, com ingresso por concurso, com piso inicial, com uma carreira que tenha início, meio e fim e uma jornada de trabalho condigna, ou seja, você estar dentro da carreira e não ter prêmio. Também no sentido do prêmio: se você vai bem, você apresenta um resultado, então você tem um incremento tanto na escola ou enquanto profissional no sentido do quê? De prêmio e castigo. E aquele que não vai bem como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é que fica? Então, esse ponto aqui para nós é bastante preocupante, porque o que nós defendemos é uma carreira com entrada por concurso público, que tenha um piso salarial inicial, que tenha uma carreira que tenha início, meio e fim e uma jornada de trabalho condigna.

Também os incisos III e IV do art. 6º abrem brechas para os gestores delegarem, à mão de ferro, às direções das escolas a fim de delegarem todas as insuficiências no processo de avaliação unicamente para os profissionais da educação, que integram o lado mais fraco da correlação de forças. Dentro da esfera pública, quem que é o lado mais fraco? É o professor que está dentro da sala de aula, é o professor que vai trabalhar com os alunos, que vai aplicar o sistema de avaliação, e o resultado vai vir do conjunto dos seus alunos. Além disso, as propostas afrontam direitos e inspiram medidas persecutórias de assédio moral contra os profissionais da educação, contrariando os princípios da relação de trabalho. Então, nesse item, nós nos preocupamos muito nesse sentido de a gente não ter...

Então, esses são alguns pontos para a gente poder dialogar. Entendemos que esta audiência que o senhor, como autor do projeto, está propondo é para isto mesmo, é para a gente dialogar com as diferenças que a gente tem para chegar a um consenso. E esses são os pontos que a gente apresenta no sentido de aprimorar a lei, no sentido de podermos conjuntamente trabalhar para a aprovação de uma lei de responsabilidade educacional que seja efetiva para o país, para os educandos, para os profissionais da educação e para todos nós que acreditamos na educação pública e defendemos as políticas públicas deste país.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço à Profa. Fátima pela bastante interessante, minuciosa e detalhada fala.

É importante a gente pensar que, como existem as interfaces entre as Comissões, como eu havia mencionado no início desta audiência pública, temos também as interfaces entre as várias audiências públicas que vêm sendo realizadas, como, por exemplo, com o Plano Nacional de Educação. Ainda recentemente debatemos com os convidados a questão do monitoramento do plano nacional e dos planos subnacionais de educação, estaduais e municipais, e esse debate em face da lei de responsabilidade educacional também.

Vários conceitos novos também foram colocados nos últimos anos, como recentemente o novo Fundeb, que é de 2020 – estamos em 2023 – e que foi implantado em 2021. Portanto, dois anos atrás.

E os conceitos novos que estão lá ainda, lógico, têm que ser bem consolidados também, como o Vaaf, que é o valor aluno ano fundamental, que é o conceito antigo, como uma bolsa contábil dos fundos educacionais estaduais. Esses fundos, isso evoluiu para o Vaat, que é um conceito – eu diria – muito interessante, porque, ao invés de termos 27 bolsas estaduais e distrital, temos 5.570 bolsas municipais, o que torna o critério muito mais justo, mais adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o mais interessante aí, que eu sempre considerei, é que a gente tem a possibilidade de ver o total de arrecadação do município e o esforço que vem sendo feito no sentido de haver orçamentos adequados. Então, isso vai ajudar o município a ser organizado, para que os recursos existam na área da educação, da saúde. E agora o Vaar, inclusive, que é o Valor Aluno Ano Resultado, inclusive com os estados aprovando a lei do ICMS estadual. E sempre o Vaar (Valor Aluno Ano Resultado), nunca associado com um valor, mas sim com o esforço da comunidade no sentido de mudar a situação de oferta da educação dentro de um contexto que a gente sabe que no Brasil é de uma diversidade extrema, seja lá onde eu estive, no Pará, ainda essa semana, Belém do Pará, segunda-feira.

Se nós juntarmos os territórios do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, ainda teremos que acrescentar um terço para chegarmos na extensão do Estado do Pará. Então, é tudo longe, tudo diferente e as realidades têm que ser abordadas. E um conceito extremamente novo, necessário e importante incorporado no texto constitucional é do CAQ (Custo Aluno Qualidade), que também tem que ser bem debatido, discutido, colocado. Mas é uma exigência constitucional, agora, que o custo aluno qualidade seja verificado.

Enfim, a audiência pública tem exatamente esse objetivo de olharmos juntos por eventuais projetos apresentados, para que possamos ter, assim, uma abordagem mais adequada de uma determinada questão.

Eu quero dizer que, em relação ao Plano Nacional de Educação, na segunda-feira, aliás, já estaremos indo para a quinta audiência pública. Teremos oito ou nove audiências públicas nesse primeiro semestre, nos preparando já para o envio do Executivo do projeto do PNE (Plano Nacional de Educação) no segundo semestre.

Eu quero também destacar que ontem tivemos uma reunião da Frente Parlamentar de Educação, com o Senador Relator do arcabouço fiscal, Senador Omar Aziz, do Amazonas, uma reunião bastante interessante, proveitosa. E ontem ele já tinha assumido esse compromisso de retirar o Fundeb do teto que se pretende instituir, até pelo simbolismo que isso coloca para a sociedade. Olha, educação é tudo, como todo mundo diz. Então, não pode estar dentro de amarras que poderiam prejudicar e prejudicariam, sem dúvida alguma, o processo de educação nos anos seguintes.

E o ambiente a que você se refere, Profa. Fátima, no Senado Federal, é amplamente favorável aqui nesse texto específico e em qualquer debate que haja, mesmo na Comissão de Educação, que, como eu falei, são 54 Senadores, entre titulares e suplentes, um ambiente altamente favorável à aprovação da retirada do Fundeb do teto e de outras necessidades que a área apresenta. Há uma convergência bastante grande nesse sentido, mas que bom.

Como eu mencionei antes também, Prof. Luiz Fernandes, as pessoas podem enviar perguntas ou comentários. Eu leio as perguntas que vieram também, para que possam, na medida do possível – algumas vêm sendo abordadas especificamente sobre a lei –, receber uma abordagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Taylor Pedro, do Distrito Federal: "Como ofertar um ensino que se baseia em um pensamento crítico e não na automatização utilizada atualmente? Como mudar o ensino atual?".

João da Silva, do Rio de Janeiro: "Como a nossa educação será de qualidade se os filhos dos governantes estudam em escolas particulares?".

Roseane Nunes, da Paraíba: "A merenda escolar para os alunos é suco e bolacha de baixa qualidade, para os professores e gestão é outro catálogo. A equidade é bem-vinda?", quer dizer, é uma denúncia praticamente que ela coloca. Praticamente, não, é uma denúncia, porque isso não pode acontecer também.

Fred Almeida, do Pará: "Como o PL aborda a responsabilidade dos diferentes atores envolvidos na educação básica pública, como governo, escolas, professores e famílias?". Aliás, a Profa. Fátima abordou bastante isso também, inclusive na participação dos profissionais da educação, no caso.

Ana Beatriz, do Paraná: "Quais são as possíveis consequências da falta de responsabilidade educacional na oferta e no padrão de qualidade da educação básica pública?".

Então, são perguntas vindas pela possibilidade de interação com quem nos acompanha.

Passo em seguida a palavra, com prazer, ao Luiz Fernandes Dourado – seja muito bem-vindo, de novo! –, Presidente da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae). Com a palavra.

O SR. LUIZ FERNANDES DOURADO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde!

Eu quero, inicialmente, agradecer em meu nome, em nome da Associação Nacional de Política e Administração da Educação, o convite feito pelo Senador Flávio Arns para participar desta audiência pública. Quero dizer da importância do tema. Quero cumprimentar os Senadores e Senadoras. Também realço e, nas pessoas das Senadoras Teresa Leitão e Professora Dorinha, cumprimento a Fátima, com quem já sinalizo que nós temos um conjunto de convergências nas questões apontadas e me beneficiei, obviamente, da sua fala. Cumprimento a todos que acompanham esta importante audiência pública, que se propõe a debater o Projeto de Lei nº 88, de 2023, que dispõe, como já foi destacado pelo seu autor, o Senador Flávio Arns, sobre a responsabilidade educacional na garantia de oferta e de padrão de qualidade na educação básica.

Eu quero inicialmente chamar a atenção para a trajetória dos Senadores e seu compromisso com a educação pública de qualidade, democrática, para todos, não é? Quer dizer, isso a gente vem acompanhando ao longo da sua atuação. E penso que essa temática tem uma vinculação com essa trajetória.

Quero ressaltar ainda a importância de tratar responsabilidade educacional e garantia de oferta e de padrão de qualidade, mas ressaltando a importância de que isso seja feito destacando as especificidades e intercruzamentos que se fazem necessários, incluindo aí perspectivas mais amplas, como a instituição do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sistema Nacional de Educação e o próprio Plano Nacional de Educação, bem como as interfaces entre políticas intersetoriais, já destacadas pelo Senador Flávio Arns aqui nesta tarde. Penso que são questões importantes.

Ressalto que a nossa organização federativa é historicamente patrimonial, ainda marcada por processos de centralização, desconcentração e descentralização, cuja lógica tem sido muito do predomínio da fragmentação, do clientelismo e por históricas disputas de concepção sobre a educação, que produzem, em alguns casos, e reforçam desigualdades. Entendo que, nesta tarde aqui, a nossa perspectiva é exatamente no contraponto a essa sinalização. E acho que esses movimentos importam a discussão mesmo de que esse debate reivindica um sistema que articule estruturas e componentes para garantir o direito à educação com qualidade social, estabilidade, perenidade, democratização, diálogo federativo, transparência e, por certo, como já foi também destacado, estruturas de monitoramento, participação social e responsabilização.

Vou tomar a liberdade de dizer que estamos todos aqui defendendo uma política de Estado para a educação nacional, portanto, uma política que perpasse diferentes governos e matrizes político-ideológicas e que deve compreender, a meu ver, que são fundamentais, no caso da educação, pactos mais perenes e estáveis, construídos democraticamente em espaços de negociação e de pactuação, com a fixação de diretrizes, princípios e objetivos que, em última análise, reforcem a responsabilidade do Estado com a educação pública em toda a sua extensão e o direito de todo e qualquer um, independentemente de seu lugar de nascimento, moradia ou condição física individual.

Então, entendo que esta discussão nossa desta tarde se vincula a todo esse esforço. E, certamente, essa discussão se articula também à discussão, como já foi dito, do Plano Nacional de Educação e do Sistema Nacional de Educação e, claro, ao avanço que tivemos com a aprovação do Fundeb permanente, e, agora, com essa sinalização muito propositiva do Senado Federal no sentido de retirar o Fundeb do arcabouço fiscal. Então, essas seriam as sinalizações iniciais.

Eu agora farei algumas considerações contextuais e históricas, chamando a atenção de que de fato há uma interface muito grande entre essa discussão nossa com o Plano Nacional de Educação e o Sistema Nacional de Educação. Então, aqui eu recupero que, quando foi encaminhado o PL 8.035, pelo Presidente Lula e pelo Ministro Haddad, eles encaminharam também, à época, uma proposta de lei de responsabilidade educacional, o PL 8.039, de 2010, com uma sinalização de não invadir competências e mantendo uma abrangência no âmbito de uma ação civil pública de responsabilidade educacional, olhando especificamente para o cumprimento das obrigações e garantias já consolidadas no campo educacional. Então, ali tinha um sentido de responsabilidade que eu gostaria de resgatar, que é o sentido de responsabilidade educacional vinculada ao cumprimento da aplicação dos recursos constitucionais, legais, das ampliações relativas aos direitos, ou seja, nesse caso, é a responsabilidade educacional dialogando com a necessidade de garantir condições de oferta e padrões de qualidade para a educação básica pública, sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se conectar – como uma conexão direta – com a aferição de indicadores de desempenho como elemento central. Esse é um ponto que eu gostaria de destacar.

Conjuntamente com esse PL, encaminhado com o PNE, temos também mais de duas dezenas de outros projetos que estão aí dentro dessa nominação "responsabilidade educacional" e que foram apresentados desde 2006. São projetos muito diferentes e que estão lá com um substitutivo pronto para o Plenário da Câmara. Então, chamo a atenção para essa conexão Câmara e Senado. E o que o Senado certamente produzir aqui deverá encontrar esse acúmulo lá, chamando a atenção para o fato de que são projetos com perspectivas bastante distintas.

Em razão desse bloco de proposições sobre responsabilidade, eu quero destacar que faço parte também do Fórum Nacional de Educação, que, já em 2015, na decisão do seu pleno, por meio de uma nota pública, solicitou aos Parlamentares membros da Comissão Especial da Câmara dos Deputados encarregados de apreciar o bloco encabeçado pelo Projeto 7.420, de 2006 – todos apensados a ele –, a suspensão da tramitação da matéria até que se concluísse ao menos o processo de encaminhamento de outros projetos de lei: Sistema Nacional de Educação, Custo Aluno Qualidade Inicial, Custo Aluno Qualidade, e o dos regimes de cooperação e colaboração interfederativos, relativos aos arts. 23, inciso V, parágrafo único, e 211.

Quero chamar a atenção porque essas tramitações não foram concluídas. Então, eu daria já uma sinalização de que, a meu ver, para se avançar na aprovação de um texto de responsabilidade educacional, seria importante ter efetivamente esse desenho do CNE, o modelo, os parâmetros de financiamento, no caso do Fundeb, e os desdobramentos em termos das formas de cooperação. Penso que essas são questões fundamentais e destaco que o responsabilizar tem que estar muito alinhado com a própria discussão do Sistema Nacional de Educação: quem faz o quê, sob quais condições faz, com que mediações de complementaridade e assistência técnica e financeira, sob que complementações normativas, com que transitoriedade, sob quais regramentos; e, obviamente, o horizonte mesmo de definição, no âmbito do Sistema Nacional de Educação, por exemplo, de órgãos, instâncias e entes. Essas seriam considerações de ordem mais geral, e agora eu tentarei apontar alguns projetos.

Digo da minha satisfação de estar nessa discussão porque entendo que a lei de responsabilidade educacional centralmente precisa mirar o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação. Nós sabemos que o Plano Nacional de Educação que está em vigor foi objeto de construção com ampla participação da sociedade civil, com quase 3 mil emendas. O Senador tem o plano como uma questão fundamental na sua atuação profissional, e ressalto esse alinhamento como importante.

Lembro também que ela deve orientar – e aí articulando também com as falas que me antecederam – o cumprimento de um Custo Aluno Qualidade como parâmetro de financiamento, em que devem estar definidas as relações de complementariedade e cooperação entre os entes federativos. Acho que essa é uma questão crucial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A lei de responsabilidade, a meu ver, não pode se desvincular da gestão democrática, da existência de condições e estruturas de materialização da participação e da democratização da gestão educacional – e da democratização da gestão educacional. Penso que esse deve ser o eixo, em detrimento a dimensões e critérios meritocráticos. Eu acho que esse é um ponto que a Anpae tem defendido muito e tem pontuado nos seus documentos, a importância mesmo de nós pensarmos essa perspectiva mais ampla e vou explicitar isso um pouco melhor depois, quando fizer referência à concepção de qualidade.

Isso implica que é preciso avançar. Já pensando no projeto, algumas expressões precisam ser mais bem pormenorizadas, como, por exemplo, abro aspas: "inconsistências na oferta de educação básica pública e na promoção do seu padrão de qualidade". É preciso ter um delineamento bem mais pormenorizado.

Nesse sentido também, chamo atenção para o art. 3º, que sinaliza para um relatório circunstanciado sobre condições da rede escolar – e eu diria –, dessas condições, incorporando também os seus profissionais. Acho que Fátima traz um elemento muito importante que é a questão do concurso público, e a gente trazer o quadro, o cenário mesmo atual, em que nós temos um grande número de professores e de profissionais nas redes públicas que estão em condição temporária, precarizada, e que, portanto, não foram advento de concurso público. E isso afeta muito o conjunto das questões e das proposições.

De igual modo, acho que é preciso avançar na perspectiva, já dialogando um pouco com o art. 4º, do que se entende mesmo por esse horizonte de responsabilização educacional, especialmente se a gente destaca a questão dos recursos, a insuficiência das receitas, colocando aí a complexidade da questão, a definição mais clara sobre quais serão essas fontes orçamentárias e, em particular, o papel da União na coordenação e nessa dinâmica de pacto federativo.

Sobre o art. 5º, com muita consonância com o que também foi colocado por Fátima, nós da Anpae também temos uma posição baseada em estudos, em revisão de literatura nacional e internacional no sentido de que o abono, na verdade, não contribui para a melhoria dos processos educacionais. O que a gente tem visto é que muitas pesquisas sinalizam para isso, e eles acabam sendo medidas que ampliam a desigualdade social e, portanto, podem até naturalizar as simetrias não apenas entre sistemas, mas entre escolas, instituições e profissionais.

Então, penso que essa é uma questão fundante e acho que não comporta nessa nossa discussão o referendo ao abono salarial anual. Eu acho que essa perspectiva e a experiência brasileira mesmo têm sinalizado que essa sinalização acaba muito mais reforçando a desigualdade social e naturalizando o ranqueamento entre as instituições, entre os profissionais, entre os sistemas.

Por isso, sinalizando que o recebimento de abono salarial a partir de indicadores que apontem melhoria ou manutenção de padrão de qualidade do ensino significa, no limite, de alguma forma reforçarmos uma concorrência da educação com ela mesma – não é? –, concorrência, como eu já disse, entre os profissionais da educação, pois os recursos, em regra, são limitados. E pode ainda precarizar, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

já foi destacado por Fátima, carreiras e, ademais, transferir para os profissionais das escolas a responsabilidade pelo padrão de qualidade, o que entendemos ser absolutamente inadequado.

Nessa perspectiva, ressaltamos ainda que é preciso um conjunto de medidas que envolva as escolas públicas e seus profissionais. E, nesse sentido, é também preciso ter uma perspectiva de abranger... É claro que o Estado está direcionado para o setor público, mas é preciso pensar também na relação com as escolas privadas.

Quero reforçar, portanto, que, ao se pensar numa lei de responsabilidade educacional, ela deve estar muito vinculada ao Sistema Nacional de Educação, que fixa a cooperação entre os entes e a colaboração entre os sistemas. Acho que só assim a gente avança para a não fragmentação de regras educacionais e para, de certo modo, não gerar algum tipo de insegurança jurídica. Estou falando isso, enquanto um cuidado, pensando aí na importância dessa articulação e do Sistema Nacional e do Plano Nacional de Educação.

Bom, penso que, então, uma proposição que deveria ser fortemente marcada seria pela afirmação de direitos, e na prática... Pode, na prática, na verdade, assumir um tom gerencial...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – É só para dizer que esteja à vontade – viu, Luiz Dourado? – para continuar também.

O SR. LUIZ FERNANDES DOURADO (*Por videoconferência*.) – Eu peço desculpas...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – É que o sinal é automático.

O SR. LUIZ FERNANDES DOURADO (*Por videoconferência*.) – Perfeito. Eu agradeço.

Então voltando aqui, Senador, eu quero destacar a importância mesmo do aceno da gestão democrática ao trazer esses elementos aqui e pontuar como é que eles podem, ainda que não sejam – e, obviamente, não são – a ideia do Senador, que é um defensor da educação, de alguma forma referendar uma lógica gerencial de definição de metas e de avaliação e até na perspectiva de recompensas.

Bom, aí é importante dizer que também é... Quero aqui também chamar a atenção para o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, e dizer que nós avançamos com o Plano Nacional de Educação, no art. 11, que propõe o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União em colaboração com os estados, Distrito Federal e municípios, sinalizando que ele constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade. De fato, nesse art. 11 se avança muito no tocante ao sistema nacional, e nós chegamos a ter uma proposição, por portaria do Inep em 2016, de criação do sistema nacional, do Sinaeb, que foi revogado logo em seguida no Governo Temer.

Então, acho que pensar essa questão e pensar, sobretudo, o artigo 11, porque acho que ele é muito mais abrangente do que a meta específica sobre a avaliação, porque ele traz uma concepção ampla. Quer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizer, em última análise, para que eu estou querendo chamar a atenção? Para o fato de que essa discussão envolve a concepção de educação, de formação, de democratização, acesso, permanência e qualidade, para além da definição de padrões e dos indicadores atuais, que vinham muito restritos a uma concepção de regulação e avaliação de produto em detrimento de processos, quer dizer, um pouco na linha do que Fátima falou, para a importância mesmo de uma lógica de avaliação formativa num horizonte mais abrangente e que, de fato, se articule a esse nível educacional, a seus sistemas, a suas etapas e modalidades, buscando avançar.

Então, acho que uma definição importante é a de qualidade. Eu tenho trabalhado um pouco esse tema. Eu o defini numa entrevista que uma educação de qualidade, entendendo a educação como prática social e histórica, envolve múltiplas dimensões sociais e educacionais. Então, acho que pensar essa questão da qualidade, pensar esse horizonte dessa intersecção com a qualidade, com responsabilização, implica ter essa visão ampla dessas dimensões. Primeiro, envolve uma dimensão socioeconômica e cultural dos sujeitos envolvidos. Eu acho que a pandemia nos trouxe esse retrato de uma maneira muito mais abrangente, quer dizer, nós já sabíamos que o nosso sistema é extremamente desigual e assimétrico, mas identificamos que essa desigualdade e assimetria não são só regionais, mas estadual, municipal, institucional, intrainstitucional e têm uma dimensão socioeconômica e cultural que estão na dimensão extraeducacional e que a gente precisa considerar sobretudo para avançar nessa linha e nessa interface de políticas intersetoriais.

Dimensões dos direitos e das obrigações do Estado, quer dizer, no tocante ao acesso, diretrizes, padrões de qualidade, a própria intersecção entre processo de regulação e avaliação e a garantia de programas suplementares – quer dizer, aqui eu estou tentando também dialogar com o Taylor, com a Roseane, com o Fred, com a Ana Beatriz e com a outra participante de quem eu não consegui anotar o nome, sobre as questões que nos trouxe aí o Senador Flávio Arns. Então, é importante chamar a atenção para essa dimensão dos direitos e obrigações do Estado.

Se nós considerarmos o avanço que foi a Emenda Constitucional 59, de 2009, ao ampliar a educação básica obrigatória, que anteriormente estava focalizada no fundamental, para a educação de 4 a 17 anos – e as três primeiras metas do plano nacional referendam essa decisão constitucional e sinalizam para a sua universalização até 2016 –, nós vamos ver que essa dimensão dos direitos e da obrigação do Estado está muito distante. E nós temos que enfatizar isso nessa construção para depois articularmos a isso a dimensão dos sistemas de educação das instituições educativas e dos profissionais.

Vou finalizar.

Aqui são as condições de acesso, permanência, gestão, organização, do trabalho formativo, do projeto pedagógico, da valorização do profissional da educação e da cultura institucional, quer dizer, essas dimensões intra e extraescolares são fundantes para nós pensarmos esse horizonte de qualidade, envolvendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aí insumos, propriedades, atributos, a definição de recursos e também os processos de gestão articulados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, mas não se circunscreve a eles.

Uma educação, então, de qualidade – vou finalizando, não é? – implica considerar a multiplicidade desses aspectos como resultados de processos coletivos e democráticos, articulados à concepção de educação e qualidade social, a essas condições de acesso e permanência e aos sujeitos envolvidos nos processos e nas suas condições concretas, à dinâmica formativa e aos aspectos políticos e pedagógicos que consubstanciam o ato educativo, envolvendo aí a produção pensando no texto constitucional e não na BNCC, que é bastante reducionista, mas pensando na dinâmica constitucional da aquisição e produção de conhecimentos e saberes significativos. Aí eu destacaria, em particular, o art. 206 da Constituição Federal. Querendo ser rápido aqui, estou embolando.

A avaliação formativa, a definição coletiva de uma base comum nacional que garanta unidade na diversidade. Então, essa nossa discussão implica também pensar processos avaliativos mais amplos, vinculados a projetos educativos democráticos, emancipatórios, numa perspectiva que se contraponha à centralidade por vezes conferida à avaliação com medidas de resultados, que se traduz em instrumento de ranqueamento e competição.

Então, são múltiplas essas questões. Penso que cabe a responsabilização no que concerne ao cumprimento das obrigações do poder público, sempre que, por ação ou omissão, comprometa ou ameace comprometer a plena efetivação do direito à educação básica pública.

Nesse contexto, a meu ver, a ação pública de responsabilidade educacional deve ter por objeto, centralmente, o cumprimento das obrigações constitucionais e legais relativas à educação básica pública, e, nesse sentido, não teria centralidade o alcance das metas de qualidade se nós considerarmos hoje o escopo absolutamente reducionista da dinâmica da avaliação.

Se a gente avança no construto do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, pensando aí essa articulação entre variáveis internas e externas, nós podemos certamente avançar face a essas questões.

São esses os apontamentos, chamando a atenção a essa intersecção e especificidades entre responsabilidade e garantia de oferta e padrão de qualidade.

Eu agradeço e sigo à disposição.

Peço desculpas se me alonguei na fala.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Luiz Fernando Dourado não se alongou, altamente didático, claro, preciso... A gente agradece muito a sua apresentação, bastante detalhada, olhando artigo por artigo, dentro do contexto amplo do que pode ser das interfaces, com tanta legislação, com tanto acúmulo também de conhecimento sobre esses debates. Foi, assim, uma aula também. Parabéns pela fala. Eu penso assim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, foi muito interessante hoje, porque nem houve necessidade de projeções. Houve uma reflexão, um exame, assim, do conceito de responsabilidade educacional que a lei propõe ou do que todos nós consideramos importante ser levado em conta também, o que vem acontecendo no cenário histórico de tudo isso, e tanto você, Fátima, como o Prof. Luiz Dourado também contribuem muito para essa finalidade, não é?

Não sei se a Fátima gostaria de acrescentar alguma coisa também – e depois o Prof. Luiz Dourado também.

A SRA. FÁTIMA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, eu acho que, na verdade, os pontos... São muitas coisas. O Luiz Dourado colocou outros pontos, e a gente ficou bem em cima só do projeto, mas é aquilo que nós colocamos.

Nós vemos a necessidade de dialogar com outros projetos que estão aí em consonância também com lei de responsabilidade educacional, principalmente em vista do novo Fundeb, que foi aprovado e que tem uma série de regulamentações que devem ser feitas, mas que não foram feitas, e do PNE também, pois já há um processo de construção do novo e de avaliação do que está acontecendo agora.

Na verdade, no meio desse caminho, nós tivemos uma pandemia, que escancarou todas as nossas diferenças, toda a questão socioeconômica do nosso país e no setor educacional. Então, nós temos dois anos, dois anos e meio, três anos que, no campo educacional, nós precisamos não só recuperar no processo pedagógico de ensino essa aprendizagem toda que nós temos que recuperar, mas também acelerar todo esse processo.

Nós vemos com grande preocupação se nós não implementarmos o CAQ (Custo Aluno Qualidade). Nós vamos ficar falando de qualidade da educação, vamos falar que educação é prioridade, e, no entanto, não é tanta essa prioridade na hora em que a gente vai tratar de recursos.

Agora, alegra-me muito este papel que o Senado vai cumprir no sentido de tirar do teto, do arcabouço fiscal o Fundeb. Acho que nem na Emenda Constitucional nº 95, tão nefasta que foi para as políticas públicas e para o povo brasileiro, deixou a educação. Então, o arcabouço fiscal não pode deixar isso dentro. E o Senado cumpre seu papel se retirar isso, dizendo o compromisso com a educação.

Essa lei de responsabilidade educacional... E o Prof. Luiz Dourado lembrou que tem outros projetos que estão aí. Então, tem que fazer a interface com aquilo que tem que aprovar e deixar muito claro qual é que a responsabilidade de todos os envolvidos enquanto gestores dos entes federados. Nós temos que ver aqui muito esta questão colocada sobre tanto o art. 5º quanto o art. 6º. Por que onde é que está mais? Na questão dos professores, que estão dentro das escolas, e também dos diretores de escola. Quando não tem um processo de gestão democrática, em que os diretores sejam eleitos democraticamente... E eles sabem que o resultado também... E, se envolve recurso, se envolve finança, isso é muito prejudicial. Então, creio que a gente tem que fazer um processo de diálogo com aquilo que tem que vir para a lei de responsabilidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

educacional, essas interfaces que têm que ser aprovadas em função da legislação, com outros projetos que já tem na Casa. É dialogar, enfim...

Senador, não sei sobre a questão do tempo, mas, quanto às pessoas que escrevem, que estão nos assistindo e tudo, em função das perguntas que o senhor colocou e que vieram do *chat*, eu creio que sempre quem está acompanhando, assistindo merece ter respostas daquilo que elas colocam. Todas as perguntas que o senhor colocou aí ou os comentários que essas pessoas fizeram merecem algum comentário.

A primeira pessoa – não deu tempo de gravar o nome – fala da questão da educação para o pensamento crítico e não de uma educação como automação. O tema que nós estamos discutindo aqui é responsabilidade educacional, mas essa pessoa dialoga muito bem com a questão do novo ensino médio que está implementado no Brasil, que a gente está discutindo uma revogação e que levou para esse ensino de automação.

E a merenda escolar? Não dá para admitir, quando o Governo Federal corrigiu em 136% o recurso da merenda escolar, a gente receber alguém dizendo: "Olha, na escola está tendo bolacha, está tendo chá; não está tendo merenda escolar condigna". O senhor enquanto Senador, nós enquanto CNTE não podemos ver algo como isso e não pedir que o poder público, orientar também as pessoas aonde ir, para que seja tomada uma providência quanto a isso.

Outra pessoa falou assim: "Eu quero que fique bem claro como que é a responsabilidade de cada um na lei de responsabilidade educacional se não cumprir a lei". Então que também sobre isso a gente tem que debruçar dando resposta: o Prefeito, se não cumprir, vai ser isso; o governo do estado vai ser isso; o Presidente da República vai ser isso; o diretor... Enfim, toda a comunidade, quem vai participar de tudo.

É um pouco do resumo das intervenções que as pessoas colocaram no *chat* e nas perguntas de que o senhor que fez a leitura.

Eu creio que o principal caminho que a gente tem é o caminho do diálogo, e o Parlamento brasileiro tem um papel fundamental nesse processo. Durante a pandemia, nós não tivemos nenhuma condução do Governo, mas o Parlamento na questão educacional teve uma função muito importante no processo da pandemia; ajudou a nos segurar, ajudou a dirigir um pouco enquanto CNTE os entes do Estado na pandemia. E agora, nesse processo de retomada, de reconstrução e tudo... Aprovamos o Fundeb também durante a pandemia.

Então, são muito importantes essas audiências da pauta educacional que estão acontecendo tanto aqui no Senado quanto também Câmara. E entendemos que esse assunto é um assunto muito importante e que temos que convergir.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Muito bem!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a você, Profa. Fátima. A Profa. Fátima é professora, e isso já é maravilhoso, não é? E tem incentivado as pessoas todas a observarem essa carreira que tem que ter, como foi colocado, planos de carreira, formação inicial, formação continuada, valorização para que as pessoas se sintam atraídas a, como projeto de vida, serem professores, professoras, profissionais da educação. Ela é representante nesta audiência pública da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação).

Dr. Luiz Fernando Dourado, Presidente da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae), se quiser fazer também comentários particulares...

Agradecemos também, antes de passar a palavra do senhor, por toda contribuição que puder vir para o texto também, como o próprio Dr. Luiz Dourado já colocou. Será muito bem-vinda através da própria Comissão de Educação. Pode ser por WhatsApp, por *e-mail.* A Andréia, a nossa Secretária da Comissão, até pode colocar os contatos possíveis para o Dr. Luiz Dourado e para a Fátima para contribuições que possam também sugerir especificamente para o texto.

Com a palavra, o Dr. Luiz Dourado.

O SR. LUIZ FERNANDES DOURADO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sou eu que agradeço, Senador, a possibilidade de estar aqui debatendo com o senhor, também com a Fátima Silva, com os que nos acompanham, com os Senadores e também os que participam inclusive da plenária, chamando atenção para essa temática.

Eu gostaria de fazer um destaque adicional ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica. Eu acho que essa é uma frente extremamente importante, acho que avançamos muito no Plano Nacional de Educação no art. 11. O art. 11 traz essa noção de sistema, ratifica a coordenação pela União, em articulação, em colaboração com os estados, o Distrito Federal e os municípios, também com a perspectiva da avaliação da qualidade e orientação das políticas públicas. Eu penso que esse é um eixo muito importante. E aí ele vai chamar a atenção já no art. 11, no inciso do sistema de avaliação. Ele dá uma dimensão mais ampla ao sistema de avaliação quando traz no inciso I indicadores de rendimento escolar, mas no inciso II traz indicadores de avaliação institucional relativos a características, como o perfil do alunado e do corpo dos profissionais da educação, as relações entre dimensões do corpo docente, do corpo técnico e do corpo discente, a infraestrutura das escolas, os recursos pedagógicos disponíveis e os processos de gestão, entre outros relevantes.

Chamo atenção também para o Ideb, mas agrega esse conjunto de outros elementos. Eu penso que essa é uma questão fundante. E estou enfatizando muito isso, até porque, quando a gente vai para a meta da avaliação, ela é uma meta que fica mais centrada, muito mais, nessa avaliação de produto, portanto os testes estandardizados.

Eu penso que essa é uma matéria fundamental para nós avançarmos, para fazer valer mesmo, inclusive no âmbito da política de Estado do Governo atual, que é instituir esse sistema nacional de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

avaliação. Acho que isso nos ajuda a avançar, fazer uma perspectiva de mais equidade no sistema e, portanto, romper com muitos dos limites colocados aí dessa estrutura, que é desigual e bastante assimétrica. E para isso é fundante que a gente pense a qualidade envolvendo tanto os aspectos extraescolares como intraescolares. Por vezes, ficamos focalizados somente nos intraescolares e nós sabemos que a pandemia – eu já disse isso, mas eu vou repetir – deixou muito claramente delineado que nós temos é que ter um conjunto de políticas, inclusive intersetoriais, para pensarmos e para fazermos valer a qualidade da educação.

Por fim, agradecendo, uma vez mais, a possibilidade do diálogo e reconhecendo a sua atuação em defesa da educação pública de qualidade, democrática, laica, inclusiva, quero dizer da importância dessa temática e de nós de fato avançarmos em esforços comuns em direção à garantia do direito à educação pública, promovendo esses canais de participação no horizonte de cidadania, também no sentido de ampliação do próprio direito e até de fazer cumprir o direito constitucional à educação básica obrigatória, mas não somente, e como essa discussão de democratização do acesso, da permanência articula-se a mecanismos e processos de monitoramento, controle social e responsabilidade educacional.

Eu já assumi o compromisso de transformar essas notas em um texto e encaminhar, no início da próxima semana, para o Senador e para a Comissão, para continuarmos esse debate aqui iniciado.

Fico à disposição. Quero dizer da satisfação da Anpae. Eu sou professor. Eu sou Professor Titular Emérito da Universidade Federal de Goiás e quero dizer que, nessa condição de professor, estou Presidente da Associação Nacional de Política e Administração da Educação, que entende e que quer sempre participar desses movimentos tão fecundos encaminhados aí pelo Senado Federal, particularmente pela Comissão de Educação e pelo senhor, em particular, ao trazer matérias de tamanha relevância.

Então, é isso. Muito obrigado por essa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço de novo – agora vou chamar corretamente – ao Prof. Luiz Fernandes Dourado e à Profa. Fátima Silva. Foi uma alegria tê-los participando desta audiência pública, com uma contribuição tão valiosa não só para o tema em debate, mas para a compreensão global de onde esse tema pode se encaixar nessa discussão toda de Sistema Nacional de Educação, Plano Nacional de Educação, novo Fundeb, legislações tão importantes, não é? E o contexto da pandemia, temos todo um relatório também de 20 audiências públicas decorrentes da pandemia. O título do relatório, inclusive, é "Educação na Pandemia", com contribuições muito importantes de tantas pessoas pelo Brasil.

O endereço para o qual poderá ser enviada a sugestão de texto já consta aqui no *chat* também: ce@senado.leg.br – CE, de Comissão de Educação.

Agradeço bastante, de novo, a participação, agradeço a todos e todas que contribuíram com perguntas e comentários. Continuem acompanhando pelo portal da Comissão todos os avanços nos debates. Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos uma Subcomissão que trata do novo ensino médio, presidida pela Senadora Teresa Leitão, também uma Subcomissão que trata do tema "Alfabetização na Idade Certa", presidida pelo Senador Cid Gomes. Temos debatido o Plano Nacional de Educação, como já foi mencionado também, e a lei de responsabilidade educacional. Então, muitos debates importantes vêm acontecendo. E até destaco: na abertura, eu mencionei que é a 34ª Reunião, nesse ano, da Comissão de Educação. Quero enaltecer o trabalho dos Senadores e Senadoras que fazem parte da Comissão, que têm se empenhado muito na aprovação, debates, visitas e tudo o que possa ser feito nessa área, que é a mais importante, é prioridade absoluta para o Brasil, e daí a importância da retirada, inclusive, do Fundeb – pelo menos no Senado a gente espera que tudo, na sequência, corra bem – do teto de gastos.

Então, agradeço de novo a participação de todos, da Secretaria, dos meios de comunicação do Senado.

Tendo cumprido os objetivos desta audiência pública, declaro encerrada a reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 23 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 35ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2023, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às oito horas e cinquenta e nove minutos do dia dezenove de junho de dois mil e vinte e três, no Reunião remota, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença do Senador Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Izalci Lucas, Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Teresa Leitão, Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Romário, Laércio Oliveira e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 21/2023 - CE, de autoria Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Finalidade:** Discutir estratégias e diretrizes que devem nortear a elaboração do novo Plano Nacional de Educação (PNE), com enfoque no eixo temático "o PNE vigente e o novo PNE: continuidade ou ruptura?". **Participantes:** Sra. Ana Gardennya Linard, Gerente de Políticas Públicas do movimento Todos Pela Educação; Sr. Daniel Cara, Dirigente da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Sr. Nelson Cardoso Amaral, Presidente da Associação Nacional de Pesquisadores em Financiamento da Educação (FINEDUCA); e Sr. Ricardo Tonassi Souto, Presidente do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (FONCEDE). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/06/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura – eu ia falar "e esporte", mas agora a parte de esporte constitui uma Comissão específica no Senado Federal, então, reunião da Comissão de Educação e Cultura – da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 19 de junho de 2023.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de, abro aspas: "Discutir estratégias e diretrizes que devem nortear a elaboração do novo Plano Nacional de Educação (PNE), com enfoque no eixo temático 'o PNE vigente e o novo PNE: continuidade ou ruptura?', em atenção ao Requerimento nº 21, de 2023, da Comissão de Educação".

Participarão de nossa audiência, de forma remota, a Sra. Ana Gardennya Linard, Gerente de Políticas Públicas do movimento Todos Pela Educação; Sr. Daniel Cara, Dirigente da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Sr. Nelson Cardoso Amaral, Presidente da Associação Nacional de Pesquisadores em Financiamento da Educação (Fineduca); e também o Sr. Ricardo Tonassi Souto, Presidente do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (Foncede).

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Eu quero, inclusive, comentar que já temos algumas participações, que eu vou ler, de perguntas e comentários.

A primeira delas, primeira pergunta, é de Giovanni Bonissoni, de Santa Catarina: "Como o Governo avalia o desempenho do Plano Nacional de Educação vigente até o momento? Quais foram os principais avanços e desafios?".

João da Silva, do Rio de Janeiro: "Do que nós brasileiros estamos precisando para termos um Plano Nacional de Educação com [abro aspas] a 'cara' do nosso povo?"

Maurício Douglas, do Maranhão: "O que pretendem fazer com as metas do PNE que não alcançaram seus objetivos?"; "O PNE [...] pode ser avaliado como positivo levando em conta seus resultados atuais?".

Thiago Alcides, de São Paulo: "Quais os benefícios do PNE [Plano Nacional de Educação] vigente comparados ao novo PNE?".

Lucineide Cruz, do Distrito Federal: "Quais metas do atual PNE foram atingidas?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero destacar, assim, a relevância e a pertinência das perguntas realizadas pelas pessoas que nos acompanham. Eu quero dizer também que sempre deixamos, no Portal da Comissão, um sumário, um resumo de todas as apresentações e todas as audiências públicas, não só relacionadas ao PNE, mas temos audiências públicas sendo realizadas em função do novo ensino médio, da Lei de Responsabilidade Educacional, também da violência nas escolas e contra as escolas, da Lei de Cotas. Então, sempre há um resumo, para que as pessoas possam, em uma leitura rápida, saber o que foi debatido.

Caso alguém tenha interesse em detalhar o assunto, sempre estão disponíveis as notas taquigráficas, as apresentações, os vídeos, caso a pessoa deseje se aprofundar no assunto. Então, isso é muito interessante. É um mecanismo necessário.

Esta já é a quinta audiência pública sobre o Plano Nacional de Educação. Eu lembro que o Governo Federal, o Executivo enviará para o Congresso Nacional, no segundo semestre, a proposta do novo plano e a ideia é nos anteciparmos já, para não fazermos essas audiências só quando o plano nacional, como proposta, chegar ao Congresso Nacional. Esta, então, já é uma antecipação do debate, que é necessário, com a sociedade. É a quinta audiência pública, portanto.

Às vezes, as pessoas podem perguntar como discutir monitoramento, por exemplo, prioridades e demandas ou educação bilíngue de surdos, educação especial, estratégias, diretrizes, cada audiência pública tem um enfoque e os enfoques anteriores, então, estão disponíveis para toda a sociedade.

Dito isso, eu quero também destacar que, na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos, prorrogáveis por mais cinco minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida, novamente, aos convidados, para observações que considerem pertinentes em função das apresentações em geral.

Passo, em primeiro lugar, então, ao Sr. Nelson Cardoso Amaral, a quem eu dou as boas-vindas de novo.

Dr. Nelson, o senhor sempre está presente, discutindo e representando uma instituição das mais importantes do Brasil na área educacional que é a Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca), com tanta contribuição já prestada em debates tão relevantes como o novo Fundeb, em que a Fineduca foi essencial.

Com a palavra, então, Dr. Nelson.

O SR. NELSON CARDOSO AMARAL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Cumprimento, em primeiro lugar, o Senador e todas e todos que estão assistindo, colegas de audiência, o Todos pela Educação, do Foncede, da Campanha, que deve chegar daqui a pouco, o Daniel Cara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estive pensando um pouco sobre a temática desafiante que é, exatamente, continuar a disruptura desse PNE atual, que virá até metade do ano que vem. Então, temos apenas um ano pela frente para tentar cumprir um pouco do que está previsto ali.

Já atento a algumas perguntas que foram feitas, esse período de 2014 a 2024 é um período muito tumultuado na política brasileira, com a eleição da Presidente Dilma Rousseff; depois, *impeachment*; a entrada do Temer, num mandato curto; depois, a entrada do Bolsonaro, cuja marca foi tentar destruir aquilo que estava feito. Então, um período muito complicado, perpassando três Governos Federais e, agora, mais um mandato.

Agora, é muito curto o período para que se faça algumas correções. Foi muito pouco cumprido ali.

É claro que um Plano Nacional de Educação é importante por ele mesmo. A existência dele já é uma coisa muito importante.

A Fineduca discutiu alguns aspectos desse novo PNE e firmou uma posição de que ele não deve ser deixado de lado até a aprovação do novo. A gente não sabe em quanto tempo vai ser aprovado. Então, seria importante que as metas ali presentes estivessem na mira do atual Governo até a aprovação do próximo.

Para a aprovação do próximo, realmente, a gente não pode deixar com que as metas sejam diminuídas, por tudo o que está previsto ali, pelos objetivos todos de expansão, de aumento dos recursos públicos aplicados em educação. E a gente defende que essa meta seja alterada para "dinheiro público em educação pública".

Então, a preocupação é nesse sentido, a preocupação inicial a partir do título da discussão.

Está tudo bem para vocês, vendo a transparência? (*Pausa.*)

Está, não é?

Vou, objetivamente, fazer uma análise exatamente sobre a Meta 20, que é a meta dedicada aos recursos para a educação.

A Meta 20 propunha, em 2024, a gente chegar com um volume de recursos da ordem de 10% do PIB. Isso será impossível já que os estudos do próprio Inep, do monitoramento, já dizem que está em torno de 5%, cinco vírgula alguma coisa do PIB. Então, está muito longe, muito distante.

Outro aspecto é que, toda vez que é divulgado o resultado do Pisa, as escolas, os professores, os diretores são todos chamados a prestar contas: por que o Brasil se sai tão mal no Pisa? É aí que eu quero deixar a marca para a gente discutir um pouco e debater um aspecto que diz respeito ao financiamento que é feito naqueles países que estão ocupando as primeiras posições do Pisa, vamos dizer assim.

Vamos lá, eu vou ser bem objetivo para a gente conseguir cumprir o prazo, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse gráfico mostra o seguinte. Essa linha amarela cuja legenda está no lado direito mostra o resultado do Pisa desses países todos, e esse resultado do Pisa está em ordem decrescente – Pisa 2018, o último que foi realizado. Então temos: Estônia, Japão, Coreia, Canadá, Finlândia, Polônia, Irlanda... Sempre que saem os resultados, surgem vozes comparando o Brasil com a Finlândia, com o Japão, com a Polônia, ou seja, ficam comparando o resultado brasileiro com esses resultados aqui, e uma das perguntas foi exatamente com relação a resultados.

Do lado esquerdo está o valor que esses países aplicam por pessoa de zero a 24 anos. Esse "US$-PPC" é dólar poder de paridade de compra. Para a gente analisar tantos países assim, a gente tem que transformar para o poder que o dólar tem de compra em cada um dos países; aí fica comparável, é uma maneira de ficar comparável o resultado entre os países.

Bom, então vocês veem que o país que ocupa o primeiro lugar é a Estônia: 526 pontos ela fez na média do Pisa. E a prova do Pisa tem leitura, matemática e ciências; esse de 2018 teve foco em leitura – cada Pisa tem foco em determinada disciplina dessas. Ela aplica US$9.764 – esse poder de paridade de compra – por pessoa de zero a 24 anos. O Brasil tirou 400, e ele aplica US$2.490, poder de paridade de compra.

Esse gráfico mostra o quê? À medida que o Pisa vai caindo... À medida que o dinheiro vai caindo por pessoa de zero a 24 anos, à medida que o valor por pessoa de zero a 24 vai caindo, o Pisa também vai caindo.

Nós podemos afirmar que existe uma relação entre o dinheiro e o resultado do Pisa. Se a gente quiser dizer que o resultado do Pisa significa alguma qualidade... Tem aspectos de qualidade nele, mas também muitas críticas a essas provas de larga escala todas. A gente vê que... Quando se aplica uma prova de larga escala, tudo se reduz a esse resultado, assim como o Ideb no Brasil? Tudo se resume ao Ideb, como se o Ideb fosse o resultado explícito de tudo o que diz respeito a qualidade em educação? Qualidade em educação é uma categoria complexa, muito complexa – no final eu vou tentar falar um pouquinho dessa complexidade.

Bom, então essa primeira análise mostra que os resultados do Pisa dependem do dinheiro aplicado, e começam a comparar o Brasil com esses países. Vejam: 9.764 *versus* 2.490. Se a gente pega a Finlândia, dá mais de 10 mil; se a gente pega a Polônia, dá em torno de 6 mil, e o Brasil, 2.490. Os outros países todos são países da OCDE. Vocês veem que a Colômbia, a Costa Rica, o México e o Chile são países da OCDE, e todos eles aplicam também valores pequenos. Então, a gente não pode fazer comparações de coisas tão díspares, e só pegar esse componente para fazer comparações, como acontece rotineiramente em nosso país, toda vez que sai o resultado do PISA. E na educação superior, na qual eu não vou entrar com muitos detalhes, toda vez que saem os *rankings* internacionais, a análise é muito parecida com essa aqui. Então, nós temos que tentar diminuir essa desigualdade para a gente conseguir fazer comparações mais consistentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse mesmo relatório dá o resultado do PISA brasileiro. O PISA brasileiro, nas instituições federais, dos alunos das instituições federais, que são os colégios de aplicação das universidades e os institutos federais, dá uma média de 488. Nas estaduais, os alunos das estaduais dão uma média de 391. E os alunos das municipais dão uma média de 325. E das privadas, dá 493. Vocês veem que o resultado da privada e da federal não é tão distante assim.

Eu fiz uma nova imagem aqui, mostrando como é que ficam as privadas e as federais no contexto desse conjunto de países. São regiões da China, Singapura, Macau, Hong Kong, Estônia. Esses quatro primeiros não estão no anterior porque eles não são da OCDE. Então, aqui eu coloquei todos os países que fizeram o PISA, desde o mais alto até chegar à Itália, que é 477. Vocês veem que os estudantes das privadas brasileiras ficam nessa posição, com 493, ali entre a França e Portugal. E os estudantes das federais ficam logo próximos disso, que é a Áustria e a Letônia. E Portugal também, logo do lado esquerdo, e Espanha está bem próxima. Então, eu vejo muitas vezes dirigentes brasileiros indo a Singapura, indo à Finlândia, indo a esses países todos para verificar o que ocorre nesses países. E não precisa ir tão longe.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Dr. Nelson, houve o sinal, mas são mais cinco minutos e pode continuar, bem tranquilamente.

O SR. NELSON CARDOSO AMARAL (*Por videoconferência*.) – O.k. Eu vou correr um pouquinho mais, mas as transparências ajudam.

Bom, então vocês veem que a gente não precisa ir longe. Vamos dar uma olhada, no setor público, nos institutos federais e nos colégios de aplicação das universidades federais, para ver o que ocorre ali e tentar transportar esse mesmo ambiente, essas mesmas condições para as estaduais e municipais. Não precisa procurar outros países, países pequenos, que não têm nada a ver com a nossa distribuição geográfica, com as desigualdades regionais, etc., ou seja, como alguém falou aqui, com a cara do nosso povo, porque as universidades federais são a cara do nosso povo. Então, em estaduais e municipais vamos fazer a mesma coisa, e não ir a outros países que não têm nada a ver com a nossa cultura, com a nossa tradição, etc.

Valor aplicado em matrículas nos países da OCDE. Aqui eu vou passar meio tipo *flash*. Depois, se alguém quiser se aprofundar, como o Senador falou, vai ter material para se aprofundar, e até com as referências.

Quando a gente olha a creche, são poucas referências de países da OCDE que têm o valor da creche. Mas é US$15.531 o poder de paridade de compra, o valor médio aplicado pela OCDE. Depois a gente vai ver comparações com o Brasil. Na pré-escola – aqui tem mais países – é de US$9.598 o valor médio por matrícula. No ensino fundamental, anos iniciais, é de US$9.499 sempre ressaltando que é dólar – poder de paridade compra. No ensino fundamental, anos finais, é de US$10.589. No ensino médio, é US$10.207. E, na educação superior, US$14.925.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A partir desses dados, eu me fiz a seguinte pergunta: o que seria como percentual do PIB se o Brasil aplicasse exatamente esses valores médios? Olha, que são valores médios que têm a Colômbia, o Chile, a Turquia, que são países que têm valores pequenos – maiores que o Brasil, mas pequenos em relação aos outros países europeus, norte-americanos e asiáticos. Então, vocês veem, a conta é essa. Essa é a quantidade de matrículas que existe no Brasil. Todos esses dados são de 2019, para ficar consistente a análise. Tem o valor médio por estudante, aplicado pelos países da OCDE, e o valor total, que significa 3,8% do PIB brasileiro de 2019.

Então, vocês veem que essa meta de 10% não pode ser abandonada nesse novo PNE. O país, você vê que fica muito longe ainda desses valores. Precisaria de quase outros 5%, 3,8%, para atingir esses valores. Então, isso aqui mostra, de forma implacável, de forma não questionável, que nós precisamos perseguir os 10% do PIB. Ou então paramos de fazer esse tipo de comparação que nós fazemos. Vamos ter consciência de que nós não temos condições, como país, de chegar lá, e vamos parar de olhar PISA e querer culpar professores e escolas por isso.

Vamos olhar só um componentezinho dos países da OCDE e do Brasil. Esses são os valores dos salários iniciais em instituições públicas, estabelecidos em regulamento. Não são valores médios de salários, não. É o inicial. O valor médio inicial da OCDE é US$34.135; US$36.275; US$37.378 e US$38.938. O valor anual médio brasileiro de 2019 – tudo aqui é de 2019 – é US$18.205. O fator multiplicativo é em torno de dois para cada uma das etapas. E aqui do lado direito eu coloquei a transformação, ou seja, R$3.192,91 foi o piso salarial PSPN de 2019. A transformação de dólar para real, em 2019, é de R$2,28. Um dólar PPC é igual a R$2,28. Então, isso dá um PSPN de US$1.400 dólar-PPC. Multiplicando por 13, vezes salários, dá US$18.205. E existe todo um movimento dos professores do país reivindicando que seja cumprido esse piso. E vocês veem a distância que é dos pisos lá dos países da OCDE.

Eu fiquei o tempo todo falando de dinheiro, mas não é só dinheiro, é claro que não é só dinheiro, a educação é muito mais complexa que isso. Então, é preciso ver um monte de coisas, quando você fala em uma educação de qualidade: fatores históricos do país, independência, escravidão, lutas revolucionárias, tradições familiares e regionais, etc. Tem que ver a situação econômica, social e cultural das famílias; a desigualdade que existe; o tempo de vida previsto para a população; a renda per capita; a escolaridade do pai e da mãe; se o estudante é trabalhador ou não; se o turno em que ele estuda é durante o dia; se é integral; se é parcial; repetências, etc. Toda essa complexidade está prevista no ambiente educacional, tem que ser levada em conta, e muitas metas têm que ser previstas nesse contexto todo. Muitas metas são metas, não da área de educação, são metas da economia, do saneamento, da saúde, tudo isso está relacionado com a educação. A gente pode dizer que a educação é uma síntese disso tudo, do que significa o país. Por isso, eu achei muito pertinente o João dizer: "um PNE com a cara do nosso povo". É isso que a gente defende nesse contexto todo que eu apresentei.

Agradeço muito, Senador. Ultrapassei um pouquinho, mas tudo bem, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Eu quero agradecer ao Dr. Nelson Cardoso do Amaral, que é Presidente da instituição de grande prestígio no Brasil, Fineduca (Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação). Extremamente didático, com quadros comparativos importantes, dentro desse debate do dia de hoje "continuidade ou ruptura?", e mostrando a necessidade da busca dessa continuidade do financiamento. Esse debate acontece muito no Brasil, e os quadros apontam de maneira clara para dizer que o financiamento no Brasil não é comparável com aquele financiamento que países da OCDE, por exemplo, colocam na área da educação. Então, extremamente importante.

Obrigado, Dr. Nelson, por enquanto.

Passo a palavra, em seguida, à Ana Gardennya Linard, que é Gerente de Políticas Públicas do movimento Todos pela Educação. Com a palavra, Ana. Seja muito bem-vinda também e parabéns pelo evento nacional ainda realizado há alguns dias pelo Todos pela Educação, com uma participação tão intensa de todas as pessoas. Seja bem-vinda.

A SRA. ANA GARDENNYA LINARD (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador.

Eu gostaria de cumprimentá-lo na pessoa de todos os membros da Comissão de Educação do Senado. Parabéns pela atuação de vocês à frente desta Comissão, principalmente em temas tão importantes quanto o PNE. Gostaria de cumprimentar os professores que me acompanham nesta audiência, Prof. Nelson, Prof. Ricardo, Prof. Daniel Cara. É um prazer estar com os senhores aqui para debater um tema tão importante para a nossa educação brasileira.

Eu me chamo Ana Gardennya, sou professora de Física da Rede Estadual Pública do Estado do Ceará. Sou pesquisadora em financiamento da educação associada ao Fineduca. É um prazer estar com o Prof. Nelson, agora, pela manhã, para falar de um tema tão importante que converge exatamente com a necessidade de pautas, como o financiamento, para que a gente consiga executar um Plano Nacional de Educação cada vez mais justo e digno para todos.

Estou no Todos pela Educação como Gerente, e vou falar com vocês, agora, pela manhã, sobre alguns pontos importantes e algumas metas que não foram alcançadas no que diz respeito à educação básica; pontos sobre os quais a gente precisa refletir, já que estamos exatamente, a um ano, antes do novo Plano Nacional de Educação, para fazer o próximo plano decenal para o nosso país.

Vou projetar aqui para vocês a tela.

Estão aparecendo para vocês os eslaides?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Ainda não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANA GARDENNYA LINARD (*Por videoconferência*. *Fora do microfone*.) – Acho que agora vai dar certo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agora está aparecendo.

A SRA. ANA GARDENNYA LINARD (Para expor. *Por videoconferência*.) – Então, dando seguimento à minha fala, o Plano Nacional de Educação, como o próprio Professor Nelson falou, esse vigente, passou por certos obstáculos políticos no nosso país, começando pelo Governo Dilma, que foi interrompido, seguido pelo Governo Temer, que teve curtíssimo tempo para conseguir implementar algumas de suas políticas. Logo em seguida, veio o Governo Bolsonaro, que foi um grande desastre para a educação pública do nosso país, inviabilizando o financiamento, exatamente, de quase todas essas metas, atrapalhando a execução das metas junto aos estados e municípios. E, agora, ao final do plano, nós temos o Governo Lula, na esperança de que a gente consiga avançar um pouco mais na educação básica e na educação superior do nosso país.

Ele foi aprovado por uma lei, em 2014, e estará vigente até julho do ano que vem, por isso é tão importante plenárias como esta, para que a gente consiga discutir amplamente, porque se trata de um instrumento que, quanto mais colaborativo for, maior o envolvimento de outros entes, no compromisso por um plano que seja de responsabilidade de todos.

Então ele requer a aprovação no Congresso, não só na Presidência.

O atual é composto por 20 metas e 254 estratégias e não se restringe somente à educação básica.

Talvez a gente não vá ter tempo de abordar aqui, mas acredito que uma das audiências vá tratar especificamente disso, ele trata, inclusive, de metas relacionadas ao acesso ao ensino superior do nosso país e à qualidade da formação inicial dos nossos professores.

Vou passar aqui.

A gente está na quinta audiência desta Comissão do Senado e tivemos importantes mobilizações do PNE frente à esta Comissão.

A próxima Comissão será exatamente sobre o novo PNE na visão de trabalhadores da educação e estudantes. Como professora, eu acho importantíssimo, porque eles estão no cerne, exatamente, das escolas públicas e na execução de todas as políticas que nós desenhamos e planejamos para o nosso país. Então, é muito importante que escutemos professores e estudantes das nossas escolas.

Eu vou destacar aqui dois pontos importantes para o desenho de um futuro Plano Nacional de Educação. O primeiro é um projeto de lei do Senador Flávio Arns, Presidente desta Comissão, que fala exatamente sobre a responsabilidade educacional de um novo PNE, exatamente o que não houve nos planos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vigentes, para deixar de ser uma carta programática, ou uma simples carta de intenções, e se tornar uma lei, com metas impositivas. Isso garante um maior comprometimento de todos os entes envolvidos dentro do pacto federativo, não somente em participar da construção e deixar de lado o plano, mas sim, e principalmente, para que haja um monitoramento sistemático desse plano.

Então é muito importante projetos de lei como esse, que venham junto com a aprovação de um novo plano, para que a gente consiga acompanhar, ao longo dos próximos dez anos, a execução ou a não execução, questionarmos o porquê e discutirmos com os responsáveis, para que não se atinja exatamente o objetivo central de um Plano Nacional de Educação, que são as crianças e jovens mais vulneráveis do nosso país.

O segundo ponto que eu queria trazer para ponto de atenção central num desenho de um novo plano de educação seria a vulnerabilidade educacional. Nós sabemos que o Brasil de 2013-2014, que foi utilizado como espelho para a escrita do plano vigente, não é o mesmo Brasil que a gente encontra hoje, em 2023. É um Brasil pós-pandemia, é um Brasil que foi atingido por uma crise econômica, uma crise financeira. Muitas dessas crianças e jovens, hoje, passam fome. Então, a gente precisa olhar primeiramente para a vulnerabilidade educacional, para as questões não só de viés socioeconômico, mas também de raça e de gênero, quando for olhar cada uma das novas metas do plano na próxima década.

E eu trago aqui um estudo que o Prof. Chico Soares, que muitos de vocês conhecem, vem desenvolvendo sobre a construção de um indicador de vulnerabilidade educacional. Ele fala muito desse indicador exatamente para que haja uma melhor distribuição de recursos no que se refere ao VAAR do Fundeb, mas que também pode ser utilizado o mesmo indicador para se desenharem metas num novo PNE ou até mesmo a aplicação de um possível sistema nacional de educação que estará possivelmente sendo aprovado no segundo semestre deste ano neste Congresso.

A pauta no MEC. O atual plano está em vigência. Então, o MEC instituiu, no dia 30 de março deste ano, um GT de caráter consultivo, envolvendo as Comissões de Educação, do Congresso e demais entidades para a construção de uma minuta de PL, que deve ser enviada ao Congresso no início do próximo semestre. Por isso é que momentos como esse, também participando dessa construção futura, são demasiadamente importantes, porque vão convergir exatamente com a chegada de uma minuta do MEC, além de análise das metas do próprio Inep, do alcance ou não, associada às avaliações externas. A minuto terá um diagnóstico, diretrizes, objetivos, metas e estratégias do novo PNE, segundo a publicação no *Diário Oficial* desse GT.

E aí também, eu vou mostrar para vocês algumas das metas não atingidas, mas todos vocês podem consultar o Painel de Monitoramento do Inep, ele é público, é aberto. Atualmente, é o painel mais atualizado, mais fidedigno, ao alcance das metas que nós temos no país. Eles vão acompanhando, junto com a publicação do Censo, com a publicação da Pnad e outras avaliações que o próprio instituto vem fazendo. Foi utilizando esse Painel de Monitoramento que eu trago alguns dos pontos que eu vou apresentar para vocês logo em seguida. E o painel exatamente fala das 20 metas e ele as divide de acordo com as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estratégias. Então, é bem interessante, pois ele mostra, tanto em gráfico, como também o percentual do que foi atingido ou não, de acordo com estado, região. Vocês podem fazer a comparação. É um Power BI muito interessante.

Começando a falar um pouco do alcance ou não das metas, eu vou começar pela universalização da pré-escola e da expansão de creches, que tinha como meta o acesso da população de 0 a 3 anos, 50%, em 2024, e a universalização de 4 a 5 anos. Essa meta não foi atingida até a presente data. De 0 a 3 anos, nós temos 37% somente dessas crianças matriculadas em creches, e, no caso da universalização, nós estamos com 94,1% das crianças matriculadas no que se diria a primeira infância, o acesso da primeira infância à vida educacional. Eu trago justamente essa primeira meta porque a primeira infância deverá ser uma das prioridades dos próximos anos. Essa faixa etária fora da escola atrapalha todo o desenvolvimento das nossas crianças porque uma chegada tardia dessas crianças às escolas acaba dificultando o seu desenvolvimento cognitivo, psicológico, socioemocional. Então, é muito importante que nós olhemos principalmente para essa faixa etária que está fora da escola nos últimos dez anos. Não foi colocado como prioridade, mas que seja no próximo PNE, para que a gente consiga universalizar esse acesso e continuar garantindo que a escola seja o lugar mais seguro para essas crianças de 0 a 5 anos.

A segunda meta que não foi alcançada foi a Taxa de Escolarização Líquida, tanto de ensino fundamental como de ensino médio. A do ensino fundamental tinha a meta de universalização de ensino fundamental, que é uma meta que não vem sendo atingida, mas que vem sendo buscada desde a LDB.

Posso continuar, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Desculpe-me, no início, Gardennya... Pode continuar tranquila, você tem mais cinco minutos também, mas pode continuar depois também para concluir o pensamento.

Obrigado.

A SRA. ANA GARDENNYA LINARD (*Por videoconferência*.) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Eu quero destacar para os demais expositores que sempre tem um sinal, mas é automático, não sou eu que estou batendo em nenhum botão.

A SRA. ANA GARDENNYA LINARD (*Por videoconferência*.) – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Mas continue sim, está muito boa a apresentação.

A SRA. ANA GARDENNYA LINARD (*Por videoconferência*.) – Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A taxa de escolarização do ensino fundamental, que vem sendo meta desde a LDB, ainda não foi alcançada. Em 2023, nós estamos com 95,9%, quase 96% ainda, dos estudantes da faixa etária do ensino fundamental. No caso do ensino médio, somente 81%. A meta de 95% desses estudantes terem concluído, na idade adequada, a sua etapa de ensino, ainda não foi alcançada.

O aumento da taxa líquida do ensino médio. A gente tinha na meta do PNE, na Meta 3, 85% da população de 15 a 16 anos completando aqueles três anos de educação e finalizando a sua educação básica, com aprovação ou não, mas chegando a fazer a prova do Enem, mas só 74,5% desses estudantes concluíram até a presente data.

Alfabetização. Como vocês viram, há poucos dias o Governo Federal lançou um programa de 3 bilhões de investimento, exatamente porque, atualmente, 56,4% somente das crianças do nosso país estão alfabetizadas e isso é extremamente preocupante. Houve um compromisso do Governo, mas é preciso que todos os envolvidos, realmente, tanto os estados como os municípios, trabalhem para que essas taxas sejam dirimidas para que a gente consiga a alfabetização na idade certa de todas as crianças. Isso atrapalha a vida escolar da criança por toda a educação básica, por todo o ensino fundamental e médio. Então, essa meta também não foi atingida.

O tempo integral avançou bastante, mas a gente sabe que precisa muito avançar. Também foi lançado um projeto de lei pelo Governo Federal, mas é preciso que a gente olhe com mais carinho quando for fazer esse desenho da política de tempo integral do novo PNE, exatamente porque pensar numa proporção de 50%, saber se cada estado tem condições financeiras de ampliar esse tempo integral, os percentuais de matrícula, o que vai ser garantido no contraturno dos estudantes que não puderem estar em tempo integral ou até mesmo na permanência desses jovens que estão em tempo integral, se é possível um programa de bolsas ou até mesmo para complementar a renda desses estudantes que estão, querendo ou não, dedicando a sua vida aos estudos.

A Meta 7, que é basicamente de qualidade no que diz respeito à avaliação externa, não foi atingida nem no fundamental, nos anos iniciais, finais, nem no médio. Tinha uma meta de Ideb, e não foi alcançada não somente por conta da pandemia, porque a pandemia a gente teve em 2020, 2021 e 2022, então, pega somente um Saeb, de 2021, e a gente já vinha, historicamente, com baixo fluxo de aprendizagem. Então, isso precisa ser analisado não somente pela falta de estrutura, mas também pela falta de material, de formação inicial e continuada de professores, de material para os estudantes, o que é muito importante para garantir a qualidade dessa educação, e outros objetivos.

A Meta 15, que é extremamente importante, que fala de formação docente no ensino superior, é a formação inicial, e é exatamente o professor estar formado exatamente na área em que ele atua. Eu sou professora de Física, e não, necessariamente, tem tantos professores de Física assim nas salas de aula. Às vezes, quem está dando Física é um professor formado em Engenharia, em Matemática, e isso, querendo ou não, faz decair um pouco a qualidade do ensino desse estudante. Então, essa proporção de formação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inicial dos professores nas escolas tinha uma meta de universalizar, e hoje a gente, preocupantemente, tem 58,5% somente dos professores com essa formação inicial alinhada à área em que atuam.

Aí eu vou sair um pouquinho das metas e pular um pouco para o financiamento, trazendo também um pouco do que o Prof. Nelson falou, um recorte dos gastos federais com educação tirado do próprio *site* do Senado nos últimos quatro anos. A gente tem um percentual de função educação que não passou de 80% da União, ou seja, bem menos do que deveria ser investido, e, querendo ou não, houve uma redução de quase R$8 bilhões no Orçamento autorizado a cada um desses anos a partir de 2020 pelo Governo Federal, e isso, querendo ou não, acarreta a baixa execução da maioria ou, senão, das vinte metas, porque, querendo ou não, o financiamento tem, sim, relação diretamente proporcional a cada uma dessas metas e ao sucesso delas.

Para finalizar minha fala, eu vou trazer pontos importantes.

É um instrumento basilar. Então, a gente não está falando de uma carta de intenções. O Plano Nacional de Educação serve como uma base para a escrita dos planos estaduais e municipais do nosso país. Cada meta precisa ser pensada exatamente nesses públicos. É necessário, sim, rever algumas metas. Não sei se 250 estratégias são suficientes, mas é preciso ter mais direcionamento e foco no direito à educação dos jovens e crianças do nosso país. A construção de um plano, como eu falei inicialmente, deve ser colaborativa, envolvendo todos os agentes também para que sua implementação aconteça num regime de colaboração, fortalecendo, assim, o pacto federativo que tem no nosso país e que deve existir, segundo a Constituição. O novo plano precisa levar em consideração os anos de pandemia e a necessidade de recomposição das aprendizagens. Não é porque a gente saiu de uma pandemia e temos vacina que essas crianças e esses jovens que passaram pela pandemia e que tiveram um decréscimo da sua aprendizagem não precisam ser assistidos. Eles precisam, sim, ser lembrados quando a gente for desenhar um novo plano. Precisa-se olhar para as desigualdades, como eu falei, as desigualdades educacionais, desenhar metas por grupo, priorizar ações de financiamento por raça, por gênero, por tipo de nível socioeconômico. É olhando exatamente para os mais diferentes que a gente consegue obter e alcançar equidade e justiça quando a gente precisa falar de política educacional. É preciso olhar para o monitoramento dessas metas.

Eu mostrei para vocês o Painel do Inep, mostrei somente algumas metas, mas é necessário que todos que estão envolvidos nessa construção saibam exatamente os percentuais não alcançados de cada uma dessa metas, se questionem sobre o porquê, procurem entender o porquê e que as metas precisam de uma garantia de orçamento para viabilizar a sua execução, a sua exequibilidade – como a gente a falou de financiamento –, que é diretamente proporcional à possibilidade ou não do alcance da universalização de alguma dessas metas, da geração de uma educação pública de qualidade e equânime para todos os jovens, principalmente para as crianças e os jovens mais vulneráveis do nosso país.

Obrigada, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço a você, Ana Gardennya Linard, que é Gerente de Políticas Públicas do movimento Todos pela Educação.

Quero parabenizá-la pelo conteúdo e pela forma didática também. Acho que todas as pessoas, da maneira como você apresentou os dados, podem acompanhar perfeitamente o que se pretende colocar. Parabéns!

Eu só quero lembrar que você mencionou as redes de ensino superior, porque o plano nacional não é só para a educação básica, é da creche à pós-graduação, é para toda a caminhada educacional. Deveríamos ter tido audiência pública sobre as redes de ensino superior semana passada, mas, como não foi possível por algumas razões, então, esta audiência pública seria a quinta – esta de hoje é a sexta, mas, na verdade, foram cinco realizadas –, a de redes de ensino superior ficará para depois da sétima, dentro da programação que você mostrou.

A lei de responsabilidade educacional, que você mencionou, está sendo debatida também, discutida, para ser melhorada a proposta, aprimorada, e as audiências públicas estão mostrando os caminhos para isso.

E quanto à questão do Fundeb, só lembrando, nós temos o VAAR (Valor Aluno Ano por Resultados), que está muito ligado à ideia da vulnerabilidade educacional. Não é para você ter nota, comparar nota de uma escola urbana com uma escola no campo ou quilombola, indígena, da periferia; mas é um conceito que está atrás de avanços – que tem que ter, obviamente, mas levando-se em conta toda uma circunstância que envolve a própria escola e a própria região. É nesse sentido.

Eu passo, em seguida, a palavra ao Daniel Cara, que é dirigente da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que tem participado, também, ativamente de todos os debates aqui. É um prazer, sempre, escutá-lo, e é uma honra, para o Brasil, termos movimentos – vários movimentos – como o Todos pela Educação, a Campanha Nacional também e tantos outros que procuram colaborar para que a educação possa ser de maior qualidade sempre em nosso país.

Com a palavra, Daniel.

O SR. DANIEL CARA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Flávio Arns; bom dia, Prof. Nelson Amaral, sempre é um prazer estar contigo; bom dia, Gardennya e todos que nos acompanham.

Eu peço desculpas, porque eu me preparei para fazer a audiência pública de maneira presencial, eu vim para Brasília, e o resultado é que eu estou aqui na cobertura do hotel numa condição internet que não é muito boa. Então, não sei se vocês me ouvem, se vocês conseguem acompanhar o que eu estou falando direitinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Estamos escutando bem e estamos vendo você bem também. (*Risos.*)

O SR. DANIEL CARA (*Por videoconferência*.) – Maravilha. Vamos lá, então.

No dia de amanhã, nós temos uma audiência pública sobre a Semana de Ação Mundial, em que a Campanha Nacional pelo Direito à Educação vai apresentar os dados desagregados em relação ao Plano Nacional de Educação, que é um avanço em relação até ao monitoramento do Inep.

É até bom dizer, Senador Flávio Arns, que o monitoramento do Inep é fruto da incidência política da Campanha Nacional pelo Direito à Educação – foi uma emenda nossa a solicitação de que a cada dois anos o Inep faria o monitoramento do Plano Nacional de Educação –, e quero até destacar que, entre a continuidade e a ruptura, esse é um elemento fundamental de continuidade, Senador Flávio Arns. Então, quando tramitar o Plano Nacional de Educação no Congresso Nacional... O senhor tem tido um trabalho bastante dedicado e qualificado de atuação na área de educação e é importante manter esse monitoramento do Inep, mas, infelizmente, por inúmeros motivos, a gente tem tido contato com a equipe do Inep e o Inep não tem conseguido apresentar os dados desagregados. Amanhã a gente vai trazer o conjunto dos dados desagregados e tem algumas descobertas que são importantes – alguns estados avançaram muito em algumas agendas –, então, é importante até ressaltar o papel que os estados podem desempenhar no Plano Nacional de Educação.

Em relação aos dados, eu vou me restringir à apresentação amanhã. Faço até um convite para o Nelson, para a Gardennya – o Nelson acompanha porque ele também é dirigente da Campanha Nacional pelo Direito à Educação – e para todo mundo que nos acompanha agora: amanhã, às 14 horas, na Comissão de Educação e na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, a gente vai fazer uma apresentação sobre esses dados desagregados, pensando na questão de raça, gênero, orientação sexual, enfim, todas as desagregações que são necessárias para a gente acompanhar a agenda do direito à educação.

Nesse sentido, quero tentar aqui fazer uma ponte, aproveitando a fala do Nelson e da Gardennya, entre o financiamento da educação e a questão que hoje eu pesquiso na Universidade de São Paulo, que é a questão da economia da educação.

O Plano Nacional de Educação não é diferente, Senador Flávio Arns, da Constituição Federal, e isso é algo que a gente deve ter como uma questão de princípio na análise da política educacional brasileira. Assim como o Plano Nacional de Educação, a Constituição Federal de 1988, infelizmente, nasce num momento em que o Brasil vivia a década mais do que perdida, que é a década de 80, quando todo o programa econômico que vinha em vigor no Brasil entra em colapso e o resultado disso é que a Constituição nasce sem ter as condições que garantissem o financiamento da educação, o financiamento da saúde, o financiamento das políticas sociais diante daquele modelo econômico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante citar aqui o Prof. Eleutério Prado, que é meu colega na Universidade de São Paulo e é um dos maiores pesquisadores sobre o desenvolvimento brasileiro, professor emérito da Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis da USP. Ele costuma dizer que o Brasil viveu, da década de 80 até 2016, uma fase de neoliberalismo transigente e que, a partir de 2016, a gente mergulha numa fase do nosso modelo econômico que é o neoliberalismo intransigente que é necessário ser revertido agora. Então, nesse sentido, até quero parabenizar o Senado Federal, que, certamente, com a atuação do Senador Flávio Arns, tomou a decisão correta de tirar a complementação da União ao Fundeb do arcabouço fiscal, porque, da maneira como está posto o arcabouço fiscal hoje, incluindo a complementação da União ao Fundeb, permanece no registro do neoliberalismo intransigente.

Mas o que é isso? Segundo Eleutério Prado, o neoliberalismo intransigente é um neoliberalismo que não se preocupa com as políticas sociais. Na prática, é a situação que o Padre Júlio Lancellotti tem denunciado em relação à população de rua em São Paulo. As pessoas estão completamente desamparadas. A Gardennya colocou a situação da pandemia, mas, antes mesmo da pandemia, é importante ressaltar que as pessoas estão completamente desamparadas e a educação também está desamparada. Isso significa que a economia brasileira, mais do que nunca, está completamente desinteressada em relação às pessoas.

Em relação ao neoliberalismo transigente, é possível dizer que ele é a tentativa do Brasil de congregar uma constituição de caráter de bem-estar social, de estado de bem-estar social, com um modelo econômico neoliberal, a tal ponto que o Brasil não adere ao Consenso de Washington. O Brasil consegue desenvolver políticas educacionais que são vigorosas, como, por exemplo, o Fundef, consegue desenvolver e estabelecer o Sistema Único de Saúde, mas o que é importante dizer é que as políticas sociais, em que pese a Constituição Federal, sempre estão imersas numa precariedade que é uma precariedade que precisava com urgência ser superada.

O Plano Nacional de Educação – e é importante frisar essa questão – nasce, portanto, num período do neoliberalismo transigente, em que nós conseguimos, via Congresso Nacional, ter uma série de conquistas. Eu tive a chance, coordenando a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, de liderar vários processos de conquistas de incidência política junto ao Congresso Nacional, e tive o Senador Flávio Arns, a Senadora – hoje Senadora – Professora Dorinha, a ex-Senadora Fátima Bezerra, que hoje é Governadora do Rio Grande do Norte, enfim, vários Senadores e Senadoras que colaboraram com conquistas que são fundamentais.

Nós aprovamos, nesse período de neoliberalismo transigente, em primeiro lugar, o Fundef, depois o Fundeb. Na sequência, aprovamos a Emenda à Constituição 59, de 2009, que expandiu a educação obrigatória; aprovamos também o piso do magistério – aliás, foi um pouco antes, em 2008, mas conseguimos a aprovação do piso no Supremo Tribunal Federal em 2010 –; aprovamos, com muita dificuldade, mas com muita luta, a política de cotas em 2012; em 2013, os recursos do petróleo para a educação e saúde, que nunca vieram na medida do que é necessário, do que está registrado na lei, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não foram regulamentados ainda – fica aqui até o pedido, Senador Flávio Arns, para resolver essa questão que está imersa numa prisão normativa e legal, que precisa ser resolvida –, em benefício do Sistema Único de Saúde e do Direito à Educação; e nós aprovamos o Plano Nacional de Educação.

O que acontecia naquele momento era uma disputa entre uma posição, logo depois da Constituinte, que é formulada pelo Senador e, depois, Vice-Presidente da República, Marco Maciel, que dizia que a Constituição Federal não cabia no orçamento público; ele foi o primeiro a dizer isso, em 1991. E, quando se diz isso, é preciso registrar – e aqui é uma crítica programática, não se trata de uma crítica pessoal, mas essencialmente programática – que, quando se diz que a Constituição Federal não cabe no orçamento público, o que está se dizendo, na prática, é que o povo não cabe no orçamento público, o povo brasileiro, porque, segundo todos os estudos, especialmente do Ipea, aqueles que de fato constroem o orçamento público são as pessoas que têm a menor renda no Brasil, pelo sistema tributário brasileiro. Quem ganha até três salários mínimos paga 53% da sua renda em tributos, e isso financia a educação, inclusive, e é a esmagadora maioria da população brasileira; quem ganha a partir de 19 salários mínimos paga só 29% da sua renda em tributos e quem é super-rico no Brasil sequer paga tributo.

E aí fica também um pedido, que está bastante registrado no texto do Comunicado 124 do Ipea, de 2011, que vai dizer que é possível garantir os 10% do PIB para a educação. O Nelsão conhece – "Nelsão" é a maneira carinhosa como a gente fala do Nelson – esse texto como ninguém. Lá está registrado, por exemplo, Senador Flávio Arns, que é preciso regulamentar o imposto sobre grandes fortunas. Já adianto para vocês que mesmo uma regulamentação forte do imposto sobre grandes fortunas não vai resolver toda a demanda do financiamento da educação, mas a educação não pode abandonar nenhum recurso, não pode se eximir de utilizar nenhum recurso. Por exemplo, se a complementação da União ao Fundeb continuar no arcabouço fiscal, diferentemente do que o Senado quer, mas seguindo a decisão da Câmara dos Deputados, a educação superior pública, especialmente as universidades... Eu estive semana passada em Campina Grande e a situação das universidades federais é uma situação calamitosa. Então, é importante dizer que retirar o Fundeb da complementação da União significa garantir o investimento nas universidades federais, que são verdadeiros tesouros da República Federativa do Brasil.

Mas o fato concreto é que, naquele processo de neoliberalismo transigente, a gente conseguia negociar politicamente e conseguia ter conquistas que eram contraditórias com o modelo econômico. Porém, a partir de 2016... O Plano Nacional de Educação, na prática, tem a implementação iniciada em 2015, já na gestão Dilma Rousseff, sob o comando do Ministro da Fazenda Joaquim Levy, que é quem começa a implementar essa ideia do neoliberalismo intransigente, despreocupado com as pessoas, mas, a partir de 2016, com o Governo Temer e a Emenda Constitucional 95, de 2016, isso fica dado como referência fundamental. O fato concreto é que toda essa demanda de recursos que o Nelson traz e com que a Gardennya concorda fica inviabilizada por um modelo econômico; e, na prática, se a gente for analisar *pari passu* a execução orçamentária da União, Senador Flávio Arns, praticamente nós temos o mesmo valor nominal, hoje, em 2023, que era executado em 2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quando esta audiência pública pergunta se o Plano Nacional de Educação deve ter continuidade ou ruptura, eu quero defender aqui que ele tenha continuidade. O máximo que o Brasil... Eu gostaria que o Brasil tivesse outra perspectiva. Eu gostaria que o Brasil fizesse como a Finlândia. As pessoas dizem pouco – eu tive a oportunidade de estudar o caso da Finlândia e visitar a Coreia do Sul – sobre isso, mas eu gostaria que o Brasil tivesse tido a coragem da Finlândia de, de fato, priorizar orçamentariamente a educação, assim como fez a Coreia do Sul; foi uma decisão indiscutível a sul-coreana. O Brasil nunca realizou essa decisão da maneira como é necessário. Mas o fato concreto é que, diante de um modelo econômico que não demonstra a clareza de ser substituído, o máximo que a gente vai conseguir é voltar para o período do neoliberalismo transigente – não tenho dúvidas de que a gente vai superar o neoliberalismo intransigente, mas a gente não vai conseguir romper o modelo econômico, pelo menos não é o que se apresenta no curto prazo.

Concretamente, eu defendo que o PNE tenha continuidade. É claro que essa continuidade precisa ser bastante discutida. Diferentemente da Gardennya, minha preocupação – estudei o PNE no meu doutorado – não é com a quantidade de estratégias, Gardennya, mas com o fato de que o PNE não apresenta objetivo, que é uma demanda da Constituição Federal; e esse ponto ele prejudica, porque não tem algo que oriente a implementação das metas.

E em relação às estratégias, o problema concreto do PNE é que ele foi tratado não como uma lei para ser implementada e que tinha uma ordem de realização. O PNE é tratado como um cardápio em que, por exemplo, a Base Nacional Comum Curricular, que está prevista no Plano Nacional de Educação, é executada, assim como a reforma do ensino médio, muito mal executada, é só ver o que está acontecendo nas redes públicas do país, mas o restante do plano não é realizado. Então é nesse sentido que eu acho que a gente tem que ter um aperfeiçoamento do plano. Ele tem que ser um plano que dê conta do direito à educação – e, nesse sentido, o plano atual dá conta do direito à educação –; ele tem que ter uma estruturação mais orgânica e não pode ser tratado como um cardápio em que o gestor público vai escolher o que vai implementar, ele tem que ser tratado na verdade como uma lei que tem linearidade, uma lei que tem vínculo entre metas e estratégias que precisa ser respeitado. Agora, para o plano ser de fato cumprido, o desafio essencial é de financiamento da educação, como trouxe o Nelson, e, para que o financiamento da educação seja resolvido, a gente tem que ter a coragem como nação de superar o atual modelo econômico, que, na prática, foi estabelecido desde a década de 80 e fez com que o Brasil de fato não avançasse dentro do conjunto das nações.

Eu tenho acompanhado os debates internacionais, Senador Flávio Arns, vou para o Fórum Político de Alto Nível da Organização das Nações Unidas, fui convidado para participar em julho deste ano, então, daqui a poucos dias, começa no dia 10 de julho e vai até o dia 22 de julho, e o que impressiona o mundo é que o Brasil deveria estar posicionado entre a quarta ou quinta economia do mundo, e a gente tem lutado muito para ficar entre as dez primeiras economias do mundo, de fato demonstrando que o Brasil não tem a capacidade de aproveitar o potencial, o poder de realização do povo brasileiro. É para isso que serve também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o direito à educação e, se a gente não mudar o modelo econômico, concretamente sequer nossa economia vai crescer conforme a necessidade do povo brasileiro.

Então, o Plano Nacional de Educação, que deveria ser tratado como um plano nacional de conhecimento, vinculando ciência, tecnologia e inovação, e, ao mesmo tempo, deveria também ser tratado como um projeto, um programa de desenvolvimento do país, o Plano Nacional de Educação tem que continuar na perspectiva de cumprimento do direito à educação, precisa corrigir um pouco o seu rumo e sua rota, mas, até como documento político de exigibilidade, concretamente, a gente também tem o desafio de repensar a maneira como se estrutura a República Federativa do Brasil, que é um país que concretamente não valoriza seu povo como ele merece.

Amanhã a gente vai apresentar os dados desagregados e vai ficar bastante claro como o Brasil tem sido incapaz de garantir o direito à educação, mas deve continuar nessa trilha de manter o direito à educação como referência. O problema, então, é de continuidade do Plano Nacional de Educação, mas tem que ser feita uma ruptura em relação à maneira como o Brasil pensa seu desenvolvimento e pensar na articulação entre educação, ciência e tecnologia.

Muito obrigado a todas e todos.

Estourei duas vezes o tempo, mas era importante trazer esse recado. Amanhã a gente, então, apresenta os dados com maior rigor e com maior acuidade.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Só fazendo uma correção, para ser justo com você, que é um grande amigo e uma grande liderança na área: você não estourou duas vezes; é que, aos dez minutos, sempre toca uma campainha, para você saber que tem mais cinco; então, só estoura nos outros cinco, e não estourou. A gente tem uma tolerância para todo mundo e, para você, de uma maneira muito particular.

Agradeço, Daniel Cara, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Passo, em seguida, a palavra para o Dr. Ricardo Tonassi Souto, Presidente do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (Foncede), que também tem participado ativamente de todas as audiências públicas, sejam no Senado, sejam na Câmara dos Deputados. Tivemos, inclusive, a oportunidade de já estarmos juntos com o Dr. Ricardo por diversas vezes em mesas, discutindo os desafios da educação.

Com a palavra, Dr. Ricardo.

O SR. RICARDO TONASSI SOUTO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito bom dia, Senador Flávio Arns, mais uma vez. Bom dia a todos os queridos amigos que participam deste debate e a todos aqueles que nos veem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação tem um papel fundamental na discussão normativa na esfera recursal das Secretarias de Educação e, por força disso, o plano nacional tanto nos interessa, porque, como já foi dito aqui, ele é uma métrica, ele é um farol para os planos estaduais de educação.

Há pouco tempo atrás – ainda bem que isso aconteceu, pelo menos não sofremos tanto com isso –, o último estado da federação propôs o seu Plano Estadual de Educação, que foi o Rio de Janeiro, por força de uma ordem judicial, lamentavelmente, mas já propôs o seu Plano Estadual de Educação. Numa análise crua e fria, é um absoluto absurdo que tenha demorado tanto para fazer isso – isso foi feito no ano passado, se não me equivoco.

Numa análise que é feita pelos dados coletados pelas diversas instituições que tratam do Plano Nacional de Educação, nós temos um percentual gigantesco de metas que não são cumpridas, um percentual que atinge quase 45% em retrocesso e 86% de taxa de descumprimento. E uma das críticas que faço, sem medo de ser injusto, é que os tribunais de contas e o Ministério Público deveriam atuar de uma forma ainda mais dura no descumprimento dos percentuais de gastos de educação. Não são raras as vezes em que a gente vai ler uma decisão de um tribunal de contas de um estado e – perdoem-me a expressão coloquial – o que nós encontramos é: "Ai, ai, ai, não faça mais isso". Não é possível que o texto constitucional seja desrespeitado de tamanha maneira, que não se consiga gastar o mínimo constitucionalmente previsto, sejam os estados, que são 18%, sejam os municípios, que são 25%, e os órgãos de controle recomendem, deem um puxão de orelha, e não reprovem as contas desses gestores. Enquanto nós tivermos a opção de que gestores que descumpram os percentuais mínimos de educação paguem apenas multas, nós não conseguiremos alcançar o financiamento desejado na educação brasileira. Isso não acontecerá, porque lamentavelmente temos gestores pragmáticos e, ao mesmo tempo, ruins. E, quando se junta a má qualidade do gestor com um pragmatismo absurdo, o que temos é que ele olha e pensa: "Qual é a possibilidade de punição que eu terei? Se eu não tiver punição alguma ou se eu tiver apenas uma punição pecuniária, então eu não vou gastar o constitucionalmente previsto. Se eu me tornar inelegível ou se eu for responder a um processo de irresponsabilidade, seja de prefeito ou governador, então eu vou cumprir". Então, é necessário que haja uma maior dureza por parte dos órgãos de controle.

Eu vou fazer um apontamento do que é compreendido como um retrocesso de algumas metas – pelo menos no tempo que eu tiver – do Plano Nacional de Educação.

O Plano Nacional de Educação começa já a ser discutido, o novo Plano Nacional de Educação, junto ao Fórum Nacional de Educação. O MEC instituiu, na semana passada, um grupo de trabalho para tratarmos do Plano Nacional de Educação e o Foncede integra esse grupo de trabalho. Fundamentalmente, temos um desafio aqui: temos que ter um Plano Nacional de Educação em que suas metas sejam factíveis, o que particularmente não é o meu desejo nu e cru, porque precisamos sonhar com a educação, mas é necessário que estipulemos metas mais altas para que possamos chegar aos lugares mais altos, porque, se as nossas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

metas forem medíocres, se as nossas metas forem baixas, obviamente nós atingiremos algo ainda menor do que a meta que foi colocada. Então, precisamos sonhar e precisamos estipular metas audaciosas para a educação brasileira.

Aqui, na Meta 2, por exemplo, que trata – e já foi dito aqui – da universalização do ensino fundamental de nove anos para toda a população de 6 a 14 e a garantia de que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada até o último ano de vigência do PNE, que será no ano que vem, é necessário dizer que o número de crianças nessa faixa etária que não frequentam e nem concluíram a etapa quase dobrou de 2020 para 2021, saltando de 540 mil alunos para um 1,072 milhão. E também houve uma queda no percentual de jovens concluindo o ensino fundamental na idade que consideramos adequada. No segundo trimestre de 2020, esse percentual era de 81,9%, caindo para 81,1%, em 2021. Então, o saldo do período de 2014 a 2021 é de um avanço médio de 1,5% ao ano, que é metade, mais ou menos, aproximadamente metade do necessário para o cumprimento da meta nesse prazo.

A Meta 3, que trata de universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência do PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%, entre os anos de 2020 e 2021, houve uma queda na taxa líquida de frequência do ensino médio, interrompendo uma sequência de altas que ainda não era suficiente para o cumprimento do dispositivo no prazo. E o descumprimento dessa meta no cenário pós-pandemia reforça a necessidade de uma atenção e de um financiamento adequado a todas as etapas da educação básica.

A Meta 6, que seria oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas de forma a atender pelo menos 25% dos alunos da educação básica, apresenta uma das situações mais graves em relação ao seu cumprimento, uma vez que, em seus dois dispositivos, os níveis caíram, entre 2014 e 2021, ao invés de subir. Os indicadores apontam também uma significativa oscilação na oferta da educação em tempo integral, o que pode ser atribuído, pelo menos em parte, a problemas de continuidade nas políticas voltadas a esse tipo de atendimento durante o período. É bom que se diga que temos exemplos que podemos seguir com relação à educação em tempo integral. Recentemente tivemos um encontro com o ex-Conselheiro Nacional Mozart, que foi o Secretário de Estado de Pernambuco, e ele nos mostra que é possível, sim, fazê-lo, por isso os números de Pernambuco são tão altos com relação à educação integral.

A Meta 10 seria oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos nos ensinos fundamental e médio na forma integrada à educação profissional. O indicador de monitoramento dessa meta denuncia, junto aos indicadores também da meta 9, um abandono na educação de jovens e adultos por parte dos governos. A meta estabelece que, até o fim da vigência do PNE, 25% das matrículas da modalidade EJA estejam vinculados à educação profissional. No ano de 2021, apenas 2,2% das matrículas de EJA eram integradas à profissionalização. É um percentual abaixo dos já distantes 2,8% observados no início do plano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A meta 11 é uma meta, a mim pelo menos, muito cara, por força da defesa que faço da educação profissional técnica de nível médio, e a meta seria triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público.

Em relação a 2013, a educação profissional técnica de nível médio cresceu exclusivamente na rede pública, que chegou, em 2021, a 316 mil novas matrículas, enquanto que, na rede privada, se encolheu durante a vigência do plano.

A reforma do ensino médio trouxe, com a inclusão da formação técnica e profissional, na verdade, um itinerário formativo, que seria o quinto itinerário formativo, de que eu faço uma defesa contundente, porque temos uma quantidade imensa de postos de trabalho neste país, quase meio milhão de postos de trabalho que precisam de gente qualificada, e nós não temos isso.

Então, eu acho uma imensa covardia, Senador, que nós coloquemos nossos meninos e nossas meninas para fora da escola ao término do ensino médio e que eles não tenham nenhum tipo de qualificação profissional. É óbvio que eu sou um ardoroso defensor, porque sou professor de uma universidade federal, de que todos tenham o sonho de ingressar na universidade. Mas a verdade é que 80% dos alunos do ensino médio não vão ingressar na universidade. E, se eles não tiverem uma opção, eles vão estar fadados a um imenso fracasso profissional. Muitos precisam disso para que possam cumprir seu papel de arrimo de família, outros precisam para que possam sonhar.

Esse mundo lamentavelmente é absolutamente injusto, e nós sabemos disso, mas fomentar a ideia de que o menino sai do ensino médio público, por exemplo, e vai disputar, de igual para igual, uma vaga com um menino que estudou numa escola privada, que tem todas as suas refeições feitas ao longo do dia com decência e qualidade e que vai disputar, em pé de igualdade, tendo aulas de física com professor de matemática, aulas de química com professor de biologia, é uma imensa covardia. Então, é necessário dar, pelo menos, a ele uma possibilidade de lutar do lado de fora da escola, para que ele possa alcançar os seus sonhos. Eu acho que isso pode ser feito com a educação profissional.

A meta 12 falava em elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50%, e a taxa líquida, para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e a expansão para pelo menos 40% das novas matrículas no segmento público. Se o primeiro objetivo da meta 12 já demandava um aumento do ritmo de avanço observado até 2020, o cenário ficou ainda mais grave em 2021, com a queda de 1,5 ponto percentual em relação ao ano anterior. A situação é similar para o segundo objetivo, que caiu de 26,9 para 25,8 entre 2020 e 2021, no contexto da pandemia e de uma série de cortes na educação superior.

Outro fator a ser corrigido é a alta concentração de matrículas na rede privada. Até 2020, apenas 3,6% das novas matrículas, desde 2013, haviam sido criadas na rede pública, muito abaixo do valor mínimo estabelecido de 40%. E aqui também acho que se faz necessária uma reflexão, uma provocação: para onde caminharemos na nossa educação, na formação dos nossos professores?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem um percentual hoje absolutamente gigantesco de alunos de pedagogia ou licenciatura que fazem esse curso na modalidade EAD. Então, em dez anos ou menos, nós teremos quase todos os professores da rede pública, que tenham feito concurso daqui para a frente, com uma formação em educação a distância, através da modalidade de educação a distância, que não tenham frequentado a sala de aula. Por que eu digo isso? Porque o art. 62 da LDB ainda estipula como uma formação mínima para a educação infantil, para os anos iniciais do fundamental, o magistério de nível médio. Nós temos mais de 50 mil alunos ainda de magistério de nível médio no país, principalmente no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. Dificilmente você encontra alguém que teve uma formação no magistério de nível médio que diga que aprendeu a dar aula na faculdade, no curso de pedagogia, ou na faculdade, no curso de licenciatura. É quase uma unanimidade dizer: "Olha eu aprendi a dar aula no magistério de nível médio".

Então, é necessário que façamos essa reflexão porque essa cultura do bacharelismo, de que todos têm que ter uma educação superior para que tenha qualidade é uma falácia diante desse quadro que temos de um percentual imenso e de uma qualidade absolutamente duvidosa do ensino superior, principalmente voltada à formação dos professores.

Então, eu faço esse apelo para que – não é um retrocesso – mantenhamos o que funciona, que mantenhamos o que ainda é bom e que funciona. Por força disso, eu acho que é uma discussão que deve ser feita. Eu já fiz essa provocação ao Ministro Camilo, já a fiz à Secretária Katia, e eles compreenderam perfeitamente a provocação. Eu acho que, em algum momento, a gente precisa discutir isso.

Eu não vou me estender, mas encaminhando-me aqui para a meta 14, que fala em elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu* de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e de 25 mil doutores. Até 2019, o aumento anual médio vinha sendo aproximadamente o dobro desse número, o que sugeria o cumprimento do dispositivo antes do prazo. Mas, em 2020, apenas 20 mil novos doutores foram titulados, uma queda substancial em relação ao ano anterior, de modo que o cumprimento desse dispositivo no prazo vai estar em risco, por força da forma como ficou agravada a situação com a covid.

A gente tem... Isso não ocorre no meio público, mas no meio privado. É preciso lutar, principalmente, para que sejam respeitados os direitos dos mestres e doutores, porque não raras são as vezes em que se contratam mestres e doutores quando a avaliação do MEC está chegando. Quando a instituição privada precisa ser avaliada pelo MEC, ela contrata mestres e doutores. Assim que acaba a avaliação, eles são sumariamente demitidos, o que é uma... Eu ia usar uma expressão dura, mas é um deboche, é um deboche que isso seja feito, que ninguém faça nada e que os órgãos de controle, o Ministério do Trabalho, a Procuradoria-Geral do Trabalho não se manifestem com relação a esse tipo de postura.

Deixo aqui minha contribuição, o meu desejo de retornar a esse debate, o meu agradecimento, Senador Flávio Arns, pelo respeito ao Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco-me a pronto atendimento sempre que o senhor chama.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço de novo, Dr. Ricardo Souto. É uma honra sempre, para a gente, e uma necessidade ter a participação do Foncede, assim como da Uncme, nos debates sobre o Plano Nacional de Educação. É muito importante, e o senhor tem tido uma presença e uma iniciativa sempre tão necessárias e importantes em todo esse percurso.

Eu passo, de novo, a palavra para os expositores e expositoras, ao mesmo tempo em que agradeço a presença da Ana, do Dr. Daniel, do Nelson e do Ricardo, para considerações que desejem fazer em relação ao que foi dito e a alguma coisa que desejem complementar. Eu acho que é importante.

Passo a palavra, em primeiro lugar, a você, Ana. Até eu não tinha lhe dado a palavra inicialmente – me desculpe – e tinha ido para o Dr. Nelson diretamente, mas passo a palavra a você, Gardennya, pedindo, inclusive, que mande um grande abraço a todos do movimento Todos pela Educação, em particular para a Priscila Cruz também.

Com a palavra.

A SRA. ANA GARDENNYA LINARD (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador.

Obrigada pela oportunidade de estar com vocês hoje pela manhã. Também me coloco à disposição, nós do Todos nos colocamos à disposição para continuar nessa importante discussão sobre o Plano Nacional de Educação.

Gostaria, nessas considerações, de acrescentar que há, sim, uma necessidade de avaliação e monitoramento das atuais metas para que um próximo plano, um novo Plano Nacional de Educação venha exatamente com as necessidades e novas demandas que a educação pública do nosso país requer no ano de 2023 e em diante, com um olhar mais cuidadoso para as vulnerabilidades educacionais, vulnerabilidades sociais.

Sabe-se que temos índices altíssimos, neste exato momento, no nosso país e que o nosso plano não pode fugir disso. Olhar para o financiamento que garanta um PNE exequível tem um caráter de urgência. É preciso ser discutido o financiamento junto com a construção de novas metas. Precisamos de um PNE que garanta o direito à educação, principalmente a dos jovens e das crianças mais vulneráveis dos nossos estados e municípios. Tanto se fala de tempo integral no nosso país, mas, atualmente, em pesquisa recente pela FGV, quase 12 milhões de jovens de 15 a 29 anos se encontram na faixa do que se diz nem-nem – nem estudam, nem trabalham.

Então, esses jovens também precisam ser observados, enxergados e acolhidos no novo Plano Nacional de Educação, porque são jovens que são, geralmente, ocultados de metas, estratégias e financiamento e que perpassam pela nossa sociedade como invisíveis. Eles precisam, sim, estudar e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhar, ter uma vida digna para que todos tenham a garantia de uma vida justa, digna como a gente deseja para todos neste país.

Muito obrigada, Senador Flávio.

Muito obrigada, Prof. Nelson, Ricardo, Prof. Daniel Cara.

Foi um prazer estar com vocês aqui na manhã de hoje!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço à Ana Gardennya Linard, Gerente de Políticas Públicas do movimento Todos pela Educação.

Passo, em seguida, ao Dr. Nelson Cardoso do Amaral, Presidente da Associação Nacional de Pesquisadores em Financiamento da Educação (Fineduca), já agradecendo, também, Dr. Nelson, e à associação, pelo trabalho de referência em nosso país.

Com a palavra.

O SR. NELSON CARDOSO DO AMARAL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Agradeço, mais uma vez, a oportunidade, Senador, e, sempre que chamada, a Fineduca estará presente, representada por mim, por um dos outros componentes da Diretoria ou por membros da Fineduca.

As falas todas me fizeram refletir aqui alguns aspectos, que não eram pertinentes àquele roteiro que eu preparei, mas são importantes e fundamentais nesse contexto todo que foi traçado aqui nesta audiência. Primeiro, o arcabouço fiscal que está sendo discutido. É preciso retirar do arcabouço fiscal, realmente, o Fundeb.

Como o Daniel falou – e eu tenho alertado isso para a Andifes também, para os reitores, porque eu fui Vice-Reitor aqui da universidade e conheço lá o ambiente entre os leitores –, o Fundeb, dentro do arcabouço, vai comprimir os recursos das universidades e dos institutos federais, e vai ser um caos se isso ocorrer. Então, ele, de fora... Porque o Fundeb tem vinculações, vinculações constitucionais, e tem também a vinculação do CAQ. Haverá... O PNE nem cumpriu isso também, o Custo Aluno Qualidade, em que ele vai exigir complementações da União para o CAQ.

A Fineduca está fazendo, junto com o Laboratório de Dados Educacionais da Universidade Federal do Paraná e aqui da UFG esse estudo para divulgar um CAQ. E a gente vai divulgar um CAQ nas próximas semanas exatamente só para cumprir o que está previsto na legislação brasileira hoje. Esse CAQ já exigirá uma complementação só para cumprir o que está previsto na legislação, que é a Constituição Federal, a LDB, etc. Imagina um CAQ – também a gente vai fazer uma simulação nesse sentido ao longo da discussão toda – neste rumo de se aproximar um pouco mais dos países da OCDE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como o Ricardo Tonassi, da Foncede disse muito bem, a gente não tem que pensar só em metas factíveis; tem que se pensar em metas que almejem um futuro melhor para o país, um futuro melhor para a educação brasileira. E, se um Plano Nacional de Educação não fizer isso, imaginando os próximos dez anos e estudando rumos para os próximos 20, 30, 40 anos, onde é que vai ser feito isso em relação à educação brasileira? Se, no final de dez anos, você chegar à conclusão que tudo foi cumprido, que tudo foi feito, você pode querer concluir que: "Opa! Então, a educação brasileira está perfeita, não há problemas a resolver". Então, é preciso ter isso em mente.

E seria fundamental retirar também a vinculação da saúde e da educação do contexto do arcabouço, porque a saúde e a educação, dentro do arcabouço, vão comprimir as outras políticas sociais.

Com o que a Gardennya tem ressaltado tanto, que são as desigualdades brasileiras, os nichos especiais que existem em um país, com a história que ele tem, com a Constituição que ele tem, com a formação da população e a desigualdade toda, não vai ser possível, porque as outras políticas sociais vão ser espremidas por estas duas, porque estas duas são fundamentais: educação é saúde. O restante vai ser comprimido, inclusive a ciência e tecnologia, que também vão ser comprimidas, assim como as universidades e os institutos federais, como eu já ressaltei.

E essa discussão toda está levando à possibilidade de haver uma alteração da vinculação constitucional. Nós temos que lutar também para que isso não ocorra, porque, se há vinculação constitucional para educação e para saúde, é o que tem garantido um mínimo base e condições para os tribunais de contas agirem.

Concordo também com a fala do Ricardo Tonassi, no sentido de que os tribunais deveriam ser mais rigorosos com relação a esse aspecto, até que venha uma Lei de Responsabilidade Educacional – não é, Senador? –, proposta de sua autoria, que consiga fazer com que os dirigentes, os governantes, as Assembleias Legislativas, as Câmaras de Vereadores e o próprio Congresso Nacional tenham também a responsabilidade educacional ao tratar a educação. E como o Daniel Cara falou muito bem, é preciso que esse mundo neoliberal compreenda que as pessoas existem, que as pessoas têm dificuldades e que não é só se esforçando que cada um resolve a sua situação.

Só uma palavrinha final sobre a educação superior, que não permeou muito as nossas falas – se bem que eu procurei permear no contexto a educação superior também. Trago alguns pontos talvez um pouco em choque com a maneira que o Ricardo disse, pois ele não pensa dessa forma no meu entender. Ninguém quer que se universalize a educação superior. A gente quer que tenha uma taxa bruta e uma taxa líquida digna que são necessárias para um país, porque, sem uma taxa bruta e uma taxa líquida digna... e a proposta é de 50% e 33% no atual, talvez tenha que ser repetida. Eu já tenho olhado também nos países da OCDE na avaliação, são bons esses parâmetros – 50% e 33%. Ele falou da EAD, é um absurdo a quantidade de EAD que está existindo hoje no Brasil, principalmente no setor privado. É preciso haver uma regulação da educação superior no Brasil, e principalmente da regulação da educação superior privada, com as EADs,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a mercantilização implementada e com a financeirização desse setor. É tudo livre, ninguém presta conta de "nada" em relação a esses aspectos. Então, coloco esse "nada" entre aspas pois existem aspectos regulatórios, mas insuficientes para todo o processo que já ocorreu fortemente na educação superior.

E, alerto: está chegando fortemente na educação básica também esse processo, o que pode levar a educação básica para um caminho não muito adequado para o futuro do país.

Desculpe-me, Senador, por eu ter me empolgado talvez um pouco, mas as falas me municiaram com essa possibilidade de análise. Agradeço muito.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Dr. Nelson, foi muito importante a sua participação, e também com essa reflexão final e a síntese que foi feita de vários aspectos essenciais. Muito importante.

Agradeço muito, Dr. Nelson Amaral, Presidente da Fineduca. É essencial a sua fala.

Passo a palavra ao Daniel Cara, novamente, dirigente da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Estaremos acompanhando amanhã também a apresentação dos dados, como foi dito, já desagregados, o que vai ser um passo importante para a compreensão do futuro do Plano Nacional de Educação.

Com a palavra, Dr. Daniel.

O SR. DANIEL CARA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador Flávio Arns, para concluir a minha participação nesta audiência pública quero reiterar o aspecto que eu considero mais central.

O Brasil tem pensado a questão da educação e a questão da ciência e tecnologia de forma desvinculada. Até o primeiro Plano Nacional de Educação, após a redemocratização, 2001 a 2010, ele tinha um vínculo mais claro entre ciência e tecnologia e educação.

Nesse Plano Nacional de Educação atual eu tive uma participação muito intensa na elaboração, mas ele não fez essa consideração, o que eu considero um erro. Então, essa é uma questão, de início, bastante relevante.

Em segundo lugar, a gente tem que retomar o desejo de fazer um Plano Nacional de Educação vinculado concretamente a uma perspectiva de desenvolvimento do país. Não adianta a gente falar de educação apartado da questão estratégica.

Nesse sentido, até como egresso de escola técnica – fui aluno da Escola Técnica Estadual de São Paulo –, quero falar especificamente para o Ricardo que eu concordo com ele sobre a importância da educação profissional, mas eu acho que o ponto, Ricardo, é que eu, como muitos dos meus colegas, até fui cursar processamento de dados, porque a gente precisava ter uma segunda renda em casa. Comecei a trabalhar muito cedo, comecei a trabalhar com 12 anos, e foi a maneira de ajudar a minha família,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concretamente, fazer processamento de dados. Logo depois do colegial, eu consegui trabalho e, enfim, dei sequência à minha carreira.

Agora, o grande objetivo para quem está numa escola técnica, se a gente fizer uma pesquisa, especialmente nos institutos federais e nas escolas do Centro Paula Souza, em São Paulo – e sobre isso já tem até pesquisa, vou fazer parte de uma banca de qualificação –, a maior parte dos alunos quer entrar na escola técnica porque lá, no fundo, também é um preparatório para o vestibular.

E existe um outro problema que a gente precisa compreender, Ricardo, até no Ceará – a Gardennya sabe disso bem –, as escolas técnicas são tão fortes na preparação para o vestibular que até tem uma cota ao inverso. Os alunos das escolas privadas têm, entre aspas, uma "reserva de vagas" para participar da escola técnica pública, porque ela passa mais no vestibular. Na federal do Ceará, no ITA, no IME, o Ceará tem conseguido ter esse resultado de bastante ingresso nas melhores universidades brasileiras.

E tem outro problema, Ricardo, que é importante – e eu estou contigo, viu? Eu só estou chamando a atenção para questões que tencionam esse debate –, a demanda do mercado de trabalho brasileiro, Senador Flávio Arns, para os profissionais de escola técnica, hoje, é mínima, porque, embora a gente tenha uma baixa quantidade de matrículas na educação superior, conforme a necessidade, ou seja, como disse o Nelson, uma taxa de escolarização bruta e líquida na educação superior baixa, comparado com países vizinhos, inclusive, o fato é que nós temos um mercado de trabalho tão restrito que praticamente os profissionais da educação superior ocupam as vagas que seriam destinadas para os técnicos. Então, eu acho que esse é o ponto fundamental... (*Falha no áudio.*)

O SR. DANIEL CARA (*Por videoconferência.*) – Agora, se se trata de ruptura ou de continuidade, eu acredito que o Plano Nacional de Educação é uma de agenda de continuidade rumo à universalização, à consagração do direito à educação.

Eu não acho que seja bom a gente fazer um Plano Nacional de Educação tímido, como defenderam muito bem... estou seguindo a linha do que defendeu o Nelson e do que defendeu o Ricardo. A gente tem que fazer um Plano Nacional de Educação conforme a nossa necessidade, e foi exatamente o que eles disseram.

Agora, para que isso aconteça, de fato, para que... (*Falha no áudio.*) ...saia do papel o Plano Nacional de Educação, assim como para que saia do papel... (*Falha no áudio.*) ... porque eu também não quero que ela em nada seja reduzida, o que a gente vai ter que fazer, inexoravelmente, é pensar num novo modelo... (*Falha no áudio.*) ... na década de 50, do século passado; na década de 60, a Coreia do Sul; na década de 70, a Finlândia, assim como a Argentina fez no século XIX, como o Uruguai fez no século XIX, e não tiveram condição de dar continuidade, mas é o que o Brasil tem que construir: uma nova economia para um país que tem que ter um lugar ao sol no século XXI, diante da sua importância estratégica, da sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

riqueza, mas, principalmente, como disse o Câmara Cascudo, como ele nos ensinou – e eu concordo com ele –, o Câmara Cascudo dizia que "o melhor do Brasil é o brasileiro".

Como eu acredito que o melhor do Brasil são as brasileiras e os brasileiros, eu não tenho dúvida de que a gente precisa construir um Plano Nacional de Educação e uma economia na envergadura e na potência do nosso povo e da nossa gente.

Então, esse é o recado que eu queria trazer aqui, e fica o convite para todas e todos, Gardennya, Nelson, Ricardo, o Senador Flávio Arns vai estar presente amanhã para conhecer os dados desagregados do Plano Nacional de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço novamente, Daniel Cara, a gente tem participado também de muitos eventos em conjunto, e eu quero dizer também que Frei Betto utiliza inúmeras vezes a expressão "A maior riqueza do Brasil é o brasileiro e a brasileira", não é verdade? E nós estamos repetindo isso inúmeras vezes em todos os debates: vamos valorizar o brasileiro, a brasileira, que é o que existe de melhor em nosso país.

Passo a palavra ao Dr. Ricardo Tonassi Souto, então, Presidente do Foncede, a quem também já agradeço de antemão, que é o Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação.

O SR. RICARDO TONASSI SOUTO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Mais uma vez, Senador Flávio Arns, muito obrigado pelo convite, em nome do Foncede, em nome de todos os conselheiros estaduais do país. A relevância que o senhor nos dá para participar desta discussão só fortalece a ideia de que temos um Senado forte, um Senado que olha para os estados de uma forma mais generosa.

Eu sempre faço essa crítica em relação à própria União. O MEC, muitas vezes, tem uma postura de leviatã, de não respeitar os sistemas estaduais de ensino, os sistemas municipais de ensino, e não chama para dialogar. Ao longo desse primeiro ano, para minha grata surpresa, isso vem acontecendo de forma muito contundente. Os estados vêm sendo chamados para a conversa, os municípios vêm sendo chamados para a conversa. É muito mais produtivo do que uma imposição de políticas públicas e educacionais de cima para baixo.

Eu agradeço a palavra de todos os companheiros aqui que fizeram algum tipo de referência à minha colocação, mas insisto, faço a defesa do ensino técnico, profissionalizante, não só como uma forma de se preparar melhor para o vestibular, mas como uma forma de sobreviver, uma forma de poder lutar pelos seus sonhos.

O meu Estado, por exemplo, o Estado do Rio de Janeiro, a vocação é o petróleo. É uma vocação que a gente não pôde escolher, é uma vocação divina. Foi Deus que colocou o petróleo aqui. Nós temos uma imensa quantidade de advogados ganhando R$1,5 mil por mês para trabalhar como audiencistas das grandes companhias de advocacia – que a gente chama de contencioso de demanda –, e nós temos, nas plataformas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de petróleo, mergulhadores e soldadores ganhando R$20 mil por mês. Nós temos técnicos, em segurança do trabalho, ganhando R$15 mil por mês.

Então, é a ideia de que é possível ter uma vida digna, uma vida razoável, sem ter chegado ao ensino superior. Eu não ataco de forma nenhuma o ensino superior – muito pelo contrário, eu sou um defensor da educação –, mas o ensino superior é vocação. Nem todos são vocacionados para o ensino superior e, quando você não é vocacionado e não te explicam, pelo menos, que existe uma chance no mundo para as profissões voltadas para o ensino técnico talvez mais generosa do que o que você vai encontrar no ensino superior, eu acho que é desigual essa disputa.

Na Coreia do Sul, que tanto alardeamos como exemplo, 30% dos trabalhadores estão superqualificados para o trabalho que realizam. Existe um problema hoje na Coreia do Sul não é nem de fuga de cérebros, é de não permitir que as pessoas que se qualificaram tanto caiam na miséria diante da superqualificação que aconteceu no país.

Então, acho que nós estamos muito longe. Eu adoraria – e acho que essa palavra é até forte – que tivéssemos esse problema um dia, de que nossa população fosse tão qualificada que a gente tivesse pensando em recuar, mas, ao mesmo tempo, acho que é necessário dar a esse menino, principalmente quando se trata do projeto de vida na escola que tanto se critica, mas que existe um "senão" aqui: nós temos uma lei, Senador Flávio Arns – entre as várias que não são cumpridas, mas que seria fundamental para isso –, que é a que determina a contratação de psicólogos e assistentes sociais na rede pública de ensino. Essa lei é de 2019, deveria estar vigorando e tendo eficácia desde 2020, e ela não é cumprida, não é respeitada, mesmo que se tenha colocado entre os profissionais da educação, numa alteração da lei do Fundeb, a figura do psicólogo e a do assistente social. Esse psicólogo seria a interface fundamental para tratar da vocação desse menino ou dessa menina, para fazer essa avaliação, e não um professor de Matemática, um professor de Química que não foram preparados para isso.

Então, deixo aqui, mais uma vez, meu agradecimento, minha saudação e minha disponibilidade para, sempre que quiser, estar presente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Eu agradeço também a você – permita-me chamá-lo de você –, Ricardo Tonassi Souto, sempre tão disponível para participar dos debates.

Quero só dizer para as pessoas que nos acompanham que, quando nós temos a presença do psicólogo e do assistente social na escola comum, são eles fazendo parte da equipe educacional, do grupo educacional, dos profissionais da educação da escola, porque, às vezes, a pessoa pode pensar no psicólogo como atendimento clínico, que é, muitas vezes, importante e necessário, mas aí tendo que ter a parceria com a saúde, que seria outra coisa. A lei é direcionada no sentido de termos uma equipe dentro da escola que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

permita o atendimento do aluno; a interação com o grupo, com os professores, com as famílias; as reuniões com as famílias, com os profissionais. Então, é uma abordagem educacional. Isso é importante.

Quero dizer também ao Dr. Ricardo que, na semana passada, foi aprovada, na Comissão de Educação, e está indo, se não me engano, ainda ao Plenário, a criação da frente parlamentar para o ensino técnico e tecnológico. Então, nesse sentido, também é uma iniciativa para se valorizar, dentro desse debate e da discussão, esse olhar para essa área de conscientização, de debates e de discussão.

Eu acho que, realmente, todos nós temos uma preocupação de que tudo que foi debatido reflita aquilo que é necessário para o Brasil e com tanta competência de todos que participaram desta audiência pública.

Agradeço, novamente, à Ana Gardennya Linard, do Todos pela Educação, movimento tão importante no Brasil; ao Daniel Cara, dirigente da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; ao Dr. Nelson Cardoso Amaral, da Fineduca (Associação Nacional de Pesquisadores em Financiamento da Educação); e ao Ricardo Souto, do Foncede (Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação). Eu agradeço novamente a toda a infraestrutura da Comissão de Educação, os meios de comunicação do Senado, que cobriram e depois dão a devida divulgação também para esta audiência, a todos e todas que nos acompanham pelos meios de comunicação.

Na próxima semana, dia 26, teremos mais uma audiência pública relacionada ao Plano Nacional de Educação. Será a sexta audiência pública.

Agradeço novamente a todas e a todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 09 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 45 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 36ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e doze minutos do dia vinte de junho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Izalci Lucas, Ivete da Silveira, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Leila Barros, Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão, Fabiano Contarato, Wellington Fagundes, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Gomes, Zequinha Marinho, Damares Alves e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Weverton e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Vanderlan Cardoso, Carlos Portinho, Romário e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 33ª, da 34ª e da 35ª reuniões, que são aprovadas. O presidente comunica os documentos recebidos pela secretaria; e comunica que se encontram disponíveis no Portal da Comissão sumários das reuniões das Audiências. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2256, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases de Educação – LDB), para dispor sobre normas gerais de segurança escolar." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado com a Emenda nº 4-CE (Substitutivo). A matéria vai a turno suplementar. **ITEM 2 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei do Senado n° 211, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a obrigatoriedade, por parte dos sistemas de ensino, da oferta de educação especial para o trabalho para pessoas com deficiência sob a forma de cursos com carga horária mínima de quinhentas horas de aulas e com número de vagas proporcional à população de pessoas com deficiência em idade economicamente ativa residente na região abrangida pelo sistema de ensino." **Autoria:** Senador Romário (PSB/RJ). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** 1. Discussão em turno suplementar do Substitutivo ao PLS 211/2017, aprovado na Comissão em 06/06/2023. 2. Foi recebida em 19/06/2023, em turno suplementar, a Emenda nº 2-S ao Substitutivo aprovado, de autoria do senador Laércio Oliveira. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2666, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera o art. 133-A do Decreto-Lei n° 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal); e o art. 62 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), para prever a utilização de equipamentos informáticos, celulares ou similares apreendidos pelos órgãos e entidades da educação básica obrigatória e da educação infantil." **Autoria:** Senadora Simone Tebet (MDB/MS). **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1-CSP, com a emenda de redação que apresenta e com a subemenda à Emenda nº 1-CSP. **Resultado:** Aprovado com a Emenda nº 1-CSP/CE, Emenda nº 2-CE e Subemenda nº 1-CE. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 6494, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a formação técnica profissional e tecnológica e articular a formação profissional técnica de nível médio com a aprendizagem profissional; e a Lei nº

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre isenção do cômputo de determinados rendimentos no cálculo da renda familiar per capita para efeitos da concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, favorável ao projeto. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 5, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a proibição, em todo o território nacional, de fabricação, comércio, transporte, manuseio e uso de fogos de artifício de estampido ou de qualquer outro artefato pirotécnico que produza estampidos." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 6 - Projeto de Lei Complementar n° 199, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para proibir a limitação de despesas orçamentárias com bolsas e auxílios em instituições de ensino superior." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (MDB/PA). **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1795, de 2021 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Laudelina de Campos Melo no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 1847, de 2021 - Terminativo -** que: "Confere o título de Capital Nacional do Agroturismo ao Município de Venda Nova do Imigrante, no Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin (*Ad hoc*), substituiu Senador Magno Malta. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 1671, de 2022 - Terminativo -** que: "Institui o "Dia Nacional do Planejamento Familiar"." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 10, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Inscreve o nome do Padre Cícero Romão Batista no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 2653, de 2022 - Terminativo -** que: "Confere ao município de Itajubá, no estado de Minas Gerais, o título de Capital Nacional da Produção de Helicópteros." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PL/MG). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 59, de 2023** que: "Requer audiência pública para debater política de ampliação de oferta de cursos técnicos e profissionalizantes" **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Resultado:** Aprovado. Subscreveram o Requerimento os senadores Carlos Viana, Flávio Arns e Astronauta Marcos Pontes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/06/20

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação e Cultura da 1ª Sessão Legislativa da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 33ª, 34ª e 35ª Reuniões, realizadas nos dias 13, 15 e 19 de junho.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico que foram apresentadas à Comissão os seguintes documentos:

1) Ofício nº 188, de 2023, da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), com moção de apoio à emenda que defende a exclusão do Fundeb das despesas limitadas pelo arcabouço fiscal;

2) Ofício nº 038, de 2023, da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação do Espírito Santo (Uncme-ES), que solicita apoio da Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal para contestar o termo de ajustamento de gestão (TAG) encaminhado pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo à referida reunião.

Comunico que se encontram disponíveis no Portal da Comissão e foram enviados por *e-mail* aos gabinetes dos membros da Comissão os sumários relativos às seguintes reuniões: ciclo de audiências públicas sobre a violência nas escolas (Requerimento 32/2023, da Comissão de Educação); ciclo de audiências referentes à instrução do PL 88/2023, responsabilidade educacional (Requerimento 49 e Requerimento 52, de 2023, da Comissão de Educação); ciclo de audiências sobre o novo Plano Nacional de Educação (PNE) (Requerimento 21, de 2023, da Comissão de Educação); e audiência pública para instruir o PL 1.751, de 2023, Programa Nacional de Alimentação Escolar (Requerimento 57, de 2023, da Comissão de Educação).

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos e relatórios apresentados na Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo que os itens da pauta que tratam de matérias relativas a assuntos honoríficos, que exigem quórum de maioria absoluta para sua aprovação, serão votados nominalmente em bloco com a abertura do painel eletrônico. Se não houver discordâncias do Plenário, votaremos em bloco os demais itens que exigem votação nominal.

Os Senadores poderão votar por meio do aplicativo Senado Digital, desde que tenham registrado presença pessoalmente no Senado Federal.

Foram retirados de pauta os itens 5 e 6, a pedido dos Relatores.

Eu quero dizer que o primeiro...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não, Senador Cid Gomes. Pela ordem.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. Pela ordem.) – Nós temos hoje um acúmulo de reuniões de Comissões tratando de temas importantes. Eu mesmo sou membro da CPMI, que está reunida agora e que terá a sua primeira audição de testemunha, e sou membro da CAE, onde está sendo lido o relatório do arcabouço fiscal, de maneira que eu pediria a V. Exa., em função dessa concorrência de presença, que me permitisse fazer a apresentação do meu relatório, do meu parecer dos itens da pauta 4 e 10, sobrepondo aí aos demais, que, creio, não têm aqui a presença dos seus Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Se V. Exa. concordar, o Senador Marcos Pontes é Relator do item 1...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Opa! Claro que sim!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... e ele vai se submeter a internamento hospitalar hoje, depois do meio-dia.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Claro!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Então, ele só veio a esta Comissão para poder fazer o relatório...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – A informação que tinham me dado é que não existia nenhum dos Relatores... Mas, tranquilo...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Então, se V. Exa. permitir, ele faria, e, logo em seguida, colocaríamos os itens de V. Exa. para apreciação.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Absolutamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu só quero dizer que o item 1 da pauta trata justamente da segurança escolar, uma alteração na LDB para colocar o foco, os olhos nessa grande questão no Brasil. Tivemos o episódio ontem, no Município de Cambé, no Paraná, no Colégio Estadual Helena Kolody, grande poetiza do nosso estado, onde dois estudantes foram mortos por um ex-aluno que, inclusive, de acordo com a família, está sendo tratado por esquizofrenia, que é um transtorno mental.

Esse tema já está em pauta na Comissão da Educação há algum tempo, com o projeto de lei apresentado pelo Senador Wellington Fagundes, várias audiências públicas foram realizadas, e está se chegando agora a um substitutivo, fruto de todos esses trabalhos, a partir – acabei de mencionar – da apresentação do projeto do Senador Wellington Fagundes, na forma, então, de um substitutivo.

Como Comissão de Educação, eu quero externar, na condição de Presidente de todos os membros, a nossa solidariedade aos alunos da escola Helena Kolody, aos professores, profissionais, famílias, comunidade, mas muito particularmente para as famílias dos dois alunos que faleceram no episódio de ontem. Que tenham forças, ânimo, coragem para trabalhar a favor da construção da paz, particularmente no ambiente escolar, onde isso deve ser o valor máximo a ser construído. E, como a pessoa, aparentemente, realizou esse ato em função de um transtorno mental, que nós nos debrucemos sobre essa área da saúde mental, como, aliás, está previsto no substitutivo que o Senador Marcos Pontes, integrante desta Comissão, vai nos apresentar.

Inclusive, nós vamos fazer, no início desta reunião, em função do falecimento, um minuto de silêncio em homenagem a toda a comunidade. A solidariedade, particularmente, às famílias das duas pessoas, dos dois alunos que faleceram no dia de ontem. Então, eu peço que a gente possa fazer esse minuto silêncio.

(*Faz-se um minuto de silêncio.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço também a oportunidade de todos nós externarmos esse sentimento de solidariedade a todas as pessoas envolvidas nesta situação tão trágica que ocorreu no Estado do Paraná.

Então, primeiro item da pauta, do Senador Marcos Pontes.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 2256, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases de Educação – LDB), para dispor sobre normas gerais de segurança escolar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo.

Observações:

1. Matéria possui Parecer da CCJ, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ.

2. Em 15/06/2023, foi apresentada a emenda n° 3 (substitutiva), de autoria do Senador Flávio Arns (PSB/PR).

3. Se aprovado o Substitutivo, a matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

Esta Comissão realizou três audiências públicas, nos dias 20 e 26 de abril e 5 de maio, com o objetivo de instruir o projeto.

Passo a palavra ao Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Infelizmente a gente começa essa discussão após uma ocorrência – mais uma ocorrência – no Brasil e um minuto de silêncio às vítimas dessa ocorrência, o que dá aquela sensação de estarmos atrasados, de que isso precisa ser feito urgentemente no país.

Eu espero muito que este projeto de lei, assim como o projeto de lei que eu apresentei com relação ao corretivo – vamos dizer: isso aqui é preventivo; aquele, corretivo –, também corra rapidamente, tramite rapidamente, para que nós tenhamos efetivamente ações que possam proteger as nossas crianças, os nossos professores, os funcionários das escolas, proteger as nossas escolas no Brasil como um todo.

Eu começo também parabenizando o Senador Wellington Fagundes pelo projeto de lei apresentado lá em 2019 e agora movimentado com tudo isso que aconteceu aqui no Brasil. Quero parabenizar também o Presidente, Senador Flávio Arns, por ter conduzido as audiências públicas, o que levou a esse substitutivo, com a emenda do Senador Flávio Arns.

Eu tenho certeza de que o projeto, como ele está agora, tem a capacidade de ajudar e muito na redução dos problemas nas escolas ou aumentar a segurança nas escolas.

Então, eu passo à leitura do relatório, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem à análise da Comissão de Educação e Cultura, para decisão terminativa, o Projeto de Lei nº 2.256, de 2019, que "altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases de Educação – LDB), para dispor sobre normas gerais de segurança escolar".

O PL conceitua "segurança escolar" como "o conjunto de medidas adotadas pelo Poder Público para assegurar a integridade física e emocional dos membros da comunidade escolar". A partir dessa definição, a proposição visa a incluir a garantia de segurança escolar como um dos princípios do ensino arrolados no art. 3º da LDB, e também incluir a implementação de regras gerais de segurança escolar entre os deveres do Estado em relação à educação pública.

A proposição acrescenta o art. 86-A à LDB para instituir diretrizes a serem seguidas com vistas a garantir a segurança na escola, como controle de entrada e saída de pessoas por meios tecnológicos; desenvolvimento de procedimentos de segurança voltados para toda a comunidade escolar; e realização de simulações de emergência.

O PL determina ainda que as escolas acionem os serviços de segurança no caso de ex-alunos ou ex-funcionários que apresentem, abro aspas, "sinais de comportamento que recomendem acompanhamento especial", fecho aspas.

A proposição em questão foi distribuída à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e a esta Comissão. Na CCJ, recebeu parecer favorável com uma emenda, que substituiu, no inciso I do novo art. 86-A, acrescentado à LDB, a expressão, abro aspas, "controle de entrada e saída de pessoas", fecho aspas, por, abro aspas, "desenvolvimento de mecanismos de controle de entrada e saída", fecho aspas.

Neste Colegiado, a proposição recebeu duas emendas de teor similar (Emenda nº 2 – CE e nº 3 – CE), ambas de autoria do Senador Flávio Arns. As referidas emendas apresentam substitutivos integrais ao PL nº 2.256, de 2019, com vistas a instituir um sistema integrado de segurança escolar com a participação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O sistema emitirá normas gerais que serão seguidas nos âmbitos locais por políticas específicas visando a prevenção, o gerenciamento e o tratamento de riscos à segurança das comunidades escolares. Entre as principais inovações, prevê-se a constituição de "grupo de cuidado escolar" composto por membros dos conselhos escolares, com o fim de implementar ações para, em conjunto com outras áreas de políticas públicas, promover medidas para garantia da segurança e paz no ambiente escolar.

Análise.

Nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar a respeito de proposições que tratem de normas gerais sobre educação, como é o caso do PL em comento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por tratar-se de matéria sujeita ao exame em caráter terminativo por esta Comissão, cabe-nos analisar também a constitucionalidade, a juridicidade, a regimentalidade e a técnica legislativa do projeto.

De pronto, constatamos que a proposição se mostra constitucional e regimentalmente adequada ao fim pretendido.

Sob o aspecto material, ampara-se na competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre educação e ensino, conforme o inciso IX do art. 24 da Constituição Federal. Além disso, o PL não adentra em assunto de iniciativa reservada ao Presidente da República, conforme dispõem os arts. 61 e 84 da Carta Magna. Apresenta-se, ainda, conforme a boa técnica legislativa.

No mérito, trata-se de iniciativa com relevância, conveniência e oportunidade, pois dispõe sobre tema central no rol das preocupações do poder público e da sociedade: o problema da violência na escola.

A instituição escolar nunca esteve livre de violência. Qualquer pessoa que se debruce sobre a história da educação verá que comportamentos que hoje chamamos de *bullying*, assédio moral ou violência simbólica e física sempre estiveram presentes na escola. Vale lembrar que a palmatória era um instrumento onipresente nas mesas dos mestres até meados do século passado.

Com a urbanização e a adoção no Brasil de visões pedagógicas humanistas e centradas no aluno, a instituição escolar foi aos poucos mudando, e práticas que eram antes toleradas passaram a ser criticadas e até mesmo criminalizadas. Hoje, os mestres não têm mais legitimidade para praticar agressões contra os alunos.

E da mesma forma que a sociedade rejeita a violência "da escola", ela também recusa a violência "na escola" ou "contra a escola". Esses fenômenos assustam, tendo em vista atingirem um ambiente no qual se espera que haja segurança e onde crianças e adolescentes devem estar protegidos de todo o perigo.

A violência "na" escola se manifesta muitas vezes na depredação das instalações escolares, nas brigas e na indisciplina, resumidos no jargão escolar como "bagunça", problema que geralmente pode ser resolvido no âmbito dos regimentos escolares ou da legislação protetiva da criança e do adolescente.

Porém, o que mais apavora e provoca indignação é a violência sexual ou a violência física armada, praticada por indivíduos egressos do ambiente escolar ou estranhos a ele. Essa é a violência "contra" a escola, que tem trazido tanta dor e sofrimento e alimentado a sensação de insegurança e impotência, redundando no medo de enviarmos nossos filhos às aulas. Ela traumatiza as crianças, os adolescentes, os professores e demais trabalhadores da educação e, nos casos mais graves como os que acompanhamos nos últimos meses, ceifa a vida de inocentes.

Esse fenômeno pode ter muitas causas, como brigas e desentendimentos que começam na sala de aula ou nos pátios escolares e depois saem do controle; pode ser praticada por pessoas com distúrbios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mentais; ou, ainda, ser amplificada pelo tráfico de drogas ou até mesmo pelo ódio alimentado no coração de indivíduos radicalizados por todos os tipos de discriminação, presentes em fóruns anônimos da internet.

Crimes de discriminação chamam mais atenção, justamente pelas características de violência paroxística, assombrando a sociedade e colocando em dúvida a escola como espaço seguro de socialização. O caso de Aracruz, no Estado do Espírito Santo, parece aí se enquadrar, a julgar pelas informações divulgadas pela mídia. O terrível ataque na creche de Blumenau, em Santa Catarina, reacende o clamor social pelo fim dessas atrocidades que vitimam a infância em tantos recantos de nosso Brasil e mais recentemente, ontem, dia 19, um ex-estudante de 21 anos – e hoje também uma outra vítima – invadiu uma escola estadual na cidade paranaense de Cambé e atirou contra alunos, matando uma menina de 15 anos e um garoto também, registrado hoje.

Assim, consideramos que é justificável a introdução de nova legislação sobre a violência contra as escolas e a proposição em tela parte do princípio de que é preciso reforçar os procedimentos de segurança para evitar que esses eventos terríveis voltem a acontecer.

A matéria, portanto, é adequada e merece prosperar. O PL nº 2.256, de 2019, teve o grande mérito de acompanhar a reflexão sobre o tema, que levou à realização de audiências públicas em diversas Comissões do Senado Federal, a exemplo da CCJ, da Comissão de Segurança Pública, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da Comissão de Assuntos Sociais e, finalmente, desta Comissão, que realizou um ciclo de audiências nos meses de abril e maio deste ano, ouvindo especialistas, gestores e representantes de comunidades escolares.

Os debates também foram prolíficos no âmbito do Governo Federal, dos órgãos de imprensa e das plataformas digitais, o que proporcionou um amplo leque de sugestões e de recomendações de iniciativas para lidar com o problema. A partir de uma análise dessas discussões, propomos um substitutivo ao PL 2.256, de 2019, buscando aperfeiçoá-lo, ao mesmo tempo em que reconhecemos os enormes méritos da iniciativa do nobre Senador Wellington Fagundes.

Nosso substitutivo é baseado na Emenda nº 3, da Comissão de Educação, do Senador Flávio Arns, que traduziu as propostas apresentadas nas audiências em um texto articulado, dispondo tanto sobre aspectos preventivos, quanto sobre o tratamento de riscos que possam se apresentar no dia a dia das comunidades escolares.

Neste parecer, usamos a expressão "nosso substitutivo" não com efeito de plural majestático, mas como uma forma de dizer que o texto é do autor do PL, Senador Wellington Fagundes, que parabenizamos pela iniciativa; da contribuição do autor da emenda, Senador Flávio Arns, que contribuiu para o aperfeiçoamento da proposta; do autor deste parecer, que se debruçou para que o relatório atendesse ao ensejo da população; e de todos dessa Comissão, que participaram das audiências públicas nas Comissões desta Casa, a quem muito agradecemos pelas excelentes contribuições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, nosso substitutivo, em sintonia com a mensagem principal expressa naqueles debates, evita uma abordagem de excessiva vigilância, focando principalmente em mecanismos para criação de um ambiente escolar seguro, saudável e livre do medo, condições indispensáveis para o processo de ensino e aprendizagem.

O substitutivo dispõe sobre o ambiente escolar seguro e institui normas gerais de segurança e de prevenção de ações de violência física e emocional contra comunidades escolares. De acordo com o texto, a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios instituirão e manterão um sistema integrado de segurança escolar, que emitirá normas gerais para nortear a elaboração de políticas específicas em cada sistema de ensino, com a participação das comunidades escolares e da sociedade civil. As referidas políticas terão por objetivo a prevenção de ações de violência contra as escolas, o estabelecimento de protocolos de gerenciamento de riscos, a promoção da formação de professores e a constituição, em cada rede e escola, de um grupo de cuidado escolar.

O grupo de cuidado escolar será composto por membros dos conselhos escolares, que exercerão suas atividades em caráter voluntário e não remunerado. Entre suas atribuições estão as de implementar processo de gerenciamento de riscos na respectiva escola, encaminhar relatos recebidos para os canais competentes, identificar eventos que possam implicar riscos para manutenção do ambiente escolar seguro.

O grupo de cuidado escolar atuará em sinergia com os órgãos responsáveis pelas políticas públicas de saúde, assistência e segurança pública em cada território, garantindo o funcionamento intersetorial das políticas públicas por meio de instrumentos de cooperação.

O substitutivo, ademais, estabelece a obrigação de a União apoiar técnica e financeiramente os estados, o Distrito Federal e os municípios, com vistas a auxiliá-los na implementação das medidas instituídas pela lei, bem como de os estados apoiarem tecnicamente os seus respectivos municípios.

O nosso substitutivo, portanto, busca apresentar uma abordagem compreensiva do tema, mantendo o protagonismo das escolas e dos profissionais da educação no encaminhamento das soluções, mas abrindo a possibilidade para que os órgãos de segurança, de assistência e de outras áreas de políticas públicas possam ser parceiros na prevenção de atos violentos, sempre com foco na criação de um ambiente seguro e adequado para o ensino, função precípua da escola.

Nesse sentido, a criação de grupos de cuidado nas instituições de ensino é o mecanismo que julgamos com maior potencial de apresentar efetividade, pois serão as próprias comunidades escolares, por meio de protocolos baseados em definições vindas do sistema integrado, que cuidarão do assunto, demandando a atuação de órgãos públicos quando necessário.

Tendo em vista a apresentação deste substitutivo, optamos pela rejeição da Emenda nº 1-CCJ, que alterava o inciso I do art. 86-A da LDB, na forma do art. 2º do PL nº 2.256, de 2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme apontamos acima, a Emenda nº 3-CE é acatada integralmente, apenas com ajustes, em sua maioria redacionais, na forma do substitutivo que apresentamos. Dessa forma, resta prejudicada a Emenda nº 2-CE.

Voto.

Em razão do exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 2.256, de 2019. No mérito, votamos pela aprovação da proposição, com rejeição da emenda nº 1-CCJ, prejudicialidade da Emenda nº 2-CE, e acatamento integral da Emenda nº 3-CE, na forma do substitutivo.

Sr. Presidente, esse é o relatório.

Eu fico muito feliz em poder apresentá-lo e contar com a aprovação da nossa Comissão, para que essa lei siga o mais rápido possível e os seus efeitos operem também o mais rápido possível em nossas escolas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Senador Marcos Pontes pelo relatório.

Está em discussão a matéria.

Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. Para discutir.) – Sr. Presidente, é um assunto realmente muito sensível, muito delicado sobre o qual, infelizmente, nós tivemos ontem mais uma provocação no sentido de ver o que a gente pode fazer para tentar inibir essa questão.

Essa situação nos deixa tão aterrorizados, tão assustados, que algo, assim, muito urgente, premente, precisa ser feito. Não há o que se repare numa dor dessa natureza nos familiares que ficam. É algo que foge da razão.

A gente tem que realmente se debruçar sobre isso para tentar buscar alternativas punitivas, alternativas educativas, alternativas sejam lá do que for, para que isso possa ser coisa do passado. Isso não pode se repetir mais dentro dos ambientes escolares do nosso país. E eu quero me somar a vocês, a V. Exas., melhor dizendo, para a gente poder buscar soluções fortes para que isso não venha mais a acontecer.

Solidarizo-me com os Senadores do Paraná e com o povo paranaense por essa tragédia, que, infelizmente, aconteceu ontem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Senador Nelsinho Trad.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não, Senador Wellington Fagundes, autor do projeto de lei.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discutir.) – Como autor, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer algum comentário.

Claro que hoje, para nós aqui, era para estarmos comemorando um trabalho que fizemos, a Comissão de Educação.

Eu quero agradecer-lhe muito, Senador Flávio Arns, pelo seu trabalho, pela sua dedicação, inclusive, de convocar várias audiências públicas.

Esse tema foi, exaustivamente, discutido aqui na Comissão. Por isso, eu fico muito satisfeito de ter esse substitutivo, apresentado pelo Senador Marcos Pontes, porque ele é fruto dessa discussão. Eu sempre tenho dito que um bom relatório é aquele que é possível aprovar. E é isto que a gente quer: aprovar esse projeto de lei no sentido de poder contribuir.

E é importante dizer que esse projeto nasceu exatamente quando aconteceu aquilo na escola de Suzano, em São Paulo. De lá para cá, outros estados também sofreram ataques semelhantes, sempre resultando em mortes de alunos e também de professores. E agora tivemos o mais recente, em Santa Catarina. Infelizmente, ontem, exatamente ontem, tivemos essa situação em Cambé, onde um jovem foi lá e assassinou um casal de jovens de forma inexplicável. E, olha, é importante também dizer que quem imobilizou o jovem foi exatamente alguém que tinha capacitação dentro da escola. Então, acho que, por isso, esse projeto é importante.

Como falou aqui o Senador Nelsinho Trad, temos que buscar tudo que é possível em ações punitivas, educativas, eu também diria, orientativas. Eu sempre insisto em que a gente tem que fazer tudo para maior presença também da família nas escolas, principalmente aos finais de semana. Temos experiências exitosas, associação de pais e mestres, porque, quando a gente vê uma escola destruída, com certeza, ali tem problemas de convivência da comunidade que ali vive.

Agora, quando aconteceu esse penúltimo fato, lá em Santa Catarina, muitas prefeituras começaram a suspender os muros, colocar concertinas, que são aquelas cercas de arame enrolado. Será que isso é a solução? Porque eu acho que a escola tinha que ser um espaço aberto; no máximo, uma grade pela qual quem está lá dentro pudesse ver quem está fora e quem está fora ver lá dentro.

Então, eu penso que nós temos que ter um processo, sim, de discussão com a sociedade, e esse projeto não deixa de ser também nesse sentido de que a gente possa evoluir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso eu agradeço muito, aqui, todo esse trabalho que foi feito. Sei que isso não será suficiente.

O Cid Gomes é um especialista nessa área, e eu conversei muito com ele na última reunião que aqui tivemos. Quero, inclusive, ter oportunidade de conversar sobre a experiência do Estado do Cear, para nós possamos fazer em todos os estados.

No meu Estado, Mato Grosso, o Governador Mauro Mendes enviou para o Congresso Nacional, e já aprovamos aqui um financiamento de US$140 milhões. Desses US$140 milhões, US$40 milhões serão usados para regularização fundiária e US$100 milhões serão investidos, exatamente, na melhoria da nossa educação do Estado do Mato Grosso.

Temos um estado muito rico, um estado de alta produtividade, com produção muito grandiosa, mas, infelizmente, nosso nível de educação ainda não alcança os níveis desejados.

Então, investir é importante, mais do que nunca, agora, em tecnologia, mas eu acredito que, acima de tudo, no ser humano, no envolvimento, na capacitação dos professores, de todos os profissionais da educação, mas também no envolvimento das famílias juntamente com os próprios alunos.

Eu agradeço aqui e tenho certeza de que estamos dando um passo, principalmente, numa Comissão tão importante como esta.

Por isso eu não estou feliz pelo que aconteceu ontem. Mas, claro, acho nós estamos aqui no nosso compromisso de procurar fazer o nosso dever.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senador Marcos Pontes, Relator.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Apenas uma complementação, Presidente, com relação a isso.

No tratamento de qualquer problema para o qual nós buscamos solução, certamente nós precisamos tratar da prevenção, e é o que este projeto de lei apresenta, de uma forma bastante ampla. Isso é muito importante, porque não fica simplesmente nos aspectos de tecnologia ou de segurança física, mas também nos aspectos emocionais, com o envolvimento da comunidade como um todo.

Mas, além da prevenção, nós temos a correção a ser feita para dissuadir, vamos dizer assim. Para tirar a vontade de quem queira fazer uma coisa errada numa escola, de forma deliberada, também tem um projeto de lei de minha autoria, que é o PL 1.678, de 2023, que justamente aumenta as penas para qualquer tipo de delito feito dentro do ambiente escolar ou nos arredores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu espero que esses dois projetos de lei sigam juntos, para, em complementação, poderem ajudar e solucionar esse problema que é tão sério no nosso país.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sem dúvida alguma.

Quero saudar todos os Senadores e Senadoras aqui, Nelsinho Trad, Rodrigo Cunha, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Wellington Fagundes, Marcos Pontes e Paulo Paim, que pede a palavra também

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Senador Flávio Arns, serei muito rápido aqui, porque, hoje, estão nos chamando em todas as Comissões, pelos debates do arcabouço fiscal.

Quero só dizer, aqui, Presidente, que merece muito carinho, muito respeito o projeto do Senador Wellington Fagundes, relatado tão bem pelo Senador Astronauta Marcos Pontes.

Como aqui foi dito, todos nós ficamos perplexos e até assustados, porque essa violência aumenta. Todos os dias, matam crianças nas escolas.

Eu apresentei, Sr. Presidente, há muito tempo – e não tem nada a ver com este projeto –, um projeto que vai só ampliar – um projeto chamado Cultura de Paz nas Escolas. E já tinha essa violência. A violência não começou agora. O projeto foi aprovado, por unanimidade, nas Comissões do Senado, no Plenário do Senado, e foi para a Câmara. E lá, como tantos outros, de outros Senadores e Senadoras, continua engavetado. Então, eu torço para que esse projeto seja aprovado com urgência, vá para a Câmara, e que a Câmara vote.

Fica aqui a minha solidariedade a V. Exa. e aos pais que, mais uma vez, perdem filhos assassinados.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É importante.

Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu só gostaria de colocar dados, porque acho que é importante citar. Houve 31 ataques com violência extrema a escolas, agora, nesse período de 2002 a 2023. E também 36 pessoas morreram nesse período. Foram 25 estudantes, 4 professores, 1 coordenadora, 1 inspetora e 5 atiradores mortos durante os ataques. Isso é importante para a população ter noção da gravidade e da importância, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu só quero destacar que as audiências públicas realizadas aqui na Comissão de Educação e Cultura aconteceram praticamente logo depois do episódio de Blumenau, e participaram dessas audiências públicas inúmeras entidades, entre as quais a Polícia Federal, com vários departamentos, a Polícia Civil também participou, inúmeras entidades. Então, foi assim um olhar bastante amplo sobre a questão da segurança escolar, segurança escolar. Inclusive, o título é esse, incluindo-se na LDB dispositivos com envolvimento da escola, da comunidade. E, como foi dito, naturalmente é uma cultura que tem que ser instalada, e, para se instalar uma cultura de mudança, não é num piscar de olhos que isso acontece, mas, trabalhando juntos União, estados, municípios, comunidade escolar, comunidade em geral, resultados podem ser, sem dúvida alguma, obtidos.

Muito bem, está encerrada a discussão, então.

A votação da matéria, se o Plenário concordar, será nominal, mas realizada em bloco, já que não há divergência, discordância em relação a esse assunto.

Havendo concordância, então, será nominal, na sequência.

Conforme dito no início da reunião, passamos aos itens 4 e 10, a pedido do Senador Cid Gomes.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 6494, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a formação técnica profissional e tecnológica e articular a formação profissional técnica de nível médio com a aprendizagem profissional; e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre isenção do cômputo de determinados rendimentos no cálculo da renda familiar per capita para efeitos da concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Federal João Campos

Relatoria: Senador Cid Gomes

Relatório: Pela aprovação

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao projeto.

Eu quero só saudar também o Senador Zequinha Marinho, que está aqui presente, já que eu havia saudado todos os demais anos.

Com a palavra, então, o Senador Cid Gomes.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Sr. Presidente, eu quero agradecer a V. Exa. a alteração na pauta aí, mas, *data vênia*, com a chegada aqui do Relator do Item 3, Nelsinho Trad, eu peço que fique só com o Item 4 e, na sequência, devolva-se à pauta normal.

O Presidente já fez a leitura daquilo a que se destina o projeto, mas, só lembrando, trata da formação técnico-profissional. Eu quero também repetir a autoria desse projeto, que é do então Deputado João Campos, hoje Prefeito de Recife.

Ele altera a LDB em alguns aspectos e altera também a lei que regulamenta o BPC.

Em relação às alterações na LDB, acrescenta, entre as incumbências da União, a obrigação de assegurar, em colaboração com os sistemas de ensino, processo nacional de avaliação das instituições e dos cursos de educação profissional técnica e tecnológica, corrigindo uma importante omissão. Hoje, é avaliado pelo Saeb o fundamental, no seu primeiro período, o fundamental II e o ensino médio.

Também altera a LDB para acrescentar a possibilidade de a educação profissional técnica de nível médio ser também oferecida em articulação com a aprendizagem profissional do menor aprendiz. Vincula a educação, portanto, a um programa que é exclusivamente de trabalho.

Altera também a LDB no sentido de determinar que as instituições de educação superior deem transparência e estabeleçam critérios e procedimentos objetivos para o aproveitamento das experiências e dos conhecimentos desenvolvidos na educação profissional técnica de nível médio sempre que o curso desse nível e o de nível superior forem de áreas afins, nos termos do regulamento

Propõe também, como alteração à LDB, a determinação de que a educação profissional e tecnológica, organizada em eixos tecnológicos, observará o princípio da integração curricular entre cursos e programas, viabilizando itinerários formativos contínuos e trajetórias progressivas de formação entre todos os níveis educacionais, permitindo o aproveitamento incremental de experiências, certificações e conhecimentos desenvolvidos ao longo da trajetória individual do estudante e possibilitando a integração de eixos tecnológicos, conforme orientação a ser expedida pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e pelo Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, periodicamente atualizados pelo Ministério da Educação em colaboração com outros órgãos que atuam na área.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a LDB também no sentido de determinar que a oferta de educação profissional técnica e tecnológica seja orientada pelo sistema de avaliação de sua qualidade, devendo considerar as estatísticas de oferta, fluxo e rendimento e a aprendizagem dos saberes.

O art. 3º do projeto altera a redação do §9º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, para que, além dos rendimentos decorrentes de estágio supervisionado, os rendimentos de contrato de aprendizagem, de bolsa de iniciação científica, de monitoria, de atividade de extensão e pesquisa e da Bolsa Atleta também não sejam computados no cálculo da renda familiar *per capita* para fins de apuração da eventual concessão do BPC.

Ainda, o art. 4º determina que a União, em colaboração com os Estados e o Distrito Federal, no prazo de dois anos após a publicação da lei em que a proposição se tornar, formulará e implementará política nacional de educação profissional e tecnológica, sob pena de ação civil pública.

Por fim, o art. 5º estabelece vigência imediata para a lei em que for convertida a proposição.

A matéria foi distribuída à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde recebeu parecer pela aprovação – eu tive o privilégio também de relatá-la na Comissão de Assuntos Econômicos –, e a esta Comissão, não tendo recebido nenhuma emenda.

A proposição busca justamente integrar o itinerário formativo da educação técnico-profissional com o ensino superior e com os programas de aprendizagem profissional. Desse modo, incentiva-se que os estudantes optem pelo itinerário de educação profissional e tecnológica em sua formação, uma vez que a trajetória poderá prepará-los para o mercado de trabalho como também para cursar o ensino superior.

Ademais, as alterações propostas possibilitarão que o itinerário formativo da educação técnico-profissional possa ser utilizado como parte teórica do programa de aprendizagem profissional bem como que a parte prática da aprendizagem seja reconhecida como horas adicionais para integralização do ensino regular de nível médio ou superior.

Além disso, o processo nacional de avaliação das instituições e dos cursos de educação profissional técnica e tecnológica auxiliará na melhora do acompanhamento e da avaliação dos resultados da educação profissional, possibilitando mais planejamento na oferta de cursos técnicos.

Com relação à alteração da Lei do BPC, Benefício de Prestação Continuada, entendemos que a medida terá o condão de permitir maior inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho. Com efeito, atualmente, a pessoa com deficiência que exerça atividade remunerada automaticamente tem o BPC suspenso, o que muitas vezes faz com que essas pessoas prefiram se manter fora do mercado formal de trabalho, porquanto os salários oferecidos em geral são equivalentes ao valor do BPC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por outro lado, excluir do cálculo da renda familiar, além dos rendimentos decorrentes de estágio supervisionado e de aprendizagem, aqueles de contrato de aprendizagem, de bolsa de iniciação científica, de monitoria, de atividade de extensão e pesquisa e da Bolsa Atleta, ampliará as oportunidades de inserção laboral e maior participação na vida comunitária da pessoa com deficiência e de seu grupo familiar.

Seguimos, então, ao voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.494, de 2019, conforme veio da Câmara dos Deputados, sem nenhuma alteração, para que a gente possa, o mais rápido possível, formalizar a aprovação disto que será o início de uma regulação da formação técnico- profissional em nosso país.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pedindo, naturalmente, a atenção, a compreensão e o apoio dos pares para a aprovação da matéria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senador Cid Gomes, o relatório.

Está em discussão a matéria.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Nem que seja numa frase, Sr. Presidente, eu teria que dizer, cumprimentando, com muito carinho e muito respeito, o Deputado que, conforme nos informa o nosso Relator, fez um belíssimo relatório, João Campos, ex-Deputado.

Eu tinha 12 anos, fiz um curso. Eu sei que o nosso Astronauta também fez. Eu vi que o Wellington também fez, e tantos fizeram. O Lula também fez. Só que em 1962 foi que eu entrei e tinha esses dois estágios: de manhã, nas oficinas; de tarde, o curso normal. Depois, com o tempo, isso foi desaparecendo. Então, uma bela iniciativa, meus cumprimentos. Eu poderia citar nomes entre Deputados e Senadores, acho que uns 30 pelo menos que vieram dessa escola e que agora não tem mais.

Por isso, fica aqui meu carinho, meu abraço. Fico muito feliz em poder, hoje, como Senador, votar nesse projeto que busca recuperar parte da nossa história. Estudei na escola do Senai Nilo Peçanha, e depois fui aprender, Senador Cid, que ele era negro e foi Presidente da República, Nilo Peçanha. Depois que eu fui aprender, aprendi naquele período.

Era isso só, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Eu só gostaria de me somar às palavras do Senador Paulo Paim e destacar, realmente, a importância disso. Eu passei pelo mesmo processo e aquilo foi essencial na minha vida, assim como eu espero que seja essencial na vida de milhões de jovens no Brasil que vivem, hoje em dia, nas condições que eu vivia lá, nascido em periferia etc. Então, isso aí é muito importante para mudar a história desses jovens. Eu tenho certeza de que isso vai ser bom para todos os outros índices, vamos dizer assim.

Então, parabéns, parabéns pelo relatório, parabéns ao projeto!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem!

Quero destacar também a importância de que os valores percebidos não contem para o BPC, que é um benefício. Esses outros valores recebidos são estágios, bolsas. Isso não tem nada a ver com o benefício, como destacado no projeto de lei.

Não havendo quem...

É o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Bom, eu poderia, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sim, Senador, é claro, Relator da matéria, Senador Cid Gomes.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. Como Relator.) – Eu fiquei muito ocupado aqui em dar agilidade à leitura do relatório, e naturalmente tinha que ser assim, mas eu não poderia perder a oportunidade de destacar o esforço que vem sendo feito no Estado do Ceará, mesmo sem o aprofundamento da regulamentação da formação técnico-profissional nessa modalidade, lá no nosso estado.

Hoje, Sr. Presidente, há cerca de 140 escolas de ensino médio – creio que talvez Pernambuco tenha um número equivalente –, de escolas em tempo integral, com uma diferença para o Estado do Ceará, que tem a ver com o que nós estamos falando aqui. Lá em Pernambuco, que tem um maior percentual de alunos do ensino médio em tempo integral, o segundo turno é um turno de atividades extracurriculares: cultura, esportes e reforço escolar etc., etc.

Lá no Ceará, nós procuramos fazer diferente. Hoje nós temos já cerca de cem escolas nessa modalidade de Pernambuco, com ensino médio regular, e no contraturno atividades extracurriculares. Mas nós temos essas 140, o que permite que hoje algo em torno de 70 mil jovens cearenses estejam,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

simultaneamente, fazendo o ensino médio regular e cursando um curso técnico que prevê tudo que está colocado aqui.

Nós estamos, de alguma forma... O Ceará, de alguma forma, se antecipou ao que está previsto aqui, onde há o estágio supervisionado, onde isso conta tempo para a formação, enfim. A despeito de não estar regulamentado na nossa LDB, o Ceará tem sido um pioneiro e, certamente, será um grande laboratório para o Ministério da Educação na determinação dessa lei que dá dois anos para que a formação técnico-profissional e tecnológica seja melhor regulamentada no nosso país.

Então, gostaria de fazer aqui esse destaque.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Senador Cid Gomes.

E com a dupla vantagem: terminando o ensino médio – que é algo importantíssimo para o país – e fazendo a educação profissional – já com estágio e inserção no mundo do trabalho –, recebendo dinheiro junto ao ensino médio, com estágio, bolsa aprendizagem e tantas outras alternativas.

Muito bem. Está encerrada a discussão.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Passamos – conforme dito pelo Senador Cid Gomes também, apesar de termos invertido a pauta antes – para o Senador Nelsinho Trad, cujo relatório, inclusive, já foi lido na semana passada.

Só há um pequeno ajuste para desburocratizar o processo.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 2666, DE 2021

- Terminativo -

Altera o art. 133-A do Decreto-Lei n° 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal); e o art. 62 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), para prever a utilização de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

equipamentos informáticos, celulares ou similares apreendidos pelos órgãos e entidades da educação básica obrigatória e da educação infantil.

Autoria: Senadora Simone Tebet (MDB/MS)

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1-CSP, com a emenda de redação que apresenta e com a subemenda à Emenda nº 1-CSP.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Segurança Pública, com parecer favorável ao projeto com a Emenda n° 1- CSP.

2. Em reunião realizada em 13/6/2023, foi lido o relatório e a matéria foi retirada de Pauta a pedido do Relator.

3. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado.

Salvo requerimento de destaque...

Com a palavra, então, o Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. Como Relator.) – Sr. Presidente, esta alteração veio em função de uma solicitação, através da experiência que V. Exa. já teve na sua vida pública, corroborada pelos Senadores que aqui se encontravam, no sentido de desburocratizar e otimizar a eficácia do projeto.

Em síntese, para os colegas que aqui estão, esse projeto prevê a utilização, pelas redes públicas de educação, de equipamentos informáticos, celulares ou similares, aprendidos, no que tange a operações oriundas do Poder Judiciário e dos órgãos da Receita Federal.

É um projeto realmente muito feliz, que vai proporcionar para as nossas redes públicas de escolas uma condição de se dotarem de vários aparelhos, que, muitas das vezes, apreendidos, ficam estocados e se perdendo nos locais afins.

Então, V. Exa. deu a sugestão e nós conseguimos – e eu quero agradecer à nossa assessoria, que trabalhou nisso – a seguinte subemenda:

> SUBEMENDA Nº -CE
> Dê-se ao §3º-C do art. 133-A do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, na forma dada pela Emenda nº 1-CSP ao art. 1º do PL nº 2.666, de 2021, a seguinte redação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"§ 3º-C. O órgão ou entidade enviará ao juiz, quando solicitado, informações sobre o estado de conservação dos bens sob sua custódia."

Apenas e tão somente isso.

Parabéns pela perspicácia que V. Exa. empreendeu no sentido de otimizar a aplicação dessa lei.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Senador Nelsinho Trad.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, a votação será nominal e realizada, se não houver objeções também, em bloco, juntamente com os demais itens.

Passamos ao Item n° 9 da pauta, Senador Rodrigo Cunha.

ITEM 9

PROJETO DE LEI N° 1.671, DE 2022

- Terminativo -

Institui o "Dia Nacional do Planejamento Familiar".

Autoria: Senadora Mara Gabrilli.

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha.

Relatório: Pela aprovação.

Conceda a palavra a V. Exa.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Flávio Arns, Sras. Senadoras, Senadores, passo à leitura do parecer ao Projeto de Lei 1.671, de 2022, da Senadora Mara Gabrilli, que institui o Dia Nacional do Planejamento Familiar, pedindo licença para ir direto à análise do parecer.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições que versem sobre datas comemorativas, a exemplo do projeto de lei sob análise.

Tendo em vista o caráter exclusivo da distribuição à CE, cabe igualmente a esta Comissão apreciar os aspectos de constitucionalidade e de juridicidade da proposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que respeita à constitucionalidade, a proposição obedece aos requisitos constitucionais formais para a espécie normativa e não afronta dispositivos de natureza material da Carta Magna.

Em atendimento às determinações da Lei nº 12.345, de 2010, que "fixa critérios para a instituição de datas comemorativas", foi realizada, no dia 30 de maio de 2022, na Comissão de Direitos Humanos, audiência pública em que se debateu a relevância da instituição de data nacional dedicada ao planejamento familiar. A audiência contou com a presença de especialistas e representantes do setor, que atestaram a alta significação da instituição da efeméride, a ser celebrada anualmente no dia 26 de setembro.

No que tange à técnica legislativa, não há óbice ao texto do projeto, que está de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que se refere ao mérito, importa destacar que o planejamento familiar é um direito garantido pela Constituição Federal, explicitado no §7º do art. 226. Todavia, o Brasil possui taxas alarmantes de gestações não planejadas, principalmente nas camadas menos favorecidas da população.

Embora caiba ao Sistema Único de Saúde disponibilizar gratuitamente métodos contraceptivos, muitos brasileiros e brasileiras ainda não têm acesso regular a eles, seja pela escassez de recursos, seja pela falta de conhecimento sobre seus direitos. Uma das consequências é que, aproximadamente, 75% das meninas que engravidam na adolescência deixam a escola, perpetuando um ciclo de pobreza e de falta de oportunidades.

O planejamento familiar tem notáveis efeitos positivos na primeira infância, na permanência dos adolescentes na escola e dos adultos no mercado de trabalho. Também contribui para a redução da pobreza, da violência doméstica, da criminalidade e da mortalidade materno-infantil.

Ademais, a garantia do acesso ao planejamento familiar é um mecanismo de empoderamento das mulheres, especialmente daquelas que estão em situação de maior vulnerabilidade social, como as adolescentes negras, que representam 70% do total de adolescentes grávidas no país.

A escolha do dia 26 de setembro é uma referência à celebração do Dia Mundial da Contracepção, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU), para a conscientização sobre o direito humano ao planejamento familiar e a importância de que os países-membros garantam acesso aos métodos contraceptivos a seus cidadãos.

De tal modo, não há dúvida de que é relevante e meritória a instituição do Dia Nacional do Planejamento Familiar como forma de conscientização da população para a relevância do tema.

Sendo assim, Sr. Presidente, diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.671, de 2022.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está bem.

Agradeço pelo relatório.

Está em discussão a matéria.

Senador Styvenson Valentim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. Para discutir.) – Parece simples o projeto: dia 26 de setembro comemorar esse dia do planejamento. Mas não é comemorar, não, é ser lembrado do planejamento. O número é alarmante: 75% das adolescentes que saem da escola, perdem a formação e os sonhos, devido a uma gravidez precoce. Isso acontece todos os dias, e, como foi bem dito pelo Relator e também bem colocado pela Mara Gabrilli, essa Senadora que teve essa visão, que já existe na Constituição, mas precisa ser lembrado dentro da escola. É a própria escola que deveria lembrar o planejamento familiar. Quem são essas pessoas que estão tendo gravidez precoce? Setenta e cinco por cento que estão na escola. Então, quem sofre? É a mulher.

E depois a gente vem corrigir o problema, Senador Rodrigo Cunha. Depois que o problema cresce, aí se quer corrigir o problema com outras leis protegendo cada vez mais a mulher, incluindo a mulher, deixando a mulher dentro do mercado de trabalho sem ter qualificação nenhuma.

Então, o projeto tem esse caráter especial por trazer, no dia 26 de setembro, essa lembrança do planejamento. E eu tenho certeza de que os jovens, os adolescentes não têm noção do que é o planejamento familiar. Pelo contrário, não têm métodos contraceptivos, não se fala nisso nas escolas, e o que existe é um meio, muitas vezes, promíscuo, lascivo de uma juventude, e a consequência é uma gravidez precoce, que, consequentemente, atrapalha a vida não só da mãe, que engravidou, como da criança.

Então, era isto que eu tinha a comentar por esse relatório muito bem feito pelo Senador Rodrigo Cunha, que traz esse dia especial de lembrar desse planejamento, para que esse número não aumente.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, um minutinho também, se me permite. É sobre o tema.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sim.

Ao Senador Styvenson Valentim, que acabou de se pronunciar, eu só quero dizer que destacou, de maneira importante, o tema.

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Primeiro, quero cumprimentar a Senadora Mara Gabrilli; cumprimentar, naturalmente, o nosso Presidente da Comissão, e o relatório do nosso querido Senador e amigo – permita-me que eu me refira assim – Rodrigo Cunha.

Presidente, a Comissão de Direitos Humanos realizou uma audiência desse tema e foi unanimidade. Não teve ninguém lá que falou contra. Todos falaram a favor do parecer que V. Exa. colocou, com muita clareza.

Se me permitirem, eu só vou dizer uma fala que eu ouvi lá da Sra. Ana Clara Polkowski, Presidente do Ipfam. Ela disse: "A ideia da instituição, realmente, sobre esse dia, é ampliar a consciência e trazer a sociedade para esse debate, que é tão importante para a transformação do nosso país".

É só isso.

Meus parabéns aí à autora e ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Exato.

Muitas vezes, eu só quero dizer que há um debate sobre essa questão de instituirmos dias ou semanas ou meses com um determinado tema. Da minha parte, eu quero dizer que considero também da mais alta importância. Não é que o assunto deva se restringir à data, mas é uma data para todo mundo colocar a luz, o holofote sobre o problema, sobre a questão, sobre o desafio; e, a partir daí, os debates continuarem, obviamente, durante o ano todo, todos os dias, não é, Senador Rodrigo Cunha?

É um relatório dos mais importantes.

Muito bem.

Está encerrada a discussão, então.

A matéria será votada em bloco também, na sequência.

Passamos ao item 11 da pauta.

O Senador Styvenson Valentim é o Relator.

ITEM 11

PROJETO DE LEI Nº 2653, DE 2022

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Confere ao Município de Itajubá, no Estado de Minas Gerais, o título de Capital Nacional da Produção de Helicópteros.

Autoria: Senador Carlos Viana (PL/MG)

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Pela aprovação

Em reunião realizada em 30/05/2023, a matéria foi retirada de pauta.

Então, com a palavra o Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vou partir para a análise.

Conforme os termos do art. 102, inciso II, cabe a esta Comissão de Educação apreciar essas matérias que versam sobre homenagens cívicas.

Tendo em vista o caráter exclusivo da distribuição para esta Comissão e tendo também esse projeto requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição todos em conformidade, eu já parto para o mérito do projeto.

No ano de 1980, foi instalada em Itajubá a primeira (e, até agora, única) fábrica de helicópteros da América Latina, a Helibras. A empresa produz helicópteros para uso civil e militar.

A presença da Helibras no município contribuiu para o desenvolvimento da indústria aeroespacial na região, impulsionando a economia local, atraindo investimentos e gerando empregos especializados.

Além disso, a fábrica também promove a transferência de tecnologia, estimula parcerias com instituições de pesquisa e desenvolvimento e fortalece a cadeia de fortalecimento em pesquisas e fornecedores de peças e equipamentos.

Em decorrência da produção de helicópteros na cidade, a região de Itajubá tornou-se uma espécie de polo aeroespacial, concentrando várias empresas e instituições que atuam no setor de aviação e aeroespacial. Essa concentração tem criado, cada vez mais, um ambiente propício para a troca de conhecimentos, parcerias e colaborações, impulsionando o crescimento do setor.

Itajubá sedia, também, uma universidade federal, com oferta do curso de Engenharia Mecânica Aeronáutica, propiciando a produção de tecnologia e formação de profissionais aptos para atuarem nos diversos setores da indústria aeronáutica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, entendemos ser justa a homenagem que se pretende prestar a Itajubá, concedendo-lhe o título de Capital Nacional da Produção de Helicópteros.

Voto.

O voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.653, de 2022.

Sr. Presidente, não tem nem como a gente questionar, só lá fabricam mesmo, só lá é que criam. Então, é mais do que justo mostrar que, em uma cidade, em um município, se construiu, além da empregabilidade e do desenvolvimento, até uma universidade com esse curso específico para capacitar jovens e pessoas para dentro da função que essa indústria ocupa naquele estado, naquelas cidades. Então, é mais do que meritório. Preciso lembrar que só há ela para produzir helicópteros militares e civis no país.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu agradeço a V. Exa., Senador Styvenson Valentim.

Quero saudar o Deputado Evair de Melo, que está aqui presente. Que bom. Seja muito bem-vindo.

Vamos discutir a matéria.

Nada melhor do que passar a palavra ao nosso piloto de testes e astronauta – outro dia até perguntei a ele o que é ser piloto de testes, ele pode até explicar – Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Realmente, é preciso ressaltar a importância de se ter uma cidade que tem essa dedicação, com uma empresa desse porte, no Brasil. É uma indústria importante que cresce a cada dia, a indústria aeronáutica.

Quero lembrar que o meu conterrâneo, o lá de Bauru, o Coronel Ozires Silva foi quem deu partida ali na Embraer. Eu trabalhei com diversos pilotos, inclusive pilotos de testes, no DCTA, que trabalham na Helibras. E é, como eu falei, uma indústria que cresce muito.

Nós precisamos – falando aqui na Comissão de Educação – incentivar os cursos técnicos do setor de aeronáutica. O Senai já faz alguns desses cursos. Também os cursos superiores, sem dúvida nenhuma, para engenheiros aeronáuticos que se dediquem à área. Não é fácil tratar de aeroelasticidade em pás de helicóptero, com certeza, mas é importantíssimo que a gente tenha. E agora, com as possibilidades...

Hoje, de manhã, eu participei da Comissão de Infraestrutura, com o Diretor-Presidente da Anac, falando a respeito das possibilidades, inclusive, de um Vtol, de uma aeronave com decolagem vertical, desenvolvido pela Embraer que, em certos aspectos, se assemelha a um helicóptero também. Ou seja, nós temos muitos desenvolvimentos pela frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero parabenizar o autor, o Relator, por esse projeto, para incentivar outras cidades também a investirem, vamos dizer assim, a incentivarem, a promoverem o desenvolvimento da indústria aeronáutica no país.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Senador Marcos Pontes.

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

A votação da matéria também será nominal e realizada em bloco.

Passamos ao item 7 da pauta, Senador Esperidião Amin.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 1795, DE 2021

- Terminativo -

Inscreve o nome de Laudelina de Campos Melo no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Iniciativa da Deputada Federal Celina Leão. Relatoria com V. Ex., Senador Esperidião Amin. O Relatório é pela aprovação.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Pela ordem, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não, Senador Carlos Viana. É uma alegria vê-lo e o Senador Magno Malta também.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG. Pela ordem.) – Obrigado.

Quero pedir uma gentileza a V. Exa. e ao nosso Califa... (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

... antes de ser lido o relatório, para agradecer pela leitura do meu projeto da cidade de Itajubá, no sul de Minas, como capital nacional da fabricação de helicópteros.

Eu, quando comecei aqui na Casa, observava esses títulos honoríficos e confesso que, num primeiro momento, cheguei a fazer crítica sobre isso. Dizia: isso é uma coisa que não vai resolver nada. Mas à medida que a gente vai ganhando a experiência, quando a gente vai saindo de uma visão e vindo para outra, a gente percebe a importância para as cidades na atração, inclusive, do próprio turismo e até de investimentos.

Nós temos, por exemplo... H á pouco tempo aprovamos aqui no sul de Minas, uma outra cidade, Maria da Fé, que é uma das cidades mais frias de Minas, como a capital nacional da fabricação de azeite.

E se pode falar "poxa, mas qual é a importância?" Quando a gente se debruça para estudar, como eu fui visitar...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Azeite extravirgem.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Sim, extravirgem. (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E se não me engano eu fui o Relator.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Sim, foi o Senador Paim.

São mais de 90 empresas, são toneladas e toneladas de um produto que não é conhecido como sendo brasileiro. Então, isso atrai sobre a cidade uma atenção muito grande e investimentos.

E, nesse caso de Itajubá, nós estamos fazendo justiça a uma produção de helicópteros que existe lá desde os anos 70. Foi uma fábrica estratégica, montada ainda no governo militar para a independência brasileira. É uma empresa referência no Brasil em manutenção e, tanto a cidade de Itajubá com a Universidade Federal de Itajubá, Senador Paulo Paim, são um polo de desenvolvimento de tecnologia aeronáutica e até do petróleo. A cidade de Itajubá, além da questão de pesquisa aeroespacial, é referência no Brasil nas pesquisas do pré-sal, que estão lá.

Então, esse título – ao Senador Styvenson meu muito obrigado pelo relatório – quer mostrar o quanto nós, brasileiros, somos capazes, porque a gente não basta só ser, não, a gente, infelizmente, tem que mostrar, porque há uma tendência muito grande entre nós de querer menosprezar o que é brasileiro, de achar que lá fora as coisas são muito melhores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu conheço 31 países, trabalhei, estudei fora do Brasil e posso dizer que nós aqui estamos na ponta, nós é que não conhecemos, não incentivamos e não financiamos os nossos cientistas e a nossa capacidade.

Portanto, peço o voto dos Srs. Senadores para Itajubá e convido, inclusive, aqueles que desejarem, para nós um dia fazermos aqui uma Comissão e irmos lá conhecer de perto o que a indústria brasileira de aeronáutica é capaz de fazer, principalmente em pesquisa de guerra digital.

Os poucos brasileiros que são formados em guerra digital são formados pela Universidade Federal de Itajubá e estão disponíveis lá num trabalho para a Airbus, coisa que praticamente, até entre nós mineiros, pouca gente conhece.

Então, o meu muito obrigado pelo relatório.

Eu espero a aprovação desse título para a tecnologia dita de Itajubá e de todo o nosso vale ali da eletrônica.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Nós é que agradecemos a V. Exa. pelas explicações tão importantes e pertinentes. Inclusive o Senador Marcos Pontes destacava toda esta relação com a Comissão de Educação, para chamar a atenção dos jovens, adultos e estudantes para essa área específica, que é uma das áreas do futuro, sem dúvida alguma.

Parabéns pela iniciativa.

Eu retorno, então, a palavra ao Senador Esperidião Amin, que é o Relator, como eu já li, do Projeto de Lei nº 1.795, de 2021, que inscreve o nome de Laudelina de Campos Melo no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Com a palavra, então, Senador Esperidião.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Presidente, eu quero agradecer inclusive pela oportunidade da intervenção do califa Carlos Viana. Ele é o verdadeiro califa, que saúda equitativamente em árabe e em hebraico, no melhor modelo do Oriente Médio.

Mas eu queria acrescentar às virtudes de Itajubá uma pequena contribuição da experiência catarinense. Nós temos muitos engenheiros que prestaram grandes serviços, especialmente no ramo elétrico, e são oriundos de Itajubá. A Celesc, que hoje é uma empresa de muito boa reputação como distribuidora – e também têm algumas geradoras importantes das quais participa –, teve grande contribuição de engenheiros formados na faculdade de engenharia de Itajubá. Aliás, o mais ilustre que eu conheci foi o Aureliano Chaves, que lá está enterrado, apesar de ter nascido em Três Pontas. O meu chapéu tem três pontas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que a sua intervenção foi muito importante, assim como as contribuições do Relator, do nosso Astronauta Marcos Pontes. É realmente uma cidade que se distingue por esse viés inovador e sofisticado para o Brasil, que ainda exporta predominantemente *commodities.*

E já que o senhor falou bem de Minas, eu vou dizer que me sinto muito bem como representante de Santa Catarina, com nome obviamente feminino, por homenagear a também mineira Laudelina de Campos Melo, que, por este projeto, passa a integrar o Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Lembrando que foi proposta da nossa Vice-Governadora, Deputada Celina Leão.

Laudelina de Campos Melo é uma das personagens com atuação histórica de relevo em nosso País. Três décadas após sua morte, a situação pela qual lutou já mudou, eu diria, substancialmente.

A proposição e a lei que dela deve resultar contribuem para que essa lutadora admirável seja, enfim, conhecida e valorizada por uma parcela maior da nossa população.

Ela nasceu em Poços de Caldas, em 1904, neta de escravizados. Estudou até os 12 anos, quando o pai faleceu em acidente de trabalho, passando a cuidar dos cinco irmãos mais novos. Já aos 16 anos, foi eleita Presidente do Clube 13 de Maio, uma data que dispensa indagações, que promovia atividades recreativas para a população negra de sua cidade. Aos 18 anos, se deslocou para São Paulo, casou-se com Geremias Henrique Campos Mello; e, em 1924, passaram a morar em Santos. Após o segundo filho, o casal se separa. A partir de 1936, Laudelina terá uma atuação marcada por movimentos populares, políticos e político-partidários. Nesse mesmo ano, em 1936, temos um marco da maior significação que é a fundação, em Santos, da Associação das Empregadas Domésticas, ainda hoje uma categoria profissional que, além de ser lembrada constantemente pelo nosso querido amigo Senador Paulo Paim, se ressente. E a pandemia foi, talvez, mais uma estação no calvário das empregadas domésticas, mais uma estação.

Ela, depois, se mudou para Campinas, também no Estado de São Paulo. Continuou a sua batalha incansável por seus ideais e, em especial, pela conquista de espaços e de realizações político-culturais para os negros e negras brasileiros, assim como pelos direitos das empregadas e dos empregados domésticos. Alguns marcos dessa luta são: a campanha contra-anúncios discriminatórios para contratar empregadas domésticas; a realização do Baile Pérola Negra, para debutantes negras, no Teatro Municipal de Campinas; a criação da Escola de Bailados Santa Efigênia; e, uma vez mais, a Associação Profissional Beneficente das Empregadas Domésticas de Campinas. Em 1968, a associação encerrou suas atividades, mas Laudelina estará presente porque ela foi reconstituída em 1982, tornando-se, seis anos depois, sindicato.

Por ter se empenhado, destemida e incansavelmente, enfrentando toda sorte de adversidades, por causas da maior importância para o povo brasileiro, especialmente para as mulheres negras, para os homens negros e para os trabalhadores domésticos, com reivindicações que viriam esperar décadas para se concretizar, além de outras que estão por acontecer ainda, reconhecemos a justeza da inscrição no Livro de Aço, como heroína da Pátria, do nome de Laudelina de Campos Melo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É esse o parecer, congratulando-me especialmente com a proponente e com a Câmara dos Deputados, que aprovou, apresentando, repito, o meu voto pela aprovação, até como forma de difundir esse trabalho que foge um pouco à rotina daquilo que a gente costuma aplaudir, porque é uma luta travada sempre reivindicando. Se formos analisar hoje, Sr. Presidente, ainda há muitas reivindicações por serem concretizadas

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não tenho dúvida alguma. Um projeto muito importante da Deputada Celina Leão, relatado por V. Exa.

Está em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, permita-me só que eu diga...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senador Paulo Paim, desculpe-me.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Quero cumprimentar a Deputada e o Senador Esperidião Amin.

Eu tenho aqui, Senador, um longo relatório, feito pela consultoria do PT, que tece inúmeros elogios, inclusive à luta dela como voluntária, em tempo de guerra, para ajudar o Brasil. Estou resumindo aqui. É uma lutadora, de fato, na questão do combate a todo tipo de racismo que existia na época e que existe no nosso país, principalmente, claro, na questão de negros e negras.

Parabéns, Senador Esperidião Amin.

Votarei com muito orgulho, neste momento.

Eu fiz um giro na história, lendo aqui a contribuição que eu recebi, e sempre na sabedoria do Senador Esperidião Amin.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sem dúvida alguma.

Está encerrada a discussão.

A votação da matéria também será nominal e realizada em bloco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passamos ao último item da pauta antes da votação nominal, que é da relatoria do Senador Magno Malta, que está relatando matéria em outra Comissão também, e solicitou ao Senador Esperidião Amin que fosse o Relator *ad hoc*. É o item 8.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 1847, DE 2021

- Terminativo -

Confere o título de Capital Nacional do Agroturismo ao Município de Venda Nova do Imigrante, no Estado do Espírito Santo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: Pela aprovação

Iniciativa do Deputado Federal, aqui presente — estava procurando —, Evair Vieira de Melo.

Seja, novamente, muito bem-vindo à Comissão.

Concedo a palavra ao nobre Senador catarinense — que sempre me honra dizendo que eu sou o quarto Senador de Santa Catarina, o que é motivo de muito orgulho para mim, pela história das famílias —, para a leitura do relatório.

Senador Esperidião Amin, com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu recebi, com grande honra, a solicitação do Senador Magno Malta para ser o Relator *ad hoc.* E veio, de contrapeso, o assediador *ad hoc,* na pessoa do Deputado, querido amigo, Evair de Melo.

Eu quero, primeiro, me referir ao resumo sobre a cidade, Venda Nova do Imigrante, que, junto com Santa Teresa, está celebrando o início das comemorações dos 150 anos de colonização italiana – 1874, 1875 –, portanto, estamos às vésperas dos 150 anos, fechados, da imigração italiana, mais ou menos contemporânea à do meu estado e do seu estado. E, no caso do Espírito Santo, pelo que eu sei, oriundos também do Vêneto. Ele não sabe, por exemplo, que o meu sobrenome materno é Busetto Marini. Meu avô materno era de Bevilacqua, Verona, e minha avó materna era de Santa Maria di Feletto, Treviso, criada em Padova.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Só quero dizer que a minha esposa é neta de italianos também, Parolin e Gabardo. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, o senhor vê que, em Santa Catarina, a maior migração foi italiana, apesar de os alemães, que é o seu lado paterno, propagarem ou darem a impressão de que o estado é germânico. Mas eu acho que tudo isso me aproxima dessa homenagem.

Como Capital Nacional do Agroturismo, ela se firma pelas suas tradições. Nós estamos concluindo, neste momento, em Santa Catarina, a Semana de Nova Veneza, também de origem em Vêneto, com baile de máscaras à semelhança da terra natal. Então, essa tradição que sempre coloca a família com grande destaque – o familismo é uma marca italiana, tradição, cultura –, o agroturismo se transforma não só em ocupação e tradição, mas em renda, em atividade econômica. Queijos, biscoitos, presuntos, o socol, feito com o lombo do porco... Isto quase ao meio-dia é muito ruim falar porque desperta outras tentações. Mas tudo isso compõe a identificação geográfica da região.

Eu não menciono o café porque faz muito tempo que eu não provo o café dessa região. Então, eu perdi a memória... (*Risos.*)

... do café do Espírito Santo. Antes, o Deputado Evair de Melo cuidava para que a gente não esquecesse o sabor. Então, como eu estou um pouco esquecido, não vou mencionar essa atividade. Mas quero dizer que...

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Senador Esperidião, só um... Inclusive, ele aprendeu a lidar com café em Minas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Em Minas Gerais. E se transformou num grande pesquisador da Empasc. Mas perdi a memória do sabor, porque o café exige que você prove de vez em quando. Como ele sumiu, então, eu vou deixar aqui uma lacuna reivindicatória em nosso nome.

E completo dizendo o seguinte: sei que sua nobilíssima esposa, D. Lícia Caliman, esposa do nosso querido Evair de Melo, é a responsável pelo turismo da cidade e está, entre outras coisas, pagando uma pequena pena pelas dívidas que ele deixou como secretário, na época, Secretário de Agricultura; ele deixou algumas pendências que a santa Licia está pagando para, digamos assim, honrar a família.

E quanto aos elementos que constituem essa identidade que nós queremos aqui carimbar, digamos, eu vou à parte que eu considero substantiva do relatório do nobre Senador Magno Malta: agroturismo.

Conhecido como uma categoria do turismo realizado no ambiente rural, o agroturismo se mostra potencialmente importante para a situação econômica das famílias tradicionais campestres, que ainda permanecem com as práticas agropecuárias como a principal fonte de renda ao agregar valor a produtos e serviços, além de resgatar e promover o patrimônio cultural e natural do ambiente e da comunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agora – isso eu não estou acrescentando –, adotado em países como Portugal e Itália, bem como em algumas regiões brasileiras, como no Espírito Santo e Santa Catarina, eu estou lendo...

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. *Fora do microfone*.) – Está no texto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não estou inventando. O agroturismo faz uso dos recursos e das relações que os habitantes do ambiente rural já possuem e que fazem parte da sua história e do seu modo de vida.

A atividade também proporciona o resgate das tradições culturais da população local. Os moradores do campo passam a valorizar mais seus hábitos e costumes, as tradições aprendidas com os seus antepassados passam a ser mais preservadas pelo interesse que os turistas demonstram por essas particularidades. Dessa forma, ao mesmo tempo em que preservam suas tradições, valem-se das mesmas como um atrativo a mais.

Venda Nova do Imigrante – o nome mostra qual foi a história: apareceu uma venda nova numa localidade e ela pertencia, a venda nova, a um italiano imigrante nesse caso – atua basicamente na produção e comercialização de gêneros alimentícios, tais como bolos, biscoitos, geleias, macarrão e queijos, bem como artefatos em madeira e pedra, bordados e sabonetes. O destaque é o socol, embutido de carne suína feito do lombo do porco, fabricado a partir de uma receita de origem italiana que se mantém viva no seio das famílias da cidade, da mesma forma que os antepassados italianos faziam.

No texto, não menciona café também.

O município está aberto às práticas do agroturismo ao longo do ano inteiro, mas em alguns períodos específicos a cidade fica mais em evidência, como no inverno, pelo clima frio, que atrai muitos visitantes e por ocasião da Festa da Polenta, realizada todos os anos, no mês de outubro, e que celebra as tradições italianas.

Importa ainda salientar que, desde 2006, devido ao reconhecido pioneirismo e à excelência do desenvolvimento da atividade, o município de Venda Nova do Imigrante já foi declarado Capital Nacional do Agroturismo pelo próprio Ministério do Turismo.

Dessa forma, consideramos pertinente e meritória a iniciativa ora proposta e somos, no mérito, favoráveis à concessão do título de Capital Nacional do Agroturismo ao Município de Venda Nova do Imigrante, no Estado do Espírito Santo.

Acrescento ainda que o meu saudoso amigo Gerson Camata...

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. *Fora do microfone*.) – Nascido em Venda Nova, de família Venda Nova.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – De família de Venda Nova do Imigrante, um italiano de grande cultura Gerson Camata, saudoso amigo que, infelizmente, o capricho do destino nos levou, casado com Rita Camata, que também era dessa região, gostava muito de me contar histórias, não da região dele, mas de Domingos Martins ...

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. *Fora do microfone*.) – Está ao lado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... que é a terra dos pomeranos...

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. *Fora do microfone*.) – Dos alemães e pomeranos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ah, pomeranos! Nós temos Pomerode, em Santa Catarina, o que mostra a afinidade dos dois estados.

Aliás, já que o senhor falou em queijo, Pomerode ganhou, no País de Gales e na Suíça, dois prêmios – medalha de ouro – para dois tipos de queijo: Morro Azul e Testo Salto, prêmio internacionais, no caso, também, utilizando a tradição, no caso, Pomerode, pomerana, que também é muito expressiva no Espírito Santo.

Portanto, eu acho que isso é um esforço correto para justificar uma tradição que hoje é um atrativo turístico e econômico. Por isso, merece o nosso aplauso e reitero que o meu voto é pela juridicidade, constitucionalidade, conveniência e, no mérito, pela aprovação. E aí me congratulo, aí sem fazer nenhuma alusão menos de mérito, me congratulo com o Deputado Evair de Melo, porque ele está honrando o seu mandato, honrando o seu estado e honrando uma tradição que, no caso, é compartilhada pelo meu Estado de Santa Catarina.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Belo relatório e bela apresentação.

Está em discussão a matéria. Eu quero perguntar só, ao Relator, se V. Exa. conhece socol.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Conhece. Já...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – É o nosso lombinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7EAD96D90055B34C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Ah, o lombinho, nossa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – É o lombo do porco.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Ah, o lombo do porco.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Só perde... Ele é curado inteiro, só perde para (*Fora do microfone.*) a barriguinha do suíno. (*Risos.*)

A barriguinha do suíno besuntada com álcool no churrasco é imperdível.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Imperdível.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ganha, inclusive, do *eisbein*.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Do *eisbein.*

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – *Eisbein* com chucrute, à pururuca então... Mas ela ainda ganha.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Ainda ganha, é.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Como o senhor vê, eu fiz um curso prático de provação, de provar comida alemã também, até porque sou casado com uma Schmitt Heinzen.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É, o *eisbein* é importante, o joelho de porco, defumado, natural, pururuca melhor ainda. (*Risos.*)

Que bom.

Está encerrada a discussão.

A votação da matéria será nominal. Quero parabenizar o Deputado Evair de Melo, que nos dá a honra de estar aqui presente, assediando o Relator para que o voto seja – entre aspas – "favorável". (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, permita-me cumprimentar o Deputado, o Senador Esperidião Amin, e o Senador Magno Malta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É só para dizer que eu sou do Caxias do Sul, e comi polenta – polenta, e polenta, e polenta. Tinha dias que eu dizer "pelo amor de Deus, polenta não". (*Risos.*)

Mas eu adoro polenta. Seja ela na chapa, seja colocada e cortada com linha. Na chapa é o ideal.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Mas, polenta, não tem comida melhor. Polenta com frango, polenta frita...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu só tenho pelo que agradecer.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... polenta na chapa com queijo em cima. Coisa deliciosa, não é?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Só quero saber se o Senador Paulo Paim sabe cantar a música *"Quando si pianta la bella polenta..."*.

Vá adiante. (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, mas eu traduzo para o português. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – *Si smissia, mangia e dopo...*

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É cortado.

Muito bem. (*Risos.*)

Muito bom.

Temos, então, a votação nominal em bloco dos itens 1, 3, 7, 8, 9 e 11 da pauta.

Solicito à Secretaria que abra a votação.

Em votação as seguintes matérias, nos termos dos relatórios apresentados: PLs nºs 2.256/2019, 2.666/ 2021, 1.795/2021, 1.847/2021, 1.671/2022, 2.563/2022.

Os Senadores que votam com os Relatores votam "sim".

(*Procede-se à votação.*)

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Excelência, enquanto votam aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não. Com a palavra, Senador.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG. Pela ordem.) – Quero dar os parabéns ao Evair, dizer que o Estado do Espírito Santo é um estado irmão. Nós tivemos uma querela, Esperidião, houve uma querela que quase se transformou em guerra do Contestado. Existiam lá municípios que não se sabia se parte era do Espírito Santo, se parte era de Minas, então, naquele tempo, as polícias chegavam a se enfrentar. Isso foi resolvido ao longo do tempo, com muito diálogo. E hoje o Espírito Santo é a nossa segunda casa, quando nós falamos inclusive em aproveitar o litoral. A praia de Minas é o Espírito Santo, é a primeira praia, é o mais natural.

E o Senador Paulo Paim me fez lembrar aqui uma coisa folclórica que meu pai tinha, Senador. Quando saía para uma festa, meu pai jantava antes de ir para a festa, pedia a janta. Eu falava: "Pai, o senhor vai jantar antes de ir para uma festa?", ele falava assim: "Sei lá se nós vamos chegar lá e as pessoas estão gemendo na canjiquinha". Eu não entendia, apesar de ter sido criado na roça, eu não entendia. Por quê? O Senador falou sobre a polenta. Em Minas, a polenta é o angu, nós temos como o angu e ele leva um pouco de sal, às vezes, ou não, dependendo do lugar. Na minha região, por exemplo, era só o fubá cozido e se comia como a polenta, se fritava ou se comia com queijo e tudo mais.

E o outro produto era a canjiquinha, que é o milho moído na pedra. Como naquela época era muito difícil, a canjiquinha era uma comida de famílias que não tinham dinheiro. Então se fazia no fogão à lenha, e aquilo, quando ferve, explode, suja o fogão à lenha, que a gente chama de brenhar o fogão à lenha. Então, quando se chegava a uma casa, a primeira coisa que se olhava era o entorno do fogão à lenha. Se o fogão à lenha estivesse brenhado de canjiquinha, aí o povo estava gemendo na canjiquinha, estão sem dinheiro. Então não vamos exigir muito da festa. O Senador Paim me lembrou isso aqui.

Hoje, não, hoje canjiquinha é uma iguaria especial, cara inclusive, vendida, tem pratos especiais, mas na época era um dos sinais, era a forma de alimentar as famílias. Era o fubá que nós tínhamos e tinha que se aproveitar o tempo todo, para os senhores era a polenta. No nosso caso era o angu, que é feito até hoje na panela de pedra, que é uma tradição nossa, e a canjiquinha, que era o sinal se a família estava em condições ou não de fazer uma festa melhor ou se íamos todos gemer na canjiquinha. Hoje é diferente. Mas me lembrou esse fato muito gostoso do passado, do nosso folclore.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – O Senador Marcos Pontes está se retirando, mas desejamos pleno sucesso hoje também, em termos de saúde, sem dúvida alguma, e contarmos em breve com a presença de V. Exa. de novo no Senado Federal.

Muito bem. Estamos quase com quórum completo para votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, eu pediria, se possível, um requerimento extrapauta. Até conversei com a sua assessoria, porque seria uma audiência conjunta da CDH com a Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isto.

Em primeiro lugar, eu coloco em votação a possibilidade de examinarmos o requerimento extrapauta. Não havendo objeção, passamos a...

Até, Senador Paulo Paim, eu acho que, em primeiro lugar, encerramos a votação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – E aí, já passamos, então, à apreciação do requerimento.

Como já temos o quórum, inclusive passando de 14, com 17 Senadores e Senadoras, eu acho que todos já votaram.

Declaro encerrada, então, a votação.

Peço que a Secretaria abra o painel. (*Pausa.*)

Proclamamos o resultado e, logo em seguida, passo a palavra a V. Exa.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Votaram SIM 16; NÃO, ninguém.

Abstenção, também ninguém.

Quórum de 17 Senadores.

Aprovados os projetos de lei, nos termos dos relatórios apresentados, PL 2.256, de 2019, PL 2.666, de 2021, PL 1.795, de 2021, PL 1.847, de 2021, PL 1.671, de 2022, e PL 2.563, de 2022.

As matérias serão encaminhadas à Mesa para as providências cabíveis.

Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 59, DE 2023

Requer audiência pública para debater política de ampliação de oferta de cursos técnicos e profissionalizantes

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS) e outros

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Requerimento. Sr. Presidente Senador Flávio Arns, o requerimento é sobre um tema de que a gente falou muito hoje, aqui nesta Comissão, e que eu considero de suma importância.

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da nossa Constituição e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto da Comissão de Educação e a Comissão de Direitos Humanos, com o objetivo de debater "Políticas e perspectivas para a ampliação da oferta de cursos técnicos e profissionalizantes no Brasil".

A justificativa, como é bem curta, Sr. Presidente, eu vou ler, porque achei dados muito importantes e foram os setores que nos procuraram para solicitar essa audiência conjunta com esta Comissão.

A educação profissional baliza a qualificação da população de um país para o trabalho. Oferecer cursos técnicos de qualificação profissional e estimular as matrículas dos jovens e adultos, massivamente, asseguram sustentabilidade e competitividade à economia de qualquer país, razão pela qual os países desenvolvidos registram altas taxas de matrícula de jovens nesses cursos, como aponta relatório da OCDE, de 2019.

A Alemanha, Presidente, possui 89% de seus jovens matriculados em cursos técnicos; a Holanda registra 98%; a Itália, 80%; a França, 96%; Portugal, 83%; a Suíça, 78%; e a Áustria, 89%, sendo a média dos países integrantes da OCDE em torno de 68% a 70%.

E o Brasil registra apenas 9% de seus jovens em cursos técnicos, conforme dados desse citado relatório, indicador de grave situação que pode comprometer em pouco tempo o desempenho da economia, se nada for feito para alterar a oferta desses cursos e a matrícula dos jovens e adultos, visando a qualificação para a sustentabilidade econômica, para a melhoria das condições de vida da nossa população, para a empregabilidade, para a competitividade econômica do país.

A falta de mão de obra especializada aumentou no Brasil em 2022. Atualmente, 81% das empresas relatam dificuldade em encontrar profissionais técnicos para a ocupação de vagas abertas. A situação é muito grave e poderá gerar um apagão de mão de obra técnica no nosso país, impactando na sustentabilidade e na competitividade da economia nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil está longe de alcançar 25% das matrículas em educação de jovens e adultos na educação profissional (Meta 10 do PNE): em 2022, de acordo com o Censo da Educação Básica, o percentual era de apenas 3,5% e, se considerado somente o nível médio, 6%.

Os dados e a proposição da audiência pública é da Anup (Associação Nacional das Universidades Particulares).

A importância da expansão da oferta de vagas em curso técnicos e o seu preenchimento é de suma importância para que o país avance na ocupação em empregos e na melhoria da mão de obra qualificada.

Por isso, Sr. Presidente, outras entidades também nos procuraram para se somar a essa iniciativa, que foi da Anup, e é por isso que nós estamos propondo uma audiência pública conjunta da Comissão de Direitos Humanos e de Educação para debater esse tema. Espero estar junto com V. Exa. coordenando essa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Quero destacar que o Senador Paulo Paim é Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Quero destacar também a presença da Senadora Jussara Lima, membro desta Comissão.

Seja sempre bem-vinda!

Passo a palavra, para discutir a matéria, ao Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Eu gostaria de, se o Senador Paulo Paim me permitir, subscrever com ele esse pedido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Já está permitido.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

Porque é um assunto que nos interessa muito e interessa ao país.

Nós, aqui, não temos o hábito de planejar, as gerações brasileiras, vamos dizer assim, o que esperar. Nós sempre estamos resolvendo problemas que aparecem de imediato. E nós temos um problema, Senador Paim: em 2035 se fecha a janela demográfica brasileira. Em 2035, e não está muito longe – eu espero ver essa data –, nós teremos uma inversão: morrerão mais brasileiros do que nascerão. E isso vai nos gerar um problema sério de previdência social, mais grave do que nós já temos hoje, porque, apesar da reforma que nós fizemos, que não foi fácil, uma reforma dura, hoje, a previdência já apresenta um déficit também muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alto, já responde por boa parte dos gastos, ou investimentos, dependendo da maneira, porque a pessoa que trabalhou a vida toda tem direito a uma pensão. Nós precisamos discutir a educação desses jovens. Não é possível que, num país como o nosso, nós tenhamos de dois a três jovens que abandonam a escola aos 16 anos de idade.

Nós temos que discutir isso com muita seriedade. Se for o caso, até criarmos programas de remuneração para esses jovens, para mantê-los na sala de aula até o final do ensino médio.

Esta semana, Senador Paim, me chamou a atenção que eu recebi um anúncio, uma correspondência do Governo alemão oferecendo emprego na Alemanha, em qualquer área. Devem estar usando algum tipo de currículo que esteja lá, principalmente, para jovens na área técnica. A Alemanha está abrindo a possibilidade de jovens brasileiros técnicos em energia solar, em programação, em tecnologia de informação para trabalharem na Alemanha com visto, auxílio-residência e salário, ou seja, eles estão já numa situação muito mais difícil do que a nossa em termos de idade e de se manter o mercado ativo para o trabalho. E isso vai acontecer conosco e nós precisamos começar a discutir.

A meu ver, nós teremos duas saídas. A primeira, que é uma grande imigração. O Brasil passará a receber imigrantes de grande quantidade. Ou, então, nós temos que dar à nossa juventude um acesso muito mais fácil e facilitado para a economia digital, principalmente para a área técnica.

Essa discussão agora precisa ser feita. Especialmente num momento em que o nosso Fundeb, por exemplo... Muitas prefeituras já não conseguem mais usar o dinheiro todo. Há prefeituras, no Brasil, que não conseguem fazer todo o investimento do Fundeb. Os Prefeitos, em final de ano, ficam buscando saídas. Por que isso? Porque nós votamos uma lei importante que vai dobrar o Fundeb em 10 anos, mas nós demos ao Prefeito apenas algumas possibilidades. Por exemplo, a prefeitura ou o Governo do estado não podem usar o dinheiro para patrocinar alunos numa escola técnica que seja privada. Essa é uma mudança que nós precisaríamos fazer urgentemente. A possibilidade de o Fundeb ser usado sim, e os alunos serem encaminhados para uma escola técnica nos estados onde não é possível o preenchimento dessas vagas.

Portanto, Senador Paim, essa é uma discussão fundamental, na questão da educação pública brasileira, para que a gente possa discutir os próximos 15 anos do Brasil, a próxima geração e o que nós desejamos dela, e gostaria muito de participar. Gostaria de sugerir, inclusive, que nós incluíssemos, no debate, o Prof. Rios Neto, Presidente do IBGE, que é hoje a maior autoridade brasileira na questão da demografia, é um dos pais, inclusive, do Bolsa Família, é um dos homens que tem muito a contribuir e pode nos falar sobre janela demográfica. Gostaria de sugerir o nome do Prof. Eduardo Rios Neto para que ele possa participar da audiência conjunta.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De minha parte, já está acatado e outros nomes, se V. Exa. assim permitir, nós, aqui, na Comissão de Educação, poderemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

receber e também na Comissão de Direitos Humanos. Marcaríamos as audiências ou a audiência pública combinados com V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu quero também destacar algumas coisas que, na semana passada, aprovamos, inclusive, a criação da Frente Parlamentar Mista, por sugestão do Senador Marcos Pontes, voltada para o ensino profissionalizante, o ensino técnico e tecnológico. Uma coisa importante.

Quero, como o Senador Carlos Viana solicitou, também subscrever o requerimento que eu considero da mais alta importância. Eu tive a oportunidade de ser Secretário de Educação no Paraná e o que a gente observava lá, em relação a alunos que estavam no ensino médio, por exemplo, noturno, e que tinham a possibilidade de fazer um curso técnico profissionalizante durante o dia, articulado esse curso com a força produtiva local para gerar a oportunidade de ter bolsa aprendizagem, estágio, já com a necessidade da comunidade, é que esses alunos do ensino médio noturno – 98% a 100% – terminavam o ensino médio, o que é uma vantagem extraordinária para o Brasil. Saíam com cursos técnicos concluídos, já recebendo dinheiro, algum dinheiro. Esse jovem, como o Senador Carlos Viana colocou, tem que receber algum recurso. E muitos desses, na sequência, obviamente, iam para cursos tecnológicos, universitários ou outros cursos universitários, mas o importante é que é uma solução, eu diria, para a pessoa terminar o ensino médio, inserir-se no mundo do trabalho e já ter, assim, a oportunidade de receber recursos para as suas necessidades e as da sua família. É o exemplo que V. Exa. sempre relata, o seu pessoal, do Senador Marcos Pontes.

Em relação ao Fundeb, eu só quero dizer que nós precisamos, talvez, fazer um esforço aqui na Comissão – talvez não, com certeza –, para orientar as prefeituras de como elas já podem inserir – os estados também; prefeituras, mas principalmente os estados –, dentro do censo escolar, as matrículas dos cursos profissionalizantes, que já há várias alternativas e esse debate vai permitir que se aprimore. Na verdade, não foi dobrado o recurso do Fundeb. O que aconteceu foi que as prefeituras e estados têm que aportar 20% dos 25% que, obrigatoriamente, têm que aplicar em educação, para um fundo contábil. O Governo Federal aportava 10% do que estados e municípios colocavam neste fundo contábil.

Então, na época da aprovação, estados e municípios colocavam R$150 bilhões por ano e o Governo Federal complementava com R$15 bilhões. Agora, houve uma mudança no Fundeb. Em 2021, 13%; depois 15%, 17%, 19%, 21% e 23%, até o ano de 2026. No ano de 2026, vai haver, de acordo com o que nós aprovamos, uma análise, uma reflexão sobre o que foi feito. E, neste ano, o aporte de recurso é de R$40 bilhões; R$40 bilhões do Governo Federal. Com isto, supre-se, assim, uma necessidade de que municípios... O fundo contábil não é mais estadual, é municipal – de acordo com o Vaat, que é o Valor Aluno Ano Total –, então, com isto, são 5.570 cestas contábeis municipais, dos municípios. Continua o anterior para não haver um problema orçamentário nos estados, que é o Vaaf (Valor Aluno Ano Fundamental). Mas, também, Senador Carlos Viana, olhando o resultado, que é o Vaar (Valor Aluno Ano Resultado), não em termos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

números, mas, principalmente, em termos de promoção da educação, zonas vulneráveis – inclusive o pessoal usa uma expressão: vulnerabilidade na educação. Então, prestigiar e valorizar essas áreas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, se V. Exa. concordar – e eu sei que vai concordar –, além do Carlos Viana, V. Exa. e deste Senador, nós incluiríamos o Senador Astronauta Marcos Pontes, porque, de fato, ele é um defensor dessa causa.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso, perfeito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós podemos fazer essas atividades até em parceria com a frente que todos nós assinamos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso, e quem mais quiser assinar, para mostrar que é uma preocupação coletiva nesse sentido.

Muito bem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É tão importante que o BrasilTec pediu para mim: "Diga aí que eu também entrei com esse pedido."

Eles também pediram esse requerimento. Está dito, pronto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento do Senador Paulo Paim com as observações realizadas.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Antes de encerrar, eu só quero relatar duas coisas.

A primeira é que, no relatório que o Senador Omar Aziz está apresentando – isso é fruto também de um trabalho da Frente Parlamentar dos Senadores e Senadoras, do grande debate que aconteceu e da sensibilidade e solidariedade dele –, já consta a retirada do Fundeb, que nós estamos acabando de discutir, do teto de gastos. Isso é muito importante, e todos nós devemos nos mobilizar pela aprovação.

Também quero destacar aqui... O Vereador Ricardinho está presente?

Está lá atrás o Vereador Ricardinho – seja muito bem-vindo! –, do Município de Antônio Olinto, sul do Paraná. Já estive lá também, conheço bem o município. Seja muito bem-vindo e peço para transmitir um abraço a todo o pessoal de Antônio Olinto, querido município.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de encerrar os trabalhos, convoco a próxima reunião da Comissão de Educação para hoje, 20 de junho de 2023, às 14 horas. Será realizada audiência pública destinada à apresentação de balanço detalhado do Plano Nacional de Educação (PNE) em seu nono ano, com dados desagregados por estados e regiões, com recortes sobre nível socioeconômico, raça, etnia e gênero, em atendimento ao Requerimento 55, de 2023, desta Comissão, de autoria da Senadora Professora Dorinha Seabra.

Muito bem, agradeço à Senadora Jussara Lima, sempre firme, atuante; ao Senador Carlos Viana, ao Senador Paulo Paim e a todos os demais Senadores e Senadoras e a todos que nos acompanham pelos meios de comunicação.

Declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 38ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e trinta e seis minutos do dia vinte e um de junho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Professora Dorinha Seabra e Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Cid Gomes, Ivete da Silveira, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Leila Barros, Plínio Valério, Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão, Flávio Arns, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Wellington Fagundes, Eduardo Gomes, Zequinha Marinho, Rogerio Marinho e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Eduardo Braga e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Styvenson Valentim, Vanderlan Cardoso, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Romário, Laércio Oliveira e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 15/2023 - CE, de autoria Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). **Finalidade:** Debater a implementação do Novo Ensino Médio. **Participantes:** Sr. Maurício Holanda Maia, Secretário de Articulação Intersetorial e com os Sistema de Ensino (SASE); Sra. Geniana Guimarães Faria, Secretária Adjunta do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed-MG); e Sra. Amábile Pácios, Vice-Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP) e presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Professora Dorinha Seabra
Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/06/21

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 38ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 21 de junho.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater a implementação do novo ensino médio, em atenção ao Requerimento 15, de 2023, de minha autoria.

Convido para tomar lugar à mesa os seguintes convidados: Sr. Maurício Holanda Maia, Secretário de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino (Sase); Sra. Amábile Pácios, Vice-Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep) e Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Participará ainda, de forma remota, a seguinte convidada: Sra. Geniana Guimarães Faria, Secretária Adjunta do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed-MG). (*Pausa.*)

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, através do endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos, prorrogáveis por mais cinco. Ao fim das exposições, a palavra será concedida para Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Com a palavra a Sra. Geniana Guimarães Faria, Secretária Adjunta do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed-MG).

A SRA. GENIANA GUIMARÃES FARIA (*Por videoconferência.*) – Boa tarde!

Vocês me escutam bem?

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Escutamos.

A SRA. GENIANA GUIMARÃES FARIA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Primeiro, vou pedir desculpas por não estar presencialmente, mas sigo aqui à disposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sou Secretária de Estado Adjunta de Educação de Minas Gerais, represento aqui o Consed. Agradeço à Senadora Professora Dorinha pelo convite. Aproveito para cumprimentar o Maurício, a Amábile. É um prazer revê-los aqui nesta mesa para discutir um assunto tão importante para todos nós.

Eu gostaria de iniciar a minha fala retomando duas notas públicas, que foram publicadas pelo Consed, para dizer e reafirmar a nossa posição de não revogação do novo ensino médio, e sim da abertura do diálogo para aprimoramento e ajustes, que nós sabemos como toda política pública merece adequação e precisa dela ao longo do processo.

Acho que é importante frisar que nós, em especial nós, da educação, tendemos sempre a ser contrários a qualquer descontinuidade de política, para que a gente não retome sempre o lugar de início ao invés de ter a possibilidade de caminhar, fazendo os ajustes, mas dando os passos. Então, essa é a nossa posição. Isso é importante ressaltar.

Sabemos das dificuldades de implementação do novo ensino médio. A discussão para se pensar um novo ensino médio não é de hoje. Acho que, desde 2015, nós estamos aí numa trajetória bastante intensa para discutir uma nova perspectiva para os nossos adolescentes e jovens. Já sabíamos que era necessário repensar algumas alternativas diante dos resultados de desempenho, diante da evasão escolar e do abandono, que a nossa juventude já demonstrava no ensino médio. Então, não é de hoje que a gente sabe da importância de repensar a forma de concebê-la.

Estamos nessa discussão já há alguns anos e efetivamente com a implementação dessa reforma a partir de 2019. Não tem sido uma implementação fácil. Vivemos aí, durante período de 2019 para cá, dois anos de pandemia, e sabemos o quão tudo isso tem impactado e os estados vêm caminhando sozinhos nesse processo de implementação. Entretanto, cada estado com bastante cuidado e com responsabilidade nas suas definições, para o cumprimento daquilo que tinha sido colocado na legislação. Então, em 2019 o movimento de construção do currículo, a partir da BNCC, para um momento de homologação desse currículo e de efetiva implementação nas nossas redes, na grande maioria, de forma gradativa, em 2022.

Então, é importante colocar que, em 2024, nós estaremos no fim de um ciclo, do primeiro ciclo já de implementação do ensino médio e que é importante que nós levemos isso em consideração quando houver qualquer decisão a ser tomada. Durante esse período, houve um investimento muito grande dos estados para fazerem valer a legislação, seja numa perspectiva de infraestrutura, de aumento do valor da alimentação escolar, por um incremento de mais horário, seja na contratação de professores e também no reforço dos professores, da folha de pagamento, enfim, no transporte escolar. É um momento que tinha que ser muito bem pensado. Nós não podemos deixar de dizer de todo esse esforço, seja técnico, seja financeiro, que nós vivenciamos ao longo do tempo foi para fazer e tentar levar um ensino médio de mais qualidade para os nossos estudantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sabemos dos desafios – e temos isso de forma bastante consciente entre nós secretários, entre as redes de ensino –, das melhorias e dos aprimoramentos que precisam ser feitos. É sabida e também é posta pelo Consed, por todos nós secretários, a importância de alguns aprimoramentos, de algumas melhorias, contando com o apoio do Ministério da Educação, para que a gente realmente consiga implementar essa política de forma mais assertiva e estruturada.

Para isso, é importante também dizer que o Consed resgatou, de forma bastante emblemática, os GTs de discussão com os técnicos da Secretaria de Estado de Educação. Inclusive, estivemos aí em Brasília, nas últimas segunda e terça, com esses técnicos, para que eles possam apresentar o que de importante precisa ser feito para a adequação, para os ajustes, para os aprimoramentos dessa política.

Então, nós entregaremos ao Ministério da Educação um documento redigido e discutido por técnicos que comandam o ensino médio nas suas secretarias e que estão em constante diálogo com as redes, com as escolas, com os profissionais, estudantes, responsáveis, para que a gente possa entregar algo pelo Consed de forma bastante assertiva sobre aquilo que nós também entendemos que precisa ser aprimorado, para a gente não deixar de levar em consideração todo o esforço técnico e financeiro que já foi dispendido por todos nós ao longo dos últimos anos.

Sabemos que há muitas boas experiências, em estados, em escolas que têm conseguido realmente avançar, e avançar muito na melhoria, na qualidade, e a gente também tem aprendido uns com os outros a melhor forma de se fazer. Temos alguns desafios, escolas únicas de município, organização de infraestrutura para abarcar alguns itinerários, em especial as discussões feitas para o quinto itinerário, que é a educação profissional. Sabemos o que a gente precisa avançar e repensar e readequar, mas, mais uma vez, eu ressalto a importância de levarmos em consideração os avanços que já foram feitos sem perder de vista, claro, aquilo que ainda precisa melhorar.

Nós precisamos também levar em consideração o esforço também dos profissionais e dos estudantes durante esse ciclo. E aqui eu também faço menção a uma outra nota pública do Consed que fala também da preocupação com o cronograma. Nós, estados, estamos, ao longo dos anos, cumprindo com o cronograma de implementação e, como eu disse, em 2024, a gente encerra o primeiro ciclo com os estudantes do terceiro ano, formando já nessa nova proposta, com essa nova Base Comum Curricular, com os novos currículos, nesse novo formato. Por isso a importância, também, de a gente ter um olhar atento ao Enem, às mudanças do Novo Enem, para que a gente já tenha uma sinalização desse novo exame para contemplar os estudantes que vivenciaram esses processos, seja nas escolas públicas, seja nas escolas privadas, que também fizeram seus investimentos, e que a gente, então, tenha cuidado e pense um pouco mais sobre isso. A gente já vem fazendo essas discussões com o próprio Maurício, que está aí, com o Presidente Manuel, para que a gente possa pensar em algumas alternativas possíveis. E, como eu disse, a partir da discussão do GT, nós vamos encaminhar de forma mais concreta ao Ministério da Educação as nossas considerações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Algo que também nos preocupa é qualquer possibilidade de revogação do número de profissionais que hoje estão contratados, convocados na nossa rede e que serão dispensados. Esse é outro ponto, também, de que a gente precisa cuidar.

Além disso, toda a vida escolar dos estudantes, porque nós temos aí também um compromisso com a continuidade do processo de formação de cada um deles.

Temos dificuldades? Temos. Transporte escolar é uma dificuldade, financiamento de infraestrutura é uma dificuldade, entretanto, nós, nos últimos tempos, temos avançado sobre isso e eu acredito que, com o apoio do Ministério da Educação, a gente consiga avançar junto aos nossos municípios, em especial em todas essas discussões sem precisar buscar se pautar por uma revogação.

Nós temos conversado com os nossos estudantes, e aqui acho que fica um outro grande desafio da necessidade de nós termos um cuidado com as nossas falas, com a comunicação que a gente tem feito, porque muitos estudantes nos perguntam: "Mas eu não quero deixar de ter projeto de vida, não quero deixar de ter robótica". Enfim, quando os estudantes entendem o que é também revogar e voltar a algo que também não estava bom, eles também não querem. Então, a gente precisa também cuidar da escuta desses jovens, daqueles que estão vivenciando o processo. Eu acho que isso também é algo muito importante, quem está vivenciando esse processo, sem deixar de dizer que eles sabem muito bem das melhorias que já foram feitas, daquilo que a gente ainda precisa aperfeiçoar, mas que também vai voltar a algo que nós já superamos, então, não é o melhor caminho.

Então, eu acho que o Consed tem essa clareza da necessidade de aprimoramento, mas dizendo e reafirmando que nós, estados, que detemos quase 85% das matrículas e com tamanha dificuldade de implementação, sabemos que a revogação não é o caminho.

Precisamos dar um passo à frente, buscar aquilo que precisa ser aprimorado, ter tranquilidade, clareza e transparência no que precisa ser melhorado. O que nós precisamos fazer ainda, o que sabemos, temos a tranquilidade de dizer que ainda não está no ponto que a gente sabe que pode estar, mas que também não é voltando a algo que já não estava bom, em especial diante do tamanho do investimento financeiro e técnico dos nossos profissionais, e, nós sabemos, da grande dificuldade. É uma forma nova de se trabalhar, e a formação inicial precisa acompanhar toda essa nova forma dos professores trabalharem. A gente sabe que isso não é fácil, mas a gente vem construindo e buscando caminhos de evolução nos últimos tempos, e as demais políticas precisam também conversar, ter clareza e referendar esses esforços, como, por exemplo, o Enem.

Então, eu gostaria aqui de reforçar a importância desta discussão, a importância do diálogo sempre, para que a gente possa caminhar com mais profundidade, com mais transparência, mas caminhar para frente para que a gente possa continuar desenvolvendo os nossos trabalhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora, eu fico aqui à disposição. Reafirmo o nosso compromisso de enviar ao Ministério da Educação aquilo que nós entendemos, enquanto GT, como necessidade de aprimoramento, concordamos neste ponto, que precisa de ajustes, mas não é revogando que a gente vai fazer com que isso aconteça, acho que é realmente tendo clareza nos nossos processos e nas nossas dificuldades que já estão postas na mesa.

Agradeço e sigo aqui à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Obrigada à Secretária Adjunta do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) pela participação, pela disponibilidade e pela condução do debate no âmbito do Consed.

Eu quero fazer a leitura das questões que já haviam chegado pelo e-Cidadania.

Sr. Giovanni Bonisoni, de Santa Catarina: "As línguas estrangeiras vêm ganhando o mundo e o trabalho hoje em dia, mas ainda assim o país não tem muitos falantes de outro idioma [...]. [Como enfrentar isso]?"

Ana Carolina, de Minas Gerais, faz um comentário: "Poderiam fazer uma pesquisa de campo perguntando aos alunos se apoiam ou não o Novo Ensino Médio, já que somos nós que vivenciamos [todos] os desafios".

Diogo Alves, de Pernambuco: "Seria bom se no Novo Ensino Médio a carga horária fosse reduzida em vez de aumentada, pois assim os estudantes poderiam render mais".

Leonardo Ribeiro, de Minas Gerais: "O Novo Ensino Médio [não agradou] é lamentável. Não agradou aos alunos, não agradou aos pais dos alunos e não agradou aos professores. Revoga já!".

São manifestações que haviam chegado até o início da audiência pública.

Eu passo a palavra agora ao Sr. Maurício Holanda Maia, Secretário de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino (Sase), para suas considerações.

O SR. MAURÍCIO HOLANDA MAIA (Para expor.) – Eu quero começar desejando uma boa tarde a todos os presentes, saudar aqui a Senadora Professora Dorinha, o Senador Izalci, também presentes aqui; Geniana, ontem estávamos dialogando na mesma mesa; Profa. Amábile, do Conselho Nacional de Educação; e agradecer a oportunidade que nós temos de conversar sobre o ensino médio. Não vou nem usar a palavra "discutir", porque percebo que nas mesas onde eu tenho estado, as convergências, as linhas de convergência e as bases sobre as quais as propostas vêm sendo feitas são muito mais fortes do que as divergências pontuais.

Eu quero começar falando da consulta que foi instituída pelo Ministério da Educação, que está sob a minha responsabilidade coordenar, e que se chama, na portaria, consulta pública para avaliação e restruturação da Política Nacional de Ensino Médio. Então, essa consulta não aponta simplesmente para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma dicotomia tensionada – "revoga ou não revoga". Ela aponta para a gente ver o ensino médio brasileiro com todas as suas vitórias e vicissitudes até aqui, e ver a oportunidade que nós temos, enquanto brasileiros, de dar o salto que esse nível de ensino, essa etapa de ensino, agora tem condições de ter, porque nós vencemos o desafio da expansão, vencemos o desafio do fundamental I, estamos lidando com o fundamental II, mas já temos as vagas necessárias para a juventude no ensino médio e, agora, sim, podemos começar a pensar em qualidade e em bom atendimento também no ensino médio.

Então, a consulta foi instituída pela Portaria 399, de 8 de março, que tinha duração de três meses, podendo ser prorrogada, e foi prorrogada no dia 5 de junho por apenas um mês.

A gente tem a seguinte lista de iniciativas, de processos, de procedimentos que nós conduzimos ao longo desse período. Nós conduzimos doze... Na verdade, até aqui dez e conduziremos mais dois webinários com especialistas, acadêmicos, mas também técnicos de áreas diversas do que fazer educacional, com pessoas também que vêm estudando o ensino médio em organizações não governamentais, pessoas que vêm trabalhando, do seu ponto de vista, com grupos vulneráveis, qual a relação dos seus desafios e da inclusão no ensino médio. Já realizamos esses dez que estão no YouTube e vamos realizar ainda mais dois. O décimo segundo será o balanço que as instituições que fazem parte de uma equipe de coordenação dessa consulta, farão. Quem são essas instituições: MEC, Conselho Nacional de Educação, Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação, Consed e CNTE.

Além disso, foi realizada uma série de escutas à ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), um seminário em cada região do país. Foram realizadas quatro audições – aqui está escrito audiências, mas são quatro audições, porque foram oitivas nas quais nós escutávamos os grandes colegiados representativos da educação no país. Então, nós escutamos o Conselho Nacional de Educação, escutamos o Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação, escutamos o Fórum Nacional de Educação, escutamos os estudantes, 150 estudantes, estruturados ou articulados a partir da Ubes, e estamos para escutar o pronunciamento do conselho de secretários estaduais, como mencionou a Secretária Geniana.

Além disso, em audiências individuais, nós escutamos em torno de 15 entidades representativas da educação e da ciência na sociedade brasileira e, ainda, temos agendado, porque queremos chegar a 30, entre essas, SBPC, Anpae, Anec, Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas e assim por diante, e estamos a realizar algumas pesquisas, dialogando com a ideia aí da Ana Carolina.

Nós, imediatamente, depois de instituída a portaria, fizemos uma pesquisa, que ainda está no ar por meio da plataforma Brasil, que se chama plataforma Participa + Brasil. Por que essa foi possível ser realizada imediatamente? Porque é uma plataforma do Governo Federal; você organiza o questionário num dia e, dois dias depois, ela já pode estar no ar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.135640/2023-14-5 (ANEXO: 005)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa plataforma teve, até agora, em torno de 10 mil participações, sendo que, pelas diversas, vamos dizer assim, pelos pequenos passos de uma tecnologia que requer muito acesso a um computador e, aí, faz o passo um, faz o passo dois, faz o passo três, faz o passo quatro, ela tem sido respondida, principalmente, por professores, assim, profissionais da área.

Aí, sabendo disso, de antemão, a gente começou a organizar uma consulta, que é uma consulta *on-line*, onde a gente usa o canal do WhatsApp. Por que usar o WhatsApp? Porque 98% da população brasileira tem celular e, para a imensa, senão toda, clientela das operadoras brasileiras, o WhatsApp não é cobrado no pacote de dados dos jovens e dos pais que adquirem um computador. De modo que, para eles, é acessível em termos de equipamento e é acessível em termos de transmissão de dados, e é uma pesquisa que é fácil de responder, vamos dizer assim, é na linguagem de rede social. Só para vocês terem uma ideia, nós colocamos essa pesquisa no ar na quinta-feira passada e já passamos de 42 mil respostas bem distintas. Assim, tem o questionário para o aluno, o questionário para o professor e o questionário para o diretor, tá?

Eu vou mostrar a próxima lâmina para explicar um pouco melhor, porque interessa a todos nós conhecer isso.

Essa página é enviada para todas as escolas que têm ensino médio no Brasil, tá? A gente solicita à gestora da escola, à direção da escola que coloque tantas páginas dessas quanto for razoável nas paredes, informe aos alunos que fotografem esse WhatsApp, e a escola também informa, nesses quadrinhos abaixo, o código da escola no Inep. Por que para nós é importante ter o código da escola definido pelo Inep? Porque, se nós temos o código da escola, nós poderemos fazer estudos muito aprofundados em seguida, fazendo a correlação entre as respostas e as características da escola que existem no Censo. Por exemplo, é uma escola que tem melhor infraestrutura? É uma escola que tem muitos professores que lecionam disciplinas diferentes daquelas para as quais... Estão fora de área? Isso tudo é possível se a gente tiver o código. Agora, obedecendo aos princípios mais relevantes de uma pesquisa, essa resposta ao código é voluntária, tá?

Nós fizemos – o MEC lançou desde ontem – uma chamada publicitária para chamar os jovens, sobretudo, mas professores e gestores também, a se manifestarem sobre a pesquisa. Então vou pedir à Ana Carolina, de imediato: diga que isso existe. É só abrir o portal do MEC e fotografar esse código, caso a sua escola ainda não o tenha.

Vamos passar aqui um videozinho.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. MAURÍCIO HOLANDA MAIA – Bom, então agora, dialogando com os posicionamentos do Consed, quero dizer primeiro que o Consed é o nosso interlocutor por excelência, na medida em que eles são os gestores de uma rede pública que tem 6,6 milhões de alunos no ensino médio, 80% da oferta regular de ensino médio do país, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, ainda mais, a equipe que hoje dirige o MEC é formada por pessoas que vêm do Executivo e que passaram pelo Executivo municipal, o Executivo estadual e agora o Executivo federal. Então, a gente tem muita noção de que não se pode chegar assim, aceleradamente, mexendo, perturbando uma dinâmica, uma dinâmica do Executivo, que não é tão simples, não é como mudar de ideia, como assim: eu estava indo encontrar um amigo no lugar tal, mas combinei com ele, no meio do caminho vamos nos encontrar num outro lugar. É algo muito sério, é algo que envolve milhares de professores, que envolve milhares de alunos e envolve orçamentos definidos, envolve gastos, envolve formação de professores.

Tudo isso, conforme a Geniana falou, investimentos foram feitos, e, sob hipótese nenhuma, esses investimentos podem ser desconsiderados.

Agora, enquanto Governo Federal, como qualquer governo, não se podem também ignorar as vozes que discordam. Existe, sim, quem faça crítica ao ensino médio, e, no amplo espectro de quem faz crítica, existem desde os mais radicais, que usam, com alguma facilidade, a palavra "revoga". E, na nossa conversa com todos esses amplos segmentos, o que nós temos escutado é a palavra "ajuste", a palavra "melhoria": "Vamos fazer ajustes, vamos melhorar os dispositivos atuais, tá?". E eu creio que nós temos uma margem muito considerável de fazer, de imediato, esses ajustes e essas melhorias...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURÍCIO HOLANDA MAIA – Eu consigo dar conta! (*Risos.*)

... esses ajustes e essas melhorias, num nível, primeiro, infralegal, para que se crie o clima de racionalidade, de calma, necessário para fazer ajustes legais, se for o caso e se for viável.

Pronto. (*Palmas.*)

Já.

Se eu tiver mais cinco minutos, eu... (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Depois, nas considerações, você retorna.

Todo mundo tomou... Ainda bem que essa campanha todo mundo sabe que não é a gente, porque tem hora em que a gente fica até sem graça com quem está falando.

Mas agradeço muito a participação. O Maurício, que hoje está na Sase, mas é Consultor da Câmara e foi do Executivo no Ceará. Acho que, com certeza, nós vamos ter oportunidade de discutir um pouco mais.

Eu passo a palavra para Amábile Pácios, que é Vice-Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep) e Presidente da Câmara de Educação Básica, do Conselho Nacional de Educação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(CNE), uma companheira de debate da educação há muito tempo, tanto na Câmara – não é, Izalci? – quanto aqui no Senado.

Então, para nós, é muito... Apresentei o requerimento, porque, por vezes, as Casas negligenciam a necessidade de ouvir as instituições particulares, e, neste caso, ela ainda reúne o fato de estar na Presidência da Câmara de Educação Básica, do Conselho Nacional de Educação.

Profa. Amábile.

A SRA. AMÁBILE PÁCIOS (Para expor.) – Muito obrigada, Senadora Dorinha.

Que bom falar com você como Senadora! Parabéns! Eu fico muito orgulhosa por essa caminhada como mulher e como Parlamentar! Tenho muito orgulho.

Boa tarde a todos!

Boa tarde, meu amigo Izalci, de longa jornada! Minha admiração pessoal pelo teu trabalho aqui em Brasília.

Maurício, boa tarde! Tem sido muito bom ter interlocução com você. Ainda ontem, a gente estava conversando no Pnud e hoje estamos aqui. E tem sido, para mim, muito gratificante conhecer você e trabalhar contigo.

E também quero cumprimentar a Geniana, que estava conosco aqui no *online*, e todos que estão nos ouvindo e nos acompanhando.

Então, eu sou a Profa. Amábile Pácios e aqui, hoje, tenho a tarefa de representar e trazer um abraço do nosso Presidente do CNE, o Conselheiro Luiz Roberto Liza Curi. Ele está chegando do Acre, então não pôde vir.

A fala enquanto representante do CNE é até mais fácil para mim, por isso eu vou fazê-la em primeiro lugar, porque o CNE faz parte do conjunto de instituições e entidades que compõem esse grupo de trabalho no MEC.

Então, o MEC formou esse grupo, o CNE dele faz parte, e o CNE está, então, participando das audiências as quais o Maurício já relatou.

Provavelmente, após esse ciclo de audiências e oitivas, a pessoa que vai ser responsável por escrever o resultado vai ser o próprio CNE. O CNE é que faz as normas, é normativo. Então, nós vamos aguardar o término dessa consulta, porque, inclusive, agora, ganhamos mais 30 dias, para poder escutar os estudantes, mas a gente tem participado com o Maurício lá no MEC, ouvindo as entidades que são favoráveis ao ensino médio e aquelas que exigem e querem e pedem uma melhoria na questão do ensino médio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, com relação ao CNE, fica até fácil, Senadora, porque a gente está no ritmo que o Maurício já relatou, e estamos com ele aguardando e ouvindo as pessoas que estão indo nas nossas audiências.

Bom, agora, então, eu falo como a Federação Nacional das Escolas Particulares, e, nesse lugar de fala, eu posso dizer que a gente acompanha essa discussão aqui há muitos anos, desde, na realidade, o primeiro texto do Deputado Reginaldo – ele que fez o primeiro texto, as pessoas se perderam, mas, na verdade, o primeiro texto da reforma veio dele. Então, desde esse texto até a homologação da lei e da implantação a gente está acompanhando como escola particular.

Quanto à escola particular, no Brasil, existem 41 mil escolas de educação básica, 8,5 mil oferecem o ensino médio. Nessas 8,5 mil, a gente acomoda aproximadamente 2,3 milhões de estudantes mais ou menos. A grande massa são os 80% que estão na escola pública, conosco estão 20%. É o contrário do ensino superior, onde, no ensino superior, a gente tem 78% das matrículas. Então, a gente faz mais ou menos um "x". A gente tem uma representação menor na educação básica, em que são no total 9 milhões de alunos, sendo 2,3 milhões, mais ou menos, do ensino médio. Em 8,5 mil escolas que a gente tem oferecendo o ensino médio, 184 estão na zona rural. Então, a gente também tem alunos colocados na zona rural.

Toda educação particular, quando ela recebeu a questão – "Olha, vai ter mudança" –, a gente somava à voz de todos, dizendo que realmente o ensino médio precisava de mudança.

O que nós vimos nas nossas escolas particulares? Não tinha diálogo com os alunos, os alunos estavam cansados do antigo ensino médio, os professores também não tinham atrativos para envolver e engajar melhor os alunos. Então, a mudança – e, na realidade, a percepção de que viria um novo ensino médio – foi acolhida pelo setor de uma maneira muito boa, quer dizer, que bom que vamos mudar!

Fizemos parte de todo o debate nacional que teve a respeito da construção desse novo ensino médio. Na época, eu não era Conselheira, então eu participei de dez audiências regionais, nacionais que o CNE fez para que se pudesse chegar a esse texto, que depois foi homologado como a conhecida Lei do Novo Ensino Médio. Então, eu acompanhei essa discussão.

As audiências regionais eram sempre repletas, sempre cheias de muita gente. A gente escutou muita coisa, os conselheiros que fizeram a redação puderam acolher e colher várias informações e desejos, desde o povo indígena no Norte.

Bom, a gente andou pelo Brasil todo, não foi um texto que foi assim fácil de ser construído. Não vou dizer para vocês que foi, porque foi um texto que foi muito negociado, muito divulgado. Aqui na Câmara também, eu me lembro de eu e você – não é, Izalci? – conversando sobre os itinerários, sobre quantos itinerários na formulação da lei. Quer dizer, foi uma coisa que foi debatida.

Enfim, a gente sabe que, em uma grande e ampla discussão, você tem um consenso, e nesse consenso a gente acolheu a reforma na forma em que a lei veio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, hoje 100% das escolas particulares têm implantada a reforma. Ninguém está com a reforma pendurada ou mais ou menos. Todos estão com a reforma implantada. Cada um obedecendo, obviamente, as diretrizes do seu estado, porque também passou por isso, não é, Dorinha? Quer dizer, os estados também deram o seu tom. Evidentemente que o tom que o conselho estadual de Brasília deu é diferente do de Santa Catarina, diferente do do Rio Grande do Sul. Então, as escolas tiveram a adaptação da lei nacional e também das exigências dos conselhos estaduais e implantaram a reforma do ensino médio.

Então, tem 1,8 mil horas de uma formação geral básica. Qual é o nó para a gente na formação geral básica? É conhecer a matriz do Enem, que a gente não conhece. Então, a escola particular tem grande aderência com o Enem, muito grande aderência. São diretamente ligados. Então, o que as escolas ficaram pensando? "Bom, nós vamos fazer a formação geral básica de 1,8 mil horas, vamos aguardar a matriz do Enem e vamos decidir pelos conteúdos que são significativos ou não", e a matriz do Enem não veio até hoje. Então a gente está trabalhando com essas 1,8 mil horas, não conhecendo exatamente a matriz do Enem.

Aí vem um lado legal: a gente implantou o Projeto de Vida. Eu acho que a gente não quer tirar o Projeto de Vida da escola particular, entende? Nós abraçamos o Projeto de Vida. Algumas escolas particulares têm hoje o Projeto de Vida já desde o sexto ano, no fundamental II. Então, esse foi um grande avanço para a gente e a gente não quer perder o Projeto de Vida.

E aí entraram os itinerários. Então, como é que as escolas particulares estão fazendo os itinerários, Senadora? Bom, a gente tem um espectro imenso. As grandes escolas, que são ligadas a grandes grupos, têm uma oferta de itinerário, assim, maravilhosa, porque eles têm um laboratório que são ligados ao próprio ensino superior deles. Então, eles têm a possibilidade de oferecer os itinerários, que são muito diversificados, que são realmente muito interessantes, que vão em todas as áreas do conhecimento, passam pela saúde, pela engenharia, pela linguística. Essas são as escolas grandes. Mas 80% das nossas escolas são escolas pequenas, que têm uma turma por série. E aí a gente conversa muito com relação ao Consed, pois é o mesmo problema do Consed, quer dizer: como fazer os itinerários, como ter itinerário para o aluno escolher – dois – numa escola onde só tem uma turma de cada série?

Mas as escolas se reinventaram e fizeram muitas gestões diferentes nos seus currículos, nos seus nos seus horários. E foi muito criativo. A gente recebeu no CNE algumas escolas mostrando como estão fazendo, e ficou bem claro para a gente que as escolas conseguiram se adaptar, mesmo tendo o número reduzido de alunos para poder oferecer um repertório grande de itinerários formativos.

E aí a gente tem um outro ganho na escola particular que a gente também não quer perder, que é a possibilidade de dar o Itinerário 5 – que a gente chama de Itinerário 5. Lá no CNE a gente nem gostava desse título que tinham dado para o Itinerário 5, que fala sobre os cursos técnicos profissionalizantes. Então, para isso, para as escolas particulares, foi um avanço. Então, as escolas estão trabalhando, sim, com o curso técnico profissionalizante com parcerias, inclusive com Sesi, Sesc e Senai. Então, existem parcerias com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

faculdades, existem parcerias com laboratórios, existem parcerias com o Sistema S – e estão funcionando. E os alunos estão então, na escola particular, dentro de um itinerário que é formativo para o curso técnico profissionalizante. Isso não existia antes da reforma, entende? A escola particular, no ensino médio, em 100%, a gente trabalhava com o ensino médio acadêmico. A gente não tinha essa possibilidade de ter, de repente, um aluno fazendo um curso de técnico de enfermagem, como nós temos até, inclusive, aqui em Brasília, uma escola que é ligada ao nosso sindicato que tem esse curso. E, antes da reforma, não tinha a possibilidade de oferecer aos seus alunos da escola particular esse curso técnico, valendo inclusive como pontuação para o Enem.

Então, isso foi um ganho também que a reforma trouxe e que a gente também não quer perder. Como a gente não quer perder a questão do Projeto de Vida, que achamos que foi um grande avanço.

As escolas, para implantarem a reforma, tiveram investimentos, assim como a escola pública, e não foram poucos. A escola particular tem um grande investimento em capacitação de professores; então, a gente tem, hoje, um grande número de professores que foram capacitados para trabalhar sobretudo com os itinerários. Por exemplo, da matemática: como aprofundar para engenharia, como ensinar matemática para quem vai fazer só linguística ou para quem vai fazer saúde. Algumas escolas tiveram que fazer algumas opções e tiveram que treinar os seus professores, e, para isso, elas contaram, obviamente, com a ajuda dos sindicatos a que estão ligadas, porque é por meio do sindicato que a gente faz a maior parte da nossa capacitação.

Fora isso, as escolas, mesmo as escolas que são grandes, tiveram investimentos grandes para adaptar os seus laboratórios, os seus instrumentos destinados ao ensino superior, para a educação básica. Então, teve um investimento por parte dessas empresas, dessas escolas, para que elas pudessem atender, de repente, um aluno que está fazendo o ensino médio na área de saúde e atender esse aluno dentro do seu laboratório de anatomia, vamos supor. Então, o investimento que a escola particular fez também é um investimento grande.

O que a escola particular defende? O texto que saiu do CNE. E ela concorda com as melhorias. Nós concordamos porque, desde a saída, quando nós ainda estávamos na discussão da construção dessa reforma, nós já sabíamos que teríamos que fazer uma melhoria ou um ajuste, já sabíamos, porque nós já conhecíamos onde estavam os nossos gargalos. E os nossos gargalos, hoje, por incrível que pareça, estão sendo colocados pelas pessoas que estão defendendo até uma revisão da própria legislação. Então, esses gargalos que nós temos, nós sabíamos que em algum momento teríamos que discuti-los e que, no momento, deveríamos colocá-los para o conhecimento de todos, esses gargalos. Então, achamos que é uma oportunidade.

Mas temos a mesma angústia que o Consed tem. Como descontinuar uma política que, na realidade, na escola particular, em algumas, já está no terceiro ano? Então, os alunos que estão hoje estudando lá já estão fazendo pelo terceiro ano a reforma; a maioria já tem um ano e meio, começou no ano passado; e esses meninos que começaram no ano passado, com o novo ensino médio, este ano estão na metade do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segundo ano e farão o Enem, as suas seleções, no ano que vem. Então, a gente acha muito temeroso qualquer mudança no caminho desses estudantes, porque esses estudantes estão no meio do caminho. Eles estão, hoje, na metade do segundo ano e não sabem como vai ser o Enem no ano que vem, e nem as escolas têm condições de dizer como será o Enem no ano que vem.

A gente não teve acesso à matriz do Enem no ano passado, quando a gente tinha muita ansiedade e aguardava por essa matriz, e este ano também, porque, este ano, eles têm o quê? Um ano para a gente preparar os alunos, e a gente não tem a matriz do Enem que será em 2024.

Eu confio muito no Inep atual, confio no seu Presidente, no Manuel Palacios, que é um dos maiores especialistas que a gente tem em avaliação. Eu entendo a angústia que ele está passando porque eu já o vi, já conversei com ele, e ele também tem muitas angústias. Por exemplo: como nós vamos cobrar os itinerários no Enem? Esse é um grande nó, Izalci. Como? Como vamos cobrar os itinerários? A gente tem que fazer um exame que caiba também no orçamento do nosso país...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. AMÁBILE PÁCIOS – ... e que o nosso país tenha condições de arcar com esse exame. É um exame que seria dificílimo fazer, então nós não sabemos ainda, não temos ideia. Portanto, a gente não consegue dizer para os alunos: "O Enem de 2024, que vai estar dentro da reforma, dentro da BNCC, será assim". A gente não tem essa resposta ainda. Essa é uma grande dificuldade para a escola particular.

No mais, eu me coloco à disposição. Muito obrigada por tudo, Izalci, Professora Dorinha, Maurício. Estou aberta para a gente poder debater e construir melhor isso.

Muito obrigada, Professora.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Profa. Amábile Pácios.

Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para interpelar.) – Primeiro, Dorinha, mais uma vez, quero parabenizar V. Exa. pela iniciativa. Acho que pode ter alguém igual, mas ninguém defende mais a educação aqui do que a Dorinha e a gente também. E tive o privilégio – não é, Dorinha? –, durante o mandato de Deputado e também na Frente Parlamentar da Educação. E é bom que se comemore – espero que hoje a gente confirme no Plenário – a exclusão do Fundeb do arcabouço fiscal, que foi uma grande conquista. Seu papel foi fundamental.

Bem, eu fui Professor de Práticas Comerciais, para quem não sabe.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – O Maurício falou de eslaide. Você está falando de Práticas Comerciais. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Fui Professor de Práticas Comerciais, e, na área profissional, além de ser técnico de contabilidade, contador, fiz também curso – como é que chama? – com madeira. Foi muito legal.

A SRA. AMÁBILE PÁCIOS (*Fora do microfone.*) – Marceneiro?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Marceneiro. Fiz no pré-universitário. Fiz um foguete, inclusive, na época, que era minha avaliação final. Não voava, evidentemente, mas de madeira, ficou muito legal.

Agora, tive também a oportunidade de, por duas vezes, ser Secretário de Ciência e Tecnologia, e trouxe para a ciência e tecnologia a educação profissional. Nós, em Brasília, tínhamos aqui apenas três escolas. Quando foi para a ciência e tecnologia, passaram a ser "a" escola, porque no meio de quinhentas, três eram irrelevantes, e ela ficava sempre para depois. Então, eu trouxe para a ciência e tecnologia, onde a gente avançou bem a questão da educação profissional.

Eu tinha até um certo preconceito com a educação à distância, mas quando eu fui Secretário eu vi a importância e a seriedade de um curso à distância, porque é difícil você realmente ter a disciplina para acompanhar um curso da forma como a gente exigia. Fui inclusive o primeiro Secretário a implantar aqui a Universidade Aberta, que a experiência começou aqui na universidade. Mas também fui o Presidente da Comissão. Até hoje ainda vejo, Dorinha – você estava lá também –, alguns Deputados e Deputadas falando aqui ainda sobre o ensino médio. Foi muito difícil, porque a questão ideológica é uma questão que, lamentavelmente, acaba influenciando muito na educação brasileira. Eu não tenho nenhuma dúvida de que o novo ensino médio... Não é nem tão novo assim, porque foi em 2017, já está fazendo algum tempo. Mas basta ver, conhecer o mundo real, basta você visitar as praças da nossa cidade, seja da capital, seja de qualquer cidade. Se você for às praças, em Águas Claras – não estou dizendo na periferia, não, estou falando em bairros –, no próprio Lago Norte, Asa Sul, Asa Norte, você vê o número de jovens que não estudam e que não trabalham. Apesar de nós termos participado do Plano Nacional de Educação, e andamos esse Brasil todo – Dorinha acompanhou também –, nós ficamos no plano de intenções, porque não tem penalidade nenhuma, não tem responsabilidade nenhuma. Para atingir a questão da meta na educação superior, estamos lá atrás. Acho que 22% apenas dos nossos jovens entram na faculdade – 22%! E os 78%? Estão aí, desempregados.

Minha avó já dizia, não sei se as avós de hoje falam: cabeça vazia, oficina do diabo. Não tem o que fazer, vai fazer o que não presta.

Então, se a gente não cuidar da educação profissional...

E o mundo todo está assim. É só olhar o que está acontecendo no mundo. Pega Alemanha, pela Coreia, pela Japão, os países que investem em educação, vocês vão ver que 60% dos jovens fazem o curso técnico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos, hoje, quase 700 mil vagas na área de tecnologia da informação, e a gente não tem profissionais técnicos para ocupar esses espaços.

É lógico que nós temos esses problemas, assim como tem na escola particular, como uma escola que tem uma turma de cada. Nós também temos município que não tem como oferecer dez itinerários. Tem que ter a região, como já tem soluções em vários estados. Você tem por região e oferece por região.

Mas o que não podemos admitir hoje é, simplesmente, revogar o negócio. Nós temos que melhorar, óbvio. E eu tenho visto agora, um pouco, essa linha de melhora. Aí tudo bem.

Agora, primeiro, tem que respeitar, até porque o ensino médio é responsabilidade dos estados, e os estados já avançaram muito nisso. São Paulo, por exemplo, já há anos investe em educação profissional. O Paula Souza é um exemplo para o Brasil todo.

Aqui, nós não tínhamos nenhum Instituto Federal. Hoje, nós temos dez, onze. Temos mais sete escolas técnicas para serem construídas, tem duas que já foram inauguradas, exatamente por isso.

Os Institutos Federais são excelentes? São excelente, mas, se não fosse o Sistema S, nós teríamos muita dificuldade, porque o Sistema S, de fato, tem a educação profissional.

E a Dorinha sabe as dificuldades que foram, no Pronatec, de incluir o Sistema S na educação profissional. Depois, avançamos, o Sistema S, botamos nas universidades também, nas faculdades.

Mas sabedoria é reconhecer o óbvio: o óbvio é que os jovens estão aí, desempregados, não têm profissão, não conseguem entrar na faculdade e ficam aí, geração nem-nem, nem estudam nem trabalham.

Eu fiquei, de certa forma, decepcionado na primeira audiência, com a presença do Ministro e da responsável lá do Ministério, que disse: "Não, nós temos escola que não tem banheiro, que não tem energia elétrica. Então, nós temos que nivelar isso. Não dá para avançar e aumentar as diferenças, porque não é possível".

Aí, não. Conversando aqui, tem um grupo de trabalho na Comissão de Educação tratando do novo ensino médio, e eu vejo que, agora, a tendência é melhorar.

Agora, não adianta, eu já falei isto algumas vezes, não adianta colocar um enfermeiro para dar aula de enfermagem sem ter nunca entrado num hospital. Não dá para um engenheiro, que nunca fez uma obra, que nunca construiu nada, dar aula de engenharia. Então, é muito ligado à prática.

Por quantos anos nós ficamos formando, nas universidades, profissionais para quem o mercado não tinha mais espaço, não tinha interesse, e as escolas oferecendo cursos que... O menino terminava e ficava aí, desempregado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente tem que estar muito atualizado no sentido de ver o que está acontecendo no mundo, porque, hoje, você não tem uma profissão... Ah, vamos fazer um concurso público para professor de datilografia. Imaginem se tivesse um professor concursado? E, agora, acabou. E aí? Ele vai dar aula de quê? De outra coisa?

É evidente que essa parceria com a iniciativa privada é fundamental.

Aqui, quase a gente apanhava quando falava de educação à distância. A Dorinha deve ter presenciado, não é? Porque já foi Diretora, foi Secretária, conhece em Tocantins toda essa realidade da educação pública.

Mas eu fico feliz de saber que as coisas estão caminhando para melhorar e não para revogar – vamos dizer assim –, tendo em vista os investimentos que foram feitos e as expectativas que nós criamos. Os jovens estão abandonando as escolas. Eu vi ali, no filme, ali no vídeo, o professor lá com cuspe e giz ainda. Há quanto tempo que a gente já deveria ter mudado isso?

A infraestrutura das escolas, escolas paradas, mais de 3 mil obras paradas... É a falta de uma política de Estado. O que a gente sempre teve no Brasil depois de JK – acho que foi último – é política de governo. E cada um que entra faz questão de mudar, inclusive as coisas boas.

Então, a gente precisa acabar com isso e criar uma política de Estado, e vamos avançar. Porque... nossa! Não é possível que nós vamos ficar... na educação, que deveria estar à frente, nós ficamos sempre discutindo o passado, com muita dificuldade.

Então, Dorinha, parabéns pela iniciativa, e vamos trabalhar, agora, de fato.

E o vestibular? Nesse aspecto demoraram demais, porque como é que você vai dar um Enem agora se você não tem definido isso?

Mas é isso. Sucesso para todos aí. Vamos à luta. A luta continua.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada ao Senador Izalci.

Eu vou fazer as minhas considerações antes de passar a palavra.

Além das manifestações que já recebemos, o Vanderley dos Santos, da Bahia, pergunta: "Como o MEC implementará as políticas públicas voltadas ao ensino médio com tantos percalços?".

A Ana Paula Rodrigues, do Paraná: "Quais são os aspectos jurídicos envolvidos considerando a legislação [...] vigente"; "[Quais] as responsabilidades das instituições de ensino?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Maria Luiza, do Distrito Federal: "É muito importante rever a densidade de certas matérias e a inovação de outras. Há pretensões de inserir uma disciplina como [o] direito?".

A Lauany Stefany, de Goiás: "Quais os índices de aceitação deste novo ensino médio?".

Comentários do Pedro Felipe, do Rio de Janeiro: "Acredito que o ensino, de modo geral, deve atender as necessidades do aluno priorizando o conhecimento que o aluno deseja [obter] [...]".

Primeiro, eu acho que é importante fazermos algumas considerações.

A gente escuta muito dizerem: "Ah, foi atropelado o debate do ensino médio". Eu fazia parte da Comissão. A Comissão funcionou por dois anos, com a condução do Deputado Reginaldo. Fizemos dezenas de audiência públicas, então, algumas instituições... o Consed mesmo é um dos exemplos, eu acho que chegou a ir três vezes, porque, como o debate se arrastou por dois anos, à medida que avançava alguma posição, novas audiências eram propostas. Então, tinha um debate na Câmara dos Deputados acontecendo.

Com a medida provisória, como agora tem dezenas de medidas provisórias enviadas pelo Governo, o Governo enviou uma medida provisória do ensino médio. A Comissão Mista foi instalada. O Izalci era Presidente – eu acho, não é, Izalci?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Senador Pedro Chaves foi o Relator, então várias audiências públicas foram realizadas. Foi uma tramitação dentro dos limites, mas com bastante participação. E é óbvio que ajustes e acertos, eu acho, numa legislação desse porte, sempre são esperados, e eu não posso deixar de registrar também a participação, a ausência total do Ministério da Educação do ponto de vista de ajuda, nos últimos anos, de apoio para o debate junto às escolas de ensino médio, o Consed, a Undime, tem o período da pandemia, que acabou também... Nós ficamos praticamente dois anos com escolas sem funcionar ou com funcionamento precário. A Geniana falou sobre isso, a Amábile também, o Secretário Maurício... Então, acho que tudo isso tem que ser modulado.

E aí eu vou passar por algumas considerações. Então, a legislação do Novo Ensino Médio, a questão da estruturação... Eu já ouvi professores e alunos, a própria consulta que está sendo feita, a participação e as consultas, eu acho que isso tudo tem que ser modulado. Quero registrar que eu, pessoalmente, estive com o Ministro Camilo logo no começo da gestão, porque já...

Nós recebemos muitas manifestações tanto do Consed quanto de escolas particulares, Amábile, colocando a dificuldade, porque o investimento foi feito em muitos estados e em muitas escolas. As escolas se organizaram para atender à legislação. Não dá para a gente imaginar que as instituições apostaram que a reforma não fosse valer. Houve um investimento, houve preparação para adequação, até porque a implantação era gradativa. Alguns problemas persistem e não eram diferentes no período do debate e da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

votação da reforma do ensino médio: o número de cidades com escolas únicas que dividem ensino fundamental e ensino médio, poucas turmas, o que dificulta um dos princípios da opção de escolha, do quinto itinerário, como é que a escola se organiza naquele município, a questão... A gente tem ouvido muito disciplinas, a questão de matérias, disciplinas... Eu mesma fui autora de emenda que... Não fui vitoriosa nas emendas, mas eu já, na época, achava que o percentual de matérias da parte unificada tinha que ser maior. Na minha opinião, realmente, o número de horas... Nós tínhamos um número de horas bastante reduzido. Na minha opinião, foi o que ficou. Mas acho que é pertinente o debate. A gente às vezes escuta, fala sobre "ah, tem disciplinas", ridicularizando as disciplinas. A gente tem exageros, sim, mas acho que isso não é o norte. É como a gente consegue dar essa unidade.

Eu quero fazer uma pergunta principalmente para o Maurício, mas também a Amábile, com o Conselho Nacional de Educação, Consed...

Livros didáticos. Nós temos um sistema de escolha de livros, e as editoras precisam se adequar. Eu acredito que todas realizaram movimento de organização do livro didático no desenho da reforma do ensino médio. Então, a gente tem uma situação colocada em relação aos livros didáticos. Os estados se organizaram junto aos seus conselhos estaduais com a mudança da organização curricular e a adequação da nova reforma, da reforma do ensino médio.

O Enem, a questão dessa insegurança que a Profa. Amábile colocou das instituições privadas não é diferente nas escolas públicas. Qual é o Enem? Como é que o Enem vai ser construído? Como é que os alunos se preparam? Como é que as escolas se organizam? Porque no Brasil a gente avançou muito mais na avaliação do que no currículo. Quem puxou o currículo – e deveria ser ao contrário – foi a avaliação, o Inep avançou em... Quando eu digo avançou, foi Prova Brasil, Ideb, o próprio Enem e agora a grande insegurança, porque o próprio desenho de... Izalci deixou a idade trair, falou de vestibular, não é, Izalci? Mas o Enem hoje é a estruturação do processo de avaliação, que foi o que você colocou, e a Amábile também manifestou essa preocupação.

Formação de professores: eu imagino que os sistemas também começaram a se organizar. Obviamente esse desenho da formação de professores tem que ser conduzido pelo Ministério da Educação e o Conselho Nacional. Quanto às diretrizes de formação de professores, esse professor para esse novo desenho do ensino médio precisa ter redesenhada a formação. E aí vai uma pergunta sobre essa... Quando a gente trata da questão da formação, porque a gente tem hoje um número muito alto de formação de professores só em EAD. Onde estão as universidades públicas na formação de professores? O entendimento – e a Amábile... Hoje eu fiquei triste, porque eu convido a Amábile pela Fenep sempre, e aí eu já falei que ela teria, por direito, o tempo, inclusive, dobrado, Amábile. Mas as instituições privadas atuam fortemente na formação de professores. Então, nesse diálogo e nessa construção, é preciso enxergar o papel que as instituições privadas têm no Brasil, na consolidação da política do ensino superior, na formação de professores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E faço uma consideração tanto para a Amábile como ao Conselho Nacional – Consed – e ao Secretário Maurício: se entre as questões, após a consulta e o relatório – e eu estou com a tarefa de apresentar também um relatório –, se existe a possibilidade de uma medida provisória que possa reorganizar, com os ajustes necessários. A gente tem ouvido muito... Por que é que eu estou colocando isso? Em qualquer mudança que nós fizermos ou nas conclusões a partir do grupo de trabalho, tanto do Ministério da Educação quanto do Senado, nós teremos implicações legais. Nós não temos condição de fazer algumas alterações sem ter uma mudança da legislação; isso significa caminhar Câmara e Senado. Nós não podemos ficar esperando dois anos, três anos para essas alterações. Então, essa construção precisa ser bem compreendida, bem como, acho, até esse entendimento em relação à prioridade, porque na educação a gente tem um ciclo, que, pelo ano letivo, pela própria organização, a gente não tem... a gente tem um tempo físico, que é o ano civil, o ano letivo, a organização, em que os sistemas precisam se estruturar.

São algumas considerações. Eu quero reforçar a disposição nossa para ouvir. Também acho que a consulta é importante, Maurício, porque a UNE, a Ubes representam estruturalmente os estudantes. Mas é preciso ir além, porque em muitos estados a representação da UNE e Ubes não está presente na grande maioria dos municípios e, de igual forma, a gente precisa contar com a ajuda das secretarias estaduais para ouvir professores, alunos e instituições.

E quando eu comecei a falar, Amábile, eu tinha recebido a demanda de uma instituição privada lá do meu estado que tem experiências já bem consolidadas dentro do novo ensino médio e o desejo que manifestou de ajudar a rede estadual, socializar, fazer um seminário contando as diferentes experiências.

Por falar de contribuição, eu quero aqui cumprimentar a Dra. Ângela, que é do nosso Estado do Tocantins, tem uma instituição muito respeitada em Araguaína, a Facit. Muito obrigada por sua presença na oferta do ensino superior com cursos e com ações de extensão muito presentes na região toda, na área indígena – nós temos enormes desafios quando a gente fala da educação indígena, da educação bilíngue, no atendimento na área da saúde. Seja bem-vinda!

Eu passo a palavra agora para Geniana Guimarães Faria, Secretária Adjunta do Consed de Minas Gerais, para as suas considerações.

A SRA. GENIANA GUIMARÃES FARIA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada.

Eu gostaria apenas de reafirmar, Senadora, pontos importantes das próprias considerações feitas e corroborar aqui o que disse a Profa. Amábile sobre a questão do Enem, que é algo que nos preocupa. Nós temos conversado – não é, Maurício? – para tentar achar um ponto médio e algumas possibilidades para que a gente também dê um retorno, uma resposta aos nossos estudantes, que estão angustiados com isso.

Um ponto importante também trazido por V. Exa., Senadora, é a formação de professores. Hoje nós temos nos preocupado em ofertar a formação continuada, em preparar os nossos professores para que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possam lidar com esses novos desafios dos componentes curriculares, daquilo que os itinerários formativos têm trazido, mais a importância de a gente rever a formação inicial dos nossos professores. Esse é um ponto extremamente importante para que a gente dê sustentabilidade à política que nós estamos implementando.

Também acho que um ponto que precisa ser levado em consideração são os livros didáticos. Eles já estão correspondendo às mudanças feitas na Base Comum Curricular do ensino médio, então nós já temos livros didáticos ofertados pelo Programa Nacional do Livro Didático com as alterações, além dos materiais produzidos pelas secretarias estaduais de educação. Em especial falo pela Secretaria de Estado de Minas Gerais, que tem já produzido, em especial na sua parte dos itinerários, a parte flexível, os materiais de apoio para os professores e estudantes da nossa rede.

Mais uma vez eu agradeço ao Prof. Maurício pela pesquisa que está posta pelo Ministério da Educação. Nós também estamos com uma pesquisa na rede estadual para escutar os estudantes que hoje estão no segundo ano do ensino médio para que a gente possa fechar o próximo ano, como eu disse, revendo também aquilo que os nossos estudantes que vivenciaram o primeiro ano estão vivenciando no segundo ano, para que eles possam nos dar aqui o apoio necessário, a partir da vivência deles, para as possíveis alterações e ajustes para o próximo ano. E reafirmo aqui então a importância de nós pensarmos juntos esses ajustes e melhorias.

Agradeço a todos que estão aqui presentes. Vamos continuar. Acho importante que a gente tenha esse ponto comum de ajustes, que são necessários, mas continuar com essa importante política, para que a gente possa avançar na melhoria do ensino médio no nosso país e garantir o direito a cada um dos estudantes de acesso, permanência e aprendizado. Esse é um desafio que ainda temos no ensino médio com os nossos jovens e, como bem disse o Senador, a importância da educação profissional nesse processo. Minas Gerais está bastante atento com o Trilhas estudantes, que é a possibilidade de os nossos estudantes fazerem a educação profissional em outras instituições, o que nós estamos trazendo para dentro dessa nova proposta do ensino médio, para a gente ter a oportunidade de ampliar isso para os nossos 853 municípios.

Muito obrigada. Seguimos aqui à disposição. Um grande abraço e uma boa tarde para todos.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Obrigada, Geniana.

Eu queria só fazer uma pergunta: qual a previsão para o Consed finalizar o documento?

A SRA. GENIANA GUIMARÃES FARIA (*Por videoconferência*.) – Nós temos uma reunião com o Ministério da Educação no dia 3 de julho. Então o nosso compromisso já nessa reunião é levar o posicionamento dos nossos técnicos, a partir do GT.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra para o Secretário Maurício Holanda Maia, Secretário da Sase, para suas considerações.

O SR. MAURÍCIO HOLANDA MAIA (Para expor.) – Pois é, a gente falou de eslaide, falou de vestibular e falou também de datilografia. Aí eu me lembrei da 5.692, que obrigava que todo ensino de segundo grau fosse profissionalizante. Em alguns lugares do país, o curso de datilografia era oferecido com uma xerox do teclado em cima da mesa e a gente ia adivinhando até o momento de conseguir digitar, porque sabia onde é que estava cada letra.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAURÍCIO HOLANDA MAIA – Estou dizendo isso por uma razão. É que um aspecto muito sensível que está acontecendo também é a questão de infraestrutura e equipamentos das escolas. Por que digo isso? Porque eu acho que essa reforma tem aspectos positivos; a maioria deles, tem, no entanto, aspectos questionáveis e, sobretudo, eu acho que tem um aspecto, vamos dizer assim, de querer implementar algumas coisas de forma apressada, o que comprometeu ainda mais a avaliação que se pode fazer dela, não é?

Eu acho que a reforma mais complexa que uma sociedade pode encarar é a reforma do currículo – eu ia dizer tributária, porque é a segunda mais complexa – porque ela não envolve só, embora envolva mais tempo para o aluno, envolva mais necessidade de infraestrutura e equipamentos, ela envolve sobretudo transformações na cultura profissional do professor.

E cultura profissional não é meramente formação continuada, cultura profissional é algo que se constrói ao longo de toda a vida dele como aluno e, depois que ele entra, construindo isso com seus colegas. Eu acho que é muito importante, se a gente quer que uma reforma curricular dê certo, que a gente parta da necessidade de respeito a essa cultura, porque só a respeitando é que a gente também consegue dialogar com a prática do professor.

Também quero fazer uma pequena observação em relação à pergunta do Vanderley, da Bahia, porque acho que é uma grande oportunidade que a gente tem de definir mais claramente os papéis dos entes federativos. O Governo Federal não é nem deve ser responsável por implementação; o Governo Federal é uma instância que dialoga e apoia a implementação, que, no caso do ensino médio, é dos estados, das 27 unidades da Federação, do Estado. Então a nossa tarefa não é implementar e também não é mandar nos estados. Uma das coisas importantes da nossa Federação como necessidade de avançar é a gente ter uma atitude de respeito pelos entes subnacionais, sejam eles estados e o Distrito Federal, sejam eles municípios.

Agora eu vou partir para três grupos de questões muito rapidamente. Acabou o meu tempo.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURÍCIO HOLANDA MAIA – Ajustes. A gente viu, ao longo dessas conversas, que há uma necessidade de ajustes na relação entre FGB (Formação Geral Básica) e itinerários formativos. A maioria dos argumentos é que a gente deve dar um jeito de aumentar de novo a formação geral básica, ainda que no nível infralegal, no nível das resoluções e das portarias, e isso é possível em boa parte.

A segunda é a questão dessa variedade muito ampla de itinerários formativos, a gente inicialmente afunilar, deixar amadurecer as coisas para quando a gente puder ser mais flexível, aí a gente começa a flexibilizar.

Ouvimos muito um sinal de atenção à EaD, vamos dizer assim, a EaD na medida certa. Uma pergunta que nós não sabemos ainda responder é como ficam os alunos do noturno e de EJA. Nós precisamos responder a essa questão.

E aí a grande pergunta que eu botei aqui até, maior do que todas as outras: o Enem. O currículo não faz o Enem; o Enem faz o currículo. O currículo não fez o vestibular; o vestibular fez o currículo. Porque eu digo duas coisas, uma, o acesso à universidade é uma coisa que está no coração de todo brasileiro, porque nós somos um país que, até pouco tempo atrás, concedia uma cela especial a um prisioneiro que tivesse nível superior. Então o sinal que essa sociedade dava era assim: se você tiver nível superior, você é de uma casta superior. O segundo é que hoje, com Enem e Sisu, essa prova representa o acesso a mais de cem mil vagas em qualquer lugar do país. É totalmente razoável que todos os alunos do ensino médio, sejam do público, sejam do particular, estejam ansiosos: "Sim, o que há de ser?".

Bom, e aí, assim, para falar um pouco do futuro – eu sou grato pela tolerância aí com os minutos, Professora –, o que nós estamos pautando, de agora para frente, é a necessidade de construir com uma Política Nacional de Ensino Médio. E já há dez anos eu costumava dizer, ainda lá no Ceará, o seguinte: "Política de ensino médio é política para a juventude", porque não pode ser só política de ensinar; é política de considerar, de tomar em conta todas as necessidades que um jovem tem. E ele tem necessidade de desonerar o orçamento da família. A imensa maioria dos jovens gostaria de trabalhar meio expediente e desonerar o orçamento da família, ajudar a família no seu orçamento. Eles precisam, é claro, de cultura também, precisam brincar, precisam de melhores cuidados de saúde, precisam de um monte de coisa que vem junto com o ensino. Nesse sentido, o olhar da gente está sendo basicamente para EPT (Educação Profissional e Tecnológica), tempo integral, melhoria da infraestrutura escolar e um olhar muito dedicado, muito carinhoso para professores.

Finalmente, eu quero pedir ao Senador Izalci que ele dê um voto de confiança para o Ministro e para o ministério, porque naquele momento, a dois meses da chegada aqui, o Ministro tinha que olhar para todas as coisas de uma vez só, não é? E são tantas, são tantas coisas, não é? A nossa agenda envolve regulação de nível superior particular, Sisu, Institutos Federais, o programa prioritário de alfabetização de crianças e a própria lei para permitir o apoio ao ensino médio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí eu diria o seguinte: eu estou com mais condições de responder melhor hoje pelo amadurecimento da questão, pelo tanto que a gente ouviu e já dedicou a essa questão.

E aí eu quero só...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – O Ceará tem um creditozinho comigo.

O SR. MAURÍCIO HOLANDA MAIA – Eu quero só fazer uma propagandinha desse tamanho. É que o QR *code* da pesquisa está sendo muito bem recebido e está travado de tanta pergunta que mandaram e que estão querendo mandar. Não, é brincadeira! É que, quando a gente tem problemas, a gente culpa o sistema de informática. Mas, efetivamente, pedi até para a Profa. Amábile também responder como diretora, e estava lento, estava bem lento. Estou vendo aqui que têm alguns problemas no fluxo de WhatsApp que o estava fazendo ser mais lento. Mas, por favor, não desistam. Essa é a forma de a gente ouvir muito mais professores e alunos do que simplesmente as entidades que os representam.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Obrigada, Secretário Maurício Holanda.

Passo a palavra para a Profa. Amábile Pácios, Vice-Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep), neste ato representando também o Conselho Nacional de Educação, ela que é Presidente da Câmara de Educação Básica, para suas considerações, Amábile.

A SRA. AMÁBILE PÁCIOS (Para expor.) – Obrigada, Senadora. Eu acho que quando ele me pediu para responder ao formulário, ele queria saber minha idade, hein, Maurício. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

Ele fechou os olhos na hora da idade.

Bom, vamos lá. Dorinha, deixe-me responder aqui para a Maria Luiza, aqui do DF, quando ela me fala da disciplina de Direito. Eu quero dizer a você que algumas escolas particulares colocaram Direito como eletiva, o que também foi uma possibilidade na reforma. Antes da reforma, a gente não tinha a possibilidade de tratar algumas disciplinas como eletivas, e algumas escolas colocaram, sim, o Direito como eletiva, não é?

A gente não sabe o índice de aceitação do Novo Ensino Médio. Pretendemos conhecer, sim, esse índice a partir da pesquisa que o Maurício está fazendo.

E quando Pedro Felipe diz que ele gostaria que o ensino privilegiasse o que ele gostaria de aprender, é mais ou menos isso que a gente tem com os itinerários. Então a gente pensou nessa formação básica, que é comum a todos, e pensou que o aluno pudesse escolher uma área que interessasse a ele, a partir dos itinerários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Respondendo então a algumas indagações aqui que você me passou.

Com relação à formação de professores, Dorinha, esse é o grande nó. Esse é o grande nó. Nós temos consciência de que o setor privado é o responsável pela formação de professores. E temos ciência de que não estamos fazendo bem. Mas a procura pelo nosso setor em EaD é estrondosa quando chega a Pedagogia. Quando você tem o presencial, você vê que os cursos mais solicitados são Administração, depois Direito, Medicina. Quando você passa para o EaD, Pedagogia está lá em cima. Então Pedagogia é um curso escolhido para fazer a distância. Eu acho que a gente tem que pensar nisso. Realmente a gente tem que pensar.

A formação de professor realmente é o grande nó. A gente está consciente disso, as IEs estão conscientes de que têm hoje uma responsabilidade muito grande e estamos tentando organizar o setor para que possamos responder da melhor forma possível.

Dentro do CNE, nós temos hoje uma comissão que está em pleno movimento, que se chama Formação Inicial de Professores. Nós estamos trabalhando isso dentro da nossa comissão. E essa comissão deve terminar, como todas, com um parecer, que depois vai para o ministro, para homologação ou não. A gente está fazendo um diálogo muito grande com as IEs, com os institutos federais, com as universidades federais. E estamos também fazendo um diálogo muito interessante com a própria Secretária Executiva Isolda. Espero que a gente, de alguma maneira, consiga contemplar esse anseio e consiga, pelo menos, melhorar esse nó que o setor privado reconhece que tem, entende?

A gente fez já dois seminários enormes aqui no Brasil, que foram no Paraná, para discutir exatamente isso: a responsabilidade das IEs privadas na formação de professores. Esse é o tema. Nós já fizemos dois encontros sobre isso, para que, quem sabe, da próxima vez, possamos contar com vocês. Nós temos levado pesquisadores e temos trazido o máximo que podemos de gestores e mantenedores que trabalham na formação de professores, porque a gente reconhece que esse é o nó, é uma grande responsabilidade que a gente tem, e eu acredito que o setor quer responder, da melhor forma possível, a essa questão da formação de professores.

Agora, eu acho interessante também uma coisa, que é o seguinte: na escola particular, se você tiver um engenheiro ensinando química, ela não consegue o credenciamento. Na minha escola, se eu tiver um professor que está dando uma outra disciplina, alheia àquilo em que ele tem formação, a gente, eles ou nos multam, ou nos cassam, dão tempo para a gente resolver, dão um tempo para o professor resolver.

No setor privado, não existe essa possibilidade...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. AMÁBILE PÁCIOS – ... de você ter um professor com uma formação diferente dando aula, mas, no setor público, eu vejo que tem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, as secretarias de educação parece que têm aí dois pesos e duas medidas, porque, por exemplo, na minha escola, eu tenho uma escola aqui em Brasília, se eu tiver um professor que não está exatamente enquadrado na sua formação, não tem chance. Eles vão lá e não tem chance. Eu já tive que demitir professor de Espanhol. E olha que a gente não tem curso de Licenciatura em Espanhol. Eu tive que demitir um professor, porque ele não tinha o curso de licenciatura. Ele só era bacharel. Então, a exigência com o setor privado nesse aspecto é muito séria, muito severa.

Agora, com relação até à resposta lá de Tocantins, existe arranjo – sabe, Glorinha? Eu, quando cheguei no Conselho, fiquei muito animada, porque aquilo que estava sendo discutido era exatamente o parecer do Conselheiro Mozart sobre arranjos.

Existe, então, a possibilidade, hoje, de o setor privado ajudar a escola pública. Aqui em Brasília, por exemplo, quando a gente estava na Presidência do Sinepe, se uma escola quisesse consertar uma outra escola pública, não podia; quisesse pintar uma escola pública, "ah, eu vou pintar", isso era um – você sabe disso –, era um desejo das nossas escolas particulares aqui em Brasília. Eu estou falando de uma coisa que é do meu quintal. A gente queria consertar o carro de Polícia para poder fazer ronda nas escolas, porque o carro estava quebrado. Não era possível – não era possível. Simplesmente, a gente era enquadrado, era uma confusão! E o agente público que recebesse de nós qualquer ajuda também tinha que responder nos órgãos controladores, que eu sei que isso é um trauma. Entende?

Mas existe, agora, a possibilidade dos arranjos e, em algumas, por exemplo, na Bahia, em Sergipe, em Alagoas, a gente tem algumas notícias de alguns arranjos que estão funcionando entre uma faculdade, uma IEs, e uma escola estadual ou municipal. Então, existe essa possibilidade, a gente teria que buscar esse arranjo.

E, sobre o livro didático, para encerrar. As escolas trabalham com os livros didáticos que estão que estão aí. A gente não tem um programa, mas todas as editoras adaptaram os seus materiais, os seus livros para a reforma do ensino médio. Todas. Não tem ninguém... E, agora, já estão numa outra fase. Por exemplo, o sistema que eu adoto na minha escola já está numa outra fase, já está melhorando a questão dos itinerários, está acrescentando algumas coisas na questão dos itinerários.

Então, as editoras... Se tivesse, a gente precisa pensar bem, um retrocesso seria, realmente, muito, muito difícil.

Desculpa, eu passei do tempo, Senador! (*Risos.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para discursar.) – Presidente, só uma colocação, porque, ontem, coincidentemente, eu fui numa, não é bem formatura, porque a Psicologia eu acho que tem a noite do jaleco, a armadura que eles colocam para poder prestar serviços, mas, talvez, seja um dos grandes problemas hoje, tanto da saúde quanto da educação, a questão da saúde mental. E eu me lembro que se discutiu muito sobre a questão do psicólogo. É um tema que a gente precisa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque o índice de absenteísmo, também, nas escolas é muito alto. E atingiu muito, principalmente os professores e alunos.

Então, é uma discussão que nós vamos ter que fazer. E também sobre essa qualidade da formação, porque é importante isso aí. Mas eu sei que é pauta da educação e não... Eu me lembro que, na discussão, "ah, não tem dinheiro nem para pagar um professor, agora quer botar um psicólogo", e tal. Não digo nem em todas as escolas, mas que tem que ter alguém cuidando da saúde mental, acho que, neste momento, é muito importante.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Nesse aspecto, Senador Izalci, nós aprovamos uma legislação com a garantia, a necessidade e, na verdade, a obrigatoriedade do atendimento de assistentes sociais e psicólogos, não necessariamente um por escola. Mas o que eu acho que é importante – e, aí, Secretário Maurício, é uma fala, também para a Amábile, aqui é mais Conselho Nacional – é que não adianta só abrir o espaço para psicólogos e assistentes sociais. Quem são eles? Qual é a sua formação? Como é que eles estão preparados para atuar? Toda vez que, infelizmente, tem uma situação como a da escola do Paraná, reacende a importância, e nós lutamos, derrubamos veto e foi garantido, mas qual é essa formação? Que preparo eles têm para atuar? Como é que está essa organização? Eu estou falando do caso dos psicólogos, mas não é o único caso; é um caso estratégico o de psicólogos e assistentes sociais.

Eu, em particular, acho que as diretrizes de formação de professores, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação, são muito distantes da realidade. Muita panfletagem, muito ideológico! Acho que houve avanços, mas é preciso a gente conseguir entender de que escola nós estamos falando. Mais do que princípios e diretrizes, a gente precisa de formação concreta. Um professor, um pedagogo que vai ter que atuar do primeiro ao quinto ano e que não sabe português e matemática, o conteúdo que ele vai ter que ensinar em sala de aula, que não tem nenhuma disciplina de alfabetização para prepará-lo para ser alfabetizador... Eu sou alfabetizadora e sei o quanto é necessário conteúdos específicos de formação, então a gente precisa avançar.

E, pegando carona aqui na fala da Presidente Amábile quanto à questão dos pesos e medidas, as escolas públicas começam a funcionar de maneira inadequada se assim for necessário. Não é diferente no ensino superior, Dra. Ângela: uma universidade pública começa um curso de medicina sem ter um material, um boneco, sem ter livro nem professor contratado. Existem casos de que, no semestre seguinte, não tem professor. E uma instituição privada, para abrir um curso de Medicina, um curso de Direito ou de qualquer outra área, como a Amábile colocou aqui, de educação básica, ela tem que fazer tudo previamente, com um investimento muito alto e que pode não dar certo. Inclusive, uma época eu sugeri, Izalci – talvez fosse uma proposta interessante, uma legislação –, que houvesse uma pré-aprovação em relação a uma instituição antes que ela começasse a fazer todo o investimento, porque ela precisa fazer um investimento prévio muito alto para, ao final de quatro, cinco anos, não ter o seu curso aprovado. E as medidas, os pesos são diferentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que a gente tem que buscar qualidade. Não é diminuir da rede privada; é ter o crivo equilibrado e, ao mesmo tempo, esse comprometimento, porque é um negócio como outro qualquer, mas só que tem a implicação da qualidade na educação. Como uma instituição faz aquele investimento sem ter nenhuma segurança de que aquele investimento vai ter uma resposta em tempo correto, em tempo adequado, atendendo também a expectativa? E são parceiros. A gente precisa compreender. Em relação a essa questão que foi colocada aqui, você está no lugar certo: o Conselho Nacional.

Eu agradeço a todos que nos acompanharam, em particular pelas contribuições que vieram pelo e-Cidadania. Agradeço a participação do Consed, através da Secretária Adjunta Geniana Guimarães Faria, do Consed-MG; ao Secretário Maurício Holanda – ele tem vindo sempre a várias audiências. Muito obrigada, Maurício, pela capacidade de ouvir, de dialogar e pela disposição –; e à Sra. Amábile Pácios, sempre parceira no debate, trazendo um olhar equilibrado, ela que é Vice-Presidente da Fenep (Federação Nacional das Escolas Particulares) e Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

Agradeço pela participação do Senador Izalci, também interessado no tema, que faz grandes contribuições na educação.

Nada mais havendo a tratar, eu encerro a presente audiência pública, a presente reunião.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 14 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 13 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 39ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às quatorze horas e quarenta e quatro minutos do dia vinte e dois de junho de dois mil e vinte e três, no Reunião remota, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Izalci Lucas, Ivete da Silveira, Leila Barros, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Augusta Brito, Paulo Paim, Fabiano Contarato, Wellington Fagundes, Damares Alves e Esperidião Amin. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Flávio Arns, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Romário e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 49/2023 - CE, de autoria Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senador Flávio Arns (PSB/PR), e REQ 52/2023 - CE, de autoria Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei nº 88, de 2023, que dispõe sobre a responsabilidade educacional na garantia de oferta e de padrão de qualidade na educação básica pública. **Participantes:** Sra. Margarida Salomão, Prefeita de Juiz de Fora/MG e Vice-Presidente de Educação da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP); Sr. Izaias Santana, Prefeito de Jacareí/SP e Vice-Presidente de Assuntos Jurídicos da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP); Sr. Maurício Holanda Maia, Secretário de Articulação Intersetorial e com os Sistema de Ensino (SASE); Sr. Fernando Luiz Abrucio, Professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV); e Sr. Francisco Gaetani, Secretário Extraordinário para a Transformação do Estado do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/06/22

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Havendo quórum regimental, declaro aberta a 39ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 22 de junho de 2023.

Os objetivos e diretrizes desta reunião destinam-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei nº 88, de 2023, que dispõe sobre a responsabilidade educacional na garantia de oferta e de padrão de qualidade na educação pública básica, em atenção ao Requerimento 49, de 2023, desta Comissão, de minha autoria, em conjunto com o Senador Flávio Arns, nosso Presidente, que emitiu o Requerimento nº 52, de 2023.

Estamos ouvindo vários setores vinculados à gestão, à academia, aos movimentos de educação.

Esta nossa, salvo engano meu, é a terceira ou quarta audiência pública sobre esse tema.

Nós convidamos as seguintes pessoas: Maurício Holanda Maia, Secretário de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino (Sase) do MEC – seja muito bem-vindo, Maurício –; Margarida Salomão, nossa querida Prefeita de Juiz de Fora e Vice-Presidente de Educação da Frente Nacional dos Prefeitos – seja bem-vinda, Margarida –; Izaias Santana, Prefeito de Jacareí, São Paulo, e Vice-Presidente de Assuntos Jurídicos da Frente Nacional dos Prefeitos – seja bem-vindo, Izaias, muito obrigada pela presença –; Fernando Luiz Abrucio, Professor da Fundação Getúlio Vargas – bem-vindo, Professor –; e Francisco Gaetani, Secretário Extraordinário para a Transformação do Estado do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – muito obrigada pela presença.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, queria compactuar com todos e com todas o tempo de dez minutos, podendo ser prorrogado por mais cinco, caso haja necessidade de cada um dos palestrantes.

E, ao fim da exposição, será concedida aos Parlamentares inscritos a palavra, como também nós indicaremos as perguntas ou comentários que vierem pelo nosso portal, e a palavra ao final será devolvida.

Os dois Prefeitos – até pela natureza do cargo e das imposições de gestão já é um prazer tê-los aqui – pediram para falar primeiro. Tudo bem, Professores? Aí a gente começaria com Margarida, depois com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Izaias, e aí seguiremos o roteiro. Eles vão falar e ficar de sobreaviso, porque pode ser que não consigam participar a tarde inteira. Está bem? Pronto.

Então nós vamos começar com Margarida, Prefeita de Juiz de Fora, e depois com Isaías, para seus 10 ou 15 minutos iniciais.

Fique à vontade, Margarida.

A SRA. MARGARIDA SALOMÃO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senadora Teresa, Presidenta da Comissão. Quero saudar também as Senadoras e os Senadores que estiverem presentes. É uma grande honra para nós participarmos desta audiência pública sobre este projeto, que é um projeto tão importante, o PL 88, de 2023.

Quero, em primeiro lugar, ressaltar que nós reconhecemos a boa intenção do projeto, que é fato a insuficiência na execução do PNE, o fato de que a própria lei do PNE prevê que haja alguma regulação da dimensão da responsabilidade educacional. Sei bem disso, porque naquela ocasião eu era Deputada e tive uma grande satisfação de, inclusive, participar da Comissão, a Comissão destinada a votar a lei do Plano Nacional de Educação. Também acho que o projeto considera como um ponto de grande relevância a necessidade de atentar e enfrentar os efeitos nefastos da pandemia. E, finalmente, é claro que nós não podemos, no caso de uma política social tão relevante, abrir mão de um controle social efetivo.

Isso dito, a posição da Frente Nacional de Prefeitos é contrária a esse projeto, porque não entendemos que se possa virtualmente criminalizar os gestores municipais de educação, que são a parte mais frágil do arranjo federativo – digo que a parte mais frágil por conta da nossa proximidade física da demanda e por conta da insuficiência crônica e estrutural de meios para assegurar, entre outros, alguns objetivos mencionados nesse projeto. Por exemplo, o inciso VII do art. 2º fala sobre a universalização do acesso à creche, mais avançado até do que a disposição do Plano Nacional de Educação, que fala em 30%. Aqui fala-se de universalização, mas cadê os recursos para isso? À remuneração digna dos educadores somos inteiramente a favor e estamos praticando, inclusive, no nosso município, o piso nacional do magistério como o piso da carreira, mas isso, na verdade, não tem sido obtido em todos os outros lugares, e é uma luta pela qual os educadores têm militado e com muita necessidade.

Nós achamos que há medidas precedentes. Uma, a regulamentação do Sistema Nacional de Educação. Há até um projeto do Senador Flávio Arns dedicado a isso, para definir a repactuação da responsabilidade federativa e as recomendações do próprio Senado na Base, na Comissão pós-pandemia, que tratam exatamente dessa questão. Então, eu queria encarecer a necessidade de nós, imediatamente, tratarmos desse assunto.

Outra coisa que muito nos preocupa é a regulamentação do CAQi, que é a referência mais efetiva para garantir um padrão mínimo de qualidade no desenvolvimento da educação brasileira e que, na verdade, também prossegue, neste momento, sem uma definição mais específica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por último, quero dizer, com relação aos recursos do Fundeb – participamos já de uma discussão nesse sentido –, que é necessário definir melhor indicadores como, por exemplo, nível social econômico, potencial de arrecadação tributária. Quer dizer, achamos que essas questões que muito interessam ao aperfeiçoamento das políticas públicas de educação no nosso país precedem a qualquer providência no sentido de punir os gestores municipais, que são aqueles, como eu disse, que estão numa situação de fragilidade para poder responder a tudo isso.

Terminando, eu, como educadora, não só como Prefeita, mas principalmente como educadora, considero que seja fundamental que nós implementemos, que nós demos fluência a disposições de controle que já existem – dos tribunais de contas e do próprio MEC –, para que nós possamos, definitivamente, garantir que o Plano Nacional de Educação, tão próximo do período da sua caducidade, tenha pelo menos uma parte das suas estratégias, dos seus objetivos cumprida.

Estou dentro do tempo.

Muito obrigada, Presidente e colega Senadora Teresa Leitão.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Prefeita, pela objetividade.

Nós estamos recolhendo, realmente, todas essas leituras. O foco é a lei do Deputado Flávio Arns, aliás, do Senador Flávio Arns – isso é o vício de 20 anos como Deputada –, nosso Presidente da Comissão, mas tem outros projetos de lei, tem mais dois também sobre essa temática da responsabilidade educacional. E nós estamos ouvindo porque essa preocupação que a Prefeita colocou nós também temos. Nós não queremos uma lei meramente punitiva; nós queremos uma lei pedagógica, que considere o conjunto das coisas. E as contribuições que nós estamos recebendo estão indo muito nessa direção.

Sem mais demoras, eu vou passar para o Prefeito de Jacareí, Izaias Santana, do Estado de São Paulo, que muito nos honra também com a sua presença.

O SR. IZAIAS SANTANA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, digníssima Senadora Teresa Leitão.

Quero dizer que é um privilégio estar aqui participando, em nome da Frente Nacional de Prefeitos, ao lado da nossa querida Prefeita Margarida Salomão; dizer que é duplicado o meu prazer porque eu sou natural de Joaquim Nabuco, uma cidade pequena aí na Zona da Mata de Pernambuco e hoje estou...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – É uma cidade da Mata Sul, cheia de cana-de-açúcar.

O SR. IZAIAS SANTANA (*Por videoconferência*.) – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse era o objetivo neste tempo que nos foi fornecido para fazer algumas considerações que temos discutido na Frente Nacional de Prefeitos.

A primeira consideração é nós que devemos ter muito cuidado, quando criamos normas para a Federação brasileira, normas que vão obrigar o Governo Federal, o governo estadual e o governo municipal, considerando a existência de mais de 6,5 mil municípios do país com características, com assessoria técnica ou não, com uma diversidade muito ampla, de tal forma que a gente deve evitar ao máximo contradições, omissões, pontos obscuros ou até interpretação divergente entre leis complementares e leis ordinárias, entre leis gerais e leis específicas.

Esse projeto de lei tem um diálogo permanente com duas leis básicas de educação fundamentais: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o Projeto de Lei 23, que tramita sobre a responsabilização da gestão de qualidade de serviço, que já foi aprovado no Senado e está em discussão na Câmara dos Deputados. De tal forma que a gente deve, antes de discutir e debater e votar um projeto que tenha conexão direta com outras leis, partir desse perfil da Federação brasileira, de suas responsabilidades e da relação entre os Poderes: Poder Executivo, Legislativo e Poder Judiciário.

Vejam, por exemplo, o art. 4º do projeto de lei cita o crime de responsabilidade com o dever de reforçar, argumentar a responsabilidade do gestor, todavia, ele foge da moldura que é dada ao crime de responsabilidade pelo art. 85 da Constituição Federal. Em nenhuma das hipóteses do art. 85 cabe essa modalidade de que estamos tratando. Além disso, ele não segue a técnica e ele não segue a normatização presente na Lei 10.079, de 1950, que aponta crime de responsabilidade de Presidente e Governador, e não segue a técnica do Decreto-Lei 201, de 1967, que define os crimes de responsabilidade dos Prefeitos.

Como é que nós vamos aprovar a referência a uma figura tão importante, a um instrumento tão importante do embate político, sem seguir o padrão dado pela Constituição e o padrão nas duas leis em vigor, uma de 1950 e um decreto-lei de 1967? Então, é preciso pegar o art. 4º do projeto de lei e fazer essa adequação ao art. 85 da Constituição e aos dois dispositivos legais que tratam de crime de responsabilidade.

A mesma questão... E me valho aqui da minha formação de advogado, sou doutor em Direito pela USP e Professor de Direito Administrativo, Procurador do Município de São Paulo e hoje Prefeito de Jacareí. Nós estamos, no art. 4º, fazendo referência a uma lei de ação civil pública. A Lei de Ação Civil Pública é uma lei de 1985, num mundo completamente diferente do que nós vivemos. Naquela época, se punia a obrigação de não fazer e a obrigação de reparar dano. Obrigação de não fazer – não violar direitos individuais, não violar direitos homogêneos, coletivos homogêneos, não violar direito difuso e, se violar, reparar. Essa é a moldura e a técnica processual da Lei de Ação Civil Pública.

Quando nós estamos tratando de implementar políticas públicas, quando nós estamos falando de corrigir defeitos de política pública, quando nós estamos falando de complementar política pública, nós não temos uma legislação adequada para isso, e o mecanismo não é adequado, porque lá o juiz vai dar uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sentença mandando parar ou reparar. Na ação que vai discutir uma política pública, a sentença tem que mandar incluir, tem que mandar acrescentar, tem que mandar fazer. É obrigação de fazer. E nós nunca paramos para fazer essa lei, pelo Poder Judiciário, agir.

Tanto isso é verdade, que no art. 100 da Constituição Federal nós temos o precatório só para a obrigação de pagar: às vezes, para pagar R$300, tem que ter o precatório e todo o mecanismo; e, às vezes, para fazer uma obra que vai custar milhões, não existe mecanismo para defender o interesse público, não existe mecanismo para garantir que aquela obra se inclua nos orçamentos, que é, afinal de contas, quem vai determinar a realização ou não.

Além disso, a Lei da Ação Civil Pública, que não foi feita para implementação de políticas públicas, tem o pecado mortal de não conversar com as leis orçamentárias. Não há nenhuma referência ao Plano Plurianual, não há nenhuma referência à Lei de Diretrizes nem à Lei Orçamentária Anual, porque ela não nasceu nessa origem; ela está sendo aproveitada pelo Ministério Público, pelo Poder Judiciário, dada a ausência de uma lei que discipline a correção, a inclusão, a implementação de políticas públicas, de obrigações de fazer, de criar, de aparecer.

E nós temos dois problemas: não é só o processual, a adequar; é o problema da competência. Porque, quando a gente parte da competência do art. 23, da União, ela é repartida entre União, estados e municípios. Ora, a competência do Ministério Público é separada. O Ministério Público estadual tem competência para obrigar municípios e estados, mas não tem competência para obrigar a União. A Justiça estadual tem competência para julgar estados e municípios, mas não tem competência para julgar a União. Então, às vezes, nós temos no dia a dia uma confusão de sentenças que não podem ser executadas, sentenças que não fornecem mecanismos para nós alterarmos a política pública. Então, não me parece que esse seja o caminho para implementação, correção, adição de políticas públicas. Nós precisamos parar, sentar e verificar: como é que a gente faz para as três esferas trabalharem, a partir do art. 23, no âmbito judicial? Como é que a gente faz para que as decisões do Poder Judiciário se submetam ao precatório? Como é que gente faz para que as decisões do Poder Judiciário interfiram nas leis orçamentárias e gerem de fato obrigação e dever de implementação? Não me parece que essa solução seja adequada e que haja, no nosso sistema jurídico, um instrumento legal adequado para organizar esse conflito de Poderes.

O segundo aspecto que eu acho, Senadora Teresa, importante que nós paremos para discutir um pouco é o excesso de legislação, ou o que a ciência política chama de hipernomia: várias leis tratando de vários assuntos. Nós sabemos, pela nossa experiência, que lei boa é a lei velha, é a lei debatida, discutida, popularizada; a lei cujo conteúdo o destinatário entende. Ora, se nós queremos falar de metas e qualidade da educação, nós temos que discutir alterações, modificações, sempre, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e na nova lei que cuida das metas de educação. Se nós queremos discutir responsabilidade fiscal, alteração no orçamento, obrigação de reparar, de ampliar orçamento, de complementar orçamento, nós temos a Lei de Responsabilidade Fiscal. É no bojo dela que nós devemos discutir modificações, ampliações,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alterações. Se nós queremos tratar de crime de responsabilidade, tem duas leis em vigor: a Lei 1.079 e o Decreto-Lei 101. Então, vamos ver o que está faltando. O que falta para complementar lá? Porque elas já são conhecidas, elas já têm uma técnica adequada, elas já têm uma jurisprudência formulada. Não é uma nova lei que vai introduzir uma figura sem ter essa conexão direta com as leis em vigor e com a Constituição.

Então, para nós da Frente Nacional de Prefeitos, é muito importante a gente ter algumas objeções – as duas já apontadas do ponto de vista teórico, mas específicas.

O art. 4º, por exemplo, nós entendemos que não é o momento de tratar e não é o lugar de tratar. Se há alguma conduta que deva merecer um tratamento de crime de responsabilidade a partir de metas de qualidade de educação, nós temos que enfrentar isso à luz do art. 85 da Constituição e da Lei 1.079, de 1950. Pior ainda, Senadora Teresa, é que, neste projeto de lei, nós tipificamos Governadores e Prefeitos e excluímos o responsável pelo financiamento da educação: excluímos a figura do Presidente. Então, indiretamente nós estamos criando uma discriminação não tolerada pelo sistema constitucional, porque é o art. 23 da Constituição que põe sob responsabilidade dos três e é o art. 211 em diante da Constituição que diz que o ensino público vai ter compartilhada a sua responsabilidade com os três entes, e não exclui o Presidente da República.

A mesma coisa, a gente tem uma objeção específica quanto à utilização da Lei da Ação Civil Pública, por entendermos exatamente que é uma lei feita num outro contexto, década de 80, quando não havia intervenção do Poder Judiciário na implementação, na melhora, na adição de políticas públicas. Isso é uma realidade brasileira a partir da década de 90. A Lei da Ação Civil Pública é útil para a obrigação de não fazer, para ordem mandamental, mas ela não tem mecanismos para impor a obrigação de fazer e fazer essa obrigação conversar com a execução orçamentária e com o art. 100 da Constituição.

Por último, o art. 3º tem ferido diretamente a recente Emenda Constitucional nº 128/2022, porque cria obrigação e não diz quem vai pagar esta obrigação.

Além disso, quero ratificar aqui e concordar com as alegações da nossa colega Prefeita Margarida Salomão e dizer, por último, que o art. 8º da lei de improbidade volta a insistir num erro fatal: pune ou quer punir como impunidade não conduta, mas efeito, resultado de uma política. A Lei de Improbidade fere e deve sancionar conduta. O tipo da Lei de Improbidade do art. 10 é causar prejuízo ao Erário. Eu não posso incluir um inciso que não conversa com o *caput*. Se nós queremos punir o mau gestor, tem mecanismos para isso: prestação de contas, rejeição de contas e, por último, a Lei de Inelegibilidade, que está prevista na Lei Complementar 64. Por isso entendemos que essa matéria, sem identificar uma conduta pessoal do agente, não pode ser enquadrada na Lei de Improbidade Administrativa.

Muito obrigado pelo tempo concedido e estarei aqui à disposição para mais esclarecimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Prefeito, por ter levantado também algumas questões vinculadas ao arcabouço legislativo de um modo geral, leis que dialogam com esta, e até já têm pontos contemplados. Esta é a nossa preocupação: fazer essa instrução. Como eu disse, são três projetos de lei. Nós estamos com o projeto do Senador Flávio Arns, mas tem mais outros dois. Desse modo, essas contribuições certamente serão muito bem recebidas.

Nós estamos na quarta reunião, essa é a segunda da qual eu participo, mas, das outras duas, que foram presididas pelo Senador Flávio Arns, ele me disse exatamente isso que o senhor está dizendo, apesar de ser o autor do projeto. Nós vamos ter que alterar radicalmente esse projeto, e essas escutas têm contribuído bastante.

Então, vou passar a palavra agora para o Maurício Maia, que é o representante do MEC, da Sase – estou aqui no celular, Maurício –, Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino.

Eu lhe agradeço, Maurício, pois, mais uma vez, você não tem poupado esforços para estar sempre atendendo aos convites da Comissão de Educação, da Subcomissão do Ensino Médio. Nós estamos fazendo análise do Plano Nacional de Educação, análise dessa Lei da Responsabilidade Educacional, e ainda estamos com uma Subcomissão do Ensino Médio. É uma forma também importante de o Senado se abrir, ouvir, dialogar, não é? E, como as reuniões são interativas, sempre a participação social se faz presente.

Então, Maurício Maia, para os seus 10 ou 15 minutos iniciais.

O SR. MAURÍCIO HOLANDA MAIA (*Por videoconferência*.) – Muito em breve, a conversa também sobre Sistema Nacional, que tem sido...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Exatamente, é sempre requerido, não é, Maurício? (*Risos.*)

O SR. MAURÍCIO HOLANDA MAIA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, então, na verdade, eu é que sou agradecido – não é? – pela acolhida, pela abertura com que o Senado tem tratado a Sase. E as tarefas que nós temos têm um conteúdo muito forte de articulação interfederativa e, por consequente, um conteúdo muito forte de diálogos com o Congresso.

É claro que todos nós temos pouco tempo, mas eu não posso deixar de saudar a Profa. Teresa Leitão; não posso deixar de saudar a Profa. Margarida Salomão, que era Deputada na Câmara quando eu estava lá como Consultor Legislativo, que é a minha profissão de carreira; não posso deixar de saudar o Prof. Francisco Gaetani, o meu herói na perspectiva dos gestores públicos; e o Prof. Abrucio, meu Professor de Administração Pública; e o Prof. Izaias, o Dr. Izaias.

Eu também – embora ele não esteja presente – quero saudar e agradecer muito ao Senador Arns. Tão logo nós tomamos conhecimento dessa lei, fomos instados a escrever uma nota técnica sobre ela, e eu pedi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao Senador Arns assim: "Senador, nos receba aí para nós conversarmos". E como ele é esta pessoa muito disponível e muito simples, a gente foi quase que, de imediato, conversar com ele e sua assessoria. E eu disse: "Senador, essa é uma lei que, como costuma acontecer com outras, é aquele tipo de coisa em que o pau quebra no lombo do mais fraco", porque, no final das contas, esses mecanismos de controle externo, pela forma como se constituiu o processo federativo brasileiro, são eficazes, eles são bem-vindos, mas eles são praticamente eficazes no nível municipal, não é? E, de uma forma que como às vezes para muita coisa não há jurisprudência, isso termina sendo assim, digamos: uma substituição do Poder Executivo pelo entendimento do controle externo, seja o Ministério Público, seja o juiz.

Às vezes, eu até gosto de brincar e dizer assim: "Sabe, naquele tempo dos filmes de faroeste em que tinha uma foto pregada no poste e tinha assim: *Wanted,* procurado?". Eu fico brincando com essa frase porque eu acho que nós gestores somos duplamente procurados: a gente é duplamente procurado porque é visto com desconfiança, e é procurado também porque, daqui a pouco, não vai ter gente querendo ser gestor. E aí vai aparecer aquela plaquinha que aparece nas portas das lojas e fábricas: "Procura-se gestor". (*Risos.*)

Nós precisamos chegar a um novo equilíbrio, um novo equilíbrio que não é retroceder, porque acho que o emponderamento dos órgãos de controle é algo muito bem-vindo para o país, mas um novo equilíbrio em que os órgãos de controle também possam adentrar as especificidades técnicas e até mesmo, em muitos momentos, a racionalidade política do que está sendo feito.

Eu vou dar um exemplo que me indignou no ano passado. Eu estava visitando centros educativos para crianças e adolescentes, e uma das turmas estava sem professor. Eu disse: "Mas como? Por que essa turma está sem professor?". E aí: "Ah, professor, é porque a professora que estava aqui teve um problema de saúde muito sério, se afastou, e nós não podemos chamar outra por conta da lei eleitoral". Então, o direito constitucional de um jovem privado de liberdade de ter aula foi solapado pelo entendimento da lei eleitoral.

Eu acho que a gente tem essas questões mais gerais. O Prof. Izaias e a Profa. Margarida Salomão colocaram uma coisa muito importante que é a questão do nosso arranjo federativo. O nosso arranjo federativo ainda não registrou que o município é um ente autônomo, é uma unidade da Federação. Já faz 35 anos a Constituição, e a mentalidade brasileira... O legislador federal ainda não internalizou isso. Eu estou falando do legislador como o Poder, a cultura do legislador.

E, quanto a esta lei, nós tivemos a oportunidade de conversar com o Senador Flávio Arns, que, muito prontamente, disse: "Maurício, eu não tenho apego às minhas propostas. Então, se vocês têm o que oferecer de contribuição, são muito bem-vindas as contribuições". Com efeito, eu não vou adentrar as questões problemáticas, porque o Dr. Izaias já as enunciou, mas vou registrar que encaminhamos para ele duas formas de contribuição. Uma é na forma de emendas, e outra, na forma de um substitutivo, que estaria organizado em obrigações quanto à oferta e em obrigações quanto à qualidade, que se constituem basicamente de uma coleta dos dispositivos que já existem à fartura na legislação brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, outra coisa que nós precisamos refletir é: por que fazer uma lei de responsabilização educacional? Certamente, porque não estamos cumprindo os dispositivos legais que já exigem. E aí a gente, no Brasil, tem uma forma muito peculiar de lidar com lei, que é assim: cria-se uma lei para dizer que a outra lei anterior deve ser cumprida. No caso ainda de leis de responsabilidade educacional, uma coisa que nós precisamos observar é que, tal como ela foi trazida pela 13.005, a Lei do Plano Nacional de Educação, ela não está bem harmonizada com a ideia de que o mandatário pode ter apenas 4 anos de mandato, no máximo 8, e o plano é de 10 anos. E que a mudança de um mandatário para outro pode significar que o mandatário anterior deixe um ativo que vai significar menos esforço para o sucessor, ou deixe um passivo que faça com que o sucessor, mesmo com todo o esforço, não consiga dar cumprimento a metas estabelecidas, de modo que todas essas nuances precisam ser lavadas em conta numa discussão como essa.

Fico muito tranquilo que o Senador tenha demonstrado tanta abertura para acolher as boas contribuições que eu sei que vêm sendo dadas nas audiências anteriores e eu tenho certeza de que todas essas de hoje também vêm aportar elementos muito bons para reflexão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Maurício. Importantíssima essa conversa prévia do Senador com o MEC, ele também me disse isso. Ele coordenou duas e hoje ele não está coordenando porque está em trânsito, nós ontem saímos da sessão às 9h30 da noite. Foi um dia muito histórico no Senado ontem, quando aprovamos o arcabouço fiscal sem o Fundeb. Foi uma discussão bem acalorada, mas muito proativa que tivemos. Houve também várias autoridades que foram aprovadas ontem, inclusive o próximo Ministro do Supremo, de modo que muita gente não pôde voltar ontem. Eu mesma só voltei hoje, saí de Brasília às 8h30, mas o Senador me pediu para substituí-lo, o que eu faço com muita honra, dada essa capacidade e essa condição de diálogo que ele sempre apresenta para as entidades de fora e entre nós também, da Comissão.

Então vamos, sem mais delongas, passar para o nosso próximo convidado, que é o Prof. Fernando Luiz Abrucio, da Fundação Getúlio Vargas, a quem eu também agradeço a presença.

O SR. FERNANDO LUIZ ABRUCIO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado pelo convite, queria agradecer, em particular, à Senadora Teresa Leitão pelo convite.

Sem muito mais delongas, eu queria fazer três comentários para dizer por que é importante ter uma lei que pense a qualidade de maneira geral da educação brasileira e, de maneira mais específica, apontar cinco problemas neste modelo de legislação que foi apresentado. Eu acho que a importância é, primeiro, porque a qualidade de educação brasileira melhorou muito depois de 1988, é bom dizer, os dados mostram isso, o Brasil era um desastre educacional, mas ainda temos muita coisa a melhorar. O PNE não está sendo cumprido, as normas que foram feitas para que ele fosse cumprido são muito frágeis, muito fracas, e nós precisamos pensar em alguma coisa para fazer a revolução da educação brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos ter mais livros, mais escolas, menos armas. É isso que o Brasil precisa ter.

Segundo, a ideia de pensar uma gestão por resultados, isto é, tendo metas, indicadores, avaliação, instrumentos que possam, de um modo ou de outro, fazer com que os gestores tenham incentivos para buscar mais resultados é meritória. Acho muito importante que a gente caminhe de gestão para resultados. Isso não é assunto de governo de direita, de governo de esquerda, isso é um assunto mundial. Governos de esquerda e de direita no mundo têm modelos de gestão para resultados, têm metas, indicadores, avaliação, monitoramento contínuo. Então acho que a gente precisa fazer isso, porque o PNE, sendo muito franco com vocês, não tem claramente metas e indicadores, tem um conjunto de boas intenções – corretas, porque o Brasil precisa melhorar –, mas a construção de suas metas e indicadores é muito frágil. A gente precisa ter, sem dúvida alguma, um processo nesse sentido, porque menos educação... É bom sempre dizer: quem sofre mais são os alunos mais pobres, os alunos negros, os alunos de escolas rurais. Nós precisamos mudar isso.

Em terceiro lugar, eu acho que essa discussão é meritória, Senadora, porque a gente precisa mobilizar. Então, um papel muito importante do Congresso – e que tem realizado muitos papéis importantes nos últimos anos – é mobilizar a sociedade. Nós temos que estar sempre chacoalhando a sociedade e os governos em prol dos bons objetivos do país, e se há um grande objetivo importante do país é a educação. Então acho que o Congresso participar desse processo, esta conversa com a Sase junto ao Senado para mobilizar em prol da qualidade... Eu tenho certeza, conhecendo o Maurício, de que o MEC está disposto a participar desse processo com toda força. Conhecendo os prefeitos, os estados – Jacareí é um município que tem várias experiências importantes em educação –, todos estão dispostos e querem se mobilizar em torno da qualidade. Então acho que esse é um outro aspecto, um terceiro aspecto meritório.

Mas eu vejo cinco problemas – aqui usando os meus dez minutos, então – na ideia. Não é apenas no texto – eu não vou ser tão detalhista quanto o Izaias –, mas na própria concepção do projeto.

Primeiro erro é vincular resultado e punição. Sinto informar que dos países que melhoraram educação no mundo nenhum fez isso, é zero. Estou falando de Finlândia, de Canadá, de Cingapura, de Polônia. Mais recentemente, o que teve mais avanço médio na Europa foi Portugal, e não criou um mecanismo para melhorar resultado punindo gestor. Até porque, vamos lembrar que no Brasil a média de tempo de secretário municipal de educação em governo é de um ano. A cada ano tem um secretário municipal. Se a gente punir, as plaquinhas de que o Maurício falou vão se multiplicar. O que tem a educação no Brasil é descontinuidade. Uma lei como essa vai aumentar a descontinuidade. É um desastre.

E mais, só para terminar esse argumento de resultado e punição – quem pode falar com mais propriedade é meu amigo Chico Gaetani –, nós temos que mudar essa mentalidade de controle que se estabeleceu no Brasil. Ela foi um equívoco. O controle é muito importante. Nós já temos leis para isto – o Izaias sabe bem –: para punir quem rouba a merenda, para punir quem faz algum problema, digamos, faz algum erro do ponto de vista da infraestrutura escolar. Temos legislação às baldas para isso. Não precisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de mais legislação. E nisso o controle, quando bem administrado, reage bem. Mas órgãos de controle têm que ser, sobretudo, parceiros da gestão para buscar resultados.

Nós estamos agora na FGV organizando um curso para os 34 tribunais de contas estaduais do país e todos eles estão sendo ensinados que políticas públicas devem ser feitas com parceria entre controle e gestão. E, gostaria de dizer, Senadora, que os conselheiros estão gostando da ideia, perceberam que essa sanha punitiva não resolve nada, não vão ganhar nada com isso, não vão mudar a sociedade brasileira.

Há um conselheiro, que está há 25 anos num dos tribunais de contas do Brasil, que falou: "Estou há 25 anos punindo, não vi nada melhorar". Então, nós temos que, ao invés de fazer uma vinculação entre resultado e punição, fazer uma vinculação entre resultado e parceria com os órgãos de controle.

Um segundo problema é que esse sistema de incentivo baseado na punição é completamente equivocado.

Vou pedir licença ao Maurício para lembrar que o caso mais bem-sucedido, em larga escala no Brasil, na educação básica, é o Estado do Ceará e, que eu saiba, nenhuma legislação do Ceará procurou buscar à noite um secretário municipal dentro de casa para prendê-lo porque não alcançou o resultado. Ao contrário, o que fez o modelo do Ceará, e é bom lembrar, o Senador estava na Câmara na legislatura passada, foi fazer um novo Fundeb muito mais inteligente, que é o seguinte: Vai haver incentivos para aqueles que tiverem melhores resultados? Vão ganhar mais recursos! Ótimo, premiados. Mas quem não tiver melhores resultados não vai ser preso, ao contrário. Se nós quisermos seguir o modelo do Ceará, o que o MEC deveria fazer, o MEC e as secretarias estaduais, porque isso tem a ver com a legislação do ICMS, seria que os que tiverem melhores resultados receberiam mais recursos e os que tiverem piores receberiam ajuda, apoio, é o que o Ceará faz. E o Ceará melhorou a educação, é bom dizer, não só no seu indicador de qualidade, Senadora, mas em equidade. O Brasil precisa melhorar com equidade! Então, assim, esse sistema de incentivos da punição não deu certo, nem o da responsabilidade fiscal, me perdoem, alguns dos que fizeram são meus amigos até hoje, e a Lei de Responsabilidade Fiscal criou um caminho de muitas malandragens na administração pública, muitas malandragens!

É por isso que hoje quase metade dos professores das redes estaduais do Brasil, Senadora, são temporários, é por conta da Lei de Responsabilidade Fiscal. É uma malandragem, mas isso não vai melhorar a educação, então, assim, vamos fazer os incentivos corretos.

Terceiro, a gente precisa melhorar as condições para alcançar os resultados. Muito dessa discussão sobre resultados supõe que as condições sejam as melhores. Hoje, em educação, há um grande debate – escrevi um livro recentemente sobre isto – que mostra que é preciso casar insumos e resultados. Isto é, os países que melhoraram mais foram aqueles que investiram mais na profissionalização dos agentes educacionais, aqueles que melhoraram a qualificação e a formação dos professores, aqueles, como alguns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lugares do Brasil fizeram, que melhoraram a seleção dos diretores escolares. Se a gente não melhorar os insumos, aquelas metas do PNE são absurdas, são sem sentido, me perdoem.

Nós temos que começar a fazer um casamento entre insumo e resultados e aí nós temos muita discussão para fazer. O Congresso tem um papel muito importante, como já exerceu de outras vezes, por exemplo, no piso nacional, e o MEC também tem um papel muito importante. Então, eu acho que a terceira coisa é melhorar as condições.

Quarto, e aí o argumento da Margarida e dos Izaias tem que ser repetido muito rapidamente, essa lei supõe um federalismo completamente hierárquico. Um federalismo, na verdade, baseado numa concepção autoritária de federalismo.

Olha, no Governo passado se tentou fazer um federalismo autoritário, mas me parece que os resultados não foram bons. Nós temos que ter uma concepção mais democrática de federalismo. Na Lei de Responsabilidade Fiscal, o único que não pode ser punido é a União e isso é um absurdo. Então, nós temos que fazer uma lei na qual estados, municípios e União sejam vistos como entes federativos – todos eles.

E termino e digo, por isso – e chego ao quinto ponto – a grande prioridade, antes de se criar um projeto para fazer uma mobilização pela qualidade da educação, que eu acho que é mais perfeito do que responsabilidade educacional, que é mais dispersa, mais difícil de captar, é criar o Sistema Nacional da Educação. O Sistema Nacional da Educação vai democratizar o federalismo educacional brasileiro, como se faz nos SUS. Vai ter lugar para os estados, os municípios e a União discutirem. Vai ter metas mais claras, exequíveis, porque vai ser discutida pelos gestores e não metas que não têm pé nem cabeça, e vão casar as metas com os insumos. Olha, os municípios precisam desses recursos para alcançar esses resultados. E, ao fim, ao cabo, a gente vai criar, com o Sistema Nacional da Educação, um modelo de mobilização pela qualidade, um modelo democrático e um modelo efetivo de mobilização pela qualidade.

Eu acho, e aqui termino, que a legislação, ou esse espírito dessa lei, não vai mobilizar democraticamente, de forma efetiva, pela qualidade. A minha aposta é, primeiro, criar um bom Sistema Nacional da Educação e, a partir disso, pensar como mobilizar, de forma democrática e efetiva, a sociedade brasileira pela qualidade de educação.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, professor.

Deixa eu lhe contar só uma historinha rápida. Uma vez eu fui com o Vereador ao tribunal de contas, pois ele estava bem preocupado com a situação da aplicação do Fundef, ainda era Fundef, no município dele. Aí o agente lá, que nos recebeu, disse assim – eu não vou dizer o nome nem do município, nem de nada – ele disse assim: "Olhe, Deputada e Vereador, eu vou olhar isso com lupa, porque esse município, quando percebeu que a gente já tinha um *modus operandi* consagrado de descobrir os desvios do Fundef, criou um novo mecanismo de alta periculosidade."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente vai precisar criar novos mecanismos, porque esse município já nos pegou duas vezes. E, ao final, a gente sabia que eles estavam utilizando mal os recursos. É o caminho que realmente pode desviar a boa intenção da fiscalização e do monitoramento.

Vamos agora para o nosso último expositor, vamos ouvir agora... só abrir aqui para não errar o nome, viu, professor? Aqui no celular. Vamos abrir agora a palavra para o nosso querido Prof. Francisco Gaetani, Secretário Extraordinário para a Transformação do Estado do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

É o ministério da Ministra Esther, não é isso?

O SR. FRANCISCO GAETANI (*Por videoconferência*.) – Isso. Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Já estive com ela. Estou com outra audiência marcada com ela, para o início de julho.

O SR. FRANCISCO GAETANI (*Por videoconferência*.) – Eita!

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Acho que é dia 5. Ela queria marcar no dia 23 de junho. Eu disse, Esther, me desculpe, mas eu já perdi Santo Antônio, eu não posso perder São João e São Pedro. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – No dia 22 eu vou para a minha terrinha. Aí marcamos para o dia 5.

Mas muito obrigada, professor, pela sua presença.

Pode usar a palavra.

O SR. FRANCISCO GAETANI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senadora, pelo convite. Obrigado, Maurício. Saudações a todos, em especial ao Fernando, com quem dividi já muitas discussões, partilhamos muitos sonhos em relação ao Brasil.

O recado que eu trago diz respeito mais à preocupação do lugar do gestor. Nós passamos por 10 anos em que houve uma erosão muito grande do papel do Executivo e o aumento do poder de outros entes da Federação, dos órgãos de controle: o Ministério Público, o Tribunal de Contas, o próprio Legislativo, o Judiciário. Isso foi produzindo uma situação em que, em função dos acontecimentos de 2014 e 2016, o lavajatismo convenceu a sociedade brasileira de que a corrupção é o nosso maior problema e de uma forma, assim, acachapante. Isso praticamente transformou a Administração Pública em uma atividade de risco. Eu costumo brincar que nós involuímos da judicialização das políticas públicas para a criminalização da Administração e para a anomia, para a paralisia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos vivendo um momento de retomada, de reconstrução, de reorganização da função pública, e isso precisa ser feito com atenção, porque também a sociedade brasileira não aceita mais a mesma malversação de recursos públicos como no passado. Mesmo que não tenha tido a proporção que teve, na percepção da sociedade isso segue sendo um assunto, um martírio, do ponto de vista da mídia.

Em nome do combate à corrupção se cometeram grandes atrocidades na Administração Pública brasileira, nos últimos anos. Mas acho que o problema maior é o problema da cultura e da mentalidade. Como o Fernando disse com muita propriedade, nós achamos que leis mais rigorosas, que mais punição, que mais ameaças vão melhorar a implementação das políticas públicas. Não vão. Nós estamos vendo o contrário disso.

Queria lembrar que, em 2018, nós tivemos que aprovar uma lei, no país, para admitir a possibilidade de o servidor público errar. Porque um erro honesto estava sendo – e até certo ponto continua sendo – punido pelos órgãos de controle. Eu tenho muitos amigos, pessoas íntegras, pessoas corretíssimas, que pagaram advogados e que pagam multas, ao Tribunal de Contas da União, em processos muito questionáveis. Mas a vergonha é tanta, a insegurança é tanta e o medo é tanto que eles preferem pagar.

Então nós vivemos uma situação em que, de um lado, nós temos o desafio de fazer o Estado funcionar de novo, com a entrega de políticas públicas de resultado para a sociedade, e, do outro lado, os gestores da burocracia temem pelo seus CPFs, mesmo a classe política. Quando a gente fala do apagão de caneta, envolve tanto a tecnoburocracia quanto a classe política. E nós não podemos continuar com um país funcionando com base no medo. E, infelizmente, nós ainda estamos em um país grandemente marcado por isso.

Na linha um pouco do que o Fernando mencionou, eu queria destacar a importância do desenvolvimento de capacidades. O Governo Federal, em várias áreas, não apenas a educação, adotou uma política de: está aqui o dinheiro. E manda o dinheiro. Não se trata disso. Um país não é isso. Também recuperando um ponto importante da fala do Fernando, nós temos legislações, infelizmente, isonômicas para 5.569 municípios, quer dizer, Barão de Cocais e São Paulo respondem à Lei de Responsabilidade Fiscal da mesma forma. Isso não existe.

Nós precisamos criar uma... estudar uma forma de ter legislações melhores, que diferenciem os municípios pelas suas capacidades, pelas suas riquezas, pelos seus meios. O retoque de resultados... É importante trabalhar com foco em resultados, mas não é a gente reiterando a preocupação dos resultados que o gera. Nós precisamos de meios, precisamos de capacidades, precisamos de monitoramento, precisamos de dados e precisamos de responsabilização. A responsabilização é um desses elementos.

O Brasil é um país estranho. Nós tivemos aqui, depois da *overdose* do "avaliatismo", nós estamos no meio ainda da *overdose* da governança. De repente, governança tornou-se a palavra mágica para tudo. É muito importante a discussão de governança, só que, no Brasil, a governança entrou pelas mãos do TCU;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ela entrou com a boca torta, ela entrou com um viés, assim, de controle externo. Então, assim, a primeira obrigação do governo é governar, é entregar, é implementar. Nós estamos tão preocupados com a governança, com a corrupção, com a responsabilização, que nós estamos nos esquecendo dos meios necessários para que os governos funcionem. Eu trabalho, assim como o Fernando, na administração pública há muitos anos. No Governo Federal, que tem um grau de profissionalização e modernização muito maior que estados e municípios, nós não concluímos ainda reformas do século XIX. O Ministério da Educação é um ministério frágil, o Ministério da Saúde é um ministério muito frágil, e são, hoje, os maiores ministérios da Esplanada, através dos quais passam recursos enormes. Não seria o caso de investirmos no aprimoramento das capacidades desses ministérios?

O regime autoritário tinha muitos problemas, mas eles tinham uma preocupação muito clara de desenvolver a assistência técnica de estados e municípios. Nós não podemos transferir o volume de recursos que transferimos para estados e municípios sem nos preocuparmos com a forma de utilização desse recurso. A qualidade do gasto depende do desenvolvimento de capacidades que assegurem a persecução dessa qualidade. Nós estamos vivendo aí extraordinárias oportunidades dadas para a tecnologia, e a tecnologia é uma janela importante. Quando eu vejo, vários municípios, ao migrarem para as nuvens, identificam o desvio de recursos, ineficiências e utilizam melhor os recursos que recebem. É nessa direção que nós precisamos caminhar.

Então, a lei envolvendo responsabilização... Tudo bem, é importante responsabilizar, mas a responsabilização tem que vir calibrada junto aos meios necessários para a implementação das políticas, porque a responsabilização sem os meios é uma brincadeira de mau gosto. Alguns anos atrás, vários Prefeitos se recusaram a receber recursos federais, porque "Vai me dar tanta dor de cabeça que eu prefiro não mexer com isso". Nós não podemos trabalhar dessa forma. Então, nós precisamos trabalhar, nas legislações que envolvam responsabilização, o desenvolvimento de capacidades, a alocação de recursos para que sejam construídos meios para que as políticas possam ser implementadas. Do contrário, é simplesmente terrorismo. E acho que a administração pública – federal, estadual, municipal – só vai sair da estagnação que ela está vivendo se isso for equacionado. Porque tanto gestores quanto políticos não estão dispostos a correr riscos desnecessários ao estar trabalhando para buscar o interesse do país. Ficar sujeito à interpretação de auditores, juízes, promotores sobre o que estão fazendo, que em geral não entendem do assunto, mas que trabalham com ilações e antecipações muito desenvolvidas, isso prejudica o processo de implementação das políticas públicas.

Então, acho que isso é importante, que, no esforço dos legisladores, sejam equacionados os meios, as capacidades e as condições para que o gestor tenha não apenas o ônus da responsabilidade da implementação, mas também as condições de levar a cabo as políticas pelas quais ele é responsável.

Acho que, em linhas gerais, meu recado é esse.

Desejo muito sucesso a todos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Fernando Abrucio já tem uma massa crítica de evidência sobre isso extraordinária. Acho bom voltar aos dados e ver o que eles estão dizendo.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Professor.

Eu quero dizer da minha alegria e do privilégio de ter coordenado esta audiência, cuja primeira fase foi riquíssima.

Antes de ser Senadora, que é uma função pública sem sombra de dúvida, eu fui funcionária pública estadual durante 30 anos. Comecei na rede pública estadual, com 18 anos de idade. Naquele tempo, lá na década de 70, meu pai, que também foi funcionário público federal do antigo Iapi, depois INSS, no meu primeiro dia de aula, disse assim: "Você se lembra daquele sambinha que eu cantava para vocês? 'Maria Candelária é alta funcionária...'". Os mais novos não vão saber disso. Era:

> Maria Candelária
> É alta funcionária
> [de uma empresa estatal]
> [...]
> A uma, vai ao dentista
> Às duas, vai ao café
> Às três, [...]
> [...] assina o ponto e dá no pé

Aí ele dizia assim: "Olhe, você vai encontrar algumas marias candelárias, mas não são muitas, nem são a maioria. Quando você encontrar uma dessas na sua frente, fuja dela e siga a sua retidão como a maioria dos funcionários públicos faz. Se cair a ficha dela, tudo bem. O importante é que caia a ficha dela, mas, se não cair, não se deixe contaminar". Eu nunca me esqueci, nos meus 30 anos de sala de aula e nos subsequentes de mandato, disso.

O meu pai teve 32 anos de serviço público, 32 anos irretocáveis, apaixonado pelo serviço público, apaixonado por essa capacidade que o serviço público tem de prover, de promover, de fomentar as políticas públicas para a maioria da população. Então, acho que vocês, na condição de gestores, gestores municipais, gestores federais, professores, acadêmicos, deram uma bela lição a mim e certamente a quem está nos assistindo.

Essa segunda fase agora é do e-Cidadania, que é aquele sistema em que as pessoas mandam algumas perguntas. Eu vou ler as perguntas e, na devolução, vocês terão cada um cinco minutos – a Professora Margarida precisou se ausentar conforme ela havia dito –, que podem ser para complementar, para um comentar do outro ou fazer alguma consideração sobre as perguntas, que foram as seguintes:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Carlos Eduardo, do Distrito Federal: "Qual é a principal medida adotada para garantir e elevar o padrão de qualidade na educação básica pública?".

Geovana Farias Silva de Araújo, também do DF: "Quais desafios na educação pública hoje e a responsabilidade dos atores envolvidos na garantia de oferta e qualidade?". Que desafios hoje nós temos na educação pública e qual a responsabilidade dos atores envolvidos na garantia de oferta e qualidade?

A terceira pergunta é de Vanderley dos Santos Gomes, da Bahia: "Como o poder estatal busca resolver as demandas da sociedade, em especial a educação de qualidade, já que se trata de responsabilidade [também]?".

E, por fim, Giovanni Bonissoni, de Santa Catarina: "Qual é o plano de longo prazo para melhorar a qualidade da educação e de ensino da educação básica? Como o Governo está tratando esse tema?".

Então, vamos deixar vocês à vontade para essa parte final das considerações, começando pelo Prefeito Izaias Santana.

Vamos seguir a mesma ordem, certo?

O SR. IZAIAS SANTANA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado.

Primeiro eu quero agradecer o privilégio de ouvir nossos colegas, em especial o Prof. Fernando Abrucio, de quem eu tenho o privilégio de consultar as obras e as pesquisas, e demais representantes do Governo Federal.

Eu acredito que o grande aprendizado desta audiência foi o de que nós devemos abandonar um pouco a responsabilização pessoal, já existem leis e mecanismos para isso, abandonar a busca da efetivação via judicialização, como falei, nós não temos mecanismos para isso, e precisamos avançar muito, principalmente fazer com que os arts. 167 a 169 da Constituição não sejam solenemente ignorados pelo Poder Judiciário e muitas vezes não cumpridos, desrespeitados. Direitos não nascem em árvores, direitos dependem de estruturas, dependem de conteúdos das políticas e dependem de financiamento. Se nós queremos tratar de efetivação de políticas, sejam a cargo do Legislativo, do Executivo ou do Judiciário, precisamos resolver essas questões.

E o caminho para responder às três questões postas pelos cidadãos – aumentar o padrão de qualidade, enfrentar os efetivos desafios e estudar como melhorar a gestão dessas demandas – passa pela revisão, em especial, do Projeto de Lei 235, de 2019, que fala da qualidade, que tem um capítulo específico, dos arts. 45 a 48, está na Câmara dos Deputados. O que faltou? O que nós podemos complementar? O que depende de regulamentação? Há necessidade de um novo projeto de lei? Então, vamos trabalhar neste sentido e vamos trabalhar junto com o Governo Federal, que, afinal de contas, ao arrecadar entre 55% a 60% do orçamento do país, tem responsabilidade direta, é o que manda a Constituição, no art. 23.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acredito que há um consenso entre nós que apresentamos esse painel nesse sentido de que devemos fortalecer os mecanismos de ampliar a qualidade e fortalecer os mecanismos de premiar aqueles que se esforcem, que atingem essas metas de qualidade, especificar as metas existentes na legislação em vigor, se eventualmente é necessário, mas abandonarmos esses dois caminhos da responsabilidade pessoal, já que o Brasil tem bastante normas a esse respeito, e também da busca da judicialização dessas políticas públicas sem antes discutir qual lei, como, em que cenário, em que processo, quais as consequências do processo e como essa sentença, essa decisão vai dialogar com as leis de execução orçamentária.

Obrigado, Senadora. Foi um privilégio participar desta. Estamos à disposição na frente e em especial, a Profa. Margarida, a Prefeita Margarida, para contribuir com aquilo que a gente tem ouvido constantemente nossos colegas Prefeitos e com aquilo que os técnicos da Frente Nacional dos Prefeitos podem, com seus estudos e seus acompanhamentos, contribuir para termos um projeto de lei que atenda as reais necessidades dos municípios, dos estados e da União.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Prefeito. Muito obrigada pela sua contribuição, pela sua disponibilidade e por representar também uma organização tão importante nessa relação federativa.

Passo a palavra agora ao Prof. Maurício Maia, do MEC, da Sase.

O SR. MAURÍCIO HOLANDA MAIA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito bem.

Eu vou começar de trás para a frente, quer dizer, começar me reportando à fala da Profa. Teresa, do seu pai.

Quando eu assumi a Secretaria de Educação de Sobral, por volta de cinco dias depois, um amigo me ligou e disse: "E aí, Maurício? Como vai? Como estão as coisas?". Eu disse: "Rui, eu estou descobrindo, no pleno significado da palavra, o que é servidor público, porque é o seguinte: você tem recursos limitados, necessidades ilimitadas, todos reclamam, e eles têm razão". (*Risos.*)

É porque é isso! E, ainda assim, a gente se dispõe a cada dia a estar no nosso local de servidor público e fazer o melhor possível. Essa é a nossa principal responsabilidade enquanto pessoa.

Depois, vou fazer uma menção aqui ao curso da FGV. Já tem algum tempo que eu proponho algo semelhante para o grupo do Gaepe, da Atricon e também do Instituto Rui Barbosa, que são órgãos de representação nacional de tribunais de contas. Eu penso, Prof. Abrucio, que já podemos começar com um módulo em que gestores públicos sejam convidados a conversar com seus alunos. (*Risos.*)

Finalmente, respondendo aqui à interação do Carlos Eduardo, da Geovana, do Vanderley e do Giovanni, eu vou resumir as perguntas todas sobre a questão do que cabe ao Governo e do que deve o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo, no âmbito federal, estadual ou municipal, seja no Legislativo, seja no Executivo, fazer de imediato e também a longo prazo no sentido de garantir oferta e qualidade educacional para todos; e sobre quais são os planos. Então, cada governo tem um chamado plano plurianual que deve se reportar aos quatro anos seguintes à assunção do mandato do governante. Em outro círculo de planejamento, que extrapola a responsabilidade do governante, a gente tem planos decenais, no caso da educação brasileira. E nós temos questões importantes na educação brasileira para as quais eu creio que somente pactuações de longo prazo, de 20 anos pelo menos, serão capazes de nos encaminhar na direção certa, porque, nesse contexto todo de necessidades múltiplas, de necessidades muito grandes... A gente tem necessidades, tem um passivo grande com a creche, tem um passivo grande com a alfabetização das crianças, tem os meninos ali, no ensino fundamental II, que deixam de ser crianças para serem adolescentes e jovens, e isso representa uma mudança de zona de influência, eles deixam de ser influenciados pelos adultos para serem influenciados, pelo menos na mesma dimensão ou mais, pelos pares, e isso representa, às vezes, aquele momento de comportamentos mais desafiantes, e, finalmente, o nosso ensino médio, que não tem representado um horizonte para os nossos jovens. Então, sabe, é como se cada coisa que a gente olhasse precisasse de tantos recursos que, se a gente botasse todo recurso que tem numa só dessas coisas, ainda seria insuficiente. E aí nesse contexto, a gente precisa se resolver.

Vou pedir mais dois minutos.

E aí nós temos também questões que precisam ser pactuadas, questões em relação à cesta de recursos dos municípios, com relação à cesta de recursos dos estados, questões em relação ao piso e carreira de professores em relação ao orçamento, ao equilíbrio orçamentário, que são questões que não se resolvem batendo na mesa, não se resolvem escrevendo uma lei hoje, imaginando que ela vai começar a ser cumprida amanhã, que são questões que precisam de negociações muito inteligentes que nos levem para o futuro.

Eu costumo dizer que um dos momentos mais inteligentes que esse país já viveu em relação à educação foi em 1993-1994, com um processo conduzido pelo Ministro Murílio Hingel, em que se fez uma grande pactuação nacional interfederativa e também entre setores: sindicatos, governantes municipais, governantes estaduais, universidades... E, quando a gente olha hoje para aquele momento, quase 40 anos atrás, a gente vê que as melhores bases da legislação que vieram depois estavam embrionárias naquele momento. Então, essas são as nossas tarefas, esses são os nossos dilemas, mas também a nossa ponte de gratificação, não é, Professor? Então, é isso.

Uma boa tarde a todos! Agradeço muito também essa oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Maurício.

Eu fui testemunha ocular da assinatura do pacto. Eu era dirigente sindical na época. E a CNTE, a nossa confederação, foi uma das signatárias do Pacto Nacional pela Valorização do Magistério e Qualidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Educação. O Murílio Hingel assinou, o clube de reitores, acho que Undime, Consed e CNTE, um conterrâneo meu, hoje ele é meu assessor, o Prof. Horácio Reis. Se aquele plano, aquele pacto tivesse sido seguido com mais determinação, eu acho que também nós teríamos avançado um pouquinho mais ou antecipado algumas coisas que vieram só para este século.

Vamos agora ouvir o Prof. Fernando Abrucio.

O SR. FERNANDO LUIZ ABRUCIO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, Senadora, eu vou usar a pergunta que o Carlos fez, aqui no e-Cidadania, para a partir dela fazer minha fala final. Ele perguntou: "Qual é a principal medida [...] [para a gente melhorar] o padrão de qualidade [...]?". E eu vou responder com um tripé que garantiria um melhor padrão de qualidade.

Primeiro, melhorar a capacidade da política educacional, melhorar a capacidade de produzir melhores políticas educacionais. Isso passa por melhorar a capacidade das secretarias municipais e estaduais. E eu acho que isso é mais fácil de ser feito, seja em articulação horizontal – Consed, Undime –, seja em articulação vertical, junto ao MEC. Acho que o MEC precisa ter políticas mais fortes, para fortalecer as capacidades subnacionais em educação; e não só em educação, mas em outras áreas, como disse o Chico Gaetani.

Melhorar a capacidade significa envolver toda a questão da profissionalização. A gente avançou bastante, Senadora, na profissionalização da educação no Brasil – lembrando lá do pacto do saudoso Murílio Hingel –, mas há coisas em que ainda nós precisamos avançar. Eu acho que a gente precisa melhorar: a formação inicial dos professores é falha; a formação continuada é muito problemática; nós temos que melhorar o processo de seleção e certificação de diretores escolares no Brasil; nós temos que criar uma carreira mais atrativa e que não seja a única para o professor. O professor, quando quer ganhar um pouco mais de salário, Senadora, vai para a secretaria. Isso é um erro brutal que a gente faz no Brasil. A gente precisa ter uma carreira mais múltipla, como tem a Austrália, Singapura. Em suma, nós temos vários desafios de profissionalização que são muito importantes.

E, para terminar a questão dos insumos: é a capacidade dos estados e municípios, a capacidade das secretarias, a profissionalização e – acho que é um ponto central – melhorar, fortalecer as escolas e o desenho dos ciclos nas escolas. As nossas escolas, Senadora, são ainda muito frágeis institucionalmente: têm baixa autonomia; professores dão aula em duas, três, quatro escolas no Brasil, portanto você não consegue formar um time que só trabalhe naquele lugar. Mas isso tem que ser desenhado – e a fala do Maurício é muito importante para isso – olhando para os nossos desenhos dos ciclos educacionais: pensar isso olhando para a primeira infância, pensar isso para a educação infantil; para o fundamental I – que é, fundamentalmente, a questão da alfabetização... O Brasil fica brigando para se alfabetizar até os oito anos. Eu gosto mais de um argumento clássico na Austrália, que é consolidar a alfabetização até os 11 anos de idade – as pessoas desaprendem na educação. Mas o fundamental I tem esse papel. Prossigo: recuperar o fundamental II, que é o patinho feio hoje da educação brasileira; e fortalecer o ensino médio, porque ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem um papel propulsor para a educação, para a sociedade brasileira. Se a gente fizer uma coisa boa em quatro, cinco anos no ensino médio, a imagem que as pessoas têm da educação vai mudar muito no Brasil. Então, primeiro é fortalecer os insumos, que significa fortalecer as capacidades das secretarias, profissionalização e fortalecer a escola e os ciclos.

Segundo ponto para um padrão de qualidade central: mudar o sistema de incentivos. E, novamente, sem querer ser repetitivo, o sistema de incentivos desenhado por essa legislação de responsabilidade educacional não dialoga com as experiências bem-sucedidas do mundo e no Brasil. Para dialogar bem com as experiências bem-sucedidas no mundo, o Brasil tem que ter um sistema de incentivos que obviamente premie quem tenha melhores resultados, que induza certos comportamentos, como o PAB fez na saúde, como o Fundef e o Fundeb fizeram na educação, e aqueles que não conseguirem alcançar melhores resultados precisam de apoio. E aí vou repetir o que disse o Chico Gaetani: nós temos que ter, no Governo Federal e no Congresso Nacional, uma política para fortalecer a autonomia dos estados e municípios, e fortalecer a autonomia dos estados e municípios é gerar capacidades. É isso que vai produzir políticas públicas. Não é prendendo o secretário ou o professor. Isso que nós temos que fazer.

Então, o segundo ponto é mudar o sistema de incentivos, que combine cooperação e competição, como o Ceará fez de maneira extremamente bem-sucedida, e o Maurício é um dos responsáveis por esse bom sucesso.

E o terceiro, terminando, é o Sistema Nacional de Educação. Eu gostaria de repetir o que disseram os dois Prefeitos aqui – o Izaias e a Margarida, no início –: nós temos que ter um federalismo mais democrático e responsável no Brasil. E aí eu acho que o Sistema Nacional de Educação... Quando o Maurício falava sobre aquelas metas de longo prazo, de pactos mais longos, eu acho que o pacto vai dar mais certo num sistema que é aquilo que o Murílio Hingel não tinha, aquilo que o Paulo Renato não tinha, aquilo que o Fernando Haddad não tinha: com um sistema, a pactuação vai ser a lógica, e não a cobrança e a responsabilização do nada. Eu acho que o sistema é criar um modelo de pactuação que vai gerar – e termino, ao responder ao Carlos – um padrão de qualidade de longo prazo, porque educação é política de Estado, não é política de governo. Então, a gente tem que fazer uma pactuação para ter metas, indicadores, discutir, ver quais são os meios, como criar capacidades, etc., para dez anos, quinze anos. E só pode fazer isso não o governo X ou governo Y, eleito numa eleição X ou Y, mas só pode fazer isso o Sistema Nacional de Educação.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Fernando.

É o que Maurício disse: a gente esquece que, desde 1988, os municípios ganharam autonomia federativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos agora, encerrando, ouvir o nosso Prof. Francisco para as suas considerações.

O SR. FRANCISCO GAETANI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora.

Queria começar dizendo que minha mãe se aposentou pelo IAPI; e meu pai, pelo BNH. (*Risos.*)

Eu tive a oportunidade em casa de ouvir muitas histórias de serviço público. Perfis muito diferentes.

Enfim, voltando à questão da educação e às perguntas, eu acho que a primeira coisa é a gente prestar atenção nos dados. Tem havido um avanço muito grande em relação aos dados sobre o que está acontecendo na educação. Esses dados iluminam os dilemas, as alternativas, e a gente precisa ter coragem de abraçá-los e de procurar entendê-los.

O segundo ponto de que eu sinto falta, ainda mais na nossa cultura política, são os conflitos. As pessoas têm visões diferentes sobre a educação, têm visões diferentes sobre prioridades, têm visões diferentes sobre o melhor curso de ação, e nós precisamos explicitar os conflitos para processá-los democraticamente e seguirmos os nossos rumos. Se os conflitos não são explicitados, fica muito difícil entender o que está acontecendo. Eu, num tempo atrás, escrevi um texto para provocar umas pessoas, mostrando que nós triplicamos os gastos com educação em 20 anos e que o desempenho da educação melhorou, mas, perto dos outros países, fez muito pouca diferença.

Então, nós precisamos entender. É claro que tem explicações se investimos mais no ensino superior e não no ensino básico, mas, quando você abre, você vai entendendo o que aconteceu. Mas, mesmo assim, a gente desconhece os *trade-off*, os dilemas. No ensino médico – o Fernando apontou com muita propriedade –, nossa pirâmide demográfica está mudando. A tecnologia está impactando brutalmente a educação, e nós não sabemos muito bem para onde nós vamos. Então, essas coisas têm que ser discutidas civilizadamente. Então, primeiros os dados; segundo, os conflitos.

E, terceiro, eu acho que tem que haver um esforço para aprendizado cumulativo. O aprendizado cumulativo depende de capacidades institucionais, de quadros profissionais que, como o Maurício aí, são um arquivo – não daqueles filmes da máfia em que o arquivo é perseguido para virar presunto, mas, para fonte de aprendizado. Nós temos muito poucos arquivos hoje, na administração pública, e eles são pessoas. Esses arquivos estão pouco institucionalizados. Nós precisamos de aprendizado cumulativo, e aprendizado cumulativo passa por compartilhar experiências, passa por disponibilidade de conhecimento. No mundo de hoje, onde o conhecimento está livre, o nosso problema é excesso de informação, e a curadoria depende de pessoas com experiência como a de vocês, Prefeitos, Senadora, educadores, para que a gente possa passar a uma ação.

Nós temos tido muita descontinuidade administrativa, como o Fernando falou, e não só no líder das instituições, o Prefeito ou o secretário – na própria burocracia isso está se perdendo. Então, quando você, o tempo todo, começa de novo, isso é muito ineficiente do ponto de vista do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós não estamos sozinhos no mundo, a competitividade nacional depende do patamar da informação – e eu queria concluir dizendo um pouco aí o que Fernando falou –, e a educação sobe sistemicamente no longo prazo, ela não é uma coisa ou outra, não é uma pessoa ou outra, um gestor ou outro, um herói ou outro, não é isso: é o sistema evoluindo, como a uma maré subindo, levando todo mundo junto, não é? Sobral não pode ser um barquinho sozinho lá no oceano, nós precisamos trazê-lo. Os estados estão vindo, mas, assim, aí vai e depois volta, e é outro ciclo de governo. Nós precisamos encontrar uma forma de consolidar avanços e transformá-los em políticas de Estado, de modo que o país avance.

Então, concluo aqui minhas observações finais.

Agradeço muito a oportunidade e o prazer de rever vocês todos, de encontrar vocês todos.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada.

Em meu nome, que tive o prazer de estar com vocês por essas horas, e em nome do Presidente da Comissão, o Senador Flávio Arns, eu quero agradecer a presença de todos, a grande contribuição que nos deram para a reflexão. O objetivo é este mesmo: é instruir a lei. Eu acho que uma lei ganha muito de legitimidade quando ela é debatida antes de ela ser aprovada. A gente faz leis, mas isso não nos dá o direito, nem o dom de fazer leis perfeitas. Aliás, as leis não são perfeitas, não é? Agradeço a presença de todos em nome de toda a Comissão.

Agradeço todo o suporte que nos foi dado pela equipe técnica, e, não havendo mais nada a tratar, encerro a presente reunião.

Muito boa tarde!

(*Iniciada às 14 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 40ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2023, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, PLENÁRIO VIRTUAL DE COMISSÃO.

Às nove horas e três minutos do dia vinte e seis de junho de dois mil e vinte e três, no Plenário Virtual de Comissão, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Izalci Lucas, Paulo Paim, Wellington Fagundes e Esperidião Amin. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Teresa Leitão, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Romário, Laércio Oliveira e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 21/2023 - CE, de autoria Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Finalidade:** Discutir o novo PNE segundo os trabalhadores da educação e os estudantes. **Participantes:** Sr. Heleno Manoel Gomes Araújo Filho, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); e Sra. Jade Beatriz, Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/06/26

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 40ª Reunião da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão de Educação e Cultura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 26 de junho de 2023.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de, abrem-se aspas: "Discutir o novo Plano Nacional de Educação segundo os trabalhadores da educação e os estudantes, em atenção ao Requerimento 21/2023, da Comissão de Educação".

Participarão desta reunião, de forma virtual, os seguintes convidados: o Sr. Heleno Manoel Gomes Araújo Filho, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), a quem já damos as boas-vindas também. O Sr. Heleno vem participando ativamente, como representante da CNTE e também como Presidente do Fórum Nacional de Educação, hoje, como Presidente da CNTE, ativamente, em todos os debates na Comissão de Educação; e a Sra. Jade Beatriz, Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, a quem também damos as boas-vindas já, muito importante.

Alguém poderia perguntar sobre os estudantes da União Nacional dos Estudantes (UNE). Eu quero destacar que, de fato, a UNE tinha o seu nome, como de hábito também, aprovado, porque é muito importante a participação da UNE sempre. Mas houve algum problema de comunicação, porque não conseguimos esse contato com a entidade. Por isso não está havendo essa participação.

Informo também que foram convidados, além da UNE, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, com quem também o contato não foi possível de ser realizado, seja pela Comissão, seja pela assessoria do Senado.

Queremos destacar que sempre que aprovamos o requerimento numa Comissão, vários nomes são sugeridos, os demais Senadores e Senadoras também apresentam sugestões e naturalmente são acatadas, porque nós queremos fazer o debate sobre todos os assuntos da Comissão de Educação com o maior número possível de representação da sociedade, independentemente dos pontos de vista que as pessoas defendem para que, no final, ao apreciarmos o Novo Plano Nacional de Educação, tenhamos contribuições da sociedade como um todo.

Eu quero lembrar que o Executivo enviará ao Congresso Nacional a proposta do novo Plano Nacional de Educação. O atual se encerra em 2024, na metade do ano. Enviará a proposta para ser debatida e aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Nós estamos nos antecipando a esse debate. Esta já é a 6ª audiência pública agora, mas temos feito debates sobre o Plano Nacional de Educação também em outras audiências públicas. Semana passada, por exemplo, tivemos uma audiência muito interessante com a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, ocasião em que eles abordaram, tanto a Dra. Andressa, como o próprio ex-Presidente também. Falha-me o nome agora.

Heleno, ajude-me aí também com o nome do ... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É como você falou, mas o microfone está fechado. Mas, de qualquer forma, é grande amigo e grande liderança nacional.

O SR. HELENO MANOEL GOMES ARAÚJO FILHO (*Por videoconferência.*) – Abri o microfone.

É Daniel Cara, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Como?

O SR. HELENO MANOEL GOMES ARAÚJO FILHO (*Por videoconferência.*) – Daniel Cara.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – O Daniel Cara, lógico. Poxa vida, ele vai ficar bravo comigo...

O SR. HELENO MANOEL GOMES ARAÚJO FILHO (*Por videoconferência.*) – Vai nada! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – ... porque eu me encontro com ele regularmente e falo, mas aí também é um lapso de memória.

Mas, de qualquer forma, são dados muito interessantes, desagregados, como eles apresentaram, por estado, por região. Isso é muito interessante para ver como o Plano Nacional vem acontecendo, por exemplo, em comunidades quilombolas, em comunidades indígenas, em cada um dos municípios, nos estados, não só em termos nacionais.

Porque inclusive saiu hoje uma reportagem bem interessante sobre as creches. Nacionalmente, 7,2 milhões de crianças estão fora da creche; 2,5 milhões, 34%, não conseguiram a vaga, não estão em creche, porque seus pais não conseguiram a vaga.

Esse é um dado nacional. A Campanha Nacional pelo Direito à Educação, na audiência da semana passada, em relação às várias metas do Plano Nacional, apresentou os dados desagregados, de forma muito didática e muito interessante. E todo esse material está disponível no portal da Comissão.

E, além de tudo... É porque eu quero insistir com todas as pessoas que nos acompanham: em relação a qualquer audiência que é realizada na Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal, é elaborado um sumário, para que a pessoa tenha pelo menos uma síntese. Às vezes, algum ponto daquele sumário interessa e todo o material – notas taquigráficas, apresentações, projeções que tiverem sido feitas –, tudo está disponível no portal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque, às vezes, a gente... Já aconteceu comigo mesmo, presidir uma audiência pública e depois pensar: "Poxa, eu quero escutar de novo o que a pessoa falou e me aprofundar em alguma coisa que eu faça uma relação depois com outros dados". É por isso que todo o material está disponível e teremos um relatório bem detalhado sobre as oito audiências – esta é a sexta, sétima –, seriam sete audiências públicas especificamente sobre o plano do Daniel Cara e da Dra. Andressa Pellanda, que participou.

Foi uma análise dos nove anos, porque no ano passado tivemos uma sessão temática sobre os oito anos. Então, nove anos, e, no ano que vem, os dez anos.

Muito bem. Feita essa introdução, o relatório de hoje, com todas as manifestações do Dr. Heleno e da Jade, estará disponível no portal, assim como qualquer apresentação que for utilizada pelos expositores.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será, como sempre, interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

Quero dizer que já vieram algumas perguntas, que eu passo a ler.

Cosme da Silva, do Espírito Santo: "[...] o novo PNE vai incluir a valorização do professor em Designação Temporária". Este é um drama no Brasil que o Cosme da Silva levanta muito bem. Todos nós desejamos concursos, planos de carreira, salários, e há muita designação temporária, às vezes mais designações temporárias do que concursados.

Aline Paula, do Rio de Janeiro: "Por que manter esse novo ensino médio que não valoriza a educação gratuita e só aumenta o abismo entre pobres e ricos?".

Quero lembrar para a Aline que, além de todo o debate que vem sendo feito na Comissão de Educação, nós temos uma Subcomissão específica para análise do Novo Ensino Médio, presidida pela Senadora Teresa Leitão. É uma coisa muito importante. Várias audiências estão acontecendo nesse sentido, mas isso faz parte também do debate do Plano Nacional de Educação.

Carmen Lúcia, do Rio de Janeiro: "Tem que olhar para a educação como um todo, pois [...] [alguns] funcionários ganham [...] menos que o mínimo e precisam de um piso salarial justo".

Não é, Heleno? Bem direcionado também para a CNTE.

Cosme da Silva, de novo, do Espírito Santo, não pergunta, mas comenta: "Sugiro que, no novo Plano Nacional de Educação, as escolas públicas da rede estadual e municipal tenham cozinha experimental, de acordo com o método Montessori". É o comentário dele.

Edinez Arruda, do Rio de Janeiro: "Os funcionários das escolas precisam desse plano. Estamos com salários defasados, sem nenhum investimento". É o comentário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Perguntas ou comentários.

Então, também é importante isso.

Muito bem. Então, a gente sempre tem uns 15 minutos, prorrogáveis por mais 5, mas também podem ser prorrogados um pouco mais.

Agradecemos, de novo, a presença, então, do Dr. Heleno, Presidente da CNTE, e da Jade Beatriz, Presidente da Ubes (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas).

Começamos com você, Jade.

Jade Beatriz, Presidente da Ubes.

Seja muito bem-vinda! Só não estou vendo a sua imagem...

Agora, o som está certo. A imagem... (*Pausa.*)

A SRA. JADE BEATRIZ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador.

Vou ligar aqui a câmera para o senhor poder me ver.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Eu, pelo menos, não...

Agora, sim. Agora estamos vendo ao vivo e a cores.

A SRA. JADE BEATRIZ (*Por videoconferência*.) – Primeiro, quero saudar este espaço, valorizar a importância que momentos como este têm de falar sobre qual o modelo educacional, qual o modelo de ensino básico hoje nós precisamos ter no nosso país e qual o modelo que nós temos hoje.

Quero saudar também o Prof. Heleno, grande parceiro nosso nas lutas em defesa da educação.

Quero falar que, quando a gente fala sobre o Plano Nacional de Educação, a gente precisa falar sobre o que hoje a gente tem na escola pública, o que hoje a gente tem nas creches e o que está faltando.

E, antes de tudo isso, a gente precisa falar sobre um Plano Nacional de Educação que consiga dialogar com o que está acontecendo, mas que também consiga ser cumprido. E aí eu acredito que a gente precise fazer, inclusive, uma comparação com o que foi o último Plano Nacional de Educação, com o que deu certo, com o que não deu certo e identificar quais são os principais desafios que hoje a gente tem no ensino básico.

Nas perguntas já abordaram várias coisas, já falaram sobre a questão do Novo Ensino Médio, sobre como isso acaba afetando a juventude brasileira, como isso acaba afetando os próprios estudantes dentro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da escola, entre várias outras coisas. A gente fala sobre a estrutura escolar, que hoje está tão defasada e precisa melhorar; sobre o piso salarial dos professores, que precisa ser ampliado.

Então, assim, hoje nós temos vários desafios em relação ao acesso à educação, sobretudo ao principal, e acredito que seja um dos mais importantes, que é o ensino básico, em relação a você conseguir estudar em uma escola de qualidade que tenha matérias que são extremamente importantes, que não sejam retiradas do currículo, que consigam cumprir a sua função de fazer o que é primeiro acesso ao debate público para, inclusive, você conseguir formar o seu pensamento crítico.

É preciso ter noção de que o ensino básico precisa ter uma estrutura que consiga minimamente dar espaço para esses estudantes. O que a gente vê hoje dentro da escola pública é esta dificuldade: é escola que não tem banheiro, é escola de onde muitas vezes o aluno volta para casa por conta da falta de água, da falta de professores. Então eu acho...

E quando a gente fala sobre o que é o novo Plano Nacional de Educação, a gente precisa falar sobre o financiamento, inclusive, da educação pública, o que acredito que ainda hoje seja um desafio, por mais que a gente tenha vivido todos os avanços que viveu. Então, trata-se de garantir esse investimento, garantir orçamento para que possam ser executadas políticas públicas dentro do que é o ensino básico independentemente das mudanças. E aí eu acho que precisa ser aberto, publicamente, o debate das transformações que vão acontecer dentro do ensino básico.

Então, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas tem muito a acrescentar nesse debate, a falar sobre quais são os nossos principais desafios. E eu acho que nosso principal desafio agora, além de fazer um balanço do que foi o último Plano Nacional de Educação, é construir um que consiga ser executado, porque o último não conseguiu atingir a maioria das metas colocadas. Trata-se de falar sobre creche, falar sobre a escola pública, falar sobre a universidade pública e falar sobre qual é o Brasil que a gente quer ter a partir do Plano Nacional de Educação. Isso pode ser conversado e fazer sentido, porque eu acho que hoje este é o nosso principal desafio: para além de pensar o Plano Nacional de Educação, garantir que ele consiga fazer sentido, consiga condizer com a realidade que hoje a gente tem no Brasil e que as metas consigam ser cumpridas.

É que, quando a gente fala sobre isso, a gente está falando sobre uma série de coisas que hoje a gente tem como obstáculos que precisam ser superados, mas existe uma certa dificuldade. Então, acredito que seja isso.

A gente tem vários desafios, inclusive o de entender que a escola pública é um instrumento que precisa ser de combate às desigualdades sociais, de combate ao que a gente vem vendo durante os últimos anos, o que hoje não é uma realidade, a partir das diversas transformações por que a educação passou, as diversas reformas, inclusive a própria reforma do ensino médio, que dificulta que isso aconteça. Então, a nossa opinião é esta: a gente precisa falar sobre o novo Plano Nacional de Educação a partir dos desafios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que hoje a gente tem, mas fazer com que as metas consigam ser cumpridas, a partir dos desafios que a gente tem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Muito bom, Jade Beatriz, Presidente da Ubes (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas). Você levantou inúmeros pontos muito importantes.

Você sabe, Jade, que nós tivemos, durante a pandemia, uma Subcomissão da Comissão de Educação que se denominava Educação na Pandemia. E os itens levantados coincidem muito com o que você colocou. Um deles, por exemplo, e nós escutamos todas as entidades, o Heleno inclusive, escutamos vocês também, a UNE, campanhas, movimentos sociais, e um dos itens era "acesso à escola", quer dizer, tem que ter acesso à escola, inclusive com programas de busca ativa de estudantes, buscar os alunos, incentivar os alunos, achar mecanismos para que as crianças, jovens e adolescentes vão para a escola. Transporte escolar de barco lá nas ilhas, lá no Norte do Brasil, ou ônibus, acesso; permanência na escola, então, uma escola boa, agradável, acolhedora, bonita, quer dizer, permanência; educação em tempo integral; saúde mental, que tanto se coloca hoje também e sempre deve ser colocado, promover; a infraestrutura é outro item que você levantou, tem que ter banheiro, água potável, esgotamento sanitário, biblioteca, quadra de esportes, quer dizer, infraestrutura boa, adequada, tem que ser o prédio, eu sempre digo, mais bonito da comunidade. Outro item que foi colocado é a valorização dos professores e dos profissionais da educação, quer dizer, você levantou isso também. Outra coisa muito colocada naquela época também, três aspectos, um dele é a conectividade: aprovamos legislação, recursos, e não temos os dados ainda adequados para dizer como a internet de qualidade está chegando. A grande maioria dos professores e profissionais fala que a internet é de baixa qualidade quase na totalidade das escolas, 84%, 85% dizem que é de baixa qualidade, mas ter o material, internet na casa do aluno, a recomposição da aprendizagem, que foi um item, por causa da pandemia. Uma criança que tenha entrado, em 2020, no primeiro ano do ensino fundamental, quando voltou – porque, em 2020, fechou tudo; em 2021, alguma coisa voltou –, então essa criança voltou no terceiro ano. Quer dizer, entrou no primeiro e voltou no terceiro. Entre o primeiro e o terceiro, ficou remoto. Mas, dando sustentação a tudo isso, é o que você falou mesmo: orçamento, financiamento.

Agora, sobre as metas, o que o pessoal, na semana passada, falou é que a gente tem que achar mecanismos para que as metas sejam perseguidas e cumpridas. Por que isso? Porque, se a gente não imaginar... E até a gente lembrou uma frase do Frei Leonardo Boff que dizia que, se a gente não pensar no impossível, a gente não atinge nem o possível. Não é verdade? A gente tem que ter uma meta ousada, mais ousada, porque senão você não faz nem o que pode ser feito. Até tem uma outra frase que fala que a pessoa não sabia que isso era impossível, foi lá e fez. Não sabia que era impossível, foi lá e fez.

Mas tudo isso você abordou muito bem, Jade. Não sei se quer acrescentar alguma coisa a mais, mas foi uma fala muito boa e muito animada, e você tem que liderar também os estudantes secundaristas de maneira bastante entusiasmada, como é o seu feitio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JADE BEATRIZ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Inclusive, Senador, a gente faz o debate.

Você falou sobre o ensino em tempo integral, e isso é muito importante, porque hoje ainda é um desafio para a gente falar sobre o modelo da escola em tempo integral. O estudo de escola em tempo integral sofreu toda essa política pública, mas a gente tem um grande desafio que é conseguir fazer com que os estudantes que estão no mundo do trabalho consigam permanecer dentro da escola. Então, a gente faz justamente essa análise de que o ensino em tempo integral é extremamente importante e cumpre uma tarefa de conseguir manter o estudante de escola pública mais tempo na escola, com mais grades curriculares, com mais possibilidades, inclusive, de aprendizagem. Só que existe uma necessidade da permanência desses estudantes dentro da escola.

A gente fala muito sobre o que é a volta do Bolsa-Escola, sobre o que é, inclusive, uma bolsa de assistência estudantil do ensino básico para a garantia desses estudantes dentro da sala de aula, porque a gente sabe que é muito importante. Inclusive falar qual é o papel que a merenda escolar hoje cumpre dentro das escolas públicas, que é o de alimentar esses estudantes, que, muitas vezes, só conseguem ter uma alimentação, de fato, dentro da escola.

Entendemos que estamos superando um momento de crise ainda, que o subemprego acaba batendo à porta da juventude brasileira, sobretudo da juventude negra, sobretudo da juventude que hoje está dentro da escola pública e que tem esse desafio de conseguir ter acesso à educação, de ter acesso ao ensino básico.

Então, falar sobre isso eu acredito que seja muito importante, acabou passando pela minha fala, mas eu acredito que nós precisamos nos preocupar com isto: a permanência dos estudantes que estejam dentro da escola de tempo integral. Inclusive, precisamos falar sobre o desafio do que é a conectividade, não só dentro da sala de aula. E aí a gente fala sobre a internet, dentro da escola, e isso vai para além do que é simples.

E é muito importante a gente falar isso, que hoje existem estudantes que não têm energia em casa, por exemplo, que moram em casas localizadas em bairros que não têm saneamento básico, que é o mínimo.

Então, quando a gente fala sobre conectividade, isso supera o que é o acesso à educação para além da sala de aula, e é importante falar sobre isso. A conectividade é você ter material, você ter dignidade de conseguir ter acesso à internet, e isso ser um instrumento de democratização do acesso à educação.

Eu acho que isso foi bem colocado pelo senhor, Senador. Eu só queria "brifar" mais sobre isso, em relação à conectividade – que é extremamente importante – e ao ensino em tempo integral e os desafios que ele apresenta, apesar de ser um grande avanço para a gente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – É. É muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, viu, Jade? Fui muito bem complementado por você.

Parabéns pelo trabalho.

E a Comissão de Educação sempre fica à disposição da Ubes. A voz de vocês, as ideias, iniciativas, sugestões, são sempre muito bem-vindos e bem-vindas, está bom?

Passo, em seguida, a palavra ao Heleno Manoel Gomes Araújo Filho, que é Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Com a palavra, Heleno, a quem agradeço novamente a presença.

O SR. HELENO MANOEL GOMES ARAÚJO FILHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado.

Eu que agradeço o convite, Senador, de estar aqui, mais uma vez, na Comissão de Educação, participando de mais um debate importante para a educação pública do nosso país.

Eu quero saudar o Senador Flávio Arns, o Senador Esperidião Amin – que vejo aqui na tela também –, e, ao saudá-lo, saudar todos os Senadores. Quero cumprimentar a Senadora pernambucana, Teresa Leitão, e, ao saudá-la, quero saudar também todas as Senadoras. Um forte abraço para a Jade, a nossa estudante, nossa comandante no movimento estudantil, junto com a Ubes.

O motivo, Senador Flávio Arns, da nossa existência, do nosso trabalho, é ter os estudantes no processo de formação cidadã, porque nós lutamos neste país para garantir que, nesse exercício da cidadania, possamos ter vida com dignidade, com justiça, com direitos humanos para todas as pessoas do nosso país, e ainda temos muito a fazer pela frente.

Quero também mandar um forte abraço a todas as pessoas que nos acompanham em linha, que estão nos acompanhando em nome do Cosme, da Aline, da Cármen, da Edinez, que já se manifestaram, já colocaram comentários e perguntas que são importantes para as nossas reflexões.

Senador Flávio Arns, eu acho que esta audiência tem grande importância, porque, há muitos anos, nós tentamos construir coletivamente os planos de educação e, nesse terceiro Plano Nacional de Educação, em que eu me sinto envolvido e participando efetivamente, nós entramos também em outro momento, em uma outra conjuntura.

Eu me lembro da minha participação, também representando a CNTE, nos congressos de educação promovidos pelas entidades da sociedade civil, do movimento educacional, lá no quarto ou quinto Comeds, o trabalho que nós realizamos para formatar uma minuta de Plano Nacional de Educação, devido ao atraso desta lei tão importante para a educação brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, indicava, naquele momento, um prazo de um ano para que fosse enviado ao Congresso Nacional um Plano Nacional de Educação, para planejar e dar um processo de continuidade às políticas educacionais do nosso país, tanto para atender à demanda do povo brasileiro com relação ao direito à educação quanto para garantir a valorização dos profissionais da educação, uma qualidade social à educação pública brasileira.

No entanto, o plano só foi aprovado em 2001, depois de uma ampla mobilização, e um plano que foi disputado, vamos dizer assim, no Congresso Nacional, por um outro plano, originário do gabinete do Ministério da Educação, sem um diálogo com as entidades representativas da sociedade civil, sem uma conferência de educação para debater um tema tão importante para cada município, para cada escola pública do nosso país, também para a escola privada, e tanto para a educação básica, profissional e superior.

Passado esse período, nós tivemos um plano com muitas metas e nós tivemos a dificuldade no financiamento. Já sofreu veto após a aprovação do Congresso Nacional, quando indicava 7% do PIB (Produto Interno Bruto) para investir em educação, e o Presidente da época vetou o financiamento e não desenvolveu, dentro do Ministério da Educação, uma política de incentivo à elaboração dos planos estaduais, distrital e planos municipais da educação.

Isso fez com que dez anos de um Plano Nacional da Educação, de 2001 a 2011... Passado esse período, nós lamentamos o plano não ter saído do papel.

Não saiu do papel porque o financiamento não foi garantido, na perspectiva de apontar essas políticas; não saiu do papel porque não houve incentivo nem coordenação por parte do Ministério da Educação, para que os planos municipais, estaduais e distrital também fossem elaborados, porque nós só vamos alcançar as metas e as estratégias do Plano Nacional da Educação quando alcançarmos as metas e as estratégias dos planos municipais de educação. É um processo que deve começar de baixo para cima. E, ao alcançar as metas e estratégias do plano municipal, vamos alcançar as metas e a estratégias do plano estadual e chegaremos a alcançar também as metas do Plano Nacional de Educação.

O segundo plano de que eu participei, de forma muito forte também, é esse plano atual, que acaba no ano que vem, 2014-2024, que já teve outra formatação no seu processo de elaboração, um plano que foi amplamente discutido em uma conferência nacional de educação, com as suas etapas municipais, estaduais, distrital e nacional. Foram mais de 4 milhões de pessoas envolvidas, debatendo e discutindo propostas para as políticas educacionais do nosso país.

E, quando o projeto de lei do Plano Nacional de Educação chegou ao Congresso Nacional, em novembro de 2010, nós tivemos um processo de efetiva participação, porque, em abril de 2010, nós realizamos a Conferência Nacional de Educação (Conae 2010), e essa conferência produziu um documento final com propostas fortes, importantes e necessárias para as políticas educacionais do nosso país. Passamos aí três anos e meio debatendo e discutindo esse tema no Congresso Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A partir do ingresso do projeto de lei, em novembro de 2010, até a sua aprovação, em junho de 2014, nós participamos, efetivamente, com o Fórum Nacional de Educação, criado em 2010, do processo de debate, de discussão, de apresentação do documento final da Conae e, hoje, desde quando ele foi aprovado, nós afirmamos que, de 20 metas, 17 metas têm as nossas digitais; em 17 metas, as propostas foram concretizadas dentro das propostas apresentadas pelo movimento educacional brasileiro.

Então, foi um plano sobre o qual nós criamos muita expectativa, para que, nos dez anos de sua existência, pudéssemos mudar o cenário da educação brasileira. No entanto, mais uma vez fomos interrompidos no processo. Em 2015, em que havia um prazo de um ano para que os municípios, estados e o Distrito Federal tivessem planos de educação, isso foi concretizado, corrigindo a falha do plano anterior. A própria aprovação da Meta 20, de se alcançar 10% do Produto Interno Bruto para investir em educação, concretizada na conquista do Congresso Nacional, sem veto pela Presidente da República, fez com que a perspectiva do financiamento dos recursos necessários para atender a essas demandas fosse aplicada em nosso país durante os dez anos. E, em 2015, com o trabalho que a Sase/MEC – que é a Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino e o MEC – fez, criando comissões técnicas dentro dos estados... E essas comissões técnicas ajudaram a formular os planos municipais de educação, os planos estaduais de educação, o Plano Distrital de Educação. Isso fez com que todos os estados tivessem planos e mais de 99% dos municípios tivessem um plano de educação.

Então, foram dois movimentos distintos para tentar corrigir as falhas do passado e fazer com que o Plano Nacional de Educação saísse do papel e fosse colocado em prática.

No entanto, em 2016, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, que continua ainda em vigor e aponta que, até 2036, não haveria novos investimentos em políticas públicas, limitando o percentual da inflação do ano anterior para se investir em políticas públicas, entre elas a educação, isso trouxe um impacto muito forte para dentro do Plano Nacional de Educação. Primeiro, limitou os recursos necessários para se aplicar as políticas, e, não tendo os recursos necessários, voltou-se a não ter uma coordenação, por parte do Ministério da Educação, que estimulasse a que os estados e municípios pudessem executar essas políticas e fazer com que o Plano Nacional de Educação saísse do papel. Resultado: comemoramos, neste mês, agora, no dia de ontem, 25, nove anos da existência da lei, e, como a Jade já anunciou e como o próprio Senador Flávio Arns trouxe aqui os dados que a Campanha Nacional pelo Direito à Educação trouxe no debate anterior, na audiência anterior, que mostram que não conseguimos tirar essas políticas do papel e colocá-las em prática, isso faz com que escutemos ainda, Senador Flávio Arns, essas questões levantadas pela Cármen, pela Edinez, com a preocupação com o piso, a carreira do conjunto dos profissionais da educação.

A preocupação que o Cosme traz: mesmo que nós tenhamos a Constituição Federal, que determina que o ingresso no serviço público é exclusivamente por concurso público, nós temos aí um excessivo número de contratações temporárias ou designações temporárias, como são chamadas em alguns estados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essas são as grandes preocupações colocadas quando estamos debatendo o próximo Plano Nacional da Educação, o novo Plano Nacional de Educação, até porque a própria Lei do Plano Nacional da Educação, hoje, diz que, seis meses antes do penúltimo ano do Plano Nacional de Educação, o Governo Federal deveria ter enviado um projeto de lei para trabalhar o próximo Plano Nacional da Educação, e esse prazo venceu em dezembro de 2022. Então, até dezembro de 2022, a gente deveria já estar aqui, Senador, debatendo em cima de um projeto de lei, que a Conae de 2018 pudesse ter feito uma avaliação daquele período e que a Conae de 2022 pudesse se debruçar, de forma mais efetiva, sobre o Plano Nacional da Educação, e, a partir dessa avaliação, a partir desse diagnóstico, apresentasse uma nova proposta.

Só que a Conae não cumpriu esse papel, porque também o Fórum Nacional de Educação teve reduzida a sua participação. Na Conae de 2010, o Fórum Nacional de Educação original tinha 50 entidades nacionais participando, 39 titulares, 11 suplentes. A partir de 2017, ela sofreu uma redução para 25 entidades participando. Por exemplo: a Contee, que foi convidada para esta audiência pública, foi sumariamente retirada do Fórum Nacional de Educação; a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, a Anped, que coordenava uma das comissões da conferência, foi sumariamente tirada do Fórum Nacional da Educação; e a Central Única dos Trabalhadores, que coordenava a outra comissão especial permanente no fórum, também foi retirada do Fórum Nacional da Educação.

Então, isso fez com que as conferências, a Conae 2018 e a Conae 2022, não contassem com a efetiva participação das entidades representativas dos segmentos e dos setores da educação, entidades que, desde os anos 80, lutam pela perspectiva de ter uma política educacional de forma permanente e contínua em nosso país – não participaram da Conae de 20188 e da de 2022 –, resultando em um documento que não ajuda a formular o novo Plano Nacional de Educação.

Então, isso é bastante preocupante, porque, no nosso caso, como a audiência foi chamada para isso, na visão dos trabalhadores e das trabalhadoras em educação, nós não conseguimos avançar muito.

E eu quero, neste momento, Senador Flávio Arns, destacar quatro metas desse processo com os dados que nós coletamos do 4ª Ciclo de Monitoramento feito pelo Inep.

O Inep, pela Lei do PNE, tem a responsabilidade de acompanhar, monitorar esse Plano Nacional de Educação, e fez isso durante o período. Então, no seu 4° Monitoramento, o acompanhamento que o Inep fez nos traz dados preocupantes, já levantados aqui pelas pessoas que estão nos acompanhando nesta audiência pública.

Na Meta 15, por exemplo, do Plano Nacional de Educação, nós tratamos de um prazo de um ano para criar a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação. E é importante que as pessoas que nos acompanham entendam: há um conceito de profissionais do magistério, que envolve professoras e professores e há o conceito de profissionais da educação, que envolve o porteiro da escola, a merendeira da escola, o assistente administrativo, todo aquele grupo de pessoas que são trabalhadoras e trabalhadores que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atuam na escola pública, municipal, estadual e federal, que são trabalhadoras e trabalhadores em educação, congregados, que se juntam na nossa confederação, que é a CNTE, porque nós entendemos que a formação cidadã dos nossos estudantes começa com o porteiro da escola, e, ao começar com ele, ele tem que ser um profissional da educação, ele tem que ter um curso na área da educação, ele tem que ser concursado, ele tem que ter um piso salarial, ele tem que ter a carreira profissional. É essa a valorização que nós reivindicamos historicamente. Por isso, a Meta 15 trata da política nacional de formação dos profissionais e das profissionais em educação, que, infelizmente, até hoje não foi executada, não existe essa política nacional, congregando, trabalhando essa ação coletiva desses profissionais da educação.

A Meta 15 também fala que, durante esses dez anos, nós deveríamos ter 100% dos professores formados em nível superior, e os dados do Inep no monitoramento mostram o seguinte, Senador Flávio Arns: na educação infantil, nós só alcançamos 60,7% com formação de nível superior daqueles que atuam na educação infantil; nos anos iniciais do ensino fundamental, 71,2%; nos anos finais do ensino fundamental, 58,5%. É o índice mais baixo que nós temos de não formação de nível superior para atuar lá do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, um momento muito importante das crianças e dos jovens no processo da sua formação básica geral; e no ensino médio, 66,6%.

Então, veja que isso mostra o grande desafio colocado para o novo Plano Nacional da Educação 2024/2034, que é o percentual de adequação dessa formação em nível superior que precisa ser incrementado em nosso país.

Também o estudo do Inep mostra o quanto é necessário incrementar. Por exemplo, é necessário que haja um crescimento médio anual na educação infantil para que todos alcancem a formação superior, como determina a Meta 15, de 13,10 pontos percentuais, em média, isso é o que deveria crescer para se poder alcançar a Meta 15, que termina no próximo ano. Para os anos iniciais do ensino fundamental, 9,6 pontos percentuais seriam necessários para essa formação. Nos anos finais do ensino fundamental, 13,83 pontos percentuais em média por ano para alcançar a Meta 15, repito, que acaba no próximo ano. E para o ensino médio, ainda 11,13 pontos percentuais.

Então, vejam o desafio que está posto ao pensar o novo Plano Nacional de Educação com base em um plano que não conseguiu alcançar a meta da formação superior aos professores e professoras do nosso país.

Na Meta 16, fala-se que 50% dos professores deverão ter pós-graduação e uma política de formação continuada para todos os profissionais de educação; ou seja, reafirma o que diz a Meta 15. Essa meta aponta a perspectiva de ser atendida, já que, em 2021, 44,7% dos professores já possuíam a pós-graduação, muito concentrada na especialização – são 40,7% com a especialização; 3,3% com mestrado, e apenas 0,8% com doutorado. Mas esses números apontam a perspectiva de alcançar esses 50%, mantendo esse ritmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, corremos o risco de, na próxima década, ficar estagnado esse processo da pós-graduação. Por quê? Porque muitos estados, Senador Flávio Arns, estão achatando a carreira de professores e professoras. Eu sou de Pernambuco e aqui se está debatendo um projeto de lei em que o piso salarial dos professores, que é para a formação normal médio, a Governadora do estado quer pagar para professor com especialização. Eu vejo prejuízo do achatamento na carreira. O piso é para o normal médio. Eu tenho a graduação, a licenciatura e, depois, eu tenho uma especialização. Então, se o projeto de lei for aprovado aqui em Pernambuco, esse professor com especialização vai receber o piso de um professor com normal médio, que não tem formação superior. Esse achatamento na carreira vai trazer um desestímulo muito grande a nossa profissão com a perspectiva da pós-graduação e afastar ainda mais a juventude da nossa profissão.

Na Meta 17, que fala de equiparar a média salarial do professor com outras profissões, com a mesma formação, também não foi alcançada. A meta era para ser alcançada em 2020, essa equiparação. Em 2012, nós professores e professoras recebíamos 65,2% da média salarial de outros profissionais. Em 2021, esse percentual subiu para 82%. Mas ele subiu devido à perda de 16% do poder de compra de outros profissionais.

Só para a gente ter uma ideia, o rendimento bruto do professor, mesmo com a Lei do Piso, nesse período de 2012 a 2021, foi de 6,2%, enquanto que a inflação desse período foi de 64,9%. Então, isso traz um achatamento salarial muito grande.

Por fim, a Meta 18, que trata do piso salarial de carreira para o conjunto dos profissionais da educação, as perguntas que aqui são feitas pela Aline, pela Carmen e pela Edinei confirmam isso. Nós temos a Meta 18, que não saiu do papel.

Só para fechar, Senador Flávio Arns, essa Meta 18 diz que o piso e a carreira têm que ser com referência ao inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal. Eu quero chamar a atenção para o seguinte: esse piso para os profissionais da educação – porteiro, merendeiras professores e administrativos – foi alterado na Constituição Federal em 2007, quando ele foi incluído lá pela Emenda Constitucional 53, de 2006. Então, são 16 anos. Repito: são 16 anos que a exigência está na Constituição Federal, um período que daria um plano nacional e meio, e nunca foi enviado ao Congresso Nacional o projeto de lei de piso e carreira para o conjunto da nossa categoria, para os profissionais da educação terem a valorização necessária. Então, a pergunta que fica é: será que o novo Plano Nacional da Educação será só um plano num papel ou, de fato, vamos ter uma década para tentar tirar do papel e colocar em prática políticas importantes para a educação brasileira?

Obrigado. Desculpe me alongar no tempo, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço, Heleno Araújo, Presidente da CNTE (Confederação Nacional dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trabalhadores da Educação). Não extrapolou o tempo, estava bem dentro do tempo. E mesmo que não estivesse, as informações que você passa, a reflexão que você faz são essenciais, muito importantes.

De fato, esses são desafios. Numa outra audiência pública sobre o PNE, inclusive com a participação do Daniel Cara, pesquisador da USP, que representava a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a pergunta que foi feita foi no sentido de continuidade ou de ruptura. Quer dizer, tivemos o primeiro plano, como o senhor colocou, o segundo plano, e agora uma continuidade ou a ruptura. O Daniel Cara, e inclusive outras pessoas, defendem, obviamente, uma reflexão sobre o que aconteceu, como a Jade colocou hoje, o que deu certo, o que foi possível, o que não foi, mas no sentido de persistência na continuidade, porque, se está no plano, temos que alcançar também esse sentido de obtenção dessa meta colocada no plano.

Eu fui Secretário de Educação aqui no Paraná, de onde eu estou falando hoje – hoje à tarde vou estar em Brasília também –, e uma das preocupações nossas, sem dúvida, sempre foi na questão de valorização dos profissionais para que os jovens tenham carreira, tenham piso, tenham progressões, se eles tiverem uma especialização, mestrado, doutorado, que possam avançar na carreira. E esse achatamento, de fato, preocupa muito. Inclusive, naquele período, chamamos, em termos de concursos, mais de 20 mil profissionais no Paraná concursados com plano de carreira, e muitos eram liberados para fazerem o mestrado, o doutorado.

Inclusive, é importante a gente ter a sigla mestrado, doutorado, porque no Paraná nós tínhamos e temos algo muito importante, que é o PDE (Programa de Desenvolvimento Educacional). Na nossa época era uma liberação de dois anos – no primeiro ano, liberação total e, no segundo ano, liberação de 75% da carga horária. Eu até dizia: poxa vida, a gente pode ter o mestrado, quer dizer, mudar o nome de PDE, ser mestrado. Por quê? Porque alguém lá no Japão, na China, seja onde for no mundo, sabe o que é mestrado, doutorado, mestrado profissional, coisas semelhantes. E às vezes a gente muda o nome e o nome é só compreensível para nós, do Paraná. Mesmo dentro do Brasil não fica compreensível. E às vezes as taxas de 3% de mestrado e 1% de doutorado, ou 0,8% que você mencionou, de fato são afetadas.

Agora, há uma tendência muito difícil de desconsiderar os profissionais da educação. Você pensa nos professores e nos demais, que são educadores, a começar pelo motorista. O motorista vai lá e tem que ter uma visão educacional, de apanhar a criança, o adolescente, no ônibus, tem que entender disso, ser valorizado por isso; o porteiro, a merendeira, a bibliotecária, tanta gente. É um conjunto educacional.

Eu só queria perguntar algo para você, Heleno, só para saber se você tem um dado, porque uma das coisas assim difíceis que vem acontecendo é justamente essa precarização, ou seja, a terceirização dos profissionais de educação.

Ao mesmo tempo, em termos de professores, o que até foi colocado numa das perguntas e comentários, o processo seletivo simplificado; ou seja, você não faz mais concursos, você contrata o professor por um ano, dois anos, o que a lei permitir. Depois, você tem que recontratar; ou seja, isso impede

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de você proporcionar aos profissionais da educação, por exemplo, programas de formação continuada, além da inexistência de um plano de carreira, como você mencionou, para os profissionais da educação.

Então, como está essa questão nacionalmente? Você tem a visão nacional dessa contratação de professores por um sistema seletivo, simplificado? No Paraná, é PSS (Processo Seletivo Simplificado). Quero dizer que é importante. Quando alguém fica doente, você tem que ter um substituto. Se alguém está grávida, quer dizer, tem que ter um substituto. Se há um problema, imediatamente. Porém o precário acabou ficando permanente; ou seja, o professor está lá o ano todo, dois anos seguidos, três anos seguidos, e sem, pelo menos, a busca de um concurso.

Você poderia só dar uma visão de Brasil para a gente nesse sentido?

O SR. HELENO MANOEL GOMES ARAÚJO FILHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Perfeito, Senador.

É importante isso. É um debate recorrente. A Deputada Estadual Izabel Noronha, a nossa Bebel, que também é Presidente da Apeoesp – que teve eleições agora há pouco –, foi conselheira do Conselho Nacional de Educação indicada pela CNTE e por outras entidades. Durante aquele período, ela fez um esforço muito grande para aprovar as resoluções das diretrizes de carreira para professores e diretrizes de carreira para os funcionários da educação.

Eu lembro isso a partir da sua pergunta, Senador, porque, lá, nas diretrizes de carreira dos professore e professoras, está colocado na resolução do Conselho Nacional de Educação que esse percentual, no nosso caso aqui de Pernambuco chamamos de contratações temporárias, alcance no máximo 10%, para justamente cuidar desses casos que o senhor citou, uma licença prêmio, uma licença médica, uma licença para acompanhamento de parente, aqueles casos especiais que você cumpre no máximo com 10% dessa contratação temporária.

O que acontece com professores e professoras é que os estados não cumprem. Acho que só dois estados do nosso país conseguem ficar dentro desse percentual. O restante extrapola, com 15%, 46% de contratações temporárias, designados. Têm estados que têm 80% do seu quadro de contratações temporárias ou designados ou por seleção simplificada, sem fazerem concurso público. E essa realidade se estende também para muitos municípios, inclusive, ainda temos municípios em que os profissionais são indicados pelos Vereadores daquela localidade, daquela região. Então, isso ainda permanece mesmo com a proibição que a Constituição Federal nos trouxe desde 1988. Mas essa prática é recorrente e isso aumenta esse número de indicações políticas, de designados. Faz-se uma seleção de posse simplificada ou mesmo contratação temporária, como é o caso aqui de Pernambuco.

Da perspectiva dos funcionários da educação, a diretriz de carreira lá do Conselho trata de chegar a 50% entre efetivos e temporários, já que é uma área em que o concurso de fato raramente acontece. Então, aí tem um percentual maior, mas esses serviços estão trabalhando mais na perspectiva da terceirização,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fortemente no portão das nossas escolas, no processo de limpeza das nossas escolas e na alimentação escolar. Então, há um índice de terceirização muito elevado nesse processo de contratação e nesses casos mais forte ainda a indicação política de Vereadores nesses espaços. Então, ainda estamos bastante atrasados com relação a esses dados, a esses números.

Houve, assim, uma tentativa, lá em 2005, quando nós conquistamos, Senador, o Profuncionário, um programa de formação continuada aos funcionários da educação. Ele tinha área de infraestrutura e meio ambiente, que é para o porteiro, para o pessoal da limpeza das escolas, tinha área de alimentação escolar, que era para as nossas merendeiras, infraestrutura, de dados, que é em tecnologia, que era o pessoal que ajudava os professores dentro da sala de aula e de secretaria escolar, também para ajudar os administrativos. O Profuncionário começou a funcionar por um período. Nós somos 1,9 milhão de funcionários da educação em todo o Brasil, nas redes estaduais e redes municipais, mas o período em que o Profuncionário funcionou – foi interrompido lá em 2016 – só formou cem mil profissionais, trabalhadores em educação. De 1,9 milhão, apenas cem mil foram profissionalizados. E nós temos aí 1,8 milhão que são trabalhadoras e trabalhadores da educação, mas não estão profissionalizados, como é o exemplo que o senhor deu do motorista que de fato ele sendo profissionalizado... (*Falha no áudio.*)

... de relação e de formação com esses estudantes. Então, há essa carência. E no caso dos professores, é a questão do Parfor, que funcionava em todos os estados e que também foi interrompido nesse processo da formação. Por isso, com relação àqueles dados da Meta 15, a gente não conseguiu dar conta de fazer a formação superior para esses professores. Com isso, o prejuízo aumenta e, o senhor lembrou bem, com esse número excessivo de contratação temporária, o estado não pode fazer investimento na formação, que é até proibido, porque você faz um investimento na formação para quem vai sair, para quem não vai ficar no estado... Esse é um investimento que o secretário de educação – e o senhor conhece muito bem isso – não pode fazer, por mais que tenha boa vontade de ajudar aqueles que estão em contratação temporária, porque é proibido pela lei, fazer isso, porque traz um prejuízo à educação como um todo, ao processo de ensino e aprendizagem e de formação dos nossos estudantes.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Dr. Heleno Manoel Gomes Araújo Filho, pela participação. A CNTE é sempre muito bem-vinda. A Comissão de Educação e Cultura está permanentemente aberta para sugestões, contribuições, comentários, para a CNTE assim como para a Ubes, como eu já havia mencionado para a Jade Beatriz, que é Presidente – me desculpe – da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas e que participou também desta nossa audiência pública.

Agradeço, de novo, a vocês.

Agradeço a todos que acompanharam e acompanham, lembrando que todo o material está disponível no portal da Comissão, assim como um sumário, uma síntese que será feita com todas as informações prestadas. Às vezes não há tempo suficiente para as pessoas se dedicarem, mas, pela síntese, isso já pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direcionar para as notas taquigráficas, para o vídeo, para a repetição do que acharem importante; também à Secretaria, à Andréia e a todo o pessoal da Secretaria da Comissão; aos meios de comunicação do Senado, sempre disponíveis e solidários a esse grande debate sobre educação em nosso país.

Então, agradeço a todos, e, nada mais havendo a tratar, agradeço novamente a participação e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 05 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 41ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e quatro minutos do dia vinte e sete de junho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Ivete da Silveira, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Leila Barros, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Paulo Paim, Teresa Leitão, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Wellington Fagundes, Eduardo Gomes, Romário, Laércio Oliveira, Damares Alves e Esperidião Amin, e ainda do Senador Mecias de Jesus, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Carlos Viana, Cid Gomes, Jussara Lima, Augusta Brito, Carlos Portinho, Magno Malta e Astronauta Marcos Pontes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 36ª, da 37ª, da 38ª, da 39ª e da 40ª reuniões, que são aprovadas. O presidente comunica os documentos recebidos pela secretaria; e comunica que se encontram disponíveis no Portal da Comissão sumários das reuniões das Audiências. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 2256, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases de Educação – LDB), para dispor sobre normas gerais de segurança escolar." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas), nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5656, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, para modificar a definição de biblioteca escolar e criar o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Pela aprovação com três emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei n° 2201, de 2022** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para prever a instituição de Conselhos Escolares e de Fóruns dos Conselhos Escolares." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela rejeição das Emendas nº1 e nº2-PLEN. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei Complementar n° 199, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para proibir a limitação de despesas orçamentárias com bolsas e auxílios em instituições de ensino superior." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (MDB/PA). **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Pela aprovação, com uma emenda que apresenta. É acolhida a Emenda nº 1-CE, com a subemenda apresentada. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto, com as emenda n°1 - CE, nº 2 - CE e com a subemenda nº 1 – CE à emenda nº 1-CE. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2495, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a vedação de tarifas no âmbito do Sistema de Pagamentos Instantâneo (Pix) para o envio e recebimento de doações de pessoas físicas e jurídicas às organizações da sociedade civil e aos institutos de pesquisa sem fins lucrativos." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1045, de 2023 - Terminativo -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que: "Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para que sejam observados valores praticados em mercado ao se destinarem recursos para o pagamento de cachês a profissionais essenciais à execução de projetos culturais do segmento da dança clássica." **Autoria:** Senadora Ivete da Silveira (MDB/SC). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 10, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Inscreve o nome do Padre Cícero Romão Batista no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 2504, de 2022 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional do Artista Vidreiro." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim (*Ad hoc*), substituiu Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 1850, de 2021 - Terminativo -** que: "Denomina João Batista Menegatti o viaduto localizado na rodovia BR-282, na travessia urbana do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 1849, de 2021 - Terminativo -** que: "Declara manifestação da cultura nacional a tradição do uso, em romarias religiosas, do transporte conhecido como "pau de arara"." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 713, de 2023 - Terminativo -** que: "Concede ao Município de Ouro Fino, em Minas Gerais, o título de Capital Nacional da Política do Café com Leite." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 3534, de 2021 - Terminativo -** que: "Confere ao Município de Monte Sião, no Estado de Minas Gerais, o título de Capital Nacional da Moda Tricô." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 2209, de 2021 - Terminativo -** que: "Confere ao Município de Lagoa Dourada, no Estado de Minas Gerais, o título de Capital Nacional do Rocambole." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 60, de 2023** que: "Requer realização de audiência pública para debater propostas de melhoria na divulgação de microdados do Censo Escolar pelo Inep." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 63, de 2023** que: "Requer realização de audiência pública para debater o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos - Revalida." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia (PSD/RN). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 61, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de analisar os impactos do PL nº 5/2022. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante da Associação Protetora dos Animais do Distrito Federal (ProAnima); representante da Associação Protetora e Amiga dos Animais (ASPAAN - GO); representante da Associação Brasileira de Pirotecnia; representante da Associação Brasileira da Industrias de Explosivos." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 64, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 60/2023 - CE, seja incluídos os seguintes convidados: representante da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (FINEDUCA) e representante da ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em Educação." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 65, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os resultados da pesquisa sobre violência escolar realizada, entre os dias 9 e 10 de maio de 2023, pelo Instituto de Pesquisa Data Senado." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/06/27

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 41ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação e Cultura da 1ª Sessão Legislativa da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 36ª, 37ª, 38ª, 39ª e 40ª Reuniões, realizadas nos dias 20, 21, 22 e 26 de junho.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Alguns comunicados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro deles: Ofício da Presidência nº 373/2023, da Câmara Municipal de Ouro Fino, Minas Gerais, contendo moção de apoio à aprovação do Projeto de Lei nº 713, de 2023, que concede ao Município de Ouro Fino, em Minas Gerias, o título de Capital Nacional da Política do Café com Leite.

Ofício nº 1.591, de 2023, do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 4ª Região, Minas Gerais, que solicita apoio junto ao Ministério da Educação para o sobrestamento de todos os processos de autorização, de reconhecimento e renovação de cursos de graduação de fisioterapia e terapia ocupacional na modalidade à distância.

Os documentos mencionados permanecerão por 15 dias no *site* da comunicação – desculpem-me –, no *site* da Comissão de Educação e Cultura para manifestação pelos interessados. Após esse período, serão arquivados.

Comunico que se encontram disponíveis no Portal da Comissão e foram também enviados por *e-mail* aos gabinetes dos membros da Comissão os sumários relativos às seguintes reuniões: ciclo de audiências públicas sobre a violência nas escolas (Requerimento nº 32/2023, desta Comissão); ciclo de audiências referentes à instrução do PL 88/2023, Lei de Responsabilidade Educacional (Requerimentos 49 e 52, de 2023, desta Comissão); ciclo de audiências sobre o novo Plano Nacional de Educação (PNE) (Requerimento 21, de 2023, desta Comissão); e audiência pública para instruir o PL 1.751, de 2023, Programa Nacional de Alimentação Escolar (Requerimento 57, de 2023, da Comissão de Educação); audiência pública destinada à apresentação de balanço detalhado do Plano Nacional de Educação, com dados desagregados por estados e regiões, com recortes sobre nível socioeconômico, raça, etnia e gênero, (Requerimento 55, de 2023).

Quero destacar que esses sumários são muito interessantes, muito importantes, facilitam a vida de todas as pessoas, porque são uma síntese daquilo que foi discutido e debatido também nesta Comissão.

Quero também saudar a Senadora Ivete da Silveira, o Senador Plínio Valério.

Antes de continuar, só a Senadora Teresa Leitão solicitou, e a Comissão de Educação endossa, o voto de solidariedade à família e a todas as instituições em que a Dra. Vanilda Pereira Paiva atuou, aos seus amigos também, pelo falecimento. E faço a leitura só do texto solicitado pela Senadora Teresa Leitão, que passa a constituir texto inclusive da própria Comissão.

Vanilda Pereira Paiva nasceu na zona rural do Rio de Janeiro em 22 de junho de 1943. Estudou em escolas rurais durante o ensino fundamental e depois foi para o Colégio Pedro II para cursar o ensino médio. Graduou-se em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Fez mestrado em Planejamento Educacional na PUC-Rio e doutorado na Universidade Frankfurt am Main, na Alemanha. Foi Pesquisadora Sênior do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vanilda teve uma carreira acadêmica e profissional de destaque. Além de ter sido professora na Unicamp e na Universidade Federal Fluminense, ela também teve a oportunidade de lecionar como visitante na Universidade de Notre Dame, nos Estados Unidos, na Universidade Frankfurt am Main, na PUC-São Paulo e no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, Uerj.

Entre 1986 e 1990, durante um período importante de reconstrução da democracia no país, Vanilda ocupou o cargo de Secretária-Geral no Rio de Janeiro e foi membro do Conselho Regional do Rio. Ela também desempenhou papéis administrativos relevantes, como Diretora do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Pró-Reitora de Graduação na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Vice-Presidente do Instituto de Estudos da Religião.

Nos anos 90, fundou o Instituto de Estudos da Cultura e Educação Continuada (IEC), organização não governamental centrada em pesquisas na área de sociologia, da educação e do trabalho.

Assim desejo externar, a partir de uma iniciativa da Senadora Teresa Leitão, este voto, que passa a constituir uma homenagem que esta Comissão de Educação e Cultura faz à Profa. Vanilda Pereira Paiva pela sua trajetória, ao mesmo tempo que externamos a nossa solidariedade à família, aos amigos e a todas as entidades tão importantes no cenário educacional em nosso país e pelas quais a Dra. Vanilda de alguma maneira sempre teve uma participação das mais relevantes.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados na Comissão.

Informo que os itens da pauta que tratam de matérias relativas a assuntos honoríficos exigem quórum de maioria absoluta para a sua aprovação e serão votados nominalmente em bloco, com abertura do painel eletrônico.

Se não houver discordância do Plenário, votaremos em bloco os demais itens que exigem votação nominal.

Na reunião de hoje, os Senadores poderão registrar e votar nos itens terminativos por meio do aplicativo Senado Digital.

Ficam retirados de pauta os itens 2, 12 e 13 a pedido dos Relatores.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 5656, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, para modificar a definição de biblioteca escolar e criar o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação com três emendas que apresenta

Observações:

1. A matéria constou da pauta da reunião do dia 16/05/2023.

ITEM 12

PROJETO DE LEI N° 3534, DE 2021

- Terminativo -

Confere ao Município de Monte Sião, no Estado de Minas Gerais, o título de Capital Nacional da Moda Tricô.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: Pela aprovação

ITEM 13

PROJETO DE LEI N° 2209, DE 2021

- Terminativo -

Confere ao Município de Lagoa Dourada, no Estado de Minas Gerais, o título de Capital Nacional do Rocambole.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: Pela aprovação)

Passo a palavra, com muito prazer, Senador Plínio Valério, a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado pela presença.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente Arns.

Claro que nós somos solidários à missão do voto por essa personalidade tão grande.

Presidente, eu queria pedir a inversão de pauta – o meu item para relatar é o 4 – se os Senadores concordarem, porque, daqui a pouco eu tenho uma reunião da CPI das ONGs.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Se não houver objeção do Plenário, a inversão está concedida.

Passamos ao item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 199, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para proibir a limitação de despesas orçamentárias com bolsas e auxílios em instituições de ensino superior.

Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA)

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Pela aprovação, com uma emenda que apresenta. É acolhida a Emenda nº 1-CE, com a subemenda apresentada

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

2. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 13/06/2023 e 20/06/2023.

3. Em 19/05/2023, foi apresentada a emenda n° 1, de autoria do Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG).

Concedo a palavra a V. Exa., Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadores, Senadoras, do relatório, vou destacar só a justificação, na qual o Senador Jader Barbalho destaca a ocorrência de diferentes situações nas quais houve redução significativa das dotações destinadas ao pagamento de bolsistas no âmbito do Programa Institucional de Iniciação à Docência e do programa Residência Pedagógica, ambos voltados para a qualificação prática de estudantes de cursos de licenciatura. Nessas ocasiões, cerca de 60 mil bolsistas teriam sido afetados por atrasos no pagamento de bolsas de estudos que variam de R$400, para os estudantes de cursos de formação docente, a R$1.500, para coordenadores institucionais.

Vou à análise, Presidente.

O PLP nº 199, de 2021, envolve matéria relacionada a regras gerais na área de educação e está, portanto, sujeito ao exame desta Comissão, conforme disposto no art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal.

Não há reparos a fazer quanto à constitucionalidade e à juridicidade da proposta.

O projeto de lei é, ainda, adequado e oportuno, sob o ponto de vista do mérito, pois tem por objetivo garantir principalmente o direito de estudantes e de coordenadores institucionais de receber o pagamento relativo a bolsas de estudos e de pesquisa já concedidas. Embora esse tipo de despesa não seja considerado de execução obrigatória por força de lei, vale destacar, no entanto, que possui verdadeira natureza alimentar: muitos bolsistas não têm outra fonte de renda – tendo inclusive deixado o mercado de trabalho para dedicarem-se aos estudos, confiando na prometida bolsa concedida pelo Estado – e, sem o recebimento regular dos recursos, passam a ter sérias dificuldades para manter não só os estudos, mas também a si mesmos.

Além do aspecto eminentemente humanitário relativo à natureza alimentar, é preciso lembrar que o principal fator de desenvolvimento científico e tecnológico é o potencial humano. Comprometer a entrada de novos estudantes no sistema que forma os futuros cientistas e pesquisadores é condenar a economia à estagnação tecnológica, a pior possível nesta era em que o conhecimento é o fator de produção primordial.

Não há qualquer restrição do ponto de vista da legislação de finanças públicas. É preciso, portanto, acabar com a incerteza dos estudantes quanto ao recebimento das bolsas de estudos e de pesquisa na data acordada, além de demonstrar o compromisso público do país com a valorização das atividades de pesquisa científica e de qualificação prática de estudantes, tão essenciais para a transformação econômica e social que a sociedade brasileira tanto almeja.

A Emenda nº 1, desta Comissão, por sua vez, aperfeiçoa o projeto, ao incluir as bolsas dirigidas a estudantes de outro segmento educacional de grande valor estratégico para o país: a educação profissional e tecnológica. Desse modo, seu conteúdo é acolhido, na forma de subemenda que tão somente o ajusta à nomenclatura usada na legislação educacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a aprovação da referida emenda, torna-se necessário ajustar também o texto da ementa do PLP, o que fazemos mediante a apresentação da Emenda nº 2.

Voto, Presidente.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 199, de 2021, acolhidas as Emendas nº 1, da Comissão de Educação, na forma de subemenda, e nº 2, da Comissão de Educação, apresentadas a seguir.

> SUBEMENDA Nº À EMENDA Nº 1-CE
> Dê-se ao 2º do Projeto de Lei Complementar nº 199, de 2021, a seguinte redação:
> "Art. 2º O art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar com a seguinte alteração:
> 'Art.9º.....
> .....
> .....
> .....
> §2º Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, as relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade, as destinadas ao pagamento de bolsas de estudo, de pesquisa e de auxílios concedidos a bolsistas de instituições de educação superior, profissional e tecnológica, bem como as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.
> .....
> ..... .'" (NR)
> EMENDA Nº 2 -CE
> Dê-se à ementa do Projeto de Lei Complementar nº 199, de 2021, a seguinte redação:
> Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para proibir a limitação de despesas orçamentárias com bolsas e auxílios em instituições de educação superior, profissional e tecnológica.

Elogiando a iniciativa do Senador Jader Barbalho, nosso voto é pela aprovação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Está em discussão o relatório.

Hoje nós temos Senadores presencialmente e remotamente também, porque é uma sessão híbrida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero só destacar, Senador Plínio Valério, que é um projeto de lei da mais alta importância porque proíbe a limitação de despesas orçamentárias com bolsas e auxílios. Eu considero isso da mais alta relevância. A pessoa às vezes está no exterior fazendo um curso e há limitação orçamentária, ou aqui no Brasil, no ensino superior, e mesmo em bolsas na educação básica.

Às vezes isso constitui a renda da pessoa que se organizou – organizou em termos de vida – para receber esse auxílio. E de repente corta-se o auxílio. Então, a iniciativa, como V. Exa. colocou, do Senador Jader Barbalho, é muito importante. E o relatório, aproveitando-se inclusive as sugestões dadas, ficou ainda mais adequado.

Parabéns! (*Pausa.*)

Senador Paulo Paim, com a palavra... Permita-me, Senador Paulo Paim: Senadora Zenaide Maia, com a palavra. (*Pausa.*)

Eu acho que o som está fechado, viu, Zenaide?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Aham.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agora, sim.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, eu aqui não poderia deixar de me manifestar, parabenizando o Senador Jader Barbalho e o nosso Relator, Senador Plínio Valério.

Não se pode economizar em educação, gente. Educação tem que ser continuada, e essa questão das bolsas, muitas vezes, a pessoa está desenvolvendo uma tese e perde o recurso. Eu sempre digo que em gastos primários não é para ter limitação: educação, saúde faz parte disso aí. E por mais que a gente saiba que, sem educar... mesmo que a gente não vá para esse lado humano de a pessoa ser educada, vamos para o lado econômico: qual foi o país no mundo que se desenvolveu sem oferecer uma educação pública de qualidade?

Então, parabéns, Senador Plínio e Senador Jader. Vamos votar, vamos pedir que aprimoramento, educar, aprimorar a educação, uma educação continuada que se faz necessária, porque a gente pega muitos exemplos no mundo, e a gente vê que os países que quiseram sair de subdesenvolvimento para desenvolvimento econômico e humano o fizeram, sim, através da educação.

Parabéns ao Plínio e a todos.

Obrigada, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado, Senadora Zenaide Maia.

Passo a palavra ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senador Paulo Paim. (*Pausa.*)

Eu acho que não abriu o microfone, sabe, Paulo Paim? Aqui o sinal do microfone está fechado... Agora, sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Querido, Presidente, Senador Flávio Arns, não tinha como eu não falar, neste momento, de um projeto tão importante. Meus cumprimentos ao autor, Senador Jader Barbalho, e também ao meu querido amigo Plínio Valério, ambos meus amigos, como a Senadora Maia, que está aqui na tela com a gente, como V. Exa. e tantos outros.

É um tema que eu olho com muito, muito carinho, desde que eu cheguei ao Congresso há muitos, muitos anos. Apresentei o chamado auxílio emergencial há muitos e muitos anos, e agora, neste momento, o Bolsa Permanência, que não teve reajuste e foi criado em 2013, o auxílio financeiro é voltado a estudantes indígenas, quilombolas, integrantes do Prouni e alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, matriculados em instituições federais de ensino superior.

A bolsa de R$400 – estou elogiando e repetindo os termos usados pelo nosso querido Relator, faço questão – foi reajustada para R$700, e a bolsa de R$900, destinada a indígenas e quilombolas, foi para R$1,4 mil, maior que o salário mínimo, que era uma proposta original, quando eu apresentei a primeira proposta, há muitos anos, há mais de 20 anos. Por isso, eu quero aqui render as minhas homenagens. O valor da bolsa do Programa de Educação Tutorial também foi reajustado de R$400 para R$600.

A proposição, portanto, busca impedir que o pagamento dessas bolsas seja prejudicado em virtude de limitação de empenho e movimentação financeira prevista na LRF, em caso de frustração de meta do resultado primário e nominal, como disse muito bem o Relator.

Sr. Presidente, quero também destacar a emenda apresentada por um Senador que é do campo da oposição, mas eu não tenho problema nenhum de falar. Em 19/06/2023, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Carlos Viana, Podemos, Minas Gerais, que busca contemplar a despesa com bolsistas nas instituições – V. Exa. sabe, meu Presidente Flávio Arns – do ensino técnico. A emenda – parabéns ao Relator! – foi acatada pelo Relator na forma de subemenda, que passa a contemplar as despesas destinadas ao pagamento de bolsa de estudo, de pesquisa e de auxílios concedidos a bolsistas em instituição de educação superior, profissional, ensino técnico e tecnologia.

Por isso, Presidente, é com muito carinho que vou votar, cumprimentando o Governo, cumprimentando o autor, cumprimentando o Relator – no caso, a autoria é do Jader Barbalho e relatoria, do Senador Plínio Valério. Ambos estão de parabéns, como está também o Governo, que encaminhou nesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sentido da defesa muito firme dessa proposta que interessa a todos, a todos aqueles que não têm dinheiro para estudar. Conseguem uma bolsa, mas não têm como se manter lá, não têm como comprar roupa, não têm como pagar o ônibus, não têm como pagar alimentação, não têm como pagar livro e abandonam.

Então, esse projeto é um projeto fundamental para que a educação chegue efetivamente aos mais pobres.

Parabéns! Parabéns a esta Comissão toda, porque esta é a Comissão que liberta, a Comissão da Educação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Agradeço ao Senador Paulo Paim, extremamente claro, didático em relação à importância do projeto e da matéria que estamos votando.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1, Comissão de Educação, e 2, Comissão de Educação, com a Subemenda nº 1, Comissão de Educação, à Emenda nº 1, da Comissão de Educação.

A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu passo ao item 1 da pauta, que é bem rápido.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 2256, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases de Educação – LDB), para dispor sobre normas gerais de segurança escolar.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Não foram apresentadas emendas em turno suplementar

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. Discussão em turno suplementar do Substitutivo ao PL 2256/2019, aprovado na Comissão em 20/06/2023.

2. Ao substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral. Não sendo oferecidas emendas, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

3. Em 26/04/23, 20/04/23 e 05/05/23 foram realizadas Audiências Públicas para instruir a matéria.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido apresentadas emendas no turno suplementar, é adotado definitivamente, sem votação, o Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 2.256, de 2019.

A decisão da Comissão será comunicada à Presidência do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação.

Passamos ao item 9 da pauta, Senadora Ivete.

ITEM 9

PROJETO DE LEI N° 1850, DE 2021

- Terminativo -

Denomina João Batista Menegatti o viaduto localizado na rodovia BR-282, na travessia urbana do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Ivete da Silveira

Relatório: Pela aprovação

É no Estado de Santa Catarina, que V. Exa. representa aqui, no Senado Federal.

A iniciativa é do Deputado Federal Pedro Uczai.

Concedo a palavra a V. Exa., Senadora Ivete.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Como Relatora.) – Bom dia, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço licença para ir diretamente à análise.

Compete à Comissão de Educação, nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre proposições referentes a homenagens cívicas, caso da proposição que ora examinamos.

O projeto sob análise não apresenta óbices relativos à sua constitucionalidade, juridicidade e adequação ao Regimento da Casa. Revela-se, em particular, consoante aos critérios estabelecidos na Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que permite atribuir, mediante lei especial, designação supletiva a terminais, obras de arte ou trechos de vias integrantes do Sistema Nacional de Viação. Mostra-se, igualmente, de acordo com as determinações da Lei nº 6.454, de 1977, que dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos.

Em relação ao mérito, não há como não reconhecer o protagonismo de João Batista Menegatti em atividades empresariais no Oeste Catarinense, em meados do século passado. Nascido em 1904, em Erechim, no Rio Grande do Sul, Menegatti mudou-se para a então vila do Rio da Vargem, em 1949. Desde logo passou a atuar no ramo de transportes de passageiros, em condições difíceis naquela época, pois a BR-282, que ligava a região à capital e ao extremo Oeste do Estado, era ainda uma estrada de chão batido. Fundou, então, a empresa União da Serra, que fazia o trajeto de Lages a Chapecó, e foi incorporada, nos anos 1970, à empresa Reunidas. Além de pioneiro no transporte rodoviário, o homenageado, em sua vida de apenas 55 anos, dedicou-se ao ramo madeireiro, à agricultura e ao beneficiamento de produtos agrícolas, trazendo uma contribuição das mais expressivas ao desenvolvimento do Oeste Catarinense. Tendo, além do mais, possuído terras em Xanxerê, onde sua família veio posteriormente a se estabelecer, e sendo um desbravador da BR-262 no que se refere ao transporte rodoviário, consideramos justa e meritória a homenagem a ele proposta.

Em conformidade com o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.850, de 2021.

Meu muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado a V. Exa., Senadora Ivete da Silveira, que representa tão bem o Estado de Santa Catarina, o querido Estado de Santa Catarina. Que bom! Parabéns a V. Exa.

Está em discussão a matéria.

Senador Paulo Paim, com a palavra.

Senador Paulo Paim?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Presidente Flávio Arns, eu quero cumprimentar a Senadora, Relatora Ivete da Silveira, pelo seu relatório muito preciso e por essa homenagem que ela e o Deputado Federal Pedro Uczai, também de Santa Catarina, propõem a esse gaúcho – gaúcho que tem uma história muito bonita no Rio Grande do Sul, na região de Erechim, como disse muito bem a Relatora, e também em Santa Catarina.

Morreu jovem, jovem, muito jovem, aos 55 anos de idade, mas deixou uma marca na história do Rio Grande e principalmente nesse caso da homenagem de Santa Catarina. Como gaúcho, da Região Sul do Brasil, eu não poderia deixar de agradecer à minha sempre querida Senadora Ivete da Silveira pelo seu relatório.

Muito obrigado, em nome também do Rio Grande, pelo seu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bom! Parabéns também a V. Exa., Senador Paulo Paim, que reforça o relatório da Senadora Ivete da Silveira.

Estamos pronunciando corretamente Pedro Uczai?

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação da matéria será nominal e realizada em bloco, posteriormente.

Destaco aqui a presença também do caro Senador Styvenson Valentim, que é o Relator da próxima matéria.

Seja sempre muito bem-vindo. É bom estarmos juntos na Comissão.

Item nº 10, Projeto de Lei nº 1.849, de 2021, terminativo...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Senador, um minuto.

Eu poderia pedir para relatar *ad hoc* o projeto de autoria de V. Exa., que é o Projeto de Lei nº 8, se não me falha a memória, o item nº 8 da pauta?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É o nº 8 da pauta.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Aí eu vou no 8 e depois 9 e 10, na sequência.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está bom, está ótimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Se não tiver ninguém para relatar na sequência, eu faço os três.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Para mim, é uma honra ter V. Exa., Styvenson Valentim, como Relator ad *hoc* também.

Então, é o item 8, certo?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – É decisão terminativa sobre o Projeto de Lei...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso! Eu só vou ler.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 2.504, DE 2022

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional do Artista Vidreiro.

Autoria: Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR)

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Concedo, então, a palavra ao Senador Styvenson Valentim, como Relator *ad hoc*, para a leitura do relatório.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Passando para análise, nos termos do disposto no inciso II do art. 102 do Risf, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem sobre instituições de datas comemorativas, a exemplo da proposição em debate. Nesse sentido, foi confiada a esta Comissão a competência para discutir, terminativamente, sobre a matéria, quanto ao mérito. Ademais, em razão do caráter exclusivo do exame da matéria, cabe a esta Comissão de Educação pronunciar-se também em relação à constitucionalidade, juridicidade e, em especial, no que diz respeito à técnica legislativa e à regimentalidade. Sob a óptica da constitucionalidade, não há óbice à proposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, esta cumpre as diretrizes previstas no inciso IX do art. 24 da Constituição Federal, que preceitua a competência da União, em concorrência com estados e o Distrito Federal, para legislar sobre cultura. Além disso, a Carta Magna também confere ao Congresso Nacional atribuição para dispor sobre tal tema, nos termos do *caput* do art. 48, não havendo que se falar de vício de iniciativa. A Lex Mater ainda determina que a iniciativa do projeto de lei compete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48, *caput*, por não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, segundo o estabelecido no §1º do art. 61, nem de competência exclusiva do Congresso Nacional ou de qualquer outra Casa, sob a luz dos arts. 49, 51 e 52.

A escolha de um projeto de lei ordinária mostra-se apropriada à vinculação do tema, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera de lei complementar.

Assim sendo, em todos os aspectos verifica-se a constitucionalidade da iniciativa.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional e, em especial, com a determinação da Lei 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que estabelece critérios para a instituição de datas comemorativas de acordo com a lei.

Em atendimento a essa determinação, foi realizada, no dia 12 de dezembro de 2022, audiência pública, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte desta Casa, em que se debateu a importância do Dia Nacional do Artista Vidreiro.

Requerida pelo autor do projeto, a audiência contou com a presença da artista vidreira Désirée Sessegolo – acho que é esse o nome – e, da artista vidreira e arquiteta Mariana Gusmão, e da artista, pesquisadora e Profa. Regina Lara Silveira Mello, que apoiaram e enalteceram a presente iniciativa.

Registre-se, em adição, no que concerne à técnica legislativa, que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que diz respeito ao mérito, há que se ressaltar a importância da iniciativa.

O vidro tem fascinado o homem, ao longo da história, devido à sua beleza e às suas potencialidades. Talentosos artistas o têm utilizado como meio de expressão, explorando sua transparência, maleabilidade, pureza e sonoridade. O material, que surgiu e se desenvolveu em paralelo com a história da humanidade, é apreciado por suas qualidades plásticas únicas, que possibilitam a criação de objetos e obras de arte não alcançadas por outras formas de arte ou artesanato.

A arte em vidro compreende a criação de peças de arte individuais predominantemente compostas de vidro e que variam em tamanho e formato. Essas obras podem incluir desde montagens monumentais e instalações até tapeçarias e janelas, além de peças produzidas em estúdios e fábricas, como joias de vidro e louças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Brasil, muitos artistas vidreiros desenvolvem a atividade, com destaque para a Região Metropolitana de Curitiba, cujos artistas vidreiros e grupos se sobressaem nos cenários nacional e internacional. Lá, há mais de 13 anos, foi criado o primeiro grupo de artistas vidreiros do Brasil, que tem realizado exposições e mostras de sucesso em todo o País.

Da perspectiva desses artistas, o vidro é o material perfeito para expressar conceitos relacionados à transformação, por ser natural e infinitamente reciclável, permitindo que seja reinterpretado e reutilizado conforme sua inspiração.

Para além das criações estéticas, as artes vidreiras detêm o potencial de promover a inclusão social de catadoras de resíduos das periferias. Essas mulheres são incentivadas a desenvolver atividades artísticas com o vidro coletado, agregando valor aos materiais e reduzindo o tempo que passam nas ruas. Arte, cultura, desenvolvimento econômico e inclusão social aumentam a autoestima dessas mulheres e contribuem para a renda de suas famílias. Nesse contexto, a economia criativa se encontra com as artes sociais e a arte vidreira, criando uma união que, tal qual a natureza do vidro, é transformadora.

A data escolhida para celebração do Dia Nacional do Artista Vidreiro remonta à inauguração do Salão de Artes em Vidro Brasil 2022, nas dependências do MuMA, o Museu Municipal de Arte, em Curitiba.

O voto, Sr. Presidente.

Conforme a argumentação exposta, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.504, de 2022, de sua autoria.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Agradeço a V. Exa., Senador Styvenson Valentim.

Está em discussão a matéria da criação do Dia Nacional do Artista Vidreiro. (*Pausa.*)

Quero, da minha parte, também destacar, Senador Styvenson Valentim, mais uma vez, a participação na audiência pública da artista vidreira Désirée Sessegolo, da artista vidreira e arquiteta – isso consta do relatório lido – Mariana de Gusmão, e da artista, pesquisadora e Profa. Regina Lara Silveira Mello, que apoiaram a iniciativa.

Como dito por V. Exa., a criação do Dia Nacional do Artista Vidreiro é sempre uma oportunidade de se debater, de se discutir, de criar alternativas, de tornar a iniciativa e o trabalho conhecidos no Brasil. Isso pode gerar emprego, gerar renda, gerar alternativas de formação, valorizar iniciativas, como acontece em outros países. Inclusive, se nós formos lá na Itália, nós temos percursos para visualizar toda a produção que pode ser realizada no vidro. Então, é para o artista, a artista, vidreiros receberem, da nossa parte, no dia 21 de junho, esse holofote que pode irradiar, na verdade, que tem que irradiar para o decorrer do ano, para a valorização e o reconhecimento dessa área. Então, é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação da matéria será nominal e realizada em bloco.

Passamos ao item nº 10, Senador Styvenson Valentim.

ITEM 10

PROJETO DE LEI N° 1849, DE 2021

- Terminativo -

Declara manifestação da cultura nacional a tradição do uso, em romarias religiosas, do transporte conhecido como "pau de arara".

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria constou da pauta da reunião do dia 16/05/2023.

Com a palavra, Senador.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vou adiantar uma parte da análise, porque os termos já são semelhantes a todos os outros lidos, que é o art. 102, inciso I, do Risf, e sobre constitucionalidade, sobre juridicidade, sobre toda essa técnica legislativa não há óbice nenhum. Então, parto já para o cerne do projeto.

O Projeto de Lei em questão atende os aspectos, como já foi dito, de natureza constitucional, técnica e jurídica.

Pau de arara é o termo utilizado para denominar o tipo de transporte de passageiros realizado nas carrocerias adaptadas de um caminhão, em que se colocam tábuas para servir de assento e se instala uma cobertura de lona encerrada para a proteção dos viajantes. Esse transporte, que serviu ao êxodo de milhares de nordestinos para o Sul e Sudeste do país, se constituiu, também, no mais importante meio de transporte para os agricultores devotos que, em romaria, dirigem-se a locais de culto, como Juazeiro do Norte, Canindé ou Jesus da Lapa, com o propósito de render homenagens aos santos de suas devoções.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com informações do autor da matéria, para as romarias, este modelo de transporte prevalece até hoje, sendo considerado parte do processo, envolvendo toda uma mística, uma vez que o percurso é permeado de cânticos e orações, num clima de preparação para as atividades na basílica.

Ele também destaca que o pau de arara se consolidou como parte integrante da cultura nordestina, notadamente para a realização das romarias a Juazeiro do Norte, no Ceará, e ao Bom Jesus da Lapa, na Bahia que, juntas, movimentam 4,3 milhões de pessoas ao ano.

Todavia, esse tipo de transporte tem encontrado cada vez mais dificuldades para sobreviver. Desde 1997, o Código de Trânsito Brasileiro proíbe, por questões de segurança, o transporte de passageiros em compartimento de carga, salvo por motivo de força maior, com permissão da autoridade competente e na forma estabelecida pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran), que não coadunam com as peculiaridades do pau de arara.

Em face dessas exigências, grupos de romeiros, organizações religiosas e outras entidades defensoras da cultura e das tradições nordestinas vêm se mobilizando para garantir o direito de utilização desse tipo de transporte no caso de eventos religiosos. Defendem que o Contran poderia estabelecer medidas mais simples e não menos efetivas, capazes de aumentar a segurança das viagens sem desvirtuar as características tradicionais dos paus de arara ou ferir o direito de o romeiro escolher como deseja viajar, de acordo com seus hábitos e crenças.

Também em defesa da tradição, a Pastoral Diocesana de Romarias argumenta que "a romaria realizada no caminhão pau de arara promove um ambiente místico de orações, benditos e penitência e um clima de solidariedade, motivados por razões de caráter cultural e histórica".

Dessa forma, o reconhecimento oficial do transporte de passageiros em veículos de carga, os paus de arara, para a realização de viagens por motivos religiosos, como manifestação da cultura nacional, consiste em importante incentivo para a conscientização da sociedade dessa tradição como representativa da identidade de nosso povo. Além disso, tal reconhecimento também servirá de elemento para provocar a permissão do seu uso, por parte dos órgãos do poder público, de modo a garantir aos romeiros a preservação de sua cultura.

Ademais, sobre esse tema é imperioso lembrar o que a nossa Carta Magna estabelece, em seu art. 215: "O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais."

Por essas razões, a iniciativa ora proposta é pertinente, oportuna, justa e meritória.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, eu relatei e fiquei atento ao aspecto cultural das romarias. Aqui, o autor deixa claro e coloca até as áreas que têm mais de 4 milhões de fluxo, como Bom Jesus da Lapa, lá no Ceará, estado de Padre Cícero.

Quanto a esse transporte aqui, eu preciso dizer que no fim de semana estive na Chapada dos Veadeiros e andei de pau de arara. Quem não andou aqui? Quem aqui foi à Chapada dos Veadeiros e não andou de pau de arara? Porque os acessos às cachoeiras todos são feitos por pau de arara. É uma forma de a comunidade Kalunga, quilombola, ter um recurso através do turismo, de transporte – eu sei que é área privada, mas o Código de Trânsito fala em área pública, o transporte de pessoas em compartimento de carga. Em Parati também eu me lembro de que andei. Em Pipa eu andei também em pau de arara – não é um caminhão, mas é um carro adaptado para carregar várias pessoas.

Então, esse aspecto do pau de arara, nesse caso específico que eu relatei, no Projeto de Lei 1.849, trata especificamente da religião, mas é uma forma também de turismo, é uma forma também de gerar renda para as pessoas, como no caso que citei aqui, dos quilombolas, dentro das áreas particulares de acesso difícil, a que você não chega com seu veículo próprio, mas chega com os veículos adaptados por eles.

Quando eu li pela primeira vez o relatório, realmente eu estranhei a questão de estar relatando algo de que o Código de Trânsito não tem previsão, mas, em se tratando de cultura, em se tratando também de promoção de emprego, dentro de uma área específica, com baixo trajeto – eu acho que é isso que tem que ser avaliado, é o trajeto ali... Está-se falando da cultura, da mística, do cântico, das pessoas que se envolvem naquele processo todo. Ele não pode fazer uma longa extensão. Do meu ponto de vista, ele não pode andar 300km, 400km em pau de arara, porque é até desumano isso, mas andar 1km, 2km, como eu andei, dentro de cachoeiras, é até divertido. É até divertido, entendeu?

Então, quanto ao projeto que eu relatei, tenho experiências próprias, porque eu mesmo andei. E olhe que eu passei muito tempo trabalhando com isso, e não acho uma proibição justa em se tratando de cultura ou mesmo de desenvolvimento econômico social e cultural de várias regiões, como foi citado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem, Senador Styvenson Valentim.

Está em discussão a matéria.

Passo a palavra à Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, eu quero aqui parabenizar o autor desse projeto, que veio da Câmara, e o Relator Styvenson Valentim.

Como ele falou aí, eu me lembro de música, inclusive, de Luiz Gonzaga, falando dessa fábrica de motores no Brasil – ele dizia que era "fê-nê-mê", a FNM –, em 1942; começou a funcionar mais ou menos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na década de 50. E é importante esse transporte em romarias, com todos esses cuidados. Como o Código de Trânsito, como falou Styvenson Valentim, não entrou nesses detalhes, é claro que a gente tem que ter esse cuidado. Esses motores potentes, esses caminhões, deram vida a esse tipo de transporte, que era para todos, inclusive do Nordeste seguindo para São Paulo nos anos grandes de seca. Mas essa cultura popular, de fazer essa referência a Padre Cícero, a outros, isso é muito importante para eles. É nossa cultura popular e religiosa.

Eu sou a favor desse projeto de lei sim. A gente tem que respeitar essa religião, essa fé do nosso povo, e esse projeto veio a calhar.

Parabéns, Styvenson, e parabéns, se eu não me engano, Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – José Guimarães.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. *Por videoconferência*.) – José Guimarães – justamente, cearense.

A gente aqui do Nordeste tem um conhecimento muito grande sobre essa questão do pau de arara, como a gente chama.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Da minha parte, Senador Styvenson Valentim, quero parabenizar V. Exa. pelo relatório e pelas considerações feitas sobre o pau de arara. Agora, destacando que o projeto, no nosso caso aqui, é declarando-o como manifestação cultural, de tradição do uso em romarias religiosas.

Eu, inclusive, sugiro, em função do que V. Exa. colocou, que esta Comissão de Educação possa encaminhar expediente com apresentação do relatório para o Contran, para análise disto, para que haja, assim, uma reflexão por parte deles e alguma orientação em termos do que foi dito: em manifestações religiosas, como manifestação cultural, e que possa, na verdade, ter assim algum regramento para que isso aconteça. Assim, todo mundo fica mais tranquilo em relação ao uso de regras bem colocadas também, não é? O que V. Exa. acha? Acharia interessante o envio do expediente também?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. Como Relator.) – Claro. É adequado o expediente, assim, preciso. Eu acho o Contran, que regulamenta tudo isso, não pode também fechar os olhos para esse tipo de projeto de lei com uma manifestação cultural.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Eu me referi aqui que não são longas distâncias percorridas, não se vai mais fazer um trajeto de São Paulo ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nordeste, nem do Nordeste ao Sudeste com pau de arara. Isso aí não se faz; fez-se naquele período porque não tinham os transportes adequados que tem hoje, não se tinham os meios que se tem hoje. Mas essa parte cultural é até charmosa. Existe em várias regiões em que a gente ainda consegue enxergar a cultura, mesmo não estando em concordância com certos regulamentos. Um passeio de charrete, um passeio disso...

Eu estou aqui com o vídeo. Eu estava até vendo, porque eu gravei. Achei interessante, Senador, eu andando no pau de arara na estrada. É certo que tinha muita poeira, tinha muito tudo, mas o pessoal está todo mundo acomodado, sentadinho; só o guia que estava em pé.

Então, promove o turismo, promove, como eu já disse, a integridade, o relacionamento – ficou todo mundo sociável dentro do caminhão. E é até engraçado, não é? A gente não tem isso a toda hora, em todo momento ter certos acessos. Então, está correto. Acho que o controle deveria ter essa visão mesmo para essas peculiaridades: desde que seja curta distância, que tenha supervisão ou, senão, tenha sido expedido um documento permitindo o uso daquele transporte para aquela especificidade, não vejo problema nenhum dentro do Código de Trânsito Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bom. Vamos fazer isso.

Está encerrada a discussão.

A votação da matéria será nominal, na sequência, realizada em bloco.

Passamos, Senador Styvenson Valentim, ao item 11, da relatoria de V. Exa. também.

ITEM 11

PROJETO DE LEI N° 713, DE 2023

- Terminativo -

Concede ao Município de Ouro Fino, em Minas Gerais, o título de Capital Nacional da Política do Café com Leite.

Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. Como Relator.) – Sr. Presidente, o PL 713, de 2023, encaminhado à nossa apreciação exclusiva e terminativa na CE, é de autoria do Senador Carlos Viana.

Eu preciso citar que, conforme o art. 102, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal, a proposição está toda o.k.

O Pacto de Ouro Fino, selado entre os Governadores de São Paulo e de Minas Gerais em 1913, é um evento histórico de relevo, pois, dando continuidade ao entendimento político que já havia entre as duas unidades da Federação, marcaria sua continuidade e seu apogeu durante as décadas de 1910 e 1920. Ao mesmo tempo que a política do café com leite assegurava a estabilidade político-institucional, esse período foi marcado por importantes transformações sociais, econômicas e culturais. O acentuado crescimento econômico de São Paulo, o desenvolvimento urbano de algumas de nossas capitais, o aumento de importância das classes médias e do proletariado industrial são aspectos a serem destacados, que terminam, aliás, por oferecer condições favoráveis à ruptura ocorrida em 1930, que assinala o fim da República Velha.

É interessante que, na época colonial, as capitanias de São Paulo e Minas Gerais tenham disputado a posse da bela região serrana de Ouro Fino, rica no minério que lhe deu o nome. De acordo com a feliz definição da justificação, se essa cidade "nasceu com uma condição ambivalente entre mineira e paulista", "passou a marcar [posteriormente] a convergência entre os dois grandes Estados".

Somos favoráveis, no mérito, à proposição por valorizar a memória de nossa história, chamando a atenção do país para uma aprazível cidade na região montanhosa do sul de Minas, palco de relevantes eventos dos tempos coloniais até o século XX.

Considerando, ainda, que esta Comissão deve emitir uma decisão terminativa, cabe salientar que não há óbices relativos à constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e adequação regimental do projeto de lei.

Voto.

Tendo em vista o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 713, de 2023.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Senador.

Está em discussão a matéria.

Eu quero, inclusive, lembrar o que o Senador Carlos Viana colocou na nossa reunião da semana passada, dizendo que, antes de ele se dedicar a esses assuntos, ele não via na verdade o interesse, a necessidade desses projetos, mas ele hoje mudou de ideia, porque é importante destacar para uma região, para uma cidade, para desenvolver, chamar a atenção, gerar emprego, gerar visita, gerar autoestima com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dia nacional. Às vezes, as pessoas questionam: por que ter um dia nacional? É o dia nacional. Na semana passada, tivemos aí uma sessão plenária sobre o Dia Nacional da ELA, que é a esclerose lateral amiotrófica, com as famílias acompanhando à distância, muitas presentes, os desafios que foram apresentados.

Então, é sempre importante o holofote estar em cima de uma capital nacional, de um dia nacional e, assim, iniciativas serem desenvolvidas, não é, Senador Styvenson?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. Como Relator.) – Concordo com o senhor. Acho que, além de lembrar, além de chamar a atenção, eu fiquei curioso quanto a essa área serrana de Ouro Fino – e olhe que eu conheço algumas partes de Minas Gerais por turismo e todas são muito belas –, acho que, quando a gente fala, remete a querer conhecer mais sobre aquilo.

O senhor falou sobre o dia, a importância. Tem o dia antitabagismo, que é um dia importantíssimo a ser lembrado; o Dia do Diabetes; o Dia da... Quer dizer, são temas que têm que ser lembrados naquele dia ou naquela ocasião. As pessoas lembram o Dia da Criança, não lembram? Não lembram o Dia dos Pais? Lembram o Dia da Mulher? Não lembram do dia... Por que não é bom lembrar os dias de outras peculiaridades também, de outras particularidades? Eu creio que serve para isto: para chamar a nossa atenção, para convergir o nosso olhar para aquele ponto, para aquele dia naquela ocasião. Então, os temas que são lembrados por dia – e esta Comissão tem essa prerrogativa – têm essa finalidade.

Essas pessoas que falam que não veem interesse é porque realmente estão alienadas. Talvez não queiram ver dia nenhum, talvez só o dia dela ou nem o aniversário dela quer ver. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está bom.

Está encerrada a discussão.

A votação será feita de forma nominal e em bloco.

Só quero lembrar que, durante a reunião, a Senadora Damares Alves e os Senadores Esperidião Amin e Cid Gomes solicitaram que fossem retirados de pauta os seguintes itens: item 5, PL 2.495, de 2021; item 6, PL 1.045, de 2023; e item 7, PL 10, de 2020.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 2495, DE 2021

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe sobre a vedação de tarifas no âmbito do Sistema de Pagamentos Instantâneo (Pix) para o envio e recebimento de doações de pessoas físicas e jurídicas às organizações da sociedade civil e aos institutos de pesquisa sem fins lucrativos.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 1045, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para que sejam observados valores praticados em mercado ao se destinarem recursos para o pagamento de cachês a profissionais essenciais à execução de projetos culturais do segmento da dança clássica.

Autoria: Senadora Ivete da Silveira (MDB/SC)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 10, DE 2020

- Não terminativo -

Inscreve o nome do Padre Cícero Romão Batista no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Cid Gomes

Relatório: Pela aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. A matéria constou da pauta da reunião do dia 20/06/2023.)

Muito bom.

Passamos agora à votação nominal, em bloco, dos itens 8, 9, 10 e 11 da pauta.

Solicito à Secretaria que abra o painel para a votação.

Então, em votação as seguintes matérias, nos termos dos relatórios apresentados: PL 2.504, de 2022; PL 1.850, de 2021; PL 1.849, de 2021; e o PL 713, de 2023.

Os Senadores e as Senadoras que votam com os relatores votam "sim".

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Enquanto acontece a votação, nós vamos apreciar alguns requerimentos que serão votados depois do término da votação atual, que é nominal.

Já mandei para o nosso grupo de Senadores e Senadoras que podem votar remotamente também. Podem votar aqui, remotamente ou presencialmente.

Muito bem.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 60, DE 2023

- Não terminativo -

Requer realização de audiência pública para debater propostas de melhoria na divulgação de microdados do Censo Escolar pelo Inep.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Então, o item 14 da pauta, de autoria desta Presidência, tem esse objetivo de debater melhorias. E, nesse sentido, estão sendo convidados o Inep, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, o Todos pela Educação, a Fundação Lemann, o Laboratório de Dados Educacionais, representante do Open Knowledge Brasil e representante da Associação Data Privacy Brasil.

Como tem já um requerimento, por isso, nós pensamos que talvez haja necessidade de mais do que uma audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 64, DE 2023

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 60/2023 - CE, sejam incluídos os seguintes convidados: representante da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca) e representante da Anped (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação).

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR).

Esse tema de fato despertou o interesse de muitas entidades pelo Brasil.

Pergunto para o Plenário se podemos colocar esse item que acabou de ser lido, de aditamento ao item 14, como item extrapauta. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, votaremos na sequência o item 14.

Temos mais um item extrapauta.

Pergunto ao Plenário se podemos colocar o Requerimento nº 65, de 2023, como item extrapauta. (*Pausa.*)

Não há objeção.

EXTRAPAUTA

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 65, DE 2023

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os resultados da pesquisa sobre violência escolar, realizada entre os dias 9 e 10 de maio de 2023, pelo Instituto de Pesquisa Data Senado.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR).

É uma pesquisa muito importante. Uma instituição de muita credibilidade e competência, Data Senado, realizou uma pesquisa bastante interessante sobre violência escolar. E nós, hoje, em turno

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suplementar, inclusive, aprovamos o projeto sobre segurança escolar, que tem como origem o projeto do Senador Wellington Fagundes. Esse projeto foi relatado pelo Senador Astronauta Marcos Pontes.

Temos o item 15 da pauta. A Senadora Zenaide Maia está aqui presente. É uma audiência também da mais alta importância.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 63, DE 2023

- Não terminativo -

Requer realização de audiência pública para debater o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos (Revalida).

Autoria: Senadora Zenaide Maia (PSD/RN).

Com a palavra, V. Exa.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, esse requerimento me chamou a atenção quando a gente estava votando a medida provisória que transformou em lei o Mais Médicos.

Apesar de o Mais Médicos ser relacionado à saúde e também à educação, o grande questionamento durante todas as audiências que a gente teve foi sobre o Revalida. Nós convidamos, na época, um representante do Inep àquelas audiências públicas e, quando ele falou, foi muito questionada a questão da segunda etapa do Revalida no Brasil pela quantidade de médicos que conseguiam a aprovação: só 5% dos médicos que faziam.

Então, achei por bem, discutindo com o Senador Alan Rick, com a Professora Dorinha, com o nosso Presidente Flávio Arns, convidar o Presidente do Inep para vir aqui e fazer uma audiência pública sobre como está sendo feito e os resultados do Revalida no Brasil, porque é importante que todos tenham conhecimento, já que, mesmo na classe médica, muita gente, às vezes, afastada ou ocupando cargo, não tinha conhecimento desse método da segunda etapa do Revalida que estava estava sendo feito, por isso esse requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir sobre o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos (Revalida), que é condição para regularizar o diploma de graduação em Medicina de profissional que se formou em uma universidade fora do Brasil – podem ser não brasileiros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou então brasileiros que tiveram sua graduação fora do Brasil. Por isso proponho, em audiência pública, a presença do Sr. Manuel Fernando Palacios da Cunha e Melo, Presidente do Inep, Sr. Presidente.

O motivo era esse, porque eu acho que a sociedade – e não só; todos – tem interesse, porque esse foi um tema que, apesar de não ser o tema central do Mais Médicos, tinha tudo a ver, porque o Mais Médicos tem a supervisão e avaliação das universidades públicas brasileiras e outras universidades.

Então, o pedido se refere a isto: esclarecimento para dar mais visibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Está bem explicado, Senadora Zenaide Maia, médica e sempre atenta a todas essas questões. Nós vamos também enfatizar o fato de que isso compete também à Comissão de Educação. Claro que é uma questão de saúde, mas é essencialmente uma questão de educação, porque nós estamos tratando da formação de profissionais médicos, que têm que se submeter a um exame, e esse exame tem que ser tornado bastante claro e transparente para toda a sociedade brasileira.

Já atingimos o quórum, não é? Já temos o quórum? (*Pausa.*)

Ah, sim. Já atingimos o quórum, 18 pessoas, Senadores e Senadoras, que já votaram.

Está encerrada a votação, então.

Peço que abram o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Votaram SIM 17; NÃO, nenhum voto.

Abstenção: nenhum voto.

Então, estão aprovados os projetos de lei, nos termos dos relatórios apresentados: PL 2.504, de 2022; PL 1.850, de 2021; PL 1.849, de 2021; e PL 713, de 2023.

As matérias serão encaminhadas à Mesa para as providências cabíveis.

Vamos agora votar os requerimentos já lidos e discutidos.

Então, em votação os requerimentos: item 14, Requerimento nº 60, de 2023, de minha autoria; item 15, Requerimento nº 63, de 2023, de autoria da Senadora Zenaide Maia; e dois itens extrapauta: o Requerimento nº 64, de 2023, de minha autoria; e o Requerimento nº 65, de 2023, também de minha autoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em primeiro lugar, só para reforçar: os itens extrapauta já foram votados pelo Plenário para a inclusão na pauta.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que concordam com os requerimentos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Agradeço novamente à Secretaria da Comissão de Educação, sempre tão empenhada nas audiências públicas, nas reuniões da Comissão. Estão fazendo um trabalho de alta qualidade a Andréia e a equipe, basta lembrar que esta é a 41ª Reunião. E, se nós olharmos no portal da Comissão, nós vamos ver muito material disponível para toda a sociedade em termos de todos os assuntos sendo debatidos aqui.

Agradeço também aos meios de comunicação do Senado, que vêm dando toda ênfase para os assuntos da Comissão mais importante do Senado Federal, que é a Comissão de Educação e Cultura, porque, se o Brasil quiser ser diferente e melhor, é pela educação que nós vamos conquistar isso.

Agradeço a todos os Senadores e Senadoras que vêm se empenhando e participando, de uma maneira muito efetiva, dos trabalhos da Comissão. Escutei o comentário do Senador Carlos Viana outro dia, que achei tão bonito, dizendo que dá satisfação para ele participar dos debates da educação. E é isto que a gente tem que ter: essa alegria, o prazer, a satisfação de dizer que os debates da educação são essenciais para aquilo que a gente deseja para o país, fruto de um entendimento também, quer dizer, todos nós nos entendermos, convergirmos, na medida do possível, e, eventualmente, se houver discordâncias, dialogarmos, discutirmos para que a gente chegue ao melhor resultado sempre.

Então, antes de encerrar os trabalhos, convoco a próxima reunião da Comissão para amanhã, 28 de junho de 2023, às 14h, quando será realizada audiência pública da Subcomissão para debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil (CEENSINO), lembrando que esta Subcomissão está sendo presidida pela Senadora Teresa Leitão e que os sumários de todas as audiências da Subcomissão, como das demais audiências públicas, estão disponíveis no portal desta Comissão.

Declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 21 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.135640/2023-14-5 (ANEXO: 005)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 42ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2023, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REMOTA.

Às nove horas e vinte e um minutos do dia três de julho de dois mil e vinte e três, no Remota, sob a Presidência do Senador Wellington Fagundes, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Izalci Lucas e Esperidião Amin. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão, Flávio Arns, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Romário, Laércio Oliveira e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Discutir as redes de educação superior: prioridades e demandas do novo PNE. **Participantes:** Sr. Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca, Diretor de Políticas e Programas de Educação Superior da Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC); Sra. Helena Maria Sant'ana Sampaio Andery, Secretária de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação (SERES/MEC); Sr. Paulo Fossatti, Diretor do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB); Sra. Amábile Pácios, Vice-presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP); Sra. Fabiana Deflon, Representante do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular e da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC); Sra. Elizabeth Guedes, Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP); e Sr. Gustavo Henrique de Sousa Balduino, Secretário Executivo da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Wellington Fagundes
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/07/03

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos! Vamos começar a nossa reunião.

Eu quero aqui convidar, em nome do Senador Flávio, o Sr. Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca, que é o Diretor de Políticas e Programas de Educação Superior da Secretaria de Educação Superior; a Sra. Helena Maria Sant'ana Sampaio, Secretária de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação, (Seres/MEC); o Sr. Paulo Fossatti, Diretor do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras; a Sra. Amábile Pacios, Vice-Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares; a Sra. Roberta Guedes, Representante do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular e da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil; a Sra. Elizabeth Guedes, Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares; e o Sr. Ricardo Marcelo Fonseca, Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes); e ainda o Sr. Gustavo Henrique, que é Secretário Executivo da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.

Passamos, então, inicialmente, a palavra ao Sr. Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca.

Com a palavra. (*Pausa.*)

Conseguiu o áudio? (*Pausa.*)

Então, vamos, agora, passar para a Sra. Helena Maria Sant'ana Sampaio, que é Secretária de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação (Seres). Está presente?

A SRA. HELENA MARIA SANT'ANA SAMPAIO ANDERY (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sim, estou presente. Bom dia a todos e a todas.

É uma grata satisfação participar desta reunião tão importante hoje.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência*.) – A senhora tem a palavra.

A SRA. HELENA MARIA SANT'ANA SAMPAIO ANDERY (Para expor. *Por videoconferência*.) – Pois não.

Eu gostaria de colocar algumas ações da Seres em relação à elaboração do novo PNE.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. HELENA MARIA SANT'ANA SAMPAIO ANDERY (*Por videoconferência*.) – Posso continuar?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Pode, à vontade.

A SRA. HELENA MARIA SANT'ANA SAMPAIO ANDERY (*Por videoconferência*.) – A Seres tem participado ativamente das reuniões do GT do PNE 2024/2034 por meio de assessoria e, quando possível, por meio de seus diretores, levando as contribuições debatidas no âmbito da Seres.

A Seres, nesta gestão, tem estudado os pontos do marco regulatório que necessitam de aprimoramento, tendo em vista torná-los mais eficientes e mais criteriosos, de forma a elevar a qualidade dos cursos e instituições. Então, além dos estudos no âmbito da própria secretaria, estamos realizando reuniões semanais entre a secretaria da Seres e os presidentes do Inep e do Conselho Nacional de Educação visando a coordenação entre as instâncias envolvidas na revisão do marco regulatório do sistema federal de ensino superior.

Nas oficinas, agora colocando...

Talvez eu possa avançar um pouquinho no que tange à Seres e a quais foram os avanços nas oficinas do GT do PNE.

Foram estabelecidos três macroproblemas relacionados à educação superior nos seguintes eixos: primeiro, qualidade da educação superior; segundo, acesso, permanência e conclusão da graduação; e, terceiro eixo, acesso à pós-graduação.

Importante dimensão dos problemas relacionados à qualidade da educação superior em especial está associada ao crescimento vertiginoso da modalidade da educação à distância, especialmente a partir da instituição do novo marco regulatório em 2017, o Decreto 9.057, de 25 de maio de 2017, e a Portaria MEC nº 11, de 21 de julho de 2017, certamente associada também à pandemia.

Em 2021, o número de ingressantes na modalidade EaD chegou a 63% do total de ingressantes no país. Então um dos esforços da Seres relacionado a essa modalidade foi instituir, em março deste ano, o GT-EaD para coletar subsídios para a regulamentação dos cursos de Direito, Odontologia, Enfermagem e Psicologia na modalidade EaD – essa é a Portaria 398, de março de 2023.

Foram realizadas 16 reuniões ordinárias, totalizando 48 horas de debate com a participação de cerca de 30 órgãos de classe e entidades representativas dos setores público e privado, que

levantaram os principais desafios e oportunidades relativos à educação à distância. Este debate também tem ocorrido com a presença de especialistas nessa modalidade.

Bom, com relação aos dois primeiros eixos – qualidade de educação superior, acesso, permanência e conclusão de graduação –, estão elencados abaixo a definição dos problemas e algumas causas levantadas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aí nas oficinas do PNE. E se os senhores me permitirem, eu não sei ainda o meu tempo, eu gostaria de elencar agora esses problemas. (*Pausa.*)

O primeiro é a qualidade da educação superior. E em relação à qualidade da educação superior, existe uma dificuldade de induzir melhoria da qualidade dos cursos em instituições da educação superior na graduação e na pós-graduação. E algumas causas dessa dificuldade estão em definir, a dificuldade em definir os parâmetros para diagnosticar a qualidade da educação superior, considerando a diversidade dos cursos e instituições.

Uma observação aqui das séries em especial é que a construção da cesta de indicadores, hoje pelo Inep, de uma nova cesta de indicadores, deverá significar um avanço no sentido de possibilitar refinar as diferentes dimensões dos cursos e instituições, considerando justamente a sua heterogeneidade e a diversidade de suas missões. A outra causa elencada para essa dificuldade de avaliar qualidade é a carência de política de orientação da oferta de cursos de graduação. O que nós verificamos é uma falta de integração entre política educacional e política de desenvolvimento. Essa foi uma questão levantada no grupo de trabalho do PNE. E essa integração seria uma forma de induzir qualidade e orientar a oferta para áreas estratégicas, para os grandes desafios nacionais de desenvolvimento.

Outro ponto elencado aí no GT foi insuficiência nas diretrizes, normas e parâmetros que orientam a expansão e regulação do sistema de educação superior, especialmente para as instituições privadas. Haveria uma insuficiência de indicadores que permitissem a comparabilidade temporal da qualidade do sistema de educação superior ao longo de um período de tempo.

Outra questão, outra causa também, foi levantada no GT, em relação à oferta predominante de licenciaturas em curso EaD, que estariam descolados da prática pedagógica. O que nós temos observado é que as instituições do setor privado, sobretudo as com fins lucrativos, vêm ampliando a oferta de cursos de graduação exclusivamente na modalidade EaD, e isso tem prejudicado aí a modalidade presencial na oferta de cursos.

O que nós temos observado é que as instituições do setor privado, sobretudo as com fins lucrativos, vêm ampliando a oferta de cursos de graduação exclusivamente na modalidade EaD, e isso tem prejudicado a modalidade presencial na oferta de cursos.

Outra questão que a gente tem verificado é a elevada relação aluno-professor na graduação, sobretudo nas instituições privadas. Nós temos uma média em torno de 46 alunos por professor. Na modalidade EaD do segmento privado, essa taxa chega a 309 alunos por professor, essa média em 2021. Em 2021 é importante notar que os cursos EaD respondiam por 3,17 milhões matrículas e esses mesmos cursos contavam com 10,2 mil docentes. Então a relação professor-aluno está bastante prejudicada nessa modalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda em relação ao EaD, o que o GT identificou é uma ausência de um modelo de avaliação sistemática, especialmente nos polos. Outra causa desse problema de qualidade é que nem todas as instituições que oferecem EaD possuem orçamento específico para manter a regularidade dessa oferta e efetivar a institucionalização da modalidade, isso sobretudo nas instituições federais. Então esse foi um...

Bom, para finalizar esse primeiro eixo da questão da qualidade, é importante colocar as condições de trabalho. O que nós temos assistido é a uma precarização do trabalho do docente na graduação nas instituições privadas. Apesar de as instituições privadas virem liderando a expansão das matrículas, o número de docentes em atuação nessas instituições tem caído ao longo dos anos: em 2011, havia 182.006 docentes em atuação nas instituições privadas; em 2021, dez anos depois, esse quantitativo caiu para 149.700. E, ao mesmo tempo, como já vim salientando aqui, o número de estudantes nessas instituições elevou-se de quase 5 milhões para quase 7 milhões nesse mesmo período. Então você tem de novo aí uma relação aluno-docente insatisfatória.

Eu vou ficando nessa dimensão, porque eu acho que o meu tempo já esgotou.

Eu peço desculpa, mas eu teria mais aí a contribuição das séries, em termos desse diagnóstico, em relação ao problema dois, que se refere a acesso, permanência e conclusão da graduação, que estaria relacionada aí a nossa Meta 12 do PNE.

Eu vou ficando por aqui e estou à disposição dos senhores para outros esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência*.) – Agradecendo a primeira participação, a Sra. Amábile Pácios, queremos convidar já agora, em seguida, o Sr. Paulo Fossatti, Diretor do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras.

Com a palavra, Sr. Paulo.

O SR. PAULO FOSSATTI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Wellington. Bom dia a todos.

Em nome da nossa Presidente, a Reitora Beatriz, o nosso agradecimento por este espaço, por podermos compartilhar a contribuição e as preocupações do Conselho de Reitores sobre o nosso PNE.

É importante dizermos que o Conselho de Reitores agrega todos os segmentos das universidades brasileiras. Esse conselho representa... E é importante dizer aqui que nós temos hoje um total de 2.574 instituições de educação superior no Brasil. Dessas, 313 são estatais, e 2.261 são de natureza privada ou comunitária. O Crub, de alguma forma, participa de vários grupos, GTs sobre este PNE, visto que representa esse guarda-chuva das universidades brasileiras.

Hoje, para este debate, nós trazemos quatro pontos: normativa, formação de professores, taxa de matrícula para educação superior e investimento na educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O ponto número um. O Conselho de Reitores entende que nós precisamos para o novo PNE estar atentos para uma normativa que facilite o regime de colaboração. Nós entendemos que temos muito ainda para avançar na integração com a educação básica, na colaboração de todas as universidades para atingirmos as metas do nosso PNE. E, para isso, nós entendemos que precisamos nos sentir juntos, estar juntos, trabalhar cooperados para podermos dar essa virada de chave na educação brasileira. Então, é o conceito de rede de redes, ou seja, públicas, estatais, particulares, comunitárias e de como podem contribuir com todas as metas do nosso Plano Nacional de Educação. Para isso, o Crub está trabalhando com um GT, para colaborar com a Seres, com esta Comissão, chamado GT Regulação, para tentarmos ter uma regulação menos cartorial e mais estratégica, uma regulação que atenda a um país continental, uma regulação que atenda à vocação e à natureza de cada IES, uma regulação que, de fato, separe o joio do trigo. Temos, sim, reconhecemos, problemas com algumas instituições que não levam a sério a educação neste Brasil. E sabemos da importância da educação superior e dessa união para o desenvolvimento econômico, para o desenvolvimento social.

Número dois. Meta 15 do nosso PNE: formação de professores.

O Crub está muito preocupado com o que nós estamos chamando de "apagão de professores" no Brasil. Se a Meta 15 tinha a grande pretensão de nós chegarmos a ter todos os professores da educação básica da rede pública com formação em licenciatura, uma formação superior em licenciatura, não é o que está ocorrendo. Dados do próprio MEC nos mostram que, hoje, 410 mil professores ou atuam fora da sua área de formação, ou ainda não têm um título de educação superior.

Ora, se nós temos capilaridade com universidades em todo o território nacional, se somos 2.574 instituições de educação superior, podemos, sim, ter uma regulação que nos ajude a formar professores para todo o nosso território nacional. A gravidade do problema é tamanha que, nesta manhã, o Crub oficialmente entregou para o chefe de gabinete do Senador Flávio Arns, o Aires, uma nota técnica sobre formação de professores, salário desses professores. Nós tínhamos como uma das metas ao menos estar na média das principais profissões, e está muito abaixo; a preocupação, também dizemos na nota técnica, de nós atualizarmos as diretrizes das licenciaturas – hoje, temos diretrizes do ano 2002 –; além da grande preocupação de estimular a juventude para a docência, só que a juventude olha para a desvalorização do professor e busca outras áreas do conhecimento.

O terceiro e grande item que o Crub está trabalhando e com o qual está preocupado é a nossa Meta 12 do PNE: a taxa líquida de matrícula. O PNE pede, no mínimo, para se chegar à meta de 33% de taxa líquida dos jovens de 18 a 24 anos na educação superior. Chegamos, hoje, ao índice de 18%. De 18% para chegarmos aos 33%, nós precisamos de um mutirão dessas universidades, com o MEC, com a sociedade, com a educação básica, para fazermos essa virada na educação brasileira.

Nós sabemos, hoje, que temos, até os 29 anos de idade, jovens que não estudam nem trabalham, que são ao redor de 23% dos jovens brasileiros, o que significa em torno de 50 milhões de jovens brasileiros,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

até 29 anos, que não estudam e não trabalham, e isso passa, sim, por uma educação técnica profissional, educação superior, que se dará nessa nossa união de esforços.

E a quarta preocupação que nós trazemos aqui para discussão, que não é só técnica, mas é política, é com a Meta 20. A Meta 20 fala de investimento, a Meta 20 diz de orçamento, a Meta 20, em resumo, diz o seguinte: 7% do PIB até o quinto ano do PNE. Nós já estamos no nono ano do PNE e hoje nós temos, em média, 5,5% do PIB aplicados na educação. E pasmem: para o último ano do PNE, que é o ano que vem, o compromisso da Meta 20 era termos 10% do PIB investidos em educação. Gente, se nós levássemos a sério os 10% do PIB em educação, resolveríamos muito dos nossos problemas – por exemplo, evasão. É uma geração que estamos perdendo. É dinheiro posto fora. Nas particulares e comunitárias, o índice de evasão hoje é de 61% – 61% estão abandonando a educação superior. E vamos para a educação pública estatal: o índice chega a 50%. Metade dos jovens estão indo embora antes de concluir a sua educação superior. Isso nos diz que nós precisamos levar a sério o nosso investimento, o teto de gastos – e não é gasto; é investimento para a educação superior – precisa ser revisto, para que o novo PNE não tenha apenas belas metas, mas possamos ir monitorando, dando musculatura e atendendo para não perdermos mais essa geração que está chegando.

Meu tempo esgotou.

Muito obrigado e depois continuamos a discussão, caso tenhamos mais oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência*.) – Quem vai falar agora? (*Pausa.*)

Nós tivemos a conclusão do Paulo Fossatti e agora, sim, vamos convidar a Amábile Pácios.

A SRA. AMÁBILE PÁCIOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador! Agora, sim, sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência*.) – É, foi feita uma certa confusão.

Só para que todos saibam, ao mesmo tempo eu estou aqui numa cerimônia da inauguração do Corpo de Bombeiros no Estado do Mato Grosso. Em função do problema de saúde do filho do Senador Flávio Arns, ele não pôde estar presente; então nós estamos aqui fazendo todos os nossos esforços.

Então, Sra. Amábile Pácios, que é Vice-Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares, não é isso?

A SRA. AMÁBILE PÁCIOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência*.) – E, com muita satisfação, eu falo pela terceira vez já o nome da senhora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. AMÁBILE PÁCIOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Pois é, parece que só eu que estou nesta audiência, não é? (*Risos.*)

Quero cumprimentar a Secretária Helena Sampaio, que foi a que falou primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência*.) – Isso mesmo.

A SRA. AMÁBILE PÁCIOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – (*Falha no áudio.*)

... no término da fala dela.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência*.) – E ela me desculpe, mas com certeza as duas são competentes.

A SRA. AMÁBILE PÁCIOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sim, e somos amigas também.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência*.) – Ótimo.

A SRA. AMÁBILE PÁCIOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senador, pela oportunidade.

Quero cumprimentar, então, a Secretária Helena Sampaio, o meu amigo e Conselheiro também do CNE, Paulo Fossatti, a Fabiana, que está falando pela Anec, o Alexandre e o Gustavo, que estão conosco nesta mesa, nesta manhã.

Obrigada pelo convite.

Eu estou, neste momento aqui, representando a Federação Nacional das Escolas Particulares. A federação nacional é formada por 23 sindicatos estaduais, que representam tanto a educação básica quanto o ensino superior. Nós temos, na educação básica, 41 mil escolas particulares no Brasil, e, como já falou o Conselheiro Paulo Fossatti, são 2,3 mil instituições de ensino superior.

Como o ensino superior foi já bem privilegiado na fala da Secretária Helena e do Conselheiro Paulo Fossatti, eu vou dar mais ênfase, na minha fala, à educação básica no segmento do ensino particular, lembrando que também estou no Conselho Nacional de Educação, onde, por lá também, faço parte da comissão que acompanha o PNE. Então, temos, assim, sempre dados muito recentes produzidos pelo Inep e nós fazemos um acompanhamento meta por meta dentro do Conselho Nacional de Educação, nessa comissão permanente do PNE.

Com relação às escolas particulares, nesse universo de 41 mil escolas, a capitalização das escolas, no Brasil, é muito grande, e nós, evidentemente, contribuímos para a execução das metas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o que primeiro nos chama a atenção com relação ao PNE é que ele não é uma espinha dorsal para a formação de políticas públicas. O que a gente nota é que o PNE deveria ser um indutor de políticas públicas no âmbito federal, no âmbito estadual e municipal, e o PNE não é essa espinha dorsal, não tem sido. Por quê? Porque as escolas, como trabalham nos municípios, muitas vezes, se veem em choque com as leis federais, municipais e estaduais. Se o PNE fosse uma espinha dorsal, todos falariam a mesma linguagem, e os três entes da Federação não falam a mesma linguagem quando se trata de atingimento das metas. Então, acho que a primeira coisa que a gente, dentro do setor particular, gostaria de pontuar é que o próximo PNE, que é a nossa grande esperança, venha para superar as dificuldades, sobretudo na qualidade, que não foram atingidas no atual PNE, que ele venha, de fato, ser essa espinha dorsal para a formação de políticas públicas no âmbito federal, estadual e municipal.

Também o que a gente nota é que essas políticas públicas não deram ênfase àquilo que nós consideramos importante como diretriz do PNE, que, na realidade, é a erradicação do analfabetismo, a universalização das escolas e a superação das desigualdades educacionais. Nós não entendemos que o PNE foi um indutor dessas diretrizes. Sobretudo para as escolas particulares, a coisa fica muito nebulosa quando você não tem essa diretriz sendo atendida ou observada pelo próprio PNE.

As escolas particulares também foram severamente atingidas pela pandemia, assim como a gente já ouviu o Inep falando que parte das metas do PNE não foram atingidas por dificuldades até da própria pandemia. Então, durante a pandemia, nós também tivemos uma redução do nosso setor, fechamento de escolas, evasão de crianças da educação infantil sobretudo. Na educação infantil, nós tivemos o fechamento de 81 escolas no país, o que, até agora, não conseguimos recuperar. Esse índice foi recuperado parcialmente, ainda não estamos com o índice todo recuperado. Isso significa que, se a criança não estiver sendo atendida pelo setor público, não está sendo atendida por nós, portanto, essa meta ficará longe do seu atingimento.

Lembrando que, já no último acompanhamento do Inep, o Inep já nos mostrava que tínhamos 300 mil crianças nas idades de 3 e 5 anos que estavam fora da escola e 1,5 milhão de crianças na fase do fundamental I, que também estavam fora da escola. E a gente não percebe esse movimento dentro do setor particular como uma recuperação e atingimento, obviamente, das metas que você tem como objetivo.

O Fies também foi um impedimento de atingimento da meta no setor superior. No setor superior particular, como já falou bem o Conselheiro e a Secretária, ele contribui em 80% das matrículas no ensino superior privado. Quando você atinge um programa como esse Fies, você, de fato, perde e tem uma evasão muito grande, como já falaram muito bem os meus antecessores. E o Fies, então, foi um problema grande que tivemos no nosso setor para o atingimento da meta. O Fies sofreu um abalo, que começou em 2015. Durante a pandemia, houve um abalo maior e, portanto, a gente precisaria recuperar esse programa para poder incluir no ensino superior privado mais alunos.

Eu colaboro e ratifico tudo o que a Secretária e o Conselheiro Paulo Fossatti falaram sobre o crescimento do EaD dentro do setor privado, a questão de que, de fato, se há crescimento hoje no setor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

privado buscando o atingimento da meta, ele está no EaD. E acho que a gente consegue enxergar, sem precisar detalhar demais, os problemas do EaD, sobretudo na formação de professores. A gente tem, nas nossas pesquisas, mostrado que o EaD é muito procurado, extremamente procurado, por aqueles que pretendem ser professores. O curso de Pedagogia é o primeiro curso a ser procurado nessa modalidade de EaD nas escolas particulares. Então, de fato, a gente tem que olhar isso com carinho na formulação do próximo PNE, e que esse PNE, ao falar sobre isso, de fato, seja um indutor de políticas públicas nesses âmbitos que eu já conversei com vocês, sobre essa questão.

Apesar do crescimento do EaD, nele também há evasão. Também há evasão. Há evasão também no curso presencial. Essa evasão, que é observada aqui – o Conselheiro Fossatti falou –, sobretudo no setor privado, de 61%, e de 50% na rede pública, é muito acentuada, e, quando você conversa com as IES, as IES, de fato, pontuam a evasão como uma questão muito delicada. E, se o setor é responsável por 80% das matrículas superiores, se tem 61% de evasão, você imagine como o nosso país está precisando de socorro, não é, Secretária Helena? Como o nosso país precisa de socorro.

Bom, o que eu tinha a dizer quanto às escolas básicas com relação ao PNE era isso. Agradeço novamente a nossa participação, reforçando que, lá no Conselho Nacional de Educação, nós estamos acompanhando essa implantação, junto com os órgãos do Governo, MEC, Inep, e estou à disposição.

Muito obrigada. Um abraço a todos, um bom dia e uma boa semana.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência*.) – Bom dia! Queremos agradecê-la.

Agora, sim. Vamos agora convidar a Dra. Fabiana Deflon, que é do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular e também das Associações Católicas do Brasil, não?

A SRA. FABIANA DEFLON (Para expor. *Por videoconferência*.) – Perfeito, Senador. Muito bom dia. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Está correto?

A SRA. FABIANA DEFLON – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Não é porque alguém fez que não, mas está perfeito.

A SRA. FABIANA DEFLON – Sim, sim. É isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Então, com a palavra a Dra. Fabiana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. FABIANA DEFLON (*Por videoconferência.*) – Muito obrigada, Senador.

Cumprimento, na pessoa do senhor, todos os presentes. Estou aqui representando o Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular e a Anec (Associação Nacional de Educação Católica do Brasil). Então, o senhor está correto.

A gente concorda e ratifica todos os que nos antecederam e a gente registra também esse importante momento democrático para discutir o PNE. Estamos no momento de avaliação das metas. É muito importante a gente avaliar o que aconteceu até agora no 9º ano, para a confecção do próximo PNE. Nesse sentido, o fórum tem uma consolidação de várias questões que, há muito tempo, são bandeiras do fórum, dentre elas a questão do financiamento. Então, já foi falado sobre o Fies aqui, e a gente o ratifica. O Fies é uma importante política pública de acesso à educação superior aliado ao Prouni.

O Prouni também deve ser fortalecido, e a gente considera o Prouni uma bandeira importante de acesso à educação superior, tanto para as instituições privadas com fins lucrativos, como para as sem fins lucrativos, porque a divulgação e a ampliação do Prouni interessam a todos. Há uma campanha muito forte do Prouni, os estudantes têm acesso e conseguem enxergar uma possibilidade de acesso à educação superior. Então, a gente considera que o fortalecimento do Prouni é uma consideração primeira a ser dita aqui. Observada, inclusive, a meta 12. Há necessidade de nós cumprirmos essa meta que está prevista em 50%, e que, atualmente, nós temos o cumprimento de 30%. Então, é importante a gente fortalecer tanto o Fies, quanto o Prouni para a questão do acesso.

A qualidade que está descrita na meta 13 também nos importa e é uma questão que o fórum e a Anec defendem muito aqui. Para isso também, nós indicamos a questão da regulação. Há uma necessidade de modernização também do marco regulatório para que as instituições possam também ter autonomia e conseguir atuar com tranquilidade. Nós consideramos que é uma grande oportunidade revisitarmos essa meta e considerarmos a qualidade de educação superior. Para isso, nós analisamos o Enade, e temos instrumentos avaliativos que são muito importantes. Então, consideramos a necessidade de também olhar para esse indicador da qualidade da educação superior.

Sobre as questões que foram levantadas sobre os profissionais da educação, é uma grande preocupação do fórum a questão da qualidade do profissional. Para isso, temos que observar também o ingresso na educação superior dos cursos de licenciatura. Se a gente for observar os dados do Censo da Educação Superior, veremos que os cursos de licenciatura são os que são menos concorridos e têm menores possibilidades de acesso, e também que há um grande índice de pessoas apenas fazendo esses cursos no EaD. Para isso, nós precisamos qualificar, investir nesse profissional.

Então, tem que ter políticas públicas para valorizar esse profissional. A gente considera muito importante essa necessidade de valorização do profissional. Então, tanto na educação básica quanto na educação superior, essa valorização é preciosa para nós. Nós precisamos incentivar as pessoas a fazerem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esses cursos tendo em vista uma perspectiva de mercado, e isso se faz por meio das políticas públicas. Então, é importante que tenhamos um plano de carreira consolidado para os professores, para que esses cursos também sejam desejados pelos alunos. E, para isso, também precisamos inclusive aumentar e ampliar o espaço do Prouni nessas questões de qualificação. Então, por meio das bolsas de mestrado, de doutorado, também incentivarmos as bolsas por meio da Capes, para que os profissionais se sintam incentivados, se sintam motivados a se qualificarem e a terem uma carreira interessante também, tanto no âmbito da educação básica quanto no da educação superior.

O que nós temos que entender é que não podemos falar de educação superior sem falar da educação básica, e não podemos falar da educação básica sem falar da educação superior. Não há como dividirmos isso. Então, é importante termos em mente esses principais pontos que são os pontos que o fórum defende: a modernização do marco regulatório e avaliação de supervisão, criar um modelo de financiamento estudantil que seja interessante e possível, que dê acesso com condições para as pessoas; ampliar o Prouni e reabrir também o Proies, para que a gente consiga ter um sucesso eficiente, duradouro, e que a educação seja expandida por meio da oferta de novas bolsas e a reabertura do Proies, permitindo que as instituições em dificuldades possam quitar as suas dívidas também. Então, temos que pensar nesse momento isso.

Então, oferecer linhas de financiamento para estímulo à inovação nas instituições de educação superior. Os órgãos públicos de financiamento para empresas, como BNDES e Finep, podem criar linhas que estimulem o investimento das IES em novas tecnologias digitais para fazerem frente aos desafios trazidos em metodologias híbridas pela inteligência artificial e algoritmos de personalização da aprendizagem. Nós estamos num outro mundo, num novo contexto. Nós precisamos realmente pensar em linhas de financiamento que possibilitem as novas aprendizagens, os novos saberes. É importante nós termos isso em mente aqui também.

Nós também destacamos, nesse momento, a aprovação de uma reforma tributária justa para a educação e que o setor de educação seja verdadeiramente priorizado sem o aumento da carga tributária, para que haja uma reforma tributária justa para o Brasil, para os milhões de jovens estudantes, e para não sobrecarregar o setor. É importante destacarmos isso também.

Desenvolver também mecanismos de integração da educação superior com a educação básica, reforçando aqui a questão da qualificação do docente, a possibilidade de cooperação entre a educação básica e a educação superior e vice-versa. Então, o setor privado de educação superior é responsável por 70%. Os que me antecederam aqui reforçaram isso, não é?

Então, os novos professores formados a cada ano na educação, a gente tem que colocá-los no mercado de maneira preparada, que sejam ativos, atualizados e colocar possibilidades de financiamento para programas de pós-graduação *stricto sensu* também, fomentar a continuidade para que também possamos cumprir as metas do *stricto sensu*. É importante a gente destacar isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Devemos revisar a legislação da educação brasileira para contemplar as metodologias híbridas, integrar as IES ao mundo do trabalho. É importante também termos esses números da empregabilidade dos jovens a partir da sua formação, a partir da conclusão do seu curso de bacharelado, do seu curso de licenciatura, colocá-los no mercado de trabalho e fazermos essa integração.

Nesse sentido, eu concluo aqui reforçando principalmente essa questão do financiamento para as instituições por meio de uma política pública que seja completa e que possibilite ao estudante fazer o seu bacharelado, a sua licenciatura, continuar os estudos no *stricto sensu*. Para isso, o Prouni e o Fies são políticas públicas essenciais para a educação superior e, também, por consequência, para a educação básica, porque assim vamos formar professores com muita qualidade, e esse é um compromisso do fórum e da Anec.

Muito obrigada pela fala.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência*.) – Queremos agradecê-la.

Agora anuncio a Sra. Elizabeth Guedes, que é Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares.

Então, repetindo, Sra. Elizabeth Guedes, Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares, com a palavra.

Pode ficar à vontade.

A SRA. ELIZABETH GUEDES (Para expor.) – Bom dia, Senador Wellington. Obrigada pelo convite.

Quero agradecer aqui o apoio das pessoas que estão conosco aqui na Comissão de Educação.

Quero cumprimentar a Secretária Helena e, em nome dela, cumprimento todos os que me antecederam, a Amábile e Paulo Fossatti, meus colegas do Conselho Nacional de Educação.

Não vou repetir e nem abordar os temas por eles tão bem desenvolvidos, mas gostaria de voltar um pouco no laço que a Secretária Helena Sampaio fez entre as redes, a avaliação da educação superior e o desempenho no PNE.

Para nós todos é muito claro, e eu sinto falta nesta convocação de uma presença do Fórum Nacional de Educação, que eu também integro... O Fórum Nacional de Educação é um órgão de Estado, de assessoramento ao ministro, e tem como função fundamental não só acompanhar e monitorar o PNE, como também organizar as CONAEs, que são as conferências nacionais de educação, a partir das conferências municipais e das conferências estaduais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse PNE em vigor, eu senti falta dessa capilarização no momento da montagem dele, da definição dele. Não se pode montar um Plano Nacional de Educação desvinculado do que acontece dentro dos municípios, e isso quem sabe são os conselhos municipais de educação, os conselhos estaduais de educação, que estão no dia a dia, ali, com professores, com diretores, lidando com as realidades dos seus estados e dos seus municípios num país que é tão diverso e que tem tantas diferenças, não só socioeconômicas, como também estruturais, geográficas, de ecossistemas, enfim, nós somos vários países dentro de um só.

Então, quando o Senador Wellington, de forma muito acertada, pergunta qual é o papel das redes de educação no PNE, eu diria que, do ponto de vista do ensino superior – que é quem eu estou representando neste momento através da Anup; integro, junto com a Anec e com o Conselheiro Paulo Fossatti, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, e nós temos aí a Andifes, que vem logo depois de mim, com o Gustavo, que também é parte do clube e representa as universidades públicas –, é muito evidente para nós a completa dissociação que existe entre o que acontece no ensino superior e o que acontece na educação básica, e o que nós estamos planejando para ser o PNE dentro do Fórum Nacional de Educação e o que será depois posto dentro desta Casa, tanto na Câmara quanto no Senado, para a definição das metas finais.

Essa dissociação do ensino superior do ensino básico nos impossibilita de ter programas de formação de professores que, de fato, reflitam as necessidades regionais. Nós temos hoje programas de professores que são nacionais: eu estou ensinando em Manaus a mesma coisa que eu estou ensinando em Porto Alegre, supondo que as crianças são iguais e que têm as mesmas necessidades, e a gente sabe que não. Quando a Secretária Helena diz que haverá uma nova cesta de indicadores, nós ficamos muito felizes, porque nós não temos indicadores que induzam a felicidade - nem à felicidade também Conselheiro Paulo Fossatti, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, mas que induzam à qualidade, e o nosso sistema avaliativo está totalmente dissociado da questão da indução de qualidade. Ele é meramente regulatório, punitivo e, por mais que nós não gostemos, ele olha muito mais aquelas 2.574 instituições de ensino superior que estão trabalhando de acordo com o que a norma determina e muito menos aqueles que trabalham fora da norma, que precisariam ser objeto de ação de supervisão e muitas vezes de descredenciamento.

Então, Senador, eu gostaria de dizer ao senhor que, enquanto o MEC não andar junto com a formulação de políticas públicas que ajudem, que apoiem o PNE, nós não teremos muitos recursos para onde ir. Hoje, quando a gente fala em redes, nós na verdade estamos falando de redes que são as grandes empresas, porque as redes de compartilhamento de instituições de educação menores não existem, elas não estão previstas hoje na regulação. E toda vez que a gente vê uma tentativa de formar uma rede com as pequenas faculdades e médias instituições de ensino, quer sejam centros universitários ou não, eu estou na verdade tentando ampliar a autonomia, e não dar condição de sobrevivência a essas escolas. Nós temos, entre essas 2,5 mil instituições de ensino, Senador, 80% delas que não têm 3 mil, 4 mil alunos, num ambiente em que uma grande rede de ensino tem um milhão de alunos. Então, em que o Plano Nacional de Educação tem que mirar também é na sobrevivência desse ecossistema. Não adianta botar metas lá na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

frente se as instituições não conseguem abrir no dia seguinte para ofertar os seus cursos. E não é só uma questão de financiamento: eu posso financiar mil alunos para as instituições, eu posso dar todo o financiamento possível para elas, porque elas sempre estarão num *gap* em relação àquelas instituições maiores, mais bem organizadas e com mais recursos para investimento.

Então, é muito importante que a Seres, principalmente, e o Inep, agora em parceria com o Conselho Nacional de Educação, onde estamos eu, Paulo Fossatti e Amábile, revejam a regulação de tal maneira que pequenas instituições de ensino possam compartilhar, em determinadas regiões, os seus professores, seus laboratórios, suas bibliotecas e toda a sua infraestrutura física. Eu preciso poder recuar a um *back office* as atividades que não são aquelas específicas de sala de aula – a formulação do meu projeto pedagógico, do meu plano de desenvolvimento institucional, da ação das minhas comissões próprias de avaliação – e poder compartilhar recursos.

E eu digo que é em determinadas regiões, porque não tem sentido fazer isso num local onde há grande concentração de oferta. Eu preciso olhar quais são aquelas regiões do Brasil onde eu tenho densidade demográfica, mas não tenho atendimento. Porque é para esse local que os polos de EaD estão indo.

Então, quando a gente fala de ensino a distância, há um preconceito em relação a essa forma de entrega de conteúdo, como se este conteúdo fosse pior do que o conteúdo presencial. Nós sabemos que existem péssimos conteúdos presenciais, tanto é verdade que os alunos estão evadindo os cursos presenciais. O problema do EaD não é a sua intrínseca má qualidade, é a falta de possibilidade que o poder público tem de ter uma política pública que induza esses polos ao interior, aos locais onde não há escola. Nós estamos hoje em apenas 700 municípios, e nós temos mais de 5 mil no Brasil.

Nós vamos obrigar essas pessoas que moram nos igarapés, no interior da Amazônia, ou lá no sertão do Nordeste, ou no interior das serras gaúchas a não estudarem? Nós vamos tirar a possibilidade de ter ali um polo de ensino a distância para que ela consiga se formar, sabendo que todos os cursos vão ter sempre uma carga presencial ligada ao seu estágio, à sua atividade de laboratório, a todo o campo de prática que nós necessitamos ter.

Então, este Plano Nacional de Educação, dissociado da realidade das escolas, dissociado da realidade do país e, principalmente dos alunos, vai ser mais um Plano Nacional de Educação, se assim ele for elaborado, a não atingir metas. As metas só são atingidas quando eu consigo ter instrumentos práticos e físicos para que elas consigam ser atendidas. E nós sabemos que, hoje, isso nós não temos.

Eu queria voltar também um pouco aos indicadores que o Prof. Paulo Fossatti trouxe, mostrando que a nossa juventude está desinteressada nos nossos estudos. Não importa se ela está numa universidade pública ou se ela está numa universidade privada, ela está desinteressada nesses cursos cujas DCNs levam um tempão enorme para serem definidas e, quando são definidas, já estão superadas ou não estão atendendo aos anseios deles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje o mercado de trabalho, que é o que o jovem almeja em primeiro lugar – uma pequena quantidade deles quer fazer carreira acadêmica, quer cursar o *stricto sensu* –, não está mais interessado no que está acontecendo dentro das nossas escolas de ensino superior. Ele quer saber concretamente o que esses jovens sabem fazer.

Antes, era necessário ter inglês, agora não é mais. Se você tiver a competência adequada que o mercado de trabalho está procurando, ele te ensina inglês. Inglês é fácil de aprender. O que é difícil é desenvolver as competências socioemocionais, as competências que permitirão trabalhar as suas habilidades de abstração, de raciocínio lógico, de leitura, de compreensão de texto. Isso nós não vamos conseguir ensinar dentro do mercado de trabalho. E os nossos projetos pedagógicos estão desvinculados também das nossas metas do PNE.

Então, enquanto o Plano Nacional de Educação não for de fato uma política pública orientadora, integradora de instituições de nível superior, públicas e privadas, com as instituições de ensino básico, públicas e privadas, enquanto essa integração não acontecer, nós vamos ficar com Meta 15, Meta 12, Meta 11 e Meta 7, esta eu consegui, e aquela não, mas o resultado total, que é o avanço da educação, o crescimento do desenvolvimento social dos nossos alunos, o progresso do país, continuará não sendo atingido. Tanto é que hoje estados bem-sucedidos não estão pautando suas ações nas metas do Plano Nacional de Educação, estão pautando as suas ações nas metas que o estado constrói internamente para melhorar o ensino básico e, muitas vezes, também o nível superior em relação à sua realidade local.

Senador, agradecendo novamente essa oportunidade, eu gostaria de enfatizar a necessidade de que o Plano Nacional de Educação não seja um documento, mas seja um projeto de governo que ligue o futuro do Brasil. Então, nós temos que ir...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZABETH GUEDES – ... lá conversar com o Ministério da Fazenda e perguntar para ele: Que futuro você quer para o Brasil? É com essa visão de futuro que a educação deve caminhar.

Obrigada.

Que susto que eu levei com essa campainha.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência*.) – Bom, então agora, na sequência, vamos convidar o Gustavo Henrique de Sousa Balduino, que é o Secretário Executivo das Instituições Nacionais de Ensino Superior.

Com a palavra, Dr. Gustavo.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DE SOUSA BALDUINO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito bom dia. Estão me escutando bem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência*.) – Muito bem.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DE SOUSA BALDUINO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Primeiro, quero cumprimentar o Senador e, na pessoa dele, transmitir ao Senador Flávio Arns o nosso agradecimento pelo convite e pela importância dessa atividade. Da mesma forma, cumprimento todos os colegas que estão participando deste debate, que é um debate muito importante.

Trago também o cumprimento do Prof. Ricardo Marcelo, nosso Presidente e Reitor da Universidade Federal do Paraná, que infelizmente não pode participar e me incumbiu da tarefa de representar a Andifes nessa importante audiência.

Pois bem, eu vou pedir para a assessoria me ajudar a transmitir aqui uma pequena e rápida apresentação.

Eu quero falar...

Bom, pode ir adiante, por favor.

Isso é a Andifes.

Nós pretendemos representar as universidades federais do Brasil com a missão de promover ensino, pesquisa e extensão além de defender os interesses dessas instituições – é papel do Andifes.

Vamos adiante, por favor.

Hoje o nosso retrato singelo é este aí: 69 universidades, 334 *campi*, um milhão e poucos alunos graduandos, pós-graduandos, docentes e técnicos.

Próximo, por favor.

Então, dois exemplos de coisas que não se percebe que se faz pelas universidades federais, universidade pública, mas que são fundamentais para o Brasil mostrar a capilaridade e a importância estratégica dessas instituições. Nossos hospitais humanos têm essa dimensão que estava descrita aí, e eu vou me poupar de ler os números porque estão apresentados. E também os hospitais veterinários.

O próximo, por favor.

E é interessante, como destaque também, observar que as nossas universidades, naqueles lugares de que eu falei, daquelas centenas de campi, de sedes, existe um conjunto muito grande referenciado de laboratórios e equipamentos de alta tecnologia em que o pais investiu, e é ali que se faz pesquisa, que se faz ciência e tecnologia e é ali que se vai procurar trilhar o caminho do desenvolvimento do país. Eles estão nas universidades públicas, especialmente nas federais. Simultaneamente, com o desenvolvimento do país sendo um desenvolvimento que se espera civilizatório, nós também temos, e temos muito orgulho, espaços

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

culturais de primeira linha espalhados no Brasil inteiro, de uso público, prédios históricos, museus, teatros, bibliotecas, orquestra sinfônicas, cinemas, obras de arte, exposição pública, grupos musicais, teatrais, porque, na verdade, a civilização é também isso. E aí nós temos obrigação de fazer, alguém tem que fazer. E nós fazemos parte das universidades federais já de há muito tempo.

O próximo, por favor.

O seguinte.

É só um comentário que eu passei aqui. As universidades federais são geridas, operadas por servidores públicos. Então, é importante também que se compreenda a importância da valorização dos servidores públicos de um modo geral e, em especial, das universidades, porque essa tarefa é desempenhada com qualidade, como vocação de vida, como projeto de vida por servidores públicos. Então, quando se pensa em servidores públicos, pensa-se também nas universidades e vice-versa.

O próximo, por favor.

E aqui eu vou dar alguns exemplos que certamente não são novidade para nenhuma das colegas e dos colegas que estão aqui e que são temas onde a Andifes esteve envolvida no debate, a exemplo do que estamos fazendo aqui neste momento, do próximo PNE, absolutamente relevantes, a LDB, o Plano Nacional de Educação. E aí eu botei assim para fazer um pequeno destaque. Aqui eu estou me referindo ao plano anterior a este plano que nós estamos executando e, naturalmente, ao plano que vem no ano que vem, no próximo ano – lei do BEM, Lei do Pré-Sal.

O próximo, por favor.

Lei de Cotas, o Plano Nacional de Educação, que é esse que está em vigência agora. Depois eu vou comentar mais diretamente, o Marco Legal de Ciência e Tecnologia, as leis orçamentárias.

Pois bem, com relação às leis orçamentárias, eu faço uma pequena pausa sobre elas porque, a exemplo do que foi dito, talvez até pela Profa. Elizabeth mais recentemente, toda discussão que se faz sobre educação se não tiver assento num financiamento, nas leis orçamentárias, a discussão é, eu diria, inconsistente, retórica. Por isso, é fundamental que o Plano Nacional de Educação tenha também coparticipação, com assento na mesa em que vai ser discutido, do Ministro da Economia e do Ministro da Fazenda, da Ministra do Planejamento, da Comissão Mista de Orçamento, porque, sem essas normas legais, significa dizer que é um plano que não tem sustentação na execução, passa a ser um plano exclusivamente de metas, o que é muito bonito, o que é muito fácil de fazer, mas é muito pouco consistente para ser executado, haja vista o plano que nós estamos agora no penúltimo ano, porque não foi associado à execução, simplesmente às metas. E a meta, inclusive, de percentual do PIB também não foi cumprida.

Pois bem, a Andifes participou de debates, teve o Fundef, o Fundeb, o Enem, o programa Ciência sem Fronteiras, o Sisu, entre outros. Por que eu estou citando isso aqui? Para deixar claro que a nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preocupação com o ensino superior é de igual monta com a preocupação com a pós-graduação, sobre a qual eu comecei dizendo que nós fazemos pesquisa de ciência e tecnologia, mas, da mesma forma, e igualmente, com a educação básica.

Para a universidade federal, não existe separação entre educação básica e pós-graduação. Essa separação, que é feita de forma normativa, tem que ser superada agora – acho que o Fossatti já falou sobre isso –, a partir do Sistema Nacional de Educação, em que se incluam todas as perspectivas e todos os atores – os gestores municipais, os gestores estaduais e os gestores federais; as Casas Legislativas municipais, estaduais e federais –, porque a gente tem que ter uma parceria, uma colaboração, porque não há que se imaginar solução para o problema educacional do Brasil feita de forma dissociada entre município, estado, União e setores que não integram o Estado.

Próximo, por favor.

Fizemos também planos próprios da Andifes que apresentamos para debate e acabou que nosso plano de expansão redundou no Reuni e nosso plano de assistência estudantil redundou no Pnaes, ou seja, foram iniciativas da própria Andifes, preocupada com problemas concretos que nós tínhamos de expansão, permanência e inclusão, e nós precisávamos ter o nosso jovem na universidade pública e gratuita.

Próximo, por favor.

O seguinte, por favor.

O seguinte.

Eu vou mostrar agora a linha do tempo. Na verdade, estou falando mais rápido, porque eu quero gastar alguns segundos a mais com esta argumentação que eu vou colocar a seguir.

Por favor, o próximo.

Eu me refiro à Andifes. Naturalmente, todas as associações aqui podem fazer uma linha do tempo semelhante com outros personagens, mas alguns em comum. Desde a nossa criação, lá em 1989, nós tivemos... Na parte de baixo dessa apresentação, aparecem os Presidentes da Andifes. Na verdade, estou aparecendo na segunda imagem aí porque foi quando eu entrei na Andifes, em 1993, no final de 1993. Acima e abaixo, as imagens são dos Presidentes. Mas o que vem ao caso mesmo é a linha do centro, que mostra os Ministros da Educação. Estou procurando mostrar aí aqueles mais antigos. Os mais estudiosos vão se lembrar das políticas do Ministro Goldemberg, Tinoco, Murílio Hingel, Paulo Renato.

O próximo, por favor.

E assim por diante.

O próximo, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu quero mostrar com isso? É que, em 33 anos, nós tivemos 20 Ministros da Educação, 20 políticas de educação – se descontarmos que os Ministros Paulo Renato e Haddad ficaram 14 anos, sobram, então, em torno de 20 anos para 18 Ministros da Educação –, e um número maior de Secretários da Sesu e da Seres. Então, é impossível ter um plano nacional de educação sem uma política que seja permanente. Então, o binômio que nós devemos defender e buscar é o binômio financiamento e estabilidade das políticas.

Nós gastamos os últimos quatro anos discutindo se a universidade tinha compromisso, se tinha maconheiro e dívidas federais ou se não tinha. Política pública na educação não discutimos. Então, o que nós precisamos é ter alguma forma...

E o Plano Nacional de Educação, talvez discordando da Profa. Beth, algum tempo atrás, não pode ser um plano de governo, tem que ser um plano de Estado, que envolva na sua construção – e aí volto a concordar com ela – todos os atores – e, para isso, o Fórum Nacional de Educação é uma ferramenta fundamental –, mas não pode estar dissociado do Congresso Nacional nas suas diversas áreas de atuação, a começar pela educação. Se a Comissão de Educação toma essa iniciativa, merece todo o nosso parabéns e apoio, mas essas iniciativas devem ir adiante também, como eu já disse, na Comissão de Ciência e Tecnologia, claramente, mas, sobretudo, na Comissão de Orçamento, porque nós estamos, por coincidência, agora num período, num tempo, discutindo a LDO de 2024 – e o Senador conhece bem essa tramitação, porque tem tido muito empenho em apoiar as nossas universidades, sobretudo as de Mato Grosso. E estamos recebendo agora, possivelmente nos próximos dias, a Ploa, o Orçamento de 2024. E estamos, como manda a Constituição também, discutindo o PPA. Então, é muito difícil imaginar que se possa ter um plano nacional de educação consistente quando ele não é apoiado no orçamento designado para os diversos anos em que ele vai ser aplicado, a começar pelos quatro primeiros anos, em que o lugar dele é no PPA.Então, é preciso trazer para esse debate os Parlamentares que tratam de orçamento, mas também a área econômica do Governo.

Esse debate do Plano Nacional de Educação é incompatível, por qualquer ângulo que se olhe, com um debate de tetos ou controle de gastos, que se possa dizer, para se manter meta fiscal em cima da educação. Então, nós estamos tendo, agora, um debate de fundo, que é o novo arcabouço – o nome é até estranho –, junto com a reforma tributária, e a gente não ouve, em momento nenhum, falar em como financiar a educação, a ciência e a tecnologia e a saúde. A gente ouve assim: como nós vamos gastar o teto? Como nós não vamos gastar mais do que precisa para a taxa de juros abaixar? Uma taxa de juros baixa é muito importante, mas uma sociedade educada é mais importante ainda.

Portanto, o que nós defendemos na Andifes é que o Plano Nacional de Educação tem que ser construído coletivamente pelos diversos entes federativos, tem que ser olhado no sentido de ser um programa de Estado, para que tenha perenidade ao longo dos anos, transpassando governos, e, simultaneamente, tem que ter o financiamento estabilizado nas leis máximas: o PPA, a Lei Orçamentária

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Anual e a Lei de Diretrizes. Isso tudo tem que ser um compromisso coletivo, que tem que superar as questões partidárias, as questões de momento, as questões de mandato, porque é muito difícil...

E aí eu concluo, dizendo o seguinte: o Plano Nacional de Educação deve ser orientado por um projeto de desenvolvimento nacional, e o que falta para nós, na verdade, é isto: um projeto de desenvolvimento nacional, ao qual estariam correlacionados o Plano Nacional de Educação, naturalmente, que é o objeto do nosso debate aqui, mas também o Plano Safra, o plano de ciência e tecnologia, o plano da saúde, o plano de industrialização, o plano de tecnologias da informação e comunicação, as TICs. Ou seja, onde o Brasil vai parar nos próximos 10 anos? Está faltando essa guia, está faltando essa diretriz, está faltando esse caminho. Talvez seja mais importante do que os outros, porque, caso contrário, nós vamos ficar com um conjunto grande de planos dissociados uns dos outros, disputando orçamento e amarrando a construção de um projeto de desenvolvimento a que o Brasil possa chegar e alcançar o papel que tem no mundo.

Muito obrigado pela atenção de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – (*Falha no áudio.*)

... já que aqui ainda é bom dia.

Antes de encerrar, eu gostaria de saber se alguém gostaria de fazer uma consideração em função de não termos mais nenhum Parlamentar para fazer perguntas.

Há alguém que gostaria ainda de se manifestar? (*Pausa.*)

O Sr. Alexandre conseguiu chegar? (*Pausa.*)

Então, podemos convidar o Sr. Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca, que é o Diretor de Políticas e Programas de Educação Superior da Secretaria de Educação Superior (Sesu/MEC).

Com a palavra, Dr. Alexandre.

O SR. ALEXANDRE BRASIL CARVALHO DA FONSECA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador. Bom dia, colegas que compartilham comigo essa mesa.

Quero agradecer o convite, em nome da Secretaria da Educação Superior aqui do MEC. Trago a saudação da Secretária Denise, que está em viagem no momento.

É bom falar por último. Como estava previsto para eu falar primeiro, eu tinha feito um resumão das metas até 2024 vigentes. Eu vou apresentá-las, mas já comentando alguma coisa pensando no próximo PNE, que é o tema desta audiência.

Como todos conhecem, as metas ligadas ao departamento, digamos assim, da Sesu, que são as metas de ensino superior, envolvem três metas do plano. E, no relatório produzido pelo Inep, que já esteve aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participando desta Comissão – o Presidente Manuel Palacios –, basicamente, é elevar a presença de estudantes no ensino superior, elevar a qualidade a partir da qualificação do corpo de professores e elevar a presença e a formação na pós-graduação *stricto sensu*. Então, essas são as três grandes metas do PNE em vigor.

Como já apresentado aqui por vários dos que me antecederam, a gente não alcançou a primeira meta, a Meta 12. Está em 38%, dados de 2021, numa meta de 50%, enquanto, na taxa líquida, nós não chegamos aos 33% previstos, chegando a 25,5%.

O que é importante em relação a esses dados das metas – acho que é importante salientar – são as desigualdades regionais como também as desigualdades em relação a gênero e raça, que o Inep tem explorado nos seus relatórios.

Então, aqui já há dados de 2022, a partir do Power BI que o Inep possui. A gente tem um pequeno aumento em relação ao dado do ano anterior, de 2021, mas ainda bem aquém da meta de 50%, com 38,5% de taxa bruta. Todo mundo que estudou em universidade vive no Brasil atualmente, sendo que Região Sul e Região Centro-Oeste, mais próximas ao esperado em relação à meta; Região Sudeste, um pouco mais abaixo; e Regiões Norte e Nordeste, bem mais abaixo. Temos dois estados que alcançaram a meta em 2022 – o Distrito Federal e o Rio Grande do Sul –, e o Rio de Janeiro bem próximo também de alcançar a meta; e os três estados com menores percentuais: Sergipe, Bahia e Maranhão.

Em relação a gênero, o que nós temos – e é bem significativo, e aí a demarcação de que o Brasil se caracteriza pelo alto nível de desigualdade com que a gente convive –, quando a gente olha em relação a homens e mulheres, pessoas brancas e pessoas pretas, pardas e indígenas, a gente tem, entre brancos, 36% com a taxa líquida na idade certa, digamos, quem está matriculado em universidade – as pessoas brancas, então, alcançam a meta, em 2021 –, enquanto pretos, pardos e indígenas se encontram em cerca de 19%; homens, 21,5%, 21,6%; e mulheres, quase 30%.

Há uma diferença também muito grande em relação ao Brasil urbano e o Brasil rural.

Quando a gente olha os estados, você tem acima da meta, em relação a pessoas brancas, três unidades da Federação; enquanto mulheres, em seis unidades da Federação; homens, em uma unidade da Federação apenas; e PPI (pretos, pardos e indígenas), apenas em uma unidade da Federação, no caso, o Distrito Federal, que tem maiores percentuais em relação a ensino superior.

Aqui a gente tem comparação entre mulheres brancas, homens brancos, mulheres não brancas e homens não brancos, e, de novo, há desigualdade: enquanto mulheres brancas, 38% com ensino superior na idade certa, já homens não brancos – homens pretos, pardos e indígenas –, 14%.

A inflexão da covid é outro elemento que também merece nossa atenção, e, obviamente, isso tem impacto não só nesses dados, mas todo o impacto que isso representa na aprendizagem, nos conteúdos, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

há toda uma preocupação de que os educadores e todos os atores envolvidos com educação precisam considerar o que foi a realidade desse período da pandemia e como isso afeta não só índices, mas afeta a saúde mental, afeta uma série de elementos que a gente precisa ter em consideração e ter no horizonte.

Aqui, um outro dado, ainda na Meta 12, o terceiro indicador, que é o percentual das escolas públicas, das universidades públicas em relação ao aumento do ensino superior. É uma taxa, como a gente pode ver, que varia bastante nesses dez anos, sendo que, em 2020, que é aquele relatório, estava em 3,6%; em 2021, se eleva a 9,3%, mas muito aquém dos 40% previstos.

Um elemento fundamental, que já foi tratado por mais de um expositor que se apresentou antes de mim, é o fato do aumento do EaD – 133% do crescimento do ensino superior se dão devido ao aumento do EaD, da educação a distância; 41%, hoje, da educação, desses 8, 9 milhões de matrículas, são relacionados a ensino a distância; e 85%, praticamente, se concentram em universidades privadas com fins lucrativos. Esse é um desenho atual do ensino superior brasileiro, que precisa estar no horizonte quando a gente discute e pensa essas implicações e uma série de elementos aí que vão ser considerados.

Aqui, a Meta 13 é uma meta que foi cumprida, que é a questão do mestrado e doutorado de professores.

Aqui, em relação ao perfil das universidades, há algumas diferenças: as universidades públicas com alta capacitação de seus docentes; privadas com fins lucrativos; e municipais e especiais aí também quase, praticamente, chegando à meta.

A Meta 14 também cumprida, em relação a diploma de mestrado e doutorado, com o impacto da pandemia ao final.

Mas, fundamentalmente, considerando também o meu tempo, o que eu queria tratar é de dois elementos que já foram abordados pelos que me antecederam, mas, primeiro, o esforço que tem sido feito, no Brasil, de aumento das matrículas no ensino superior. Ainda é difícil a situação que a gente vive em termos de comparação com os dados internacionais. Então, o Brasil ainda se encontra numa posição, em comparação com os países mais desenvolvidos da OCDE, de um dos piores índices em relação tanto à geração dos 25 a 34, que é esse corte aí que aparece no gráfico, como também entre os mais velhos, de 55 a 64, e a evolução brasileira podendo ser melhor se a gente olha para os outros países que se apresentam nesse gráfico.

Um ponto importante é a inflexão que acontece em vários dados que foram analisados relacionados aos anos de 2016/2017. Então, a gente tem o problema decorrente da pandemia e também o problema que se dá devido à descontinuidade e todo o processo do *impeachment* que acontece em 2016 e 2017. Então, a velocidade de crescimento diminui e os investimentos em educação superior pública também têm uma série de impactos e mudanças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alguns dados que também demarcam muito o ano de 2016 são em relação à procura nas principais formas de ingresso patrocinadas pelo MEC. No caso, nas inscrições para o Sisu, já temos uma diminuição significativa a partir de 2016, o que se repete no Fies e no Prouni. Então, o quantitativo de alunos que se inscrevem a partir de 2017 tem sofrido uma diminuição e, quanto à ocupação de vagas ofertadas em 2021, a gente tem que 70% das vagas das universidades públicas, em média, estão ocupadas ou são ocupadas em 2021, logo no início, e isso vai aumentando. Então, isso é até o final do ano, mas ainda se completa um pouco mais.

E o número, nas universidades privadas, com 18% em média de ocupação das vagas ofertadas. Então, a promoção do acesso ao ensino superior hoje no Brasil passa por aumentar a quantidade de alunos, mas passa fundamentalmente também por repensar esse processo de ocupação com as vagas que atualmente têm sido ofertadas, em como têm sido ofertadas.

E um elemento que eu tenho um pouco refletido é na própria valorização do ensino superior no Brasil. Como o Gustavo comentou anteriormente, a gente teve um período de ataque, de questionamento sobre o papel e a importância das universidades. E hoje eu acho que um papel fundamental desta Comissão e das organizações que estão aqui presentes é afirmar simbolicamente a importância e o valor que representa o ensino superior para uma nação; a educação superior em conjugação com a educação básica e as outras esferas de educação como um todo, como central para o desenvolvimento de um país e para a dignificação da vida da sociedade.

Quanto ao impacto orçamentário, não vou detalhar isso, mas é muito significativa a redução do orçamento a partir de 2016.

Aqui, especificamente, duas políticas que são tratadas na minha diretoria, que é o programa de Bolsa-Permanência e o Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), em que também se tem uma diminuição de recursos. Comparados a valores atualizados pelo IPCA, são valores que precisariam estar aumentados, e a gente conseguiu, com a PEC da transição, um aumento, no caso do Bolsa-Permanência, significativo, que foi o aumento concedido a estudantes indígenas e quilombolas. E, no caso do Pnaes, um pequeno aumento e a certeza da necessidade de um incremento dos recursos para a permanência estudantil nas universidades brasileiras, considerando os baixos valores, em comparação com os outros países da OCDE, praticados no Brasil para a assistência estudantil.

E aqui um ponto central: quanto ao impacto do ensino superior na realidade brasileira, comparada aos outros países do mundo, em relação aos salários recebidos por quem trabalha e tem ensino superior, o Brasil se destaca de uma forma muito diferente em relação aos outros países. Considerando a educação básica como ganhando 100, uma pessoa com nível superior no Brasil recebe 400, quatro vezes mais, em média, do que uma pessoa com educação básica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, concluindo, a Secretária Helena já comentou em relação ao novo PNE, a exemplo do que está sendo discutido no grupo de trabalho, nos três temas relacionados à educação superior, que envolve, na questão da qualidade: a preocupação com a condição de trabalho dos profissionais de educação e técnicos em educação; a preocupação na relação formação e mercado; toda a discussão sobre as políticas regulatórias; o tripé ensino, pesquisa e extensão, que, mais do que sociabilidade, prevê uma integração e uma simbiose; a questão da avaliação, que tem sido muito tratada aqui; a questão do EaD e a necessidade de enfrentar esse crescimento e pensar nesse crescimento, tanto estrategicamente como em relação à qualidade; e o investimento com foco em qualidade.

Na questão do acesso: a consideração em relação às desigualdades; a importância da relação com a educação básica, do diálogo com a educação básica; o foco nos currículos e nas práticas pedagógicas dos nossos cursos de graduação; toda a preocupação com financiamento e infraestrutura, obviamente; e essa discussão sobre a valorização do ensino superior, tanto em relação a questões salariais, como o Paulo comentou, como em relação ao valor que representa estudar numa universidade, ter uma formação de nível superior.

Por fim, na questão do acesso à pós-graduação: de novo, a questão do fomento; a importância da diversidade nos programas de pós-graduação; a assimetria de ofertas de cursos de pós-graduação; o despreparo das universidades e dos programas com a diversidade, situações ligadas à saúde mental, maternidade; e toda a preocupação tanto com o acesso e permanência quanto, também, com a integrabilidade dos egressos do ensino superior.

Bom, agradeço ao Senador Wellington, que presidiu a reunião, agradeço aos colegas, e a Sesu se encontra à total disposição para dialogar e pensar o PNE e o futuro da educação brasileira.

Um grande abraço e um bom dia a todos e todas.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência*.) – Vou desativar aqui.

Eu quero, então, convidar o Paulo para que ele faça as considerações finais, já que ele tinha pedido. (*Pausa.*)

Oi?

O SR. PAULO FOSSATTI (*Por videoconferência*.) – Oi... Oi, agora, sim...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência*.) – Oi, Paulo.

O SR. PAULO FOSSATTI (*Por videoconferência*.) – O microfone... Está me ouvindo? Sim?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência*.) – Estou ouvindo bem.

O SR. PAULO FOSSATTI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador. Obrigado a todos.

Eu apenas quero reforçar o que foi dito aqui por todos nós, da importância de termos um projeto de Estado para a educação. Nós todos somos sabedores de que países que investiram em educação mudaram a economia e mudaram as pessoas. Coreia do Sul, Singapura, Japão, Finlândia tiveram como planejamento estratégico apostar na educação.

É importante que não tenhamos apenas decisões técnicas para o nosso próximo Plano Nacional de Educação, mas decisão política. E, quando eu digo decisão política, é, de fato, termos um pacto nacional pela educação, em que todos nós – aquilo que eu disse no início – formemos uma rede de cooperação, independentemente da natureza das universidades, das escolas, das instituições governamentais ou não governamentais, para aproveitarmos os cérebros, a capacidade instalada, nossos laboratórios e espaços, para fazermos essa grande transformação, que precisamos, por uma educação para todos.

Muito obrigado, e o Crub continua à disposição para os próximos debates.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência*.) – Bom, quero, então, concluindo aqui, passar para a nossa convidada Elizabeth Guedes, que é Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares.

Com a palavra, Elizabeth.

A SRA. ELIZABETH GUEDES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador Wellington.

Eu queria aproveitar para deixar aqui um abraço para o Senador Flávio Arns, sempre tão cooperativo em relação à educação.

Eu não combinei com o Paulo Fossatti, mas o que eu ia dizer era exatamente o que ele disse.

Queria agradecer aqui ao meu amigo Gustavo, porque eu falei "projeto de governo" pensando em "projeto de Estado", e o Plano Nacional de Educação precisa de ser uma grande coordenação nacional e uma decisão de governo de longo prazo. Dez anos talvez seja pouco tempo, mas, se nós fizermos em dez anos o que nós nos propusermos a fazer, sempre olhando para o futuro e de forma integrada – como todos nós aqui concordamos que precisamos estar –, eu acho que nós vamos ter sucesso e mudar, reverter essa situação triste em que o Brasil se encontra, com seus alunos terminando o ensino básico sem saber ler, sem saber escrever; não compreendem textos, não conhecem matemática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, nós precisamos mudar radicalmente para que o Brasil não seja apenas um celeiro de alimentos e de *commodities* para o mundo civilizado, educado, enquanto nós vamos ficar aqui exportando tudo que não precise de tecnologia e inovação.

Então, eu quero agradecer mais uma vez. Obrigada ao seu time, que está aqui de forma competente nos ajudando, e até a próxima, Senador. Muito obrigada por tudo.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência*.) – Eu quero agradecer aqui em nome do Senador Flávio Arns a todos que puderam contribuir de forma extremamente importante para a Comissão de Educação.

É claro, teremos outros debates, e o objetivo de todos nós é exatamente aperfeiçoar o nosso processo educacional. Há um reconhecimento muito grande de que precisamos fazer um verdadeiro mutirão, e eu volto a insistir na importância, também, da participação de pais, da família na escola, principalmente nos fins de semana. Fico muito preocupado quando acontece um problema, a questão de mortes, a insegurança nas escolas, e a preocupação é aumentar o tamanho do muro, colocar cercas de arame, as concertinas em cima do muro. Eu vejo que nós precisamos colocar é a família para dentro da escola e acabar, se possível, com os muros, colocar grade, para que quem está dentro da escola possa ver o que está acontecendo lá fora e vice-versa. Então, acho que esse mutirão com a participação de pais, mestres e todos os envolvidos na educação se faz extremamente importante para que a gente busque, através dessa aproximação da família, da comunidade com a escola, uma melhor convivência e uma melhor forma de aprimorar nossa educação.

Então, agradeço aqui a todos os profissionais, àqueles que tiveram oportunidade de estar aqui falando e àqueles que acompanharam também. Um grande abraço!

Mais uma vez, em nome do Senador Flávio Arns, começamos a semana pedindo a Deus que ilumine a todos para que a gente possa, cada vez mais, buscar o aperfeiçoamento, no caso aqui, principalmente da educação.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 50 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 43ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE JULHO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e dezenove minutos do dia quatro de julho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Paulo Paim e Damares Alves, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Izalci Lucas, Ivete da Silveira, Soraya Thronicke, Leila Barros, Plínio Valério, Jussara Lima, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Humberto Costa, Wellington Fagundes, Eduardo Gomes, Zequinha Marinho, Wilder Morais e Esperidião Amin, e ainda do Senador Angelo Coronel, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Styvenson Valentim, Cid Gomes, Nelsinho Trad, Augusta Brito, Flávio Arns, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Romário e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 41ª e da 42ª reuniões, que são aprovadas. A presidente comunica os documentos recebidos pela secretaria; e comunica a disponibilização dos dados do Painel de Monitoramento do PNE 2014-20224 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1751, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que trata da alimentação escolar na educação básica, para determinar que o cálculo do valor per capita da merenda, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar, leve em consideração indicadores socioeconômicos das redes escolares destinatárias dos repasses federais, bem como a capacidade de financiamento das prefeituras e dos governos estaduais e distrital." **Autoria:** Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação com a emenda substitutiva que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 1, de autoria do senador Carlos Viana. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatora. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1372, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Autoriza o Poder Executivo a implantar serviço de monitoramento de ocorrências de violência escolar." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1 - CSP. **Resultado:** Aprovado o relatório pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1 - CSP. **ITEM 3 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei do Senado n° 211, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a obrigatoriedade, por parte dos sistemas de ensino, da oferta de educação especial para o trabalho para pessoas com deficiência sob a forma de cursos com carga horária mínima de quinhentas horas de aulas e com número de vagas proporcional à população de pessoas com deficiência em idade economicamente ativa residente na região abrangida pelo sistema de ensino." **Autoria:** Senador Romário (PSB/RJ). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação da Emenda nº 1-CE (substitutivo) e aprovação parcial da emenda nº 2-S, nos termos da subemenda que apresenta. **Resultado:** Aprovada, em turno suplementar, a Emenda nº 1-CE (substitutiva) ao Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2017, com a Emenda nº 2-S, na forma da Subemenda nº 1-CE. **ITEM 4 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei n° 2201, de 2022** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para prever a instituição de Conselhos Escolares e de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fóruns dos Conselhos Escolares." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela rejeição das Emendas nº 1 e nº 2-PLEN. **Resultado:** Aprovado o relatório pela rejeição das Emendas de Plenário nº 1 e nº 2. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 5656, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, para modificar a definição de biblioteca escolar e criar o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1045, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para que sejam observados valores praticados em mercado ao se destinarem recursos para o pagamento de cachês a profissionais essenciais à execução de projetos culturais do segmento da dança clássica." **Autoria:** Senadora Ivete da Silveira (MDB/SC). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Aprovado com a emenda nº 1-CE. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 4176, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, para determinar a observância de percentuais mínimos para cada sexo na denominação de bens públicos." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA). **Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, favorável ao projeto. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 2375, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei 13.369, de 12 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a garantia do exercício da profissão de designer de interiores e ambientes e dá outras providências." **Autoria:** Senadora Margareth Buzetti (PP/MT). **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Aprovado o relatório favorável à Emenda nº 1-CE (substitutiva). **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 10, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Inscreve o nome do Padre Cícero Romão Batista no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 2209, de 2021 - Terminativo -** que: "Confere ao Município de Lagoa Dourada, no Estado de Minas Gerais, o título de Capital Nacional do Rocambole." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 1675, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o exercício da atividade de Psicopedagogia." **Autoria:** Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Aprovado o relatório favorável ao projeto com as Emendas nº 1-CE e nº 2-CE. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 58, de 2023** que: "Requer a realização de uma audiência pública para debater a instituição do Dia Nacional das Olimpíadas Científicas e do Conhecimento." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Resultado:** Aprovado, com subscrição da senadora Zenaide Maia. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 66, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 60/2023 - CE, seja incluído o seguinte convidado: representante da Associação dos Servidores do Inep (ASSINEP)." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado, com subscrição da senadora Zenaide Maia. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 67, de 2023** que: "Requer audiência pública para instruir o PL nº 5.708, de 2019, que “institui o Dia Nacional do Combate ao Estupro”" **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 69, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso aos servidores públicos da administração direta do Ministério da Educação (MEC) em favor da implementação de políticas de valorização profissional, planos de cargos, carreiras e salários,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e, de igual modo, pelo trabalho que desempenham, há décadas, com dedicação e esmero, em favor do aprimoramento da gestão dos órgãos públicos da educação e redesenho da governança entre União, Estados e municípios, dentro de um Sistema Nacional de Educação (SNE), dimensões que exigem um MEC muito mais fortalecido em termos de capacidades institucionais e profissionalização de seu corpo técnico." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS/AL), Senador Fabiano Contarato (PT/ES), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 70, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a Perspectiva dos Pós-Graduandos no mundo do trabalho do Século XXI." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Professora Dorinha Seabra
Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/07/04

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberto a 43ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação e Cultura da 1ª Sessão Legislativa da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 41ª e 42ª Reuniões, realizadas nos dias 27 de junho e 3 de julho de 2023.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico que foi apresentado à Comissão o seguinte documento: Ofício n° 206, de 2023, da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon), contendo uma nota pública conjunta a respeito dos impactos do novo arcabouço fiscal (Projeto de Lei Complementar n° 93, de 2023).

O documento permanecerá por 15 dias no *site* da Comissão para manifestação dos interessados. Após esse período, será arquivado.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) disponibilizou, na última sexta-feira, 30 de junho, os dados atualizados do Painel de Monitoramento do PNE 2014-2024.

A ferramenta apresenta informações oficiais dos 56 indicadores de monitoramento do PNE. O painel reúne dados por região, unidades da Federação... (*Pausa.*)

(*Soa a campainha.*)

... municípios e perfis socioeconômicos. Por meio de gráficos e tabelas, o usuário pode observar os dados de forma desagregada, possibilitando, assim, uma visão clara e acessível dos dados. As informações são atualizadas sempre no mês de junho de cada ano.

Os indicadores apresentados abrangem diversas dimensões da educação, como acesso, permanência, qualidade, equidade e valorização dos profissionais da área. A divulgação desses indicadores tem como objetivo principal contribuir para uma análise mais aprofundada do panorama da educação no Brasil, permitindo o acompanhamento do cumprimento das metas estabelecidas no PNE. Dessa forma, gestores e pesquisadores podem utilizar essas informações como subsídio para a formulação de políticas educacionais mais efetivas e embasadas em evidências, buscando promover melhorias no sistema educacional.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados na Comissão.

Informo que os itens da pauta que tratam de matérias relativas a assuntos honoríficos e exigem quórum de maioria absoluta para a sua aprovação serão votados nominalmente e em bloco, com a abertura do painel eletrônico.

Se não houver discordância do Plenário, votaremos em bloco os demais itens que exigem votação nominal.

Os Senadores poderão votar por meio do aplicativo Senado Digital desde que tenham registrado presença pessoalmente no Senado Federal. (*Pausa.*)

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Sra. Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Pois não, Senadora.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Pela ordem.) – Poderia inverter o Item 7, para eu poder lê-lo agora?

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – O primeiro item é do Senador Confúcio e ele está presidindo uma outra Comissão. Eu passo para ele e, em seguida, eu passaria para a Senadora.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 2201, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para prever a instituição de Conselhos Escolares e de Fóruns dos Conselhos Escolares.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela rejeição das Emendas nº 1 e nº 2-PLEN

Observações:

1. A matéria constou da pauta da reunião do dia 27/06/2023.

2. Em Plenário, foram apresentadas as Emendas nº 1 e nº 2 - PLEN, de autoria do Senador Mecias de Jesus, conforme art. 235, II, "d", do Regimento Interno do Senado Federal.

É um projeto da Câmara dos Deputados, de autoria da Deputada Federal Luiza Erundina.

Em 06/06/2023, esta Comissão aprovou o parecer favorável ao projeto.

Concedo a palavra ao Senador Confúcio Moura para a leitura do seu relatório sobre as Emendas de Plenário n°s 1 e 2.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Como Relator.) – Perfeito!

Sra. Presidente, Senadoras, Senadores, esse projeto é de 2008. De 2008 para hoje, temos 15 anos. É de autoria da Deputada Luiza Erundina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou direto à análise.

Esta Comissão, ao apreciar a proposição, se manifestou favoravelmente à sua aprovação, acatando nosso entendimento de que o texto atendia aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

Ademais, no mérito, o PL nº 2.201, de 2022, está em consonância com as normas gerais da educação e seu conteúdo é um passo para a concretização do princípio da gestão democrática no cotidiano da educação brasileira.

No Plenário, o PL recebeu emendas. A Emenda nº 1-PLEN, visa a vedar a eleição, para os conselhos escolares, de trabalhadores da educação para representar os segmentos dos pais ou responsáveis e da comunidade. No que se refere aos fóruns dos conselhos escolares, a emenda procura assegurar que haja paridade na representação entre os segmentos dos pais ou responsáveis, dos estudantes e da comunidade em relação aos trabalhadores da educação e representantes de órgãos da educação.

De pronto, manifestamos nossa admiração pela qualificada participação do nobre Senador Mecias de Jesus no debate desta proposição. No entanto, recomendamos a rejeição da Emenda nº 1-PLEN, tendo em vista que ela trata de questão específica do funcionamento e composição dos conselhos e fóruns de conselhos escolares, temas que mais bem se adequam às normas que serão editadas em cada ente federativo, e não a uma lei de caráter geral como a LDB. Ademais, julgamos que impedir os profissionais da educação de se fazerem representar como pais de alunos, quando eventualmente o forem, pode configurar uma injustiça e instaurar insegurança jurídica na aplicação da lei.

A Emenda nº 2-PLEN, por sua vez, determina que as reuniões dos conselhos escolares e dos fóruns dos conselhos escolares sejam públicas e gravadas em meio eletrônico, salvo nos casos de matérias urgentes e relevantes. Torna obrigatórias, ademais, a divulgação das pautas e a disponibilização, em prazos específicos, das gravações e das atas das reuniões deliberativas, com exceção daquelas que envolvam documentos classificados como sigilosos ou matérias de natureza administrativa.

Consideramos que essa emenda dispõe sobre tema fundamental: a transparência e o controle social das decisões dos órgãos da gestão democrática.

Nesse sentido, louvamos sua apresentação pelo nobre Senador Mecias de Jesus.

Em que pese esse reconhecimento, julgamos tratar-se de questão muito específica, adequada para legislação de cada sistema e, em alguns casos, até mesmo para normas infralegais, como os regimentos internos dos conselhos escolares e dos fóruns de conselhos escolares.

Em razão disso, recomendamos a rejeição.

O voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, votamos pela rejeição das Emendas nº 1-PLEN e nº 2-PLEN, oferecidas em Plenário ao Projeto de Lei nº 2.201, de 2022.

É esse o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Obrigada, Senador Confúcio Moura.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, pela rejeição das Emendas de Plenário nº 1 e nº 2.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis. (*Pausa.*)

A pedido da Senadora Ivete, passamos para o item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 4176, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, para determinar a observância de percentuais mínimos para cada sexo na denominação de bens públicos.

Autoria: Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA)

Relatoria: Senadora Ivete da Silveira

Relatório: Pela aprovação

Observação:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Concedo a palavra à Senadora Ivete, para a leitura do seu relatório.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Como Relatora.) – Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com o art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação manifestar-se em proposições que versem sobre homenagens cívicas, tema presente no PL nº 4.176, de 2021.

A análise empreendida no âmbito desta Comissão cinge-se ao mérito da proposição, uma vez que o exame dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade será realizado pela CCJ, quando a matéria for deliberada por aquele Colegiado, nos termos do art. 101 do RISF.

O PL nº 4.176, de 2021, busca corrigir a notória disparidade de gênero verificada na atribuição de nomes a logradouros e edifícios públicos das cidades.

Nesse sentido, dados do IBGE do ano de 2019 revelam que, a cada cem logradouros públicos, 47 levam nomes masculinos, 42 possuem nomes neutros, como datas e árvores, e apenas 11 têm nomes femininos.

De fato, ao percorremos as cidades do Brasil afora, nos deparamos constantemente com personalidades masculinas homenageadas nos nomes dos principais pontos urbanos, como praças, pontes e avenidas.

Como bem ressaltado na justificação apresentada pela autora, a ausência de referências a nomes femininos em denominações de ruas, avenidas, pontes, praças, viadutos, parques, museus, estações de trem e metrô reforça a imagem de que as grandes conquistas resultaram predominantemente do universo masculino.

O caminhar da história é registrado não apenas nos livros, jornais e peças informativas. Monumentos, edifícios e territórios carregam simbolismos e representações de épocas, personalidades e acontecimentos. O tempo atual impõe que essa história viva não seja mais marcada pelo apagamento da importância de mulheres que prestaram valorosos serviços ao país e à sociedade.

Além disso, o olhar para a representatividade é fundamental para a superação de desigualdades históricas e para a própria construção de identidades. Ao reconhecerem nomes de mulheres homenageadas, outras mulheres percebem a possibilidade de atingir também essas posições de evidência.

A prestação de homenagens a personalidades por meio da denominação de bens públicos de forma equitativa e justa contribui para a promoção da igualdade entre os sexos, pilar para a construção de uma sociedade livre. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres constitui expressamente um dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no Brasil, estipulados pela Organização das Nações Unidas. A esse respeito, a ONU estabelece como medida a ser tomada pelo Brasil a adoção e o fortalecimento de políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, a proposição normativa em análise revela-se meritória e oportuna, na medida em que impacta positivamente a sociedade, por meio de medida concreta capaz de contribuir para a promoção da igualdade entre homens e mulheres.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.176, de 2021.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Obrigada, Senadora Ivete, pela apresentação do seu relatório.

Em discussão a matéria.

Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Eu quero aqui parabenizar a Senadora Eliziane Gama e a nossa Relatora Ivete.

É verdade. Tem municípios, aliás, que têm homens que são contemplados em várias não só ruas, mas outras coisas. Às vezes é o mesmo homem sendo contemplado em colégios, unidades de saúde, ruas. Então, isso quer dizer que não temos mulheres que representam e que podem fazer parte desse...

Agora, tem alguns municípios, gente, em que só é permitido para pessoas que não estão vivas, em que há lei municipal que não permite que a pessoa em vida seja homenageada com nomes de ruas ou de qualquer outro equipamento.

Parabéns, Eliziane! Nós já temos que começar a mostrar a nossa história, mas como mostrar se nem os nomes fazem com que se lembrem das mulheres deste país? Então, parabenizo a nossa colega Senadora Eliziane e também a nossa Relatora Ivete.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Quero cumprimentar a Senadora Ivete pelo relatório.

Eu acho que hoje eu garanto uma ponte com o meu nome, no mínimo uma ponte a gente garante com o nosso nome hoje!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma realidade, Presidente: a gente chega às cidades, especialmente no interior, e às vezes vê ruas em bairros diferentes com nomes de homens numa cidade em que mulheres fizeram história, mas que não são homenageadas. Há grandes professoras, grandes Vereadoras, ex-Prefeitas, donas de casas... Por que não donas de casas terem seus nomes numa rua?

Aí eu quero aqui aproveitar, Presidente, e fazer uma homenagem a três grandes mulheres – a gente comemorou agora os 200 anos de Independência –: aquelas três baianas corajosas que são a Maria Felipa, a Maria Quitéria e Joana Angélica, das quais para cá se fala tão pouco! Os meninos leem uma vez ou outra nos livros de história, mas, saindo da Bahia, se reverenciam tão pouco essas três grandes mulheres que marcaram a história do país.

Parabéns, Senadora Ivete! Parabéns à autora também! Acho que a gente dá um passo, é mais uma política afirmativa para a gente colocar na pauta, todo dia, a todo instante, a condição feminina e as mulheres que tanto, tanto colaboram com a nossa nação. Parabéns!

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Bem observaram as colegas que me antecederam. Não é só essa questão do equilíbrio. Não seria necessário ter uma legislação se não houvesse uma realidade tão duramente explícita na maioria dos nossos estados e municípios. Então, tanto a iniciativa da Senadora Eliziane Gama quanto a relatoria da Senadora Ivete...

Eu hoje, no meu estado, tenho acompanhado muitas inaugurações e tenho visto que vários Prefeitos têm tomado a iniciativa de homenagear famílias comuns, histórias de uma enfermeira que faleceu, de uma professora, igualmente de famílias e homens de história comum.

E tem um debate nascendo hoje na área da educação em vários municípios de vários estados: questionam-se nomes que já estão consolidados em praças e escolas, nomes de pessoas cuja história não reflete a educação ou cujos hábitos e história não querem mais ver homenageados. Então, tem muitos casos de escolas que homenageiam gente fora de toda a realidade...

E a Senadora Damares mencionou um fato importante: nós temos muitas histórias negligenciadas de pessoas que tiveram lutas importantes e que os livros de história... Conforme a condução, inclusive, que era dada à própria produção dos livros históricos, há o esquecimento de histórias de mulheres e de homens que precisam ser retomadas.

Acho que é um tema muito importante.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria será encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Obrigada, Senadora Ivete.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Pela ordem.) – Na medida do possível, se for possível inverter a ordem na pauta, o meu item é o item 8. Eu não sei quem está na minha frente e que está presente aqui, mas, na medida do possível, se for cabível inverter, eu gostaria, por conta da minha agenda, que está bem puxada hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – As próximas relatorias são minhas, e eu tenho um compromisso também às 11h, inclusive a Senadora Damares iria assumir. Eu posso passar para V. Exa... A agenda não pode ser a justificativa, porque todos nós temos, e eu tenho uma às 11h, mas eu passo a palavra, V. Exa. lê, faz o voto do seu, e eu, em seguida, já convido a Senadora Damares para que possa assumir em seguida a Presidência.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Eu agradeço. Imagino que obviamente V. Exa. também tenha... Vou passar, então, Senadora, direto para a análise, para facilitar. É um projeto de lei... Direto na análise?

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu vou fazer a...

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 2375, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei 13.369, de 12 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a garantia do exercício da profissão de designer de interiores e ambientes e dá outras providências.

Autoria: Senadora Margareth Buzetti (PP/MT)

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo apresentado.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

2. A matéria constou da pauta da reunião do dia 13/06/2023.

Concedo a palavra à Senadora Soraya Thronicke para leitura do seu relatório.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Conforme dito anteriormente, vou passar direto para a análise.

Quero agradecer a presença da autora do projeto, a Senadora Margareth Buzetti.

De acordo com o art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão de Educação opinar sobre matérias que versem sobre normas gerais da educação, como é o caso da proposição em apreço.

Via de regra, as leis que regulamentam profissões tratam da formação escolar e acadêmica pertinente a cada atividade. Dado que as normas sugeridas na ocasião da aprovação do projeto que gerou a Lei nº 13.369, de 2016, foram vetadas, sem reconsideração do Congresso Nacional, esse diploma legal permaneceu com tal lacuna. O projeto em exame busca preencher esse vazio, mediante a exigência, para o exercício da profissão de *designer* de interiores e ambientes, de diplomas nos cursos de Design de Interiores, Composição de Interior e Design de Ambientes, denominações distintas para curso de mesma natureza, seja de tecnólogo, seja de bacharel. Já para o nível técnico, consolidou-se, no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) elaborado pelo Ministério da Educação (MEC), a nomenclatura de técnico em *design* de interiores, utilizada no projeto de lei. Assim, com apenas algumas alterações, a proposição tenta reconstituir a matéria que a manutenção do veto deixou sem regulamentação.

As referências do projeto à revalidação de diplomas obtidos no exterior é desnecessária, pois todo diploma devidamente revalidado confere a seu titular as prerrogativas dos diplomas expedidos por instituições de ensino brasileiras, nos termos da legislação pertinente, sem que haja necessidade de repetição em cada caso.

Cumpre registrar que a menção a reconhecimento de instituições não é precisa, pois a terminologia usada oficialmente para instituições de ensino é credenciamento.

Para efetuar os ajustes pertinentes, inclusive de técnica legislativa, apresentamos substitutivo à matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desse modo, no que se refere ao mérito educacional, o projeto deve ser acolhido por este Colegiado, ressalvada a competência da CAS de apreciar a temática da regulamentação profissional, inclusive para apreciar o texto sugerido pela proposição ao §3º (§2º no substitutivo) do art. 3º-A da lei em comento.

O voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.375, de 2022, na forma do substitutivo apresentado a seguir.

A emenda é a seguinte:

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º A Lei nº 13.369, de 12 de dezembro de 2016, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 3º-A e 7º-A:
"Art. 3º-A. O exercício da profissão de designer de interiores e ambientes, em todo o território nacional, é assegurado aos titulares de diploma de curso superior reconhecido, expedido por instituição de ensino credenciada, em:
I – Design de Interiores;
II – Composição de Interior;
III – Design de Ambientes.
§ 1º O titular de diploma expedido por instituição de ensino credenciada só poderá exercer suas funções ou atividades após registro nos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia – CREA.
§ 2º O exercício das funções ou atividades descritas em lei, bem como o controle e a fiscalização desempenhados pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA, ficam garantidos aos designers de interiores e ambientes sem prejuízo ao exercício profissional de outras profissões regulamentadas."
[E, por fim:]
"Art. 7-A. Fica assegurado por esta Lei, no âmbito de todo o território nacional, o exercício da profissão de técnico em design de interiores ao titular de diploma ou certificado de curso de técnico em Design de Interiores oficialmente reconhecido.
Parágrafo único. O exercício das funções ou atividades do técnico em Design de Interiores será definido pelo Conselho Federal de Técnicos Industriais."
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É este o voto, Sra. Presidente.

E agradeço a V. Exa. pela liberalidade. Muito obrigada.

E parabéns, Senadora Margareth Buzetti.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Em discussão a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, a autora do projeto, a Senadora Margareth Buzetti.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT. Para discutir.) – Eu fiz questão de vir aqui agradecer, Soraya, pelo relatório, porque esta lei corrige uma injustiça com os *designers* de interiores. Até os tecnólogos tinham uma condição de fazer parte de um conselho, e os *designers* de interiores, com maior número de aulas, não podiam fazer parte do mesmo conselho, quer dizer, não eram reconhecidos como profissionais da categoria. Fico muito feliz.

Espero que ele ande rápido na CAS e vá para a Câmara para que seja aprovado, porque eles vêm lutando com isso há muito tempo.

Obrigada, Sra. Presidente.

Eu acho que é uma injustiça que a gente está corrigindo hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Senadora Margareth Buzetti.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório ao Projeto de Lei nº 2.375, de 2022, nos termos do substitutivo apresentado.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à matéria, Substitutivo nº 1 da Comissão de Educação.

A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Sociais.

Muito obrigada.

Eu passo a Presidência à Senadora Damares para que possa... Os próximos itens são de minha relatoria.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Bom dia, Senadora.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 1751, DE 2023

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que trata da alimentação escolar na educação básica, para determinar que o cálculo do valor per capita da merenda, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar, leve em consideração indicadores socioeconômicos das redes escolares destinatárias dos repasses federais, bem como a capacidade de financiamento das prefeituras e dos governos estaduais e distrital.

Autoria: Senador Eduardo Braga (MDB/AM)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação com a emenda substitutiva que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 1, de autoria do senador Carlos Viana.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao projeto.

2. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 30/05/2023 e 06/06/2023.

3. Em 29/05/2023, foi apresentada a emenda n° 1, de autoria do Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG).

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Deste projeto, eu já tinha trazido o voto.

É um projeto extremamente meritório. A preocupação do Senador Eduardo Braga é de, dentro dos recursos da merenda, a partir de 2025, eles terem como critério central o nível socioeconômico dos educandos.

A pedido do Senador Paim, nós fizemos uma audiência pública, que foi extremamente produtiva, com a presença do Ministério da Educação, do Consed, da Undime, de uma instituição que apresentou dados importantes em relação à questão da segurança alimentar. Em virtude dessa audiência, eu fiz alterações no relatório, e ele está disponível.

E hoje eu estou atendendo ao Ministério da Educação, que pediu um tempo para que todas essas entidades possam ver o novo parecer, a partir da audiência pública, uma vez que ele foi apresentado ontem. Contando com o compromisso de que o votaremos na próxima semana, eu estou, então, fazendo a retirada do item, sem nenhuma obstrução do Governo – ele pode se manifestar –, mas está prometido de nós o votarmos, de colocá-lo em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No texto, eu acho que a gente avançou muito, mantendo a questão da universalidade e também trazendo o critério socioeconômico, mas não tirando os critérios hoje que são dados a quilombolas, a indígenas, a diferentes fatores de aplicação.

Eu o retiro.

E vamos ao segundo item.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O. k., retirado de pauta.

Vamos para o segundo item.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 1372, DE 2022

- Não terminativo -

Autoriza o Poder Executivo a implantar serviço de monitoramento de ocorrências de violência escolar.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1 - CSP

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Segurança Pública, com parecer favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 - CSP.

Este projeto é uma iniciativa do Deputado Federal Paulo Bengtson.

Concedo a palavra à Senadora Professora Dorinha para a leitura do relatório.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Muito obrigada, Sra. Presidente.

Nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições que tratem de normas gerais sobre educação. Assim, vamos à análise do PL 1.372, de 2022.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passando à análise da matéria, é inegável o mérito da proposição. Com efeito, as preocupações que deram origem ao PL são compartilhadas por toda a sociedade. Os casos de violência em nossas escolas chocam e sensibilizam a todos nós, especialmente considerando que as vítimas são crianças, que os algozes são muitas vezes também crianças ou adolescentes e que a violência se manifesta em ambientes historicamente reconhecidos como espaços de cuidado, de educação e de cultura e nunca da barbárie.

A violência escolar possui causas múltiplas, e as formas de combatê-la constituem um grande desafio a todos nós. As autoridades públicas precisam estar atentas para combater e prevenir todas as formas de violência nas escolas. Ademais, o Legislativo não poderia estar ausente entre os atores que debatem a questão e buscam um diálogo com os diversos segmentos sociais para propor soluções para que a cultura da paz se consolide no espaço escolar.

Nesse contexto, parece-nos muito oportuna a implementação de um sistema articulado entre os entes federados para levantar ocorrências de violência escolar; sistematizar e divulgar medidas de combate à violência escolar; promover programas direcionados à formação de uma cultura da paz; assessorar as escolas consideradas violentas; e apoiar psicossocialmente as vítimas de violência. Além disso, o número de um telefone de acesso gratuito para o recebimento de denúncia de violência escolar ou risco iminente de sua ocorrência bem como uma solução de informática que integre e trate todas as informações recebidas por meio de diferentes vias poderão ser capazes de evitar outras tragédias como aquelas que diversas escolas do país têm experimentado nos últimos tempos.

Por fim, entendemos que a emenda da Comissão de Segurança Pública não deve ser acolhida tendo em vista que obriga que outro Poder pratique atos inseridos no âmbito de sua respectiva competência.

O voto é pela aprovação do Projeto de Lei 1.372, de 2022, com rejeição da Emenda nº 1 da Comissão de Segurança Pública.

Esse é o nosso voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto e contrário à Emenda nº 1 da Comissão de Segurança Pública.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 211, DE 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a obrigatoriedade, por parte dos sistemas de ensino, da oferta de educação especial para o trabalho para pessoas com deficiência sob a forma de cursos com carga horária mínima de quinhentas horas de aulas e com número de vagas proporcional à população de pessoas com deficiência em idade economicamente ativa residente na região abrangida pelo sistema de ensino.

Autoria: Senador Romário (PSB/RJ)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação da Emenda nº 1-CE (substitutivo) e aprovação parcial da emenda nº 2-S, nos termos da subemenda que apresenta.

Observações:

1. Discussão em turno suplementar do Substitutivo ao PLS 211/2017, aprovado na Comissão em 06/06/2023.

2. Foi recebida em 19/06/2023, em turno suplementar, a Emenda nº 2-S ao Substitutivo aprovado, de autoria do senador Laércio Oliveira.

A matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável.

Em 6 de junho de 2023, esta Comissão aprovou o substitutivo apresentado, agora submetido a turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno.

Foi apresentada, em 19/06/2023, em turno suplementar, a Emenda nº 2 ao substitutivo aprovado, de autoria do Senador Laércio Oliveira.

Ao substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 13/06 e 20/06.

Será realizada uma única votação nominal para o substitutivo ao projeto e à Emenda nº 2, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra à Senadora Professora Dorinha para a leitura do relatório.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Nos termos dos arts. 282 e 283, compete à Comissão de Educação analisar novamente, em turno suplementar, o PLS 211, de 2017.

Assim, importa reiterarmos a relevância e a pertinência da iniciativa do Senador Romário, ao tempo em que reafirmamos a adequação das modificações apresentadas no âmbito do substitutivo discutido e aprovado neste colegiado.

Em relação à Emenda nº 2, optamos pelo acolhimento parcial, nos termos da subemenda, para indicar que a norma deve ser aplicada às instituições privadas e comunitárias que, de alguma maneira, recebam recursos públicos. Assim, o autor da emenda citada tem certa razão quando menciona o princípio constitucional da gratuidade, mas não se pode ignorar que muitas dessas instituições percebem recursos públicos, muitas vezes de grande monta. Elas não podem, portanto, deixar de ser abrangidas pelo PLS em comento quando auferem recursos públicos para a realização de suas atividades.

Aproveitamos para atualizar a norma, mencionando também as instituições comunitárias que, posteriormente à aprovação da Lei 13.868, de 3 de setembro de 2019, deixaram de ser consideradas instituições privadas de ensino, conforme o art. 19 da LDB, passando a constituir nova categoria administrativa. Por coerência, essas instituições também devem ser incluídas no rol das abrangidas pelo PLS nº 211, de 2017, caso recebam, de alguma forma, recursos públicos.

O meu voto é: em função do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei (PLS) 211, de 2017, na forma da Emenda nº 1, da Comissão de Educação, e pela aprovação parcial da Emenda nº 2, da Comissão de Educação, subemenda a seguir, que altera o art. 59, §1º:

> Art. 59. .....
> .....
> §1º As instituições de ensino que oferecem educação profissional, públicas ou privadas e comunitárias que percebem recursos públicos, ficam obrigadas a oferecer, nos termos do regulamento, vagas gratuitas para as pessoas com deficiência em cursos com carga horária, infraestrutura e formato adequados.
> Sala da Comissão.

Quero só esclarecer a importância do projeto. Nós temos, em todas as diretrizes do processo de inclusão, a obrigatoriedade de garantir espaço, formação e inclusão no mundo do trabalho às pessoas com deficiência. O projeto, em especial, trata da responsabilidade, nos cursos de formação profissional que recebam recursos públicos, de que exista um percentual de vagas garantidas a esta formação, para que eles tenham condição de exercer o seu trabalho de maneira digna, de acordo com as suas deficiências, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

capacitado e garantida a sua formação. Então, o projeto é de grande mérito, aliando a questão da formação, da ocupação no mundo do trabalho e do respeito à pessoa com deficiência.

É esse o nosso...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Pela ordem.) – Pela ordem, Sra. Presidente.

Eu queria dizer que vou subscrever o requerimento do nosso Senador Flávio Arns, que é o item 13, e também o item 12, que é do Senador Astronauta Marcos Pontes, que está aí na pauta. Vou subscrever para poder fazer a leitura.

Quer dizer, então, que mesmo recebendo recursos públicos, a formação profissional tecnológica não tem essa obrigatoriedade que já há, por exemplo, nos institutos federais, nos institutos estaduais de ciência e tecnologia de, no mínimo, 5% de pessoas com deficiência?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Só um instantinho, nós estamos na discussão da matéria.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Na verdade, é o contrário.

O projeto do Senador Romário estabelece uma carga horária, tinha uma proposta de ter um percentual de horas. Então, tem um curso de formação... Nós estamos avançando, estabelecendo o número de horas obrigatório, porque hoje eles teriam as vagas, mas nós queremos mais do que ter a vaga: frequentar um curso regular, em qualquer área de formação. Eles têm que ter uma formação específica. Então, além de abrir a vaga, tem a quantidade de horas. Acho que 160 horas foi o estabelecido, mas nós estamos colocando em regulamento que ele é proporcional ao curso. Então, o projeto vai além. Além de abrir a vaga, estabelece que a instituição precisa criar um programa direcionado, ou seja, adaptado às condições da pessoa com deficiência, para que o curso realmente tenha efetividade e ele possa buscar o seu espaço no mundo do trabalho, de acordo com os percentuais já assegurados de vagas mínimas para pessoas com deficiência.

Existia a emenda do Senador Laércio. Ela propunha que as instituições privadas não tivessem essa obrigação, somente as instituições públicas. O que nós estamos dizendo aqui? As privadas e as comunitárias recebem dinheiro público? Elas precisam cumprir com a legislação. Esse é o projeto e a rejeição parcial à emenda apresentada pelo Senador Laércio. Entendemos que, se recebem dinheiro público de qualquer natureza, elas têm que cumprir, obviamente. É um percentual de vagas, não queremos comprometer nenhuma instituição, mas é a garantia ao cidadão, que tem direito a ser preparado para buscar um espaço. Muitas empresas alegam que têm vaga, mas que não têm gente preparada ou qualificada, de acordo com a deficiência. Nós queremos a vaga, mas queremos dar a qualificação, para que isso não seja uma desculpa para que não exista um espaço devidamente adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Eu quero parabenizar aqui o Senador Romário e a Relatora, Professora Dorinha. Realmente, não adianta oferecer a vaga obrigatoriamente e não ter uma qualificação mais dirigida, de acordo com o tipo de deficiência que a pessoa tem. Porque, se você botar uma deficiência e não tiver, não entender que, muitas vezes... Eu acho que, quando chega lá, a gente já sente que todos têm habilidade. Eu, inclusive, tenho um assessor que é surdo e já tem curso de... A primeira formatura, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em Letras, Libras e Língua Portuguesa. Foram vinte! Então, quer dizer, se for fazer uma qualificação em qualquer curso técnico, eu acho que Romário e a Senadora Professora Dorinha tiveram esse olhar diferenciado... Porque podem, perfeitamente, mesmo as pessoas que não têm nenhum tipo de deficiência, mas têm habilidade para determinada coisa, ser aproveitadas com isso.

Então, por que não qualificar naquela área de acordo com a deficiência? Esse é um projeto bastante salutar. Esse é um ganho grande. Mais uma lei de inclusão.

Parabéns!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal.

Eu solicito à Secretaria que abra a votação.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Enquanto nós estamos em processo de votação, eu vou passar ao item 6.

Antes, primeiramente, agradeço à Senadora Damares pela Presidência.

Muito obrigada.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 1.045, DE 2023

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para que sejam observados valores praticados em mercado ao se destinarem recursos para o pagamento de cachês a profissionais essenciais à execução de projetos culturais do segmento da dança clássica.

Autoria: Senadora Ivete da Silveira.

Relatoria: Senador Esperidião Amin.

Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta.

Observações:

1. A matéria constou da pauta da reunião do dia 27/06/2023.

2. Será realizada uma única votação nominal para o projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo o requerimento em destaque.

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin para a leitura do relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Sra. Presidente, eu quero agradecer primeiro a Deus, não é? Estou em uma Comissão que só tem mulheres presentes. Isso é uma sorte minha: Senadora Zenaide, Senadora Damares, Senadora Professora Dorinha. Eu sou um afortunado! Se eu pudesse, eu não sairia daqui. Acontece que eu estou na Comissão de Assuntos Econômicos com uma relatoria e tenho que ir à Comissão de Segurança Pública. Por isso, eu gostaria de, muito singelamente, dizer que esse projeto, de autoria da Senadora Ivete da Silveira, é muito oportuno, especialmente neste momento de retomada de eventos, de espetáculos, eventos culturais especialmente e artísticos, pós-pandemia.

O projeto estabelece essas condições que devem reger a apresentação e a contrapartida, ou seja, os valores praticados no mercado que devem nortear o pagamento de cachês a profissionais essenciais à execução de projetos culturais no segmento da dança clássica especialmente.

Por isso, apresentei apenas uma emenda, com a qual a Exma. Sra. Senadora e coestaduana Ivete da Silveira concorda, que é art. 29-A, que reza:

> Art. 29-A Serão observados os valores praticados no mercado, nacional ou internacionalmente, definidos na forma de regulamento, sendo desconsiderados eventuais limites infralegais, para o pagamento de cachês com recursos incentivados pelo Pronac às seguintes categorias de artistas e profissionais de espetáculos artísticos [seguem-se duas categorias]:
> I – bailarinos e outros artistas e profissionais essenciais à execução de projetos culturais dos segmentos de dança clássica, moderna e contemporânea;
> II – músicos e regentes de música erudita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é a emenda que, ao meu ver e com a concordância da autora, aperfeiçoa o projeto.

Eu queria pedir, Sra. Presidente, que, se fosse possível, como esta também é uma deliberação terminativa, que fosse aberto também, caso a discussão permita, o painel para esta votação.

Normalmente se faz uma votação só para o conjunto de projetos apresentados, mas como já foi aberto o painel para o projeto anterior... (*Pausa.*)

Era o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir eu encerro a discussão.

A votação precisa ser feita de forma nominal e ao final, Senador Esperidião, porque essa que está em andamento é uma votação em turno suplementar. Então, ela precisa ser separada. (*Pausa.*)

Enquanto o quórum... (*Falha no áudio.*)

... atingido, vamos à leitura de alguns requerimentos.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 58, DE 2023

- Não terminativo -

Requer a realização de uma audiência pública para debater a instituição do Dia Nacional das Olimpíadas Científicas e do Conhecimento.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Passo a leitura do requerimento à Senadora Zenaide, que o subscreveu.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para encaminhar.) – Sra. Presidente, requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir com especialistas a importância de instituir no calendário nacional o Dia Nacional das Olimpíadas Científicas e do Conhecimento.

A realização de uma audiência pública para debater a instituição do Dia Nacional das Olimpíadas Científicas e do Conhecimento é uma ação extremamente relevante e necessária. As olimpíadas científicas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desempenham um papel fundamental no estímulo à pesquisa, aprendizado e desenvolvimento de jovens talentos na área científica. Além disso, essas competições fornecem uma plataforma para o reconhecimento e valorização do conhecimento.

Instituir um dia dedicado a essas olimpíadas não servirá apenas para celebrar a importância dessa ferramenta educacional tão importante, mas também ressalta e reforça a necessidade de o poder público apoiá-las e expandi-las para todo o território nacional.

Essa iniciativa certamente contribuirá para aumentar a visibilidade das olimpíadas científicas, incentivar maior participação dos estudantes e estimular investimentos tanto do setor público quanto do privado nessas atividades. Para embasar legalmente esta proposta, estamos cumprindo a Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que estabelece procedimentos para a realização de audiências públicas como instrumento para a instituição de datas comemorativas nacionais.

Portanto, a realização de audiência pública com a participação de especialistas da área de educação, ligados ao mundo das olimpíadas científicas, é uma medida eficaz para cumprir as exigências legais e iniciar o processo de aprovação dessa data comemorativa tão significativa.

Esse é o parecer.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Em discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Professora Dorinha, eu não vou comentar, só vou elogiar a importância desse requerimento, pois ele vai instruir o projeto para nós termos um debate cada vez mais aprimorado, em um dia para discutirmos o Dia Nacional das Olimpíadas Científicas e do Conhecimento.

É só para cumprimentar a iniciativa do autor e da Relatora.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Senador Paim.

Encerrando a discussão.

Esse requerimento será votado oportunamente com todas as deliberações que serão feitas ao final.

Eu quero só dar ciência ao Senador Paim que nós realizamos a audiência pública que tinha sido solicitada sobre aquele projeto da alimentação escolar. O voto foi apresentado. A audiência foi extremamente rica e acrescentou pontos. Eu alterei o relatório e devemos votá-lo na próxima semana.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode contar com o meu voto, Senadora Presidenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada.

A Senadora Damares, com a Presidência.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está encerrada a votação do PLS 2011, em turno suplementar.

Nós vamos declarar os votos.

Peço que se abra ao painel.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Já estamos com 14; e, com certeza, são 14 "sim", bem grande.

O.k.

Houve 13 SIM.

Nenhuma abstenção.

Nenhum NÃO.

Parabéns, aprovado!

E aqui eu quero registrar, Dorinha, cumprimentos pelo trabalho nesse projeto de lei.

E meus cumprimentos ao nosso querido Senador Romário pela autoria.

Essas coisas precisam ser muito faladas, Senadora Dorinha. Há tantas críticas a esta Casa, tantas críticas, e as Comissões produzindo o tempo todo, produzindo matérias que vão mudar a vida de milhões de pessoas. Essa é uma das matérias. Parabéns ao autor e à Relatora, parabéns aos Senadores que participaram do amplo debate dessa matéria.

Devolvo a Presidência à nossa Senadora Dorinha.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Senadora Damares.

Eu gostaria de pedir ao Senador Paim para que assumisse aqui a Presidência, em virtude de a Senadora Damares ter vários itens em pauta, e eu preciso me ausentar. Muito obrigada. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.135640/2023-14-5 (ANEXO: 005)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É com orgulho que eu assumo a Presidência neste momento, em nome dessa grande Senadora, a Professora Dorinha Seabra, que tem feito um trabalho brilhante aqui no Senado.

E já que sentei aqui, eu também quero manifestar meu carinho, minha solidariedade ao querido Presidente desta Comissão, o Senador Flávio Arns, e desejar vida longa, saúde para o seu filho Osvaldo, que, segundo a assessoria, me informaram que é um tratamento delicado, mas que ele já passou por um momento como esse no passado. E que ele se recupere. Que Deus dê muita luz para ambos.

Estou à disposição dos senhores.

Agora vamos para o item 10.

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 2209, DE 2021

- Terminativo -

Confere ao Município de Lagoa Dourada, no Estado de Minas Gerais, o título de Capital Nacional do Rocambole.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria constou da pauta da reunião do dia 27/06/2023.

A iniciativa é do Deputado Federal Aécio Neves. Relatoria: Senador Carlos Viana.

A Senadora Damares vai ser Relatora *ad hoc*. Pois não.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Vamos direto à análise da proposta.

Compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições que versem sobre temas relacionados à cultura, conforme o art. 102, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal. Por força da exclusividade da distribuição, incumbe opinar sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, técnica legislativa e mérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lagoa Dourada é uma cidade histórica do Estado de Minas Gerais, situada na região de Campo das Vertentes, com cerca de 12 mil habitantes, e destaca-se pela pecuária leiteira, pela produção de hortigranjeiros e pelo melhor rocambole do Brasil. A tradição do doce remonta há 100 anos, e sua criação é atribuída a Miguel Youssef e sua esposa, Dolores de Mello, descendentes de libaneses. O rocambole originalmente era feito de pão de ló, recheado com doce de leite, e tornou-se famoso na década de 1960, sendo vendido em vários estabelecimentos próximos à igreja Nossa Senhora do Rosário. Hoje, a cidade é conhecida como a capital estadual do rocambole, título oficializado pela Lei nº 23.509, de 2019, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. A posição estratégica do município, localizada entre a cidade de Belo Horizonte, São João del Rei e Tiradentes, com seu perímetro urbano cortado pela Estrada Real, contribuiu para popularizar a tradição do rocambole. A receita original ganhou diversas variações de recheios, mas as várias padarias que produzem a iguaria fazem questão de manter a tradição do preparo e a excelência da qualidade do produto.

A cidade realiza, desde o ano de 2009, a Festa do Rocambole e Mostra Cultural, evento que celebra a importância do doce para a economia e a cultura da cidade, atraindo pessoas de várias partes de Minas Gerais e do Brasil.

A concessão do título de Capital Nacional do Rocambole a Lagoa Dourada proporcionará maior visibilidade a essa importante manifestação cultural e gastronômica do município, o que servirá como impulso não só para a permanência da tradição, mas também para a geração de emprego e renda para a população local.

Considerando, por fim, que esta Comissão deve emitir uma decisão terminativa, cabe salientar que não há óbices relativos a constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e adequação regimental da proposição.

Voto: tendo em vista o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.209, de 2021.

Sala da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Damares.

De imediato, coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação da matéria será nominal e realizada em bloco. (*Pausa.*)

Seguimos agora. A orientação aqui é da minha chefe aqui. No gabinete a chamo de chefe de gabinete, a nossa Secretária da Comissão.

Votação nominal em bloco dos itens 6 e 10 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Solicito à Secretaria que abra a votação.

Em votação as seguintes matérias: PL 1.045, de 2023, e PL 2.209, de 2021.

Os Senadores que votam com os Relatores votam "sim".

(*Procede-se à votação.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De imediato, enquanto as Senadores e os Senadores votam, eu passo para a Senadora Zenaide, que, junto com a Senadora Teresa Leitão – eu estive no evento –, foi homenageada ontem, lá na Base Aérea, num evento com o Presidente da República, quando foram sancionados três projetos.

S. Exa. foi Relatora daquele que garante salário igual na mesma atividade para homens e mulheres, uma luta de décadas da Bancada Feminina.

Parabéns!

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para encaminhar.) – Obrigada, Paulo Paim.

Senador Paulo Paim, eu quero fazer a leitura aqui do requerimento do nosso Presidente Flávio Arns, que requer, nos termos do art. 58, §2, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na audiência pública objeto do Requerimento 60, de 2023, da Comissão de Educação, seja incluído o seguinte convidado: representante da Associação dos Servidores do Inep (Assinep). Eu queria lembrar aqui que a gente solicitou essa audiência pública, porque, devido ao Revalida, o Brasil todo ficou fazendo esse questionamento sobre como era aplicada principalmente a prova prática, porque menos de 5% foram aprovados nos últimos anos. Então, como o Revalida é a educação, o Inep é ligado à educação, nós convidamos, para mostrar como é que é feita essa... A prova teórica não tem discussão. Agora, a prova prática é que tem discussão. E a gente convidou o Presidente, e o nosso Presidente da Comissão, Senador Flávio Arns, que, muito sabiamente, vai trazer também a associação dos servidores do Inep.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora.

Vamos para o item 3, porque votaremos em bloco, no final. (*Pausa.*)

Senadora Zenaide Maia, tem mais um requerimento seu, segundo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos aguardar, então, a votação no painel para votar em bloco os requerimentos.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Senador, assim sendo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Damares, com a palavra.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... eu acho que eu já poderia ler o item 14, que também é um requerimento de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

V. Exa. está com a palavra para ler o item 14.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 67, DE 2023

- Não terminativo -

Requer audiência pública para instruir o PL nº 5.708, de 2019, que "institui o Dia Nacional do Combate ao Estupro"

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Passo a palavra à Senadora Damares para a leitura do requerimento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, o Projeto 5.708, de 2019, tramita nesta Casa, mas não obedeceu ao que está prescrito na Lei 12.345, de 2010, que diz que as partes precisam ser ouvidas. Dessa forma, apresento um requerimento trazendo como convidados para uma audiência pública para o debate sobre o PL um representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública, um representante do Ministério das Mulheres, um representante do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, um representante da Polícia Civil do Distrito Federal, um representante do Instituto Infância Protegida, a Vereadora Tânia Mara Abraão Guerreiro, da cidade de Curitiba, e Clayton da Silva Bezerra, Policial Federal, criador do Federal Kids, para discutirem a instituição do Dia Nacional de Combate ao Estupro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como estamos esperando ainda a votação dos projetos terminativos, eu convido ainda a Senadora Damares Alves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 11

PROJETO DE LEI N° 1675, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre o exercício da atividade de Psicopedagogia.

Autoria: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Passo a palavra à Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Permita-me ir direto à análise.

O PL nº 1.675, de 2023, aborda matéria de natureza educacional e está, portanto, sujeito ao exame de mérito da Comissão de Educação, nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal.

Na esteira do que já vem ocorrendo em outros países do mundo, a Psicopedagogia tem se expandido no Brasil nos últimos anos. O psicopedagogo é o profissional que atua na interface entre as áreas da Psicologia e da Pedagogia, com foco, sobretudo, no processo de aprendizagem das crianças e jovens. De acordo com a Associação Brasileira de Psicopedagogia, os psicopedagogos atuam em um campo de conhecimento e ação interdisciplinar em educação e saúde, com diferentes sujeitos e sistemas, e com referenciais teóricos distintos que convergem para o entendimento dos sujeitos que aprendem e sua forma de aprender.

No campo da educação escolar, em especial, a Psicopedagogia vem conquistando espaço, no Brasil, desde 1980, quando deu-se aqui o primeiro curso de formação profissional que ampliou de forma representativa. Segundo o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior, mantido pelo Ministério da Educação, conhecido como Cadastro e-MEC, atualmente existem 41 cursos de graduação ativos em Psicopedagogia no país. São cursos presenciais e na modalidade EaD oferecidos por instituições públicas e privadas com graus de bacharelado e licenciatura na área. Além disso, as pós-graduações sobre a temática também têm se multiplicado e acompanham a recente valorização desse profissional: há mais de 4,5 mil cursos ativos de pós-graduação que abordam direta ou indiretamente o campo da Psicopedagogia, tanto em modalidade presencial como em modalidade EaD.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parece-nos, portanto, que o PL ora relatado é bastante meritório, sobretudo no cenário atual de ampliação da inclusão escolar na rede regular de ensino, uma vez que o psicopedagogo tem ampliado sua atuação junto aos estudantes com deficiência, entre outros desafios.

Para fins de aperfeiçoamento do projeto, sugere-se uma emenda ao art. 2º para garantir que o diploma de graduação em Psicopedagogia seja, da data de aprovação do PL em diante, a principal exigência para o exercício da profissão, sem prejuízo dos profissionais com outras formações e especializações que já atuem na área.

Outra modificação que sugerimos, considerando que boa parte dos fonoaudiólogos em exercício no país atua no campo da educação, abordando transtornos de aprendizagem relacionados à comunicação oral e escrita, é a inclusão dessa categoria no novo inciso I do parágrafo único do art. 2º do projeto. Com isso, a atividade de Psicopedagogia passa a ser franqueada aos portadores de diploma em Psicologia, Pedagogia, Licenciatura ou Fonoaudiologia que se especializem na área.

Além disso, muito embora entendamos que a abordagem interdisciplinar da Psicopedagogia não invada as competências de outras profissões regulamentadas, uma vez que ela, em verdade, se apoia nos conhecimentos de outras áreas para desenvolver seu próprio arcabouço, parece-nos importante que se faça uma emenda visando a adicionar o termo "exclusivamente" ao inciso II do art. 4º do projeto, de modo que o rol de atividades e atribuições dos psicopedagogos passe a incluir a "realização de diagnóstico e intervenção exclusivamente psicopedagógica, mediante a utilização de instrumentos e técnicas próprios da Psicopedagogia".

Ademais, também ajustamos o *caput* do mesmo art. 4º, para explicitar que a atuação dos psicopedagogos se dá sem prejuízo do exercício de atividades e atribuições próprias de outros profissionais tanto da educação quanto da saúde. Essas alterações afastam eventuais alegações de sobreposição e invasão de competências de outras áreas.

Com essas alterações, julgamos que o PL 1.675, de 2023, merece a acolhida deste colegiado, haja vista sua relevância e pertinência.

Voto.

Em face do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei n.º 1.675, de 2023, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº - CE

Dê-se ao caput do art. 2º do Projeto de Lei n.º 1.675, de 2023, a seguinte redação:

"Art. 2º Poderão exercer a atividade de Psicopedagogia no País os titulares de diploma em curso de graduação em Psicopedagogia expedido por escolas ou instituições devidamente autorizadas ou credenciadas nos termos da legislação pertinente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parágrafo único. Subsidiariamente, poderão exercer a atividade de Psicopedagogia no País:
I – os titulares de diploma em Psicologia, Pedagogia, Licenciatura ou Fonoaudiologia que tenham concluído curso de especialização em Psicopedagogia, com duração mínima de 600 (seiscentas) horas e carga horária de 80% (oitenta por cento) na especialidade, até a data de publicação desta Lei;
II – os titulares de diploma de curso superior que já venham exercendo ou tenham exercido, comprovadamente, atividades profissionais de Psicopedagogia em entidade pública ou privada, até a data de publicação desta Lei; e
III – os titulares de diplomas referidos nos incisos I e II expedidos por instituições estrangeiras, revalidados na forma da legislação vigente, cumpridas as mesmas exigências dos diplomados nacionais.
.....
....."

EMENDA Nº -CE
Dê-se ao *caput* do art. 4º do Projeto de Lei n.º 1.675, de 2023, a seguinte redação:
"Art. 4º São atividades e atribuições da Psicopedagogia, sem prejuízo do exercício das atividades e atribuições dos profissionais da saúde e educação habilitados:
.....
.....
II – realização de diagnóstico e intervenção exclusivamente psicopedagógica, mediante a utilização de instrumentos e técnicas próprios de Psicopedagogia;
.....
....."

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Damares.

O projeto aguarda. Depois que votarmos o que está em pauta terminativo, votaremos todos em bloco.

Precisamos de 14 votos no painel, segundo me informa aqui a Secretaria.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente, o senhor permitiria, enquanto conclui aí, só para eu registrar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Wellington Fagundes, seu pedido é uma ordem para esta Mesa. E já cumprimento a Senadora Teresa Leitão, que está aqui conosco também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), com sede aqui em Brasília, foi inaugurado em 2010 e comemora agora 25 anos de atuação e é uma das instituições mais respeitadas do Brasil.

Com sedes em Brasília e São Paulo, o Instituto se destaca nas transformações sociais, políticas e econômicas do nosso país. O Instituto, Sr. Presidente, nasceu depois que o Prof. Gilmar Mendes e também o sub-Procurador Paulo Gustavo Gonet Branco e o ex-Procurador da República Inocêncio Mártires Coelho – os três, então, Professores da Universidade de Brasília – sentiram a necessidade de aprofundar os conhecimentos na área jurídica para os alunos.

Depois de tudo isso, dessa trajetória, o IDP iniciou os seus investimentos em pesquisa, pós-graduação, mestrado e doutorado. Mais tarde, inseriu, em sua grade curricular, a graduação de Direito Público, e aí registro que o IDP é um instituto que recebe alunos das mais variadas regiões do Distrito Federal, de outros estados e também de vários países, assim como proporciona também aos seus alunos a troca de experiências fundamentais para a sua formação, carreira profissional e para a vida toda, por meio de convênios com doutrinadores de Portugal, Alemanha, Itália, Estados Unidos e França. Inclusive, agora tivemos um grande encontro lá em Portugal, com muitas autoridades brasileiras, portuguesas e de outros países.

Eu quero fazer essa homenagem aqui ao IDP, na pessoa do Dr. Luciano Fuck, que é professor do IDP e que tem também um trabalho muito grande aqui, no Congresso Nacional, e que já prestou relevantes trabalhos aqui, principalmente na assessoria do Bloco Vanguarda e também da Mesa Diretora do Senado da República. Fica aqui, então, essa homenagem, e a faço aqui, na Comissão de Educação, porque acho que é um foro muito próprio, já que o instituto hoje é uma referência nacional. E faço uma homenagem também, e aqui faço questão de dizer, ao Prof. Gilmar Mendes, uma das pessoas que mais conhece do Direito Constitucional brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos pela leitura do documento, que só fortalece a linha da educação no seu conjunto, Senador Wellington Fagundes.

Como nós atingimos o quórum, neste momento eu peço que se abra a votação para vermos o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, 1, mas eu não voto, então não conta. Eu só li lá, porque eu quis falar meu nome, porque eu estou na Presidência. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, o resultado foi: SIM, 15; NÃO, 0.

Abstenção, 0.

Estão aprovados os projetos.

Aprovados os projetos de lei, nos termos dos relatórios apresentados: PL 1.045, de 2023, e o PL 2.209, de 2021.

As matérias serão encaminhadas à Mesa para as providências cabíveis.

Simbolicamente, votamos agora o Projeto de Lei nº 1.675.

ITEM 11

PROJETO DE LEI N° 1675, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre o exercício da atividade de Psicopedagogia.

Autoria: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Relatório: Pela aprovação com duas emendas que apresenta.

Colocamos em votação, neste momento, simbolicamente.

Os que concordem permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Antes de passar para o próximo item, eu acho que a gente faz hoje justiça aos psicopedagogos do país com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa votação. Desde 1980 eles estão atuando nesta nação de forma brilhante, as universidades oferecendo cursos para eles, as públicas e privadas, as pós-graduações capacitando-os o tempo todo, e eu acho que hoje a gente dá um passo em direção a essa justiça. E cumprimento todos eles no Brasil, estão todos acompanhando hoje esta votação, cumprimento. Obrigada pelo trabalho de todos vocês.

E faço uma homenagem especial à Dra. Luciana, que está aqui no Plenário com a gente. Dra. Luciana foi a Secretária Nacional da Primeira Infância no Governo anterior e trabalhou muito com esse tema, com os psicopedagogos, lá na ponta. Que Deus abençoe todos eles.

Obrigada aos demais Senadores por terem aprovado esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos, Senadora Damares, e também Dra. Luciana, que está filmando tudo aqui. É ao vivo, diz ela. Parabéns.

Vamos agora ao item extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 69, DE 2023

Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso aos servidores públicos da administração direta do Ministério da Educação (MEC) e em favor da implementação de políticas de valorização profissional, planos de cargos, carreiras e salários, e, de igual modo, pelo trabalho que desempenham, há décadas, com dedicação e esmero, em favor do aprimoramento da gestão dos órgãos públicos da educação e redesenho da governança entre União, Estados e Municípios, dentro de um Sistema Nacional de Educação (SNE), dimensões que exigem um MEC muito mais fortalecido em termos de capacidades institucionais e profissionalização de seu corpo técnico.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE) e outros

Autores: Senadora Teresa Leitão, Senador Flávio Arns, Senadora Professora Dorinha Seabra, Senador Rodrigo Cunha, Senador Fabiano Contarato e Senadora Damares Alves.

Passo a leitura do requerimento à Senadora Teresa Leitão, e à devida discussão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, esse requerimento coletivo, colegiado, é um voto de aplauso aos servidores públicos da administração direta do Ministério da Educação, do MEC, e em favor da implementação de políticas de valorização profissional, planos de cargos, carreiras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e salários, e, de igual modo, pelo trabalho que desempenham há décadas com dedicação e esmero em favor do aprimoramento da gestão dos órgãos públicos da educação e redesenho da governança entre União, estados e municípios, dentro do Sistema Nacional de Educação, dimensões que certamente exigem um MEC muito fortalecido em termos de capacidade institucional e profissionalização do seu corpo técnico.

Estão aqui acompanhando esta discussão as servidoras Beronicy Paula e Marta Alves, que são dirigentes e servidoras do MEC, dentre outros servidores.

O MEC, Sr. Presidente, através do Ministro Camilo Santana, instituiu um GT de valorização profissional, tratado de amplo modo, evidentemente, mas a gente não pode dizer que é casa de ferreiro, espeto de pau, a gente tem que promover quem está lá dentro, enfrentando toda sorte de desafios e, ao mesmo tempo, se mantendo firme, se mantendo no seu papel fundamental de servidor, de servidora pública, mesmo com os graves limites na capacidade do MEC evidenciados ao longo de um período em que passou por cinco ministros. Isso certamente dificultou o trabalho. Por mais que tenha sido em um mesmo Governo, cada ministro teve sua forma de atuas.

Então essa coordenação do Ministério se prende também a um debate que esta Casa está fazendo. Aliás, esta Comissão está com uma enorme pauta, importante pauta de assuntos da educação: o Plano Nacional de Educação, a lei do piso salarial, a Subcomissão que debate o ensino médio, e a instituição do Sistema Nacional de Educação, que certamente vai exigir muito desses servidores.

Portanto, o nosso voto coletivo de aplauso se baseia nisso. Temos certeza de que o ministro é sensível a essa valorização, a essa necessária melhoria das condições de trabalho pela função social, pela função educativa, pela função pública que tem esse órgão, e não se faz um MEC sem servidores e servidoras.

Então, é isso que nós estamos propondo, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão.

Senadora Zenaide Maia, com a palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Quando fala em educação, se fala em tudo, não é? Ninguém faz prevenção de violência sem educação, ninguém desenvolve um país sem educação e não se tem educação sem recursos humanos que abarque as novas tecnologias. Nós não podemos ficar atrás.

Há muito tempo, independente, a gente sabe que nos últimos oito anos piorou, mas a gente sabe que nunca neste país a educação teve os recursos a que tem direito e que todos os países que querem se desenvolver botam no orçamento, gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria lembrar aqui que nós temos um orçamento em que o máximo que a gente consegue para a educação é 4%, viu, Paulo Paim? 4%! O povo brasileiro tem que ter um olhar diferenciado para essa caixa de Pandora que se chama orçamento. Poucos brasileiros têm conhecimento, eu não estou falando do orçamento como um todo, mas olha quanto é do orçamento. Quase 50% do orçamento deste país fica para o mercado, o tal mercado financeiro. Eu digo que eu sinto saudade daquele mercado, como o mercado que em toda cidade a gente tem, que oferece o melhor sanduíche, o melhor rocambole.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Chamado mercado público.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – É, o mercado público. Então, o que acontece? Fica com 40, quase 50 % do orçamento da décima economia do mundo e deixa a gente... Esta Casa passa o ano todo discutindo para finalmente solicitar, implorar por 4% para a educação pública de um país deste; para a saúde pública mais 4% e, pasmem, gente, para a segurança pública menos de 0,5%! Então, ninguém faz saúde, ninguém faz educação e muito menos segurança pública sem recurso. Então, vamos olhar.

Lembrando que nós estamos aí com a pauta chamando muito a atenção para a reforma tributária. Toda vida que esta Casa, ou qualquer, seja o estado, município ou Governo Federal, resolve fazer renúncias fiscais bilionárias, eu cito aqui a MP 795, de 2017, a famosa MP de 1 trilhão, que os consultores destas casas disseram que era 1 trilhão de prejuízo para estados e municípios... Quando a gente vota nisso, na verdade, nós estamos votando contra a segurança pública, contra a saúde e contra a educação do país. Se você faz renúncia fiscal bilionária para petroleiras, de IPI, de Imposto de Renda... Só esses dois, gente, são a maior parte dos recursos que formam o Fundo de Participação dos Municípios. Como vamos fazer saúde? Então, vamos lembrar que não é só a renúncia fiscal; é ampliar o número de mortes evitáveis por falta de recursos no SUS, é aumentar a violência deste país por falta de recursos numa educação pública de qualidade em tempo integral e que prestigie os recursos humanos. Ninguém faz saúde, nem educação, nem segurança pública sem recursos humanos.

Eu gosto de lembrar sempre, que eu fui uma... Eu estava vendo, assim, estava até de plantão, que Angela Merkel foi chamada pelos médicos para ouvir uma reclamação, porque os médicos estavam ganhando menos do que os professores. E eu fiquei curiosa, viu, Paulo Paim? Ela chegou assim e disse: "Senhores, qual a pauta?". Eles disseram: "É porque os professores estão ganhando mais do que nós". Aí ela só olhou assim e disse: "Senhores, os senhores querem ganhar mais do que seus mestres?", levantou-se e saiu. Então, sem educação não tem desenvolvimento, sem educação não tem diminuição de violência, sem educação não tem inclusão. A gente está aqui fazendo um esforço sobre-humano, como essa paridade de salário entre homens e mulheres, mas, se a gente não lutar, não vai ter. Sem educação não tem geração de emprego e renda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente precisa aqui... Por exemplo, eu quero parabenizar aqui o Romário e a Professora Dorinha, que apresentaram um projeto aqui mostrando que, para qualificar nossas pessoas com deficiência, com ensino tecnológico, precisamos ter um olhar diferenciado para cada dificuldade que cada um apresenta. Isso é um projeto salutar, isso é uma coisa que edifica.

Então, gente, é hora de o Estado brasileiro convocar os bancos, Paulo Paim. E não venham me dizer que é passar calote. O mundo todo reúne os bancos e diz: "Nós vamos pagar...". As maiores dívidas públicas do mundo, pode olhar, são a japonesa e a americana, e nem por isso eles vão tirar dos gastos básicos essenciais. Chamam os bancos e dizem: "Vamos aqui que a gente dá 50% do orçamento; por favor, deixem a gente dar pelo menos 30%, vai me sobrar 20% para investir em gastos básicos e investimentos que gerem emprego e renda, como estradas, ferrovias, para completar essas obras de creches, escolas que estão sem completar". E sem recurso não se faz isso. Eu queria chamar... Porque aqui é a base de tudo, a educação é a base de tudo. E se alguém disser ao contrário, nós vamos só "entrar no 'oito'". E não somos nós que estamos dizendo, não inventamos a roda. O mundo que quis desenvolver, investiu na sua educação pública de qualidade para todos.

Obrigada aí. Desculpe por ter falado demais, mas é que quando se fala em educação... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos, tanto para a Senadora Teresa Leitão, que encabeça a lista – eu já li, não vou ler tudo de novo –, quanto também à Senadora Zenaide Maia, que fala da importância da educação, porque somente a educação liberta. Toda a nossa luta contra os preconceitos, eu sempre digo, é só pela educação; outras formas a gente pode buscar, mas é a educação que liberta de fato.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O voto de aplauso será inserido em ata e encaminhado à Mesa para as devidas providências.

Item extrapauta, já votado, inclusão extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 16

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 70, DE 2023

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a Perspectiva dos Pós-Graduandos no mundo do trabalho do Século XXI.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

Passo a palavra, neste momento, à Senadora Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para encaminhar.) – Muito obrigada.

Sr. Presidente e Sras. Senadoras, eu fui procurada pela organização dos pós-graduandos, a Associação Nacional de Pós-Graduandos.

Muita expectativa está sendo gerada com o investimento que está sendo feito na pesquisa, na ciência e na tecnologia. É uma característica comum em países social e economicamente mais desenvolvidos do mundo, em que o Brasil agora adentra com todo aquele reajuste que houve nas bolsas de pesquisa.

A associação quer debater um pouco mais alguns pontos que se relacionam com essa questão, porque, no Brasil, a parte expressiva da produção cientifica, Sr. Presidente, conta com a participação direta dos pós-graduandos, dos estudantes de mestrado, de doutorado e de pós-doutorado das instituições de ensino superior. De acordo com a Capes, 90% das pesquisas cientificas no país estão ligadas a programas de pós-graduação.

Então, a audiência pode ficar para o segundo semestre, a depender da agenda da nossa Comissão, após o recesso, portanto.

A proposta é que sejam convidadas as seguintes representações: o Sr. Vinicius Soares, Presidente da ANPG; a Sra. Mercedes Bustamante, Presidente da Capes; o Sr. Ricardo Galvão, Presidente do CNPq; a Sra. Helena Nader, Presidente da ABC; o Sr. Robério Rodrigues, Presidente do Fórum de Pró-Reitores de Pós-Graduação; e o Sr. Renato Janine, Presidente da SBPC.

Acho que, com essas representações, nós podemos reunir um bom conteúdo que possa nos dar perspectivas de posicionamentos.

Esse é o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão o requerimento apresentado pela Senadora Teresa Leitão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimentos já lidos. Nós vamos colocá-los agora em votação em bloco, simbolicamente.

Item 12, Requerimento 58, de 2023, de autoria do Senador Astronauta Marcos Ponte, subscrito pela Senadora Zenaide Maia; item 13, Requerimento 66, de 2023, de autoria do Senador Flávio Arns, subscrito pela Senadora Zenaide Maia; e item 14, Requerimento 67, de 2023, de autoria da Senadora Damares Alves.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 58, DE 2023

- Não terminativo -

Requer a realização de uma audiência pública para debater a instituição do Dia Nacional das Olimpíadas Científicas e do Conhecimento.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 66, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 60/2023 - CE, seja incluído o seguinte convidado: representante da Associação dos Servidores do Inep (ASSINEP).

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 67, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer audiência pública para instruir o PL nº 5.708, de 2019, que "institui o Dia Nacional do Combate ao Estupro"

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, colocamos em votação. (*Pausa.*)

Aprovados.

Antes de encerrar os trabalhos, convoco a próxima reunião da Comissão para hoje, 4 de julho de 2023, logo após esta reunião.

Será realizada audiência pública para debater os resultados da pesquisa sobre violência escolar realizada entre os dias 9 e 10 de maio de 2023 pelo Instituto de Pesquisa DataSenado.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 56 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 44ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE JULHO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às doze horas e dois minutos do dia quatro de julho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Izalci Lucas, Ivete da Silveira, Soraya Thronicke, Leila Barros, Plínio Valério, Jussara Lima, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Paulo Paim, Teresa Leitão, Humberto Costa, Wellington Fagundes, Eduardo Gomes, Zequinha Marinho e Esperidião Amin, e ainda do Senador Angelo Coronel, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Styvenson Valentim, Cid Gomes, Nelsinho Trad, Augusta Brito, Flávio Arns, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Romário e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 65/2023 - CE, de autoria Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Finalidade:** Debater os resultados da pesquisa sobre violência escolar realizada entre os dias 9 e 10 de maio de 2023 pelo Instituto de Pesquisa DataSenado. **Participantes:** Sra. Elga Mara Teixeira Lopes, Diretora da Secretaria de Transparência do Senado Federal; e Sra. Isabela De Souza Lima Campos, Chefe do Serviço de Pesquisa e Análise do Instituto de Pesquisa DataSenado. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/07/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 44ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 4 de julho de 2023.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater os resultados da pesquisa sobre violência escolar realizada entre os dias 9 e 10 de maio de 2023, pelo Instituto de Pesquisa DataSenado, em atenção ao Requerimento 65, de 2023, de autoria do Senador Flávio Arns.

Convido para estarem conosco na mesa – já estão posicionadas – as seguintes convidadas: Elga Mara Teixeira Lopes, Diretora da Secretaria de Transparência do Senado Federal, e a Isabela de Souza Lima Campos, Chefe do Serviço de Pesquisa e Análise do Instituto de Pesquisa DataSenado.

Antes de passar a palavra às nossas convidadas, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, e no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, está disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidada poderá fazer uso da palavra por até 15 minutos, prorrogáveis por mais 5 minutos.

Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

E assim eu registro a alegria de estar com o DataSenado. Muita gente do Brasil ainda não conhece o que é o DataSenado e o seu trabalho, e nós vamos hoje apresentar um trabalho maravilhoso que o DataSenado fez, que foi a pesquisa.

E como nós estamos falando dos nossos servidores internos, deixa eu parabenizar os nossos intérpretes de Libras, que estão fazendo o seu trabalho, hoje, nesta Comissão. Que Deus abençoe vocês! Esses meninos são incríveis!

Nós temos grandes profissionais que ficam nos bastidores, Dra. Elga, e às vezes a gente esquece de dizer um "oi".

Então, hoje vai um "oi" especial da Comissão de Educação para os nossos intérpretes de libras, que tornam a nossa Comissão mais acessível.

Vamos ouvir, no primeiro momento, a Dra. Elga Mara Teixeira Lopes, Diretora da Secretaria de Transparência do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seja muito bem-vinda à nossa Comissão.

A SRA. ELGA MARA TEIXEIRA LOPES (Para expor.) – Muito obrigada, Senadora.

Bom dia a todos. Quero agradecer a oportunidade de apresentar essa pesquisa, primeiramente, ao Senador Flávio Arns, que nos procurou, e também a Flávio Vicente, que, além de suplente, é um estudioso da opinião pública, conhece o processo, como é feito, conhece pesquisa, nos brifou, acompanhou o processo e está nos ajudando a apresentar os resultados.

O DataSenado faz parte da Secretaria de Transparência, que é a secretaria responsável por todos os dados obrigatórios pela Lei de Acesso à Informação. Mas a secretaria também desenvolveu instrumentos de controle social, como o DataSenado, para aproximar a população dos Senadores e das políticas públicas estudadas nas Comissões.

Então, nós funcionamos desde 2005, e a primeira pesquisa que a gente fez, Senadora, foi sobre a violência doméstica contra mulheres. Fizemos lá em 2005, para municiar a Comissão de Senadoras que avaliava o projeto de lei.

De lá para cá, nós continuamos fazendo a mesma pesquisa, a cada dois anos, para saber se as mulheres continuam sendo agredidas, quantas não são mais agredidas. Então, são quase 20 anos de avaliação da Lei Maria da Penha.

Além disso, nós investigamos vários assuntos, todos de interesse público. São assuntos pelos quais os institutos privados não se interessam, por razões óbvias, e, em nosso método de trabalho – é por isso que, às vezes, as pessoas não ouvem falar, porque nós não temos um objetivo de *marketing*, não temos nada comercial, a nossa função é municiar as Comissões e nós fazemos isso –, nós fazemos pesquisas probabilísticas, 100% aleatórias, como o IBGE. Nós não fazemos pesquisas por cotas.

É muito diferente a pesquisa eleitoral das pesquisas que a gente faz, probabilísticas. Nós fazemos, se for face a face, por setor censitário, como o IBGE; e nós fazemos por telefone com toda a base de telefone da Anatel, que também é pública, investigando assuntos como o Estatuto do Idoso, como a violência contra a mulher, a violência contra os negros, a fome. Hoje, vamos apresentar os dados sobre violência contra a mulher.

Nós somos procurados sempre por muitos órgãos federais, estaduais e mesmo municipais, tanto sobre a transparência quanto sobre o DataSenado, para saber porque... de qualquer forma, são poucos órgãos como o nosso.

E, ontem, um braço direito de um Ministro veio nos visitar e disse: "Eu tenho tantos dados, mas não consigo fazer o que vocês fazem". Então, isso me deu um gatilho, Senadora, para sugerir, de forma didática – já que estamos na Comissão de Educação –, que os órgãos contratem, por concurso público, estatísticos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e cientistas de dados. Esses são os homens capazes de dar laço na inteligência artificial. O estatístico é capaz de ver pessoas nos números.

Então, para a senhora ter uma ideia, nosso setor de estatística, ao longo dos anos, desenvolveu um modelo preditivo que sabe onde está a mulher que pode incorrer em violência, quem ela é, que cor ela tem, que raça ela tem, para que o Estado brasileiro chegue antes de ela ser assassinada.

Isso é possível porque o estatístico tem compromisso com o Estado, ele pertence a uma carreira de Estado, mas nem sempre as instituições compreendem isso. Então a gente valoriza o que chama de "homem-board", "o que escreve". Mas esse homem de dados, sobretudo o estatístico, precisa ser muito valorizado no setor público. Tem aquela frase que diz: "Em Deus nós confiamos; nos outros, apresentem-me dados", não é? Então fica aí esse apelo aos órgãos.

Bom, quando a gente faz uma pesquisa no DataSenado, a primeira coisa que a gente faz é olhar os dados públicos que já existem para, a partir daí, a gente montar uma amostra. Então, no caso da educação, nós usamos o quê, Senadora? Pesquisamos dados do Inep, que é o ente do MEC que os produz, o Ministério da Educação, através do Inep, aplica anualmente um censo escolar. Todas as escolas públicas e privadas e universidades do país são obrigadas a preencher esse censo, então nós temos dados públicos sobre a educação muito confiáveis. Nós olhamos esses dados, olhamos também dados do IBGE sobre educação e, a partir daí, com essas informações – elas estão na minha apresentação, vão ficar disponíveis os principais dados para quem quiser pesquisar –, nós aplicamos a nossa pesquisa.

Agora eu vou passar a palavra para a Isabela, que é Chefe de Serviço do DataSenado, que vai apresentar os resultados dessa nova pesquisa.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Isabela, seja bem-vinda!

Nós estávamos ansiosos pelo resultado da pesquisa. A Comissão de Educação, Dra. Isabela, tem se debruçado sobre a discussão acerca da violência nas escolas. A sociedade está esperando respostas, e nós estamos construindo algumas propostas legislativas revendo as que já existem e contribuindo com a política pública. Porque esse é o nosso papel, nós não somos só fiscalizadores, nós também contribuímos.

E aí, Dra. Elga, enquanto Ministra da Mulher, eu busquei muita coisa no DataSenado para a gente poder construir políticas públicas efetivas. Vocês colaboram muito, porque, ao trazer para as Comissões... E a gente está lá na ponta conversando com o gestor... Daí a importância do DataSenado, porque não se faz política pública em cima de achismo. E política pública sem avaliação, política pública sem medir, não é uma política pública efetiva, e o DataSenado nos dá elementos e ajuda muito o gestor lá na ponta.

Então, especificamente com relação à violência na escola, os pais estão em desespero, os pais estão precisando dessa resposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E hoje a gente vai ter que ampliar um pouco não só a violência no âmbito escolar, mas no perímetro. Brasília foi palco, semana passada, de uma das mais terríveis histórias de violência contra menina, que foi o sequestro de uma menina quando saía da escola. Ela é sequestrada, dopada, colocada dentro de uma mala e levada a um apartamento num lugar totalmente distante da sua casa. Nós assistimos a isso, e ainda estamos acompanhando esse caso.

E aqui eu faço questão, doutora, de cumprimentar mais uma vez os policiais, que foram muito rápidos para encontrar a menina e prender o agressor, prender o estuprador, prender o pedófilo e também já chegar imediatamente em sua cúmplice.

Então, a violência no âmbito escolar e também no perímetro, como nós vamos estar trabalhando isso?

O relatório apresentado por vocês hoje, nós estávamos o esperando com muita expectativa.

A senhora tem 15 minutos e, se precisar, mais 5 minutos para apresentar o relatório.

A SRA. ISABELA DE SOUZA LIMA CAMPOS (Para expor.) – Obrigada, Senadora. É uma honra estar aqui representando o trabalho do DataSenado, que tem tanta gente por trás trabalhando e se esforçando. Então, gostaria de agradecer a oportunidade de trazer o trabalho e gostaria de agradecer ao suplente do Senador Flávio, o Sr. Flavio Vicente, que foi fundamental nesse processo.

Quando o gabinete nos procurou, foi justamente num cenário muito triste, logo após o ataque à faca à escola Thomazia Montoro, em 27 de março, em que um adolescente de 13 anos assassinou uma professora e feriu outras 5 pessoas, entre professores e colegas. Logo na sequência, aconteceu um ataque a uma creche que também chocou o país. Então, foi nesse contexto que a pesquisa nasceu, nessa aproximação do gabinete do Senador Flávio Arns, e, hoje, estamos ainda com mais casos de violência. Não podemos nos esquecer e temos sempre que nos relembrar da escola de Cambé, no Paraná, em que dois adolescentes foram assassinados a sangue frio, a tiros.

Pode passar, por gentileza.

Então, dada essa breve introdução, essa pesquisa engloba essa parte da opinião dos brasileiros sobre casos de violência nas escolas, dividindo-se em três partes: a opinião dos brasileiros sobre a sua experiência no ambiente escolar, a opinião dos brasileiros sobre os casos dessas violências que estão sendo noticiadas pelo jornalismo brasileiro, e também as questões relativas à proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais.

Vou falar brevemente sobre a metodologia. A coleta de dados foi feita por meio de entrevistas telefônicas assistidas por computador. Nesse método, o entrevistador segue um roteiro que é disponibilizado em um computador e é composto por questionário estruturado com questões objetivas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

orientações para a condução da entrevista. Essa estrutura visa a eliminar possíveis vieses, bem como maximizar a aderência dos cidadãos contatados pela pesquisa.

Então, entramos em contato com um cidadão de 16 anos ou mais, com acesso ao telefone fixo ou móvel; foram 2.068 entrevistados; o período de coleta, como mencionado pela Senadora, foi nos dias 9 e 10 de maio; e, como mencionada pela Diretora, é uma amostragem aleatória e estratificada por unidade da Federação. Então, através da lista de telefones da Anatel, sorteiam-se aleatoriamente telefones fixos e móveis e, com isso, é possível extrapolar o resultado da pesquisa com confiança para a população brasileira como um todo.

Aqui eu vou apresentar os principais resultados de uma forma bastante resumida, convidando todos a se aprofundarem no relatório. Como eu falei, a pesquisa se divide em três partes: a primeira, é estimar quantos alunos sofreram violência no ambiente escolar, e esse é um dado inédito que trazemos aqui hoje; a segunda, é a opinião dos brasileiros sobre os noticiários, sobre o tema e a sua experiência escolar; e a terceira, é o PL do Senador Alessandro Vieira, que teve como Relator o Senador Flávio Arns.

O primeiro dado, Senadora, que nos chamou muito a atenção, e a gente estava muito ansioso para trazer aqui é que a nossa estimativa é de que 6,7 milhões de estudantes brasileiros sofreram algum tipo de violência nos últimos 12 meses. Isso significa, Senadora, que dos 59,8 milhões de estudantes, pelo menos 11% sofreram algum tipo de violência.

É claro que nós não estamos falando aqui de que 11% passaram pelas situações extremas que a gente reportou no noticiário e que deu origem aqui à pesquisa, mas de algum tipo de violência. São muitos alunos, muita gente, e isso não pode passar incólume.

Só explicando um pouco como é que a gente chegou nesse número: para estimar a quantidade de estudantes que sofreram algum tipo de violência em ambiente escolar nos últimos 12 meses, o DataSenado perguntou se o entrevistado que estuda sofreu alguma violência e também perguntou a todos os entrevistados se algum morador do domicílio era estudante e se já sofreu alguma violência nos últimos 12 meses.

Então, é o somatório de quem respondeu como estudante e de quem respondeu como coabitante com outro estudante. Através dessa metodologia que conseguimos chegar a esse número.

Além desse retrato dos últimos 12 meses de quem está na escola, nós também quisemos fazer uma outra estimativa sobre a história de vida das pessoas. Todos nós aqui já passamos pela escola em algum momento da vida: algumas pessoas ainda estão na escola e algumas já saíram da escola há mais de 20 anos. E as pessoas que a gente entrevistou também são como nós.

Então, a gente perguntou: você está na escola? Sim ou não? "Não, não estou na escola", mas você frequentou a escola? "Frequentei". Quando você saiu, naquela época, puxa da sua memória, você já sofreu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

algum tipo de violência no ambiente escolar na época em que você estava estudando, seja 20, 30, 10 anos atrás ou ano passado, quando você saiu da escola?

E nesse tipo de aproximação, o resultado que nós tivemos foi que 22% dos brasileiros sofreram algum tipo de violência no ambiente escolar. Então, é mais comum do que a gente imagina a violência no ambiente escolar.

E nos surpreendeu o fato de que, fazendo esse mesmo tipo de pergunta, e *bullying*? Lembrando que *bullying* se refere a atos de intimidação e violência física ou psicológica. Com isso em mente, você já sofreu *bullying* no ambiente escolar?

Na primeira pergunta, se era algum tipo de violência, eram 22%. Nessa segunda pergunta, isso sobe para 36% e é muito interessante notar que também não é baixo e que as pessoas não associam *bullying* à violência. De alguma forma, a diferença entre violência percebida e violência vivida está mapeada aí nesse comparativo.

É interessante notar também que a percepção de *bullying* é mais frequente entre pessoas mais jovens. A gente pode ver nesse gráfico à direita que pessoas de 16 a 29 anos, 52% delas disseram que já sofreram *bullying* no ambiente escolar; ao passo que, em pessoas com 60 anos ou mais, esse percentual cai para 19%.

Então, fica aí a questão também da própria percepção do que é uma convivência comum entre colegas e do que é uma agressão, *bullying,* porque *bullying* não é uma brincadeira, é um ato de intimidação, é um tipo de violência, como essa percepção muda dependendo da idade da pessoa – e eu não estou falando da pessoa que estuda aos 60 anos; eu estou falando da pessoa que se lembrou da sua época escolar, estando hoje com 60 anos ou mais.

Perguntamos também, ainda nessa busca de quantificar a experiência do brasileiro no ambiente escolar, qual a sua história pregressa. Onze por cento dos brasileiros admitem já terem cometido *bullying* no ambiente escolar. E há predominância entre a população masculina: 17% dos homens admitem já terem cometido *bullying* e 6% das mulheres admitem já ter cometido *bullying*.

Então, outro ponto de reflexão interessante nessa questão, quando a gente fala de violência, é sobre o papel da masculinidade, o que é ser homem, o que é ser menino, o que é ser um jovem. Isso talvez possa ser um caminho também – não é, Senadora? – de discussão, de aprimoramento da sociedade.

Agora, nessa abordagem para quantificar, a gente quis comparar o medo em relação à violência na rua e o medo no ambiente escolar. Então nós fizemos dois filtros. O primeiro filtro foi: "Você mora com alguém que estuda neste momento?". "Sim". "Essa pessoa que estuda e mora com você sofreu violência nos últimos 12 meses?". "Sim". Então foram dois filtros por que a pessoa teve que passar.

Então, "pensando nessa pessoa que mora com você, estuda e sofreu violência nos últimos 12 meses, você tem medo de que ela sofra, num futuro próximo, algum tipo de violência no ambiente escolar?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Noventa por cento dos brasileiros dizem que sim, 90% desses brasileiros que convivem com estudantes que sofreram violência têm medo dessa violência se repetir. Ou seja, a violência no ambiente escolar não é pontual. Não é hoje eu sofri uma violência e amanhã eu estou livre. O medo persiste.

E, quando a gente faz essa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ISABELA DE SOUZA LIMA CAMPOS – Mais perto? Desculpa, gente.

Mas, quando você está pensando... Tudo bem, essa ocorrência aconteceu com você na escola. "Você tem medo de que essa pessoa que mora com você e sofreu violência sofra, num futuro próximo, algum tipo de violência na rua em que você mora?" Esse índice cai de 90% para 76%. E, na nossa avaliação, não dá para dizer com certeza, porque precisaria de mais aprofundamento nessa questão, até que ponto os bairros, como a Senadora falou, o perímetro das escolas, o bairro em que as pessoas moram também não é violento. Então, de certa forma, se isso não se reflete. Eu tenho medo, sim, de violência na escola e tenho medo, sim, de violência na rua.

Agora, a gente vai partir para a segunda parte, que é a avaliação sobre os noticiários, como é que as pessoas estão debatendo as ocorrências desses casos chocantes que alcançam a mídia nacional. Então perguntamos: "Você recebeu vídeos, mensagens ou informações sobre novas ameaças de violência nas escolas?". Trinta e dois por cento dos brasileiros receberam. Nesse grupo das pessoas que disseram "sim, eu recebi novas informações, notícias sobre ameaças", 52% dessas pessoas consideram que essas notícias foram falsas – então, ainda há uma disseminação de *fake news* em torno desses temas chocantes –, mas 42% acreditam que elas eram verdadeiras. Então, há um nível de alarme muito grande em torno do tema.

E o maior público que recebeu foi de mulheres. E aí cabem duas possíveis explicações, duas possíveis reflexões. Uma é que as mulheres, normalmente, se ocupam desse papel de cuidar da vida escolar dos filhos. Então, talvez, por isso, elas tenham recebido mais mensagens, porque elas estão mais preocupadas e ficam mais ligadas, antenadas com esse tema. Outra possibilidade, que não é excludente, que pode se somar, é que mulheres, normalmente, estudam mais tempo. Então, por serem estudantes, podem receber mais notícias. Então, teve essa diferença nos cruzamentos.

E a gente ficou tentando entender também como está sendo a forma, qual o canal que os brasileiros estão usando para conversar sobre o tema. E quase a totalidade dos brasileiros de 16 anos ou mais ficou sabendo pelo noticiário de algum caso de violência nas escolas – 93% tiveram contato pelo noticiário. Então, realmente, a cobertura jornalística foi ampla, as pessoas ficaram se informando dessa forma. Parcela alta da população também se informou sobre o tema nas redes sociais. Então, as redes sociais também trouxeram bastante informações sobre os ocorridos. E mais da metade, 63%, ficou sabendo por conversas com conhecidos. Então, as pessoas também estão debatendo. E não é baixo o número de pessoas, 22%, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizem ter testemunhado violência no ambiente escolar, e 17% dizem que conversaram com alguém que sofreu violência no ambiente escolar.

Para trazer insumo também para a possibilidade de ação do Congresso Nacional em torno do tema, a gente foi investigar a opinião das pessoas sobre possíveis ações de forma a prevenir a violência escolar. Aí nós perguntamos: "Qual a importância de cada uma dessas ações para o combate à violência nas escolas?" – em termos de: é muito importante, pouco importante ou nada importante cada uma dessas ações que eu vou ler. E a ampla maioria dos brasileiros, quase a totalidade, diz que são muito importantes todas as ações que nós listamos. Ter profissionais de segurança na escola é considerado muito importante para 92% dos brasileiros; o mesmo índice diz que é muito importante combater o *bullying* nas escolas; 91% dos brasileiros acreditam que discutir saúde mental no ambiente escolar é muito importante – esse foi um resultado interessante para a gente, porque a gente pensa que a sociedade, em geral, poderia pensar que só segurança pública resolve a questão de violência, mas as pessoas estão antenadas com a transversalidade do problema, como discutido na sessão anterior, de que existem outras questões que precisam ser abordadas –; ter profissionais de assistência social na escola, um tema que foi levantado pelo Senador Flávio Arns, a importância de cruzar saúde mental e assistência social nas escolas, essa aproximação, 91% consideram que é muito importante; e reformar os prédios das escolas também é considerado muito importante para combater a violência nas escolas, 89%.

Então, o menor índice que a gente teve no gráfico anterior foi 89%, e aqui a gente tem que 87% acreditam que a presença da polícia nas escolas ajuda a prevenir a violência. Então, também há esse pedido por policiamento.

E nós perguntamos: "Onde essa polícia deveria estar? Pensando no papel da polícia, como você acha que deveria ser feito esse policiamento? A polícia deveria estar dentro das escolas, na porta das escolas, fazer patrulha constante no bairro das escolas, ter um disque denúncia, outra opção?".

E as opiniões se dividem, quase que de forma equilibrada, entre as três primeiras opções. E a gente convidou as pessoas a escolherem a mais importante, não quer dizer que as outras opções seriam inválidas: "Na sua opinião, qual é a mais importante?".

E é interessante que a presença física da polícia está sendo realmente pedida pela população, porque ter um disque denúncia foi o menos escolhido, só 5% da população pensam assim.

Em relação à presença da polícia, quanto maior a renda menor é o índice de pessoas que pedem a presença física da polícia. Pessoas com renda mais baixa, de até dois salários mínimos, têm um índice de pedido dessa presença maior. Então, fica a possibilidade... Cabe a reflexão aí: será que essas pessoas estão morando em bairros mais violentos e por isso frequentam escolas mais violentas, pessoas com faixa de renda menor? Ou será que é porque pessoas com faixa de renda maior contam com a possibilidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

matricular seus filhos ou de estudar em escolas particulares e, com isso, têm segurança privada? Fica uma possibilidade aí, porque tem essa pequena distinção nos cruzamentos.

E agora, partindo para a parte final, o projeto de lei proposto pelo Senador Alessandro Vieira e relatado pelo Senador Flávio Arns sobre segurança das crianças e adolescentes na internet estabelece, entre outras coisas, 12 anos como a idade mínima para ter acesso a redes sociais. E nós perguntamos, sem sugerir nenhuma idade, de forma que fosse espontânea a resposta de cada um dos entrevistados: "Na sua opinião, a partir de qual idade a criança ou adolescente pode criar contas em redes sociais?".

É bem pequeno, 5%, o índice de pessoas que acham que pessoas de 4 a 11 anos podem ter contas nas redes sociais. A ampla maioria diz "entre 12 e 17 anos", 68%. E ainda há um percentual significativo, 25%, que acha que só maior de idade deveria ter contas em redes sociais.

Para 12 anos específicos, que é o que o projeto de lei sugere, 9% apontam espontaneamente 12 anos como a idade mínima para a criança ter acesso a redes sociais.

E nós fomos investigar se essa preocupação é posta em prática e perguntamos: "Algum adulto monitora o conteúdo que as crianças ou adolescentes que moram com você consomem na internet?". Oitenta por cento dos brasileiros afirmam que sim.

E, dentre as maiores preocupações listadas por eles, dessa vez provocadas por nós – nós listamos as possíveis preocupações e eles escolheram qual era a maior –, o discurso de ódio conta como a principal preocupação para 25% dos brasileiros; ameaças à segurança pessoal, para 22%; a existência de perfis falsos na internet, apontada por 18%; notícias falsas, para 17%; e apenas 5% dos brasileiros não têm nenhuma preocupação com o conteúdo na internet.

Então, só para recapitular algumas questões aqui que podem ser válidas para alguma discussão: essa dificuldade de as pessoas associarem *bullying* à violência e de compreenderem a gravidade de uma situação e como isso pode comprometer a qualidade de vida de uma pessoa, principalmente jovens, que estão em formação, com as suas defesas psicológicas ainda em formação. Então, isso precisa ser debatido, discutido e ensinado, que não é normal você passar por uma situação de *bullying*. *Bullying* é, sim, uma violência.

Mais um ponto positivo da pesquisa é essa compreensão geral de que a violência nas escolas não se resume à segurança pública, mas ela é uma questão transversal e envolve questões de saúde mental, de infraestrutura escolar, dentre outros; e também que a segurança no ambiente digital está no radar da preocupação dos brasileiros, que o brasileiro entende que nós estamos no ambiente físico, mas também no ambiente eletrônico, e que a segurança só se completa se nós avaliarmos tudo em conjunto.

Então, é isso, Senadora. Brevemente, esse era o resumo da apresentação. Aqui está o QR *code*. Eu queria, simbolicamente, lhe entregar aqui a nossa pesquisa para a senhora conhecer e queria agradecer demais o espaço aqui que me foi dado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Flávio e Vicente, pela oportunidade. Obrigada a todos pela presença.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nós parabenizamos toda a equipe do DataSenado.

Gente, as pessoas precisam entender que eles trabalham com métodos científicos e eles têm os melhores profissionais da área. A pesquisa está muito, muito bem-feita, mas é assustadora. Eu acho que nós vamos ter que nos debruçar com mais calma sobre essa pesquisa. Nós estamos cumprindo hoje um protocolo da apresentação, mas as discussões vão precisar ser geradas.

O nosso Presidente da Comissão não pôde estar presente hoje, o Senador Flávio – ele está com um problema de saúde na família –, mas eu confesso que nós tínhamos que estar com todos os Senadores aqui hoje para a gente fazer essa discussão, porque ela nos traz elementos. Por exemplo: as pessoas têm mais medo da violência que pode acontecer na escola do que na rua, pelo que eu entendi nos seus dados. Agora, consegue entender uma mãe indo trabalhar em pleno pavor, como você nos apresentou aqui? Isso tem um reflexo enorme na economia, porque um profissional que não está em paz trabalhando não vai produzir o esperado. Então, a violência na escola não fica no âmbito escolar tão somente, ela traz um reflexo enorme na economia, na segurança pública, na saúde. E eu acho que a gente vai ter que se debruçar nisso.

A pesquisa me assustou. Eu quero cumprimentá-los, mas estou assustada. Quero cumprimentar todos os servidores que estão aqui, assustada.

E eu queria pedir à Secretaria da Comissão que nós déssemos alguns encaminhamentos. Primeiro, eu acho que a gente vai ter que compartilhar essa pesquisa, imediatamente, com a Comissão de Segurança Pública, com a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Direitos Humanos do Senado.

Eu tenho a grata satisfação de estar com o Senador Presidente desta Comissão lá na assistência social, na Comissão de Direitos Humanos. Mas a gente vai ter que falar com a Segurança Pública, porque o tema é transversal e os dados são surpreendentes. E quando a pesquisadora traz para nós a questão da saúde mental... Nós estamos discutindo saúde mental nesta Casa.

Eu gostaria também que fosse dado conhecimento da pesquisa, em forma de ofício, aos gabinetes dos Senadores membros da Comissão, porque a gente sabe que está à disposição aqui no nosso portal e também no portal da Secretaria de Transparência, mas o envio ao gabinete, o chamamento à atenção dos nossos membros eu acho que faz uma diferença muito grande. E, se possível, que a Comissão enviasse também para o grupo de trabalho do MEC que já está discutindo o Plano Nacional de Educação. Nós não nos podemos esquecer de, na discussão do Plano Nacional de Educação, trazer o item violência nas escolas, porque talvez tenhamos, Dra. Elga, que mudar o rumo de muita coisa na educação no Brasil. Nós vamos ter que talvez parar o ônibus; para, e vamos discutir aqui o que está acontecendo, porque, se a escola virou um lugar inseguro, como nós vamos lidar com isso com as famílias?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, Dra. Isabela, a senhora traz um dado da mulher ter recebido mais os alertas. Nós temos mais famílias hoje lideradas por mulheres também. Esse fato tem que ser colocado aqui, porque há mais famílias lideradas por mulheres sozinhas. E essas mulheres sozinhas têm jornadas extras: são a dona de casa, a mãe, a profissional, a que pega o ônibus, a que sai de casa de madrugada, e essas crianças estão na escola porque elas consideram um lugar seguro. Essas mães solo vão trabalhar com medo, porque a escola não é um lugar seguro.

Aí eu quero lembrar, Dra. Isabela, que em 2014 a OCDE divulgou que o Brasil era o primeiro no *ranking* mundial em violência contra professor. Então, imagine, se nós somos o campeão... É possível que a gente tenha aí oscilado entre o primeiro, o segundo e o terceiro lugares, mas nós podemos dizer que somos uns dos campeões – para nossa vergonha – mundiais de violência contra o professor. E agora você traz a pesquisa da violência contra o aluno. Então, nós vamos ter que nos debruçar sobre esses dados.

Eu fico muito feliz por o DataSenado ter se empenhado em entregar essa pesquisa num tempo recorde. Não é fácil. Vocês receberam a incumbência dois, três meses atrás, no auge dos ataques nas escolas, e vocês se debruçaram. Não é fácil fazer uma pesquisa em um universo de mais de 2 mil pessoas entrevistadas em todo o país – não é fácil. E eu só tenho que parabenizá-los, mas sem celebrar, sem comemorar. Parabenizar os profissionais, mas sem comemorar os dados apresentados, que mostram que 22% das pessoas entrevistadas disseram que já sofreram violência em algum momento na escola. Isso é muito grave! É muito grave.

E nós nos colocamos, Dra. Isabela, à disposição. Eu não sei se tem alguma pergunta, se chegou pelo e-Cidadania, mas esse aqui é um ato protocolar de apresentação.

Nós temos aqui algumas perguntas que chegaram pelo Portal e-Cidadania.

Beatriz Sobreiro, do Paraná...

Eu vou ler as perguntas, se uma das senhoras tiver interesse em responder e tiver dados para responder... Senão, a gente vai registrar e a gente faz depois contato com os nossos internautas.

Beatriz Sobreiro, do Paraná: "Qual medida para apoio psicológico o Governo oferece para as escolas na busca de lidar com a violência verbal e física?".

Dennis Soares, de São Paulo: "Quais medidas de âmbito federal podem ser pensadas para conter os extremismos que são incentivados através do ambiente virtual?".

Izabela Pires, de Pernambuco...

Observem que o Brasil inteiro está acompanhando.

Izabela Pires, de Pernambuco – obrigada, Izabela, pela participação –, pergunta: "Além da nomeação de psicólogos, não é hora de as escolas contarem com a polícia especializada na segurança dos estudantes?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observem que a pergunta dela faz um diálogo com a pesquisa que as senhoras apresentaram sobre a presença da polícia.

Gabrielle Reis, da Bahia: "O Senado Federal tem planos para aumentar o investimento em programas de prevenção à violência escolar?".

E aqui vou fazer questão de eu mesma responder à Gabrielle imediatamente. Essa pesquisa apresentada pode ser discutida também na Comissão de Orçamento. Não se faz enfrentamento à violência sem dinheiro. Não se tem escolas seguras sem orçamento. E um dos dados que a pesquisa trouxe foi a reforma do ambiente escolar. A gente sabe que nós temos escolas em que o espaço físico é extremamente vulnerável. Então, aqui, Gabrielle: está, sim, na hora de a gente investir mais. Hoje, na reunião deliberativa, a Senadora Zenaide novamente tocou no tema do investimento na área da educação. Então, Gabrielle, a sua pergunta é oportuna, sim. E esses dados aqui da pesquisa também devem ser discutidos lá na Comissão de Orçamento, para que a gente acerte, para que a gente faça um orçamento que realmente atenda a necessidade do nosso país.

Edson Bessa, de São Paulo: "Porque ao invés da redução da maioridade penal não podemos ter a condenação de acordo com o crime cometido independente da idade do autor?".

Cleberson Silva, do Paraná: "No Japão crianças limpam e varrem a sala, aqui dizem ser abuso. O que fazer para o aluno se sentir responsável por seus atos e respeitar?".

José Augusto, de Minas Gerais: "O *bullying* escolar é mais um dos tipos de violência escolar. Como combatê-lo de forma eficaz, que vá além dos muros escolares?".

E nós temos alguns comentários, não são perguntas.

Thiago Santos, de São Paulo: "Eventos devem ser realizados trimestralmente para explicar o perigo das redes sociais, bem como ensinar que a internet não é terra sem lei".

João Ramos, do Amazonas: "[...] a educação moral e cívica é essencial [...] [para a formação de bons] cidadãos [...]" – e, com isso, diminui-se a violência nas escolas.

Maria Taciana, do Rio Grande do Norte – o Brasil inteiro –: "Faz-se necessária a obrigatoriedade da presença do psicólogo escolar que possa contar com o apoio de um assistente social", que, na verdade, já é uma lei aprovada por esta Casa, uma lei da obrigatoriedade do psicólogo e do assistente social.

Mais perguntas chegaram agora.

Antônio Bacellar, da Bahia: "Os preconceitos presentes na sociedade também estão presentes nas salas de aula. Como fazer para mudar esse cenário sem criar mais violência?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Suziane Correa, de São Paulo: "Como promover um ambiente escolar seguro, combatendo a violência [...] [com] medidas repressivas e cultivo de respeito, empatia e inclusão?".

Dra. Elga, veja como havia uma ansiedade pela pesquisa que vocês estavam fazendo. O Brasil queria ver esses dados, o Brasil queria entender de forma científica o que está acontecendo. Olhe a participação da sociedade.

Wanildo Martins, de Pernambuco: "Como [...] garantir que os professores consigam exercer o seu ofício sem serem agredidos?".

Sol Horti, de São Paulo: "Como a inteligência do país vem atuando para identificar" – olhe, já falam do serviço de inteligência – "e combater a cooptação desses jovens por meio de plataformas e jogos na internet?".

Teminy Duque, de São Paulo: "É necessário [haver] psicólogos" – novamente – "em todas as unidades e períodos para atender aos alunos e funcionários, além de ronda escolar permanente".

Observe, Dra. Isabela, a saúde mental, que vocês trouxeram na pesquisa, e a polícia presente. É o que está todo mundo falando.

Figueiredo, do Rio de Janeiro: "A maior violência que uma criança pode sofrer é [...] [perder] o direito [...] de estudar por indisciplina em sala de aula".

Myqueas, do Rio Grande do Norte: "É necessário promover a consolidação de uma rede de proteção, visando à criação de fluxos de atendimento em casos de violência escolar".

Observem como chamou a atenção dos nossos internautas a pesquisa apresentada.

Dra. Elga, os nossos gabinetes também são muito demandados. Nós já conversamos sobre isso com a Secretaria de Transparência, com o Serviço de Pesquisa do Senado e com a Ouvidoria. Quando começou aquela série de ataques às escolas, eu recebi centenas, milhares de *e-mails* do Brasil. E, claro, nós não temos a *expertise*, a habilidade de um centro de pesquisa, mas nós tiramos alguns assessores para lerem os *e-mails*, e, de uma forma muito simples, a gente tabulou os pedidos de socorro que vieram do Brasil e as sugestões, porque o cidadão manda para o gabinete do Senador sugestões. E, lendo o que vocês apresentaram, é praticamente um retrato; a pesquisa que vocês fizeram é praticamente um retrato das demandas que nós Senadores estamos recebendo em nossos gabinetes.

Eu não sei se alguma das senhoras gostaria de fazer algum comentário ou alguma resposta às perguntas. Não cabem a elas as respostas. Elas estão aqui para apresentar uma pesquisa, não cabem a elas as respostas, mas eu vou deixá-las bem à vontade se quiserem fazer algum comentário ou responder alguma das perguntas.

A SRA. ISABELA DE SOUZA LIMA CAMPOS (Para expor.) – Obrigada, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria primeiro agradecer a participação de todos. É muito importante para a gente que essa pesquisa caia em conhecimento público. Então, o cidadão precisa se apropriar também desses dados.

Mas eu gostaria de fazer só um comentário: o Edson Bessa, de São Paulo, comentou sobre o tempo de internação do menor infrator. Na pesquisa aqui eu não apresentei, porque a gente fez um recorte, mas há um projeto na Casa de ampliação do tempo de internação do menor infrator, de três anos, que hoje é o tempo vigente, para cinco anos. E nós perguntamos aos cidadãos se, na opinião deles, essa proposta aumentaria, diminuiria ou não faria diferença na prevenção, ou melhor, na segurança nas escolas.

E aí eu queria deixar esse comentário aqui, já que o Edson Bessa perguntou: na nossa pesquisa, 49% dos cidadãos acreditam que um tempo de internação maior implicaria o aumento da segurança nas escolas; 29% acham que não faria diferença; e 15% acham que diminuiria a segurança. Então, é um projeto que as pessoas estão discutindo, esse sobre o tempo de internação.

A SRA. ELGA MARA TEIXEIRA LOPES (Para expor.) – Só quero agradecer mesmo a oportunidade, Senadora, e elogiá-la, porque a iniciativa de enviar para as outras Comissões e de enviar para cada Senador acho que vai fazer muita diferença com relação à pesquisa. Então, apesar de ser o seu primeiro mandato, a mim, que já estou velha na Casa, com mais de 20 anos, a senhora surpreendeu. Muito obrigada, e a gente fica muito feliz.

Sempre eu digo que sou advogada e jornalista de formação, servidora pública por opção e pesquisadora por paixão, porque eu acho que a pesquisa quantifica o problema. Ela traz o problema para a dimensão que ele tem, quanto ele custa, o que é que a população está pedindo. E a gente fica muito feliz de entregar esses resultados para os Senadores através da senhora.

Muito obrigada e bom dia a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Isabela, considerações finais?

A SRA. ISABELA DE SOUZA LIMA CAMPOS (Para expor.) – Eu queria reforçar aqui a importância do trabalho do estatístico por trás. A gente tem uma equipe pequena, mas bastante responsável e cuidadosa, Senadora. Nenhum dado sai sem muitas, muitas, muitas revisões! Então, eu queria aqui compartilhar e agradecer a cada uma das pessoas que trabalham nesses números, exaltar o trabalho dos estatísticos e estatísticas que trabalham conosco e saudar a sensibilidade e a inteligência de lidar com esses números e saber que não são números; são pessoas que estão passando por situações difíceis. E, quando esses números ganham um rosto e uma sensibilidade, como a da senhora, Senadora, que está mostrando o seu comprometimento com o cidadão brasileiro, isso é fundamental. É assim que a gente se sente honrado de ser servidor público e se sente ajudando, contribuindo de alguma forma.

Então, eu queria agradecer aqui a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nós vamos para o encerramento.

Quero parabenizar toda a equipe. Eu vou lá pessoalmente – viu? – abraçar todo mundo. Acho que está na hora de levar um bolo de fubá, sentar com os meninos, com os estatísticos e estatísticas, para motivá-los, porque, às vezes, as pessoas não percebem quão grande é o trabalho dessa Secretaria de Transparência e do nosso serviço de pesquisa.

E aí, doutoras, eu queria só fazer mais uma menção aos nossos intérpretes de libras: como eles foram incríveis ao interpretar números – não é fácil – e informar à comunidade surda uma pesquisa como esta! E a gente sabe, Dra. Isabela, que os nossos estudantes com deficiência muitas vezes se calam e são vítimas, muitas vezes, nas escolas, de todos os tipos de violência, de todos elas, a começar pelo *bullying*.

Os nossos intérpretes Esmeralda e Joabe passaram para a comunidade surda a pesquisa de uma forma muito clara. Eu entendo um pouco de libras e fiquei os observando. Parabéns aos nossos intérpretes de libras! Senado Federal é isso. É um celeiro de profissionais incríveis.

Obrigada, Dra. Elga; obrigada, Dra. Isabela; obrigada aos internautas que nos acompanharam.

Desejamos ao nosso Presidente que volte na semana que vem com a família saudável, com seu filho saudável.

E, a partir de agora, começa a discussão em cima dos dados apresentados pela pesquisa.

À Secretaria, muito obrigada.

E a gente encerra esta audiência pública.

(Iniciada às 12 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 52 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 47ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JULHO DE 2023, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, PLENÁRIO VIRTUAL DE COMISSÃO.

Às nove horas do dia dez de julho de dois mil e vinte e três, no Plenário Virtual de Comissão, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Izalci Lucas, Zenaide Maia e Esperidião Amin. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Jussara Lima, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão, Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Romário, Laércio Oliveira e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 21/2023 - CE, de autoria Senador Flávio Arns (PSB/PR), REQ 28/2023 - CE, de autoria Senadora Teresa Leitão (PT/PE), e REQ 36/2023 - CE, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Discutir o novo PNE. **Participantes:** Sr. Rafael Barreto Almada, Reitor do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) e Conselheiro Diretor do Conselho Federal de Química (CFQ); Sra. Cinthya Campos de Oliveira Mascena, Doutoranda em Educação na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Técnica-Pedagógica na Assessoria de Educação Especial da Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo (SEDU/ES) (representante de: Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down (FBASD)); Sr. Carlos Alberto Marques, Diretor de Políticas Educacionais da Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior, Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (PROIFES); Sr. Bruno Tovar Falciano, Representante do Comitê Diretivo do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB); Sra. Miriam Fábia Alves, Diretora Financeira da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED); Sra. Suzane da Rocha Vieira Gonçalves, Presidente da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE); e Sr. Luiz Fernandes Dourado, Presidente da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/07/10

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 47ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 1ª Sessão Legislativa da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 10 de julho de 2023.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de, abrem-se aspas, "discutir o novo Plano Nacional de Educação", em atenção ao Requerimento nº 21/2023, da Comissão de Educação; ao Requerimento nº 28/2023, também da Comissão de Educação; e ao Requerimento nº 36/2023, também da Comissão de Educação; o primeiro deles é de minha autoria; o segundo, da Senadora Teresa Leitão; e o terceiro requerimento, de autoria do Senador Paulo Paim.

Participam desta audiência, de forma remota, o Sr. Rafael Barreto Almada, Reitor do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) e Conselheiro Diretor do Conselho Federal de Química; a Sra. Cinthya Campos de Oliveira Mascena, Doutoranda em Educação na Universidade Federal do Espírito Santo e Técnica-Pedagógica na Assessoria de Educação Especial da Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo; o Sr. Carlos Alberto Marques, Diretor de Políticas Educacionais da Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (Proifes); Sr. Luiz Fernandes Dourado, Presidente da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae); o Sr. Bruno Tovar Falciano, Representante do Comitê Diretivo do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil; a Sra. Miriam Fábia Alves, Diretora Financeira da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação; e também a Sra. Suzane da Rocha Vieira Gonçalves, Presidente da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope).

Eu quero destacar que esta é a nossa oitava audiência pública, e inúmeros temas foram já debatidos sobre o Plano Nacional de Educação.

E quero também destacar algo que eu comentava com os expositores e expositoras, agora há pouco – e agora para todas as pessoas que nos acompanham pelos meios de comunicação do Senado –, que nós, depois, deixaremos, no portal da Comissão de Educação, todo o material apresentado, as falas dos expositores e expositoras e que, na Comissão de Educação e Cultura, sempre fazemos também um sumário, uma síntese, para facilitar a leitura de todas as exposições que acontecem em audiências públicas, que ficam disponíveis para as pessoas que desejarem ler esse sumário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero lembrar que a Comissão de Educação e Cultura é composta de 54 membros, é uma Comissão bastante numerosa, com 27 titulares e 27 suplentes, e todos esses Senadores e Senadoras recebem esse sumário. Então, a gente procura divulgar de todas as formas possíveis para que mais entidades, instituições, pessoas possam se beneficiar daquilo que é apresentado.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, aos quais já agradeço pela presença, pela participação, de forma remota, o que auxilia muito a participação de mais entidades, mais instituições, inclusive, com um custo econômico menor e pessoal também, porque todo deslocamento implicaria cessação de atividades, muitas vezes de quem participa da audiência, comunico que esta reunião também será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www.senado.leg.br/e-cidadania, ou pelo telefone 0800 061 2211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível, como eu já falei, no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos, prorrogáveis por mais cinco minutos. Quando estivermos próximos dos dez minutos, haverá uma campainha para alertar que a pessoa tem mais cinco minutos. E quando chegar perto do final dos outros cinco minutos, haverá um novo sinal, não da minha parte, eu sempre brinco "não fiquem bravos comigo", mas é o próprio equipamento que faz isso, não é verdade?

Já temos algumas perguntas de pessoas que estão acompanhando e comentários e vou fazer essa leitura porque, inclusive, isso pode de alguma maneira orientar as falas. Às vezes as pessoas perguntam sobre monitoramento, fiscalização, ruptura ou continuidade. Então, já houve, como eu disse, sete audiências anteriores. Esta é a oitava audiência pública, a última dessa primeira série, porque o Executivo deverá enviar ao Congresso Nacional, no segundo semestre, a proposta do novo Plano Nacional de Educação. Então, todas essas audiências subsidiarão já a análise da proposta a ser enviada. A proposta já deveria ter sido enviada no ano passado. Então, já estamos atrasados nesse sentido, porém, virá no segundo semestre. E esse Plano Nacional vigente é 2014-2024. E ao mesmo tempo, inclusive, estamos aprovando projetos de lei que alteram o Plano Nacional em vigência. Por que isso? Para que justamente em relação ao aspecto aprovado, eventualmente, a Comissão de Educação possa trazer luz e foco sobre aquele aspecto específico na elaboração do novo plano.

Então, nada impede que, apesar de estarmos no último ano de vigência, alguns projetos de lei possam ser discutidos, apreciados e, também, se for o caso, aprovados.

As perguntas são as seguintes:

Eduardo José, do Rio Grande do Sul: "Todos que trabalham na escola contribuem com a educação dos alunos. [...] [Haverá investimento] na formação dos profissionais não docentes da educação?". É uma pergunta muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jonas Aniki, de Alagoas: "Haverá alguma forma de cobrança por parte da União, para que Estados e Municípios atinjam metas de educação e garantam sua aplicação?".

Sempre lembrar que o Sistema Nacional de Educação está sendo debatido e votado no Congresso Nacional, para a União, estados e municípios; a Lei de Responsabilidade Educacional também.

Hélvio Alessandro, de Pernambuco: Quais as obrigações legais para assegurar que as metas do [...] [Plano Nacional de Educação] sejam cumpridas pelos entes responsáveis?".

Danielle Mendonça, de Rondônia: "Como aumentar a participação de estudantes de comunidades ribeirinhas amazônicas nas universidades públicas federais?".

Vítor Rodrigues, de Goiás: "O esboço do projeto trará mecanismos para fortalecer a educação inclusiva, como a adoção do professor de suporte para autistas nas salas?".

Há alguns comentários também – não perguntas, mas comentários.

Luciana Pereira – aliás, me desculpem – Luciane Aparecida, do Paraná: "Por favor aumentem a carga horária de geografia, é impossível fazer uma abordagem eficiente e dinâmica com duas aulas semanais".

Evelise Maria, do Rio Grande do Sul: "Todos os que trabalham na escola deveriam ser incluídos no PNE e receber formação. Os profissionais não docentes [...] também educam".

David Marques, de São Paulo: "É importante estabelecermos metas para redução do número de alunos na sala de aula, criando critérios técnicos de capacidade das salas".

Víctor Simonselos, de Minas Gerais: "A nossa expectativa é que o PNE [Plano Nacional de Educação] forneça os mecanismos necessários para que se invista na base da pirâmide, ou seja, na educação básica".

Inalmar Mendes, de Pernambuco: "Para promover avanço na educação infantil, deveria ser meta a formação em pedagogia dos profissionais de sala das creches, inclusive auxiliares".

Muito bem. Esses são os comentários e as perguntas que chegaram até o momento.

Eu quero lembrar que, nas audiências anteriores, nós discutimos estratégias, diretrizes que devem nortear a elaboração do novo Plano Nacional de Educação, o monitoramento, o controle, as redes de educação básica, prioridades e demandas. Algumas perguntas estão relacionadas a isso.

Quero só dizer para os internautas que esse material, como já enfatizei, está totalmente disponível no Portal da Comissão de Educação. Há também outras audiências: "Educação Especial e Educação Bilíngue de Surdos no novo PNE: nada sobre nós, sem nós"; "O PNE vigente e o novo PNE: continuidade ou ruptura?"; "O novo PNE segundo os trabalhadores da educação e os estudantes", quando se fala em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhadores, entende-se, naturalmente, todos os profissionais, como algumas perguntas procuraram enfatizar; "As redes de educação superior: prioridades e demandas do novo PNE" foi o tema da última audiência pública.

Agora, também o que é muito interessante, hoje, é um apanhado geral sobre o PNE, do ponto de vista dos expositores e expositoras, fruto, como eu já falei, dos requerimentos apresentados pelo Senador Paulo Paim, que é Presidente da CDH, a Comissão de Direitos Humanos; da Senadora Teresa Leitão, que é Presidente da Subcomissão da Comissão de Educação sobre o novo ensino médio; e de requerimento também de minha autoria.

Muito bem. Dito tudo isso, a gente passa, em primeiro lugar, a palavra a quem agradecemos também pela presença, ao Sr. Rafael Barreto Almada, Reitor do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) e Conselheiro Diretor do Conselho Federal de Química (CFQ).

Seja muito bem-vindo, Dr. Rafael. Com a palavra.

O SR. RAFAEL BARRETO ALMADA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Flávio! Bom dia a todas as pessoas aqui presentes nesta sessão virtual e àqueles que estão nos assistindo remotamente.

É um grande prazer poder participar de uma audiência tão importante, de uma continuidade de discussões que eu tenho acompanhado. Aqui já parabenizo, Senador Flávio, esse trabalho da Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal, que tem feito uma discussão muito propositiva.

Eu tive a oportunidade de participar da construção do Plano Nacional de Educação, antes de 2014, mas com a sua consolidação em 2014, e ele tinha grandes desafios – eu colocaria assim – e essas metas que foram colocadas eram metas que vinham em uma crescente de promoção da educação no nosso país, desde a educação infantil, educação básica, ensino fundamental, ensino médio, a própria educação profissional e tecnológica e ensino superior. Ele vinha em uma crescente de construção no país, envolvendo diferentes atores nesse processo, e a gente chegou à consolidação de metas robustas e desafiadoras.

Aqui eu falo como Reitor do Instituto Federal do Rio de Janeiro, obviamente, na condição de pensar educação profissional e tecnológica e os principais desafios que a gente tem inerente a essas metas do Plano Nacional de Educação vigente e do próximo Plano Nacional de Educação e falo também da importância da participação como Conselho Federal de Química.

Aqui, neste momento, represento o nosso Presidente José de Ribamar Oliveira Filho, que, por motivo de agenda, acabou não conseguindo participar. Com muita honra, na diretoria do Conselho Federal de Química, eu aqui o represento para a gente também ver a importância dos conselhos profissionais nesse processo de discussão e construção dessa política de formação, seja na educação técnica, seja na educação profissional e tecnológica e as suas diferentes vertentes, seja no ensino superior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, nesse contexto, falando nessas duas frentes principais, eu queria destacar a importância de ter o conselho profissional, os conselhos profissionais, aqui representados pelo Conselho Federal de Química, nessa discussão do PNE. A gente talvez tenha tido pouca oportunidade, em alguns outros momentos, de fortalecer o papel que os conselhos têm na consolidação das profissões regulamentadas. A gente percebeu, ao longo desse processo do PNE, que a gente teve ações e encaminhamentos que desconstruíram um pouco o papel desses conselhos profissionais. Este ano, a gente comemorou as DCNs da área da química, as Diretrizes Curriculares Nacionais da área da química, que completou 20 anos, num processo de longa formação que fortalece uma atividade de um profissional extremamente necessário quando você avalia que é uma indústria que tem um papel extremamente importante, a indústria química, no produto interno brasileiro, nas exportações, nas importações, na produção de matéria-prima, nos insumos essenciais, porque a gente visualizou, no momento em que a gente viveu uma pandemia, o que esses profissionais tiveram de atuação e puderam fortalecer o papel da área da química nessa construção das demandas que a gente tinha para esse desafio que foi a pandemia.

Então, ter os conselhos profissionais contribuindo com essa discussão para que a gente possa ter cada vez mais cursos que sejam coerentes com o desenvolvimento do nosso país. A gente hoje está falando de hidrogênio, de energia limpa, de desenvolvimento sustentável, e a química, por exemplo, tem feito essas discussões, e esse profissional formado, seja nessas metas que a gente vai propor para o novo Plano Nacional de Educação, seja no ensino profissional, seja no ensino superior, precisa prever esses desafios desse profissional. Então, se a gente discutir essas metas de acesso, de permanência e de êxito sem falar da qualidade da formação desse profissional, a gente vai se perder e não conseguir atingir essas.

Então, eu queria destacar isso, a importância dos conselhos profissionais nesse processo, e aí agradeço demais esse convite e coloco esse desafio, que é a gente pensar uma formação cada vez mais de vanguarda, que pense em desenvolvimento sustentável e que fortaleça o nosso país, porque essas metas não podem estar descoladas desse desenvolvimento. E, no momento em que a gente tem a necessidade de aceleração de crescimento, que a gente discute reforma tributária, para que a gente possa otimizar e potencializar os produtos acabados, a geração de serviços eficientes, a cada vez maior transparência, isso também está atrelado a uma potencialidade dessa indústria com uma potencialidade de contratação de novos profissionais. Então, esse é um grande desafio.

Também destaco que, às vezes, a gente fica um pouco entristecido quando olha as metas do PNE nessa primeira versão nossa, estabelecida aí pela 13.005, mas a gente sabe também como foi o desafio desses últimos dez anos, nove anos, falando de 2023. Mas foi redução dos investimentos na área da educação. Isso é claro. A PEC do Teto de Gastos, a emenda à Constituição que a gente aprovou fez um estrangulamento principalmente nas instituições federais de ensino.

Então, os institutos federais, por exemplo, numa perspectiva de crescimento, hoje atendem 1,5 milhão de estudantes em todo o país, distribuídos em 41 instituições; mas foi interrompido um processo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crescimento e de consolidação dessas unidades. A gente, por exemplo, no Instituto Federal do Rio de Janeiro, tinha uma meta de chegar a 23 mil estudantes, e a gente não conseguiu chegar. Por quê? Por causa de investimentos. Então, eu tenho *campus* em que, se eu construo mais um prédio, eu dobro o quantitativo de estudantes que eu consigo atender. Então, são as metas da educação profissional, as metas do ensino técnico, do ensino técnico integrado, associado à educação de jovens e adultos, todas essas potencialidades que a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica possui foram interrompidas por um estrangulamento orçamentário, e que impacta nas nossas metas. Então, assim, a gente precisa, sim, continuar entendendo essa necessidade de essas metas serem arrojadas, mas a gente precisa também, atrelado à legislação nova do Plano Nacional de Educação, pensar em investimento; a gente pensar em possibilidade de usar essa estrutura já existente das nossas instituições de ensino e que possa ser potencializada com investimento. Então, acho que um grande equívoco que a sociedade fez foi aprovar uma emenda que atrasava o processo de investimento na educação, e isso se aplicou em todas as áreas, mas possivelmente as nossas metas precisam ser olhadas com esse viés do investimento.

A universalização do ensino. Hoje, a área da Química, por ser uma área tão consolidada, a nossa lei é de 1956, a Lei 2.800, que cria... A própria profissão da Química está na Consolidação das Leis do Trabalho, na CLT, e isso nos dá uma perspectiva, em nível de Estado brasileiro, de uma distribuição da formação na área da Química. Por isso a importância também de o conselho estar aqui nessa discussão, porque a gente tem cursos de diferentes áreas de atuação, em diferentes estados, mas, cada vez mais, a gente precisa atrelar, inclusive numa discussão de ensino médio, o próprio ensino de Química.

A gente tem uma ação aqui no conselho, Senador, que é relacionada a... A gente trabalha essa questão da conscientização do uso, por exemplo, de produtos de limpeza. Então, a gente percebe que muitas donas de casa, profissionais que trabalham em residências ou até em ambientes públicos acabam fazendo mau uso dos desinfetantes, dos utensílios diários da limpeza. E essa dificuldade, às vezes, de atuação está na falta de uma base de consolidação da química – reações básicas e necessidades básicas, que a gente aprende no ensino médio, do uso da química, de produção de gases, de ácido e base –, e isso precisa estar incorporado.

Então, a Química precisa, sim, estar em uma estrutura de ensino médio. A gente não pode excluir, dentro de uma discussão do ensino médio, a necessidade dessas áreas, que muitas vezes parecem ser específicas. "Ah, não vou estudar Química, é só para aquele profissional que vai se dedicar à área da formação da química". Não! Os conhecimentos básicos – química, física, matemática – são essenciais no processo de construção. Pensar, inclusive, a geração de conhecimento na área de programação, isso é essencial para a gente pensar essas metas. Então, falar do ensino fundamental é também falar desses conhecimentos necessários e básicos da ciência, da tecnologia, e que vai se perpetuar numa construção de um cidadão que, além de uma área de conhecimento, seja um cidadão crítico que saiba seu papel como trabalhador, como profissional ético.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então a gente também precisa olhar para essa necessidade de fortalecer as áreas da ciência. Qualquer discussão que fale de um plano nacional de educação precisa permear a discussão da consolidação da formação de um profissional integral na sua essência, um profissional crítico, consciente do seu papel, além da formação na área do conhecimento.

Então, fico muito feliz de poder contribuir para este debate, agradecendo enormemente a possibilidade de estar aqui. Estamos prontos para o debate, para novas discussões e ansiosos para ouvir nossos colegas, os quais cumprimento pela honra de poder estar nesta audiência junto com pessoas tão competentes e que vivenciam a cada dia a educação.

Parabéns, Senador Flávio Arns – tentei cumprir meu tempo. Obrigado. Estamos aqui para a discussão. E obrigado por ter essa consciência da necessidade de os conselhos profissionais também contribuírem com esta discussão. Acho que é preciso fortalecer cada vez mais o papel desses conselhos na discussão do profissional que a gente vai formar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Nós é que agradecemos a você, Dr. Rafael Barreto Almada, Reitor do Instituto Federal do Rio de Janeiro.

Eu quero só fazer duas observações.

A primeira é a sugestão da participação dos conselhos federais nesses debates. Nós vamos levar muito em conta isso daqui para frente. Realmente a sua sugestão é muito importante.

Quero destacar também o papel essencial dos institutos federais de educação, que vêm sendo uma referência no Brasil e que têm que ser incentivados, financiados, porque a qualidade do que vocês ofertam para a sociedade pode ser comparada com o que se oferta em qualquer país desenvolvido do mundo, inclusive em termos de avaliações.

E quero também destacar que foi criada a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Ensino Técnico e Profissionalizante por sugestão do Senador Marcos Pontes, que, inclusive, faz parte da Comissão de Educação e Cultura, e é uma pessoa que tem nos auxiliado muito nesse debate todo sobre o ensino profissionalizante e tecnológico.

Peço que transmita a todos da Universidade e do Conselho o nosso abraço também.

Obrigado.

Com a palavra agora o Sr. Carlos Alberto Marques, que é Diretor de Políticas Educacionais da Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (Proifes).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seja muito bem-vindo! Com a palavra, Dr. Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO MARQUES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado.

Bom dia a todos e todas!

Meu agradecimento especial ao Senador Flávio Arns pelo convite e pela realização desta audiência pública sobre um tema crucial, importante e atual.

Então, quero também estender estes meus cumprimentos aos colegas que participam desta audiência, aqui, virtualmente, ao público que nos assiste, aos Senadores que participam da Comissão de Educação – o Senador Izalci, a Senadora Zenaide, que, se não me engano, estão aqui nos acompanhando.

O meu lugar de fala, Senador, é, como o senhor disse, anunciou, eu sou do Proifes Federação, que é composto por sindicatos de professores e professoras do ensino superior e dos institutos federais.

Eu fiz um texto escrito para não me perder aqui nas ideias. Depois eu posso disponibilizar.

Eu quero iniciar com o registro de que a Constituição de 1988, por meio do art. 214, exigiu a formulação de planos nacionais, estaduais, municipais de educação, instituindo e determinando metas a cada dez anos. Portanto, é um tema de Estado e não um programa restrito a qualquer governo e tem uma abrangência muito ampla. Então, o futuro plano nacional da educação deve fazer prevalecer a educação como direito e como uma política permanente de Estado.

No Brasil atualmente a educação é a terceira ou quarta carteira de negócios, atrás de petróleo e energia, por exemplo. Para além da questão da educação como um negócio, o lucro, que já é um problema do meu ponto de vista e que hoje se evidencia muito claramente através da oferta de educação à distância de cursos privados em qualquer esquina deste país, sem critérios de qualidade, também se estende à oferta da educação infantil, de creches, por exemplo, no sistema privado. E agora também penetra no ensino médio através da oferta de disciplinas de educação à distância e transferência de recursos do FNE e do Fundeb, quase que desobrigando o Estado na garantia de condições de funcionamento.

Para além dessa questão, que já é um problema, para mim o problema maior é que a formação dos nossos jovens atualmente está sendo feita sob a ótica de valores privados, no âmbito da competição permanente com seus semelhantes, na formação de um sujeito empresário, frio e por vezes egoísta, que só pensa em lucro. De tal modo que a pessoa começa a compreender a sua existência assim: se ele vence na vida, tudo bem; se não vence, a culpa é do indivíduo. Então, isso cria nele uma ideia de competição permanente. Eu penso que o Brasil precisa de um outro projeto de educação, uma educação inclusiva, da formação do sujeito pleno, do sujeito solidário.

Eu trago aqui uma fala recente do Presidente Lula quando instituiu um programa de reforço no financiamento das universidades brasileiras, dos institutos federais também, em que ele lembrava que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projeto da educação no Brasil, desde a sua constituição enquanto nação, foi sempre um projeto de exclusão, de preparação das elites.

A nossa universidade, a primeira universidade brasileira era de 1920. Na Argentina, é de 1610, em Córdoba. Então, é preciso criar uma outra percepção na sociedade brasileira de que a educação é um direito e é uma obrigação do Estado.

Então, eu comungo de valores distintos. A educação deve ter esse caráter público, ou seja, deve ter por finalidade formar um sujeito para a vida pública, para a interação social solidária e pacífica, numa perspectiva humanística de sociedade.

Por isso, a educação genuinamente de caráter público precisa desprivatizar a formação dos sujeitos no seu sentido ético, social e cultural. A ideia de competição, de concorrência, de individualismo ou de egoísmo não tem e não possui caráter público. Do mesmo modo, um planejamento nacional de educação, a exemplo do Plano Nacional de Educação (PNE), só tem sentido se com claras obrigações legais ao seu cumprimento, tanto pelos entes federativos, quanto pelo sistema privado. Não se trata de punição, mas sim de eventual descreditamento desses agentes ou desabilitação para a atuação no serviço público, que é o caráter da educação. É preciso que os agentes públicos e privados tenham responsabilidades e deveres educacionais muito claros.

Como planejamento da educação nacional, o PNE só será efetivo e eficiente no alcance de suas metas por meio de um acompanhamento e de um eficiente sistema de avaliação, que seja robusto, articulado em todos os níveis e modalidades, porquanto funções características de um Sistema Nacional de Educação, que atuaria na articulação dos e entre os entes federativos, dos agentes públicos e privados, dos atores envolvidos diretamente nos processos de ensino e de aprendizagem. É esse, entre aspas, "organismo de estado" que terá a força e o papel fulcral, atuando de forma permanente para garantir o alcance das metas do PNE. O Sistema Nacional de Educação foi previsto no art. 13 do atual PNE, o qual define que o poder público deveria instituir, em lei específica, contados dois anos da publicação do novo PNE, a constituição desse sistema. O Sistema Nacional de Educação seria o responsável pela articulação entre os sistemas de ensino em regime de colaboração para a efetivação das diretrizes, metas e estratégias do Plano Nacional de Educação. Porém, o prazo, como bem registrou o Senador Arns, era 2016, e estamos em 2023 e ainda não temos um sistema nacional aprovado. Claro, temos uma proposta aprovada no Senado, que é da autoria do Senador Flávio, o qual eu parabenizo, e agora está em tramitação, na Câmara Federal, essa discussão.

Então, essa proposta tem que se estruturar a partir dos elementos mais simples e que já têm caráter nacional, a exemplo das diretrizes curriculares do ensino médio, do ensino fundamental, do ensino técnico profissional; dos vários sistemas de avaliação, Saeb, Sinaeb, etc.; dos fundos constitucionais, como o Fundo Nacional de Educação, o Fundeb; do arcabouço normativo, a exemplo da LDB; e, como nós defendemos, da criação de uma carreira nacional de professores da educação básica, ancorada num piso nacional de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

salários. É a partir disso que um sistema, do nosso ponto de vista, deve se estruturar, com prazos, obviamente, para a articulação de todos os sistemas públicos e privados.

Também é preciso deixar claro, muito claro, que, sem condições adequadas de ensino e de trabalho dos profissionais de educação, a educação de qualidade nunca será alcançada.

Como federação e como membros do Fórum Nacional de Educação, que somos, expressamos aqui o nosso ponto de vista, interesses e necessidades, portanto, de professores e professoras que atuam na educação básica e no ensino superior.

Diante disso, precisamos destacar a questão da formação inicial e continuada em cursos de graduação e pós-graduação, em particular na formação de professores da educação básica, que estão impressos nas metas 15, 16 e 17 do atual Plano Nacional.

Nesse sentido, a meta 15, por exemplo, fala da política nacional de formação de profissionais da educação. Para nós, é preciso uma imediata revogação das Resoluções do CNE, de 2019, de 2020 e de 2021, e retorno à implementação da Resolução 0215, de modo a garantir uma sólida formação inicial e continuada de docentes, principalmente, que imprima, a partir de uma nova Base Nacional Comum Curricular, uma formação integral, que não dicotomize quem pensa e quem faz a educação, que não dissocie teoria e prática. Então, é preciso uma valorização salarial dos profissionais da educação básica e uma discussão de um plano de carreira de profissionais para esses mesmos profissionais.

O atual PNE, infelizmente, não vem sendo cumprido. As metas estruturantes do plano, que tinham prazo, por exemplo, até 2018, não foram alcançadas, e um balanço desses dados são extremamente preocupantes: em sete anos de vigência, apenas cinco das 20 metas foram parcialmente cumpridas e outras 16 metas estão muito longe de ser cumpridas.

As razões disso tudo são múltiplas e bastante conhecidas, por exemplo: na meta 20 do atual Plano Nacional da Educação, que envolve o financiamento da educação básica, o investimento, que deveria ser 7% do PIB, em 2019, e 10%, em 2024, atualmente se encontra em 5,5%.

Então, eu queria conclamar os Senadores e toda a população a participar da elaboração do novo Plano Nacional da Educação. Não deve ser de gabinete, deve envolver a sociedade brasileira, no momento em que a sociedade identifica os problemas, identifica soluções e indica metas. Portanto, são fundamentais as conferências municipais, estaduais e a Conferência Nacional da Educação, que está prevista para o início de 2024. E o Congresso Nacional tem papel fundamental: os Deputados e Senadores mobilizam as suas bases. É a partir disso que nós identificaremos as necessidades.

Lembrando sempre que, em 2016, a partir do golpe que ocorreu no Brasil, o golpe com a Presidente Dilma e depois o Governo Bolsonaro, imprimiram-se a desregulamentação de todas as políticas públicas, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desestruturação delas e profundos cortes orçamentários. Então, nós vamos viver um momento que é de reconstrução das políticas públicas, o que coloca um desafio maior.

Quero aqui finalizar com alguns números, porque já extrapolei o meu tempo.

Temos um país com 8,5 milhões de pessoas com 15 anos ou mais não alfabetizadas, 19,2 milhões em situações de analfabetismo funcional. Um país com déficit de 5 milhões de vagas em creches, onde 1,2 milhão de crianças de 4 a 5 anos estão fora da escola. Um país cujo percentual da população de 18 a 24 anos que frequentou ou concluiu cursos de graduação é de apenas 25% dessa população. Um país com 8 milhões de jovens matriculados no ensino médio, mas em que, segundo o Unicef, 2 milhões de crianças e adolescentes de 11 a 19 anos não estão frequentando a escola no território nacional. É esse o único país onde o projeto da educação é de exclusão e para poucos.

Um país com esses índices deveria levar muito a sério seu planejamento educacional, como o PNE. Mas isso não é o que acontece, basta ver o atual. Por isso, os dirigentes públicos e privados precisam ser severamente responsabilizados se não seguirem à risca esse planejamento.

Não é aceitável que tenhamos uma população, especialmente a mais jovem, fora da escola e com tantos analfabetos. Se não mudarmos esse cenário, seremos sempre um país sem futuro e vivendo um presente de sofrimento, miséria e exclusão. Seremos sempre um país que tem sua soberania comprometida.

Finalizo aqui com um velho chavão aí do movimento social, mas sempre muito atual: educação é um direito e é um dever do Estado.

Muito obrigado e fico aqui à disposição dos ouvintes, inclusive cumprimentando todas as questões trazidas pelos que já apresentaram perguntas e comentários. Todas elas são muito pertinentes. Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Nós é que agradecemos a você, permita-me chamá-lo assim, Carlos Alberto Marques, Diretor de Políticas Educacionais da Federação e Sindicato de Professores e Professoras e Instituições Federais de Ensino Superior, Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Agradeço, porque foi uma bela radiografia dos desafios e dos caminhos que devem ser percorridos.

O senhor falou, no início, que poderia deixar o texto. Então a gente pede que deixe o texto disponível aí, para o pessoal deixar também no portal da Comissão de Educação.

Lembro que teremos a Conferência Nacional de Educação no ano que vem, e o senhor faz parte do Fórum Nacional de Educação. Eu também fiz parte enquanto membro da Comissão de Educação do Senado, na Legislatura passada. E foi o Fórum Nacional que praticamente cuidou de toda a organização da Conferência Nacional de Educação que aconteceu no ano passado e cujo material também está disponível no portal da Comissão de Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E sempre lembro uma frase – porque o Brasil é signatário dos ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável) da ONU, com mais de 190 países –, uma das frases básicas, um pensamento importante e sempre atual dos ODS, que é: "Ninguém deve ser deixado para trás. Ninguém pode ficar para trás". Porque várias perguntas estão relacionadas a isso, na Região Amazônica, no campo, na periferia, aspectos inclusivos da população em geral.

Mas agradeço, Dr. Carlos Alberto.

Passo, em seguida, a palavra ao Luiz Fernandes Dourado, que é Presidente da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae).

O SR. LUIZ FERNANDES DOURADO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos. Bom dia, Senador Flávio Arns. Uma vez mais agradeço o convite para participar desta audiência pública. Quero agradecer...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – É um prazer revê-lo.

O SR. LUIZ FERNANDES DOURADO (*Por videoconferência*.) – Igualmente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Desculpe interrompê-lo, mas é um prazer revê-lo.

O SR. LUIZ FERNANDES DOURADO (*Por videoconferência*.) – Igualmente, Senador. É uma alegria muito grande estar participando, nesta manhã, juntamente aos companheiros aí das entidades.

Quero saudar também a Senadora Teresa Leitão, o Paulo Paim, o Senador Izalci, a Senadora Zenaide e dizer que essa temática é de grande importância.

Se nós identificarmos a trajetória das políticas de gestão da educação no Brasil, nós vamos identificar que os seus processos de regulação e avaliação vêm sendo, historicamente, permeados por disputas de projetos e de concepções distintas a respeito do papel do Estado, e, consequentemente, sobre o planejamento, ou a ausência deste, e sobre a relação entre o papel dos entes federados e as obrigações constitucionais. Quer dizer, há um esforço na realidade brasileira de se buscar uma maior organicidade para as políticas educacionais, e esse esforço tem sido objeto de várias proposições cujos contornos e dinâmicas vão se alterando no tempo histórico.

Então, a discussão de um plano nacional de educação se faz presente. É muito articulada a ideia de planejamento educacional já nos anos 30, com a referência aí do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, ensejando o quê? Uma articulação entre a proposição e a materialização de políticas, e, mais recentemente, com toda uma discussão de políticas que avancem do escopo de políticas governamentais para políticas de Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se nós retomarmos na história, nós vamos ver, por exemplo, já, na Constituição de 1934, a sinalização de elaboração de um plano, mas, lá também, com o advento do Estado Novo, nós vamos ter uma ruptura. E essa discussão é retomada em 1946, na Constituição de 1946. Novamente, tal processo sofre uma inflexão muito grande com o golpe militar de 1964. E aí mesmo, se nós considerarmos a Constituição de 1967, portanto, uma Constituição no golpe, a despeito de ela prever o estabelecimento de um plano nacional de educação e de saúde, o decreto-lei de 1967 vai alterar e, mais uma vez, reformular a sistemática do planejamento. Bom, e aí nós vamos ter, pós-governo militar, quer dizer, a retomada, a redemocratização do Estado brasileiro e aí dando um grande realce à Constituição Federal, que avança, consideravelmente, na perspectiva dos direitos sociais. E é essa Constituição que vai num construto de articulação também, aliado ao planejamento e ao horizonte de políticas que venham a repor, obviamente, uma situação de absoluto descaso com a educação nacional.

Bom, nessa esteira também...

Eu estou recuperando um pouco a questão histórica para colocar como a discussão de planos nacionais tem sido interrompida, ou como os planos nacionais do nosso país têm sido secundarizados pelas políticas.

Nós vamos ter, depois, um outro escopo, já por ocasião das deliberações da Conferência Mundial de Educação para Todos, sob os auspícios da Unesco, em que o Governo Itamar Franco vai construir o Plano Nacional de Educação para Todos. Este plano nacional também não foi considerado epicentro das políticas do Governo FHC. De igual modo, em relação ao plano que foi objeto de uma movimentação da sociedade civil e que resultou no PNE 2001/2010, obviamente, a partir da entrada do Executivo, que apresentava, já, à época, metas de grande alcance – eu tive a oportunidade de coordenar um grupo nacional de avaliação deste plano –, o que nós vamos identificar é que esse plano foi marcado pela ausência de mecanismos concretos de financiamento.

Então, acho que, neste momento em que nós discutimos um novo plano, uma questão crucial é: garantirmos esses mecanismos concretos. E esse plano, também, não... Como faltou nesses mecanismos, porque eles, na verdade, foram vetados pelo Governo FHC, nós vamos ter também uma falta de organicidade orçamentária. Então, são dois pontos cruciais para nós pensarmos um plano, quer dizer, um plano que deve se consubstanciar também na elaboração dos planos plurianuais e suas revisões. E aí nós já vamos ter todo uma construção política, com a ampla participação social das conferências nacionais, a Conferência Nacional de Educação Básica de 2008. Nós vamos ter uma mudança constitucional substantiva, que foi a Emenda Constitucional n° 59, de 2009, que traz uma perspectiva mesmo de um Plano Nacional de Educação decenal, mas com uma ambiência de grande articulação entre Plano e Sistema Nacional de Educação.

Nós vamos ter, então, Conferência Nacional da Educação Básica de 2008, Conferências Nacionais de Educação de 2010 e 2014, e um conjunto de injunções e de movimentações no sentido de se garantir o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Plano Nacional de Educação, plano este que vai tramitar por quase quatro anos no Congresso Nacional e vai ser aprovado em 2014 pela Lei n° 13.005, trazendo um conjunto de sinalizações. É um plano que é objeto de disputas das mais diversas e certamente traduziu quase quatro anos de tramitação. Foram 3.365 emendas, não é? Foi marcado por avanços, mas também por ambiguidades e tensionamentos. Nessa perspectiva dos tensionamentos e ambiguidades, acho que é importante olhar para isso na perspectiva de se pensar um novo plano.

Uma das questões que se coloca tem a ver com a concepção de avaliação, pois na lei o plano avança com um construto de Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, que chegou a ser criado por portaria no Inep em 2016, mas que foi revogado após o golpe. Nós vamos ter também uma concepção ainda restrita de participação e inclusão já por parte de um movimento à direita no país, com rebatimento face às questões atinentes à diversidade étnico-racial, sexual, de gênero, que à época foi um ponto de grandes tensionamentos, além da discussão de financiamento dessa relação pública e privada e do destino do fundo público, que sempre é objeto de demanda do setor privado.

Mas entre os avanços, estes são enormes, a começar pela previsão de ampliação dos recursos para a educação nacional. O avanço de se chegar a 10% do PIB enquanto sinalização para o plano nacional, a discussão de Custo Aluno-Qualidade, Custo Aluno-Qualidade Inicial, gestão democrática, valorização dos profissionais da educação – entendido a partir de uma acepção ampla que articula formação inicial, formação continuada, carreiras, salários e condições de trabalho. Quer dizer, esse conjunto de questões se apresentam no plano nacional como esse objeto de construção com a participação que de fato se traduziu numa sinergia entre a sociedade política e a sociedade civil.

Este plano prevê, no art. 5° – particularmente para sua execução e cumprimento –, avaliações periódicas envolvendo o MEC, a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, assim como a Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal, o Conselho Nacional de Educação, o Fórum Nacional. E o que nós vamos vislumbrar após a aprovação do Plano Nacional de Educação, plano este que se constitui desde a sua proposição, mas também na sua materialização, é um desafio técnico, político, pedagógico, administrativo, no tocante a fazer valer um conjunto de diretrizes, de metas e de estratégias.

Então, o Plano Nacional de Educação foi resultado dessa construção política. Quando aprovado, ele expressou, a meu ver – por isso é que eu chamo o Plano Nacional de Educação como epicentro das políticas educativas; tenho um livro inclusive com esse nome –, um grande pacto federativo e democrático em educação. E acho que a construção desse novo plano também deve ter este horizonte, ou seja, garantir que nós tenhamos uma estrutura de planejamento e um conjunto de diretrizes, de metas e de estratégias que façam valer a condição constitucional e que esse plano possa ser um articulador do Sistema Nacional de Educação; portanto, epicentro das políticas educativas. É estratégico, então, que ele seja resultante de uma ampla participação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ora, quando nós olhamos a avaliação do plano, é necessário dizer que se avançou muito nessa discussão no Senado Federal, inclusive, e na Câmara. O Senador Flávio Arns fez referência às frentes parlamentares e à sua importância, inclusive, na discussão do Plano Nacional de Educação. Mas isso não vai ocorrer com as outras instâncias. O Ministério da Educação vai secundarizar a perspectiva do Plano Nacional de Educação, bem como a sua avaliação, a despeito aí do trabalho importantíssimo que foi feito pelo Inep nessa construção, inclusive na perspectiva dos indicadores de monitoramento, que são fundamentais para essas avaliações periódicas.

É importante dizer então que o MEC vai ter uma atuação bastante restrita não cumprindo o seu papel, que, como eu disse, a Comissão de Educação da Câmara e a Comissão de Educação e Cultura do Senado o fazem. O Conselho Nacional de Educação também tem uma atuação bastante restritiva. Ele vai assumir inclusive outras sinalizações que, por vezes, estão na contramão do Plano Nacional de Educação. E o Fórum Nacional de Educação – a Anpae (Associação Nacional de Política e Administração da Educação), a qual presido atualmente, faz parte também do Fórum Nacional de Educação –, esse fórum foi objeto de intervenção unilateral do Ministério da Educação, só recomposto agora, no cenário atual.

Ora, esse histórico é fundamental para nós identificarmos que estrangulamento houve no Plano Nacional de Educação após Uma Ponte para o Futuro, ou seja, após o golpe de 2016, e do conjunto de retrocessos ali decorrentes, em particular, a aprovação da PEC que resultou em retrocessos muito grandes.

Então, nós vamos ter que o Brasil retrocedeu. Por incrível que pareça, a despeito das metas ambiciosas do Plano Nacional de Educação, o Brasil retrocedeu na cobertura educacional da população de 6 a 14 anos. Então, ele não fez valer a emenda constitucional que preconizava a universalização da educação básica obrigatória de 4 a 17 anos até 2016, que se colocava como as três primeiras metas desse Plano Nacional de Educação.

Nós vamos ter um contingente enorme de crianças fora da escola, estimado aí, em 2021, em mais de 1 milhão. Há, portanto, um incremento, se nós considerarmos o ano anterior, e, obviamente, mantendo as assimetrias, ou seja, as desigualdades regionais, que não são apenas regionais; elas são também intrarregionais.

Então, nós vamos ter também limites na oferta da educação infantil, tanto de creche quanto de pré-escola. Nós vamos ter limites na perspectiva do ensino médio e toda essa discussão que se faz hoje acerca do ensino médio, da necessidade de revogação da reforma e dos seus desdobramentos; e uma situação absolutamente desafiadora, por exemplo, no tocante à educação superior. Nós vamos ter um incremento, sim, das matrículas, mas nós vamos ter um congelamento da expansão pública, iniciada antes com o Reuni, que garantiu um processo bastante vigoroso no sentido de expansão e de interiorização da educação superior das universidades e também dos institutos federais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós vamos ter uma perspectiva absolutamente complexa no tocante ao conjunto das metas e estratégias, com a educação de jovens e adultos sofrendo uma grande contenção e um redirecionamento, inclusive hoje para a EAD. A EAD é colocada como um grande veio de tensionamento, não pela EAD em si mesma, mas é porque houve uma flexibilização regulatória que naturalizou – sobretudo no campo da educação superior, mas que quer fazê-lo agora na educação básica – uma educação à distância sem as condições objetivas para a sua efetivação.

Então, nós vamos ter aí um conjunto de sinalizações que nos colocam face ao desafio que é de pensar este Plano Nacional de Educação vigente, as metas que ali estavam colocadas e que se apresentavam como políticas de Estado, como um elemento balizador para a construção do novo plano. O Fórum Nacional de Educação, como já foi destacado, está nesse movimento de construção da Conferência Nacional de Educação extraordinária, com atividade já no segundo semestre, enquanto conferências municipais e estaduais, e no final de janeiro de 2024, com a Conferência Nacional. E a expectativa é de que possamos construir nessa trajetória, com ampla participação, um novo Plano Nacional de Educação, mas que considere e dialogue com este plano vigente numa perspectiva de avançarmos.

No tocante à formação de professores, nós vamos ter vários retrocessos, mas aqui eu trago uma boa notícia: é que houve o grupo de trabalho do Ministério da Educação, do qual eu participei, e a Profa. Suzane, que está aqui nesta manhã também, participou, e o resultado do relatório técnico deste grupo de trabalho aponta para uma defesa histórica do movimento social, inclusive do Fórum Nacional de Educação, após a sua constituição democrática, em 2023, que é a revogação das Resoluções 2, de 2019, e 1, de 2020, respectivamente Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada, e a retomada das Diretrizes Curriculares Nacionais 2, de 2015, que têm sido objeto de implementação em nossas universidades.

Então, acho que nós temos aí um grande desafio, e é muito importante essa discussão. Eu quero cumprimentar o Senador Flávio Arns, e uma vez mais ratificar aqui, Senador, o seu compromisso com as grandes questões da educação nacional, e o Plano Nacional de Educação não é diferente. De igual modo, quero cumprimentar a Senadora Teresa Leitão, e dizer que nós temos vários desafios, e um dos desafios colocados nessa discussão é também de retomarmos a defesa intransigente da garantia de 10% do PIB para a educação nacional.

Hoje nós estamos com indicadores estagnados. Nós estagnamos entre 5% e 5,5% do PIB. Então, estamos distantes da meta do atual PNE. Então, esse se coloca como um ponto crucial, fundamental para essa construção. É preciso pensar políticas de Estado e é preciso, de fato, a despeito desse histórico que eu fiz de que os planos foram secundarizados na história da educação brasileira, apostar num plano que seja uma política de Estado; portanto, um epicentro para o planejamento educacional e que se volte para atender as demandas históricas colocadas no campo nacional e, sobretudo, garantir o direito social à educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que esse é o desafio, e esse desafio se coloca também numa defesa intransigente de uma educação pública gratuita, laica, democrática, inclusiva e de qualidade social.

Muito obrigado.

Peço desculpas por ter me estendido um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço ao Luiz Fernandes Dourado, que representa a Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae). Ele já participou de outras audiências públicas sobre inúmeros temas aqui na Comissão de Educação do Senado Federal.

Quero destacar que a Senadora Teresa Leitão, de Pernambuco, é a representante da Comissão de Educação e Cultura junto ao Fórum Nacional de Educação. E é sempre um prazer escutá-lo de uma forma didática e tão clara de abordar o assunto.

Só quero destacar mais algumas perguntas que vieram pelo e-Cidadania:

Gustavo Sávio, do Distrito Federal: "O Plano Nacional de Educação exige hoje diferentes capacitações dos professores, mas [...] a valorização da classe virá? E como será?".

Igo Motalverne, do Ceará: "Qual o objetivo principal do novo Plano Nacional de Educação?".

Eu penso que as respostas, inclusive, vêm sendo dadas nas manifestações dos expositores, agora mesmo, sobre a valorização salarial, carreira, enfim, todos os aspectos que envolvem a questão do professor e dos profissionais da educação.

Tayná Freitas, da Bahia: "Pensando nas escolas integrais, ainda será estimulado o ensino técnico concomitante ao ensino médio?".

Thaís Guerini, do Rio de Janeiro: "Quais serão as principais diferenças entre o plano vigente e o novo plano?".

Por isso é que nós estamos fazendo esse debate todo e, inclusive, está disponível, no Portal da Comissão de Educação, uma análise do plano atual, realizada pelo próprio Inep, que tem que acompanhar a concretização do plano, pelo TCU (Tribunal de Contas da União), e outras avaliações. Mas uma avaliação muito interessante é feita pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que é a análise dos dados desagregados. Então, a gente pode olhar região por região, município por município, Região Amazônica, do campo, da periferia, centros urbanos. Está tudo assim, inclusive, de forma muito didática, todas as avaliações.

Luís Ricardo, de São Paulo: "Em quanto tempo o novo Plano Nacional de Educação espera atingir os resultados propostos?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É sempre decenal. Nós estamos no terceiro plano e iremos para o quarto plano, não é? Aliás, terceiro plano. É, terceiro plano: 2002, 2012... é, para o terceiro plano.

Muito bem, passamos em seguida a palavra ao Sr. Bruno Tovar Falciano, representante do Comitê Diretivo do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil.

Seja muito bem-vindo, Dr. Bruno!

O SR. BRUNO TOVAR FALCIANO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Flávio Arns, pela possibilidade de estarmos aqui debatendo, demais colegas, é um prazer poder trazer o tema da educação infantil para inseri-lo nas discussões do Plano Nacional de Educação.

Eu trouxe aqui hoje uma apresentação. Ela é mais extensa do que a minha fala, porque eu pretendo... Já, inclusive, encaminhei para a Comissão esse material. Então, eu vou aproveitar os melhores momentos disso tudo aqui, e esse material já fica registrado para que todos tenham conhecimento e possam olhar em mais detalhes.

Bom, o Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil é uma articulação que, desde os anos 1990, vem trabalhando em defesa do direito de educação pública, gratuita, laica, inclusiva e de qualidade para todas as crianças de 0 a 6 anos. Nós estamos presentes em todas as unidades da Federação, inclusive com mais 40 outras representações regionais, e somos um movimento representativo da educação infantil.

Digo isso porque esse é o meu lugar de fala. Estou aqui para defender e discutir as questões inerentes à educação infantil como representante de um movimento que tem, como seu principal foco, esse tema.

Se eu tivesse uma única fala para deixar aqui, para os senhores, registrada, seria a seguinte: sem dúvida nenhuma, nós avançamos muito, mas a gente não pode deixar de destacar que nós estamos falhando com o nosso dever constitucional de garantir os direitos constitucionais das crianças de 0 a 6 anos.

Então, minha fala vai estar organizada em três momentos: como a gente sai do atual plano; quais são os nossos pactos sociais que nós não podemos deixar para trás na formulação de um novo plano; e diretrizes específicas, que eu gostaria de pontuar, que também mereceriam destaque nos debates deste novo plano que se inicia para o próximo decênio.

Como nós estamos saindo do plano que termina agora no ano de 2024? Sem dúvida nenhuma, nós avançamos. Se olharmos de 2013 para 2019, os pontilhados de azul para os de laranja, nós avançamos em quase todas as unidades da Federação, sem dúvida nenhuma.

Agora, a meta que nós tínhamos, por exemplo, para creche, de chegar a 50% de atendimento das crianças de 0 a 3 anos, está no patamar de 37%. Não chegamos nem perto. Estados como, por exemplo, Amazônia, Rondônia, Pará estão com atendimento da ordem de 15%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas mesmas diferenças demarcam também outras desigualdades importantíssimas da nossa população. Você veja: rural e urbana, o atendimento da zona rural é a metade do atendimento da zona urbana, para creche, das crianças de 0 a 3 anos. Negros e brancos, são mais de 7 pontos percentuais de diferença. Negros estão atrás, muito atrás, como sempre, na nossa sociedade. Isso não deveria ser assim. Pobres e ricos, quando a gente olha o quintil inferior e quintil superior, a gente está falando do dobro.

Então, nós estamos fechando um plano com situação demarcada de desigualdade plena, e mais ainda: além do acesso à creche, quando nós olhamos a pré-escola, que deveria estar universalizada desde 2009, com a emenda constitucional de 2009 que tornou obrigatória a educação infantil a partir de 4 anos, você vê um dado de monitoramento do Inep que traz uma prévia de que a população de 5 anos estaria sendo atendida na ordem de 85%, o que é muito baixo. A gente está regredindo quase que uma década nesse atendimento.

É claro que a gente não está falando só de acesso. Quando a gente sai e olha os dados com um pouco mais de detalhe, a gente ainda vive em um país com mais de 2 mil escolas que atendem creches sem água potável. Nós temos apenas o atendimento mínimo necessário e, mesmo assim, a gente não consegue botar energia elétrica em algumas escolas, saneamento básico... Só um terço das escolas com creche não tem nem banheiro adaptado. Metade, praticamente, das escolas que atendem a etapa de pré-escola não tem banheiro adaptado, que é privada do tamanho das crianças, pia de acordo com o que elas pudessem acessar, o *minimum minimorum*. Então, acesso e qualidade são temas que a gente tem que, necessariamente, trazer para o debate do novo plano.

Agora, eu diria o seguinte, o que é que nós como sociedade pactuamos para garantir esse atendimento de qualidade para a educação infantil? A proposta aqui não é inventar a roda, não é a gente trazer novas concepções. Nós já temos um arcabouço legal claramente delineado, aí eu não vou entrar no detalhe, porque os senhores conhecem melhor do que eu a legislação, mas a Constituição Federal de 88; o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990; a Lei de Diretrizes e Base da Educação; e eu destaco Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, um documento normativo de 2009, em vigor até hoje, que dá o contorno da qualidade e da prática pedagógica com as crianças de zero a seis anos; e, mais recentemente, o Marco Legal da Primeira Infância – isso como o arcabouço legal que nos orienta.

Essa orientação vai falar que a gente precisa atender uma criança que é cidadã, que essa educação infantil é um direito de todo cidadão, como outros já mencionaram aqui, anteriores a mim, e que essa educação infantil é um produto de um conjunto de saberes sobre criança, infância e desenvolvimento infantil que aponta a importância para o atendimento escolar de qualidade nesses primeiros anos de vida.

Dentro dessas pactuações, eu gostaria de destacar só alguns elementos das diretrizes que precisam ser encaminhados e levados para as discussões do novo plano. Na educação infantil, a criança tem que, necessariamente, ser o eixo central de todo o trabalho pedagógico e as suas experiências devem ser articuladas com os demais conhecimentos. Nós temos que respeitar princípios éticos, políticos e estéticos previstos nas diretrizes, desde 2009, com a sua revisão, em 2009. As práticas têm que ter como eixo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

norteador as interações e brincadeiras. A avaliação, como a gente começou a discutir aqui mesmo hoje, não pode ter caráter de promoção na educação infantil, mas, sim, ter a finalidade de registro do desenvolvimento da criança, informando a família e, acima de tudo, informando aos profissionais de educação que estão no cotidiano escolar como rever as suas práticas no melhor desenvolvimento dessa criança.

Além do arcabouço legal, eu gostaria de relembrar que também nós já temos, aqui no nosso país, pactuados socialmente, diversos documentos produzidos e liderados pelo Ministério da Educação no âmbito de dar o contorno dessa qualidade que tem que estar presente na formulação do novo Plano Nacional de Educação.

Vou citar só alguns deles aqui: proposta pedagógica de currículo de educação infantil, subsídios para o credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil, a própria Política Nacional de Educação Infantil, de 2006, parâmetros nacionais de qualidade, parâmetros básicos de infraestrutura, indicadores da qualidade da educação infantil, critérios para atendimento em creche, orientações sobre convênios...

Então, existe uma quantidade grande de documentos, inclusive com focos temáticos específicos na população de zero a seis anos, que vão tratar de desigualdade racial, de questões de promoção de igualdade, de oferta e demanda de educação infantil no campo, brinquedos e brincadeiras em creche...

Então, nós temos, nós sabemos aonde queremos chegar. O que nós precisamos é desenhar um plano que atenda minimamente aos parâmetros de qualidade que já estão estipulados e pactuados socialmente.

A título de encaminhamento e de questões que nós acreditamos que sejam fundamentais para a elaboração de um novo plano, pensando nas perspectivas de diretrizes e de elementos que devem nortear esse novo plano, eu trago aqui algumas diretrizes que nós consideramos importantes para a educação infantil.

Nas condições iniciais, o primeiro ponto é que a gente precisa ter clareza de que nós precisamos de uma expansão real da rede pública. A educação infantil é uma etapa que não se é uma única série na pré-escola e ainda precisa quase que dobrar o atendimento em creches. Mesmo sabendo que a população reduziu o seu ritmo de crescimento, se nós estivéssemos olhando ainda em 2010 e nos últimos anos para as crianças que existem hoje, nós ainda temos uma dívida enorme do número de vagas. Então, precisamos de expansão real da rede pública. E eu digo da rede pública porque nós sabemos que a rede pública é a única capaz, de fato, de minimizar as desigualdades que nós temos no nosso país. O atendimento de qualidade é um atendimento caro, creches e pré-escolas requerem uma relação de profissional por criança maior do que as outras etapas, e é ela que garante que a gente possa chegar à população mais pobre, rural e em zonas que não sejam rentáveis para a rede privada.

Diretrizes gerais que nós colocaríamos para a educação infantil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sem dúvida nenhuma, é um direito de toda criança ter acesso a uma instituição de educação infantil de qualidade. Nós precisamos estar afinados com as finalidades e especificidades pactuadas para a educação infantil nos documentos e na legislação que eu trago aqui para os senhores. Nós precisamos ter... A educação infantil não é uma meta apenas de acesso. Nós precisamos também discutir qualidade, formação profissional e investimento para essa etapa. E precisamos ter clareza de que os recursos públicos devem ser direcionados especificamente para as instituições públicas de educação infantil.

Eu vou passar um pouco mais rápido para não avançar muito aqui no tempo, mas, especificamente em metas de acesso, então, nós precisamos olhar o quê? Demanda real, e não apenas demanda manifesta. Precisamos ter busca ativa para a pré-escola e atender a creche em toda a sua magnitude. Crianças com menos de um ano e um ano não estão hoje na escola. A gente não pode permitir que creche seja apenas a partir de três anos. Nós precisamos de expansão real da rede pública, nós precisamos estimular e avançar na oferta de educação em tempo integral para essas crianças, e principalmente na creche há uma diferença enorme quando o atendimento é em tempo parcial ou integral, e, também em relação ao acesso, a inseparabilidade da creche e pré-escola na sua constituição como educação infantil. Pré-escola não é um "puxadinho" do ensino fundamental e a creche não deve estar apartada. Nós precisamos de estabelecimentos próprios de educação infantil, que deem conta de atender creches e pré-escola.

Em relação aos recursos humanos – vou passar um pouco mais rápido aqui –, precisamos de professores com nível superior. Esse é um tema que nós vimos desde a LDB batalhando por isso, mas nós não podemos deixar para trás. É importantíssimo avançar: que tenhamos professores com nível superior atendendo a educação infantil e que não faltem professores nas nossas turmas de creche e pré-escola, porque nós estamos vendo cada vez mais turmas sendo abertas e conduzidas sem docente em sala de aula.

Em relação aos recursos físicos, além das condições mínimas e adaptação das escolas, eu gostaria de destacar que creches e pré-escolas requerem equipamentos e materiais pedagógicos específicos, compatíveis com a faixa etária. Material de educação infantil é: brinquedo; livros de educação infantil são livros literários; materiais para educação infantil precisam promover a interação e a brincadeira. Eu vou fazer um destaque muito rápido aqui em relação aos recursos físicos do Custo Aluno Qualidade, que eu acho que é um tema em que nós precisamos avançar, como está previsto na regulamentação do Fundeb, e que as creches e pré-escolas precisam ter uma voz bem específica aqui, para poder promover uma discussão adequada a essas especificidades do atendimento nessa etapa.

E, finalizando, em relação à questão do monitoramento e avaliação, é importante e a gente não pode se esquecer de que nós avaliamos só o que nós consideramos mais importante. E o que nós consideramos mais importante para a educação infantil está cunhado no nosso pacto social em relação aos seus objetivos e especificidades. Por isso que eu trago não só os documentos oficiais, a legislação, mas também os documentos que nós construímos ao longo de tantos anos para a educação infantil, e as diretrizes têm aí seu ápice. Nós precisamos garantir que uma avaliação dê conta de fazer o levantamento da demanda. Hoje, só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para os senhores terem uma ideia, apenas 41% dos municípios brasileiros fazem levantamento, de fato, de demanda de creche, e três a cada quatro apenas fazem o da pré-escola. E essa avaliação tem que dar conta de melhorar a qualidade da oferta da educação infantil. Essa, inclusive, já é uma estratégia do plano atual, de a gente fazer com que essa avaliação avalie a oferta com base nos parâmetros nacionais de qualidade, aferindo infraestrutura, o quadro de pessoal, as condições de gestão, recursos pedagógicos, situação de acessibilidade e outros indicadores relevantes para a educação infantil.

Então, peço desculpa por ter avançado também um pouquinho aqui no tempo, mas achei importante pontuar essas questões. E, sobre os itens em que eu não fui aqui muito em detalhe, esse documento fica à disposição de todos.

Agradeço imensamente aqui em nome do Mieib.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Nós é que agradecemos, sabe?

Sempre lembrando que o primeiro sinal é para dez minutos, aí tem mais cinco minutos, e esse segundo sinal foi para os cinco minutos. Então, na verdade, você, Bruno Tovar, está bem dentro do tempo também; mas o material fica à disposição de todos aqueles que desejem se aprofundar, rever o debate. Penso que foi muito didático e muito esclarecedor também. Os dados também fazem todos nós refletirmos sobre a realidade da oferta da creche, da pré-escola, da educação infantil. É um prazer a gente ir a uma comunidade vulnerável e ver um centro de educação infantil bem organizado, professores valorizados, educação em tempo integral. Então, isso é o que a gente tem que buscar como ideal, não há dúvida nesse sentido.

Obrigado, Bruno.

Com a palavra a Sra. Miriam Fábia Alves, Diretora Financeira da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped).

Seja muito bem-vinda, Dra. Miriam!

A SRA. MIRIAM FÁBIA ALVES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá! Bom dia! Bom dia a todas as pessoas que nos acompanham! Bom dia ao Senador Flávio Arns, que preside esta sessão!

Agradeço, em nome da nossa Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, o convite para estarmos juntos aqui nesta manhã. Com certeza é um movimento muitíssimo importante.

Os colegas que me antecederam trouxeram dados muito importantes para avaliação – refiro-me aos colegas porque até agora falaram os meninos, e falamos as meninas agora! São dados muito importantes para a nossa reflexão aqui na manhã de hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando olhei o conjunto dos convidados e das convidadas para estarmos aqui nesta manhã, fiquei pensando em qual deveria ser o nosso foco nesses dez minutos. Nós estamos num momento muitíssimo importante, de retomada de um debate que foi esquecido nesses últimos anos pelo Governo Federal – ao contrário, nós tivemos ataques sistemáticos à educação brasileira –, e a gente agora retoma esse debate e retoma com uma possibilidade de reconstrução – isso o Governo Federal vem trazendo como um mote – e, ao mesmo tempo, uma reconstrução que envolve diferentes atores, como diz o nosso colega Luiz Dourado, neste momento de disputa dos projetos. E aí é preciso pontuar qual é o momento em que nós vamos interferir, em que nós vamos fazer conjuntamente esse projeto para a educação pública brasileira.

É preciso destacar que, nesta conjuntura atual, os desafios que nós trazemos são desafios de diferentes ordens, seja da educação superior, seja da educação básica.

Na manhã de hoje eu gostaria de destacar cinco metas.

O Plano Nacional anterior trazia desafios que nós não conseguimos cumprir e que são fundamentais para que a gente possa dar um passo no sentido de avançar na garantia do direito à educação – acesso, permanência, sucesso –, mas, ao mesmo tempo, pensar a questão da qualidade.

Então, o primeiro destaque que eu gostaria de trazer aqui para o nosso debate é em relação à Meta 20. A gente já discutia, lá em 2016, quando tramitou a PEC da morte, do teto dos gastos, que ela teria um impacto brutal já na questão da materialização, das condições da materialização do nosso Plano Nacional de Educação. E o que a gente já tem, os colegas que me antecederam já diziam, nós não conseguimos avançar do ponto de vista do investimento do PIB para os 7% que nós já deveríamos ter alcançado, e não vamos alcançar os 10% em 2024.

Então, com certeza, essa meta é fundamental para o novo Plano Nacional de Educação para que a gente possa alcançar as demais metas. E aí, tudo aquilo que o Bruno, por exemplo, trouxe para a educação infantil, tudo aquilo que o Rafael trouxe para pensar a educação profissional, a educação técnica e tecnológica, que o Alberto trazia em relação à questão da educação superior, sem a Meta 20 a gente não consegue avançar.

Então, aqui, Senador, Senadora Zenaide também, que nos acompanha aqui, penso que nós temos aqui um dado fundamental para o próximo plano. Gente, não é possível fazer educação pública, gratuita, de qualidade, socialmente referenciada sem uma meta potente de financiamento.

E aí, óbvio, gente, que nós conhecemos todos os desafios do Estado brasileiro neste momento e sabemos que é um desafio fundamental. Mas aqui cabe a todos nós que discutimos a educação pública reiterar que é preciso pensar urgentemente na garantia de recurso para que a gente possa cumprir as metas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, se nós – Bebeto já dizia e o Luiz Dourado também – não conseguimos avançar em 15 das metas, está aí o estudo do Inep disponível para todos nós, então a gente vai precisar olhar com cuidado todas essas metas e efetivamente a Meta 20 é fundamental.

É preciso garantir um avanço no sentido dos recursos para a educação pública brasileira, para a expansão da educação superior, para a qualidade da educação superior, mas também para a educação pública, seja ela a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio.

Um outro destaque que eu gostaria de trazer nesta manhã para o debate é a Meta 19, da gestão democrática (*Falha no áudio.*) ... uma gestão democrática assegurada na Constituição de 1988. Parte dos anos 80, em termos da democratização da educação, é marcado aí como um avanço que nós tivemos, garantido também na LDB de 1996.

No entanto, nós estamos, nesta quase última década, nesses últimos nove anos, em retrocesso em relação à gestão democrática deste país. E aí eu quero citar um dos problemas que nós temos que enfrentar, Senador e Senadora, que é o processo de militarização das escolas públicas deste Brasil, um processo extremamente perverso que vem ocupando a escola pública e consequentemente quebrando, desfazendo a gestão democrática nas escolas estaduais e municipais deste país.

Nós tínhamos, em 2019, cerca de 240 escolas militarizadas neste país, nas redes estaduais e municipais, e os dados contabilizados por nós recentemente em nossa rede de pesquisa, a Rede Nacional de Pesquisa sobre Militarização da Educação (RePME), indicam que nós temos mais de 800 escolas públicas militarizadas. Não é possível fazer gestão democrática com o avanço da militarização das escolas. E aí, Senador Flávio Arns, as perguntas sobre a valorização dos profissionais, sejam eles os docentes ou os funcionários escolares, também têm que entrar aqui nessa questão de gestão democrática. Quando a gente diz que um terceiro, um militar, pode entrar para a escola para fazer melhor o nosso trabalho, de professores e professoras, de funcionários e funcionárias escolares, nós estamos afrontando diretamente a gestão democrática e a valorização dos profissionais da educação. Então, é preciso que esse seja um ponto a ser considerado bastante, gravemente, aqui nesta discussão do Plano Nacional de Educação.

Enfim, a pauta que eu queria trazer para o nosso debate tem a ver com a reforma do ensino médio. A nossa associação, a Anped, promoveu, no último mês de junho, cinco seminários sobre a reforma do ensino médio e um conjunto de reflexões bastante importantes, inclusive, com o nosso relatório público – posso encaminhar a vocês o nosso relatório que foi entregue ao Ministério da Educação –, mas tem três metas aqui que dizem respeito diretamente ao impacto que o novo ensino médio, chamado de NEM, cria no Plano Nacional de Educação. E aí eu queria destacar a Meta 3, a Meta 12 e a Meta 15; acho que são questões importantes aqui. Eu poderia destacar outras – vou deixar para a Suzane, que me sucederá na fala, falar um pouco mais sobre a questão dos profissionais da educação –, mas eu quero destacar essas três metas como metas com as quais nós devemos ter muita atenção. (*Falha no áudio.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Só um minutinho, Miriam. Não sei se o som sumiu para os demais ou só para mim, mas não está funcionando. Então, só dê uma olhadinha aí, porque estava havendo alguma interferência no som. A gente escutava perfeitamente bem, Miriam, só abra o seu microfone de novo para a gente ver.

Pode falar alguma coisa? (*Pausa.*)

Isso.

Não está escutando? (*Pausa.*)

Isso, agora está fechado. Veja lá. Está com fone de ouvido ou não? (*Pausa.*)

Não? Você me escuta? (*Pausa.*)

A Andreia, que é a nossa Secretária da Comissão...

A SRA. MIRIAM FÁBIA ALVES (*Por videoconferência*.) – Oi, pois não?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – É, agora eu acho que voltou, não é?

A SRA. MIRIAM FÁBIA ALVES (*Por videoconferência*.) – Voltou.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Miriam, agora está bom.

A SRA. MIRIAM FÁBIA ALVES (*Por videoconferência*.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Desculpe ter interrompido, mas você tem mais cinco minutos ainda, está bom?

A SRA. MIRIAM FÁBIA ALVES (*Por videoconferência*.) – Desculpa, Senador. Eu vou tentar terminar rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Não, não. Por favor, você está dentro do tempo.

A SRA. MIRIAM FÁBIA ALVES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Legal.

Então, eu estava destacando as três metas que, na nossa avaliação, têm uma relação direta com a questão do novo ensino médio. A universalização da educação básica e, especialmente, do ensino médio para adolescentes jovens de 15 a 17 anos é uma meta não alcançada e que, provavelmente, não será alcançada nesse próximo ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A elevação da taxa de matrícula para a educação superior para a população de 18 a 24 anos. Os nossos dados de 2022 indicam que nós estamos com uma média de 38,4%, que é igual ao período anterior à pandemia. Mas por que a questão da elevação da taxa de matrícula da educação superior tem relação com o ensino médio? Porque, à medida que esse ensino médio avança nessa fragmentação que nós temos dos chamados itinerários formativos, nós teremos, com certeza, maiores problemas com o ingresso à educação superior. Então, esse ensino médio, além de indutor de desigualdades, é também um ensino médio que vai fazer um freio, vai fazer uma limitação no acesso à educação superior.

E um outro aspecto – depois Suzane pode trazer para nós mais elementos – é a questão da formação dos profissionais para atuar na sua área no ensino médio. O que nós estamos acompanhando nas redes... Teve um colega que pediu ampliação da carga de geografia – não disse que é para o ensino médio, mas é para a educação básica. O que nós temos agora em andamento nas redes com esse novo ensino médio é que os professores e as professoras têm atuado fora de suas áreas para a complementação em sua carga horária. À medida que nós reduzimos a carga horária das chamadas disciplinas de formação geral ou de formação básica, a gente vai ter esses profissionais preenchendo suas cargas horárias com disciplinas as mais distintas – temos até memes em relação a isso.

Então, essas três metas são metas com as quais, na elaboração do plano, do próximo Plano Nacional de Educação, nós precisamos tomar muito cuidado para que a gente, efetivamente, tenha diretrizes que possibilitem um avanço na garantia, não só da universalização da educação básica de 15 a 17 anos, mas também no acesso à educação superior.

Acesso garantido como direito, direito da população brasileira aos conhecimentos, aos saberes, à ciência, à tecnologia, à pesquisa. Isso é fundamental para que o desenvolvimento desse país seja garantido, especialmente pensando, também, no nosso direito de ser um espaço de pensarmos juntos, exercermos juntos, refletirmos sobre o nosso lugar como cidadãos e como cidadãs deste país. Seria um pouco disso.

Muito obrigada, Senador e colegas aqui presentes.

Estamos aqui bastante animados e animadas com a possibilidade de avançar no novo plano, de pensar de novo um planejamento de Estado que garanta nossos projetos de uma educação de qualidade.

Muito obrigada. Tenhamos aí uma excelente semana.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Obrigado a você, Miriam Fábia Alves, que é Diretora Financeira da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped). Agradeço pela apresentação.

Nós inclusive pedimos que envie à Comissão de Educação o relatório sobre o novo ensino médio. Vai ser muito útil. Como eu já disse, temos uma Subcomissão presidida pela Senadora Teresa Leitão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

debatendo esse assunto em outras audiências públicas. A gente espera ter já o relatório em breve e é muito importante a apresentação.

Quando você mencionou, brincando, que as meninas iam falar ao final, você, a Suzane, mas só para dizer que a Cinthya ia falar antes. Mas brincando com ela também, ela pediu para falar junto com as meninas. Então, depois da Suzane, a Cinthya vai falar também, mas ela teria falado já lá em cima, não é? Está bem.

Então muito bem. Passo, em seguida, a palavra a Suzane da Rocha Vieira Gonçalves, já mencionada pela Miriam algumas vezes, Presidente da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope).

Com a palavra então, Suzana, com prazer. Seja bem-vinda também.

A SRA. SUZANE DA ROCHA VIEIRA GONÇALVES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos, todas, "todes" que nos acompanham. Quero saudar o Senador Flávio Arns pela proposta da audiência, assim como os demais Senadores da Comissão de Educação. Uma saudação especial também à Senadora Teresa Leitão, que tem estado conosco nos debates no Fórum Nacional de Educação.

E quero ressaltar a importância deste momento histórico de analisarmos e discutirmos o Plano Nacional de Educação. Lamentavelmente, nós não temos a felicidade de apontar as metas cumpridas, porque a maior parte delas não foi cumprida e algumas foram parcialmente atendidas. Então, é um debate extremamente importante e relevante, porque nós precisamos pensar e planejar o que queremos para a educação do nosso país.

Eu falo na condição de Presidente da Anfope, que é uma associação que, desde a sua criação, lá na década de 80, tem pautado a sua luta em defesa das políticas de formação e valorização dos profissionais da educação, que no nosso entendimento, precisa ser pensada. E a gente defende isso historicamente, formação inicial, formação continuada, valorização e carreira, de forma articulada. E fazemos a defesa pelo reconhecimento social do magistério, da sua profissionalização.

Então, falando deste lugar, eu não combinei nada com a Miriam, mas organizei a minha fala aqui neste momento, pensando na contribuição histórica que a Anfope tem no debate da formação dos profissionais da educação, olhando então para as metas de 15 a 18, as quais versam sobre a valorização dos profissionais da educação, as políticas de formação, de carreira, salário, condições de trabalho, que precisam ser olhadas de forma articulada.

Quando olhamos para essas metas e analisamos os dados apresentados pelo Inep recentemente, que nos apresentam, atualmente, as condições não só da formação dos professores, mas as condições de trabalho atuais dos professores, e olhamos para o material que temos, também elaborado pelo Inep, mas também o material elaborado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação de análise do cumprimento do Plano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional de Educação, nós observamos que as metas que versam sobre a questão dos professores, pouco avançaram e, em alguns casos, nós estamos, hoje, inclusive, num processo de retrocesso do cumprimento de algumas dessas metas.

A Meta 15, por exemplo, que trata da Política Nacional de Formação dos Profissionais de Educação, é uma das metas sobre as quais nós entendemos que não houve o cumprimento. Lá em 2016, tivemos aprovado o Decreto 8.752, que estabelecia a proposta de uma Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação e fazia uma série de indicações para que estados e municípios pudessem se organizar de uma forma articulada entre os entes federados e para que nós pudéssemos pensar, de uma maneira mais articulada, no desenvolvimento não só da formação inicial e continuada, mas também de questões relacionadas à carreira dos professores.

Em função do golpe que levou ao afastamento da Presidenta Dilma, nós vimos esse decreto ficar isolado, nem ser mais citado e, inclusive, em 2017, o Ministério da Educação, por meio de alguns eslaides, apresentou o que seria a proposta do Ministério para um novo Plano Nacional de Educação, ou apresentou até como um plano aqueles eslaides, que não virou lei, não virou uma proposta efetiva, mas que orientou, a partir de 2017, um conjunto de políticas que foram na contramão do Plano Nacional de Educação e que desconsideraram a existência do Decreto 8.752.

O fato é que, hoje, nós temos, no Brasil, cerca de 28% dos professores que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental, assim como 41% dos professores que atuam nos anos finais do ensino fundamental, e 33% dos professores que atuam no ensino médio atuando sem a formação específica para o desenvolvimento profissional. Esse era um ponto que, na Meta 15, entre as estratégias, nós buscávamos que os professores estivessem atuando com formação, mas a gente vai vendo que avançamos muito pouco, ou melhor, praticamente não avançamos para que os professores tivessem a formação própria para a atuação profissional e ainda temos, como a Miriam muito bem destacou, uma reforma para o ensino médio que deforma a oferta dessa etapa da educação básica e, ainda, traz efeitos negativos não só para a formação, mas também para a atuação dos profissionais da educação.

Quando eu digo da formação é porque vai retirando disciplinas importantes da formação dos jovens, numa concepção de educação básica em que em alguns estados do nosso país, por exemplo, nos três anos do ensino médio, os estudantes terão uma disciplina de artes ou uma disciplina de educação física. Com isso, quem são os jovens que vão procurar fazer um ensino superior nestas licenciaturas, como é o caso muitas vezes da física, da química, ou em outras licenciaturas quando essas disciplinas estão sendo retiradas do currículo?

Além disso, os itinerários formativos têm sido analisados por diferentes grupos e que vão evidenciando que são disciplinas... Nem chamam de disciplinas, eles os chamam de componentes curriculares inventados, criados com nomes estranhíssimos em que mal se consegue identificar, em alguns casos, o que vai ser trabalhado nesses componentes curriculares. Alguns chegam a parecer piada, mas que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

infelizmente não são, como "Produzir brigadeiros" ou "O que rola por aí", que é o caso do Rio de Janeiro, em que já foi denunciado abertamente em muitos espaços.

Quando a gente olha para essa situação, nós vamos vendo que pouco avançamos no entendimento de que os professores estivessem atuando nas áreas em que tem formação para isso, mas a ausência de uma política nacional de formação de professores efetiva contribui para que nós não tivéssemos atingido essa meta e isso se dá muito pela escolha política dos nossos dirigentes. Não é porque as metas eram ousadas, mas porque não tivemos escolhas políticas que efetivamente contribuíssem para que nós conseguíssemos atingi-las.

A Meta 16, por exemplo, vai tratar da questão da formação dos profissionais na pós-graduação, inclusive indicando 50% dos professores da educação básica com formação em pós-graduação, além de estabelecer e indicar a importância da formação continuada na área de atuação. Essa meta é indicada como parcialmente cumprida. É uma meta em que nós temos muitas lacunas nos dados – isso o relatório da Campanha Nacional pelo Direito à Educação destaca –, mas quando vamos olhar o percentual dos professores, nós chegamos em 2021 a 44% dos professores com pós-graduação. Então, é uma meta que é próxima a ser atingida, mas também não temos muitos dados. Com as atuais condições de trabalho dos professores – e isso quando olhamos para a formação continuada também acontece – eles não têm, principalmente os professores de educação básica, incentivo na sua carreira para a formação na pós-graduação. Não há liberação para cursarem a pós-graduação, e muitos professores fazem, mesmo trabalhando, seus cursos de pós-graduação, o que é uma falta de investimento e de valorização das redes de ensino, que não oportunizam as condições para os professores participarem da formação continuada e da pós-graduação.

A questão da formação continuada – também há uma defesa de que a formação continuada possa acontecer em serviço. Mas quando não temos o cumprimento da lei do piso, que estabelece um terço da carga horária dos professores para que eles possam planejar e também ter formação continuada, nós inviabilizamos a participação dos professores, que, com baixos salários, em muitas redes de ensino, trabalham 60 horas. Então, é preciso que, a partir de uma Política Nacional de Formação de Professores e por meio do Sistema Nacional de Educação, que possa ter talvez, que é a proposta da Anfope, um subsistema nacional de formação de professores, a gente efetive uma forma de que os professores da educação básica tenham essa condição de participar da formação continuada e que possam cursar a pós-graduação, dedicando-se para essa formação.

Além disso, aqui vou destacar, na Meta 17, o que envolve a questão da valorização dos profissionais do magistério, em que a meta indicava a equiparação dos rendimentos médios dos profissionais da educação aos demais profissionais com escolaridade equivalente. É uma meta que não foi cumprida e que, inclusive pelos dados coletados, está em retrocesso. Nós chegamos a avançar com relação a essa meta, e hoje nós vamos ver os dados diminuindo com relação à equiparação dos profissionais da educação com outras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

profissões. Nós vemos uma queda, por exemplo, de 83% que se tinha anteriormente, em 2021, para 82%, com relação a 2022. Então, além de as metas não serem cumpridas, nós depararmos com os retrocessos dessas metas, isso é algo muito angustiante para todos nós que estamos na luta e no debate pela valorização dos profissionais da educação.

É importante dizermos que a ausência de um salário digno para os professores, para os profissionais da educação, é uma das principais razões para a desvalorização da carreira docente. Temos falado muito que os jovens não procuram as licenciaturas como uma futura profissão. E este é também um dos fatores: a desvalorização, em termos salariais e de carreira, é também um dos fatores que tem levado ao afastamento dos jovens para o ingresso nas licenciaturas. Além desse aspecto, nós temos visto, como os dados do Inep apontam, que muitos que concluem as licenciaturas não vão buscar a docência na educação básica como campo de atuação profissional. E não buscam pelas más condições de trabalho e também pelas questões de carreira e remuneração.

Nesse processo, nós ainda temos como um outro aspecto que tem interferido nessa questão e também no ingresso na carreira docente as condições de situação funcional dos professores. O Inep aponta que, atualmente, nas redes estaduais, nós temos 44% dos professores com contratos temporários. E ainda tem um percentual pequeno de terceirizados atuando como professores. Nas redes federais, esse número é bem menor. Nós temos, na rede federal, em torno de 11% de professores com contratos temporários; e na rede municipal, aproximadamente 24%. É claro que são dados agregados entre as redes. Quando esses dados são desagregados, nós vamos identificar esses números, tendo inclusive alguns estados onde mais de 70% dos professores que atuam na educação básica na rede estadual o fazem por meio de contratos que – aí pensando a meta ainda anterior – não vão ter a condição de participar de formação continuada, não têm a condição de incentivo para cursar pós-graduação.

Nesse processo de terceirização, nesse processo de contratos temporários, nós estamos contribuindo para um afastamento do interesse dos jovens à carreira docente.

O fato de não termos os professores concursados incide diretamente na qualidade da oferta educacional, porque o trabalho do professor envolve um vínculo com a instituição, envolve um vínculo com o grupo escolar que ele está atendendo, e com isso nós vamos fragmentando essa oferta – quem é professor na escola neste ano talvez não vai ser no ano que vem, ou nem vai estar mais na docência. Então são procedimentos que têm sido adotados em muitas redes escolares. A reforma previdenciária e a reforma trabalhista contribuíram para o aumento dessas condições de trabalho nas redes públicas de ensino, o que foi muito denunciado pelas nossas entidades. Hoje a gente, olhando os dados, observa que de fato é um processo que está em curso e que contribui significativamente para a desvalorização dos profissionais de educação, mas também incide na qualidade da oferta educacional.

A Meta 18, então, também é uma meta que está como não cumprida e também em retrocesso. É a meta que trata dos planos de carreira. Nós fomos observando, por exemplo, que em muitos estados e em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muitas redes escolares até existe um plano de carreira, mas esses planos de carreira têm sido modificados e vem sendo retirados conquistas e direitos dos professores. Como boa parte dos planos de carreira, eles não preveem a carga horária do um terço para o planejamento, para a formação continuada. São planos de carreira que não valorizam os professores que fazem uma especialização, um mestrado, um doutorado. Colocam pós-graduação num único pacote, o que não é um incentivo para que os professores possam se dedicar, assim como não se prevê a liberação dos professores para a sua formação.

Então, o que nós estamos vendo é uma imensa dificuldade nos avanços para que tenhamos, minimamente, essas condições de trabalho e de valorização dos profissionais.

Boa parte dos planos de carreira sonegam direitos que estão lá na lei do piso, e, no caso do piso salarial, ele também não é cumprido, em todas as redes escolares ele não é cumprido em muitos estados, e ainda temos alguns estados em que os professores tinham conseguido alguns ganhos na sua carreira, mas que são retirados para que os estados transfiram esses ganhos para o piso, como é o caso do Rio Grande do Sul, em que, para se cumprir o piso, se modificou o plano de carreira e ainda por cima os professores tiveram um decréscimo do seu salário, porque perderam alguns direitos que tinham ao longo...

Então, finalizando a minha fala, porque eu já estou fechando os 15 minutos...

Senador, não venha dizer que eu ainda estou dentro do tempo, porque aproveitei todo o tempo possível.

Nós da Anfope fazemos a defesa de que o Plano Nacional de Educação precisa ser tomado como uma política de Estado: uma política de Estado, o que ele é, mas assumido como uma política de Estado. Não adianta dizermos que temos um Plano Nacional de Educação que perpassa governos, que tem dez anos, se ele não é assumido como tal pelos nossos dirigentes. E isso incide em pensar a definição de outras políticas como políticas que envolvem o planejamento. Todos nós aqui – Dourado, Miriam, as três entidades irmãs, Anfope, Anped e Anpae – denunciamos que a Emenda à Constituição 59 seria o que estancaria o desenvolvimento do Plano Nacional de Educação. Sem financiamento não tem como fazer educação de qualidade, sem financiamento nós não vamos avançar na qualidade educacional para todas as metas do que precisamos ter.

E penso que é preciso reafirmar que o art. 214 da nossa Constituição – e o nosso Plano Nacional de Educação precisa estar organizado apontando diretrizes, objetivos, metas, estratégias – é o caminho. E eu não considero que nós tivemos um Plano Nacional de Educação com metas ousadas e que por isso ele não foi cumprido. Ele não foi cumprido porque os nossos dirigentes não assumiram o Plano Nacional de Educação como o epicentro das políticas educacionais, como o Prof. Luiz Dourado tanto discutiu e debateu – é o epicentro das políticas educacionais o nosso Plano Nacional de Educação –; e também o investimento de recursos para que as metas fossem cumpridas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço, Senador, a oportunidade aqui do debate e quero reafirmar que o Sistema Nacional de Educação que hoje está em debate, um projeto em que o senhor é um dos responsáveis por colocar esse debate o Senado, é fundamental para que um Plano Nacional de Educação seja materializado no nosso pais.

Muito obrigada

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço a você, Suzane da Rocha Vieira Gonçalves.

Parabéns pelo trabalho também da Anfope! – que é uma referência no Brasil a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação.

E você foi extremamente clara, precisa, apontando os caminhos que devem ser trilhados para que haja essa valorização dos professores e profissionais que atuam na educação

Eu me lembro – fui Secretário de Educação do Paraná também um período – de que chamamos, no período, mais de 20 mil pessoas que tinham feito concursos ou estavam fazendo concursos.

Agora, eu quero destacar o trabalho que o MEC está fazendo. No outro dia ainda, convocou uma reunião do Senado, da Câmara, de entidades sociais e vai prosseguir nesse trabalho para essa discussão da valorização dos profissionais, dos professores, da carreira, da formação inicial e continuada, todos esses aspectos que são essenciais.

Parabéns, muito bom!

Eu quero agora chamar a Cinthya Campos de Oliveira Mascena, que é a última expositora, doutoranda em Educação na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e técnica-pedagógica na Assessoria de Educação Especial da Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo (Sedu/ES).

Com a palavra, Cinthya. Eu havia feito só a brincadeira com a Dra. Miriam antes, porque você já deveria ter falado lá antes, mas havia solicitado também que fosse colocada na ordem de exposição mais para frente.

Então, com a palavra.

Seja muito bem-vinda, Cinthya!

A SRA. CINTHYA CAMPOS DE OLIVEIRA MASCENA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada. Bom dia a todos e todas!

Primeiramente, quero fazer uma audiodescrição no sentido de garantir às pessoas cegas e com deficiência visual uma condição melhor de acessibilidade. Eu sou uma mulher branca, 40 anos, estatura mediana, tenho os cabelos longos castanho-escuros, algumas mechas claras, os olhos castanho-escuros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou sentada na minha área de trabalho, na minha residência, usando uma blusa preta, e atrás de mim há uma parede cinza.

Antes de darmos início a esta exposição, também gostaria de agradecer imensamente ao Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão de Educação; sobretudo ao Senador Paulo Paim, autor do requerimento que nos possibilitou estarmos aqui hoje; ao Senador Izalci Lucas; à Senadora Zenaide Maia; a todos os Senadores e Senadoras que estão participando desta audiência; e ao público que participa de modo interativo. Muito obrigada.

Também gostaria de, antes de dar continuidade e iniciar nossa exposição, agradecer à Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down pela oportunidade de vir aqui falar sobre essa temática tão importante. Além de ser profissional no campo da educação especial desde 2010 e atuar em escolas comuns, também sou mãe de uma criança com síndrome de Down incluída na escola comum.

Eu venho dizer de uma realidade e eu quero destacar que eu falo de um estado onde nós temos 100% do público incluído nas classes e escolas comuns. Nós não temos mais um modelo de escolarização apartada, estão todos no mesmo ambiente. Temos desafios, mas entendemos que os ganhos são muito maiores.

Nessa perspectiva e falando desse lugar, eu quero, primeiro, dizer que nós concebemos a deficiência como uma condição humana e destacamos, por isso, que toda e qualquer política relacionada às pessoas com deficiência deve estar sustentada no modelo social de deficiência.

Então, a gente adota, como referência, este modelo social representado pelo conceito positivado na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, outorgada pela ONU, ratificada, no Brasil, como um direito constitucional, por meio do Decreto Legislativo 186, de 2008, e pelo Decreto Executivo 6.949, de 2009.

Historicamente, a formação docente e o modelo de escolarização foram atravessados pelo modelo biomédico, que capacita para a identificação de padrões síndromes, deficiências e com foco na reabilitação, a partir de um olhar segundo o qual a deficiência é vista mais próxima de uma doença – um corpo entendido como anormal, fora daquela normalidade corporal eleita como uma referência e algo que devesse ser curado – do que como uma condição humana.

Quando a gente avança desse modelo biomédico para o modelo social, que é pautado nos direitos humanos, nós nos aproximamos da experiência da deficiência como uma condição humana que não existe isoladamente, como um déficit, uma falta ou uma inferioridade. Então, nós entendemos que a deficiência deixa de ser definida, exclusivamente, com base no diagnóstico médico e passa a ser compreendida como resultado de uma equação entre os impedimentos de longo prazo – de natureza física, mental, intelectual, sensorial – e o ambiente em que a pessoa está inserida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quando a gente inclui o ambiente como parte dessa equação que define a deficiência como uma experiência coletiva e não individual, nós destacamos a necessidade, o dever de o Estado eliminar as barreiras que impossibilitam a participação dos indivíduos com deficiência em condição de igualdade com todos os outros.

Nós estamos dizendo que o paradigma da inclusão requer a promoção de condições de acessibilidade que possibilitem a essas pessoas participarem, plenamente, de todos os aspectos da vida e exercerem o direito à cidadania. Isso deve fundamentar a construção de novos marcos legais, políticos e pedagógicos, inclusive do novo Plano Nacional de Educação, que está sendo debatido neste momento.

Nós concebemos também a educação escolar como um processo de desenvolvimento e formação humana. Entendemos o aluno com deficiência como um ser histórico e social que, por meio da apropriação do conhecimento – desse desenvolvimento humano que se dá por meio da interação com o outro, com o mundo e todo esse saber historicamente acumulado pela humanidade –, vai se constituir como um sujeito capaz de entender a realidade, de criticá-la, de se posicionar. Então, nós assumimos a escolarização nas classes e escolas comuns como um direito – irrevogável e irrenunciável – de todas as pessoas.

Nesse sentido, nós vamos expor alguns pontos que nós consideramos nevrálgicos em relação ao atual PNE.

Muito tem se discutido e se falado sobre as políticas de educação especial, que estão aí em processo de muitos questionamentos por uma parte, por um grupo, e de defesa forte de um grupo que também se posiciona e reconhece os ganhos da educação inclusiva.

Nós, primeiramente, vamos destacar aí a necessidade de se garantir a oferta da educação inclusiva, vedando a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência, por meio da promoção e articulação pedagógica entre o ensino regular e o AEE, conforme dispõe a meta 4.8 do atual Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei 13.005.

Nós chamamos a atenção para a urgência de se priorizar a proposição de projetos que visem consolidar condições materiais e objetivas para a garantia da educação inclusiva na escola pública comum, laica, estatal, gratuita, de qualidade socialmente referenciada para todas as pessoas. Nós entendemos que a educação se faz com docência e que, para a educação de todas as pessoas, nós precisamos garantir uma educação básica que atenda as necessidades de todas as pessoas, independentemente de suas condições de deficiência ou não.

Então, consideramos também imprescindível investir muito substancialmente em ações que visem combater as situações de discriminação, capacitismo e violência, o que está disposto na estratégia 4.9 do atual PNE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro ponto que nós gostaríamos de destacar e que eu acho que é de suma importância é a universalização do atendimento escolar à demanda das famílias de crianças de zero a três anos com deficiência, conforme prevê a LDB vigente. É a meta 4.2 do Plano Nacional de Educação. E, conforme já foi pontuado pelas pessoas, pelos profissionais que me antecederam nesse debate, ainda encontramos desafios grandes em relação a vagas nas creches, nas pré-escolas. Então, para isso é preciso se olhar com atenção, garantindo para essas crianças o atendimento, a universalização do atendimento também das crianças com deficiência.

No que tange ainda a essa garantia da oferta de escolarização, nós gostaríamos muito de destacar a necessidade urgente de se garantir educação de jovens e adultos com a formação profissional, técnica em horário diurno em classes e escolas comuns. Nós temos observado que um grande desafio para a inclusão do jovem e do adulto com deficiência na escolarização é a falta de oferta no turno diurno, e muitos não podem frequentar o ensino noturno. Então, ficam atrás.

Nós queremos pontuar também a educação especial como uma modalidade que não substitui a educação básica. Ela deve perpassar por todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, mas de forma complementar ou suplementar, por meio do Atendimento Educacional Especializado. E, para que essa inclusão por meio do Atendimento Educacional Especializado seja potencializada, nós reivindicamos investimentos substanciais na implantação de salas de recursos multifuncionais, na formação continuada de professoras e professores, não só para o AEE, como está disposto na meta 4.3, mas também, ou até principalmente, na formação de professores e professoras regentes das salas de aula comuns, das escolas urbanas, do campo, indígenas, das escolas quilombolas.

Em relação à formação de professores, nós queremos destacar também que a educação especial tem um papel educacional, não é clínico. Então, nós precisamos garantir o viés educacional, que possa, de fato, contribuir para fortalecer a atuação dos professores de educação especial, dos professores regentes, em conformidade com a função social da escola. Nós reconhecemos, sim, a contribuição de outras áreas de conhecimento para a inclusão dos alunos com deficiência na escola comum, mas entendemos que essa contribuição se dá por meio do diálogo entre os saberes diversos, que vai ocorrer por meio de uma articulação intersetorial entre os órgãos e as políticas de saúde, assistência social, direitos humanos, em parceria com as famílias.

Nesse sentido da formação de professores, nós destacamos alguns pontos que devem ser observados – inclusive estão destacados no Parecer Técnico nº 71, de 2013, da Secadi – nas formações de professores, que elas devem ter como foco:

> Superação do foco de trabalho nas estereotipias e reações negativas do estudante [...], possibilitando significação da experiência educacional;
> Mediação pedagógica nos processos de aquisição de competências, por meio da antecipação da organização das atividades inerentes ao cotidiano escolar;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Organização de todas as atividades escolares de forma compartilhada com os demais estudantes;
> Reconhecimento da escola como espaço de aprendizagem, conquista de autonomia, desenvolvimento das relações sociais e de competências, mediante as situações desafiadoras;
> Adoção de parâmetros individualizados [...] de avaliação pedagógica, valorizando o progresso de cada estudante em relação a si [...] e ao grupo escolar;
> Interlocução com a família para o enfrentamento dos desafios do processo de escolarização [no entanto, sem responsabilizar a família pelo processo de escolarização, porque educação, gente, se faz com docência, se faz com professor, se faz com escola];
> Planejamento e organização do atendimento educacional especializado considerando as características de cada estudante, com a elaboração do plano de atendimento objetivando a eliminação de barreiras que dificultam ou impedem [...] a comunicação [social].

Nós também observamos e queremos pontuar aqui que muito tem se falado sobre a atuação das equipes multidisciplinares, atuação de outros profissionais que não os educacionais no contexto escolar, e nisso se insere o trabalho dos psicólogos e assistentes sociais, que têm sido apontados como possibilidades de apoio à educação básica nas escolas comuns.

Entretanto, nós queremos destacar que nós defendemos que a implementação desse tipo de apoio deve respeitar os preceitos legais da educação brasileira, o princípio da intersetorialidade e os objetivos de valorização do profissional do magistério e que o trabalho desenvolvido pelos profissionais dessas equipes multidisciplinares não pode, jamais, se confundir ou se sobrepor ao trabalho dos professores e gestores educacionais.

Sobre o Atendimento Educacional Especializado, também precisamos ressaltar o caráter não substitutivo e que o papel do AEE é oferecer recursos, apoios e metodologias que promovam o desenvolvimento de habilidades que possibilitem aos alunos com deficiência aprenderem nas salas de aula comuns junto com os demais em condições de igualdade com todos eles. Isso exige investimento substancial na ampliação de programas suplementares que visem promover as condições de acessibilidade para a garantia do acesso e permanência dos estudantes, investimentos na adequação arquitetônica, na oferta do transporte acessível, na disponibilização de material didático próprio e tecnologia acessiva, conforme a estratégia 4.6.

E trazemos também a necessidade, por fim, mas não menos importante, de se destacar que as fragilidades que hoje ainda são encontradas em relação à inclusão escolar dos alunos com deficiência nas escolas comuns está associada não à presença do estudante com deficiência, mas, sim, às condições materiais e objetivas da educação básica e, sobretudo, da educação especial, principalmente no que tange às condições de trabalho desses trabalhadores, desses professores da educação especial, que são, em sua maioria, profissionais DTs que não conseguem sequer criar ou manter vínculos não só com o aluno, mas com a equipe escolar e com toda a comunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço a você, Cynthia Campos de Oliveira Mascena, que é doutoranda em educação na Universidade Federal do Espírito Santo e Técnica Pedagógica na Assessoria de Educação Especial da Secretaria de Estado de Educação do Espírito Santo. Quero parabenizá-la pela apresentação também e destacar a importância do seu trabalho como mãe, como família, como profissional e como cidadã para assegurar cidadania para todas as pessoas.

Eu quero dizer que também tenho um filho com deficiência, já adulto, 48 anos, que, inclusive no dia de hoje – a gente reza para que dê tudo certo com ele –, está no hospital, na UTI, intubado também, com problemas, mas, se Deus quiser, vai dar tudo certo.

A Senadora Zenaide Maia também é mãe, é médica, professora de universidade e tem um filho com deficiência. Isso acontece com várias pessoas dentro do Senado Federal, obviamente em áreas de deficiência diferentes, mas cada um, como você pontuou muito bem, com suas necessidades específicas, inclusive em função da idade.

Eu só quero destacar, Cynthia, que, na audiência pública nº 4, foi discutida a educação especial e a educação bilíngue de surdos no novo PNE com pensamento nada sobre nós sem nós. É o pensamento básico da área. E destaco que a Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, que faz um trabalho altamente relevante no Brasil, participou também dessa audiência pública.

Eu passo em seguida a palavra à Senadora Zenaide Maia.

Seja muito bem-vinda, Zenaide. É um prazer revê-la.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – O prazer é meu. Quero aqui cumprimentar o nosso Presidente Flávio Arns, esse grande Parlamentar que está aqui.

Eu ouvi quase todos os palestrantes. Quero cumprimentar aqui o Sr. Rafael Barreto Almada, a Sra. Sandra Wagner, Carlos Alberto Marques. Eu ouvi bem o Dr. Luiz Fernandes Dourado, o Sr. Bruno Tovar, a Sra. Miriam, todos esses educadores que merecem o respeito, Fábia Alves, e também vimos aqui Suzane e a querida Cinthya, estudante, que tem um filho com síndrome de Down.

Eu costumo dizer que, por mais que as pessoas estudem e tenham esse olhar diferenciado, só têm ideia do que é um filho com deficiência aqueles que são responsáveis por ele. Eu costumo dizer que pais ou responsáveis por filho com deficiência têm medo até de morrer porque quem vai cuidar?

Por isso, Cinthya, eu quero parabenizar todos que têm esse olhar diferenciado. Achei muito importante você mostrar que quem educa é a docência, são os professores. Isso porque eu e o Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Flávio Arns tentamos barrar a educação em casa, *homeschooling*, como se fosse essencial. E a luta da gente, que é por inclusão, seria excluir. Você imagine para as pessoas com deficiência.

E os que não são? Eu diria também que a educação é quem mais percebe quando as crianças estão sendo maltratadas em casa. Quem percebe isso, na grande maioria das vezes, quando chega Ministério Público ou área de segurança, é porque passou pela educação.

Eu queria começar aqui dizendo, depois de ouvir todos vocês, que isso é uma aula. Muitíssimo obrigada porque, por mais que a gente lute por isso – e sou médica da Universidade Federal do Rio Grande do Norte... Mas nesse estudo que vocês fizeram, em que todos se uniram, eu diria que nós temos o diagnóstico e sabemos qual é o tratamento, como você nos mostrou aqui, para melhorar a educação. E precisamos, gente, eu queria dizer aqui, nós precisamos, todos pela educação, é de decisões políticas, sim.

Discutimos aqui, como foi mostrado, eu prestei bem atenção, sobre a educação, o ensino médio, o ensino básico e fundamental como creche. No geral, é isso que a gente quer. Vocês fazem um diagnóstico para a gente de que precisamos expandir realmente a rede para a educação pública. Também precisamos incorporar equipamentos com novas tecnologias, isso é real, também nas creches.

Quero dizer que concordo plenamente que nós precisamos reduzir a idade para a entrada das crianças na creche, porque a creche é que socializa.

A gente vê muitas crianças com – vou dar um exemplo aqui – espectro autista e que, quando frequentam a escola, têm uma melhora de 100%, porque elas interagem com os outros.

E a educação pública de tempo integral. Eu queria que... Nós não estamos inventando muito. Você não tem desenvolvimento social... Mesmo àquele que não se preocupa com desenvolvimento social, em como reduzir as desigualdades sociais, pense no econômico, porque nenhum país no mundo se desenvolveu economicamente sem educar. Não existe desenvolvimento econômico, social sem educação – educação pública de qualidade em tempo integral.

Como diminuir a violência? Hoje nós estamos vendo as crianças já com dez anos entrando na violência. É simples: se a família não adota porque não tem condições, se o Estado brasileiro não adotar, o crime adota. E as propostas que vêm para a gente são de reduzir a maioridade penal, não é, Flávio? Ora, gente, nós já temos crianças de dez anos usadas pelo crime organizado que já estão envolvidas, só falta aparecer um projeto de lei em que a criança, já no útero da mãe, quando nascer, já esteja com essa prisão preventiva.

Então, decisões políticas, sem professores, sem educadores qualificados, sem condições de trabalho, não temos como cumprir metas, como foi mostrado aqui. E, para isso, eu queria fazer um apelo a todos os senhores que participam de instituições que defendem a educação de verdade. Vamos nos debruçar, cobrar do Congresso Nacional e do povo brasileiro como um todo um olhar para o nosso orçamento. Sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

orçamento, sem recursos financeiros, nós podemos ter esse plano, esse novo Plano Nacional de Educação. Mas sem ter com o que executar como foi feito aqui, não.

O Orçamento do nosso país, se vocês se debruçarem sobre ele, verão que é como se fosse uma caixa de Pandora: quando a gente procura, mostra um volume deste tamanho. Basta a gente se debruçar sobre ele e ver. A décima economia do mundo entrega quase 50% do seu orçamento para serviços e juros de uma dívida que nunca foi nem auditada. E nós do Congresso Nacional ficamos mendigando por 4% desse Orçamento de R$5 trilhões, por exemplo, para a educação, 4% para a saúde e – pasmem – menos de 0,5% para a segurança pública.

Eu mostro isso porque a maior parte desse último governo que saiu... Eles ganharam eleição prometendo e se autointitulando guardiões da ética, da moral e da segurança pública.

Nós temos um grande papel, todos os cidadãos e os senhores, que têm esses dados na mão, de convencer as pessoas que precisam, sim, aumentar os representantes do povo que defendem uma política do bem comum, que botem a vida, que botem o ser humano como principal. A vida eu digo, porque além da vida humana, nós temos que defender a vida animal e nosso meio ambiente. Hoje, mais do que nunca, sabe-se dessa transversalidade, que é necessário isso.

O que é que eu digo à mãe quando eu estou em audiência pública presencial, muitas vezes, aqui no meu estado? "Ah, Dra. Zenaide, a gente não tem nada a ver com política." Eu digo: "Senhora? A senhora me desculpe, mas como a senhora não tem nada a ver com quem vai decidir o seu salário, com quem vai decidir quantas horas a senhora vai trabalhar e principalmente com quem vai definir qual o valor dos recursos que vão para a educação do seu filho, que vão para a saúde do seu filho, que vão para a segurança pública do seu filho?". Então nós temos todos...

Todos pela educação é também exigir recursos para a educação em todos os níveis, como foi feito aqui. Se não tem creche, se não tem uma educação básica e fundamental, o nível superior também não vai estar.

Mas eu queria lembrar aqui que a terceirização plena, que foi votada em 2016, realmente precarizou, porque eu... Eu não falo nem do privado, porque as universidades, as escolas privadas demitiram os professores e contratam por hora-aula. É um trabalho em regime feudal, ruim. Eu falo do público. A terceirização plena faz com que se fiquem fazendo esses processos seletivos de um ano e no máximo dois. Não tem continuidade dos serviços. Isso chegou às universidades também, em menor número, mas tem. Hoje os municípios e os estados brasileiros, em sua maioria, não fazem mais concurso público, porque essa lei permite que ele faça um processo seletivo, que pode ser dois anos, mas pode ser menos. E não tem, como diz... A Constituição já diz que a educação é uma política de Estado. A gente sabe, só precisa efetivar.

Mas digo hoje aí: vamos focar na Comissão Mista de Orçamento. Por que não exigirmos não só audiência pública de outra maneira, da educação? O quinhão da educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra coisa, nós podemos, no mundo todo... Eu queria só dizer aqui, eu estou me alargando, mas só para mostrar a origem disso tudo. O mundo todo, os países mais ricos do mundo, como Estados Unidos e Japão, têm dívidas públicas imensas, mas eles chamam o sistema financeiro e dizem: "Olha, vai ter tantos por cento para vocês, porque eu não vou parar a educação, a saúde, ou seja, os gastos básicos. Eu não vou deixar de construir minhas creches, nem minhas escolas", como a gente mostra aqui uma quantidade de escola sem banheiro, sem nada disso.

Então o profissional precisa da educação de respeito. Além de um salário digno, ele precisa de um local digno, decente, cidadão, para poder dar cidadania para esse povo – precisa. Precisa de tecnologias e precisa, para isso, de recursos.

Então, eu sei que tudo isso é necessário. Vocês não têm ideia do que uma audiência pública dessa é capaz, porque informação é poder. Ninguém empodera mais um povo do que a informação correta, e é isso que a audiência pública aqui está fazendo, mostrando que as decisões são políticas.

Então, deixando claro aqui que foram vocês que me enriqueceram, me empoderaram com o conhecimento, mas que nós temos que ter um olho nesse plano – não é, Flávio? Nós descobrimos, quando dessa luta para constitucionalizar o Fundeb e aumentar, gradativamente, a passagem dos recursos federais para os estados e municípios... Nós tivemos uma ajuda da Anfip, a Associação Nacional dos Auditores-Fiscais, e eles nos mostraram de onde poderíamos tirar, porque 21 mil brasileiros e brasileiras deste país fazem retiradas... Eles só pegaram quem faz retirada como dividendos, lucros e dividendos, de R$300 mil. E isso, num ano, daria – o que o Governo deixa de arrecadar por causa dessa decisão política que está numa lei – R$120 bilhões, não foi, Flávio? E o que a gente descobriu? Nesse ano de 2019, o que se passava para o Fundeb eram R$140 bilhões, ou seja, eu estou dizendo isso para mostrar ao povo brasileiro que é uma decisão política e que o Congresso Nacional pode, sim, se debruçar e decidir politicamente sobre isso.

Bancos, por favor, nós não vamos lhes dar quase metade do nosso orçamento. Vamos pagar aqui 30% e deixar esses 20% para a gente investir em educação, saúde e segurança pública, e em infraestrutura, para gerar emprego e renda, que são nossas creches, nossas escolas, melhorar nossas universidades! É isso que eu digo.

Vocês sabem que o Paulo Freire, aqui no Rio Grande do Norte, tinha um trabalho na zona rural na cidade de Angicos. E eu costumo dizer que Paulo Freire não era só um professor, como a maioria dos senhores que falaram aqui hoje: vocês são educadores. Eu costumo dizer que esse plano anterior que ela mostrou, que tirava as matérias, quase todas, aquele de o adolescente optar pela matéria que ele quer pagar, por qual cadeira que ele quer cursar... Isso é um crime! Paulo Freire, na verdade, tem uma importância fundamental, porque, até hoje, a gente ouve: "Deus quis". Ele mostrava para esses trabalhadores em extrema pobreza que eles não estavam em extrema pobreza porque Deus queria e, sim, por uma decisão política do Estado brasileiro que não investiu na educação deles para eles poderem se desenvolver e terem, futuramente, uma profissão decente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que já falei demais, Flávio Arns, mas queria dizer: tudo aqui que a gente está discutindo é importantíssimo, mas vamos para o orçamento. Todos os senhores, da Anfope, de tudo, façam, façam seus fóruns, vão para as Câmaras Municipais e mostrem que os Parlamentares e o Governo brasileiro podem, sim, sentar à mesa e tirar de, pelo menos, 15 a 20%, e que isso não é passar calote – ouviu, gente? –, porque os Estados Unidos e o Japão já fazem isso.

Obrigada, gente.

E digo mais: vocês me enriqueceram e me empoderaram com os seus conhecimentos. Deram o diagnóstico, sabemos o tratamento. Tem que ter vontade política para tratar.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço sempre a você, cara Senadora Zenaide Maia.

Digo também que nós temos aqui, na representação dos expositores e expositoras, grandes lideranças no Brasil e que estão, permanentemente, junto com as bases, com todos os profissionais, com as famílias, com as prefeituras e com os estados num debate permanente.

Inclusive, toda a questão do financiamento... A decisão política de se cumprir o Plano Nacional de Educação foi algo levantado pelas exposições em geral, apontando as metas, as diretrizes, os objetivos, e o financiamento não é por ousadia das metas, é por falta de decisão política, de decisão de cumprimento das metas para dizer: "Olha, educação é tudo no Brasil".

É a mesma coisa que o Fundeb. Nós ficamos nesse debate se o Fundeb entrava ou não no arcabouço fiscal. Nós, no Senado, eliminamos a possibilidade, dizendo que tem que ser fora do arcabouço, mas, principalmente, além dos prejuízos que isso possa ocasionar, é o simbolismo de que educação é prioridade absoluta. Então, não vamos discutir se vai dentro ou fora; é fora! É tudo de que o Brasil precisa, desde a educação infantil até a pós-graduação, como foi colocado.

Só quero lembrar que, muitas vezes, as pessoas confundem Fundeb com o Governo Federal. A grande parte do recurso do Fundeb é originária de estados e municípios, que estão colocando nesse fundo 20% dos 25% que tem que se aplicar em educação. Isso significa mais de R$200 bilhões por ano. O Governo Federal, que aportava 10% – em 2020, quando foi aprovado o novo Fundeb, eram R$15 bilhões –, hoje está em R$40 bilhões, ou seja, 13%, em 2021, 15% e 17%. Então, nesse sentido, os governos estão aportando mais de R$200 bilhões.

Só, antes de voltar a palavra à nossa Senadora, queria que a Cinthya apresentasse o filho também, que está aí no colo.

A SRA. CINTHYA CAMPOS DE OLIVEIRA MASCENA (*Por videoconferência*.) – Bom dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o Antônio, está aqui, ele veio batendo na porta.

Fala: oi, filho; fala: oi. (*Pausa.*)

Fala: bom dia! (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Muito bom!

Parabéns! Parabéns!

A SRA. CINTHYA CAMPOS DE OLIVEIRA MASCENA (*Por videoconferência.*) – Fala: obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Beijo para você aí, está bom?

A SRA. CINTHYA CAMPOS DE OLIVEIRA MASCENA (*Por videoconferência.*) – Beijo.

Mande um beijo, filho.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Fique firme.

Parabéns, Cinthya!

Qual que é o nome do filho?

A SRA. CINTHYA CAMPOS DE OLIVEIRA MASCENA (*Por videoconferência.*) – Antônio.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Antônio. Muito bom, Antônio!

Seja muito bem-vindo!

Força!

Vamos em frente? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Vamos lá.

Zenaide aí queria complementar – não é, Zenaide? –, só que está fechado o microfone, Zenaide. (*Pausa.*)

Ainda continua fechado. Agora abriu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Então, para finalizar, quero dizer o seguinte: a Emenda 95, como foi falado aqui, que botou o gasto de teto, nenhum país do mundo botou na sua Constituição que, mesmo que crescesse economicamente, não poderia investir em educação, saúde, gastos primários; nenhum país, por pior que fosse a situação financeira.

E, como o Flávio Arns falou, os municípios... E, por isso, a gente tem que estar de olho na reforma tributária, também. Por que o que acontece? Isso é tudo entrelaçado.

Eu queria só citar aqui: IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e Imposto de Renda são os que formam quase todos os recursos do Fundo de Participação dos Municípios. Então, apesar de ser arrecadado pelo Governo Federal, quando o Governo faz uma renúncia fiscal, os municípios pagam um preço caro, e, como eles têm a obrigatoriedade de, como foi mostrado aqui, percentagem mínima para gastar, se eles arrecadam menos, Flávio, é claro que vai cair essa participação dos municípios.

Mas é aquilo que eu digo: a gente não perde a esperança. Eu digo sempre que fé é a gente insistir, persistir, nunca desistir de lutar por aquilo que a gente sabe que é possível, sim.

Por isso, eu quero parabenizar cada um dos senhores e a nossa querida Cinthya também.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Olha, a gente lhe agradece, de novo.

Quero também, da minha parte, agradecer as mensagens que recebi em relação à saúde do filho, como eu mencionei. Agradeço-lhes muito.

Vamos todos nos unir a favor da educação no Brasil para que ela seja, como o Paulo Freire, que foi citado, já mencionou, libertadora, que a gente possa ter mais cidadania, mais participação, que os cidadãos sejam condutores do seu destino pela educação, da creche à pós-graduação, de toda a educação básica, com seus níveis e modalidades, do ensino superior e da pós-graduação.

Em função também do horário, nós temos que nos dirigir para o encerramento.

Quero agradecer, novamente, a todos e todas que participaram pelos meios de comunicação do Senado.

Todo o material está disponível no portal da Comissão de Educação, não só o de hoje, mas o das oito audiências públicas e outros materiais que eu considero extremamente relevantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também quero dizer para vocês que a gente agradece, então, toda a infraestrutura de comunicação, à Andréia, toda a infraestrutura da Comissão de Educação, aos consultores, aos assessores e, particularmente, a vocês, expositoras e expositores do dia de hoje.

Considerei a audiência pública, da minha parte, extremamente importante, interessante, relevante, didática. Todas as contribuições vão, sem dúvida alguma, subsidiar em muito todo o debate do Plano Nacional de Educação.

Muito obrigado pela participação.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença e a participação e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 44 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 48ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JULHO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e quinze minutos do dia onze de julho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Teresa Leitão e Astronauta Marcos Pontes, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Efraim Filho, Marcelo Castro, Confúcio Moura, Carlos Viana, Izalci Lucas, Ivete da Silveira, Soraya Thronicke, Leila Barros, Plínio Valério, Jussara Lima, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Flávio Arns, Lucas Barreto, Daniella Ribeiro, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Mauro Carvalho Junior, Magno Malta, Eduardo Gomes, Zequinha Marinho, Wilder Morais, Romário, Laércio Oliveira, Damares Alves, Esperidião Amin e Hamilton Mourão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Veneziano Vital do Rêgo, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Nelsinho Trad e Carlos Portinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 43ª, da 44ª, da 45ª, da 46ª e da 47ª reuniões, que são aprovadas. A presidente comunica o documento recebido pela secretaria; e determina a consignação em Ata do voto favorável do Senador Paulo Paim na votação dos itens nºs 4, 6 7 e 9. O Presidente da Comissão, Senador Flávio Arns, expõe o balanço das atividades desenvolvidas durante o primeiro semestre de 2023. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2617, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui o Programa Escola em Tempo Integral; e altera as Leis nºs 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e 14.172, de 10 de junho de 2021." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e pela rejeição das emendas nº 1-U, nº 2-U e nº 3-U. **Resultado:** Aprovado o relatório, pela aprovação do Projeto e pela rejeição das Emendas nºs 1-U, 2-U e 3-U. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 71, de 2023** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 2617/2023." **Autoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei n° 5649, de 2019** que: "Altera a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, para proporcionar acesso a bolsas de pesquisa, desenvolvimento, inovação e intercâmbio a alunos, docentes, ocupantes de cargo público efetivo, detentores de função ou emprego público e pesquisadores externos ou de empresas efetivamente envolvidos nessas atividades." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação da Emenda nº 2-PLEN, nos termos da subemenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, pela aprovação da Emenda nº 2-PLEN/CE, nos termos da Subemenda nº 1-CE. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1751, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que trata da alimentação escolar na educação básica, para determinar que o cálculo do valor per capita da merenda, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar, leve em consideração indicadores socioeconômicos das redes escolares destinatárias dos repasses federais, bem como a capacidade de financiamento das prefeituras e dos governos estaduais e distrital." **Autoria:** Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda substitutiva que apresenta e pela rejeição da emenda nº 1, de autoria do senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovada a Emenda Substitutiva Nº 2-CE ao Projeto. Rejeitada a Emenda nº 1. **ITEM 5 - Projeto de Lei**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

n° 4682, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), para incluir a alfabetização de jovens e adultos como critério de responsabilidade social a ser avaliado." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PATRIOTA/GO). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 445, de 2023 - Terminativo -** que: "Proíbe a realização de atividades de recepção de novos estudantes em instituições de educação superior nas condições que especifica." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2807, de 2022 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a fixação de painéis de campanhas antidrogas nas entradas e saídas das escolas públicas." **Autoria:** Senador Guaracy Silveira (PP/TO). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (*Ad hoc*), substituiu Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação, com o acolhimento integral da Emenda nº 1 e parcial das Emendas nº 2 e nº 3, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovada a Emenda Substitutiva nº 4 - CE ao Projeto, com acolhimento integral da Emenda nº 1 e parcial das Emendas nº 2 e nº 3. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 2495, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a vedação de tarifas no âmbito do Sistema de Pagamentos Instantâneo (Pix) para o envio e recebimento de doações de pessoas físicas e jurídicas às organizações da sociedade civil e aos institutos de pesquisa sem fins lucrativos." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 3936, de 2019 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional dos Desbravadores." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 4688, de 2019 - Terminativo -** que: "Denomina "Ponte Paulo Nunes Leal", a nova travessia sobre o Rio Madeira, na BR-364, do km 937,6 ao km 938,8, em Abunã, Distrito de Porto Velho - RO." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (DEM/RO). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 3735, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.733, de 25 de novembro de 1993, que dá a denominação de Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira à Rodovia BR-364, para denominar "Ponte Governador Wanderley Dantas" a ponte sobre o rio Madeira, localizada na BR-364, na divisa dos Estados do Acre e de Rondônia." **Autoria:** Senador Marcio Bittar (PSL/AC). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Mensagem (SF) n° 46, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 8° da Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, o nome do Senhor PAULO XAVIER ALCOFORADO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, na vaga decorrente do término do mandato de Mariana Ribas da Silva, que renunciou." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista concedida. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Professora Dorinha Seabra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/07/11

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberto a 48ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação e Cultura da 1ª Sessão Legislativa da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 43ª Reunião a 47ª Reunião, realizadas nos dias 4, 6, 7 e 10 de julho de 2023.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico que foi apresentado à Comissão o seguinte documento: Relatório final da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) sobre a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

O documento mencionado permanecerá, por 15 dias, no *site* da Comissão, para manifestação pelos interessados. Após esse período, será arquivado.

Concedo a palavra ao nosso Presidente, Senador Flávio Arns, para exposição do balanço das atividades desenvolvidas pela Comissão de Educação e Cultura no primeiro semestre de 2023.

Querido Presidente, V. Exa. está com a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Agradeço à Senadora Professora Dorinha Seabra, nossa Vice-Presidente, hoje presidindo a Comissão de Educação e Cultura. Quero sempre ressaltar a competência de V. Exa., o comprometimento com a área da educação e também a liderança que V. Exa. exerce no Brasil nessa área. É uma honra para a educação do Brasil tê-la nos quadros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou falando remotamente – até quero me justificar – em função da saúde do filho, que está bastante delicada. Eu tenho que acompanhar, então, tanto o filho como dar o apoio necessário para a família no meu estado de origem. Por isso eu faço esse relatório das atividades da Comissão de Educação e Cultura nesse primeiro semestre, já que é a última reunião que nós estamos tendo nesse primeiro semestre.

Então, passo a ler o relatório, que depois ficará disponível também, como todos os documentos que temos utilizados até hoje, no Portal da Comissão.

Balanço das atividades da Comissão de Educação e Cultura no primeiro semestre de 2023.

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte, instalada em 8 de março de 2023 e recentemente renomeada como Comissão de Educação e Cultura, realizou, até a presente data, 11 de julho, o total de 56 reuniões – 48 da Comissão de Educação e 8 da Subcomissão do ensino médio, CEENSINO –, sendo 16 reuniões deliberativas, 28 audiências públicas, 4 reuniões para comparecimento de ministros de Estado – Ministro da Educação, Camilo Santana; Ministra da Cultura, Margareth Menezes; Ministra do Esporte, Ana Moser; e Ministra da Ciência e Tecnologia, Luciana Santos – e 8 reuniões da Subcomissão destinada a avaliar e debater o Ensino Médio do Brasil, CEENSINO.

Destaco que nossa Comissão – e quero sempre enfatizar esta palavra: nossa Comissão – tem se engajado nos debates de temas em destaque no cenário nacional nas áreas educação, cultura e esporte e na elaboração de projetos que nortearam importantes políticas públicas nos próximos anos.

Imbuída dessa grande missão institucional, desde a sua instalação, em 8 de março, a Comissão de Educação jamais deixou de realizar reuniões em todas as semanas, mesmo naquelas em que houve feriados. Por isso, neste primeiro semestre de 2023, afora a reunião de hoje, a Comissão apreciou um total de 135 matérias, entre as quais aprovamos 87 projetos de lei, 51 em decisão terminativa e 36 em decisão não terminativa, sendo que oito dessas matérias não terminativas foram deliberadas também no Plenário do Senado Federal. Esses números são reflexos do nosso compromisso firme e inabalável com as áreas de educação, cultura e esporte de nosso país.

Entre os principais temas debatidos nas reuniões da Comissão de Educação, podem ser citados:

1. Realização de ciclo de audiências públicas (três reuniões) para debater as propostas de melhoria da segurança escolar e de prevenção a ataques contra instituições de ensino. O debate subsidiou a elaboração e aprovação na Comissão do substitutivo ao Projeto de Lei 2.256/2019, de autoria do Senador Wellington Fagundes e relatoria do Senador Astronauta Marcos Pontes. O projeto estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios deverão instituir e manter um sistema integrado de segurança escolar, que emitirá normas gerais para nortear a elaboração de políticas específicas em cada sistema de ensino, com a participação das comunidades escolares e da sociedade civil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. Realização de audiência pública com apresentação dos resultados da pesquisa sobre violência escolar realizada entre os dias 9 e 10 de maio de 2023 pelo Instituto de Pesquisa DataSenado, a quem quero parabenizar pela qualidade e excelência dos trabalhos que desenvolve e agradecer também em nome da Comissão.

3. Realização de ciclo de audiências (oito reuniões) sobre o Plano Nacional de Educação. Os debates tiveram por objetivo abordar os diferentes aspectos do plano, como a educação básica, a educação superior, o financiamento e a valorização da carreira docente e dos profissionais de educação, a visão dos trabalhadores da área, dos estudantes, a educação especial e bilíngue de surdos e as formas de monitoramento e *accountability* do Plano Nacional de Educação.

4. Realização de audiência pública na qual foi apresentado balanço detalhado do Plano Nacional de Educação, em seu 9° ano, com dados desagregados por estados e regiões, com recortes sobre nível socioeconômico, raça, etnia e gênero.

Aproveito a oportunidade, inclusive, para parabenizar, de novo, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação pela realização e apresentação do trabalho.

5. Criação da Subcomissão para debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil, CEENSINO. A Subcomissão, que é presidida pela Senadora Teresa Leitão e tem como Relatora V. Exa., Senadora Professora Dorinha Seabra, realizou seis audiências públicas sobre o tema, nas quais foram ouvidos representantes dos Governos Federal e estadual, associações da sociedade civil, estudantes, trabalhadores da área de educação, universidades, confederações de empresários e sistemas nacionais de aprendizagem, entre outros;

6. Realização de ciclo de audiências públicas: quatro reuniões, para subsidiar a elaboração do PL 88/2023, que tem como Relator o Senador Confúcio Moura, que trata sobre responsabilidade educacional na garantia de oferta e de padrão de qualidade na educação;

7. Realização de audiência pública, de iniciativa de V. Exa., Senadora Professora Dorinha Seabra, para debater a implementação do piso salarial do magistério e a valorização da carreira dos professores, professoras e profissionais da educação;

8. Realização de reuniões para debater a política pública a ser analisada, em 2023, pela Comissão, que tem como Relatora a Senadora Damares Alves. Será avaliado o cumprimento da Meta 7 do Plano Nacional da Educação, que trata do seguinte: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as metas nacionais estabelecidas para o Ideb;

9. Aprovação da Lei Geral do Esporte, que teve como Relatora a Senadora Leila Barros. Essa lei é um novo marco regulatório para a área e reconhece o esporte como uma atividade de autointeresse social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trata também do Sistema Nacional do Esporte (Sinesp), que deve ser balizado pela integração de planejamentos através de planos decenais de esporte, de estados, Distrito Federal e municípios, em consonância com o Plano Nacional do Esporte.

Todas as informações – vídeos, apresentações e notas taquigráficas referentes às reuniões realizadas – encontram-se disponíveis para consulta no portal da Comissão, destacando, inclusive, que para cada audiência pública está disponível ou estará disponível um sumário para uma leitura rápida dos Senadores, Senadoras e de toda a sociedade. Também, nesse sentido, foram disponibilizados e estão no portal da Comissão de Educação e Cultura.

Só para finalizar, Sra. Presidente, eu quero destacar a participação, em primeiro lugar, de 54 Senadores membros da Comissão de Educação e Cultura de todos os partidos políticos, 27 titulares e 27 suplentes, que se empenharam muito, no decorrer do primeiro semestre, com debates muito qualificados, muito bons, com boa participação, sempre presentes, nunca tivemos dificuldades em relação ao quórum, e assim a Comissão de Educação, pela participação de todos e todas, fez um trabalho muito adequado, muito bom.

É importante destacar a assessoria da Comissão de Educação neste primeiro semestre. A gente pode ver pelo que foi apresentado, um trabalho extraordinário, desenvolvido pela secretaria, com o Lucas, com o Daniel, com o Ronaldo, o Fernando, o Bill, a Carolina – a quem a gente deseja, inclusive, uma rápida recuperação da cirurgia a que se submeteu –, e todo esse grupo coordenado pelo trabalho exemplar, de alta qualidade, da Secretária Andréia, a quem eu parabenizo também.

Parabenizo os nossos consultores, Luana e Edemar, que são pessoas qualificadas, competentes, sempre presentes; o Diogo, particularmente, o Aires, da minha assessoria; as assessorias dos Senadores e Senadoras, de uma maneira geral; e também o trabalho dos meios de comunicação, porque através dos meios de comunicação a sociedade toda tem a oportunidade de participar de todos esses debates que vêm acontecendo, inclusive de forma interativa, em todas as audiências públicas. Então, há muitos agradecimentos a serem feitos, isso é muito importante. Quero novamente agradecer, e é por isso que eu procurei colocar de uma maneira muito clara, sempre na primeira pessoa no plural: é a nossa Comissão, o nosso trabalho, os nossos resultados; e que a gente continue, assim, fazendo esse trabalho.

E é extraordinário falar que tivemos, até algum tempo atrás, a Vice-Presidência do Senador Cid Gomes, do Ceará, que, por inúmeras razões, teve que deixar a Vice-Presidência, e temos hoje, na Vice-Presidência e presidindo esta reunião e tantas iniciativas importantes na área da educação, V. Exa., Senadora Professora – é importante sempre dizer "professora", como eu sou professor também – Dorinha Seabra. Parabéns a V. Exa. e a toda a Comissão.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Senador Flávio Arns. O seu trabalho, a sua história, a seriedade com que trata o tema da educação de maneira especial, mas também a cultura, o esporte, a condução desta Comissão... Nós gostaríamos de agradecer a oportunidade de trabalho conjunto de todos os Senadores, e, logicamente, a condução equilibrada, irreparável, do Senador Flávio Arns na defesa da educação, quem, recentemente, liderou todo o trabalho nosso para que a complementação do Fundeb pudesse ficar fora do arcabouço fiscal. O Senado fez a sua parte, reorganizou o texto, simplesmente mantendo o que já está construído desde a Emenda 95, do teto de gastos. A complementação da educação sempre esteve fora do teto, e, agora, a sua inclusão teria um prejuízo grande para a educação, principalmente as outras áreas, porque o Fundeb... Num trabalho também articulado, eu e o Senador Flávio Arns, a Relatoria na Câmara e no Senado conseguimos assegurar o percentual de crescimento do Fundeb.

Mas eu gostaria de me juntar ao nosso Presidente parabenizando toda a equipe da Comissão de Educação, na pessoa da Andréia, mas toda a equipe. Parabéns pela condução, pelo profissionalismo, pela segurança que nos dá para seguir com o trabalho! Então, eu gostaria que se sentissem cumprimentados.

Passamos agora para a sequência da nossa reunião deliberativa.

Na última reunião do Colégio de Líderes, nós conseguimos assegurar com o Presidente Rodrigo Pacheco que nós fizéssemos um dia de pauta da educação. Então, são vários projetos que estão pautados, são creio que cinco projetos da educação, todos extremamente importantes, e esse compromisso para que nós fizéssemos isso com regularidade. Obviamente, foi aceito por todos os Líderes e esta semana, hoje na terça-feira, e o que não for votado hoje será na quarta-feira, após a reunião do Congresso. Nossa ideia é limpar essa pauta que está definida como a prioridade para a educação.

Ao Senador Flávio Arns, nós desejamos que o Osvaldo se recupere e fique bem. Está todo mundo com muita energia e vibração de saúde.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à esta Comissão.

Informo que os itens da pauta que tratam de matérias relativas a assuntos honoríficos e que exigem quórum de maioria absoluta para a sua aprovação serão votados nominalmente em bloco, com a abertura do painel eletrônico.

Se não houver discordância do Plenário, votaremos em bloco os demais itens que exigem votação nominal.

Os Senadores poderão registrar a presença e votar por meio do aplicativo do Senado Digital.

Fica retirado de pauta o item nº 5, a pedido do seu Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 4682, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), para incluir a alfabetização de jovens e adultos como critério de responsabilidade social a ser avaliado.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PATRIOTA/GO)

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação)

O primeiro item da pauta é da minha relatoria e eu passo à Presidência, à Senadora Teresa Leitão.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não, Senadora.

Cumprimento a todos e a todas e, de maneira especial, o nosso Presidente, Senador Flávio Arns, também mando energias positivas para a recuperação do seu filho, parabenizando-o pelo relatório das nossas atividades que foi apresentado por V. Exa. Muito trabalho, muitas ações e mais ainda que estarão por vir certamente no segundo período após o recesso.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 2617, DE 2023

- Não terminativo -

Institui o Programa Escola em Tempo Integral; e altera as Leis nºs 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e 14.172, de 10 de junho de 2021.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do projeto e pela rejeição das emendas nº 1-U, nº 2-U e nº 3-U.

Observações:

1. Em 10/07/2023, foram apresentadas as emendas n°s 1-U a 3-U, de autoria do Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR).

A matéria é de iniciativa do Presidente da República e tramita em regime de urgência constitucional.

Em 10 de julho de 2023, foram recebidas as Emendas nº 1-U, nº 2-U e nº 3-U, de autoria do Senador Mecias de Jesus.

Concedo a palavra à Senadora Professora Dorinha Seabra para a leitura do relatório.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Muito obrigada, Sra. Presidente.

O tema em especial é sobre a estimulação, com financiamento do Ministério da Educação, para a ampliação da educação de tempo integral para o ensino fundamental e o ensino médio das redes públicas.

Nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Educação opinar sobre proposições que tratem de normas gerais sobre educação e instituições educativas.

Quanto ao mérito, a proposição dispõe sobre tema de inegável relevância para a educação brasileira. Há muito a legislação reconhece o valor da educação em tempo integral como instrumento imprescindível para a melhoria da qualidade da educação básica e para assegurar o direito à educação de nossas crianças e jovens. Desse modo, a LDB preconiza, em seu art. 34, a ampliação da jornada escolar e a oferta progressiva do ensino fundamental em tempo integral. No §5º do art. 87, que instituiu a Década da Educação, a LDB estipulou que seriam conjugados todos os esforços para a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral. Essa realidade, contudo, ainda está muito distante.

O atual Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, deu centralidade a este tema. A Meta 6 do Plano Nacional de Educação estipulou que, até 2024, o país deveria oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica. Prestes a chegar ao final da vigência deste plano, a verdade é que pouco avançamos na oferta de educação em tempo integral. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2022, apenas 18,2% dos alunos da educação básica eram atendidos nessa modalidade, sendo que o percentual em 2014, quando foi aprovado o PNE, era de 17,6%. Em relação ao percentual de escolas de tempo integral, o percentual chegou a cair: passamos de 29%, em 2014, a 27%, em 2022.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante desse quadro, é mais do que bem-vinda a iniciativa do Ministério da Educação de instituir o Programa Escola em Tempo Integral, com oferta de assistência técnica e financeira às redes de ensino para expandir as matrículas nessa modalidade, da educação infantil ao ensino médio. De modo geral, o desenho do programa proposto no PL 2.617, de 2023, com os aperfeiçoamentos introduzidos pela Câmara dos Deputados, é adequado à legislação do setor, com critérios, diretrizes operacionais e parâmetros claros e tecnicamente corretos. De fato, a sistemática adotada não é nova: programas anteriores de expansão da matrícula da educação infantil, como o Proinfância e o Brasil Carinhoso, utilizaram o mesmo modelo, prestando apoio financeiro a novas matrículas até que elas pudessem ser devidamente computadas no censo escolar seguinte, para o recebimento de recursos regulares no âmbito do Fundeb.

Segundo a exposição de motivos que acompanha o projeto, a meta inicial do Governo é fomentar 1 milhão de novas matrículas em tempo integral, para o que a dotação orçamentária prevista é de R$2.041.860.616 em 2023, e igual valor em 2024.

Para os exercícios subsequentes, só haverá impacto financeiro-orçamentário caso haja novos ciclos de pactuação com municípios e estados. Com essa previsão e as estimativas encaminhadas, encontram-se atendidos os requisitos da Lei Complementar nº 101, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Além da assistência financeira, a assistência técnica prevista no novo programa fortalecerá a articulação federativa e o papel de coordenação do Ministério da Educação no âmbito da política educacional. Ainda que a meta do programa seja insuficiente para alcançar a Meta nº 6 do PNE, trata-se de um importante avanço nessa direção.

Os ajustes feitos pelo projeto em normas relativas a programas preexistentes do Ministério da Educação são igualmente adequados e pertinentes. No caso das bolsas dos programas de formação inicial e continuada de professores, de que trata a Lei 11.273, de 2006, é positiva a previsão de que docentes da educação básica, com atuação nas escolas, possam receber bolsas de estudo e pesquisa para participar de projetos formativos e de investigação sobre a prática docente. Circunscrever essas bolsas a profissionais com experiência no magistério superior, nos termos atuais da lei, dificulta o engajamento direto dos professores da educação básica como atores e produtores de conhecimentos sobre a prática docente nas escolas. Segundo a EM 14/2023, essa mudança não tem impacto orçamentário, apenas gera efeito qualitativo, uma vez que permite e amplia a sua utilização, já prevista na ordem de R$37,8 milhões para 2023 e R$104,6 milhões por ano, nos dois exercícios subsequentes.

No caso das alterações introduzidas no Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, nos termos da Lei 13.415, de 2017, as mudanças visam promover maior eficiência na sua execução. Assim, amplia-se o leque de despesas permitidas para o rol de MDE, e não apenas para algumas possibilidades, tal como é hoje. Permite-se também a reprogramação de saldos financeiros ao final de cada exercício, como já ocorre em outros programas federais de apoio à educação básica no âmbito do FNDE. Finalmente, prevê-se a possibilidade de execução descentralizada, mediante repasses dos estados às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escolas, permitindo que os gestores escolares possam participar diretamente das decisões sobre a aplicação dos recursos.

Por fim, no que diz respeito às mudanças na Lei 14.172, de 2021, trata-se de ajustes para adequar a execução dos montantes repassados aos estados e ao Distrito Federal ao contexto atual, pós-pandemia. Embora a lei tenha sido elaborada durante a pandemia, quando as atividades escolares se desenvolviam de modo remoto, foram repassados a esses entes R$3,5 bilhões em um momento em que as escolas já haviam reaberto e retomado as atividades presenciais. Desse modo, a necessidade de assegurar conectividade não só a alunos e professores, mas também aos próprios estabelecimentos de ensino tornou-se premente. Da mesma forma, os prazos de execução precisam ser ajustados, tendo em conta que os repasses efetivamente só se deram em 2022. Daí a necessidade de repactuação dos planos de ação com o FNDE.

Nesse caso específico, Sra. Presidente, houve um atraso muito grande nos repasses dos recursos ao sistema de ensino. O recurso já está totalmente em conta, mas muitos estados e municípios tiveram que criar seus programas próprios e organizaram isso com seus recursos. Em muitos casos, o que estava previsto no plano inicial de ação encontra-se superado ou precisa de ajustes. Então, aqui é feita uma permissão para que o plano de trabalho possa ser realinhado e que os recursos possam ser utilizados. Nós já prorrogamos uma vez, senão os recursos teriam que ter sido devolvidos em setembro do ano passado. E agora aqui o texto prorroga para 2026, para que os recursos continuem à disposição nos sistemas de educação, em especial para as escolas de ensino médio na rede pública, lembrando que o critério são os beneficiários do CadÚnico, ou seja, os jovens mais vulneráveis que estão nas escolas públicas de ensino médio. Esse conjunto de alterações não acarreta, portanto, impacto financeiro e orçamentário, simplesmente garante mais qualidade e eficiência nos gastos já programados.

No mérito, portanto, somos favoráveis à aprovação do PL nº 2.617, de 2023, na forma do substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados.

No que se refere aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, não vislumbramos óbices de qualquer natureza à aprovação da matéria.

Passamos agora às emendas já apresentadas.

A Emenda nº 1-U, do Senador Mecias de Jesus, pretende incluir parágrafo único no art. 1º do PL, explicitando que o Programa Escola em Tempo Integral não poderá tornar obrigatório o regime de tempo integral nas escolas privadas. Entendemos, contudo, que a emenda é desnecessária, porque o objetivo central do programa é, claramente, incrementar a oferta de matrículas de educação em tempo integral no âmbito das redes públicas de ensino, priorizando estudantes em maior situação de vulnerabilidade socioeconômica, de modo que não há que se falar em risco à liberdade pedagógica das escolas privadas. É uma preocupação legítima, mas ela assegurada no próprio escopo do programa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda nº 2-U, também de autoria daquele Senador Mecias de Jesus, objetiva inserir o §4º no art. 3º do PL para prever que a inclusão do aluno no regime de tempo integral dependerá da aceitação expressa do discente e de seu representante legal. No entanto, a emenda não deve ser acatada, porque seu teor está na contramão do disposto no inciso II do §3º do art. 3º, o qual prevê que a criação de matrículas no âmbito do programa ocorrerá obrigatoriamente em escolas concebidas para oferta de jornada em tempo integral na perspectiva da educação integral, com a perspectiva de educação integral, e esse fato, por si só, torna despicienda a prévia aceitação do aluno ou de seu responsável exigida na emenda, ou seja, a matrícula já foi feita ou será feita em uma escola já caracterizada com a oferta de educação integral.

Por fim, a Emenda nº 3-U, de autoria também do Senador Mecias de Jesus, visa a inserir dispositivo no art. 2º da proposição para autorizar o uso do ensino a distância nas matrículas criadas pelo Programa Escola em Tempo Integral. Também não acataremos essa emenda, porque o programa em relevo tem suas regras atreladas à legislação do Fundeb, a qual, por sua vez, exige, por força constitucional, que as matrículas da educação básica sejam na modalidade presencial, pelo que já há impedimentos jurídicos para adoção da presente emenda.

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.617, de 2023, e rejeição das Emendas nºs 1, 2 e 3.

Sala das Comissões.

Senador Flávio Arns, nosso Presidente.

É um programa extremamente importante, Sra. Presidente, e é um programa de adesão. O programa é muito claro, tem um volume de recursos definidos, e os estados e municípios deverão promover a adesão caso tenham interesse, obviamente. Então, não tem nenhuma ação obrigatória de inclusão de escolas. Se um estado ou um município não apresentarem propostas e houver saldo remanescente, ele será encaminhado, disponibilizado para outras instituições. Então, não existe nenhuma camisa de força de cima para baixo; ao contrário, é uma ação para o cumprimento de uma meta do Plano Nacional de Educação.

E, em particular, se houvesse condição, tem alguns ajustes que eu faria para esclarecer e melhorar a atuação do programa. E a nossa ideia, já conversando com a própria Senadora Teresa Leitão, com o Senador Flávio Arns, é que nós possamos enviar ao Executivo um indicativo de recomendações que estejam asseguradas no regulamento. Obviamente, é um programa que terá sua diretriz a partir da lei aprovada no Congresso Nacional, e vai ter regulamentos para que a adesão possa acontecer. Então os ajustes, a recomendação, uma preocupação com a internet por instituições que sejam outorgadas e legalmente instituídas também foram apresentados como uma preocupação. Essa recomendação também, segundo a Consultoria, está assegurada no texto, mas essa recomendação entrará também no nosso indicativo.

O objetivo é ampliar o atendimento em tempo integral. E só destaco que, se o Brasil não fizer um esforço diferenciado, o prejuízo que nós já tínhamos, a desigualdade instalada em relação ao funcionamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da rede pública, com os números e a necessidade de melhorar a qualidade da aprendizagem e garantir o direito de aprendizagem dos nossos alunos, que foi muito prejudicado também pela pandemia – os números mostram isso, as avaliações mostram isso –, só no tempo regular de quatro horas e dando sequência à abertura regular das escolas nós não conseguiremos garantir o direito de cada aluno, de cada jovem de aprender.

Quero chamar a atenção também para que o texto ressalta a necessidade de adequação curricular. Não é só mais tempo na escola, não é só pagar para que... E aqui o texto diz que são, no mínimo, sete horas na escola. É preciso agregar conhecimento, é preciso ter um currículo diferenciado. A escola precisa se reorganizar. Então, não é passar mais tempo, mas um tempo de qualidade. Nós não estamos falando só de tempo de permanência, mas falando de uma educação em tempo integral.

É esse o relatório, e nós estamos à disposição.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigada, Senadora Dorinha.

Ao tempo em que eu anuncio a presença do Senador Zequinha Marinho aqui na nossa Comissão, parabenizo-a pelo relatório, concordando também que nós precisamos fazer esse procedimento junto ao MEC. Eu mesma me reservei de não apresentar emendas, assim como a senhora, justamente para não retardar o processo junto aos estados.

E destaco também a importância de que educação em tempo integral é um aspecto que precisa ser devidamente conjugado com a concepção de educação integral. Não é apenas ampliar o tempo em si, é dar qualidade a esse tempo para que possamos promover a ampliação de conhecimentos, o ingresso no mundo da ciência e da tecnologia, que tanto estão avançando, as novas dinâmicas sociais que adentram a escola; tudo isso é objeto certamente de uma nova configuração curricular que o maior tempo pode permitir, para não fazermos o que os alunos com muita criatividade criticam: a pedagogia do confinamento. Ficar mais tempo na escola é importante por vários aspectos, mas precisa ser a busca exatamente da educação integral.

Parabéns, Senadora, pelo relatório.

A matéria está em discussão.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Peço a palavra, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Zequinha Marinho, pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para discutir.) – Obrigado, Presidente. Cumprimento aqui a Relatora, a Professora Dorinha.

Escola de tempo integral, na verdade, é a escola dos sonhos. Todo país precisa, especialmente nós. A gente, quando olha o Brasil, o que a sociedade investe – eu não falo o Governo; o Governo não tem dinheiro, o dinheiro é da sociedade –, o que a sociedade investe, quando a gente pega o resultado, está bem aquém das expectativas. A escola de tempo integral, como já foi dito pela Relatora, se tiver conteúdo, qualidade, com certeza a gente vai começar a melhorar nessa questão do *ranking* em relação a tantos países que, se comparados com o Brasil, estão muito aquém em tudo, na economia, enfim, mas, na educação, estão pontos à nossa frente.

Internamente, aqui, eu vejo alguns estados com muita preocupação. O meu, por exemplo, o Estado do Pará, há muito tempo se arrasta tentando melhorar seus resultados. Parece que nós somos o 11º salário do Brasil, entre os 27 – somos o 11º, não estou bem atualizado com relação a isso –, mas, nos resultados do Ideb, nós estamos no 26º, 27º, quer dizer, nós precisamos reinventar – não é? –, nos reinventar.

Seria muito interessante que o MEC pudesse ajudar esses estados que não conseguem alavancar a sua educação, que não conseguem melhorar os seus índices, tentando identificar... O MEC precisa criar mecanismos para isso, para não deixar por conta, a vida toda, um estado marcando o passo, tentando, tentando, tentando, sem conseguir. Acho que todo gestor precisa de informação para tomar decisão. E um Governador precisa ter nas mãos informações precisas para poder tomar decisões, porque, senão, você condena um estado ao eterno atraso. Se eu não consigo desenvolver essas gerações que estão chegando para quando, daqui a 15, 20 anos, elas estiverem em pleno exercício... Se receberam educação deficitária, ruim em qualidade, que não tem nenhuma competitividade, não tem nenhum avanço, nós nunca vamos sair do lugar.

Então, saudações à Senadora Professora Dorinha e a esta Comissão.

Acho que a Escola em Tempo Integral regulamentada é uma ferramenta a mais que se coloca à disposição de quem queira fazer a sua adesão, buscando a melhoria da educação. Botar dentro disso um conteúdo inteligente, com qualidade, que se possa efetivamente dar a esse menino condições de avançar, porque, lamentavelmente, no fundamental e no médio, a gente trabalha muito, mas na hora não se entrega muita coisa. Nossas crianças estão aí patinando – patinando na hora do Enem, patinando na hora do vestibular –, e nós temos que identificar essa causa.

Às vezes, um pai de família paga caro, de uma forma ou de outra, para ter aqui no sistema público ou particular, e depois tem que fazer outro investimento nos cursinhos, para poder fazer esse menino avançar e chegar ao ensino superior. Alguma coisa está errada, e a gente precisa contribuir com isso.

Parabéns, Relatora!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigada, Senador Zequinha Marinho.

Realmente, a coordenação federativa e a cooperação técnica são fundamentais para o êxito desses programas nacionais.

A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Senadora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Eu queria agradecer a contribuição do Senador Zequinha Marinho e colocar, Senador, que nosso modelo, como um país federativo, e a responsabilidade... Nós temos o Ministério da Educação; o Consed, que reúne os secretários estaduais de educação; e a Undime, que reúne os secretários municipais.

O colega Senador tem toda a razão quando fala da urgência de nós termos uma política coordenada e integrada, porque as diferenças no Brasil não se limitam somente às diferenças de financiamento. Enquanto alguns municípios têm um *per capita* de R$10 mil por aluno/ano, outros têm R$2 mil, dois mil e pouco, o que é corrigido só pelo Fundeb – é o Fundeb hoje que reduz essa desigualdade. Nós temos professores com alta qualificação em alguns lugares e, em outros municípios, professores sem formação, que precisam de apoio. Essa necessidade da condição de política pública é premente, sim; a continuidade de políticas acertadas.

Eu fui Secretária de Educação do meu estado de 2000 até 2009 e acompanhei de perto, então, a própria prática diretamente nos estados. O que nós observamos é que é preciso ter, primeiro, uma continuidade de política pública e essa responsabilização com o resultado, porque também nós não estamos falando que isso é tão simples como fazer um asfalto. A gente está mexendo com gente, precisa de uma série de implicações.

E eu não posso deixar de chamar a atenção para a necessidade... Nós vamos discutir agora o Plano Nacional de Educação, Senadora Teresa Leitão. E o Plano Nacional de Educação, o plano estadual e o plano municipal não podem ser uma obrigação de papel que vai depois para a gaveta. E ele tem sido um plano de gaveta. O que é um plano de gaveta? O plano foi estabelecido, aprovado pelo Congresso, no âmbito das Assembleias os planos estaduais, depois os planos municipais, mas não tem consequência o não cumprimento. Ninguém é responsabilizado, ninguém é punido. O orçamento não é direcionado de acordo com os planos, nem o nacional, nem o estadual e nem o municipal.

Então, eu acho que, numa conversa com o nosso Presidente Rodrigo Pacheco, a gente precisa criar uma Comissão de altos estudos aqui para trabalhar num desenho de um pacto de urgência pela educação, com essa consequência e com essa responsabilização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero só finalizar aqui três pontos que eu acho que nós precisamos ter assegurados no plano. É a questão da alimentação escolar, porque o texto não fala sobre essa questão, mas nós vamos fazer isso no indicativo. A alimentação escolar, ou seja, o dinheiro que vai para a merenda, é de acordo com o Censo Escolar. Então, se esses jovens e crianças não estão no censo como tempo integral, como o recurso vai ser adequado, mesmo antes de estar no Censo, o pedido para que também, no caso da alimentação escolar, seja adequado, porque, é lógico, isso vai requerer da escola um investimento maior para um lanche, para um almoço e para o lanche da tarde. E a outra coisa é o ensino noturno e aquelas escolas em que existe uma escola só, que durante o dia ela vai funcionar como tempo integral, que à noite ela funcione para aqueles que não podem frequentar durante o dia, o trabalhador, a Educação de Jovens e Adultos, o ensino médio, no caso em que houver demanda. Então, existe essa preocupação. Obviamente, o programa não fecha esse atendimento, mas é uma ressalva que nós vamos fazer para esse cuidado na implementação do programa.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigada, Senadora.

Registro a presença do Senador Confúcio – muito prazer.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o relatório apresentado.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o PL, nos termos do relatório.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto e contrário às Emendas nºs 1-U, 2-U e 3-U.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis, além de pedir para constar em ata todos os procedimentos que nós acordamos antes da reunião, de diálogo com o MEC, para que alguns encaminhamentos possam ser feitos, que evidenciam algumas questões que precisam ser mais efetivamente pontuadas, que são pertinentes a esse projeto de lei tão importante, como todos aqui reconhecem, para a qualidade da educação.

Aproveito também para informar que o Fórum Nacional de Educação, responsável pela organização da conferência, Senadora Dorinha, entregou já ao Ministro, na semana passada, toda a proposta de roteiro com uma pauta única das nossas conferências, que será justamente o Plano Nacional de Educação.

Muito obrigada. Devolvo a Presidência... (*Pausa.*)

Vai imediatamente o próximo? Então, pois não. São dois requerimentos.

Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte... agora não é mais esporte, não é? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É Comissão de Educação e Cultura. (*Risos.*)

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 71, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 2617/2023.

Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)

Passo à Professora Dorinha, para a leitura do requerimento.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para encaminhar.) – Sra. Presidente, é um requerimento para que o programa seja apreciado no Plenário.

Requeremos, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, a urgência para o PL 2.617/2023, que institui o Programa Escola em Tempo Integral; e altera as Leis 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e 14.172, de 10 de junho de 2021.

É esse o requerimento, para que o projeto seja apreciado em Plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É o projeto que acabamos de aprovar, portanto.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

O Senador Humberto Costa está *online* e pediu a palavra. Passo a palavra para o Senador.

Depois, devolvo a Presidência para a Senadora Dorinha.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senadora Teresa Leitão, que preside esta reunião, Senadora Dorinha e todos os Senadores e Senadoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O meu pedido é no sentido de que nós pudéssemos colocar na condição de ponto extrapauta a relatoria da indicação do Sr. Paulo Xavier Alcoforado, que veio indicado pelo Governo Federal para ocupar uma das diretorias da Agência Nacional do Cinema (Ancine). Então, se fosse possível, gostaria de poder fazer essa leitura, para que nós, na próxima reunião, creio que em agosto, pudéssemos votar essa indicação, fazendo a sabatina.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Sr. Senador, pode fazer a leitura.

EXTRAPAUTA

ITEM 12

MENSAGEM (SF) N° 46, DE 2023

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 8° da Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, o nome do Senhor PAULO XAVIER ALCOFORADO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, na vaga decorrente do término do mandato de Mariana Ribas da Silva, que renunciou.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pronto para deliberação

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Pois não. Agradeço.

Com base no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 8º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e com o art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, o Presidente da República, mediante a Mensagem nº 46, de 2023 (Mensagem nº 215, de 2023, na origem), submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Paulo Xavier Alcoforado para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema (Ancine), na vaga decorrente do término do mandato de Mariana Ribas da Silva, que renunciou.

De acordo com o art. 8º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001, a Diretoria Colegiada da Ancine é composta por um Diretor-Presidente e três Diretores, com mandatos não coincidentes de cinco anos, vedada a recondução.

Sua nomeação, ademais, será precedida de aprovação pelo Senado Federal, nos termos da alínea "f" do inciso III do art. 52 da Constituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É competência privativa desta Casa Legislativa apreciar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de cargos públicos que a lei determinar, nos termos do citado dispositivo constitucional. De acordo com o art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, a apreciação da indicação em tela cabe à Comissão de Educação e Cultura.

O exame das indicações para cargos de direção de agências reguladoras tem como referências normativas o art. 5º da Lei nº 9.986, de 2000, com a redação dada pela Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, e o art. 383 do Regimento Interno.

Em atenção às exigências estabelecidas na Lei nº 9.986, o indicado apresentou currículo em que detalha sua experiência profissional em campo de atuação correlato à área de competência da Ancine. No exame da documentação apresentada, é possível verificar que o indicado trabalhou na empresa Casa de Marimbondo Produção Cultural e Comércio de Vídeos e Fitas Cinematográficas Ltda., de que foi Diretor Executivo entre 2003 e 2007. Naquele estabelecimento, atuou como coordenador executivo das primeiras edições do Programa de Fomento à Produção e Teledifusão do Documentário Brasileiro, assim como do DOCTV América Latina.

Em 2008, ocupou cargo de Diretor na Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura, em que atuou no redimensionamento do escopo de atuação do órgão e na formulação de políticas públicas para estímulo da relação entre televisão e produção independente e para a integração da cultura com a ciência, a tecnologia e a inovação.

Na própria Ancine, já ocupou o cargo de Diretor entre 28 de maio de 2009 e 17 de dezembro de 2010. Na mesma autarquia, foi ainda Secretário de Políticas de Financiamento, de 2011 a 2014, e Superintendente de Fomento, de 2014 a 2017.

Entre os anos de 2018 e 2021, trabalhou como Diretor Executivo da empresa Canção A 2 Editora Ltda., em que atuou na prestação de serviços para a administração pública e para empresas do segmento de economia criativa nas áreas de gestão empresarial, direitos de propriedade intelectual e direitos autorais de cunho patrimonial e acompanhamento de execução e de prestação de contas.

Desde 2020, trabalha no Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia, como coordenador da Educativa FM.

Já em relação à documentação exigida pelo art. 383 do Regimento Interno, o indicado apresentou currículo com a descrição das atividades profissionais exercidas. Apresentou também documento em que declara que: a) desconhece a existência de parentes que exerçam ou tenham exercido atividades públicas ou privadas vinculadas à sua atuação profissional; b) teve participação societária já extinta nas empresas Casa de Marimbondo Produção Cultural e Comércio de Vídeos e Fitas Cinematográficas Ltda. e Canção A 2 Editora Ltda.; c) integrou a Diretoria da associação privada Casa da Ponte Maestro Ubiratan Alves (2018 a 2022) e o Conselho de Administração da empresa Rockhead Estúdios S.A. (2021 a 2022); e) está em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

situação de regularidade fiscal; f) não existem ações judiciais em que figure como autor ou réu; e g) não atuou em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou cargos de direção em agências reguladoras no período de 2018 a 2022.

Juntou também justificativa em que explana argumentação com que busca demonstrar, por meio da sua experiência profissional, sua aptidão para o cargo ao qual foi indicado.

Quanto à regularidade fiscal, apresentou certidões negativas ou positivas com efeitos de negativa da Receita Federal do Brasil, da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia e da Prefeitura Municipal de Salvador.

Juntou ainda certidões negativas de distribuição de feitos criminais do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Diante do exposto, tendo em vista a documentação enviada, e considerando o histórico profissional aqui resumido, entendemos que esta Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do Sr. Paulo Xavier Alcoforado para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional do Cinema.

Muito obrigado, Professora Dorinha.

É esse o relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Sr. Senador Humberto Costa, Relator.

Apresentado o relatório e feita sua leitura, será concedida, agora, vista coletiva automaticamente e, na segunda etapa, o indicado será submetido à arguição dos membros desta Comissão e, em seguida, realizada a votação, em escrutínio secreto, na próxima reunião.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, esta Presidência concede vista coletiva automaticamente e, não havendo objeção, determina que a Secretaria tome as providências cabíveis.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 5649, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, para proporcionar acesso a bolsas de pesquisa, desenvolvimento, inovação e intercâmbio a alunos, docentes, ocupantes de cargo público efetivo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

detentores de função ou emprego público e pesquisadores externos ou de empresas efetivamente envolvidos nessas atividades.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatório: Pela aprovação da Emenda nº 2-PLEN, nos termos da subemenda que apresenta.

Observações:

1. Em 13/6/2023, a Comissão aprovou o parecer favorável ao Projeto, com a emenda nº 1 – CE.

2. Em 22/06/2023, foi apresentada a emenda n° 2 - PLEN, de autoria do Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG).

3. Em 10/07/2023, foi recebido o Requerimento nº 660, de 2023, das Lideranças dos Blocos Resistência Democrática e Democracia, solicitando urgência para a matéria.

Iniciativa da ex-Deputada, hoje Senadora, Professora Dorinha, e relatoria da Senadora Teresa Leitão.

Passo a palavra à Senadora Teresa Leitão para a leitura do seu relatório sobre a Emenda de Plenário nº 2.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) – Obrigada, Senadora.

Srs. Senadores, Sra. Senadora, retorna à Comissão de Educação e Cultura o Projeto de Lei nº 5.649, de 2019, de autoria da então Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, que altera a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências, a fim de propiciar o acesso a bolsas de pesquisa, desenvolvimento, inovação e intercâmbio não só a alunos, docentes e pesquisadores externos ou de empresas efetivamente envolvidos nessas atividades, mas também a ocupantes de cargo público efetivo, detentores de função ou emprego público.

Peço licença para passar diretamente a dados da análise, destacando que a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação no âmbito dessas instituições é importante. É importante que nós a consideremos a fim de inserir, no âmbito dos cargos que integram o plano de carreira abrangido na norma, atribuições relacionadas à coordenação de projetos de pesquisa e extensão.

De acordo com essa justificação da citada emenda, trata-se de estender a medida abordada na proposição também aos técnicos administrativos que atuam em instituições federais de ensino, e não apenas nos institutos federais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição retornou para manifestação deste Colegiado, em função do disposto no art. 126, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, o qual determina que, salvo ausência ou recusa, o Relator do projeto será o das emendas a este oferecidas em Plenário.

Nos termos dos arts. 126 e 233 do Risf, compete à Comissão de Educação manifestar-se em relação à Emenda nº 2 apresentada à proposição em comento.

Assim, ao tempo em que reiteramos a relevância e a pertinência do PL nº 5.649, de 2019, nos termos aprovados nesta Comissão de Educação, julgamos também que a emenda apresentada em Plenário tem potencial para aperfeiçoá-lo, na medida em que reitera a importância de estender aos profissionais técnicos administrativos em educação que atuam em instituições federais de ensino a possibilidade de receber bolsas de pesquisa, desenvolvimento, inovação e intercâmbio, caso estejam, de fato, envolvidos nessas atividades.

A proposição se alinha, assim, ao novo texto da matéria aprovado na Comissão de Educação que, ao alterar outro dispositivo da Lei nº 11.091, de 2005, já estabelece que, ao exercer cargos de coordenação de projetos de pesquisa e extensão, os técnicos administrativos farão jus às referidas bolsas – e não somente docentes ou alunos. Por meio do acatamento da nova emenda, essa perspectiva se estenderá também ao campo dos princípios e das diretrizes da referida norma, reafirmando a importância dessa percepção para o entendimento de que pesquisa se faz de forma coletiva.

Julgo isso, Professora Dorinha, o grande mérito desse projeto: a dimensão coletiva que não se esgota na docência por meio da atuação de diferentes profissionais – e não somente nos institutos federais de ensino.

Achamos relevante, assim, acolher esse acréscimo, a fim de que a medida seja entendida não no campo meramente operacional das bolsas, mas, principalmente, na visão estratégica sobre o tema a ser adotada, que necessariamente deve perpassar as políticas públicas da gestão da pesquisa no País e a consecução consistente e justa dos planos de carreira.

Sugerimos ainda uma pequena arrumação para o PL, por meio de subemenda de redação, articulando as diferentes emendas ao texto original e fazendo necessário ajuste em termos de numeração dos dispositivos. Além disso, também em vista da melhor redação, em harmonia com o texto original da proposição, substituímos na Emenda nº 2 a palavra "concederão" pela expressão "poderão conceder", em função das prerrogativas relacionadas à autonomia universitária, conforme o art. 207 da Constituição Federal.

Diante do exposto, o nosso voto é pela aprovação da Emenda nº 2-Plen e, ao cabo, do PL nº 5.649, de 2019, nos termos da seguinte subemenda de redação, praticamente já lida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou rapidamente só reforçar a importância de ampliarmos essas bolsas, conforme o projeto da Senadora Dorinha, para todo o grupo denominado de profissionais da educação, e não apenas para alunos e docentes.

Esse é o parecer.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Eu gostaria de, como autora, agradecer a relatoria da Senadora Teresa Leitão, a compreensão e a própria extensão de uma ação dessa natureza, do quanto é importante para nós, em especial a educação, nessa visão mais ampla do programa. Agradeço muito a rapidez, a atenção e a compreensão da matéria.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à Emenda de Plenário nº 2, nos termos da Subemenda nº 1 da Comissão de Educação.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Em virtude da limitação e da solicitação do Senador Confúcio, nós passaremos ao Projeto de Lei 4.688, de 2019.

ITEM 10

PROJETO DE LEI N° 4688, DE 2019

- Terminativo -

Denomina "Ponte Paulo Nunes Leal", a nova travessia sobre o Rio Madeira, na BR-364, do km 937,6 ao km 938,8, em Abunã, Distrito de Porto Velho - RO.

Autoria: Senador Marcos Rogério

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela rejeição

Eu concedo a palavra ao Senador Confúcio Moura para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Como Relator.) – Sra. Presidente, tem dois projetos, aqui na Ordem do Dia – o 10º e o 11º –, que versam sobre o mesmo assunto, que é justamente o nome de uma ponte sobre o Rio Madeira que liga em território rondoniense e dá acesso ao Acre. A única porta de entrada rodoviária que tem o Estado do Acre é passando por aquele local. Essa ponte foi iniciada com a Presidente Dilma Rousseff e inaugurada, no ano passado, pelo Presidente Bolsonaro.

Então, os dois projetos, um é de autoria...

Posso falar os dois já? É um de cada vez?

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Um de cada vez.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Então, tá.

O projeto de autoria do Senador Marcos Rogério sugere o nome dessa ponte: Ponte Paulo Nunes Leal. É o nome de um ex-Governador de Rondônia, do tempo em que era território, e ele apresenta as suas justificativas.

Ao final, o meu voto é pela rejeição desse projeto, uma vez que essa região, que é chamada Ponta do Abunã, lá em Rondônia, é um bico de terra que atravessa a divisa do Amazonas com a Bolívia, um estreito que dá acesso ao Acre. Eu, analisando bem essa proposta de colocar o nome do ex-Governador da época, que era território federal, Paulo Nunes Leal, achei não conveniente, porque essa ponta de terra foi uma conquista do Governador Jerônimo Garcia de Santana, que foi o primeiro Governador eleito do Estado de Rondônia. Naquela época, ele mergulhou profundamente no Tratado de Petrópolis, de 1900-1901, e verificou que, pelas divisas, aquelas terras pertenciam ao Estado de Rondônia e eram ocupadas pelo Acre. Assim sendo, a primeira coisa que ele fez, uma atitude muito antidiplomática, foi ocupar essa ponta de terra com a polícia de Rondônia, expulsar os acrianos que estavam lá há muitos anos e nomear diretor de escola, administradores, tudo pelo estado. Depois, em consequência, ele apresentou um projeto, entrou com ação no Supremo Tribunal Federal, para que aquelas terras... Alegando todos os princípios de demarcações do acordo de Petrópolis, feito e traçado por Euclides da Cunha, ele alegou e ganhou aqui no Supremo, por unanimidade, a área anexada ao Estado de Rondônia.

Essa ponte liga justamente esses dois trechos. Então, quem fez esse trabalho hercúleo em benefício do Estado de Rondônia... A ponte está no território; o rio é rondoniense, é federal, mas está no Estado de Rondônia. É mais do que justo colocar o nome do Governador Jerônimo Santana, que foi o primeiro Governador, falecido há pouco tempo. Seria uma homenagem extremamente justa, enquanto Paulo Nunes Leal viveu outro momento, na década de 50, nos anos 60, que era outra realidade, era um território.

Então, dessa forma, eu rejeitei o projeto de lei de autoria do nosso colega Marcos Rogério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o meu voto, Sr. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação da matéria será nominal e realizada em bloco com o PL 3.735, de 2021, pois as matérias são terminativas e com relatório pela rejeição.

Item nº 11, também de relatoria do Senador Confúcio Moura.

ITEM 11

PROJETO DE LEI N° 3735, DE 2021

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.733, de 25 de novembro de 1993, que dá a denominação de Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira à Rodovia BR-364, para denominar "Ponte Governador Wanderley Dantas" a ponte sobre o rio Madeira, localizada na BR-364, na divisa dos Estados do Acre e de Rondônia.

Autoria: Senador Marcio Bittar (PSL/AC)

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela rejeição

Concedo a palavra ao Senador Confúcio Moura para a leitura de seu relatório.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Como Relator.) – Está vendo? Aí é o mesmo raciocínio e as mesmas alegações que eu apresentei no projeto anterior. Vocês estão vendo que é uma briga pequena por um nome de uma ponte, mas esse nome de ponte tem um simbolismo muito importante de homenagear autoridades relevantes.

Como a ponte é em território rondoniense, é mais do que justo que o nome seja de um Governador de Rondônia e não de um Governador do Acre. E me desculpe o nosso colega Marcio Bittar, mas nós não concordamos com esse nome também.

Eu apresentei um projeto alternativo, que, em vez de vir para cá, para esta Comissão, foi lá para a Comissão de Infraestrutura, com o nome do Jerônimo Santana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui mesmo em Brasília, quem desce aqui na ponta do Eixão vê o Complexo Viário Governador Roriz. É uma homenagem extremamente justa. Quem passa ali olha, vê lá: Governador Roriz nos viadutos, todo esse complexo viário aqui entre Lago Norte, Asa Norte, até o alto do Colorado. Tudo é Roriz, para que a gente não se esqueça do Governador Roriz, que foi um grande Governador do Distrito Federal. É uma homenagem que é visível para quem passa por ali. É muita gente que todo dia olha e vê: aqui é o nome do Joaquim Roriz.

E, agora, poucos dias atrás, nós aprovamos aqui o nome muito justo para um trecho rodoviário que liga Anápolis a uma cidade tocantinense, que foi o nome do Iris Rezende Machado. Eu votei favoravelmente. Eu até fiz um discurso de elogio e exaltação a Iris Rezende Machado. E nós conhecemos muito – não é, Senadora Dorinha? – quem foi Iris Rezende Machado. Então, ali é uma homenagem extremamente justa à memória de um grande Governador, um grande Prefeito de Goiânia, um grande político brasileiro. É uma maneira que a gente tem de homenagear figuras notórias e relevantes dos nossos estados ou de outras regiões, homenageando essas figuras com nomes de logradouros públicos.

Então, essa proposição, de autoria do Senador Marcio Bittar, eu também rejeito. No meu voto, aqui no final, é pela rejeição. Embora considerando que tem, logicamente, suas justificativas, nós achamos que a homenagem mais justa é do Governador rondoniense Jerônimo Santana.

Então, o meu voto é pela rejeição.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco, com o PL 4.688, de 2019, pois as matérias são terminativas e o relatório é pela rejeição.

Transfiro a Presidência para o Senador Marcos Pontes para que eu possa fazer a leitura do meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Bom dia a todos.

É uma honra poder participar da Presidência, neste momento, para anunciar o item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 1751, DE 2023

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que trata da alimentação escolar na educação básica, para determinar que o cálculo do valor per capita da merenda, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar, leve em consideração indicadores socioeconômicos das redes escolares destinatárias dos repasses federais, bem como a capacidade de financiamento das prefeituras e dos governos estaduais e distrital.

Autoria: Senador Eduardo Braga (MDB/AM)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação com uma emenda substitutiva que apresenta e pela rejeição da emenda nº 1, de autoria do senador Carlos Viana.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao projeto.

2. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 30/05/2023, 06/06/2023 e 04/07/2023.

3. Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

4. Em 29/05/2023, foi apresentada a emenda n° 1, de autoria do Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG).

A Senadora tem a palavra.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Sr. Presidente, eu já fiz a leitura do relatório. É um texto apresentado pelo Senador Eduardo Braga. A preocupação é a proposta de alteração na forma de transferência de recursos da alimentação escolar, em que o Senador coloca como prioridade que sejam considerados os índices e indicadores de desenvolvimento socioeconômico, para que as prefeituras e estados possam receber, aquelas mais frágeis, com maior vulnerabilidade.

Após essa leitura e a pedido da apresentação de um requerimento, nós realizamos uma audiência pública e a partir da audiência pública, nós fizemos algumas alterações. Tem uma proposta de emenda. Então, já vou direto para o voto, com a emenda que eu apresento, um substitutivo da Comissão de Educação.

Diante do exposto, opinamos favoravelmente pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.751, de 2023 e, quanto ao mérito, votamos pela rejeição da Emenda nº 1-CE e pela aprovação da proposição, nos termos do seguinte substitutivo:

EMENDA -CE (SUBSTITUTIVO)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que trata da alimentação escolar na educação básica, para dispor sobre critérios de equidade na distribuição dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Art. 1º O art. 5º da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.5º.....

.....

§6º Os recursos financeiros de que trata o *caput* deste artigo serão repassados com base nos seguintes critérios, calculados separadamente, na forma do regulamento:

I – da universalidade, que compreende todos os alunos matriculados nas redes públicas de educação básica, considerando-se valores *per capita* diferenciados por etapas, modalidades de ensino, redes escolares, jornadas, localização das escolas, bem como para escolas indígenas e quilombolas;

II – da equidade, que compreende a distribuição favorecida aos entes com indicadores mais baixos de nível socioeconômico dos educandos na respectiva rede de ensino e com menor capacidade financeira;

§ 7º Para efeito do disposto nesta Lei, compreende-se por:

I – nível socioeconômico dos educandos, o indicador que considere o percentual de matrículas, na respectiva rede educação básica, de alunos que sejam membros de famílias inscritas no [...] CadÚnico, [programa] instituído pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993;

II – capacidade financeira do ente federado, o indicador baseado no valor anual total por aluno de cada ente federado, calculado nos termos do § 3º do art. 13 da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

§ 8º O Conselho Deliberativo do FNDE expedirá normas relativas aos critérios de que tratam os §§ 6º e 7º, bem como à organização e funcionamento das unidades executoras e demais orientações e instruções necessárias à execução do PNAE." (NR)

Art. 2º O critério da equidade referido no inciso II do § 6º do art. 5º da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, será implementado em até dois anos após a publicação desta Lei.

Art. 3º Fica assegurado para o critério da universalidade do atendimento a que se refere o inciso I do § 6º do art. 5º da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, pelo menos, o mesmo volume de recursos a que as redes de ensino fizeram jus no exercício anterior ao da implementação de que trata o art. 2º, bem como, no mínimo, os mesmos valores *per capita*.

Art. 4º Fica revogado o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É este o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, ele será submetido a turno suplementar. Será realizada uma única votação nominal para o substitutivo ao projeto e à Emenda nº 1, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação da matéria será nominal e realizada em bloco.

Eu devolvo a Presidência à Senadora Dorinha.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Senador Astronauta Marcos Pontes. Obrigada pela Presidência.

Agora passo ao próximo item.

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 2807, DE 2022

- Terminativo -

Dispõe sobre a fixação de painéis de campanhas antidrogas nas entradas e saídas das escolas públicas.

Autoria: Senador Guaracy Silveira (PP/TO)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pela aprovação, com o acolhimento integral da Emenda nº 1 e parcial das Emendas nº 2 e nº 3, nos termos do substitutivo que apresenta

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto.

2. Em 31/05/2023, foram apresentadas as emendas n°s 1 a 3, de autoria do Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG).

3. Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Será realizada uma única votação nominal para o substitutivo ao projeto e às emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Consulto o Senador Astronauta Marcos Pontes sobre a possibilidade de ser o Relator *ad hoc* dessa matéria. (*Pausa.*)

Com a palavra, o Senador Astronauta Marcos Pontes, para a leitura de seu relatório.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

O relatório.

Vem a esta Comissão de Educação e Cultura o Projeto de Lei nº 2.807, de 2022, de autoria do Senador Guaracy Silveira, que "dispõe sobre a fixação de painéis de campanhas antidrogas nas entradas e saídas das escolas públicas".

Análise feita pelo Relator, o Senador Alessandro Vieira, da qual eu faço a leitura.

O PL nº 2.807, de 2022, aborda matéria relativa a educação, ensino e instituições educativas, estando, portanto, sujeito ao exame de mérito da Comissão de Educação, nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Por se tratar de matéria sujeita ao exame em caráter terminativo, cabe-nos analisar também a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa do projeto.

De pronto, constatamos que a proposição se mostra constitucional e regimentalmente adequada ao fim pretendido. Sob o aspecto material, ampara-se na competência concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal para legislar sobre educação e ensino, conforme o inciso IX do art. 24 da Constituição Federal. Além disso, o projeto de lei não versa sobre assunto de iniciativa reservada ao Presidente da República, conforme dispõem os arts. 61 e 84 da Constituição Federal.

Do ponto de vista legal, a proposição se mostra adequada, embora necessite de ajustes em termos de técnica legislativa, dos quais trataremos mais à frente.

No que se refere ao mérito, o projeto de lei dispõe sobre tema de grande importância, apresentando-se viável e socialmente relevante. De fato, o problema do uso indevido de drogas é grave e exige do poder público atuação eficaz e sinérgica.

O "Relatório Mundial sobre Drogas 2022", do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, mostrou que em muitos países os jovens estão usando mais drogas que as gerações anteriores. O estudo apontou que, em 2020, cerca de 284 milhões de pessoas de 15 a 64 anos usaram drogas, com um aumento de 26% em relação à década anterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse processo, os adolescentes e jovens são especialmente vulneráveis, dadas as suas condições de pessoas em desenvolvimento. Por outro lado, eles estão na escola, instituição com um enorme potencial de enfrentamento do problema, especialmente por meio da prevenção. É nesse ponto que a proposição se insere, o que justifica nosso apoio à medida aventada de fixar painéis sobre o uso indevido de drogas nos edifícios escolares.

No entanto, ao mesmo tempo em que apoiamos a iniciativa, sugerimos alterações em sua redação, de forma a acatar sugestões contidas nas emendas do Senador Carlos Viana, além de promover outros ajustes de conteúdo e de técnica legislativa, o que realizamos por meio de substitutivo.

Em primeiro lugar, ao invés de aprovar uma nova lei, propomos a inserção do tema na Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, justamente a norma que prescreve medidas para prevenção do uso indevido de drogas. Dessa forma, garante-se a pertinência temática da medida aventada no projeto de lei com a lei que dispõe sobre a matéria.

Ademais, fazemos pequenas alterações ao texto, estendendo seu conteúdo às escolas privadas, ao mesmo tempo em que direcionamos a medida ao ensino médio, nível de ensino que atende adolescentes e jovens, grupos para os quais mais se justifica a medida. Também deixamos a definição sobre a dimensão dos painéis para as próprias instituições de ensino, que decidirão sobre essa questão à luz dos problemas postos em suas realidades.

No que se refere às emendas apresentadas pelo Senador Carlos Viana, acatamos integralmente a Emenda nº 1, da Comissão de Educação, que propõe a substituição da expressão, abro aspas, "especialmente as ilícitas", fecho aspas, por expressão mais abrangente que se refere às drogas ilícitas e às lícitas que causem dependência.

Por fim, acatamos parcialmente as Emendas nºs 2, da Comissão de Educação, e 3, Comissão de Educação, fazendo referência às escolas comunitárias, categoria das instituições de ensino que não estava referenciada no projeto e lei, e acrescentando a expressão, abro aspas, "em todo o território nacional", fecho aspas, no *caput* do novo artigo, bem como determinando que o conteúdo dos painéis deve seguir as Diretrizes Curriculares Nacionais.

O voto.

Em razão do exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 2.807, de 2022. No mérito, votamos pela aprovação da proposição, com o acolhimento integral da Emenda nº 1-CE, e parcial das Emendas nºs 2-CE e 3-CE, nos termos do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº -CE (SUBSTITUTIVO)
PROJETO DE LEI Nº 2.807, DE 2022

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que "institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências" para dispor sobre a fixação, nas escolas públicas e privadas, de painéis sobre a prevenção ao uso indevido de drogas.

Art. 1º A Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 19-A:

"Art. 19-A. É obrigatória a fixação, nas entradas e saídas de escolas de ensino médio públicas, privadas e comunitárias, em todo o território nacional, de painéis sobre a prevenção ao uso de drogas ilícitas e de drogas lícitas que causem dependência.

§ 1º Os painéis serão expostos nas partes externas dos muros ou fixados em formato de *outdoors*.

§ 2º O conteúdo dos painéis deve obrigatoriamente estar alinhado às Diretrizes Curriculares Nacionais, à Base Nacional Comum Curricular, às políticas públicas sobre drogas e aos conhecimentos atualizados relacionados ao tema.

§ 3º A dimensão dos painéis será definida pela instituição de ensino, de acordo com a estratégia de prevenção adotada e os recursos disponíveis."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Essa é a leitura.

Agora tem a emenda também, uma próxima emenda parcial.

EMENDA Nº - CE

Dê-se à ementa e ao art. 1º do Projeto de Lei nº 2.807, de 2022, as [...] [seguintes] redações:

"Dispõe sobre a fixação de painéis de campanhas antidrogas nas entradas e saídas das escolas públicas, privadas e comunitárias."

"Art. 1º Fica obrigatória a fixação de painéis de campanhas antidrogas, especialmente ilícitas [...].

....."

Essa aqui era a emenda anterior, que foi substituída pela lida anteriormente.

Sra. Presidente, eu gostaria de fazer um comentário antes de devolver a palavra.

Esse é um tema extremamente importante que afeta a todos nós no país, especialmente os nossos adolescentes, e nós vemos esse crescimento da utilização de drogas lícitas e ilícitas com grande preocupação. Sem dúvida nenhuma, um projeto de lei dessa natureza é extremamente importante para preservar a vida, a sociedade, e as famílias da utilização de drogas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de lembrar também que, da minha autoria, existe o Projeto de Lei nº 3.172, de 2023, que designa um percentual dos recursos de comunicação do Governo para campanhas antidrogas, que vem ao encontro do que é proposto nesse projeto de lei.

Então, feita a leitura pela aprovação.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada pela leitura.

Acho que o tema é um tema de que todos nós entendemos a importância. Eu, em particular, só me preocupo com a questão financeira, dos custos em relação a essa questão da campanha e das placas, porque a gente está atribuindo, obviamente, à escola. Então, com certeza, a maioria das escolas vai precisar de apoio, talvez de uma ação organizada com os sistemas de ensino, que vai ser definida a partir... Como aqui não tem dimensão, ou seja, a escola pode organizar da melhor forma, mas é importante que o sistema de ensino abrace como uma campanha importante, uma ação importante de alerta à juventude e à própria sociedade.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Inclusive, eu gostaria de complementar que esse meu projeto de lei que designa parte, um percentual da verba de comunicação do Governo pode ajudar no financiamento dessa campanha também. Acho que esse é um casamento muito bom das duas coisas.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Então, vamos cuidar dele para ele andar no mesmo tempo.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação da matéria será nominal e realizada em bloco.

ITEM 9

PROJETO DE LEI N° 3936, DE 2019

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional dos Desbravadores.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação

A iniciativa é do Deputado Federal Tadeu Alencar.

Concedo a palavra ao Senador Hamilton Mourão para a leitura do seu relatório.

Por isso, os desbravadores estão aqui. Quero cumprimentá-los e dizer do orgulho do trabalho que nós sabemos que vocês realizam em todas as unidades da Federação.

Senador, para a leitura do seu relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores.

Peço permissão à senhora para ir direto à análise.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar em proposições que versem sobre a instituição de datas comemorativas.

Nesse sentido, a esta Comissão compete decidir terminativamente sobre a matéria quanto ao mérito. Ademais, em razão do caráter exclusivo da apreciação, cabe à Comissão pronunciar-se também em relação à constitucionalidade, à juridicidade, à técnica legislativa, e à regimentalidade.

No que tange à constitucionalidade, a matéria insere-se no campo da competência concorrente da União para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, inciso IX, da Carta Magna. Ainda, é legítima a iniciativa parlamentar, visto não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República. Igualmente legítimo é o tratamento da matéria por meio de lei ordinária, uma vez que a Constituição não reserva o tema à esfera de lei complementar.

Quanto à juridicidade, a proposição está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, em especial com as determinações da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que estabelece critérios para a instituição de datas comemorativas. De acordo com a referida norma, a apresentação de proposição legislativa que vise a instituir data comemorativa deve vir acompanhada de comprovação da realização de consultas e/ou audiências públicas que atestem sua alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira.

Em atendimento a essa determinação, foi realizada, no dia 22 de junho de 2018, audiência pública, no âmbito da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados, em que se debateu a importância do Dia Nacional dos Desbravadores. Requerida pelo autor do projeto, a audiência contou com a presença do pastor responsável pelo Departamental Desbravadores da América Latina, Udolcy Zukowski, e do pastor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsável pelo Departamental Desbravadores do Distrito Federal, Hofni Gomes, os quais apoiaram e enalteceram a presente iniciativa.

Ademais, não se vislumbram óbices de natureza regimental, estando ainda o projeto redigido de acordo com a boa técnica legislativa, em conformidade com o que determina a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Com relação ao mérito, igualmente, a matéria merece acolhida.

Os Clubes dos Desbravadores são formados por jovens adventistas do sétimo dia, com idades entre 10 e 15 anos, que desenvolvem serviços em prol de suas comunidades. Presentes em mais de 160 países, com 90 mil sedes e mais de 1,5 milhão de participantes, esses clubes existem oficialmente desde 1950, como um programa oficial da Igreja Adventista do Sétimo Dia. No Brasil, existem atualmente cerca de 10.286 clubes, distribuídos por todos os estados brasileiros e o Distrito Federal, com a participação de mais de 287 mil desbravadores.

Os desbravadores reúnem-se com o objetivo de estimular o trabalho em equipe, desenvolver habilidades práticas, promover a saúde e o bem-estar físico, bem como aprimorar habilidades de liderança. Nesse contexto, realizam atividades focadas no fortalecimento do caráter e do senso de cidadania de jovens conscientes de seu papel na sociedade.

Nos clubes, são realizados projetos que visam a auxiliar as necessidades da comunidade, como arrecadação e doação de roupas e alimentos, campanhas de combate ao fumo, ao álcool e a outras drogas, além de visitas a asilos e orfanatos. Prestam ainda socorro em ocasiões de calamidades e desastres naturais.

As atividades internas são desenvolvidas de acordo com o tripé físico, mental e espiritual. O primeiro aspecto relaciona-se com a prática de atividades ao ar livre com foco em exercícios coletivos de recreação. No âmbito mental, os jovens são estimulados a estudar e a aprimorar os aprendizados sobre os mais diversos assuntos. Por fim, o desenvolvimento espiritual é concretizado por meio de trabalhos missionários, estudos bíblicos e trabalhos voluntários.

Os membros têm a oportunidade de receber insígnias e distintivos em reconhecimento às habilidades e aos conhecimentos adquiridos.

Além disso, os desbravadores têm uma estrutura de progressão por meio de diferentes classes, com base em suas realizações pessoais, ou seja, mérito.

Os clubes enfatizam a importância da educação, da saúde e do serviço à comunidade; e estimulam o crescimento integral dos jovens, preparando-os para serem cidadãos responsáveis e comprometidos com o bem-estar de todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A escolha da data para celebração do Dia Nacional dos Desbravadores, 20 de setembro, que é uma data importante no meu estado, o Rio Grande do Sul, vai ao encontro das comemorações já realizadas em todo o mundo, uma vez ser a ocasião adotada pelos adventistas do sétimo dia como celebração do Dia dos Desbravadores.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.936, de 2019.

É o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação da matéria será nominal e realizada em bloco.

Eu quero parabenizar a iniciativa da Câmara dos Deputados, através do Deputado Tadeu Alencar, e a relatoria do Senador Hamilton Mourão.

Eu gostaria de saudar... Na verdade, nós temos uma grande representação aqui, e perguntei... Pode ser que eu não seja nem justa ao mencionar nomes, mas quero saudar e agradecer pela presença. Acho que todos nós, em diferentes locais da Federação, acompanhamos o trabalho, a presença, a formação que vocês realizam e o auxílio à comunidade, com diferentes iniciativas. Então, eu vou cumprimentar o Sr. Lidiomar Arcanjo de Novais, que não sei se está aqui; Gisele Ferraz da Silva Novais; Lucas Novais; Samara Novais; Suelen Novais – devem ser uma família, obviamente –; Patrícia; Samuel Almeida... Enfim, agradeço e, na pessoa de vocês, saúdo e parabenizo pela iniciativa e pelo trabalho que realizam.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 445, DE 2023

- Terminativo -

Proíbe a realização de atividades de recepção de novos estudantes em instituições de educação superior nas condições que especifica.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Pela aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra à Senadora Soraya Thronicke para a leitura do seu relatório.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Sra. Presidente, Senadora Dorinha, demais Senadores e Senadora, saúdo todos vocês, os servidores e quem nos acompanha.

Eu vou tentar, Presidente, fazer um resumo aqui, até na parte da análise, mas é importante a leitura do relatório para que as pessoas compreendam o que estamos deliberando.

Vem ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei nº 445, de 2023, de autoria do Senador Jorge Kajuru, cuja finalidade é proibir a realização de atividades de recepção de novos estudantes em instituições de educação superior materializadas por meio de condutas que atentem contra a integridade física, moral ou psicológica dos alunos.

Para tanto, a proposição, já em seu art. 1º, veda a realização de atividades de recepção de novos estudantes em instituições de educação superior que envolvam coação, agressão, humilhação ou qualquer outra forma de constrangimento que atente contra a integridade física, moral ou psicológica dos alunos.

No art. 2º, o projeto estabelece duas atribuições para as instituições de ensino superior no que tange ao tratamento institucional dessas atividades. A primeira é o poder-dever de adotar medidas preventivas. A segunda é a responsabilidade de adotar providências disciplinares administrativas junto aos alunos que praticarem trotes que atentem contra a integridade física, moral ou psicológica dos estudantes.

Esse dispositivo ainda contempla, em seu parágrafo único, a previsão de que a universidade omissa ou negligente em relação a eventuais situações arroladas no *caput* do art. 2º sofrerá as punições administrativas previstas no respectivo sistema de ensino, na forma do regulamento, sem prejuízo de eventuais sanções penais e civis aplicáveis aos seus dirigentes por cumplicidade.

Por fim, no art. 3º, o projeto estabelece que a lei que dele se originar terá vigência imediata.

Ao justificar a iniciativa, o autor argumenta que os chamados "trotes", notadamente em sua expressão violenta, apesar de durante muito tempo aceitos culturalmente como ritos de passagem, não mais se coadunam com o estágio de processo civilizatório que alcançamos, tampouco com a nobreza do papel da educação superior. Por essa razão, a seu sentir, essas atividades devem ser desestimuladas e adequadamente sancionadas, sendo, pois, este o objetivo central do projeto.

O PL 455, de 2023 foi distribuído com exclusividade à Comissão de Educação, para decisão terminativa aqui, não tendo recebido emendas no prazo regimental.

Passo à análise.

De acordo com o nosso Regimento Interno, cumpre a esta Comissão apreciar causas relativas à educação de ensino superior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com efeito, resta observada, na presente manifestação, a atribuição regimentalmente atribuída a este Colegiado.

No que tange particularmente ao exame de constitucionalidade e juridicidade, não há qualquer reparo a ser apontado.

Apenas em relação ao primeiro, vale lembrar a competência concorrente da União para dispor sobre normas gerais da educação, consoante previsão explícita do inciso IX do art. 24 da Constituição Federal.

Em relação à juridicidade, a proposição inova o ordenamento vigente e com ele se harmoniza, além de se utilizar da tipologia normativa adequada e se revelar dotada de grande potencial de eficácia.

Do ponto de vista do mérito, vale destacar que, historicamente, no âmbito da União, a discussão legislativa sobre a temática já possui, pelo menos, quase 30 anos. Ainda em meados da década de 1990, o Projeto de Lei n.º 1.023, de 1995, de autoria do Deputado Feu Rosa, já propunha que a prática de trote estudantil fosse tipificada como contravenção penal.

Essa matéria, registre-se, teve uma demorada tramitação e discussão na Câmara dos Deputados, restando finalmente aprovada naquela Casa em 2009. Enviada ao Senado Federal para revisão, onde tramitou como Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 9, de 2009, a proposição foi arquivada ao final da legislatura encerrada em 2014.

A tramitação desse PLC no Senado ocorreu simultaneamente à do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 104, de 2009, de autoria da Senadora Marisa Serrano, do meu estado, que buscava disciplinar a recepção dos novos alunos nas instituições de ensino superior e acrescentar o parágrafo único ao art. 45 da Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre os estatutos das instituições. Também foi arquivada ao final de 2014.

No ano seguinte, 2015, o Senador Humberto Costa recolocou a temática na pauta no âmbito da discussão que tinha por objetivo disciplinar a recepção de novos alunos nas instituições de ensino superior e acrescentar o art. 65-A ao Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941, para prever como contravenção penal a realização de trote vexatório. A proposta, entretanto, também foi arquivada no final de 2022.

Então, a despeito do rechaço social aos trotes violentos, historicamente observa-se certa resistência do Congresso – daqui principalmente, do Senado Federal, porque a Câmara aprovou, mas uma resistência desta Casa – em trazer o assunto ao Código Penal, notadamente visando à tipificação dos trotes estudantis violentos como crime. Nesse contexto, Presidente, o PL nº 445, de 2023, apresenta-se como uma medida tendente a superar o viés estritamente penalizador das proposições anteriores.

Nesse sentido, o projeto de lei, de iniciativa do Senador Kajuru, apresenta uma abordagem consentânea com medidas de caráter preventivo e recomenda punições de caráter administrativo às instituições de ensino superior que consentirem com a ocorrência de atividades de recepção de novos alunos que consubstanciem situações violentas e vexatórias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É de se ressaltar, contudo, que a abordagem preventiva do projeto não mitiga o seu mérito nem a aplicabilidade das medidas a que se propõe. Em adição, parece ser essa justamente uma vantagem do PL 445/2023 em relação às proposições anteriores que intentaram disciplinar essa temática.

Por essas razões, ao tempo em que reafirmamos a constitucionalidade e juridicidade da proposição, consideramos a matéria socialmente relevante e merecedora de acolhida aqui, pelo Senado Federal.

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 445, de 2003, e, no mérito, por sua aprovação.

Então, apenas para reiterar aqui, o projeto de lei não proíbe os trotes culturais. Apenas para situações que sejam vexatórias e que constituam crime, que isso obviamente nunca passará da alçada do Código Penal, da Justiça, de modo geral. A questão é que os trotes são permitidos desde que eles não sejam vexatórios, não constituam crimes. Por quê? Porque as universidades sempre se imiscuíram dessa responsabilidade; não estou dizendo todas, muitas se preocupam, mas é importante que elas também tenham uma participação e que promovam, obviamente, um caráter educativo para aqueles estudantes já veteranos que vão aplicar o trote nos novatos, que eles se disciplinem dentro de uma regra de aceitação social.

Então, o Código Penal não sai obrigatoriamente, mas os trotes agora, sim, que envolvam toda uma atividade cultural e que toda a criatividade dos nossos estudantes podem ter, que possam ser colocadas para os novos, até mesmo um trabalho de ajuda para pessoas que necessitem, como arrecadação de alimentos, tem tanta coisa para fazer dentro de um trote cultural.

Portanto, o parecer do projeto de lei de iniciativa do Senador Jorge Kajuru busca um meio termo para que nós possamos virar essa página triste de trotes que levam a crimes, a mortes e também a humilhações.

É esse o parecer.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – A Sra. Relatora concluiu? (*Pausa.*)

Em discussão, o Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Eu peço pela ordem, Presidente, para me referir ao projeto de lei do item 9, anteriormente relatado pelo Senador Hamilton Mourão, que cria o Dia Nacional dos Desbravadores.

Queria estar aqui – tive que correr para a CPI –, mas retorno aqui. Permita-me fazer um breve registro em função da importância que se tem um projeto como este.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembrando, para quem, de repente, não conhece, quem são os desbravadores? São meninas e meninos entre 10 e 15 anos, de diferentes classes sociais, cor, religião. Reúnem-se em geral uma vez por semana para aprender a desenvolver talentos, habilidades, percepções e gosto pela natureza.

Trabalham em equipe, procurando sempre serem úteis à comunidade, prestam também socorro em calamidades e participam ativamente de campanhas comunitárias para ajudar pessoas carentes. Em tudo que fazem, procuram desenvolver amor a Deus e à pátria e, além disso, fazem muitos amigos.

O Clube de Desbravadores está presente em mais de 160 países – correto? –, com 90 mil sedes e mais de 1,5 milhão de participantes. Existe oficialmente, desde 1950, como um programa oficial da Igreja Adventista do Sétimo Dia.

Dados daqui, do Brasil.

O Brasil tem, pelo menos, 10.285 clubes, com um número de desbravadores que chega a 288.323 meninos e adolescentes envolvidos. Lá, no meu Estado do Pará, graças a Deus, é um trabalho muito grande, dividido em quatro associações da Igreja Adventista espalhadas por todo o estado. Há um total de 1.017 clubes em todo o Estado do Pará, com mais de 28,4 mil meninos e meninas participando.

Então, eu quero aqui louvar a iniciativa e cumprimentar o nosso Relator, Senador Hamilton Mourão. Enfim, eu acho que esta Comissão presta uma grande homenagem a essa turma de gente nova que precisa começar a vida muito bem, reconhecendo e aprendendo coisas boas.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Senador Zequinha Marinho.

É uma ótima oportunidade de fazer a justa homenagem – e acho que um reconhecimento, no âmbito do Brasil – às atividades que realizam, o cuidado com a formação e, sobretudo, a questão da cidadania.

Em discussão a matéria relativa ao relatório apresentado pela Senadora Soraya Thronicke (Projeto de Lei n° 445, de 2023), que trata de coibir o trote agressivo, violento, sobre o que já tivemos conhecimento de diversas histórias, inclusive com situações de grave atentado à vida a que muitos jovens são expostos. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

Votação nominal, em bloco, dos itens nº 4, nº 6, nº 7 e nº 9, que receberam relatórios pela aprovação das matérias.

Solicito à Secretaria que abra a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação a seguintes matérias, nos termos dos relatórios apresentados:

- PL n° 1.751, de 2023;

- PL n° 445, de 2023;

- PL n° 2.807, de 2022; e

- PL n° 3.936, de 2019.

Os Senadores que votam com os Relatores votam "sim".

Seja aberta a votação.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Treze votos SIM.

As matérias foram aprovadas. (*Palmas.*)

Agora passaremos à votação nominal do bloco dos itens 10 e 11, que receberam relatórios pela rejeição.

Em votação as seguintes matérias, nos termos dos relatórios apresentados:

- PL n° 4.688, de 2019; e

- PL n° 3.735, de 2021.

Os Senadores que votam com os Relatores votam "não". Gostaria de destacar e chamar a atenção: os Senadores que votam com os Relatores têm que votar "não".

Está aberta a votação.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Senador Paim, o senhor solicitou a palavra?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Isso, querida Professora Senadora Dorinha, nossa Presidenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria só registrar que eu não consegui aqui pelo celular.

Na primeira votação, no primeiro bloco, o meu voto foi "sim"; nessa segunda, eu consegui entrar e está no painel o meu voto, mas eu queria que o meu voto constasse em ata... Pela importância, inclusive, dos projetos, eu faço questão que o meu voto... Embora eu não tenha conseguido pelo celular, o meu voto foi "sim", e, nesse segundo momento, eu consegui votar e, naturalmente, está no painel.

Mas queria, de pronto, agradecer à Senadora Professora Dorinha, que preside a sessão.

Para mim, é muito importante que conste em ata que o meu voto foi "sim" no primeiro bloco.

Era isso. Agradeço a V. Exa.

Bom trabalho a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Senador Paim.

Está registrada, consignada em ata, a sua declaração de voto.

Volte o painel, por favor. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Foram 12 votos NÃO; 1 voto SIM.

Rejeitados os projetos, nos temos dos relatórios apresentados: PL nº 4.688, de 2019, e PL nº 3.735, de 2021.

As matérias serão encaminhadas à Mesa para as providências cabíveis.

Rejeitados os relatórios.

Antes de encerrar os trabalhos, convoco a próxima reunião da Comissão para amanhã, 12 de julho de 2023, às 14h. Será realizada audiência pública da Subcomissão para debater e avaliar o ensino médio no Brasil.

Declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada a todos.

(*Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 32 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER E AVALIAR O ENSINO MÉDIO NO BRASIL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e dezoito minutos do dia dezessete de maio de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Subcomissão Temporária para debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil com a presença das Senadoras Professora Dorinha Seabra e Augusta Brito, e ainda dos Senadores Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Carlos Viana e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Izalci Lucas e Astronauta Marcos Pontes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 5/2023 - CE, de autoria Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Finalidade:** Debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil. **Participantes:** Maria Luiza Süssekind Veríssimo Cinelli, Vice-Presidente Sudeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd); Luiz Fernandes Dourado, Diretor de Intercâmbio Institucional da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae); e Ricardo Tonassi Souto, Presidente do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (Foncede). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidente da Subcomissão Temporária para debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/05/17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todas e a todos que aqui estão presentes no nosso plenário, que nos acompanham pela TV Senado e pelas redes sociais.

Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Subcomissão Temporária para debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 17 de maio de 2023.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 3ª Reunião, realizada no dia 4 de maio. (*Pausa.*)

A ata aprovada será publicada no *Diário do Senado Federal*.

O objetivo desta nossa reunião é debater e avaliar o ensino médio no Brasil, em atenção ao Requerimento nº 5, de 2023, de minha autoria, que criou esta Subcomissão.

Nós vamos fazer, professores, sete audiências públicas – esta é a segunda. A primeira reunião nossa foi para a aprovação do plano de trabalho.

Convido, ou anuncio, porque já estão aqui sentados à mesa: o Sr. Ricardo Tonassi Souto, Presidente do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (Foncede); e a Sra. Profa. Maria Luiza Veríssimo Cinelli, Vice-Presidente Sudeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped). Na nossa reunião, nós teremos também a participação remota, por videoconferência – já está na nossa tela –, do Prof. Luiz Fernandes Dourado, Diretor de Intercâmbio Institucional da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae). Informo também que foi convidado o Sr. Luiz Roberto Liza Curi, Presidente do Conselho Nacional de Educação, que não pôde comparecer.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, quero pactuar com os senhores, com a senhora e com o senhor, com o nosso Luiz Dourado, teremos dez minutos, que podem ser prorrogados por mais cinco. E, ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos e às perguntas que vierem, que chegarem do e-Cidadania.

Eu peço desculpas por esse rigor no tempo, porque nós temos sessão com votação secreta hoje – no Plenário, não é? –, que já se iniciou, mas o deliberativo só começa às 16h.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, passo a palavra inicialmente para o Sr. Ricardo Tonassi Souto, Presidente do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação. E, já neste momento, Prof. Ricardo, agradeço a sua presença e a sua atenção ao nosso convite.

O SR. RICARDO TONASSI SOUTO (Para expor.) – Muito obrigado.

Boa tarde, Senadora Presidente Teresa Leitão – é um prazer estar aqui –, Profa. Maria Luiza. É uma honra para mim estar aqui representando o Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação para tratar de um assunto tão caro a todos nós, que é o ensino médio.

Eu acabei de participar de um seminário, na Câmara dos Deputados, tratando da mesma matéria. Acho que o mundo educacional vive um pouco esse momento, cada um com uma visão distinta, mas eu vim aqui tentar trazer um pouco da visão dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação.

Para quem não sabe, os Conselhos Estaduais e o Conselho Distrital, em regra, são os órgãos normativos, recursais, consultivos, que tratam de educação nos sistemas estaduais e no sistema distrital de ensino. Então, nós estamos para os estados, dentro da razoabilidade, assim como o Conselho Nacional de Educação está para o sistema federal.

Então, com relação ao ensino médio, tivemos um papel preponderante, porque foi nos estados e também no Distrito Federal que foram aprovadas as diretrizes do ensino médio de cada um dos estados da Federação. E essa implementação se deu posteriormente a isso. Isso foi no fim de 2021, com exceção de um único estado que fez a aprovação em meio a 2022, e começamos a implementação.

Inicio já, sem nenhuma tentativa de polemizar, dizendo que a discussão do "revoga" ou "não revoga", para nós, é absolutamente ultrapassada. Acho que ela tem que ficar na Casa Legislativa. Se uma nova lei vai ser realizada, criada, isso fica no âmbito único e exclusivo do Congresso Nacional.

O que nós temos, efetivamente, é uma lei aprovada pelo Congresso Nacional, sancionada pelo Presidente da República, que se encontra em vigor, e cuja implementação já se deu em todos os estados da Federação. Dos 27 entes da Federação – Distrito Federal e 26 estados -, nós temos a implementação total em dois estados; a implementação no primeiro ano em mais dois estados; e, em 23 entes, estados e Distrito Federal, nós temos a implementação já no segundo ano do ensino médio. Então, é algo que não se encontra ainda no campo do futuro, já está sendo realizado agora, e essa é uma discussão premente.

Numa lógica muito pragmática e cartesiana, não consigo sinceramente, Senadora, Profa. Maria, vislumbrar uma mudança momentânea dessa norma agora, por força de todos os aspectos políticos e do esforço que foi feito pela rede pública e pela rede privada na implementação. É óbvio que nós temos desafios, é óbvio que houve uma mudança. Agora, era necessária essa mudança. Nós tínhamos um ensino médio que, por força dos resultados que encontramos no Pisa e dos resultados que encontramos no Saeb, não era satisfatório. Então, era necessária – e acredito ser necessária – essa mudança, essa implementação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que já está sendo feita pelos Estados, e temos discussões das mais distintas. Talvez uma das mais prementes é com relação aos itinerários formativos.

E para mim foi uma grande surpresa, no sentido de uma alegre surpresa, ver, entre os itinerários, o itinerário da formação técnica e profissional. Nós temos um déficit, neste país, de mais de 500 mil vagas de técnicos; nós temos uma quantidade imensa de jovens que são formados no ensino médio sem nenhum tipo de perspectiva no mundo do trabalho. Num mundo ideal, num mundo que se encontra dentro dos nossos corações, o melhor seria que todas as crianças e adolescentes pudessem se dedicar integralmente aos estudos, que nenhum deles fosse arrimo de família, que todos eles tivessem três ou quatro alimentações diárias e um teto seguro para poder viver, mas esse não é o mundo ideal. Ao contrário de um mundo ideal, lamentavelmente nós temos adolescentes que terminam o ensino médio sem nenhum tipo de preparo para o mercado de trabalho e que são absolutamente iludidos – e faz parte da nossa formação – para achar que, um dia, serão médicos, serão engenheiros, serão advogados, com uma formação pífia que recebem, muitas vezes em escolas privadas e muitas vezes em escolas públicas.

Então, por força disso, como nós não temos vagas para todos aqueles que desejam realizar uma escola pública, porque não têm dinheiro para poder pagar uma universidade privada, vários deles se encontram num limbo, porque terminam o ensino médio e – com todo o respeito, eu vou falar – lamentavelmente, ainda neste país, se não tiverem boa aparência, nem vendedores de loja serão, porque essa é a realidade. Sem a qualificação, num mundo absolutamente globalizado, num mundo em que, hoje, nós temos a inteligência artificial batendo à nossa porta... Os professores não sabem o que fazer com Chat GPT. Nós não sabemos o que fazer com a evolução da tecnologia. As conexões neurais das crianças estão sendo modificadas pelo uso do celular com um ano de idade. Essa é a realidade a que nós devemos nos ater.

É óbvio que nenhum dos conselheiros estaduais e distrital bate palmas para que nós não tenhamos mais Geografia, não tenhamos mais História, não tenhamos mais Física ou Química – isso não é verdade. Agora, é necessário que nós comecemos a entregar um pouco do protagonismo ao estudante para que ele possa decidir qual o caminho que deve seguir, com orientação – essa eu acho que é uma das palavras fundamentais aqui.

Nós temos uma lei aprovada pelo Congresso Nacional em 2019, que deveria ter entrado plenamente em vigor em 2020, que trata da contratação de psicólogos e assistentes sociais na rede pública de ensino. Isso não aconteceu, Senadora! A quantidade de entes da República, de entes da Federação, sejam estados, sejam municípios, seja até mesmo a União, que têm psicólogos ou assistentes sociais nos seus quadros de profissionais dentro das escolas é ínfima. Deveria haver esse psicólogo lá para fazer a orientação vocacional, para fazer a interface entre a escola e talvez o mundo do trabalho, e ele não está lá.

As escolas privadas de alto nível, de alto custo podem ter o luxo de contratar esse profissional, porque a legislação não fala na contratação obrigatória pelas escolas privadas, fala na rede pública, e isso não vem acontecendo. Então, o melhor seria que esses alunos tivessem uma orientação vocacional, soubessem o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eles podem e qual é o seu desejo no mundo profissional. Não é que nós iremos indicar o que esse aluno vai fazer – isso é uma falácia, uma utopia, não é um desejo de ninguém –, mas que ele possa conhecer sua plena potencialidade e saber qual é o seu desejo para que a gente possa encaixar os dois, e isso com orientação profissional.

Por força disso, a gente tem uma série de desafios.

O Foncede recebeu convite do Ministro Camilo para integrar um grupo de trabalho que foi oficializado na Portaria 399 e já está realizando esse trabalho junto com o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação, junto com o Conselho Nacional de Educação, junto com o Fórum Nacional de Educação. Webinários vêm sendo realizados, audiências vêm sendo realizadas. Já fizemos uma audiência com os integrantes do Conselho Nacional de Educação e faremos uma audiência na semana que vem com mais de 50 conselheiros estaduais de educação que virão a Brasília para que o MEC possa ouvi-los. E nisso aqui eu faço um parêntese, Senadora: é fundamental – e não é um ataque pessoal; muito pelo contrário, é um pleito, é um apelo – que o Ministério da Educação ouça e converse com os sistemas.

Um dos grandes equívocos da educação brasileira – e isso vem se repetindo governo após governo, ano após ano – é que o MEC acha que pode tudo. O MEC pode muito, e deve poder muito, mas os sistemas estaduais e os sistemas municipais devem ser respeitados, devem ser ouvidos. Então, não é possível... Hoje nós temos 97% dos alunos do ensino médio sob as asas dos sistemas estaduais de ensino. E nós temos uma quantidade ainda considerável de redes municipais que têm ensino médio. Então, 3% do ensino médio encontram-se na mão da União, que são as ilhas de excelência dos institutos federais, com professores ganhando uma remuneração devida, uma remuneração justa, mas que o resto do magistério não recebe.

Então, por força disso, por mais que eu deseje – porque eu sou professor de uma universidade federal, e eu desejo – que aquilo seja o parâmetro da educação brasileira, ele não é. E nós não temos a curto prazo pelo menos uma resposta sobre de onde virá esse investimento, porque nós temos desdobramento sobre o ensino médio, temos um problema seríssimo com relação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO TONASSI SOUTO – ... e eu já me encaminho para o fim, à formação de professores. Nós precisamos investir na formação de professores e, por incrível que pareça, nós não somos ouvidos quando se trata, por exemplo, do magistério normal. Eu, que sou da educação – e aqui eles são da educação... Podem perguntar a qualquer professor um pouco mais antigo: onde você aprendeu a dar aula? Se ele fez o normal ou magistério, falará assim: "Eu aprendi no magistério normal. Eu tive complementação, eu tive aprimoramento acadêmico na academia, fazendo Pedagogia, mas eu aprendi no magistério normal". Então, há uma série de desdobramentos que, com o tempo necessário, se for possível, a gente está aqui para poder fazer.

Muito obrigado, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RICARDO TONASSI SOUTO – Então, para tentar finalizar, nós temos algo seríssimo, que é o investimento. Nós estamos discutindo agora, por exemplo, o piso salarial, o investimento...

E me desculpem a fala muito dura que eu vou realizar agora – e acabei de fazê-la também na Câmara: se temos problemas de corrupção neste país, é óbvio que também temos problemas de corrupção na esfera educacional. Um dos escaninhos que mais recebe dinheiro junto às prefeituras, aos governos estaduais e à União é a educação. Então, o apelo que eu faço aqui é que os órgãos de controle – o Ministério Público, o Tribunal de Contas – terminem com o "ai, ai, ai", essa é a verdade.

Então, nós recebemos, às vezes, informações – que permeiam o país inteiro – de gestores que não cumprem, por exemplo, o gasto constitucional com a educação e recebem recomendações de tribunais de contas. Desculpem-me: isso está equivocado. Tem previsão constitucional. Se não houve o gasto devido, tem que haver reprovação de contas. Mas isso vai se perpetuando época após época, ano após ano, e os gestores se acostumam com o fato de que não são devidamente punidos por não cumprir.

Então, nós gastamos muito em educação, ao contrário do que muita gente diz, mas também gastamos muito mal em educação. É necessário que se combata a malversação de dinheiro público na educação, no desvio de merenda, no desvio de material escolar, no desvio de livros didáticos. E aí, então, a gente vai poder falar, efetivamente, como se deve gastar o dinheiro da educação no Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a intervenção do Sr. Ricardo Tonassi Souto, aqui representando o Fórum Nacional de Conselhos Estaduais e Distrital de Educação, ao tempo em que também anuncio a presença da Senadora Professora Dorinha Seabra, que é a Relatora da nossa Subcomissão.

Duas coisas, Prof. Ricardo... Posso chamá-lo agora de professor. O senhor fez Normal Médio, igual a mim. (*Risos.*)

O SR. RICARDO TONASSI SOUTO – Na verdade, Senadora, não fiz. Minha mãe fez.

Eu sou do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, e tinha um movimento lá para acabar. Eu falei: no meu turno não, porque você vai criar problema com a minha mãe. Então, no Normal do Rio de Janeiro ninguém mexe por enquanto.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Quero destacar duas coisas. Primeiro, a necessidade de a gente sair da polarização que ocorreu na transição, e o que nós escrevemos no relatório está sendo cumprido. Tinha quem defendia o Revoga Nunca e quem defendia o Revoga Já.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que ambos são movimentos, como muito bem disse o senhor. O movimento do Revoga não é capaz de dizer que revoga, porque são instrumentos que precisam ser feitos, como muito bem disse o senhor, nas Casas Legislativas.

Por isso que nós chamamos esta Subcomissão, porque virá para o Senado – espero que venha –, assim como para a Câmara dos Deputados, e é bom que a gente já esteja devidamente apropriada do que pode vir a ser e com bastantes condições de interferir no processo, que é o que o senhor reivindica e com o que concordamos: diálogo.

A gente está dialogando em todos os cantos sobre o ensino médio, no Parlamento, nos conselhos; o MEC criou o GT, fez a recomposição do Fórum Nacional de Educação...

Eu também boto muita fé de que o diálogo é um instrumento, Professora, capaz de a gente produzir elementos importantes, porque estão envolvidos a academia, o movimento social, o movimento sindical, os gestores de todos os níveis – nós já ouvimos, inclusive, na nossa primeira audiência pública, todos os gestores, não é? –, os órgãos normativos, e eu acho que o saldo vai ser bastante positivo.

Então, sem mais delongas, eu passo a palavra agora para a nossa próxima convidada, a Sra. Maria Luiza Süssekind Veríssimo Cinelli, Vice-Presidente Sudeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped).

Quando a sineta toca, são os dez minutos iniciais. Em havendo necessidade, V. Sa. pode utilizar mais cinco.

A SRA. MARIA LUIZA SÜSSEKIND VERÍSSIMO CINELLI (Para expor.) – Certamente vou precisar, Senadora. Muito obrigada.

Em nome das pessoas associadas da Anped, eu dou meu boa-tarde a todas, "todes" e todos presentes aqui e nos assistindo virtualmente.

Para nós da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, o nosso papel é estar aqui para o debate, para contribuir com o que as pesquisas têm a dizer sobre a situação do ensino médio e, sobretudo, para garantir que a gestão da educação seja democrática e que as pessoas que estão envolvidas nessa reforma sejam sujeitos dos direitos da educação que a reforma envolve, e não objetos do discurso dos direitos da educação.

Eu vou pedir para colocar a minha apresentação.

Eu tenho participado deste debate há algum tempo. Vou passar rapidamente, nem vou parar no meu currículo. Eu resolvi trazer uma metáfora. Eu trouxe uma apresentação bastante grande, tenho resultados de uma pesquisa que nós vimos fazendo sobre – entre aspas – "a implantação dessa reforma". Eu tenho a colaboração da Profa. Ana Cláudia Rodrigues da Silva, da Universidade Federal da Paraíba, e da Profa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Miriam Fábia Alves, da Universidade Federal de Goiás. E é, então, com muita felicidade que eu trago esse material.

Eu fui professora do ensino médio durante 12 anos. Eu sou pesquisadora do campo do currículo há 20 anos e tenho certeza de que é por isso que estou aqui representando meus pares, tentando contribuir para o debate.

Eu vou tentar argumentar, Senadora, que, neste momento da reforma, tentando fazer uma metáfora sertaneja, a gente está fazendo um movimento de negar as aparências, disfarçar as evidências, mas a gente não pode enganar o nosso coração.

O material que eu trago é extenso e está acessível e público a todo mundo, através desse QR *code*. Vou deixá-lo público para que todo mundo possa consultar e fazer uso.

Vou começar dizendo que a gente nega as aparências quando não enfrenta o real problema do ensino médio, que ainda é de acesso e permanência. Depois, vou lembrar que a gente está enfrentando uma questão seriíssima de desigualdade da rede, desigualdade local, regional e nacional, quando a gente trata do que é o ensino médio. Vou chegar à conclusão de que o que a gente está falando é de uma redução da educação disfarçada de flexibilização.

Depois, vou argumentar que as experiências internacionais nos levam a disfarçar as evidências do que foi e do porquê foi abandonado esse modelo de ensino médio tanto na África do Sul quanto nos Estados Unidos, lembrando que, segundo o ordenamento jurídico legal da educação, essa reforma pode ser considerada, inclusive, um ataque, uma afronta e um desvio do que foi a LDB, fazendo parte de um conjunto de ataques de desfinanciamento e desvirtuamento do que era o pacto da educação pública que veio da Constituição Federal de 1988 e da LDB de 1996 e que prevê, por exemplo, a organicidade da educação básica nos seus 12 anos, e não o seu fracionamento. E vou chegar a um ponto mais grave que é a questão das condições da oferta.

Nesse sentido, eu vou lembrar que esse novo ensino médio cria experiências, cria áreas de interdisciplinaridade, como a discussão do projeto de vida, que não existem na realidade. As disciplinas existem, algumas há milênios, outras há centenas de anos. E, sim, existem experiências, certamente, de interdisciplinariedade no velho ensino médio que devem ser conhecidas e ouvidas. Nesse sentido, falo do que é currículo. E sobre a questão do Rio de Janeiro vou tentar dar foco, se houver tempo. Vou terminar argumentando que é importante lembrar que uma reforma curricular pode ser imaginada em um gabinete, pode ser feita por uma MP, por um projeto de lei, mas a gente está falando de uma comunidade escolar de quase 40 milhões de pessoas quando a gente fala do Sistema Nacional de Educação, e é preciso ouvi-los.

Vou terminar defendendo, mas vou começar propositalmente defendendo que a constituição dos currículos tem que ser feita com as comunidades, nas comunidades, com atenção aos direitos humanos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com gestão democrática. E, por isso, começo lembrando das ocupações estudantis que começaram a questionar a importância de ouvir as comunidades escolares quando se fala do ensino médio.

O número de matrículas do ensino médio já vinha caindo antes da pandemia, e os estudos comparativos mostram definitivamente uma relação mais correta entre abandono do ensino médio e crise econômica, desigualdade educacional e insegurança alimentar do que por problema do currículo. Nesse sentido, quando a gente fala do ensino médio e olha o percentual de matrículas, a gente está falando de uma rede que é quase exclusivamente estadual e pública. Por isso, é aqui que temos que prestar atenção. E estamos falando de uma totalidade de escolas e municípios que traz algumas questões assustadoras.

Vamos a elas.

Quase metade dos municípios só tem uma escola, e, dessas 2.661 escolas que são únicas em seus municípios, 735 têm menos de 15 professores, tornando-se impossível realizar uma proposta de três, quatro, cinco itinerários, como vem sendo desenhado nos estados. A gente está falando de 27 currículos diferentes.

No caso do Rio de Janeiro, temos algumas particularidades interessantes. Quero chamar a atenção para ali: os estudantes que vão fazer terminalidade integral no ensino inovador vão aprender línguas, ensino religioso, laboratório e ciências; os estudantes que vão ser esportistas vão fazer treinamento físico e dupla carreira. E aí eu já pergunto: como a gente pode dizer que a gente está adequando ao mercado de trabalho quando a gente já pressupõe que alguns vão ser vulnerabilizados, precarizados, tendo que ter dupla carreira? Do que a gente está falando?

Mas vamos a dados importantes. Por exemplo, eu vou pular o Estado do Rio, porque eu sei que eu estou com pouco tempo, mas lá não temos nenhuma escola com menos de 15 docentes. Mas, na Paraíba, 46 municípios têm escolas que têm menos de 10 docentes e mais da metade dos municípios possui uma única escola. Nas Alagoas, a situação é mais grave ainda; quando a gente fala da Bahia, a gente tem municípios que têm uma única escola e ficam a cinco horas de Salvador,

É importante a gente lembrar que a gente está falando de um ensino médio que já traz dados graves de distorção; não idade-série, mas idade-série, gênero, classe, região. Então, já existem populações cujo acesso é negado, e é isso que a gente precisa enfrentar.

Quando a gente fala da ideia de que os currículos vão garantir a redução da desigualdade social e da desigualdade educacional, a gente está falando de uma projeção muito complicada. Nós do campo do currículo sabemos que temos que tomar cuidado com esse modelo de reforma que vincula unificação curricular, materiais didáticos e testes externos e formação de professores como se fosse uma mesa de quatro pezinhos, onde tudo que se cria no cotidiano escolar é visto como desimportante. É bom lembrar que essa reforma nasce de um contexto conservador de ataques, padronização, desfinanciamento, controle do trabalho docente, controle da escola, com muitos ataques e riscos, que eu também não vou aprofundar aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente sabe, por estudos longos, que é um grande equívoco político e epistemológico dividir planejadores e executores quando se planeja, quando se pensa uma reforma curricular. E a gente sabe que o controle do currículo tem uma série de implicações seriíssimas, como greve, aposentadoria precoce, mas sobretudo a produção do docente como incapaz e a produção da escola como ruim porque é impossível controlar o que se aprende. E é um ataque ainda mais grave à base da formação.

E eu chamo a atenção para as experiências como a da África do Sul, onde chegaram a ter 19 currículos. A gente no momento tem mais ou menos 27 e já parece que temos cerca de 1,6 mil optativas, Senadora.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA LUIZA SÜSSEKIND VERÍSSIMO CINELLI – Estamos falando certamente de uma bomba de desigualdade, em que o que interessa é que se abra mão das decisões curriculares nos locais exatamente onde os currículos acontecem.

É bom lembrar que os testes padronizados são defendidos por muitos, mas, dentro do campo teórico da educação, eles são largamente questionados. E nós temos vários documentos na ANPEd que levantam muitos motivos para que a gente possa questionar a situação do ensino médio, e um importante motivo é esse.

É importante lembrar que, quando a gente está numa sociedade democrática, a inversão da equação da LDB, que é feita pela reforma, sujeitando a reforma às condições locais, não é um bom caminho. Ao contrário, é importante que a reforma avalie as condições locais antes de qualquer outra coisa.

Por isso, eu estou aqui para defender que o novo, o velho, o tal ensino médio, o ensino médio possível, não o ideal, isso não existe quando a gente trata de pesquisa em educação, Senadora, que ele seja pactuado junto com o que a gente deseja no Plano Nacional de Educação. Que a construção do Sistema Nacional de Educação seja retomada, porque é importante lembrar que professores, comunidades escolares, trabalhadores da educação são intelectuais, são profissionais intelectuais e criam conhecimentos nos seus locais, nos seus territórios.

Os currículos planejados, prescritos, mesmo quando maravilhosos, democraticamente construídos e planejados, digamos o currículo que é o sapatinho da Cinderela, o sapatinho de cristal, mesmo ele é sempre muito menor do que o que se cria no território como experiência vivida. E a gente sabe muito bem o que acontece quando se tenta reduzir ou controlar a experiência vivida.

Então, antes que vocês me perguntem o que vem para o lugar do ensino médio: o que os professores já sabem fazer, o que eles vêm fazendo e sobretudo a nossa responsabilidade de pensar que essa reforma precisa ir às redes, ouvir as comunidades, saber dos professores, dos gestores o que está acontecendo, o que está sendo produzido, o que é bom disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, eu queria chamar a atenção para aquilo que todos concordamos quando chamamos a atenção para experiências internacionais que denominamos serem de sucesso. Os pesquisadores da educação mais à esquerda e mais à direita, defensores do *accountability*, sempre vão concordar, vamos todos sempre concordar que remuneração adequada, qualificação planejada e coordenada e um professor para cada escola é a maneira de fazer currículo com sucesso e com qualidade.

Portanto, é hora de fazer isso e, sobretudo, Senadora, tomar muito cuidado para que não haja choque entre o que vem sendo implantado e o Enem, porque o risco é essa bomba de desigualdade, é disso que a gente está falando. A gente também está falando da possibilidade de um projeto de nação, em que esportistas, gestores, cientistas não estudaram alguma coisa, história, português... E é bom a gente pensar nisso. A quem interessa essa reforma? Eu tenho muitos dados sobre os contextos de influência e quem já vem tomando conta dessas escolas. A gente tem escolas, por exemplo, que são entregues à Fundação Xuxa Meneghel, a Burger King. A gente questiona não o interesse de colaborar com a educação, mas quem faz os currículos, quem gere esses currículos. A Peugeot Citroën ou nós, a partir da gestão democrática da educação brasileira, em parceria com as universidades, com as redes, com todas as instâncias, inclusive com o terceiro setor, inclusive com o setor privado?

É importante chamar a atenção a quem vem influenciando então essas políticas de educação, quem vem defendendo isso, quem vem construindo como consenso essa ideia de que o novo ensino médio é uma filantropia e vai ser bom para todo mundo. Os gráficos que mostram a construção não ouviram alguns setores da sociedade, é aí que a gente está deixando de lado as vozes locais, as vozes das comunidades.

Quero terminar, então, dizendo que não vamos enganar nosso coração mais, não é? Quando a gente olha, por exemplo, para um dado como esse, da Pnad Covid, Senadora e todos presentes, a gente mostra que quem chegou ao ensino superior teve três vezes mais chance de sobreviver do que quem não estava na escola. Então, quando a gente fala da educação pública, laica, gratuita para todas, "todes" e todos, a gente precisa pensar primeiro no que é escolaridade, o que é educação pública, o que é qualidade social da educação, antes de pensar em testes externos, padronizados, que supostamente criam inclusive a visão de que a educação pública é ruim.

É importante lembrar que, para se produzir essa aliança nefasta entre burocracia e morte, para que aconteça o que está acontecendo neste momento na Terra Yanomami, a gente está falando de currículo, a gente está falando de falta de currículos preguiçosos, que não querem conhecer a diversidade, a história deste país e as dívidas históricas que nós temos. E é em nome disso que a gente lembra que o território escolar é o território de luta contra esses epistemicídios, de luta contra a misoginia, o racismo e de defesa desses direitos.

Nós fomos surpreendidos pelo conservadorismo, nós tivemos muitos golpes na educação, que esse cronograma aí mostra como foi um tsunâmi em cima da educação. E eu tenho chamado a atenção então para essa arrogância de alguns acharem que podem determinar o que vai acontecer no chão da escola. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente que trabalha com educação sabe que se produz muito mais riqueza e que é preciso, ao pensar o que se está fazendo, não cometer um imenso equívoco político, epistemológico e pedagógico.

Essas reformas ferem a LDB; ferem os direitos da população brasileira; ferem a autonomia docente garantida na LDB; ferem o direito ao uso de concepções pedagógicas plurais; ferem o princípio da equidade, optando por uma falsa igualdade, ao oferecer a todos a mesma coisa em condições desiguais; ferem o direito de aprender, porque não dialogam com os sujeitos individuais nos seus territórios; e, portanto, ferem o interesse público.

Eu agradeço a oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigada, professora. Mesmo com a pressa, cumpriu rigorosamente o tempo estendido, não é? Agradeço as suas reflexões, sobretudo a que reivindica muito ouvir o chão da escola. Isso é o que nós estamos, também, muito preocupados em fazer.

Na primeira rodada, na primeira audiência pública, nós ouvimos do MEC, que esteve presente com três representações das suas secretarias diversas, essa mesma preocupação em relação ao Enem, uma justificativa que foi dada, inclusive, para a suspensão do cronograma para que a gente possa viabilizá-lo sem proporcionar mais desigualdades. Eu acho que essa é uma preocupação bastante pertinente.

Já dei a justificativa do Presidente do Conselho Nacional, que não pode comparecer.

Passo, então, a palavra, através de videoconferência, ao Prof. Luiz Fernandes Dourado, Diretor de Intercâmbio Institucional da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Ampae), também membro do Fórum Nacional de Educação.

Prof. Luiz Dourado, o senhor tem 10 minutos iniciais, havendo necessidade, mais 5 minutos de prorrogação.

O SR. LUIZ FERNANDES DOURADO (*Por videoconferência.*) – Perfeito. Certamente utilizarei a prorrogação.

Boa tarde a todos!

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nós não o estamos ouvindo bem. Deixe-me ajustar o som.

É aqui ou lá? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ FERNANDES DOURADO (*Por videoconferência*.) – Consegue me ouvir bem agora? (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ainda não. (*Pausa.*)

Fale um pouquinho para a gente ver se ajustou.

O SR. LUIZ FERNANDES DOURADO (*Por videoconferência*.) – Boa tarde. Melhor agora?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Melhorou um pouquinho, mas ainda não está muito...

O SR. LUIZ FERNANDES DOURADO (*Por videoconferência*.) – Muito nítido.

Eu consigo ouvir bem vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Melhorou um pouquinho, mas pode ficar melhor.

Desligaram? Aqui já está no máximo? (*Pausa.*)

Aqui nós já botamos no máximo.

Veja aí no seu aparelho.

O SR. LUIZ FERNANDES DOURADO (*Por videoconferência*.) – Aqui também está no máximo.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pronto, agora está bom.

Sigamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ FERNANDES DOURADO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Uma boa tarde a todos e todas!

Eu quero, inicialmente, agradecer à Senadora Teresa Leitão, Presidente da Subcomissão Temporária, o convite para participar desta sessão debatendo e avaliando o ensino médio no Brasil. Quero cumprimentar a Senadora Dorinha, Relatora desta Subcomissão, e também os demais Senadores e Senadores presentes. Quero cumprimentar também os convidados desta audiência, o Prof. Ricardo Tonassi Souto, a Prof. Maria Luiza Veríssimo Cinelli, da Anped, e saudar a equipe técnica e todos os que nos acompanham.

Quero dizer que a minha intervenção, também, busca trazer e recuperar estudos e pesquisas desenvolvidos por pesquisadores e apaeanos no campo educacional e também na interface da Anpae com outras entidades como Anped.

Fui bastante beneficiado pela exposição da Prof. Maria Luiza e aqui quero dizer que muitas dessas nossas entidades, hoje, compõem o Fórum Nacional de Educação que foi reconstituído democraticamente.

Entendo que é fundamental discutir o cenário dessas políticas de gestão, em particular sobre o ensino médio, avaliando os limites decorrentes da reforma do ensino médio e da materialização – o que muitos estudos sinalizam – fragmentada do chamado novo ensino médio.

Ressalto a importância de debates como este, e, nesse sentido, quero valorizar o esforço do Legislativo e também do Ministério da Educação, dos fóruns, do Fórum Nacional Popular de Educação, também do Fórum Nacional de Educação, que congrega o GT sobre o ensino médio, valorizando esses processos de consultas, audiências, diálogos, e, destacando, inclusive, este com o Parlamento, na medida em que são espaços que poderão, inclusive, resultar em medidas, inclusive legislativas, em direção à promoção de um ensino médio de qualidade e de inclusão dos jovens, de um real protagonismo estudantil.

Então, quero, como Anpae, que é a Associação Nacional de Política e Administração da Educação, sinalizar a nossa história e a nossa luta pelo exercício efetivo do direito à educação de qualidade para todos e todas ao longo da vida, alicerçado nos valores éticos da liberdade, da igualdade, da solidariedade, da justiça social, visando à promoção da educação e de uma qualidade de vida, portanto, sustentável na educação e na sociedade.

Bom, os dados que Maria Luiza trouxe, de alguns deles eu lançaria mão, então, não farei uso deles, mas vou me ancorar nos dados já apresentados.

Quero dizer que a discussão sobre as políticas de gestão da educação tem sido objeto de vários estudos e pesquisas no cenário nacional e no internacional. Destaco que se trata de temáticas com várias perspectivas, concepções e cenários complexos em disputa. Isso diz respeito também ao ensino médio, aos diferentes interesses, sujeitos e atores e contextos institucionais que demarcam a temática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A discussão sobre tais políticas, as políticas de gestão da educação em geral e do ensino médio em particular, articula-se com processos mais amplos, sem se circunscrever à dinâmica intraescolar. Mas, nesse contexto, é fundamental não se negligenciar, nesse percurso, a real importância do papel social da educação e, sobretudo, das instituições educativas, das escolas e dos processos relativos a organização, cultura e gestão, intrínsecos a elas.

Portanto, destaco que é fundamental não se perder de vista que o processo educativo é mediado pelo contexto sociocultural, pelas condições em que se efetiva o processo de formação ensino-aprendizagem e desenvolvimento, mas também pelos aspectos organizacionais e, consequentemente, pela dinâmica com que se constrói o projeto político-pedagógico em que se materializam os processos de organização e de gestão da educação – espera-se que articulado à garantia do acesso e de formação de estudantes, com garantia de qualidade socialmente referenciada.

A educação básica no Brasil foi redimensionada pela Emenda Constitucional 59, na medida em que ela alargou a abrangência que antes era restrita ao ensino fundamental e passou a ser a educação de 4 a 17 anos. A despeito desse importante avanço constitucional, a universalização não se efetivou, a universalização da educação básica, ainda que fosse reforçada nas três primeiras metas do Plano Nacional de Educação em consonância com a Emenda Constitucional 59, de 2009.

Se considerarmos as diversas etapas e modalidades que compõem a educação básica em seu processo de universalização, certamente identificaríamos o ensino médio como um dos maiores desafios para as políticas de gestão da educação no Brasil. O ensino médio, ratifico, historicamente secundarizado ao longo da trajetória da educação brasileira, foi e é uma das etapas cujos processos de regulação e gestão quase sempre se efetivaram de maneira autocrática e com pouca ou nenhuma participação de estudantes, professores e especialistas. Esforços raros foram efetivados na linha de participação. Eu destacaria aqui, como um ponto alto dessa discussão, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Resolução CNE/CEB nº 2, de 2012) e também alguns programas destinados à sua materialização, como o Ensino Médio Inovador.

A despeito desses esforços de participação e de calorosos debates que se delinearam no cenário brasileiro, tivemos recuos históricos sem precedentes. Após o golpe de 2016, a discussão foi secundarizada em função de políticas e de concepções distintas que, desconsiderando o esforço histórico de buscar avanços no ensino médio, propuseram uma reforma de ensino médio sem garantir a discussão necessária. E, aqui, eu quero dizer que a Anpae é favorável à revogação do ensino médio, mas está aqui em uma perspectiva de construir alternativas, e, quando o faz, entende que nós já tínhamos avançado muito face àquele ensino médio tradicional, que nenhum de nós defende.

Posto esse reparo, quero dizer que o rolo compressor da reforma efetivou-se à revelia da participação, por meio da edição, pelo Governo Federal, da Medida Provisória 746, de 2016, que visava, em tese, instituir a política, a implementação das escolas de ensino médio integral e dava outras providências. Como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resultado desse processo, que eu denomino excludente, a despeito de inúmeras manifestações e posições contrárias à MP, inclusive da Anpae, a reforma do ensino médio foi consubstanciada pela Lei 13.417, de 2017, alterando dispositivos da LDB, da Lei 11.494, de 1997, revogando a Lei 11.161, de 2005, e alterando o Decreto 5.452, e o Decreto 236, de 1967.

É importante situar que essa opção política optou por silenciar ou negligenciar diferentes vozes e proposições, com realce para a ausência de participação efetiva de estudantes, professores e especialistas das áreas. Ressalto, ainda, que todo esse cenário não pode também desconsiderar os esforços que foram desencadeados pelos poderes públicos estaduais e distrital.

Bom, ao adotar tal política excludente, o Governo Federal, principalmente, ignorou uma premissa básica para a materialização das políticas de gestão para o ensino médio. Ou seja, ao ignorar que a análise sobre os desafios para as políticas de gestão do ensino médio deveria envolver a reflexão sobre os embates, as concepções, a histórica inter-relação esfera pública e privada, as questões relativas a acesso e permanência social, e, sobretudo, a dívida histórica do Estado brasileiro com a democratização desse nível de ensino, o Governo optou por instituir uma reforma governamental, longe, portanto, de ser uma reforma de Estado, sem lastro e sem legitimidade, desconsiderando processos exitosos em curso, que são, a todo momento, secundarizados.

Bom, poderíamos continuar fazendo essas sinalizações, mas, em função do tempo, vou dizer que essa visão, que eu considero excludente e autoritária da reforma, ignorou muitos movimentos que estavam em curso, como as próprias diretrizes curriculares nacionais, que estavam em fase de implementação, Programa Ensino Médio Inovador, inclusive experiências de estados, além das experiências dos colégios de aplicação das universidades federais e dos institutos federais, secundarizando, em muitos casos, um conjunto de processos que poderiam auxiliar nesse avanço.

Para fins didáticos, quero situar que a reforma do ensino médio e a sua materialização fragmentada, entre outros, configurou-se como uma reforma centrada no currículo, que ignorou o diálogo federativo; uma reforma que secundarizou dimensões estruturantes, como infraestrutura física e pedagógica, formação de professores, planejamento e contratação de docentes. Uma resposta que, a despeito de ampliar a carga horária, paradoxalmente reduziu a carga horária da formação básica com diminuição de horas-aulas e, em muitos casos, com exclusão de disciplinas tradicionais, sobretudo, na área de humanidade.

Uma reforma que advoga a flexibilização curricular, sem delineamento de uma proposta pedagógica. Uma reforma que naturaliza a dicotomia ensino propedêutico e profissional sem contemplar a garantia de processos articulados. Uma reforma que sinaliza para a ampliação da jornada escolar sem definição de padrões de qualidade e negligenciando, entre outros, o estudante trabalhador, bem como a especificidades das modalidades educativas.

Uma reforma que não contempla o desenvolvimento pleno do estudante conforme preconiza a Constituição Federal e um conjunto de outros dispositivos. Uma reforma, portanto, que não contribuiu para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a garantia da unidade nacional articulada à diversidade. Uma reforma que apresenta diferentes níveis de implementação sem a garantia de apoio e articulação pelo próprio MEC.

Uma reforma que contribuiu e contribui para desvalorizar e desregulamentar a profissão docente com a adoção, entre outros, indiscriminada da figura do notório saber.

Uma reforma que flexibiliza o uso da educação à distância na educação básica e consequentemente no ensino médio. Uma reforma que sinaliza novas demandas sem um minucioso estudo analítico que produzisse proposições no tocante à infraestrutura, à formação, à alimentação escolar, às políticas de transporte entre outros.

Uma reforma que atua no sentido, dada a sua capilaridade de materialização absolutamente assimétrica, de ampliar a desigualdade entre escola pública e escola privada. Uma reforma que desconsidera a realidade de boa parte dos municípios, como apresentou a Maria Luiza, onde há apenas uma escola de ensino médio, ao propor e também não garantir os itinerários formativos.

Por fim, uma reforma, ao meu ver, que se desresponsabiliza de garantir condições para estimular o efetivo protagonismo juvenil, um dos princípios sinalizados e publicizados para legitimar essa reforma.

Então, penso que o cenário atual – agora vou fazer sinalizações – coloca uma grande questão: que concepções e proposições defendemos para garantir o ensino médio de qualidade para todos, num cenário de disputas de projetos que considero irreconciliáveis para essa etapa da educação básica?

É de se ressaltar os movimentos do MEC após as manifestações sociais, incluindo as manifestações estudantis, que avançam ao sinalizar a retomada do diálogo, a despeito de alguns limites metodológicos e político-pedagógicos de alguns instrumentos de consumo.

Mas sinalizo que é preciso avançar para além do instituído, e isso não significa, como dizem alguns defensores da reforma, a volta ao ensino médio fragmentado e disciplinar.

Nós já estávamos vivendo em várias unidades da federação uma outra proposição de ensino médio. Então, não é justo com aqueles que advogam as diretrizes curriculares nacionais do ensino médio dizer que a proposição da revogação está em contraposição a avançar no ensino médio. Queremos isso e não estamos aqui defendendo a volta ao ensino médio fragmentado e disciplinar.

A posição da Anpae de vários interlocutores no campo educacional é defender a revogação da reforma do ensino médio bem como propor a construção de uma política nacional para essa etapa da educação básica, que seja articulada às modalidades educativas e ao conjunto da educação básica por meio de ampla participação, visando a construção de política formativa histórico–crítica, que garanta uma articulação consistente entre formação geral e profissional e seus desdobramentos, não apenas no mundo do trabalho, mas no mundo do trabalho, da cidadania, da formação técnica universitária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É preciso, nesse contexto, considerar avanços regulatórios, como as diretrizes, recuperar experiências bem avaliadas pelos estados e municípios, algumas delas decorrentes do ensino médio inovador, entre outros.

De igual modo, é preciso compreender e recuperar propostas pedagógicas e experiências exitosas no campo da formação. Temos aí escolas de aplicação, os institutos federais, muitas redes estaduais, numa perspectiva de contribuir com a construção de uma política de estado para o ensino médio que expresse os preceitos constitucionais, especialmente aqueles presentes nos arts. 205 e 206 da Constituição Federal.

Nesse cenário, entendemos que uma política nacional de estado para o ensino médio deve ser ampla e articulada aos preceitos institucionais e, logo, não pode ser centrada somente no currículo. Essa política deve ser construída com ampla participação, envolvendo o estabelecimento de espaços tripartites, visando ao efetivo diálogo federativo, mas assegurando também a participação de estudantes, professores, especialistas e gestores.

Essa política deve garantir projetos formativos históricos críticos que possibilitem a formação integral do estudante, por meio da garantia de uma formação que é crítica, ética, estética, política e pedagógica e estejam articulados aí ao desenvolvimento da autonomia intelectual, à compreensão dos fundamentos científicos, técnicos e tecnológicos, prevendo a necessidade imperiosa de articulação à parte diversificada, contribuindo assim para a compreensão e transformação da natureza e da sociedade.

Tenho ainda mais três pontos.

Essa reforma política deve considerar as dimensões estruturantes das instituições educativas, infraestrutura física e pedagógica, formação de professores, contratação de docentes, gestão democrática, protagonismo estudantil, entre outros; assegurar carga horária compatível com a formação básica e suas áreas de conhecimento, bem como prover flexibilização curricular, articulada ao projeto formativo político e informativo, que supere a dicotômica relação ensino propedêutico e ensino profissional; prover as condições para a efetivação da educação de tempo integral, articular as garantias de padrões de qualidade, nunca negligenciando as especificidades das modalidades educativas e do estudante trabalhador, ao mesmo tempo em que garanta políticas de acesso e permanência e apoio estudantil.

É buscar superar a histórica desigualdade escola pública x escola privada, sobretudo por meio de apoio técnico e financeiro às instituições públicas; contribuir para a efetiva participação dos estudantes e para o seu protagonismo, não apenas para discurso do protagonismo juvenil; garantir ensino médio regular noturno, com projeto pedagógico adequado às condições dos trabalhadores. De igual modo, materializar as respectivas diretrizes e normas nacionais à educação especial, à educação do campo, à educação escolar indígena, à educação quilombola; à educação a pessoas em regime de internação e privação de liberdade.

Finalmente, uma política de Estado para o ensino médio deve se efetivar com a coordenação nacional do MEC em articulação com os entes federados, respeitando as suas respectivas autonomias, direcionada e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

visando à garantia do desenvolvimento pleno do estudante, superando o cenário atual de fragmentação. E para isso é fundamental buscar pactuar uma unidade nacional, unidade essa que não desconsidera a diversidade.

Tal formação básica e diversificada deverá se efetivar por meio de uma abordagem histórico-crítica e cidadã aliada a projetos de formação político-pedagógicos consistentes, que sejam expressão da articulação entre as dimensões da cidadania, do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura. Nesse sentindo, faz-se necessário nos debruçarmos sobre essas questões, e agora, considerando inclusive a tramitação de um PL no Congresso Nacional, desenvolver estudos no sentido de avançar na discussão do ensino médio.

Eu vou parando por aqui. Teria alguns apontamentos, mas em função do tempo, agradeço.

Em última análise, a proposição aqui da Anpae é que possamos avançar na construção de uma política de Estado para o ensino médio rompendo o dualismo estrutural entre formação propedêutica e formação profissional, e contribuindo efetivamente para um real protagonismo juvenil.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nós que agradecemos, professor. Se puder mandar o texto...

Está um eco, não está?

Nós agradecemos, Prof. Luiz Dourado. Se puder mandar o texto para nós, é importante. Quero destacar que esse aspecto final da sua fala tem sido reiteradamente colocado aqui. Vários convidados nos colocaram, Senadora Dorinha, a questão da carga horária, porque há um limite, atualmente, para a base – assim chamada –, um teto; e, ao mesmo tempo, como essa carga horária vai dialogar, no novo ensino médio, nas possíveis alterações, com a proposta recentemente lançada da extensão da jornada, com vistas à educação integral. Considerações sobre o ensino noturno, quilombola e indígena sempre estão sendo feitas por vários dos nossos convidados e convidadas, como a gente pode incluir isso nas nossas discussões e nas nossas deliberações.

Sobre o PL do qual o nosso professor falou, é de autoria de um grupo de Parlamentares, Deputados Federais. Foi inscrito, se não me engano, ontem, por Deputados da Federação Rede/PSOL para tramitação. A única notícia que nós temos é que ele já está depositado conforme as regras regimentais da Câmara dos Deputados.

Então, antes de a gente fazer as perguntas do e-Cidadania, claro, eu vou inicialmente passar a palavra para a nossa Senadora Relatora, a Professora Dorinha, e demais Senadores que porventura queiram se inscrever, para, em seguida, lançar as perguntas do e-Cidadania. Senadora Professora Dorinha, Relatora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Boa tarde, Sra. Presidente. Agradeço aos nossos convidados aqui presentes, ao Prof. Luiz Dourado, que foi meu professor, inclusive.

Eu começo sempre lamentando a ausência dos colegas, porque é um tema extramente caro. É necessário o debate. Nós temos aqui ainda um debate bastante acirrado de Senadores. Alguns acompanharam o desenho, a proposta da reforma. O desafio é colocado porque os sistemas se organizaram ou não se organizaram devidamente, alguns estados mais, outros menos. Quanto à própria produção de material didático, de livro didático, pelo próprio fluxo que nós temos em relação à produção dos livros didáticos, lógico, alguns movimentos foram feitos nos estados. Obviamente, estou falando dos estados porque a maioria da oferta do ensino médio é coordenada pelos estados. E o próprio Consed tem discutido o tema.

Eu tive oportunidade de ser Presidente do Consed há algum tempo.

Eu fiz parte de uma Comissão, em que eu acho que ficamos debatendo a reforma do ensino médio cerca de mais de dois anos na Câmara. E a gente não conseguiu avançar em votar um relatório. No meio disso, houve a apresentação da medida provisória. E todo desenho de uma reforma na natureza do ensino médio, numa medida provisória, sempre é muito ruim em virtude do tempo de maturação do debate, apesar da Comissão. Eu participava dessa Comissão na Câmara, de muitas reuniões, de audiências públicas.

Não é simples. O ensino médio é uma das etapas com maior desafio na educação básica e também na educação como um todo. Não é esse um fim. A gente não faz bolo nem asfalto, em que bastou colocar as misturas certas que tem um caminho. A gente tem uma série de construções.

Eu sou do Tocantins. A grande maioria das nossas cidades têm escola única. Em alguns casos, é a única escola que oferece; ou, então, é uma escola compartilhada, fundamental e ensino médio. E a gente acaba sempre...

Eu gostaria de ouvir.

A minha preocupação é, primeiro, nós somos muito procurados pelos secretários estaduais. E houve até uma manifestação tanto da Secretaria de Educação Básica do MEC quanto do próprio Ministro de que a reforma seria mantida.

E a reforma, de verdade, não foi revogada, até porque ela é fruto de uma legislação. E ela precisa ter um outro formato de revogação.

Ao mesmo tempo, acerca de alguns elementos do que está construído, estados e municípios se organizaram dentro desse processo de formação, principalmente estados e instituições. Eu acho que o debate é necessário, até porque a própria BNCC está em processo de implementação. Eu fui responsável, na época, pela emenda que colocou no texto a proposta da BNCC, que é um processo em construção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Haverá o ponto de entender: é preciso de uma nova reforma do ensino médio? A BNCC, com as suas diretrizes, e o espaço que é dado para cada sistema e para cada escola, podem dar conta? Que tipo de apoio técnico nós podemos contar no Ministério da Educação? De verdade, os sistemas ficaram numa situação de abandono em termos de formação de professores. A própria BNCC estava num processo de implementação e sofreu muito com a ausência dessa oferta de formação.

E eu coloco a questão de todo o material de suporte, livros didáticos, materiais que precisam ser colocados.

Então, a minha pergunta é se houve algum tipo de avanço no âmbito do Foncede, porque os conselhos estaduais trabalham nas regulamentações. Se tem algum documento produzido em relação à audiência, em relação aos estados, como é que os estados caminharam, quem caminhou, quem não caminhou, que tipo de desenho. Acho que tem elementos importantes, na época a gente ouviu muitas experiências apresentadas por institutos federais, por outras escolas que estavam lidando com o novo formato. Mas não é só mexer em carga horária, criar disciplina, tirar disciplina; a discussão, o desafio do ensino médio é muito mais amplo, com uma articulação com muito trabalho, a questão da cidadania, a questão da formação de professores, a gestão democrática e a estrutura das escolas, então saber se tem algum avanço em relação à posição do dado, do processo que foi colocado gradual para implantação, então se houve algum tipo de acompanhamento do Foncede, se vocês têm dados.

Tanto para a Anped quanto para a Anpae, que colocam elementos, acho que nós não discutimos os pontos que foram colocados, mas saber se houve algum avanço em relação também a esse debate com os sistemas, com as universidades, com as instituições que atuam na formação dos professores. Acho que com a grande maioria dos princípios colocados tanto aqui pelo Prof. Luiz Dourado quanto pela Profa. Maria Luiza nós concordamos plenamente, a necessidade de enxergar de que trajetória nós estamos falando, mas, ao mesmo tempo, reconhecendo a dificuldade dos sistemas que não têm tradição na formação profissional. O que quer dizer esse quinto itinerário e qual o número de maturação que ele consegue dar? Nós estamos voltando a um desenho da 5.692, com a ideia de formação que vai ser anunciada sem ser entregue, o que é muito grave porque nós temos realmente...

E aí eu reforço um ponto: nós temos um enorme desafio, o número de alunos no ensino médio tem caído não só pela questão demográfica, existe uma falta de interesse e também de diálogo entre a escola e os jovens. Em que medida a gente pode avançar em relação a essa construção? E, de igual forma, se a Anped e a Anpae têm participado desse... Tem elementos, lógico que a gente não vai esgotar hoje, mas, se houver alguma produção de texto, material, reflexão que possa ser enviado para acesso e nosso debate.

Logicamente, a Subcomissão, quando foi proposta pela Senadora Teresa Leitão, a gente não tinha nem parte do desenho que nós temos hoje em relação a questionamento, mas sim o grande incômodo e a necessidade de debate com os sistemas. Inclusive não precisa ter um caixote: nós estamos agora nesse caminho; há liberdade inclusive de ação dos sistemas das escolas, cada estado é autônomo. Nós temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regras diretivas e até onde elas podem ser revistas para não encaixotar nenhum estado e, ao mesmo tempo, sempre respeitando o que a gente tem de definição da própria BNCC, que tem um propósito de também guardar uma unidade, porque, na minha leitura, no Brasil, a gente avançou primeiro nas avaliações, na cobrança dos sistemas, sem avançar muito nas condições estruturais e de funcionamento das escolas. A gente cobra um aprendizado e um resultado num modelo de avaliação em que a maturação da própria BNCC ou de currículo vem muito depois, ainda está em processo de implantação.

Então, quero agradecer e me colocar à disposição para esse debate.

Queria pedir para ligar o ar porque agora a gente já ouviu o Luiz, não é? Acho que nós podemos...

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É verdade, Senadora. Muita obrigada pela sua intervenção.

Só quero esclarecer que todas as audiências estão sendo degravadas, até para facilitar o trabalho da relatoria, e nós temos uma consultora designada para nos acompanhar, a Issana. Ela hoje não veio porque está de licença médica, mas a gente pode contar com ela.

E a gente sempre está pedindo também aos convidados que estão apresentando documentos, Professora, que deixem os documentos também para consulta, que é uma das ações aprovadas pelo nosso plano de trabalho, consulta a documentos, consulta a pesquisas. E isso que a Senadora disse, conhecer as experiências exitosas *in loco*, conhecer as experiências que apresentam grau maior de dificuldade, apesar do esforço estadual – todos nós estamos ressaltando isso. A falta de uma coordenação federativa central não inibiu os estados, até porque tinham que fazer. Fizeram dentro das suas perspectivas, dentro das suas condições, mas fizeram. Então, essa análise e essa avaliação de experiências têm sido também muito citadas por todos nós e agora reforçada pela nossa Relatora.

Eu quero justificar – esqueci de fazê-lo – a ausência do Senador Izalci porque ele está em outra audiência desta Comissão de Educação mesmo, sobre educação inclusiva.

E antes de passar para os nossos convidados, vou fazer a leitura do que nos chegou pelo e-Cidadania, dois comentários.

Josianne Pantoja, do Amazonas: "Creio que o governo precisa ser mais rígido com os jovens no ensino, pois eles precisam entender de fato a importância dos estudos".

E Célia Regina, do Paraná: "[Na teoria] O ensino médio inovador [...] é muito relevante e as propostas são muito boas, mas é necessário cobrar mais a participação dos alunos".

E as perguntas, algumas delas até já respondidas na exposição inicial. Então, os nossos três palestrantes podem ficar à vontade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eduardo Witter, de Goiás: "Como ficará o ensino médio após a suspensão do novo ensino médio?".

Natacha Neukirchen, do Rio Grande do Sul: "Quais decisões estão sendo tomadas pensando realmente no aluno e na sua qualidade de ensino? Quais são os fundamentos em que se baseiam?".

Lucineide Alessandra, do Distrito Federal: "Em 2015 apresentou-se a primeira versão da BNCC [Base Nacional Comum Curricular]. Contribuições de congressos, seminário, debates levaram à versão atual. Por que não a implementar?".

Marcos Vinicius, do Rio de Janeiro: "Quais os principais pontos positivos e negativos do novo ensino médio?".

Então, vou fazer a devolução, inicialmente com cinco minutos, diante daquela nossa necessidade que eu expliquei, Senadora Dorinha, de que temos votação secreta hoje no Plenário, que se inicia logo mais, às 16h, mas sem pressão. O tempo é marcado, mas dentro do possível. Está certo?

Então, eu volto a palavra para o Prof. Ricardo Tonassi Souto, Presidente do Foncede.

O SR. RICARDO TONASSI SOUTO (Para expor.) – Obrigado, Senadora. Vou tentar começar pelos questionamentos da Senadora Dorinha, que pergunta se temos pesquisas ou elementos ou dados sobre como vem ocorrendo a implementação no Brasil. O Foncede não os possui, porque nós não tratamos diretamente da implementação, mas posso dizer das informações que recebi junto ao Consed. Dos 27 estados, 23 encontram-se na implementação no segundo ano, 2 encontram-se na implementação no primeiro ano, e 2 já fizeram a implementação no terceiro ano, completa. Então todos os estados iniciaram a implementação.

Todos os estados, com exceção da Bahia, fizeram a aprovação das suas diretrizes ao final de 2021, respeitando o que determinava a lei que modifica a LDB. A Bahia fez em meados de 2022, com um entendimento peculiar do conselho estadual de lá.

Então, nós temos a implementação absolutamente em curso, com todos os percalços que uma implementação desse nível tem.

Eu acho... Aqui nem foi mencionado, mas em vários fóruns de discussão se faz uma crítica muito contundente e acertada de terminologias absolutamente descabidas, como "como realizar um brigadeiro *gourmet*", "como fazer um boneco de palha". Eu acho isso, primeiro, um desacerto de quem propõe, se não contextualiza. Então, por exemplo, o Presidente do Consed, o Secretário Vitor, deu um exemplo do que ocorreu no Espírito Santo, de uma dessas disciplinas eletivas, porque costumeiramente o são, que falava do café. Ele falou assim, isso é o quê? É para aprender a fazer café? Não, é para ensinar as crianças a importância do café na economia regional, a *commodity* internacional que é o café. Então, assim, a terminologia solta, sem contextualização, parece que é algo absolutamente banal, que estamos gastando tempo dos profissionais e das crianças com algo que não deveria ser ensinado ou tratado ali.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É óbvio que existem exageros, eles devem ser corrigidos. Por isso, as secretarias de educação devem estar sempre presentes para saber o que está sendo apresentado aos seus alunos, mas fundamentalmente nós defendemos que o protagonismo esteja também na mão dos alunos. Que eles possam, dentro de um limite do razoável, escolher o que pretendem estudar. Então essa é uma defesa que o Foncede também faz.

Nós, quando crianças ou adolescentes – eu me refiro a nós de uma maneira geral –, sempre nos questionamos: "Para que é que eu vou aprender química se eu quero ser advogado?". Isso sempre existiu e sempre haverá. E por isso existe a formação geral básica naquele primeiro ano, em que você vai ter acesso a todas as disciplinas, e não que não vai ser ensinado, mas vai ser ensinado numa densidade menor, não é?

E aqui é necessário fazer também uma divisão. Muitas vezes, o ensino médio avança para a graduação. Eu, quando ensino matemática, ou quando se ensina matemática no ensino médio, não temos a pretensão de formar um matemático. Isso deve ser cabido a um curso de graduação. Dentro do ensino médio, são as bases, os elementos da ciência que devem ser apresentados aos alunos.

Então, quando foi mencionado aqui, pela Senadora Teresa, o projeto de lei que foi interposto ontem, é só para lembrar que todos os ataques... Acho razoável a discussão acadêmica respeitosa, o ataque às ideias, mas quero lembrar que a Câmara dos Deputados aprovou com mais do que o dobro de votos esse ensino médio que se encontra em vigor, e o Senado da República aprovou com mais de três vezes a quantidade de votos contrários. Então foi absolutamente democrático.

Se essa foi uma escolha acertada ou não, é o futuro que vai dizer, mas a gente não consegue fazer, pelo menos eu não consigo fazer exercícios de futurologia. A gente consegue olhar para trás e ver o que não funcionou, consegue olhar para experimentos em outros países, mas sempre...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO TONASSI SOUTO – ... e aqui caminho já para o meu minuto final, mas sempre respeitando as peculiaridades do país.

Eu, quando fui sugerir a quantidade de audiências junto ao grupo do MEC, sugeri 27 audiências, no mínimo, uma em cada estado da Federação e uma no Distrito Federal, por uma razão muito simples, Senadora Teresa, Senadora Professora Dorinha: nós temos sistemas absolutamente peculiares. O Estado de V. Exa. é um dos mais jovens da Federação, o Estado do Amazonas é o maior estado em dimensão territorial, o Estado do Rio de Janeiro tem áreas conflagradas pelo tráfico e pela milícia, o Estado de São Paulo possui um sistema com a maior quantidade de discentes do país, Roraima tem a maior quantidade de discentes indígenas.

Então, num olhar do Foncede, precisaríamos discutir... Já que tanto foi dito que o MEC não foi um farol para os demais, que fosse nesse momento. Não foi possível e, por força disso, estamos realizando audiências, por parte do MEC, obviamente – sempre lembrando que somos convidados nessa portaria –,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com cada um desses órgãos, Foncede, Consed, FNE e o Conselho Nacional de Educação, para que possam ser ouvidos e que esses ensinamentos, que esses debates possam ser levados a ponto dessa configuração do que é melhor e do que precisa ser ajeitado. Isso é fato. Acho que existe um consenso quando se sai da discussão de um ensino médio que não é esse que se encontra aqui, é um ensino médio pensado por muitos, mas precisamos melhorá-lo, isso é fato, isso, como tudo na vida, precisa ser melhorado, mas o que temos hoje para trabalharmos é o ensino médio aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pela Presidência da República.

Perdão, e com relação... Respondendo só à primeira: como ficará o ensino médio se houver a revogação? Ou vai haver uma previsão de repristinação, porque no direito brasileiro não ocorre, ou seja, quando se revoga uma lei, não vai voltar ao que era antes, salvo se a própria lei assim determinar. Então, ou vai haver um vácuo – eu não acredito absolutamente nisso, sequer acredito numa revogação... Mas, nós temos a possibilidade de o projeto ser aprovado e de termos esse ensino médio proposto agora.

Lembrando: o processo legislativo é um processo diferente do que tramita nos nossos corações. Muitas vezes, desejamos mudanças para o dia de ontem. É necessário debate, discussão, aprimoramento, lembrando sempre: muito foi investido nesse ensino médio que hoje se encontra, seja por parte do dinheiro público, seja por parte do dinheiro privado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Permita–me uma observação para defender meus colegas Deputados Federais à época? Foi feito um projeto de decreto legislativo, assinado por vários Deputados, contra a aprovação da maioria, porque na democracia a maioria ganha no voto, mas à minoria também é permitido se manifestar. Então, foi feito esse projeto, só que esse projeto não tramitou.

Em relação ao que virá, eu digo sempre, Professora Dorinha, nos versos de Drummond, já disse isso na reunião passada: as leis não são tudo, porque "Os lírios não nascem da lei". Então, a gente vai ter que buscar lírios para enfeitar essa nova lei.

Eu acredito que possa vir uma nova lei, ou esta atual ser alterada por outras normas, que não legislativas, do ponto de vista de passar pelo Congresso, mas, pelo menos, de autoria da alçada do Poder Executivo.

Tudo isso, Professor, virá do debate. Eu acho que essa reivindicação que todos fazem pelo debate é a melhor que tem, porque ele está ocorrendo.

Tudo isso que é levantado pelo Foncede tem base na realidade, sobretudo dos órgãos normativos, e será levado em consideração, mas, realmente, a gente tem que pegar as experiências de cada estado ou de todos os estados para poder fazer uma síntese que emane, de fato, do debate.

Muito obrigada por me ouvir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo agora a palavra para a Profa. Maria Luiza, por cinco minutos.

A SRA. MARIA LUIZA SÜSSEKIND VERÍSSIMO CINELLI (Para expor.) – Obrigada, Senadora.

Senadora Professora Dorinha, é um prazer ouvi-la. Eu concordo com sua explanação – e por ela agradeço –, sua contextualização sobre a questão que discutimos.

Eu gostaria de colocar que toda reforma educacional, toda política educacional, por melhor que seja, digamos a melhor política educacional, ao ser pensada, sempre vai incidir numa comunidade escolar e num corpo de professores e trabalhadores da educação que, provavelmente, foram formados em outros contextos e referências. Daí o fato de nós do campo do currículo e das políticas educacionais sermos sempre enfáticos na necessidade de que essas políticas sejam construídas com esses sujeitos que vão, de fato, colocar essas políticas em prática nos seus contextos de prática. Quando a gente usa a palavra implementação para se referir a currículos ou políticas educacionais, a gente corre o risco de simplificar um processo que é um processo humano – como você mesma colocou –, cujos resultados são, muitas vezes, intangíveis e de longo, médio prazo.

Então, é muito importante pensar que o tempo da política na Casa Legislativa, no contexto legislativo, às vezes é muito diferente do tempo de uma política educacional e, principalmente, de uma política curricular.

Eu acho que é nesse sentido que é importante a gente lembrar que ainda, neste país, estamos falando de uma maioria de professores que foram formados em instituições privadas, cujo desempenho e avaliação não apontam para instituições de grande qualidade na formação. Então, precisamos, quando falamos de reformas curriculares e de qualidade da educação pública, mais uma vez, precisamos pensar no Sistema Nacional de Educação, que se compõe da educação infantil, da creche à pós-graduação, e aí, sim, pensar no papel das universidades, dos institutos federais de formação inicial e continuada e permanente, porque, se somos redes de educação, estamos aí para funcionarmos em conjunto. E, para isso, temos uma série de estudos que mostram iniciativas de grande sucesso. Por exemplo, como o Pibid, política de amplo sucesso de qualificação docente para atuação no cotidiano escolar.

Então, temos, sim... No âmbito da ANPEd, estamos fazendo um grande recolhimento de artigos qualificados, de materiais discutidos, ao longo dos anos, nas nossas reuniões para encaminhar a esta Comissão. Agradeço, mais uma vez, por essa oportunidade. Estamos realizando cinco seminários também, presenciais e transmitidos ao vivo, em parceria com o MEC, o que nos felicita por duas razões. Primeiro, porque o papel da ANPEd, como o papel da Anpae, é contribuir com o debate. É problematizar, analisar, trazer dados científicos e, desse modo, contribuir.

Não temos uma reforma. Não temos um modelo de currículo. Não somos governo. Temos grandes contribuições, do alto dos nossos quarenta e poucos anos. A ANPEd é uma jovem senhora, a entidade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

então temos bastante relevância. E o campo do currículo, particularmente no Brasil, é um campo respeitado no mundo inteiro e nós pesquisadores do currículo queremos, sim, ser ouvidos.

Queremos lembrar que é impossível controlar os resultados do que se aprende, dado esse que faz com que a gente precise, como a própria Senadora colocou, avançar muito não só na questão das avaliações, mas também em todos os outros contextos que tocam a escola.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA LUIZA SÜSSEKIND VERÍSSIMO CINELLI – Nesse sentido, eu gostaria só de terminar chamando a atenção ao seguinte: é bom lembrar que, no meio dessa implantação de uma política, nós fomos atravessados por uma pandemia, uma tragédia mundial, que teve repercussões particulares no Brasil. É preciso lembrar que nossos dados de diagnóstico – a melhor política precisa de diagnóstico – são ruins desde 2019. Temos dificuldade com dados, com coleta, com armazenamento e tabulação. Então, é muito importante reconhecer isso quando falamos da educação, como é importante reconhecer os contextos locais e a gente se perguntar por que o ensino religioso passou a fazer parte do ensino médio no Rio de Janeiro, numa cidade onde 27% dos jovens deixa de ir à escola por medo do trajeto.

Essa é minha fala.

Eu agradeço os questionamentos, Senadoras.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu agradeço também a sua lembrança do Pibid.

Eu fui Presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do meu estado e nós tivemos a oportunidade de acompanhar o Pibid na implantação, professor, e, depois, nos tempos de dificuldades. Sabemos da importância que o Pibid tem para as licenciaturas, e, agora, felizmente as bolsas do Pibid também foram contempladas com esse reajuste, depois de dez anos sem reajustes. Isso é bom para a formação dos professores!

Com a palavra, agora, o nosso Prof. Luiz Dourado, para os seus cinco minutos de considerações conclusivas ou inconclusivas. (*Risos.*)

O SR. LUIZ FERNANDES DOURADO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Quero agradecer, quer dizer, é uma alegria ouvir a Senadora Dorinha, a Senadora Teresa, trazendo um conjunto de pontos que contextualiza essa complexidade da discussão do ensino médio no Brasil.

Eu quero dizer que nós avançamos. Acho que avançamos na medida em que estamos aqui, hoje, quer dizer, com uma perspectiva de retomada e de impulsionamento mesmo de discutirmos o ensino médio. Eu acho que essa centralidade colocada para o ensino médio, uma explicitação dos limites das proposições político-pedagógicas colocadas pela reforma, os limites da própria tramitação dessa reforma... Porque, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

políticas educacionais, a gente tem que discutir sempre muito, e eu tenho trabalhado muito nessa perspectiva, dizendo que a proposição de políticas não é linear à sua materialização.

No nosso caso, no caso da reforma – e a Senadora Dorinha também consubstanciou isso –, a sua tramitação foi bastante complicada, com pouca participação. Ainda que tenha tido a votação para a aprovação da reforma, quer dizer, há questionamentos, sim, quanto ao seu lastro e também sobre a sua legitimidade, sobretudo, se nós tivermos por norte, por eixo a perspectiva de uma formação cidadã para estudantes do ensino médio, a defesa, realmente, de um protagonismo juvenil, que é tão necessário, e a superação de uma questão histórica, no caso do ensino médio, que é o dualismo estrutural, na histórica dicotomia formação propedêutica e profissional.

O que a reforma faz? Na verdade, ela não equaciona essas questões – também não seria só um caso da reforma –, mas ela apresenta novas limitações.

Eu acho que o debate tem pontuado isso, tem permitido delinear essa fragilidade, e aqui eu quero dizer que eu respeito muito o esforço feito pelos entes estaduais e distrital, no sentido de, de fato, avançar na discussão do ensino médio. Mas é que a lógica da reforma se configurou mesmo pela fragmentação, pela minimização da formação geral, e nós estamos vendo pelos exemplos, inclusive os que foram citados aí pelo fórum de conselhos, quer dizer, guiou-se pela própria perspectiva de itinerários formativos, na absoluta contramão da autonomia e da formação emancipatória dos estudantes.

Quer dizer, em muitos casos, para além do brigadeiro e manuais de autoajuda, essa ênfase no empreendedorismo sem fundamentação histórica, enfim, por uma lógica de negação à formação histórico-crítica.

Acho que o primeiro elemento em que eu acho que a gente avança nessa discussão é retomar essa questão de uma formação histórico-crítica.

E aí eu digo: é retomar o art. 205 da Constituição Federal, o que ele preconiza em termos de formação, é considerar também os princípios do ensino presentes no art. 206, e é por isso que é preciso... E acho que neste momento nós estamos agora não apenas discutindo o ensino médio, mas nós também temos no Fórum Nacional de Educação outras instituições que são muito articuladas, como a formação de professores, inclusive, com o GTT no FNE e também com o GT no MEC, em que essas questões estão colocadas. Quer dizer, de como pensar a educação básica na sua complexidade, a especificidade do ensino médio, mas não descolar dessa especificidade do ensino médio, a realidade, incluindo, inclusive, a questão do estudante trabalhador, como potencializar.

Então, uma formação ampla, integral, inclusive, ampliando a perspectiva da jornada, mas ao mesmo tempo garantindo processos formativos que não excluam por natureza os estudantes, a educação de jovens e adultos, o estudante trabalhador e a educação de jovens e adultos, e que também considere, as demandas decorrentes...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ FERNANDES DOURADO (*Por videoconferência.*) – ... de um conjunto de situações e de questões contextuais, envolvendo as questões atinentes à educação especial, à educação no campo, escolar indígena, quilombolas.

Há, na verdade, um esforço muito grande de se fazer, que é de como pensar um projeto, e aí quero dizer que ratifico a defesa da educação integral, mas não qualquer educação integral, não é simplesmente ampliar a carga horária, é preciso discutir pedagogicamente esses processos formativos.

Então, eu penso que as nossas discussões, quer dizer, todo esse movimento... E aí eu acho que a eleição de um governo do campo democrático popular possibilitou a retomada dessas discussões, porque ela estava posta de uma maneira autoritária. E, é claro, nós estamos no momento desnudando um conjunto de limites e buscando alternativas.

E é por isso que eu quero uma vez mais enfatizar que essa alternativa passa, sim, por uma política de Estado para o ensino médio, que considere esses elementos que nós destacamos em nossa fala; que considere uma perspectiva ampla; que não se reduza somente à questão curricular, mas que seja construída num amplo diálogo federativo; que considere dimensões estruturantes como infraestrutura física e pedagógica, que estão bem ressaltadas pela Senadora Dorinha; a formação de professores; o planejamento e até a contratação de docentes para fazer face a um processo que seja esse de unidade na diversidade, que se apoie também numa flexibilização curricular, mas pautada num projeto político-pedagógico emancipatório.

É possível pensar nisso, e acho que o debate ganha na medida em que nós estamos hoje colocando o ensino médio numa grande centralidade. Isso se faz necessário inclusive em decorrência da Emenda Constitucional 59, de 2009, que ampliou a educação básica obrigatória e sinalizou a sua universalização até 2016, de 4 a 17 anos.

Então, nós temos aí uma dívida histórica. É preciso que esse ensino médio seja um espaço, quer dizer, que avance mesmo no estímulo ao protagonismo juvenil e não apenas que assuma esse discurso, mas que esteja articulado com esse processo amplo, com essa construção político-pedagógica.

Esta é a posição da Anpae e do conjunto das nossas entidades.

Eu quero uma vez mais agradecer o convite para estar aqui e dizer que temos, na medida do possível, contribuído.

Nesse meu texto que utilizei hoje para a fala, eu farei pequenos ajustes e encaminharei para o Senado Federal, tanto para a Comissão como para a divulgação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço – e cumprimento-as –, uma vez mais, às Senadoras Teresa Leitão e Dorinha pelo trabalho feito, em face a essa Subcomissão Temporária que tem uma discussão fundamental, que é debater e avaliar o ensino médio no Brasil.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Nós que agradecemos, Prof. Luiz Dourado, a sua participação, a lembrança de que finalmente, quando nós incluímos a educação apenas em dois níveis na LDB, básico e superior, foi com essa intenção, Professora Dorinha, de que um dia a educação básica fosse obrigatória e universal, e o ensino médio sempre ficou ali, naquele limbo. E, agora, eu acho que a gente, botando na centralidade esse debate, já que está como obrigatória, a gente ampliou inclusive o nível da obrigatoriedade, de 7 para 14, depois puxamos mais para baixo, até que, finalmente, o dia vai chegar. Quem sonha sabe disso, o dia vai chegar em que a educação básica será obrigatória, universal e acessível, portanto, para todos e para todas.

Eu quero agradecer muito a participação de todos e a observação no tempo que eu pedi logo no início. Eu acho que o tempo deu para a gente refletir, até porque serão vários momentos de debates.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço, como já fiz, e declaro encerrada esta reunião.

A nossa próxima audiência será daqui a 15 dias com novos convidados.

Muito obrigada a todos e a todas.

(*Iniciada às 14 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 50 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER E AVALIAR O ENSINO MÉDIO NO BRASIL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REMOTA.

Às quatorze horas e dezoito minutos do dia trinta e um de maio de dois mil e vinte e três, no Remota, sob a Presidência da Senadora Professora Dorinha Seabra, reúne-se a Subcomissão Temporária para debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil com a presença dos Senadores Izalci Lucas, Teresa Leitão, Augusta Brito e Astronauta Marcos Pontes, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Flávio Arns, Zenaide Maia, Angelo Coronel, Mecias de Jesus, Ciro Nogueira, Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad e Leila Barros, não-membros da comissão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 5/2023 - CE, de autoria Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Finalidade:** Debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil. **Participantes:** Sra. Fernanda Antônia da Fonseca Sobral, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC); Sra. Monica Ribeiro da Silva, Professora Titular da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Coordenadora do Observatório do Ensino Médio; Sr. José Ricardo Diniz, Representante da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen); Sr. Ivan Claudio Pereira Siqueira, Professor Doutor da Universidade Federal da Bahia (UFBA) (representante de: Movimento pela Base); e Sr. Gabriel Barreto Corrêa, Diretor de Políticas Públicas do Movimento Todos pela Educação. **Resultado:** Audiência Pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento da Subcomissão Temporária para debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil n° 2, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 74, I, do Regimento Interno do Senado Federal, Inclusão, no Plano de Trabalho da Subcomissão Temporária para “debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil, seus desafios e perspectivas” (CEENSINO), aprovado em 10 de maio de 2023, a seguinte atividade: Aplicação de formulários eletrônicos para a coleta de dados para a realização de uma avaliação do Novo Ensino Médio, instituído pela Lei nº 13.415/2017, junto às autoridades que serão ouvidas pela CEENSINO." **Autoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Professora Dorinha Seabra
Presidente Eventual da Subcomissão Temporária para debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/05/31

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos. Agradeço o comparecimento de todos. Boa tarde.

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Subcomissão Temporária para Debater e Avaliar o Ensino Médio no Brasil da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 31 de maio.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater e avaliar o ensino médio no Brasil, em atenção ao Requerimento nº 5, de 2023, de autoria da Sra. Senadora Teresa Leitão.

Participam desta audiência de forma remota: a Sra. Fernanda Antônia da Fonseca Sobral, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); a Sra. Monica Ribeiro da Silva, Professora Titular da Universidade Federal do Paraná e Coordenadora do Observatório do Ensino Médio; o Sr. José Ricardo Diniz, representante da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen); o Sr. Ivan Pereira Siqueira, Professor Doutor da Universidade Federal da Bahia (UFBA); e o Sr. Gabriel Barreto Corrêa, Diretor de Políticas Públicas do Movimento Todos pela Educação.

Antes de passar a palavra a todos os convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo de todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco minutos. E, ao fim de todas as exposições, a palavra será concedida a algum Parlamentar que esteja acompanhando a sessão, se houver. E depois serão as perguntas recebidas pelo e-Cidadania. Depois, eu volto a todos os participantes para suas respostas e considerações finais

Com a palavra, a Sra. Fernanda Antônia da Fonseca Sobral, Vice-Presidente da SBPC, pelo tempo de dez minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. FERNANDA ANTÔNIA DA FONSECA SOBRAL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todas e todos.

Eu gostaria, primeiro, de agradecer à Senadora este espaço para discutirmos abertamente a reforma do ensino médio, e imagino que com posições diferentes, isso é bom na democracia, para depois se chegar a um possível consenso ou a uma possível posição.

Primeiro, eu gostaria de dizer que a SBPC... Eu estou aqui representando a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que tem 75 anos de existência na luta por educação, ciência e tecnologia, direitos humanos, etc. E, em julho de 2018, a Assembleia Geral dos Sócios da SBPC fez uma moção sobre a lei da reforma universitária, já naquela ocasião. Eu não vou ler tudo, mas vou dar alguns *flashes* dessa Assembleia dos Sócios:

> [...] considerando que a Reforma de Ensino Médio e a BNCC a ela articulada têm características excludentes e que podem levar a um aprofundamento das desigualdades sociais, ao contrário do exposto em propagandas oficiais;
> que a Educação Pública [...] necessita de significativos aportes financeiros advindos do setor público;
> que o Plano Nacional de Educação (PNE -2014-2024), ainda que tenha excluído [alguns] pontos [...], como as questões étnico-raciais e de gênero, constitui [no entanto] um importante aporte à Educação Pública Brasileira [...];
> que o PNE [...] tem tido suas metas sistematicamente descumpridas pelo governo, propõe:
> – A revogação da Lei no 13.415, [que é] da Reforma do Ensino Médio, e um debate amplo e necessário sobre a reestruturação do Ensino Médio, com a participação de todos os setores envolvidos [que é o que está acontecendo agora, na realidade];
> – A devolução [outra proposta] da BNCC do ensino médio ao MEC para uma reavaliação de sua estrutura e conteúdo, que deve ser feita com a participação dos setores envolvidos, aí incluídas as entidades científicas;
> – O posicionamento [também] claro do governo em relação ao PNE 2014-2024, no sentido de garantir as suas 20 metas e buscando a incorporação das questões étnico-raciais e de gênero.

Isso foi lá em 2018.

Agora, recentemente, nós temos uma publicação diária, que é o *JC Notícias* no *site* do *Jornal da Ciência*, que toda sexta-feira tem uma edição especial. Escolhe-se um tema e procuram-se artigos relacionados a esse tema.

No dia 17 de março, teve uma edição especial, com vários artigos – uns favoráveis à reforma; outros, não. E o editorial do nosso Presidente, que é o Renato Janine Ribeiro – não vou ler tudo –, aponta que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Desde o começo, houve erros na reforma do ensino médio. Foi baixada por medida provisória, instrumento que produz efeitos imediatos, quando tinha sido discutida ao longo de [vários] anos e merecia uma tramitação mais segura [...] [também, segundo esse editorial] veio com promessas inexequíveis. [...]
> A ideia inicial da reforma era melhorar o ensino médio, que, com 13 disciplinas ou matérias (o nome usado [na reforma, como todos sabem] é "componentes curriculares"), acabava sendo muito pesado, até porque muitos alunos não se interessavam por várias delas. [...] [embora seja adequado] melhorar a articulação interdisciplinar dos componentes, o que obviamente não é fácil, mas traria resultados bons [...].
> Mas, na verdade, me parece que a preocupação com a reforma estava em aumentar a qualificação profissional dos jovens brasileiros [...].
> A matriz que se propôs foi tomar cada uma das quatro áreas do ENEM e vitaminá-las. O aluno, no ensino médio, escolheria a preponderância de Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas ou Linguagens, cada uma acrescentada por "e suas Tecnologias". [...] Obviamente, isso significaria mais aulas na área preferida, e menos nas demais áreas. Uns teriam poucas ciências, outros [...] teriam [pouca] História, por exemplo.
> Mas aqui vêm dois problemas. Qual o papel de cada componente? Entendo que História, como Filosofia, Sociologia e Literatura, são decisivos na formação da pessoa. É aí que se pode entender a formação do país, o conjunto dos direitos humanos, o beabá da política, sem os quais ninguém será um cidadão, aliás nem mesmo uma pessoa, bem formado(a). Reduzir tais aulas não forma melhor o jovem. Talvez aqui houvesse uma confusão entre formar e treinar. Educação é formação, não é treinamento.

Outra questão, outra promessa que se considerou que não foi cumprida é que se dizia nos comerciais, era alardeado que cada aluno seguiria seu itinerário próprio. E segue:

> E ainda: dado o aumento que haveria de componentes, teriam as escolas salas para isso? Teriam professores? Ou, como é constantemente relatado, cada professor acumularia aulas como penduricalhos?
> Queixam-se os alunos do pequeno número de aulas de Português e Matemática, por exemplo. Não há justificativa para isso. [...] Como vimos, foi um erro na concepção, na comunicação e na execução.

Agora, finalmente, eu acho que eu ainda tenho cinco minutos, imagino, tem que se pensar que a reforma do ensino médio aconteceu num contexto de contenção de gastos sociais, como determinado pela Emenda Constitucional 95. Bem, a nova redação também do art. 36 da LDB é, de certa forma, excludente, pois não obriga os estabelecimentos a ofertarem todos os itinerários formativos. Por isso, milhões de estudantes que optariam por determinados itinerários, por exemplo, seja de Ciências da Natureza ou seja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Ciências Sociais, nas quais, muitas vezes, a falta de professores é crônica, sobretudo nas Ciências Naturais, não há interesse do poder público em oferecê-los.

Para que a reforma desse certo, seria vital que as escolas públicas de ensino médio pudessem melhorar sua infraestrutura e também que contratassem mais professores para suprir as demandas colocadas nos múltiplos itinerários formativos. Bem, mas para melhorar a infraestrutura das escolas do ensino médio – lembrem-se de que apenas 10% dessas escolas têm laboratório de ciências –, seria necessário um investimento grande, que era proibido pela Emenda Constitucional 95.

A reforma também possibilitou a ampliação da carga horária de 2,4 mil para 3 mil horas; dessas 3 mil, 1,2 mil para os itinerários formativos e 1,8 mil para o núcleo comum. Note que há uma redução na formação básica: de 2,4 mil para 1,8 mil horas. A BNCC determina que apenas Português e Matemática sejam conteúdos obrigatórios no ensino médio. Além disso, são previstas a oferta das disciplinas eletivas que comporão os itinerários formativos.

Mas o que está acontecendo na prática? É isso que eu queria evidenciar. Um levantamento feito pelo jornal *O Globo*, feito agora em maio, com base nas matrizes curriculares de todas as redes estaduais, revelou que as Ciências da Natureza e Humanas foram as que mais encolheram na formação geral básica; Física, História e Química tiveram cortes de 36% do tempo de aula obrigatório. Na prática, professores de Química, Física, Geografia e História, com carga horária reduzida, estão sendo obrigados a completar essa carga horária com itinerários ou com disciplinas eletivas que não têm nada a ver com a sua formação.

Mesmo português e matemática tiveram um corte de 25%; portanto, na prática, a reforma diminui a qualidade de ensino das escolas públicas, o que vai aumentar ainda mais o fosso que separa a população que frequenta as escolas privadas – menos de 10% dos estudantes do ensino médio – da grande maioria que frequenta a escola pública.

O que farão as escolas privadas? Conforme ficou estabelecido, elas poderão resolver, ofertando um único itinerário formativo, que contemple todas as quatro áreas de conhecimento. Portanto, esse estudante não vai ficar prejudicado nas suas aspirações, pode prosseguir os estudos na universidade. Vocês lembram quando aconteceu a lei da profissionalização do ensino médio. É uma coisa diferente, mas o problema voltou de uma certa forma.

O que acontecerá com os estudantes da escola pública? Nesse caso, podemos recorrer a um estudo realizado pela Rede Escola Pública e Universidade (Repu) divulgado em junho de 2022, que afirma que o novo ensino médio, implementado pioneiramente pelo Estado de São Paulo, aumentou desigualdades na rede, ampliando a carga horária pela educação a distância, distribuindo desigualmente as oportunidades de escolha e padecendo de falta de professores, substituídos, muitas vezes, por aulas em vídeo.

O que a gente não gostaria que acontecesse é o esvaziamento das disciplinas e sua substituição por matérias que não acrescentam nada à formação do jovem, e, além disso, submeter os professores... Eu sou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D244BD240055B34B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma pessoa que defendo a formação interdisciplinar. Quanto mais o nível for alto – sobretudo de ensino superior, pós-graduação – muito mais eu defendo, mas os professores tiveram formação disciplinar. Então, tem que se pensar também na formação dos professores neste sentido, pois, muitas vezes, eles têm que complementar as suas horas-aulas com matérias em que eles não têm formação e que avançam um pouco além do senso comum, justamente por conta da diminuição de suas cargas horárias naquelas disciplinas em que foram formados.

Então, eu gostaria de dizer que a questão, não sei nem se é rejeitar ou revisar essa reforma que está aí, mas eu acho que nós não podemos, com a reforma, aumentar as desigualdades sociais. Este é o ponto fundamental que eu gostaria de trazer.

Obrigada a todos e a todas.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Por videoconferência*.) – Eu agradeço a exposição da Sra. Fernanda, fazendo a fala em nome da SBPC. Agradeço em nome da nossa Presidente, a Senadora Teresa Leitão. Eu estou na relatoria; ao final de todas as exposições, vou fazer as minhas considerações, mas muito obrigada pelas contribuições, sugestões e grandes preocupações apresentadas.

Eu passo em seguida a palavra para a Sra. Monica Ribeiro da Silva, Professora Titular da Universidade Federal do Paraná e coordenadora do Observatório do Ensino Médio, pelo tempo já definido regimentalmente de dez minutos e, se necessário, uma prorrogação de cinco minutos.

A SRA. MONICA RIBEIRO DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá! Vocês me ouvem bem? (*Pausa.*)

Então, primeiro, muito boa tarde! Quero dizer, assim, que estou muito feliz de encontrá-la, Profa. Dorinha, porque há dez anos, lá em 2013, nós pudemos traçar algumas interlocuções, algumas conversas quando do Projeto de Lei 6.840, e, ainda que a gente, às vezes, nem sempre concordasse, sabe do meu carinho e admiração pelo seu trabalho. Eu quero reiterar isso neste momento em que está presidindo esta nossa sessão. E boa tarde aos colegas todos que fazem parte hoje deste debate.

Novamente estamos às voltas com a discussão sobre ensino médio. Para alguns, ela entra na pauta mais recentemente; para outros, como é o meu caso... sou pesquisadora do campo de ensino médio há 35 anos e coordeno um grupo de pesquisa, que é o Observatório do Ensino Médio, da UFPR, e uma rede nacional de pesquisadores, a rede EMpesquisa, que compõe o Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio, compondo 23 grupos de pesquisa que têm acompanhado a implementação do novo ensino médio desde, na verdade, a aprovação da lei e da medida provisória lá em 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu convido, para, além desse tempo de agora, quem quiser conhecer um pouco das pesquisas, são teses, dissertações, dissertações de mestrado, livros, artigos, documentários... Fica aí o convite para conhecer um pouco das preocupações do nosso grupo e da rede também.

Mas começo dizendo que o que nós temos, como interesse no campo de estudos e de produção do conhecimento, é, sobretudo, o ensino médio da escola pública. É sobre isso que nós nos debruçamos por uma razão bastante fácil de entender. Hoje, 85% da matrícula do ensino médio no Brasil está nas redes estaduais; 3% na rede federal e 11% na rede privada, e, dadas as condições de profundas desigualdades de acesso, de permanência e conclusão, as nossas preocupações se debruçam sobre os jovens que estão na escola pública: hoje, algo em torno, nas redes estaduais, de 6,6 milhões de estudantes. Esse é o nosso foco.

E nós temos também como preocupação entender o processo de produção das desigualdades sociais e educacionais que atingem essa população do ensino médio, porque, ao longo do século XX, o ensino médio era o que a gente chamava – eu já estudava isso – de ensino para poucos, de o patinho feio da educação no Brasil. Era assim que a literatura... um ensino dual, porque ele tinha mesmo uma marca de dualidade, ele separava o ensino propedêutico, que era para poucos, e o ensino técnico profissional, que também era para poucos.

O Brasil termina o Século XX com algo em torno de 3 milhões de matrículas. Isso dava menos de um quarto da população de 15 a 17 anos, menos de 25%. E a gente só começa a fazer uma inclusão importante da juventude brasileira no ensino médio, de 1993 para cá.

A gente salta de 3 milhões de matrículas, para 9 milhões de matrículas, em 2004. E depois começa a decair. A gente que acompanha sabe. Hoje são 7,7 milhões, mas a gente continua fazendo inclusão de meninos e meninas de 15 a 17. A matrícula absoluta diminui porque diminui a faixa etária acima dos 18.

Agora, mesmo essa inclusão, tão importante, que é uma inclusão territorial; por exemplo, a região Norte, muito mais tardiamente, passa a incluir os jovens na escola, na etapa do ensino médio. Isso é diferente na região Sul e Sudeste, em que essa inclusão já vinha sendo feita há mais tempo. Ela é uma inclusão, em números absolutos, muito importante, mas é desigual internamente. Essa inclusão tem a marca das desigualdades sociais; tem a marca da desigualdade racial, na permanência, na conclusão e no acesso; tem a marca da desigualdade socioeconômica... Então, é uma inclusão importante, mas é carregada de elementos que fazem com que a discussão do ensino médio no Brasil receba a atenção que está recebendo agora, mas também receba um conjunto de perspectivas distintas de olhar para o ensino médio. Acho que é isso que nós estamos debatendo.

Eu também chamaria a atenção para os problemas estruturais que permanecem. Por exemplo, a questão do subfinanciamento. Olha só, vira e mexe a gente ouve alguém dizer assim, vocês todos daqui com certeza já ouviram: "Nós temos que olhar para o modelo do ensino médio na Alemanha, porque lá se profissionaliza...". A Alemanha investe, no mínimo, R$32 mil/ano por aluno. O Custo Aluno do ensino

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

médio no Brasil é de R$8 mil reais hoje. Ou seja, como é que a gente quer copiar modelos estrangeiros com o subfinanciamento? A profissionalização na Alemanha, que é um formato muito interessante, não é esse itinerário técnico do novo ensino médio aqui, que pode ser cursado, inclusive, em cursinhos de curta duração, como está nas diretrizes do Conselho Nacional de Educação.

Não se profissionaliza fazendo cursinhos FIC de qualificação, com certificação intermediária. Isso não habilita para o trabalho. E esse modelo... E alguns chamam... O novo ensino médio é profissionalizante? Não, ele não é profissionalizante. Sequer, chega a ser profissionalizante. Essa é a situação em que se encontra esse jovem que está na escola pública.

Mas eu gostaria de chamar a atenção para alguns aspectos. O tema é o ensino médio, mas o ensino médio em face, do novo, do chamado novo ensino médio, da Lei 13.415. Então, eu começaria, além desses problemas estruturais, do subfinanciamento, da ampliação seguida de desigualdades, também pela elevada evasão e pelo abandono, que ainda marcam o ensino médio no Brasil – a cada ano, em torno de 500 mil estudantes não chegam a concluir o ano, e isso significa problemas de todas as ordens, não apenas problemas curriculares... Não é suficiente pensar uma mudança no ensino médio no Brasil, enquanto política pública, só fazendo uma mudança curricular. Nós precisamos pensar as políticas de acesso e permanência, as políticas de condição e trabalho docente.

O novo ensino médio incide de forma muito ruim sobre a docência. Não sei se a Profa. Fernanda já disse agora alguns desses aspectos. E as pesquisas que gente tem, na rede nacional em pesquisa, mostram situações gravíssimas de intensificação do esforço docente, que vai incidir negativamente sobre a qualidade, sobre o resultado. Então, se a questão era melhorar, mudar, inclusive, o ensino médio para melhorar o desempenho, o que nós vamos ter é o oposto disso. Lamento dizer, mas todos os indicadores levam a isso.

Nós temos vários problemas de implementação, alguns já foram mencionados aqui, mas eu gostaria de destacar a posição que a gente vem defendendo nas outras audiências públicas. E quando eu falo "a gente", eu falo porque a gente discute no âmbito do Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio, da rede nacional EMpesquisa. Então, não falo apenas com a minha percepção, mas represento aqui o grupo de pesquisa ao qual eu pertenço e também as redes, ANPEd, rede de pesquisas com as quais eu tenho relações como pesquisadora. E o que nós temos defendido é que a questão do novo ensino médio...

Eu pus num cronômetro aqui para a gente, mas não estou achando-o, esbarrei e acabei perdendo. Já está aqui.

Trata-se, sobretudo, de problemas de concepção na origem da lei – na origem. Por exemplo, num país de grandes desigualdades educacionais e sociais, como o nosso, reduzir a formação geral básica de 2,4 mil horas para o máximo de 1,8 mil horas foi absurdo, porque para muitos dos nossos jovens o ensino médio é a etapa final da sua escolarização, de toda a sua vida escolar. Hoje, de todas as pessoas que terminam o ensino médio, apenas 16% vão ter um banco de ensino superior, incluindo ensino superior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

público e privado, à distância e presencial. E 84% da nossa juventude não continuará estudando. Então, a etapa final da educação básica é a etapa conclusiva da sua vida escolar. Como é que a gente reduz o acesso à ciência? Como é que a gente reduz o acesso à arte, à cultura, a uma formação humanística, científica? O novo ensino médio fez isso e já propunha isso lá na lei. Lá na lei, a gente já apontava que isso seria um equívoco. A divisão do restante da carga horária em itinerários nós também já falávamos, lá em 2016, que ela aumentaria as desigualdades. Tem textos escritos sobre isso, tem manifestos das entidades científicas falando isso, porque, primeiro, a gente já sabia que as escolas públicas não teriam condições sequer estruturais de oferecer dois, três, quatro, cinco itinerários. A implementação está comprovando isso. Os dados já mostram. Não tem escolha. Os estudantes não estão escolhendo.

E, assim, eu tenho acompanhado algumas audiências públicas nos estados e quando os estudantes são chamados a falar é desesperador, porque eles dizem: "Nós estamos tendo aulas de coisa nenhuma. A gente parou de ter aula, de ter disciplina". Eles falam assim:" A gente tem aula de itinerário. É aula vaga. Não vai nos ajudar em nada no Enem".

É isso que os estudantes estão sentindo na pele. E os seus professores adoecendo, inclusive, pela intensificação do trabalho e por motivos já apresentados aqui.

Outros problemas de concepção que estão na lei, gente... Num mundo como o de hoje, tornar só português e matemática obrigatórios... Nenhum país do mundo fez isso – já que é para mencionar os países do mundo. Ninguém tornou obrigatório somente a língua materna e matemática com foco no Pisa. Todo mundo fala de uma perspectiva integrada, interdisciplinar, mas que assegure os objetos da ciência, com profundidade de conhecimento.

Nós estamos negando aos nossos jovens o direito a uma formação para continuar estudando, porque quem está nesse novo ensino médio não terá condições de enfrentar o Enem – não terá –, mude ele ou mude o Enem ou não. Ele não terá uma formação técnica e profissional com esses cursinhos FIC e não terá condições de ter conhecimentos de base científica e cultural suficientes para compreender o mundo em que vive, para poder se situar na vida em sociedade. É uma tragédia. Desculpem-me! Por quê? Porque se tornou só português e matemática e se reduziu, em média, 35% a 40% da carga horária das disciplinas que, convencionalmente...

Eu sempre digo: se o problema estava no ensino de física, a questão não é acabar com o ensino de física ou de química, mas alterar o modo de ensinar física e química, que dialogue mais com o campo das nanociências, das nanotecnologias... Se é a questão da história e da geografia, vamos falar dos processos migratórios, vamos falar das questões de gênero, da identidade étnico-racial, da promoção de igualdade racial... São temas que os estudantes estão pedindo. E, em contrapartida, a gente oferece coisas como "a vida é um *flash*". Tem uma disciplina que se chama assim, "A vida é um *flash*", no Estado do Acre – porque tenho feito um mapeamento das grades curriculares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Indo para o final, eu considero que foi um equívoco da Lei 13.415 vincular, na LDB, um documento de política curricular, que é a BNCC. A gente estuda a legislação historicamente e isso nunca existiu. A BNCC é um documento, um texto de governo, daquele governo, ainda que fosse para cumprir o Plano Nacional de Educação, mas ele não é um documento de Estado, podendo ser alterado. Então, esse também foi um equívoco que se cometeu ao aprovar, do modo como se aprovou, a Lei 13.415.

Eu vou encerrar por aqui, mas eu teria outras coisas para falar: a questão da EAD; da enorme exclusão digital da juventude brasileira, que foi parar na lei; o notório saber... Se der tempo, depois a gente volta, mas eu agradeço bastante.

Cumprimento novamente a Presidente desta sessão, Professora Dorinha, e a todos os colegas que aqui estão presentes.

Agradeço pela oportunidade. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada à Profa. Monica, e, nas suas considerações finais, você poderá pontuar os pontos não abordados, e também nós, dentro do plano de trabalho, vamos enviar um material. Vou apresentar uma proposta de complementação do plano de trabalho, e quem puder nos enviar as contribuições por escrito, aquelas que julgarem necessárias, para ajudar... Com certeza, alguns pontos poderão estar claros lá, mas foi muito pertinente a sua fala.

Passo a palavra, agora, para o José Ricardo Diniz, representante da Confenen (Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino), pelo mesmo tempo regimental de dez minutos, com prorrogação de cinco, se necessário.

O SR. JOSÉ RICARDO DINIZ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos, a todas... Boa tarde, sobretudo, a todos que estão nos acompanhando na via remota. Também saúdo a Professora Dorinha, que está presidindo este encontro, e saúdo todos os demais colegas aqui participantes da mesa.

Eu começo colocando que respeito as colocações aqui feitas, os argumentos aqui colocados, mas é interessante a gente observar, para citar aqui o globo, que o *Estado de S. Paulo* de ontem traz, numa entrevista – consequência de um encontro que eles fizeram recentemente, de grande porte, sobre essa discussão do ensino médio –, a fala da Sra. Secretária–Executiva do Ministério da Educação, Profa. Izolda Cela, e é interessante observar que ela parte da ideia de que chegaremos a um consenso. Ela diz claramente: "Penso que chegaremos em um consenso". E ela diz aqui que acredita que seja concluída, no prazo inicialmente previsto, a consulta pública. E mais ainda diz: "O diálogo com os estudantes tem revelado mais convergências do que divergências, [eu estou citando textualmente] como o incentivo ao ensino integral, à educação técnica e à flexibilização curricular".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A flexibilização curricular está no cerne do novo ensino médio. Quando se colocaram alguns aspectos aqui da evasão, do abandono, e a isso, de certa forma, quer se atrelar uma impossibilidade de um modelo que sintoniza com as mudanças que estão se processando no mundo e na própria América Latina... É verificar o caso da Colômbia, que é um caso interessante de a gente estudar também, e um caso muito mais bem-sucedido do Chile, que tem uma população menor e que vive já num processo de revisão que já vem há pelo menos do início do Século XXI.

Então, esses aspectos que são colocados e que são atribuídos trazem, com isso, a impossibilidade de você ter o princípio da flexibilização, que é o cerne da questão, e vai para o lado da formação geral básica e também dos itinerários formativos, lembrando que a questão dos itinerários formativos têm aspectos de piada, como também há várias piadas com relação a modelos anteriores, mas são sempre as mesmas exceções. Sempre. É a do brigadeiro, é esse do *flash* e vários outros que vão surgindo. Mas isso tem muito mais respeito à aplicação, à execução do modelo. Tem muito mais respeito a isso, a esse aspecto, do que a qualquer outro.

Então, a concepção do modelo está sintonizada com o que ocorre no mundo. E não se trata de copiar modelo tal ou qual, mas se trata de uma concepção que está no mundo e que apresenta transformações profundas.

A formação do professor não é um problema que esteja afeito ao novo ensino médio. É algo que já vem de décadas.

A quantidade das caixinhas do modelo antigo e que se quer retomar... Fala-se muito da retomada dos PCNs e argumenta-se que não foi utilizado adequadamente etc., mas foi. Não adequadamente ou inadequadamente, mas veio sendo a marca. E quem milita na sala de aula do ensino médio sentiu a profunda desmotivação naquele esquema, naquele modelo que privilegiava a questão da centralidade do professor na metodologia expositiva. Aquilo estava tremendamente desmotivador, desestimulador. É uma evidência. Basta observar aqui o abandono, que foi citado.

No meu estado, Pernambuco, esse abandono chega a mais de 60% de alunos que não prestam o exame Enem. São mais de 60% no meu estado. São quase dois terços. Isso, no império do modelo anterior.

Então, há um modelo que surge sintonizado com o que está acontecendo no mundo, seja na América Latina, seja na Ásia, mais na frente, seja na Europa, e, de repente, se diz "esse modelo não tem embasamento na sua concepção", quando, na verdade, não se trata de uma questão de Brasil, não se trata de uma questão de qualquer outro país; trata-se realmente de uma questão planetária, de mudança nos padrões, nos parâmetros da educação. Então, é uma questão de contemporaneidade.

Claro que não é pegar um modelo e colocar, de maneira alguma. Não se trata disso. Mas simplesmente colocar a questão de que o novo ensino médio, na sua configuração, representa uma impossibilidade do modelo... Eu acho que é muito mais a questão das dificuldades de implementação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E essas dificuldades existem, existiam, e, dentro da perspectiva que aí está, teremos muitos desafios pela frente para vencer todas essas questões, a questão da formação do professor, a sintonia com metodologias ativas, a saída da questão da exposição, a quantidade de aulas expositivas numa carga horária de, muitas vezes, física, química, biologia enorme para aquele aluno que não tinha o menor interesse dentro daquele contexto...

Então, a formação básica padece de problemas, de 1,8 mil horas? Se voltarmos para 2,4 mil horas e deixarmos dentro do modelo anterior, vamos continuar a ter a evasão galopante que tínhamos, sem dúvida alguma. Não há dúvida com relação a isso. Isso é fato.

Então, é muito mais uma questão de vencermos os desafios da formação docente, da questão da estrutura física, do avanço tecnológico. Esses pontos permanecem, e permanecem de maneira pesada, dentro do contexto.

Mexer nessa base do novo ensino médio.

Nós acreditamos que há o que se fazer. A complexidade é evidente desse novo modelo.

Por quê? Porque nós temos dificuldades, de fato, dentro do nosso contexto social. Então, isso vai ser uma dificuldade permanente dentro do contexto em que a gente está. Então, o desafio é vencer esses pontos básicos.

Então, nós entendemos, enquanto Confenen, que a revogação será um desastre pleno, e desastre maior será retomar o esquema anterior, o modelo anterior, quantitativo e acumulativo de conhecimentos, sem abrir os olhos para o contexto que nós estamos vivenciando, de profundas mudanças na educação – não é só no ensino médio.

Outra coisa: a BNCC se propõe a ser não um currículo – está dito em alto e bom som. A BNCC, no nosso entendimento, é, sim, uma política de Estado para a educação. É sim. Nós entendemos que sim. Com todo respeito às posições contrárias, nós entendemos que sim. Por quê? Porque, na verdade, se você vai implementar uma coisa sistêmica, dentro de uma concepção inteiramente inovadora, fala-se muito pouco nas BNCCs. Parece que se quer omitir esse assunto. Por quê, se nós temos algo sistêmico de base nacional, que pega da educação infantil ao ensino médio, trazendo concepções de outro ângulo, de competências, de habilidades, mexendo até nas avaliações?

"Ah, mas vai ser muito difícil implementar tudo isso". O professor... Eu fui professor de sala de aula 42 anos, e o professor com, hoje, 20, 30 anos dentro da sala de aula, é claro que vai ter dificuldades. E a aprendizagem dentro desse contexto, o aprendizado dele, de todo esse mundo novo que está aí, veio dentro da pandemia, trocando pneu com o carro andando. Então, foi doloroso? Foi. Muito doloroso. Mas avançamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, consequentemente, essas mudanças vão ter que ocorrer. Se voltarmos ao esquema da centralidade do professor na metodologia expositiva, quantitativa, ampliando carga horária, nós vamos continuar dentro do abandono, dentro da evasão que nós temos observado ao longo desses anos.

Então, nós defendemos achegas dentro do processo de itinerários formativos? Sim, defendemos. Defendemos as trilhas da questão de aprofundamento dentro dos itinerários formativos.

A ampliação da carga horária... É verdade que se deixou de lado um pouco a questão das ciências humanas. Então, chegar a um meio termo, reduzir para algo em torno de 900 horas no itinerário formativo, e chegarmos a 2,1 mil horas na formação geral básica, nós entendemos que é algo possível, perfeitamente possível.

Há ênfase na questão da educação técnica e profissional. Como a Sra. Secretária-Executiva colocou, a nova lei abre essa perspectiva, como abre a perspectiva de escolha.

Não é pecado haver um projeto de vida. Não é pecado. Não há pecado em querer desenvolver um projeto de vida. Então, casa perfeitamente com o espírito também que está na lei do novo ensino médio.

Então, esses pontos eu gostaria de fechar, colocando que é preciso que a gente veja tudo que foi feito, uma legislação com bases conceituais sólidas; é preciso observar que a implementação em milhares de escolas ocorreu e está acontecendo de maneira não plenamente satisfatória, mas vem acontecendo e ajustando-se; e nessa consulta pública, na consulta aos alunos, não apenas às lideranças dos movimentos estudantis, mas sobretudo aos alunos diretamente, lá na base, nós vamos observar que eles querem esse novo tempo.

É isso que eu gostaria de colocar inicialmente.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada pelas contribuições do Sr. José Ricardo Diniz, que representa aqui a Confenen (Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino). Muito obrigada pela sua exposição e por vários contrapontos que eu acho que nos interessam muito no debate.

Passo em seguida a palavra para o Prof. Ivan Claudio Pereira Siqueira. Ele é Professor Doutor da Universidade Federal da Bahia e representante do Movimento pela Base.

Prof. Ivan, seja bem-vindo.

O SR. IVAN CLAUDIO PEREIRA SIQUEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senadora Professora Dorinha.

Na verdade, fui convidado para falar sob uma perspectiva em função de eu ter estado no Conselho Nacional de Educação e também ter atuado como professor da educação básica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na minha fala, eu vou procurar não repetir as ilustres convidadas e o convidado e também vou tentar propor aquilo que me parece que pode ajudar a avançarmos nessa discussão e, sobretudo, nas decisões. Eu também corroboro vários aspectos que foram mencionados pela Profa. Fernanda, pela Profa. Monica e também pelo Prof. José Ricardo. Eu penso que nós devemos encontrar mecanismos, soluções para avançarmos. Não acho que uma discussão infindável é de interesse seja dos estudantes, seja do próprio país.

Então, eu queria dizer que, em relação às questões da discussão, eu acho que é bom a gente lembrar, para deixar bem sedimentado, que a discussão do ensino médio começa com a nova Constituição da República do Brasil. Pós-LDB, já começa – eu listei alguns elementos, só para lembrar aqui –: logo depois da LDB, que é de 1996, em 1988 houve o debate; na sequência, em 2002, houve o primeiro Seminário do Ensino Médio; em 2007, quando da mudança do Fundef para o Fundeb; depois, quando houve o novo Enem, quando mudou a configuração; em, 2010, a gente teve o primeiro Programa do Ensino Médio Inovador, com a Portaria 971, de 2009; depois nós tivemos as discussões das diretrizes curriculares nacionais do ensino médio. Ou seja, todos esses documentos colocam basicamente o quê? Que a situação era de que 25% dos estudantes não terminavam o ensino médio, sequer terminavam o ensino fundamental, quando chegavam ao primeiro ano. Ou seja, a situação era realmente de calamidade, não era uma situação que a gente deveria pensar que era razoável. Não, não era razoável. Isso fora as questões curriculares – para a gente falar apenas da evasão, que é um dado; há outros elementos.

Então, a gente tinha evasão. E a gente tinha qualidade? Não; o Ideb estava estagnado desde 2011. Então, quando se começa a discutir o projeto, o PL do Deputado Reginaldo Lopes, ele vem da envergadura dessas discussões todas. E eu acho difícil que a gente não reconheça a legitimidade pública dessas discussões, que foram discussões nacionais, feitas nos vários locais, nos vários estados, nas cinco regiões do país. Isso está documentado. Isso foi plenamente discutido. Pode-se discordar, mas não negar que tenha acontecido o que de fato aconteceu. Houve; isso aconteceu.

Então, o projeto, o PL do Deputado Reginaldo... E aí não vou discutir a questão da tramitação, porque, quando eu estava no conselho, eu fui um dos que fui contra, sugeri à época que não fosse por medida provisória, ainda que várias outras medidas provisórias tenham acontecido na história da nossa República, inclusive com projetos que nenhum de nós aqui terá coragem de negar. Mas eu fui um dos que sugeriu: olha, peça para o MEC mandar para o conselho, a gente abre a discussão pública, ouve a sociedade etc. O.k., fui voto vencido; é parte do processo democrático. Mas dizer que o PL do Deputado Reginaldo foi desconsiderado é não ter lido o PL. E, mais ainda, a partir desse projeto, com as discussões com o Consed, com a nova administração que aconteceu, é só a gente olhar a sequência dos documentos.

Então, isso que o Prof. José Ricardo colocou está em tudo isso: a questão da flexibilização, a questão da articulação com o ensino profissional e a questão da educação integral. Por quê? Porque eram esses elementos que vigiam e vigem na educação dos países com os quais a gente quer se perfilar. Onde a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encontra um país em desenvolvimento ou desenvolvido que tem quatro horas de educação? E essas quatro horas – eu dei aula – nunca são quatro horas, porque tem entrada, tem sinal, tem intervalo, tem não sei o quê; são, no máximo, três horas. Então, vamos falar sério, gente: não funciona. Não funcionava e não vai funcionar.

A questão da articulação profissional... Ora, a Prof. Monica citou: quantos dos que terminam – não vamos nem considerar aqueles que não terminam – vão para o ensino superior? E não vamos nem falar da evasão. São 16%, quer dizer, o PNE previa que a gente alcançasse, passasse de 30%. A gente não conseguiu chegar.

Então, eu acho que a gente precisa considerar elementos mais globais e, sobretudo, os novos desafios que estão vindo aí.

Esse era o primeiro ponto, dizer que não é possível que a gente desconsidere a legitimidade desse processo todo, que tem um referencial importante no projeto do Deputado Reginaldo Lopes e que se agregou ali com a participação dos secretários estaduais, porque cabe aos estados grande parte da responsabilidade. E o acordo era o quê? Que é a União iria fazer a sua parte. A pergunta é: A União fez a sua parte nesse período da pandemia? Cumpriu aquilo que que estava determinado? Então, esse é o primeiro ponto. Inclusive as metas que estão no PNE e assim por diante.

O segundo elemento para o qual eu gostaria de chamar a atenção é exatamente para que, de fato, se a gente está em busca de fazer um acordo... E aí eu concordo com as falas no sentido de que, ainda que reconhecendo todo esse esforço e essa discussão, não me parece que os docentes e as docentes foram propriamente ouvidos. Então acho que é salutar, é importante, sim, que esta audição esteja acontecendo, assim como está acontecendo com os estudantes, mas eu acho que é preciso colocar dados. Acho que a gente precisa ter menos paixão e colocar mais dados, porque nós estamos, ao fim e ao cabo, tratando da vida de milhões e milhares de jovens.

Então, a gente já sabia, na discussão, mas isso não foi na aprovação da lei. A gente já sabia que mais de 50% dos municípios do país têm uma escola. Isso não é de hoje que a gente sabe. Ora, por que não se organizaram maneiras, modalidades para fazer isso? Porque, do contrário, a gente nunca vai fazer nada. O país é desigual. Então, nós nunca vamos fazer nada, porque, se tudo que fizermos tiver que ser para 100%, nunca nós alcançaremos 100%, porque nunca nós começaremos nada. É evidente que nós não vamos conseguir nenhum modelo que abranja 100%. Ora, mas nós temos que considerar que mais de 80% dos estudantes estão onde? Estão nas cidades. É evidente que parte do público é da zona rural, mas me parece que um único projeto, uma única luva não vai caber nas mãos desses milhões de jovens que nós temos. Agora, não fazer nada parece-me que não é uma alternativa melhor.

Então, o segundo ponto é que de fato eu entendo e apoio, sim, que os professores sejam ouvidos etc., mas também é bom a gente reconhecer problemas que estão ao largo disso e que influenciam diretamente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como também o Prof. Ricardo disse: a formação continuar da maneira como se dá, de muitos nem sequer pisarem numa escola e depois serem alcunhados de professor; a maneira como se dá, o currículo em que se forma; a distribuição desigual das docentes e dos docentes pelo país nas regiões em que é preciso etc., e daí o problema da carência de determinadas disciplinas ou componentes. Isso está dado, isso faz parte da desigualdade. Não vou nem falar do currículo, que ainda é um currículo colonialista, que não atende aos pressupostos antirracistas etc.; é tudo o que a gente vem discutindo aí. Agora, se a gente for esperar que tudo isso esteja resolvido para começar a fazer alguma coisa, serão mais mil anos – mais mil anos!

E o terceiro elemento que eu acho que é importante é que eu vejo uma crise institucional sem tamanho numa revogação. E eu não estou desconsiderando os problemas, não. Porque o que vai acontecer? Quem vai cumprir a próxima lei, sendo que a gente teve aí um espaço muito curto do ponto de vista do plano educacional? Todo o investimento que foi feito, esse recurso vai ser devolvido pelos estados? E o que não foi feito, quem vai responder pelo que não foi feito? É evidente que houve o problema da pandemia, mas como é que a gente vai resolver isso institucionalmente? Porque é evidente que o Ministério Público terá que tomar ações em relação a esses recursos que foram dados, e não foram poucos. Depois aqueles que cumpriram vão falar assim: "Mas espere aí. Eu estou cumprindo agora... Não, não vou cumprir, porque também amanhã, sabe-se lá por qual motivo, vocês podem mudar". As escolas privadas, ainda que tenham um número menor, todos devem ser respeitados, porque todos somos cidadãos e cidadãs do Brasil que fizeram investimentos privados etc. e vão fazer, sim... Então, eu acho que a gente pode criar uma crise maior do que a proposta de solução, inclusive de não cumprimento posterior, porque a cada momento... Olha, é só ver o que a gente está discutindo até hoje com a nº 2, de 2015, a formação de professores. Qual é a solução que a gente tem? Nós estamos em 2023 e nós estamos discutindo.

E agora, para finalizar, em relação àquilo que inexorável, é incontornável: as alterações do ponto de vista da inteligência artificial. Nós estamos atrasadíssimos. Essa discussão que nós estamos fazendo, parte dela é do passado, no sentido de que ela não ajuda a responder os problemas que já existem e que cada vez mais tendem a crescer, que são em relação às mudanças do ponto de vista da produção, em relação à própria maneira como se dá a formação dos professores, à própria maneira como as atividades repetitivas estão sendo substituídas por mecanismos de inteligência artificial, à maneira como os mercados produtivos estão operando e ao papel social da escola, numa situação em que parte dos afazeres humanos passam a ser atribuídos a máquinas. E isso se insere num contexto de múltiplos desafios como, por exemplo, quem será responsabilizado, como é que as pessoas vão se alocar, num país desigual, racista, que é o nosso país.

Então, parece-me que nós deveríamos discutir questões que apontam para soluções para essas complexidades que vão atacar milhões de pessoas. E com isso eu não quero dizer que nós não devemos, obviamente, discutir questões pertinentes que vêm do passado. Não é isso. Mas a gente não pode só discutir o passado e esquecer que haverá um futuro para aqueles que continuarem aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu não vejo, nessa discussão em que se fala de novo ensino médio, a gente pensar, por exemplo: o.k., e como é que a escola – a escola pública, porque nós estamos falando dela, sobretudo, mas também a escola privada, todas elas – como é que a escola vai responder a esses desafios da inteligência artificial que já estão postos? Como é que os docentes irão alterar o seu *modus operandi* de trabalho em função de todo esse desencadeamento de processos que a gente está vendo aí, que veio como um foguete nesses últimos seis meses, em que você pode conversar com um personagem histórico? Isso muda completamente o trabalho pedagógico do professor de História. Você pode exatamente fazer perguntas em relação à Geografia, da mesma forma sobre graus de dificuldades na Matemática, na Física etc. O nosso professor, a nossa professora que não teve, obviamente, essa formação terá que correr e muito para ter trabalho, para poder estar apto a enfrentar essas dificuldades. Então, nós já estamos obsoletos em relação a partes significativas dessa discussão.

Portanto, o meu pedido é que a gente, primeiro, tenha responsabilidade; que a gente pense nos desdobramentos das ações, para que a gente não tenha que se arrepender depois. E, num momento em que a sociedade está tão dividida, eu acho que a gente tem que procurar consensos, sobretudo consensos que nos possibilitem avançar de maneira contínua e de maneira a abarcar o máximo possível de esforços daqueles que realmente estão interessados em melhorar a educação do nosso país.

Obrigado, Senadora Professora Dorinha.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Prof. Ivan. Muito lúcido, como sempre; esteve no conselho, na época tanto da discussão da Base Nacional Comum Curricular quanto da reforma. Eu acho que temos muitos elementos para discutir.

Inclusive, uma provocação que eu faço é que nós, quanto ao ensino médio, não estávamos bem resolvidos, nós temos problemas muito sérios em relação a abandono, evasão, resultado, desconexão com a vida dos alunos, e parece que o único problema é... Nós temos um enorme desafio com o qual lidar e temos que fazer os ajustes necessários, as mudanças, e é por isso, eu acho, o debate.

Mas acho interessante a lembrança do projeto. Eu fiz parte da Comissão, que se reuniu por mais de dois anos. Eu fazia parte da Comissão, a partir do texto apresentado pelo Deputado Reginaldo. Eu e ele participamos por mais de dois anos de inúmeras audiência públicas – acredito que mais de 30 audiências foram realizadas –, ouvindo escolas, professores, alunos, UNE, Ubes, pesquisadores. A medida provisória veio como uma ação de Governo, mas a Casa estava discutindo o tema – na época, eu era Deputada.

Mas nós vamos ter tempo de falar.

Eu passo a palavra para as suas contribuições, ao tempo em que já agradeço as contribuições do Prof. Ivan, para o último expositor, o Gabriel Barreto Corrêa, que, neste nosso debate, é Diretor de Políticas Públicas do Movimento Todos pela Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gabriel, você tem dez minutos de exposição e, se necessário, mais cinco para complementação.

O SR. GABRIEL BARRETO CORRÊA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora Professora Dorinha. É um prazer revê-la inclusive.

Queria saudar, aqui, os colegas também: Profa. Monica, que é uma grande referência do tema; Fernanda; Prof. Ivan; José Ricardo. E agradecer, também, em nome do Todos pela Educação, à Senadora Teresa Leitão pelo convite e pelo espaço democrático, com visões diferentes, mas que é tão importante para a gente avançar nesse tema.

Eu preparei, Senadora, uma apresentação de eslaides que eu gostaria de compartilhar com vocês, só para guiar a minha fala. É uma apresentação de eslaides a partir de um documento que o Todos pela Educação elaborou, com propostas para a Avaliação e Reestruturação da Política Nacional do Ensino Médio, que é como o Ministério da Educação tem chamado o objetivo da consulta pública em andamento.

Antes de começar, eu queria fazer uma fala, pois nem todo mundo conhece o Todos pela Educação. Bem brevemente, gostaria de falar o que é o Todos pela Educação, que eu estou aqui representando. O Todos pela Educação é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que trabalha em prol da educação pública de qualidade para todos. Isto é uma questão muito cara para nós: a equidade educacional, a garantia dos direitos educacionais, com foco muito grande na educação pública. Para isso, a gente busca contribuir, com trabalho técnico e com diálogo plural, com as políticas públicas do país. Por isso, nessa discussão do ensino médio, a gente tem participado com contribuições técnicas, ouvindo especialistas, ouvindo professores, ouvindo gestores públicos, para tentar trazer subsídios para o debate educacional e para os avanços das políticas educacionais, no Poder Executivo, no Poder Legislativo, nas três esferas de poder do nosso país.

Todas as nossas propostas – acho muito importante destacar isto – são públicas. O interesse do Todos pela Educação é pela melhoria da educação pública e nossas propostas de avanço estão publicadas no nosso *site*, sempre prezando pela transparência das nossas ações e pelo debate, porque a gente pode avançar, pode mudar, pode melhorar, então, acho que esse é um destaque que eu queria fazer.

Nesse sentido, um ponto fundamental é que o Todos pela Educação lançou, recentemente, dois documentos que trazem propostas sobre o ensino médio e um aprofunda o outro. O primeiro foi lançado em dezembro de 2022. Então, assim que terminam as eleições, quando a gente começa a perceber um ímpeto ou um movimento de que é possível se discutir mudanças no ensino médio que está aí, que precisam ser discutidas, porque o novo ensino médio traz muitos problemas, a gente já lança um primeiro documento apontando que enxergamos alguns elementos da essência do novo ensino médio, do chamado novo ensino médio, que são fundamentais, mas também tem uma série de problemas que julgamos que precisam ser melhorados, superados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, propusemos, desde dezembro, que fosse feito um amplo processo de escuta, de diálogo da nova gestão do Ministério da Educação e da nova legislatura com os atores diretamente relacionados com o ensino médio. Por isso, a gente saúda muito essa iniciativa do Senado Federal, as iniciativas que a Câmara dos Deputados tem puxado e a consulta pública, aberta pelo Ministério da Educação. Já trouxemos alguns pontos de discussão que, a nosso ver, no Todos pela Educação, precisam ser rediscutidos e precisam ser revistos nas normativas.

Muito recentemente, isso tem dez dias, soltamos uma nota técnica com contribuições bem detalhadas sobre como vemos que as normativas do novo ensino médio podem ou poderiam avançar. Muito na linha de contribuir, novamente, para o debate, para o avanço das políticas públicas, apresentamos, já no Ministério da Educação, e é uma satisfação poder apresentar aqui, nesta audiência do Senado.

Eu vou trazer os pontos principais desses documentos, mas, em âmbito geral, são duas grandes mensagens. Uma: é preciso fazer ajustes nas normativas do novo ensino médio, mas, preservando alguns elementos da sua essência, que a gente acha muito importantes. Vou falar aqui sobre eles, mas, mais do que isso, a Profa. Monica trouxe e outros expositores também trouxeram: não adianta a gente achar que vai se mudar o ensino médio brasileiro apenas a partir de uma reforma curricular. Existem vários outros elementos que não estão em discussão ainda ou... Perdão, que estão em discussão, mas ainda não no âmbito desta discussão atual sobre o novo ensino médio e que precisam avançar. Vou abordar isso na minha fala.

Nosso processo de proposição, e isso não é só sobre o ensino médio... A Professora Dorinha acompanhou, na discussão do Fundeb, por exemplo, e conhece o trabalho do Todos pela Educação. A gente sempre faz nossas propostas a partir de estudos, claro, das legislações, das normativas, da literatura, mas com muita escuta, escuta com especialistas, com os atuais gestores, com profissionais da educação. Então, esse contato frequente com quem está lá no chão da escola pública também nos ajuda, e nos ajuda muito, a construir e pensar nossas ideias de políticas públicas e, no âmbito, aqui, do ensino médio, tem nos apoiado bastante.

Então, esta é a minha apresentação, que, nos meus próximos minutos, eu vou passar bem brevemente, mas é assim que está estruturado esse último documento do Todos pela Educação que a gente soltou há dez dias: o que é a essência do Novo Ensino Médio e que a gente defende que deva ser mantido, quais são sugestões de reestruturação dos elementos do chamado Novo Ensino Médio e algumas outras propostas do que a gente enxerga que deveria ser uma verdadeira reforma do ensino médio, muito mais ampla e muito mais sistêmica.

Então, a essência do Novo Ensino Médio, e não vou entrar em grandes detalhes, acho que bastante já foi comentado aqui. Em primeiro lugar, a ideia de expandir a carga horária, de, inicialmente, das 800 horas anuais, o que dá quatro por dia, para, pelo menos, mil horas por ano, mas com uma ideia de expansão olhando para o ensino integral. É claro que muito precisa ser feito para garantir as condições para que isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aconteça, mas é uma sinalização positiva, é uma essência positiva que enxergamos no atual Novo Ensino Médio.

A nova arquitetura curricular, que tem muitos problemas, e a minha segunda parte da fala vai falar sobre isso, mas a ideia dela de se ter uma formação geral básica e uma parte diversificada, que, como já foi dito aqui, não veio, essa ideia não veio nas discussões de 2016, 2017 e 2018, mas já vinha antes. As próprias normativas, algumas delas, já traziam a ideia de diversificação, mas acho que a nova lei induziu isso, mas a ideia de você ter uma parte comum, com uma BNCC organizada por áreas do conhecimento, que não proíbe você ter os componentes curriculares que tinha antes, mas permite que você trabalhe com mais interdisciplinaridade, o que acho que foi um avanço importante, e uma parte flexível, que tem muito a melhorar, e falarei disso em breve, mas a ideia de você ter uma parte flexível que aprofunde em áreas do conhecimento é muito importante, a nosso ver, e muito conectada com o que no mundo está avançando, como o José Ricardo trouxe.

E aí, por fim, a ideia da integração da formação profissional e técnica no ensino médio.

Concordo, não é FIC via aquelas certificações intermediárias, mas a ideia de você conseguir prever, na carga horária total do ensino médio, os cursos técnicos de nível médio, com a certificação técnica de nível médio. Dependendo do caminho que formos seguir com alguma eventual mudança de carga horária da formação geral básica, isso pode ser um desincentivo para uma integração dos cursos técnicos de nível médio. Precisa-se chamar a atenção para isso. Então, acho que um modelo, a ideia de você integrar mais, articular mais, que é a palavra certa, a formação técnica profissional, a EPT, no ensino médio regular é um ponto muito positivo.

Agora, vários problemas aconteceram, e, no Todos pela Educação, a gente enxerga que não são só problemas de implementação. Há problemas, sim, na lei que foi aprovada e há problemas nas outras normativas, há desafios que podem ser pontos de aprimoramento a serem feitos nas diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas portarias do Ministério da Educação...

E aqui eu queria trazer, de forma muito resumida, as seis mudanças prioritárias que o Todos pela Educação tem apontado para esse Novo Ensino Médio que estão explicitadas, discutidas e detalhadas nesses documentos que estão no nosso *site*.

A primeira delas é a substituição da ideia de que você tem um teto da formação geral básica de 1,8 mil horas. A nossa proposta é que isso seja mudado para dois pisos de carga horária: um piso de 2,1 mil horas para a formação geral básica, e um piso de 600 horas para os itinerários formativos. Percebam que isso não soma as 3 mil, dá flexibilidade para o sistema de ensino; inclusive, o que quiser, nesse modelo, poderia trabalhar 2,4 mil horas com 600 horas de aprofundamento de área. Mas também poderia trabalhar 2,1 mil horas e integrar um curso técnico profissional ao ensino médio, especialmente se considerarmos a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regra que valia na Resolução 6, de 2012, do Conselho Nacional de Educação, pela qual os cursos técnicos de mil horas, de 1,2 mil horas, quando integrados no ensino médio, tinham um abatimento de carga horária. Acho isso muito importante de destacar. Mas temos que tomar cuidado para não ir a um modelo que inviabilize a articulação da EPT no ensino médio. Esse é o modelo que a gente coloca para discussão e para proposta.

O segundo é acabar com essa dispersão e pulverização imensa que houve nos itinerários. A partir das normativas do Conselho Nacional de Educação, não avançamos em orientações nacionais nos últimos quatro anos; não houve definição de como será o Enem, ninguém sabe como vai ser o Enem do ano que vem, os estudantes estão desesperados. Então é preciso, a nosso ver, dar novas orientações sobre o que são itinerários formativos, o que significa aprofundar em áreas do conhecimento, eventualmente até com uma base dos itinerários, deixando mais claro para as redes de ensino o que significa esse aprofundamento de cada área.

Um terceiro ponto, que achamos um absurdo nas atuais normativas, é a permissibilidade dada para o EAD no ensino médio. Hoje 20% da carga horária total do ensino médio pode ser feita à distância pelos estudantes. A gente defende uma redução drástica nessa permissão: apenas o que for superior às 3 mil horas presenciais poderia ser, 20% disso poderia ser à distância, apenas nos itinerários formativos, esse é um ponto que a gente coloca também na nossa nota.

Uma criação de uma meta vinculante para a expansão das escolas de tempo integral: a lei fala da expansão das mil horas por ano para as 1,4 mil, mas, se nas mil horas ela colocou o prazo de 2022, nas 1,4 mil ela não colocou. Isso está completamente solto. Acho que é possível discutir com sistemas de ensino sobre a gente caminhar rumo às 1,4 mil, pelo menos para uma parcela mais significativa do debate.

Vou usar meus quatro minutinhos finais, já estou me estendendo até os 15 minutos.

Precisamos rever urgentemente o cronograma de implementação dessas mudanças. A nosso ver, não dá para o Enem, no ano que vem, já ser adaptado à nova arquitetura, já avaliar itinerários formativos. Defendemos o modelo do Enem totalmente adaptado só em 2027, para dar tempo do anúncio do que seria esse modelo e de as redes se prepararem para isso. Mas também não é manter o Enem como está até lá. A partir do ano que vem, já é fundamental que o Enem esteja alinhado à Base Nacional Comum Curricular, o que já está sendo trabalhado nas redes de ensino. Vai ser um trabalho importante que o Inep precisa fazer.

E, por fim, algo que ficou praticamente esquecido, congelado nos últimos anos, que é o apoio do Ministério da Educação às secretarias estaduais. Um processo de mudança, de reforma curricular tão importante quanto este que estamos discutindo precisa de uma coordenação do Ministério da Educação, que soltou programas pulverizados nos últimos anos, e é preciso assumir um guarda-chuva maior, ter mais recursos, mais apoios, porque são muitas mudanças que precisam ser feitas nos sistemas de ensino. Se vamos mudar novamente algumas normativas – ajuste nas normativas estaduais, ajuste na formação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

professores, ajuste no material didático, nas avaliações são muitos elementos que precisam ser alterados –, uma coordenação nacional não é só bem-vinda, como é essencial para que isso possa acontecer com qualidade.

E aí, por fim, Senadora, as propostas adicionais para a constituição de uma verdadeira reforma do ensino médio. Nós temos muita clareza aqui no Todos pela Educação de que apenas discutir a reforma da arquitetura curricular não levará à melhoria substantiva do ensino médio brasileiro. A gente precisa discutir diversos outros elementos – essa imagem no eslaide tenta abarcar isso – que hoje são pouco abordados nessa discussão que está muito focada na questão curricular.

A gente já falou aqui na assistência estudantil para acesso e permanência, na infraestrutura das escolas, no apoio à formação e valorização dos professores, no financiamento e nas outras políticas pedagógicas. São vários outros elementos que, a nosso ver, no Todos pela Educação, dão oportunidade ao Ministério da Educação, junto com a sociedade brasileira, de lançar uma verdadeira reforma do ensino médio, com a questão curricular resolvida e solucionada, mas com vários outros elementos nessa política, para termos realmente um novo ensino médio muito mais estrutural, muito mais transformacional, que é do que os jovens brasileiros precisam.

Agradeço novamente pelo convite e paro por aqui.

Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Por videoconferência*.) – Obrigada pelas contribuições. O Todos já tem um documento mais aprofundado que acredito que já tenha sido enviado – eu já recebi uma cópia – e pode contribuir muito com o debate a partir dos estudos já realizados.

Eu quero informar – estou presidindo, embora seja Relatora – que o plano de trabalho com as audiências públicas já foi aprovado, e a minha ideia para a construção do relatório contempla uma proposta que eu já havia mencionado na presença da nossa Presidente, assim como já havia feito um apelo a todos os expositores para que pudessem enviar documentos.

Em virtude de eu estar acumulando Presidência e Relatoria, eu vou só fazer essa exposição. Nós vamos seguir o plano de trabalho apresentado, a ideia dos prazos e audiências públicas, todas as que foram sugeridas e, logicamente, se houver alguma sugestão de alteração ou complementação, nós vamos receber dos colegas Senadores. Junto nós temos uma proposta, que eu vou disponibilizar à Comissão para que possa fazer sugestões também, de elementos de coleta das informações que cada uma das instituições que já estiveram conosco e que estão pesquisando o tema, podem ser inclusive algumas que não estejam conosco... Esse formulário eletrônico vai ser disponibilizado justamente para coletar as diferentes informações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O tempo de exposição de cada um de vocês é muito pequeno para um acumulado de estudos que cada um aqui, a partir do seu local, de onde fala, tem a apresentar. A ideia de discutir... Quando a Senadora Tereza Leitão apresentou a proposta, nós tínhamos até uma situação desenhada de maneira diferente pelo Ministro Camilo. Depois disso foi aberta a consulta pública.

Nós temos hoje uma situação de grande insegurança para as redes, porque quem tem a tarefa do Executivo de implementação da reforma ou, dentro da rede privada, com uma estrutura que precisa responder, todo mundo já começou a fazer.

Inclusive eu acho que esse também é um dos pontos; nós estamos, é natural, não pode haver uma situação de demonizar a reforma do ensino médio. Nós temos uma situação de enorme desafio no ensino médio antes da reforma; o processo de implementação está em andamento. Nós vivemos dois anos de pandemia, uma ausência eu diria que praticamente completa do Ministério da Educação, não só no âmbito do ensino médio, mas no apoio aos sistemas de educação municipais e estaduais. Temos um desafio que todos nós acompanhamos, os números da última avaliação mostram isto: o impacto da pandemia, do fechamento das escolas. Não seria diferente pelas dificuldades e pela mudança, ao mesmo tempo pelas enormes desigualdades de acesso a novas formas de aprendizagem, ao ensino híbrido, à educação à distância.

Concordo plenamente com a fala do Prof. Ivan também, quando ele coloca os dois anos da pandemia e o desenho, muitas situações que podem ser incorporadas, inclusive como alternativa. Eu enxergo que, se nós não enfrentarmos de cabeça centrada, sem paixões, a situação da educação no Brasil, o prejuízo será muito grande. Os números mostram que o impacto na alfabetização é o maior, passa de 60% em relação às nossas crianças em fase de alfabetização. E, no ensino fundamental e no ensino médio, o ensino médio já era a modalidade com o maior desafio, com menor crescimento dentro das avaliações nacionais.

Nós precisamos enfrentar a questão da temporalidade. Eu coloquei aqui a questão do abandono, da evasão, da formação de professores, que eu lamento muito ainda ser pouco enfrentada, porque, se a gente não conseguir fazer enfrentamento em relação à formação de professores... Quem forma os nossos professores? Como é que nós estamos lidando com isso? Cadê as universidades públicas, as federais, as instituições de formação, os projetos inovadores que nós precisamos construir? A formação de professores, eu coloco que hoje é um dos maiores desafios da educação, e no ensino médio não é diferente. Se a gente continuar na lógica dos caixotinhos das disciplinas, dos pacotinhos, cada um cuidando da sua tarefa, olhando a realidade da maioria dos estados, como o meu Estado de Tocantins, que em muitas cidades tem, sim – e não é agora, com a reforma; já era –, uma única escola de ensino médio, e, em muitos lugares, a escola de ensino médio compartilha com o ensino fundamental: às vezes a própria escola oferece do sexto ao nono e o ensino médio.

Quando eu estava na Comissão, uma das coisas que nos preocuparam foi o percentual muito baixo do teto. Hoje o Todos traz uma sugestão, que pode ser esse número ou outro, mas realmente o número de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

horas é pequeno, a gente pode avançar. Eu acho também que a gente não pode ridicularizar os itinerários formativos; tem muita coisa acontecendo e tem uma série de situações orgânicas. Eu acho que o que nós temos que enfrentar é que não é só uma questão de reforma curricular, de organização disso aí. A estrutura curricular, a grade, cada estado poderia trabalhar dentro da sua autonomia essa estrutura. A gente precisa ir além disso. Que escolas são essas do ensino médio? Escolas que não têm biblioteca, que não têm laboratório, que não têm banheiro, que não têm nenhuma estrutura de funcionamento.

Nós estamos debatendo, neste momento, a questão do piso, da formação. Pensar que, simplesmente por um selo "novo ensino médio", ou ensino médio anterior, ou porque a gente não concorda, e eu em particular também... A medida provisória atropelou.

Na minha opinião, poderíamos ter trabalhado com a Câmara para acelerar a votação do trabalho que estava sendo realizado. O que logicamente não seria esgotado, mas já tinha um grupo trabalhando, uma Comissão instalada na Câmara há mais de dois anos. Então, nós poderíamos ter avançado.

A discussão e a revisão permanente iriam acontecer também. Só que nós teríamos essa legitimidade porque o debate aconteceu também, mas com a legitimidade de um debate ouvindo diferentes correntes por mais de dois anos.

Eu acho que essa questão de que veio desse governo ou daquele governo não pode ser o que nos dirige, mas os desafios que estão colocados num Brasil diverso, desigual e nós queremos enfrentar. E eu vejo que o Ministro Camilo também tem esse propósito, de lidar, estabelecer e agir, porque o MEC, de verdade, não agiu para apoiar estados nessa tarefa do ensino médio. As ações mostram em relação a isso.

Eu vou fazer... Esse plano de trabalho que eu mencionei, todo mundo vai receber assim que a gente fechar. Eu já tenho as propostas de questionamento, de formulário, que é muito mais de quem fez o texto e apresentou. Praticamente tudo está abordado, mas tem muitas contribuições que têm vindo, ao longo das exposições, com situação da exposição de um representante, de que não necessariamente chegou algum documento já consolidado, de posições, com contribuições.

Então, a ideia é ter esse documento, que possa ajudar não só no nosso relatório, mas ser enviado também ao Ministério da Educação para que possa reunir os dados coletados agora pela consulta pública. E, a partir daí, nós avançarmos, porque hoje o que tem de pior é a insegurança para os alunos, para os sistemas, para a sociedade. E os alunos são os que estão mais inseguros ainda porque têm o Enem para enfrentar, a continuidade de escolarização, a realidade, em muitos casos, de abandono e de apoio dos próprios sistemas, as dificuldades dos sistemas estaduais.

Temos questões abertas em relação aos pontos fortes, pontos positivos da reforma: o que pode ser reforçado, o que tem que ser modificado, o que pode ser aproveitado, o que pode ser minimizado. Questões mais amplas, e todos vão receber, e faço esse apelo para que, dentro das possibilidades de cada uma das instituições, possam nos enviar as contribuições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou ler as perguntas do e-Cidadania e devolvo a palavra a todos os expositores.

O Taylor Pedro, do Distrito Federal, faz uma pergunta, ele coloca: "Quais correções precisam ser feitas no atual modelo de gestão educacional [do Brasil] para [que o Brasil possa ocupar um papel de] destaque na educação mundial?".

Érica de Souza, de Goiás: "Quais são os eixos estruturantes dos itinerários formativos?".

David Martins, do Rio de Janeiro: "Se o novo ensino médio for integral, como [...] [será] com aqueles jovens que trabalham ou fazem estágios? [...] [Perderão] seus empregos?".

Clarissa Saraiva, do Ceará: "Não seria bom se o ensino médio fosse também profissionalizante, como ocorre em países da Europa, por exemplo?".

Vítor Martins, do Distrito Federal: "Qual o impacto da precariedade no ensino médio no Brasil na formação acadêmica e no futuro dos estudantes?"

Átila Conceição, da Bahia: "O ensino médio deveria ter uma disciplina de estágio para preparar o estudante para o mercado de trabalho".

Essas são as contribuições que nós recebemos através do e-Cidadania. Eu acho que, de maneira geral, já coloquei a maioria das questões que foram abordadas. Foi extremamente rica a posição apresentada pelas diferentes instituições.

Eu acho que tem um ponto novo que o Todos trouxe, que é a questão da EAD. Na Comissão, a gente precisa ter essa medida, ao mesmo tempo em que nós estamos trabalhando para a regulamentação do ensino híbrido. Com que elementos a gente pode contar da tecnologia – o que foi muito bem colocado pelo Ivan, pelo Prof. José Ricardo, sobre as tecnologias –, da pesquisa, da possibilidade de aprofundamento, inclusive usando todos os recursos que estão dados. Em muitos casos, os nossos professores não estão nem preparados para conduzir o trabalho. Ao mesmo tempo, temos a questão da EAD e o peso.

Na Câmara, por muito tempo, o debate e a luta de várias áreas profissionais é a de não ter formação de veterinário com EAD, de não ter formação na saúde com EAD. Infelizmente, a situação da formação de professores, no Brasil, tem um peso enorme só em EAD e com muita dificuldade. E não estou colocando pelo formato; é porque o nosso país não tem estrutura de monitoramento, de acompanhamento. É uma ausência completa, normativa e, eu diria até, de monitoramento do que é ofertado, de qual a qualidade e de como é que nós podemos certificar quem está fazendo através da EAD.

Eu vou passar a palavra pela ordem de exposição, por cinco minutos, no máximo, pedindo que, dentro do possível, consigam se organizar dentro desse tempo, deixando aberto para qualquer um de vocês. Além do material que nós vamos mandar, é aberto. Obviamente, são sugestões de pontos; quem quiser e puder nos ajudar nesse processo de construção do relatório, será muito importante para todos nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Profa. Fernanda Antônia Fonseca Sobral da SBPC, pelo tempo de cinco minutos.

A SRA. FERNANDA ANTÔNIA DA FONSECA SOBRAL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu queria agradecer, de novo, à Profa. Dorinha, porque eu acho que foi uma oportunidade.

Como eu disse no início, é um exercício da democracia. A gente viu aqui posições diferentes, todas respeitosas, eu diria – todas respeitosas. Nós vimos posições mais críticas, menos críticas e propositivas, como foi o caso, sobretudo, do Gabriel, que trouxe propostas claras com relação a isso. Então, eu acho que isso só ajuda para essa construção do consenso que se está querendo.

Logo no início, eu disse: olhem, quem sabe a gente chega, mais ou menos, a um consenso, apesar das divergências. A gente quer, na realidade, ajudar nesse consenso, com relação à reforma do ensino médio, e isso é típico da democracia.

Eu disse aqui... Uma questão só que eu queria reforçar: é claro que alguns problemas que eu mesma coloquei aqui – por exemplo, relativos à formação de professores, à falta de infraestrutura –, não são de agora. Isto todos nós sabemos: não são problemas de agora, mas eu acho que na medida em que estamos querendo fazer uma reforma do ensino médio, pensando num futuro melhor, temos que nos preocupar tanto com a formação de professores, com essa questão, como com outras coisas também, como infraestrutura, inclusive com a infraestrutura digital. Foi dado um exemplo agora, quer dizer, da inteligência artificial; o Ivan se referiu a isso, quer dizer, nós estamos chegando num momento em que a inteligência artificial está entrando. Então, as escolas precisam estar, até certo ponto, equipadas. E eu diria que foi um dos sofrimentos que a pandemia trouxe, foi justamente essa falta de infraestrutura das escolas para poder justamente acessar a educação à distância.

E, finalmente, o que eu queria dizer é que não podemos pensar numa reforma apenas como uma reforma curricular; temos que pensar, então, em matrizes curriculares, em material didático, em formação de professores e em infraestrutura – é isso!

Eu acho que é isso, dizendo de uma forma muito resumida, mas eu acho que essas questões foram apontadas como sendo problemáticas, sempre foram, e nós não podemos... com uma reforma que seja malfeita, uma reforma que venha piorar ainda mais essa situação. Essa é uma questão.

Sobre a questão da revogação ou não, eu até disse que, em 2018, a SBPC foi clara na revogação. Agora, nós estamos apontando os erros e vamos ver justamente qual é a possibilidade de revisão ou de revogação, o que o próprio Ivan coloca como o temor de uma crise institucional grande com a revogação.

Então, eram essas contribuições que eu queria dar ao final.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Prof. Fernanda, sempre muito lúcida, foram muito importantes as suas contribuições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos enviar e aguardamos receber contribuições da SBPC. A professora mencionou vários documentos construídos e, com certeza, vão nos ajudar nesse processo de construção.

É muito importante essa questão. Nós não estamos falando só do currículo do ensino médio; é importante, é parte de todo o processo, mas exigem ações muito mais orgânicas e estruturadas para o ensino médio.

Muito obrigada.

Com a palavra a Sra. Monica Ribeiro.

Eu não estou vendo ela aqui na página, não sei se ela não está... (*Pausa.*)

Está?

Monica Ribeiro, Professora titular da Universidade Federal do Paraná, Coordenadora do Observatório do Ensino Médio, para as suas considerações finais.

A SRA. MONICA RIBEIRO DA SILVA (Para expor.) – É que alguém aí "muta" o nosso microfone, então, enquanto "mutava", eu abria, mas, enfim, deu tudo certo.

Vou colocar aqui o meu cronômetro.

Então, primeira coisa, nós temos, do Movimento Nacional, um documento que foi entregue ao GT Transição, com a passagem do Governo Lula, vou retomar esse documento para enviar e temos um manifesto do Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio, que traz dez pontos para se pensar numa política pública integrada para o ensino médio, que ultrapassa a questão curricular.

Então, se der tempo, eu falo um pouquinho disso. Se não, eu vou dialogar um pouquinho com o que os colegas falaram e com o Portal e-Cidadania.

Primeiro, quanto à questão do tempo integral, ela não pode ser vista como um princípio abstrato. Nós temos que avaliar as condições efetivas de oferta e ampliação da jornada no Brasil, considerando a estrutura física das escolas, a quantidade de professores que nós temos, o grau de esforço docente, os materiais e as experiências que tivemos com o Emiti (Ensino Médio Integral em Tempo Integral), da portaria que nasce com a MP 746, que já mostram problemas graves.

Nós temos, em São Paulo, escola com turno integral, com jornada que começa às 14h e vai até às 21h. A ampliação para mil horas anuais, nós temos uma boa parte que é cumprida de forma remota sem qualquer assistência de professor. Então, não dá para ser um princípio genérico, uma abstração, nós temos que ter um diagnóstico factível em relação a isso.

Quanto à questão da profissionalização, eu sinceramente considero muito estranhas algumas falas, mas eu vou responder à pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Não seria importante o ensino médio ter formação profissionalizante?"

Gente, em 1996, quando aprovou a LDB, os arts. 39 e 40 falaram da educação profissional técnica de nível médio. Já existia lá a forma concomitante e subsequente. E o Decreto 5.154 põe a forma integrada, que é o que permite a ampliação dos institutos federais. Como assim falar que não existia ensino médio profissionalizante no Brasil? É extremamente estranho isso. A questão é: qual é a forma da profissionalização?

Sobre a questão levantada pelo Prof. – não sei se é professor – José Ricardo, nós temos uma questão para discutir e para avançar, porque não é fácil dizer que a concepção de flexibilização está sintonizada com o que acontece no mundo.

Mais ou menos, tenho estudado agora o modelo alemão e o modelo canadense, que seriam modelos de flexibilização, mas são muito diferentes. Não têm itinerários formativos não.

E a outra coisa é como é que nós criamos no Brasil essa contraposição de diversificação por um lado e padronização pela BNCC do outro.

Vamos resolver essa equação. Como é que se diversifica e se impõe um currículo padronizado? Porque, mesmo que, em tese, não seja um currículo, para os estados é, inclusive porque está ali nas avaliações em larga escala. Aqui, no Paraná, tem até prova de BNCC, para vocês terem uma ideia de como as leituras vão sendo traduzidas pelos entes que irão aplicar a lei.

"Nunca ouvir falar em retomar os PCNs na nossa área da política curricular". Há uma ampla crítica aos PCNs.

Sobre a questão da flexibilização, gente, o Brasil tem formação básica como parte diversificada desde a Lei 5.692. Então, como dizer que era um currículo único que não poderia flexibilizar? Nós sempre tivemos parte diversificada.

Outra coisa, assim, preocupa-me a gente ficar falando abstratamente em currículos e, para mim, esse foi o erro da MP 746 e do PL 6.840. Nós temos que levar em consideração um diagnóstico real do que é ofertado no Brasil, das condições de estrutura física, material e trabalho docente. Por exemplo, agora há pouco o Ivan falava da inteligência artificial. O.k.. A pandemia mostrou que 90% do quartil mais pobre da população não têm acesso à internet. Então, vamos olhar para o futuro a partir da realidade, e não a partir de abstrações ou de generalizações ou até mesmo de experiências de outros países. Essa é a minha preocupação, entende? Que a gente coloque um ponto de chegada sem apreciar o ponto de partida. E, sim, o ponto de partida das nossas análises aqui são as redes públicas de ensino de todo o território nacional. Essa que é a nossa preocupação, como é que essas coisas casam.

Propostas em relação à Lei 13.415, a ampliação da formação geral básica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós defendemos o mínimo de 2,4 mil horas – o mínimo de 2,4 mil horas. Também não vejo como teto, nenhuma lei nossa tinha teto.

Ensino totalmente presencial, principalmente as 2,4 mil horas.

As pesquisas todas já estão mostrando a enorme exclusão digital de estudantes de escola pública no Brasil. Vamos olhar para isso.

Eu destacaria a problemática dos itinerários formativos. Eu, particularmente, considero um equívoco, porque sigo alguns estudos, inclusive estudos franceses, mas que analisam países – posso depois enviar o estudo, está em francês, mas posso enviar. Eles mostram que, em países com marcas de desigualdades sociais e educacionais, a diversificação precoce nos currículos só amplia as desigualdades. Então, esse é um ponto que eu considero importante que a gente considere na decisão da reformulação.

E me permite um minuto?

As pessoas ficam polarizando, revogar ou não, mas eu coloco a pergunta para gente pensar se é possível fazer alguma alteração – inclusive essas que o Gabriel trouxe ou outras que a Fernanda mostrou – sem mexer na lei. Então, não dá para ampliar a carga horária de formação geral básica para quantidade que for sem alterar a Lei 13.415, porque nela está o teto de 1,8 mil horas. Não dá para repensar formatos ou vinculação ou não à BNCC ou aos itinerários sem alterar a lei. Então, quando a gente fala em revogação, nós estamos falando em retomar a Lei 13.415 naqueles pontos que mostraram que já eram problemáticos, criticados e temerosos e que se mostraram absolutamente impossíveis de serem exequíveis nas condições do sistema escolar brasileiro.

Então, muita coisa passa, sim, por mudança na Lei 13.415, e a fala de todo mundo aqui, salvo engano, vai nessa direção, porque precisaria e implicaria em mudanças na lei.

Muito obrigada novamente, Professora Dorinha, muito bom te encontrar, mesmo assim, *online*, e é muito bom poder ter...

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Por videoconferência*.) – Acho que nós tivemos... congelou. Travou? (*Pausa.*)

Quando a Profa. Monica retomar, nós agradecemos.

Com a palavra o Sr. José Ricardo Diniz, representante da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen).

O SR. JOSÉ RICARDO DINIZ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu gostaria de agradecer a oportunidade de participar de um painel, de um debate tão qualificado, tão proveitoso, eu diria, pela diversidade de opiniões, de concepções, de contribuições. Eu confesso que foi bastante enriquecedor para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mim estar com profissionais, com educadores que têm, cada um, a sua perspectiva, mas todos nós acreditamos na educação como o grande motor para toda e qualquer nação.

Nas palavras finais, eu gostaria de colocar que, com relação à revogação da lei e a uma outra lei, na verdade, nós entendemos que as achegas necessárias não mexem na concepção da lei. A base conceitual da lei, conceptiva da lei, está dentro dos fundamentos que nós temos na BNCC com todos os seus elementos – então, há uma articulação evidente nesse sentido – e a própria liturgia final que resultou na lei.

Gostaria de destacar também o aspecto da educação profissional. Eu acho que a nova lei do ensino médio – o Novo Ensino Médio, melhor dizendo – traz a questão profissional à tona de uma maneira muito marcante e está trazendo esse debate à pauta da educação, daí a importância que isso traz para a educação brasileira como um todo.

Uma outra questão que eu gostaria de colocar é que todas as propostas aqui colocadas sinalizam na direção de uma afinação com todos estes aspectos que marcam o nosso tempo: a questão da conectividade, a questão do avanço tecnológico, a questão das metodologias ativas, a questão de trazer a educação para algo mais estimulante e que esteja dentro da realidade de vida de cada estudante. Esses pontos todos estão colocados nas proposições, nas propostas que aqui foram colocadas, e eu, particularmente, também entendo, e toda a Confenen entende, que essas postulações são bastante relevantes para serem levadas em conta no relatório final.

Então, mais uma vez, agradeço à Presidente, Professora Dorinha; à Relatora, que acompanhou os trabalhos, e a todos os colegas que participaram deste debate tão proveitoso, tenho certeza, para todos nós.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Prof. José Ricardo.

Monica, muito obrigada. Quando você terminou a sua fala, congelou aqui a sua imagem, então, eu não sei se você estava nos ouvindo, mas muito obrigada também pelas suas contribuições.

E, só para esclarecer, obviamente, se houver... O objetivo do grupo de trabalho é uma avaliação na proposição inicial da Senadora Teresa Leitão. Não significa revogar ou ter uma nova lei, mas pode ser que isso seja apontado. Então, elementos podem ser corrigidos. Nada impede que, sem revogar uma lei anterior, façamos ajustes e novas propostas, assim como também não impede de fazermos um novo desenho. É que também, de igual forma, se nós tivemos um debate de mais de dois anos, uma proposta... Teve a medida provisória, teve uma série de coisas. Também o tempo de debate vai permanecer com os ajustes necessários. Aqueles que forem matéria de lei podem ser feitos, inclusive porque partem de um consenso com que é muito mais fácil de caminhar. E, no que não for matéria de lei – que for do conselho regulamentar, que for ação do Ministério da Educação –, eu acho que o mais importante é este debate, com diferentes leituras que você traz, também importantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos nós sabemos, e eu fui quase que sozinha na luta pelo 5G na educação, porque o edital já estava pronto, já lá no TCU, com o peso de todo mundo dizer: "Ah, vai atrasar para todo mundo". E a gente conseguiu incluir, mas as lutas são muito grandes, porque, de verdade, este país é muito desigual. E, logicamente, a educação sofre muito com tudo isso que nós estamos colocando.

Prof. Ivan, sempre bem-vindo, para suas considerações finais. Ivan Claudio Pereira Siqueira.

O SR. IVAN CLAUDIO PEREIRA SIQUEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Também agradeço muito à Senadora Teresa Leitão, que preside; à Professora Dorinha, Senadora que é Relatora; e às colegas e aos colegas que, enfim, me deram a honra de participar aqui.

Eu entendo, tentando colaborar e, obviamente, não repetir o que já foi dito, que a educação se faz com sonhos também. Eu não acredito que a educação se faça só com concretude. E princípio, por definição, é abstrato; não conheço princípio concreto. A Constituição coloca dois princípios para a educação nacional: primeiro, uma formação de cidadania plena; segundo, a educação para o mundo do trabalho. Isso é abstrato, mas é evidente que isso deve se concretizar. É em função disso que a LDB vai procurar responder a esses dois princípios constitucionais em todos ou na maior parte dos seus artigos.

Então, são dois princípios constitucionais que deveriam ser vistos, se nós tivéssemos um projeto de país – mas não temos, não para todos. Esses dois princípios, apesar de abstratos, bastariam, porque bastaria a gente fazer a pergunta: quanto à cidadania plena, no século XXI, precisa do que para você ser uma cidadã ou um cidadão pleno num país diverso, num contexto mundial diverso, de globalização, de crise de modelo de produção, etc.? Que elementos são fundantes para aquilo que está na Constituição, que é a educação básica, que deveriam prover?

Então, acho que isso daria, de certa maneira, muito respaldo às nossas decisões, mas é evidente que, como várias sociedades, nós temos problemas, temos, enfim, debates, divergências, mas me parece que esse fundo é a razão central de todo o resto: o fato de nós não termos, de fato, um projeto de país para todos.

Agora, por fim, eu queria dizer que, independentemente de qualquer que seja o modelo, eu penso que a gente deveria estar preparado para discutir alterações de maneira constante, em função das dinâmicas que se apresentam. Qualquer que seja a alternativa que nós tomemos agora, seja em relação ao ensino médio, seja em relação à formação de professores ou seja em relação a alguma coisa que de fato importe para a educação brasileira, a gente não pode desconsiderar o contexto. E o que é que o contexto está mostrando para nós? Que são necessários, primeiro, monitoramento constantemente, avaliação e tomadas de decisões, para a gente não ficar para trás. Os países que fizeram a reforma, por exemplo, em relação ao ensino de computação, inteligência artificial, já estão na terceira reforma, que começaram há mais de dez anos. A gente aprovou um documento há um ano e pouco e, se quisermos ficar minimamente na página vigente, já teremos também que fazer alterações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu penso que, se a gente entende que a dinâmica do século XXI, neste momento presente, é uma dinâmica de inconstância permanente, eu penso que a gente tiraria um pouco do peso de nos arvorarmos em decisões definitivas. A única coisa que é definitiva é o que ficou no passado, e, mesmo assim, a gente está o tempo todo reinterpretando.

Então, eu acho que nós não temos um projeto de país, mas penso que os dois elementos centrais que estão na Constituição como princípios que reverberam por toda a LDB e toda a legislação deveriam servir de base para a gente constituir um país que, paulatinamente, seguisse na direção desses princípios. E, por definição, princípio é: se você está indo para o nordeste e nordeste, você corrige a rota, mas, indo para o sul, você não chega nunca ao norte. Então, o princípio também ajuda, porque ele te dá uma noção de direcionamento, porque não pode ser o zero ou um binário da computação, porque aí fica muito difícil de a gente pensar em convergência humana através desse conhecimento.

Eu agradeço muito às colegas e à Senadora Professora Dorinha e a toda a sua equipe aí.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada.

Eu passo a palavra agora para Gabriel Barreto Corrêa, do Todos pela Educação, para as suas considerações finais.

Muito obrigada.

O SR. GABRIEL BARRETO CORRÊA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora.

Eu vou começar a partir de um comentário que a senhora fez sobre tecnologia e EAD. Eu acho... Só frisar e sublinhar que é muito importante mesmo essa discussão, porque, quando aqui, no Todos pela Educação, a gente fala de restrições muito rígidas à educação à distância, a gente não quer abominar as tecnologias na educação. Então, eu acho que tem jeitos... As normativas ainda não estão claras nesse caminho, mas a forma com que tem sido feita a educação à distância nas redes de ensino tem gerado ainda mais desigualdades, e isso nos preocupa muito.

Tem um segundo ponto, que a Profa. Monica levantou, sobre questões da legislação anterior, com a qual concordamos. Não tive tempo de expor, mas, claro, sabemos da legislação, que já permitia o ensino médio integrado, especialmente, articulado ao ensino técnico e à questão da diversificação curricular, só que entendemos que a legislação e as normativas anteriores pouco incentivavam isso. Não à toa a gente tem um número, uma parcela de matrículas de cursos técnicos de nível médio integrados – que é o modelo que a gente mais defende – baixíssimos aqui no Brasil, com ilhas de excelência – que são realmente ilhas de excelência – que devem servir de inspiração, como os institutos federais de algumas escolas técnicas estaduais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre essa questão de revogação, Senadora, acho que ficou muito claro na minha fala: o Todos pela Educação não é a favor da revogação do Novo Ensino Médio. A revogação é você tirar tudo que está aí e colocar outra coisa no lugar ou não colocar, mas eu acho que não tem ninguém no debate que quer voltar para o modelo anterior totalmente, mas a gente entende que tem, sim, pontos de ajustes, e mudar alguns pontos e normativas em legislação não significa, a nosso ver, revogar uma lei inteira.

Então, acho que essa ideia de alterar dispositivos está muito presente em nosso documento técnico. Não pude aqui e nem quis detalhar os artigos, os parágrafos e os incisos em que a gente sugere mudança no nosso documento.

Tem uma preocupação que apresentamos aqui e que vem crescendo no debate educacional, que é uma proposta de voltar ao modelo anterior mais 2,4 mil horas. É você botar um mínimo de 2,4 mil, com obrigatoriedade das 13 disciplinas obrigatórias, ou seja, você volta ao modelo anterior rígido, por 2,4 mil horas, e nas restantes você faz o que quer.

A gente entende que se deve ir para o seguinte caminho: olha, uma rede que ainda não está preparada para seguir esse modelo poderia seguir esse caminho, mas somos contra matar ideias que já estão acontecendo, em ideias públicas inclusive, de se trabalhar a interdisciplinaridade, de se pensar em modelos diferentes, sem voltar necessariamente, obrigatoriamente, na LDB a 13 disciplinas. Inclusive, acreditamos que também não é espaço de lei definir quais componentes curriculares devem ser obrigatórios. Acho que isso é uma coisa presente aqui na nossa defesa.

E, por fim, tem algo que é fundamental, e esse Governo, junto com a atual legislatura no Senado e na Câmara, tem tentado promover, que é essa articulação entre Congresso e Governo Federal. Se tem muita crítica, lá de 2016, de que o Governo Federal atropelou pela medida provisória uma discussão parlamentar, achamos muito crítico que no Parlamento comece a ter discussões que passam ao largo da consulta pública e do ministério que o está fazendo. Então, acho muito positiva – eu estava há pouco com a Senadora Teresa Leitão e sei que a Senadora Dorinha, que é Relatora nesta Subcomissão, também tem feito isso – essa articulação que tanto Senado quanto Câmara têm feito com o Ministério da Educação, pelo menos a maioria dos Parlamentares, para que a gente tenha esse consenso, ouvindo os secretários estaduais de educação, ouvindo profissionais de educação, ouvindo os estudantes, para que a gente possa achar a melhor saída. Do jeito que está, acho que tem um consenso aqui de que não dá para continuar, mas podemos e precisamos avançar muito mais.

Então, obrigado pelo convite. O Todos pela Educação está à disposição para continuar dialogando sobre esse tema com vocês.

Obrigado, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada a cada um que trouxe aqui as suas contribuições e a quem nos acompanhou no e-Cidadania.

Quero submeter à aprovação o Requerimento nº 2, de 2023.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER E AVALIAR O ENSINO MÉDIO NO BRASIL N° 2, DE 2023

Requer, nos termos do art. 74, I, do Regimento Interno do Senado Federal, Inclusão, no Plano de Trabalho da Subcomissão Temporária para "debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil, seus desafios e perspectivas" (CEENSINO), aprovado em 10 de maio de 2023, a seguinte atividade: Aplicação de formulários eletrônicos para a coleta de dados para a realização de uma avaliação do Novo Ensino Médio, instituído pela Lei nº 13.415/2017, junto às autoridades que serão ouvidas pela CEENSINO.

Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)

O documento está disponível na página do Senado.

Está aberta a discussão aos Senadores. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

O requerimento foi aprovado.

Nós agradecemos imensamente a contribuição, a participação de todos: da Profa. Fernanda, da Profa. Monica, do José Ricardo Diniz, do Prof. Ivan, do Gabriel. Muito obrigada. Nós seguimos aqui na nossa tarefa e esperamos receber as contribuições de vocês.

Obrigada a todos que nos acompanham também pela TV Senado e pelo e-Cidadania.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 14 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER E AVALIAR O ENSINO MÉDIO NO BRASIL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e quatorze minutos do dia quatorze de junho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Subcomissão Temporária para debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Augusta Brito e Astronauta Marcos Pontes, e ainda dos Senadores Nelsinho Trad, Leila Barros, Paulo Paim, Flávio Arns, Jorge Kajuru, Cid Gomes e Lucas Barreto, não-membros da comissão. Havendo número regimental, a reunião é aberta Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 5/2023 - CE, de autoria Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Finalidade:** Debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil. **Participantes:** Sra. Andressa Pellanda, Coordenadora-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (Campanha); Sr. Rodrigo de Paula, Coordenador da Secretaria de Finanças - CONTEE; e Sra. Marlei Fernandes de Carvalho, Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidente da Subcomissão Temporária para debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/06/14

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todas e a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Havendo quórum regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Subcomissão Temporária para Debater e Avaliar o Ensino Médio no Brasil da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 14 de junho de 2023.

Os objetivos e diretrizes da reunião.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater e avaliar o ensino médio no Brasil em atenção ao Requerimento nº 5, de 2023, de minha autoria.

Convido para compor a mesa o Sr. Rodrigo de Paula, Coordenador da Secretaria de Finanças da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee), ao tempo em que anuncio também como participante da mesa, em modelo *online*, a Profa. Marlei Fernandes de Carvalho, Vice-Presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), e a Profa. Andressa Pellanda, Coordenadora Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que já estão aí nossa telinha.

Informo ainda que foi convidada a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), que não indicou representante para participar desta audiência pública.

Antes de passar a palavra para os nossos convidados e convidadas, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Quero pactuar com os nossos convidados para que, na exposição inicial, cada um ou cada uma tenha o tempo de dez minutos, podendo ser prorrogável por mais cinco minutos. E, ao fim das exposições, a palavra será devolvida, após as inscrições dos Parlamentares e a leitura das participações pelo e-Cidadania. Então, os convidados terão a palavra inicial de dez ou quinze minutos, podendo se estender até quinze. E, ao final, na devolução, nossos cinco minutos tradicionais.

Vamos começar ouvindo a Profa. Marlei Fernandes de Carvalho, representando a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação).

Seja bem-vinda, Marlei, e muito obrigada por aceitar o nosso convite.

A SRA. MARLEI FERNANDES DE CARVALHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todas, a todos e a "todes".

Quero cumprimentar a nossa querida Senadora Teresa Leitão, também da educação pública em Pernambuco, que, então, representa a nós trabalhadores e trabalhadoras da educação. E também cumprimento o trabalho desta Subcomissão, que já está hoje na sua sexta audiência pública para tratar de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um dos temas que mais têm tomado o nosso debate nesses últimos períodos, que é a necessidade da reformulação do ensino médio. Eu diria que nós, do campo da educação, estamos dizendo da revogação da atual Lei 13.415 para uma nova legislação pactuada, debatida com os segmentos educacionais, o que não aconteceu desde 2016 e desde 2017, na aprovação da lei.

Quero saudar, então, todos e todas, também o companheiro da Contee e a Andressa Pellanda, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Senadora Teresa Leitão, acredito que já passaram por aqui diversas avaliações das necessidades relativas à revogação da Lei 13.415, de 2017. Não quero dizer que a posição da Confederação Nacional das Trabalhadoras e dos Trabalhadores em Educação é pela revogação dessa lei. Nós já fizemos diversos seminários, estamos em luta desde 2016, e entendemos que chegamos, agora em 2023, ao ápice da demonstração da farsa que é a Lei 13.415. Estou falado em farsa no sentido do que ela prometeu, do que veio de promessa sobre essa lei, e o que de fato está acontecendo nos estados.

Nós, da educação pública representamos... Só a educação básica, sem a contabilização dos institutos federais, que têm uma outra estrutura, um outro currículo e uma outra condição, uma que nós gostaríamos que todas as escolas públicas das redes de ensino da educação básica tivessem e ainda não foi possível... Mas quero dizer que nós respondemos por 85% de todas as matrículas dos nossos jovens, adolescentes e jovens, e de muitos adultos no ensino médio no nosso país.

Eu vou seguir um pouco os objetivos que foram colocados nesta Subcomissão, que seriam as lacunas, a carga horária, sobre o que é, então, que nós, da CNTE, fazemos as devidas críticas e o que estamos propondo.

Quero dizer, primeiro, que a revogação da Lei 13.415 é condição essencial para se resgatar o direito à educação no Brasil à luz dos princípios de qualidade e de equidade para a maioria dos nossos jovens que estão na escola. E também quero ressaltar que a CNTE já pensa, obviamente, nos mais de 70 milhões de brasileiros e brasileiras que não concluíram a educação básica no nosso país e, assim, dizer também que, nessa propositura da revogação dessa lei, nós também queremos recuperar o ensino médio noturno para o aluno trabalhador, assim como a ampliação da educação de jovens e adultos, que nos últimos anos também foi deixada de lado. Vejam que temos uma necessidade gigantesca, com mais de 70 milhões de brasileiros e brasileiras que ainda não concluíram a educação básica no nosso país.

Também quero dizer, nesse sentido, que a nossa crítica vai à parceria com a BNCC, que esvaziou os conteúdos da base geral de formação nas nossas escolas, rompeu a unidade formativa no nível básico através dos chamados itinerários formativos que compõem o chamado novo ensino médio, mas estão completamente desvinculados da formação geral e dos projetos político-pedagógico das escolas. Não houve nenhuma formação e orientação aos docentes, as matrizes curriculares foram substituídas por disciplinas com pouco ou nenhum conteúdo histórico-científico. Disciplinas da nossa matriz curricular consistente das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quatro áreas – história, geografia, sociologia, filosofia, artes, física, química, biologia, língua portuguesa, línguas estrangeiras modernas, no caso espanhol também foi deixado de lado, e matemática – foram substituídos por muitos desses itinerários formativos na matriz curricular. Isso criou também aos trabalhadores e trabalhadoras da educação, obviamente aos professores e professoras das escolas, uma necessidade de ter que – entre aspas, muito entre aspas – "se adaptar". Adaptar a quê? Adaptar-se às novas disciplinas desses itinerários formativos que não constituem nossa formação geral básica. Isso explodiu este ano, demonstrando a dificuldade para os nossos estudantes, principalmente das escolas públicas, visto que boa parte das escolas privadas conseguiram permanecer com a formação das quatro áreas do conhecimento de forma mais geral e ao mesmo tempo também criaram alguns itinerários formativos.

Nós também entendemos que temos para esses jovens, hoje colocados, uma formação aligeirada. O próprio Presidente do Inep já disse que o Enem – e nós entendemos que é isso mesmo – tem que partir na sua configuração através da formação geral básica. Daí a gente já vê a grande lacuna que esse novo ensino médio, esse chamado novo ensino médio trouxe, que foi justamente tirar as principais disciplinas da formação geral básica.

Nesse sentido, nós entendemos que há necessidade desse amplo retorno de debate sobre o ensino médio e que o MEC, através da Portaria 399, está colocando, mas nós entendemos que também não atingiu ainda uma popularização, ou seja, chegar diretamente às escolas, aos pais e às mães, o que significa a atual proposta e quais as proposições que eu vou dizer na sequência que nós queremos instituir.

Acho que outros temas muito importantes e que esta Subcomissão coloca em seus objetivos é em relação ao que foi apresentado na proposta da Lei 1.3415. Foi apresentado um ensino médio de tempo integral que não é factível, como a gente diz entre os trabalhadores. Quem fez a proposta não conhece a realidade das escolas públicas do nosso país, com mais de 3 mil cidades que apenas têm uma escola de ensino médio, que não puderam ser adaptadas à estrutura factível de um currículo necessário para uma escola de tempo integral e, ao mesmo tempo, que expulsou muitos alunos da escola, isso porque, ao estender as jornadas e não transformar as escolas em tempo integral, porque não foi possível para as redes de ensino e para essas escolas, vários estudantes tiveram que deixar a escola diante da necessidade social de se dedicarem a suprir às necessidades socioeconômicas das suas famílias.

Com relação à infraestrutura das escolas, também não tivemos quase nenhum avanço. Não tivemos um robusto movimento do Ministério da Educação, nem no currículo, nem na implementação, tampouco na estruturação dessas escolas para de fato se ter um ensino médio em tempo integral. Então, nós entendemos que essa revogação é necessária.

Eu vou aqui dizer que a CNTE vai soltar, na próxima semana, no máximo, um texto dizendo aí de todas as nossas necessidades com relação à alteração da lei, como a carga horária mínima anual, diferenciar o noturno do diurno, diferenciar a educação, a escola de tempo integral, onde se consegue implementar esse ensino médio de forma parcial, porque não se consegue instituir em todas as escolas de nosso país, também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colocar a necessidade do retorno de todas as disciplinas de uma formação geral, com um mínimo de 2,4 mil horas, e uma parte diversificada, mas construída a partir de um arcabouço e de uma estrutura direcionada às áreas do conhecimento e não uma coisa tão fluída e tão solta que não dê condições de as escolas e de os sistemas de ensino fazerem essa aplicabilidade.

Então, sabemos que já demos dois projetos de lei no Congresso Nacional, Senadora Teresa Leitão, mas a CNTE vai, nos próximos dias, colocar um texto que ajuda e vai ajudar esta Subcomissão, como vai ajudar as atuais propostas e também levar ao MEC aquilo que nós orientaremos para que alcancemos uma nova proposta amplamente debatida com a sociedade e que seja aprovada por este Congresso, tanto na Câmara Federal quanto aqui no Senado.

Então, fico por aqui inicialmente. O tempo passa rápido, não é? A gente acha que dá tempo de fazer toda a exposição, mas, na sequência, estamos aqui para contribuir.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigada, Profa. Marlei.

Aqui no Senado, ainda não chegou nenhum projeto de lei da reforma do ensino médio. Tem um projeto tramitando na Câmara, não sei se já foi distribuído, não sei ainda o nível de tramitação, mas o que nós estamos ouvindo de todos os nossos convidados é sobre esta necessidade: o que faremos a partir do que estamos recolhendo, da riqueza que estamos recolhendo nesta Subcomissão? Todos os documentos das entidades convidadas podem ser encaminhados para a nossa relatoria. Hoje, inclusive, eu vou passar à Relatora uma posição do Conselho Estadual do Piauí. É importante que os conselhos também, apesar de nós já termos aqui contado com a presença do coordenador geral do Fórum de Conselhos Estaduais... Há posições tomadas por alguns conselhos que certamente vão enriquecer bastante o nosso relatório. Então, esse documento que a CNTE está preparando será muito bem-vindo para a nossa relatoria.

Passo a palavra agora para a parte presencial – que aí a gente alterna, não é? Depois, a gente chama a Andressa –, a Rodrigo de Paula, Coordenador da Secretaria de Finanças da Contee.

O SR. RODRIGO DE PAULA (Para expor.) – Primeiro, boa tarde a todos, todas e "todes"!

Quero saudar, Senadora Teresa Leitão, em nome da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee), todos os presentes; saudar aqui o Walisson, pelo Fórum Nacional de Educação; saudar a Andressa, a Marlei da campanha da CNTE.

Quero dizer, primeiro, Senadora, que nós – a nossa confederação – representamos atualmente todos os trabalhadores do setor privado de ensino, da educação infantil até a universidade, aproximadamente 120 sindicatos, entre professores e técnicos do Brasil, e aproximadamente 1,2 milhão de trabalhadores do setor privado. E nós temos como filosofia, Senadora Teresa, embora sejamos um sindicato de trabalhadores do setor privado, nós defendermos a escola pública. Nós entendemos que cada escola pública de qualidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diminui a mais valia no setor privado e aumenta também a qualidade da educação, não é? E é neste sentido que nós, a Contee, também nos posicionamos, Senadora, nacionalmente, da mesma forma que os companheiros trabalhadores da CNTE: contrários à lei do novo ensino médio, por entender primeiro, como a Marlei colocou, por vários aspectos, mas o principal deles é justamente a ausência de debate político. Nós viemos de... Passamos por um processo de muita ausência de debate na educação, e entendemos que não se constrói educação por decreto ou lei sem que a gente discuta com os agentes principais, que são os estudantes, os docentes. E nós entendemos que ocorreu, ao longo de vários anos, certa inanição por parte do Ministério da Educação, em que várias entidades, inclusive representantes, foram excluídas por diversas vezes de diversos debates envolvendo a educação, entre eles do da própria reformulação do ensino médio.

Então, nós entendemos que a lei deva ser revogada, Senadora, a partir de um grande movimento de rearticulação que passa pelo Fórum Nacional de Educação. Nós entendemos que o local, o foro correto para debater o novo ensino médio passa ali pelo Fórum Nacional de Educação, pela construção coletiva, entidade essa que reúne todos os pensamentos da educação: dos estudantes a todos os docentes, toda a comunidade escolar.

Nós entendemos que, nesse sentido também, da mesma forma, Senadora Teresa, a Contee estará apresentando, tanto ao Senado como à própria Câmara dos Deputados, o entendimento nosso, a nossa concepção enquanto trabalhadores do setor privado, por entender que esse novo ensino médio faz com que o afastamento social se aprofunde, onde o filho do trabalhador não vai ter a mesma oportunidade, muitas vezes, que o filho de uma sociedade com mais acesso. E nós representamos isso no setor privado. A gente percebe o afastamento da prática real da implementação do ensino médio. A gente hoje tem escolas que não têm o mínimo sequer de estrutura, em que a gente praticamente não consegue comportar a educação em tempo integral, atender os itinerários e, ao mesmo tempo, também atender a expectativa de vida dos estudantes uma vez que a maioria das escolas não tem sequer estrutura, não é? Quando a gente vai para o aspecto da formação docente, sequer nós tivemos uma preparação enquanto docentes para atender essa nova realidade do ensino médio.

Então, nós temos várias críticas. Achamos que a reformulação nesse contexto não é possível uma vez que nós não participamos dessa elaboração. Achamos que deva ser revogado para, a partir de um marco de revogação, a gente construir uma relação nova. É claro que a gente tem aí grandes movimentos, e boa parte dos defensores, Senadora, dessa reforma do ensino médio tem dito muito: "Ah, porque nós já fizemos, os estados fizeram investimento, a maioria das escolas se preparou". Mas, quando a gente vê lá na prática, não é bem assim, com exceção do setor privado, que tem uma relação muito diferente de estrutura, de mecanismo, muitas vezes, inclusive, com foco no acesso apenas à universidade, que se preparou na ótica do mercado. E nós entendemos que a educação não pode ser uma ótica do mercado de exclusão; ela tem que levar em consideração a expectativa de vida, o acesso aos jovens ao mundo do mercado de trabalho. E esse novo ensino médio justamente faz com que ocorra um afastamento social muito grande. Hoje, praticamente, o filho do pobre jamais vai poder ser um médico, vai poder ser aquilo que ele desejar – não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falo nem em questão de médico, mas aquilo que ele desejar –, porque não vai ter a mesma oportunidade para o aluno da escola pública e para o aluno do setor privado.

E aí, nesse sentido, nós entendemos que é necessário que este Governo, Senadora Teresa, que nós ajudamos a eleger do ponto de vista de uma nova concepção, da democratização, adote esse debate no próprio Ministério da Educação, a partir do Fórum Nacional de Educação – ali, sim, nós entendemos que é o foro correto, democrático; que passa, inclusive, por todas as correntes de pensamento – para que a gente possa construir, sem dúvida nenhuma, o ensino médio de acesso a todas e todos. Porque, infelizmente, o que a gente está percebendo e acompanhando nas escolas deste Brasil é o afastamento, a evasão escolar, uma realidade em que nós entendemos que, se não tiver por parte desse Governo uma sinalização de a gente reorganizar o mundo da educação com foco nessa questão social, a gente não vai ter oportunidade para todos.

E é nesse sentido, Senadora Teresa, que a Contee se solidariza. Vamos apresentar... Estamos acompanhando a tramitação do projeto de lei na Câmara dos Deputados. Achamos também que aqui no Senado ainda precisa ter um apelo social maior do ponto de vista do que que significa o ensino médio enquanto nação e desenvolvimento para esse país. E na Contee, sem dúvida nenhuma, nós não vamos nos furtar e vamos apresentar. Porque nós temos toda a clareza, Senadora, da ótica de quem está no setor privado. Muitas vezes, a escola tem o acesso, tem todas as condições físicas, mas muitas vezes também nós não tivemos a formação, no setor privado, suficiente para a gente defender uma educação naquilo que a gente entende essencial para o nosso país, com uma dimensão tão diferente e uma realidade tão distinta que nós temos.

Então, a gente entende que esse ensino médio deva ser revogado. Achamos também que o Governo precisa urgentemente sinalizar os processos de avaliações, que têm, inclusive como acesso, os próprios vestibulares; um processo de transição em que a gente precisa entender e compreender que não existe uma solução sem que haja uma revogação. A senhora mesma disse, Senadora, que há muita crítica do ponto de vista da revogação, mas em toda a lei, seja ela do ponto de vista alterado, está lá no finalzinho: revogam-se as disposições contrárias.

Então, a gente precisa ter, por parte do Ministro Camilo e de toda a sua equipe, a reconstrução de um novo marco de discussão democrática. Volto a repetir, não se constrói uma educação legislando por decreto, por portaria, sem que haja uma construção. Nós vivemos durante muitos anos neste país – a senhora é professora e sabe o que significou – a ditadura, e essa herança que a gente tem herdado aí de governos anteriores para a educação: um desastre. Quando a gente vê o que aconteceu nesses últimos anos do Governo Bolsonaro para a educação... Inclusive no setor privado, a gente percebe um afastamento muito grande da própria mentalidade das pessoas, principalmente dos jovens do ensino médio, justamente por essa ausência, cada vez maior, de matérias em que a gente possa levar em consideração a cidadania, a formação, a coletividade. E o ensino médio muito voltado apenas para o mundo do trabalho, na ótica da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

divisão de classe. Nós achamos que a educação tem que ser um processo mais amplo, onde todos possam ter oportunidade, e não a gente ter um fosso entre a educação de quem pode pagar, do filho do rico, com a falta de acesso do filho do trabalhador, do filho do pobre.

Por isso, a gente entende... A Contee, nós entendemos, Senadora Teresa, que nós vamos participar efetivamente passando um pouco para esse debate a realidade de quem está no chão da sala de aula do setor privado, não é? Porque muitas vezes a gente passa para a sociedade que o setor privado é o melhor dos mundos, mas, ali por trás, a gente tem uma massa de trabalhadores que são explorados, e muitas vezes a falta de autonomia do professor muito é grande também – a gente muitas vezes não pode expressar aquilo que pensa. E, cada vez mais, nesse Governo passado, a gente percebeu isso: as escolas e o comportamento, por parte do setor patronal, cada vez mais também, colocando a educação numa camisa de força.

É por isso que a gente defende, Senadora, a revogação do novo ensino médio e um novo marco a partir do Fórum Nacional de Educação, onde a gente consiga organizar as conferências, fazer o debate lá na ponta, do interior desse Brasil até as grandes cidades, o que passa por uma construção coletiva. Esse é o entendimento, Senadora.

E parabenizo aqui a senhora. A gente costuma dizer lá na Contee que, graças a Deus e a todo esse movimento da educação histórica, nós temos a senhora aqui no Senado, para justamente fazer esse enfrentamento e colocar na ordem do dia a visão de uma professora, de uma educadora que conhece como ninguém a realidade deste Brasil.

E a gente fica, às vezes, um pouco frustrado pelo início do Governo. Sabemos a correlação política que nós travamos neste Governo, neste Congresso Nacional, e muitas vezes a gente percebe que essa correlação tem que ter também o apoio social. É por isso que a gente entende que, quanto maior o movimento democrático pela defesa desse movimento, a gente consegue atingir as pessoas... Porque muitas vezes o debate, Senadora, também é, às vezes, sucumbido. A gente fala "novo ensino médio", e dá a impressão de que todos os problemas da escola vão estar resolvidos. Na verdade, não é isso. A gente tem escola hoje que não tem internet, que não tem o mínimo de condições. E as escolas privadas também, porque você tem escolas comunitárias que têm uma realidade bem diferente.

A gente entende que o debate passa, primeiro, pela democratização dessa discussão através do Fórum Nacional de Educação, e a senhora, sem dúvida nenhuma, vai ser a nossa porta-voz aqui. E a Contee, da mesma forma que os colegas da CNTE, nos próximos dias, vai apresentar o nosso olhar sobre a revogação, a proposta de revogação no chão de quem está no setor privado.

Então, eu agradeço aqui, em nome de toda a nossa direção da CNTE, e nos colocamos à disposição, Senadora Teresa, para a gente aprofundar e ajudar nesse debate nessa ótica da defesa da escola pública de qualidade e de acesso para todos.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nós que agradecemos, Rodrigo, pela leitura do direito à educação, que não se esgota entre nós da educação pública; muito pelo contrário, ele deve ser uma luta de toda a sociedade, não é? E aguardamos também o documento.

Eu digo que o horizonte da revogação está cada dia mais nítido. Pelo menos aqui, nesta Comissão, todos os convidados e convidadas que nós estamos tendo o prazer de ouvir, com raríssimas exceções, raríssimas mesmo, têm colocado essa necessidade, pelo fracasso que significa essa organização já vista por quem está dentro da escola, pelo próprio MEC.

Eu acho que o movimento Revoga Já teve essa importância de botar o debate da revogação no centro das conversas.

A própria reconstituição do Fórum Nacional de Educação com a sua formatação anterior ao golpe é outra coisa também importante.

Nós já ouvimos várias entidades do fórum e vamos continuar realizando mais três audiências ainda. Nós aprovamos uma série de sete audiências no plano de trabalho; esta é a quarta. E esperamos ao final estar também com um saldo de conteúdo bem importante para compor e aprovar o nosso relatório.

Então, sem mais delongas agora, eu vou passar a palavra para Andressa Pellanda, representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, uma parceira também no nosso debate educacional.

Seja bem-vinda, Andressa. Obrigada pela presença. Já lhe passo a palavra de imediato.

A SRA. ANDRESSA PELLANDA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senadora, na pessoa de quem cumprimento os demais Senadores.

Nós temos visto também, no debate do Fórum Nacional de Educação, que foi muito reiterado aí por Rodrigo, essa mesma impressão de maioria grande e ampla sobre a revogação, com raríssimas exceções.

E queria aproveitar para cumprimentar a Contee e a CNTE, que são parceiras históricas aí do nosso trabalho, com as quais temos muita honra de trabalhar juntos.

Eu vou compartilhar a tela, fazer uma apresentação rápida sobre por que defendemos, enquanto Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a revogação.

Primeiramente, nós acreditamos e defendemos uma educação como direito, e isso precisa ficar claro, considerando que a discussão sobre o novo ensino médio é uma discussão de disputas de modelos educacionais. E o modelo educacional que nós defendemos é aquele que está presente já na Constituição Federal, que garante uma educação libertadora, uma educação que seja para a formação plena, seja para o trabalho, seja para o desenvolvimento sustentável, mas seja também para a cidadania e para a transformação social. Para isso, a gente defende que vários princípios devem ser garantidos nesse direito à educação, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

três deles aqui eu vou colocar como destaques, para que a gente possa olhar a reforma do ensino médio a partir deles.

Então, o primeiro é boa formação inicial continuada, valorização e condições de trabalho docente, já que o pilar do ensino é fundamental para que o processo de ensino aprendizagem aconteça; infraestrutura adequada, com condições de acesso, permanência e inclusão na educação – para que esse processo de ensino aprendizagem possa acontecer de forma equitativa para todas as pessoas essas condições precisam ser ofertadas –; e, por fim, um currículo que seja substancial, que seja profundo, com gestão democrática, e que o currículo com esse processo de gestão democrática, juntos, permitam essa construção do conhecimento de forma dialógica e crítica justamente para a transformação social. E nós vemos, ao analisar a reforma do ensino médio, que esses três pilares não estão sendo garantidos na reforma do ensino médio.

A gente assina, somos um dos proponentes da carta aberta em defesa da revogação da reforma do ensino médio. Uma carta que já chega a 650 assinaturas de entidades – entidades, vale dizer, não são pessoas, são entidades da sociedade civil, do campo educacional –, em que a gente mostra dez pontos que são críticos na reforma do ensino médio: o primeiro deles caracteriza uma fragilização do conceito do ensino médio, que é previsto na LDB, já que a proposta de ensino médio, quando foi construída, era ser uma formação geral para todos, e esse novo ensino médio restringe e aprofunda as desigualdades, ou seja, não está sendo ofertado com equidade para todos; amplia a adoção do ensino médio em tempo integral sem assegurar os investimentos suficientes para garantir essas condições de acesso e permanência; ainda induz jovens a cursarem itinerários de qualificação profissional de baixa complexidade, de maneira precária, em instituições com baixa infraestrutura; além de colocar em risco o modelo de ensino médio mais bem-sucedido que a gente tem hoje, que já foi, inclusive, citado aqui, que é o ensino médio integrado praticado pelos Institutos Federais de Educação, Ciências e Tecnologia, que defendemos como um dos melhores modelos a serem seguidos para o nosso ensino médio; ainda aumenta o número de componentes curriculares, fragmentando a educação e pulverizando esse conhecimento sem um nexo interdisciplinar; desregulamenta a profissão docente, desmontando a construção de conhecimento e métodos científicos, trazendo a possibilidade de terem professores que não têm formação e que são contratados precariamente – nisso eu não vou me estender, porque a Contee e a CNTE já se aprofundaram muito sobre isso –; acentua o processo de desescolarização, porque os estudantes não veem mais sentido, muito menos ainda, nesse novo ensino médio, e isso faz com que eles saiam da escola, então há um processo de exclusão escolar; ainda, com o processo de terceirização dessa educação, garantindo ainda mais precariedade; e, claro, o comprometimento dessa qualidade de ensino por meio da possibilidade de educação a distância. Todos esses são elementos que aprofundam as desigualdades educacionais e, claro, as desigualdades sociais, e a gente vê ainda mais distante a consolidação de um sistema nacional de educação e da garantia desse direito à educação de qualidade. Nessa carta, a gente aprofunda e traz um argumento mais enraizado sobre esses dez pontos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu queria trazer aqui também fundamentação científica, porque muito se diz que é um problema de implementação da reforma, e na verdade ela tem problemas graves de concepção também, e isso sublinha ainda mais a necessidade de revogação.

Então, existiu uma edição especial da *Retratos da Escola* sobre a implementação do novo ensino médio nos estados, que foi organizada pelos Profs. Fernando Cássio e Débora Goulart. Os dois são da Rede Escola Pública e Universidade e integram a rede da campanha e o nosso comitê diretivo. Eles têm acompanhado de perto o ensino médio e trazem, como conclusões dessa revista, o seguinte:

> Os estudos indicam elementos comuns nos diferentes estados da Federação: o primeiro é a limitação da participação de sujeitos e comunidades escolares na elaboração dos conteúdos do Novo Ensino Médio; o segundo é a presença do número considerável de atores privados, especialmente de fundações e institutos empresariais, em todas as etapas de implementação do Novo Ensino Médio; [e, por fim], [...] é o efeito indutor de desigualdades do Novo Ensino Médio, como já previsto por [outros] [...] especialistas [...], inclusive antes da aprovação da legislação, quando foi editada a medida provisória.

Ou seja, foi construído sem gestão democrática, está sendo implementado sem gestão democrática, tem vieses de defesa de privatização da educação inclusive na sua formulação e implementação, e aprofunda as desigualdades.

Ainda no artigo que eles escrevem na revista, eles mostram que essa livre escolha, que é a grande bandeira desse novo ensino médio, é uma falácia, porque ela depende: um, das condições materiais das redes de ensino, muito mais do que das aspirações individuais – então não basta o estudante querer escolher, mas ele precisa que a escola oferte, e a gente não tem visto essa oferta –; e dois, os estudantes de nível socioeconômico mais elevado têm maior liberdade de escolha, ou seja, a gente aprofunda aí as desigualdades também em relação a liberdade de escolha. E aquelas formações com maior complexidade em termos de condições de oferta são aquelas que são menos ofertadas.

Além disso, eu e o Daniel Cara escrevemos na revista da NORRAG em 2020 uma análise sobre essas reformas educacionais – e aí trazendo a BNCC também, que já foi citada pela Marlei e concordamos integralmente com a crítica que ela traz –, mostrando que a gente tem visto no Brasil uma mudança, uma guinada de um modelo de privatização incremental da educação para um modelo de privatização estrutural. E a reforma do ensino médio e a Base Nacional Comum Curricular são exemplos de reformas que aprofundam esse modelo.

O resultado disso é que a gente tem deslocado o modelo educacional brasileiro do direito à educação, direito aprofundado, com todas essas características e princípios que eu trouxe lá no começo, para um direito a aprender, que, na verdade, tem um escopo conteudista, produtivista, utilitarista, que olha para uma formação estritamente vinculada a uma formação para o trabalho, uma formação para um trabalho de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

século XXI, que é um trabalho precarizado e que desvaloriza completamente o papel dos profissionais da educação, quando não os substitui. E a gente sabe que, para uma educação plena, os profissionais são essenciais.

Então, a gente já traz algumas pinceladas sobre evidências científicas, tem outras. E, além de termos feito essa carta e produzido artigos e mobilizações nas ruas, nas redes, nós temos participado dos processos das consultas públicas. Um deles é a própria consulta com o questionário. Nós fizemos uma nota técnica da Associação Brasileira do Ensino de Ciências Sociais, da Campanha, do Cedes da Unicamp e da Rede Escola Pública e Universidade – todas essas entidades fazem parte da rede da Campanha –, orientando qual seria, enquanto rede, nossa posição em relação a essa consulta. E nós discordamos de todas as proposições, exceto a última, que trata dos indicadores de qualidade do ensino médio, que são indicadores que foram, inclusive, formulados na sociedade civil com ampla participação e é a única proposição que, de fato, faz jus ao direito à educação.

Nós participamos, enquanto proposta, da formulação do projeto de lei que a Senadora citou anteriormente, 2.601, que está tramitando na Câmara dos Deputados, que traz um aumento da formação geral básica, que deve ocupar 2,4 mil das 300 horas, garantindo essa formação aprofundada e que possa pautar o Enem, além de várias outras modificações no texto, para que ele possa ser revogado e substituído por uma lei que, de fato, garanta esse direito à educação no ensino médio, como a gente defende, como a gente preconiza, que é a defesa da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Esse texto é um texto inicial para debate. A gente já tem conversado com várias entidades e pessoas especialistas para sugerir, inclusive, alguns ajustes. E a ideia é de que eles possam ser um ponto de partida para que a gente coloque, de fato, no centro do debate o direito à educação, e não a defesa de um ou outro grupo privado que tem uma ideia deturpada do que está previsto na nossa Constituição Federal.

É isso a nossa defesa.

Muito obrigada, Senadora. A gente continua à disposição para os próximos debates e para continuar essa conversa também no Senado Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigada, Andressa. Eu particularmente conheço esse texto da *Retratos da Escola*. É uma revista maravilhosa, já está com um bom tempinho de edição, cada vez melhor.

Agradeço a sua contribuição e estamos acompanhando também a tramitação do PL 2.601. Acho que está andando bem devagar lá na Câmara. Precisa realmente de um estímulo, mas aqui, no Senado, nós vamos aguardar. Restam-nos duas opções ou três: a gente aguardar a tramitação, porque ele virá para cá; a gente fazer um próprio; ou esta Comissão inferir sobre o MEC, para termos um projeto do Executivo. Então, isso está em debate, porque eu acho que a voz de todas as entidades e pessoas que nós estamos ouvindo é de que realmente esse modelo que está em vigor não corresponde ao direito à educação. A gente precisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reanalisar, como eu disse lá, desde o início, o que começou e o que a gente tinha na comissão de transição. Tem gente... Tinha mais força do que hoje o que mantém esse modelo. Eu dizia que era a turma do "revoga nunca", não tinha a do "revoga já", não é? A gente vai ter a turma agora do "revoga sim", que eu espero que cresça, para que a gente possa não cometer o erro que foi cometido outrora, de implementar um projeto sem debate, mas que a gente, através desse debate, se aproxime cada vez mais do horizonte da revogação com tempo hábil – com tempo hábil – também de interferir sobre esses outros quesitos que são levantados: a formação, a infraestrutura.

Aqui, no Senado, nós estamos debatendo o Plano Nacional de Educação em audiências também. Já soubemos que o Ministro deve mandar, nesse segundo semestre, um novo plano, e tem uma relação direta com aquilo que a gente está discutindo em várias frentes, mas acho que o acerto do "revoga" cada dia está mais evidente.

Então, sem mais delongas, eu vou ler as perguntas do e-Cidadania para voltar para vocês, os senhores e senhoras aqui representados. Nós temos cinco participações.

A primeira é do Taylor Pedro, do Distrito Federal: "Por que ainda vemos um ensino médio tão mecanizado e por qual motivo o Brasil não possui escolas que pregam o pensamento crítico?".

Roseane Nunes, da Paraíba: "O que o [...] [Ministério da Educação] pode dizer sobre o ensino profissionalizante integrado ao ensino médio? [...]".

Emilly Cortês, de Alagoas: "Os concluintes do ensino médio muitas vezes saem com déficit na aprendizagem. Como mudar [...] [essa realidade]?".

Lucineide Alessandra, do Distrito Federal, diz que o novo ensino médio vem sendo debatido há quase dez anos e pergunta se continuaremos a avançar nessa proposta. Eu diria, Lucineide, que, desde a LDB, nós estamos discutindo uma formatação própria, que corresponda à lei, como foi dito por Andressa, e por Marlei, e por Rodrigo, em relação a essa identidade do ensino médio.

E, por fim, Fábio Ribeiro: "Como o [...] [Ministério da Educação] vê a disparidade [no preparo] entre os alunos que terminam o ensino médio e prestam a prova do Enem?".

Eu informo que o Ministério da Educação não está presente nesta mesa. Algumas das posições do ministério são conhecidas, como essa preocupação com a desigualdade entre os estudantes que terminam o ensino médio, tanto dentro das próprias redes como de uma rede para a outra, e também com a própria proposta de ensino médio integrado, ensino profissionalizante integrado ao ensino médio. É a posição que agora está em vigor, já do tempo dos institutos federais de educação.

Os palestrantes fiquem à vontade para usar os seus cinco minutos finais.

Vamos começar como a gente iniciou a primeira rodada, com a Profa. Marlei, da CNTE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARLEI FERNANDES DE CARVALHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Teresa, pelas contribuições que chegaram.

Bom, acho que tem um debate, como a nossa Senadora já colocou aqui, sobre esta coisa: o ensino médio é o que desde a LDB? E isso se aprofundou neste período, porque uma das justificativas do Governo para dizer que o ensino médio não era atrativo era ser conteudista demais, uma educação mecanizada, como pergunta aí o próprio Taylor, isso perpassou muito neste último período para esta reformulação.

A CNTE tem ampliado este posicionamento de que a educação básica se firma como conhecimentos gerais no ensino fundamental e que o ensino médio é a reafirmação desses conteúdos, ampliação e constituição desses conteúdos, que devem servir para a continuidade dos estudos em ensino superior e, como a gente vem debatendo ultimamente também, que nesta continuidade o aluno possa, através de uma parte diversificada, aprofundar mais o percurso formativo que ele quer – mas, como nós já dissemos aqui, sem essa loucura que foi a implantação dos itinerários formativos –, uma parte diversificada com uma base teórica, estudos e preparação para o percurso formativo que o estudante desejar para o ensino superior.

Ao mesmo tempo, vou engatar este debate aqui com a educação em tempo integral. Nós também defendemos a educação profissional integrada no ensino médio – já citamos aqui os institutos federais –, mas dizendo que na educação básica também, em muitas redes de ensino, você já tinha uma sólida organização do ensino médio integrado à educação profissional nas redes de ensino, mesmo ainda sem condições efetivas na sua infraestrutura principalmente, pela necessidade de laboratórios, pela necessidade das especificidades dos cursos que vão ser ofertados. É isso que nós defendemos, não é a educação profissional como um itinerário, mas a educação profissional integrada ao ensino médio e que o estudante possa tanto ter um diploma de curso técnico, assim como a continuidade dos seus estudos no ensino superior.

Em relação ao despreparo ou ao déficit que os nossos estudantes têm ainda quando concluem o ensino médio, aí, vamos dizer assim – não é, Teresa? –, vamos fazer uma nova audiência, porque é um histórico bastante grande, e claro que essa dificuldade se ampliou nesses últimos seis anos, quatro anos do Governo anterior e mais os dois anos que tivemos do Governo Temer, do Governo golpista e que atenuou as dificuldades desta posição nossa de uma sólida formação científica, cultural e do mundo do trabalho no ensino médio, e que culminou também com o período de pandemia e com essa implementação da própria Lei 13.415. Quer dizer, nós aprofundamos, infelizmente, essa defasagem, e a pandemia também demonstrou o quanto há necessidade de banda larga, de estrutura das escolas, de acesso à internet, de uma formação mais integrada – ela causou nos nossos estudantes uma defasagem grande, e não só na alfabetização, como a gente viu no programa agora, que é importante, mas também na educação básica como um todo –, para conseguir superar esse período, não é?

E, por fim, dizer que é isso, o ensino médio ficou longamente aí com este debate, mas um debate construído. Eu acredito que, como a gente vinha lá, desde 2012, com a reformulação das Diretrizes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Curriculares da 2/2012, com o pacto inicial de debate sobre o ensino médio, da própria formação continuada para os profissionais da educação, nós estávamos num rumo progressivo, e este rumo progressivo foi interrompido, e foi interrompido de uma forma abrupta, ruim e que aprofundou as desigualdades educacionais e as desigualdades sociais.

Então, eu penso que nossas audiências e essa retomada de amplo debate sobre o ensino médio, sobre essa etapa da educação básica, são completamente necessários, e, como eu já disse e reitero, Senadora Teresa Leitão, nós precisamos popularizar este debate, para, afirmativamente, instituirmos uma nova proposta do ensino médio.

Eu agradeço aqui a oportunidade de a CNTE fazer, mais uma vez, o debate com as instituições, com a Campanha, com a Contee, nossas parceiras, e também nesta Subcomissão que a Senadora conduz. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigada, Marlei, pela presença, pelas contribuições. Ficamos no aguardo do documento. Você traz a lembrança do debate do ensino médio inovador, que foi bruscamente interrompido.

Passo a palavra agora para o representante da Contee, Rodrigo de Paula, para as suas considerações.

O SR. RODRIGO DE PAULA (Para expor.) – Então, eu acho que, complementando o que a Profa. Marlei disse, a gente entende que, historicamente, na educação básica, Senadora Teresa, sempre houve um afastamento muito grande social, do ponto de vista da escola, da classe média alta para a escola do trabalhador, e eu acho que o Taylor deixou um pouco claro o que é que significaria, do ponto de vista de uma educação mais crítica do pensamento, que a gente tanto defende.

Historicamente, tanto a educação... Acho que o Prof. Paulo Freire sempre disse isso, com a educação libertadora. Historicamente, a gente sempre teve a construção educacional muito a serviço das classes dominantes. Então, houve sempre um diferenciamento entre a educação daqueles que podem ter um acesso e a daqueles que, muitas vezes, não têm condição de ter o acesso. Eu acho que é esse...

E a reforma do ensino médio pregou um pouco isso. Foi uma ilusão que foi pregada para a sociedade de que apenas a ampliação da carga horária e os projetos de vida, os itinerários seriam suficientes para resolver o problema do ensino médio, quando, na verdade, a gente sabe que a gente precisa de uma educação mais completa, e não uma educação compartilhada, dividida em projetos e itinerários de vida.

Então, a gente defende também, da mesma forma, esses modelos que são adotados do IFB, que dão complexidade tanto para o mundo do trabalho como também para o processo da formação crítica, do pensamento crítico. Eu acho que esse, sim, deve ser o desafio nosso, da gente, principalmente, Senadora... Eu sou oriundo também do movimento estudantil, e o que a gente está percebendo, estamos vendo isso nas entidades estudantis... E eu também participo do Fórum Nacional de Educação. Com pouquíssimas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exceções, nós não vimos nenhuma entidade defender esse modelo de ensino médio, justamente por entenderem isto: na prática, não atende à expectativa de formação do ser humano como um todo e aumenta a divisão social, e a gente precisa de uma educação que faça um movimento libertador, um movimento de formação mais consciente da nossa juventude. Então, nesse sentido, a gente precisa empoderar a nossa juventude, pois, muitas vezes, está sendo construído um processo apenas de alienação para o mercado de trabalho, muito compactado, do ponto de vista daqueles que vão só para atender, muitas vezes, ao mercado profissional, em detrimento de uma formação mais crítica, mais consciente.

Então, Taylor, nós entendemos que esse pensamento crítico deva ser o centro principal da revogação e da nova proposta de ensino médio, para que se forme o jovem para o ensino médio numa outra concepção de nação.

E aí, Senadora, eu queria também trazer um elemento de que a gente pouco disse, que é justamente o processo de financiamento da educação. O pessoal fala muito no debate da educação sobre a ampliação de horas, mas e o financiamento? A senhora acompanhou muito bem o que significou para a educação, após o golpe contra Presidente Dilma: a retirada do debate que historicamente travamos dentro desta Casa e do Congresso Nacional da necessidade do financiamento, com o pré-sal e aquele debate todo, em que a gente jamais vai ter a construção de uma educação, seja no ensino médio, seja no ensino fundamental, sem a gente ter um financiamento por parte da estrutura do Estado, do ponto de vista da construção de uma escola que a gente defende, uma escola de tempo integral, com boa estrutura, com boa formação, com professores bem remunerados... Ao longo dos anos, a gente percebe justamente isso.

Então, é nesse sentido que a gente entende... A Roseane, da Paraíba, coloca isso muito bem. A gente não pode, de forma nenhuma... Precisamos de um Ministério da Educação que compreenda esse movimento. A gente pode ter o melhor Governo, o melhor cenário político de crescimento econômico, mas, se a educação não for pautada como prioridade, como estratégia de nação, a gente não vai conseguir avançar, a gente vai continuar sendo um país fornecedor apenas de *commodities,* em detrimento, muitas vezes, da tecnologia, da pesquisa, da extensão, e o ensino médio precisa ser colocado nesse instrumento, a gente ter uma libertação cultural dos jovens que passam pela formação do todo.

E um projeto de vida, a gente tem que dizer, o jovem tem que ter o direito de um projeto de vida do que ele entende necessário e com acesso a todos. Não é um projeto de vida em que a gente diga já para ele, lá no primeiro ano do ensino médio, o que ele vai ser. Falando assim: "Oh, você vai ser isso, você vai ser aquilo", porque a educação que essa lei do novo ensino médio defende é justamente essa, a gente dizer já para os nossos jovens o que eles podem ser, com muita limitação do processo de pensamento crítico, de formação.

Por isso, nós defendemos a revogação imediata. E a gente entende que o Ministério da Educação – Roseane, Emilly, Lucineide, Fábio – precisa compreender que não se constrói educação que não passe pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

democratização, pelo debate, pela construção do chão da sala de aula até o gabinete do Ministro da Educação e do próprio Presidente da República. Então, é isso o que a gente entende.

Nós vamos, sem dúvida nenhuma, Senadora, dar voz a todo esse movimento que a gente tem feito dentro do Fórum Nacional, de todos os agentes que constroem a educação, pela revogação imediata.

Muitas vezes, a gente não compreende. "Ah, por que o projeto começou dessa forma?", mas eu acho que, se a gente não fizesse, como disse a senhora, esse grande movimento, muito dificilmente a gente estaria organizando esta audiência de hoje, porque a gente já tinha assimilado – e o Governo passado assimilou muito, colocou na cabeça do ser humano, das pessoas – que o novo ensino médio seria suficiente para resolver as lacunas existentes historicamente na educação do nosso Brasil. E a gente só vai resolver com a revogação, a democratização, a criação das conferências, a volta das conferências nacionais de educação, nas quais a gente consiga atingir toda a sociedade, porque o clamor da educação não pode ser só o clamor de quem está dentro da escola, tem que ser o clamor de toda a sociedade para que a gente construa uma educação libertadora e o Brasil possa ser um grande país a partir da educação.

É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigada. Muito obrigada, Rodrigo. Projeto de vida é projeto de vida, não pode ser uma disciplina, ou, como está sendo oferecido, um conteúdo dos famosos itinerários.

Passo a palavra, agora, para a Andressa fazer as suas considerações finais.

A SRA. ANDRESSA PELLANDA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu estava aqui ouvindo sobre a questão da necessidade de retomar um modelo democrático e de fortalecer esse diálogo na construção de políticas, que os sujeitos de direito possam estar no centro, e eu só vinha lembrando aqui da frase de Darcy Ribeiro, que a educação brasileira não é uma crise, é um projeto; que a crise da educação brasileira não é uma crise, é um projeto. Eu acho que essa reforma do ensino médio vem colaborar com a crise da educação brasileira como um projeto, um modelo de educação que não defende o direito para todas as pessoas, que não defende a garantia da boa formação e da dignidade de trabalhos profissionais da educação, e que é um projeto mesmo. Eu acho que este debate que a gente está travando aqui no Senado, na sociedade, na Câmara, junto ao Ministério da Educação, é um debate que, no fim das contas, vai mostrar qual é esse projeto de educação que o Brasil vai tomar de agora em diante.

Por isso, também é tão necessário e é tão central esse debate sobre o ensino médio. A gente precisa deixar de pensar que o projeto da educação brasileira é um projeto de crise, um projeto de aprofundamento da desigualdade, um projeto das elites; ele precisa ser um projeto do povo, não é? Eu acho que é esse o ponto central da nossa discussão aqui, e é por isso que a gente tem, enquanto movimentos da educação, ocupado as ruas, as redes, os debates nos espaços de tomada de decisão, porque a gente não pode deixar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passar, mais uma vez, mais um projeto que não foi construído com a comunidade educacional e que não é voltado para os 99,9%, mas um projeto para o 0,1%.

Então, eu acho que é um pouco sobre isso que a gente está falando aqui; e isso toca não só a educação e o dia a dia, ali, da escola de alguns estudantes, ele toca não só milhões de estudantes, mas também toda a população brasileira, porque é o que está em jogo: qual é o modelo de sociedade que a gente quer, o futuro dessa sociedade.

Então, eu queria chamar a atenção para isso. A gente não está fazendo barulho à toa, a gente está fazendo barulho por uma agenda de democracia e de justiça social.

Eu queria deixar o agradecimento, aqui, para o Senado, que tem sido uma casa que tem sido um forte esteio de resistência a retrocessos e que também tem feito o seu papel de olhar para as temáticas com profundidade, sem acelerar e açodar os debates. A gente tem visto isso nesta subcomissão aqui, na Comissão de Educação, um esforço grande dos nossos Senadores e da Senadora Teresa Leitão de fazer um debate, de fato, aprofundado, um debate que traga os diversos atores do campo, especialistas e representações, que é o que a gente realmente precisa nesse debate do ensino médio, que a gente tem levado também para o ministério. Não dá para fazer de um dia para outro, muito rapidamente, uma discussão que vai impactar a vida de milhões de pessoas.

Então, parabéns também ao Senado Federal por ser esse lugar de debate mais aprofundado e de resistência em relação aos direitos humanos!

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigada, Andressa.

Transmitirei a toda a Comissão esse reconhecimento, que é importante para nós. Temos todo o cuidado. Nosso Presidente é bem atento a essas questões e também sempre atencioso conosco. Os outros Senadores e outras Senadoras, nós estamos debatendo aqui, nesta Comissão, além da Subcomissão do ensino médio; temos audiência sobre o PNE; tivemos um roteiro de audiências sobre violência nas escolas. E isso, de fato, tem trazido, até para nós também, contribuições importantes para fundamentar as nossas falas, as nossas posições e os nossos próprios mandatos.

Então, eu agradeço muito a presença dessas três representações. Certamente, o relatório se beneficia da contribuição de cada um e de cada uma de vocês.

Não havendo mais nada a tratar, eu renovo os meus agradecimentos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 14 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 21 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER E AVALIAR O ENSINO MÉDIO NO BRASIL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, PLENÁRIO VIRTUAL DE COMISSÃO.

Às quatorze horas e um minuto do dia vinte e oito de junho de dois mil e vinte e três, no Plenário Virtual de Comissão, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Subcomissão Temporária para debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra e Izalci Lucas, e ainda dos Senadores Nelsinho Trad, Alessandro Vieira, Angelo Coronel, Paulo Paim, Flávio Arns, Leila Barros, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Augusta Brito e Astronauta Marcos Pontes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 5/2023 - CE, de autoria Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Finalidade:** Debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil. **Participantes:** Sr. Carlos Artur Arêas, Pró-reitor de ensino do Instituto Federal Fluminense (IFF) e representante da Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif); Sr. Bruno Eizerik, Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP) e representante da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES); Sr. Francisco do O' de Lima Júnior, Presidente da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem); e Sr. Alfredo Macedo Gomes, Reitor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e vice-presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino (Andifes). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidente da Subcomissão Temporária para debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/06/28

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos e a todas que estão na sala da tela e que estão nos acompanhando pela TV Senado, pela internet!

Esta é a 7ª Reunião da Subcomissão do Ensino Médio, que foi criada para avaliar, através dos vários olhares de todos os setores da educação, o processo de criação, de concepção e de implementação do chamado novo ensino médio, com vistas a que o Senado possa também subsidiar o debate, se posicionar perante o Poder Executivo, e achamos que a melhor maneira de fazê-lo seria ouvindo.

Como eu disse, esta é a sétima reunião. Já ouvimos gestores, professores, acadêmicos, instituições... Hoje, nós estamos com várias representações do ensino superior, que, sabemos, têm uma contribuição, porque recebem, formam para o ensino médio, recebem estudantes oriundos do ensino médio, e, para nós, é um prazer ouvi-los.

Esta reunião será transmitida pela TV Senado, será também uma reunião interativa, para a qual as pessoas podem mandar perguntas através do Portal e-Cidadania, na internet, com endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

Informamos que o relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim com as apresentações que porventura forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, estamos propondo que cada convidado possa fazer uso da palavra por até dez minutos, prorrogáveis por mais cinco, o que daria 15 minutos de inicial.

Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares que estiverem inscritos para fazerem suas perguntas. E, em seguida, nós faremos as perguntas encaminhadas pela internet.

A mesa de hoje vai contar com a presença e a palavra do Prof. Alfredo Macedo Gomes, Reitor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Vice-Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino (Andifes), que já justificou que está entrando daqui a pouco; do Sr. Carlos Artur Arêas, Pró-Reitor de Ensino do Instituto Federal Fluminense (IFF) e representante da Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif); do Sr. Francisco do O' de Lima Júnior, Presidente da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem); do Sr. Bruno Eizerik, Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep) e representante da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes).

Enquanto o Prof. Alfredo não chega, nós vamos começando, e eu já passo a palavra para o Sr. Carlos Artur Arêas, por dez ou quinze minutos inicialmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ARTUR ARÊAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora.

Queria agradecer, em nome do Conif – peço perdão pela minha dificuldade de fala agora –, o convite para esta mesa para expor, dentro desse mosaico de opiniões que está sendo construído, a visão da nossa rede e apresentar a proposta que foi construída no âmbito do conselho dos reitores dos institutos federais.

Primeiro quero colocar que as nossas instituições, por serem ainda majoritariamente instituições de ensino técnico e nível médio, têm uma visão muito privilegiada para abordar esse assunto. Quer dizer, formamos técnicos, temos ensino médio, temos ensino superior, somos afetados pelo Enem e temos também uma grande participação na formação de professores nos cursos de licenciatura.

Antes de apresentar o próprio documento do Conif, queria colocar algumas questões iniciais.

Primeiro, que a proposta feita pelo Conif é uma proposta de início de discussão, não de conclusão do processo como um todo. Talvez este tenha sido o grande problema da implementação da reforma na sua versão original: foi implementada por uma medida provisória, sem amplo debate na sociedade. Então, hoje, no caso de qualquer proposta feita, por mais conteúdo e especialistas que tenha, e a nossa é uma delas, é preciso levar em conta que é o início de uma discussão e que, para ser exitosa, vai precisar tramitar por estudantes, professores, profissionais da educação e por todos aqueles que atuam e interferem nesse processo como um todo. Então o documento que o Conif propõe é um documento de início de discussão e não um documento conclusivo, para se finalizar a reforma.

A segunda questão é que uma reforma curricular, e é disso que trata hoje a reforma do ensino médio, não basta para discutir a qualidade do ensino médio brasileiro, e ele está no coração do direito à educação. Não basta uma mera reforma curricular, é preciso que se discutam questões estruturais, questões de salário, valorização de profissionais, infraestrutura de escolas e uma série de outras questões, mas ainda se destaca que o currículo está no centro desse processo como um todo.

Um terceiro ponto, antes de comentar a proposta do Conif, é a defesa que a nossa rede faz da educação integrada e integral, que é a educação que trata do ser humano na sua forma completa. Quer dizer, a formação para a vida, a formação para a cidadania se dá em todos os níveis, no nível científico, intelectual, artístico, cultural, e a gente precisa apontar para isso com uma solução completa. A nossa rede não inventa essa proposta, ela foi iniciada e tentada em vários momentos da história da educação brasileira, por várias vezes. Talvez a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica seja aquela que persistiu nesse modelo, que hoje também é colocado como uma das possibilidades de referência para o ensino médio na educação integral.

Cada vez que nós apontamos para a obrigatoriedade, por exemplo, apenas de matemática e português ou linguagens no ensino médio, a gente está apontando para o sentido contrário, quer dizer, basta um conhecimento instrumental, competências específicas de matemática, português, para que um trabalhador exerça suas funções. Cada vez que a gente coloca a discussão da história, da filosofia, da sociologia, das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

artes, da educação física como componentes, a gente caminha para a discussão da educação integral, mas isso também não basta. Há um elemento muito forte presente nisso que é a questão do trabalho, o trabalho desde o ambiente escolar é um elemento vital como construção da identidade. E a nossa rede, por ser uma rede de educação profissional, pode fazer isso. Existem modelos que caminham para a profissionalização, mas abrem muito essa discussão mais ampla sobre a discussão da cidadania. Então, deixando claro, entendemos a posição que nós temos, mas fazemos também, insistimos nesse modelo de formação integral e integrada, porque nossas escolas são muito especializadas e a discussão aqui passa também por como poder contribuir, no modelo que os institutos têm, para as escolas regulares, se assim podemos dizer, como podemos caminhar nesse sentido.

Dito isso, a proposta construída pelo Conif está baseada em quatro proposições.

A primeira delas é a construção de uma nova Base Nacional Comum Curricular. A BNCC precisa ser refeita em todo o seu desenho, tanto de forma quanto de conteúdo, quanto de duração, porque parece ser insuficiente o que está sendo apresentado de 1,8 mil horas, mas, mais ainda, uma discussão profunda sobre a forma e o que ela representa. Não podemos transformar a discussão da BNCC numa disputa entre componentes curriculares, quer dizer, todos os componentes são necessários à cidadania. A matemática é vital para a discussão de qualquer cidadão brasileiro, assim como são as linguagens, assim como é a história, assim como é a geografia, assim como são as artes e tudo mais. Então, a questão não é qual componente é mais importante do que outros; a questão é qual é o limite de cada componente que faz parte dessa formação plena para que formemos cidadãos. E aí cabe outra discussão ainda, em cima da discussão da BNCC, de que o modelo proposto, que é bastante flexível, porque não traz cargas horárias nem componentes, rompe com a construção de disciplinas, que é a base da discussão educacional brasileira, história, geografia, quando ele trabalha com áreas. As áreas podem ser muito bem-vistas quando pensamos numa condição de ampliação de um projeto, por exemplo, um projeto coletivo de sociologia com filosofia e história, mas é preciso discutir na BNCC as garantias para todas as escolas. Então, a mesma liberdade de ampliação possibilitada ao se trabalhar com áreas é a perda de uma garantia que permite, por exemplo, em algum lugar, ter um professor de apenas uma dessas disciplinas que atue em todas as outras sem que haja uma coordenação, um planejamento disso, como o modelo propositivo de ampliação. Então, a reconstrução da BNCC é a primeira proposta que o Conif traz como desenho a uma proposta coletiva.

A segunda trata da parte diversificada, chamada de itinerário, que já causa um equívoco em si, itinerário tem outro significado em outra base legal brasileira, por exemplo, a educação profissional trata itinerário como outro conceito, mas, enfim, não vamos nos ater a questões de semântica. Mas a parte diversificada – e acho que a grande maioria defende uma parte diversificada de propostas – poderia trazer três vantagens para a educação brasileira.

A primeira é a possibilidade de escolha por proximidade aos estudantes, isso quer dizer: estar mais perto dos seus desejos. Nisso, a forma como foi feita e o desenho como foi construída falham. E aí posso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trazer apenas um dado para justificar isso: um terço quase das escolas brasileiras são escolas que têm uma turma de primeiro ano, uma turma de segundo e uma turma de terceiro ano. Não há espaço físico, não há professores suficientes nessas escolas para que o aluno faça aquela opção desejada por uma questão de afinidade. Então, falhamos nesse sentido.

A segunda questão é uma questão mais ligada à cidadania. A cidadania tem uma relação muito própria com o que é local, e podemos também aqui colocar vários exemplos: a questão do meio ambiente é uma questão nacional, mas ela toca, de maneira muito especial, quem mora na Região Amazônica, por exemplo; a questão da falta de moradia, nas grandes cidades, é uma questão nacional, o déficit habitacional brasileiro é uma questão nacional, mas ela toca, de maneira muito especial, aqueles que moram nas grandes cidades, nos grandes conglomerados urbanos; a questão dos idiomas, aprender outros idiomas, como o espanhol, por exemplo, também é um tema nacional, mas toca, de maneira muito especial, aqueles que moram nas regiões de fronteira, por exemplo. Então, esse desenho muito flexível não permitiu que nós fizéssemos também, dentro da discussão da PAR diversificada, uma conexão mais forte com a localidade que estaria associada a um desenho que é preciso fazer.

E, como terceiro elemento, também da mesma importância – e faço aqui um destaque até em função da nossa rede –, uma grande proposta, para a PAR diversificada, para a educação nacional, para o ensino médio, é a possibilidade de ampliação da educação profissional. O Brasil, hoje, consegue dar alguma profissionalização para 10% dos jovens durante o ensino médio. Todos sabemos que esse valor é muito baixo, está muito inferior à média da OCDE, que está quase em 40%, muito inferior a outros países da América Latina. É fundamental, e trago um outro dado: uma pesquisa recente da Unesco diz que quase a metade dos jovens, no nono ano do ensino fundamental, gostaria de ter profissionalização durante o ensino médio e que quase 70% desses sabem que precisarão trabalhar quando acabar o ensino médio. Então, a possibilidade de ampliar a educação profissional no ensino médio seria a terceira grande vantagem para essa PAR diversificada, e também se fracassou nesse sentido. As escolas que oferecem educação profissional são aquelas mesmas que já ofereciam anteriormente. Isto é possível ser feito numa discussão curricular. Posso trazer aqui alguns exemplos: um curso de edificações é um curso que requer muitos laboratórios, mas um de desenhista de construção civil, que compõe o currículo de um técnico em edificações, pode ser dado numa escola que possui laboratórios de informática, com professores adequados; da mesma forma, é possível se formar agentes comunitários de saúde, agentes de combate a endemias, durante o ensino médio, em escolas sem toda a estrutura laboratorial de que um curso de enfermagem precisa. Essa revisão curricular de itinerário, da forma livre como foi colocada, não propiciou esse tipo de complementação.

Então, na verdade, o que a gente defende é um ordenamento suficiente e uma ressignificação do que é a PAR diversificada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os dois outros elementos, na proposta do Conif, são, primeiro, a não homologação do novo Enem, que foi aprovado no Conselho Nacional de Educação e ainda não foi homologado. E aí, mais uma vez, podemos trazer os argumentos para que isso aconteça, como, primeiro, a própria questão da escolha: se essas escolas – sobretudo as escolas públicas e essas escolas de cidades pequenas, as escolas menores – não permitirão que o jovem escolha qualquer uma das áreas, como fica a situação de um jovem, por exemplo, que gostaria de fazer um curso de engenharia e optaria pelo itinerário de matemática, e, na sua escola, tenham sido oferecidas apenas linguagens ou ciências humanas? Quer dizer, além de não fazer o que era do gosto dele, ele vai concorrer, no acesso ao ensino superior, com aqueles que o fizeram. Então, isso por si só já traria uma grande questão. Mas, mais ainda, mesmo se todas as escolas conseguissem ofertar todos os itinerários, teríamos ainda assim um problema, porque a escolha do itinerário é feita no primeiro ano, quando esse jovem tem ainda 15 anos, aqueles que estão na idade própria. Quer dizer, imagina um jovem que pensa em fazer o curso superior de Direito, opta por um itinerário e descobre, no meio do caminho, que a proposta dele é de fazer Medicina. A condição em que ele fica colocado. Ele opta, ele vai fazer o curso que ele deseja, concorrendo em desvantagem com aqueles que fizeram o itinerário adequado, ou ele se mantém no itinerário que ele fez, para se manter mais fortalecido, e disputa uma vaga no curso que ele descobriu que não é mais o desejo que ele tinha quando tinha 15 anos de idade.

Então, esse Enem que vincula Enem de parte diversificada antecipa a escolha do itinerário para uma idade em que é muito cedo e esses jovens não estão preparados para fazer. E, mais ainda, ainda que todas as escolas tivessem todos os itinerários, ainda que todos os jovens milagrosamente soubessem o que querem fazer com 15 anos de idade, essa proposta ainda seria de muito difícil aceitação, porque como fazer uma prova nacional, se a ideia da PAR Diversificada é justamente se associar ao que é local? Esse é um modelo de discussão no Brasil que vem desde os anos 90, anos 2000, quer dizer, como é que construímos a educação básica brasileira e o ensino superior brasileiro a partir de um modelo que é irradiado para o Brasil inteiro, ou no modelo de recomposição, em que a grande questão são as diferenças que acontecem em cada grão, em cada local do interior, nos rincões do Brasil?

Então, nessa leitura, por exemplo, se, no Sul do Brasil, na fronteira, a área de linguagens é concentrada em espanhol, por exemplo, se em outro lugar é concentrada no idioma inglês, na língua inglesa, e se, por exemplo, no Estado de Pernambuco, podemos citar como exemplo, é concentrada na literatura, com o estudo dos autores pernambucanos – João Cabral de Melo Neto, Gilberto Freyre, Ariano Suassuna –, como ter uma prova nacional para linguagens se em cada lugar foi feito de maneira diferente? O que cai nessa prova? É o espanhol, é o inglês ou é a literatura?

Então, a sugestão é a não homologação do Enem na forma como ele está proposto e o Enem ser aplicado exclusivamente em cima da Base Nacional Comum Curricular, reformada e revista como sendo o que é possível para todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o último item é a questão da formação de professores. A proposta do Conif no seu documento, mais uma vez, como um documento propositivo para o início da discussão, não para o término dela, é a revogação das Resoluções do CNE 2/2019 e 1/2020, que tratam da formação inicial e da formação continuada de professores.

Essas resoluções... E, aí sim, o retorno à Resolução de 2015, que foi uma resolução amplamente debatida e que traz o papel do professor e do docente com um significado muito mais amplo do que está colocado nessas resoluções, que, na nossa interpretação, traz um grande reducionismo. Quer dizer, vincular a formação do professor exclusivamente à preparação para a BNCC e para esse ensino médio é relegar a este professor uma condição de servir ao modelo proposto e nunca de ser aquele que está na fronteira observando os momentos de mudança para propor as transformações.

Então, não é possível entender a formação do professor estritamente associada a uma redução dessa natureza. Então, a ideia – e já se ouvem rumores – é que seria construída uma resolução nova, o que é possível ser feito em um tempo muito curto, mas, se isso não for possível, o que nós defendemos é que voltemos à Resolução de 2015.

Como um último comentário, Senadora, não sei se... Acho que não cheguei no meu tempo ainda, queria fazer mais três observações e colocar essa proposição do Conif. E aqui eu a repito: construção da nova BNCC, um ordenamento suficiente, a PAR Diversificada e a sua ressignificação, a não homologação do Enem e o Enem mantido da forma original, que era sobre a BNCC, e a formação de professores baseada na resolução anterior de 2015.

Há três aspectos dessa questão da reforma que a gente precisa analisar, fugindo da semântica. Não nos parece suficiente a palavra "revisar" porque revisar literalmente é "ter sob os olhos novamente", não é? Reformar a reforma é dar-lhe nova forma. A gente tem falado muito em substituir a reforma. É o tempo que socorre. Há uma urgência muito grande. E aí, nesses três aspectos, o que é a questão conceitual? O que é a questão...

Perdão, eu não sei se já são meus 10 ou já são meus 15 minutos. (*Pausa.*)

Dez? Perfeito então. Muito obrigado, Senador.

Há a questão conceitual; há a questão, vamos dizer assim, burocrática e administrativa do que está no ordenamento legal ou na base infralegal; e há a questão de como isso chega à escola.

Há uma urgência, na nossa interpretação, muito grande, para que as mudanças aconteçam. Então mesmo a mudança na lei, que vai implementar, causar mais um ano para a construção da base infralegal, que vai vir associada a mais três anos para implementação nas redes, traria uma mudança que seria implementada talvez em quatro ou cinco anos, e é um tempo que a gente não tem para causar as transformações necessárias para esses jovens que estão agora cursando o ensino médio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então o que o Conif propõe é um grande movimento de concertação. É preciso um acordo que contemple isso. Quer dizer, hoje mesmo, a mudança na lei, que a gente vê com bons olhos, poderia ser feita de outra forma, nos próximos dias ou semanas, não traria impacto no dia a dia, no cotidiano das escolas para os projetos pedagógicos em curso, que estão em funcionamento, implementados e aprovados nas matrizes das redes que estão colocadas. Então nós defendemos um processo de concertação, sobretudo em função disso.

É preciso chamar muita atenção para que o prazo para se ajustar à reforma, na forma com que ela está colocada, é um prazo que precisa ser feito no menor tempo possível. E nesse momento, a gente sai um pouco dessa discussão da semântica de "revoga, revisa, reforma, substitui", para dizer qual é a forma que a gente tem de mudar o que é central nessa reforma curricular, de fazer com que essa mudança chegue ao dia a dia, ao cotidiano dos estudantes que estão nas escolas da maneira mais rápida possível e mais eficiente possível. E mais uma vez, a partir dum amplo debate nacional, que, aí, sim, traga todos os pontos de vista, todas as visões, todas as possibilidades, para que nós tenhamos uma alteração naquilo que todos reconhecem como necessário, que não é simplesmente comparar o mau resultado que tivemos com o modelo anterior, que também carecia de sua alteração.

Obrigado pelas explicações. Ficarei à disposição para a sequência dos debates.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, professor.

Eu acho que o vício de origem da atual lei, a gente está corrigindo. Estamos fazendo o debate. Onde esse debate vai dar, o processo está bem rico, pelo menos aqui na Subcomissão. Nós sabemos que não é apenas a Subcomissão que está debatendo. O próprio MEC está debatendo, o movimento social, o movimento sindical.

Por isso que eu digo que o Revoga Já, que é um movimento, uma manifestação pública, cumpriu essa tarefa. Claro que ninguém pode revogar já, mas o horizonte da revogação e os processos estão bastante ricos.

Mas quero dar as boas-vindas ao Prof. Alfredo, que seria o primeiro, agora vai passar para segundo. Viu, professor? O Prof. Alfredo é Reitor da Universidade Federal de Pernambuco e, aqui nesta mesa, representa a Andifes. Não é, professor?

São dez minutos iniciais. Podemos prorrogar por mais cinco. E depois a gente faz a devolutiva

Seja muito bem-vindo, muito obrigada pela presença e pode começar.

O SR. ALFREDO MACEDO GOMES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde. Boa tarde a todos e todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Senadora, é um prazer revê-la. É muito bom ouvir também Carlos, Arthur. Cumprimento meu querido Reitor aqui Francisco Lima Júnior, todos que estão aqui na sala e também que estão nos acompanhando.

Bom, primeiro, quero dizer da grande importância, da grande relevância dessa discussão sobre a questão do ensino médio. Trata-se, não resta a menor dúvida, de um debate, assim, estruturante para a educação e para a educação superior no Brasil.

Eu vou fazer algumas considerações aqui. Vou trazer, também, uma posição mais recente da Andifes, que nós aprovamos numa reunião que realizamos aqui em Recife, há menos de um mês, que diz respeito à solicitação, à demanda de revogação da resolução de 2019 e o retorno a 2015. Então, essa é uma postura, uma proposta aprovada em Conselho Pleno da Andifes, que nós estamos encaminhando.

Quero lembrar – portanto, chamo a atenção aqui desde o início – que o ensino médio no Brasil, de maneira geral, acontece de forma muito especial nas escolas estaduais. As escolas estaduais congregam, praticamente, a grande maioria das matrículas do ensino médio brasileiro e, portanto, isso traz aí uma dimensão muito específica dessa relação do ensino médio com os outros níveis de ensino. Isso é fundamental.

É muito importante destacar – muito importante destacar – que nós não queremos um ensino médio apenas como uma etapa que leva à educação superior de maneira geral. É necessário se discutir a sua identidade, discutir o seu carácter formativo e o que ele pode entregar durante, portanto, a etapa conclusiva do ensino básico brasileiro.

De maneira geral, tem sido olhado o ensino médio como uma etapa terminativa de um processo formativo. Nós não entendemos dessa forma. Nós o entendemos como uma dimensão da educação básica que articula, portanto, a educação fundamental, de maneira mais ampla, com o ensino superior, seja o ensino técnico, que acontece nos institutos e em outros ou nas universidades e em institutos de educação superior de maneira geral. Isso é um primeiro grande desafio.

Eu creio que nós devemos nos aprofundar nessa questão. Ela já tem, digamos assim, dado passos consideráveis, nos estados brasileiros, mas é necessário considerar a possibilidade de um fortalecimento da formação integral e integrada para todos que estão no ensino médio.

Caminhar no sentido de uma formação integral integrada constitui uma possibilidade muito concreta de garantia do direito de formação, formação qualificada, para os nossos estudantes. Então, o fortalecimento de uma rede nacional que possa dialogar – a partir do regime de colaboração que existe, tendo em vista que nós estamos num sistema federativo – e que converse mais amplamente com os sistemas estaduais é muito importante para consolidar essa iniciativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A outra questão que é fundamental destacar é a de garantir a formação em todas as áreas de conhecimento, e não apenas de forma restritiva, de forma muito limitada à área, portanto, de português e matemática, deixando as outras como opção. Nós precisamos avançar numa formação que entregue, que leve formação crítica, uma formação reflexiva, comprometida com o entendimento dos problemas presentes nas diferentes áreas de conhecimento, para consolidar, portanto, pessoas, digamos assim, capacitadas a, quando entrarem no ensino superior, chegar lá em condições, portanto, de dar seguimento à sua formação.

Hoje, padecemos de problemas muito sérios nas universidades. Estamos caminhando para fazer cursinhos em determinadas áreas, para garantir o nivelamento desse processo formativo, o que rebate, portanto, nos cursos de formação do ensino médio. Então, é preciso trabalhar a questão da qualidade de forma mais ampla, e isso se articula com o que o Prof. Carlos estava colocando aqui, que é um investimento muito concreto na formação de professores.

Nós precisamos ter uma política nacional de formação de professores. Essa política nacional tem que ser coordenada, no nosso entendimento, em suas linhas gerais, nas suas diretrizes do ponto de vista das orientações metodológicas, didáticas, pedagógicas, pelo Ministério da Educação, para que nós possamos, assim, superar grandes desigualdades que existem em âmbito nacional.

O Ministério da Educação tem que, efetivamente, coordenar políticas de formação de professores para repercutir na qualidade dos sistemas. Então, uma rede, uma escola nacional é muito... (*Falha no áudio.*)

... no sentido de fazer essa grande articulação entre os sistemas públicos estaduais e, obviamente, poder amarrar, de uma forma articulada, o processo de formação com criticidade.

Então, quero reiterar aqui que a formação precisa ser absolutamente dirigida a todas as áreas de conhecimento, e isso pode e deve garantir, portanto, a partir de um pilar mais amplo, uma visão de não transitoriedade do ensino médio, mas uma visão que consolide, portanto, o seu caráter de formação... (*Falha no áudio.*)

... nesse sentido.

Eu acho que vale a pena, Senadora – eu chamo muito a atenção –, vale muito a pena nós olharmos de forma mais, digamos assim, detida, mais prolongada as experiências dos colégios de aplicação, das escolas de aplicação do Brasil. De maneira geral, eles atendem a determinados... (*Falha no áudio.*)

... a grande maioria dos professores e professoras têm formação em nível de doutorado, de mestrado, a escola se dá em tempo integral, existe um processo claro de acompanhamento curricular e pedagógico dos estudantes... E olhem que essas escolas avançaram profundamente, no sentido de garantir o ingresso das populações com deficiência, das populações negras para dentro da escola, sem perder, portanto, a qualidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As avaliações atuais indicam que essas escolas permanecem sendo muito bem avaliadas nas políticas nacionais. Então, é necessário, portanto, olhar com muito carinho, de forma muito detida, as fases da gestão da escola, as fases da gestão do currículo, porque isso é... Também é uma política nacional de formação, nos nível de mestrado e doutorado, que deve ser onde isso se dê.

Ressalte-se, nesse caso especificamente, eu não vou fazer só isso, que, do ponto de vista salarial também, há uma pauta muito importante. Salário é fundamental, condições de trabalho, condições de infraestrutura... Ou seja: nós temos toda uma pauta para que a questão da qualidade se materialize no nível desejado e na exigência que requer um país como o Brasil...

O Brasil tem que fazer esse salto do ponto de vista paradigmático, do ponto de vista da qualidade. São necessários, portanto, investimentos consideráveis, do ponto de vista da qualidade da infraestrutura, do salário...

Isso demanda uma concertação, uma coordenação, para que esse processo, portanto, se materialize nas condições que esperamos.

Então, resumindo aqui, garantir aqui a questão de um regime federativo que dialogue de forma bastante permanente, essas condições de trabalho se precisa aprofundar...

É necessário, portanto, reiterar aqui a questão da formação integral e integrada em todas as... (*Falha no áudio.*)

... formação em todas as áreas de conhecimento de forma crítica, reflexiva, comprometida, portanto, com o entendimento concreto das áreas de conhecimento que balizam esse processo.

E nossa fala termina aqui, portanto, com a necessidade, com uma necessidade concreta de revogação imediata da resolução de 2019 e sua orientação para 2015.

Então, eu agradeço a atenção, porque eu já ouvi aqui que meu tempo finalizou.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência.*) – Mas ainda tem uns cinco minutos suplementares se precisar.

O SR. ALFREDO MACEDO GOMES (*Por videoconferência.*) – Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência.*) – Muito obrigada, viu, Professor? Se quiser mais algum tempinho...

O SR. ALFREDO MACEDO GOMES (*Por videoconferência.*) – Não, eu fico aguardando aqui. Vamos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Por aí. Está certo.

O SR. ALFREDO MACEDO GOMES (*Por videoconferência*.) – Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – As escolas de aplicação, os antigos colégios de aplicação continuam realmente com uma imagem, um resultado e um desempenho bastante positivos Brasil afora.

Para vocês outros que estão na sala, eu também sou de Pernambuco. Então, o colégio de aplicação, a escola de aplicação da Universidade Federal é bem conceituada, justamente conceituada aqui no nosso estado.

Nós vamos passar agora para o nosso terceiro convidado, o Prof. Francisco de Lima Júnior, presidente da Associação Brasileira do Reitores das Universidades Estaduais e Municipais.

Pois não, Prof. Francisco. Dez minutos, podendo se estender por mais cinco.

O SR. FRANCISCO DO O' DE LIMA JÚNIOR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde. Vocês me escutam?

Eu estava aqui preocupado, achando que o som desabilitado era meu, mas, primeiro, quero registrar aqui a nossa alegria de participar mais uma vez desse debate. Quero cumprimentar aqui a Senadora Teresa Leitão e parabenizar a Comissão por essa preocupação em reaver constantemente esse debate importantíssimo. Sinaliza para vários campos sobre os quais a gente tem feito expectativa. Primeiro, essa reconstrução mesmo das nossas políticas educacionais de um modo bem inclusivo, emancipatório, em sintonia com as aspirações desse projeto de nação desenvolvida e com redução de assimetrias, instrumentalizado pela educação.

A minha fala eu redimensionava aqui, Senadora e demais colegas – aproveito para cumprimentar aqui os colegas, o Prof. Alfredo e o Prof. Carlos, e todos os que estão aqui na sala e os que nos escutam, por outros canais –, eu ia redefinindo, a partir das falas do Prof. Carlos e do Prof. Alfredo, mas ela faz uníssono a essas reflexões.

Constantemente, na Abruem, nós temos nos declarado com oportunidades, com debates, não só sobre a reforma do ensino médio, mas sobre todo o conjunto de elementos das políticas educacionais. Temos participado aí com o Conif, com o Andifes e com outras entidades de fóruns de debates, e estão muito alinhadas. Por isso, Senadora, a minha fala é muito sintética nesse sentido.

Inclusive, nos documentos construídos seja pela própria Abruem, seja com essas outras instituições, a gente também se alinha à proposta da revogação, mas com todo esse cuidado a que a Senadora chama a atenção, de revogarmos com responsabilidade e termos uma proposição em construção, reconhecendo aí

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principalmente os limites das oportunidades formativas que a atual proposta em vigor – aliás, não é proposta –, a atual política em vigor coloca.

Mas, acima de tudo, o que temos debatido na Abruem – e que também está na fala do Prof. Carlos Arthur – é eu pensar em uma nova base nacional curricular.

A Abruem tem uma característica. Nós formamos grande parte aí dos professores Brasil afora e temos um sistema muito interiorizado. Por natureza, as nossas instituições conseguem alcançar o sistema educacional básico em todos os territórios, em todos os estados, e, não obstante reconhecer a necessidade de componentes multilocais, dada essa nossa atuação interiorizada, mas, principalmente, as nossas reflexões têm a ver com a posição de rever essa flexibilização de disciplinas já mencionada pelo professor Carlos Arthur e reforçada também pelo Prof. Alfredo.

Na outra perspectiva, uma preocupação sempre apontada pelas nossas instituições, principalmente na nossa Câmara de Ensino de Graduação, é esse esforço no campo da formação de professores, Senadora e demais colegas, e aí temos participado também de vários fóruns, inclusive junto ao MEC, do GT recém-criado, que tem avançado – o Conif e a Andifes também estão lá – na preocupação com a política de formação inicial de professores.

E aí nós chamamos a atenção para o fortalecimento de programas como Pibid e a residência pedagógica, mas queremos pensar a continuidade desses programas que atendam aos níveis mais avançados da educação, não só no ensino primário, mas envolvendo também possibilidades de acompanhamento e fortalecimento dessa formação no ensino médio. E a outra preocupação, em terceira linha, que a Abruem traz, foi sintetizada também na fala do Prof. Alfredo. É essa preocupação com o sistema federativo – eu tenho conversado com a assessoria da Senadora mais recentemente –: é pensar na valorização da educação, numa perspectiva indissociável, nos seus diversos níveis, mas reforçando cada vez mais o que diz a nossa Constituição e, posteriormente, a própria LDB, que é a ideia de colaboração e cooperação nos níveis diferenciados, com um papel bem definido para cada instituição, mas reforçando a ideia de colaboração.

São essas as nossas reflexões. Estão expressas aí já na fala dos que nos anteciparam. A ideia do retorno à resolução de 2015 também é uma postura defendida pela Abruem, e pensarmos na atualização gradual dessa resolução, mas não com o diálogo com a 02, de 2019.

E aqui uma preocupação nossa, que é esse envolvimento constante, Senadora, com as entidades que representam a comunidade escolar de base. Isso é muito importante e fundamental. Eu sei que tem tido esse esforço, a gente enxerga, mas que não seja abandonado jamais esse diálogo com as entidades diversas que representam a comunidade escolar de base, as associações de pesquisadores, de professores, de profissionais da educação, todos esses grupos.

Era isso. Não vou reproduzir aqui as falas, porque temos um alinhamento aí sendo construído em parceria com Conif, Andifes e Abruem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, agradeço o espaço.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Nós que agradecemos, Prof. Francisco.

Realmente, nós estamos tendo muita convergência de opinião aqui nesta Comissão. É claro que tem um ou outro diferencial de olhar, de experiência, que só faz enriquecer. Mas a responsabilidade de alterar essa rota, com cuidado, com compromisso, para não haver prejuízo e cada vez afirmar mais o direito do estudante, a valorização dos profissionais, as condições de infraestrutura das escolas, são temas que estão vindo de maneira muito forte. E isso realmente só nos alegra. Acho que vamos produzir um bom relatório.

Mas vamos então, fechando a nossa mesa, para o nosso último convidado, Prof. Bruno Eizerick. É assim mesmo que se pronuncia?

O SR. BRUNO EIZERIK (*Por videoconferência*.) – Parabéns, Senadora! A pronúncia foi perfeita.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Então, pronto! Soletrando, né? Feito antigamente.

É o nosso Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep), e representando também a Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior.

Pois não, professor, seus dez primeiros minutos. Podemos prorrogar por mais cinco.

O SR. BRUNO EIZERIK (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora. Primeiro eu quero cumprimentar a senhora e, cumprimentando a senhora, eu cumprimento os demais participantes desta nossa mesa; agradecer o convite e saudar aqueles todos que nos assistem.

Eu acho que a democracia é bonita por isso. A minha fala vai em um sentido um pouco diferente daquela que foi apresentada até agora, mas é por isso que a democracia existe. Por isso nós estamos numa Comissão que quer ouvir todos os lados que estão envolvidos.

Nesse sentido, seria importante, primeiro, que eu dissesse quem é a Fenep. A Fenep é a Federação Nacional das Escolas Particulares. Ela é composta por 24 sindicatos e associações que estão em todo o território nacional. E nós falamos do ensino privado, que é composto por mais de 40 mil instituições. Nós empregamos mais de 2,5 milhões de trabalhadores, em sua maioria mulheres com curso superior, para atender mais de 15 milhões de alunos da educação infantil à pós-graduação.

Quando a gente fala sobre a educação básica, em especial o ensino médio, nós atendemos, na rede privada, cerca de um milhão de alunos, 12,5% dos alunos do nosso país, com índices de evasão baixíssimo e resultados muito bons, comparados aos melhores países, de acordo com o Pisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se nós isolássemos o ensino privado como um país, ele certamente estaria entre os 20 melhores do mundo, segundo o Pisa. Se nós pegarmos a prova do Pisa, na prova que é referente à leitura, os alunos da rede privada estariam na 11ª colocação, à frente da Suécia. Se nós formos para a matemática, os alunos da rede privada estariam na 39ª colocação, à frente de Malta. Se nós formos para a prova de ciências, os alunos da rede privada estariam na 23ª posição, à frente da Suíça.

Mas, mesmo com esses resultados, eu preciso dizer que nós saudamos, concordamos e somos totalmente favoráveis à continuidade da implementação do novo ensino médio, porque esse novo ensino médio vai trazer um modelo que vai trazer uma escola melhor para os nossos jovens.

Então, eu acho que é nos nossos alunos que nós temos que pensar. Pensando nos alunos, não existe nenhum motivo que leve a ser estancado um processo que começou no ano passado e está tendo continuidade este ano para, no ano que vem, nós implementarmos o novo ensino médio.

Eu acho que é importante dizer que, mesmo que a Lei do Novo Ensino Médio seja de 2017, esse modelo já começou a ser discutido na década de 50, quando nós discutimos a LDB, a 4.024, de 1961.

É importante que se diga também, Senadora, que nós não estamos inventando a roda. Eu posso dizer e eu já visitei Argentina, Chile, Portugal, Itália, Finlândia. Em toda a Europa, em todo os Estados Unidos, aliás, em toda a América do Norte, o ensino médio funciona com esse modelo que nós estamos implementando no nosso país, com uma parte geral e com uma parte diversificada.

O Brasil é o único país do mundo que tinha uma escola única, igual para todos os alunos. E nós sabemos qual é o resultado que essa escola única oferece para nossa sociedade. Se nós formos olhar o resultado do nosso Saeb, que é aquele exame aplicado ao final do ensino médio em todos os alunos da rede pública, obrigatoriamente, e de forma amostral na rede privada, o resultado é que 95% dos jovens que terminam o ensino médio não têm o conhecimento esperado em matemática, 69% dos jovens que terminam o ensino médio não têm o conhecimento esperado em português. Esses são resultados obtidos pelo antigo ensino médio. Então, nós precisamos modificar o nosso ensino médio e não vai ser com aquele modelo antigo que nós vamos ter resultados diferentes. Nós precisamos de uma escola plural, com o protagonismo do aluno. E isso para nós é o cerne do novo ensino médio e que tem que ser mantido. E a Fenep fez, recentemente, uma pesquisa com escolas de todo o Brasil e trouxe resultados riquíssimos, que eu quero dividir aqui nessa mesa. O primeiro deles diz respeito à carga horária dos alunos. Segundo a nossa pesquisa, 64% das escolas terão aumento na sua carga horária, e em 36% a carga horária ficará inalterada. Aqui a gente já acaba com aquele mito de que os alunos vão ter menos aula, que a carga horária vai diminuir. Pela pesquisa, a gente está vendo que praticamente dois terços das escolas vão aumentar sua carga horária.

Uma outra questão que tem que ser questionada em relação ao novo ensino médio é que o novo ensino médio vai gerar desemprego, que nós vamos ter demissão, nós vamos ter diminuição no número dos nossos professores. E isso, mais uma vez, a pesquisa que nós fizemos aponta exatamente o contrário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos 49% das instituições que vão aumentar o número dos seus professores. Nós vamos ter aí 51% das instituições que vão manter o número de professores. Então, nós não vamos ter diminuição no número dos nossos professores. Então, em metade das escolas eles vão ter que contratar mais professores. E eu acho que é muito importante dizer que nós não estamos nesse momento à procura de culpados. Mas se nós estamos enfrentando alguma dificuldade na implementação do novo ensino médio, e aí podemos falar em relação à rede pública, porque na rede privada essa implementação está acontecendo, ela se deve ao não trabalho realizado pelo Ministério da Educação no último governo, porque ele acabou deixando a implementação do novo ensino médio a cargo dos estados e aí nós tivemos realmente muita coisa acontecendo sem uma centralidade, sem uma organização.

Então, achamos que o ministério agora tem esse poder e temos a convicção de que com uma organização melhor... Por exemplo, não precisamos ter mais que quatro itinerários informativos. Nós podemos trabalhar por área de conhecimento, obviamente sempre lembrando, como já foi dito aqui, o quinto itinerário, que é o ensino técnico e que é tão importante para o nosso país. Nós não temos dúvida, nós temos a convicção de que 1.800 horas para base é suficiente, sim. É possível que a gente possa extrair o sumo das áreas em 1.800 hora e, aí sim, poder fazer um aprofundamento do itinerário com as outras 1.200 horas. Eu fico pensando: qual a importância de um aluno que quer ser professor de história estudar matrizes e determinantes em matemática? Esses são conteúdos que podem entrar para quem quer seguir um itinerário, para quem quer ser engenheiro. E, da mesma forma, eu pergunto: quem quer ser um engenheiro, por que é que tem que estudar as funções orgânicas? Talvez isso sirva para quem quer seguir na área médica.

Então, eu acho que o importante é que nós temos que pensar sempre nos alunos. A gente tem que pensar nos alunos e no que é importante para os alunos, e não nos professores, donos do seu conteúdo. Eu tenho certeza que vale a pena cada um abrir mão de um pouco dos seus conteúdos em nome de uma escola mais moderna.

Nós também não temos dúvida de que – quem trabalha com educação sabe – nunca estamos prontos e que sempre há mais para aprender e construir.

O novo ensino médio é perfeito? Não. Acreditamos que podem ser feitos ajustes, podemos construir isso juntos, mas nós não podemos calar ante a um discurso de que, por falta de estrutura que as escolas públicas têm – e isso é uma realidade –, nós vamos suspender o processo de implementação de um novo ensino médio. A escola pública, então, talvez não possa nem ter ensino médio. Então, nós vamos ter que recriar uma escola pública?

É uma questão que nós temos que estudar, é uma questão estrutural. Mas essa questão estrutural não pode barrar uma implementação de um novo ensino médio que coloca o Brasil na mesma linha dos demais países.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui eu quero, já concluindo, dizer, Senadora, que nós precisamos, no nosso país, de uma reforma tributária, precisamos de uma reforma administrativa e de uma reforma política. Mas nós precisamos, mais ainda, que a educação seja prioridade no nosso país. E, para isso, nós precisamos muito do nosso Congresso Nacional. Nós não podemos ter, a cada mudança de Governo, mudança no rumo da educação. Nós precisamos de políticas de Estado de longo prazo para a educação. Nós precisamos implementar esse novo ensino médio, medir o resultado e ver se ele é melhor ou pior do que o outro. Abortar esse processo no meio não faz o mínimo sentido sem analisar os resultados.

Eu não consigo enxergar nenhum motivo pedagógico que diga que o novo ensino médio é pior do que o modelo antigo. No modelo antigo, nós sabemos o resultado. No modelo novo, vamos acabar a implementação e medir.

E eu quero terminar, efetivamente, essa minha fala com a afirmativa de dois diretores de escola, porque nós, na nossa pesquisa, deixamos uma questão aberta pedindo que os diretores dissessem como está a implementação do novo ensino médio nas suas escolas. Um diretor respondeu o seguinte: "O novo ensino médio, com a sua proposta inovadora dos itinerários formativos, criou na escola um espaço que há muito tempo era esperado, espaço de autoconhecimento e escolhas como projeto de vida, conhecimento maior do mercado de trabalho possibilitado pelas trilhas de aprofundamento do conhecimento". E um outro diretor completa: "Após a implementação do novo ensino médio em 2021, percebemos o engajamento dos estudantes e o quanto eles puderam demonstrar de habilidades e competências que antes eram tão valorizadas na formação geral básica."

Então, nós comparecemos a essa mesa, nós agradecemos a possibilidade de enriquecer esse debate e entendemos que, sim, o novo ensino médio pode e precisa continuar sendo aperfeiçoado, mas jamais estancar um processo que começou recentemente, em 2022. Estamos no segundo ano, e no ano que vem nós terminamos a sua implementação.

Muito obrigado, Senadora, e muito obrigado a todos que nos assistem.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Nós é que agradecemos ao Sr. Bruno Eizerik, mas a ideia é essa mesmo. Nós, inclusive, já ouvimos a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino privado, para que a gente possa analisar todo o campo, porque, professor, uma das questões, e eu acho que a sua fala é muito reveladora disto, que se anunciam é o aprofundamento da desigualdade entre os estudantes das escolas públicas e das escolas privadas. Como a grande maioria desses estudantes é matriculada na escola pública, por isso que a gente está focando, e, evidentemente, essas experiências de implementação dentro da autonomia das escolas particulares tem muito a nos oferecer, porque é como muito bem o senhor disse: nós não tivemos coordenação federativa. Cada estado, cada rede estadual fez o que pôde, da melhor maneira que achou que podia fazer, com escolas muito estruturadas que temos, escolas da rede pública muito bem estruturadas e escolas pessimamente estruturadas. É um pouco dessa igualdade de condições e igualdade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oportunidades que nós estamos buscando, mas, evidentemente, o enfoque de um gestor, de um representante das escolas privadas muito nos enriquece.

Aqui, no estado, nós tivemos também, que eu acredito que o senhor deva conhecer, o Presidente do Sindicato das Escolas Particulares, o Prof. José Ricardo Diniz, e a gente sabe que também nas escolas privadas nós temos escolas de excelência, muito bem equipadas, com projetos pedagógicos consistentes, e temos escolas bem fraquejadas. Então, o que a gente precisa é, de fato, de muita união, de muita consciência, para que o direito à educação seja devidamente respeitado.

Eu quero parabenizar essa mesa. Foi muito bom, muito enriquecedor, e vamos para a segunda parte, então, da nossa audiência.

Deixem-me ver se tem alguém inscrito. Caso não tenha ninguém inscrito, a gente já parte para as perguntas do e-Cidadania. (*Pausa.*)

Nós temos oito perguntas e quatro comentários.

Eu posso ler tudo de uma vez? Eu leio pausadamente. (*Pausa.*)

Pronto. Porque aí os senhores vão anotando.

A primeira pergunta é de Thiago Gabriel, de Pernambuco: "Como o Enem se [...] [enquadra] às diferenças que acontecem no currículo formal e real de escolas públicas e privadas?".

A segunda pergunta é de Adalberto Gomes, de Minas Gerais: "Quais são os resultados alcançados por alunos que frequentam o ensino médio em tempo integral em comparação ao ensino médio em tempo parcial?".

A terceira, de Raul Martins, de São Paulo: "Sendo um elo importante de transição e porta de entrada para uma profissão, como melhorar o ensino médio para que isso realmente se realize?".

A quarta é de Marcos Darao, do Paraná: "Quais medidas devem ser tomadas para que os currículos de ensino não sejam engessados e gerem desinteresse por parte dos jovens?".

Mais uma pergunta, de Ana Carla Pereira, da Bahia: "Como construir um currículo no ensino médio multi/intercultural e inclusivo no Brasil, onde os diversos contextos sejam contemplados?".

Mais uma, de Paula Walleska, de Alagoas: "Como se faz uma mudança tamanha no formato do ensino médio sem cogitar formação dos profissionais ou acompanhamento na sua implementação?".

A penúltima, de Gilvan Santos, de Pernambuco: "O que se pretende com a redução da carga horária de matemática no 2º e 3º anos desse novo ensino médio?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A última pergunta, de Thiago Henrique, de São Paulo: "Como o ensino médio no Brasil está garantindo uma formação integral e de alta qualidade, que promova não apenas o domínio de conteúdos?".

E temos quatro comentários.

Victor Graca, do Rio de Janeiro: "O ensino no Brasil negligencia questões vitais como ética, cidadania, política e disparidades econômicas e sociais".

Micaella Carvalho, de Goiás: "A implementação do novo ensino médio só atenuou o abismo entre o ensino privado e o público".

Dani Jesus, do Rio de Janeiro: "Não há como ter ensino público de qualidade com salas lotadas. Precisamos regulamentar o número máximo de alunos abaixo de 30 por turma".

Lisi Coty, do Mato Grosso: "Precisamos pensar na qualificação dos professores e em diminuir a quantidade de alunos por sala de aula".

Eu acho que os nossos internautas ficaram bem atentos às explanações, porque pegaram pontos bem cruciais da fala dos senhores.

Vamos seguir o mesmo roteiro da primeira rodada e passar a palavra para o Prof. Carlos Artur por cinco minutos, com a tolerância regulamentar.

O SR. CARLOS ARTUR ARÊAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, primeiro, mais uma vez, cumprimento os colegas da mesa. Peço desculpas aos Prof. Alfredo e Francisco, porque eu estava mais preocupado com a minha voz não sair, em não conseguir falar, e não os cumprimentei da maneira devida.

Aqui nós temos algumas perguntas do milhão, não é? Como é que a gente se situa? Aí, em todos esses comentários e perguntas, cabe uma ponderação geral. A primeira é que a educação é multidimensional, não dá para a gente discutir, embora o currículo seja central, já tem um livro do Prof. Miguel Arroyo, *Currículo, território em disputa*, porque currículo sempre é território em disputa, mas não dá para dissociá-lo da formação de professores, de cargas horárias, de flexibilidade curricular. O que nós entendemos é que é óbvio que a formação de professores é crucial nisso, é óbvio que a questão estrutural é central nisso. A nossa construção histórica do nosso país concentra a maior parte das suas matrículas de ensino médio também na rede pública, na rede estadual especialmente, e essa sofre diferenças em relação às redes privadas. A escola em tempo integral vem como uma grande solução, mas a gente sabe que não consegue implementá-la em todos os locais ao mesmo tempo. Então eu acho que a disputa que a gente tem hoje, centralizando nesse processo, é – quanto maior a carga horária que a gente possa ter, é claro que aprender quanto mais, melhor, mas há um limite para isso, há um limite finito de disponibilidade, de estrutura de professores, de carga horária – como é que a gente acha esse ponto de equilíbrio para concentrar isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí eu queria fazer algum destaque, já aproveitando esse meu tempo final. Sim, Prof. Bruno, eu concordo que a avaliação tem que ser aprofundada e tem que ser feita, mas eu me preocupo muito com os *rankings*. Então, por exemplo, o Pisa é feito com o jovem aos 15 anos, ele mede muito mais a peneira de ingresso, o Pisa na rede federal é altíssimo, o que necessariamente é a qualidade do ensino médio, porque aos 15 anos é o ano de ingresso, e ele é feito com leitura matemática e ciências, que é aquilo que consegue ser padronizado universalmente. Então eu acho que concordo com o senhor na medida em que a gente precisa avaliar, mas não acho que esses *rankings* sejam os mais adequados para a gente conseguir construir isso.

O segundo ponto, Senadora e colegas, tangenciando tudo que foi colocado ali, eu acho que há questões específicas. O Brasil trata hoje de uma discussão de inclusão muito forte no país e não são só inclusões de minorias, a gente trata das inclusões das maiorias. Então, por exemplo, secundariamente, nesse processo, a gente precisa discutir a educação de jovens e adultos. Hoje mais da metade dos jovens brasileiros com 24 anos ou mais não concluíram a educação básica, portanto, não tiveram seu direito à educação garantido. Como é que fica isso no novo ensino médio, numa BNCC própria, num estudo curricular próprio, numa formação de professores própria para a EJA, porque a gente não está falando de uma questão periférica ou secundária, mas de uma questão central.

Outro ponto, também mais uma vez pegando todas as falas colocadas, essa redução de desigualdade, essa integração passa pelo entendimento da educação – e isso muitas vezes me preocupa, quando se questiona como se a educação do Brasil fosse um serviço e um serviço defeituoso, como fornecimento de energia elétrica ou de água; a educação não é um serviço prestado com defeito, a educação precisa ter seu papel discutido na construção da sociedade, então, para isso, a discussão é muito mais larga e muito mais ampla. Os temas nacionais – meio ambiente, acesso à moradia, integração latino-americana, redução de desigualdade, confiança na ciência, convencimento a partir de *fake news* e notícias que são propagadas de maneira errônea – precisam fazer parte do currículo. Então o serviço educacional bem prestado é o serviço educacional que se vincula à realidade do país em que ele está colocado enquanto contexto e enquanto complexo, e isso tem que ser avaliado. E isso supera e muito a discussão da leitura da matemática, embora as entenda como competências – e assimilo bem competências, tenho um pouco mais de dificuldade com as habilidades, que, para mim, instrumentalizam demais – enquanto proposição educacional. Mas acho que as falas colocadas passam um pouco por isso, é a discussão da instituição educacional, enquanto papel para construção da sociedade vista de maneira ampla, ainda que tenha que começar por algum lugar, e o lugar em que se começa é o lugar do currículo.

O último destaque que eu queria fazer nesse tempo é que a educação profissional, e a educação ao longo da vida precisa ser considerada nesse processo de maneira muito forte, se são muitos aqueles que não têm acesso à profissionalização, se são muitos aqueles que não concluem a educação básica, como é que a gente consegue garantir esse direito?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, seja pela expansão das redes, seja por programas de fomento, a questão da profissionalização, durante o ensino médio ou na educação de jovens e adultos, que precisa deixar de ser periférica, é tema central para a gente atacar tudo isso que foi colocado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, professor.

Nós estamos sentindo essa necessidade porque a cada mesa se destaca essa questão da ausência de vínculo do novo ensino médio com a educação de jovens e adultos, assim como com a educação quilombola, com as escolas indígenas, com a educação no campo.

Como é o ensino médio nesses territórios? Isso é uma coisa que a gente está acumulando para poder também focar de uma maneira mais profunda.

Muito obrigada pela participação e pela presença.

Passo imediatamente para o Prof. Alfredo.

O SR. ALFREDO MACEDO GOMES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu vou começar destacando que é imprescindível, nessa linha que foi colocada por uma questão aqui da interculturalidade, a (*Falha no áudio.*)... das licenciaturas (*Falha no áudio.*)... indígena e do campo. Eu acho que é fundamental que nas universidades (*Falha no áudio.*)... nos IFs a fazer o investimento adequado. (*Falha no áudio.*)... ampla, nós temos que combater (*Falha no áudio.*)... que é presente na sociedade brasileira, que é a educação e o seu sistema (*Falha no áudio.*)... vetor de reprodução das desigualdades sociais.

Então, o sistema (*Falha no áudio.*)... para oferecer oportunidades, democratizar (*Falha no áudio.*)... a pluralidade do país de forma a combater essa desigualdade.

Os dados atuais do Censo da Educação Básica indicam, aproximadamente (*Falha no áudio.*)... matrículas na educação. Mais de 42 milhões de matrículas são públicas, e apenas – o que é importante também – oito milhões privadas ou particulares.

Na minha linha de raciocínio, deve predominar aquilo que o legislador pensou em 1988, quando pensou a grande mudança na linha de financiamento da educação pública brasileira (*Falha no áudio.*)... percentuais exclusivos para fazer esse investimento.

Então, eu, por mais que respeite a diversidade e a composição do atual sistema, a minha leitura é no sentido de fortalecimento do sistema público, porque ele comporta, não resta a menor dúvida, uma linha coerente para que nós possamos enfrentar e colocar a educação pública como vetor (*Falha no áudio.*)... de desenvolvimento nacional. Não é possível pensar que um número tão reduzido de matrículas, aproximadamente nove milhões de matrículas no (*Falha no áudio.*)... você tem a grande maioria... Quase 90% ou 92% das matrículas são públicas, incluindo as públicas estaduais, federais e algumas municipais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é necessário olhar de forma mais estratégica para que a reforma, digamos assim, as mudanças reflitam a realidade, e não algo que a gente está impondo sobre a realidade, como é o caso dessa reforma do novo ensino médio, que tem sido colocado para a gente.

As questões aqui colocadas são todas muito pertinentes, a gente não pode, digamos, desenvolvê-las todas aqui, mas é adicional ao processo de mudança, que deve se orientar (*Falha no áudio.*)... dinâmica de ver a escola como um espaço de criatividade (*Falha no áudio.*)... um espaço (*Falha no áudio.*)... a escola tem a sua identidade e desenvolve políticas curriculares de formação (*Falha no áudio.*)... processo. Nós temos, portanto, que fortalecer essa linha de organização das escolas na sua individualidade, na sua peculiaridade. Claro, mantendo condições de funcionamento, condições de formação.

Então eu volto a colocar aqui a grande importância de uma política de formação de professores, levada ao questionamento, à problematização, a trazer metodologias novas, o que não quer necessariamente dizer que o Novo Ensino Médio deve continuar, mas isso pode acontecer com uma outra forma de organização da escola.

Então ter uma linha em que nós possamos defender claramente formação de professores, defender uma política clara nacional de formação, associada à avaliação e acompanhamento.

E aí, eu endosso aqui o que Carlos colocou, que a avaliação desse processo não deve ser somativa, e a escola comporta esse processo. Nós temos também experiências nacionais e internacionais que garantem, portanto, a qualidade desses processos a partir de uma outra forma de organização da dinâmica escolar e do tempo e espaço de aprendizado, que não é necessariamente aquele que se enquadra, portanto, na proposta do ensino médio.

A escola tem que ser, não resta a menor dúvida, (*Falha no áudio.*)... já defendia, e muitos outros, um espaço atrativo, um espaço também de alegria, mas voltado obviamente para ações de formação que tradicionalmente (*Falha no áudio.*)... para esse processo. Escolas em tempo integral, salários compatíveis com o processo resultam necessariamente nos grandes desafios.

Teve outras questões aqui colocadas que, infelizmente, a gente não consegue, digamos assim, aprofundar, mas em relação ao Enem eu gostaria só de fazer um pequeno comentário. É necessário, portanto, que nós possamos estimular a presença da juventude no exame que existe atualmente, para que nós possamos estimular o ingresso de mais jovens na educação superior de (*Falha no áudio.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência.*) – Muito obrigada, professor. O seu som só atrapalhou um pouquinho, mas deu para a gente compreender, não é? Compreender muita coisa da sua fala.

Tem um projeto de nossa autoria, que está sendo discutido, que agrega mais um fator a essas avaliações, algumas são feitas inclusive pelo poder público, que é o fator da gestão, a democratização da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gestão. A gestão democrática interfere num bom desempenho, não interfere? Está ainda em fase inicial de tramitação, mas é muito pela realidade da vivência dessas avaliações e o que elas impactam na prática pedagógica, o que elas impactam no projeto pedagógico que eu pensei em fazer essa provocação legislativa. Vamos ver como é que ela vai caminhar, não é?

Passo a palavra agora para o Prof. Francisco Lima.

O SR. FRANCISCO DO O' DE LIMA JÚNIOR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado.

Eu fiquei animado aí também, Senadora, porque o pessoal está atento, os internautas e tudo mais. A gente vê isso expresso, não só nos comentários, mas nas perguntas, as perguntas com direcionamento ao que foi dito. Isso nos anima, não só neste debate, mas no nosso cotidiano mesmo, nos outros fóruns, a tal discussão.

Eu tentei fazer aqui um apanhado das perguntas, mas eu vou fazer uma síntese e resgatar algumas coisas que também foram colocadas na nossa primeira rodada de fala, sem, é claro, extrapolar o tempo.

Sobre a pergunta do Thiago Gabriel, seu conterrâneo, Senadora, aqui do Pernambuco. Eu acho que a primeira fala do Prof. Carlos Arthur nos ajuda a responder, que é pensar nessa reestruturação biunívoca entre a BNCC e o próprio Enem. E aí, pode-se, de uma certa forma, contemplar as necessidades daquilo que o internauta, o Thiago, chama de currículo formal e informal. Eu acho que aquela fala inicial do Prof. Carlos nos ajuda bem a refletir, mas a gente coloca um documento à disposição. O documento do Conif não está muito diferente do documento da Andifes e nem do da Abruem, e lá a gente especifica, um pouco, como fazer isso. Estão disponíveis aí, nas nossas mídias, o do Conif, o da Abruem e também o da Andifes.

O que me deixou animado foi que boa parte das perguntas e comentários sinalizam para aquilo a que a gente tem apontado, para a necessidade dessa revisão, e não só no sentido de concepção. Ninguém está falando aqui de ideologizar o debate tão somente, mas, principalmente, dos vetores, diretrizes e até de métodos, que eu acho que estiveram explícitos aqui na fala. Uma revisão da reforma em questão nessas perspectivas.

Uma internauta pergunta sobre a interculturalidade contemplada nos diversos contextos e aí reforça isso que a gente vem discutindo sobre diversidade, inclusão, sobre alcance territorial, com uma certa infiltração dos territórios, como foi bem mencionado, e aí mencionamos aqui a educação no campo, a educação indígena, a educação quilombola aí que o Alfredo coloca.

A ideia de se pensar em currículo já foi mencionada também, não só carga horária, formação de professores, como os nossos colegas pensam, mas reforço nos investimentos e revisão da orientação desses investimentos, e valorização da carreira docente, que é uma coisa que todos nós sempre temos discutido aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Marcos, do Paraná, fala um pouco sobre a ideia de que a reforma traga uma possibilidade de que o currículo não seja engessado. Mas a gente precisa também ter aqui a noção de que o contrário do engessamento não é a flexibilização contraditória, como está posta na BNCC. Muito pelo contrário, você consegue flexibilizar em conteúdos, mas não abraçando o abandono das disciplinas como a gente vinha discutindo antes da atual reforma.

E, por último, a gente menciona... Teve uma pergunta, eu não sei se foi do Raul, de São Paulo, ou do Adalberto. Eu estava atento às perguntas aqui, anotando, mas me perdi sobre quem fez o quê.

Mas, sobre a educação integral, eu concordo também aqui com uma fala que me antecedeu, que a gente tem restrições em universalizar ou em levar a todos os cantos a educação integral. E eu chamo a atenção, para além disso, para uma reflexão que eu li em um trabalho recente de um pesquisador, eu acho que foi da UFMG – eu anotei e tenho aqui o texto –, de que, muitas vezes, nós temos discutido aqui nas nossas entidades que representam a educação superior, um pouco, sobre o abandono, o pouco interesse ou o mesmo sobre os postos, as vagas ofertadas pelo ensino superior.

É uma problemática, hoje, enfrentada por diversas instituições a abstenção mesmo na ocupação dessas vagas. E nesse trabalho do pesquisador – eu anotei o nome, perdoem-me, eu tentei procurar e não encontrei –, ele chama a atenção para reflexões estruturais que precisam ser pensadas na ampliação da educação integral. Por quê? Porque, à medida que ela tarda a inserção – estou terminando, finalizando –, na medida em que ela tarda a inserção da entrada no mercado de trabalho, porque nós sabemos que muitos dos nossos jovens adentram cedo e ficam divididos entre a educação, a escola e o trabalho, quando o aluno termina, principalmente no ensino médio, ele quer ir direto ao mercado de trabalho pela necessidade, não tem nenhum interesse pela educação superior ou mesmo condições socioeconômicas pela educação superior, e isso resulta em uma sobra na oferta de vagas. Foi um trabalho em que nunca tinha chamado a atenção para essa questão. Ele pega uma amostra de escolas com ensino integral e observa essa hipótese.

Então, eu acho que eu dei conta aqui ao máximo do que foi perguntado, mas quero mais uma vez agradecer.

Senadora, eu queria pedir perdão, mas eu tenho reunião agora do meu Consuni, e as questões são muito polêmicas. Eu sei que fica feio eu sair, mas eu queria pedir licença, está faltando justamente o Presidente para dar o quórum.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Não, professor, tem toda licença.

Esse debate levantado é muito importante para nós, da universalização dessa educação integral, porque eu faço uma diferença entre educação integral e a educação em tempo integral. Em muitos municípios só existe uma escola do ensino médio nos pequenos municípios do interior do Brasil, e a gente precisa pensar muito na realidade. A realidade de cada município, de cada estudante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas muito obrigada pela sua presença. Vai-te embora para a sua reunião. A gente agradece muito pela presença e pelas palavras. (*Pausa.*)

Eu acho que ele quer um sonzinho aí.

O SR. FRANCISCO DO O' DE LIMA JÚNIOR (*Por videoconferência*.) – É bem rapidinho.

Eu concordo em colocar a gente inteiramente à disposição, não é? E temos muito alinhamento com – permitam-me – os "meninos" do Conif, da Andifes, a gente tem debatido em conjunto.

E depois eu atualizei a sua assessoria, Senadora, sobre a história da frente, viu? A gente avançou bastante, está bom?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Está certo. Está bem!

O SR. FRANCISCO DO O' DE LIMA JÚNIOR (*Por videoconferência*.) – Um abraço, gente. Desculpem, então, o mau jeito.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Nada!

Antes de eu passar para o próximo, o Prof. Bruno, o Senado está discutindo muito educação, felizmente, viu? E é uma frente que a gente está querendo criar por fora das Comissões. Fomos demandados para isso, para o debate mais pontual de algumas questões que dialogam também com os grupos de trabalho que o MEC está organizando.

Prof. Bruno, suas considerações finais.

O SR. BRUNO EIZERIK (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senadora, obrigado.

Eu fico muito feliz que o Senado esteja discutindo educação, isso é muito importante, é importante que o país todo discuta a educação. Acho que esse é o tema principal que nós temos de discutir em nosso país, se não for pela educação, nós não vamos transformar o Brasil em um país melhor.

Senadora, eu quero fazer algumas colocações. A gente não vai conseguir responder a todos. Então, eu vou tentar responder de uma maneira geral.

Mas o primeiro comentário que eu gostaria de fazer é que nós, da escola privada, não estamos satisfeitos com esse abismo que existe entre a escola pública e a escola privada. Isso nos incomoda muito. Nós queremos que a escola pública melhore. Nós precisamos de uma boa escola pública no nosso país, porque, quanto melhor for a escola pública, melhor vai ter que ser a escola privada. E nós temos que sempre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

elevar a régua. Então queremos, sim, uma escola pública forte, uma escola pública que ofereça um serviço para os cidadãos. Então, isso é muito importante.

Em relação ao Novo Ensino Médio, a rede privada conseguiu fazer a implementação e, muitas vezes, com os mesmos professores da rede pública que atuam na rede privada. Então, nós achamos aí que talvez tenha alguma coisa a ver com gestão e também às vezes com a própria vontade política de querer fazer acontecer esse ensino médio. Até mesmo porque os conselhos estaduais de educação e as secretarias estaduais de educação se manifestaram favoravelmente à implementação do novo ensino médio.

Eu quero só fazer mais dois comentários bem rápidos.

Eu vejo, sim, que é uma realidade a questão de escolas com turma única – uma única turma de primeiro, de segundo e terceiro ano, no ensino médio. E aí a sugestão que nós trazemos é poder fazer um itinerário integrado. Então, oferece para aqueles alunos dois itinerários ou até três itinerários naquelas 1,2 mil horas. Não faça um itinerário único. Então, podemos trabalhar com o itinerário integrado.

Em relação a BNCC, eu preciso dizer – e eu peço aqui desculpa ao Prof. Carlos Arthur. Prof. Carlos, eu percorri o Brasil inteiro, discutindo em audiências públicas a BNCC. Então, para isso, nós já fizemos. Nós podemos fazer de novo. Acho que não é problema nenhum.

E quanto à pergunta que foi feita em relação ao Enem, eu quero usar uma fala que o Reitor Alfredo Gomes fez: nós não temos que enxergar o ensino médio como preparatório para o Enem. Nós precisamos enxergar o ensino médio como uma etapa importante para a vida do aluno. Eu acho que isso é muito importante.

Quando foi lá no Governo FHC que se começou a falar em Enem, o Enem não era para ingresso na universidade. Eu acho que nós temos que, em algum momento, diferenciar acesso ao ensino superior, que é importante – Reitor, precisamos de mais gente ingressando no ensino superior. E aí é um outro debate, Senadora, que nós temos que ter sobre o Fies. Mas aí é uma outra audiência pública. E uma outra audiência pública seria sobre formação dos nossos professores. Nós corremos um risco de apagão. Essa é uma outra questão. Podíamos falar de vários assuntos aqui. Mas eu acho que nós precisamos enxergar o ensino médio como um fim em si mesmo e não como um preparatório para o Enem.

E nós enxergamos, nesse Novo Ensino Médio, um currículo não engessado, um currículo diversificado. E nós não precisamos ter redução da carga horária de matemática. Nós podemos manter a carga horária de matemática igual. É como o gestor, na escola privada ou na pública, vai gerenciar esse novo ensino médio.

E aí eu volto àquela minha afirmação inicial, que talvez, se houvesse por parte do MEC a definição de regras gerais, nós não teríamos essa torre de Babel que nós temos hoje em todo o país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não tenho dúvida nenhuma, para finalizar e tentando responder aqui a uma última pergunta, que a escola em tempo integral ou a escola integral, obviamente – já existem estudos não só no nosso país, mas em outros países –, é lógico que ela vai dar um resultado melhor do que o de um aluno que esteja estudando apenas em um turno. Eu cheguei de Israel há 15 dias, e lá as aulas são de domingo a sexta-feira. Então, eles já têm um dia a mais de aula, sem contar as horas a mais. Quem sabe a gente até coloca um dia a mais de aula aqui também.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Como eu sou muito antiga, eu peguei esse tempo em que a gente tinha aula dia de sábado. Mas eram aulas diversificadas: era o dia do grêmio, dia das reuniões. Hoje em dia já se pensa também em uma semana de quatro dias. São muitas experiências, não é, professor? Não para a educação, evidentemente, mas para o trabalho de modo geral.

Eu quero agradecer muito. Acho que foi uma mesa muito enriquecedora, com uma participação muito efetiva dos nossos internautas. Visões complementares, visões diferentes. Isso é que é bom, isso é que soma para o nosso relatório, que está sendo acompanhado por uma técnica da Consultoria do Senado, que tem nos dado um apoio muito grande na sistematização de cada uma dessas audiências públicas.

Não havendo mais nenhum inscrito e nem havendo mais nada a tratar, eu encerro a presente reunião, agradecendo mais uma vez a presença de todos e o apoio da nossa assessoria.

Muito obrigada e muito boa tarde!

(*Iniciada às 14 horas e 01 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 29 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER E AVALIAR O ENSINO MÉDIO NO BRASIL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JULHO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e trinta e oito minutos do dia cinco de julho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Subcomissão Temporária para debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Teresa Leitão e Astronauta Marcos Pontes, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Angelo Coronel, Leila Barros, Paulo Paim e Vanderlan Cardoso, não-membros da comissão. Deixa de comparecer a Senadora Augusta Brito. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Subcomissão Temporária para debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil n° 3, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 1/2023 - CEENSINO, seja incluído o nome de mais um convidado. Propõe para a audiência a inclusão do Senhor Professor Walter Carvalho Melo - Colégio Pedro II." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 5/2023 - CE, de autoria Senadora Teresa Leitão (PT/PE), REQ 1/2023 - CEENSINO, de autoria Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senadora Teresa Leitão (PT/PE), e REQ 3/2023 - CEENSINO, de autoria Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Finalidade:** Debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil. **Participantes:** Sr. Wilson Conciani, Professor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB); Sr. Wisley João Pereira, Gerente Executivo de Educação do Serviço Social da Indústria (SESI); Sra. Mariana Campos Ferreira Martinez, Analista Júnior do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT); Sr. Luís Afonso Bermúdez, Diretor na Faculdade de Tecnologia do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC-DF); Sr. Hugo Giallanza, Presidente da BrasilStartups; e Sr. Walber Carvalho Melo, Diretor de Ensino Médio e Profissional do Colégio Pedro II. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas
Presidente Eventual da Subcomissão Temporária para debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/07/05

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Subcomissão Temporária para Debater e Avaliar o Ensino Médio no Brasil da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 5 de julho de 2023.

A presente reunião destina-se à deliberação do requerimento e à realização de audiência pública com o objetivo de debater e avaliar o ensino médio no Brasil, em atenção ao Requerimento nº 5, de 2023, da Comissão de Educação, de autoria da Senadora Teresa Leitão; ao Requerimento nº 1, de 2023, Comissão Especial do Ensino Médio, de minha autoria, subscrito pela Senadora Teresa Leitão; e Requerimento nº 3, também de minha autoria.

Bem, primeiro, vamos deliberar o requerimento da Subcomissão, da Comissão de Ensino, nº 3, de 2023.

1ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER E AVALIAR O ENSINO MÉDIO NO BRASIL N° 3, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 1/2023 - CEENSINO, seja incluído o nome de mais um convidado. Propõe para a audiência a inclusão do Senhor Professor Walter Carvalho Melo - Colégio Pedro II.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF) (*Pausa.*)

O Requerimento nº 3 propõe exatamente a inclusão do Prof. Walber Carvalho Melo, do Colégio Pedro II. Tendo em vista darmos prosseguimento aos trabalhos relativos à Subcomissão Temporária do CEENSINO, Subcomissão Temporária para Debater e Avaliar o Ensino Médio do Brasil, criada dos termos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Requerimento nº 1, de 2023, apresentamos oportunamente mais um nome de convidado que poderá contribuir com as discussões e debate sobre o assunto em tela.

Assim sendo, espero contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos iniciar a nossa audiência pública.

Eu convido para tomar lugar à mesa os seguintes convidados: o Sr. Wisley João Pereira, Gerente Executivo de Educação do Serviço Social da Indústria (Sesi).

Podem bater palma aí para animar o auditório. (*Palmas.*)

Convido também a Sra. Mariana Campos Ferreira Martinez, que é Analista do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat). (*Palmas.*)

Luís Afonso Bermúdez, nosso Diretor na Faculdade de Tecnologia do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac-DF). (*Palmas.*)

Participa também, de forma remota, o nosso querido Wilson Conciani, Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB), e também o Walber Carvalho Melo, Diretor de Ensino Médio e Profissional do Colégio Pedro II.

E daqui a pouquinho está chegando também o Hugo, Presidente da Brasil Startups.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo de todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado terá a palavra por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco, se necessário. E, ao final das exposições, daremos também a palavra aos expositores para fazerem as suas considerações finais e os seus comentários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já passo aqui imediatamente ao Wilson, que está conosco virtualmente. Vou passar a palavra então ao Wilson Conciani, Professor do IFB, ex-Reitor e Diretor por muitos anos aqui do Instituto Federal de Brasília.

Obrigado pela presença, Wilson.

O SR. WILSON CONCIANI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado pelo convite, pela consideração. É sempre uma alegria estar trabalhando com você nessas Comissões em que você tem discutido muito oportunamente o ensino médio.

Eu acho que é um grande passo para o momento em que nós estamos distensionar o meio educacional, os estudantes, os pais dos estudantes, os servidores da educação, todos os educadores de uma forma geral. Parabenizo pelo trabalho que V. Exa. tem feito e agradeço pelo convite.

Queria saudar aqui um companheiro de ensino, Prof. Walber. Sempre uma alegria, Walber, ver o seu trabalho lá no Pedro II. Eu sei que vocês estão passando por um momento difícil lá agora, mas vejo que o trabalho de vocês é profícuo, como sempre foi, com a escola mais tradicional do Brasil.

Quero saudar o Prof. Bermúdez, colega, grande educador. Tive a alegria de o conhecer no tempo em que ele era decano na UnB. Acho que é uma figura fantástica e o senhor, Senador, trouxe uma pessoa de peso.

Ao Wisley também e à Mariana, nosso cumprimento. Gente que está na educação fazendo um trabalho bacana e que a gente não pode deixar de lado.

Eu queria compartilhar com vocês algumas informações, na verdade, acerca do ensino médio. Nada muito longo, mas vou colocar aqui, de forma clara, que a gente precisava de uma reforma no ensino médio.

O ensino médio era muito complicado. Primeiro, porque a gente tem um público complicado. O nosso estudante de ensino médio está na fase de mudança física, de mudança psicossocial. A adolescência não é um período fácil para ninguém, não foi para nós e não é para os meninos e as meninas que agora estão na escola.

O modelo antigo que a gente tinha de ensino médio era extremamente conteudista – como a educação bancária –, que não levava em conta que a vida é mais do que conteúdo, que o conteúdo não se transforma em conhecimento por si mesmo e que o sistema de cobrança, de provas, não resolve nada.

Então, era preciso mudar. Essa visão de transição da educação básica para a educação superior precisa mudar. O ensino médio não é uma fase de transição da educação básica para o ensino superior, ele é, de fato, uma etapa educacional importante na constituição do cidadão, na constituição da pessoa.

Para além disso, as escolas não tinham... Para que a gente tivesse um ensino médio interativo, refletido, trabalhado, a gente não tinha infraestrutura nenhuma. Não tinha laboratório de física, de química,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de matemática, biologia, os espaços de convivência são mínimos, muitas escolas não têm uma biblioteca, uma sala de leitura, não têm espaço esportivo.

Então, a gente tem muitas dificuldades a serem pensadas e repensadas no ensino médio. Por isso, o novo ensino médio é saudado, ele era desejado, era esperado. Ele traz uma oportunidade fantástica de repensar o modelo de educação, então a gente pode, a partir das experiências, das dificuldades que a gente tinha, pensar: o que a gente precisa fazer para que o novo ensino médio dê as respostas que a sociedade precisa, de formação de cidadãos, de formação de pessoas com domínio científico, com domínio cultural, para se engajar onde quer que queira?

É muito bom a gente ver essa disposição. A gente vê também que o novo ensino médio permite melhorar o fluxo de vida do estudante. Ele vai se encaixar naquilo que é melhor para o seu perfil, através dos itinerários: quem gosta do perfil social, quem gosta do perfil científico, quem gosta do perfil tecnológico, quem quer ir para o mundo do trabalho através de uma formação profissional. Então, os itinerários foram realmente uma saída muito interessante.

Tão interessante quanto é a ampliação do tempo de permanência na escola.

Então, a gente tem algumas perspectivas bastante positivas nesse novo ensino médio e que nos animam na busca de superar essas dificuldades.

Agora, como todos os projetos, Senador, ele também trouxe algumas limitações. Uma limitação que ficou muito patente, para todos os educadores e para os estudantes, é que a formação geral básica – aquela que a gente tinha –, hoje, é menor do que a que existia antes. Espera aí, eu quero melhorar, mas, em vez de ampliar a formação geral básica, eu vou reduzir? Esse foi um problema e, infelizmente, ela foi limitada a 1,8 mil horas, a gente tinha 2,4 mil. Então, em vez de ampliar a formação, eu amplio a carga horária, mas eu reduzo a formação geral básica.

Esse é um problema que todos estão enfrentando, é um problema difícil de ser superado, porque a gente precisa dessa formação geral básica, é ela que dá a formação científica, cultural, humana, que a gente precisa como ponto de partida para a formação do cidadão.

Para além disso, os itinerários foram entendidos como uma via de mão única, ou seja, eu tenho uma pincelada de conhecimento aqui e depois eu vou para um aprofundamento em ciências, ou em matemática, ou em linguagens, enfim, eu vou escolher um itinerário. Não é bem assim, a gente só pode escolher e aprofundar aquilo que a gente já sabe.

Então, em lugar de um aprofundamento, foi um corte: "olha, você não vai ter esse conhecimento aqui, mas se você quiser ter uma parte dele, você vem para cá".

Isso retoma um problema que a gente teve na Lei 5.692, que era a falta de conhecimento, ou seja, você entrou num canal, você tem que seguir nesse canal o resto da vida, porque você não tem conhecimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para migrar. E, este momento de transição social, cultural que nós estamos enfrentando, é essencial que o jovem tenha essa possibilidade de migrar de área a qualquer momento. Com as tecnologias que estão mudando, com os costumes sociais que estão mudando, a gente precisa estar preparado técnica, científica e culturalmente para mudar de área a qualquer momento.

Então, é essencial que a formação geral básica seja ampliada e que a gente, sim, a partir da formação geral básica ampliada, possa escolher uma área de aprofundamento.

Então, esse é o ponto de partida.

Uma outra questão é que esses itinerários foram construídos de maneira desconexa da formação básica, ou seja, eu tenho uma formação básica, essa formação básica não está integrada com o itinerário. Eu curto a formação básica e, logo em seguida, eu tenho que entrar no itinerário. Não. Eles têm que estar integrados, *pari passu*, trabalhando juntos, de maneira complementar.

Então, fazer a integração dos dois é essencial, e não deixar que sejam duas coisas que não se misturam, como dá a entender a proposta. Não é que seja assim, mas a proposta, da forma como está escrita, dá a entender que seja assim, que as coisas são desconexas.

Uma outra questão muito importante foi a da ampliação do tempo. Nós precisamos de escola em tempo integral. É essencial que a gente tenha escola em tempo integral. É preciso dar aos nossos jovens a oportunidade de uma formação mais completa. Agora, não é só ampliar o tempo na escola. É preciso gerar condições de que esse estudante permaneça na escola não com aula, porque, se eu tiver aula o dia inteiro, em que momento que eu vou ler? E o senhor, Senador, é uma pessoa que incentiva a leitura, que incentiva os projetos de ciência, de empreendedorismo, de tecnologia. O senhor sabe que é preciso muita leitura para a gente desenvolver e tempo livre para a maturação de conhecimento.

Então, a gente criar espaços onde os jovens possam ler, possam ir para o laboratório fazer experimentos, possam ter tempo livre para maturar conhecimento, isso, sim. Mais do que aula, a gente precisa de espaços e condições para que, na escola, o estudante desenvolva os seus talentos.

Então, ampliar a quantidade de aula não é suficiente. É importante ampliar o tempo na escola, não a quantidade de aulas.

Com essas mudanças todas, os docentes e os curriculistas não conseguiram entender qual era a ligação que existia entre aquelas competências que foram propostas para o novo ensino médio e os saberes a serem construídos e, daí, surgem componentes curriculares estapafúrdias, quando não, vazias de completo sentido.

Então, a gente tem unidades curriculares que foram colocadas como eletivas, que são muito bem-intencionadas, quase sempre. Tem uns casos malucos aí que a gente não pode nem botar em conta, mas a gente tem, caso geral, boas intenções que não foram aproveitadas. Projeto de vida é uma delas. Projeto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vida é uma intenção fantástica, é uma coisa maravilhosa, mas foi transformado em uma disciplina, foi transformado em aula, não em um projeto de vida. Aí não funciona, porque não é, de fato, um projeto. É mais uma disciplina, com um ementário, com etapas a serem cumpridas, com nota. Como um projeto de vida pode ter nota? Então, tem alguma coisa que precisa ser repensada.

Nós tivemos alguns casos, a gente acompanha as discussões, nos projetos de educação financeira, nas disciplinas eletivas, em educação financeira, tem gente orientando os meninos para investirem na bolsa. Ora, eu estou numa cidade em que a média salarial *per capita*, a renda *per capita* está em torno de meio salário mínimo e o professor está ensinando a investir na bolsa. Eu vou investir na bolsa ou sobreviver?

Então, tem algumas distorções que precisam ser superadas e elas só podem ser superadas se a gente tiver tempo de preparação das escolas e dos educadores – preparar os professores, capacitar os professores para entrarem nesse novo modelo, os gestores das escolas para entenderem o novo modelo, e, aí sim, a gente pode mudar.

Isso requer tempo. Se a gente pensar no tempo da Finlândia, que foi de trinta anos, para a implantação da mudança de ensino, e nós quisermos implantar em quatro, cinco, a gente vai ver que não dá certo. Não tem como dar certo. É preciso a gente rever alguns pontos. Sobretudo, a gente implantou a mudança no ensino médio antes de implantar a mudança na licenciatura, ou seja, os professores que estavam sendo formados, estavam sendo formados no modelo antigo para atuar no modelo novo.

Então, a gente realmente precisa de tempo, para repensar essas coisas. É fundamental um novo ensino médio, mas é fundamental que ele seja trabalhado para que ele dê certo.

Nessa linha do trabalhar, a gente tem a infraestrutura, porque as escolas continuam sem infraestrutura. Nós criamos um novo ensino médio, mas não criamos laboratórios de física, de química, de biologia, de matemática. A gente não tem estrutura para que o pessoal possa usar o tempo escola.

Em algumas localidades, não tem nem direito a escolha: o aluno só tem um caminho a fazer porque só tem uma escola, e naquela escola só tem professores suficientes para manter um itinerário. Então é preciso repensar também: precisamos de mais professores, mais condições para poder criar a opção de itinerários, e os professores têm que ser trabalhados, capacitados para essa mudança tão fantástica que foi criada.

Agora, existe um itinerário, Senador – e eu sei que o senhor nos acompanha sempre, o senhor sempre visita o instituto, inclusive aporta suas emendas lá para que a gente possa fazer um bom trabalho –, que é a questão da educação profissional, o quinto itinerário. Uma excelente resposta a um problema social grave.

A gente tem falta de profissionais no mundo do trabalho às tantas, sobretudo na indústria. A gente não tem profissionais capacitados para atuar na indústria. Mas, do jeito que está proposto, a gente volta ao modelo da Lei 5.692, aquela lei que dizia: "Você vai fazer uma formação mínima, e é mínima mesmo, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

depois você vai fazer a formação técnica". E, pior ainda, na Lei 5.692 as duas estavam juntas, integradas. Agora elas estão dissociadas. Eu só começo a ter noção do que eu vou fazer depois que eu estiver lá no segundo ou no terceiro ano.

Então, é preciso integrar muito bem o itinerário formativo técnico profissional com a BNCC. Se não assim, a gente não vai ter formação de qualidade, e a gente bem sabe da experiência que nós temos no Brasil.

Nós temos excelentes experiências, tanto nas redes estaduais quanto na rede federal, de integração entre a formação profissional e a formação básica. Os institutos, a rede federal, a rede da Paraíba, a rede do Pernambuco, a rede do Ceará têm mostrado excelentes exemplos e com resultados positivos, tanto em nível de avaliações diagnósticas nacionais... E aqui, quando eu falo diagnóstico, eu estou falando do Enem não enquanto uma prova de nota, mas enquanto uma prova de diagnóstico da qualidade educacional; e a gente tem o exame do Pisa, que mostra que as escolas que fazem educação profissional integrada ao nível técnico têm resultados muito superiores – particularmente na rede federal, que é apontada entre as cinco melhores redes do mundo de educação de nível médio.

Então é uma experiência muito positiva que, lamentavelmente, a gente não aproveitou.

Eu me coloco aqui, agora, Senador, à disposição para eventuais dúvidas ou consultas que houver.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Wilson.

Eu não falei no início aqui, mas, é só para dizer que a gente trabalha na área de educação há muitos anos. Eu tive a oportunidade inclusive de ser Secretário, por duas vezes, de Ciência e Tecnologia. E, durante o período em que fui Secretário, eu trouxe a educação profissional para a Secretaria de Ciência e Tecnologia aqui no Distrito Federal. E aí eu tive a experiência muito grande com relação à formação profissional, os pré-requisitos para os professores. E as mudanças hoje acontecem da noite para o dia, não dá para você fazer como antigamente. Antigamente, você levava 20, 30, 40 anos para acompanhar a realidade, mas eu participei aqui.

Eu fui o Presidente da Comissão do novo ensino médio. Eu fui também, durante esse período, autor das emendas do Pronatec na época, em que a gente incentivava a questão da educação profissional. E tenho pelo Instituto Federal um carinho muito especial, porque realmente é uma escola de qualidade que tem estrutura; não sei se ainda tem a estrutura adequada, mas, comparado com as demais escolas regulares, realmente o instituto está muito à frente.

Agora, colocamos inclusive no Pronatec o Sistema S, porque, na época, nem o texto original tinha o Sistema S. E eu não tenho nenhuma dúvida hoje de que, na educação profissional no Brasil, a gente só tem exatamente os Institutos Federais e o Sistema S, porque a grande parte da formação profissional hoje está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com as empresas. As empresas é que estão contratando profissionais para capacitar os técnicos, os próprios funcionários.

Então, o que eu sei é que, na prática, nós temos hoje 78% dos alunos do ensino médio que não conseguem entrar na universidade e muito menos entrar no mercado de trabalho. Aí você tem essa geração nem-nem, que não estuda nem trabalham. E minha avó já dizia: "Cabeça vazia é oficina do diabo; não tem o que fazer, vai fazer o que não presta". É o que a gente está vendo, todos os dias: essa situação.

No setor de tecnologia, quantas mil vagas tem hoje, no Brasil, nessa área? São 500, 700 mil vagas, e não tem os técnicos, mão de obra qualificada para ocupar essas vagas, ainda mais hoje, em que a concorrência é internacional. Os nossos profissionais de tecnologia hoje não concorrem mais em termos de espaço nacional; hoje vão prestar serviço lá fora, e a gente está ficando muito para trás com relação a isso.

Agora, a experiência que tive também diz o seguinte: educação profissional você faz com quem está no mercado. Não adianta você – e eu tive essa experiência como Secretário –, não adianta você colocar um engenheiro, dando aula de engenharia, que nunca construiu nada; nem muito menos um enfermeiro que nunca entrou num hospital para dar aula teórica. Então, esse é o grande desafio.

Quando – e muitos criticam, porque não houve muita discussão – a gente aprovou por medida provisória, era uma medida provisória, essa discussão já vinha de anos e anos. E a gente, então, aprovou a medida provisória, colocando inclusive um complemento para incentivar as escolas a adotarem com o objetivo inclusive de implantar a educação integral. Está na medida provisória.

Agora, eu vi um anúncio, por exemplo, esta semana, de que no Governo, agora, vai ser de sete horas o horário. De fato, o Conciani tem toda razão: ficar sete horas numa escola que não tem laboratório, que não tem internet, que não tem nada que atraia o aluno, vai ter uma evasão grande. Então, por isso é que a gente precisa... E olha que o mundo todo hoje... Nós não chegamos ainda a 10% dos nossos jovens na educação profissional, e vários países já atingiram aí 50%, 60% dos jovens que fazem educação profissional, curso técnico, não é?

Então, é um desafio muito grande, não dá para você... Nós vamos ter que trocar a roda rodando, porque, se a gente for parar... Eu perguntei, eu tenho a maior admiração pelo Ministro, pelo que ele fez – o que fizeram, não foi nem ele, mas também ele, não é? – quanto à questão do ensino no Ceará, porque lá, no Ceará, você tem de certa forma, como tivemos em São Paulo, uma certa política de Estado. Houve a continuidade de governos que ampliaram, melhoraram o que vinha sendo adotado. Mas no Brasil, tradicionalmente, cada governo que entra começa tudo de novo, faz questão de acabar com tudo e começar de novo uma política de governo, e o que a gente precisa é uma política de Estado.

Nós vamos ter agora, tem uma medida provisória agora aqui do lado, está sendo instalada agora, das obras inacabadas. Nós temos mais de 3,5 mil obras da educação com 80% já... Estão faltando 20% para concluir, 70% já de obra, tudo paralisado do Brasil todo. Então, se a gente de fato não sair do discurso e ir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a prática... Está aí o Fundeb no arcabouço fiscal. Mudamos o texto e tiramos o Fundeb, que é o principal fundo da educação. Espero que a Câmara mantenha o texto do Senado. Estamos acompanhando. Devem votar de hoje para amanhã, não é? Porque há uma diferença muito grande aqui entre o discurso e o recurso, inclusive da área de ciência e tecnologia. Tiraram do arcabouço. Não sei se a Câmara vai manter o texto aqui do Senado com relação a ciência e tecnologia, que é uma área que é mais afetada nos últimos anos. Pelo menos desde quando eu entrei aqui como Presidente da Frente de Ciência e Tecnologia, cada vez se aplica menos em ciência e tecnologia. Fizemos aqui uma reunião, semana passada, uma audiência pública sobre a popularização de ciência e tecnologia. Aí foi feita a pesquisa: "Cite o nome de um pesquisador no Brasil". Praticamente se desconhece completamente, e quem falou alguma coisa ainda falou do Einstein, como se fosse pesquisador brasileiro.

Mas, Conciani, eu quero aproveitar a sua fala para realmente reforçar a minha admiração pelos Institutos Federais, pelo trabalho que fazem. E essa integração é importante. Agora, nós vamos conseguir capacitar os professores tradicionais de Geografia, História, Português e Matemática para darem educação profissional? Nós não vamos ter essa coisa nunca, não é? Então, a gente vai ter que trazer realmente profissionais que estejam no mercado. Não sei como vamos fazer. Há essa brecha na lei de contratar... Inclusive, o Sistema S tem muito convênio. Só não pode usar o dinheiro do Fundeb, porque isso na última... Eu fui o Relator do Fundeb, e a gente não colocou essa possibilidade. Mas qualquer estado, qualquer município pode fazer convênios na área profissional.

Mas, de fato, o Conciani tem razão. Nós temos que compatibilizar a Base Nacional Comum Curricular com a questão da formação, e vamos ter que criar as escolas regionais, porque, de fato, no interior do Brasil tem isto, só tem uma escola. Então, o que que você tem que fazer? Alguma forma para que você possa oferecer vários outros itinerários naquela região, naquela microrregião.

Mas são ideias que nós estamos tirando exatamente para aperfeiçoar o novo ensino médio, mas não podemos parar, porque tem estados que têm continuidade. São Paulo... Até porque é obrigação, a responsabilidade é do estado, não é da União. A União traça as diretrizes e tal, mas o ensino médio é responsabilidade dos Governadores, dos estados, não é?

Bem, fazendo essas considerações, eu vou passar agora para o Sr. Wisley João Pereira, que é o Gerente Executivo de Educação do Sesi.

O SR. WISLEY JOÃO PEREIRA (Para expor.) – Senador, primeiramente, quero agradecer a oportunidade e deixar aqui um abraço do Rafael Lucchesi, nosso Diretor Superintendente. Ele está numa agenda externa, fora de Brasília, e não tinha condições de estar presente.

Agradeço e reconheço todo o trabalho, desde quando o senhor estava na Presidência da Comissão... Só quero dizer que, quando o senhor estava presidindo a Comissão do novo ensino médio, eu era o coordenador do novo ensino médio do MEC. Eu estava lá junto com o Mendonça. Então, eu acompanhei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito o trabalho, o trabalho árduo que vocês fizeram em inclusão e melhoramento do texto da medida provisória. Houve mais de 235 inclusões em emenda parlamentar. É só para deixar claro e evidente que o debate que foi feito foi profundo.

Dito isso, cumprimentando o Senador, cumprimento toda a mesa, sobretudo o Sistema S, que está aqui com a gente para demonstrar um pouco dessa capacidade de entrega que nós fizemos na implementação do novo ensino médio.

Fico muito feliz com a apresentação e a participação do Prof. Wilson. Isso me deixou muito tranquilo e muito lúcido do ponto de vista de dizer que um dos grandes problemas é que a gente tem que fazer a integração da formação geral básica com os projetos de vida dos estudantes e dar para eles a oportunidade de fazer escolha através dos itinerários formativos.

Mas, antes de começar a se fazer sobre isso, ele trouxe um dado que é muito interessante: a reforma educacional que a Finlândia fez, curricular, demorou 30 anos para ser implementada. Eu fiz um levantamento das principais mudanças e reformas que nós fizemos na educação. A grande e última reforma que nós fizemos foi a inclusão do pré-escolar dentro da educação básica como obrigatoriedade, passando o ensino fundamental a ser de nove anos. Para a implementação dessa política, nós gastamos exatamente 9 anos, para fazer a implementação, que era, única e exclusivamente, reconhecer o início da obrigatoriedade de acesso. E todos que estavam aqui nos acompanhando... Era o pré-escola, não é? Era o pré-chulé, eram todas essas discussões que a gente tinha lá. E agora a obrigatoriedade é primeiro ano do ensino fundamental. Tem avaliação, tem que garantir a alfabetização na idade certa. E a gente garantiu direitos naquele momento. Mas o desafio não era nem tão próximo, na volumetria, do desafio da reforma que nós estamos fazendo para o ensino médio.

São três grandes pilares que estão sendo discutidos, e o desafio de fazer é exatamente do Poder Executivo dos estados e não da União. É a discussão do currículo alinhado com os territórios; alinhado depois o currículo com a arquitetura curricular, que é flexibilização do currículo, e como fazer a formação técnica e profissional, porque certamente não seremos nós – eu sou professor, há 16 anos, de escola pública no Estado de Goiás – que vamos dar conta de fazer a formação técnica profissional. Tem que ser pessoas do mercado. Nós estamos lucidamente concordando aqui. E, por último, a gente precisa garantir a implementação da metodologia, que é trabalhar por área de conhecimento nessa integração curricular. Isso passa por formação continuada dos professores. A nossa formação foi fragmentada e não nos permitiu garantir a entrega do processo de ensinar, vamos dizer assim, nesse nível de complexidade.

Então, não dá para reduzir esse desafio gigante em 2 anos, nem dizer que 2 anos são suficientemente significativos para nos dizer que estamos na direção errada, porque nós ficamos 20 anos com o outro modelo e ninguém questionou. E há 20 anos nós temos problemas. Eu tive problema, por 16 anos, em escola pública, sem quadra de esporte. Se eu quisesse usar quadra de esporte, eu tinha que pegar quadra emprestada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da escola pública municipal e deslocar os alunos para fazer qualquer atividade lá. E sem laboratório! Como é que um físico vai dar aula sem laboratório?

Nós não podemos trazer problemas do passado, deixar que se tornem o problema do processo de implementação do novo ensino médio. Esses problemas sempre existiram. E não vamos também abandonar os problemas ou dizer que eles não são um desafio. Aumentar para sete horas a permanência na escola traz também o desafio de infraestrutura sim. E não é um problema que surgiu ao aumentar para sete as horas na escola, porque o problema de infraestrutura existe há mais de duas décadas. Então, a gente tem que reconhecer esses processos, esses desafios, para a gente avançar.

Está muito claro na lei do novo ensino médio, Lei 3.415, e foi muito bem-posto pelo nosso Senador, um artigo específico de financiamento para a escola de tempo integral. A lei foi pensada no conjunto. Ela trazia não só a questão da mudança para o desafio do que ensino médio entregava, mas também deixava claro para o Poder Legislativo que precisava de instrumento financeiro para fazer o processo de implementação. E, aí, eu trago um dado: antes de sair do Ministério da Educação, deixei 1 bilhão para fazer o processo de implementação de um acordo de cooperação técnica com o Banco Mundial. O Governo passou quatro anos, e não conseguiu executar.

E a gente também tem que reconhecer outros processos. Não tiveram apoio os governos estaduais e sobretudo os secretários estaduais no processo de implementação, mesmo assim eles avançaram muito. As 27 unidades federativas fizeram o seu redesenho curricular. As 27 unidades federativas, além de desenhar seus currículos, iniciaram o processo de implementação. Isso é extremamente importante.

Dito isso, a gente vai trazer um pouco dessa realidade de como era esse modelo antigo do novo ensino médio e por que a gente precisava fazer essa mudança tão profunda no ensino médio brasileiro. Primeiro, o ensino médio daquela época era o seguinte: a cada dez estudantes que chegavam ao ensino médio brasileiro, seis evadiam. Dos quatro que terminavam, três tinham entrega de aprendizagem abaixo do esperado. Alto índice de evasão. Não tinha ensino médio para esse sujeito. Foi recentemente que nós criamos o fundo de manutenção das escolas, o Fundeb, colocando o ensino médio. Eu fiz ensino médio sem ter recurso financeiro para mim, estudante de escola pública. Não tinha merenda escolar para mim, não tinha material didático para mim. Isto eu estou dizendo – e eu sou um jovem de 44 –: passei pela última etapa do ensino médio sem financiamento.

O Brasil também vem avançando do ponto de vista de financiamento, de melhoria da qualidade, mas não era suficiente, porque o problema também era curricular. Além do baixo aprendizado e dessa desigualdade, 71% – de cada dez, sete – se evadiam se fossem jovens negros, não conseguiam terminar o ensino médio. E a educação técnica e profissional, que é um grande avanço da reforma do ensino médio, não era para todos, era excludente. O estudante tinha que fazer ensino médio num turno e ensino técnico profissional no outro turno. Estudante pobre que precisa trabalhar ou ajudar a família em casa está excluído. E são exatamente esses 80% que não vão para o ensino superior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente não vai desenvolver um projeto educacional que dê conta de emancipar nem ter um projeto de vida que possa impactar. Ou o Brasil decide fazer a reforma educacional que tem de fazer ou vai pagar um preço caríssimo. Estamos fazendo uma mudança demográfica gigante, em que nós não vamos ter mais a quantidade de jovens que nós temos hoje no Brasil; vamos nos tornar um país de pessoas idosas, com menos jovens. São eles que, certamente, darão a sustentabilidade do nosso país. E, aí, nós vamos jogar 80% dos nossos jovens fora porque o único caminho tem de ser a universidade.

Quando a gente olha para os países... Saiu hoje, no *Estadão*, uma pesquisa superfresca de dez países que os pesquisadores do Instituto Lemann, do Centro Lemann, estudaram, sobre como eram as reformas deles no ensino médio desses países. Todos eles praticam mais de 60% de educação técnica e profissional, e aqueles que têm o maior índice de matrícula na educação técnica e profissional têm melhor desempenho nas avaliações e menor evasão. Então...

Vamos jogar as evidências fora também? A gente não vai fazer um debate honesto? Porque a desqualificação de um debate leva um prejuízo de uma educação de qualidade para o nosso jovem. A gente tem que olhar para frente, não olhar para trás.

Se a gente for olhar para esse ensino médio que nós vivemos, nós estamos voltando ao ensino médio de dez para seis, em que só quatro chegavam ao final e, desses quatro, só dois conseguiam entrar na aprendizagem adequada, nem no aumento da aprendizagem. Então, a gente precisa entender esse processo.

Para isso, aqui, foi muito bem-posto... O que é que essa lei traz? A gente já colocou: escolha do estudante; projeto de vida; expansão da carga horária; mais tempo de permanência na escola, mas um tempo de permanência como projeto educacional. A gente não pode começar a fazer escola para entulhar estudante.

E a educação técnica e profissional não tem que ser para alguns; ela tem que ser oportunidade para todos. As evidências internacionais...

Países como Argentina têm educação técnica e profissional acima de 60% das suas matrículas. Está hoje na pesquisa no *Estadão*.

Até um pouco... Porque todo mundo fica falando da reforma do ensino médio – ou que eu já vou chamar de "aprimoramento do Novo Ensino Médio" –, que não houve debate, mas teve um programa que eu ajudei a implementar no Estado de Goiás, porque eu fui superintendente de ensino médio lá, na rede pública de ensino, que se chamava "Ensino Médio Inovador", que era flexibilização curricular, mas era como sugestão, e não como uma obrigação de direito do estudante.

Começou em 2009 todo o debate do currículo. Em 2013, exatamente por nossas Casas Legislativas, teve o PL 6.840, do Deputado Reginaldo Lopes. Ficou parado, sem ser submetido a nenhuma Comissão, por dois anos! E por isso se fez urgente e relevante colocar uma medida provisória.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alto índice de evasão, a aprendizagem só caindo, o jovem sendo colocado para fora da escola, a "juvenização" de uma EJA...

A gente olha para os outros países, pouquíssimos são aqueles que dependem de ter uma política de educação de jovens e adultos que não tiveram o direito garantido na idade correta. Até hoje ainda é um problema para nós. Se é um problema, é porque a gente está colocando o estudante... Não garantindo o direito dele na idade correta. E o ensino médio é exatamente esse gargalo.

E é importante... Não vou passar por aqui, foi muito bem dito de todo esse debate que foi fazendo até atualmente... Todo mundo fala sobre aprovação da lei. Setenta por cento dos votos a lei teve. Se isso não é democrático, eu não sei como é que é um processo mais democrático. Foram quatro anos de debate e foi aprovado pelo Congresso Nacional. Dos 372 Deputados, 263 se colocaram a favor.

Sabem quantas medidas provisórias... Porque também questionam o dispositivo, o expediente. É um expediente legal, é do Executivo, e é para ser urgente e relevante. Se não tiver algo mais urgente e relevante do que isso, não dá.

E eu trouxe alguns dados aqui, só para entender um pouco.

Lula 1, Lula 2, Dilma 1, Dilma 2... Nós tivemos, só no Lula 1, 239 medidas provisórias. Eu vou citar algumas medidas provisórias extremamente importantes... Não estou dizendo que não são importantes as medidas. Pelo contrário: eu quero trazer evidências de que esse dispositivo é extremamente importante para a gente garantir políticas sociais para a população brasileira quando se precisa de relevância e urgência, como foi o caso do Novo Ensino Médio. Por exemplo, Bolsa Família foi por medida provisória. "Ah, não vamos questionar também, não é?" Outra questão que foi por medida provisória: Prouni, acesso à Universidade para Todos. "Ah, é porque para fazer reforma educacional tem que fazer um longo debate!" Então, a gente joga toda uma década de jovens a não ter acesso a uma política educacional de qualidade, fruto de um debate *ad aeternum*?! Com tecnologia, quatro anos não é debate suficiente para propor uma mudança?!

Agora, dizer também que a gente está no caminho 100% correto seria muito arrogante. Precisamos olhar para a frente e para o aprimoramento. No que depende da Rede Sesi em parceria com o Senai...

A gente olhou os estados, nesses cinco anos de implementação, e esta aqui é a realidade dos estados brasileiros: hoje, todos os estados brasileiros estão com seus referenciais curriculares revisados, todos aprovados nos conselhos estaduais de educação, homologados e iniciando o processo de implementação.

E aí, quando a gente foi fazer uma pesquisa com os estudantes, encontramos que os estudantes... Nós tivemos um problema de comunicação. No meio do caminho, tinha uma pandemia. Ninguém vai considerar isso na conta também! A pandemia não prejudicou só o ensino médio, prejudicou a educação no mundo. Nós estamos falando aí de recomposição de aprendizagem, de alfabetização na idade certa, um programa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o Governo Federal está lançando agora e que é extremamente importante, para garantir a alfabetização, para recuperar esse tempo em que a gente foi impactado pela pandemia. E, quando a gente perguntou a mais de 2 mil estudantes no Brasil se eles concordavam que o ensino médio pudesse atender os seus projetos de vida e se isso ia elevar a qualidade da educação no país, 80% desses jovens concordam que eles precisam fazer... E, quando se pergunta se ele teria interesse em ter oportunidade de ter educação técnica e profissional como uma possibilidade, 86% dos jovens gostariam de ter possibilidade de fazer curso de formação técnica e profissional.

E 21%, um pouco mais, são o número de jovens que têm o direito de acessar o ensino superior. O que nós vamos fazer com os aproximadamente 78% dos jovens que têm outros projetos de vida?

(*Soa a campainha.*)

O SR. WISLEY JOÃO PEREIRA – Caminhando para o final, a gente olha alguns números da OCDE, de que a gente já falou, sobre a questão de prática da educação técnica e profissional, mas, se virar a lista de cabeça para baixa, somos primeiro lugar! Não fazemos... Menos de 10%! Não tem como fazer uma virada socioeconômica no país se a gente não garantir isso como uma revolução educacional para trazer uma revolução industrial. A última revolução industrial por que nós passamos foi há mais 70 anos! O Brasil só caminha para trás se a gente não fizer nossa reforma educacional.

E aqui estão alguns indicadores.

Quando a gente pega os estudantes que fizeram formação técnica e profissional, eles têm melhor desempenho.

O que não pode se fazer é o retrocesso que muitos estão propondo de voltar a 2,4 mil horas, não garantindo o mesmo turno de 3 mil horas à educação técnica e profissional dos estudantes. Temos que avançar, sim, para uma educação de tempo integral.

Aqui é um pouco do desastre brasileiro! Olhem como é o índice de abandono e evasão: 40%. Há 26% trabalhando em forma de *freelancer*, com subemprego...

O que o itinerário técnico e profissional pode trazer? Redução da evasão, conclusão da educação básica de melhor qualidade, continuidade da trajetória de vida desses estudantes ligada ao mundo do trabalho, melhor aprendizagem, ligação com a carreira.

O que nós queremos mostrar para vocês? Um pouco da experiência do Sesi e do Senai no processo de implementação. Começamos em 2018 como experiência pedagógica ainda, solicitada pelo Ministério da Educação, e hoje estamos com mais de 36 mil estudantes fazendo o novo ensino médio, com 20 itinerários técnicos e profissionais e dois propedêuticos. Só aqui, no Sistema S, nós jogaremos fora grandes investimentos. A gente olhou os dados do Consed que foram apresentados na segunda-feira no relatório, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Consed, depois da Lei do Novo Ensino Médio, colocou 20% a mais de professores na sua rede. Se a gente retroceder, a gente vai ter de mandar embora 20% de professores.

O que precisamos melhorar? É certo, o Prof. Wilson deixou muito claro, 1,8 mil horas parece muito pouco para fazer a formação geral e básica, mas a gente não precisa mexer na legislação; dá para fazer infralegal. As diretrizes garantem que nós podemos fazer aprofundamento da base. Trezentas horas nós estamos reivindicando aqui para fazer recuperação e recomposição da aprendizagem e aprofundamento da base. Em suma, em geral, o que está escrito, aqui a gente tentou colocar isso da seguinte forma: 1,8 mil horas era o teto, 1,2 mil horas para os itinerários. Nós tínhamos a ideia de que só em 1,2 mil horas a gente conseguiria fazer formação técnica e profissional, mas, quando a gente faz a integração da formação técnica e profissional com a formação geral básica, como o Prof. Wilson muito bem colocou, a gente precisa só de 900 horas; 300 horas saem quando eu não coloco a mesma matemática duas vezes. E 300 horas a gente pode utilizar para recomposição da aprendizagem e aprofundamento da base. E ficam, no mínimo, 900 horas, que a gente garante no mesmo turno, com formação técnica e profissional.

Aprimoramento é o caminho da gente avançar na política de Estado, não retroceder em política de governo. E a gente sabe em que caminhos nós podemos avançar. As instituições que estão fazendo a implementação do novo ensino médio estão concluindo os seus relatórios na mesma direção de que é possível aprimorar e garantir a segurança de uma educação de qualidade para os nossos jovens, e a gente não perder a janela de oportunidade.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Wisley.

Fui Secretário juntamente com o nosso amigo Lucchesi.

Eu passo a palavra agora a Mariana Campos Ferreira Martinez, que é do Senat.

A SRA. MARIANA CAMPOS FERREIRA MARTINEZ (Para expor.) – Boa tarde, Senador; boa tarde a todos; boa tarde a todos que estão aqui na mesa, presentes.

Inicialmente, eu gostaria de agradecer em nome da Dra. Nicole Goulart, que não pôde estar presente também, porque estava em compromisso externo.

A gente entende que essas discussões são de extrema importância para os jovens do nosso país.

Gostaria de colocar aqui que o Sest Senat, pessoal, está completando 30 anos neste ano. Então, nós somos o "s" do transporte e, por atuarmos em estreita cooperação com o poder público, nós também temos essa atuação junto aos programas e às políticas públicas assim colocadas pelo Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje a gente atua em 162 unidades operacionais, impactando mais de 4 mil municípios, realizando atendimentos gratuitos para o trabalhador do transporte, com atendimentos dentro de saúde e qualidade de vida e também de capacitação profissional. Temos hoje uma estrutura padronizada dentro das nossas unidades operacionais que possuem tipologias diferentes, onde contam com auditórios, salas de aula e recursos tecnológicos, ambientes simulados, centros de eventos, quadras esportivas e também campos de futebol.

A nossa intenção enquanto o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte é oferecer qualificação técnica, desenvolvimento de competências, formação especializada, educação executiva, trilhas por temática e ocupação e cursos presenciais e *online* também.

O nosso primeiro contato com o novo ensino médio, Senador, foi agora, no ano de 2022 – então, nós somos bebês nessa discussão –, mas nós gostaríamos aqui de ressaltar que nós aderimos à linha de fomento do Qualifica Mais, que é o itinerário de formação técnico-profissional, que inclusive é fomentado pelo Pronatec.

Então, ao longo das nossas reuniões bilaterais com as secretarias de todos os estados, com exceção de dois estados que não aderiram enquanto parceiros demandantes, nós registramos protocolos de intenção de mais de 80 mil vagas, entre cursos de formação inicial continuada e também cursos técnicos para serem executados no ciclo de 2023 a 2025, impactando, então, mais de 300 municípios, sobretudo aqueles que as secretarias pontuavam como municípios que não tinham acesso a essa educação profissional dentro do novo ensino médio.

Ao final do ano passado, tivemos a grata notícia de que houve a homologação de 1.682 vagas para 33 municípios em 21 estados do país por meio do Bolsa Formação. Esse estudo e essa homologação se deram conforme um critério que foi estabelecido pelo próprio Ministério da Educação, que contemplava ali os municípios que tinham maior carência: municípios de zona rural, municípios cujas escolas estaduais não tinham condições de oferecer um itinerário de formação técnico-profissional.

Ainda nesse ínterim, um dos estados que não optou pelo Pronatec, pelo Qualifica Mais nos procurou durante as reuniões bilaterais também, para a gente firmar um acordo de cooperação técnica para o atendimento de jovens de cinco municípios do Mato Grosso do Sul. Então, nós atendemos lá hoje a cinco escolas e temos uma parceria para poder formar esses alunos no eixo de logística do novo ensino médio. O eixo de logística é um eixo muito procurado, um setor produtivo bem atraente para o Mato Grosso do Sul. Estive lá presente neste ano e foi emocionante ver aqueles alunos com vulnerabilidade socioeconômica poderem ter acesso a esse tipo de conhecimento, a esse tipo de formação, que vai qualificá-los para o mercado de trabalho e que também vai oportunizar que eles acessem o mercado de trabalho ainda jovens. Sabemos que muitos desses alunos, boa parte das vezes, acabam evadindo o ensino médio para poder ir para o mercado de trabalho informal, justamente para poder conseguir uma renda e ajudar as suas famílias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Colocamos aqui, Senador, como ponto de atenção que os cortes orçamentários relacionados ao repasse das parcerias via Bolsa Formação que foram realizados no ano passado prejudicaram um pouco o andamento do atendimento de todas aquelas vagas de que nós fizemos o protocolo de intenções. Por se tratar de um valor hoje que não foi alterado – já tem alguns anos que essa legislação está ativa – e sabendo que esses alunos, tendo essa vulnerabilidade socioeconômica, exigem essa necessidade de uma assistência estudantil, esse valor acaba atrapalhando um pouco esse processo de execução dentro das escolas, porque o custo para poder deslocar um instrutor das nossas unidades operacionais e até mesmo para executar a parte mesma de logística e etc. acaba ficando um pouco inviável. Então, isso faz com que os alunos optem por outros itinerários propedêuticos ou até mesmo nem façam o novo ensino médio por esse motivo.

Durante as nossas reuniões bilaterais, nós também sentimos um pouco de falta de clareza quanto à estruturação do currículo, que vai muito ao encontro do que os professores falaram agora, essa parte da formação básica estar integrada com a formação técnico-profissional, o vulgo quinto itinerário. E os cronogramas das secretarias também foram algo que prejudicou um pouco o início de todas as outras homologações que foram feitas aí no ano de 2022.

Com relação às parcerias, nós sabemos que o Ministério da Educação também fez a publicação de um guia de implementação de parcerias, em que eles dão várias oportunidades e possibilidades de parcerias tanto com empresas privadas que oferecem educação profissional quanto com o próprio Serviço Nacional de Aprendizagem. Então, nós entendemos que existem várias possibilidades de a gente atuar dentro desse processo. Porém, as escolas não têm conhecimento de como isso pode ser feito. Então, por conta dessa... A gente tem essa premissa de que o novo ensino médio tenha flexibilização. Porém, muitos não têm conhecimento dessas possibilidades.

Aqui, para nós, o ponto mais crítico, enquanto Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte, é a ausência de diálogo entre as políticas públicas tanto do Programa Jovem Aprendiz quanto do novo ensino médio. No ano passado, nós tivemos um número de formados no Programa Jovem Aprendiz de mais de 8 mil aprendizes. Nós sabemos que esses alunos, obrigatoriamente, precisam estar no ensino médio para poderem fazer o programa de aprendizagem e estar dentro das empresas fazendo a sua qualificação profissional. Porém, a gente não tem nenhum normativo, nenhuma regulamentação, nenhum documento que diz como nós podemos atrelar o Programa Jovem Aprendiz juntamente com o novo ensino médio, sabendo que ele está incluído dentro do guia de implementação e de parcerias e que é um componente complementar que pode ser inserido lá dentro. Nós ainda não temos conhecimento disso e não sabemos como trabalhar dessa forma. Então, entendemos que o aluno que precisa trabalhar ou que quer uma qualificação profissional ao mesmo tempo vai acabar evadindo do novo ensino médio e procurando um trabalho informal, ou seja, não vai estar nem numa política pública nem no ensino médio.

A nossa defesa é que o novo ensino médio e o itinerário da formação técnica e profissional aproximem os alunos do mercado de trabalho. É algo que o professor também defende, não é? A gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também defende que esse modelo acompanhe tendências mundiais e possibilite habilitações profissionais. Isso eu não preciso nem comentar, não é, pessoal? Já trouxeram dados aqui para vocês.

Oferecer habilitações profissionais ainda no novo ensino médio colabora com o nosso setor produtivo, não só da indústria, mas do transporte, do comércio, entre outros. Nós do setor de transporte, especialmente, temos um déficit hoje de jovens dentro desse eixo e, para nós, é muito importante que os eixos de logística, de transporte e de infraestrutura estejam dentro desses itinerários de formação técnica e profissional justamente porque precisamos de jovens no mercado de trabalho.

O formato de parcerias contribui para o acesso a formações técnicas e qualificação profissional para alunos com maior vulnerabilidade socioeconômica. A exemplo disso, eu trouxe agora essas turmas do Mato Grosso do Sul que não tinham a menor condição de acessar esse tipo de itinerário e nós pudemos oportunizar isso para eles. O alinhamento de aplicação das políticas públicas ao novo ensino médio pode contribuir com a equalização das oportunidades para esses jovens.

Bom, tendo em vista todos os pontos elencados, a gente entende que essa discussão é necessária, mas gostaríamos de ressaltar que o novo ensino médio e o itinerário da formação técnica e profissional são um ganho para a sociedade, formam jovens para a vida e para a cidadania. É necessário, sim, discutir as lacunas e os impactos dessa mudança, mas precisamos...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIANA CAMPOS FERREIRA MARTINEZ – ... oferecer condições de o jovem ser protagonista do seu futuro.

Por fim, Sr. Senador, agradeço a oportunidade e me coloco à disposição.

Informo que o Sest Senat está à disposição para outras discussões.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Bem, vou passar imediatamente para o Diretor da Faculdade de Tecnologia do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Luís Afonso Bermúdez.

O SR. LUÍS AFONSO BERMÚDEZ (Para expor.) – Boa tarde a todos. Senador, muito obrigado pela convocação para estarmos aqui. Eu não vou dizer que serei mais otimista, mas eu vou fazer alguns levantamentos, alguns posicionamentos, e mostrar também o que é que se faz, o que é que se pode fazer.

Poucos meses atrás, a McKinsey, a empresa consultora, publicou um estudo sobre 30 modelos de reformas educacionais no mundo, em que a mensagem que ficou foi: olha, todas elas têm os seus problemas, mas, se você não dá o primeiro passo, não sai. E nós temos que dar esse primeiro passo. A reforma completa que a gente procura tem que ser cinquentenária, como já disse o professor ali, meu colega. Nós precisamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de tempo para atingirmos esses objetivos e criar um tipo de uma cultura muito forte de que formação, a nova formação que se quer para o nosso jovem e para o nosso ancião... Porque nós já estamos chegando numa idade, esses que estão chegando na idade, na ancianidade de 60, 70 anos, muitos deles não passaram em escolas, não passaram por formações.

O caminho, que alguns chamam itinerário, como nós usamos aí – o *roadmap*, para usar as linguagens mais modernas, que os nossos jovens usam –, é: para onde a gente quer ir? A gente quer ir para um bem-estar social, para uma situação econômica melhor, para uma situação de felicidade; hoje, em várias instituições, se fala até em cursos de felicidade de formação para as pessoas, principalmente logo depois da pandemia. Ora, a BNCC e o novo ensino médio são um itinerário e que nós temos que entender como tal, não como uma coisa fechada. Educação não tem nada fechado. Cada um... A educação que for feita aqui na capital da República – não é, Senador? – tem que ser diferente da educação que é feita em outros rincões, como diria um bom gaúcho, em rincões de outros lugares. Não é a mesma, ela tem que ter a pimenta da regionalidade. Mas hoje nós também precisamos pensar nas práticas que sejam sustentáveis; não sustentáveis no sentido ecológico, mas no sentido de termos garantido o recurso e a infraestrutura necessária.

Foi levantado aqui também que não adianta fazer ensino integral se na escola não tem uma quadra de esporte, se não tem – e eu diria mais – o torno mecânico, não tem o computador. Quantas escolas neste país não têm acesso à internet, à rede? A rede hoje é a estrada vicinal que precisa ser construída. Mas o importante é que foi dado o passo, que foi a política implementada, aprovada nesta Casa, quer queiramos ou não. E nós temos que ter em conta que, permitam-me o ato falho de engenheiro, nós estamos num sistema que tem várias variáveis que nós não podemos controlar, que fogem do controle, mas nós temos que adaptá-las.

Aí vamos a uma das grandes variáveis que é o nosso professor, o nosso instrutor. Nós temos que ter um novo modelo mental de formação para esse professor, seja no itinerário padrão ou seja no itinerário tecnológico. Aí vêm algumas dimensões de ensino e aprendizagem que eu gostaria de colocar para vocês, para pensarmos em oito coisas que nos possam ajudar.

Comunidade. A comunidade tem que ser incentivada a participar deste processo. E quando se fala em comunidade, não é levar pai para a escola, não. É a comunidade saber da importância que é o ponto de referência que é essa escola que forma, tanto para a vida como para a profissão.

O apoio para esse jovem tem que chegar na hora, porque ele é muito rápido na decisão. Ele não quer esperar uma geração para tomar a decisão de que itinerário fazer, se ele vai ser *gamer,* ou se ele vai trabalhar em transportes, ou se ele vai ser comerciante. As coisas chegam para ele rápido, inclusive nas regiões mais afastadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos que ter consciência de que tecnologia e, portanto – Senador, trabalhamos bastante nisso –, inovação são coisas que dão medo, mas que precisam ser consideradas como adaptáveis. São variáveis que, se conhecemos, podemos controlá-las.

E claro, quando a gente fala de formação tecnológica, é a prática. Sem a infraestrutura da prática, sem o bom professor, sem o bom instrutor, o experiente de vida, o experiente de mercado, nós não vamos chegar a esse itinerário, nesse guia que nós colocamos para os nossos jovens.

Mas tem uma coisa que a pandemia – por mais que a gente sempre volte a falar nela – trouxe-nos à realidade: a digitalização da sociedade. Nós temos esse desafio de levar essa digitalização à área da educação, à área da saúde, às áreas mais tecnológicas, e isto dentro de um princípio de balancear. Nem tudo será digital. Se meu avô fosse vivo, ele não usaria celular, não é?

Bom, é claro que nós precisamos fazer alguma coisa e o Prof. Conciani – a quem eu mando um abraço, pois há algum tempo convivemos nessa vida do ensino técnico e ensino tecnológico – aborda a escolha, a orientação. Aí vem uma coisa que é importante: quem vai orientar e quem vai acolher esse também novo estudante que está chegando ao ensino médio? Eu preciso ter mais esse serviço nessa nova escola.

A formação básica vai dar o básico, o próprio nome já diz. Agora, e os acessórios que são necessários? Nós precisamos valorizar aquele conhecimento que o jovem traz e que adquire no dia a dia, adquire na rua, adquire na família, adquire em outros ambientes e traz para essa nova escola. Como é que nós vamos acolhê-lo? Como é que nós vamos formar as pessoas responsáveis por essa instituição chamada de nova escola? Como é que vão tratar os nossos alunos nessa escola de tempo integral? Quais as condições? A leitura... Quando se fala em leitura hoje – eu vou rapidamente, Senador, depois mostrar o que está sendo feito aqui em Brasília –, a biblioteca: ninguém mais quer saber de biblioteca. Todo mundo entra no digital. No entanto, as avaliações – e o senhor sabe que nós somos avaliados, como ensino superior, se temos biblioteca ou não – me exigem o livro físico na biblioteca. Como é que eu faço isso? A minha biblioteca é digital hoje. Mas, quando eu sou avaliado: "Ah, o livro, que é referência de tal itinerário, tem que ter fisicamente dez exemplares dele na prateleira." Então, nós temos que mudar isso aí quando eu cobro uma maturação de conhecimento com o meu jovem e com o meu professor.

E os gestores desses ambientes? Não é mais o professor – e não deve ser mais o professor – guindado à direção. Eu sei que, por isso, os sindicatos vão me cortar a cabeça, né? Mas são gestores de um novo modelo que poderão ser docentes sim, mas é um outro *mindset,* é um outro conceito que tem que ser trabalhado. Eu confesso, Senador, que sou muito otimista nisso. E, por isso, não fui para casa depois que saí da Universidade de Brasília e fui guindado ao desafio de uma faculdade de tecnologia. E a primeira coisa que fiz foi: É tecnologia? Mas tem que ter inovação. Mudamos o nome, só para dizer o que era referência, e montamos uma faculdade diferente. O que a gente quer com essa faculdade? Hoje, no Senac, que é quase centenário – ele não é tão jovem quanto o Senat, mas é centenário quanto o Sesi e o Senai –,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não é uma cultura e não é uma obrigatoriedade o ensino superior tecnológico dentro do Senac, mas o ensino técnico é, e é inclusive gratuito.

E aí são alguns números do ensino superior tecnológico. Aqui em Brasília nós não trabalhamos com bacharelado e licenciatura, apenas com tecnólogos. Essa foi uma definição para chamarmos de tecnologia e inovação: "Não, bacharelado não. Licenciatura também não." Esse é o sistema Senac no país inteiro. E por que se entrou? Foi uma consequência! Há 15 anos, os nossos técnicos, que saíam do ensino médio e que faziam alguma formação profissional paralela, o que eles iam fazer depois, se podíamos e se existia na legislação a possibilidade de operarmos esse tipo de ensino tecnológico superior? Aí veio o desafio do que é ser tecnólogo, não é? O país não reconhece muito o tecnólogo do ensino superior. Vai passar e eu acho... Acho não, tenho certeza de que essa nova escola vai permitir cada vez mais reconhecer esse ensino tecnológico.

Eu vou passar rapidamente, para mostrar para vocês.

Hoje nós operamos oito cursos superiores de tecnologia. E fizemos uma loucura no ano passado, que foi diminuir o número de horas exigidos pela legislação, a nossa capacidade física em menos tempo. Então, baixamos de dois anos e meio para dois anos, fizemos, em um curso, uma experiência que, inclusive, já foi reavaliada pelo MEC, que foi diminuir de dois anos para um ano e meio para entregarmos o título de tecnólogo em recursos humanos. Mas teve toda uma avaliação. Gestão de recursos humanos, nesse período em que estamos saindo de um desafio de saúde, é como gerenciar esse novo recurso humano que chega às nossas empresas de comércio e serviços? Então, nós diminuímos para um ano e meio e já foi avaliado, ficamos com nota 5 na avaliação do MEC com essa mudança.

Nós também temos pós-graduação, não a *stricto sensu*, mas a *lato sensu*, que são especializações. Então, nós usamos marqueteiramente, reconheço, dizer para o nosso estudante do curso de tecnólogo o seguinte: "Olha, você se forma aqui em dois anos e em mais um ano você sai com pós-graduação em tal assunto". E é isso que o mercado está esperando. Vocês podem ver os nomes dos cursos, dos títulos que oferecemos e que estão aí, além da nossa educação executiva e extensão, que também têm uma demanda. Muitos dos que estão hoje atuando no mercado ou já passaram ou só têm a formação de ensino médio, não querem um diploma, não querem um título, eles querem uma certificação, às vezes é uma microcertificação que eles querem.

Então, nós estamos aí, fazemos isso tudo com parceria com o setor empresarial, que trabalha muito, principalmente o pessoal da área de tecnologia da informação trabalha com as certificações e alguns, até pouco tempo atrás, vendiam bem caras as certificações para o mercado. Nós estamos fazendo isso em parceria com eles. Hoje nós somos 64 especialistas de mercado, mestres e doutores, de mercado, Condição *sine qua non* para participar do corpo docente da nossa faculdade é ter a experiência de mercado e, é claro, a titulação, senão nós não somos bem avaliados pelo MEC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como foi levantado, eu imaginei isso, como é que eu atendo esse novo aluno? Ele se sente acolhido. Nós vimos essa necessidade durante a pandemia. O nosso segmento comércio e serviços foi um dos mais atingidos. E o que aconteceu? As pessoas estavam demitidas, estavam sem recursos em casa. Então, nós mantivemos e incentivamos o *on-line*, é claro, um processo de *coaching* – está na moda, não é?– para o nosso aluno, com as vagas, onde é que tem estágio, onde é que tem emprego. Ele perfaz um currículo profissional para ser aceito.

O SR. HUGO GIALLANZA (*Fora do microfone.*) – Um mentor.

O SR. LUÍS AFONSO BERMÚDEZ – Um mentor.

Obrigado, Hugo. Você conhece bem isso.

E aí oferecemos até isso que eu falei do curso da felicidade, que não é ser feliz, ficar sorrindo, não, é felicidade no sentido de se sentir bem na sua profissão, inclusive.

E eu vou terminar rapidamente.

Quais são os nossos desafios? O nosso desafio foi, este ano, o de fazer um convênio com a Secretaria de Educação na área dos nossos cursos técnicos, em que nós juntamos o ensino médio para os nossos alunos das escolas públicas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUÍS AFONSO BERMÚDEZ – ... com a parte profissionalizante, que é gratuita. É o Programa Senac de Gratuidade. Eu acho que o Senai também tem PSG, e não sei se o Senat também tem um programa Senat de gratuidade, a aplicação...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUÍS AFONSO BERMÚDEZ – ... então, para dentro do quinto itinerário de formação, e hoje nós temos 1,3 mil alunos de escolas públicas em alguns daqueles títulos de técnicos. E o melhor, eu acho que o Prof. Conciani ainda está aí, foi o trabalho que foi feito de divulgação e nós vamos, sim, aderir rapidamente – estamos capacitando alguns professores, quatro professores – ao Verticaliza. Eu quero usar essa hora de técnico, fazer valer no curso de tecnólogo, o que vai fazer com que esses jovens digam "ah, eu vou poder usar lá na minha formação superior". Se essa quantidade de horas poderá ser toda, a gente ainda não tem as dosagens necessárias, mas estamos partindo, é um complemento que vem mudar do Novo Ensino Médio.

Essa é a ideia que a gente tem, que chamamos de Faculdade Senac 4.0, não esquecendo de que nós temos o DF e a Ride. Aí, nós precisamos trabalhar com isso, nossos critérios são esses. É claro, para os senhores verem o que é a mudança. Isso aqui não foi contratado, não, "olha, fala bem que nós vamos..."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foram chamados os alunos que têm uma jornada interdisciplinar para que eles nos digam qual a vantagem de ele estar aqui na faculdade.

Aqui é de uma empresa que selecionou esse jovem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUÍS AFONSO BERMÚDEZ – ... graduado.

E aqui outros três exemplos de profissionais que passaram pela faculdade, desde a mudança do *mindset* deles até uma postura, que são colocadas como empreendedoras.

E as nossas decisões que estão aí, e é o plano de carreira docente. Que aí vem o desafio. Mesmo estando muito próximo do mercado, nós precisamos trabalhar o nosso futuro docente para receber esse novo perfil de aluno que está chegando para nós.

Nós fizemos, rapidamente... Aqui são os cinco eixos da nossa faculdade. Aquilo ali é real, não é desenho. São os laboratórios de inovação, as salas de aula inovadoras que nós montamos nesse novo prédio da faculdade.

Eu só vou terminar.

Hoje, nós estamos com 1.451 alunos entre graduação e pós-graduação, num preço competitivo. A faculdade não é gratuita, ainda, mas com um valor razoável que permite ao nosso público de comércio, serviço e turismo se engajar nessas...

Enfim, a inovação é o que nos move, Senador.

Então, obrigado pelo convite. Espero ter colaborado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Bermúdez.

Vamos passar agora para o Presidente da Brasil Startups, Hugo Giallanza. É isso?

O SR. HUGO GIALLANZA (Para expor.) – Exatamente. Exatamente.

Boa tarde a todos!

Quero agradecer a Deus por esta oportunidade de estar aqui representando a Brasil Startups. Quero cumprimentar meu amigo, o Senador Izalci Lucas, e meu amigo também, o Prof. Bermudez, todos aqui da mesa e você, que nos assiste aí pela transmissão.

Eu, desde a minha formação, tenho acompanhado os trabalhos do Senador, inclusive, eu sou aluno do DF Digital. Então, na minha inserção na área de tecnologia, eu tive contato com um produto, uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

iniciativa do Senador. Então, eu parabenizo o Senador, porque o seu trabalho faz parte da minha história, da minha formação.

A Brasil Startups é uma associação sem fins lucrativos. Nosso objetivo e missão é gerar abundância para pessoas, cidades, por meio da inovação da tecnologia. Nós, hoje, temos mapeado o ecossistema de *startups* e nos vemos bastante preocupados com a questão da formação de mão de obra. A gente identifica uma carência de mão de obra técnica. Existem pesquisas que dizem que, até 2025, nós teremos uma defasagem, uma necessidade de 500 mil vagas técnicas, e a nossa preocupação, como uma instituição representativa de empresas, de *startups*, é atender as demandas dessas empresas, acelerando a formação ou fomentando isso com políticas públicas.

Quando a gente pensa no ecossistema de inovação, *startups*, a gente tem cinco aspectos que são impreteríveis para que o ecossistema seja maduro. A primeira coisa é a densidade, densidade de negócios, de empresas, de conexões. A segunda é a cultura; leis e capital; e, por último, talentos. Então, no campo do talento, a Brasil Startups, junto com a Secretaria de Educação do DF, criou um projeto chamado Retina – Cultura de Inovação Educacional. É um projeto, junto com a FAPDF, pelo qual a gente recebeu um recurso, através MROSC, que é o Marco Regulatório da Sociedade Civil, e nós estamos cocriando, junto com a Secretaria de Educação, esse novo modelo de escola.

Na origem do nosso projeto, nós tínhamos a expectativa de criar um curso técnico de empreendedorismo em jogos. Esse era o cerne da nossa proposta. Mas, no processo cocriativo, quando a gente foi imergir nas necessidades, nas demandas da escola, a diretoria da escola, da ETC, a Escola Técnica de Ceilândia, falou: "Olha, se vocês fizerem um curso técnico, vocês vão executar apenas um. Por que vocês não formam professores da rede?" E, a partir dali, a gente modificou o nosso plano de trabalho e a gente começou a formar professores. Então, mudamos a metodologia e, hoje, nós formamos professores da rede pública na área de empreendedorismo digital, *design* de jogos e gestão de escolas inovadoras. Isso porque não adianta você implementar cursos inovadores se a mentalidade de quem conduz a escola, Senador, não estiver conectada com esse mundo também de inovação e tecnologia.

E, hoje, os cursos que a gente viabiliza, as nossas formações, são reconhecidos pela Eape. Então, o professor da rede consegue se formar e conduzir isso. E o que é legal é que, sem querer, a gente apontou na lua e acertou as estrelas. A gente imaginava criar um curso técnico e a gente acabou criando algo que eu entendo como disruptivo, pelo fato de que, hoje, esses professores são ainda pagos pela rede pública, então, a gente não tem custo com isso. Mas, no momento em que a gente forma esses professores, outras escolas técnicas podem reivindicar esses professores para ministrar cursos, e isso se torna algo escalável que foge do nosso controle. É para isso que a Brasil Startups existe, para fomentar esse tipo de iniciativa.

Como proposta de solução, o Retina tem, além dessa parte de formação, tem espaço físico. A gente reformou salas e tem salas de formação profissional, por exemplo, com um modelo ligado ao mercado. A gente não tem salas seriais, com mesas e cadeiras seriais, a gente tem um modelo de mesas trapezoidais que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

simulam um *squad*. É como se fosse um ambiente de desenvolvimento de *software* de negócio, que é comum dentro das empresas. Então, a nossa ideia, a nossa proposta é aproximar isso e fazer com que o ensino público também possa estar no mesmo momento das demandas de mercado.

Nesta semana, a gente teve uma notícia, no mercado, de uma *startup* brasileira chamada Pismo, que foi adquirida por US$1 bilhão, cerca de R$4,8 bilhões. É a quinta maior aquisição, no ano de 2023, no mundo. É uma *fintech*, uma *startup* na área financeira, que está protagonizando algo incrível aqui. Foi uma ótima notícia nesta semana.

A gente também tem laboratórios *makers* e possui, dentro desse projeto Retina, um laboratório de gravação de estúdio e de edição de conteúdos. É um espaço muito bacana, e eu convido todos que nos ouvem a conhecer na Escola Técnica de Ceilândia.

A nossa proposta de solução é a parceria entre o Governo e as *startups*, especialmente *edtechs*, que são *startups* ligadas à educação, empresas que desenvolvem tecnologias educacionais. Elas podem oferecer soluções de atividades, recursos humanos e materiais, para que se possam alcançar as metas e implementação do currículo em relação aos itinerários formativos e apoiar, assim, a ampliação do tempo nas escolas.

No capítulo 4, que lida com a parte de fomento, ciência, tecnologia e inovação do marco legal de *startups* – estou trazendo, vamos dizer, a legislação que organizou e regulamentou esse termo *startups*, aqui no Brasil –, existe uma possibilidade de que as empresas que são beneficiadas por outorgas ou delegações técnicas possam cumprir os seus compromissos de PD&I, aportando em *startups* por meio de fundos patrimoniais e fundos de investimentos privados.

Por que estou trazendo esse tema para cá? É um tema não da natureza aqui da Comissão, mas os *endowments*, na origem deles, no mundo, são responsáveis pela manutenção de universidades no mundo inteiro. Por que nós não estimulamos o estabelecimento desses *endowments* para a manutenção dessas escolas? Por que não se criam esses *endowments*, que foram regulamentados, no ano de 2019, na Lei 13.800, como uma alternativa para suportar, sustentar esses profissionais de mercado na rede pública?

Um exemplo disso é o sócio do BTG, o André Esteves, que esteve no Vale do Silício e perguntou o que a gente pode fazer para transformar o nosso país em um país que não só vive de *commodity*. E aí o especialista do Vale do Silício falou: "Olha, investir em engenheiros. Se vocês tiverem uma quantidade de engenheiros suficientes, vocês vão atrair capital para o seu país, e as coisas vão mudar". E o André Esteves resolveu criar um *endowment*, exatamente o que eu mencionei, um fundo patrimonial, ele aportou R$200 milhões, e esse *endowment*...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUGO GIALLANZA – Eles criaram um instituto de ensino chamado Inteli. E esse instituto vive, é suportado, a manutenção dele é gerada por esse *endowment*, em que você consegue perpetuar o recurso. Então, R$200 milhões, aplicados a um rendimento mensal, você tem 1% ao mês sendo aplicado em uma causa, na manutenção, por exemplo, de patrimônio histórico, de universidades, etc.

Eu acredito que a minha contribuição aqui, Senador, é trazer alternativas além do que os olhos possam estar alcançando, é a gente tentar criar outras soluções para tentar suportar. Eu acho que a iniciativa privada...

Anteriormente, eu estava na Comissão do marco legal de *startups* e estava falando sobre esse tema. A gente estava tratando da questão da segurança jurídica, e uma das coisas que a gente se propõe a fazer é com que essas empresas que são beneficiadas por outorga, delegações técnicas, possam aportar, por exemplo, nesse tipo de projeto, projetos educacionais que possam capacitar pessoas, porque há uma demanda dessas empresas de tecnologia, e, depois da pandemia, nós fomos pegos de surpresa, e existe um movimento de um *headhunter* mundial capturando as melhores mãos de obra do nosso país e levando para fora. Então, algo muito disruptivo nós precisamos fazer para conter essa energia e manter essa mão de obra aqui, no país.

Muito obrigado. Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Hugo.

Esse é o desafio nosso, inclusive de mudar o processo de avaliação do MEC, não é, Bermúdez? Não tem sentido você avaliar uma coisa que já está ultrapassada.

Vou passar a palavra agora para o Walber Carvalho Melo.

Ele está aí? Está *online*? (*Pausa.*)

Walber Carvalho Melo, Diretor de Ensino Médio do Colégio Pedro II.

O SR. WALBER CARVALHO MELO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde para todos!

Vocês me escutam com clareza?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Sim, está ótimo.

O SR. WALBER CARVALHO MELO (*Por videoconferência*.) – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, recomeçando aqui então, obrigado, obrigado pela licença, obrigado pela aprovação na participação desta Comissão tão importante, onde, creio eu, estamos aqui como colegas e parceiros de causa para o tema que me chamam aqui, que eu entendo ser a...

(*Interrupção do som.*)

O SR. WALBER CARVALHO MELO (*Por videoconferência.*) – ... me apresentando.

Eu sou o Professor Walber Carvalho Melo. Minha formação é na área de química industrial e engenharia química, engenharia de processos químicos. Sou Professor titular do Departamento de Química do Colégio Pedro II.

Eu acho que nada mais importante para começar do que falar do Colégio Pedro II. O Colégio Pedro II é, hoje, o mais novo na rede federal de educação profissional técnica e tecnológica; ele foi equiparado aos institutos federais pela lei de 2012. No entanto, ao contrário de ser o mais novo, ele é o mais antigo colégio público do país. O Colégio Pedro II perfaz seus 185 anos, concomitando-se à trajetória do Brasil Império ao Brasil República. Ele é a maior instituição pública de educação básica da América Latina e ele, hoje, na rede federal, congrega o maior número de segmentos de cursos da rede.

Nós temos aqui, no Rio de Janeiro capital – região metropolitana e em dois municípios adjacentes, Duque de Caxias e Niterói –, um total de 14 *campi* e um centro de referência em educação infantil. E nós temos desde a educação infantil, dos três anos de idade, ainda na idade "fraldal", perpassando por todos os segmentos que todos nós podemos imaginar de ensino: fundamental I, fundamental II, ensino médio regular, que é o ponto que nos torna diferentes e específicos na rede federal. Temos, claro, como entes pertencentes da rede, a educação profissional e técnica em todas as suas modalidades, integrada, subsequentemente, sobretudo com a educação de jovens e adultos, em cinco *campi*, com um total de alunos que nos orgulha, diante das metas estabelecidas pela Meta 11 do PNE, diante dos percentuais que hoje ocorrem na rede federal. Temos ainda as graduações, as pós-graduações, os mestrados profissionais.

O Colégio Pedro II é gigantesco, ele é completo. E eu acho muito importante a licença concedida e a participação neste debate, porque estamos aqui numa Casa pública, numa Casa de legislação em prol e com olhar no fomento, na melhoria e no desenvolvimento da educação pública como um recurso de solução para a sociedade brasileira. A nossa instituição, há 185 anos, oferece cursos plenamente gratuitos e oferece soluções, através da educação, para a melhoria social. Então, acredito que nós estamos muito dentro do escopo da nossa reunião e do nosso tema para esta audiência.

O Colégio Pedro II se coloca de uma maneira clara contra a atual proposta de novo ensino médio, e próximo de o que toda escola precisa ter, lógico, que é o pensar avaliação, pensar currículo, pensar em mudanças e atualização, a pactuação lógica das formações, todas elas, principalmente a profissionalizante, de forma alinhada ao mercado de trabalho, porque precisamos garantir uma formação que seja acolhida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo comércio. Sobretudo, esse colégio, como uma instituição grandiosa, tem as fragilidades e as necessidades de uma instituição pública.

Uma instituição pública, quando ela pensa uma mudança, quando ela pensa uma reforma, quando ela pensa uma formulação, ela tem que ser vista como tal. E ser vista como tal é imaginar que, para toda e qualquer mudança... Lógico, acho que o debate, a construção, as etapas, todas elas, têm que ser pensadas, mas, sobretudo, o investimento. Percebe-se... Nós tivemos muitos contatos aqui com dados...

(*Interrupção do som.*)

O SR. WALBER CARVALHO MELO (*Por videoconferência.*) – ... e também já...

(*Interrupção do som.*)

O SR. WALBER CARVALHO MELO (*Por videoconferência.*) – ... anteriormente como a necessidade de infraestrutura e a disponibilidade de capital são condicionantes para muitas alterações. Nós estamos diante de um modelo de reforma que é conflitante com algumas reformas que foram estabelecidas ao longo da educação pública nacional.

Por exemplo, a informatização das escolas...

(*Interrupção do som.*)

O SR. WALBER CARVALHO MELO (*Por videoconferência.*) – ... foi um processo que, assim como muitas mudanças normativas, na legislação ao longo...

(*Interrupção do som.*)

O SR. WALBER CARVALHO MELO (*Por videoconferência.*) – ... primeiro mundo, foi um processo implementado por três grandes programas, isso a partir da década de 70 – nós estamos falando de décadas de implementação. E, observem: de uma fração de mudanças que fica num escopo muito mais administrativo, digamos assim, corporativo, e não tão amplo, completo e complexo como a mudança que traz a reforma do ensino médio. E somente essa mudança no ambiente de informatização, de digitalização, de vinda...

(*Interrupção do som.*)

O SR. WALBER CARVALHO MELO (*Por videoconferência.*) – ... necessária no mundo moderno, ela nos trouxe muitos problemas, muitas necessidades de capacitação, de ter uma inteligência em relação à coexistência de diversas gerações naquele momento. Agora, esse foi um ponto da reforma, e olha a duração dela!

Estamos diante de uma reforma... E, lógico, as instituições públicas, e falo pela minha, são a favor do pensar a escola, a favor do pensar o currículo, a favor de pensar novas metodologias de formação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aluno, de inovação. Ocorre que nós precisamos fazer como escola, precisamos ter a capacidade analítica, temporal, de planejamento e de implantação compatível com uma escola e, sobretudo, com a escola pública, com as limitações e com o alcance que ela tem.

Nós estamos diante, por exemplo, de uma situação em que se fala em cinco anos, de 2017/2018 para cá, mas esse cômputo não é real, porque nesses cinco anos nós passamos por dois anos em um estado mundial de pandemia, por isso nós podemos decrescer esse prazo para três anos. E, nesse período ainda, ao contrário da implantação de muitas políticas públicas educacionais exitosas pelo mundo... A totalidade dos pareceres, dos conselhos e das portarias ministeriais tiveram uma percepção quanto a quem observa enquanto sociedade...

(*Interrupção do som.*)

O SR. WALBER CARVALHO MELO (*Por videoconferência.*) – ... muito intempestiva para a complexidade que ela traz para as instituições.

E retorno mais uma vez: busquemos um paralelo entre o processo de informatização, que é um ponto desses vários tentáculos. E nós estamos falando sobre toda uma escola, que requer, por exemplo, a capacitação docente, a preparação dos servidores e dos sistemas antes da situação. Nós somos escolas e estamos com a implantação de um modelo que nos chega de uma maneira antididática e, com isso, inviabilizadora.

Os fundamentos legais, as justificativas epistemológicas, todas elas são muito bonitas, elas são compreensíveis, a natureza filosófica da origem do pensamento, das motivações que tensionam para a reforma, mas elas não refletem a realidade causal desse modelo atual nas instituições públicas federais. Não refletem por muitos motivos: a formação docente; a demanda que recai sobre o gestor em relação à gestão de espaços, a utilização de novos espaços em concomitância; a organização acadêmica; metodologias de registro; assentamentos escolares; produções documentais; as questões de TI e de sistema; a carga horária docente, sobretudo, que passou por cinco anos com uma deserção de concursos públicos diante de muitas aposentadorias, muitos afastamentos, muitos adoecimentos. E as instituições, muitas delas, ainda cresceram pelo compromisso social e educacional que têm com este país. Os institutos federais ainda se mantiveram firmes nos princípios que eles têm de atuar como solução e retornam, pela terceira vez, como a educação pública e gratuita que traz soluções.

Esses impactos causados pela mudança nas questões pedagógicas e físicas trazem embargos. Paremos para olhar historicamente: as redes públicas – e aí é onde eu me insiro, na federal –, quando coube, implantaram os modelos. Fomos cumpridores de todas as etapas e exitosos nos processos. Então, quando nos colocamos a solicitar escutas, reavaliações, redimensionamentos, novas análises, é porque nós percebemos inconsistências com o nosso modelo que é exitoso – e daqui a pouco eu solicitarei o apoio para demonstrar isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo, a questão das 1,8 mil horas é muito relativa num país continental: 1,8 mil horas de formação geral básica pode ser muito para uma determinada região do país ter que aumentar a carga horária; mas, para nós, que já temos uma formação geral básica de mais de 2,4 mil horas, ir a 1,8 mil significa uma retração.

E nós somos uma instituição exitosa, porque nós valorizamos a totalidade das disciplinas, estruturadas em 22 departamentos pedagógicos e em 13 componentes curriculares. O Colégio Pedro II tem três Línguas Estrangeiras, tem Educação Musical, tem Artes Visuais, tem Filosofia, tem Sociologia, tem Desenho com enfoque em Geometria Descritiva na formação dos alunos, e isso torna o colégio diferenciado. E essa diferenciação traz resultado, porque quem chega aqui é quem não pode pagar. Os nossos editais seguem as normativas do TCU para as políticas de cota. Então, nós somos promotores de possibilidades – de possibilidades acadêmicas, de possibilidades para o trabalho, de possibilidades para a redução das desigualdades.

Agora, a favor de uma mudança, nós somos. A questão é: de qual mudança, do que mudar e de que forma mudar. É preciso pensar o currículo, a integração curricular e a avaliação. Só esses três itens nos levam a nos debruçarmos sobre um esforço e sobre um cronograma que, para ser devido na rede pública, não pode ser arrochado pela intempestividade de uma implantação que hoje, inclusive, já está temporizada pelo Enem.

Outro ponto é este: o Exame Nacional do Ensino Médio, no país, hoje, através do Inep, precisa receber algum posicionamento – de repente uma posição de aguarde, de *stand-by* –, porque, enquanto ele refletir a implantação de uma mudança, ele também é tensionador para a implantação de algo que está ainda, agora mais ainda, em um terreno movediço, porque, se ele está sendo novamente debatido, novamente pensado, é porque há instabilidades, há inconsistências e há uma reflexão, ao olhar para trás, que nos alerta para muitas coisas. Então, como está é que é a grande diferença.

Por isso, cremos que o Enem 2024 precisa ser recalculado, para a mudança em relação a esse prazo. Falta pensar e repensar esse tempo. Eu acho que pensar currículo. Acho, não; creio. Temos muitos excelentes pesquisadores que falam sobre currículo, sobre avaliação, sobre integração curricular, e que têm que ter a natureza e a essência dos seus trabalhos de pesquisa ouvidos.

A BNCC não defende uma formação plena; ela exclui. A BNCC hoje, quando prioriza um conjunto de componentes curriculares como disciplinas e outro conjunto de componentes curriculares como atividades, ações e projetos pode deixar de fora de uma formação plena o ente da sociedade que pode precisar daqueles componentes para um sonho futuro, para um concurso público, para uma formação em condição competitiva e para uma formação de igualdade. Muitos não terão direito a uma segunda e uma terceira língua estrangeira se não for aqui numa instituição pública federal gratuita e com oferta de qualidade. Muitos não terão acesso a componentes curriculares de artes visuais, de música, de atividades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

voltadas para o desenvolvimento social, o desenvolvimento humano, para a formação da cidadania, para a formação de uma cultura, como é a nossa história ao longo da formação da educação neste país.

Então, eu peço licença para mostrar para vocês brevemente, nesta reta final, algo que traduz o Colégio Pedro II e que traduz o resultado do processo pedagógico do colégio hoje. Se nós estamos falando em qualidade, se nós estamos falando em melhoria, se nós estamos falando em dados do mundo, hoje, pelas avaliações mais recentes do Pisa, se eu não me engano, nós temos uma avaliação equiparada a alguns países como a Coreia do Sul. Observem – e eu prefiro me utilizar das estatísticas externas, e não das minhas estatísticas, e prefiro utilizar, sobretudo, a do Inep, que é a do Enem, que tem toda uma avaliação de cálculo, e nós somos vistos por eles de fora –: esse é o dado do Colégio Pedro II hoje para os seus mais de mil alunos formados em 3ª série no ensino médio exitoso e de excelência dessa instituição. Nós temos, no início ali, a média geral Brasil em amarelo... Ah, desculpa. A média geral Rio de Janeiro em amarelo. Em segundo, a média Brasil. E nós estamos ali, olha, equiparados com quatro *campi* à esquerda e quatro *campi* à direita, na média das 25 melhores instituições do Rio de Janeiro.

O Colégio Pedro II tem um modelo. Então, por que não esse modelo ser perpetuado pelo país? Por que esse modelo receber uma retificação de um novo que compromete esse resultado que hoje o Inep aponta? É um resultado de êxito e é um resultado que o colégio oferta para uma população brasileira, para uma sociedade que nos procura, como instituição pública, porque cumprimos o nosso papel, com os servidores que aqui trabalham e com os servidores que aqui se sobrecarregam, dia após dia, com a educação e com o compromisso que este país nos delibera.

Muito obrigado.

Agradeço a todos e uma boa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado.

Bem, só para efeito de informação, esta é uma de várias das audiências promovidas com relação à Subcomissão de Educação que trata, especificamente, sobre o novo ensino médio. Ontem mesmo venceu o prazo da consulta pública.

Lembro que a obrigação de execução é do governo estadual; é responsabilidade dos governos estaduais a execução do ensino médio. E não dá para a gente, simplesmente, paralisar tudo o que está sendo feito depois de 2017, ano em que nós aprovamos a lei. Eu fui o Presidente da Comissão. Ainda demos cinco anos para a implementação e estamos aqui trabalhando para demonstrar, realmente, que não dá para, simplesmente, ignorar o que já foi feito. Em muitos estados, isso já está bem avançado.

Lógico que depende, como foi dito aqui, da estrutura das escolas. Não tem como você implantar os itinerários profissionais numa escola que não tem sequer internet, que não tem laboratório, que não tem nem banheiro. Muitas escolas nossas não têm nem energia, como foi dito aqui, mas também não podemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esperar para poder avançar. Eu acho que a gente precisa deixar o discurso e entrar na era do recurso e realmente fazer com que as escolas tenham a estrutura que têm os institutos federais, que tem o Dom Pedro II.

De fato, o que interessa mesmo é o mundo real. No mundo real, nós temos 78% dos jovens fora da universidade e fora do mercado de trabalho. É isso que nós temos. A educação precisa atender realmente o aluno; o foco principal é o aluno. E, evidentemente, cabe ao Governo dar a estrutura para isso.

Há várias participações aqui do e-Cidadania. É evidente que essas colocações não se referem apenas a esta audiência, mas fazem parte das informações e perguntas para todos os profissionais e para todos os convidados e foram feitas em várias audiências públicas.

Tem aqui a Vanessa Sant Ana, de São Paulo: "Como ajustar o novo ensino médio para adolescentes que precisam trabalhar? Como evitar a evasão escolar desses adolescentes?".

Júlia Teresa, de Minas Gerais: "A educação sexual deve ser abordada de forma mais abrangente nas escolas? Quais os limites adequados para essa abordagem?".

Luciene Sabino, do Rio de Janeiro: "Como melhorar a formação do aluno no ensino médio sem reformular o ensino fundamental [...]?".

Eduardo Tadeu, de Minas Gerais: "De nada adianta mudar o currículo se não há investimento na formação do professor e na estrutura da escola. Como conciliar esses desafios?".

Josy Lozada, do Rio de Janeiro: "[...] O ensino das linguagens artísticas deve estar presente em todos os anos do ensino médio [...]". Foi um comentário.

Anelise Copetti, do Paraná: "O ensino de língua estrangeira deve possuir um caráter plurilíngue, com a possibilidade de escolha pela comunidade escolar".

Gabrielle Galdino, de Minas Gerais: "As escolas, principalmente as escolas públicas, e os professores não estão preparados o suficiente para o novo ensino médio e os alunos estão sobrecarregados".

Jéssica Laís, de Pernambuco: "Existe algum projeto novo para a redução da taxa de evasão?".

Cleiton Gomes, de Minas Gerais: "Há proposta de implementação de aulas de Direito, Constituição e legislações?".

Henry Daniel, do Rio Grande do Sul: "Por que a pluralidade linguística não é contemplada no novo ensino médio?".

Vanessa Sant Ana, de São Paulo: "[...] Como evitar a evasão escolar do adolescente que trabalha?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Guilherme Gomes, de Minas Gerais: "Quais são as novas disciplinas a serem ministradas no novo ensino médio?".

Igo Montalverne, do Ceará: "Qual a principal carência do [novo] ensino médio?".

Luís Lago, de São Paulo: "[...] [É necessário] desenvolver habilidades úteis, como ensino profissionalizante e educação financeira, além de atividades físicas [...]".

Silmara Lima, da Bahia: "O espanhol precisa voltar a ser ofertado urgentemente, pois é o idioma mais buscado no Enem [...]".

São algumas participações. Temos outras que eu apresento aqui, principalmente, para todos os membros da Comissão, depois, também avaliarem.

Bem, a Lei 13.415, cuja Comissão tive o privilégio de presidir, é de fevereiro de 2017 e alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para inserir, no ordenamento jurídico educacional brasileiro, a chamada Reforma do Ensino Médio. De acordo com as informações do Inep, trata-se da mais abrangente reforma dessa etapa da educação básica desde os anos de 1990, com impacto significativo nos arranjos curriculares das redes escolares, na carga horária de estudo dos alunos e no trabalho docente.

Além dessas alterações legais, produzidas pelos Poderes Executivo e Legislativo, o Conselho Nacional de Educação também editou outro importante conjunto de normas infralegais para dar direcionamento à implementação da reforma, a exemplo das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, atualizadas pela Resolução CNE nº 3, de 2018, e a própria Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do ensino médio, instituída pela Resolução CNE nº 4, de 2018.

Todo esse arcabouço normativo federal, adicionado às normas estaduais, tem orientado os estados na implementação do novo ensino médio desde então. Os primeiros resultados do impacto da reforma, no entanto, têm ocasionado debates no Governo Federal, no Parlamento e na sociedade civil. Nessa esteira, o Senado Federal também já iniciou o debate sobre o tema e criou, inclusive, esta Subcomissão.

Para a audiência em tela, sugere-se as seguintes questões:

1) Quais são os aprimoramentos necessários do atual modelo do novo ensino médio brasileiro?

2) Tais aprimoramentos exigem alterações legais ou apenas ajustes infralegais?

3) Qual seria a contribuição do Conselho de Educação nos esforços de aprimoramento?

4) Considerando as experiências estaduais que já avançaram na implementação do novo ensino médio, quais são os acertos do modelo e quais são os problemas e as oportunidades de aprimoramento?

5) Qual foi o diagnóstico que fundamentou a atual reforma do ensino médio?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

6) O que a pesquisa da associação tem indicado sobre a situação do ensino médio brasileiro?

7) Quais seriam os aprimoramentos necessários à reforma?

8) Quais inovações a reforma do novo ensino médio trouxe para o trabalho docente?

9) Quais são as necessidades de aprimoramento da formação dos professores que atuam no ensino médio?

10) Quais são as melhorias necessárias para o trabalho dos gestores de escolas que oferecem turmas do novo ensino médio?

São algumas indagações em que esta Comissão já trabalhou com vários expositores de todas as áreas, inclusive dos conselhos estaduais, da sociedade civil organizada. Tivemos aqui várias audiências. Então, acho que a gente está...

O próprio Ministério da Educação acaba de receber todas essas informações das pesquisas, das audiências públicas, para a gente poder, de fato, aprimorar o sistema. Acho que falar, como alguns falaram, em simplesmente parar ou revogar tudo aquilo que foi feito é uma coisa desproporcional e ridícula. Nós temos que, de fato, aprimorar.

E não há outra resposta, tem que investir, apesar de que, muitos também, e é verdade, nós investimos muito recurso.

Acho que somos o quarto país em termos percentuais do PIB – é evidente que o nosso PIB é bem menor do que o de muitos países –, mas a gente aplica muito mal os nossos recursos. Além de ser pouco, é mal aplicado. Inclusive, já existem algumas recomendações e orientações do próprio Tribunal de Contas da União, e estamos, inclusive, discutindo agora a nova medida provisória de recuperar todas essas obras paralisadas, inacabadas, mas para isso precisa-se de recursos.

Espero que a gente possa, com essa audiência pública, trazendo aqui o Sistema S, com as contribuições que foram colocadas aqui, a gente possa, de fato, aprimorar e atender à realidade do mundo real, do jovem que está lá querendo realmente uma formação profissional. E muitos há evasão completa. Todo mundo saindo da escola, porque não adianta, como foi feito antes de ontem, anunciar agora o turno do ensino médio de sete horas. Imagine o aluno ficar sete horas na escola se não tem internet, se não tem laboratório, se não tem profissionais da área de educação profissional. Evidentemente, a evasão vai aumentar. Então, a gente precisa, de fato, colocar estrutura, capacitar os professores, colocar coisas atrativas para os alunos.

Eu mesmo lancei agora o edital de *startups* nas escolas públicas junto com a Universidade de Brasília. São 150 horas de conteúdo de linguagem de *games*, de aplicativos e 150 horas de *startups*, de como você

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

montar empresa. Só assim a gente consegue, de fato, trazer de volta esse aluno ou manter os alunos que ainda estão na expectativa de melhoria do ensino médio.

Mas eu quero dizer que, em relação à educação profissional, nós temos os institutos federais. O Conciani foi uma referência para nós durante muito tempo. Brasília nem tinha instituto federal. Quando fui secretário, a gente conseguiu trazer, liberar os terrenos e trazer... Hoje nós temos 11 escolas dos institutos federais, como ainda aprovamos mais sete escolas técnicas. Por meio de convênio com o Ministério da Educação, já foi implementado no Guará e Brazlândia, mas ainda tem mais sete escolas para serem inauguradas. Mas se não despertar no aluno o interesse para que ele tenha a perspectiva de ter uma ocupação, uma qualificação, dificilmente nós traremos esse aluno de volta para as escolas do ensino médio.

Acho que a reforma é importante, mas nós não podemos desconsiderar tudo o que foi feito com esforço danado para a aprovação. Igual a reforma tributária, a qual estamos discutindo há 30 anos. Assim como foi dito aqui pelo professor: "Se não tiver claro..." Todo mundo quer reforma – nós queremos – como também o ensino médio. Mas qual é a reforma? Quais são as condições? Esse é o debate. Ninguém é contra a reforma tributária, muito menos a reforma do ensino médio, mas qual é a estrutura? Quais são as condições? Qual é a formação?

O Bermúdez acompanhou bem, nós lançamos aqui o Parque Capital Digital em 2004. Está fazendo 19 anos - 19 anos! O BioTIC nós lançamos em 2004 ainda, com a participação da universidade, do Sistema S, do Sinfor e todos eles, e está lá, ainda engatinhando, enquanto que Pernambuco está com o Porto Digital há muito tempo, Santa Catarina, e que foram bem posteriores às nossas iniciativas.

Em 2007, a gente colocou *notebook* para todos os educadores, todos os professores da rede pública receberam os computadores, mas não basta dar computador, você tem que ter o portal. É o que eu estou dizendo: cada Governo que entra acaba com tudo e vai começando de novo. Agora, mudou o Governo Federal e também tem que mudar e, de preferência, acabar com tudo e começar novamente em todas as áreas. Isso é o grande problema do Brasil, falta de política de Estado, hoje a gente tem política de governo, infelizmente.

Mas eu quero muito agradecer pela participação de todos. O Conciani, e nós também – estamos já com a pauta iniciada no Plenário... Mas eu vou passar para cada um de vocês fazerem as considerações finais.

O Conciani já saiu ou está ainda... (*Pausa.*)

Ele tinha um compromisso.

Mas eu vou passar, então, para as considerações finais, breves considerações, porque a Ordem do Dia vai começar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou fazer na ordem inversa: vou passar a palavra, então, para o Walber Carvalho Melo, Diretor do Colégio Pedro II, para fazer as suas considerações finais sobre esta audiência pública.

O SR. WALBER CARVALHO MELO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado mais uma vez.

Aqui, no momento de despedida, além de agradecer, quero dizer que o debate é profícuo, é oportuno, sim, e dizer que nós temos questões muito fundamentais em relação às especificidades da rede federal, questões fundamentais em relação às especificidades da nossa instituição em si, por termos a educação inclusiva, por termos uma composição curricular exitosa. Então, o colégio, mais uma vez reiterando, é a favor do pensar, é a favor do atualizar, é a favor do reformular, mais de uma maneira... (*Falha no áudio.*) ... com o nosso trabalho, com a nossa visão regional e a nossa missão institucional.

Espero oportunamente ter condições de continuar durante o debate. Agradeço e parabenizo a todos os colegas que nos trouxeram mais informações e mais apropriações de questões, e também me coloco à disposição, remotamente ou por *e-mail*, para tratar de apoio às respostas que forem necessárias ou esclarecimentos.

Muito obrigado a todos. Parabéns pela iniciativa e pelo trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, professor.

Vou agora passar palavra para o Hugo também fazer as suas considerações.

O SR. HUGO GIALLANZA (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Eu queria honrar as pessoas que fizeram perguntas no e-Cidania. Eu me sinto confortável para falar sobre o tema de evasão. Eu acredito, a minha opinião, na aproximação do mercado a essas escolas através de uma metodologia ligada a projeto possa servir como uma alternativa para a retenção e transição desse aluno para o mercado de trabalho.

Sabendo que existe esse *gap* de mão de obra, por que não atualizar a matriz curricular? Por que não conectar as empresas locais com esse ambiente escolar, fazendo com que esses jovens estejam, já desde o ensino médio, conectando-se com essa demanda de mercado? A gente tem feito isso lá no Retina, e tem sido muito bacana ver o resultado dessas ações que a gente está implementando.

A outra questão é o endowment como alternativa, respondendo à indagação do Senador sobre a questão da sucessão, da falta de continuidade nas políticas públicas e da ausência de política de Estado. Eu vejo que esses *ins and outs* possam ser também uma alternativa para a manutenção disso. Independentemente de política, independentemente de sucessão de governo, esses instrumentos nascem para a manutenção de algo e perpetuam aquilo na linha do tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é um instrumento para que a gente possa utilizar. Quem sabe universidades e escolas técnicas possam, no futuro, ter esses instrumentos para a manutenção, atraindo professores do mercado também para suportar as demandas dessas matrizes curriculares que, muitas vezes, não têm profissional na rede.

É isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Hugo.

Passo agora para o nosso querido Bermúdez, que é o nosso representante do Senac.

O SR. LUÍS AFONSO BERMÚDEZ (Para expor.) – Senador, inicialmente, em nome do Serviço Nacional da Aprendizagem Comercial, quero agradecer o convite para falar inclusive de um caso nosso de Brasília, que é sintomático e representa a mudança que é necessária na forma de ensinar. Os jovens nossos que estão chegando, os atuais e os que vêm atrás, têm outra formação, têm outra cabeça, têm outro comportamento e, se nós não soubermos recebê-los, acolhê-los com o devido instrumento, que são os desafios que lhes deverão ser colocados na sua vida profissional à frente, nós estaremos falhando.

E educação, como eu comecei dizendo, não é uma coisa que se vai fazer dentro de um quadrado. A educação vai se fazendo também ao caminhar: "Vamos ajustar aqui, vamos ajustar ali." E quando se fala de Finlândia, quando se fala de outros exemplos, como Coreia, enfim, foram anos de mudanças, de muitas mudanças. É claro que uma formação na Finlândia é uma coisa e uma formação no Brasil... Regionalmente, somos totalmente diferentes! Talvez isso precise ser adaptado, talvez isso precise ser discutido e arrumado. A quantidade de horas, eu confesso que seria o de menos. Precisamos formar mais na parte básica? Sim, podemos. Mas também nós precisamos atender à demanda desse jovem que nos chega com um outro tipo de conhecimento.

Eu coloco à disposição aqui o nosso Senac, que trabalha e está usando toda a sua obrigatoriedade de gratuidade para se associar com as escolas públicas. Aquele estudante da escola pública que quer fazer o quinto itinerário pode fazer conosco gratuitamente. Claro que é um desafio! Nós não vamos poder atender a todos da escola pública dentro da gratuidade do Senac, pois os recursos são poucos. Mas nós podemos dar o primeiro passo e até fazer com que as novas infraestruturas que são necessárias para atender o ensino integral e o novo ensino médio, todos nós possamos colaborar com elas.

Obrigado, Senador.

Estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Bermúdez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar, agora, para a Mariana também fazer as suas considerações.

A SRA. MARIANA CAMPOS FERREIRA MARTINEZ (Para expor.) – Bom, Senador, inicialmente, eu gostaria de agradecer.

Para mim, é uma honra estar aqui representando o Sest Senat como analista, diante de diretores e de nomes tão importantes discutindo o ensino médio.

Nós, como mencionei anteriormente, estamos engatinhando nesse processo, mas entendemos que ele é extremamente importante, sobretudo, devido às políticas públicas que mencionei anteriormente.

Gostaria de levantar aqui também que temos a meta do Plano Nacional de Educação que visa a triplicar a oferta de educação profissionalizante, que está se encerrando agora. Inclusive, faço parte, como membro suplente, da construção do próximo PNE.

Eu acho que, agora, é o momento exatamente de construir e de desconstruir também algumas questões que foram levantadas nos últimos tempos, para que a gente possa avançar nesse processo.

Então, como o senhor bem colocou, é um momento de aprimoramento, é um momento de investimento.

Eu entendo que existe, sim, uma desigualdade. Porém, isso ficou mais evidente agora, com o novo modelo, mas nada que nós não possamos trabalhar para poder melhorar.

Agradeço, mais uma vez, e coloco o Sest Senat à disposição, a Dra. Nicole, o Dr. Vinicius Ladeira, que são os nossos representantes institucionais; e também o Sistema Transporte, representado pela CNT e pelo Instituto de Transporte e Logística.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Mariana.

Com a palavra, Wisley, para fazer as suas considerações.

O SR. WISLEY JOÃO PEREIRA (Para expor.) – Obrigado, Senador, pelo convite.

Eu não posso deixar de contribuir com o debate por ser o executivo da primeira rede a implementar o novo ensino médio e a entregar a primeira turma formada no novo ensino médio – começamos em 2018 – e trazer premissas de aprimoramento.

O caminho é olhar para frente, progressivamente, e avançar, porque estamos falando do Brasil do futuro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a gente precisa entender o que é esse Brasil real. No Brasil real, Senador, no Pisa, no último Pisa, ficamos em 57º lugar em leitura e 70º em matemática, entre 79 países. Essa é a realidade. Não dá para fechar os olhos. Temos que avançar.

O ensino técnico-profissional se mostra como o caminho de a gente entregar uma educação de qualidade para atender os 80% dos jovens que não conseguem chegar ao ensino superior, mas precisam ter projeto de vida e precisam ser emancipados.

E a gente tem quatro grandes pontos de aprendizagem que a Rede Sesi, em parceria com a Rede Senai, desenvolveu durante os cinco anos de implementação.

É preciso e importante ampliar a carga horária da base nacional comum. Não precisa mexer na legislação. Dá para fazer por diretrizes curriculares do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Educação. Trezentas horas são suficientes para a gente conseguir fazer uma recuperação da aprendizagem e um aprofundamento da base.

E a outra parte precisa, sim, como nos modelos dos países desenvolvidos, de flexibilidade, sobretudo com itinerário técnico e profissional, garantindo que os currículos sejam os dos territórios. Não dá para pensar um currículo que não emancipe o sujeito conforme o arranjo produtivo local, porque isso não vai fazer sentido para esse sujeito.

Outro ponto é que precisa ser desenvolvida uma espécie de base nacional comum curricular para os itinerários formativos. Isso vai apoiar muito as redes de ensino a construir seus itinerários, mesmo a partir dos seus territórios, e vai facilitar para fazer seus materiais didáticos, processos de avaliação e o novo Enem.

Em 2024, precisamos ter um novo Enem diferenciado para não prejudicar os mais de 22 milhões de jovens que vão chegar a concluir a educação básica no novo modelo. Nós precisamos olhar para a frente, progressivamente, para avançar e fazer uma revolução educacional e garantir o futuro da nossa nação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Wisley.

Vou passar ao... O Conciani teve que sair.

Bem, primeiro, eu quero dizer da minha alegria de recebê-los aqui. Eu não tenho dúvida nenhuma de que o Sistema S, o Dom Pedro II e os institutos federais são de fato a nossa referência hoje em educação profissional. Não adianta tampar o sol com a peneira. De fato, se não fosse o Sistema S nós não teríamos avançado em nada na educação profissional.

Nós temos um Plano Nacional de Educação, que foi divulgado ontem. Já para atender o Plano Nacional de Educação assim de última hora, às 7h, 50% dos alunos já tinham que estar no previsto do Plano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional de Educação. Agora, um Plano Nacional que ficou na base da intenção. Como não há nenhuma responsabilização, cumprindo ou não, não acontece nada, então, está aí o resultado do PNE. Quer dizer, ficamos quatro anos discutindo, neste Brasil todo discutindo esse plano, e ele ficou nas intenções. Espero que o próximo, agora, a gente tenha a responsabilidade educacional, como tem a responsabilidade fiscal, acho que é preciso da responsabilidade educacional, para que, de fato, as metas propostas sejam atingidas, senão não faz sentido ter um plano que não tenha a execução de forma definida.

É evidente que se falou muito em suspender ou até em revogar o novo ensino médio em função do Enem. A gente precisa ser mais ágil. O Ministério da Educação precisa de agilidade, o Inep também. É lógico que, se você mudou a base nacional, se você mudou os itinerários, não tem sentido você cobrar no Enem, agora, principalmente os estados que implementaram, porque vários estados avançaram muito: São Paulo é um exemplo disso, o Ceará, o próprio Pernambuco, Campina Grande, Paraíba. Não tem sentido agora você exigir desses estados ou desses alunos um Enem que não tenha modificação. Mas não precisa revogar ou paralisar o novo ensino médio por causa disso.

A instituição, o MEC, que é o responsável pelas diretrizes, precisa ser mais ágil e mais integrado, porque, se nós temos um sistema de educação que é tripartite – temos a responsabilidade do estado, do município e da União –, tem que ter essa conexão, essa integração. Espero que se consiga avançar nesse tema, porque é urgente, é relevante.

A gente demonstrou isso na aprovação da medida provisória que, naquela época, já era super-relevante e agora mais ainda, porque o índice, realmente, de evasão é muito alto. A pandemia foi um caos para a educação, para toda a educação, não só a profissional, mas para a educação básica de um modo geral. Nós estamos hoje com aluno do 5º ano que não sabe ler, não sabe escrever o nome completo, no 5º ano! Imaginem como é que nós estamos vivendo isso.

Grande parte não tem acesso à tecnologia, à internet, à banda larga. A gente vem discutindo aqui há 20 anos essa questão da banda larga nas escolas. Vamos ver agora se conseguimos com o 5G, que tem a proposta de infraestrutura, e na nova LDO, na LOA, se conseguimos implementar mais recursos. Mas a grande discussão hoje, lá na Câmara, é se vai tirar ou não o Fundeb do arcabouço fiscal, se vai limitar ou não o Fundeb, que a gente conseguiu, com muito avanço, uma progressão, até 2026, de aumento nos recursos da educação.

Quero agradecer a cada um de vocês pela presença.

Cumprida a finalidade desta audiência pública, eu declaro, então, encerrada a nossa reunião.

Obrigado a todos.

(*Iniciada às 14 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER E AVALIAR O ENSINO MÉDIO NO BRASIL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JULHO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às treze horas e trinta e oito minutos do dia doze de julho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Subcomissão Temporária para debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Augusta Brito e Astronauta Marcos Pontes, e ainda dos Senadores Eduardo Gomes, Soraya Thronicke, Beto Faro, Flávio Arns, Davi Alcolumbre, Zenaide Maia, Wilder Morais e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 5/2023 - CE, de autoria Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Finalidade:** Debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil. **Participantes:** Sra. Luana Carulla, Coordenadora da Unidade de Educação Empreendedora do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); Sr. Ariovaldo de Camargo, Secretário Nacional de Administração e Finanças da Central Única dos Trabalhadores (CUT); Sr. João Victor da Motta Baptista, Diretor de Políticas de Trabalho para a Juventude da Secretaria de Qualificação e Fomento à Geração de Emprego e Renda do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); e Sra. Betina Fresneda, Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidente da Subcomissão Temporária para debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/07/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Mauro Carvalho Junior. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Subcomissão Temporária para Debater e Avaliar o Ensino Médio no Brasil da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 12 de julho de 2023.

Objetivos e diretrizes da reunião.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater e avaliar o ensino médio no Brasil, em atenção ao Requerimento nº 5, de 2023, da Comissão de Educação, de autoria da nossa Senadora Teresa Leitão.

A participação está acontecendo de forma remota. Temos aqui os seguintes convidados: Sra. Luana Carulla, Coordenadora da Unidade de Educação Empreendedora do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); Sr. Ariovaldo de Camargo, Secretário Nacional de Administração e Finanças da Central Única dos Trabalhadores (CUT); Sr. João Victor da Motta Baptista, Diretor de Políticas de Trabalho para a Juventude da Secretaria de Qualificação e Fomento à Geração de Emprego e Renda do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); e Sra. Betina Fresneda, Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por no máximo dez minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem as suas perguntas ou comentários.

Para as exposições iniciais, eu concedo a palavra, primeiro, à Sra. Luana Carulla, Coordenadora Nacional da Educação Empreendedora, da Unidade de Educação Empreendedora do Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (Sebrae).

Está concedida a palavra à Sra. Luana.

A SRA. LUANA CARULLA (*Por videoconferência.*) – Boa tarde a todos. Boa tarde, Sr. Relator.

Todos conseguem me ouvir bem?

O SR. PRESIDENTE (Mauro Carvalho Junior. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUANA CARULLA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Que bom!

No Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), como vocês sabem, nós trabalhamos com fomento dos MEIs, dos APPs, ou seja, dos pequenos empresários no Brasil, mas hoje a gente faz muito além disso, a gente trabalha com a cultura do empreender para a vida. A gente entende que os países desenvolvidos têm a cultura do empreendedorismo desde a educação formal, em que as pessoas entendem o que é empreender para a vida, o que é ser protagonista, realizar sonhos. E, aí, a gente desenvolve o futuro empreendedor, como a gente diz, para que, lá na frente, ele possa também abrir uma empresa e a gente ter pessoas cada vez mais fortalecidas nessa temática, que sejam protagonistas do seu destino e que ajudem a resolver problemas do mundo, da vida e que, aí, a gente tenha um país cada vez mais protagonista em relação ao mundo como um todo, um país cada vez mais competitivo.

Então, está no nosso estatuto social, do Sebrae, trabalhar as políticas educacionais, de educação, com esse olhar do empreendedorismo como projeto de vida. E a gente se coloca como um grande agente ao fomento da BNCC no que compete ao eixo do empreendedorismo e das suas competências nessa perspectiva de atitudes comportamentais para a vida.

Para isso, a gente tem o Programa Nacional de Educação Empreendedora, em que o Sebrae, por meio de parcerias estratégicas com vários atores, principalmente da educação pública do país, tem acordos de cooperação com o Ministério da Educação, com o Consed, com a Undime, com vários outros atores, principalmente com as secretarias estaduais e municipais de educação, em que a gente promove o debate e a inserção de conteúdos de empreendedorismo nas escolas, mas sempre com esse olhar do empreender para a vida, empreender como uma oportunidade, não como uma necessidade. E, aí, a gente entende que essa cultura do empreender para a vida pode trazer muitos ganhos para o nosso país. Então, o nosso estatuto social diz que a gente tem que estar junto com as políticas nacionais de educação, com as políticas públicas, com os marcos regulatórios que trabalham essa pauta da educação brasileira, pensando em como a gente pode trazer uma educação brasileira com cada vez mais qualidade e com resultados melhores em nível não só nacional como mundial. Para isso, a gente tem essa agenda do empreendedorismo nas escolas.

O Sebrae hoje, neste ano de 2023, comemora dez anos de uma atuação estruturada por meio do Programa Nacional de Educação Empreendedora. Hoje a gente está acessível a qualquer estudante, qualquer professor que queira fazer parte desse movimento. Então, por meio do sebrae.com.br/educacaoempreendedora, a gente tem uma série de oportunidades totalmente gratuitas, é uma forma de a gente dar essa devolutiva para a sociedade também, mas, muito mais que isso, a gente tem muita ação estruturada junto aos municípios, pensando em desenvolver os territórios por meio de políticas públicas em educação a partir da educação empreendedora. E a gente tem tido cada vez mais parcerias e participações em GTs como este para que a gente possa trazer essa pauta do empreendedorismo para a vida.

Então, convido vocês a estarem com a gente, e a gente também abre os braços para estar com vocês nessas discussões e oferecer tudo que a gente tem de melhor, desde debates a conteúdos mais estruturados,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cursos, capacitações, premiações, ou seja, a gente entende que, sensibilizando, capacitando, reconhecendo, premiando e se relacionando com todo o ecossistema de educação, com todo o ecossistema de políticas públicas em educação e com os nossos parceiros estratégicos, a gente consegue, cada vez mais, promover uma educação de qualidade e que traga uma cultura de empreendedores para a vida, que possam fortalecer o nosso país como um país cada vez mais competitivo.

É isso, pessoal! Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Carvalho Junior. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Muito obrigado, Luana.

Aqui, eu queria ressaltar, antes de passar a palavra para o Sr. Ariovaldo, a admiração e o respeito que eu tenho pelo Sebrae. Sou parceiro do Sebrae no Estado do Mato Grosso. O Sebrae tem contribuído muito para o Governo do nosso Estado. Nós temos um programa que se chama Pensando Grande para os Pequenos, que é voltado para o desenvolvimento regional dos municípios. Tivemos algumas reuniões com o Secretário da Casa Civil do Estado do Mato Grosso. Eu estava até a semana passada debatendo esse programa junto com o Sebrae, que com certeza será um grande parceiro do nosso Estado de Mato Grosso para o desenvolvimento regional.

Muito obrigado pela sua participação.

Passo a palavra para o Ariovaldo de Camargo, Secretário Nacional de Administração e Finanças da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

O SR. ARIOVALDO DE CAMARGO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador Mauro Carvalho; boa tarde, Luana, Betina e João Victor, com quem vou ter a oportunidade de dialogar nesta tarde.

É sempre muito importante, Senador Mauro, a gente debater a partir da realidade do que nós vivemos para a necessidade que o país atravessa no sentido de fazer uma avaliação daquilo que nós estamos chamando de novo ensino médio, ou que, pelo menos, o Ministério da Educação apontou como sendo a nomenclatura adequada para este momento que nós estamos vivendo.

Mas, antes de falar sobre um balanço do que nós sentimos até agora, digo que a nossa central sindical tem, como uma das suas entidades filiadas, a nossa Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, que congrega praticamente todos os estados brasileiros, portanto, todos os sindicatos de base estadual e um conjunto grande de sindicatos municipais de trabalhadores e trabalhadoras em educação. E nós, entre outras questões, gostaríamos, primeiro, de dizer da nossa felicidade de que o Ministério da Defesa e o Ministério da Educação tenham, no dia de hoje, anunciado o fim do projeto Escolas Cívico-Militares, para que a gente possa construir, de fato, uma educação para o nosso país que seja uma educação do ponto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de vista da formação do cidadão, inclusive para se contrapor a muitas das questões que, muitas vezes, são apontadas.

Por exemplo, recentemente, em um ato em Brasília, o Deputado Federal Eduardo Bolsonaro faz uma acusação, de certa forma, velada, ao comparar os professores, que são verdadeiros heróis neste país, pelas condições que lhes são dadas para o trabalho, pela valorização profissional que não vem... Embora o piso salarial profissional nacional tenha sido um avanço significativo no nosso país, infelizmente, além de nós estarmos passando por um processo ainda de buscar convencimento dos nossos gestores de que o piso salarial profissional nacional não é um teto e que, portanto, tem que se respeitar a carreira do magistério, a carreira dos trabalhadores e trabalhadoras em educação, no sentido de que a gente possa, de fato, ter uma valorização profissional adequada... Não é adequado um agente público comparar um professor que passa por todas essas situações do dia a dia com traficantes, o que efetivamente é uma afirmação absolutamente grotesca, desqualificada. E nós precisamos, de certa forma, buscar corrigir inclusive esse conceito, que acaba sendo distribuído através, inclusive, de *fake news* nas redes sociais, que precisam urgentemente ter uma regulação, para que esse tipo de opinião não se perpetue na sociedade, porque certamente não enriquece a cultura do nosso país e a busca da construção, de fato, de uma sociedade democrática.

Nós observamos, Senador Mauro, que esse novo ensino médio traz questões que são muito complexas do ponto de vista de entendimento das pessoas que não vivem o dia a dia das escolas e que, portanto, não chegam a fazer uma avaliação mais equilibrada sobre esse assunto.

O que nós vimos não foi uma ampliação de oferta para os nossos alunos nas escolas públicas; o que nós vimos foi uma redução de disciplinas importantíssimas para a formação do caráter, para a formação cultural, para a formação crítica dos nossos alunos, como, por exemplo, a supressão praticamente de disciplinas como Sociologia, Filosofia e até mesmo Geografia no ensino médio; uma redução muito drástica das aulas de Matemática e Língua Portuguesa no currículo das nossas escolas públicas, no âmbito do ensino médio. E eu digo isso para fazer, inclusive, uma afirmação de que não tem jeito de que nós não tenhamos esse tipo de opinião.

Muito se diz que os nossos alunos chegam ao final do ensino médio dominando muito pouco da língua portuguesa e dominando muito pouco do desejável em matemática. É a primeira experiência que eu conheço, no planeta, de que é reduzindo que a gente melhora. Não é possível pensar em melhoria em língua portuguesa, não é possível pensar em melhoria em matemática, se, em vez de melhorarmos a qualidade, ampliarmos a oferta, para que os nossos alunos possam ter mais contato e, portanto, mais participação no processo de educação, a gente reduz para uma, duas aulas de componentes curriculares importantíssimos para a formação técnica e para a continuidade dos estudos nas nossas universidades.

Nós não podemos compreender como é que se traz para o debate a ampliação, em tese, do número de horas/aulas que os nossos alunos têm, num processo em que as nossas escolas sequer estão em condições de receber esse tipo de complementação. Há escolas das mais variadas formas organizadas no nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há escolas em que não é possível que você tenha dois turnos, por exemplo, e muitas vezes você sacrifica um conjunto grande alunos, que têm que sair de uma determinada escola para ir distante da sua casa para poder fazer essa complementação, para que se ofereça, em dois turnos, as disciplinas daquilo que se chamou, no passado, de matriz curricular diversificada ou disciplina diversificada, para um processo agora, novo, que é aquilo que chamaram de itinerário formativo.

E, efetivamente, em relação à publicidade que se dava sobre esse tema de que os nossos alunos teriam direito à escolha de qual itinerário formativo poderiam desenvolver, ocorreu absolutamente o contrário. As escolas definiam qual era o itinerário, e os nossos alunos tinham que se enquadrar dentro dos itinerários que as escolas apresentam, porque, em sua maioria, a quantidade de turmas no primeiro ano, no segundo ano e no terceiro ano do ensino médio sequer oferece a possibilidade de que se tenha mais do que um itinerário.

Portanto, foi-se buscar construir dentro daquilo que é muito residual algo que pudesse ser transformado em processual, o que efetivamente não aconteceu. De certa forma, foi mais uma adaptação para uma legislação que veio trazendo a obrigatoriedade de se incluírem as escolas nesse novo formato do que propriamente vindo de uma preparação da estrutura para que isso pudesse, de fato, acontecer.

Esses famosos itinerários formativos acabaram sendo aplicados trazendo mais uma vez um distanciamento muito grande entre o que os alunos mais pobres que estudam na escola pública têm e aquilo que os alunos da rede privada recebem como oferta de educação. Nós não podemos aceitar que um processo que distancia ainda mais o fosso que tem entre escola pública e escola privada possa colocar a exclusão de uma camada da sociedade que necessita urgentemente de ter um ensino público de qualidade, para que ele possa ter emancipado o seu direito a escolher os melhores espaços no mundo do trabalho, cada vez mais restrito, inclusive, de ofertas de postos de trabalho para aqueles que têm qualificação. Nós não podemos aceitar que o processo de inclusão do novo modelo do ensino médio traga, por exemplo, situações de que as disciplinas da parte diversificada desses itinerários formativos tenham... E nada contra o que a Luana Carulla acaba de dizer, nós não somos contrários a que a gente possa trabalhar a questão do empreendedorismo nas nossas escolas, que a gente possa trabalhar esse tema, que é muito importante, mas nós não podemos achar que ensinar os nossos jovens a fazer brigadeiro, bolo de copo ou coisa desse tipo para vender nos semáforos das grandes cidades ou próximo das suas casas em pequenas cidades seja empreender. Empreender é muito mais do que apenas as pessoas se rotularem achando que são proprietárias do seu próprio destino e que, portanto, a partir de uma nomenclatura que apresenta uma possibilidade de vida, acabam se aprisionando numa condição muito rebaixada, inclusive, social.

Concluindo a minha fala, eu queria dizer para vocês que o novo ensino médio precisa ser revogado urgentemente e que um debate precisa ser colocado para que a gente possa construir um modelo de ensino médio que tenha, portanto, valor para o conjunto de toda a sociedade, sejam eles da escola pública, sejam eles da escola privada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Mauro Carvalho Junior. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Obrigado, Ariovaldo. Eu só queria dizer para você que tem alguns pontos em que eu concordo muito com o que você disse aqui, tem outros em que não tanto.

Eu sou fruto da escola pública e tenho o maior respeito do ensino que na época me foi proporcionado pelo Estado de São Paulo. Eu nasci em Bauru, interior de São Paulo, e vim para Mato Grosso com 21 anos de idade.

Eu tenho uma visão um pouco diferente da escola cívico-militar. Hoje, nas escolas de Mato Grosso... No nosso índice do Ideb, sem exceção, as escolas cívico-militares são, disparados, os melhores índices que nós temos no estado. Quando a gente fala de salário, o Estado de Mato Grosso hoje é o estado que mais bem remunera professores no Brasil. E esse salário não significa eficiência e qualidade da nossa educação no Estado do Mato Grosso. Quatro anos atrás, no penúltimo índice do Ideb, Mato Grosso ocupava a 22ª colocação no ensino no Brasil; hoje, depois de muito esforço do Governador Mauro Mendes, de muito investimento em qualificação, em melhoria, nós saímos para o 19º colocado.

Concordo, quando você fala, Ariovaldo, que nós precisamos de uma reforma grande na educação, porque a educação hoje, como você mesmo nos disse, em matemática e português, parece que não visa o conhecimento. Ela visa a nota do aluno ali; se ele tirou aquela nota, não importa se ele adquiriu conhecimento ou não, ele passa para o ano seguinte sem a menor condição de ter passado para o ano seguinte, porque ele não tem conhecimento nenhum.

Então, temos um grande trabalho pela frente. Nós temos que reconhecer que, há algumas décadas neste país, o ensino vem caindo de qualidade assustadoramente. Na minha época, o bom aluno estudava em escola pública, e aquele aluno que não tinha nenhum compromisso com conhecimento ia para escola privada, porque era escola do PPP – papai pagou, passou – e tudo bem. Então, esse conceito mudou muito, e eu gostaria muito que voltasse a escola pública a ser valorizada como era anteriormente.

E aproveitando aqui, Ariovaldo, da CUT... Não tem nada a ver com essa pauta, mas eu gostaria muito da presença da CUT na nossa reforma tributária, que vai ser discutida hoje no Senado, pois eu não vi, até o momento, a classe trabalhadora sendo ouvida no texto que foi aprovado na Câmara Federal, e tem enormes impactos em toda a classe trabalhadora no Brasil essa reforma que está sendo proposta. Não sou contra a reforma, muito pelo contrário, sou bem favorável a ela, tem que ser implantada, mas desde que o Senado tenha a maturidade e a responsabilidade para fazer os ajustes necessários no texto.

Passo a palavra agora para o João Victor da Motta Baptista, Diretor de Políticas de Trabalho para a Juventude, da Secretaria de Qualificação e Fomento à Geração de Emprego e Renda, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Com a palavra, o Sr. João.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO VICTOR DA MOTTA BAPTISTA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde!

Gostaria de saudar o Senador Mauro Carvalho, que preside os nossos trabalhos, saudar os demais presentes no plenário e também saudar os colegas expositores, bem como os intérpretes.

Para iniciar nossa exposição, a nossa apresentação, nós gostaríamos de dizer que nós precisamos articular a educação profissional e tecnológica ao ensino médio. Nós precisamos avançar nas discussões sobre profissionalização do ensino médio, potencializando e alavancando isso, assim como a LDB já fala desde 2008. Esse não é um tema novo, esse não é um tema que nos surpreende, mas, sim, é uma questão de implementação, qual é modelo que queremos implementar a respeito disso.

Nós, enquanto sociedade, nos beneficiaremos de um país em que nossa juventude tenha garantido o acesso à educação profissional ou o acesso à educação profissional e tecnológica e temos que trabalhar ativamente para universalizar um acesso a um ensino e a uma educação básica de qualidade, bem como ao ensino técnico integrado, um pouco diferente do modelo que o novo ensino médio apresenta.

Para nós, do Ministério do Trabalho e Emprego, é central que pensemos e possibilitemos a qualificação profissional dos nossos jovens e das pessoas que formarão a nossa força de trabalho no futuro, mas nós temos que fazer uma análise que parta da materialidade. E hoje, na materialidade, boa parte dos nossos jovens necessitam de renda: eles precisam trabalhar, eles precisam articular a sua vida com possibilidades de trabalho, aprendizagem e estágio.

Então, o novo ensino médio e qualquer proposta de ensino médio têm que aliar o direito à educação profissional e tecnológica à profissionalização, o direito ao trabalho remunerado, articulado com a possibilidade de aprendizagem em estágio, ou, então, que sejam estabelecidas políticas efetivas de permanência para a nossa juventude na educação básica.

Nós sabemos a pressão que os arranjos familiares realizam com os nossos jovens, quando eles entram no ensino médio, para que eles trabalhem e ajudem na renda familiar, dadas as condições precárias de grande parte da nossa classe trabalhadora, como vivem e com as rendas familiares da forma que são estabelecidas.

E nós precisamos pensar propostas que efetivamente garantam o hoje, e não, como boa parte dos debates estão sendo feitos, a partir de uma discussão do futuro, uma poupança para o futuro, algo para o futuro. A fome tem pressa, a fome precisa do dinheiro, a fome precisa da renda para comer, e boa parte das dificuldades partem disso, inclusive nós precisamos pensar uma educação básica que tenha a garantia à alimentação, alimentação de qualidade, saudável, e garanta a permanência em diversos aspectos para os nossos estudantes.

Se nós não pensarmos dessa forma, qualquer proposta de novo ensino médio ou qualquer proposta de educação vão institucionalizar a evasão escolar e vão fomentar o trabalho infantil. Eu acho que não é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

objetivo de ninguém, em nenhum desses casos, que a gente tenha uma evasão de pessoas da educação básica e tenha uma ampliação do trabalho infantil. Então, se nós queremos garantir isso, nós temos que pensar em políticas efetivas de permanência, distribuição de renda e abolição efetiva do trabalho infantil, de qualquer forma de trabalho infantil.

A educação deve e precisa priorizar e ter protagonismo na educação profissional e tecnológica, mas não é papel nem missão primordial da escola formar e qualificar trabalhadores para o mercado de trabalho em habilidades específicas. A escola pode preparar, sim, um conceito mais amplo para o mercado, garantir habilidades socioemocionais, capacidade de interpretação, mas o instrumental cabe a outra rede de atores, inclusive o próprio mercado privado, que tem que dar condições para que os trabalhadores tenham conhecimentos técnicos das suas ferramentas específicas. Não cabe à escola e muito menos ao poder público formar o trabalhador da forma que seja necessária para a empresa. Nós precisamos formar o trabalhador para que ele possa estar apto para trabalhar em qualquer empresa daquela cadeia de produção, em qualquer uma daquelas habilidades.

O trabalhador e sobretudo o estudante precisam ter reconhecidas as suas habilidades como um todo, suas habilidades mais amplas. Então, nesse sentido, a escola deve garantir e estimular múltiplos saberes, em via de uma emancipação social, cultural, humana e política desse estudante. Para nós isso é primordial numa política de novo ensino médio. Não há qualificação profissional possível sem que haja uma qualificação social.

A escola não deve e nunca deverá ensinar um jovem a apertar um parafuso, mas garantir que o jovem saiba por que ele está apertando aquele parafuso, para que ele está apertando aquele parafuso e quais são as consequências materiais daquela ação. O trabalhador precisa ter consciência de seus atos e de suas ações no mercado de trabalho.

Inclusive, em nossa ação do Ministério do Trabalho, nós pensamos e concebemos nossa qualificação profissional para um reconhecimento dos direitos humanos, dos direitos trabalhistas e dos direitos sociais como parte integrante da qualificação da nossa mão de obra, não só pensando nos aspectos técnicos, operacionais e práticos – que, assim, são fundamentais, visto o real apagão de mão de obra que nós vivemos no mercado de trabalho.

A escola deve garantir o acesso à educação profissional e tecnológica, mas ela deve ser um espaço de múltiplas garantias de direitos, sem hierarquia de direitos. A escola deve garantir o direito ao esporte, à cultura, ao lazer, que são tão centrais quanto a educação profissional e tecnológica, a profissionalização dos nossos jovens. Nós devemos garantir que os jovens saiam e possibilitem o seu próprio protagonismo a partir da educação, e não saiam apenas com uma habilidade, um conhecimento material específico, sobretudo no mundo do trabalho, que avança e se altera rotineiramente e cotidianamente.

Um jovem que se formou num ensino técnico há dez anos, boa parte desses conhecimentos foram alterados ao longo desses anos. A tecnologia tem avançado, e avançado com muita frequência, com muita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

velocidade e, sobretudo, com muita violência em cima da classe trabalhadora, então, nós precisamos que os jovens saiam com habilidades para que eles possam acompanhar esse aprendizado ao longo da vida e que eles tenham condições de, ao longo desses processos científicos e tecnológicos e com seus avanços, acompanhar essas habilidades e desenvolver essas habilidades dessa forma.

A escola é fundamental para nossa compreensão como sujeitos coletivos no mundo e para formar a cultura de um povo, e nós não podemos subordinar de forma alguma a escola ou a cultura de um povo a um modo de produção vigente. Uma coisa não pode estar hierarquizada sobre a outra.

E aqui, para avançar para elementos mais operacionais em relação ao novo ensino médio, tema da nossa Comissão Especial, nós temos que entender e compreender que o MEC está escutando, é um processo de oitiva com diversos atores. E reconhecemos que o MEC tem plena capacidade e competência de solucionar esses temas apresentados pela sociedade civil, pelos outros órgãos de Governo e, sobretudo, pelas pessoas que nós estamos escutando menos nesse processo: os jovens, que são, sim, os protagonistas e devem ser os principais ouvidos nesse processo.

Hoje nós estamos vivendo uma realidade em que os itinerários não podem – e não podem mesmo – suprimir as ciências bases. Não podem suprimir sociologia, não podem suprimir filosofia, não podem suprimir português e matemática, porque são as ciências bases que garantem que esse jovem tenha habilidades diferentes para diversos tipos de conhecimento. Um jovem não saberá, dificilmente saberá se ele ficará na mesma profissão o resto da vida.

As profissões do futuro não passarão por profissões de 30 ou 40 anos no mesmo chão de fábrica. Esse mundo mudou. O jovem passará provavelmente por diversas profissões ao longo da vida, executará diversas tarefas distintas ao longo da vida. Nesse sentido, nós temos que preparar o jovem para que ele consiga trocar ao longo da vida e consiga ter aprendizados constantes ao longo da vida, e garantindo toda a necessidade e protagonismo nesse sentido.

As escolas têm que oferecer todos os itinerários para todos os jovens, senão nós estamos suprimindo um direito a partir da tentativa de garantia de outro. A gente não pode impossibilitar um jovem de realizar um itinerário específico se a escola não oferta ou obrigá-lo a caminhar quilômetros para acessar essa educação. Nós não podemos conceber isso. Ou todas as escolas oferecem todos os itinerários ou o novo ensino médio nasce morto, porque ele não vai garantir a educação para todos. Em especial quando a gente pensa no quinto itinerário, de educação profissional e tecnológica, nós temos que pensar duas questões estruturantes: quais são as demandas daquele território, quais são os cursos técnicos e profissionalizantes que nós iremos formar, se há empregabilidade efetiva naquela área, porque não adianta inundar o mercado de trabalho com profissionais com os mesmos conhecimentos, imaginando que nós vamos gerar empregabilidade. Isso é uma falácia. Nós precisamos garantir que esses jovens tenham habilidades múltiplas para que eles possam apresentar no mercado de trabalho e, sobretudo, nós temos que garantir que o jovem tenha o direito de fazer o curso profissionalizante técnico que ele deseja, que ele almeja, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós não podemos impedir o jovem de escolher o curso "a" ou "b" porque naquela escola só se ofertam um ou dois cursos técnicos. Então ele tem que escolher uma coisa que ele não gosta porque as coisas que ele gosta estão numa escola a 5, 6, 7, 8km ou em outra cidade. A gente não pode conceber uma política dessa forma, que não garanta efetivamente a universalização do direito.

O quinto itinerário para nós não pode substituir os outros saberes e as outras ciências tradicionais, eles devem agregar, eles devem adicionar, eles devem ser um elemento a mais, sobretudo pensando em contraturno, como sempre foi executado, muitas vezes, o ensino técnico no contraturno. Os estudantes sempre tiveram o ensino regular e tiveram a possibilidade de realizar no contraturno o ensino técnico. Essa é uma política que foi executada, é executada por diversas redes, como a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e as redes estaduais.

Para concluir, a gente tem que entender que, dada a necessidade do trabalho, nós temos que avançar para políticas que garantam a possibilidade de manutenção, permanência na escola e garantir que um direito novamente não suprima outro. Nós não podemos pensar num ensino médio profissionalizante, técnico que seja meramente instrumental, senão nós condenaremos nossos estudantes de escolas públicas a um ensino que vai aprisioná-los em um local, em uma classe social, o que não é e nunca deve ser o objetivo da educação e da escola. A escola deve ser um ambiente que liberte os nossos jovens. E nós sabemos quais serão os jovens e quais serão as pessoas que estarão nesse caso – serão os jovens negros, pobres e periféricos –, e nós não podemos fazer isso. E nós sabemos qual é o objetivo quando se propõe uma política que pretende prender essa população nesses locais.

Então, para nós, esses são os elementos que gostaríamos de trazer para o debate e para a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Carvalho Junior. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – O.k., Sr. João. Nós temos – eu concordo muito com o que você colocou aqui – que parar de fazer aquilo que a gente acha que é possível; nós temos que fazer aquilo que é necessário para a sociedade brasileira. E você, hoje, está tendo uma oportunidade muito importante, como Diretor de Políticas de Trabalho para a Juventude do Ministério do Trabalho e Emprego. É importantíssimo o seu alinhamento com o Ministério da Educação para colocar em prática tudo isso que você colocou aqui. Então, você hoje faz parte do poder público e essa sinergia com o Ministério da Educação é fundamental para que você abra esse debate realmente junto ao MEC, para que a gente comece a colocar em prática todas as sugestões que você colocou aqui, saindo do discurso para a prática. E você está tendo a oportunidade de executar todas as sugestões e ideias que colocou aqui nesta Comissão.

Com a palavra, Sra. Betina Fresneda, Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O SR. BETINA FRESNEDA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador Mauro Carvalho; boa tarde, colegas expositores. Parabéns pelas exposições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria agradecer o convite, em nome do IBGE.

Vou compartilhar aqui uma apresentação. Estão todos vendo? (*Pausa.*)

Eu faço parte da Gerência de Indicadores Sociais, da Coordenação de População e Indicadores Sociais, sou especialista em análise de indicadores educacionais e participo da elaboração da publicação *Síntese de Indicadores Sociais*. Eu vou falar um pouco sobre essa publicação.

É uma publicação que já tem uma história no IBGE. Ela é anual, conta com mais de 20 edições. Apresenta o perfil das condições de vida da população brasileira, abordando diversos temas, como saúde, educação, condições de trabalho, moradia, sempre relacionando os níveis de bem-estar dos diferentes grupos sociais, em relação à cor, raça, gênero, níveis de renda, grupos de idade, com um olhar para as desigualdades sociais que permeiam esses grupos. Então, o objetivo é fornecer subsídios ao Estado brasileiro com indicadores para a elaboração de políticas públicas e monitoramento das nossas agendas nacionais e globais.

Especificamente sobre o capítulo de educação, ele trata de aspectos da realidade educacional brasileira, especialmente em relação ao acesso e permanência no sistema de ensino e ao nível educacional alcançado pela população brasileira. Além desses temas principais, o capítulo de educação da síntese já abordou temas como mobilidade educacional, gestão educacional, com a pesquisa de gestão municipal, a Munic, enfim, juventude e diversos outros temas.

A principal fonte de dados para a elaboração desse capítulo é o módulo anual de educação da Pnad Contínua. A Pnad Contínua, para quem não sabe, é a principal pesquisa domiciliar amostral do IBGE. Ela apresenta um módulo específico de educação a cada todo segundo trimestre. Vai a campo, pesquisando os temas, com uma pesquisa mais ampliada como a educação profissional, por exemplo, motivos para não frequentar a escola. Nos anos de 2020 e 2021, infelizmente, esse módulo ampliado não foi a campo em função do contexto da pandemia.

Então, vou apresentar alguns resultados, os mais recentes, em comparação com o resultado de 2019. Aqui, o primeiro indicador é a frequência escolar, a garantia do direito à educação, do acesso à escola. O que a gente pode observar, em relação a 2019, é que não houve muita ampliação na frequência escolar dessas diversas faixas etárias. Na educação infantil de 0 a 3, praticamente permaneceu um percentual de cerca de 36% das crianças frequentando a escola; de 4 a 5 anos, a gente observou um decréscimo da frequência escolar de 92,7%, em 2019, para 91,5%; na faixa etária de 6 a 14 anos, praticamente manteve a sua universalização; e o grupo que conseguiu ampliar a frequência escolar foi o grupo de 15 a 17 anos, que passou de 89%, em 2019, para 92,2%, em 2022, ainda aquém da universalização almejada pelo Plano Nacional de Educação.

Em relação à educação idade-etapa, que também é um tema monitorado pelo Plano Nacional de Educação para o ensino médio, a partir de um indicador que se chama Taxa Ajustada de Frequência Escolar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Líquida, que, para quem não sabe, nada mais é do que, em relação a esta faixa etária de 15 a 17 anos, o percentual que está frequentando o ensino médio, que é o nível adequado a essa faixa etária, ou já concluiu esse nível em relação ao total da população dessa faixa etária, o que a gente atingiu em 2022 foi um total de 75,2% da população de 15 a 17 anos, com adequação idade-etapa – não foi ainda o que almeja a Meta 3 do Plano Nacional de Educação para o ensino médio, que deveria ser de 85% até 2024.

A gente observa que as desigualdades regionais persistem. A grande Região Norte apresentou o menor percentual de adequação para frequência no ensino médio dessa faixa etária, atingindo só 68,1% dos jovens de 15 a 17 anos, enquanto a Sudeste teve o maior, que foi 81,5% desse grupo em 2022.

Em relação às classes de rendimento, a gente observa que os jovens que pertencem aos 20% mais pobres da população continuam com a menor frequência escolar no nível adequado, que seria o ensino médio. Eles atingiram 64%, em 2022, bastante aquém, por exemplo, dos 20% da população com os maiores rendimentos, que, em 2022, atingiram 90,5%. Acho que é interessante observar que jovens que pertencem a esses 40% mais ricos, já em 2019, tinham atingido o que almeja a Meta 3 do PNE. Então, isso reflete um pouco as dificuldades que a gente comentou.

Eu falei um pouco sobre jovens que frequentam escola, jovens que frequentam escola na etapa adequada e agora eu vou falar um pouco dos jovens que abandonaram a educação básica obrigatória.

Então, em 2022, do total dos jovens de 15 a 29 anos que deixaram a escola sem concluir a educação básica obrigatória, a gente observa que 65,7% não chegaram a frequentar o ensino médio, sendo que 42,5% abandonaram a escola sem nem ter concluído o fundamental e 23,2%, com o fundamental completo.

É interessante também observar que, para a faixa etária mais nova, mais da metade, a maioria abandonou a educação básica obrigatória sem ter concluído o fundamental, 53,2%. Esse grupo nem teve acesso ao que seria o ensino médio. Então, para se ter alguma ideia de abandono escolar, a gente fala muito sobre desestímulo para frequentar o ensino médio, mas a gente observa que o nosso atraso escolar é grande e os nossos jovens abandonam a educação básica obrigatória antes de terem acesso a esse nível.

Vamos passar.

Em relação ainda ao abandono escolar, a Pnad Contínua, no módulo anual, investiga os motivos pelos quais os jovens deixaram de frequentar a escola, aqueles jovens que não conseguiram concluir o ensino médio. O que a gente observa é que o desinteresse ou achar que já concluiu o nível adequado e não ter interesse em seguir estudando é bastante significativo: 34,3% dos jovens da faixa etária mais nova, de 15 a 17 anos, elencam esse como o principal motivo para terem parado de estudar; logo em seguida, é apresentado o motivo de precisar trabalhar, que é a necessidade de sobrevivência, que a gente mencionou – e esse motivo aumenta a sua proporção na medida em que os jovens ficam mais velhos, em que os grupos etários ficam mais velhos. Então, em relação ao grupo de 18 a 24 anos, abandonar a escola tendo como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principal motivo a necessidade de trabalhar passa para 36,9%; e, de 25 a 29 anos, passa para 45,9%. E o desinteresse em seguir estudando continua significativo, mas perde um pouco o seu peso.

Para concluir, eu queria mostrar um pouco o dado sobre nível de instrução. Sempre que a gente fala em nível de instrução da população adulta, a gente mostra um reflexo do investimento em educação de décadas passadas, e é importante observar que o Brasil tem uma dívida histórica no investimento em educação.

Então, para a faixa etária de 25 a 64 anos que não chegaram nem a concluir o ensino médio, o Brasil tem 41,5% desse grupo nessa situação. Esse percentual é maior do que em países latino-americanos, como Colômbia, Argentina e Chile.

Bom, eu acho que foi mais para dar um quadro geral, tentar usar um pouco os dados do IBGE para auxiliar na discussão. É isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Carvalho Junior. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Betina, realmente os números apresentados pelo IBGE são assustadores.

Quando a gente olha para o abandono escolar, a gente vê que o maior motivo do abandono escolar é o desinteresse do aluno em permanecer na escola. Realmente, a reformulação do ensino público tem que ser totalmente reavaliada. A gente tem que entender por que esses jovens perdem o interesse por frequentar as escolas.

Nós estamos deixando de motivar essas pessoas, esses jovens a frequentarem o ensino público; nós não estamos sabendo motivar esses jovens para permanecerem na escola; e, o pior de tudo, estamos deixando de preparar brasileiros, jovens brasileiros, para o mercado de trabalho, para terem a sua dignidade.

Então, isso me preocupa muito aqui, presidindo esta Comissão momentaneamente, essa falta de motivação; ou seja, o ambiente escolar hoje não é favorável para que esses jovens permaneçam na sala de aula e tenham interesse no conhecimento, interesse em aprender, interesse em se desenvolverem. Realmente, isso tem que ser uma preocupação pública de todos nós no Senado, na Câmara, no Governo Federal, estadual e municipal.

Bom, essa pesquisa, esse trabalho apresentado pela Betina já vai ser colocado no portal.

Agradeço aqui à Sra. Luana, à Sra. Betina, ao Sr. Ariovaldo e ao Sr. João Victor pela presença de todos.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado e uma boa tarde a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 13 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 25 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e quarenta e três minutos do dia trinta e um de maio de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Carlos Viana e Rodrigo Cunha, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Fernando Dueire, Izalci Lucas, Jussara Lima, Teresa Leitão, Chico Rodrigues, Augusta Brito, Rogério Carvalho, Flávio Arns, Flávio Bolsonaro, Wellington Fagundes, Dr. Hiran, Paulo Paim, Esperidião Amin e Fabiano Contarato. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Beto Faro, Astronauta Marcos Pontes e Damares Alves. Deixam de comparecer os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Carlos Portinho e Eduardo Gomes, conforme REQ 277/2023-CDir, REQ 289/2023-CDir, REQ 292/2023-CDir e REQ 278/2023-CDir, respectivamente. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta Deliberativa: **ITEM 1 - Projeto de Lei nº 3610, de 2021 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre utilização de soluções tecnológicas que permitam a disponibilização imediata dos dados coletados para órgãos e entidades responsáveis pela fiscalização de trânsito e segurança pública." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo nº 316, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Valinhos para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Valinhos, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo nº 387, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Produtores Rurais do Assentamento São Sebastião de Utinga para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Wagner, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Jussara Lima. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo nº 553, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Cultura FM de Araci para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Araci, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo nº 555, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária, Espontânea, Beneficente dos Moradores do Distrito de Pataíba para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Água Fria, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 6 - Projeto de Decreto**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Legislativo nº 556, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária RCA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aramari, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo nº 561, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Vida FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Feira de Santana, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fernando Dueire. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo nº 483, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Voz da Liberdade de Turilândia (Liberdade FM) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Turilândia, Estado do Maranhão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fernando Dueire (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Beto Faro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo nº 533, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão e Cultura de Iraquara para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Iraquara, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo nº 464, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Moradores de Aracruz para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Luís Eduardo Magalhães, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Jussara Lima (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 11 - Projeto de Decreto Legislativo nº 301, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária Dom Macedo FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dom Macedo Costa, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 12 - Projeto de Decreto Legislativo nº 158, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Lasafá para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caeté, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 13 - Projeto de Decreto Legislativo nº 181, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação das Mulheres Espinosenses para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Espinosa, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 14 - Projeto de Decreto Legislativo nº 445, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Jequitibá para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jequitibá,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática nº 17, de 2023,** que: "Requer aditamento ao Requerimento 5/2023-CCT, para inclusão de convidados na Audiência Pública sobre a adoção e incentivo à eletromobilidade no Brasil." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO/AL). **Resultado:** Aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Carlos Viana
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/113897

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Meu bom-dia a todos os senhores e senhoras que nos acompanham!

Declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Quero pedir desculpas a todos pela demora, que se deu por conta naturalmente de outras Comissões em que somos parte e de projetos que necessitam ser discutidos com mais profundidade. A grande quantidade de Comissões acaba gerando compromissos e presenças em várias delas, o que não é impossível em boa parte, mas, dependendo do assunto, a gente é obrigado a se ausentar.

Portanto, peço desculpa aos Senadores e Senadoras pelo atraso.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Informo que o item 1 da nossa pauta, não terminativo, será votado pelo processo simbólico e, como temos feito, todos os outros itens da pauta terminativos serão votados nominalmente em bloco, com a abertura do painel eletrônico.

Item 1.

ITEM 1
PROJETO DE LEI Nº 3610, DE 2021
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre utilização de soluções tecnológicas que permitam a disponibilização imediata dos dados coletados para órgãos e entidades responsáveis pela fiscalização de trânsito e segurança pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo
Relatoria: Senador Rodrigo Cunha
Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.
Observações: *A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da CCJ após a deliberação da CCT.*

Senador Rodrigo Cunha, meu abraço. Concedo a palavra a V. Exa. para a leitura do relatório.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Carlos Viana, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, todos que nos acompanham, o meu bom-dia!

Vamos dar início à leitura do relatório do Projeto de Lei 3.610, de 2021, de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo, que altera a Lei nº 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a utilização de soluções tecnológicas que permitam a disponibilização imediata dos dados coletados para órgãos e entidades responsáveis pela fiscalização de trânsito e segurança pública.

Sr. Presidente, eu peço licença para ir diretamente à análise do projeto, na leitura do parecer.

Conforme os incisos I e IX do art. 104-C do nosso Regimento Interno, compete à CCT opinar sobre assuntos atinentes a desenvolvimento científico, tecnológico e inovação tecnológica, bem como a assuntos correlatos. A iniciativa em comento inscreve-se, portanto, no rol das matérias sujeitas ao exame deste Colegiado.

O PL 3.610, de 2021, visa, conforme sua justificação, a evitar a ocorrência de acidentes fatais provocados por excesso de velocidade nas vias. Pretende-se possibilitar a ação tempestiva do poder público no sentido de interceptar infratores e fazer cessar as condutas danosas à sociedade.

Para tanto, é previsto que a regulamentação dos meios para comprovação das infrações preveja a disponibilidade imediata aos órgãos de fiscalização da informação de que determinado veículo tenha ultrapassado em 50% o limite de velocidade permitido para a via, constatado de forma sucessiva por, no mínimo, três aparelhos eletrônicos, ou equipamentos audiovisuais de fiscalização, ou qualquer outro meio tecnologicamente disponível de fiscalização.

Entendo que toda medida no sentido de reduzir a quantidade e a gravidade dos acidentes em nossas vias é altamente relevante e merece prosperar.

Entretanto, considero que a redação do dispositivo pode ser aperfeiçoada a fim de melhorar a redação do *caput* do art. 280. Ademais, não é possível que os equipamentos empregados georreferenciem o veículo infrator. Na verdade, a localização do equipamento é que pode ser georreferenciada ou, mais comumente, ter a localização previamente conhecida.

Indo ao voto, diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 3.610, de 2021, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº - CCT
(ao PL nº 3.610, de 2021)

Dê-se a seguinte redação ao § 5º do art. 280, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, proposto pelo Projeto de Lei nº 3.610, de 2021:

"§ 5º A regulamentação disposta no § 2º deste artigo deverá contemplar a utilização de soluções tecnológicas que permitam a disponibilização imediata dos dados coletados para órgãos e entidades responsáveis pela fiscalização de trânsito e segurança pública, quando os equipamentos aferirem que a velocidade instantânea do veículo tenha ultrapassado em 50% o permitido para a via, constatado de forma sucessiva por, no mínimo, três aparelhos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

eletrônicos ou equipamentos audiovisuais de fiscalização, ou por qualquer meio tecnologicamente disponível de fiscalização."

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Rodrigo Cunha.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria, lembrando que esta será a nossa votação simbólica do dia.

Pergunto aos Srs. Senadores se alguém deseja discutir o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório.

A matéria será encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Peço aos Senadores a gentileza de permitirem aqui uma mudança na pauta, a antecipação do item 7 e item 8. O Senador Beto Faro pediu um Senador *ad hoc*, e o Senador Fernando Dueire aceitou fazer a gentileza de ler os dois relatórios.

Portanto, passamos diretamente ao item 7 da pauta.

ITEM 7
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 561, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Vida FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Feira de Santana, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fernando Dueire

Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

Concedo a palavra ao Senador Fernando Dueire para a leitura do relatório.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 561, de 2019, terminativo.

Sr. Presidente, chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 561, de 2019 (nº 1.087, de 2018, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Vida FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Feira de Santana, Estado da Bahia.

Sr. Presidente e demais membros desta Comissão, o relatório já foi divulgado na íntegra com a devida antecedência; portanto, peço licença para irmos direto ao voto.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 561, de 2019, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 561, de 2019, a denominação "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" por "Ministério das Comunicações".

É este o voto do item 7, do decreto legislativo que ora narrei para a Comissão, por permissão de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Lido o relatório do PDL 561, de 2019, Feira de Santana.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será realizada em bloco, com a abertura do painel eletrônico, assim que terminarmos a votação dos itens que estão sendo lidos aqui, terminativos.

Passo a palavra ao Senador Fernando Dueire, como Relator *ad hoc* do item 8.

ITEM 8
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 483, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Voz da Liberdade de Turilândia (Liberdade FM) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Turilândia, Estado do Maranhão.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Beto Faro
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

Senador.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Como Relator.) – Com a especial licença de V. Exa., relato o Projeto de Decreto Legislativo nº 483, de 2019, terminativo.

Chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 483, de 2019 (nº 1.149, de 2018, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Voz da Liberdade de Turilândia (Liberdade FM) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Turilândia, Estado do Maranhão.

Sr. Presidente e demais membros desta Comissão, considerando que o relatório já foi divulgado na íntegra com a devida antecedência, peço a permissão e a licença para irmos direto ao voto.

Voto: tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 483, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Voz da Liberdade de Turilândia (Liberdade FM) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Turilândia, Estado do Maranhão, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Fernando Dueire.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Item 8, lido, PDL 483, de 2019.
Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.
A votação será realizada em bloco, com a abertura do painel eletrônico.
Vamos antecipando os itens aqui, para que possamos dar sequência.
Item 2, do Senador Rodrigo Cunha.

ITEM 2
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 316, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Valinhos para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Valinhos, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Rodrigo Cunha
Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.
Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

Peço a V. Exa. a relatoria *ad hoc* do item 12, se for de concordância, para que possamos dar sequência na nossa pauta de hoje.

Com a palavra, Senador.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Perfeito, Senador. Vamos limpar a pauta.

Passo à leitura do parecer do Projeto de Decreto Legislativo 316, de 2019, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Valinhos para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Valinhos, Estado de São Paulo.

Peço licença aos Srs. Senadores e ao Sr. Presidente para ir diretamente à leitura da análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Nesse sentido, coube a este Colegiado buscar informações capazes de dar continuidade à análise do projeto em tela, via requerimento de informações ao órgão competente no Poder Executivo.

Em resposta aos questionamentos formulados, a nota elaborada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica do Ministério das Comunicações ressaltou que, de acordo com a regulamentação em vigor à época da renovação da autorização em tela, não era exigida dos interessados a declaração de residência dos seus diretores, motivo pelo qual o processo original não foi instruído com a documentação necessária.

Informou ainda que, constatado vínculo de caráter religioso, a interessada, com base nos regulamentos que estão vigentes, corrigiu o impedimento, o que permitiu a renovação da outorga. Asseverou, portanto, que não havia óbice de qualquer natureza para o deferimento do pleito.

Assim, tendo em vista os esclarecimentos prestados pelo Ministério das Comunicações, entendemos que o PDL 316, de 2019, deve ser aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Registramos apenas ser necessária a apresentação de emenda de redação para corrigir o erro material na denominação do ente responsável pela edição da Portaria 3.608, de 2015, que deferiu a renovação da outorga ora analisada. O referido ato foi editado pelo Ministério das Comunicações, e não pelo extinto Ministério da Ciência e Tecnologia.

Indo ao voto, o voto é pela aprovação do ato que renova a autorização e outorga à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Valinhos para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Valinhos, em São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a emenda de redação para substituir, exatamente, "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" por "Ministério das Comunicações".

Esse é o voto, Sr. Presidente, do item 2.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Rodrigo Cunha.

Inclusive com o Senador Confúcio, que terá vários itens, vamos sempre direto ao voto, Senador, uma vez que o relatório já está divulgado.

Item 2, PDL 316, cidade de Valinhos, em São Paulo, lido, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será em bloco, com a abertura do painel eletrônico.

Senador, peço a V. Exa. para ser *ad hoc* também do item 9, PDL 533, de Iraquara, na Bahia, por gentileza.

ITEM 9
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 533, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão e Cultura de Iraquara para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Iraquara, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Perfeitamente, Sr. Presidente.

Inclusive, dando sequência, como V. Exa. bem tratou, o projeto já estava com o seu parecer disponível para os Senadores. Vamos diretamente ao voto, tendo em vista as mesmas fundamentações dos projetos anteriores.

O voto é pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão e Cultura de Iraquara para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Iraquara, no Estado da Bahia, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados, apenas com a seguinte emenda de redação, que é exatamente para substituir a nomenclatura do Ministério da Ciência e Tecnologia por "Ministério das Comunicações".

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado ao Senador Rodrigo Cunha.

Item 9, PDL 533, de 2019, Iraquara, lido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.
A votação será realizada em bloco, com a abertura do painel eletrônico.
Vamos ao item 4 da pauta.

ITEM 4
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 553, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Cultura FM de Araci para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Araci, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Confúcio Moura
Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, tendo em vista o exame da documentação que acompanha o PDL 553, de 2019, não se evidenciou violação da legislação pertinente, e, não havendo reparos quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária da Cultura FM de Araci para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Araci, Estado da Bahia, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação: "Substitua-se no art. 1º do Projeto [...] 553, de 2019, a denominação Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações por Ministério das Comunicações".

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Confúcio Moura.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.
A votação será em bloco, com a abertura do painel eletrônico.
Vamos ao item 5, PDL 555/2019, Água Fria, na Bahia.

ITEM 5
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 555, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária, Espontânea, Beneficente dos Moradores do Distrito de Pataíba para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Água Fria, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Confúcio Moura
Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.
Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Como Relator.) – Tendo em vista o exame da documentação que acompanha o projeto, não se evidenciou violação da legislação pertinente.

Não havendo reparos quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a autorização à associação comunitária espontânea beneficente dos moradores do distrito de Pataíba para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Água Fria, Estado da Bahia, na forma do projeto legislativo originário da Câmara.

A única alteração de redação é mudando o nome do Ministério de Ciência e Tecnologia para Ministério das Comunicações.

É esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Confúcio.

Lido o relatório e coloco em discussão a matéria do PDL 555/2019. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será realizada em bloco, com a abertura do painel eletrônico.

Item 6, PDL 556/2019, Aramari, na Bahia.

ITEM 6
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 556, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária RCA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aramari, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

Senador Confúcio Moura.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Como Relator.) – Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 556-2019 não evidenciou violação da legislação pertinente, não havendo reparos, quantos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a autorização à associação de radiodifusão comunitária RCA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no município de Aramari, Estado da Bahia, na forma do decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação.

Da mesma forma, mudando o nome do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação para Ministério das Comunicações.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Confúcio.

Está lido o relatório.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A votação será em bloco.

Peço ao Senador Confúcio uma última leitura, do item 11, PDL 301/2019, Senador Rogério Carvalho e agora Senador Confúcio, da cidade de Dom Macedo Costa, na Bahia.

ITEM 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 301, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária Dom Macedo FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dom Macedo Costa, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Confúcio Moura
Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.
Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Pois não, Senador. Sem problemas.

Senadora Jussara já chegou.

Ótimo.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito.

O voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Como Relator.) – Tendo em vista o exame da documentação que acompanha o PDL 301/2019, não evidenciou violação da legislação pertinente e, não havendo reparos quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a autorização à Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária Dom Macedo FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no município de Dom Macedo Costa, Estado da Bahia, na forma do projeto legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação.

Da mesma forma, mudando o nome do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação para o Ministério das Comunicações.

É esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Confúcio.

Lido o relatório do PDL 301/2019, de Dom Macedo Costa, na Bahia.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão, será votação em bloco.

Nós vamos ao item 3 da nossa pauta, PDL 387/2019, de Wagner, na Bahia.

ITEM 3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 387, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 468807720055B348.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

- **Terminativo** -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Produtores Rurais do Assentamento São Sebastião de Utinga para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Wagner, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Jussara Lima

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

A Relatora é a sempre muito elegante Senadora Jussara Lima.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PI. Como Relatora.) – Bom dia, Sr. Presidente Carlos Viana, Sras. e Srs. Senadores.

Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo 387, de 2019, que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Produtores Rurais do Assentamento São Sebastião de Utinga para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Wagner, Estado da Bahia.

Peço a dispensa da leitura do relatório e passo à leitura da análise e do voto.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDL 387, de 2019, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei 9.612, de 1998.

O voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 387, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação dos Produtores Rurais do Assentamento São Sebastião de Utinga para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Wagner, Estado da Bahia, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senadora Jussara Lima.

Item 3 lido. PDL 387, de Wagner, na Bahia.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a discussão.

A votação será realizada em bloco, com a abertura do painel eletrônico.

Peço ao Senador Rodrigo Cunha que assuma a Presidência para a leitura dos três relatórios de que sou Relator. Por favor.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CA0704C10055B349.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Acredito que são os três últimos itens.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Aí eu solicito a V. Exa. que também acolha um pedido, extrapauta, de um requerimento para indicar os nomes para uma audiência pública que já foi aprovada aqui para tratar sobre a eletromobilidade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

Há sobre a mesa aqui o Requerimento 17, de 2023, do Senador Rodrigo Cunha, de audiência pública.

Consulto o Plenário da Comissão se o requerimento pode ser apreciado como item extrapauta.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão como item extrapauta ao Senador Rodrigo Cunha. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Bem, dando sequência aos itens que fazem parte da pauta, passaremos, em sequência já, a fazer o chamamento da leitura dos itens 12, 13 e 14, que têm como Relator o nosso Presidente, o Senador Carlos Viana.

ITEM 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 158, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Lasafá para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caeté, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Carlos Viana
Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.
Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

ITEM 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 181, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação das Mulheres Espinosenses para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Espinosa, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Carlos Viana
Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.
Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

ITEM 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 445, DE 2019
- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CA0704C10055B349.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Jequitibá para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jequitibá, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Rodrigo.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 158, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Lasafá para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caeté, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº -CCT (DE REDAÇÃO)
>
> Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 158, de 2019, a denominação "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" por "Ministério das Comunicações".

Esse é o nosso voto, Senador Rodrigo, para o PDL 158, de 2019.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Coloco em discussão o relatório...

Essa discussão pode ser feita após a leitura dos três ou tem que ser individualizada? (*Pausa.*)

Faça a leitura dos três itens e colocamos em discussão.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG. Como Relator.) – Item 13, PDL 181. Outorga à Associação das Mulheres Espinosenses para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Espinosa, Estado de Minas Gerais, terra da Ministra Cármen Lúcia, grande mineira representante do Judiciário no Supremo Tribunal Federal.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 181, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação das Mulheres Espinosenses para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Espinosa, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, também com emenda de redação substituindo a denominação "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" por "Ministério das Comunicações".

É o voto de aprovação para o PDL nº 181.

Na sequência, o PDL 445, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Jequitibá para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jequitibá, em Minas Gerais.

Peço licença também para irmos diretamente ao voto.

O exame da documentação que acompanha o PDL nº 445, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente. Não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CA0704C10055B349.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de Radiodifusão de Jequitibá para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jequitibá, Estado de Minas Gerais, na forma do PDL nº 445.

Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL) – Lidos os relatórios dos itens 12, 13 e 14, passo à discussão. (*Pausa.*)

Não tendo quem queira discutir, todos esses relatórios serão votados em bloco com os demais que já foram lidos.

Assim, passo a Presidência para o Senador Carlos Viana.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Rodrigo Cunha.

Obrigado aos Srs. Senadores.

Apenas um item da pauta não pôde ser cumprido, o que está com o Senador Chico Rodrigues.

Ele enviou para Relator *ad hoc*? Pode dar *ad hoc*? (*Pausa.*)

A Senadora Jussara leria para nós, por gentileza, o item 10, *ad hoc*?

Eles vão passar à senhora, para que a gente possa cumprir toda a pauta prevista para hoje.

ITEM 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 464, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Moradores de Aracruz para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Luís Eduardo Magalhães, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PI. Como Relatora.) – Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, inciso VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CA0704C10055B349.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDL nº 464, de 2019, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei 9.612, de 1998.

O voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 464, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Moradores do Aracruz para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Luís Eduardo Magalhães, Estado da Bahia, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senadora Jussara.

Item 10 lido, PDL 464.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será em bloco.

Antes de abrirmos para a votação dos itens previstos na pauta de 2 a 14, quero aqui... É um requerimento da Comissão de Ciência e Tecnologia... Já está aprovado? (*Pausa.*)

Ah, sim.

EXTRAPAUTA
ITEM 15
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 17, DE 2023

Requer aditamento ao Requerimento 00005/2023 para inclusão de convidados para Audiência Pública sobre a Eletromobilidade.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha

Com a palavra, o autor do requerimento, o Senador Rodrigo Cunha.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, acredito que seja apenas para destrinchar quem serão os convidados.

São seis convidados: o primeiro é o Ministro Geraldo Alckmin, que é Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; representante do Instituto Brasileiro de Mobilidade Sustentável (IBMS); representante da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI); representante da Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE); representante do Laboratório de Eletromobilidade (Lemob); o representante da Embaixada da Noruega; e representante do Instituto Federal de Alagoas.

São esses os nomes apresentados, sem prejuízo de outros que venham a somar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Consulto se há quem queira usar a palavra para encaminhar a votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria usar a palavra, encerramos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CA0704C10055B349.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento extrapauta.

Em votação os projetos constantes dos itens 2 a 14, nos termos dos relatórios apresentados.

Solicito a abertura do painel eletrônico para a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – A votação está aberta. Peço aos Srs. Senadores que votem.

Com os Relatores, o voto é "sim"; para os que discordam dos Relatores, o voto é "não".

Solicito às assessorias, que nos acompanham, dos Senadores membros da Comissão que peçam, por gentileza, a votação remota, que está prevista no regulamento interno do Senado Federal.

Quero comunicar também aos Srs. Senadores e a todos os assessores que, na próxima semana, em virtude do feriado que teremos na quinta-feira, as votações no Senado serão híbridas. Não teremos a Comissão na próxima semana, voltando na semana subsequente aos trabalhos normais, naturalmente, depois, claro, das conversas que tivermos sobre o projeto que está em tramitação nesta Casa e que retira a área de comunicação para a criação de uma nova Comissão no Senado Federal. Portanto, na quarta-feira, dia 7, não teremos a Comissão e voltaremos no dia 14 de junho, com as pautas nossas de votação.

Estamos em processo de votação. Peço aos Senadores e aos assessores, por gentileza, o voto dos membros da nossa Comissão para que possamos dar sequência e encerramento. (*Pausa.*)

Estamos em processo de votação. Peço aos Srs. Senadores e aos assessores que nos acompanham a gentileza de pedir aos titulares o voto, para que possamos encerrar e aprovar os relatórios que foram apresentados na Casa.

Estamos por um voto, aí teremos o quórum necessário para o encerramento dos trabalhos. (*Pausa.*)

Luiz Fernando e Luana Lund, então, vocês estão com a cotação em alta aqui, viu? Obrigado pela presença aqui dos dois e de todos os consultores, porque sei que muitos acompanham pelos Senadores, pelas empresas. É sempre um prazer, eu gosto de ver esta Comissão sempre cheia aqui. (*Pausa.*)

Vamos encerrar a votação. Já temos o quórum necessário.

A votação está encerrada.

Agradeço a todos os Senadores.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Nós temos votos SIM, 8; NÃO, 0.

Nenhuma abstenção.

Portanto, a Comissão aprova por 8 votos "sim" os projetos constantes dos itens 2 a 14 da pauta apresentada nesta quarta-feira, nos termos dos relatórios lidos pelos Senadores.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Agradeço, mais uma vez, a todos da Secretaria e aos presentes.

(Iniciada às 11 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 31 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CA0704C10055B349.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e vinte minutos do dia quatorze de junho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Carlos Viana, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Efraim Filho, Cid Gomes, Alan Rick, Jussara Lima, Augusta Brito, Astronauta Marcos Pontes, Flávio Bolsonaro, Damares Alves, Paulo Paim, Flávio Arns e Professora Dorinha Seabra. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Fernando Dueire, Izalci Lucas, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Beto Faro, Teresa Leitão, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes e Dr. Hiran. Deixam de comparecer os Senadores Carlos Portinho e Rodrigo Cunha, conforme REQ 292/2023-CDir e REQ 305/2023-CDir, respectivamente. Havendo número regimental, a reunião declara-se aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta Deliberativa: **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática nº 18, de 2023,** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a Lei do Bem para aperfeiçoar a legislação vigente em favor de um ambiente mais favorável à PD&I em nosso país." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática nº 19, de 2023,** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador para aperfeiçoamento da legislação vigente." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Resultado:** Aprovado o requerimento com a inclusão de representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Carlos Viana
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/114117

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CA0704C10055B349.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

Informo que os itens 1 e 2 da nossa pauta, não terminativos, serão votados pelo processo simbólico. São dois requerimentos do Astronauta Marcos Pontes.

Tem o Requerimento nº 18, de 2023.

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 18, DE 2023
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a Lei do Bem para aperfeiçoar a legislação vigente em favor de um ambiente mais favorável à PD&I em nosso país.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Concedo a palavra para a leitura do requerimento. (*Pausa.*)

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – São tantos papeis aqui...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Perfeitamente, Senador. Quando estiver disponível, podemos fazer a leitura.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a Lei do Bem, para aperfeiçoar a legislação vigente em favor de um ambiente mais favorável à pesquisa, desenvolvimento e inovação em nosso país.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante da Confederação Nacional da Indústria; representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp); representante da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee); representante da Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; representante da Associação de Startups e Empreendedores Digitais; representante da Câmara dos Deputados.

A justificação.

Vou me permitir, como é longa a justificação, fazer algo mais direto, porque é um assunto que conheço bem como Ministro que fui.

Sr. Presidente, a Lei do Bem é uma lei de extrema importância para o desenvolvimento da ciência e tecnologia no setor da indústria, no setor produtivo como um todo, e essa lei tem sido subutilizada. Atualmente essa lei se aplica às empresas de lucro real, apenas às empresas de lucro real, e, além disso, as próprias empresas têm certo receio de utilizar a Lei do Bem por fatores ligados à insegurança jurídica, vamos dizer assim, fatores relativos à utilização da lei.

Quando eu cheguei ao ministério, nós tínhamos um *backlog* ali de quatro anos sem a análise do ministério, e essa análise é importante porque é com base nela que as empresas têm o direito de crédito de imposto e, portanto, ficava aquela dúvida: ele investe, mas, e se depois, lá na frente, o ministério fala que não, que isso não poderia ser feito, ele vai ter que pagar o imposto retroativo lá.

Então, primeiro, nós fizemos a redução desse *backlog*, nós trabalhamos em cima disso para reduzir o *backlog*, e, agora, existem outros fatores que precisam ser considerados, como, por exemplo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CA0704C10055B349.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

a utilização do crédito de imposto por três anos, em vez de um ano, porque fica difícil para as empresas fazerem isso, e outras melhorias possíveis.

Portanto, com essa melhoria e com a maior divulgação dessa lei, isso vai ser muito mais utilizado no Brasil, o que, sendo mais utilizado, significa maiores avanços de pesquisa e desenvolvimento dentro das empresas.

Então, é uma audiência bastante útil para esse sentido, para começarmos essas discussões, para depois tratarmos o aperfeiçoamento da Lei do Bem.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Marcos Pontes.

Lido o requerimento, consulto se há quem queira usar da palavra para encaminhar a votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira usar a palavra, a votação será simbólica.

Em votação o Requerimento n° 18, de 2023.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Secretaria da Comissão tomará as devidas providências.

ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 19, DE 2023
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador para aperfeiçoamento da legislação vigente.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Concedo a palavra, mais uma vez, ao Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para encaminhar.) – No item 2, a ideia é realizar audiência pública para debater o marco legal das *startups*.

Então, eu requeiro, nos termos do art. 58, §2º, da Constituição Federal e do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater o marco legal das *startups* e do empreendedorismo inovador para aperfeiçoamento da legislação vigente.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Sr. Hugo Giallanza, Presidente da Brasil Startups; Sr. Vinicius Poit, empresário e ex-Deputado Federal, Relator da proposta na Câmara dos Deputados; representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; representante do Sebrae do Estado de São Paulo; Sr. Bruno Portela, membro da Advocacia-Geral da União; Sr. Saulo de Omena Michiles, advogado da Dr. Startup; Sra. Cristiane Santos Pereira, Vice Presidente de Transformação Digital e Startup da Assespro; Sr. Hideraldo Luiz de Almeida, Vice-Presidente da Ibrachics; representante da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil).

Eu gostaria de incluir também aqui no requerimento, extrapauta, um representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que também tem uma grande importância nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CA0704C10055B349.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Pois não, Ministro.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – O marco legal das *startups*, aprovado em 2021, também durante a minha gestão no Ministério, foi uma importante medida para oferecer um ambiente jurídico mais favorável às *startups* e é fundamental que seja um instrumento vivo – isso aí é a medida que acompanhamos.

Eu me lembro de que, durante a aprovação, nós observamos ainda alguns *gaps* que depois vieram também a ser ressaltados pelas *startups*, e esse documento tem que ser capaz de se adaptar à rápida evolução do setor. Nesse sentido, o diálogo com especialistas e partes interessadas é crucial.

A necessidade de redução de custos e aumento da competitividade das *startups* é uma preocupação real impedindo o desenvolvimento rápido e dinâmico, característica dessas empresas. Além disso, a questão do acesso ao crédito é crucial, visto que muitas *startups* iniciam suas operações sem capital suficiente, necessitando de financiamento para crescer.

O acesso ao mercado internacional é outro ponto fundamental. A legislação deve facilitar o processo de internacionalização das *startups*, permitindo que essas possam expandir as suas operações e competir num cenário global com o menor custo tributário possível, de forma a oferecer um ambiente tributário favorável às *startups*, sem comprometer as receitas fiscais.

Finalmente, a segurança jurídica é um ponto crucial. Investir em *startups* envolve risco, e é essencial que os investidores tenham confiança de que a legislação protegerá seus interesses.

A realização de uma audiência pública para revisitar o marco legal das *startups* permitirá a reunião destes e outros temas, confiante para a construção de um ambiente regulatório cada vez mais favorável ao empreendedorismo e à inovação.

Sem dúvida, esse marco já foi um ganho muito grande para as *startups*, mas, como é dito aqui, ele precisa ser revisado de tempos em tempos. É preciso observar que nós temos chegando à frente, vamos dizer assim, a reforma tributária, que também vai ter uma coligação muito grande com isso. E essa discussão inicial aqui nos dá subsídios para que as nossas *startups* cresçam saudáveis, lembrando que as *startups* sempre têm esse problema, como foi citado, problema de financiamento.

No ministério, nós procuramos sempre apoiar as *startups* através de editais da Finep, que é um órgão de fomento, exatamente criado para isso, mas é preciso dar continuidade dentro, vamos dizer assim, do nível de maturidade das tecnologias desenvolvidas nessas empresas. E, para isso, a participação da ABDI, do próprio BNDES e da Embrapii também é importante nesse contínuo de financiamento dessas tecnologias para evitar, como dissemos aqui, que a empresa cresça, tenha uma boa tecnologia de início e depois não consiga prosseguir nos negócios. Então, tem aquele vale da morte em que elas acabam ficando. É preciso ajudá-las a criarem essa ponte para passarem esse vale da morte e termos esse marco bem desenvolvido. E eu tenho certeza de que essas discussões vão ajudar bastante.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Obrigado, Senador Marcos Pontes.

Lido o requerimento, consulto se há quem queira usar a palavra para encaminhar a votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira usar a palavra, vamos à votação do requerimento.

Em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CA0704C10055B349.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado, com a inclusão do representante da Confederação Nacional da Indústria, conforme solicitação do Senador Astronauta Marcos Pontes.

Encerrados os itens da nossa pauta de hoje, e nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Agradeço a todos.

Até a próxima quarta-feira.

(*Iniciada às 11 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 31 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CA0704C10055B349.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e onze minutos do dia vinte e um de junho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Rodrigo Cunha, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Fernando Dueire, Carlos Viana, Izalci Lucas, Alan Rick, Jussara Lima, Teresa Leitão, Augusta Brito, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Wellington Fagundes, Zenaide Maia, Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, Oriovisto Guimarães, Eduardo Braga, Nelsinho Trad, Paulo Paim e Flávio Arns. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Beto Faro, Chico Rodrigues, Carlos Portinho, Dr. Hiran e Damares Alves. Deixa de comparecer o Senador Astronauta Marcos Pontes, conforme REQ 313/2023-CDir. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. Passa-se à Audiência Pública Interativa destinada a debater a adoção e incentivo à eletromobilidade no Brasil, atendendo ao Requerimento nº 5, de 2023-CCT, e ao Requerimento nº 17/2023 - CCT, de autoria Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO/AL). **Participantes:** Uallace Moreira Lima, Secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), representante do Ministro Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho; Odd Magne Ruud, Embaixador da Noruega no Brasil; Tiago Chagas Faierstein, Gerente de Novos Negócios da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI); Ricardo Guggisberg, Presidente do Instituto Brasileiro de Mobilidade Sustentável (IBMS); Ricardo Bastos, Presidente da Associação Brasileira de Veículos Elétricos (ABVE); André Fortes Chaves, Presidente do Laboratório de Eletromobilidade (Lemob); Igor Nogueira Calvet, Presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI); e Adalberto Maluf, Secretário Nacional de Meio Ambiente e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). Os Senadores Izalci Lucas e Styvenson Valentim fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Rodrigo Cunha
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/114402

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - AL. Fala da Presidência.) – Bom dia, senhoras e senhores! Bom dia a todos que nos acompanham presencialmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CA0704C10055B349.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

e também a todos que estão nos acompanhando através da TV Senado e da Rádio Senado neste momento importante!

Declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática – e comunicação – do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião ocorre de modo semipresencial e se destina à realização de audiência pública com o objetivo de debater a adoção e o incentivo à eletromobilidade no Brasil, em cumprimento aos Requerimentos nºs 5 e 17, de 2023, da CCT, de minha autoria.

É interessante mencionar que o público também já está participando. Como abrimos antes o espaço, já chegaram perguntas. E aqui eu reforço que, através da plataforma e-Cidadania, é possível fazer perguntas direcionadas ao tema específico.

E aqui eu tenho a alegria de, mais uma vez, sentar nesta Comissão para tratar de um tema de extrema importância. Em um primeiro momento, falamos sobre a parte mais teórica, a parte mais acadêmica, sobre a eletromobilidade em geral no mundo inteiro, e agora, neste momento, o nosso foco é olhar de fato para o Brasil. Nesse novo momento que vivemos, qual é a prioridade da política pública de incentivo e estímulo à eletromobilidade em nosso país? Então, isso passa por incentivos para atrair montadoras, fábricas de carros elétricos; passa também pelos tributos – e nós estamos em uma fase já avançada de uma discussão sobre a reforma tributária –; passa também pelo estímulo para o consumidor final ter um carro com duração interessante de trajeto, um carro que consiga também ter vários locais onde se possa reabastecer, recarregar na verdade; como também passa pelo interesse das empresas para se implantarem aqui, desde os eletropostos a, realmente, como eu falei, fabricantes, montadoras e também concessionárias. Então, vamos falar sobre esse tema.

Em um outro momento, nós destacamos algo que particularmente me chama muita atenção, que são os carros ultracompactos. Acho que são uma tendência também no mundo inteiro não só pelo valor, mas também pela mobilidade em si e pela segurança que podem dar aos seus passageiros. Neste momento, nós contamos aqui com grandes especialistas para falar desse tema, de um tema que é crucial para o nosso futuro, em que o Brasil não pode ficar atrás dos países desenvolvidos, dos países que já estão capitaneando essa nova tecnologia de uma maneira já prioritária.

Quando observamos que existem países em que o Governo dá um estímulo para quem compra um carro elétrico e que a gente no Brasil ainda gasta, se não 100% do tempo, 99% do tempo pensando em como fazer para baixar o preço da gasolina, que é um combustível fóssil, esquecemos ou paralisamos um outro olhar que é como evitar utilizar um combustível fóssil. E é por isso que eu fiz uma visita recente ao nosso Vice-Presidente Geraldo Alckmin, que é Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, e que tem, sim, como prioridade todo um processo de descarbonização, todo um processo de modernização dos automóveis no país, e que vê com bons olhos o tema da eletromobilidade, ele está acompanhando pessoalmente a atração de montadoras para o nosso país, o que passa por toda uma infraestrutura. Então, os assuntos que forem debatidos aqui serão compilados, teremos a nossa ata, teremos um passo a passo a ser seguido.

Então, além do momento aqui de integração, é um momento de buscar experiências. Estamos trazendo aqui uma grande referência no mundo inteiro sobre o sucesso, o incentivo e o foco importante de uma política pública voltada para esse tema da eletromobilidade, que é a presença aqui do Embaixador da Noruega, o Sr. Odd Magne Ruud, que está aqui presente.

Vamos dar início a este momento, que é o momento de uma apresentação; uma apresentação de que vamos delimitar o tempo a princípio em 15 minutos, 15 minutos para fazer uma apresentação, dando a possibilidade de fazer perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CA0704C10055B349.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu irei convidar, em dois blocos, três convidados para fazer parte aqui da mesa, para que possam também expor a sua linha de atuação.

Então, aqui é um momento que não é para ser extremamente protocolar, é um momento que é para ser uma grande reunião de trabalho, sim, de algo que está sendo iniciado hoje, e que vai ter sequência nos próximos meses, nos próximos anos.

Aqui eu conto com a presença também de um Senador extremamente atuante na linha da ciência e da tecnologia no Congresso Nacional, o Senador Izalci Lucas, que está aqui presente, sempre atento a todos os temas que trazem inovação, porque sabe que é uma maneira de o Parlamentar contribuir para o futuro, legislar, e é o que nós vamos buscar também.

Sobre tecnologia não é fácil, porque você está falando sobre o futuro hoje, e ninguém sabe como será o futuro, então, às vezes uma peça que você mexe pode dar um destino diferenciado. Então, temos muito cuidado ao legislar para não engessar a atração de investimentos, a atração de desenvolvimento para o nosso país, mas, ao mesmo tempo, é necessário legislar para dar segurança jurídica para os senhores que daqui fazem parte.

Então, sendo assim, eu já gostaria de fazer o convite, para compor esse primeiro bloco, ao Sr. Uallace Moreira Lima, que é Secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do Mdic, quero convidar também o Embaixador Odd Magne Ruud, que é Embaixador da Noruega, e o Sr. Ricardo Guggisberg, Presidente do Instituto Brasileiro de Mobilidade Sustentável. (*Pausa.*)

Então, vamos iniciar, neste momento, com o Dr. Uallace, já lhe agradecendo pela presença, mencionei aqui a visita recente ao Presidente Geraldo Alckmin, que é um entusiasta da inovação e que sabe que esta Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação estará com um plano de trabalho focado também em fazer com que a eletromobilidade no Brasil seja uma política pública de resultados.

Então, o Dr. Uallace, que é Secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços, está aqui à disposição para fazer o uso da palavra por 15 minutos.

O SR. UALLACE MOREIRA LIMA (Para expor.) – Primeiro eu queria dizer bom dia, agradecer ao convite, em nome do Vice-Presidente e Ministro, Geraldo Alckmin. Queria agradecer aqui na pessoa do Senador Rodrigo Cunha e parabenizá-lo por este momento.

Acho que é uma temática de extrema relevância, que exerce um papel extremamente estratégico naquilo que o Vice-Presidente e Ministro, Geraldo Alckmin, vem liderando no Governo, que é a pauta de neoindustrialização.

Uma das principais pautas que está sendo discutida em todos os ministérios é um projeto, uma elaboração, uma construção de um projeto de neoindustrialização focado principalmente em dois eixos: a transformação digital e a sustentabilidade.

Portanto, essa temática da transição energética, da eletromobilidade exerce um papel extremamente fundamental para o Mdic por duas questões básicas, porque nós estamos falando, dialogando sobre fronteira tecnológica e, simultaneamente, sobre descarbonização.

Então são duas pautas extremamente relevantes, porque ela tangencia, essa pauta de eletromobilidade, dois elementos que se tornam eixos do processo de desenvolvimento econômico brasileiro. Na verdade, neste Governo, no Mdic, nós avaliamos que a política tecnológica, a política industrial, a política de inovação vinculadas a uma lógica de sustentabilidade exercem um papel estratégico como elemento do Brasil superar a armadilha da renda média.

Poucos países, no período recente, tiveram a oportunidade de alcançar um nível de renda mais elevada no mundo e superar aquilo que nós estamos, no Brasil, por muito tempo tentando superar, que é a condição de um país de renda média.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CA0704C10055B349.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil, em um determinado momento, travou na renda média, não consegue superar a renda média, e, na verdade, também nós não conseguimos ter um crescimento econômico sustentável, em que a indústria, em que a inovação tenha um papel de proeminência, ou eles tenham um papel de proeminência.

E, portanto, agora é um momento extremamente estratégico, em que se abrem janelas de oportunidade para que o Brasil possa otimizar, para que o Brasil possa usar estrategicamente essa janela de oportunidade, para que nós possamos implementar uma política industrial, de inovação, numa perspectiva particularmente no setor da eletromobilidade, que coloque, como essencial, como fundamental, as tecnologias que já são desenvolvidas no Brasil e aquelas que nós queremos desenvolver no Brasil. Isso é extremamente importante, isso é extremamente estratégico para o Governo brasileiro.

Nesse sentido, no Mdic particularmente, todos aqui que tratam da temática sabem que nós temos um programa que é extremamente estratégico para o processo de eletromobilidade, que é o Rota 2030. O Rota 2030 é um programa destinado especificamente para o setor automotivo, que entra na segunda fase. Ele começou a ser implementado em 2018. Ele entra agora na segunda fase, possivelmente em agosto. Nós estamos trabalhando para que a partir de agosto seja implementada a segunda fase do Rota 2030, que tem como principal elemento o processo de descarbonização.

E nesse sentido, eu acho que é muito importante a gente deixar claro que o Mdic não tem uma prioridade de rota tecnológica estabelecida. Por que é que isso é importante deixar claro? Nós não fechamos a porta no Mdic, no Governo, para dizer que nós adotaremos apenas uma única rota tecnológica de descarbonização. O nosso objetivo é promover e acelerar o processo de descarbonização e colocar o Brasil e manter o Brasil, na verdade, na fronteira de um país com uma base ou uma matriz energética e matriz elétrica sustentável.

E aí eu acho esse elemento extremamente interessante, porque quando a gente discute a descarbonização, quando a gente discute a sustentabilidade, indubitavelmente o Brasil está numa condição favorável comparado com o mundo. Porque nós temos uma matriz energética limpa, predominantemente limpa, e uma matriz elétrica também predominantemente limpa. Nós temos tecnologias, no Brasil, que alguns técnicos apontam que emitem o mesmo nível de CO_2, por exemplo, que o carro elétrico.

Só que, veja, isso não significa dizer que nós vamos e devemos nos fechar a uma única rota tecnológica. Por que isso? Porque nós estamos dialogando, para além da descarbonização, a questão do *catch-up* tecnológico, a estratégia de *catch-up* tecnológico. E todas as possibilidades de rotas tecnológicas disponíveis e sendo discutidas e implementadas pelo mundo, nós também queremos implementá-las, nós também queremos experimentá-las. Isso é de extrema importância.

Portanto, se nós temos o carro híbrido, se nós temos o carro a etanol, se nós temos o carro elétrico, a grande questão é: como implementar, acelerar o uso de todas essas rotas tecnológicas, principalmente pensando numa estratégia de adensamento de cadeia produtiva.

Se o objetivo da neoindustrialização é fazer com que a indústria brasileira avance na fronteira tecnológica, esse é um momento extremamente estratégico porque se abrem essas janelas de oportunidade.

A própria Unctad, eu sempre digo isso em todos os eventos, todos os debates de que eu participo, reconhece que o mundo hoje passa por profundas transformações em que se abrem três grandes megatendências de transformação no mundo. E uma dessas megatendências de transformação é justamente a sustentabilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CA0704C10055B349.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E, nesse quesito, o Brasil tem um potencial competitivo muito grande. No debate, quando a gente fala sobre políticas públicas, um dos elementos estratégicos que nós usamos sempre é identificar quais são as vantagens competitivas que nós temos, ou melhor, quais são as capacidades internas construídas e quais as que nós queremos construir. E capacidades e vantagens nós não herdamos, nós construímos. E esse é o papel estratégico que a política exerce: construir vantagens competitivas, construir vantagens comparativas, construir capacidades internas que nos possibilitem internalizar a tecnologia e desenvolver tecnologia. Se, neste momento, nós temos limites em relação, por exemplo, ao carro elétrico, isso não significa dizer que nós não devemos adotar a tecnologia do carro elétrico para promover um processo de descarbonização. Não é só por isso, mas para entender toda a cadeia produtiva e todas as tecnologias críticas que ele desenvolve. Porque, quando nós falamos da eletromobilidade, nós estamos falando de uma tecnologia de alta e média complexidade tecnológica com potencial de geração de emprego de alta qualificação e alta renda.

É isso o que o projeto de neoindustrialização, defendido pelo Vice-Presidente e Ministro, Geraldo Alckmin, dentro do Governo Lula, tem como objetivo. O nosso papel fundamental é usar esse instrumento como estratégia do desenvolvimento econômico brasileiro.

A minha grande dúvida – e essa é uma outra grande questão e era sobre isso, hoje, que eu dialogava com o pessoal da ABVE, no Mdic – é entender quais rotas tecnológicas também nos possibilitam ter uma maior inserção internacional. Esse é um grande desafio. Geralmente, muitos setores manufatureiros dependem fundamentalmente do mercado interno. Nós não queremos ficar mais presos ao mercado interno, nós queremos promover e desenvolver rotas tecnológicas que nos possibilitem ter uma maior inserção internacional com o objetivo de melhorar a qualidade da pauta exportadora brasileira. Se nós pegarmos nossa pauta exportadora hoje, aproximadamente 80% é concentrada em produtos que não têm nem classificação de baixa, média intensidade tecnológica. O Brasil precisa melhorar essa pauta exportadora. O Brasil precisa diversificar o destino das suas exportações para diversos mercados.

O setor de eletromobilidade é um setor que pode corroborar muito para que o Brasil possa se inserir no comércio internacional de forma mais qualitativa, exportando produtos de alta complexidade tecnológica. Esse é um setor extremamente estratégico e com o qual nós contamos muito. E aí vem um outro grande desafio: entender a tacitude do tipo de tecnologia com que nós estamos dialogando. Em que sentido? Quando nós elaboramos políticas públicas e visualizamos cadeias produtivas e tecnologias disponíveis, eu preciso entender quem são os atores que dominam essas tecnologias, quais são as possibilidades de acesso a essa tecnologia e quais são as possibilidades de se internalizar essa tecnologia dentro da possibilidade de capacidades internas construídas. Isso é fundamental. O que significa dizer que eu preciso fazer alianças tecnológicas estratégicas com países que dominam essas tecnologias, com países que têm interesse de explorar nosso mercado interno, mas, ao mesmo tempo, de nos transferir tecnologia, para que nós não fiquemos apenas dependentes dessas tecnologias. Nós queremos internalizar a tecnologia, fortalecer a cadeia produtiva e colaborar com os grandes *players* internacionais que dominam essas tecnologias.

E, falando aqui, especificamente, do carro elétrico. Quando a gente fala do carro a etanol, do carro híbrido, o Brasil já vem desenvolvendo isso, mas, repito, no Rota 2030, que vai entrar nessa segunda fase agora em agosto, nós não queremos ficar presos a nenhuma rota tecnológica. Nós queremos desenvolver todas as rotas tecnológicas e, portanto, conhecer quais são as barreiras à entrada de determinados tipos de tecnologia. Entender como essas tecnologias funcionam ou o acesso ao conhecimento tecnológico é fundamental. Todos os países que tiveram experiências de *catch-up*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CA0704C10055B349.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tecnológico fizeram parcerias estratégicas ou com investimento estrangeiro direto ou com parcerias tecnológicas via compras públicas para transferência de tecnologia.

E aí um outro grande desafio, Senador, é a reforma tributária. Para que a gente possa tratar de uma política industrial hoje, a reforma tributária exerce um papel essencial, fundamental, porque, no princípio, a unificação de tributos pode possibilitar um ganho de competitividade e produtividade para a economia brasileira, com vistas à desburocratização, fundamental, mas, ao mesmo tempo, uma clareza maior de quais instrumentos estarão disponíveis para que o Governo possa dialogar com os setores produtivos e pensar sobre qual a melhor política pública para a gente fomentar a internalização de determinados tipos de tecnologia.

Então, veja, para que a gente possa ter êxito nisso, nós, agora, nesta semana, na terça-feira, anunciamos os nomes das entidades que representam a sociedade civil que vão compor o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI). O CNDI funcionou no primeiro Governo Lula, foi criado. Ele tinha sido paralisado. Nós retomamos agora o CNDI. O Vice-Presidente e Ministro, Geraldo Alckmin, retomou o CNDI. Nós temos 21 ministérios que compõem o CNDI mais o BNDES e, agora, foram convidados para compor o CNDI 21 representantes da sociedade civil e mais 16, também, pessoas que são convidadas para dialogar no CNDI. Por que isso? Porque política pública não se faz dentro de quatro paredes apenas. Política pública se faz com diálogo com a sociedade. E, numa perspectiva de se pensar numa melhor política pública com vistas à descarbonização, que é uma das missões sobre que nós estamos dialogando, é fundamental ouvir todos os 21 ministérios e o BNDES, que exercem papel importante no processo de transição energética, como também é importante ouvir a sociedade civil.

Eu costumo dizer que política industrial, que política de inovação não tem a indústria como finalidade em si, mas ela tem a sociedade. Em que sentido nós temos como finalidade a sociedade? É pensar no emprego que nós estamos gerando, que tipo de emprego nós estamos gerando e como nós estamos contribuindo com a política industrial para melhorar a condição de vida da nossa sociedade. Política industrial, no seu objetivo final, é olhar para a sociedade e pensar como nós podemos contribuir para que a sociedade tenha melhores condições de vida.

Então, a eletromobilidade se exerce tanto numa perspectiva de descarbonização, quanto numa perspectiva de geração de emprego, de formação de alta qualificação e alta renda, o que significa dizer que ela é extremamente estrutural. Por que estrutural? Porque eu preciso pensar em várias dimensões. Por exemplo, quando a gente pensa em explorar todas as rotas tecnológicas, eu preciso entender qual é a fragilidade no meu Sistema Nacional de Inovação para direcionar um processo de aprimoramento desse Sistema Nacional de Inovação, ou seja, quais são os instrumentos que o Governo tem disponíveis, quais são os limites dos atores que vão implementar essa política, que são as grandes empresas, nacionais e estrangeiras, e pensar como os institutos de pesquisa tecnológica e universidades podem corroborar para que a gente forme mão de obra qualificada para atender à demanda das grandes empresas que irão implementar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. UALLACE MOREIRA LIMA – ... essa transformação tecnológica.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - AL) – Agradeço ao Dr. Uallace pela apresentação e já deixo avisado que, quando a campainha toca, é para dizer que o expositor ainda tem um minuto para terminar, mas foi bem pontual e demonstrou o que eu espero realmente que o Governo faça, ou seja, que ele não faça uma política dentro de quatro paredes, e, sim,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CA0704C10055B349.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

sentindo a sociedade, sentindo todos aqueles que podem interferir de maneira positiva para o mesmo objetivo. Então, a política pública voltada para a eletromobilidade, hoje, eu percebo, é algo a ser alcançado sim; não é o único foco, mas é algo para ser destrinchado passo a passo.

E a preocupação surge porque passamos, em outras épocas, por situações parecidas, quando o país tentou estimular alguns tipos de desenvolvimento. Vou falar de um mais recente, que foi quando algumas montadoras chegaram a ter os seus carros sendo fabricados naquele momento, zero quilômetro, com um componente de gás para ser utilizado para o automóvel se transportar. E, como esse gás acabou por não ser uma política pública predominante, aquelas pessoas que compraram aqueles automóveis, que foram estimuladas a comprá-los ficaram com o abacaxi – como a gente fala – nas mãos, então, uma desvalorização muito grande.

Quando a gente fala sobre eletromobilidade, o mundo inteiro está na mesma linha. É algo que é muito diferente. Mas, ainda hoje, conversando com as pessoas, é algo que, para alguns, é inatingível porque têm a imagem de que é algo muito caro e de que vai ser sempre assim, que vai ser difícil repassar para frente, que a manutenção é cara. E a gente sabe que tem menos peças, ou seja, é toda uma desmistificação que deve ser feita, e o Governo pode interferir muito nesse papel.

Um estímulo, como o que foi feito neste mês – quando, inclusive, o Vice-Presidente Alckmin foi um dos atores principais –, que conseguiu dar um desconto para o carro zero quilômetro, fez com que se aquecessem as vendas, ou seja, muita gente foi comprar. Então, a política pública voltada para uma linha de futuro, com certeza, a população abraça, mas é necessário ter todo esse passo a passo.

Dou um outro exemplo: estava conversando com um grande empresário que tem uma rede de recargas fora do Brasil e que deve estar se instalando aqui em Brasília, já caminhou bastante e deve estar instalando os seus primeiros eletropostos aqui em Brasília. Olha só a insegurança se, daqui a um ano, for dado um incentivo para atrair empresas do mesmo ramo que o dele, com o investimento que ele já está fazendo agora... Então, por isso que é importante também legislar. Por isso que também todos que estão aqui, participando ativamente ou acompanhando, sabem que o Brasil está voltado agora para fazer uma reforma tributária. É um tema que é de interesse dos senhores, e é esta Casa aqui que decide. Então, nós vamos atuar nessa linha.

O Senador Izalci, que é daqui do Distrito Federal, e que é, como falei, uma grande referência nessa área de ciência e tecnologia, contribui bastante na parte legislativa. Nós podemos abraçar as causas, por isso estamos em busca daquilo que já dá certo em outros países, e agradeço a presença do Dr. Uallace.

Vou passar aqui, na sequência, a ouvir outras explanações e convido o Embaixador Odd Magne Ruud, que é da Embaixada Real da Noruega aqui em Brasília. E a Noruega, desde sempre, foi a maior referência, pois saiu na frente, na vanguarda, no que se refere aos carros elétricos.

Estava olhando os números aqui: em 2020, 54% da frota já era de veículos elétricos, e a tendência é que em 2025, 100% da frota sejam de veículos elétricos. Então, foram vários os benefícios dados, desde incentivos fiscais, retirada da taxa de rodovias, prioridade nos estacionamentos, enfim, foi um processo positivo que deu certo. Então, por isso, nós temos aqui a oportunidade de ouvir sobre um local em que é uma realidade e que 2025 – já é logo ali – teremos, pelo menos essa é a expectativa, toda a sua frota voltada para a área de tecnologia.

Então, embaixador, V. Exa. está com a palavra para falar um pouco dessa experiência.

O SR. ODD MAGNE RUUD (Para expor.) – Muito obrigado.

Bom dia, senhoras e senhores. Em primeiro lugar, quero agradecer ao Senador Rodrigo Cunha por me convidar para participar desta audiência e falar de um tema que muito me interessa: a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CA0704C10055B349.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

eletrificação é uma das nossas melhores ferramentas para reduzir emissões e mitigar as mudanças climáticas. Usando a eletricidade para alimentar nossos transportes e indústrias, poderemos diminuir globalmente as emissões de carbono.

Na Noruega e no Brasil, atualmente, quase toda a eletricidade consumida vem de fontes hídricas e outras fontes renováveis – 95% da Noruega. Por isso, o trajeto para a eletromobilidade é simplesmente lógico. Lembre-se de que a Noruega não é um país pequeno. Nós temos o segundo maior litoral do mundo. A população não é grande, mas nós temos – depois do Canadá, a Noruega é o segundo – longas distâncias como o seu país.

A Noruega liderará o mundo nos veículos elétricos, como o Senador disse. Em 2017, o Parlamento norueguês estabeleceu uma meta nacional em que todos os novos veículos vendidos a partir de 2025 devem ser de emissão zero. E com isso, tivemos um forte crescimento nas vendas de veículos elétricos: em 2015, eram 7%; em 2018, foram 25%; em 2022, 80% de todos os veículos novos vendidos foram elétricos. Nenhum outro país do mundo tem mais veículos elétricos *per capita* do que a Noruega.

Nossa história de sucesso de transitar para uma frota elétrica deve-se, em primeiro lugar, a um pacote substancial de incentivos políticos e econômicos, gradualmente inseridos por diferentes governos e amplas coalizes de partidos, como a eliminação de IPVA e todas as outras taxas e impostos, tornou-se vantajoso comprar carros elétricos na Noruega.

Além disso, dessas reduções de taxas, no início os carros elétricos carregavam grandes carregadores fornecidos pelo Estado, pagavam menos ou nada de pedágio, ou tinham preços mais baratos em balsas e tinham acesso exclusivo em faixas nas estradas. O Governo também subsidiou a infraestrutura de carregadores, como nessa foto. Alguns desses incentivos agora estão reduzidos porque estamos no caminho certo para fazer a transição.

O objetivo geral da Noruega tem sido, e ainda é, garantir que a escolha de um veículo elétrico seja uma escolha atraente e economicamente viável para o consumidor. Uma pré-condição é que o desenvolvimento tecnológico torne a tecnologia de emissão zero nos transportes competitiva como a tecnologia fóssil.

Uma pequena anedota: em 1999, uma fábrica de carros elétricos foi inaugurada na Noruega, a Think – este carro –, mas o carro não era suficientemente atraente e muito caro para se produzir na Noruega. A fábrica fechou em 2011, mas a curiosidade foi que o Elon Musk – conhecem Elon Musk? (*Risos.*) ... percebeu que algo estava acontecendo na Noruega em relação a incentivos para carros elétricos. Ele enviou o seu Tesla Roadster para a Noruega. Foi um grande sucesso porque ele conseguiu vender o Tesla lá em grande escala. Então, de certa forma, podemos dizer que a Tesla e o Elon Musk começaram o seu sucesso com carros elétricos na Noruega. Com isso o carro mais vendido na Noruega, agora, em 2023, é o Tesla, Tesla 3.

Agora, estamos também vendo essa transição em veículos mais pesados. O setor de transporte é responsável por cerca de 1/3 das emissões de gases de efeito estufa na Noruega, semelhante ao Brasil aqui.

Um novo estudo na Suécia descobriu – a Volvo também na Suécia é chinesa – que um caminhão elétrico pesado tem até 85% menos emissões durante a vida útil e também pode ser mais barato dirigir do que um caminhão a diesel. É importante no Mato Grosso, por exemplo. (*Risos.*)

As empresas de eletromobilidade na Noruega também têm sido fortemente incentivadas a buscar a transição energética de suas frotas. A empresa de transporte público de Oslo, chamada Ruter, definiu que em 2028 toda a frota de ônibus e balsas será alimentada por combustíveis livres de fósseis. A empresa trabalha para atingir esse objetivo de forma gradual, por meio de seus novos contratos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CA0704C10055B349.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

concessão e sem onerar ainda mais seus usuários. Até agora, neste ano, 90% dos novos ônibus urbanos são elétricos, e 3,4% são movidos a biogás.

Nesses anos de experiência, constatamos que a velocidade de transição está estreitamente relacionada com os instrumentos políticos e com uma vasta gama de incentivos. Nos estágios iniciais de maturidade do mercado, era particularmente importante que os incentivos fossem previsíveis e de longo e médio prazos.

Como temos ilhas e fiordes ao longo do nosso litoral, o mercado norueguês de balsas é também muito importante. Diante disso, nos últimos anos, a Noruega estabeleceu requisitos para a tecnologia de baixa a zero emissão para as balsas. O objetivo do Governo é que o tráfego de balsas e barcos expressos seja livre de emissões até 2025.

Além de balsas elétricas e barcos expressos, a Noruega desenvolveu balsas elétricas a hidrogênio. Essa balsa – a MF Hydra –, funciona 100% com hidrogênio – é a primeira no mundo – e comporta 300 passageiros e 80 carros. Começou a operação em março deste ano. É a primeira balsa 100% a hidrogênio.

Senhoras e senhores, voltando ao Brasil, referindo-me a uma entrevista no Jornal *Valor,* desta semana, em que o Ministro do Meio Ambiente da Noruega disse que o futuro dos transportes não está num motor de combustão interna e que, se você acredita que o futuro está no carro fóssil, você está errado. Depois afirmou o ministro que seria muito inteligente um país em desenvolvimento com base industrial sólida fabricar carros elétricos de baixo custo e facilmente acessíveis. Em seguida, construir a infraestrutura elétrica e assim por diante. Ele disse ter que fazer isso logo ou você estará fora da concorrência de produtos chineses, europeus, americanos e indianos, que agora estão realmente se movendo na direção renovável.

Então, seria possível incentivar uma produção de um carro popular elétrico aqui no Brasil, Senador? (*Risos.*)

Seria possível incentivar os representantes do Congresso e dos ministérios para que mudassem para carros elétricos? Você tem um orçamento especial para transportes, sim? Seria possível imaginar um projeto-piloto aqui em Brasília – Brasília parece uma ilha no meio do Cerrado: as distâncias são curtas, poucas pessoas dirigem mais do que cem quilômetros por dia e a proximidade entre prédios, casas e locais de trabalho permitiria estabelecer uma estrutura eficaz para carregar na rua e em casa. Poderíamos juntos instalar algumas estações de carregamento ao longo da Esplanada, por exemplo.

Eu cheguei a Brasília em setembro de 2021. A primeira coisa que eu fiz foi encomendar um novo carro elétrico para a embaixada. Tem uma foto. (*Pausa.*)

O.k.

Mas levou...

O último.

Obrigado.

Sim, mas levou um ano para trazer o carro para o Brasil e quatro meses para obter as placas de identificação. Isso pode ser um obstáculo para as pessoas que optam por veículos elétricos. Você precisa tornar isso mais fácil para os nossos clientes.

Para terminar, quero reiterar a importância de regulação e incentivos. Por exemplo, isentar o IPVA e os impostos federais dos carros elétricos. Isso, eu acho que é necessário, para incentivar essa mudança.

O Brasil e a Noruega possuem um grande potencial para cooperarem na área de mobilidade elétrica, pois compartilham, como vantagem, uma matriz elétrica limpa e renovável, condições ambientais e uma população interessada na mudança energética.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CA0704C10055B349.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Estamos sempre disponíveis para sugerir um programa de visita à Noruega, caso haja interesse, com o objetivo de conhecerem, a começar por empresas e instituições norueguesas envolvidas em nosso exitoso modelo de eletrificação.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - AL) – Eu agradeço ao nosso Embaixador Odd Magne Ruud, que demonstrou aqui, com muita naturalidade, algo que já é realidade em seu país, como também demonstrou a dificuldade, quando quis trazer um automóvel para o país, para o nosso país aqui, para o Brasil.

É uma experiência que eu também acompanho em outros países, inclusive pessoalmente. Fui à China, recentemente, e lá, acho que mais de um quarto dos automóveis – e olha que estamos falando do país que, até o mês passado, era o mais populoso do mundo – já é elétrico. Há um estímulo muito grande para que os ônibus e toda a frota de automóveis, de caminhões, de transporte, também sejam direcionados para isso.

Outros locais, em São Francisco, a gente já percebeu, acredito, que mais de 50% dos carros também são elétricos, e ali já há um *link* direto com a tecnologia, inclusive com carros autônomos, circulando para um lado e para o outro. Ou seja, é um futuro que é muito presente em outros países e que está ainda distante do Brasil.

Então, essa é a nossa preocupação. Eu fiquei mais preocupado ainda, por isso a importância de dialogar com o Governo e entender se é prioridade ou não, porque aqui a gente vive um mundo real. Não é um mundo de faz de conta. E quando eu percebo... porque eu converso com algumas pessoas que dizem que o Brasil jamais, ou pelo menos, não a curto prazo, vai investir em alguma outra política que faça com que os estados arrecadem menos ICMS, como através do combustível, porque o combustível gasolina é um dos maiores componentes do ICMS nos estados, de repasse de recursos para a manutenção de uma máquina pública. Então, teria *lobby* muito forte para fazer com que essas tecnologias, como essa substituição dos combustíveis fósseis, não se tornassem uma realidade.

Poxa, será que nós vamos ficar aqui, puxando para um lado e para o outro, e não andar para frente? Então, o mundo real... qual é o mundo real? Até para que a gente possa, Senador Izalci, trabalhar aqui com transparência e entendamos o que é prioridade para o país. Se esse fator de substituir a gasolina, o diesel, não for algo, mesmo que seja a longo alcance, para o país, nós estaremos aqui andando em círculos. Mas, felizmente, não é essa condução.

Tanto que eu espero... E vejo que os passos dados principalmente – e me remeto mais uma vez – pelo Vice-Presidente Geraldo Alckmin, que segue uma diretriz do Governo Federal e, portanto, tem uma autorização para isso e tem um caminho desenhado, são no sentido de que o Brasil não fique para trás, com um olhar míope de quem pensa que o momento é mais importante do que o futuro, fazendo com que se deixe de atrair investimentos. Então, além disso, nós sabemos que a atração de empresas se dá pela segurança jurídica, e a busca dessas experiências, como foi bem falado aqui pelo Embaixador Real da Noruega, que mencionou o estímulo do Governo tanto na parte de infraestrutura como na parte de incentivos fiscais, dos impostos, desde o IPVA, o Imposto Único, que é cobrado também, ao estacionamento, é algo a ser adotado pelo país. Então, estamos vivendo nesse momento essa situação.

Vou trazer só mais um exemplo de algo que nós já presenciamos. Falo aqui do GNV, que é o gás veicular, mas vou falar sobre outro assunto de que Brasília mesmo foi exemplo, Senador Izalci. Dois, três anos atrás, a gente andava pelo parque da cidade e via muitas bicicletas, patinetes sendo alugados, muita gente comprando, no país inteiro isso se repetindo, e a cidade já estava querendo cobrar habilitação para se ter isso. Em algumas cidades, você não podia andar na calçada; em outras, você tinha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CA0704C10055B349.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que andar com capacete. A gente não tinha uma normatização sobre esse assunto. No Rio de Janeiro, no calçadão, na orla de Ipanema, podia-se andar, num dia; no outro dia, não se podia andar... Pode-se alugar? É permitido? Qual é a potência? Então, nós tivemos nessa semana, inclusive, o Conatran fazendo uma legislação sobre esse ponto, que é um caminho a ser dado, mas essa insegurança fez com que muitas empresas que investiram nisso deixassem de investir. Muitas *startups* que surgiram e iam ganhar bastante dinheiro levaram prejuízo. Então, é necessário que esses assuntos, como falou bem aqui o Dr. Uallace, saiam das quatro paredes.

Agradeço demais ao Embaixador.

Nós temos ainda uma última apresentação nesse bloco para abrir também ao Senador Izalci, se ele quiser se posicionar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Eu queria fazer isso rapidamente, Presidente, porque tenho um compromisso exatamente sobre a reforma tributária, lá na Frente de Comércio e Serviços.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - AL) – Então, com a palavra, Senador Izalci, quebrando um pouco o protocolo aqui para aproveitar a presença.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Pela ordem.) – Primeiro, quero parabenizar V. Exa. pela iniciativa desse debate tão importante. A gente que luta há anos... Eu entrei na política pela educação, ciência e tecnologia. Fui Presidente da Frente Parlamentar desde quando fui Deputado. Hoje mesmo, aprovamos na CAE, aqui, pela primeira vez, a retirada do arcabouço do Fundo da Ciência e Tecnologia, o que foi uma luta de anos e anos.

É evidente que falta ao Brasil política pública de Estado. A gente tem política pública de governo. Então, cada governo que entra faz questão de acabar com tudo e começar tudo de novo. E na área de ciência e tecnologia – eu fui duas vezes Secretário de Ciência e Tecnologia, em 2004, 2007 – a gente sempre lutou muito para que houvesse transferência de tecnologia. Infelizmente, no Brasil, a gente tem muita, em função talvez do custo Brasil – vamos discutir isso... Acho que a reforma tributária é especificamente para a indústria, mas vamos ter que buscar uma solução, porque o setor de serviços não pode pagar, ter aumentos de 200%, 300%, como a gente está discutindo hoje. O mais importante... E a guerra fiscal sempre tomou conta do país, e hoje a gente tem um custo imenso. Já, já nós estamos aí recebendo produtos da China a um custo mínimo. Por quê? Pela questão do custo Brasil.

Nós estamos falando de reforma tributária sem falar do custo previdenciário. O maior custo Brasil hoje é a previdência, e não se está tratando disso.

Então, eu vejo assim: a gente precisa ter uma política pública, a gente tem que pensar no futuro – e eu participei recentemente como Presidente da Comissão Senado do Futuro.

A Finlândia teve um encontro recente. Hoje, o Executivo é obrigado a dizer quanto é que o Estado está investindo no futuro– dez, vinte anos. Aqui você não sabe.

Nós tivemos – você falou em burocracia –, da Constituição para cá, 176,4 mil normas no Brasil, quase 20 por dia, em média, dia útil. Então, é muita burocracia, realmente.

Agora, eu acredito. A gente vai patinando, patinando, e espero que um dia... Eu lutei muito pelos parques tecnológicos, mas estamos avançando muito devagar. De fato, se a gente não acelerar – vamos dizer assim –, a gente vai ficar para trás.

Olha, ninguém tem mais capacidade, criatividade do que o brasileiro. Então, a gente tem condição. Agora, precisa-se de igualdade de condições. Não dá para competir com a China, com a Índia, onde a mão de obra é quase nada. É por isso que o Brasil, os Estados Unidos, outros países, passavam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CA0704C10055B349.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

tudo lá para a Índia, para a China fazerem, e agora faltou, na pandemia. Cadê os respiradores? Não tem, só tem na China, só tem não sei onde.

Então, é muito importante esse debate, vou acompanhar, e espero que a gente tenha, realmente, uma política de Estado com relação a isso, e que não seja apenas guerra fiscal para atrair indústrias e depois, praticamente, não ter nenhuma tecnologia, transferência de tecnologia.

Então, pelo Alckmin eu tenho uma admiração especial, porque São Paulo é o único Estado que realmente tem o fundo, a fundação de São Paulo, que investe 2% da receita corrente líquida, do ICMS e tudo. Então, tem recurso, diferentemente dos outros Estados, para os quais a gente vai ter que buscar uma alternativa de investimento.

Mas é isso, Senador Rodrigo. Obrigado.

Se der, eu ainda volto, mas parabéns a V. Exa. pela iniciativa, em um tema tão importante.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - AL) – Nós é que agradecemos, Senador Izalci, pela luta histórica em defesa da ciência e tecnologia em todo o país.

Dando sequência, convido o Dr. Ricardo Guggisberg, que é Presidente do Instituto Brasileiro de Mobilidade Sustentável e que já participa, há bastante tempo, da Plataforma Nacional de Mobilidade Elétrica, para fazer uso da palavra.

O SR. RICARDO GUGGISBERG (Para expor.) – Bom dia!

Obrigado, Senador Rodrigo Cunha. Obrigado, Vice-Presidente e Ministro Geraldo Alckmin, pela oportunidade; Uallace, Embaixador e todas as autoridades presentes.

Minha vida na eletromobilidade começou em 2009. Em 2009, eu ingressei na eletromobilidade; em 2012, eu fundei o Salão do Veículo Elétrico – fundei não, eu dei continuidade a ele; em 2014, assumi a Presidência da Associação Brasileira do Veículo Elétrico.

Uma das coisas principais que a gente percebeu é que os mercados precisavam conversar entre si, que o mercado de bicicletas não conversava com o mercado de ônibus. Prosseguindo dessa maneira, a gente começou a entender a dificuldade de cada mercado de seguir seus passos, e, ao longo de todos esses anos, a gente vem acumulando conhecimento.

Também quero agradecer ao Embaixador Nils Martin Gunneng, que esteve presente em um dos nossos congressos e que trouxe muito conteúdo da Noruega.

Ao longo desse tempo todo que a gente defendeu o setor, a gente percebeu que o país avançou, que nós ganhamos oportunidades e que o Governo também foi relevante no nosso crescimento e que trouxe alguns benefícios, divididos em seus setores.

Nós entendemos que, no setor de veículos leves, a cadeia de taxação está ali entre Imposto de Importação, IPI, PIS, Cofins e ICMS. O Imposto de Exportação do carro elétrico teve um incentivo grande, porque ele foi isentado por uma decisão da Camex, alguns anos atrás, o que nos ajudou no crescimento da nossa frota.

Para vocês entenderem, em 2017, a nossa frota era de 1.091 veículos emplacados por ano. Em 2022, nós emplacamos 49.245 veículos. Então, são números que a gente conquistou ao longo desse crescimento.

Nós ganhamos também o IPI do carro elétrico, que trouxe benefícios, mas eu acho que os benefícios que o IPI do carro elétrico trouxe ainda foram bastante restritos, porque a gente não conseguiu avançar muito no aumento da nossa frota.

Então, é importante a gente entender onde está impactando a estagnação do nosso crescimento. Eu acredito que, dentro desses benefícios, a gente pode crescer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CA0704C10055B349.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O ICMS é um imposto estadual e, até hoje, nós não ganhamos nenhum incentivo estadual de ICMS. Pelo meu conhecimento, até o momento, a gente não ganhou isso. Nós lutamos. Eu defendi o ICMS, junto ao Governo do Paraná, e nós não conseguimos avançar com isso. Então, eu acho que é um dos temas importantes, que deve ser discutido, para que a gente possa melhorar o nosso avanço no consumo e disseminação do veículo elétrico no país.

O Governo lançou o programa do bônus de aquisição para os veículos abaixo de R$120 mil. Eu acho que o bônus de aquisição deve abranger a iniciativa para a montagem de veículos elétricos no país, tanto os elétricos quanto os híbridos *flex*. Acho que o casamento dos motores elétricos – da propulsão elétrica – com os motores a etanol é uma solução muito evidente no nosso país. Nós já produzimos o etanol, ele é muito difundido, ele gera muita receita para o país, e a gente defende que ele deve ser defendido até uma homogenização da frota.

A gente defende também que os impostos de mantenimento e a isenção de IPVA já praticada por alguns estados devem ser defendidos em todos os estados nacionais. A isenção do IPVA dá uma diminuição de custo de 3% do uso do veículo anualmente. Isso significa muito para o bolso do consumidor e para que ele possa se aproximar mais da população de baixa renda e a gente consiga disseminar mais a venda de veículos elétricos em todos os estados da União.

Os impostos de uso. Nós não chegamos ainda na isenção de taxas de uso para os veículos eletrificados, tanto os híbridos, *flex*, quanto os veículos elétricos puros ou os híbridos gerais. Então, os impostos de uso são as tarifas de estacionamento dos espaços públicos e as praças de pedágio. As praças de pedágio devem ter um benefício para o usuário do veículo elétrico.

O usuário do veículo elétrico é um sofredor, se vocês imaginarem que ele está ingressando nesse mercado e que ele tem suas limitações de autonomia. Então, quando ele vai para uma rodovia, ele tem que ter gestão, ele tem que se preparar para isso para que ele possa chegar ao seu destino final. Então, eu acho que o benefício da isenção de taxas de pedágio vai ganhar muita força para o interessado em adquirir o seu veículo elétrico. (*Pausa.*)

Bom, eu vou entrar um pouco nos veículos pesados.

Em 2018, foi sancionada a Lei 16.802, municipal, que é uma lei da cidade de São Paulo. Essa lei faz o controle da emissão de gases pelos escapamentos da frota circulante. Em cima dessa lei, nessa lei, foi sancionada a eliminação de 50% do CO_2 e os gases de efeito estufa que são colocados na cidade de São Paulo em 10 anos e 100% em 20 anos.

Grande parte desses gases de efeito estufa colocados na cidade de São Paulo são promovidos pela falta de transporte público da cidade. Então, baseado nessa lei e na reestruturação das garagens de ônibus da cidade de São Paulo, o Prefeito Ricardo Nunes está promovendo a implantação de 2,6 mil ônibus na frota até 2024.

Então, é uma situação que está promovendo o transporte público em todo o país, promovendo a troca pelo ônibus municipal.

O ICMS...

Então, nós acreditamos que essa iniciativa da Prefeitura de São Paulo, da cidade de São Paulo, está promovendo essa disseminação por todo o país. E, para que isso possa se disseminar com mais facilidade, a gente promove a criação de uma cartilha de gestão de frotas elétricas, para serem distribuídas em todas as concessionárias que administram as frotas de ônibus municipal pelo país, para que esses administradores tenham contato com as novas tecnologias existentes no país, e que possam ter esse início de contato para tomar a decisão na troca de suas frotas. Então, a gente vê nisso, assim,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CA0704C10055B349.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

uma ação iminente para que a gente possa avançar na substituição de frotas de ônibus a diesel que rodam nas cidades do país por ônibus não poluentes.

Depois, nós defendemos também um pacote padrão de garagem de ônibus elétricos. O que é esse pacote padrão? O pacote padrão é como se a pessoa comprasse um pacote de abastecimento junto com os ônibus, para que ela pudesse fazer a experiência na tomada de decisão de troca da sua frota. Esse pacote já tem a entrega de energia que é necessária para que essa garagem possa abastecer esses ônibus, um eletroposto adequado para que ele possa atender à necessidade de pelo menos 15 ônibus – para ele fazer essa substituição de frota –, que tenham pelo menos 600kWh de armazenamento de bateria nas suas bases de armazenamento. Então, a gente defende isso como uma atitude para que a gente possa criar um volume na substituição de frota e adiantar essa ação pelo país, a gente podendo educar o gestor de frotas de ônibus. Então, essa eu acredito que seja uma atitude extremamente importante, a educação do gestor de frota, para que a gente possa avançar na substituição de frotas de diesel para veículos elétricos.

Bom, no setor de veículos levíssimos, todas as propostas portuárias sinalizadas no mercado de leves também devem ser consideradas para o mercado de levíssimos. Então, a gente acha que elas devem ser consideradas e adequadas, porque o mercado de levíssimos cresceu muito. Hoje em dia, a população tem uma série de novos modais, para que eles tomem a decisão de como eles vão trabalhar. Então, além de bicicletas, nós temos patinetes, nós temos monociclos, nós temos diciclos, nós temos *scooters* elétricas, nós temos motocicletas elétricas. Então, é um mercado para o qual a gente não pode fechar os olhos, ele faz uma grande participação no transporte da população brasileira hoje em dia.

Tratar a categoria L1B, mencionada no Tratado de Viena, da mesma forma como ela vigora, em seu uso, nos países signatários. Essa questão é muito importante para que a gente possa difundir o turismo e o uso das *scooters* elétricas pelo país e pelo mundo.

Ampliar e regulamentar a homologação dos veículos das categorias L6 e L7 europeias (minicarros e veículos ultraleves comerciais de até 500kg). Para poder participar, na categoria de *last mile,* do mercado de logística, isso é extremamente importante para que a gente tenha essa diversificação na frota brasileira.

Permissão de uso de ciclomotores e cicloelétricos a portadores da categoria B. Essa é uma definição no mercado de *scooters* elétricas nos países signatários do Tratado de Viena.

(*Soa a campainha.*)

Eu vou pular um pouco aqui, mas preciso falar uma coisa importante.

Incentivos portuários para a indústria de recarga e manufatura dos mesmos; programas de instalação de infraestrutura de recarga principalmente nas rodovias, trazendo confiança ao usuário que tem interesse em utilizar um veículo 100% elétrico; popularizar a recarga de veículos eletrificados com opções de cartões pré-pagos de energia, facilitando a aproximação da população de baixa renda; criar políticas de venda de energia travadas nos contratos de concessão de distribuição de energia.

Não consegui colocar todas as posições do Instituto Brasil de Mobilidade Sustentável, representado por mim aqui, mas a nossa apresentação vai ficar disponível para todas as pessoas que tiverem interesse em conhecê-las um pouco mais.

Eu agradeço a oportunidade de a gente estar aqui discutindo eletromobilidade como um todo e de levar à atenção dos dirigentes deste país que a eletromobilidade não envolve só carros. Nós precisamos avançar nas balsas, nos aviões, na agricultura, na micromobilidade e no transporte público também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9297FCC0055B347.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - AL) – O Dr. Ricardo demonstrou aqui conhecimento, inclusive histórico, da eletromobilidade no país, e, a propósito de sua última fala, quando disse que não teve tempo suficiente, que teria muito mais a falar, eu comunico a todos que já conseguimos as assinaturas necessárias e contamos com 30 Deputados Federais e 10 Senadores para a formação de uma frente específica para tratar dos assuntos relacionados a políticas públicas de mobilidade elétrica. Dessa maneira, todo esse grupo irá se reunir... Imaginem: nós estávamos com dois Senadores presentes. Apesar de toda a comunicação ser feita na próxima reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, além disso, de maneira prioritária, um grupo de Parlamentares estará voltado a tratar desse tema com profundidade.

Cumprimento aqui também um desses Parlamentares, que é o Senador Styvenson Valentim, que acaba de chegar.

Dessa maneira, a gente deve olhar para a eletromobilidade, como o Dr. Ricardo falou aqui, não apenas para o carro. Falei aqui sobre as bicicletas, patinetes, as *scooters*, que também são uma realidade. Inclusive é interessante, porque muita gente, e eu me incluo entre essas pessoas, se incomoda com o barulho das motos o tempo todo, meia-noite, passando de um lado para o outro, e uma moto elétrica não faz barulho. Então isso, para a vida em qualidade, já é um benefício enorme, mas, além disso, a gente tem que atuar para que a moto seja atrativa para o sistema de entregas. Então, por que não dar um incentivo a mais? Da mesma maneira como os automóveis, os taxistas tinham benefício para comprar os automóveis e tiveram um incremento quando foi o GNV, por que não dar um estímulo a mais através dos carros elétricos? Tudo são contas, então: vai fazer contas e, se for atrativo, assim passa a adotar.

Dessa maneira, eu quero aqui agradecer aos três expositores desta primeira etapa, ressaltando que o Embaixador Real da Noruega, Odd Magne Ruud, vai precisar sair, já comunicou previamente, mas abriu as portas inclusive para uma relação, uma troca de experiência com este Parlamento. Tenho certeza de que será muito frutífero. Que a gente possa dar sequência. Então muito obrigado pelas explanações e pelo tempo disponibilizado. (*Pausa.*)

Dando sequência, para fechar este último bloco, convido o Sr. Tiago Chagas Faierstein, que é Gerente de Novos Negócios da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), e aqui eu verifico também a presença do nosso Presidente. Também convido o Presidente da ABDI – é claro que vai estar aqui acompanhando. Com certeza toda essa mobilização foi porque buscou algo mais técnico, apesar de estar sempre disponível para prestar informações.

Convido também o Sr. André Fortes Chaves, Presidente do Laboratório de Eletromobilidade (Lemob), e o Sr. Ricardo Bastos, Presidente da Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE). (*Pausa.*)

Bem, o nosso amigo Igor, Presidente da ABDI, já é um parceiro desta Comissão. A Comissão de Ciência e Tecnologia, nos últimos anos, fez algumas audiências públicas com participação da ABDI. Inclusive a ABDI, nessa parte de eletromobilidade, tem uma participação direta com os carros ultracompactos disponibilizados, principalmente aqui no GDF. Dessa maneira, todos esses assuntos passam necessariamente por inovação, desenvolvimento, e por isso a presença constante da ABDI. Sendo assim, Igor, passo a palavra a V. Exa., que está aqui acompanhado do Gerente de Negócios, o Tiago Chagas. Acredito que possam dividir um pouco essa apresentação, mas a ABDI tem o tempo de 15 minutos para fazer a apresentação.

O SR. IGOR NOGUEIRA CALVET (Para expor.) – Boa tarde a todos e a todas!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9297FCC0055B347.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Queria cumprimentar você, Senador Rodrigo Cunha, e o Senador Styvenson também. Na verdade, a apresentação é o Tiago que vai fazer – é melhor que quem entenda do assunto fale mais do que eu. Eu só queria aproveitar um minuto de tempo aqui para saudar a iniciativa.

Acho que o primeiro painel trouxe um pouco disto, e quero reafirmar primeiro o compromisso da ABDI com implementação de políticas públicas de eletromobilidade. E quero dizer, Senador, que esta Casa tem um papel fundamental na construção, eu acho, de um arcabouço legislativo que dê segurança – segurança aos investimentos que devem ser feitos para que a eletromobilidade se aprofunde, tanto do ponto de vista da oferta quanto da demanda no Brasil.

Se por um lado eu entendo que, porque já estive na cadeira, é difícil você traçar como governo a ideia de que a sua única prioridade é a eletromobilidade porque há um mercado inteiro que se desenvolve nesse sentido, eu acho que a eletromobilidade é uma realidade não só de futuro, mas já de presente no Brasil. Mas, para que isso aconteça, nós precisamos ter marcos não só tributários, não só legais, regulatórios que deem conta da expansão desse mercado no Brasil.

E, para terminar, Senador, o que é superimportante é que a eletromobilidade não se trata apenas de veículos, é um ecossistema. E esse ecossistema diz respeito à mobilidade urbana, diz respeito à sustentabilidade das cidades, mas também do país.

Então, é uma discussão que envolve tecnologia sim, mas envolve sustentabilidade, envolve ecossistema inovador e envolve o nosso bem-estar em última instância.

Então, meus agradecimentos a você porque é um promotor dessa agenda e a todos os Senadores envolvidos. E passo a palavra a você novamente. Não sei como você vai organizar, mas da ABDI mesmo quem vai falar é o Tiago.

Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - AL) – Bem, Igor, nós é que agradecemos. Isso demonstra a importância que a ABDI dá sempre a esta Comissão e ao tema.

Então, dando sequência, vamos direto à apresentação feita pelo nosso Gerente de Negócios, Tiago Chagas Faierstein.

O SR. TIAGO CHAGAS FAIERSTEIN (Para expor.) – É difícil acertar o meu nome, Senador, mas já começou bem. (*Risos.*)

Boa tarde a todos!

Fico feliz em ver aqui alguns colegas, alguns amigos que já labutam neste tema de eletromobilidade no Brasil. Mas, como representante aqui da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, vou falar um pouco de dois projetos que nós fizemos e dos impactos que eles geraram para o mercado.

A ABDI, como seu objetivo, tem que prototipar políticas públicas. E tudo isso que foi falado aqui de isenção de IPVA de veículos elétricos, de criação de novos modelos de negócio, nós tentamos traduzir isso em dois projetos, que foram batizados de VEM DF, realizado aqui no Distrito Federal, e o VEM PR, realizado lá no Governo do Estado do Paraná.

Aqui está um mapa mostrando um pouco de todos os nossos projetos de cidades inteligentes, porque a eletromobilidade também se encaixa num contexto de cidades inteligentes pelo Brasil. Criamos laboratórios de experimentação de tecnologia para mostrar o quanto isso impacto na vida do cidadão, o quanto isso muda a rotina de governo, o que de política pública se faz necessário para que essas tecnologias se fomentem naquela determinada região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9297FCC0055B347.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em dois desses laboratórios, que foram, como eu citei, no Governo do Estado do Paraná e aqui no Governo do Distrito Federal, nós focamos especificamente nesse mercado de eletromobilidade, onde o grande objetivo era primeiro mostrar um novo modelo de negócio para uso dos veículos elétricos.

E esse modelo de negócio é o uso compartilhado de veículos elétricos

Esse modelo de negócio é o uso compartilhado de veículos elétricos para a frota pública, usando, primeiro, veículos ultracompactos e, segundo, lá no Paraná, veículos leves. Aqui, no Distrito Federal, foram disponibilizados 16 veículos elétricos do modelo Renault Twizy, que são veículos que têm 100km de autonomia e são usados para pequenos deslocamentos. Um aplicativo foi disponibilizado para que os servidores públicos do GDF pudessem reservar esses carros e fazer deslocamentos entre um prédio e outro, para poder mostrar que esses veículos elétricos, primeiro, reduzem o número de veículos da frota pública – às vezes, essas frotas têm muitos veículos parados, ociosos, e a gente viu neste projeto, por exemplo, que cada veículo elétrico pode reduzir em até dez veículos da frota normal. Então, você já começa a mostrar economicidade com o uso de veículos elétricos, e olhe que a gente não está entrando nem nos fatores ambientais sustentáveis. O segundo dado é a redução de custos com gastos de combustível, a redução de custos com manutenção, que são veículos, como já foi citado aqui, que têm esses custos operacionais bem mais baixos.

Então, usamos esse laboratório aqui, no Distrito Federal, para mostrar mais um modelo de negócio de uso para que os governos adotem os veículos elétricos, especialmente nesse mote compartilhado. E esse projeto foi um sucesso aqui, no Distrito Federal, mas nós não quisemos, na época, apenas mostrar um modelo de negócio, mas também fomentar o mercado de veículos elétricos aqui na capital. E, nessa parceria com o GDF, nós trabalhamos algumas políticas públicas, como, por exemplo, a isenção do IPVA de veículos elétricos aqui no Distrito Federal. Nós atuamos muito fortemente na construção do projeto de lei, no cálculo, na grande dor de quando se fala de isenção do IPVA de veículo elétrico, que é a desoneração fiscal. E a gente mostrou aqui, no Distrito Federal, que o que se perde, com a isenção do IPVA, é compensado com o aumento do ICMS, devido a um aumento natural da venda dos veículos elétricos e ao grande valor agregado, porque é um veículo com um valor um pouco mais alto, para que o ICMS compense essa perda do IPVA, apesar de essa frota de veículos elétricos no Brasil, e também aqui no Distrito Federal, ser muito pequena, e isso não refletir em nada.

Como o Ricardo aqui mencionou, muito existe de iniciativa de se zerar ou se reduzir o ICMS para veículos elétricos, porém essas iniciativas... A gente já vem – não é, Ricardo? – acompanhando por alguns anos, já foram várias discussões no Confaz, mas a gente tem uma oportunidade de criar, Senador, um grande movimento com os governos estaduais para isentar o IPVA, porque você está falando de uma redução de 3% no valor do carro ao ano. E a prova aqui, no Distrito Federal, é que nós tivemos como resultado, por exemplo – e isto são resultados do projeto de compartilhamento –, 5,16 mil litros de combustíveis economizados para a frota pública, em apenas 16 veículos daqueles Renault Twizy, com 602 servidores cadastrados, porque é também um fator cultural: será que o servidor vai deixar de usar o carro com o motorista dele para usar um veículo compartilhado? Foram mais de 13 mil viagens realizadas, e aí entra o dado agora sustentável de mais de 17 toneladas de gases de efeito estufa, de emissões evitadas com o uso desse veículo.

E, falando de mercado, como estimulamos a isenção de IPVA de veículos elétricos, como, nesse projeto também, instalamos 35 carregadores públicos espalhados por toda a Brasília, nós tivemos um aumento de 46% no número de emplacamentos de veículos eletrificados em 2022, no ano passado, e Brasília se tornou a segunda cidade do Brasil em emplacamentos de carros elétricos, só perdendo para São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9297FCC0055B347.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, com isenção de IPVA, Brasília hoje é a terceira capital do país com maior número de carregadores em números absolutos, só perde para Rio de Janeiro e São Paulo. Falando em carregadores públicos, nós somos o maior número do Brasil devido a esse projeto que a ABDI realizou. Em números relativos, claro, Brasília também está bem à frente do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Então, posso afirmar que Brasília, hoje, com essa infraestrutura de carregamento, com isenção de IPVA, é a melhor cidade do Brasil para se ter um carro elétrico. Isso está refletido aí nesses números; então, por isso a importância de a gente fomentar isenção de IPVA, infraestrutura de carregamento – tudo isso que já foi dito a gente viu na prática acontecer aqui em Brasília.

Como falei também, nós fizemos esse projeto também lá com o Governo do Estado do Paraná, porém agora usando um veículo leve. Foram dez carros, uso compartilhado, servidores públicos, a mesma coisa, porém, com um tipo de veículo diferente. Também foram feitas aferições de resultados nesse projeto, e lá teve o resultado um pouco menor, porque nós iniciamos o projeto durante a pandemia e falar em veículo compartilhado num momento de pandemia foi bem complicado, mas mesmo assim tivemos quase 3 mil litros de combustível economizados, mais de cinco toneladas de emissões evitadas, em mais de 7,2 mil viagens.

Também se gerou um modelo de negócios lá em Curitiba, porque agora, na semana passada, o Presidente Igor esteve lá com o Prefeito de Curitiba, lançando um projeto de táxis 100% elétricos. A Urbs, que é a empresa municipal responsável pela concessão dos pontos de táxi na cidade de Curitiba, lançou esse programa em parceria conosco, com a Renault e com a Prefeitura, para estimular os taxistas a utilizarem veículos elétricos.

Como? Primeiro, provendo esses veículos elétricos alugados. Foi feita uma legislação municipal para poder permitir que esses táxis fossem alugados porque, até então, não era permitido um taxista ter um carro alugado, apenas por transporte de aplicativo, e agora lá em Curitiba é possível.

Então, esses motoristas terem esses carros a um custo – é o Renault Zoe – subsidiado... Então, o motorista paga, no aluguel desse carro, o mesmo valor que ele pagaria num carro popular, num HB20, num Gol, num Uno, por exemplo. Além disso, o motorista tem direito à recarga gratuita em todos os pontos públicos e privados na cidade, ele não paga taxa de outorga para a Urbs, para a Prefeitura, como estímulo, e ele também é isento de estacionamentos públicos.

Então, tudo aquilo, Ricardo, que você mostrou na sua apresentação como recomendação foi feito aqui nesse projeto, que foi entregue agora. Foram seis carros para a gente fazer um piloto durante seis meses – e que isso se estenda para mais taxistas, para mais motoristas na cidade de Curitiba.

E a ideia também é criar um novo modelo de negócio para aquecer. A gente sabe que as montadoras também estão trazendo veículos elétricos mais baratos para o mercado, também trabalhando as frotas. Hoje você já encontra, na grande maioria das locadoras de veículos, veículos elétricos disponíveis em suas frotas. Então a gente acredita que também com o auxílio do poder público, nesse caso, a Prefeitura de Curitiba, incentivando, para que esses motoristas usem esses carros, a gente também fortaleça esse mercado de veículos elétricos.

Veja que o tempo inteiro, nós focamos aqui nos números econômicos, porque o fato de se evitarem emissões, o fato de se ter uma cidade mais limpa, o fato de não geração de gases do efeito estufa, todos esses conceitos sustentáveis estão intrínsecos ao uso dos veículos elétricos. Então atingimos, quisemos mostrar não só esses conceitos sustentáveis, mas também os conceitos econômicos, que, sim, que mesmo sendo um veículo mais caro, esses veículos podem, dentro de modelos de negócio, dentro de projetos, se tornar viáveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9297FCC0055B347.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. TIAGO CHAGAS FAIERSTEIN – Exatamente, mais caro agora...

E em alguns casos, Presidente, o veículo elétrico já está o mesmo preço. Se você pegar o Mini Cooper elétrico, ele é o mesmo preço do Mini Cooper a combustão. Então veja que o preço já está se igualando, já não é mais um tabu o preço.

E outro detalhe interessante é que mais modelos estão surgindo, mais formas de compra estão surgindo pelas montadoras desses veículos. Por exemplo, tem vários motoristas de Uber...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TIAGO CHAGAS FAIERSTEIN – ... que estão utilizando carros elétricos para poder exercer o seu trabalho. Então, você vê que já fecha a conta. Se não fechasse, não seria utilizado por taxistas, não seria utilizado por esses motoristas de aplicativo.

Então nós, como ABDI, quisemos mostrar na prática tudo isso que foi apresentado como recomendações aqui pelas apresentações dos colegas anteriormente, que realmente funciona, que realmente traz um impacto, como trouxe aqui para o Distrito Federal e está trazendo lá para o Estado do Paraná.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - AL) – Bem, Tiago, confesso que eu fiquei muito feliz com essa apresentação, com resultados práticos. Era um pouco do que eu estava buscando desde quando a gente pensou em fazer esta segunda audiência pública, era ver, na prática, como é que está funcionando e perceber que um sistema sustentável como esse, como você falou, a conta fecha. É interessante, senão o Uber não estaria rodando com o carro elétrico.

E pode ter certeza de que vamos conversar muito mais sobre isso.

Parabéns a todos da ABDI por terem feito um papel importantíssimo de quebrar paradigmas, de maneira disruptiva, como a gente fala. Além disso, o mapa, quando eu vi, da expansão da ABDI pelo país inteiro, inclusive o nosso Presidente Igor fez a parte dele, foi a Maceió, então vou ali dar uma mexida, para a gente finalizar e conseguir conectar o 5G através dos postes de eletricidade. É fantástico.

Então, parabéns pela explanação.

Agora eu vou pedir licença antes aqui aos demais expositores, primeiro, para registrar a presença do Sr. Adalberto Maluf, que é Secretário Nacional do Meio Ambiente e Qualidade Ambiental. Adalberto é um grande conhecedor do assunto, já esteve aqui com outra missão e vai também, daqui a pouco, falar sobre isso.

Registro a presença do Líder do Podemos, Senador Oriovisto. É uma alegria tê-lo aqui.

E tem o Senador Styvenson solicitando a palavra. Então, Senador Styvenson, pelo que entendi, você quer fazer alguma pergunta neste momento.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Isso, para não perder o *timing*. Se for possível, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - AL) – Normalmente, a gente faz por blocos, mas V. Exa., aqui, tem prerrogativa absoluta.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Seria bem direcionado a ele porque eu vi uma planilha aqui que mostrou a minha capital, Natal, com 262 emplacamentos, e que mostra São Paulo com uma frota bem maior, de 6 mil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9297FCC0055B347.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O senhor tocou num ponto que eu acho imprescindível. As pessoas que procuram carro elétrico, procuram um carro... Acho que uma coisa que ainda não é cultural é o abastecimento, se o carro é igual a um celular. Se descarregar e vou estar com um carregador perto? Se ele estiver com falta de carga, eu vou ter alguma bateria auxiliar? Então, é algo semelhante da nossa cultura. Será que eu vou precisar estar carregando toda hora?

O que me causou uma dúvida foi: o senhor disse que instalou vários pontos públicos de abastecimento elétrico. O que vem primeiro? Primeiro os pontos de abastecimento e depois a divulgação da compra do veículo? Ou eu compro o veículo sem saber onde eu vou abastecer o carro? Talvez, esse seja o grande problema. As pessoas precisam ter a segurança de que, se está descarregando, então paro no *shopping* ou paro no supermercado, paro numa praça, paro em qualquer ambiente em que eu possa dar uma recarga. E a recarga ainda custa, demora um tempo, mesmo sendo pública. Então, a minha pergunta, só para não perder tempo, Sr. Tiago é: nas cidades como as do Distrito Federal, do Paraná, de São Paulo, o que veio primeiro foi o carregador nas ruas ou foi o veículo? Eu compro, crio a demanda e o senhor bota o carregador público? Ou eu sei que tenho um carregador público em qualquer lugar e, mesmo sendo caro, porque é viável, é ecológico, é chique... É chique ter carro elétrico, porque isso que é tão caro ainda, é bacana ter um carro elétrico. Então, a minha dúvida era só essa.

Eu acho que não adianta fazer uma campanha de publicidade de veículos econômicos, sustentáveis, ecológicos, e tudo isso, se eu ainda tenho essa dúvida na palma da minha mão. Só era a primeira pergunta. Só para eu saber. Lá em Natal, não vejo tantos pontos de carregamento, eu vejo muitos postos de gasolina. (*Risos.*)

O SR. TIAGO CHAGAS FAIERSTEIN (Para expor.) – Senador, tem mais pontos de carregamento do que postos de gasolina, porque qualquer tomada pode ser utilizada para carregar um carro elétrico.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Então, tem que andar com um carregador na bolsa. (*Risos.*)

O SR. TIAGO CHAGAS FAIERSTEIN – O carro elétrico tem uma cultura um pouco diferente, como o senhor citou, do celular e do veículo à combustão. Não é para se esperar descarregar o carro inteiro para parar e carregá-lo. Se eu saio de casa – eu, por exemplo, sou usuário de veículos elétricos há cinco anos – e vou ao *shopping* e nesse *shopping* tem um carregador, eu chego e paro numa vaga de carregamento e deixo o meu carro carregando. Todos os *shoppings* de Brasília têm carregadores de veículos elétricos, a grande maioria dos supermercados de Brasília também têm carregadores de veículos elétricos. Se você vai ao supermercado, se você vai ao *shopping*, se você vai à Câmara dos Deputados, tem carregador, na Esplanada dos Ministérios tem carregador, nas administrações regionais também. Então, próximo de onde você trabalha, você para e deixa o carro carregando.

Muito já se avançou em relação à tecnologia dos carros. E aí vou deixar para os colegas da ABVE, que entendem mais do que eu, em relação à autonomia desses carros e de tempos de recarga devido à qualidade dos carregadores. Quando eu falo que qualquer tomada carrega um carro elétrico, não significa que na mesma velocidade. Você carregar um carro na tomada comum da sua casa vai levar um tempo maior; se você usa um carregador mais potente, esse tempo se reduz. Tanto é que nesse projeto do Distrito Federal, nós instalamos carregadores de 22kW, duas tomadas em cada carregador, que são carregadores considerados de tensão AC, numa potência bem alta. Então, esse tempo de recarga também já diminui. É claro, se se parar por meia hora numa tomada normal, você não vai carregar quase nada do seu carro. Mas envolve, como eu falei, cultura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9297FCC0055B347.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E, respondendo, especificamente, à sua pergunta, eu acho que não é nem o ovo nem a galinha; são os dois juntos – tá? Então, se se levar a infraestrutura de carregamento, sim, é importante, porque ela vai fomentar... É claro que, numa cidade em que não tem infraestrutura de carregamento, não vai ter, naturalmente, venda de veículos elétricos. Aqueles números que eu mostrei são de veículos eletrificados, elétricos e híbridos.

Então, talvez, Natal tenha um número maior de híbridos do que 100% elétricos. Eu não consigo, agora, dizer para o senhor sobre essa divisão especificamente, mas a infraestrutura de carregamento auxilia, sim, esse mercado, mas, também, as montadoras têm que se mobilizar para oferecer isso aos seus clientes e mostrar essas vantajosidades para os seus clientes, não só sustentáveis, como econômicas também, de revisões que são mais baratas e os custos operacionais do carro que são menores.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - AL) – Muito bem.

Dando sequência, passo a palavra para o Dr. Ricardo Bastos, Presidente da Associação Brasileira de Veículos Elétricos.

O SR. RICARDO BASTOS (Para expor.) – Bom dia.

Bom dia a todos.

Senador Rodrigo Cunha, muito obrigado pelo convite. É um prazer estar aqui com o senhor.

Queria também saudar o Senador Izalci Lucas, que teve que nos deixar por outros compromissos, mas, ao mesmo tempo, parabenizá-lo pelo desempenho aqui de Brasília, do Distrito Federal, com os números que foram mostrados, graças a algumas políticas que foram implementadas, dentre elas a do próprio IPVA; o Senador Styvenson Valentim também.

Eu acho que os desafios, Senador, eu costumo colocar que são oportunidades. Eu acho que, se a gente enfrentar esses desafios e resolvê-los, eles viram oportunidades da eletrificação. E acho que a gente tem que fazer – concordo com o senhor – um trabalho muito importante no Nordeste. Eu acho que o Nordeste precisa, também, avançar mais na eletromobilidade, que está, realmente, um pouco mais concentrada no Sul e Sudeste e um pouco no Centro-Oeste. E Brasília é um exemplo, porque adotou a política e o Centro-Oeste tem sido muito puxado por Brasília.

Então, acho que são oportunidades.

Do Senador Oriovisto também saúdo a presença.

O Secretário Uallace esteve conosco hoje pela manhã. Ele também não pôde estar aqui, mas pudemos fazer uma apresentação para ele e discutir em detalhes algumas coisas da ABVE.

Queria cumprimentar o Igor Calvet também aqui, Presidente da ABDI, grande parceiro, amigo.

E eu queria saudar dois meus antecessores na ABVE, que estão aqui presentes, o Ricardo Guggisberg, que já fez a sua brilhante apresentação, e o nosso Secretário do Clima, Secretário no Ministério do Meio Ambiente, o Adalberto Maluf, que foi meu antecessor – obrigado, Adalberto aí, pela presença também.

Bom, gostaria de transformar uma questão, porque acho que a ABDI tocou muito bem nisso, que é a da descarbonização. O meio ambiente é o nosso foco, é o nosso objetivo na eletrificação, na eletromobilidade, mas a gente tem que olhar o lado econômico; o lado econômico, a geração de empregos, a geração de tecnologia para o país, geração de negócios, geração de riqueza e geração de qualidade de vida. Eu acho que esse é o final objetivo e é um pouco do que a gente fez, do que a gente está fazendo dentro da ABVE.

Então, eu tenho uma apresentação rápida sobre a ABVE. Vou passá-la.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9297FCC0055B347.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou deixar esse material, também, como um subsídio aqui. Não vou passá-lo integralmente, mas vou apresentá-lo e tocar em alguns pontos, olhando essa questão econômica e essa questão de oportunidades que nós temos para o país em geração de emprego, geração de renda e geração de exportações também, porque eu acho que a gente precisa trabalhar muito nisso. Foi um dos pontos do Secretário Uallace.

Bom, a ABVE nasceu, é uma entidade jovem, com pouco mais de dez anos. Ela nasceu exatamente para trabalhar essa questão da eletromobilidade no Brasil, para juntar, dentro da ABVE, um universo, como a gente chama, de seis segmentos, mas nós temos desde o pessoal da infraestrutura – e eu vou passar um pouquinho nisso –, até mesmo montadoras, grandes empresas, *startups*, todo mundo trabalhando nesse ecossistema, que o Igor muito bem comentou, o ecossistema da eletromobilidade. Então, nós estamos lá dentro da ABVE... Só um comentário: ainda falta uma parte desse ecossistema para a gente buscar, que é o pessoal da mineração. O pessoal que faz aí a mineração, que trabalha com a matéria prima, ainda não está presente lá, mas nós vamos buscá-los. Mas nós temos desde carregadores, desde infraestrutura, montadoras, produtores de veículos, enfim, leves, levíssimos, pesados, como comentado pelo Ricardo, mas nós temos esse universo dentro da ABVE.

Hoje, nós temos 118 associados dentro da ABVE. Eu vou passar um pouquinho. Não vou citar nominalmente as empresas, mas a gente vai ver um pouquinho desse universo de associados que nós temos lá.

Bom, o conselho. Nós temos um conselho. A entidade está estruturada. Nossa sede é em São Paulo. Eu vou passando um pouco mais rápido.

Nós temos, dentro da entidade, veículos pesados e, aí, temos montadoras de caminhões, de ônibus, algumas empresas conhecidas, algumas novas. Nós temos aqui empresas nacionais, empresas brasileiras que surgiram aqui com a eletromobilidade e estão hoje produzindo. Nós tivemos uma associada nossa que, há 15 dias, recebeu a visita do Presidente Lula e do nosso Vice-Presidente Alckmin. Ela produz ônibus eletrificados em São Bernardo do Campo, usando ingredientes brasileiros, chassi brasileiro, bateria brasileira. Inclusive, a empresa que produz essa bateria está aqui hoje conosco. Então, a gente está falando de uma eletromobilidade muito forte no Brasil e com conteúdo nacional.

Na parte de leves, a gente já tem também a participação de algumas montadoras, algumas europeias, asiáticas, americanas e também nacionais. Nós temos empresas que, inclusive, cuidam também do negócio. Nós não segmentamos a entidade por produção; nós segmentamos por negócios. Então, nós temos, dentro de uma mesma comissão, produtores e interessados em utilizar, em fazer disso um negócio.

Os veículos levíssimos também a gente já abordou aqui um pouco. Temos aí bicicletas, patinetes, uma série de veículos, também com empresas estrangeiras, mas também empresas aqui do país que estão produzindo e avançando muito nessa parte.

A parte de componentes também é uma parte muito importante. Para ilustrar, nós temos carregadores, baterias, que são muito mais reconhecíveis, mas nós temos uma série de componentes que precisam ser produzidos aqui no Brasil. De novo, temos grandes empresas estrangeiras e empresas nacionais que hoje são multinacionais, que estão exportando tecnologia a partir do Brasil.

Também temos lá dentro a questão da mobilidade urbana, muito importante. Aí são empresas que buscam a solução para a qualidade de vida das pessoas, para tornar essa realidade do que nós produzimos – equipamentos, produtos, veículos – útil para as pessoas, transformar isso em realidade na vida diária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9297FCC0055B347.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Só voltando aqui à parte de infraestrutura. É importante esse capítulo. A infraestrutura é o segmento, hoje, dentro da nossa associação, que mais cresce. Onde a gente tem o maior interesse das empresas é nesse capítulo aqui. Vou citar até uma empresa – não vou citar o nome, mas ela está aqui presente hoje – que era uma *startup*, que surgiu aqui no Brasil, e que, hoje, é uma empresa que já exporta para mais de cinco países. Então, a partir do Brasil, vendendo tecnologia, vendendo infraestrutura para fora do Brasil. São empresas que estão nascendo aqui no Brasil. Já há casos, como esse que eu citei, de sucesso que está aqui presente hoje, mas há grandes empresas de fora que estão vindo aqui no Brasil procurar *startups* brasileiras para desenvolver.

O Brasil, por conta do que nós temos aqui de energia limpa, de questões dos biocombustíveis, é um atrativo hoje para o mundo em relação ao que nós estamos fazendo aqui. Então, é muito importante a gente falar nessa questão da política de eletromobilidade, porque este é o nosso foco, este é o nosso objetivo: trabalhar num plano de eletromobilidade para o Brasil, olhando a geração de negócios, a geração de riqueza aqui no Brasil, a geração de empregos, a geração de produção.

Quanto ao Rota 2030, que o Secretário muito bem colocou aqui, o Presidente Igor trabalhou nisso no passado na sua outra posição. Em 2017, 2018, não foi muito possível colocarmos ingredientes dentro do Rota 2030. Era uma época em que a gente não estava no Brasil nesse nível que nós estamos hoje em termos do debate, em termos da circulação de veículos em todas as categorias no país. Eu acredito que hoje, com a segunda versão, com a atualização do Rota 2030, que o Secretário anunciou que será feito este ano, a gente possa colocar algumas coisas da eletromobilidade no Rota 2030. E também, em paralelo, acho que aqui no Congresso a gente possa discutir essa questão de uma política nacional de eletromobilidade.

Eu acho que o Rota 2030, até pela sua prioridade de que vai sair algo este ano, a gente pode colocar coisas já no Rota, mas também olhar uma política mais ampla de um plano nacional de eletromobilidade aqui no Congresso. Acho que esse é o grande foco nosso como ABVE.

Falando especificamente do setor, dos segmentos que estão dentro da ABVE, a parte de leves é a que acaba chamando mais atenção. Aqui nós estamos falando dos carros, dos veículos, dos táxis que foram mostrados. Hoje, em relação à questão das tecnologias, nós temos três segmentos, nós chamamos de três segmentos dentro dos veículos leves elétricos.

São os híbridos, os híbridos convencionais, que não precisam de tomada, ou seja, não precisam ser plugados na tomada. Eles têm motor elétrico, bateria, motor a combustão, tanque de gasolina ou etanol, mas eles não precisam de tomada, e eles têm uma contribuição, sim, ambiental, uma contribuição de eficiência energética. Isso, do ponto de vista do consumidor, é uma opção em que ele não precisa se preocupar onde ele vai conectar esse veículo na tomada.

A segunda categoria é também um híbrido, mas aí sim um híbrido *plug-in* que deve ser usado na tomada para ter a melhor eficiência. Esse veículo, nessa segunda categoria, já pode fazer a transição e a combinação das duas tecnologias.

A terceira que nós chamamos é o elétrico puro. Esse, sim, precisa de tomada, precisa ser colocado na tomada.

Aqui, o grande desafio é o preço, é o investimento inicial do veículo. O quilômetro rodado desse veículo pode ser até 80% ou mais barato do que um veículo a combustão. Nesses estudos que nós temos que são a realidade hoje, principalmente nas frotas, para quem usa carro para trabalho, o desafio é enfrentar o preço inicial. Aí questões como o IPVA e outros impostos que a gente pode mexer, financiamento também, por exemplo, vão acertando essa questão do investimento inicial. Mas o preço é o grande desafio, o quilômetro rodado do uso é a oportunidade hoje para esses veículos leves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9297FCC0055B347.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Quanto aos veículos pesados, eu citei o exemplo dessa montadora de ônibus aqui no Brasil. Acho que o Brasil tem que retomar o mercado de veículos pesados que ele já teve no passado, e a eletrificação é o caminho para nos ajudar a recuperar isso, não só aqui dentro do Brasil, mas também no exterior. Acho que isso aí nós fazemos em parcerias com empresas brasileiras, mas também com empresas multinacionais, sejam empresas asiáticas ou europeias, que estão aqui no Brasil e que estão produzindo aqui no Brasil.

O nosso foco tem que ser a geração de riqueza, a geração de empregos e, enfim, de exportação de negócios aqui no Brasil.

A parte de componentes. Eu acho que essa parte de componentes é muito importante. Como eu disse, o Brasil tem uma indústria nacional de autopeças muito forte, que já atende os veículos à combustão. Essa indústria também está preparada e pode vir para a eletromobilidade, acho que sem descartar o que ela já tem hoje de veículos à combustão, até porque nós temos os híbridos que continuam tendo motores à combustão cada vez mais eficientes, cada vez com maior investimento. Mas eu acho que há oportunidade aqui para que essas empresas avancem também em componentes da eletromobilidade, aqui também há oportunidades.

A gente fala muito do sistema de tração do elétrico, mas aqui a gente tem a conectividade também. São veículos que têm hoje uma alta conectividade seja com o condutor, seja também quanto às questões de segurança. É a oportunidade de nós produzirmos componentes no Brasil, eletrônicos também, dentro dessa estrutura de componentes.

A infraestrutura. Como eu falei, infraestrutura é o nosso maior desafio hoje. A rede de postos... até essa questão que o Senador colocou, tem que andar junto, postos de recarga e veículo. Ninguém vai investir em postos de recarga, se você não tiver veículo para utilizar. Isso tem avançado muito bem no Brasil. Os *plug-in*, os híbridos *plug-in* ajudam também, porque eles precisam, sim, de conectividade, precisam de tomada, mas nós precisamos tocar nessa questão da modelagem do negócio.

Eu acho que para completar, para ter mais investimentos em postos de recarga, precisa estar claro como isso vai funcionar do ponto de vista tributário, do ponto de vista de normatização. Eu acho que o Brasil ainda pode complementar um pouco mais. Isso já avançou bastante, o Ministério das Minas e energia já fez algumas... já vencemos algumas etapas, mas eu acho que ainda tem uma oportunidade para a gente esclarecer um pouco mais, porque isso aqui gera empregos, é negócio, e esses equipamentos estão sendo produzidos aqui no Brasil.

Levíssimos. Acho que foi muito bem colocado. Os levíssimos ajudam a mobilidade individual da pessoa principalmente. Acho que a gente teve a oportunidade de crescer no Brasil com isso. Acho que perdemos algumas coisas em função da falta de um marco legal para a utilização até mesmo desses veículos. Acho que é o momento de a gente voltar e colocar isso dentro de um plano nacional de eletromobilidade e discutir realmente como seria o uso desses veículos.

O senhor colocou muito bem, o Senatran fez a aprovação de uma resolução que ajuda e esclareceu bastante alguns pontos aqui para esses veículos. Ainda temos algumas coisas para fazer, mas estamos avançando. Eu acho que o sinal positivo é que o Brasil está fazendo passos, muitos órgãos do Governo Federal estão fazendo movimentos, os órgãos estaduais também, mas a gente sente falta realmente dessa política nacional de eletromobilidade, uma coordenação maior para que isso não fique apenas em algumas ações isoladas.

A mobilidade urbana. Por fim, é como eu queria terminar minha apresentação. Isso aqui a gente colocou muito lá dentro o debate, dentro da ABVE, no período da pandemia, quando as pessoas pararam de usar o transporte público. A gente teve realmente muitos segmentos dentro da ABVE,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9297FCC0055B347.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

enfim, da sociedade, afetados pela pandemia, mas eu acho que a oportunidade para a mobilidade urbana é muito grande, e os veículos eletrificados permitem que você possa fazer, por exemplo, transporte de mercadorias em horários em que hoje você não pode fazer com veículos à combustão, por causa do ruído, por causa do barulho, não apenas pela poluição. Então, a oportunidade dos veículos elétricos vai além da descarbonização...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO BASTOS – ... ela vai também na agenda de qualidade de vida, na questão do silêncio: você andar hoje num ônibus eletrificado é muito diferente de você andar num ônibus à combustão. Para a qualidade de vida da pessoa que tem que ficar uma hora, uma hora e meia dentro do ônibus, o ônibus eletrificado tem um funcionamento muito mais suave, uma diminuição muito grande do ruído.

Acho que, para fechar, isso que nós trabalhando também, além da descarbonização, da economia e da geração de empregos, na qualidade de vida das pessoas.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - AL) – Bem, Dr. Ricardo, V. Exa. fez uma apresentação de extrema importância.

Se eu falei aqui de uma preocupação do mundo real, na questão do repasse do ICMS que o combustível arrecada para os estados, uma outra preocupação que eu escuto também é o desemprego gerado, porque as fábricas de automóveis tradicionais, teoricamente, empregariam muito mais pessoas do que as fábricas de automóveis elétricos, devido à tecnologia em si. Mas tem toda uma cadeia com ela, e V. Exa. aqui exemplificou muito bem.

Eu gostaria de destrinchar um pouco mais isso, mas o nosso tempo aqui não nos permite. Então, teremos uma outra oportunidade, tenho certeza absoluta, principalmente depois da frente parlamentar instaurada.

Então, muito obrigado pela apresentação.

Dando sequência, passo a palavra para o Dr. André Fortes Chaves, que vem aqui falar representando o Laboratório de Eletromobilidade, que preside.

O SR. ANDRÉ FORTES CHAVES (Para expor.) – Senador, primeiramente muito obrigado pelo convite. Essa é a minha primeira audiência aqui nesta Casa Legislativa.

Eu gostaria de desejar boa tarde a todos, à Mesa, e parabenizar a fala daqueles que me antecederam. É muito bom ver esse tema chegando cada vez mais nas pautas de Brasília.

Bom, eu trouxe uma frase de reflexão, no sentido de que: não há vento que ajude um barco sem rumo, porque, em termos ambientais, os eventos climáticos não respeitam fronteiras nacionais. Eles não querem saber onde começa um país e termina outro. Quanto ao rumo, trarei uma reflexão mais adiante, para entendermos para que direção nós estamos indo enquanto planeta.

Alguns pontos para mostrar também que, na verdade, estamos no meio de um vendaval sem um norte claro. Talvez o norte que nós temos ainda não seja suficiente para nos mobilizar. E falo disso, porque o principal argumento da eletromobilidade é a sustentabilidade.

Então... Opa... (*Pausa.*)

Existem muitos riscos relacionados ao aumento da temperatura e ao proporcional aumento de eventos climáticos que podem ser irreversíveis. Então, o relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima fala que nós precisamos agir com urgência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9297FCC0055B347.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Essa tempestade... Em alguns dados para reflexão, o IPCC fala que os eventos climáticos vão colocar entre 32 milhões e 132 milhões de pessoas na pobreza extrema e que, desde 2008, mais de 20 milhões de pessoas por ano deixaram suas casas devido a catástrofes climáticas. A meta que nós temos como consenso, que é uma meta global do limite de 1,5 grau, pelo Acordo de Paris, mesmo assim, não é segura para evitar essas catástrofes.

Então, o Brasil já... Quer dizer, alguns países da América Latina já contam com estratégias nacionais de eletrificação, países do G20 também contam com essas estratégias, mas, no Brasil, embora tenhamos muitas políticas, muitas iniciativas, para fomentar a descarbonização, ainda não temos uma política sistêmica, com metas claras, como veremos o exemplo de alguns países.

Primeiro, essa referência da Plataforma Nacional de Mobilidade Elétrica, a gente pode ver que, para orquestrar essas múltiplas rotas tecnológicas possíveis no Brasil, a gente pode pensar em aplicações por nicho, como por exemplo, transporte público. Em 2035, o Chile pretende ter 100% dos seus ônibus elétricos; e, em 2050, 100%, na República Dominicana.

Acho que essas metas ajudam no sentido de trazer essa previsibilidade, que foi trazida aqui, anteriormente, pelo Secretário e por outras pessoas, o que tem sido falado, porque, sem a previsibilidade, sem um caminho claro, dificulta-se a atração de investimentos, tanto do ponto de vista de infraestrutura, quanto do ponto de vista, enfim, de novos modelos de negócio.

Se a gente não tiver uma clareza nesse caminho, quais são as metas a serem traçadas, isso fica comprometido.

Então, assim, existem alguns modelos que podem servir de referência aqui na América Latina. Acho interessante também mencionar que, na Europa, foi aprovada uma regulação, para servir como um marco, para impedir a comercialização, reduzir, obstaculizar a comercialização de veículos à combustão interna, a partir de 2035. Esse é um movimento que tem acontecido no mundo inteiro.

Então, se não tiver um posicionamento claro, a gente pode acabar perdendo oportunidades de inserção nas cadeias de consumo e produção globais.

Segundo a perspectiva da regulação econômica, existem algumas hipóteses que justificam a intervenção do Estado, entre elas, a correção de falhas de mercado e, especificamente, em termos de externalidades, o Estado pode mitigar externalidades negativas e fomentar positivas.

Então, trouxe alguns dados de por que a eletrificação justifica esses incentivos: a eletrificação pode ser compreendida a partir de várias facetas – a faceta ambiental, industrial, saúde pública e integração global.

Em termos ambientais, isso não diz respeito especificamente ao Brasil, mas a gente vê que o transporte representa 22% da emissão de gás carbônico. A eletromobilidade surge como uma ferramenta para reduzir a emissão do gás carbônico. Então, como forma de reduzir a externalidade, porque, quando você produz uma poluição, acaba que é um custo que se gera para a sociedade e que é compartilhado por todos. Isso justificaria uma política para o fomento, como referência, como marco para a eletromobilidade.

Enquanto política industrial, seria muito importante pensar na produção. O Brasil tem grande potencial para desenvolver tecnologias aqui, baterias, veículos. Como foi falado aqui, atrair, fazer a transferência de tecnologia seria um ganho muito importante para o país, e também, no sentido do que foi falado, gerar emprego e gerar renda. Então, esse seria um outro fator que traria externalidades positivas.

Em relação à saúde pública, o Brasil... Nós temos aí um quadro mostrando o *ranking* dos países da América Latina com níveis acima dos padrões de qualidade do ar pela OMS. E o Brasil está ali numa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9297FCC0055B347.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

faixa de duas ou três vezes acima dos limites da OMS. No Chile, esse também foi um fator que propulsionou bastante a eletrificação, e esse também é um fator que é relevante para o país.

Em relação à integração global, nós podemos definir a produção das diversas rotas tecnológicas não apenas para produção para consumo interno, mas também para exportação para diversos outros países, como a título de exemplo, muito se tem investido no desenvolvimento do hidrogênio verde, biocombustíveis e outras tecnologias, outras rotas tecnológicas possíveis. Acho que a dificuldade, o desafio do Brasil é justamente sua pujança. Como são muitas rotas tecnológicas, é difícil colocar metas e orquestrar essas possibilidades.

Aqui na América Latina, tem crescido a adoção de ônibus elétricos por meio da importação, e o Brasil tem perdido um pouco o protagonismo em relação à oferta de produtos com conteúdo local para a exportação.

Então, em síntese, a eletromobilidade representa oportunidades para o país que justificam a adoção de mecanismos de incentivo. Nesse sentido, as oportunidades representam a neoindustrialização do país, a redução de emissão de gases de efeito estufa, a melhor qualidade do ar nos centros urbanos e fornecimento para consumo interno e externo de tecnologias desenvolvidas aqui.

É isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - AL) – André, agradeço-lhe pela sua apresentação. Você demostrou aqui uma visão de futuro, de fato, numa linha de sustentabilidade e que tem tudo a ver com o que se fala aqui, Além de rentabilidade também. Então, se o Brasil deixar para investir na tecnologia limpa, naquilo que já está sendo consumido no planeta inteiro, vai ficar muito mais caro lá na frente. Vamos sair atrás mais do que já estamos.

Então, parabéns por trazer um tema tão importante. Inclusive, conseguiu mesclá-lo com aquilo que já estava sendo apresentado aqui e acrescentou demais com esses assuntos apresentados. Agradeço-lhe e acredito que também sentiu que esse ambiente aqui será um ambiente de interação. Nós estamos criando, repito, uma frente específica: são 30 Deputados Federais, são 10 Senadores que estarão voltados para trabalhar com o tema da eletromobilidade.

Vamos interagir, inclusive, de maneiras diversas, muitas vezes informalmente também, através de encontros, de reuniões nem sempre assim, de audiência pública, mas, na sessão de hoje, para tratar de temas específicos e também criar uma rede de relacionamentos que faça com que o trabalho dos senhores seja estimulado também pelo poder público, e a nossa parte legislativa seja feita como deve ser feita, além da parte de fiscalização das leis já existentes para que se possa, neste país, trazer a tão esperada segurança jurídica.

Então, parabéns pela exposição.

Sendo assim, eu agradeço aos expositores aqui e queria, por fim, ter a honra de convidar o Dr. Adalberto Maluf para fazer uso da palavra também, ele que hoje...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - AL) – Muito obrigado aos senhores.

Ele... Se prefere ficar aqui...

Então, o Dr. Adalberto, há bem pouco tempo, estava do lado em que os senhores estão, da iniciativa privada; estava colaborando com o processo de desenvolvimento através das empresas, e agora está do outro lado. Isso é positivo, é uma visão estratégica para fazer com que a sua experiência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9297FCC0055B347.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

também chegue ao setor público. Hoje ele é Secretário Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental.

Adalberto Maluf, é uma alegria recebê-lo mais uma vez. Na audiência passada, você esteve como expositor com uma outra missão, e agora, numa posição extremamente importante para tudo o que conversamos na manhã de hoje.

O SR. ADALBERTO MALUF (Para expor.) – Obrigado, Senador Rodrigo Cunha.

Quero parabenizá-lo pela iniciativa, o senhor que presidiu ali, na última legislatura, a Frente Parlamentar em Defesa da Eletromobilidade. Foi muito importante para estarmos onde estamos hoje. O Brasil tem avanços importantes, mas ainda, certamente, há desafios que nos trazem aqui.

A questão ambiental, como todos vêm acompanhando, ganhou um destaque muito grande neste novo Governo. Metade de todos os decretos feitos pelo Presidente Lula, no seu primeiro dia de mandato, foi sobre a temática ambiental. Hoje, 19 ministérios têm atribuições ambientais, de mudanças climáticas, da economia verde. Agora, no Dia Mundial do Meio Ambiente, a gente teve decretos importantes, inclusive cinco deles sobre o tema climático, que vão nos permitir vários avanços, incluindo a atualização da NDC, comitês interministeriais. Então, a gente vive um momento muito favorável.

É cada vez mais relevante trazer este debate aqui para o Senado. Hoje, a eletromobilidade cresce num ritmo muito maior do que todas as projeções. O mundo saiu de 5% para 9%, para 14%, quase 15%; neste ano, vai passar de 22%, 23% na venda de veículos elétricos no mundo. São números incríveis.

O Brasil teve importantes avanços, é verdade. A gente saiu ali de... Chegamos a quase cem mil veículos híbridos elétricos, 1% praticamente de veículos híbridos *plug-in* e elétricos, mas ainda está muito longe da realidade. Se se pensar que o Brasil vendeu, no ano passado, cerca de 8 mil carros elétricos puros e 11 mil híbridos *plug-in* – 19 mil –, ainda não se viabiliza a fabricação nacional.

Isso é um desafio, porque a gente quer a questão ambiental da poluição urbana – estamos falando de quase 50 mil mortes associadas à poluição no Brasil –, mas, ao mesmo tempo, a gente quer a geração aqui de emprego, o desenvolvimento da nossa indústria. Então, a política ambientalista no Brasil e no mundo dialoga muito com a política industrial, com a política de melhoria da qualidade de vida nos ambientes urbanos. Aqui, nas intervenções anteriores, a gente viu o destaque dado. O Ricardo comentou muito a questão dos ônibus, a melhoria do transporte público, o papel da micromobilidade, também destacado aqui pelo Ricardo, na pandemia, e o impacto que isso teve.

Então, o Brasil tem tudo para ser um grande líder. A gente tem um parque industrial diversificado e legislações ambientais importantes. O Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente) foi recriado há alguns meses. Nós temos, inclusive, decisões do Supremo Tribunal Federal que exigem que o Conselho revisite alguns temas. Foi declarada inconstitucional a Resolução 491, dos padrões de qualidade do ar, feitas no antigo Governo, então o Conama vai ter que revisitar o tema da emissão de poluentes locais. Temos, praticamente, de 11 a 12 meses, pela determinação do Supremo, ainda no antigo Governo. Isso, certamente, nos traz opções e possibilidades.

É claro que eletromobilidade, falar do veículo – o carro, o ônibus, a bicicleta – é importante, mas, além disso, a gente está falando de um ecossistema gigantesco, da infraestrutura de recarga, dos sistemas digitais... Então, imaginem quantos milhões de empregos serão gerados ao redor da energia renovável que abastece o veículo, ao redor do carro, dos aplicativos, da casa inteligente, da cidade inteligente, dos sensores? A gente está falando de um equipamento, em geral, caro, mas que traz uma eletrônica embarcada muito boa para a gente qualificar as cidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9297FCC0055B347.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, nada mais importante que o Senado e a gente, aqui, discuta esses temas, porque, hoje, o Brasil – como o Secretário Uallace comentou – está em um momento muito oportuno. Eu participo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, representando o MMA, e, agora em julho, deve ter já os primeiros trabalhos para apresentar para os ministros.

Então, a gente está discutindo, de um lado, as políticas industriais do futuro, e, por outro lado, avançamos e estamos atualizando novas legislações ambientais, em um Governo que fortaleceu, do ponto de vista institucional, as políticas ambientais. Então, a gente tem tudo para ser um líder na transição dessa indústria já instalada. O Brasil perdeu muito da sua indústria. Lá em 1980, quando eu nasci, um terço do PIB era da indústria de transformação; hoje, são 10%.

Então, a indústria instalada automotiva vai fazer uma transição diferente, no Brasil, do resto do mundo, isso é verdade. Temos o etanol, que é um biocombustível limpo, renovável, que gera muito emprego, que reduz a emissão de poluentes. Os híbridos, *flex*, certamente, vão ter um espaço muito grande no Brasil pelo contexto nacional. A gente pode adensar muito a cadeia, mas também não podemos nos descolar dessas cadeias produtivas globais.

Sobre a importância da cadeia do lítio, o Brasil exporta todos os minérios estratégicos dessa revolução, por pouquíssimos dólares por quilo, por tonelada, e, depois, a gente importa o veículo.

A gente estava, agora de manhã, nas reuniões preparatórias do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, e eu citei que a gente exporta silício a US$2 ou US$3 para painel solar – somos o maior exportador do mundo – e, depois, a gente importa um painel solar por US$12, US$15 o quilo! Sem falar dos semicondutores, que é o mesmo silício por US$2 mil o quilo!

Então, o Brasil tem que industrializar. Para industrializar, a gente tem que saber das nossas vocações, e, por isso, a política ambiental é tão próxima, hoje, da política industrial e da política de melhoria da qualidade de vida nas cidades.

Por isso, gostaria de parabenizá-lo, mais uma vez, Senador, por todo o seu trabalho. Eu fiquei muito feliz de participar do Contran. Eu também sou membro lá e aprovamos a resolução. Lembro-me de todo o seu esforço, nos últimos três, quatro anos, para que os levíssimos pudessem... A gente sabe que as grandes cidades do Nordeste têm o uso muito grande da micromobilidade, em especial, agora, surgindo a elétrica, e tinha algumas lacunas e gargalos na legislação. Então, foi um prazer muito grande ir à primeira reunião de que eu participei do Contran e ver a aprovação da resolução.

Espero que, de alguma maneira, a gente consiga continuar dialogando com o resto do mundo, atraindo as indústrias, dando viabilidade para que as indústrias já instaladas façam essa transição, porque o Brasil é uma potência global na energia limpa: mais de 90% da nossa matriz elétrica é renovável, 80% da nova energia do Brasil vai ser solar e eólica, nos próximos anos – e não é nem questão de tecnologia ou não, é questão de economicidade e é um processo sem volta –, e temos já uma matriz energética limpa considerável dos biocombustíveis.

À medida que o mundo começa a taxar o comércio global pela pegada de carbono – em 2024, entra o primeiro modelo de taxação europeu sobre isso, e outros países devem segui-lo –, o Brasil não deveria ter medo; muito pelo contrário, a gente vai se beneficiar muito por ter essa matriz limpa de produzir produtos industriais aqui que têm uma pegada de carbono baixa. Certamente, a gente pode contribuir muito para aumentar o emprego, melhorar o bem-estar e a qualidade de vida nas nossas cidades e, ao mesmo tempo, promover a transição energética e essa importante transição da indústria para a economia de baixo carbono.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9297FCC0055B347.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - AL) – Dr. Adalberto, é muito importante ouvir essa fala da preocupação ambiental lincada com o desenvolvimento industrial. Então, uma coisa não atrapalha a outra, principalmente nesse tema de que nós estamos tratando aqui.

Além disso, verifica-se que o Brasil tem um potencial e que está enxergando isso. Então, V. Exa. está no local certo. Torço demais, porque o seu sucesso é o sucesso de tudo o que nós buscamos aqui: um país desenvolvido de maneira sustentável. Nesse assunto específico da eletromobilidade, você tem uma *expertise* internacional.

Então, acredito que a frente, que está sendo recriada agora, irá interagir bastante com o Ministério do Meio Ambiente e não vai ser para resolver problemas, mas, sim, para buscar soluções, e isso é muito diferente.

Então, parabéns pela explanação!

Dessa maneira, nós vamos encerrar este momento, que é um momento de explanações, um momento que terá continuidade através da frente parlamentar mista da Câmara e do Senado, com 30 Deputados e 10 Senadores, que fazem parte desse novo momento, para fazer com que a política nacional de eletromobilidade seja uma realidade – com a participação direta também do Vice-Presidente, Geraldo Alckmin, que está com total interesse, e da Ministra Marina Silva também, representada aqui pelo Adalberto – e para que a gente possa unir as duas áreas e fazer o nosso papel de legislador.

A reforma tributária está aí, e um dos maiores atores da reforma tributária do Senado Federal está aqui, acompanhando este momento todo, Senador Oriovisto, que é um vencedor, que contribuiu bastante com este país do lado de fora e está contribuindo, talvez mais ainda, do lado de dentro agora do poder público, atento a todos os momentos, vibrando – e eu acompanhei já algumas conquistas – a cada passo que é dado pela reforma tributária.

Então, dessa maneira, muito obrigado a todos que aqui se fizeram presentes e até as próximas etapas.

Muito obrigado.

Assim, está encerrada esta audiência pública.

(*Iniciada às 11 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 20 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9297FCC0055B347.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e sete minutos do dia trinta de maio de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Jorge Kajuru e Sergio Moro, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Otto Alencar, Dr. Samuel Araújo, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia e Mecias de Jesus, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton, Alessandro Vieira, Omar Aziz, Sérgio Petecão, Rogério Carvalho e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5245, de 2020 - Terminativo -** que: "Determina a introdução de conteúdos relacionados a Direitos Humanos e combate ao racismo e outras formas de discriminação em cursos de capacitação de agentes de segurança pública e privada." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com dez emendas que apresenta. **Resultado:** Durante a reunião, a pedido do relator, Senador Rogério Carvalho, a matéria é retirada de pauta. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4104, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para ampliar o efeito da condenação de perda de cargo, função pública ou mandato eletivo." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PSD/MG). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Durante a reunião, a pedido do relator, Senador Alessandro Vieira, a matéria é retirada de pauta. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1918, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera os arts. 433 e 447 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para dispor sobre a paridade de gêneros no Conselho de Sentença do Tribunal do Júri." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM 4 - Projeto de Resolução do Senado n° 94, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Prêmio Senado Federal de Segurança Pública, destinado a agraciar pessoas que criem mecanismos de melhora da segurança pública ou atuem em ação de segurança pública de grande repercussão nacional." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao projeto e à emenda nº 1-CCJ. **Resultado:** Durante a reunião, é designado relator "ad hoc" o Senador Hamilton Mourão. Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto e à emenda nº 1-CCJ-CSP. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 25, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a respeito das prisões realizadas em virtude dos atos do dia 08 de janeiro, bem como a violação às prerrogativas dos advogados que estão atuando nos casos supracitados." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Aprovada a inclusão do requerimento como extrapauta, com o voto contrário da Senadora Soraya

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9297FCC0055B347.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Thronicke. Colocado em votação, é aprovado o requerimento. **Observação:** O requerimento foi subscrito pelo Senador Jorge Seif. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorge Kajuru
Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/05/30

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, eu declaro aberta a 16ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 15ª Reunião, realizada em 23 de maio.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata, então, está aprovada e será publicada no *Diário* oficial.

A presente reunião – Senadores Sergio Moro e Jorge Seif, obrigado pela chegada, como sempre, e pela atuação de ambos –, destina-se à deliberação dos itens constantes da pauta.

A Presidência esclarece que, nas votações nominais, os Senadores poderão votar tanto nos computadores localizados neste plenário quanto por meio do aplicativo Senado Digital, desde que tenham registrado a presença pessoalmente aqui na Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F9297FCC0055B347.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos, de imediato, ao item 1, que é o Projeto de lei nº 5.245, de 2020, terminativo. Todavia, o Senador Rogério Carvalho, de Sergipe, que é o Relator deste projeto de autoria do Senador Fabiano Contarato, já nos avisou, através do Waldir e toda a equipe da Secretaria desta Mesa, que não vai poder chegar em tempo, somente depois do almoço, e fez o pedido para que se retire de pauta, e, na semana que vem, sem falta, estaremos analisando este projeto e deixando a relatoria a cargo do Senador Rogério Carvalho.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 5245, DE 2020

- Terminativo -

Determina a introdução de conteúdos relacionados a Direitos Humanos e combate ao racismo e outras formas de discriminação em cursos de capacitação de agentes de segurança pública e privada.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Pela aprovação do projeto, com dez emendas que apresenta.)

Bem, acabamos de receber um telefonema aqui do Senador Alessandro Vieira, também de Sergipe. Ele solicitou que se retire de pauta o projeto de lei do nosso querido Senador mineiro Carlos Viana, o PL 4.104, de 2020, que estava como item 2 da pauta. Ele me pediu que fosse o Relator *ad hoc*, mas agora prefere deixar para a semana que vem, até porque ele próprio fará a relatoria.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 4104, DE 2020

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para ampliar o efeito da condenação de perda de cargo, função pública ou mandato eletivo.

Autoria: Senador Carlos Viana (PSD/MG)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2DD891A90055B346.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.)

O item 2 da pauta... Desculpa, perdão.

Agora é o item 3.

Bem, o item 3 da pauta, o Projeto de Lei nº 1.918, de 2021, é não terminativo. Ele é de autoria do nosso paranaense Senador Flávio Arns, que, neste momento, preside a Comissão de Educação neste Senado Federal. A relatoria é minha.

Eu faria um pedido ao paranaense, o nosso querido Senador Sergio Moro, para que ocupasse a Presidência enquanto eu faço o relatório e, depois, ele próprio apresenta a votação. Peço o entendimento do Senador catarinense Jorge Seif, sempre sensato. Estou chamando o Ministro Moro porque foi o primeiro a chegar aqui. Aliás, foi mais ou menos como corrida de jóquei, entendeu? Um palmo a mais.

Muito obrigado.

Presidente, fique...

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu cumprimento aqui o Senador Kajuru, o Senador Jorge Seif, os demais colegas que acompanham à distância.

Vamos aqui, então, para o item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 1918, DE 2021

- Não terminativo -

Altera os arts. 433 e 447 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para dispor sobre a paridade de gêneros no Conselho de Sentença do Tribunal do Júri.

Autoria: Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR)

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2DD891A90055B346.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

Eu vou passar a palavra aqui, de imediato, ao Senador Jorge Kajuru para a leitura do relatório.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Como Relator.) – Obrigado, Ministro Presidente desta sessão, Senador Sergio Moro.

O Projeto de Lei nº 1.918, de 2021, do excelente Senador Flávio Arns, altera os arts. 433 e 447 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro, que ocorre no julgamento de feminicídios, em que acusados têm suas penas atenuadas quando homens figuram entre os julgadores. Assim, defende que o Conselho de Sentença do Júri seja representativo dos dois gêneros.

Permita-me, Presidente Moro, já ir diretamente à análise.

O PL nº 1918, de 2021, prevê uma quantidade mínima de mulheres dentre os jurados sorteados para o Tribunal do Júri e para o Conselho de Sentença. Para tanto, confere ao *caput* do art. 433 e ao parágrafo único do art. 447, ambos do CPP, as seguintes redações:

> "Art. 433. O sorteio, presidido pelo juiz, far-se-á a portas abertas, cabendo-lhe retirar as cédulas até completar o número de 25 (vinte e cinco) jurados, para a reunião periódica ou extraordinária, sendo que, no mínimo, treze (13) jurados serão mulheres.
> ....." (NR)
> "Art. 447. .....
> Parágrafo único. Dos 7 (sete) jurados que constituirão o Conselho de Sentença, no mínimo, três (3) serão homens e três (3) mulheres, com exceção do julgamento dos crimes em que a vítima for mulher, no qual haverá no Conselho, no mínimo, 4 (quatro) quatro mulheres." (NR)

As alterações propostas são muito bem-vindas.

A ideia de um tribunal composto por juízes leigos, formado por cidadãos comuns que julgam seus pares, é uma garantia contra arbitrariedades dos representantes do poder, além de ser um importante instrumento de participação direta do povo na administração da justiça.

A previsão do júri tem assento constitucional como uma garantia individual, conforme prevê o art. 5º, XXXVIII, da Constituição Federal.

O Conselho de Sentença no tribunal do júri é uma representação da sociedade em que vivemos. Assim, se a intenção é que os jurados correspondam, em alguma medida, a nossa sociedade, considerando que em 2019 as mulheres somavam 52,2% da população brasileira, nada mais justo, então, que o Conselho de Sentença do tribunal do júri reflita essa paridade de gêneros.

Ademais, a equivalência de gênero na composição do Conselho de Sentença ganha mais importância quando se trata de um país em que a influência do machismo ainda é muito forte, como no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2DD891A90055B346.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caso do Brasil. E por estar arraigada em nossa cultura, essa influência pode funcionar como um fator decisivo na condenação ou absolvição de acusados por crimes praticados contra mulher, sobretudo quando envolvem violência doméstica ou familiar.

Dessa forma, o projeto de lei de Flávio Arns, valendo-se de dispositivos simples e precisos, consegue, de maneira suficiente, assegurar a paridade de gênero no Conselho de Sentença.

Há um único ponto que, em minha opinião, pode ser aperfeiçoado. Estamos nos referindo ao regramento, Presidente Sergio Moro, que trata das recusas no procedimento do júri, especificamente, Senador Seif, ao §1º do art. 469 do CPP, em que também deverá ser prevista a necessidade de se observar a regra da paridade. Para tanto, apresentamos o substitutivo ao final.

Para concluir, vou diretamente ao voto.

Com essas considerações, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.918, de 2021, nos termos do substitutivo que apresentei e apresento, Presidente Senador Sergio Moro.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Lido o relatório, apresentado o voto, eu indago aos Senadores presentes...

Dou a palavra para discussão.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Presidente, é para, primeiramente, parabenizar o Senador Kajuru e o Senador Arns pela proposição. Se o senhor me permite, gostaria de estudar um pouco melhor a matéria. Para isso, eu pediria, Sr. Presidente, vista para, quem sabe, poder melhorar o projeto e aperfeiçoá-lo, visto que entendi o caráter da proposição.

Então, peço, Sr. Presidente, vista ao projeto lido pelo Senador Jorge Kajuru.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Mais alguém pretende discutir? (*Pausa.*)

Só quero esclarecer, Senador Kajuru, que eu também entendo pertinente o pedido de vista. Eu até pediria, mas assumi aqui a Presidência.

Eu acabei tendo contato com esse projeto hoje, embora ele seja bastante interessante, mas eu gostaria, já que é uma questão que mexe com um instituto fundamental do nosso Direito, que é o júri, de ter pelo menos uma semana para dar uma estudadinha mais nele...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Justo.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... mas sem qualquer demérito em relação ao propósito do projeto. Eu queria dar uma olhada em Direito comparado, se existe alguma coisa nesse sentido, porque é um pouco novidade o teor desse projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2DD891A90055B346.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu concedo aqui vista coletiva, a pedido do Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente, e obrigado, Senador Jorge Kajuru.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado.

Bem, senhoras e senhores, amigos e amigas, voltando à Presidência da Comissão de Segurança Pública, trago o item 4.

ITEM 4

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 94, DE 2019

- Não terminativo -

Institui o Prêmio Senado Federal de Segurança Pública, destinado a agraciar pessoas que criem mecanismos de melhora da segurança pública ou atuem em ação de segurança pública de grande repercussão nacional.

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Favorável ao projeto e à emenda nº 1-CCJ.

Observações: *1. A matéria seguirá posteriormente à Comissão Diretora.*

A autoria é do Senador, a voz da segurança pública no Rio Grande do Norte, Styvenson Valentim.

Relatoria do Senador Otto Alencar, o nosso baiano principal. Já chegou ou não? (*Pausa.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Então, Kajuru...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não, Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – O Senador Hamilton Mourão se oferece para relatar *ad hoc*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2DD891A90055B346.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Então, não tem ninguém melhor escolhido por V. Exa.

Senador Hamilton Mourão, portanto, é o Relator *ad hoc*.

Prazerosamente, vamos ouvi-lo. (*Pausa.*)

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhoras e senhores, o meu bom-dia a todos.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º. Fica instituído o prêmio Senado Federal de Segurança Pública destinado a agraciar pessoas que criem mecanismos de melhora da segurança pública ou atuem em ação de segurança pública de grande repercussão nacional.

Art. 2º. O Prêmio Senado Federal de Segurança Pública consiste na concessão de diploma, a ser entregue anualmente, na semana do dia 21 de abril a até três agraciados.

Art. 3º. A indicação de candidatos, acompanhado de justificativa, será feita por qualquer Senadora ou Senador com antecedência mínima de 45 dias junto à Mesa do Senado Federal.

Art. 4º. A escolha dos agraciados será realizada por Comissão composta por um Senador de cada partido com representação no Senado Federal, a ser indicado anualmente pela respectiva bancada.

Art. 5º. O Senado Federal custeará as despesas de confecção e entrega do prêmio, bem como as de deslocamento e hospedagem dos agraciados, que serão considerados colaboradores eventuais do Senado Federal.

Art. 6º. As despesas decorrentes desta resolução ocorrerão a conta de dotações próprias consignadas no orçamento do Senado Federal.

Art. 7º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Vamos direto, agora, para a análise e o voto, Presidente.

Do ponto de vista de sua admissibilidade, o PRS nº 94, de 2019, atende a todas as exigências. A proposição não conflita com nenhum dispositivo constitucional, é jurídica e vem vazada em boa técnica legislativa.

No mérito, entendemos que a proposta é oportuna, uma vez que incentiva a divulgação e a execução de novas ideias e iniciativas, assim como o desempenho profissional em uma área de grande preocupação da sociedade brasileira, a segurança pública, o que não deixa de ser uma colaboração indireta ao trabalho parlamentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2DD891A90055B346.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consideramos meritória também a redesignação operada pela Emenda nº 01-CCJ, que homenageia o saudoso Senador Major Olimpio, que era, indiscutivelmente, comprometido com o tema da segurança pública.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 94, de 2019, e da Emenda nº 01-CCJ.

Esse é o relato.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu queria ter um filho assim, não? (*Risos.*)

Relatório objetivo não é fácil aqui nesta Casa.

Bem, eu coloco em discussão...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Senador Kajuru...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O Senador Styvenson Valentim é o autor deste importante projeto, que me fez ter momentos de emoção, ao ser lembrado o nome irretocável do meu amigo pessoal – morávamos no mesmo *flat* –, o Senador Major Olimpio.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Para discutir.) – Eu acho dupla... Eu acho, não, eu tenho certeza de que é dupla a justiça de resolução como esta que, ao agraciar um nome como o do Major Olimpio, que faz uma falta imensa aqui, no nosso Senado, ainda mais em uma Comissão como esta, que trata de assuntos que ele defendia com tanto vigor, também confere este estímulo, ao trazer para o cidadão, para os operadores de segurança pública, para aqueles que tiverem boas ideias e boas práticas, um reconhecimento, um agraciamento, pelo Senado Federal, por contribuir para um tema que é sensível, em todo lugar do Brasil, principalmente nos momentos de política.

Eu acho que, em qualquer ambiente, em qualquer lugar, em qualquer proposta, sempre você vai ouvir um político discutindo sobre segurança pública, mas ainda falta um pouquinho só de ideias porque...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Mesmo sem entender...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Isso, Senador Hamilton Mourão! Mesmo sem entender, ele vai discutir. Por isso é que nós estamos trazendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2DD891A90055B346.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa resolução, para trazer, justamente, para esta Casa, esse debate de pessoas que vivem isso, lá do lado de fora, que talvez tenham esse conhecimento tanto quanto nós temos aqui, para melhorar e aperfeiçoar.

Então, esta é a finalidade: a dupla justiça que nós estamos fazendo aqui ao Senador Olimpio e a quem está do lado de fora, assistindo, que pode contribuir, sim, e ser agraciado com um prêmio do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Parabéns, Senador Styvenson Valentim, como sempre, com projetos de conteúdo e homenagens valorosas.

Neste momento, não havendo mais quem queira discutir... (*Pausa.*)

Parece que o Senador catarinense Jorge Seif quer e também o nosso querido paranaense Sergio Moro também quer.

Quem pediu primeiro? Desculpem-me pela minha visão. (*Pausa.*)

Sergio Moro, então.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

Esse é Mourão!

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Só, muito rapidamente, reitero a justa homenagem ao Senador Major Olimpio. Eu não estava no Senado, mas foi um Senador que interagiu muito com o Ministério da Justiça e Segurança Pública na época. Realmente, foi um Senador que se destacou nessas causas específicas relacionadas a essa temática.

Então, de certa maneira, o prêmio é relevante, mas, mais relevante ainda, é agraciar o Senador Major Olimpio com essa honraria ao ser denominado no âmbito do prêmio.

Então, é só esse registro específico aqui público.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Concordo 100% com as suas palavras, Senador Moro.

E agora o Senador catarinense, sempre com a sua sensatez, Jorge Seif, que também é o último a comentar sobre o projeto.

Posteriormente iniciaremos a votação simbólica.

Pois não, Seif.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2DD891A90055B346.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, é meritório e quero parabenizar aqui o Senador Styvenson e o Senador Otto Alencar, porque na verdade os profissionais de segurança pública no nosso país são os verdadeiros heróis do nosso dia a dia, heróis das cidades, heróis das nossas famílias, que prestam serviço muito relevante a toda a sociedade brasileira, protegendo, guardando, vigiando.

Então, quero parabenizar pela proposição e também reiterar as palavras do Senador Sergio Moro: justa homenagem ao nosso falecido Senador, memorável Senador Major Olimpio, por sua defesa e contundência sobre os assuntos de segurança pública no nosso país.

Então, quero parabenizar o Senador Styvenson e o Senador Otto Alencar, parabenizar a todos os profissionais de segurança pública do nosso Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu que agradeço também as suas palavras, Senador Jorge Seif, e de imediato vamos à votação simbólica deste projeto, que evidentemente será aprovado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, então, o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Resolução nº 94, de 2019, com a Emenda nº 1-CCJ-CSP.

A matéria vai à Comissão Diretora.

Bem, não havendo mais nenhum item em pauta...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não, Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Recebi aqui uma missão, a pedido do Senador Eduardo Girão, do glorioso Estado do Ceará, que, não conseguindo chegar a tempo para a nossa reunião aqui na CSP, me pediu que fizesse um requerimento *ad hoc.*

Se o senhor me permitir, vou proceder à leitura resumida.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2DD891A90055B346.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA N° 25, DE 2023

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a respeito das prisões realizadas em virtude dos atos do dia 08 de janeiro, bem como a violação às prerrogativas dos advogados que estão atuando nos casos supracitados.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE) e outros

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a respeito das prisões realizadas em virtude dos atos do dia 8 de janeiro, bem como a violação às prerrogativas dos advogados que estão atuando nos casos supracitados.

E aqui, Sr. Presidente, tem uma série de pessoas para serem ouvidas nessa audiência pública, mas eu passo, então, para a justificação.

É consabido que, desde as eleições de 2022, parte da população que se encontra insatisfeita com o resultado realizou uma série de manifestações em todo o país, além de acampamentos nas proximidades de áreas militares, chegando a requerer intervenções das Forças Armadas.

Deve-se reconhecer como inadmissível a atitude de pessoas que pregam o fechamento de nossas instituições como o Supremo Tribunal Federal, o Congresso Nacional, a ameaça aos seus membros, e de outras instituições que dão suporte à democracia. As manifestações promovidas pelo país com esta agenda que coloca em risco as instituições democraticamente constituídas devem merecer o repúdio das pessoas de bem que aspiram a um país melhor.

Com efeito, como uma notada decorrência desse flagrante descontrole social, foi noticiada amplamente nos últimos dias a ocorrência de manifestações na cidade de Brasília, Distrito Federal, sede política do país. Tais atos, ocorridos em 8 de janeiro do presente ano, debandaram, posteriormente, para ações de depredação do patrimônio público e verdadeiros atos de vandalismo contra às instituições da República, condutas estas inaceitáveis e que merecem devida reprimenda estatal.

Imagens mostraram que vândalos invadiram as sedes dos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo, causando depredações e vandalismo em Brasília, além de atos de violência contra agentes de segurança pública e jornalistas que cobriam o nefasto evento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2DD891A90055B346.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O rastro de destruição deixado neste domingo (08/01) nas edificações que abrangem a Praça dos Três Poderes – Palácio do Planalto, Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal (STF) – foi além dos móveis e vidraças e atingiu diretamente a nossa jovem democracia.

É sabido que fatos criminais com extrema repercussão pública despertam diversos sentimentos na sociedade, como o ímpeto de justiça. Todavia, o desejo de responsabilizar os reais culpados não pode ser superior a ponto de desprezar os princípios e normas esculpidos em todo nosso ordenamento jurídico, sobretudo na área processual penal, visto que o direito penal deve ser a última *ratio* em um Estado democrático de direito.

Justamente para evitar situações inquisitórias e até mesmo de perseguição política é que resta desenhado em nossa Constituição o devido processo legal, com o propósito de garantir os direitos processuais às partes envolvidas em determinada lide jurídica. Não por acaso, compõem os princípios constitucionais penais legalidade, presunção de inocência, responsabilidade pessoal do agente, culpabilidade, individualização da pena, proporcionalidade, entre outros.

Contudo, existem diversos relatos de que tais balizas estão sendo amplamente violadas no tratamento dos detidos envolvidos na invasão das sedes dos três Poderes.

A população brasileira, pessoas humildes, ricos, pobres, empresários, empregados, enfim, toda uma nação assiste atônita às investidas ilegais e abusivas das autoridades do Poder Judiciário, que não são legisladores, mas se passam como tal; que não são policiais, mas agem como se o fossem; que pretendem ser, ao mesmo tempo, vítimas, investigadores, julgadores, tudo contra os ditames constitucionais e legais, completamente fora das quatro linhas do ordenamento jurídico, ao instaurar o chamado inquérito das *fake news*, infindável, por meio do qual comete todas essas arbitrariedades.

Inúmeros advogados, defensores públicos, familiares dos presos e os próprios detentos relatam: (i) que o acesso aos presídios estaria sendo dificultado; (ii) que as audiências de custódia estariam sendo realizadas sem o devido acompanhamento do procurador do investigado e fora do prazo legal esculpido no art. 310 do Código de Processo Penal; (iii) que estaria havendo morosidade na condução das investigações e demais atos preparatórios; (iv) que não haveria a devida individualização das condutas, ocorrendo um encarceramento em massa; (v) que não haveria materialidade para as prisões em flagrante dos indivíduos que se encontravam no Quartel-General do Exército em Brasília; (vi) que a dignidade das condições pessoais dos detentos não foram e não estariam sendo observadas; e, por fim, (vii) o extremo abuso de autoridade por parte de alguns ministros da Suprema Corte, que concentram poder no caso em tela, vez que é o responsável por investigar, processar e julgar os denunciados, para descrever algumas das situações relatadas aos Parlamentares.

Sr. Presidente, eu vou – o requerimento é longo, com esse teor de solicitar essa audiência – para a parte final.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2DD891A90055B346.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Considerando as incontáveis ofensas ao Estado de direito e ao devido processo legal que estão em curso, bem como os ultrajes às prerrogativas dos advogados dos detidos em virtude dos atos do dia 8 de janeiro, é que peço apoio aos nobres pares para realização de audiência pública com o propósito de debater com afinco o rompimento do arcabouço constitucional de nosso ordenamento jurídico.

Senador Eduardo Girão, do Partido Novo, do Ceará.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Senador Jorge Seif, vamos aqui sempre fazer prevalecer o bom senso entre nós. O Senador Eduardo Girão, que nunca falta a sessão, chegou, fez a sua observação. Eu deixo bem claro que, como Vice-Líder do Governo Lula e Líder da Bancada, pela segunda vez, do PSB, partido da base do Governo, é sabido por todos da minha independência. Eu não tenho nada contra o requerimento. Eu apenas fiz uma sugestão ao Senador Girão sobre o número de convidados, e ele disse: "Quantos você achar melhor".

Eu proponho seis. Queria saber se vocês concordam com seis nomes, que é um número ideal, correto?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pode ser?

O autor do requerimento concorda, então agora a gente tem que colocar...

A Senadora Soraya Thronicke deseja falar? (*Pausa.*)

... para a gente incluí-lo em pauta, não é?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS. Pela ordem.) – Considerando que a CPMI já está em curso, eu acho inócuo, Senador. Acho que poderíamos... Vamos ouvir primeiro o plano de trabalho da Relatora Eliziane Gama nesta quinta-feira e deixar para deliberar sobre a relevância disso, realmente, com todo respeito... porque o senhor é membro da CPMI, podemos discutir lá, concorda? Não sei. Desculpe-me, mas nós podemos, sei lá, utilizar melhor o nosso tempo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Quero só fazer um apelo aqui à minha querida irmã, Senadora Soraya Thronicke. Nós chegamos juntos aqui a esta Casa.

Senadora, esse requerimento é algo, assim, extremamente simples, porque o objetivo aqui é apenas ouvir pessoas, inclusive do meu estado, do seu estado, várias pessoas que estão dizendo, através de advogados, que estão sem o devido processo legal exatamente sequenciado. Por exemplo, nós temos... Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2DD891A90055B346.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fui à Papuda e fui também à Colmeia, e muito me deixou preocupado essa questão da falta de acesso aos autos dos advogados.

Então, eu faço esse apelo porque, inclusive, o Senador, nosso Presidente hoje, Kajuru, colocou: "Olha, não vamos fazer uma coisa com muitos ouvintes, porque aí isso demora; nós temos várias outras audiências públicas".

E eu vejo, assim, que isso independe da questão da CPMI. É uma coisa bem típica de uma Comissão de Segurança Pública ouvir essas pessoas. Não tem nenhum problema em se reduzir o número para seis, absolutamente. Acho, inclusive, que tem que entrar até numa fila de audiências que já estão aprovadas aqui nesta Comissão. Eu só acho importante, como nós estamos no Senado da República, a gente poder dar voz, Senadora Soraya, apenas dar voz a essas pessoas para que possam colocar eventuais violações que estão ocorrendo nos processos no sistema Judiciário, porque isso envolve segurança pública também, questão para a qual a gente precisa ter uma atenção.

Então, eu queria fazer esse apelo, em nome dessas famílias, em nome desses advogados, à senhora, que é do meio jurídico, para que a gente possa fazer a deliberação, reduzindo bastante o número aqui – eram mais de dez pessoas que seriam ouvidas, e a gente reduz para seis.

E outra coisa: eu deixo aberto para que outros nomes sejam incluídos, para que, porventura, um contraponto possa ser feito. Se bem que nós estamos colocando aqui também a participação de pessoas de instituições do Brasil. Então, eu lhe faço esse apelo, porque existe um sofrimento, existe realmente algo que é compaixão, para que a gente possa deliberar isso hoje, sem mais delongas, porque, enquanto nós estamos aqui no conforto, nós estamos aqui com tranquilidade para fazer o nosso trabalho, outras pessoas estão, neste momento, tendo seus filhos longe dos seus pais, uma tragédia que acontece para as pessoas.

E outra coisa: quem errou, Presidente Kajuru – eu acredito que todos nós aqui achamos isso –, deve ser punido exemplarmente, seja de qual corrente ideológica for. É absolutamente inaceitável fazer depredação, vandalismo. Nós não estamos tratando aqui da questão de investigar o que aconteceu. Nisso aí eu concordo com a Senadora Soraya: isso é na CPMI. Aqui a gente vai apenas ouvir violações, que têm a ver com a Comissão de Segurança Pública, que essas pessoas, esses advogados estão sentindo e que fazem parte do sistema penitenciário do Brasil, que tem absolutamente tudo a ver com esta Comissão.

É o apelo que eu faço para a Senadora Soraya Thronicke.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não, Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Presidente Jorge Kajuru, eu estive visitando os presos aqui em Brasília e fui abordado por vários advogados que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2DD891A90055B346.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

justamente nos relatam, conforme o requerimento do Senador Eduardo Girão, que realmente estavam com dificuldade de falar com seus clientes; que o devido processo legal, descrito nas leis brasileiras, não estava sendo respeitado; que não tinham acesso aos autos; enfim, uma série de questões. Nós estamos tratando aqui de humanidade.

Eu queria somente comentar com a Senadora Soraya Thronicke que quem está preso tem pressa. A nossa CPMI está prevista para 180 dias. Então, ainda que a CPMI traga as investigações, os requerimentos, etc. etc., eu creio que é pertinente esse pedido do Senador Girão justamente para que, em relação a essas pessoas que vão relatar aqui o que viram, etc. etc., possamos antecipar essas oitivas e realmente saber: será que as leis brasileiras estão sendo devidamente respeitadas? Essas pessoas que foram presas tiveram o seu devido processo legal? Então, se nós aguardarmos 180 dias para termos esses esclarecimentos, eu acho que perde a sociedade brasileira na questão humanitária, em uma série de questões. Então não vejo prejuízo para a Comissão de Constituição e Justiça, aliás, a Comissão de Segurança Pública ouvir essas pessoas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu que agradeço, Senador Seif.

Bem, eu penso que devo demonstrar aqui também a minha coerência para com os argumentos da nossa querida Senadora Soraya Thronicke, no que tange ao início dos trabalhos da CPMI. Na quinta-feira, a largada. Na semana que vem, tendo – talvez não tenha, mas tomara que tenha – já me junto à reunião.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Presidente Kajuru, eu conversei aqui com a Senadora Soraya, pude explicar melhor e acredito até que a gente deva ter um consenso com relação a essa simples audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não, mas o senhor não permitiu que eu concluísse, e respeito.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu iria dizer exatamente isto: que eu vou colocar em votação a inclusão do Requerimento de V. Sa. nº 25, de 2023, como item extrapauta, perfeito? Apenas quis respeitar os argumentos usados pela Senadora Soraya Thronicke. E é claro que vai prevalecer aqui a votação dos senhores.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Você nunca será vencida. Eu nunca vi uma onça vencida. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2DD891A90055B346.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

Bem, os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com a inclusão do requerimento na pauta, como extrapauta, aliás, permaneçam como estão ou levantem a mão. (*Pausa.*)

Perfeito.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É, sustentou o seu argumento, a sua oposição a Senadora Soraya Thronicke. No entanto, são cinco votos, não é? Perfeito? Então, o placar de 5 a 1. Eu só votaria se houvesse empate.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bem, então agora em votação, de forma simbólica, este Requerimento do Senador Eduardo Girão nº 25, de 2023.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram ou levantem a mão. (*Pausa.*)

Então, aprovado.

Eu só peço a sua compreensão, Senador Eduardo Girão – e o senhor foi muito sensato na sua fala –, porque nós temos uma fila aqui de audiências públicas, especialmente uma delas, que o General Mourão, o Senador Moro, Senador Seif e o Senador Styvenson concordam plenamente – evidentemente também a Soraya –, que é aquela audiência pública proposta pela Senadora Damares Alves sobre a exploração sexual infantil.

Eu entrei junto com ela e apresentei já os meus nomes; ela apresentou os dela. Tem um terceiro Senador, de que não me lembro aqui... Acho que foi o Senador Girão, pronto. Então nós três entramos com esse pedido. Então esse vai ser o primeiro e obedeceremos a ordem natural dos pedidos, correto?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu que agradeço.

Portanto, não havendo mais nada para se discutir em pauta, eu declaro esta 16ª Reunião da Comissão de Segurança Pública encerrada.

Agradeço a todos e a todas.

Deus e saúde, pátria amada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2DD891A90055B346.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 11 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2DD891A90055B346.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e quatorze minutos do dia treze de junho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Efraim Filho, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Carlos Viana, Rogério Carvalho, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Augusta Brito, Flávio Bolsonaro, Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Mecias de Jesus, Paulo Paim e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Sergio Moro, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Weverton, Omar Aziz, Otto Alencar, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Jorge Seif e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5245, de 2020 - Terminativo -** que: "Determina a introdução de conteúdos relacionados a Direitos Humanos e combate ao racismo e outras formas de discriminação em cursos de capacitação de agentes de segurança pública e privada." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com dez emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 768, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para dispor sobre a participação de instituições da sociedade civil na definição das políticas de segurança relativas ao Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (MDB/ES). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4104, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para ampliar o efeito da condenação de perda de cargo, função pública ou mandato eletivo." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PSD/MG). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1918, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera os arts. 433 e 447 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para dispor sobre a paridade de gêneros no Conselho de Sentença do Tribunal do Júri." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Durante a reunião, a pedido do relator, a matéria é retirada de pauta. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1903, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996 – Lei da Interceptação Telefônica, para dispor sobre as hipóteses de captação ambiental, sem ordem judicial, quando há risco à vida, à liberdade ou à dignidade sexual." **Autoria:** Senadora Simone Tebet (MDB/MS). **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Durante a reunião, a pedido da relatora, a matéria é retirada de pauta. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 27, de 2023** que: "Requer que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Presidente do Conselho Nacional de Justiça, Ministra Rosa Weber, informações sobre o número de pessoas que se encontram cumprindo pena pelos crimes descritos na Lei nº 13.142 de 2015." **Autoria:** Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ). **Resultado:** Aprovada a inclusão do requerimento como extrapauta. Colocado em votação, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2DD891A90055B346.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sérgio Petecão
Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/06/13

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 16ª Reunião, realizada no dia 30 de maio.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pela ordem, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, muito rapidamente, eu protocolei junto à Mesa da Comissão o Requerimento nº 26, de 2023, e eu queria pedir a V. Exa. que o incluísse como extrapauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2DD891A90055B346.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu faço uma brevíssima explicação do que é isso, em função da escalada das agressões contra os profissionais de segurança pública como um todo, em especial policiais militares, em todo o Brasil e no Rio de Janeiro especificamente.

Como participei diretamente de toda a mobilização pela aprovação da Lei nº 13.142, de 2015, aqui no Congresso Nacional... Eu lembro que, à época, Presidente, eu rodei vários batalhões, delegacias, unidades prisionais no Rio de Janeiro, colhendo assinaturas para apoiar esse projeto de lei à época, e trouxe aqui fisicamente dezenas de milhares de assinaturas ao então Presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha, que prontamente colocou esse projeto em votação, e eu queria ter uma, na verdade neste momento, ideia do impacto dessa lei na realidade.

É uma lei de 2015, repito. Portanto, é para saber – é uma lei que torna hediondos os crimes cometidos contra as vidas desses profissionais de segurança pública ou contra os seus familiares em razão da atividade desse servidor – quantas pessoas estão presas, numa divisão ano a ano e também por estado, para que nós tenhamos a exata, a real dimensão de como tem sido a aplicação dessa lei em cada ente da Federação.

Então, eu queria pedir a V. Exa. que colocasse em votação esse requerimento extrapauta, que seria encaminhado ao CNJ, para que nos prestasse essas informações, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Flávio Bolsonaro, inclusive a nossa assessoria aqui da Mesa me fazia aqui um esclarecimento, para que, após o seu requerimento, nós façamos o encaminhamento para que todos os requerimentos extrapauta sejam lidos e votados na reunião seguinte. Mas, como nós não tínhamos conversado, vamos abrir aqui para o senhor.

Agora, nós temos um problema no seu requerimento, segundo aqui a Mesa... Art. 50, §2º As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informação a Ministro de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no *caput* deste artigo [...].

Aqui, V. Exa. está pedindo... "Requeiro, nos termos do artigo (...), parágrafo (...), informações...". O senhor está pedindo aqui uma informação à Ministra Rosa Weber.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Presidente do CNJ.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Mas, aí, nós, Parlamentares, não temos prerrogativa para pedir informação à Ministra do...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Ao Presidente do CNJ. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2DD891A90055B346.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, é uma questão de formalidade na fundamentação do requerimento. Se puder aí a assessoria da Mesa fazer de ofício e encaminhar o requerimento...

Na verdade, o objetivo é só botar uma luz sobre essas agressões sobre os policiais, em especial, em todo o Brasil, que vêm sofrendo uma escalada.

Apenas isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Na verdade, é mais no sentido até de lhe atender, Senador, para que não possamos criar nenhum tipo de obstáculo e de problema.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Agradeço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – A assessoria da Mesa da Comissão vai... Porque, às vezes, é o que eles querem para... Fazer o quê?

Então, a nossa assessoria aqui vai entrar em contato com a sua assessoria, para que a gente possa tomar as medidas cabíveis.

Cuidem disso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Tá! (*Pausa.*)

Senador... (*Pausa.*)

O item 1, o Senador Rogério Carvalho está em outra Comissão; do item 2 a relatoria seria da Senadora Leila Barros; o item 3...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não tem ninguém, Presidente? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Nós temos aqui vários requerimentos, mas os Relatores não estão presentes.

Vamos agora ao extrapauta aqui do Senador Flávio Bolsonaro: Requerimento nº 27, de 2023, que "requer sejam prestadas..."

A nossa assessoria, junto com a assessoria do Senador Flávio, está fazendo aqui alguns ajustes. Então, vamos logo diretamente à leitura do Senador Flávio Bolsonaro, enquanto chega aqui... O pessoal está arrumando aqui ainda, não é isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2DD891A90055B346.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.135640/2023-14-9 (ANEXO: 009)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para encaminhar.) – Presidente, como eu acho que é uma questão apenas de formato, de fundamento, se puder botar em votação... Porque o mérito do requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Vamos votar, vamos votar.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... é este, como eu falei aqui, de informações apenas ao CNJ.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Vamos votar. (*Pausa.*)

Consulto o Plenário se podemos incluir o Requerimento nº 27, de 2023, de autoria do Senador Flávio Bolsonaro, como item extrapauta.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão.

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA N° 27, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Presidente do Conselho Nacional de Justiça, Ministra Rosa Weber, informações sobre o número de pessoas que se encontram cumprindo pena pelos crimes descritos na Lei nº 13.142 de 2015.

Autoria: Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Pausa.*)

A informação aqui da nossa assessoria é que alguns membros da nossa Comissão fazem parte da CPMI, e a CPMI está exatamente em andamento neste momento.

Flávio?

Flávio Bolsonaro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2DD891A90055B346.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, Presidente, era só...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – É muita coisa para pouca gente! E não dá!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu vou aguardar, Presidente, porque eu queria... Eu não sei qual é o projeto de lei que a Senadora Leila vai relatar, mas é que eu tinha a intenção aqui de pedir, caso venha a pauta, vista aos projetos do item 1 da pauta e ao item 4.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O item 4, Senador Flávio, o Senador Kajuru, inclusive, já tirou da pauta.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ah, tá.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Pediu para tirar da pauta.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, só o item 1 que eu gostaria de pedir vista, se...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – E o item 5 também, só para informar, a Senadora Soraya pediu que se retirasse da pauta. (*Pausa.*)

Votamos na próxima, não é? (*Pausa.*)

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

E peço desculpas aos colegas pela demora.

(*Iniciada às 11 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 27 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2DD891A90055B346.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e três minutos do dia vinte de junho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Sergio Moro, Marcos do Val, Weverton, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Carlos Viana, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Augusta Brito, Ana Paula Lobato, Flávio Bolsonaro, Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Rodrigo Cunha, Paulo Paim, Zenaide Maia e Veneziano Vital do Rêgo, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Omar Aziz, Otto Alencar, Rogério Carvalho, Jorge Seif e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 768, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para dispor sobre a participação de instituições da sociedade civil na definição das políticas de segurança relativas ao Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (MDB/ES). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto e a emenda nº 1-CSP. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4104, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para ampliar o efeito da condenação de perda de cargo, função pública ou mandato eletivo." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PSD/MG). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, favorável ao projeto com as emendas nº 1-CSP e nº 2-CSP. **Observação:** 1. Em 20/6/2023, foi apresentada a emenda nº 1, de autoria do Senador Fabiano Contarato; 2. Em 20/6/2023, foi apresentado novo relatório, favorável ao projeto e à emenda nº 1, apresentando ainda uma emenda. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4333, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 325 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para prever causa de aumento de pena no crime de violação de sigilo funcional; e acrescenta o art. 244-C na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para tipificar o crime de divulgação de informação sigilosa a respeito de menor de 18 (dezoito) anos." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, favorável ao projeto, com as emendas nº 1-CSP e nº 2-CSP. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 23, de 2023** que: "Requer sejam convidadas autoridades para Audiência Pública destinada à instrução do Projeto de Lei nº 2.775 de 2022 que "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a presença obrigatória de um profissional de segurança nas escolas"." **Autoria:** Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). **Resultado:** Colocado em votação, é aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2DD891A90055B346.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Sérgio Petecão
Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/06/20

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

Aprovação da ata.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 17ª Reunião, realizada no dia 13 de junho.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado*.

Comunicado e documento recebido.

Comunico que foram apresentados à Secretaria desta Comissão:

- Ofício nº 304, de 2023, da Câmara Municipal de Esteio, Rio Grande do Sul, que encaminha moção de apoio alusiva ao ato que susta a aplicação da Resolução 487, de 15 de fevereiro de 2023, do Conselho Nacional de Justiça, que institui a política antimanicomial no âmbito do processo penal e da execução de medidas de segurança, que significa a desativação dos hospitais psiquiátricos e a liberação de portadores de transtornos mentais atualmente privados de liberdade por terem cometido delito grave;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2DD891A90055B346.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Moção de Apelo nº 5, de 2023, da Câmara Municipal de Irani, Santa Catarina, que solicita que as devidas providências sejam tomadas em favor do enrijecimento de penas para ataques à escola com a mudança da lei de crimes hediondos no Código Penal e também na lei que pune menores infratores.

Os documentos serão disponibilizados na página desta Comissão e no *site* do Senado, tendo 15 dias para que membros desta Comissão se manifestem no sentido de autuarmos os referidos documentos, para que sejam analisados por este Colegiado.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 4333, DE 2020

- Não terminativo -

Altera o art. 325 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para prever causa de aumento de pena no crime de violação de sigilo funcional; e acrescenta o art. 244-C na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para tipificar o crime de divulgação de informação sigilosa a respeito de menor de 18 (dezoito) anos.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações: *1. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.*

Passo a palavra ao ilustre Senador Jorge Kajuru para a leitura do seu relatório.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Como Relator.) – Bom, inicialmente, Deus e saúde a todos e todas presentes e a quem nos acompanha por redes sociais e remotamente.

Respeitado amigo e Presidente desta Comissão de Segurança Pública, o mesmo digo aos presentes aqui, Senadores General Mourão, Sergio Moro e Alessandro Vieira.

Eu vou diretamente à análise e agradeço a inversão de pauta, porque terça-feira aqui a nossa vida é de Bolt – não é isso, Mourão? Nossa vida aqui é de Bolt – é uma Comissão aqui, outra ali. E, aí, o Amin está presente também, claro, sem condições de ser um Bolt – o Amin, não é? A gente tem que ficar aqui na CPMI. Então, é aquela correria.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2DD891A90055B346.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Exatamente.

Preliminarmente, quanto à competência regimental, compete à Comissão de Segurança Pública opinar sobre matéria que trate sobre os temas segurança pública e sistema socioeducativo, nos termos do inciso I, alíneas "a" e "g", do art. 104-F do Regimento Interno do Senado Federal.

No mérito, entendo que o projeto é oportuno e conveniente.

O Projeto nº 4.333, de 2020, foi apresentado tendo em vista o caso da criança de São Mateus, Espírito Santo, que foi vítima de estupro pelo tio, sendo que teve que se deslocar do Espírito Santo para Pernambuco em razão da recusa do hospital capixaba em realizar o procedimento de interrupção da gravidez, autorizada legalmente pelo inciso II do art. 128 do Código Penal.

Ademais, conforme divulgado pela mídia, os dados da menina, bem como a informação sobre o hospital em que a cirurgia seria realizada, foram divulgados em vídeo nas redes sociais. Com isso, mesmo tendo havido decisão da Justiça para a retirada das informações das redes sociais, diversos grupos de pessoas foram até o hospital para protestar e tentar impedir o aborto, acusando a criança e a equipe médica de "assassinos".

O fato em questão é um caso evidente de dupla vitimização, em que a vítima sofre a violência sexual ou experimenta circunstâncias graves – e gravíssimas circunstâncias – em que há risco à sua vida, e, na sequência desses tristes eventos, tem ilegalmente violado o seu sigilo enquanto paciente, sendo exposta, desumanamente, ao escrutínio público.

É preciso reverter essa inversão de valores: as pessoas fragilizadas (não só crianças) devem ser acolhidas, e não expostas. É preciso protegê-las e apoiá-las, e não devassar sua intimidade num momento de fragilidade. A meu ver, a divulgação de informações sigilosas nesses casos apresenta um maior grau de desvalor, sendo necessário, portanto, estabelecer uma pena condizente com a gravidade do desrespeito ao bem jurídico tutelado.

Sendo assim, entendo pertinentes as alterações promovidas pelo projeto, tanto na criação de causa especial de aumento da pena para o crime de violação de sigilo funcional quando envolver fato relativa à pessoa em situação de vulnerabilidade, quanto na criação, no ECA, de dispositivo penal específico, com pena de reclusão de um a quatro anos, para quando houver divulgação de informação sigilosa a respeito de menor de 18 anos de idade.

A meu ver, a pena maior em questão é justificada pelo maior desvalor da conduta, uma vez que a divulgação de sigilo e a sua repercussão podem trazer danos psicológicos irreparáveis ou de difícil reparação para a vida do menor (como traumas, por exemplo), prejudicando a sua formação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2DD891A90055B346.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não obstante essas considerações, entendo que o projeto do querido Senador Fabiano Contarato merece ser aperfeiçoado.

Na causa de aumento de pena instituída no art. 325 do Código Penal, proponho a alteração da redação para "a pena será aumentada de um terço quando a violação de sigilo envolver fato relativo a pessoa menor de 18 (dezoito) anos ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para o entendimento dos fatos". No meu entendimento, a expressão "pessoa em situação de vulnerabilidade" é muito subjetiva. Assim, por padronização, trago o conceito de vulnerável já previsto no §1º do art. 217-A do Código Penal, que é mais amplo.

Concluo. No art. 244-C, que é criado no ECA, proponho a inclusão da pena de multa, juntamente com a pena privativa de liberdade (reclusão, de um a quatro anos).

Voto.

Pelo exposto, sou pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.333, de 2020, com as emendas que apresentei neste relatório resumido, querido Presidente Sérgio Petecão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Com a palavra, para discutir... (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

A votação será...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Para discutir?

Desculpe.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para discutir.) – Eu queria fazer uma observação, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Fique à vontade.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – ... ao Senador Jorge Kajuru; uma sugestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2DD891A90055B346.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que me preocupa aqui, Senador Kajuru, é a questão de que hoje o crime organizado usa menores para lavagem de dinheiro. Então, estaria incluído no mesmo pacote a divulgação, a quebra do sigilo bancário e fiscal desses menores?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Como Relator.) – Essa sua observação é absolutamente valiosa. Eu tive uma discussão, evidentemente pacífica, com a minha competente assessoria. Eu penso da mesma forma. Houve uma conversa da minha assessoria com a assessoria do autor, Fabiano Contarato, e ainda não sei a posição do Senador Fabiano, mas eu penso rigorosamente como o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - SE. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Apenas para colaborar, não se trata de informações obtidas mediante quebra de sigilo. Não é disso que o projeto trata, não é? O projeto trata de vazamento de dados sigilosos de identificação de menores. Então, não vejo risco na modalidade sugerida pelo Senador Mourão. Acho que não há nenhum risco de atrapalhar trabalho de investigação ou coisa que o valha. É uma proteção a mais que se dá, em particular, num caso muito meritório, em que se fez um ataque a uma criança que era albergada, que era protegida por uma legislação que é da metade do século passado. Ainda há gente hoje no Brasil que questiona uma legislação que é a do aborto consentido, permitido judicialmente nas três hipóteses previstas no Código Penal, que estão lá previstas desde 1940. Então, não é nenhuma inovação, não é nada demais. Eu acho que é muito meritório.

E parabéns. Aproveito já esta intervenção para parabenizá-lo, Kajuru, por mais um excelente relatório.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Como Relator.) – Primeiro, obrigado, amigo probo Alessandro Vieira, Senador.

Só lembro aqui, Senador General Hamilton Mourão, que, como bem informou o Presidente da Comissão, Sérgio Petecão, ela vai agora para a CCJ e lá será terminativa. Correto, Presidente? Então, o que eu sugiro é que, na CCJ, o senhor ou a Senadora Leila, que acaba de chegar, possa apresentar ali uma emenda nessa sua observação feita, mesmo tendo a respeitosa discordância do Senador Alessandro.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Positivo, Senador Kajuru.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2DD891A90055B346.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entendo a observação do Senador Alessandro, a quem respeito muito pelo conhecimento, muito maior do que o meu, mas eu fico sempre com essa preocupação. Vamos discutir este assunto mais à frente. Sem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Como... (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 4.333, de 2020, com as Emendas nºs 1 e 2.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Eu queria apenas registrar aqui a presença do nobre Senador Sergio Moro, presente no plenário desta Comissão, do nobre Senador Alessandro Vieira, da Senadora Leila Barros, do Senador Kajuru e do Senador Hamilton Mourão.

Como nós tínhamos feito uma mudança por conta da ausência de alguns Senadores, agora, nós vamos reorganizar aqui a nossa pauta. Já temos aqui a presença da Senadora Leila, que é a Relatora deste projeto, que seria o item 1. Então, a senhora agora vai...

Senador.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, eu só preciso ler requerimento extrapauta, porque estou na CAE, que vai começar deliberativa agora, e na CPMI. Será que eu só poderia apresentar o requerimento, e a gente votaria depois? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Só se V. Exa. quiser ler, mas já está apresentado. Nós vamos votar na próxima...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Na próxima sessão? Eu não preciso lê-lo aqui?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Só se V. Exa. quiser, não há necessidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2DD891A90055B346.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Então, não tem necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Está liberado...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Obrigado. E desculpe a...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Aí, na próxima, nós já votamos. É isso?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Está bom. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 768, DE 2022

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para dispor sobre a participação de instituições da sociedade civil na definição das políticas de segurança relativas ao Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

Autoria: Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta.

Observação: primeiro, a votação nominal será feita nos termos do relatório apresentado, sendo, portanto, uma única votação para o projeto e para a emenda.

Passo a palavra à Senadora Leila Barros, para a leitura do seu relatório.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Senador Sérgio Petecão, Presidente da nossa Comissão de Segurança Pública.

Quero pedir desculpas. Como o senhor falou, a Casa está fervendo, todo mundo correndo para uma Comissão, para outra – eu mesma estava comandando uma audiência agora, na CMA, sobre bioeconomia. Mas, enfim, respirei e já estou aqui. Então, vou para a leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2DD891A90055B346.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem para análise desta Comissão de Segurança Pública o Projeto de Lei nº 768, de 2022, que altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para dispor sobre a participação de instituições da sociedade civil na definição das políticas de segurança relativas ao Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher, bem como para estender às entidades de defesa de direitos de crianças, adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência a participação na elaboração do Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

Para isso, a proposição altera o inciso VI do art. 8º da Lei nº 13.675, de 2018, para acrescentar as ideias de participação da sociedade civil, inclusive de entidades de proteção e defesa de direitos de crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.

Em seu art. 3º, a proposição determina a entrada em vigor, na data de sua publicação, de lei que de si eventualmente resulte.

Em suas razões, a autora esclarece estar convencida de que a violência é mais bem combatida se for agregada a tal combate a experiência da própria sociedade civil, resultando daí a importância de se chamar a sociedade civil, na forma de suas diversas associações, para a elaboração do Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

Argumenta ainda que a violência é mais bem combatida em conjunto, pois acredita que a violência contra a mulher é apenas uma dimensão de fenômeno complexo que entrelaça várias modalidades de violência – daí a razoabilidade de se convocarem também associações de proteção a outros grupos sociais para a elaboração do plano mencionado.

Esta Comissão de Segurança Pública examina a proposição de modo terminativo.

Não foram apresentadas emendas.

A análise.

Conforme os incisos I (alínea "k") e V do art. 104-F do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Segurança Pública examinar matéria pertinente às políticas públicas de prevenção à violência e de promoção da paz social, bem como aquelas ligadas ao Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, o que torna regimental exame do Projeto nº 768, de 2022.

A matéria não apresenta problemas de constitucionalidade: é de competência do Congresso, em sentido material; e, quanto à forma, está vazada no modo correto, a saber, a lei. Também não colide com lei em vigor ou com princípio geral de direito, o que a torna adequada, do ponto de vista da juridicidade.

Vemos com muito bons olhos a ideia normativa da autora quando ela se inclina em direção à sociedade. Que a elaboração de políticas públicas de segurança pública conte com a participação de entidades da sociedade civil que lidam com o tema nos parece ser ideia irretocável e tem nosso apoio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2DD891A90055B346.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já o envolvimento de outras entidades da sociedade civil que se dedicam a diferentes populações, como faz a proposição, ao juntar às entidades com *expertise* no trato da violência de gênero outras entidades, que lidam com dificuldades de crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência, não nos parece ideia capaz de evitar que a proposição se torne vaga ou perca o seu foco. A amplitude das consultas implicadas pela proposição corre grande risco de se transformar, a partir do embaçamento causado pela abertura do foco, em paralisia ou inação.

Além disso, já há diversas instituições estatais que se dedicam às causas dessas outras populações, de modo que não há que se falar em deixar alguém desprotegido, mas, isto sim, em perda de foco e de efetividade.

Ofereceremos, portanto, emenda visando proteger o sentido primordial da proposição e suas intenções democráticas, racionais e includentes de possível perda de objetividade, o que ocorreria com a dispersão de referências e de objetivos. Queremos, assim, concentrar a proposição no combate à violência contra a mulher.

O voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 768, de 2022, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº – CSP
> Dê-se ao inciso VI do art. 8º da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, conforme proposto no art. 2º do Projeto de Lei nº 768, de 2022, a seguinte redação:
> "VI – o Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher, nas ações pertinentes às políticas de segurança, definidas juntamente com as instituições da sociedade civil que dispõem de conhecimento e atuação sobre o tema, e implementadas em conjunto com os órgãos e instâncias estaduais, municipais e do Distrito Federal responsáveis pela rede de prevenção e de atendimento das mulheres em situação de violência." (NR)

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Com a palavra, para discutir a proposta. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal.

Em votação o PL nº 768, de 2022, e a emenda, nos termos do relatório apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2DD891A90055B346.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores que votam com a Relatora votam "sim".

Os Senadores e Senadoras que votam com o relatório votam "sim".

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – A Presidência esclarece que, nas votações nominais, os Senadores poderão votar tanto nos computadores que estão aí à disposição dos senhores quanto por meio do aplicativo Senado Digital, desde que tenham registrado a presença pessoalmente na Casa. (*Pausa.*)

O aviso é para as Sras. e Srs. Senadores que estão fora aqui do plenário da Comissão. Os que estão presentes podem votar no computador. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – A Leila já votou; o Alessandro, também. (*Pausa.*)

O Omar está lá na CAE. O Otto...

É só o que está amarelo, certo? (*Pausa.*)

Sergio Moro (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

Vamos ver o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Houve 10 votos SIM e nenhum voto NÃO.

Parabéns à Senadora Leila.

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 768, de 2022, com a Emenda nº 1, da Comissão de Segurança Pública.

A decisão da Comissão será comunicada ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação.

Vamos ao item 3.

Projeto de Lei nº 4.333, de 2020. Não terminativo. Altera o art. 325 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para prever... (*Pausa.*)

Não é esse, não; esse é o item 3. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2DD891A90055B346.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desculpa, Alessandro.

Esse é o item 2? (*Pausa.*)

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 4104, DE 2020

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para ampliar o efeito da condenação de perda de cargo, função pública ou mandato eletivo.

Autoria: Senador Carlos Viana (PSD/MG)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

1. Em 20/6/2023, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Fabiano Contarato;

2. Em 20/6/2023, foi recebido novo relatório do Senado, do Senador Alessandro Vieira;

3. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

Eu passo a palavra ao nobre Senador Alessandro Vieira, para a leitura do seu relatório.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Peço licença para ir diretamente à análise do projeto meritório, apresentado pelo colega Carlos Viana, do PSD, de Minas Gerais.

Não vislumbramos vícios de inconstitucionalidade formal no Projeto de Lei nº 4.104, de 2020. A matéria nele tratada está compreendida no campo da competência legislativa privativa da União para legislar sobre Direito Penal consoante dispõe o art. 22, I, da Constituição Federal. Também o seu autor possui legitimidade para iniciar o processo legislativo, nos termos do art. 61, *caput*, da mesma Carta Magna.

O art. 92 do Código Penal trata, segundo Joaquim Canuto Mendes de Almeida, dos efeitos alomáticos da condenação, ou seja, aqueles efeitos que exigem do julgador a expressa indicação e a devida e competente motivação para serem aplicados ao caso concreto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2DD891A90055B346.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Merecem destaque, entre esses, a perda do cargo, função pública ou mandato eletivo. São duas as hipóteses previstas na legislação vigente: se a condenação é superior a quatro anos de pena privativa de liberdade, aplica-se tal efeito em todos os casos, mas, se a condenação for superior a um ano, apenas aos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a administração pública.

Estamos de acordo em somar a essa última hipótese também os casos em que houver dano ao patrimônio material da administração pública, nos termos propostos pelo presente projeto de lei com a Emenda nº 1, do Senador Fabiano Contarato, considerando a possível insegurança jurídica que poderá trazer na interpretação do dispositivo.

Sobre o assunto temos, ainda, uma outra preocupação. A demora no julgamento das ações penais trouxe um problema adicional. Não é incomum que, quando da prolação da sentença definitiva, o condenado esteja a exercer não o cargo originário, aquele utilizado para a prática do crime, mas outro, por força de novo concurso público ou, o que é mais comum, por nova nomeação em cargo em comissão perante outro ente da administração pública.

A jurisprudência do STJ (Superior Tribunal de Justiça), no entanto, já assentou que, abro aspas:

> O cargo, função ou mandato a ser perdido pelo funcionário público como efeito secundário da condenação, previsto no art. 92, I, do Código Penal, só pode ser aquele que o infrator ocupava à época da conduta típica. Assim, a perda do cargo público, por violação de dever inerente a ele, necessita ser por crime cometido no exercício desse cargo, valendo-se o envolvido da função para a prática do delito (STJ – HC nº 482.458/SP – 6ª T. – Relator Min. Sebastião Reis Júnior – publicado em 05.11.2019).

A mais moderna nova Lei de Abuso de Autoridade, aprovada por esta Casa, foi além e trouxe como efeito da condenação também a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de um a cinco anos, ainda que condicionada à reincidência específica em crime de abuso de autoridade (art. 4º, II, da Lei 13.869, de 2019).

Por essa razão, temos que trazer para o Código Penal, como efeito da condenação, também a inabilitação para o exercício da função pública *lato sensu*, ou seja, no sentido amplo, constituindo, assim, um avanço e, por isso, propomos a emenda em anexo.

Nessa mesma alteração, temos por necessário explicitar que os efeitos alomáticos da condenação penal efetivamente não são automáticos, por óbvio, mas que constituem papel do julgador e, como tal, independem de pedido do Ministério Público ou do particular que o fizer as vezes nas ações penais privadas ou subsidiárias da pública.

Traduzindo para além do "juridiquês", esse efeito...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2DD891A90055B346.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - SE) – É muito importante.

Esse efeito não é automático, ou seja, o cidadão é condenado à pena privativa de liberdade, mas não há um efeito automático de inabilitação para a função pública, salvo se o juiz faz essa declaração expressa.

O que a legislação proposta pelo Senador Viana faz é deixar mais claro ainda essa situação e garantir que o juiz pode fazer isso independentemente do pedido do Ministério Público, porque consiste, claramente, em uma atribuição do julgador.

Então, o voto, Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, é pela aprovação do projeto de lei, trazendo a emenda apresentada pelo Senador Fabiano, para melhor redação.

É como voto, Sr. Presidente, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Com a palavra para discutir. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 4.104, de 2020, com as Emendas nºs 1 e 2, desta Comissão.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça.

Obrigado, Senador.

Item 4.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA N° 23, DE 2023

- Não terminativo -

Requer sejam convidadas autoridades para Audiência Pública destinada à instrução do Projeto de Lei nº 2.775 de 2022 que "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a presença obrigatória de um profissional de segurança nas escolas".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS)

Com a palavra, Senador Hamilton Mourão, para a leitura do seu requerimento.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, requeiro, nos termos regimentais, seja convidado o Sr. Paulino Delmar Pereira, Presidente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen), para participar da audiência pública, objeto do Requerimento 21, de 2023, apresentado perante esta Comissão do Senado Federal, e que se destina à instrução do Projeto de Lei nº 2.775, de 2022, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a presença obrigatória de um profissional de segurança nas escolas.

A justificativa, Sr. Presidente, é que dada a alta relevância que o objeto do PL tem para o aperfeiçoamento de leis nacionais em proveito da melhoria da segurança pública nas nossas escolas públicas e privadas, em decorrência dos recentes e pretéritos acontecimentos – ainda ontem tivemos acontecimentos do mesmo nível lá no Paraná –, que causam grande repercussão e comoção nacional e internacional, julgo por bem incluir, no rol das autoridades indicadas nos requerimentos anteriormente apresentados pelos meus nobres pares, o nome do Sr. Paulino, por ser ele o representante da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, que responde, hoje, por mais de 42.600 instituições de ensino, das quais 23% na educação básica e 88% no ensino superior, algo próximo de 15 milhões de alunos.

Esse é o mote deste requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Parabéns, Senador Hamilton Mourão!

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 44 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e treze minutos do dia vinte e sete de junho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Efraim Filho, Alessandro Vieira, Ivete da Silveira, Soraya Thronicke, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Flávio Bolsonaro, Magno Malta, Jaime Bagattoli e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia e Mecias de Jesus, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Sergio Moro, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton, Omar Aziz, Sérgio Petecão, Otto Alencar, Rogério Carvalho, Jorge Seif, Eduardo Girão e Hamilton Mourão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 9/2023 - CSP, de autoria Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Finalidade:** Subsidiar a avaliação, no ano de 2023, da atuação da Justiça no âmbito do processo penal no período de 2017 a 2022. **Participantes:** Sr. Gustavo de Almeida Ribeiro, Defensor Público Federal, Chefe da Assessoria de Atuação no Supremo Tribunal Federal (representante de: Defensoria Pública da União); Sr. Olavo Evangelista Pezzotti, Promotor de Justiça do MPSP (representante de: Ministério Público de São Paulo); Sr. Átila Pereira de Souza, Promotor de Justiça, Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais do MPRJ (representante de: Ministério Público do Rio de Janeiro); e Sr. Marcos Paulo de Souza Miranda, Promotor de Justiça, Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias Criminais, de Execução Penal, do Tribunal do Júri e da Auditoria Militar do MPMG (representante de: Ministério Público de Minas Gerais). **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente Eventual da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/06/27

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

A presente audiência tem por objetivo subsidiar a avaliação, por parte desta Comissão, no ano de 2023, da atuação da Justiça no âmbito do processo penal no período de 2017 a 2022, conforme Requerimento nº 9, de 2023, da Comissão de Segurança Pública, e o plano de trabalho, aprovados por esta Comissão.

Estão presentes, e podem tomar lugar à mesa, o Sr. Gustavo de Almeida Ribeiro, Defensor Público Federal e Chefe da Assessoria de Atuação no Supremo Tribunal Federal; o Sr. Olavo Evangelista Pezzotti, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo; o Sr. Átila Pereira de Souza, Promotor de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – sejam bem-vindos –, e o Sr. Marcos Paulo de Souza Miranda, Promotor de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias Criminais, de Execução Penal, do Tribunal do Júri e da Auditoria Militar do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Seja bem-vindo.

Senhoras e senhores, nos termos do Requerimento nº 9, de 2023, damos início à avaliação da aplicação do processo penal no âmbito judicial no período compreendido entre 2017 e 2022. Esta é a primeira de três audiências. Agradecemos aos presentes, que, gentilmente, aceitaram o nosso convite, e peço que cada um dos debatedores se sinta à vontade para examinar a questão o mais detalhadamente possível.

O nosso objetivo mais amplo é avaliar em que medida a Justiça Criminal está cumprindo seu papel na defesa e preservação dos direitos fundamentais do cidadão previstos na Constituição Federal. Os objetivos mais específicos da avaliação desta política pública são, como já adiantamos na justificação do Requerimento nº 9 de 2023: identificar as diversas ações aplicadas para a efetivação dos direitos dos tutelados, da devida aplicação da legislação, bem como a eventual necessidade de se atualizar e modernizar o arcabouço jurídico do nosso país.

Senhoras e senhores, o princípio da eficiência passou a constar explicitamente do texto constitucional com a aprovação da Emenda Constitucional nº 19, de 1998. É essencial compreender a importância de tal princípio. O Estado, não só no Brasil, se encontra sob pressão: de um lado, exigências de uma prestação de serviço público que atenda parâmetros de qualidade e respeito aos direitos básicos do cidadão; de outro lado, cada vez mais restrições financeiras. Não por acaso, o Congresso Nacional tem debatido tanto a respeito do chamado arcabouço fiscal nos últimos meses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Avaliar políticas públicas se torna, pois, cada vez mais urgente e necessário. Tal qual já explicitamos no plano de trabalho, não se trata de avaliar atividades ou decisões jurisdicionais. Longe disso. O trabalho desta Comissão, como já informado no plano de trabalho, se restringirá à análise de dados fornecidos pelo Poder Judiciário, à oitiva dos operadores jurídicos envolvidos na Justiça Criminal brasileira e à realização de eventuais visitas técnicas a estabelecimentos criminais, cadeias públicas e penitenciárias e a órgãos jurídicos criminais, com vistas à implementação de políticas públicas e/ou apresentação de proposições legislativas para o aperfeiçoamento da legislação processual penal.

Para que esta Comissão atinja seus objetivos, estabelecemos, em nosso plano de trabalho, uma série de atividades, a saber: em primeiro lugar, a obtenção de informações junto ao CNJ (Conselho Nacional de Justiça) – em segundo momento, esse material será analisado pelo Datasenado –; em segundo lugar, a realização de ciclo de debate sobre o processo penal brasileiro, com o intuito de colher opiniões e sugestões – contaremos com a participação, entre outros, de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, da Defensoria Pública da União, dos estados e do Distrito Federal, além de membros do Ministério Público da União e dos estados –; em terceiro lugar, visitas técnicas a estabelecimentos criminais e a órgãos jurídicos que atuam junto à Justiça Criminal; em quarto lugar, por fim, a avaliação do grau de observação e aderência pelo processo penal aos preceitos constitucionais.

Dito isso, agradeço mais uma vez a presença dos convidados que se dispuseram a vir aqui hoje para discutir o tema conosco.

Informo também que foram convidados para esta audiência, mas infelizmente não puderam comparecer, os representantes do Conselho Nacional de Justiça e do Ministério Público da União, que certamente terão a oportunidade de vir nas demais audiências.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, eu comunico que esta reunião será realizada de forma semipresencial, possibilitando a participação das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores por meio do aplicativo Zoom.

A presente audiência pública também será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211 – 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos nossos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer o uso da palavra por até dez minutos, mas nós poderemos dar um acréscimo de pelo menos cinco minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos aqui o e-Cidadania, que já está bombando. Então, eu vou passar aqui a algumas perguntas dos nossos internautas.

Luiz Fernando, do Acre: "Qual a relevância dos laudos periciais e da perícia criminal oficial nas decisões das ações penais e na atuação da Justiça como um todo?".

Eduardo Roso, de Santa Catarina: "Porque as fiscalizações nas casas prisionais não têm a publicidade devida? Porque MP, Defensoria e juízes não falam com os presos?".

Pedro Cabral, do Rio de Janeiro: "Por parte do Conselho Nacional de Justiça, quais medidas foram tomadas para [...] proteger os direitos dos envolvidos?".

Comentários do Guilherme Morgado, de Santa Catarina: "A Justiça está um fracasso. Os Códigos Penal e de Processo Penal precisam ser reformulados urgentemente".

E Antônio Ramos, do Amazonas: "A Justiça brasileira precisa estar atrelada ao princípio da moralidade".

Bom, mais uma vez, em nome desta Comissão de Segurança Pública, eu agradeço a presença dos nossos expositores.

Hoje eu estou aqui substituindo o Senador Fabiano Contarato, a quem já mando o meu abraço. Ele teve um problema pessoal, mas, graças a Deus, está tudo bem. E eu estou aqui com o coração muito aberto para ouvi-los, porque também faço parte desta Comissão de Segurança Pública.

Então, vamos passar a palavra para o Sr. Gustavo de Almeida Ribeiro, Defensor Público Federal, Chefe da Assessoria de Atuação no Supremo Tribunal Federal.

Seja muito bem-vindo, Dr. Gustavo!

O SR. GUSTAVO DE ALMEIDA RIBEIRO (Para expor.) – Muito obrigado.

Boa tarde, Exma. Sra. Senadora Leila Barros, Exmos. Srs. Senadores que acompanham esta audiência, excelentíssimos colegas membros do Ministério Público – colegas de atuação, uma vez que sou Defensor. Boa tarde a todos.

Agradeço o convite e a oportunidade de trazer alguns aspectos e fazer algumas considerações que entendo relevantes para o conhecimento do Senado da República sobre a atuação penal e o processo penal, dentro, claro, de uma visão, no meu caso, muito ligada à defesa das pessoas mais fracas, mais frágeis, que são os mais pobres, que são justamente a clientela principal mais numerosa do sistema penal brasileiro, seja do processo penal, seja dos nossos presídios.

A Defensoria Pública da União atua, principalmente, na área federal e militar da União. Digo principalmente porque, a partir dos tribunais superiores, a gente passa a fazer também muita coisa oriunda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Estado, oriunda de pedidos de próprio cunho dos presos. Temos uma atuação também bastante grande nos presídios federais.

Os presídios federais – faço esse esclarecimento para quem nos acompanha – têm uma situação e uma sistemática distinta dos presídios estaduais. Via de regra, eles não são superlotados, não são cheios, têm uma estrutura, em termos físicos, bem equipada, mas têm um rigor muito grande na execução das penas ali descontadas. A DPU atua nesses presídios, nos locais em que eles existem. São poucos no país: Mossoró, Catanduvas... E a gente faz essa atuação.

A Defensoria tem ainda um grupo de trabalho especializado em atuação na população carcerária. Esse grupo procura atuar tanto em termos de atendimento propriamente dito, muitas vezes fazendo convênios e trabalhando em conjunto com as defensorias estaduais, mas também com outros tipos de demanda, com outros tipos de pedido que vão além de uma mera atuação individual, como por exemplo na melhoria de estruturação e de condições em presídios diversos, em locais diversos, às veze pela via administrativa, ou seja, com pedidos lançados aos governos de estado, e muitas vezes também na via judicial.

E também destaco, na atuação da defensoria, além dos processos comuns, normais, que hoje atuamos em dois tipos de convênio: com o STJ (Superior Tribunal de Justiça) e com o STF. E nós recebemos cartas que são encaminhadas pelas pessoas que estão presas, porque infelizmente a defensoria pública não consegue – e vale para a União, vale para muitos estados, Senadora – estar em todos os lugares em que há tanto comarca da Justiça estadual quanto subseção da Justiça Federal. Então, muitas vezes, as pessoas estão ali presas, sem condições econômicas de contratação de advogado, e uma forma que ameniza – não resolve, mas ameniza – essa dificuldade é esse contato via cartas. E há resultado – é uma coisa que precisa ser dita. Muitas vezes se obtêm melhoria de regime, redução de pena e até mesmo absolvições a partir dessas cartas. Então, a Defensoria da União já tem, há alguns anos, convênios tanto com o STJ quanto com o STF, para atuação dessa forma.

A atuação da defensoria pública tem – ainda que existam esses locais não atendidos, que infelizmente existem, como eu já disse – causado um aumento na demanda processual, principalmente aqui em Brasília, porque antigamente processos que não chegariam sem uma instituição devidamente estruturada passam a chegar em maior volume. E como eu falei, os pobres são a clientela maior do sistema penal, isso é indiscutível. Então, isso passa a gerar um volume maior de processos e também, além da quantidade, começam a chegar com mais frequência temas muito ligados aos mais pobres, temas que não seriam discutidos se não fosse por essa camada da população.

Um exemplo muito comum e muitas vezes até divulgado pela imprensa, recentemente, é a questão, por exemplo, dos chamados furtos famélicos, dos furtos insignificantes da execução penal, que são temas muito ligados à atuação da defensoria pública. E ela permite, ainda que com falhas, uma atuação, uma defesa mais organizada em todas as instâncias, uma vez que existe um corpo de trabalho, tal como existe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Ministério Público, que atua no 1º grau, nos tribunais de 2º grau, seja TRF ou TJ. E a defensoria estruturada passa a atender essas pessoas de uma maneira mais presente e mais organizada.

Infelizmente, como eu já disse, uma das dificuldades que a defensoria tem e que acaba se refletindo muitas vezes no processo... Por que se reflete no processo, que é o tema da... Que é a falta de defensores em número adequado. Isso, lamentavelmente, muitas vezes faz com que determinadas pessoas, que poderiam ter suas causas discutidas em tribunais de justiça, nos TRFs, não consigam chegar por falta de defensores naquela localidade, na cidade em que aconteceu o fato, em que foram processadas. E também há uma estruturação que ainda não é a ideal em termos de servidores, em termos de uma estruturação material realmente falando, além da questão pessoal.

Todavia, em termos de processo também, em termos de matéria, sem esmiuçar, sem ingressar em qualquer tipo de assunto mais aprofundado, é preciso dizer que essa participação, com todas as dificuldades e ainda com muito a ser obtido, conseguiu, nos últimos anos, trazer, inclusive ao Legislativo, alguns temas extremamente importantes para essa camada da população.

Por exemplo, a questão da domiciliar para mães e gestantes: foi um tema decidido pelo STF, pelo Ministro Ricardo Lewandowski, o relator, julgado pela Segunda Turma, muito importante e que foi depois apoiado em resolução do CNJ. E o próprio Código de Processo Penal acabou por ser alterado com o art. 318-A do CPP, com essa preocupação trazida principalmente para quem defende a mulher mais pobre, que muitas vezes não tem com quem deixar o seu filho, que não tem toda aquela estrutura familiar e até mesmo econômica para pagar alguém, ou escola, ou creche integral. Infelizmente, sabemos que muitas vezes esse tipo de serviço falta, não é suficiente. Então, essa foi uma mudança importante – uma mudança talvez até de paradigma e de mentalidade –, obtida e conseguida nesses últimos anos. Esse *habeas corpus* foi julgado, salvo engano, em 2018 e foi muito importante para se rediscutir a questão do encarceramento feminino, que creio que seja uma preocupação muito grande da defensoria pública, do próprio CNJ, que muitas vezes edita resoluções relacionando a questão do encarceramento feminino e das prisões preventivas. E foi um tema muito importante.

Recentemente, também, houve uma grande mudança, independentemente de algumas divergências de aspectos, que foi a questão do pacote anticrime com relação ao acordo de não persecução – estou pegando aqui os últimos cinco anos, as mudanças que considero relevantes no processo penal brasileiro. Por quê? Porque esse acordo permite evitar-se o encarceramento, a condenação de pessoas por crimes menos graves. É uma lei de 2019, então, a *vacatio* começou em 2020 a ser aplicada. E a possibilidade de celebração desse acordo tem uma importância muito grande, Senadora, para se evitar que, em situações em que não há violência, em que o crime não tem uma pena elevada, a pessoa às vezes seja encarcerada. É uma justiça mais consensual, uma situação menos gravosa, menos grave para a pessoa que é acusada.

Ainda enfrentamos algumas dificuldades. E alguns temas, até em termos de legislação, quem sabe possam ser pensados? Enfrentamos, ainda, a questão, por exemplo, das drogas, em que muitas vezes nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

damos conta de penas muito elevadas em situações que considero pouco graves – não estou nem discutindo desclassificação ou não condenação aqui neste momento, mas às vezes penas excessivas. Também há algumas dificuldades com relação – e isto tem sido discutido com frequência, principalmente agora também em relação àquele recurso que tramita no STF da questão da droga e do usuário – à questão da distinção entre o usuário e o traficante, que muitas vezes gera um encarceramento, um aprisionamento de pessoas com quantidades ínfimas de droga. Isso não é infrequente e às vezes até pessoas sem qualquer passagem – não é: "Ah, mas já era um usuário, um traficante conhecido", não –, pessoas sem qualquer mácula em sua ficha criminal, qualquer anotação em sua ficha criminal.

Então, esse é um tema que ainda a gente... Nos últimos anos, se houve outras melhoras, esse é um tema ainda bem difícil.

Há também a questão, como eu disse, de algumas penas excessivas, de algumas prisões preventivas excessivas. E aqui não se trata nem de eu me opor especificamente a toda e qualquer preventiva, mas já essas mais alongadas ou algumas excessivas são temas que ainda a gente enfrenta com alguma dificuldade.

E, ainda também com relação à execução, há dois aspectos.

Quanto à questão individual, em algumas situações temos uma dificuldade de obtenção de benefícios individuais. Por exemplo – um exemplo concreto –, às vezes, há possibilidade de remissão de pena com estudo. Muitas vezes o próprio estabelecimento oferece, e, depois, temos dificuldade de comprovar que aquela pessoa estudou, quando às vezes ela fez o próprio curso ofertado no estabelecimento. Então, primeiro, o estabelecimento diz que pode fazer este curso, que vai ser beneficiado com a remissão; e, depois, temos dificuldade de comprovação, dificuldades que não decorrem da situação de atos do preso, mas da própria situação prisional.

E também há algumas questões coletivas. Nós temos, infelizmente... A Defensoria Pública da União fez um trabalho junto a alguns estados, e eu cito três exemplos do Norte do país em que houve situações de muita precariedade, uma precariedade que talvez vá além do que nós costumamos ver em alguns estabelecimentos, com relação não só à questão de superlotação, que é uma delas – e o CNJ, em sua página na internet, tem os dados de cada estabelecimento. Então, não me refiro só à superlotação, que já é um problema frequente. E, quando eu digo superlotação, eu me lembro de ter visto há algum tempo – não foi agora, recentemente – mais de 300% de lotação em alguns lugares, ou seja, mais de três vezes do que cabe. Presídios, cuja previsão é de 800 pessoas, com 2.600, para se dar um exemplo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GUSTAVO DE ALMEIDA RIBEIRO – Exatamente. E, não bastasse isso, muitas vezes com esgoto aberto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, há, por exemplo, ações que nós fizemos – e infelizmente não foram exitosas – em que as fotos eram assustadoras; havia pessoas com doenças de pele terríveis. Então, essa ainda é uma dificuldade que persiste.

Como eu falei, houve algumas melhorias. Considero essa questão do acordo de não persecução uma melhoria, o tratamento a mães gestantes como regra uma melhoria. Acho que o STJ, principalmente, tem tido uma preocupação muito grande, e isso eu trago também como melhoria. E essa discussão tem se espalhado por toda a Justiça – acho que muito iniciada pelo STJ, pelo Ministro Rogerio Schietti, pelo Ministro Sebastião Reis –, que é a questão da identificação das pessoas, a questão do ingresso em domicílio, porque, via de regra, esse tipo de situação ocorre com a clientela mais pobre, ocorre nos bairros mais pobres. E não raras vezes nós defensores deparamos situações em que houve nítida truculência em desfavor dessa pessoa, de encontro a essa pessoa. Então, essas discussões... E isso não quer dizer – é importante destacar – uma abertura total, uma liberação total, mas uma verificação, uma análise, caso a caso, quando há um ingresso em domicílio ou quando há uma abordagem, de como ela foi feita.

E isso também é um aspecto que eu considero que, nestes últimos tempos, principalmente, como falei, liderados muito pelo Ministro Schietti, pelos Ministros do STJ, já começa a render frutos positivos, que é essa discussão de, muitas vezes... E não é incomum – recentemente mesmo –, por exemplo, uma pessoa que às vezes franqueou o ingresso na sua casa, mas, chegou à audiência de custódia toda machucada. Que consentimento foi esse, em que a pessoa chegou ferida à audiência de custódia?

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUSTAVO DE ALMEIDA RIBEIRO – Então, essa discussão é muito importante e passa a ser cada vez maior.

Então, eu acho que nós tivemos, nesses últimos anos – eu já estou encerrando –, alguns pontos positivos no processo penal brasileiro, como o crescimento das defensorias públicas, que fazem o papel de defesa principalmente da população mais carente, mais numerosa na matéria penal; a questão de uma melhor estruturação, mas ainda com algumas carências, mas já houve melhoria; e algumas mudanças tanto de entendimento quanto legislativas que podem significar, a médio prazo, uma melhoria em algumas coisas; em outras, como eu falei, a questão, por exemplo, do tráfico de drogas, ainda podem ser discutidas e repensadas para se evitar o encarceramento ou, ainda que se encarcere, penas muito alongadas em situações menos gravosas.

É isso. Estou à disposição.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Nós é que agradecemos a sua presença, Dr. Gustavo de Almeida Ribeiro, Defensor Público Federal e Chefe da Assessoria de Atuação no Supremo Tribunal Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar a palavra agora para o Sr. Olavo Evangelista Pezzotti, que é Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo. Seja bem-vindo, Dr. Olavo!

O SR. OLAVO EVANGELISTA PEZZOTTI (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Eu cumprimento V. Exa. e agradeço pela oportunidade.

O Ministério Público de São Paulo cumprimenta a todos os Senadores da Comissão e da Casa, na pessoa de V. Exa. Para nós é uma satisfação enorme poder participar dessas discussões tão importantes sobre reforma legislativa, notadamente sobre a seara processual penal.

O Ministério Público de São Paulo preparou para a audiência de hoje alguns números sobre a sua atuação no período compreendido pelo plano de trabalho da Comissão. Então, como havia uma perspectiva de coleta de dados para embasamento dos trabalhos da Comissão, esse vai ser o nosso foco de exposição.

A atuação criminal do Ministério Público de São Paulo é pautada pelo reconhecimento de dois eixos diferentes de criminalidade: a macrocriminalidade e a criminalidade de massa. Para cada um desses eixos, Exma. Sra. Senadora, nós adotamos diferentes estratégias de atuação.

Macrocriminalidade nós entendemos como aqueles crimes mais graves que são cometidos em blocos de ilicitude: criminalidade organizada, grandes fraudes estruturadas, fraudes fiscais, grandes redes de crimes cibernéticos, que têm sofrido uma ampliação recente bastante considerável. Então, dentro do Ministério Público de São Paulo para o enfrentamento à macrocriminalidade, nós constituímos grupos de promotores especializados que consigam lidar especificamente com esses diferentes nichos de atuação.

O nosso primeiro grupo é o Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado), que tem uma atuação já bastante conhecida no Brasil. O modelo de Gaeco foi difundido para outros Ministérios Públicos, hoje foi reproduzido também no Ministério Público Federal. O Gaeco tem uma premissa de atuação que enxerga três frentes de combate no enfrentamento à criminalidade organizada. Primeiro, o Gaeco escolhe os nichos de organização criminosa que demandam uma atuação especializada, normalmente grandes organizações envolvidas em tráfico de drogas; atividades ilícitas de sonegação tributária; também crimes ambientais, às vezes justificam a atuação do Gaeco; grandes fraudes contra a administração pública; contratações públicas. E, nessa primeira fase de atuação do Gaeco, com a identificação da atividade fim daquela organização criminosa, há um enfrentamento do ilícito em si. Então, se a organização se dedica ao tráfico de drogas, o Gaeco, primeiro, busca combater o próprio tráfico de drogas, mas isso não é suficiente para fazer frente às organizações.

Então, nós buscamos em uma segunda etapa o enfrentamento ao patrimônio criminoso, notadamente, pelo combate à lavagem de dinheiro. E, dentro dessa ótica, nós temos duas finalidades precípuas: primeiro, retirar a atratividade da atividade ilícita. A lavagem de dinheiro tem como fim permitir que os criminosos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

organizados possam aproveitar, usufruir dos lucros criminosos. Então, com o combate eficiente à lavagem, nós tiramos esse lucro do alcance da organização e a atividade se torna menos atrativa.

A segunda finalidade no enfrentamento à lavagem de dinheiro é impedir a retroalimentação da organização criminosa, já que o dinheiro ilícito, às vezes, é reinvestido na própria atividade-fim da organização criminosa, viabilizando a continuidade das suas atividades.

E, por fim, numa terceira etapa, há um combate direto à corrupção que, muitas vezes, sustenta a existência dessas organizações no tempo. A experiência tem demonstrado que nenhuma organização criminosa tem uma atividade longeva sem pelo menos a conivência de agentes públicos. Então, infelizmente, quando nós enfrentamos as organizações criminosas, nós nos deparamos, em quase 100% dos casos, com uma rede de corrupção correlata ou que circunda as atividades dessa organização criminosa. Por isso que, às vezes, as operações têm uma, duas ou três fases. Primeiro, buscando o combate ao ilícito principal; depois, ao patrimônio; depois, aos agentes públicos que sustentam essa organização.

Pode passar?

Então, o Gaeco apresentou resultados expressivos no período coberto pelo plano de trabalho. Aqui, são alguns indicadores de apreensão de drogas, por exemplo. Foram apreendidos pelo Gaeco de São Paulo 125 toneladas de maconha, 30 toneladas de cocaína e quase uma tonelada de *crack* no período coberto pelo plano de trabalho. Isso indica que o Gaeco não mira o pequeno traficante, aquele traficante que tem relação com o usuário final. Esse não interessa ao grupo organizado, ao grupo de atuação especial. Aqui, o foco é sempre no grande traficante, no distribuidor, na circulação do entorpecente e nas rotas de tráfico de drogas. Isso se reflete na formação dessa estatística.

Outros números também demonstram a atuação expressiva do Gaeco, como o número denunciados no período: quase 7 mil denunciados, e metade deles corresponde a agentes públicos ou integrantes da principal facção em atividade no Brasil, o Primeiro Comando da Capital, que acaba sendo boa parte do nosso trabalho.

E, na perspectiva de enfrentamento ao patrimônio ilícito, houve a constrição de quase 1,3 mil imóveis e 3,5 mil veículos para impedir justamente os incentivos que normalmente atraem e justificam a participação desses infratores nas atividades ilícitas.

E a média de operações do Gaeco chegou nesse período também a um total de 903 operações, o que dá aproximadamente três operações por semana, o que identifica um trabalho também maçante, de continuidade quase incessante.

Mas não é só. Nós temos outros nichos de criminalidade que justificam uma atuação especializada. E, nesse período, curiosamente nesse período de 2016 a 2022 o Gaeco identificou um crescimento muito grande dos dados de sonegação fiscal no Estado de São Paulo. Houve a descoberta de sonegação no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

montante de R$45 bilhões, e o Gaeco tinha uma dificuldade grande de recuperar esses ativos, de trazer esses valores de volta para os cofres públicos do Estado de São Paulo. Por isso, em 2020 – 2020 – a Procuradoria-Geral de Justiça criou o Comitê Integrado de Recuperação de Ativos, um grupo especializado no estudo e no combate à fraude fiscal, e esse grupo atua hoje pela articulação de órgãos do Ministério Público de São Paulo, da Secretaria da Fazenda e da Procuradoria do Estado São Paulo.

Então, diante de um crime de sonegação fiscal, hoje, o Cira consegue responder com responsabilização criminal, dentro das atribuições dos promotores; lançamento de tributo e constituição de crédito tributário, pela atuação da Fazenda Pública; e cobrança judicial dos débitos fiscais, pela Procuradoria-Geral do Estado.

Então, essa atuação integrada dos órgãos do Estado de São Paulo proporciona uma resposta completa ao fenômeno da sonegação fiscal e isso tem se refletido nos números também do Cira, que, somente no ano de 2022, trouxe, para os cofres do Estado de São Paulo, R$1 bilhão, decorrente da atuação específica contra o crime de sonegação fiscal. Isso é o que entrou nos cofres do Estado de Paulo pela descoberta dos crimes de sonegação fiscal.

A atuação do Cira não é tão repressiva. A preocupação aqui não é tanto de prender, colocar os infratores na cadeia, mas de diminuir o sofrimento e o impacto sobre o Estado São Paulo e sobre a população, sobre a sociedade civil, que deixam de contar com esses recursos para saúde, segurança pública e outros serviços essenciais. Então, a perspectiva principal é de devolver o dinheiro sonegado para o Estado de São Paulo.

Por isso, as soluções consensuais que foram bem mencionadas pelo Dr. Gustavo, em algum momento da sua exposição, são bastante utilizadas pelo Cira. Os acordos de não persecução penal, as transações tributárias também, que foram reconhecidas, no plano legislativo, em 2020, tudo isso tem ajudado para a recuperação de ativos.

Essa atuação do Cira é tão especializada que se pauta pelo monitoramento contínuo de setores da economia. Diferentemente do Gaeco, o Cira não olha para uma organização ou para uma atividade específica, olha para um segmento inteiro da economia, identificando as vulnerabilidades de sonegação fiscal e, a partir daí, pautando a sua atuação.

Então, nos últimos anos, por exemplo, metalurgia, plásticos, bebidas e cigarros foram nichos de atuação em que o Cira dedicou bastante energia e que retratam estes números: R$1 bilhão devolvido para os cofres do Estado de São Paulo, em 2022; e R$14 bilhões de créditos tributários constituídos como consecutário dessa fiscalização. Isso faz parte dessa ideia de identificação das necessidades específicas da macrocriminalidade e do desenho de grupos especializados no Ministério Público de São Paulo.

Para além do Cira, nós temos também o Gedec...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. OLAVO EVANGELISTA PEZZOTTI – ... que é grupo especializado em delitos econômicos e lavagem de dinheiro.

Acho que o meu tempo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OLAVO EVANGELISTA PEZZOTTI – Obrigado, Senadora. Imagina. Agradeço a V. Exa.

O Gedec é focado em delitos econômicos e lavagem de dinheiro. A perspectiva de atuação do Gedec é mais voltada ao reconhecimento de cartéis e, aí sim, à lavagem de dinheiro correlata. Os cartéis têm um impacto negativo nas normas de mercado, na lógica de mercado. O mercado funciona por normas próprias, regras de demanda e oferta, de livre concorrência, etc. Os cartéis violam, justamente, esses fatores e quem sofre o prejuízo com isso é o consumidor final, porque tem preços distorcidos, concorrência distorcida, recebe bens e serviços de qualidade inferior ao que deveria em um sistema de livre concorrência. Então, esse é o objeto dos nossos colegas do Gedec, mais um grupo especializado, diante das peculiaridades da macrocriminalidade do Ministério Público de São Paulo.

O último grupo que eu queria tratar, dentro desses especializados na perspectiva de macrocriminalidade, é o CyberGaeco, constituído em 2019, também dentro do período do plano de trabalho coberto pela Comissão de Segurança Pública. O CyberGaeco foi constituído, em 2019, não só com uma finalidade repressiva, ou seja, de prender quem pratica crimes nos ambientes virtuais, mas também – principalmente até – com uma finalidade preventiva de impedir a continuidade de atividades ilícitas no ambiente virtual. Então, o Cyber tem atuado no combate à pedofilia, pornografia infantil, pirataria, fraudes digitais, monitoramento contínuo de atividades em *dark web* ou *deep web*, como, por exemplo, grupos extremistas de discurso de ódio, neonazistas. O Cyber atua em casos de planejamento de atentados a escolas em São Paulo, por exemplo, que é algo que tem dado um problema muito grande, e também daí temos resultados expressivos na finalidade preventiva principalmente.

Os números, então, indicam, desde 2019, desde a constituição do Cyber, portanto, 1.605 domínios derrubados. Então, por exemplo, se o Cyber descobre um grande sítio de distribuição de pornografia infantil, a primeira finalidade é derrubar, tirar isso do ar, impedir que esse material circule. A cada segundo em que o material de pornografia infantil é mantido no ar, ele é baixado por mais pessoas que gerarão um novo ciclo de distribuição e, portanto, a primeira finalidade é preservar os dados e retirar a possibilidade de acesso aos *sites*. Isso reflete nesse número de 1.605 domínios derrubados nesse período.

Essa ideia de *sellers* desativados diz respeito a comércios ilegais, como, por exemplo, pirataria, como na época da pandemia, em que houve aquele comércio ilícito de álcool em gel, por exemplo, que poderia ser prejudicial à saúde pública. Foram 20 mil canais de comercialização derrubados pelo CyberGaeco no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

período coberto. Aí, na verdade, é só entre 2022 e 2023, tá? Eu me esqueci de colocar, só no ano passado e no presente ano.

E também carteiras de criptoativos monitoradas pelo Cyber, hoje são 2,5 mil que são monitoradas continuamente. Se esses recursos forem movimentados, o Cyber, com suas ferramentas de inteligência, será notificado e será possível ver para onde estão indo esses recursos. São recursos provenientes majoritariamente de atividades ilícitas e, por isso, há uma necessidade de monitoramento contínuo. Então, por exemplo, em pedofilia, houve também uma atuação repressiva, além da preventiva, com prisões em flagrante e oferecimentos de quase 40 denúncias; a maioria das ações penais ainda está em trâmite. A operação é muito recente, mas já temos 11 condenações. Isso fecha o nosso ciclo de macrocriminalidade.

No âmbito da criminalidade de massa, nós tratamos com aqueles delitos mais visíveis para a população: roubos, furtos, homicídios, estupros, etc. E aqui as reformas praticadas ou concretizadas pela atuação do Congresso Nacional, nos últimos anos, têm ajudado muito, notadamente, pelo acordo de não persecução penal. Boa parte dos casos de criminalidade de massa têm sido resolvidos dessa maneira, não contenciosa. Esses dados são de ontem, foram retirados ontem. Durante esse período, o Ministério Público já fez 46,3 mil acordos de não persecução penal. Então, deixou de propor quase 46 mil ações penais, mais de 46 mil ações penais. E, com os recursos que são poupados no enfrentamento a esses crimes de pequeno e de médio potencial ofensivo, o Ministério Público de São Paulo consegue atingir uma maior qualidade na atividade probatória dos crimes que são de mais difícil elucidação: homicídios complexos, etc. e tal.

Isso também permitiu o desenvolvimento, junto da Polícia Militar do Estado de São Paulo, do Sistema Evidence, que retrata as imagens captadas pelos policiais em suas atividades cotidianas pelas câmeras de segurança...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OLAVO EVANGELISTA PEZZOTTI – ... que foram contratadas pelo Estado de São Paulo. Então, houve aquisição – esses dados são de julho do ano passado; nós não temos dados mais atualizados – de quase 12 mil câmeras corporais que foram distribuídas por diferentes batalhões de polícia no Estado de São Paulo. E hoje o promotor de justiça já consegue ir para audiência de instrução municiado com as imagens da ocorrência policial. Isso serve como uma prova que tem um valor quase irrefutável. Então, a palavra do policial passa a ser corroborada pela imagem da dinâmica de campo e o promotor consegue desenvolver uma atividade mais precisa no âmbito da criminalidade de massa, elegendo também prioridades graças ao acordo de não persecução penal.

Então, meu tempo acabou, em síntese, eram esses os dados que o Ministério Público de São Paulo tinha a apresentar, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Grata pela presença, Dr. Olavo Evangelista Pezzotti, que é Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo. Muito didático. Obrigada.

Eu vou passar a palavra agora para o Sr. Átila Pereira de Souza, Promotor de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

Bem-vindo, Dr. Átila.

O SR. ÁTILA PEREIRA DE SOUZA (Para expor.) – Exma. Sra. Senadora Leila Barros, eu gostaria de agradecer, inicialmente, o convite e saudá-la, assim como todos os demais Parlamentares que compõem a Comissão. Na sua pessoa, saúdo todos os componentes dessa mesa.

Eu, dada até a amplitude do tema proposto, vou caminhar para uma trilha um pouco distinta dos meus nobres colegas que fizeram uso da palavra.

Eu inicialmente gostaria de me apresentar. Eu sou Promotor de Justiça há 24 anos, eu trabalho em uma vara criminal no Estado do Rio de Janeiro, mais especificamente na capital, o que pode soar um pouco assustador para alguns, mas o trabalho é muito tranquilo, até porque ele é diluído com outros 40 promotores de justiça que atuam na capital. Recentemente fui convidado pelo Procurador-Geral de Justiça Dr. Luciano Mattos para me tornar o Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminal, e nessa função eu presto um suporte operacional aos promotores de justiça que atuam nos órgãos de execução do Ministério Público.

E, como o tema aqui é processo penal, eu realmente acredito, não só formalmente, mas materialmente, que o processo penal é um instrumento de garantia do cidadão. E por que eu estou querendo frisar essa questão e ressaltar materialmente? Porque formalmente todos dizem que o processo penal é um instrumento de garantia, e isso é bem óbvio. Mas eu visualizo essa questão de uma forma muito singela: eu tento buscar na realidade fática, no que vem acontecendo na realidade processual penal brasileira, inclusive nos seus reflexos nas jurisprudências dos nossos tribunais superiores, como realmente uma necessária modificação de paradigma.

Eu realmente acredito que ações como o Estado de São Paulo adotou, conforme acabou de relatar o meu colega do MP paulista, ou seja, a utilização necessária de câmeras monitorando a ação da Polícia Militar é, na realidade, um fruto de acontecimentos que mostraram essa necessidade a fim de conferir credibilidade à palavra dos agentes da lei. Ou seja, há um movimento jurisprudencial, que eu entendo razoável, no sentido de afastar a palavra do policial militar como elemento hábil a dar alicerce a um decreto condenatório, ou seja, há que se ter mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Devemos trabalhar para que a prova nos traga uma segurança realmente apta a que possamos de noite, ao dormir, ter a tranquilidade de não ter, em razão de uma prova relativamente duvidosa, colocado uma pessoa que não deveria sofrer as agruras do cárcere detida, ou seja, isso realmente é uma busca incessante no meu trabalho como Promotor de Justiça.

Eu acho que o promotor de justiça é um pouco estigmatizado na atual realidade, inclusive politicamente falando. Eu acho que nós precisamos separar essa ideia de acusador sistemático. E isso cabe muito ao próprio Ministério Público, ou seja, o Ministério Público só vai ser respeitado como um real fiscal na aplicação da lei quando ele tomar ciência do seu papel como garantidor da efetividade e da justiça no processo penal.

Em razão de ser bem antigo nas varas criminais do Rio, eu tive a grata satisfação de uma vez, ao trabalhar com um juiz que não trabalhava comigo, mas que já tínhamos tido a oportunidade de trabalhar algumas vezes juntos, ele chegar para mim e falar: "Átila, eu queria te dizer que ter você aqui ao meu lado é uma garantia. Eu jamais vi você de alguma forma ser minimamente tendencioso com a pretensão acusatória. Você sempre buscou um olhar para o processo como se fosse um segundo magistrado realmente. E, para mim, é uma garantia, é uma alegria ter você aqui, porque me dá muita tranquilidade". Esse foi um dos maiores elogios que eu recebi no curso da minha carreira, porque eu acredito realmente que o promotor de justiça não deve, em momento algum – me perdoem a expressão popular –, puxar a sardinha para o lado da acusação.

Eu acho que a acusação deve ser feita de uma forma equilibrada dentro do processo, dentro da prova e sempre com a possibilidade – ainda mais num cargo como ocupo hoje e tendo essa oportunidade de vir aqui ao Congresso Nacional – de reconhecer esse movimento jurisprudencial no sentido de garantir, notadamente nas camadas mais necessitadas da população, esse olhar cuidadoso com o ingresso no domicílio, com o reconhecimento feito por fotografia de forma precária em sede policial, e não deve ser vista com maus olhos pelo Ministério Público. E aí eu me permito, logo à frente, fazer uma observação também sobre esse tema, mas sob uma ótica um pouco diferente.

Retomando essa questão do olhar garantista da jurisprudência, eu acho que este deve ser visto como um momento de revolução, como um momento de atentar realmente que alguma coisa não está certa. Trabalhando como promotor de justiça criminal e em razão dessa questão do reconhecimento que vem sendo muito enfrentado na nossa jurisprudência como uma mudança de paradigma, inclusive possibilitando decretações de nulidade em sede de inquérito policial, o que antes não se pensava, observando isso lá no meu trabalho do dia a dia, no cotidiano forense, eu vi muitas pessoas serem presas preventivamente e, quatro meses depois, em razão da prisão forjada exclusivamente no reconhecimento fotográfico duvidoso onde a vítima posteriormente comparecia em juízo, e eu indagava: o senhor tem certeza? Como é que foi esse reconhecimento lá na delegacia? E a vítima dizia: "Olha, doutor, aquela coisa... foi muito rápido, eu não tive a oportunidade de olhar muito bem, mas me parece ser a pessoa". E esse "me parece ser a pessoa"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deságua numa prisão de seis meses. E posteriormente chega a pessoa em juízo, afirma isso, a prisão é revogada. E isso não acontece, senhores, eu posso afiançar, nos bairros nobres do Rio de Janeiro. Essas pessoas que ficaram presas invariavelmente são oriundas das camadas mais desfavorecidas da sociedade. Então, eu acredito realmente que essa mudança de paradigma jurisprudencial deve ser vista com bons olhos, como uma forma de progresso do sistema penal como um todo.

Entretanto, como eu já havia dito, não posso deixar aqui de externar uma preocupação, porque legislar em matéria de processo penal, como todos sabem, é privativo do Congresso Nacional, e nós temos nos deparado com alguns movimentos, notadamente por parte de órgãos de controle, seja do Ministério Público, seja do Poder Judiciário, em sede de resoluções, de atos normativos que não advêm, não são de matriz constitucional, definitivamente, órgãos talvez preocupados, movidos por ótimas intenções, mas que vêm atropelando o processo legislativo, necessário para o nascimento da norma penal, processual penal, considerando que estamos aqui no Congresso Nacional, onde é o berço constitucional da matéria penal, processual penal, eu não poderia deixar de fazer esse alerta e externar essa preocupação com esse atropelo do processo legislativo, que inclusive vem sendo alvo de impugnações perante o Supremo Tribunal Federal, mas que geram uma preocupação por parte de todos nós operadores do Direito, porque afinal o processo penal é uma garantia para todos os atores do processo, não só para o réu, para o investigado, mas para todos nós. Ou seja, todos nós devemos velar pela higidez da norma processual penal; e penal como forma de garantir todo um sistema. Eu acredito que realmente essa é uma preocupação que eu não poderia deixar de externar.

Por fim, já que falei aqui de órgãos de controle, gostaria de destacar um movimento bem interessante que eu observei recentemente, no Rio de Janeiro, quando fomos alvo, no melhor sentido, de uma correição, não só por parte da Corregedoria Nacional do Ministério Público, mas também pela sua Comissão de Segurança Pública, que há um mês esteve lá no Rio de Janeiro, e tivemos a oportunidade de visitar penitenciárias. Lembrei-me agora da intervenção do colega internauta, que recentemente disse que não tínhamos essa proximidade, não falávamos com os presos. Mas eu tive a oportunidade de ir a vários presídios e lá tivemos a oportunidade, sim, de colher as agruras, de colher as dificuldades que vivencia o cidadão no cárcere. Isso, de fato, acontece.

As fiscalizações ocorrem rotineiramente e há um cuidado muito grande por parte do Ministério Público nessa questão, a despeito das dificuldades financeiras que os estados em geral, não só o Rio de Janeiro, mas todos os entes federativos e a própria União, sofrem neste momento.

E o que a gente busca, exatamente como remédio para essa carência de recursos, é a resolutividade. Observei, nessas correições realizadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público, uma ótica distinta, uma ótica de buscar o que é bom, de não necessariamente, como anteriormente eu já havia vivenciado, estabelecer um regime de busca do que é negativo. Muito ao contrário: todas as ideias levadas pelo CNMP ao Ministério Público do Rio de Janeiro foram no sentido de buscar: "O que vocês fazem de bom aqui?", o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é aplicável, o que pode ser replicado no Brasil todo? Eu acho que essa é uma ideia fundamental em termos de resolutividade, porque, óbvio, as corregedorias próprias dos estados atuam no sentido de reprimir as eventuais falhas dos membros do Ministério Público. A Corregedoria Nacional atua supletivamente. É óbvio: na medida em que há um vácuo da corregedoria própria do ente do Ministério Público, atua, sim, a Corregedoria Nacional. Mas há essa questão da resolutividade, de buscar práticas interessantes e, principalmente, recomendar determinadas diretrizes.

Hoje em dia, as resoluções, as quais eu acabei de citar aqui como, algumas vezes, violadoras da Constituição, não têm o condão de englobar a realidade do Brasil. Muitas vezes, uma resolução do CNJ que se afigura ideal para o Rio de Janeiro, por certo será inadequada para o Mato Grosso. Então, o Conselho Nacional do Ministério Público recomenda uma diretriz, e cada ente do Ministério Público estadual adéqua aquela recomendação através de uma resolução própria que atenda às suas finalidades. Eu acho uma vitória muito grande essa mudança de mentalidade, que só faz com que o Ministério Público venha a crescer.

Eu realmente gostaria de, mais uma vez, afirmar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ÁTILA PEREIRA DE SOUZA – ... que eu não... Dada a amplitude do tema, certamente gostaria de estar presente nas próximas reuniões e trazer dados mais efetivos, mas eu gostaria de fazer essas colocações e, principalmente, agradecer a oportunidade de estar aqui e ter essa possibilidade de externar a minha visão sobre a questão processual penal e penal como eu acredito, e qual é a minha crença acerca do papel do Ministério Público nesse cenário.

Muito obrigado, Senadora. Muito obrigado, meus colegas.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Perfeito, Dr. Átila. Grata pela sua presença. Dr. Átila Pereira de Souza, Promotor de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais do Ministério Público do Rio de Janeiro.

Grata.

Agora, com a palavra, o Sr. Marcos Paulo de Souza Miranda, Promotor de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias Criminais, de Execução Penal, do Tribunal do Júri e da Auditoria Militar do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Seja bem-vindo, Dr. Marcos.

O SR. MARCOS PAULO DE SOUZA MIRANDA (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora Leila Barros, Presidente em exercício desta Comissão, na pessoa de quem eu gostaria de cumprimentar todos os demais Parlamentares integrantes desta importante Comissão e também agradecer pela gentileza do convite, possibilitando que os diversos atores do sistema de Justiça, Senadora, pudessem estar aqui dialogando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, pelo Ministério Público – somos três Promotores –, a gente tem um apreço ainda maior por isso, afinal de contas, a legislação da qual nós somos aqueles que zelam, nós somos os fiscais, é exatamente a legislação que sai desta Casa. E, em especial, quando nós tratamos de segurança pública, nós falamos de direito penal, de execução penal, e falamos também de direito processual penal. E a Constituição diz que, para legislar nesse campo, a competência é privativa do Congresso Nacional. E, infelizmente, Senadora, o que nós temos percebido é que alguns avanços totalmente à margem da Constituição e à margem desta Casa vêm ocorrendo, o que deve ser para todos nós objeto de uma especial preocupação, afinal de contas, num sistema democrático, num Estado democrático de direito, nós precisamos obedecê-la fielmente, e não é a melhor intenção de uma norma que vai lhe dar validade se ela não extrai a sua validade do próprio texto constitucional. E confesso a V. Exa. que tenho ficado preocupado com alguns avanços, aos quais eu irei fazer menção daqui a pouco.

Bem, eu estou Coordenador há dois anos e meio das promotorias criminais do Estado de Minas Gerais. Nós temos lá 853 municípios, 298 comarcas, um estado realmente com dimensões geográficas importantes, com variedades e identidades econômicas e sociais distintas, e enfrentamos, infelizmente, o crime exatamente nestas duas modalidades que o colega Olavo trouxe aqui: a criminalidade organizada, como recentemente, inclusive, o famoso "novo cangaço", tomada de cidades; e, por outro lado, nós temos também a criminalidade mais fluida, mais difusa, que está presente no cotidiano de todas, até mesmo das menores comunidades.

Sob a perspectiva do balanço que esta Comissão pretende realizar, que remonta até 2022, eu gostaria de ponderar a V. Exa. e a todos que nos acompanham que me parece que o ferramental mais importante em termos de produção legislativa que nós tivemos foi o pacote anticrime, a Lei 13.964, de 2019, que veio numa perspectiva de tentar sanar alguns dos grandes problemas que nós temos no sistema processual penal, no sistema penal e no sistema penitenciário do nosso país. E, como o tempo é curto, Senadora, permita-me por gentileza tocar apenas em dois deles, para os quais eu gostaria de chamar a atenção dos senhores e trazer uma reflexão.

O primeiro diz respeito a uma alteração feita no art. 51 do Código Penal brasileiro. O Código Penal traz a pena de multa. E, Senadora, por incrível que pareça, para aqueles que se dão ao estudo do direito penal nas suas mais diversas vertentes pelo mundo afora, a pena de multa sempre teve uma destacada importância no combate à criminalidade. Entretanto, no Brasil, apesar de estar prevista expressamente no próprio texto da nossa Constituição Federal, a pena de multa – e aqueles que militam no campo do direito acredito que irão concordar comigo – sempre foi um nada jurídico no Brasil, pelo menos nas últimas três décadas. E eu me explico: com uma alteração havida em 1996, se não me falha a memória, proibiu-se a conversão da pena de multa em restritiva de liberdade em razão de uma convenção da qual somos signatários – nada mais correto.

Entretanto, a partir daí, atribuiu-se à Fazenda Pública, ou seja, às advocacias de defesa dos interesses do Estado, a cobrança dessa pena, e nós temos limites de cobrança tributária. Em Minas Gerais, não se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cobra nada abaixo de 30 mil, via de regra, quando tem um viés tributário, e as penas de multa simplesmente deixaram de existir no Brasil e, na maioria das vezes, prescreviam de maneira reiterada.

Isso, por um lado, impõe uma exclusão de uma responsabilidade, Senadora, mas tem um lado mais perverso disso tudo, que é o de que os valores das penas de multa devem ser revertidos em benefício do Fundo Penitenciário Nacional, que é o fundo que deve dar sustentação básica para as políticas de melhoria do nosso sistema penitenciário. Então, nós perdemos, infelizmente, um ingrediente de extrema importância. Mas agora, com o pacote anticrime, nós tivemos o resgate – vamos dizer assim – da natureza sancionatória e da legitimidade do Ministério Público para a cobrança dessas penas de multa.

E digo à senhora que, em Minas Gerais, por exemplo, nós temos um projeto piloto de cobrança em que nós estamos trabalhando não com a execução judicial ou a cobrança tão somente, assoberbando ainda mais o Poder Judiciário. Não! Nós criamos um sistema inteligente e, hoje, para as multas até o valor de R$5 mil, nós trabalhamos com o protesto cartorário. E digo à senhora: desde o advento do pacote anticrime, com esse trabalho, nós protestamos 3.254 títulos, ou seja, sentenças penais condenatórias. O valor total desses protestos: R$19.366.526. Ou seja, nós começamos a dar uma nova roupagem a algo que, há décadas, estava esquecido e começamos a fazer com que os valores e as grandes multas sejam na maioria das vezes dos grandes traficantes, porque a nossa Lei Antitóxicos é aquela que apena de maneira mais severa os criminosos.

Então, nós estamos, a partir dessa alteração, trabalhando com uma lógica da aplicação da pena de multa, como deve ser, como decorrência da titularidade da ação penal atribuída ao Ministério Público.

Bem, então, é algo que eu gostaria de trazer, nós não temos indicadores em âmbito nacional de como tem sido esse movimento, e isso vai depender de cada um dos ministérios públicos, dos tribunais, enfim, mas gostaria de trazer essa notícia a V. Exa.

E, para concluir, um segundo aspecto que me parece de fundamental importância e talvez seja a grande pedra de toque do pacote anticrime: a alteração do art. 28 do Código de Processo Penal, inserindo o art. 28-A, que traz a figura do acordo de não persecução penal.

Sra. Senadora, no Brasil, pelo nosso Código Penal, todo aquele que comete e é condenado por um crime – não com violência e não com grave ameaça –, cuja pena seja inferior a quatro anos, essa pessoa não vai para a cadeia. Esse é o art. 44 do nosso Código Penal. Ocorre que, em data antecedente ao pacote anticrime, mesmo para esses casos, nós tínhamos de trilhar o tortuoso caminho do processo para, ao final, ser aplicada a condenação de uma pena de multa, de uma prestação pecuniária. Ou seja, o ANPP vem e afasta do processo tradicional clássico todos estes casos: aqueles crimes praticados sem violência, sem grave ameaça, fora do âmbito de violência doméstica, cuja pena seja inferior a quatro anos.

O que nós fazemos? Um acordo: promotor de Justiça, Defensoria Pública, investigado, e nós vamos pactuar ali o que deve ser feito para solucionar aquele caso. Requisito número um: o ressarcimento dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prejuízos experimentados pelas vítimas. Então, se houve o furto de uma motocicleta, de uma bicicleta, reparar, tem que devolver, ou, então, tem que indenizar o equivalente. E, depois, vamos trabalhando com outras medidas que não são penas; são medidas pactuadas pelo Ministério Público que podem passar pela prestação pecuniária, pela prestação de serviços à comunidade...

Veja a relevância desse instituto, Sra. Senadora. Em Minas Gerais, o tempo médio – o tempo médio – de um processo judicial criminal é de 37 meses; 37 meses de processo, tirando o inquérito. O custo médio de um processo judicial no Brasil, segundo dados do Ipea, é de R$5 mil. Então, veja, para cada ANPP celebrado, nós temos menos 37 meses de litígio e menos R$5 mil de despesa pelo poder público. E, nesse cenário, gostaria de trazer para a senhora que, no Ministério Público de Minas, nós celebramos, nesse período, 19.094 ANPPs. Nós evitamos 58.873 anos de litígio, economizamos R$99,9 milhões para os cofres e destinamos R$9,4 milhões em benefício das vítimas. Então, isso me parece algo que precisa ser tratado com maior seriedade e maior ênfase.

Agora, tem um problema nisso tudo, Sra. Senadora. Nesse mecanismo do ANPP, em razão de adições no texto legal, durante a tramitação do pacote anticrime, nós tivemos um prejuízo enorme nos incisos III e IV, porque, a partir da introdução da parte final dos incisos III e IV, esse acordo depois tem que ser executado, sabe onde? Na Vara de Execuções Penais. Então, isso viola completamente a lógica de um sistema que é de justiça penal negocial, que é pactuado entre o promotor de justiça, mas, por incrível que pareça, o sistema, em decorrência disso que foi feito, hoje está indo para a VEC, para a Vara de Execuções Criminais. E aquela pessoa que se dispôs a celebrar um acordo com o Ministério Público vai ter o seu nome na Vara de Execuções Criminais. Isso não pode continuar como está.

E pior, nós temos, em termos de morosidade, algo muito grave, porque, a partir do momento em que o ANPP é celebrado na Promotoria de Justiça Criminal tradicional, vai depois para a homologação; o juiz que homologa não pode executar, tem que mandar para a Vara de Execuções Penais. Então, esses R$19 mil que eu trouxe para a senhora, esse número poderia estar muito superior a R$30 mil, a R$40 mil, se nós não tivéssemos esse defeito, que surgiu no curso da tramitação e de maneira absolutamente desnecessária, porque Justiça Penal Negocial não se resolve em execução penal. É como a Suspro (Suspensão Condicional do Processo), é como a transação penal, isso tem que ser um processo de conhecimento; é muito mais rápido, é olho no olho. Então, nós temos esse problema, que me parece que está limitando em muito o ANPP no nosso país.

E, só para fechar, há duas questões que eu gostaria aqui de sugerir. Nós não temos uma base nacional de antecedentes criminais. Para se celebrar o ANPP, há necessidade de a pessoa não ter registros de antecedentes criminais. Isso me parece que é uma omissão grave que nós temos no sistema nacional. Teríamos que conversar com o Ministério da Justiça, no meu modo de pensar. Então, isso seria algo muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, o colega Átila, que está como coordenador do CAOCrim do Rio, se ele precisa de uma certidão de antecedentes com urgência, em Minas, ele vai fazer contato comigo, porque nós simplesmente não temos um sistema. E o mesmo acontece diariamente com ele, Sra. Senadora. Isso é muito grave. Isso traz incerteza jurídica, traz insegurança jurídica para todos.

Então, outra coisa. O ANPP contribui muito para a celeridade, mas nós precisamos ter a defensoria pública participando, nós precisamos ter o Poder Judiciário interessado, porque hoje o grande padrinho do ANPP é apenas o Ministério Público, e nós não temos condições, sozinhos, de arcar com tamanha responsabilidade. Então, núcleos integrados de ANPP, em que haja o esforço coletivo de todas as instituições, parece-me que é de fundamental importância. E hoje, infelizmente, nós temos o exército de um homem só. A verdade é essa.

Então, dentro desse cenário, gostaria de ponderar a V. Exa. esses três aspectos: monitorarmos pena de multa, porque traz benefícios para o sistema; monitorarmos os ANPPs, porque traz economia, temos que cortar os gargalos desnecessários que estão na parte final do inciso III e do inciso IV do 28-A; e, por último, algo que me parece essencial, nós termos uma base unificada de antecedentes criminais, porque infelizmente, no Brasil, como está, a pessoa pode cometer um crime em cada unidade da Federação, e se posteriormente nós não conversarmos às vezes por grupos menores de aplicativo, a gente não vai conseguir descobrir isso. Então, é pouco inteligente a forma como isso tem acontecido.

Então, agradeço pela atenção e me coloco à disposição de todos.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Excelente, Dr. Marcos. E muito obrigada.

Eu quero até agradecer a fala de vocês levantando as preocupações aqui com relação a todo esse sistema.

Tem uma pergunta aqui da nossa Consultoria. Se bem que o Dr. Marcos já falou bastante a respeito das dificuldades e a questão dos processos, a questão processual, mas, enfim. A principal crítica que a sociedade faz em relação ao Judiciário brasileiro diz respeito à morosidade; e quando nos referimos ao sistema de Justiça Criminal, é a impunidade que se sobressai. Julgamentos de criminosos perigosos e corruptos chegam a durar décadas e o resultado disso com frequência é a prescrição dos crimes. É preciso portanto se fazer um diagnóstico das mazelas enfrentadas diuturnamente nos últimos anos por aqueles que atuam na linha de frente para aperfeiçoar o funcionamento da Justiça criminal.

Sob essa ótica, portanto, questionamos V. Exas. Primeiro, quais legislações penais e processuais penais devem ser modificadas com prioridade para que se possa assegurar efetivamente a razoável duração dos processos criminais e quais pontos podem ser aperfeiçoados em relação ao regramento que hoje regula a prescrição e os recursos em matéria penal? E, dois, quais foram as maiores dificuldades encontradas por V. Exas., nos últimos anos, para o bom funcionamento do sistema de Justiça criminal? E o quantitativo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas e as novas tecnologias implementadas, a exemplo do processo eletrônico e das oitivas por meio de videoconferência, têm se mostrado suficientes?

Então, eu gostaria de ouvi-los. Se cada um puder passar a sua impressão e a resposta com relação a essas questões, eu vou dar dois minutos e deixo à vontade para quem quiser responder.

Por favor, Marcos.

O SR. MARCOS PAULO DE SOUZA MIRANDA (Para expor.) – Eu acho essa indagação essencial.

A primeira coisa para a qual eu chamaria a atenção é a tramitação ainda física, na maioria das vezes, Senadora, dos nossos inquéritos policiais. A partir do momento em que você tem uma tramitação física, o inquérito policial, no caso de uma dilação de prazo – ou seja, ele não está concluído, ele precisa de uma diligência complementar –, vai ter que sair num carro da polícia, chegar ao Poder Judiciário, que vai mandá-lo para o Ministério Público, que vai devolvê-lo para o Judiciário, e ele vai voltar para a polícia. Isso fisicamente.

Em Minas Gerais, eu digo aos senhores que nós temos 90% – talvez seja 99%, mas eu vou falar 90% por cautela – dos inquéritos policiais ainda tramitando pela maneira física. E isso é muito grande, porque nisso a gente vai gerar, de fato, a prescrição. É algo muito grave.

Então, me parece que um investimento maior.

E aí haveria necessidade de um maior engajamento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS PAULO DE SOUZA MIRANDA – ... por parte do Poder Judiciário também, porque nós tivemos, para atingir metas determinadas pelo Conselho Nacional de Justiça, enfim, muitas virtualizações. Agora, eu desconheço uma unidade da Federação que começou a sua virtualização pelos processos criminais. Normalmente, começam pelas ações tributárias e etc., e a parte criminal sempre fica relegada a um segundo plano.

Então, me parece, assim, pedra de toque: na origem, a virtualização dos inquéritos policiais; e um investimento mais massivo por parte dos tribunais para que nós tenhamos os processos eletrônicos em âmbito criminal. Isso facilita demais.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada, Dr. Marcos.

Mais alguém deseja?

Dr. Átila.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ÁTILA PEREIRA DE SOUZA (Para expor.) – Apondo aqui ao que o meu ilustre amigo Marcos disse, apenas quero fazer o papel aqui de, entre aspas, "advogado do diabo": lá no Rio de Janeiro, eu ouso dizer que 90% das ações penais e dos inquéritos policiais são virtualizados.

A ideia é maravilhosa. O plano virtual, sem trocadilho, é realmente uma ideia que nos faz pensar em celeridade, em resolutividade, em diminuição de tempo de processamento. As questões de logística diminuem muito, transporte daquelas pilhas de inquéritos. Só que a gente passou a se deparar com outro problema: atrás de cada inquérito, há vidas. Aquilo ali é a corporificação de uma tragédia. E a tragédia passou a ser vista de forma automatizada. Passamos a observar devoluções de inquéritos à delegacia de polícia e remessas de inquéritos ao Ministério Público através de um toque só, ou seja, diante do caos, aquela ideia que, a princípio, se aparentava como alvissareira passou a gerar outros problemas.

Então, eu acredito que, respondendo de uma forma um pouco mais objetiva essa questão, porque é uma questão extremamente complexa – o que poderia melhorar, o que daria resultado para uma efetividade processual –, eu acredito, principalmente, na conscientização das pessoas, no treinamento. E nunca podemos esquecer que aquilo ali é a tragédia do ser humano, porque ninguém vai a um fórum criminal para contar uma boa notícia. Ninguém é intimado pelo oficial de justiça por uma questão boa da vida.

Eu acho que a humanização do processo, através de treinamento, de conscientização...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ÁTILA PEREIRA DE SOUZA – ... eu vejo como um passo inafastável para o sucesso do sistema penal.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Muito obrigado, Dr. Átila.

Dr. Gustavo Ribeiro.

O SR. GUSTAVO DE ALMEIDA RIBEIRO (Para expor.) – Aproveito para trazer também o outro lado com relação à demora, porque muitas vezes, principalmente em se tratando de defensoria pública, essa demora significa uma pessoa em prisão cautelar às vezes muito alongada, muito demorada. É claro que nem sempre, mas muitas vezes, é isso que ocorre, ou seja, há casos de prisões cautelares extensas em que, depois, a própria condenação é mais branda do que foi o tempo de prisão cautelar. Então, a demora, se por um lado pode gerar, em algumas circunstâncias, prescrição... E aqui eu não vou ingressar numa área que não é muito a que eu atuo, que é a questão de detentor de foro, que não é a realidade de 99,9% dos processos de defensoria pública, embora às vezes ocorra, mas para nós tem esse outro aspecto que é preciso destacar na minha posição de defensor, que é esse outro aspecto. A demora pode gerar prescrição, por um lado, mas às vezes a demora também gera a pessoa estar presa cautelarmente e, mesmo que seja condenada, receber uma condenação mais branda, mais leve. Por exemplo: a pessoa responde presa e, depois, vem uma pena

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

restritiva, uma desclassificação ou coisa que o valha. Então, isso também é um aspecto que eu preciso destacar, na condição de defensor público, reconhecendo que, em algumas circunstâncias, a demora excessiva acaba também gerando a prescrição por outro lado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUSTAVO DE ALMEIDA RIBEIRO – Na minha experiência na Justiça Federal, no primeiro grau, foram cinco anos atuando, no Rio Grande do Sul e no Espírito Santo. Coisas graves, crimes... Majoritariamente, na atuação da defensoria pública na área federal, em termos quantitativos, há muito descaminho, muito estelionato em face de caixa – majoritariamente, em termos quantitativos –, ou seja, crimes sem penas muito elevadas. Esses eu ainda vi prescreverem, mas dificilmente vi acontecer isso com crimes mais gravosos, com penas mais elevadas, principalmente com algumas mudanças recentes, como o entendimento de o acórdão interromper a prescrição, o acórdão que confirma uma condenação. Então, isso não tem sido muito comum na prática da defensoria pública, principalmente – na maioria, em termos quantitativos –, pelo menos, nos casos que a DPU recebe para autuação.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada, Dr. Gustavo.

Vou passar a palavra agora para o Dr. Olavo Pezzotti.

O SR. OLAVO EVANGELISTA PEZZOTTI (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

A pergunta parte de uma premissa. A pergunta tem vários desdobramentos, mas parte de uma premissa central, que me parece que já havia sido ressaltada pelo Dr. Gustavo na sua exposição inicial, que é a seletividade do sistema penal. Acho que se tem um ponto sobre o qual todos nós vamos concordar é que o sistema penal hoje apresenta uma nefasta seletividade, no sentido de punir preponderantemente aqueles que são menos favorecidos econômica e socialmente e garantir impunidade àqueles que têm condições melhores. E um dos desdobramentos da pergunta diz respeito ao sistema recursal. Então, eu vou ficar somente com esse ponto. E, aí, por recursos eu vou entender também os meios autônomos de impugnação, como as ações de *habeas corpus*.

Eu atuei no Gaeco de São Paulo, entre os anos de 2018 e 2022, e percebi um fenômeno bastante curioso: para cada ação penal proposta pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado, às vezes com dez réus, nós tínhamos não raro uma centena de *habeas corpus* relacionados a uma única ação penal, a uma única ação penal. Então, o Ministério Público move a máquina do sistema judiciário com uma ação penal, se não for julgada procedente e o Ministério Público achar que a decisão precisa ser reformada, vai interpor um recurso de apelação. Se sucumbir também no segundo grau, vai interpor um recurso especial, um extraordinário no máximo e fim de conversa. Para o mesmo volume de atuação do Ministério Público, nós temos às vezes – não é brincadeira, é sério – uma centena de ações autônomas de impugnação nos tribunais superiores. Então, é claro, a morosidade se deve pelo fato de que os tribunais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estão assoberbados e não dão conta da carga de trabalho, e a Constituição Federal trata do princípio da ampla defesa e não da defesa ilimitada.

Talvez esteja em um bom momento para o Congresso Nacional discutir os procedimentos de tramitação de *habeas corpus*. Como que os *habeas corpus* devem tramitar? Será que não precisam ter algum limite? Será que a gente não precisa discutir um pouco melhor como funcionam os *habeas corpus* em tribunais superiores? Nós temos, em algumas situações, decisões monocráticas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OLAVO EVANGELISTA PEZZOTTI – ... de tribunais superiores em *habeas corpus* absolvendo réus que tiveram condenações com trânsito em julgado e, às vezes, com decisões colegiadas do próprio tribunal em que se vê a concessão de ordem de *habeas corpus* em decisão monocrática. Então, vamos imaginar o seguinte: o sujeito foi condenado em primeiro grau, a condenação foi confirmada no recurso de apelação; no recurso especial, o Superior Tribunal de Justiça mantém a condenação; depois de um tempo, há uma propositura de ação de *habeas corpus* no Superior Tribunal de Justiça, o meio autônomo de impugnação. Isso acontece na prática, às vezes, numa decisão monocrática, se prolata uma decisão de absolvição, isso até me parece violar a própria lógica de colegialidade do Superior Tribunal de Justiça e dos tribunais superiores. Então, eu acho que a gente precisa rediscutir as tramitações dessas ações de impugnação nos tribunais superiores, eu acho que isso é para ontem.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Eu, em nome da nossa Comissão, gostaria muito de agradecer a presença de todos vocês.

Eu acho que é importante dar a palavra para vocês, para os quatro, para as considerações finais. Vou dar um minuto, porque eu gostaria de ouvir as considerações finais e aí encerraremos a nossa sessão de hoje, nossa audiência de hoje, que foi muito profícua, muito proveitosa.

Obrigada.

Dr. Átila.

O SR. ÁTILA PEREIRA DE SOUZA (Para expor.) – Quero, mais uma vez, agradecer a oportunidade e...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ÁTILA PEREIRA DE SOUZA – ... dizer que eu realmente estou muito esperançoso – falou-se tanto em resolutividade – de que futuramente essa semente que está sendo plantada hoje gere frutos e que nós possamos, num curto ou médio, pelo menos, período de tempo, colher esses frutos e passar, se não nós, aos mais jovens nas carreiras jurídicas e principalmente ao destinatário final da nossa atuação, porque não podemos perder de vista que nós somos servidores públicos na essência desse conceito, e que eles possam realmente colher um sistema de justiça mais igualitário, mais célere, mais resolutivo e que dê às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas o que elas esperam e o que elas merecem, sejam as vítimas, sejam os eventuais transgressores da lei penal, sempre através de um caminho que é o único que pode ser trilhado: o processo penal, cuja matriz é o Congresso Nacional. Que as regras sejam cumpridas, e acima de tudo, sejam claras, para que o sistema como um todo seja claro. Ou seja, é importante aproximar o Poder Judiciário e os atores da Justiça ao seu destinatário final, que é a população. Acredito que o excesso de formalismo, ou seja, o Poder Judiciário carrega uma carga de colonialismo que não cabe mais. O próprio linguajar... Acredito na acessibilidade, na diminuição do formalismo, para que as pessoas, especialmente as menos favorecidas, possam entender o sistema a que elas estão se sujeitando pela Constituição. Então, acredito que, futuramente, essa discussão toda, a nossa presença aqui, possibilite uma realidade mais favorável à nossa população.

Obrigado mais uma vez.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Nós que agradecemos, Dr. Átila.

Dr. Gustavo Ribeiro.

O SR. GUSTAVO DE ALMEIDA RIBEIRO (Para expor.) – Agradeço à Comissão de Segurança Pública, na pessoa da Senadora Leila.

Cumprimento também os colegas que estiveram na mesa comigo. Foi um aprendizado, inclusive de experiências que ocorrem nos ministérios públicos estaduais de alguns estados – o meu, inclusive, de naturalidade, Minas Gerais.

Acho importante e tenho certeza de que a Defensoria Pública da União está à disposição desta Casa, do Senado, desta Comissão, para eventuais informações, porque, como falei na minha manifestação inicial, acho que muitas das coisas que são discutidas na seara penal, processual penal e de execução penal têm uma relação muito forte e muito peculiar com o que acontece com os assistidos da Defensoria Pública. Estamos falando de direito penal, processo penal. Isso vale em alguns aspectos da legislação brasileira, em que, muitas das vezes, dificuldades que nós experimentamos e vivenciamos no nosso dia a dia prático são muito exclusivas.

Não é nenhum caso de direito penal, mas mostra como são as coisas. Certa vez, quando eu trabalhava em Vitória, fiz uma ação inicial de benefício assistencial para uma pessoa em situação de rua e tive que emendá-la duas vezes, porque o juiz pedia que eu declinasse o endereço dessa pessoa, e eu dizia: "Ela está em situação de rua e ela diz que mora na praça tal da cidade". Até que na terceira, eu emendei, expliquei isso de novo, liguei e falei: "Olha, isso está indo pela terceira vez. É uma pessoa que não tem residência. Ela está em situação de rua".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que eu quero dizer com isso, embora esse exemplo não seja especificamente de direito penal, é que são situações que muitas vezes, no nosso dia a dia e nas condições da maioria das pessoas que integram as carreiras públicas, são distantes dessa faixa de servidores públicos.

Então, é importante, e a defensoria está à disposição para isto, para lembrarmos e trazermos ao conhecimento, à lembrança, às discussões a voz dessas pessoas.

É claro que o Senado sabe, a Câmara dos Deputados também, mas é muito importante, e por isso eu agradeço muito esta oportunidade de sempre relembrar isso, embora já seja conhecido, de fazer esse destaque aqui, pessoalmente, para trazer a nossa experiência.

Muito obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada, Dr. Gustavo Ribeiro.

Vou passar a palavra agora para o Dr. Olavo Pezzotti.

O SR. OLAVO EVANGELISTA PEZZOTTI (Para expor.) – Obrigado.

Exma. Sra. Senadora Leila Barros, agradeço pela oportunidade. Saúdo a iniciativa da Comissão de Segurança Pública.

Acho que o Dr. Átila, ao final, tocou em um ponto muito importante, que é o fato de que o Congresso Nacional detém a competência privativa para legislar sobre direito penal e direito processual penal. Nós temos visto algum avanço dos Tribunais Superiores na regulamentação de matérias que seriam mais bem discutidas nesta Casa e seriam decididas com maior legitimidade democrática. Então, iniciativas como esta ajudam o Congresso Nacional a se posicionar e a voltar a ocupar o espaço que, às vezes, por ter sido um pouco deixado de lado, foi sendo ocupado pelo Poder Judiciário.

Então, agradeço a V. Exa., saúdo a iniciativa e cumprimento os colegas. Foi para mim uma tarde de muito aprendizado.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Nós que agradecemos, Dr. Olavo.

Por último, Dr. Marcos Paulo Miranda.

O SR. MARCOS PAULO DE SOUZA MIRANDA (Para expor.) – Senadora Leila, mais uma vez quero agradecer a gentileza do convite. É uma alegria. Agradeço aos colegas pela oportunidade dos debates.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parece-me que é de fundamental importância que esse diálogo, no cenário nacional, seja aprofundado, Senadora. O direito penal e o direito processual penal às vezes são meio tratados de uma maneira não devida. Na verdade, o direito penal e o direito processual penal são essenciais para qualquer democracia. É um soldado de reserva que, quando é necessário, precisa atuar. E nós precisamos, por óbvio, buscar as melhores formas de alcançar os melhores resultados. Nada melhor para isso do que o debate, as visões múltiplas de todas as instituições.

Nesse cenário, quero parabenizar a Comissão de Segurança Pública por estar congregando aqui essas discussões e dizer que, por parte do Ministério Público de Minas gerais, nós estaremos sempre à disposição de V. Exa. e de todos os integrantes para trazer a nossa voz, os nossos debates e tentar contribuir de alguma forma para que tenhamos uma legislação um pouco mais efetiva e que traga de fato segurança para todos nós.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Perfeito.

Eu que agradeço, em nome da Comissão de Segurança Pública. Foi uma tarde muito rica, realmente, muito profícua.

Quero também agradecer a nossa equipe da Comissão e a todos que estão acompanhando a nossa audiência. Que venham as próximas, que certamente vão engrandecer e enriquecer mais ainda o nosso trabalho aqui na Comissão.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 14 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE JULHO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e quatro minutos do dia quatro de julho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Carlos Viana, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Jaques Wagner, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Eduardo Girão, Jaime Bagattoli, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia e Vanderlan Cardoso, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton, Alessandro Vieira, Omar Aziz, Otto Alencar e Hamilton Mourão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5245, de 2020 - Terminativo -** que: "Determina a introdução de conteúdos relacionados a Direitos Humanos e combate ao racismo e outras formas de discriminação em cursos de capacitação de agentes de segurança pública e privada." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com onze emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1 a 11-CSP. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2028, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Destina 80% (oitenta por cento) dos valores referentes ao produto ou proveito decorrente da prática de crime de tráfico ilícito de drogas ou de lavagem de dinheiro, apreendidos ou recuperados no Brasil ou no exterior, para ações de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19)." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Pela prejudicialidade do projeto. **Resultado:** Durante a reunião, é designado relator "ad hoc" o Senador Jorge Kajuru. É aprovado o relatório pela prejudicialidade do projeto. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3045, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, nos termos do inciso XXI do caput do art. 22 da Constituição Federal; altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Favorável ao projeto e contrário às emendas nºs 1 a 4. **Resultado:** Lido o novo relatório, favorável ao projeto e contrário às emendas nºs 1 a 7, é concedida vista ao Senador Jorge Kajuru. Como preliminar à deliberação desse projeto, é aprovado o Requerimento nº 3/2023 -CSP, de audiência pública para instrução da matéria. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1918, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera os arts. 433 e 447 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para dispor sobre a paridade de gêneros no Conselho de Sentença do Tribunal do Júri." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Favorável ao projeto e contrário à emenda n º 1, com a emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 2 - CSP (Substitutivo), rejeitando a Emenda nº 1. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 3, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 3045/2022, que "institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, nos termos do inciso XXI do caput do art. 22 da Constituição Federal; altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969; e dá outras providências". Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante Confederação Nacional de Bombeiros Voluntários - CONABOV; representante VOLUNTERSUL; representante Associação dos Bombeiros Voluntários no Estado de Santa Catarina - ABVESC; representante VOLUNTERMINAS; representante Bombeiros Voluntários de Santa Maria do Jetibá - ES." **Autoria:** Senadora Ivete da Silveira (MDB/SC). **Resultado:** Como preliminar à deliberação do item 3, é aprovado o requerimento com a inclusão dos seguintes participantes: Prefeito de Joinville, Corpo de Bombeiros Militares e Presidente do ICMBio. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 28, de 2023** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a situação atual do Estado Democrático de Direito, as liberdades e garantias individuais na Venezuela e o reflexo dessa instabilidade na segurança pública." **Autoria:** Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR). **Resultado:** Aprovada a inclusão do requerimento como extrapauta. Colocado em votação, é aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sérgio Petecão
Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/07/04

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 19ª Reunião, realizada em 27 de junho.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*. (*Pausa.*)

Srs. Senadores, o nosso item 1 é de autoria do Senador Fabiano Contarato, e a relatoria é do Senador Rogério Carvalho.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Senador, Presidente, eu poderia pedir inversão de pauta, por gentileza, para relatar o item 3?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Era isso que eu ia propor, porque, como ele não está presente, vou propor isso. Então, nós vamos ao item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 3045, DE 2022

- Não terminativo -

Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, nos termos do inciso XXI do caput do art. 22 da Constituição Federal; altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Favorável ao projeto e contrário às emendas nºs 1 a 7.

Observações:

1. Em 3/7/2023, foram apresentadas as emendas nºs 5, 6 e 7, de autoria do Senador Esperidião Amin.

2. Em 4/7/2023, foi apresentado novo relatório, favorável ao projeto e contrário às emendas nºs 1 a 7.

3. A matéria seguirá posteriormente à CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra ao Senador Fabiano Contarato para a leitura do seu relatório e para dar parecer sobre as Emendas nºs 5, 6 e 7.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Sr. Presidente, obrigado.

Como o relatório já foi disponibilizado, eu vou proceder à leitura, de forma bem didática e objetiva, diretamente.

No mérito, o projeto é conveniente e oportuno.

As PMs e os Bombeiros são regidos até hoje pelo Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que contém disposições anacrônicas e até mesmo incompatíveis com a Constituição Federal.

Há muitos anos já deveria ter sido aprovada pelo Congresso Nacional uma nova lei orgânica para as PMs e os Corpos de Bombeiros.

O projeto estabelece princípios, diretrizes, competências, normas sobre organização, efetivos e materiais, e direitos, garantias, prerrogativas, deveres e vedações; enfim, traz amparo legal e segurança jurídica para a existência e a atuação das PMs e dos Corpos de Bombeiros.

Cabe, no entanto, apenas uma emenda de redação – razão pela qual eu rejeitei todas as emendas – para excluir a expressão "dos municípios", porque ela fala "Polícia Militar dos municípios", e todos nós sabemos que nos municípios não tem Polícia Militar. Foi um erro técnico legislativo. Não é mérito, é emenda de redação no §3º do art. 5º do projeto, porque é de amplo conhecimento de que não há polícias militares municipais.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.045, de 2022, rejeitando-se as Emendas nºs 1 a 7, com a seguinte emenda de redação.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Em discussão o relatório que acaba de ser lido.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Oi, querido. Oi, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Querido Sérgio Petecão, meu vizinho, Senador Kajuru, de cima. Ainda bem que ele não faz muito barulho lá, viu? É um Senador muito comportado.

Tem um requerimento, Sr. Presidente, da Senadora Ivete, do Senador Esperidião Amin, justamente sobre os bombeiros voluntários, que este ano cumprem 131 anos exercendo um excelente papel na sociedade. Muitas cidades, Sr. Presidente, não possuem bombeiros, estrutura, financiamento, financeiro no Executivo municipal. E os bombeiros voluntários salvam vidas, fazem um trabalho, como diz já o nome, de coração para a sociedade. Pessoas juntam recursos... A sociedade civil se junta, Senador Kajuru, para fazer esse trabalho de bombeiros nos municípios que não possuem.

E nós temos aqui, proposta pela Senadora Ivete, uma audiência pública justamente para rediscutir, dentro desse projeto, o repasse inclusive de recursos por parte da prefeitura. Por exemplo, o Senador Jorge Seif quer ajudar os bombeiros voluntários da cidade de Joinville. Hoje, eles não têm caracterização jurídica, eles não têm uma classificação para poder receber, por exemplo, ajuda nossa, apesar desse trabalho belíssimo que eles fazem de, acima de tudo, salvaguarda de vida humana, especialmente em incêndio e eventos da natureza, enchentes, dos quais o nosso Estado de Santa Catarina muitas vezes é vítima.

Então, eu queria pedir ao senhor, Sr. Presidente, que avaliasse essa audiência pública e que rediscutíssemos alguns pontos desse projeto, por gentileza.

Muito obrigado.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu gostaria de fazer um pronunciamento sobre o item 3, seria possível?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – À vontade, Senadora.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, venho hoje tratar de um tema extremamente grave e preocupante, uma ameaça à segurança de milhões de brasileiros e brasileiras, dentre as quais à totalidade da população de Joinville, em Santa Catarina, e de mais de 30 cidades catarinenses. Refiro-me ao Projeto de Lei nº 4.363, de 2001, recentemente aprovado pela Câmara dos Deputados, que inviabiliza a atuação do Corpo de Bombeiros Voluntários em todo o país.

Essa proposição, que tramita agora no Senado, como PL 3.045, de 2022, quer simplesmente impedir que os bombeiros voluntários sejam chamados de bombeiros. Mais que isso, quer sufocar sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atuação, impedindo o associativismo cidadão e a auto-organização da comunidade, em clara afronta à autonomia das liberdades individuais.

Muitos brasileiros não conhecem o trabalho dos bombeiros voluntários e boa parte os confundem com os bombeiros civis. É um erro comum. No entanto, os bombeiros civis são profissionais contratados por empresas e entidades privadas que visam ao lucro. O Corpo de Bombeiros Voluntários, por sua vez, é uma organização da sociedade civil, formado por grupos de cidadãos que se reúnem voluntariamente para desempenhar atividade de combate a incêndios, resgates, primeiros socorros e outras atividades afins, especialmente em locais onde os bombeiros militares são ausentes ou insuficientes.

Joinville conta com o Corpo de Bombeiros Voluntários mais antigo do país, fundado em 1892, quando a cidade, com então apenas 15 mil habitantes, sofreu o terceiro de uma série de grandes incêndios contra os quais não contava com qualquer proteção. Em vez de recorrer ao estado, os imigrantes joinvilenses colocaram em prática a sua cultura comunitária e associativa. Foi fundada a Sociedade dos Bombeiros Voluntários de Joinville, inicialmente formada por 37 abnegados cidadãos. O serviço estatal de bombeiros só chegou a Joinville em 1926, 34 anos após a fundação do Corpo de Bombeiros Voluntários. Desde então, voluntários e militares atuam em sinergia de forma complementar, porém autônoma.

Em termos de equipamentos e capacitação de pessoal, o Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville não deixa nada a desejar à corporação militar. O serviço é de tanta excelência que a Infraero designou os bombeiros voluntários para a ação de incêndio do movimentado aeroporto de Joinville.

Hoje, o Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville conta com 1,7 mil integrantes. São nove unidades operacionais descentralizadas, com tempo de resposta de até sete minutos em qualquer ponto do município. São atendidos em torno de 10 mil ocorrências por ano, não só em Joinville, mas também nos municípios vizinhos. Joinville foi o exemplo para a disseminação do modelo de bombeiros voluntários do país. Eles são muito presentes em Santa Catarina, que conta com 31 corporações, e no Rio Grande do Sul estão em 54 municípios. Além disso, há corpo de bombeiros voluntários em municípios paulistas, mineiros, baianos, capixabas e amazonenses.

A expansão dos bombeiros voluntários é bem-vinda e necessária, pois menos de 20% dos municípios brasileiros contam com Corpo de Bombeiros, seja ele militar ou voluntário. Os municípios brasileiros ficam à mercê do estado no que toca à implantação ou não de um Corpo de Bombeiros Militar. O modelo voluntário proporciona autonomia às cidades em sua autoproteção, pois depende apenas do encontro de vontades e cooperação de seus cidadãos, entidades e poder público local.

Diante da escassez de recurso dos estados o modelo de bombeiros voluntários é uma opção econômica e eficaz para municípios com atendimentos insuficientes pelas corporações militares. Como o trabalho é voluntário, os gastos concentram-se nas despesas operacionais e na aquisição e manutenção de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

equipamentos. O financiamento provém não apenas de convênios públicos, mas também de doações particulares e arrecadações comunitárias. Um dos principais obstáculos à disseminação dos corpos de bombeiros voluntários pelo país é a falta de uma legislação nacional que oriente e estimule a sua implantação. As corporações de hoje atuam com base em leis estaduais e municipais.

Existe ainda o problema da leitura enviesada do art. 144 da Constituição Federal, pela qual os Corpos de Bombeiros Militares teriam a exclusividade no exercício de suas atividades. Essa interpretação equivocada, no entanto, ignora o comando do *caput* do próprio art. 144, que inscreve a segurança pública como dever do Estado, mas como direito e responsabilidade de todos. A doutrina jurídica predominante atesta a constitucionalidade dos bombeiros voluntários. Prova disso é a previsão para a sua atuação em diversas Constituições estaduais. Caso não se harmonizasse com a Constituição Federal, tais dispositivos estaduais teriam sido revogados. Há pelo menos uma década, Parlamentares se mobilizam para eliminar qualquer resquício de insegurança jurídica quanto à atuação dos bombeiros voluntários.

Várias proposições foram apresentadas, entre PECs e projetos de lei. Lamentavelmente, nenhuma delas prosperou, muito por causa do corporativismo dos Bombeiros Militares e seus representantes no Congresso Nacional. Tal corporativismo, no entanto, chegou recentemente às raias do absurdo. Não satisfeitos de impedir o avanço de uma legislação que estimula a expressão dos bombeiros voluntários, tentam agora criar dispositivos legais que simplesmente acabarão com os corpos de bombeiros voluntários como os conhecemos. Esses dispositivos foram inseridos na última versão do PL 3.045, de 2002, que visa a instituir a Lei Orgânica das Polícias e dos Bombeiros Militares, aprovada na Câmara dos Deputados em dezembro passado.

Quero deixar claro que considero esse projeto de lei justo e meritório em sua quase totalidade, o problema está justamente nos dois dispositivos que se afastam de sua finalidade original e invadem indevidamente a seara dos bombeiros voluntários.

O primeiro deles é o inciso XIII do art. 6º, que dá aos bombeiros militares poderes para tutelar e restringir a atuação dos bombeiros voluntários. O resultado: já preveem as lideranças voluntárias que será gradual a asfixia dos bombeiros voluntários.

Já estou terminando.

Outro dispositivo pernicioso é o §3º do art. 35, que simplesmente quer impedir que os bombeiros voluntários sejam chamados de bombeiros, ou seja, se tal dispositivo for aprovado, o centenário Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville terá de mudar de nome, precisará se chamar como? Brigada voluntária? Ou algo que o valha? O mesmo vale para as mais de cem corporações de bombeiros voluntários espalhados pelo Brasil. Qual o objetivo disso? Deslegitimar os bombeiros voluntários ao impedir que chamem de bombeiro quem de fato o é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero encerrar com a leitura do trecho de um artigo do saudoso ex-Senador, ex-Deputado, ex-Governador e ex-Prefeito Luiz Henrique da Silveira. Esse artigo foi publicado em 1990, no *Jornal A Notícia*. Abro aspas: "A Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville é além de tudo um líbelo, um líbelo contra o egoísmo, contra o individualismo, contra a alienação, e ao mesmo tempo ela é chamamento à solidariedade, ao altruísmo e ao espírito comunitário".

Sr. Presidente, o tema é de suma importância para milhões de brasileiros. Precisamos discutir mais o assunto. Para isso, peço gentilmente que seja aprovado o requerimento de audiência pública sobre o tema, para que possamos aprimorar o texto.

Muito obrigada.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Eu queria aqui convidar os colegas a uma reflexão. Essa pauta, Senador Jorge, é uma reivindicação da Polícia Militar de décadas. Só a tramitação desse projeto, colegas, já está há 21 anos. Já foi feito um trabalho hercúleo na Câmara dos Deputados, com aquiescência de todos os segmentos da Polícia Militar. Foi aprovado esse projeto.

Eu faço um apelo aos colegas para que nós façamos a aprovação, Senadora Ivete, aqui na Comissão de Segurança Pública, e o debate para eventual análise de audiência pública, na Comissão de Constituição e Justiça. Mas vamos aprovar esse projeto aqui na Comissão de Segurança Pública, porque essa análise de constitucionalidade é feita pela própria Comissão de Constituição e Justiça. Então, vamos aqui prestigiar a Polícia Militar.

A Polícia Militar está esperando a aprovação desse projeto há décadas. Eu volto a afirmar: isso é um reconhecimento. Esses policiais são guerreiros. Olha, eu fui policial civil por 27 anos, mas esses policiais, eles estão na ponta. Eles estão na linha de frente.

É uma lei orgânica da Polícia Militar, minha gente, que nós estamos aprovando. Então, nós temos que entender: às vezes, o ótimo é inimigo do bom. A gente não consegue o ótimo, mas tem que aprovar o que seja palatável. Já foi um grande avanço nós termos aprovado esse projeto na Câmara dos Deputados.

Eu faço um apelo aos colegas: que a gente faça a votação, aprove aqui na Comissão de Segurança Pública. E qualquer questionamento sobre a audiência pública seja feito na Comissão de Constituição e Justiça, que eu acho que é o foro adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O Senador Flávio tinha pedido. Em seguida, eu passo a V. Exa.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Deixe o calouro falar.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Excelência...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Pode falar.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Senador Contarato, não tem um Parlamentar mais amigo da Polícia Militar do que Jorge Seif. Tenho uma história com eles, minha família tem uma história com eles, dentro do meu estado, dentro do Rio de Janeiro. No entanto, até por se tratar da Polícia Militar, infelizmente, os legisladores incluíram aqui a questão dos bombeiros voluntários, que é uma tradição, acima de tudo, do Estado de Santa Catarina.

Eu não quero nunca, jamais prejudicar a Polícia Militar, da qual sou parceiro. Sinto-me Senador representante dos policiais militares de todo o Brasil. No entanto, Sr. Presidente, a tradição dos bombeiros militares, que infelizmente foi incluída nesse texto, simplesmente extingue a instituição Bombeiros Voluntários. Os caras estão pedindo socorro não é de hoje.

Então, por que é que nós vamos avançar isso na CCJ, e não podemos fazer alguma correção para atender à instituição, acima de tudo, voluntariosa, com coração bondoso, pessoas abnegadas socialmente, que fazem um trabalho de salvamento de vidas? Não estão lá para brincar; estão para se jogar no meio de fogo, no meio de enchente, no meio de buraco, de queda, de entulho, para salvar vidas.

Querem prestigiar a Polícia Militar, da qual sou totalmente parceiro, mas, infelizmente, incluíram a questão dos bombeiros voluntários, que é de extrema importância não só para o Estado de Santa Catarina.

Então, gostaríamos de pedir que esse requerimento da Senadora Ivete fosse aceito, para que buscássemos...

Não queremos que volte para a Câmara dos Deputados, mas que pudéssemos discutir amplamente, até para que os bombeiros voluntários de todo o Brasil entendam que o estado no qual eles foram fundados, cidade de Joinville e Santa Catarina, não está virando as costas para eles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E todo o meu apoio, todo o meu abraço às polícias militares de todo o Brasil.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Flávio Bolsonaro. Em seguida, V. Exa.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, eu estava até no intuito de também pedir vista desse projeto, mas, em função do apelo aqui do grande Deputado Capitão Augusto, que foi Relator dessa matéria na Câmara dos Deputados, nosso eterno Presidente da Frente Parlamentar de Segurança Pública... E realmente é um fato, já está há muito tempo esse projeto tramitando aqui.

E eu queria tirar uma dúvida com o Relator, porque, pelo que eu estou lendo aqui da matéria, não há uma extinção ou uma criação de dificuldade com relação aos bombeiros voluntários, porque eu também sou defensor, no Rio de Janeiro, eu sou testemunho ocular da importância deles em diversas oportunidades, especialmente em tragédias ambientais em que eles são fundamentais no resgaste de pessoas, no auxílio àqueles que estão desamparados por ocasião disso.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Só para responder, Senador: não se está tirando nenhuma atribuição; é só a nomenclatura.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É só para entender o seguinte: porque, pelo que eu estou lendo aqui, a emenda que V. Exa... Aliás, V. Exa. não está acolhendo emenda nenhuma; é para manter exatamente o texto que veio da Câmara...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. *Fora do microfone*.) – ... polícia militar do município, e não existe polícia militar no município. Então, esse foi um erro técnico legislativo.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim, só, então, está corrigindo essa questão de polícia militar do município, porque de fato não existe.

O que eu vi aqui, pelo menos – é essa pergunta que eu queria fazer a V. Exa. –, é que eles estão querendo colocar o pleito... É que essa emenda, acho que a de nº 5, estaria garantindo o uso do nome "Corpo de Bombeiros" apenas pelos bombeiros militares.

Senador Contarato, nesse trecho aqui, que eu não sei se é o que está no texto de verdade ou se é só na emenda, é que querem colocar o uso do termo "Corpo de Bombeiros" apenas para os bombeiros militares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que os próprios bombeiros voluntários não usam "Corpo de Bombeiros", usam "bombeiros... (*Pausa.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O que está sendo proibido – e eu vou falar em seguida – pelo texto que foi aprovado na Câmara, com emenda do meu amigo Relator, de Plenário, depois de 20 anos de tramitação, elimina a palavra "bombeiro" do dicionário, porque "corpo" não, "corpo" é outra coisa. Mas o texto que veio da Câmara – repito, eu vou falar depois, mas em consideração até às suas ponderações – proíbe o uso da palavra "bombeiro", que é uma profissão. Bombeiro hidráulico é uma profissão. Então, sobre isso eu vou falar em um devido momento, mas não sejamos ingênuos não.

O que disse aqui a Senadora Ivete da Silveira, o que disse o Senador Seif é isto; a razão do requerimento do Senador Carlos Viana é esta: o projeto, como veio da Câmara, não vem só fazer o bem para a Polícia Militar, para a Polícia Civil e para o Corpo de Bombeiro Militar...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, eu já vi, em diversas oportunidades aqui...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ele vem para fazer o mal aos bombeiros voluntários. Não tem meio termo nisso.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Esperidião Amin, pelos esclarecimentos.

Presidente, já vi, em diversas oportunidades aqui... É óbvio que tem que haver uma boa vontade com relação à interpretação do Regimento ao se fazer emenda de redação, porque, se você tira aqui a... Eu não sei de qual dispositivo, porque eu estou só com a Emenda 5 aqui.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, se você... (*Pausa.*)

Art. 35, §3º: "é vedado o uso dos nomes Polícia Militar, Brigada Militar e Força Pública, bem como bombeiros ou Corpo de Bombeiros...".

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Presidente, quero dar uma sugestão.

Se nós fizermos um entendimento de que isso seria emenda de redação e que não voltará para a Câmara – mas aí o colega que foi protagonista na Câmara assim se comprometeria –, eu colocaria no texto Bombeiro Militar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, só o seguinte, Contarato: o que dá para fazer aqui com a redação na mão?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Resolveria o problema? Se for, só colocar Bombeiro Militar no texto.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É isso, só Bombeiro Militar. Resolve.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Só Bombeiro Militar, que aí resolve.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu acho que há acordo, Presidente, se for nessa linha.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Resolveria isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Não resolveria?

Então vou manter o texto como foi relatado, e V. Exa. avalia a audiência pública, que eu faço um apelo para que seja, no máximo, na semana que vem, ou o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu queria aqui, Flávio, se você me permite, apenas fazer um relato dos diversos apelos já feitos aqui pelos bombeiros militares, pela Polícia Militar, para que nós pautássemos esse projeto, o que é de praxe nesta Comissão.

Nós não podemos ficar segurando. Eu vou ter que pautar. Quem quiser votar a favor vai votar, quem quiser votar contra vai votar, mas eu vou pautar.

Eu não posso ficar dando embargo de gaveta aqui na Comissão. Não fiz isso com ninguém e não vou fazer. Eu vou pautar.

Agora, é ter todo o direito da audiência pública. Essa audiência, gente, foi protocolada aqui em março. Eu não entendo por que não fizeram a audiência. Só agora que nós vamos votar é que a audiência apareceu. E por que não fizeram antes? Por que não pediram antes?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, mas...

Amin, eu não quero que você ache que...

Eu não tenho nada contra. Até porque no meu Estado não existe o bombeiro voluntário, não existe. Existe o bombeiro militar e a Polícia Militar e a Polícia Civil. Agora, essa é uma pauta que já está tramitando há muitos anos. Então, eu acho que nós precisamos dar a atenção que o projeto requer.

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Vamos só fazer a linha do tempo certa.

Primeiro, este projeto foi aprovado em dezembro na Câmara. Não vou falar sobre as condições da sua aprovação, mas os dispositivos que estão em questão foram introduzidos no Plenário. No Plenário, sem discussão em nenhuma Comissão. É por causa desses dispositivos que, em dezembro, o Senador Carlos Viana e Senador Esperidião Amin pedimos audiências por onde estaria tramitando, onde nós achávamos o projeto. Bom, a começar pela Comissão de Justiça.

A Senadora Ivete, atenta ao fato de que havia tramitação também na Comissão de Segurança Pública, que seria uma Comissão temática, fez o pedido em março. Caberia marcar ou não a audiência, não ela, ela requereu.

De forma que eu acho que uma maneira de conciliar, Senador Contarato... Vai haver audiência pública. Eu acho que é a maneira certa, correta, inclusive, se me permitem os Deputados, e o meu amigo, o Capitão Augusto, meu amigo pessoal, eu sempre o defendia, quando o nosso Deputado Edson Moraes falava mal da atividade policial dele e do nosso saudoso Major Olimpio. Não vou repetir o que é que dizia o Delegado Edson Moraes, mas é com muito carinho que eu faço essa referência.

Claro que nós queremos aprovar um projeto que está tramitando desde 2001, mas espera aí... As coisas que foram introduzidas não foram introduzidas pelas Comissões temáticas da Câmara. Então, é justo que o Senado, neste caso, como Casa revisora, examine as consequências do que está escrito.

Eu apresentei três emendas, não apresentei uma. Uma é sobre a questão do bombeiro. E vou me permitir: no paroxismo da expressão corporativa, foi proibido o uso da palavra bombeiro.

Segundo, a outra emenda que eu apresento é sobre prerrogativa. Se me permitem, art. 6º, inciso XIII: "regulamentar, credenciar e fiscalizar as empresas de fabricação e comercialização de produtos, bem como as escolas formadoras e profissionais, na prestação de serviços relativos à segurança contra incêndio, pânico e emergência, às brigadas de incêndios e aos serviços civis e auxiliares de bombeiros,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sem prejuízo para a atuação dos bombeiros voluntários". Essa é a minha emenda. Essa não foi acatada. Eu acho que isso aqui poderia ser resolvido numa audiência pública, Senador Contarato, conjunta.

Eu acho que deveria ser na Comissão temática. A Comissão de Justiça não é a Comissão temática para tratar deste assunto.

A Senadora Ivete agiu corretamente. A audiência pública não é sobre a constitucionalidade, juridicidade e respeito à cidadania.

Então, se V. Exa., com todo o respeito também, se considera premido pelas circunstâncias, vai prejudicar uma deliberação fundamental da Comissão, porque, se for feita essa audiência pública na Comissão de Justiça, a nossa Comissão de Segurança Pública estará, se me permite a expressão, já que nós estamos falando de Polícia Militar e Bombeiro Militar também, com o meu maior respeito, nós estaremos desertando de uma responsabilidade.

Depois desse esclarecimento, votar, é claro que aí todos somos livres, pode votar "sim", pode votar "não", e vamos respeitar o resultado. Agora, eu defendo que a Comissão de Segurança Pública hospede as audiências públicas e desisto da de Justiça. Não posso falar pelo Senador Carlos Viana, que apresentou até antes de eu apresentar. Eu apresentei no dia, digamos, 20, e ele apresentou no dia 17.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Audiência pública na Comissão de Justiça nós requeremos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não. Nós pedimos só na de Justiça. A Senadora Ivete pediu aqui. O que eu acho que é o correto? É fazê-la aqui. Pode até convidar os integrantes da Comissão de Justiça. Nem todos somos das duas Comissões. Eu sou das duas Comissões, mas ela, por exemplo, não é.

Então, eu acho que pode marcar para a semana que vem e vamos ouvir as partes. Eu não me sentiria...

Olha, Senador Contarato, usurpando até um direito originário da Senadora Ivete e do Senador Seif, eu realizei, no ano passado, uma sessão celebrando os 130 anos dos Bombeiros Voluntários da maior cidade do meu estado, uma das 30 maiores do Brasil. São dez quarteis – porque tem o do comando; nove mais um – e 1,7 mil voluntários. O Prefeito da cidade, casualmente, é um desses 1,7 mil, que cumpre lá 10, 20 horas...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Um aparte...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... no Corpo de Bombeiros.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Só querendo... Só um esclarecimento...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, eu estou, com nesse exemplo...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Se acatar "bombeiro militar" não atende o senhor?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Qual é o problema?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – São três emendas, Senador.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Aí, vai cortar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – São três emendas!

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Aí, não tem como. Aí vai ser emenda de...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, eu não tenho compromisso...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – ... de mérito.

Sr. Presidente, vamos deliberar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ah, são de mérito, sim! São de mérito. Por que não? Isto aqui é Comissão de mérito!

Não, eu não tenho... Senador Contarato, com o maior respeito, eu não tenho compromisso com a urgência; tenho compromisso com a importância. E por isso já requeri audiência pública, em dezembro do ano passado, com uma semana de estada aqui; não estava nem distribuída. Por isso que eu não... Nem eu nem o Senador Carlos Viana levamos em conta isso que a Senadora Ivete fez. Portanto, eu não estou propondo três audiências; estou propondo uma, e acho que o certo é que seja aqui. Senão, nós vamos pedir lá, vai voltar para cá...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que o atalho, Senador Contarato – permita-me dizer, com o maior respeito e carinho que tenho pela sua figura, pela sua dedicação, pela sua experiência –, o atalho às vezes vira o caminho mais longo.

Então, minha proposta, sem nenhuma... E aprenderei... Uma sessão temática semana que vem aqui, e convido quem quiser da Comissão de Justiça a participar. Quem não quiser não vem. Eu não estou criando um caso; eu estou oferecendo uma solução, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O.k...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Com respeito e carinho por V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu sei disso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... pessoal e funcional. Faça essa audiência! Não vai atrapalhar ninguém. Vamos...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Até porque o requerimento está aqui...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Está aqui desde março.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – ... da Senadora.

O que o Senador Contarato, pelo que eu entendi, tentou foi um acordo. Não foi possível.

Agora, eu gostaria de deixar bem claro aqui: eu vou votar o projeto. Quem quiser votar a favor vota; quem quiser votar contra vota. Porque, Amin, eu recebi aqui dezenas de Comissões, e nós não vamos fazer o que foi feito na Câmara: passar 20 anos? Nada justifica isso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, nós vamos fazer a audiência. O requerimento da Senadora está aqui.

Inclusive, ela já convidou aqui... Ela convida: o representante da Voluntersul...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – ... Voluntersul – é o seu requerimento, Senadora; é o seu requerimento –; representante da Associação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos Bombeiros Voluntários no Estado de Santa Catarina (ABvesc) – não é isso? –; representante do Volunterminas...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Acabaram de sair do meu gabinete, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – ... e o representante dos Bombeiros Voluntários de Santa Maria do Jetibá, Espírito Santo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sr. Presidente... Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Excelência, só um minutinho... Estou só aqui...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pode incluir, naturalmente, alguém representando o...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não. É o que está aqui no requerimento. É o que está aqui no requerimento da colega.

Então...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Queria rapidamente só sugerir um nome. Um nome para participar dessa audiência pública, que vai ser muito importante para esclarecer tudo: o Prefeito da cidade de Joinville, que foi colocado aqui pelo Senador Esperidião Amin, que é bombeiro voluntário, Dr. Adriano, que inclusive é do partido de que eu faço parte, o Partido Novo, considerado o melhor Prefeito do Brasil, com 92% de aprovação. Eu queria convidá-lo aqui para estar presente, por favor.

Bombeiro voluntário e Prefeito.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O correto seria V. Exa. encaminhar o requerimento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É só colocar: assim como alguém representando os bombeiros militares.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Para que a gente possa dar celeridade, eu vou pedir aqui para a assessoria incluir a sugestão do colega.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas aí, Presidente, tem que haver um equilíbrio, eu acho também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, as instituições do Corpo de Bombeiros Militar.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ninguém quer ouvir um lado só.

Só que a controvérsia é essa.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – É porque o correto seria o senhor encaminhar um requerimento.

São mais duas pessoas, é isso? São mais duas pessoas.

E, para que a gente possa avançar, em votação o Requerimento nº 3, de 2023.

EXTRAPAUTA

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA N° 3, DE 2023

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 3045/2022, que "institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, nos termos do inciso XXI do caput do art. 22 da Constituição Federal; altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969; e dá outras providências". Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante Confederação Nacional de Bombeiros Voluntários - CONABOV; representante VOLUNTERSUL; representante Associação dos Bombeiros Voluntários no Estado de Santa Catarina - ABVESC; representante VOLUNTERMINAS; representante Bombeiros Voluntários de Santa Maria do Jetibá - ES.

Autoria: Senadora Ivete da Silveira (MDB/SC)

Autoria: Senadora Ivete da Silveira e Senador Esperidião Amin.

Os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Fala da Presidência.) – O requerimento está aprovado.

Informo aqui, até porque já foi fruto de acordo aqui, a sugestão do Senador Amin, que a audiência para instruir esse projeto ocorrerá no dia 11 de julho e, em seguida, iremos deliberar o PL 3.045, de 2022. Vai ser na terça-feira, às 9h.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Isso é uma sessão em homenagem ao Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville, que faz aniversário dia 13.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente Petecão.

Deus e saúde a todos e todas, presentes e ausentes nos vendo.

Inicialmente, eu quero aqui fazer um agradecimento a vários Senadores da oposição que vieram me cumprimentar por algo obrigatório que fiz ontem na tribuna da sessão do Senado Federal. Minha opinião, ponto final, a palavra sabujice não pertence ao meu dicionário. Eu mantenho a opinião de ontem de que o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, mesmo sendo eu Vice-Líder do Governo dele, foi muito infeliz quanto à declaração em relação ao conceito de democracia. Eu juro que fiquei aturdido.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Você eu sei que não, meu querido amigo, futuro Prefeito do Rio de Janeiro. Agora, você deve ter ficado surpreso com a minha opinião, não é?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor é contra o Einstein? O senhor é contra o Einstein?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Hein?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor é contra o Einstein? (*Risos.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não, não sou. Eu não sou contra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Relatividade, amigo: $E=mc^{2.}$

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu não sou contra, apenas isso.

Eu não posso chamar de amigo, não?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Foi uma brincadeira, porque amigo não deseja coisas difíceis para os outros.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ah, bom. (*Risos.*)

Olhe, com todo o respeito, Senadora Ivete – sabe o tanto que te quero bem –, eu penso que, como é muito importante essa causa, a gente precisa fazer uma análise mais profunda e rápida evidentemente. Eu, então, como direito regimental, quero fazer aqui um pedido de vista, Presidente Petecão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Concedo o pedido de vista ao Senador Kajuru e vamos à nossa audiência pública, que, só para reiterar, será na terça-feira, às 9h.

Senador, V. Exa. pediu a palavra?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Isso, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Por favor.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Senador Petecão, falando aqui brincando, mas com um ponto de verdade: já que a audiência vai ser sobre Joinville, vou pedir para os nobres colegas trazerem as empadas Jerke de lá, para que a gente possa também ter...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Como pai de uma joinvilense, o senhor tem o direito.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Isso. Fica o registro aí, para constar em ata, de que minha filha nasceu em Joinville, então tenho uma grande admiração pela cidade.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, Presidente...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Mas, Presidente, acho ponderado, vamos fazer audiência pública, etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ouvi aqui o Deputado Capitão Augusto. Acho que é extremamente pertinente que nós aprovemos esse projeto o mais rapidamente possível, porque...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Sim. Eu acho que é possível ajustar os textos, sem ter maiores problemas. Mas façamos audiência e prossigamos.

Eu quero pedir aqui, Presidente, secundando até as palavras do nosso nobre Senador Kajuru: eu tenho um requerimento aqui que eu pediria para incluir extrapauta – estava na pauta da semana passada; acabou saindo, acredito eu, por um mero equívoco da pauta desta semana –, que é para a oitiva da María Corina Machado, que é a candidata oposicionista lá na Venezuela, para falar sobre a situação e especificamente sobre a questão da segurança pública na Venezuela.

O grande problema, Senador Kajuru, é que esse autoritarismo, essa restrição de direitos leva também a um impacto na própria segurança pública. Tanto é assim que muita gente qualifica, não sei se isso é correto ou não, a Venezuela como um Estado narcoterrorista até, uma narcoditadura.

Então, eu tenho contato com a candidata, e nós poderíamos ouvi-la aqui por videoconferência. Sugeriria que fizéssemos na primeira semana de agosto, e eu tento fazer esse agendamento.

Pediria que fosse incluído e aprovado, pedindo o apoio dos meus pares, para que possamos fazer essa oitiva.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Com relação à audiência pública que foi acordada, eu queria sugerir o Presidente do ICMBio como um dos participantes. Assim como foram inseridos novos representantes, debatedores, eu queria propor o Presidente do ICMBio para participar da audiência pública.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Vamos avançar. (*Pausa.*)

Consulto o Plenário – até porque esse requerimento era para ter entrado na sessão anterior – se podemos incluir o Requerimento 28, de 2023, desta Comissão, de autoria do Senador Sergio Moro, como extrapauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O que é que diz o...?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O requerimento ele já leu, não é?

EXTRAPAUTA

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 28, DE 2023

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a situação atual do Estado Democrático de Direito, as liberdades e garantias individuais na Venezuela e o reflexo dessa instabilidade na segurança pública.

Autoria: Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que forem a favor permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, quem são os convidados? É uma audiência pública para tratar do assunto, não é?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Você quer repetir?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para encaminhar.) – O requerimento é para a oitiva de María Corina Machado, que é a representante da oposição na Venezuela.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Vai ser presencial?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Não, videoconferência. Infelizmente, ela não tem liberdade para poder deixar a Venezuela e voltar. Aqui os aspectos são sobre o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regime lá, mas também sobre os aspectos da segurança pública. E esse tipo de videoconferência, Presidente, é importante – e aqui eu coloco isso para os meus pares – até para dar visibilidade à candidata, porque, infelizmente, existe até risco físico, infelizmente, naquele país. Então, acho que é muito importante nós ouvirmos e entendermos o reflexo de uma deterioração institucional, como que isso se reflete também na segurança pública.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O.k., vamos avançar.

Item 1. Projeto de Lei nº 5.245, de 2020...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Presidente, está aprovado o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Já foi aprovado. Está aprovado.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Foi aprovado? Eu agradeço e eu peço escusas, mas eu tenho que...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) –

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 5245, DE 2020

- Terminativo -

Determina a introdução de conteúdos relacionados a Direitos Humanos e combate ao racismo e outras formas de discriminação em cursos de capacitação de agentes de segurança pública e privada.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Pela aprovação do projeto, com onze emendas que apresenta.

Observações:

1. Em 26/6/2023, foi recebido o novo relatório do Senador Rogério Carvalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. A votação nominal será feita nos termos do relatório apresentado, sendo, portanto, uma única votação para o projeto e para a emenda.

Passo a palavra ao nobre Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator.) – Presidente, eu peço autorização a V. Exa. para ir direto à análise.

De acordo com o art. 104-F do Regimento Interno desta Casa, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que tratem de segurança pública, polícias e capacitação de forças de segurança, como é o caso do presente projeto.

Não foi encontrado vício de constitucionalidade, juridicidade ou regimentalidade.

Quanto ao mérito, o projeto é conveniente e oportuno.

Frequentemente temos notícia de episódios de assassinato, violência, racismo e outras violações de direitos humanos praticados por agentes de segurança pública ou privada, principalmente contra homens negros, pobres e moradores de comunidades carentes.

Parte da solução passa por conscientizar, desde o curso de formação nas academias, os profissionais de segurança da importância do respeito aos direitos humanos fundamentais das pessoas com as quais lidarão, como a vida, a integridade física e a dignidade.

Há, no entanto, necessidade de algumas emendas, a fim de promover pequenos ajustes de redação e técnica legislativa, além de inserir alteração na Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que "disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública"; e na Lei nº 7.479, de 2 de junho de 1986, que "aprova o Estatuto dos Bombeiros Militares do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal", com o objetivo de inserir a temática proposta neste projeto na matriz curricular nacional dos profissionais de segurança pública e defesa social.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do PL nº 5.245, de 2020, com as emendas que foram, anteriormente, citadas.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o PL nº 5.245, de 2020, e as 11 emendas, nos termos do relatório apresentado. (*Pausa.*)

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – A Presidência esclarece que, nas votações nominais, os Senadores poderão votar tanto nos computadores localizados neste plenário, quanto por meio do aplicativo Senado Digital, desde que tenham registrado a presença pessoalmente na Casa.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Eu quero, mais uma vez, parabenizar a condução de V. Exa. à frente desta tão importante Comissão de Segurança Pública, ao passo que saúdo também o querido Kajuru e os meus colegas que estão aqui, o Senador Flávio, o Jorge Seif, o Eduardo Girão.

E, especialmente, quero parabenizar o Senador Rogério Carvalho pelo brilhantismo do relatório.

É uma pauta de extrema importância. Nós sabemos que os direitos humanos envolvem um complexo de segmentos na sociedade brasileira.

Se você buscar o resgate, Senador Girão, de onde surgiram os direitos humanos, você vai verificar que foi o jurista Karel Vasak, que em 1979, inspirado pelos princípios da Revolução Francesa – liberdade, igualdade e fraternidade –, elencou uma geração de direitos humanos, de primeira, segunda e terceira gerações. E há quem sustente uma quarta geração de direitos humanos.

Eu acho que debater direitos humanos nas forças de segurança públicas e privadas é de extrema importância para a capacitação. E não tenho dúvida de que quem vai sair ganhando com isso é a população brasileira.

Mais uma vez, parabéns ao Senador Rogério Carvalho, meu querido companheiro, que, com brilhantismo, proferiu um relatório favorável. Agradeço, também, aos colegas que vão votar favoravelmente a esse projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Srs. Senadores e Senadoras, nós precisamos ainda de três votos. Temos sete votos. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Srs. Senadores e Senadoras que não votaram na nossa Comissão de Segurança... (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Esperidião. Cadê ele? Votou?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Nós estamos ligando aqui para os colegas. Só mais um pouquinho que vai dar certo, tá?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Esperidião...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Deixe-me só lhe fazer um pedido e aproveitar que nós estamos neste momento. Eu sei que tem mais...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Efraim. Senador Moro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eles vão votar. Estamos ligando aqui.

Só para pedir também, não precisa ser agora, mas eu queria já deixar marcada, para que a gente vote uma audiência pública para discutir essa questão da descriminalização do porte de drogas que nós já votamos duas vezes aqui no Congresso Nacional – o senhor, inclusive, votou. Desde a época do Presidente Lula, primeiro, a gente votou, e agora votamos de novo com o Bolsonaro. E essa discussão voltou à tona por questão jurídica e a gente precisava ouvir aqui algumas entidades.

Então, eu queria fazer um pedido ao senhor para a gente incluir essa audiência pública extrapauta, que já está com a Mesa. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Já deu o quórum.

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Resultado: 13 votos SIM; nenhum voto NÃO.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está aprovado.

Aprovado o Projeto de Lei do Senado n° 5.245, de 2020, com as Emendas de 1 a 11 desta Comissão.

A decisão da Comissão será comunicada ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação.

Vamos avançar.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 1918, DE 2021

- Não terminativo -

Altera os arts. 433 e 447 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para dispor sobre a paridade de gêneros no Conselho de Sentença do Tribunal do Júri.

Autoria: Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR)

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Favorável ao projeto e rejeitando a Emenda n º 1, com a emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1. Em 30/05 foi concedida vista coletiva à matéria.

2. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

Passo a palavra ao nobre Senador Jorge Kajuru, para a leitura do seu relatório.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Como Relator.) – Amigo e respeitado Senador Sérgio Petecão, Presidente desta Comissão de Segurança Pública, permita-me já ir diretamente à análise.

O Projeto nº 1.918, de 2021, de autoria do exímio Senador Flávio Arns, prevê uma quantidade mínima de mulheres dentre os jurados sorteados para o Tribunal do Júri e para o Conselho de Sentença. Para tanto, confere ao *caput* do art. 433 e ao parágrafo único do art. 447, ambos do CPP, as seguintes redações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 433. O sorteio, presidido pelo juiz, far-se-á a portas abertas, cabendo-lhe retirar as cédulas até completar o número de 25 (vinte e cinco) jurados, para a reunião periódica ou extraordinária, sendo que, no mínimo, treze (13) jurados serão mulheres.

....." (NR)

Art. 447. .....

Parágrafo único. Dos 7 (sete) jurados que constituirão o Conselho de Sentença, no mínimo, três (3) serão homens e três (3) mulheres, com exceção do julgamento dos crimes em que a vítima for mulher, no qual haverá no Conselho, no mínimo, 4 (quatro) mulheres. (NR)

A ideia de um tribunal composto por juízes leigos, formado por cidadãos comuns que julgam seus pares, é uma garantia contra as arbitrariedades dos representantes do Poder, além de ser um importante instrumento de participação direta do povo na administração da justiça.

A previsão do júri tem assento constitucional como uma garantia individual, conforme prevê o art. 5º, inciso XXXVIII, da Constituição Federal.

O projeto em exame, por sua vez, traz à discussão a necessidade de haver paridade de gênero entre os jurados que compõem o Conselho de Sentença no Tribunal do Júri. Essa é uma preocupação louvável, mas que ganha mais importância quando estamos falando de locais em que a diferença do número de homens e mulheres na população seja significativa. Esse, contudo, não é o caso do Brasil. Com efeito, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, de 2021, as mulheres representam 51,1% da nossa população, enquanto os homens representam 48,9%. Ademais, segundo o Tribunal Superior Eleitoral, essa mesma equivalência é encontrada entre os eleitores brasileiros, dos quais 52,63% são mulheres e 47,35%, homens.

Do nosso ponto de vista, também é de suma relevância que a escolha dos jurados seja feita por meio de sorteio, a partir de uma listagem com paridade de gêneros, mas sem a necessária coincidência do número de homens e mulheres no Conselho de Sentença, isso porque a escolha aleatória do corpo de jurados é medida mais afinada com a paridade de armas que deve haver no processo penal, pois não confere qualquer vantagem à acusação ou à defesa, independentemente do crime praticado ou das partes envolvidas.

Demais disso, é importante que a lista dos jurados a serem selecionados tenha uma composição plural, que represente de maneira ampla e proporcional a sociedade local, sem que haja qualquer exclusão em relação de cor ou etnia, raça, sexo, profissão, religião, idade, classe social ou econômica, origem ou grau de instrução.

Exatamente nesse sentido é a meritória nota técnica divulgada pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, que sugere que a representação igualitária entre os gêneros seja acolhida na elaboração da lista dos jurados e não no conselho de sentença propriamente dito. De acordo com o IBCCrim, dessa forma se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

respeitaria o juiz natural da causa, sem prévia definição do seu gênero, cor ou classe social, e se prestigiaria a imparcialidade do julgador e se evidenciaria a representatividade democrática no alistamento dos jurados.

Embora considere as ponderações do IBCCrim acertadas como regra geral, entendo que, no caso específico do crime de feminicídio, a composição do Conselho de Sentença deve observar o arranjo do parágrafo único do art. 447 proposto pelo projeto, qual seja, um mínimo de quatro mulheres. Nessa situação, que envolve violência doméstica e familiar ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher, um corpo de jurados formado majoritariamente por mulheres nos parece adequado e necessário, pelo fato de o Brasil ser um país em que a influência do machismo ainda é muito forte, infelizmente.

Feitas essas considerações, entendo que, como regra geral, a maneira mais eficaz, Presidente Petecão, equilibrada e também imparcial de se proceder à escolha dos jurados é por meio de sorteio feito com base na lista dos eleitores da localidade em que o crime for julgado. Essa lista, além de ser uma representação fiel da sociedade local, terá, conforme as estatísticas do TSE, número equivalente de homens e mulheres e será genuinamente plural. De modo excepcional, no entanto, no caso do crime de feminicídio, estou prevendo a composição majoritária de mulheres no Conselho de Sentença.

Com as modificações que estou propondo, no entanto, não caberiam as alterações sugeridas por meio da Emenda nº 1-CSP, embora muito bem-intencionadas.

Dessa forma, preservando a essência da redação original do projeto, estou apresentando substitutivo ao final para aprovar a matéria com os ajustes necessários.

Direto ao voto.

Com essas considerações, sou favorável, pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.918, de 2021, e pela rejeição da Emenda nº 1-CSP, nos termos da emenda substitutiva que apresento neste relatório, Presidente da Comissão de Segurança Pública, amigo Sérgio Petecão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Obrigado, ilustre Senador Jorge Kajuru, pela leitura do brilhante relatório.

Em discussão o relatório que acaba de ser lido. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 1.918, de 2021, com a Emenda nº 2, rejeitando a Emenda nº 1.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça. (*Pausa.*)

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 2028, DE 2020

- Não terminativo -

Destina 80% (oitenta por cento) dos valores referentes ao produto ou proveito decorrente da prática de crime de tráfico ilícito de drogas ou de lavagem de dinheiro, apreendidos ou recuperados no Brasil ou no exterior, para ações de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19).

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Pela prejudicialidade do projeto.

Observações:

1. A matéria seguirá posteriormente à CAS, em decisão terminativa.

A relatoria é do Senador Weverton, mas, como ele não está presente, se V. Exa. me permitir, eu vou nomear aqui como Relator *ad* hoc o nobre Senador Kajuru, que sempre está à disposição desta Comissão.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Na ausência de outros, então, vamos à missão, Presidente Petecão, com prazer.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Espere aí só um pouquinho.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não. Aguardo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Relatório: pela prejudicialidade do projeto.

Observações: a matéria seguirá posteriormente à CAS, em decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra ao Relator *ad hoc*, Senador Kajuru, para a leitura do relatório.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Como Relator.) – Direto à análise.

Preliminarmente, sob o aspecto regimental, registramos que, nos termos do art. 104-F do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Segurança Pública opinar sobre proposições pertinentes aos temas de "segurança pública", combate à "lavagem de dinheiro" e prevenção, fiscalização e combate ao "tráfico ilícito de drogas" (inciso I, alíneas "a", "l" e "m").

No mérito, entendemos que o PL deve ser considerado prejudicado.

O art. 3º do PL estabelece que a lei terá vigor "enquanto perdurar o estado de calamidade de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da covid-19".

Sobre o assunto, verificamos que foi editada a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que "dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019".

Nos termos do §2º do art. 1º do referido diploma legal, "ato do Ministro de Estado de Saúde disporá sobre a duração da situação de emergência de saúde pública de que trata esta lei". Ademais, com base no §3º do art. 1º, "o prazo de que trata o §2º deste artigo não poderá ser superior ao declarado pela Organização Mundial de Saúde".

Outrossim, o art. 8º da Lei nº 13.979, de 2020, estabelece que a lei permanecerá em vigor "enquanto estiver vigente o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, observado o disposto no art. 4º-H desta lei".

O Decreto Legislativo nº 6, de 2020, reconheceu, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a ocorrência do estado de calamidade, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020.

Ademais, com base no *caput* do seu art. 1º, o reconhecimento do estado de calamidade pública foi reconhecido exclusivamente para as dispensas do atingimento dos resultados fiscais e da limitação de empenho tendo efeito apenas até 31 de dezembro de 2020. Entretanto, no ano passado, foi editada a Portaria nº 913, de 22 de abril de 2022, do Gabinete do Ministério da Saúde, que declarou o encerramento da emergência em saúde pública de importância nacional em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus e revogou a Portaria GM/MS nº 188, de 3 de fevereiro de 2020. Com base nisso, o então Presidente da República editou o Decreto nº 11.077, de 20 de maio de 2022, revogando diversos decretos que tratavam do combate à pandemia do covid-19.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mesmo sentido, mais recentemente, em 5 de maio de 2023, a Organização Mundial de Saúde (OMS), após recomendação do Comitê de Emergência do Regulamento Sanitário Internacional sobre a Pandemia de Covid-19, declarou o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional referente à covid-19, que havia sido declarada em 30 de janeiro de 2020, durante a sessão deliberativa do referido comitê.

Foi destacada a tendência de queda nas mortes por covid-19, o declínio nas hospitalizações e internações em unidades de terapia intensiva relacionadas à doença, bem como os altos níveis de imunidade da população ao SARS-CoV-2, coronavírus causador da pandemia.

Fechando, como não está mais vigente, o estado de calamidade de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia, o qual se refere o art. 3º do PL, entendemos que o projeto deve ser considerado prejudicado.

Voto.

Pelo exposto, somos pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 2.028, de 2020, querido e respeitado Presidente da Comissão de Segurança Pública, amigo Sérgio Petecão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Agradeço, mais uma vez, ao nobre Senador Kajuru, que é nosso Vice-Presidente e que é o parceiro de todas as horas.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 2.028, de 2020.

A matéria vai à CAS (Comissão de Assuntos Sociais).

Recebo a informação aqui da nossa assessoria da Comissão de que a nossa Comissão, Jorge Kajuru, está sendo transmitida ao vivo. E nós temos um ouvinte assíduo desta Comissão lá no Acre, que é a D. Marluce. Mando um abraço para a D. Marluce e toda a sua família, que está lá no seu ateliê, assistindo às nossas sessões da Comissão de Segurança Pública. Ela pediu que eu mandasse um abraço, eu estou mandando, até porque ela nos prestigia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente sessão e convoco outra para hora e data regimental.

Mais uma vez, agradeço ao meu ilustre e querido Senador Jorge Kajuru. Obrigado, Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O prazer é meu, querido.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Um abraço.

(*Iniciada às 11 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 28 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2ED4DC4D0055B35A.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE JULHO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e nove minutos do dia quatro de julho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Carlos Viana, Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Jaques Wagner, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Jaime Bagattoli, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia e Vanderlan Cardoso, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Sergio Moro, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton, Alessandro Vieira, Omar Aziz, Sérgio Petecão, Otto Alencar, Rogério Carvalho, Eduardo Girão e Hamilton Mourão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 9/2023 - CSP, de autoria Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Finalidade:** Subsidiar a avaliação, no ano de 2023, da atuação da Justiça no âmbito do processo penal no período de 2017 a 2022. **Participantes:** Sr. Ricardo de Araújo Teixeira, Defensor Público (representante de: Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais); Sra. Gabriela Bemfica, Vice-Presidente da Comissão de Ciências Criminais do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e Vice-Presidente da Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas (representante de: Ordem dos Advogados do Brasil); Sr. Edison Brandão, Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo e Diretor-Geral de Segurança de Magistrados da Associação dos Magistrados Brasileiros (representante de: Associação dos Magistrados Brasileiros); Sra. Isabel Schprejer, Defensora Pública e Subcoordenadora de Defesa Criminal da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (representante de: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro); e Sr. Glauco Mazetto Tavares Moreira, Defensor Público e Assessor Criminal e Infracional da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (representante de: Defensoria Pública do Estado de São Paulo). **Resultado:** Audiência pública realizada. Deixa de comparecer a Sra. Lorena Alves Ocampos, Juíza do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F64C488D0055B359.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Eventual da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/07/04

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos e todas!

Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

A presente audiência pública tem como objetivo subsidiar a avaliação, por parte desta Comissão, no ano de 2023, da atuação da Justiça no âmbito do processo penal, no período de 2017 a 2022, nos termos do Requerimento nº 9, de 2023, e do Plano de Trabalho aprovado por esta Comissão.

Estão presentes para esta audiência pública o Sr. Glauco Mazetto Tavares Moreira, a Sra. Isabel Schprejer, o Sr. Ricardo de Araújo Teixeira, a Sra. Gabriela Bemfica, o Sr. Edison Brandão, a Sra. Lorena Alves Ocampos.

Informo também que foi convidado para essa audiência, mas, infelizmente, não pôde comparecer, o representante da Associação dos Juízes Federais do Brasil.

Comunico que a presente audiência pública será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados no Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/e-cidadania, ou pelo telefone 0800 061 2211.

O relatório completo, com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F64C488D0055B359.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Quero desde já agradecer a participação das pessoas que estão interagindo no Portal e-Cidadania.

Agradeço ao Arthur Vinícios, do Mato Grosso do Sul, que pergunta: "Quais medidas o Judiciário tem tomado para tornar [...] [seu trabalho] mais ágil. [...]

A Helena Maria, do Rio de Janeiro: "O Poder Judiciário tem interpretado as leis politicamente, [...] [o Legislativo] se omite diante disso, gerando insegurança jurídica. Qual a razão?".

O Anderson Torres, de Minas Gerais: "Por que o Senado tem sido inerte em relação às ações do Poder Judiciário [...] [no sentido de atuar] fora das suas atribuições?"

O Ezequiel Camacho, do Rio de Janeiro: "Quais mudanças foram feitas nas audiências criminais durante o período de pandemia da covid 19?"

O Ivan Torretta, de São Paulo:" Por que não são colocados em votação os projetos de lei do fim do foro privilegiado e da prisão em segunda instância?"

Everton Cardoso, de São Paulo: "O Poder Judiciário tem passado a impressão de uma péssima justiça penal, com muito ativismo judicial, em prol de ideologias".

Leonardo Goldstein, do Acre: "O problema não é de 2017 a 2022 e, sim, do final de 2022 a 2023.[...]".

Wesley Rodrigues, do Distrito Federal: "Foram diversos os absurdos cometidos pela Justiça durante esse período e, se levar em conta 2023, o quadro só piora! [...]"

Raquel Moreno, do Rio de Janeiro: "[...] a nossa Justiça está amplamente sobrecarregada devido ao número limitado de juízes e defensores públicos".

É claro que tem muitos questionamentos aqui que fogem do aspecto desta audiência pública. Aqui nós estamos falando em morosidade da Justiça. Nós sabemos que nós temos uma população carcerária, infelizmente, composta, majoritariamente, por pobres, pretos e pardos, semialfabetizados.

Nós sabemos que, infelizmente, ainda, nós temos crimes que causam maior prejuízo ao país, como os crimes contra a ordem tributária, contra o sistema financeiro, sonegação fiscal, corrupção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F64C488D0055B359.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ativa, corrupção passiva, peculato, contrabando, descaminho, o que é um percentual ínfimo ou quase nulo da população carcerária.

Nós temos que entender que o próprio Código de Processo Penal estabelece prazos a serem cumpridos pelo Poder Judiciário, desde o momento da prisão até que haja o proferimento de uma sentença penal condenatória, transitada em julgado ou não.

Se somarmos todos esses prazos processuais... Por exemplo, a prisão em flagrante tem prazo para concluir o inquérito, segundo o art. 10 do Código de Processo Penal, de 10 dias, com indiciado preso; de 30 dias, com indiciado solto. Oferecimento de denúncia: 5 dias. Se você somar todos os prazos, em todas as etapas do processo penal brasileiro, mesmo com a ampliação que o CNJ fez, com os autos conclusos para a sentença, porque o prazo era muito exíguo e o CNJ aumentou para cem dias, se você somar todos esses prazos, não ultrapassaria seis meses.

Então, a pergunta é: por que é que não se cumprem os prazos processuais? Por que é que nós temos uma população carcerária, majoritariamente, de pobres, pretos e semialfabetizados e se ultrapassa, sensivelmente, o período de todos esses prazos processuais?

Então, agradeço, mais uma vez, a colaboração de todos as pessoas que deram as suas contribuições em assunto que seja pertinente à matéria.

Desde já eu convido, para fazer uso da palavra, o Sr. Ricardo de Araújo Teixeira, que é Defensor Público do Estado de Minas Gerais, para, em até dez minutos, fazer as suas colocações.

Muito obrigado.

O SR. RICARDO DE ARAÚJO TEIXEIRA (Para expor.) – Boa tarde a todas e a todos.

Cumprimento aqui, na pessoa do Senador Fabiano Contarato, todos os Parlamentares que acompanham a presente sessão.

Cumprimento a representante da Ordem dos Advogados, os membros da magistratura aqui presentes também, os servidores e todos os que acompanham a presente sessão.

Para mim, é um motivo de grande honra poder estar aqui representando a Defensoria Pública de Minas Gerais.

Foi um convite que me surgiu meio que de última hora em razão da impossibilidade de os colegas que aqui atuam comparecerem à sessão, mas espero trazer, contribuir de alguma forma para as discussões da Comissão com a experiência que tenho na atuação na área criminal desde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F64C488D0055B359.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2008 e, mais recentemente, há cerca de dois anos, como Coordenador criminal da Defensoria Pública em Belo Horizonte.

Inicialmente, eu parabenizo a Comissão de Constituição e Justiça pela escolha do tema, de extrema relevância. Perdão, Comissão de Segurança Pública. Nós que atuamos no dia a dia da área criminal, especialmente na Defensoria Pública, temos uma visão muito clara de que o rumo do processo penal, da justiça criminal precisa mudar.

A gente convive hoje com varas judiciais assoberbadas de processo, unidades prisionais superlotadas e, via de regra, com direitos e garantias sendo relegados a segundo plano. E, como bem disse o Senador Fabiano Contarato no início da audiência, o processo penal hoje é seletivo. Tanto o tipo de crime como quem é sujeito da lei penal, isso está bem definido, é a população pobre, negra, periférica, e, de fato, é aquela população que precisa e utiliza o serviço da Defensoria Pública.

Então, entendo eu que, para tratar de justiça criminal nesse âmbito de garantias e de celeridade, é indispensável a gente basear essa discussão em alguns pilares, e eu estabeleci aqui como garantia de direitos o desencarceramento, a justiça negocial, e tudo isso culminando na celeridade do processo, porque eu costumo dizer que a justiça que tarda não é justiça, nem para a vítima, nem para o réu, porque, para a vítima, é de extrema importância que ela tenha conhecimento e que busque uma solução daquele fato que a envolveu, e, para o réu, da mesma forma.

Não são raras as vezes que a gente acompanha casos no dia a dia nosso de pessoas que cometeram desvio quando jovens ainda, jovens adultos, e o processo se prorroga, se estende por vários anos, e a pessoa já está com a vida feita, uma profissão certa, família constituída, e aí, sim, vem a lei penal e o joga para o buraco lá das unidades prisionais e destrói toda essa construção que ele tinha conseguido fazer ao longo do tempo. Então, acho que a justiça célere é importante para todo mundo.

Na perspectiva da garantia de direitos, eu acho que é fundamental o papel da Defensoria Pública, exatamente por isso, porque a Defensoria Pública hoje atua em prol dessa população que, de fato, é sujeita, que é submetida ao Direito Penal e às várias ilegalidades que se vislumbram hoje tanto no processo como na aplicação da lei, seja na execução, seja no próprio curso das investigações ou no dia a dia do Direito Penal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F64C488D0055B359.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, nessa perspectiva, eu achei relevante trazer ao conhecimento de V. Exas. alguns dados da Defensoria Pública de Minas Gerais. Entre 2017 e 2022, houve uma evolução muito significativa da atuação da Defensoria Pública em Minas: a atuação na área criminal, que contou, em 2017, com 867.896 prestações jurídicas, ano passado totalizou 1.348.760 prestações jurídicas.

Em Minas Gerais, hoje, somos 699 defensoras e defensores públicos, que atuam em 119 comarcas do estado. E, em que pese não atuarmos em todas as comarcas do estado ainda, existe uma preocupação muito grande com a população carcerária. Tanto que Minas Gerais possui a segunda maior população carcerária do Brasil, cerca de 61 mil pessoas privadas de liberdade hoje, e a Defensoria atua com 102 defensores públicos dedicados à execução penal em unidades providas, e conta também com a atuação do Neep (Núcleo Estratégico de Execução Penal), que acompanha os processos de execução penal que tramitam em meio eletrônico, pela plataforma Seeu, nas comarcas não providas de Defensoria Pública. Com essa ação, em Minas, ainda que não tenhamos atuação em todas as unidades do estado, conseguimos acompanhar 90% da população carcerária.

Além disso, vêm sendo realizados, desde o ano passado, com uma regularidade mais do que mensal, mutirões carcerários. Só este ano, em Minas Gerais, foram atendidas mais de 5,3 mil pessoas privadas de liberdade em mutirões realizados pela Defensoria, alguns deles em parceria com a Sejusp (Secretaria de Justiça e Segurança Pública) do Estado de Minas Gerais. E a importância desses mutirões é muito significativa, na medida em que, a partir da análise da situação jurídica de cada um dos indivíduos privados de liberdade, é possível identificar nulidades; é possível identificar direitos que podem ser requeridos; e é possível identificar, inclusive, não raras vezes, pessoas que estão esquecidas no sistema carcerário, pessoas que, eventualmente, foram presas por mandados de prisão expedidos em outras unidades da Federação, em comarcas de menor porte, e, quando esse mandado de prisão é cumprido, elas são levadas ao cárcere e ficam esquecidas no cárcere. Só com a atuação dos mutirões é possível identificar essas pessoas e, a partir daí, tomar as providências para que seus direitos sejam, de fato, garantidos e respeitados.

E, quanto ao número de pessoas privadas de liberdade – acho que é uma realidade do Brasil esse encarceramento excessivo –, a gente observa também um grande número de presos provisórios: cerca de 50% desses 61 mil presos são presos provisórios. Isso nos faz refletir também sobre a necessidade de aplicação efetiva das medidas cautelares, e que elas sejam aplicadas, de fato, em substituição a alguma medida privativa de liberdade e não como forma de condicionar a concessão de liberdade. Então, o que se observa é que muitas das vezes, em uma situação que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F64C488D0055B359.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ensejaria a soltura do assistido, ele é colocado em liberdade, mas são aplicadas medidas cautelares. Por outro lado, em situações que permitiriam uma concessão de liberdade, medidas que seriam eficazes para tratar daquela situação não são aplicadas, opta-se por se decretar a prisão.

Além disso, é preciso também sensibilidade na aplicação dessas medidas cautelares. Não raras vezes identificamos situações de concessão de liberdade provisória mediante aplicação de fiança para pessoas que não têm absolutamente a menor condição de pagar essa fiança e que acabam permanecendo presas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO DE ARAÚJO TEIXEIRA – ... justamente por não terem condição, não terem recursos.

O tempo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RICARDO DE ARAÚJO TEIXEIRA – Ah, tá.

Justamente por não terem recursos, permanecem presas. Por outro lado, pessoas em situação de rua são colocadas em monitoração eletrônica, outra situação também que foge do razoável.

Eu trouxe também dados da atuação da Defensoria Especializada de Urgências Criminais da capital, em Belo Horizonte, dos anos de 2021 e 2022, só para pontuar o êxito na atuação nas audiências de custódia: quase 68% dos autos de prisão em flagrante acompanhados pela Defensoria Pública tiveram decisão favorável ao assistido.

Excelência, posso...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RICARDO DE ARAÚJO TEIXEIRA – Eu ia pontuar aqui também a relevância da atuação da Defensoria nos tribunais superiores, que, de fato, desmistifica a ideia de que os tribunais superiores podem ser acessados só por pessoas de alta condição financeira.

Essa atuação da Defensoria nos tribunais superiores, além de desmitificar esse mito, traz a apreciação dos tribunais superiores para matérias muito sensíveis para a população carente; são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F64C488D0055B359.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

matérias de extrema relevância para o Direito Penal e Processual Penal e que só são levadas a essas instâncias pela atuação da Defensoria Pública, porque são matérias muito afetas à condição de vulnerabilidade dessas pessoas.

A partir daí, a gente tem o reconhecimento de várias decisões que vêm sendo proferidas pelos tribunais reconhecendo violações de direitos, especialmente nos casos que têm como objeto essas pessoas em situação de vulnerabilidade, como violações de domicílio, e outras situações de reconhecimentos feitos sem as formalidades legais – tema também de extrema relevância que precisa ser enfrentado –, a cadeia de custódia, a preocupação em estabelecer requisitos ou aperfeiçoamentos na persecução probatória e na persecução preparatória da ação penal para que essas garantias de fato sejam observadas.

Quero fazer só mais uma pontuação, para encerrar, sobre a questão do desencarceramento, que é de extrema relevância.

Em Minas a gente tem a experiência relevante das APACs, que têm o custo de um terço do preso que é mantido no sistema convencional, além de ser um sistema que tem um índice de reincidência muito baixo. Então, acho que o desencarceramento é fundamental, porque, enquanto as prisões estiverem como estão, superlotadas, sem garantia de direitos, não fazendo o papel que teriam que fazer, de ressocializar a pessoa custodiada... Isso é um estímulo à reincidência, é preciso evitar que esse ciclo vicioso se perpetue.

Por fim, queria falar da justiça negocial também. O ANPP, instituto que foi introduzido pelo Pacote Anticrime, é de extrema relevância, mas precisa ser aperfeiçoado, especialmente para aumentar a possibilidade negocial na celebração de acordo, que hoje não existe.

Muitas das vezes, o Ministério Público entende que não cabe o acordo de persecução penal e, simplesmente, oferece a denúncia, e a parte vai ter alguma margem para questionar aquilo depois que a denúncia já foi recebida, e ela foi citada na ação penal. Então, se já tem uma ação penal, se a pessoa já é ré na ação, a chance de se reverter isso é ínfima depois que essa ação penal já foi distribuída e está recebida.

Então, basicamente, eu acho que essas medidas todas contribuem para a celeridade processual, como eu disse, que é um mote fundamental para a garantia de direitos de todos os envolvidos na justiça criminal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F64C488D0055B359.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Muito obrigado, Sr. Ricardo de Araújo Teixeira, representando a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

Eu quero fazer, mais uma vez, meu registro público da minha admiração, respeito e deferência à Defensoria Pública, porque a Defensoria Pública tem sempre esse olhar mais humanizador, exerce mais a empatia. Quem me conhece sabe disso que eu vou falar: você quer ver como um governo quer bem a sua sociedade? Veja como ele trata a Defensoria Pública.

A Defensoria Pública tem que estar em todos os estados, tem que estar em todos os municípios, aí, sim, nós vamos ter uma igualdade de tratamento assegurando essa garantia constitucional, porque nós estamos lidando com o segundo bem jurídico tutelado. O primeiro, eu não tenho dúvida de que é a vida, mas a liberdade é um dos principais bens jurídicos a ser tutelado pelo Estado, e o Estado tem que dar essas condições a todas as pessoas... Estas são garantias constitucionais que a todos são asseguradas: o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal, nos quais a Defensoria Pública tem um papel de extrema importância.

Fica aqui o meu registro e o meu agradecimento, mais uma vez, à Defensoria Pública, e contem com o nosso mandato sempre na defesa e no fortalecimento dessa instituição, que é muito importante na efetivação dos direitos de uma sociedade mais justa, mais fraterna, mais igualitária.

Muito obrigado à Defensoria Pública.

Neste momento, eu concedo a palavra ao Sr. Edison Brandão, que é Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo e Diretor-Geral de Segurança de Magistrados da Associação dos Magistrados Brasileiros, para em até dez minutos... Eu peço perdão aos colegas, mas o prazo é limitado. Então, vai acionar a campainha quando faltar um minuto. Isso não sou eu que controlo, é o tempo que já vai começar a contar, são dez minutos para o Sr. Edison Brandão. E, mais uma vez, eu agradeço e estendo meus agradecimentos ao Tribunal de Justiça de São Paulo.

O SR. EDISON BRANDÃO (Para expor.) – Sr. Senador Presidente, eu serei respeitoso com o horário. Nós trabalhamos no tribunal com sessão toda semana e sabemos bem como é triste, difícil, mas necessário. Então, eu tento ser submisso ao horário.

Eu falo pela Associação Brasileira dos Magistrados, somos 18 mil. Eu faço parte do maior tribunal do mundo, hoje, com 360 desembargadores. Eu sou da diretoria e sou fundador do Fórum Nacional de Juízes Criminais, com oitocentos e poucos juízes de primeiro grau exclusivamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F64C488D0055B359.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presido a Comissão de Segurança do meu tribunal, faço parte do Comitê Gestor do Sistema Nacional de Segurança da magistratura do CNJ. Tenho hoje 38 anos e 4 meses de carreira na Judicatura Criminal. Eu assisti a tudo o que aconteceu: a queda do Muro de Berlim; eu assisti à implantação – aliás, foi um ato judicial meu – da primeira videoconferência do Brasil, em 1996.

Com toda uma crítica carregada, uma crítica ideologizada, como se eu buscasse apenas o mal ou prejudicar quem quer que seja.

Esta semana, o *site* do Tribunal de Justiça de São Paulo mostrou, pelos vinte e poucos anos da experiência, dizendo como ela ajudou na pandemia. Era uma ideia neutra, as ideias em direito são neutras. Elas podem ser bem ou mal interpretadas.

Eu estava dizendo da magistratura, inicialmente em que colaborar. A magistratura hoje é uma carreira com 106 juízes com ameaça grave, último relatório do Comitê Gestor do CNJ. Temos nossos mártires, terríveis histórias, perdidos para o crime organizado. Os três. Crime organizado.

Quando a sociedade clama por um Judiciário mais rápido, quando setores da sociedade clamam por um Judiciário mais leniente, que puna menos, nós nos vemos em situação absolutamente conflitante. Já se dizia, uma vetusta fala, se o Judiciário é rápido, ele pode não ser justo; se ele é justo, ele não vai ser rápido.

O Brasil é o país que tem o maior número de recursos do mundo e é o único país em que o *habeas corpus*... É um paralelo até interessante, o *habeas corpus* é usado por cortes americanas, do sistema federal, pela Suprema Corte Americana, como um recurso mesmo. Na semana passada, foi uma nova decisão, por maioria dos *justices*, diminuindo para uma vez apenas essa aplicação. No Brasil, não. É uma medida que substitui o recurso e é impetrada quantas vezes quiser, 10, 20, 50, 100.

A Justiça Criminal não é cobrada. Em princípio, isso é excelente, porque tal seria também cobrar de quem está preso. Mas não só presos, nós temos hoje crimes enormes de colarinho branco, e tudo isso leva, a gratuidade desses atos, a essa demora terrível.

Na situação de presos, e isso é o que mais choca e é alvo até de informações bastante conflitantes, no Brasil, o número de presos provisórios hoje é falado em trezentos e poucos mil, e o número de presos totais, oitocentos e poucos mil, alguns falam de um milhão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F64C488D0055B359.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos uma ação no Brasil, Senador e os senhores que estão nos assistindo, absolutamente única no mundo. No Brasil, quem é o preso provisório? É até o último embargo de declaração no Supremo Tribunal Federal.

Então nós temos, caso de júri, Maria da Penha, concreto, Senador, não vou citar casos assim, judiciais, eu não posso, pela Lei Orgânica, mas posso mencionar fatos, isso é dado, qualquer juiz, sem o viés crítico, só um viés acadêmico aqui, um viés corporativo frente ao Senado da República. Se eu não pudesse falar isso aqui, falaria onde? Então o que é que nós temos? Hoje um homicídio, caso concreto, em São Paulo, Maria da Penha. O júri se deu num prazo rapidíssimo, o Tribunal de Justiça mandou para novo júri, de forma bastante... A câmara tem a pauta hoje de três, três meses e meio, em segundo grau. Julgou-se também muito rápido. De lá para cá, nós temos o recurso do recurso do recurso, e esse processo, possivelmente já em fase final no Supremo Tribunal Federal, tecnicamente – e esse é o grande problema –, é um preso provisório. Mas ele é preso provisório!

Como é que São Paulo resolveu isso, lá atrás, melhor do que a lei, bem melhor? A decisão paulista foi superada por lei federal. Ora, condenou: dez anos. Ele vai começar a executar a pena, nos dez anos. Ele vai ter benefícios. Vão demorar para julgar dez anos? Ele já está em casa cumprindo o regime aberto, por exemplo. A lei depois veio a permitir isso. Uma redação um tanto quanto confusa porque fala em cada caso e há réus que têm três, quatro, cinco processos, estupradores com sete processos. Ele não pode ficar cumprindo o regime aberto sete vezes simultaneamente, isso equivale à total impunidade.

Então, hoje, o que acontece no país? De reincidente, daquele que o processo acabou mesmo, é um número extremamente pequeno. E esses, como dizem os penalizadores, têm o seu público certo, sua motivação adequada, coisa de primeiríssimo mundo. Mas não é uma panaceia.

Nós temos, hoje, de presos recolhidos em regime fechado, no Brasil, menos de 340 mil pessoas, para 208 milhões de habitantes. É o país, infelizmente, que mais mata no mundo. Nós somos hoje o número 28, considerando os 800 e poucos mil, e o número 102 ou 103, varia muito no dia, em nível mundial, considerando apenas quem está preso em regime fechado. É importante dizer isso porque todas as estatísticas mundiais, quando falam em preso, é sobre aquele que cumpre o requisito de prisão. Seria o quê? Controle de alimentação, controle de liberdade de locomoção, censura à comunicação, a cartas, até com autorização para fazer, mas censurado. É que o Estado deixa alguém detido fisicamente. É assim no Japão, é assim na Rússia, é assim nos Estados Unidos. Quando se fala em preso é isso que é o preso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F64C488D0055B359.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O nosso preso não é isso. Existe um lado, nessas medidas ressocializantes, que tem uma aplicação magnífica. Porém, de outro lado, há uma aplicação perversa em que o grande chefão do crime organizado, pura e simplesmente, consegue desaparecer impune. Então, a cada situação...E isso não escapou ao Congresso Nacional.

A Lei Maria da Penha, quando viu o que estava acontecendo e como era inefetiva, passou a adotar o quê? A prisão. A defensoria tem...Eu entendo isso, não é um viés profissional, mas há que ser dito. Os defensores de São Paulo defendem também vítimas de agressão doméstica. Falam: "Olha, é a terceira vez. Ele vai matá-la na próxima. O que é que eu vou fazer?" O pacote anticrime, que na verdade acabou liberando e criando nulidades que praticamente viabilizaram, em muitos casos, o trânsito penal, deixou de fora, numa leitura rápida, a prisão preventiva no caso da Maria da Penha, porque é acima de quatro anos. Isso é só uma lesão. Só? Só com mil aspas. É só para quem está aqui no ar condicionado. Não é só para quem está em casa e vê o terror de filhos que veem um pai infrator chegar para atormentá-los. Para esses, tirar de casa...E não é aquela tirada de casa "ah, saia". Não é aquilo. Deixá-lo segregado é a única maneira. O mundo é assim, a perversidade existe, o mal existe.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDISON BRANDÃO – Então, o que acontece? Nós temos hoje uma liberação total que, se fossemos levar a sério, sequer se prenderia. Está-se prendendo.

Casos gravíssimos, estão-se prendendo. O STJ tem assegurado e o Supremo também, entendendo a gravidade da situação.

Tivemos, por exemplo, recentemente, no chamado pacote anticrime, uma proibição de gravação pela vítima. Se um Senador da República for ofendido – não digo nem ameaçado de morte, já que vimos casos no Senado Nacional – ele pode ir à Polícia Legislativa e dizer: "Fui ameaçado de morte." Se ele gravar aquilo, não vale nada segundo o pacote anticrime.

Uma ideia que era boa no início, de impedir gravações clandestinas, coloca a vítima com a proibição de gravar aquilo que foi um crime contra ela, em que ela pode depor.

Então, o que nós pleiteamos hoje é uma atenção, primeiro, com a situação da magistratura: os 109 ameaçados, os três mártires, o que a carreira leva hoje. Uma aplicação de *plea bargain*, uma aplicação da ANPP de verdade. Porque se alguém cometeu um estupro, alguém cometeu um homicídio, alguém matou a então esposa, e ele confessar isso, deve ser punido, com diminuição de pena, com vantagens, mas deve ser punido, e não somente uma ANPP, pois não há uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F64C488D0055B359.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

punição efetiva, porque ele continua primário. Se isso não é necessariamente ruim, enfim, a pena de prisão para casos graves ainda é a pior pena que tem. Mas não tem nenhuma outra melhor em casos gravíssimos e, infelizmente, o mal existe.

Eu falo em nome da magistratura, eu trago uma ideia de esperança. Agradeço imensamente à Comissão por essa luta de tentar essa melhora. E me desculpo, pois, pelos meus cálculos, deu 28 segundos a mais que eu usei.

Muito obrigado, Senador Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado, Sr. Edison Brandão.

Apenas eu quero aqui fazer o registro novamente, como eu citei no início da minha fala – acho que o Piero Calamandrei falava que o profissional do direito tem que apontar o direito –: inquérito policial, art. 10, *caput*, dez dias se ele estiver sido preso, 30 dias se estiver solto; oferecimento da denúncia, art. 46, *caput,* cinco dias réu preso, 15 dias solto; prazo para apresentar a resposta à acusação, art. 396 do Código de Processo Penal, dez dias; prazo para concluir a instrução criminal, art. 400 do Código de Processo Penal, prazo máximo de 60 dias; prazo para apresentar alegações finais, art. 403, §3º, cinco dias; prazo para o juiz proferir sentença, art. 403, §3º, dez dias, esse que o CNJ aumentou para cem; prazo para apelação, 593, 600, cinco dias para apresentar o termo de apelação, oito para apresentar as razões de apelação.

Eu só faço mais uma vez esse reforço porque nós temos que buscar mecanismo para dar condições para que as instituições que fazem parte para a efetivação da justiça, seja o Ministério Público, seja a Defensoria Pública, seja a magistratura, efetivamente, cumpram o prazo dentro do que manda o Código de Processo Penal para que aí pudéssemos sim dar essa prestação jurisdicional, uma resposta. E aí a pena teria essa função dúplice: retributiva pelo mal praticado, mas também de readaptação ao convívio sócio-familiar.

Nesse momento eu quero passar a palavra, de forma remota, ao Sr. Glauco Mazetto Tavares Moreira para, em dez minutos, se manifestar. Ele é Defensor Público e Assessor Criminal da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

O SR. GLAUCO MAZETTO TAVARES MOREIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Exmo. Sr. Senador; Excelentíssimos presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F64C488D0055B359.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meu nome é Glauco, como já anunciado, sou Defensor Público do Estado de São Paulo, Assessor Criminal Infracional da Defensoria Pública-Geral, também integro o Núcleo de Segunda Instância e Tribunais Superiores.

Aqui, consegui ver o Exmo. Sr. Edison Brandão, a quem cumprimento também e para quem mando um abraço dos colegas Bruno e Fábio, que têm atuado perante a Câmara onde o Desembargador profere as suas decisões.

Exmo. Senador Fabiano, o tema é um tema recorrente na seara penal. Agradecemos muito essa oportunidade e quero dar destaque a alguns vieses que nem sempre são tratados quando se trata de demora no provimento jurisdicional.

Passarei alguns que são exemplos clássicos, mas depois passarei para outros que talvez nem sempre apareçam na imprensa ou nos comentários em geral.

O primeiro deles, quando se fala em atraso da Justiça, diz respeito, claro, à falta de estrutura humana, de material humano do Judiciário naqueles locais onde há esse atraso, seja pela quantidade de juízes, mas não só, também pela quantidade de servidores, e servidores qualificados. Sem isso, é impossível haver uma prestação jurisdicional de qualidade e trago aqui dois exemplos concretos para isso.

Um exemplo clássico é o excesso de prazo até que haja uma decisão condenatória. A qualidade e a quantidade de servidores, a falta disso, concorre para esse resultado. Mas tem um outro dado que muitas vezes passa batido, que é a demora para expedição da guia de recolhimento. Há ausência de servidores e há quantidade de servidores desqualificados. Portanto, não basta ter o servidor, esse servidor deve estar capacitado.

Onde não há isso – e no Brasil imaginamos que há muitos lugares assim – sem dúvida nenhuma haverá um atraso que é um atraso que vai estar mais para frente, um atraso que passa reto, mas para o qual devemos dar muita atenção, que é o atraso do provimento na execução. Voltarei a ele mais pra frente.

Um outro ponto que a Defensoria Pública de São Paulo quer destacar aqui é um cuidado que o Dr. Brandão colocou, e a gente exalta aqui: é o cuidado com o argumento da celeridade processual. Muitas vezes, esse argumento é utilizado em detrimento da defesa. Em nome da celeridade processual, muitas vezes, pedidos de liberdade, que é o exemplo clássico, são indeferidos, mas mais do que isso, pedidos de diligências são indeferidos em nome disso. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F64C488D0055B359.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um cuidado legislativo talvez fosse de bom tom para trazer critérios objetivos, visando a evitar que a celeridade seja utilizada para a negativa de direitos em geral.

Eu trouxe aqui dois exemplos concretos, que a Defensoria Pública, muitas vezes, passa. Um indeferimento de diligência em favor da defesa não raro ocorre embasado neste argumento.

Mas indo adiante, o próprio Senador colocou aqui, é essencial o aumento de estrutura da Defensoria Pública e de defensores públicos. Temos a Emenda Constitucional de 2014, que trouxe isso – bem lembrado pelo Senador –, no seu art. 98 do ADCT, e, para além de falar que devemos ter mais defensores, quero dar alguns exemplos do porquê a existência de mais defensores colabora e muito para a celeridade processual.

A falta de defensores em todas as jurisdições prejudica a atuação durante o inquérito, antes da denúncia – então, uma fase da persecução penal –, e se a Defensoria Pública tivesse estrutura para também atuar no inquérito, não tenho dúvida de que a investigação defensiva ganharia corpo e muitos casos que, lá para frente, gerarão absolvição sequer chegariam a isso, seriam arquivados.

Ou seja, a gente diminuiria demais o tempo da persecução penal e evitaria uma injustiça tamanha, por quê? A investigação defensiva, por vezes, traria dados que levariam ao arquivamento.

Não só isso; tendo defensores suficientes, o contraditório é robustecido. E esse fortalecimento do contraditório faz com que, mais uma vez, decisões que, lá no final, seja na sentença, seja no acórdão no Tribunal de Justiça ou no STJ ou no STF, teriam o reconhecimento em virtude da atuação da defensoria, sejam antecipadas, tais como: não recebimento a denúncia; a absolvição sumária; e a extinção da punibilidade em diversos casos, seja pela prescrição, seja por outro caso, como foi colocado aqui pelo colega de Minas Gerais, que é um acordo de não persecução penal.

E aqui talvez haja um outro argumento não apareça tanto, e que faço questão de destacar. Se estamos falando de celeridade processual, é indispensável, como bem apontou o colega de Minas, um aprimoramento da legislação do ANPP. E explico: a lei não foi clara no procedimento; a lei é omissa no procedimento; e isso gera atraso para que ocorra o ANPP – esse é o primeiro ponto. E o segundo ponto que, para nós, não é mais grave, mas é tão grave quanto: a lei determina que a fiscalização do ANPP ocorra não pelo juízo do conhecimento, mas pelo juízo da execução. Isso gera um atraso enorme no ANPP e vários ruídos de comunicação. Já pegamos inúmeros casos em que o acordo executado era diverso do acordo que foi celebrado, justamente porque há juízes diversos. Isso faz com que a comunicação seja interrompida. E muitas vezes também o acordo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F64C488D0055B359.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acaba sendo rescindido em virtude de um descumprimento que é justo, e que só vai se saber que é justo perante o juízo do conhecimento, depois. Então, aquilo que surgiu para diminuir a quantidade de processos muitas vezes faz com que haja mais processos e que eles sejam mais demorados. Então, um aprimoramento da legislação do ANPP é urgente e é necessário para que ocorra não só a celeridade processual, mas também a efetividade da prestação jurisdicional.

E aqui, já caminhando para o fim, trago à outra luz que não devemos esquecer que a celeridade processual também deve atuar na execução penal. Isso passa pela estruturação de todas as secretarias de administração penitenciária, algo que deve ser colocado. As secretarias de administração penitenciária, em todo o país, devem ter material humano para indicar as condições de execução de pena de todos e trazer os boletins informativos atualizados, a situação processual atualizada das pessoas, para evitar o cenário que o colega de Minas colocou: pessoas que já cumpriram pena, deveriam ter a sua pena extinta, e não tiveram. Mas, mais do que isso, algo que ocorre muito aqui em São Paulo é que muitas vezes a pessoa já tem o requisito objetivo, ou seja, já atingiu o lapso para a progressão, mas a notícia disso acaba chegando depois. Houve um alvoroço muito grande em São Paulo contra isso, ou seja, São Paulo tem caminhado para evitar isso. Mas isso ainda ocorre. E eu imagino que isso deva se repetir demais pelo país. E uma das formas de se combater isso – que gera atraso – é, sem dúvida nenhuma, o incremento dos recursos humanos e da capacitação dos servidores da SAP.

Por último, algo que já foi decidido há anos pelo STF, e em que ainda não caminhamos: o STF, em sua Súmula 56, trata do regime semiaberto e de como deve se dar a prestação jurisdicional quando não há vagas no regime semiaberto. Porém, na fundamentação, o Ministro Gilmar Mendes coloca algo que é essencial para assegurar direitos – e assegurar direitos na execução ao tempo devido: monitoramento de vagas. Não temos, no Brasil inteiro, uma central de monitoramento de vagas. E não digo uma lista. Aqui em São Paulo, inclusive, nós temos uma lista e uma fila de espera. É mais do que isso. É muito mais do que isso. É uma central eletrônica que traga dados em tempo real para sabermos não só... (*Falha no áudio.*)... objetivos – subjetivos quando o Judiciário dá a decisão, mas objetivos – com a antecipação, já com a unificação das penas e com os dados prontos para o Judiciário em tempo real. Isso ainda não existe. Isso gera um efeito em cascata enorme de atraso na avaliação de direitos e na execução. E sua implementação, sem dúvida, ajudará a todos os atores da Justiça, em especial o jurisdicionado.

Termino aqui. Quis ser sucinto para não ficarmos aqui repetindo diversos assuntos.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F64C488D0055B359.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GLAUCO MAZETTO TAVARES MOREIRA (*Por videoconferência*.) – Mais uma vez, agradeço muito a oportunidade. E estamos aqui à disposição.

Muito obrigado.

Um bom trabalho a todos.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado, Sr. Glauco Mazetto Tavares Moreira.

Estendo os meus agradecimentos à Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Neste momento, concedo a palavra à Sra. Gabriela Bemfica, que é Vice-Presidente da Comissão de Ciências Criminais do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e Vice-Presidente da Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas, para, em até dez minutos, fazer a sua manifestação.

Muito obrigado pelo comparecimento.

A SRA. GABRIELA BEMFICA (Para expor.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Agradeço imensamente o convite para que a Ordem dos Advogados pudesse estar aqui presente. É uma honra muito grande ter este espaço nesta Comissão e saber que esta Comissão está se dedicando a este trabalho tão relevante que é fazer uma análise das ações da Justiça, do que tem acontecido no âmbito da Justiça, do processo penal, dos atores que figuram nesse sistema, nesse período indicado aqui pela Comissão.

Para falar um pouquinho aqui de processo penal... Eu sou advogada criminalista há 20 anos, então eu sou aquela advogada raiz, como a gente chama na advocacia. Eu atuo desde a primeira instância até o Supremo Tribunal Federal. Então, eu falo de um lugar de fala que eu conheço.

Eu gosto sempre, quando eu falo de processo penal sob a perspectiva da defesa, de lembrar dois autores italianos que eu acho que traduzem muito bem o que é o processo penal.

O primeiro deles é Carnelutti, que fala das misérias do processo penal e qualifica o processo penal como aquele terrível instrumento que é capaz de devastar a vida de um homem e levá-lo ao banco dos réus. Fala que esse instrumento causa danos – e quem repara esses danos? – e que, às vezes, até mesmo uma sentença absolutória é incapaz de reparar os danos sofridos por esse réu durante o processo penal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F64C488D0055B359.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também o Ferrajoli, que fala que o débil, a vítima, antes de o crime ser cometido, é o cidadão. É o cidadão que tem que estar sob a proteção do Estado, que tem que ter políticas públicas para combater o crime, para visar proteger o cidadão dessa violência. Mas, depois, se o crime acontece e o autor do fato é processado e se torna réu num processo penal, o débil passa a ser o réu, que sente a experiência de ter contra si toda a força opressora do Estado.

E só quem responde a um processo penal ou quem está de mãos dadas, ao lado de quem responde a um processo penal, sabe o quanto o Estado pode ser opressor e pode ser violento.

Então, sob essa perspectiva, eu gostaria de falar um pouquinho – depois, eu venho ao excesso de prazo – de uma coisa que eu tenho sentido na Justiça criminal. E eu acho que o Parlamento andou muito bem, criando legislações nesse sentido. Trata-se da violência institucional, que nós temos sentido.

O direito penal, o processo penal, há muito, tem sido visto como um campo de batalha, em que as partes se veem como inimigas. E ali se cria um ambiente extremamente hostil e violento, em que defesa, advogado e promotor se atacam, em que às vezes os juízes não estão preparados para lidar com aquela situação e que acaba sendo, sim, um solo fértil para a violência institucional. E nós já estamos lidando com os bens mais delicados do cidadão, em momentos de sua vida extremamente delicados, e a Justiça não pode ser isto: não pode ser mais um palco de violência, em que essas pessoas serão revitimizadas.

Então, acho que o Parlamento fez muito bem quanto tipificou o crime de violência institucional e colocou lá, na lei de abuso de autoridade, que constitui crime submeter a vítima da infração penal ou a testemunha a um interrogatório ou a uma inquirição violenta, com termos violentos, com uma condução violenta pelo representante do Estado, ou seja, aquele que deveria garantir o cumprimento dos direitos fundamentais vem e traz violência novamente contra aquele cidadão.

Então, acho que isso precisa ser mais observado. Eu acho que o processo penal precisa de uma coisa: humanidade. Eu acho que nós estamos vivendo um momento em que todos nós, atores desse sistema – e aqui eu incluo os advogados também –, precisamos ter um olhar mais humano.

Nós vimos recentemente o que aconteceu num tribunal do júri em que um advogado foi retirado do tribunal do júri porque serviu água a uma testemunha. Ele praticou um ato de humanidade, de gentileza para uma testemunha que muito provavelmente pudesse estar sendo vítima de violência institucional na forma como seu interrogatório estava sendo conduzido. E ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F64C488D0055B359.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tentou, num ato de gentileza e humanidade, amparar aquela testemunha que nem era uma testemunha da defesa. E nós vimos o que aconteceu.

Então, isso não pode mais ser admitido. Nós já temos tipos penais que preveem isso. Inclusive, a Lei Mariana Ferrer também é uma outra iniciativa do Parlamento que veio a bom tempo. Nós vimos o que aquela menina sofreu naquela audiência por uma violência de um advogado do réu, mas que foi permitida pelo juiz, que foi complacente em todo o momento com aquela violência, com aquela desclassificação e desqualificação daquela vítima de um crime gravíssimo, que é o estupro.

Então, eu acho que nós precisamos muito disto: que todos nós olhemos com muito cuidado para isso e também olhemos a Justiça com lentes de gênero.

E aqui eu vou citar o protocolo do CNJ, que é o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, que já foi implementado e que vem sendo aconselhado a ser estudado por todos os juízes, por todos os integrantes da magistratura na condução das suas atividades de ofício, no sentido de olharem com lentes de gênero para tentarem fazer uma reparação desse machismo estrutural que nós vivemos há décadas. E todos nós, inclusive, nós, mulheres, temos isso arraigado dentro de nós e precisamos lutar todos os dias em relação a isso. E aí o protocolo vem e traz um passo a passo de como os juízes devem conduzir a audiência – se as suas perguntas não estão trazendo estereótipos de gênero, se essa pessoa não está sendo constrangida por questões de gênero... Prevê, inclusive, a qualificação dos juízes para que possam conduzir a sua atividade de ofício dentro dessa perspectiva.

Então, eu acho que essas são inovações e são ações que vêm acontecendo, uma movimentação que vem acontecendo no âmbito na Justiça nesse período e que eu acho que são importantes de serem ressaltadas para que se consiga trilhar nesse caminho.

Com relação ao excesso de prazo, é lamentável que ainda – e eu assisto ou estou presente em quase todas as sessões do STJ – haja prisões preventivas que duram seis anos. Há cerca de um mês, eu assisti a uma sessão de um HC que foi concedido a uma prisão que dura seis anos – uma prisão preventiva, uma prisão provisória. E aí a gente vem com aquela: "Ah, é a complexidade do processo".

Nós precisamos olhar para essa justificativa. Nós precisamos olhar para a efetiva complexidade ou não desse processo. É uma complexidade jurídica ou é uma complexidade operacional? Nós não temos outros instrumentos para lidar com isso? Talvez a forma de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F64C488D0055B359.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oferecimento da denúncia pelo Ministério Público, que, às vezes, oferece denúncias contra 30 ou 40 réus de uma investigação que durou anos... Não dá para desmembrar isso? Então, a gente precisa olhar para esses aspectos.

E também eu acho que um outro ponto que talvez fosse relevante para a gente olhar esse excesso de prazo é que, às vezes, a gente chega, no STJ ou no Supremo, para revogar uma prisão preventiva por falta de fundamentação válida ou porque foi decretada por razões que os tribunais superiores já vêm reiteradamente rechaçando, aí a gente vê os próprios tribunais: "Não é possível que o processo tem que andar até aqui e abarrotar a Justiça com uma coisa que nós já temos dito que não pode!", mas que também os tribunais superiores estão decidindo em *habeas corpus*. E quem sabe a gente pudesse olhar para um sistema de precedentes, para a criação de um sistema de precedentes de vinculação obrigatória? Nós temos esse instrumento. Nós temos o art. 927 do Código de Processo Civil, que prevê os incidentes de resolução de demandas repetitivas. Ali nós não estamos falando de recursos repetitivos especiais ou extraordinários; estamos falando de incidentes de resolução, nos quais os *habeas corpus* podem ser incluídos.

Será que não é chegado o momento de nós olharmos para isso, com cuidado, e criarmos esses incidentes, para termos um sistema de precedente de vinculação obrigatória, para que essas pessoas não precisem chegar ao STJ ou ao Supremo para revogar uma coisa quando, se os juízes de primeiro grau aplicassem esses entendimentos, nós já pararíamos com esse processo aí? Essas prisões provisórias talvez não chegariam a esse ponto de nós pensarmos no absurdo de uma pessoa ficar presa dois, três, quatro, cinco anos e, ao final – talvez –, vir a ser absolvida.

Aí eu volto a Carnelutti: quem repara? Ninguém repara, um dia, uma prisão injusta! Ninguém. Essas pessoas perdem a vida, perdem as famílias, perdem o trabalho. É uma devassa! E voltam para o mercado de trabalho e para a sociedade em condições terríveis.

Então, esses instrumentos já existem no nosso Código de Processo Penal. Nós temos a Dra. Danyelle Galvão, que tem uma tese de doutorado sobre o assunto e livros publicados sobre isso e vem fazendo palestras constantes. Vamos olhar. Vamos olhar com cuidado para esses pontos, porque, se nós já temos instrumentos, basta usá-los.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. GABRIELA BEMFICA – Tentando respeitar o meu tempo, só acrescento a importância da Justiça negocial, como foi dito aqui pelos meus colegas de bancada, e o trabalho incrível que a defensoria pública faz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F64C488D0055B359.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Grandes questões são decididas, sim, no âmbito dos tribunais superiores por demandas levadas pelas defensorias públicas. Eu digo que o trabalho da defensoria pública democratizou, sim, o acesso aos tribunais superiores e também, hoje, o processo eletrônico. Hoje, advogados do Brasil inteiro que jamais imaginavam atuar nos tribunais superiores, por uma questão de custo, porque, às vezes, o cliente não tem condições de pagar uma passagem ou pagar o custo de honorários de advogados que atuam, aqui em Brasília... Não existia essa etapa. Hoje existe. E nós temos visto, inclusive, as sessões dos tribunais superiores abarrotadas de processos, com 40, 50 sustentações orais, porque isso foi democratizado.

Então, eu acho que nós temos, hoje, instrumentos para que a gente possa pensar nisso. E que esses prazos que nós temos na legislação, como o Senador Presidente muito bem colocou aqui, sejam observados – sejam observados! Porque essa lei, hoje, é meramente figurativa. Nós temos prazos fixados em leis que são ornamentais no código.

Então, é preciso conscientização da magistratura, do Ministério Público e também dos advogados e é preciso que o Parlamento e o CNJ olhem a necessidade de aparelhamento do Judiciário, para que nós tenhamos conteúdo humano que possa analisar devidamente essas demandas.

E aí, para não ultrapassar muito o meu tempo, acho que, nesse tempinho, eram essas as minhas contribuições.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Muito obrigado, Sra. Gabriela Bemfica, por suas colocações, ao passo que agradeço a todos os expositores.

Neste momento, eu quero conceder a palavra à Sra. Isabel Schprejer. Eu acho que eu pronunciei errado. Ela vai me corrigir. Por gentileza, no sistema remoto. É Defensora Pública e Subcoordenadora de Defesa Criminal da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Para, em dez minutos, fazer sua manifestação.

Muito obrigado.

A SRA. ISABEL SCHPREJER (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada.

Boa tarde a todas e todos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F64C488D0055B359.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou Isabel Schprejer. Foi quase, não foi muito diferente, não. Sou Subcoordenadora de Defesa Criminal da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Infelizmente, eu não pude comparecer de forma presencial. Então, eu agradeço a oportunidade de participar de forma virtual. Eu gostaria de cumprimentar a Comissão de Segurança Pública, na pessoa do Exmo. Sr. Senador Fabiano Contarato, que preside hoje a sessão, a quem eu agradeço enormemente, em nome da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, esse gentil convite para participar desta audiência pública com este tema tão relevante para o Brasil, que é o nosso sistema de justiça criminal.

A Defensoria Pública do Rio pode contribuir de uma forma bastante relevante para esse debate por ser uma instituição que está presente em cem por cento das comarcas do estado. Por isso, a DPE-RJ é capaz de apresentar uma perspectiva estadual plena e também uma visão que é baseada em dados, porque nós temos produzido, nos últimos anos, diversas pesquisas sobre temas jurídicos, a partir do entendimento de dados concretos e estatísticas absolutamente essenciais para a elaboração de políticas públicas. Então, nesse sentido, os dados obtidos nas nossas pesquisas embasam as nossas afirmações e, portanto, não se confundem com uma posição ideológica ou uma mera opinião.

Eu gostaria de apresentar algumas das nossas pesquisas referentes ao tema do sistema de justiça criminal para os senhores. Como os meus colegas já fizeram um recorte ótimo sobre a questão da morosidade processual, eu vou falar sobre alguns outros temas para somar melhor ao debate.

Primeiramente, eu queria destacar pesquisas da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro sobre o tema do reconhecimento fotográfico.

Nos últimos anos, os tribunais superiores vêm se debruçando sobre essa questão diante de uma percepção de que as más práticas relacionadas ao reconhecimento de pessoas, principalmente o fotográfico, vêm gerando graves erros judiciários e prisões injustas de muitas pessoas inocentes, e isso afeta principalmente a população negra. Então, as duas primeiras pesquisas da Defensoria Pública do Rio, dos anos de 2020 e 2021, estudaram casos em que foi instaurado processo penal a partir do reconhecimento fotográfico feito em delegacia e que culminaram em absolvição.

O primeiro estudo avaliou casos do Estado do Rio de Janeiro e o segundo, que foi realizado em parceria com o Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais, analisou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F64C488D0055B359.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

casos diversos de outros estados da Federação. As duas pesquisas verificaram que, dos casos estudados que tinham informação quanto a cor de pele, cerca de 80% das pessoas que foram vítimas em erros de procedimentos de reconhecimento eram pessoas negras. As pesquisas também encontraram percentuais bastante altos de decretação de prisão preventiva com base em reconhecimento fotográfico, aproximadamente 86% no primeiro estudo e cerca de 70% no segundo, sendo que a duração máxima dessas prisões preventivas foi de mais de três anos. Isso se relaciona com o que os meus colegas também falaram sobre a questão da vulgarização da prisão cautelar.

E o terceiro relatório, que foi divulgado em 2022, chegou a um percentual de mais de 73% de pessoas negras processadas com base em reconhecimentos fotográficos, entre condenações e absolvições. E, dos casos que culminaram em absolvição, nesse terceiro estudo, em 83% havia sido decretada a prisão preventiva, com uma duração máxima de cerca de seis anos, em um dos casos estudados.

Então, esses estudos demonstram, de uma maneira clara e concreta, o viés racial, o impacto desproporcional dos erros no emprego do reconhecimento sobre a população negra. Isso denota a seletividade presente no sistema de Justiça criminal brasileiro, que já foi também bastante comentado hoje.

Apesar de toda a evolução jurisprudencial que a gente observou nos últimos anos, para que se evitem novos erros judiciários, é importante se pensar numa reforma do Código de Processo Penal nessa parte. A gente sabe que o art. 226 do CPP, que prevê o reconhecimento de pessoas, possui uma redação extremamente vaga, que tem o potencial ainda de gerar erros judiciários, prisões injustas, e existe até uma proposta de uma nova redação para o art. 226 que foi formulada por um grupo de trabalho sobre reconhecimento de pessoas no CNJ, que contou com diversos integrantes do sistema de Justiça, especialistas nesse tema. Então, essa seria uma primeira sugestão, um primeiro ponto que eu gostaria de abordar.

Outras pesquisas da Defensoria do Rio também denotam esse caráter seletivo do sistema de Justiça criminal brasileiro, que são os nossos estudos referentes às audiências de custódia. Nós temos, no total, 18 pesquisas sobre o tema das audiências de custódia, desde 2015, que foi quando as audiências de custódia foram implementadas no Estado do Rio de Janeiro. E a última pesquisa que nós fizemos analisou o perfil das pessoas submetidas a audiências de custódia entre agosto e dezembro de 2020. Foram analisados mais de dez mil casos nessa pesquisa, e, das audiências de custódia que foram realizadas, 85% tiveram a participação de defensores públicos;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F64C488D0055B359.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e, em 34,5% dos casos com informação se tratava de prisões por crimes da Lei de Drogas. A gente sabe que a Lei de Drogas, de fato, traz os tipos penais que mais encarceram no Brasil, contribuindo para a superlotação carcerária e também para o estado de coisas inconstitucional, já declarado pelo STF.

Essa última pesquisa, da mesma forma como as anteriores, concluiu que as pessoas presas são, na sua maioria, negras – cerca de 80% dos homens e em torno de 70% das mulheres declararam ter a cor de pele negra, entre pretos e pardos.

Com relação à ocorrência de agressões no momento da prisão – a gente considera isso um ponto extremamente essencial de a gente pensar também –, 79% narraram ter sofrido agressões ou tortura e 82% dessas pessoas eram negras, contra apenas 18% de pessoas brancas. Também, em 73% dos casos, não foi dada a informação, pelos agentes de segurança, de que a pessoa presa poderia permanecer em silêncio já desde aquele momento.

Então, de todos esses dados, que são apenas uma pequena parte dos dados que a gente encontrou nas pesquisas – e eu fiz aqui um recorte –, é possível extrair não apenas a seletividade e o racismo institucional que permeiam o nosso sistema de Justiça criminal, mas também perceber a importância para o processo penal de que haja maior transparência e um controle maior no momento da prisão em flagrante.

Nessa linha, eu relembro a decisão do STF na ADPF 635, que determinou a instalação de câmeras em uniformes e viaturas de agentes de segurança pública, e nesse mesmo sentido vem decidindo reiteradamente o STJ. Nós entendemos que a filmagem do momento desse flagrante é de suma importância, não apenas para evitar a ocorrência de agressões, para garantir direitos do réu – ou, naquele momento, ainda não como réu, mas já a pessoa presa em flagrante –, mas preventivamente produzir provas em processo penal, tanto provas de defesa como provas de acusação também, até mesmo conferindo legitimidade e confiabilidade à própria ação policial.

A gente sabe que não caberia, mesmo ao Poder Legislativo federal, legislar de forma específica sobre essas questões de segurança pública, mas nós não podemos esquecer que temos a Lei 13.675, de 2018, que institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social. Nós entendemos que é interessante que se debata em qual medida o Susp pode ser alterado, de acordo com os parâmetros mais recentes consolidados pelos tribunais superiores e de acordo com as novas tecnologias existentes, para atualizar as diretrizes federais de forma que as políticas públicas estaduais possam reproduzir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F64C488D0055B359.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essas diretrizes dentro das próprias particularidades, das realidades de cada estado, o que afeta, com certeza, o processo penal e a confiabilidade da prova.

A gente está falando aqui de segurança pública, mas, principalmente, da confiabilidade da prova. Aí, nessa linha, a gente entende que a lei do Susp pode, sim, ser melhorada para que as diretrizes fiquem mais claras com relação a esse momento da prisão em flagrante, a transparência, o cuidado em relação a esse momento, para que a gente possa ter equipamentos que permitam um maior controle desse momento que é tão importante para o processo penal.

Por fim, eu gostaria de destacar também que a Defensoria Pública do Rio apresentou memoriais na audiência pública que foi realizada pelo STF em 2021 sobre o tema do Estado de Coisas Inconstitucional do sistema penitenciário brasileiro. Nós entendemos que esse Estado de Coisas Inconstitucional deve ser considerado pelo Poder Legislativo nas futuras implementações de políticas públicas e de proposições legislativas sobre o tema do processo penal.

Nesses memoriais que nós apresentamos, há uma série de informações, de dados e estatísticas sobre o sistema de justiça criminal, sobre o sistema penitenciário – eu não vou conseguir apresentá-los aqui por conta do tempo –, a partir de diversos pontos de vista distintos. Eles falam sobre superencarceramento e tráfico de drogas, decretação de prisões cautelares, superencarceramento feminino, que também é outro reporte. Eles foram publicados em um livro que está à inteira disposição desta Casa Legislativa em formato virtual, nós podemos também enviar cópias físicas.

Já concluindo, eu gostaria de agradecer novamente pelo convite, pela atenção.

Termino informando que todas as pesquisas da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro estão à inteira disposição dos senhores, assim como a própria Defensoria do Rio de Janeiro está também sempre disponível para participar de debates e contribuir a construção de um sistema de justiça criminal mais justo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Muito obrigado à querida Isabel – olhem a minha intimidade chamando-a de "querida" já! Isabel, muito obrigado.

Quero agradecer o comparecimento de todos e, neste momento, eu vou conceder a palavra...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F64C488D0055B359.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero deixar claro que esta audiência... A equipe vai tomar nota das contribuições e, ao final, eu vou apresentar uma síntese e um relatório sobre o resultado dessas audiências para contribuir. Aquilo que for de competência do processo legislativo tem em mim um aliado, e aí me refiro tanto à Ordem dos Advogados do Brasil, como à magistratura, ao Ministério Público e à Defensoria Pública. Eu me coloco à disposição, meu mandato está à disposição.

Tomei a liberdade de propor essa iniciativa porque esse tema para mim é muito caro. Eu trabalhei como Delegado de Polícia Civil por 27 anos, eu fui Professor de Direito Penal e Processo Penal por 25 anos. Então, quando você vê um reconhecimento fotográfico, e nós sabemos que esse reconhecimento vai culminar numa parcela... E isto tem que ser dito: são reconhecimentos de pessoas pretas e pardas, quando a lei fala algo semelhante entre si.

Então, eu acho que a gente não pode, a pretexto de fornecer uma prestação jurisdicional, dar uma resposta à sociedade. Os fins não justificam os meios. Nós estamos diante de um dos principais bens jurídicos que é a liberdade. Essa violência institucional tem... Ainda bem que o Parlamento se debruçou sobre isso, nós não podemos admitir isso, e isso acontece em todas as instituições, eu quero deixar claro, essa violência institucional acontece aqui dentro, acontece aqui dentro. Eu vejo, às vezes, quando tem uma Parlamentar, querem a desqualificar pelo simples fato de seu gênero ser feminino; às vezes você quer desqualificar um Parlamentar pela orientação sexual, ou pela cor da pele.

Então, se isso acontece nos espaços, nas instituições... Não é diferente. Claro, nós não estamos aqui ofendendo nenhuma instituição, nós estamos falando que existe o problema, a esse problema o Estado dê uma resposta através de processos legislativos, e isso tem que ser efetivado. Agora, nós também não podemos fechar os olhos para o fato de que nós temos prazos, e esses prazos não podem ter um comportamento meramente ornamental dentro do Código de Processo Penal, porque nós estamos lidando com a liberdade.

Então, é preciso que as instituições assumam essa responsabilidade e busquem mecanismos para instrumentalizar. Ora, há várias execuções penais que, quando lidam diretamente com a Lei de Execução Penal, que é a Lei nº 7.210, você tem lá que a emissão da guia de recolhimento tem que ser dada e tem que ser feita em um prazo célere.

Quando você cumpre os requisitos de natureza objetiva, por exemplo, para a concessão do livramento constitucional, prevista no art. 83, ou qualquer indulto, ou comutação de pena, ou prazo para você ter a progressão de regime de cumprimento de pena, isso é um direito. Estão falando que estamos passando a mão na cabeça de um criminoso. Não! Isso é direito dele, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F64C488D0055B359.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um dos fundamentos de uma pena é ter o caráter de readaptação ao convívio sociofamiliar, não só ao caráter retributivo, e, para isso, o Estado tem que atuar, para isso, a Defensoria tem que estar presente.

Eu fico feliz quando eu vejo a colega ali falando que a Defensoria atua em 100% de todo o Estado do Rio de Janeiro. Eu queria que isso fosse uma realidade do país, mas, infelizmente, essa não é a realidade. Nós ainda temos a realidade de juízes respondendo por inúmeras comarcas.

Eu lembro que, quando eu era delegado, eu respondia por cinco municípios. Não tinha como você estar em cinco municípios ao mesmo tempo. Como é que você vai presidir um auto de prisão em flagrante? Como é que você vai fazer aquele contato? Porque, às vezes, falta isso.

Eu clamo muito por esse fator humanizador também, porque, às vezes, você tem que tirar a frieza do papel, e o papel não vai passar aquilo, é só o olho no olho, é só o contato, é o contato, é falar: "Olha, eu estou diante aqui de uma pessoa que tem esse direito", ou que nós estamos diante de uma família que foi vítima e que precisa ter a liberdade cerceada da pessoa que foi o autor do crime, mas com fundamento conforme determina o Código de Processo Penal. Isso é legítimo. Nós estamos diante desta dualidade: atender ao interesse do familiar, das vítimas ou da vítima e também ao interesse daquela família ou do próprio assistido que está ali pela Defensoria Pública.

É necessário que a gente não fique... Porque isso percorre todos nós do direito. Quem não sabe que, no meio criminal, Edison, é corriqueiro falar dessa forma discriminatória que se tem com a área criminal?

Quem lida na área criminal sabe disso, não é? Como é lidar numa delegacia de polícia, a forma de acesso.

Eu tenho muita preocupação com alguns institutos que querem se desenhar no Brasil, porque nós sabemos que quem vai fazer, por exemplo, a barganha, o acordo que vai ser feito ali, vai ser feito sobre que pretexto, em que condições? Porque senão, nós vamos, mais uma vez, o Estado vai ser utilizado para ter uma justiça, entre aspas, "rápida" e dando uma resposta para um segmento da população, mais uma vez. Pobres, pretos, semialfabetizados, porque é essa a população.

Então nós temos que ter a dimensão de que o crime é um fenômeno social, e todos nós temos interesse na redução desse fenômeno, mas, para isso, é necessário que o Estado assuma também um protagonismo, porque reduzir a criminalidade não é armando a população, com todo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F64C488D0055B359.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

o respeito; é você implementando medidas que vão reduzir a desigualdade, a redução da carga tributária, é uma escola pública de qualidade, é você ter saneamento básico no município, é você ter iluminação pública, é você ter uma quadra poliesportiva, é aquele jovem poder ficar na escola em tempo integral, é você ter esse olhar humanizador, é você proporcionar emprego para aquela família.

Hoje nós temos uma precarização da relação trabalhista, e isso tudo influencia no aspecto criminal. Nós tivemos aí a pandemia, mas nós temos aí a uberização da relação trabalhista. Nós tivemos aí o vilipêndio que foi feito na CLT, com o discurso de que iria alavancar a economia, iria gerar emprego e renda, e mais uma vez, quem pagou com isso foi o pobre trabalhador. Depois veio a reforma da previdência, com o mesmo discurso. E isso vai uma bola de neve, que vai culminar com o aumento da criminalidade, mas que aí, vem o Estado, de forma contundente, e fica aí um preso com uma prisão cautelar, uma prisão provisória, seja ela por auto de prisão em flagrante, ou por decreto de prisão preventiva, ou por decreto de prisão temporária, seis anos, *ad eternum,* esperando um julgamento.

Então finalizo só com isso, lembrando Ruy Barbosa: "Justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta". Muito obrigado.

Eu quero aqui agora rapidamente, dois minutos para cada um fazer suas considerações finais.

Começo aqui pelo meu querido Edison. Mais uma vez, estenda o meu agradecimento ao Tribunal de Justiça e um abraço caloroso aos Desembargadores e Desembargadoras do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Em dois minutos, para suas considerações finais. Muito obrigado.

O SR. EDISON BRANDÃO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador, Presidente. É de extrema importância esta conversa, este trato.

Eu quero, de novo, dizer que o Direito Penal é um ramo do direito muitas vezes diminuído, muitas vezes, todos nós que gostamos dele e vivemos por ele, eu há quase quatro décadas, temos essa noção.

Mas ao mesmo tempo, é o mais difícil de se assentar os interesses, ainda que comuns. Então, se temos uma barganha legal muito rápida, ela pode gerar uma impunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F64C488D0055B359.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu gostaria de dizer, de novo, é que se preste atenção principalmente à criminalidade organizada. Senador, nós estamos numa situação extremamente difícil em relação a magistrados. O Norte do país, depois da chamada guerra de facções, eu tenho um estudo em inteligência, e a gente acaba trazendo e acompanhando isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDISON BRANDÃO – Então o que a guerra de facções fez no Norte do Brasil... Presos degolados, e mais, mais não ocorreram por conta de ações de inteligência do Judiciário. Participei de algumas, salvando a vida de centenas de presos de outra facção. Isso não pode.

O México comete esse erro de ignorar e hoje já não tem mais absolutamente nada. A justiça, sim, que é a figura ativa. Então, só essa preocupação.

Quero agradecer imensamente em nome do AMB, em nome do meu Tribunal e em nome deste velho juiz aqui que está contente de participar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Muito obrigado.

Neste momento, quero aqui passar a palavra ao senhor Glauco Mazetto, se ele estiver no sistema remoto, para, em dois minutos, fazer suas considerações finais.

Muito obrigado, mais uma vez.

Glauco Mazetto.

O SR. GLAUCO MAZETTO TAVARES MOREIRA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Mais uma vez, Senador, eu que agradeço. Agradeço também em nome da Defensoria Pública por espaços como esses, espaços plurais. É essencial, aqui, a participação da magistratura, representada pelo Dr. Edison Brandão. Isso só enriquece.

Eu acho que demos hoje um pequeno passo, mas um passo relevante para avançarmos num tema como bem o Senador – e eu não sabia, soube agora – professor disse: é um tema que nos aflige desde o momento em que tomamos conhecimento dele, lá na academia, e que perdura por anos. Então, já houve avanços, mas há espaço para muito mais ainda.

Mais uma vez agradeço aqui pela oportunidade e um abraço a todas e todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F64C488D0055B359.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Muito obrigado, Glauco. Mais uma vez, transmita meus agradecimentos à Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Neste momento, eu concedo a palavra ao Sr. Ricardo de Araújo Teixeira para as suas considerações.

O SR. RICARDO DE ARAÚJO TEIXEIRA (Para expor.) – Presidente, quero agradecer, mais uma vez, o convite, em nome da Defensoria Pública de Minas Gerais.

Foi um privilégio compartilhar das palavras do senhor. Esse sentimento que o senhor tem também é comum a mim. Acho que a mensagem...Quero agradecer a todos, também, que expuseram suas ideias aqui. Acho que foi um momento de muito aprendizado.

A mensagem que eu acho que é importante é a de que a preocupação com a celeridade do processo é muito relevante, mas não pode passar por cima das garantias e dos direitos fundamentais. A gente sabe que, quando esses direitos são violados, a população vulnerável, fragilizada, é que sofre. Então, acho que a mensagem é essa: a gente tem que buscar a celeridade, mas preservando sempre as garantias.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Muito obrigado, Sr. Ricardo. Transmita também o meu abraço carinhoso a todos os Defensores Públicos e Defensoras Públicas do Estado de Minas Gerais.

Neste momento, eu transfiro a palavra, no sistema remoto, à Isabel.... Eu não vou conseguir ler. Concedo para as suas considerações. Perdoe-me.

A SRA. ISABEL SCHPREJER (Para expor. *Por videoconferência*.) – Que nada. É complicado mesmo.

Eu gostaria de agradecer enormemente pela oportunidade de participar dessa audiência pública representando a DPRJ. Agradeço enormemente ao Presidente, também, pelas palavras gentis e dispensadas à Defensoria Pública.

Acho que esse tipo de debate só tem a acrescentar. Esses debates são essenciais à nossa democracia e aos direitos da população mais vulnerável que, afinal de contas, são os nossos assistidos, são as pessoas em quem a gente precisa sempre pensar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F64C488D0055B359.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu reitero aquilo que falei na minha fala e coloco a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, bem como todos os nossos estudos, nossa Diretoria de Pesquisa, sempre à disposição dessa Casa Legislativa e de todos os demais.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Muito obrigado.

Eu só quero...Aproveito – eu acho que os dois ainda estão no sistema, não sei se estão – para falar uma coisa que eu já publicizei algumas vezes, Dr. Edison, Dr. Ricardo, Dra. Gabriela: às vezes, na faculdade de Direito, os alunos lá – e, por favor, os defensores públicos não se sintam ofendidos não, muito pelo contrário, sintam-se prestigiados –, a gente, em conversa de corredor, os alunos têm isso, não é?, às vezes ficava me perguntando por que eu caí no Direito, porque eu amo, com todo respeito, tenho a... Enfim, os colegas falavam assim: "Ah, eu vou ser juiz; aí o outro: "Ah, eu vou ser promotor"; "Ah, eu vou ser procurador da República", aí eu virava e falava assim: eu quero ser defensor público. E eles falavam: "Nossa, Contarato, até nisso você é pobre." Aí eu falava assim: poxa, mas por quê? Porque a história da Defensoria Pública foi construída com muita dificuldade, eu acho que talvez por isso o meu amor pela Defensoria Pública, porque ela vem antes da Constituição Federal de 88, quando nós não tínhamos ali concursos públicos, então, você ascendia à carreira da Defensoria Pública. Querendo ou não, ela também era criminalizada, assim como os...

Passou o tempo, eles brincavam ainda e falavam assim: "Nós vamos passar de carrão e você vai estar de bicicleta." Eu falei assim: poxa, mas eles me perguntaram o que faz os meus olhos brilharem, o que faz o meu coração bater mais forte". Porque, quando eu penso em Defensoria Pública, penso nela assistindo a população em situação de rua, os povos indígenas, as comunidades quilombolas, as comunidades tradicionais, os trabalhadores, as mulheres, os pretos, a população LGBTQIA+.

É para essa instituição que eu quero cada vez mais contribuir, eu não sou defensor público de direito, mas eu acho que eu me considero defensor público de fato, como um Parlamentar que sempre vai estar aqui aguerrido. Não que a magistratura não tenha, porque tem todo o seu mérito, mas talvez porque já esteja num outro momento, e eu falo aí que com bastante humildade, é no sentido de ter a Defensoria Pública em vários, em todos os... Porque é muito triste você falar assim: "Não, aqui não tem defensor público, você vai ter que ir em outra comarca." Porque mais uma vez

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F64C488D0055B359.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aquela pessoa que está sendo assistida é a que não vai ter acesso à justiça, que não vai ter efetivado um direito que é seu.

Aí caiu, que eu passei no concurso para delegado de polícia, e minha mãe falou assim: "Mas Fabianinho, você estudou tanto para ser delegado de polícia" – que era outro preconceito – e eu falei: mãe, a polícia precisa de pessoas boas, porque o delegado de polícia, ele não pode ser visto como violador de direitos, ele tem que ser visto como garantidor de direitos.

Eu tenho muito orgulho de ter exercido a função de delegado de polícia, porque a polícia está lá na ponta, e ela faz, e dá uma prestação jurisdicional, eu estou falando da polícia com "p" maiúsculo, muito boa e muito importante.

Muito orgulho de ser policial, e muito orgulho da Defensoria Pública, da Ordem dos Advogados do Brasil, da magistratura, do Ministério Público, que é essencial nessa instrumentalização, e de todos os atores que fazem parte da efetivação da justiça.

Quero fazer o registro aqui das colegas do Instituto Sou da Paz, que sempre estão aqui de forma atuante. Elas sabem do meu comprometimento, do meu carinho e do meu respeito por esse instituto. Muito obrigado, mais uma vez, pelo comparecimento de vocês.

Concedo a palavra agora, depois desse desabafo, à minha colega Gabriela Bemfica para as suas manifestações.

Muito obrigado, mais uma vez.

A SRA. GABRIELA BEMFICA (Para expor.) – Muito obrigada, Presidente, em nome da Ordem dos Advogados do Brasil e em nome da Abracrim, Associação Brasileira de Criminalistas. Eu agradeço imensamente o convite e parabenizo-o mais uma vez por pesquisar, por debater e por se debruçar por esse tema tão relevante.

É um prazer imenso estar aqui ao lado do Dr. Edison, do Dr. Ricardo, dos colegas que estão também remotos, e quero dizer que a Ordem dos Advogados está à disposição para contribuir com essa discussão da forma que for necessário, e realmente, assim, acho que a Defensoria Pública é vocação. É um trabalho lindo o que eles fazem, e nós, na advocacia criminal, também sofremos preconceito. Existe uma criminalização da advocacia criminal, quando se vê o advogado como – advogado de bandido é bandido – como um criminoso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F64C488D0055B359.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu sempre falo, e é importante repetir, que nós não defendemos o crime que as pessoas cometeram. Nós sequer defendemos pessoas, nós defendemos os direitos dessas pessoas, nós defendemos o direito de essas pessoas de terem um processo justo...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. GABRIELA BEMFICA – ... porque processo penal é instrumento de garantia, processo penal é instrumento de controle da tutela estatal e serve para isso, para assegurar as garantias fundamentais.

Muito obrigada. Foi uma honra imensa.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Bom, eu mais vez quero dizer que para mim foi um prazer. Eu achei que presidir esta Comissão hoje, que essa reunião ia ser um ambiente um tanto quanto pesado, mas, na medida da responsabilidade, acho que ela fluiu de forma bem serena, tranquila, respeitando as diferenças.

Eu acho que é neste contexto que a gente pode, na convergência, construir pontes, e eu falo aqui mais uma vez: contem com o nosso mandato naquilo que for de interesse para gente proporcionar uma melhor e mais eficiente efetivação da Justiça criminal.

Nada mais havendo, declaro encerrada a presente reunião.

Agradeço mais uma vez pelo comparecimento de todos e todas.

Um beijo carinhoso.

(*Iniciada às 14 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 33 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F64C488D0055B359.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JULHO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e cinco minutos do dia onze de julho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Sérgio Petecão e Ivete da Silveira, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Sergio Moro, Renan Calheiros, Professora Dorinha Seabra, Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Carlos Viana, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Jaques Wagner, Augusta Brito, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Eduardo Girão, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Jaime Bagattoli, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Wilder Morais e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Eduardo Braga, Marcos do Val, Weverton, Alessandro Vieira, Omar Aziz, Otto Alencar e Rogério Carvalho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 3/2023 - CSP, de autoria da Senadora Ivete da Silveira (MDB/SC). **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei nº 3045 de 2022, que "Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, nos termos do inciso XXI do caput do art. 22 da Constituição Federal; altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969; e dá outras providências". **Participantes:** Sr. Anderson Jociel da Rosa, Diretor-Presidente da Confederação Nacional de Bombeiros Voluntários - CONABOV; Sr. Ivan Frederico Hudler, Diretor-Presidente da Associação dos Bombeiros Voluntários de Santa Catarina - ABVESC; Sr. Fabricio de Oliveira Coelho, Presidente da Associação de Bombeiros Voluntários e Equipes de Resgate de Minas Gerais - VOLUNTERMINAS; Sr. Miguel Potin, Diretor-Presidente dos Bombeiros Voluntários de Santa Maria do Jetibá - ES; Sr. Adriano Silva, Prefeito de Joinville - SC; Sr. Mauro Oliveira Pires, Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio; Sr. Renato Sérgio de Lima, Presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública; e Sr. Bráulio Flores, Representante do Conselho Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil - LIGABOM. **Resultado:** Audiência pública realizada. Deixa de comparecer o Sr. Leandro Luiz Gottschalk, Diretor-Financeiro da Associação dos Bombeiros Voluntários do Rio Grande do Sul - VOLUNTERSUL. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3045, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, nos termos do inciso XXI do caput do art. 22 da Constituição Federal; altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Favorável ao projeto e contrário às emendas nºs 1 a 7. **Resultado:** Aprovado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F64C488D0055B359.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o relatório, que passa a constituir o Parecer da Comissão, favorável ao projeto e às Emendas nºs 9, 15 e 18-CSP, favorável parcialmente às Emendas nºs 5 e 16, com as Emendas de redação nºs 20, 21 e 22, rejeitando as demais emendas. **Observação:** 1. Foram apresentadas as Emendas nºs 8 a 19, tendo sido retiradas as Emendas nºs 8, 11, 12 e 13, pelo autor Senador Luis Carlos Heinze; 2. Foi apresentada Complementação de Voto do relator, Senador Fabiano Contarato; 3. A matéria seguirá posteriormente à CCJ. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 31, de 2023** que: "Requer a realização de audiência pública destinada a discutir a descriminalização do porte de drogas para consumo no Brasil e seus efeitos na sociedade." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 32, de 2023** que: "Requer a inclusão de convidado na Audiência Pública objeto do REQ 31/ 2023 - CSP." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 33, de 2023** que: "Requer o aditamento de participantes da audiência pública objeto do REQ 31/ 2023 - CSP" **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 34, de 2023** que: "Requer que sejam prestadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), informações com o objetivo de instruir Plano de Trabalho destinado a avaliar a Justiça criminal no Brasil." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sérgio Petecão
Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/07/11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F64C488D0055B359.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Ivete da Silveira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

Objetivo e diretrizes da reunião.

A presente reunião é composta por duas partes.

A primeira parte se destina à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei n° 3.045, de 2022, que institui a Lei Orgânica Nacional dos Policiais Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos estados, do Distrito Federal e dos territórios, nos termos do inciso XXI do *caput* do art. 22 da Constituição Federal, altera a Lei n° 13.675, de 11 de junho de 2018, e revoga dispositivos do Decreto-Lei n° 667, de 2 de julho de 1969, e dá outras providências, em atenção ao Requerimento n° 3, de 2023-CSP, de minha autoria e do Senador Esperidião Amin.

A segunda parte se destina à deliberação de itens constantes da pauta.

Primeira parte: audiência pública.

Como temos nove convidados, iremos dividir os que estão presentes em dois blocos.

Podem tomar lugar à mesa nesse primeiro bloco: Sr. Anderson Jociel da Rosa, Diretor-Presidente da Confederação Nacional de Bombeiros Voluntários.

Está presente? (*Pausa.*)

Sr. Ivan Frederico Hudler, Diretor-Presidente da Associação dos Bombeiros Voluntários em Santa Catarina. (*Pausa.*)

Sr. Fabricio de Oliveira Coelho, Presidente da Associação dos Bombeiros Voluntários e Equipes de Resgate de Minas Gerais (Volunterminas). (*Pausa.*)

Chamo também o Sr. Miguel Potin, Diretor-Presidente dos Bombeiros Voluntários de Santa Maria de Jetibá, Espírito Santo. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comunico que a presente audiência pública será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 612211.

O relatório completo com todas as manifestações será disponibilizado no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Ao final das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Perguntas via e-Cidadania. Por meio do e-Cidadania, recebemos algumas manifestações de cidadãos que eu gostaria de compartilhar.

Luís Eduardo Conte, de Santa Catarina: "É de extrema necessidade a exclusão dos Bombeiros voluntários. [...] [Isso vai dar] espaço [...] para concursados exercerem a profissão militarmente".

Milton Gomes, do Mato Grosso do Sul: "[...] [Sugiro que haja padronização das] polícias militares em todo o Brasil, inclusive da grade curricular dos cursos de formação".

Plínio Marcos Moreira, do Rio de Janeiro: "Qualquer plano de carreira [deve] cumprir [...] a CF, [determinando que] a remuneração deve ser compatível com a receita disponível".

Chamo o Sr. Anderson Jociel da Rosa para fazer o seu pronunciamento, por dez minutos.

O SR. ANDERSON JOCIEL DA ROSA (Para expor.) – Muito bom dia a todos, senhores integrantes desta Comissão de Segurança Pública, demais Senadores e público aqui presente, além das pessoas que nos acompanham pelas plataformas digitais. Também quero saudar nossos colegas amigos bombeiros militares que estão presentes aqui e os milhares de bombeiros voluntários que nos acompanham de forma virtual por não terem recursos para estarem aqui presentes, mas que, com certeza, também gostariam de estar aqui discutindo esse tema tão importante para o nosso Brasil, que são os atendimentos envolvendo emergência.

Primeiramente, queremos agradecer a honra e a oportunidade que estamos tendo de comparecer a esta Comissão para demonstrarmos a tradição e a importância dos corpos de bombeiros voluntários, uma atividade que ainda não é tão conhecida em todo o país, mas que já tem uma tradição de mais de um século no Brasil, além de ser um modelo de corporação predominante em toda a América Latina, na Europa e até nos Estados Unidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos uma nota informativa, número 3.861, de 2023, emitida pelo Senado, que traz um apanhado técnico dos principais países, de alguns países em que os bombeiros voluntários têm a sua presença com uma predominância muito grande. Exemplos são a Alemanha, com mais de um milhão de bombeiros voluntários, o que corresponde a 90% dos bombeiros do país; a Argentina, onde 80% do país é coberto por voluntários; o Canadá, com 80 mil bombeiros voluntários, principalmente no interior do país; e o Chile, onde o país é totalmente atendido por bombeiros voluntários, com 100% das cidades atendidas

Senadora Ivete, agradecemos também todo o apoio da senhora, todo o empenho em defender essa causa do bombeiro voluntário, da senhora, do Senador Esperidião Amin e dos demais Senadores que têm nos apoiado nessa demanda tão importante para os nossos municípios.

Primeiramente, é necessário destacar que não somos contra o Projeto de Lei (PL) 3.045, que tramita no Congresso Nacional e no Senado com proposta orgânica das polícias e corpos de bombeiros militares. Mais do que isso, precisamos entender que se trata de uma proposta importante para melhorar as condições de trabalho e segurança dos policiais e dos bombeiros militares de todo o país. Então, em nenhum momento o bombeiro voluntário é contra essa política, mas sim, bem pelo contrário, somos totalmente favoráveis, porque entendemos que é extremamente necessário.

Porém, em nosso entendimento, numa política que é para tratar sobre os corpos de bombeiros e as polícias militares não poderia estar entrando a questão dos bombeiros voluntários, até porque isso, como todos nós sabemos, tramitou 21 anos dentro do Congresso e acabou sofrendo essa alteração, recebendo o que é chamado de jabuti aí no jargão político, aos 45 do segundo tempo.

Na prática, estamos nos referindo ao inciso XIII do art. 6º e aos §§2º e 3º do art. 35, acrescentados no último mês de dezembro – na verdade, entre novembro e dezembro de 2022, pouco antes de ir a votação no Plenário.

O primeiro dispositivo determina que as unidades voluntárias construídas e mantidas e abraçadas pelas comunidades sejam submetidas ao controle direto dos corpos de bombeiros militares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois da fala do nosso amigo Fabricio, que traz uma experiência lá de Minas Gerais, nós poderemos ver na prática o que vai acabar acontecendo para nossos corpos de bombeiros voluntários.

Eu sou do Rio Grande do Sul, sou Presidente também da Voluntersul, que é a associação que congrega os corpos de bombeiros em nível de estado. Lá também nós temos – vou usar bem o dialeto gaúcho –, uma peleia, já há 47 anos: tentamos uma regulamentação, tentamos buscar um consenso jurídico junto ao corpo de bombeiros militar, junto ao estado, e nunca foi possível, até o ano de 2021, quando foi constituída, foi construída uma legislação, que é a primeira lei nacional que fala em bombeiros voluntários, que regulamenta as atividades dos bombeiros voluntários para, de uma vez por todas, trazer segurança jurídica para todas as nossas corporações e Prefeitos.

Eu acho que é importante nós falarmos que, no Brasil, mais de 80% das cidades brasileiras não possuem atendimento de emergência, não possuem uma estação fixa, um quartel do corpo de bombeiros, para ser mais específico. Então, nós precisamos corrigir isso. Não podemos, em pleno século XXI, pensar um município que não tenha o seu serviço de emergência local, pois sabemos, e esta sala está repleta de profissionais que atendem emergência, que tempo-resposta é primordial no caso de uma situação de emergência. Então, nós precisamos...

Se o Estado, infelizmente – e quando eu falo em Estado, falo em nível federal, falo em nível estadual e falo em nível municipal –, não consegue chegar a todos os municípios, ele deve permitir que as comunidades tenham uma alternativa. E a alternativa viável, eficaz e com ótimo custo-benefício, com uma tradição secular já de mais de 130 anos no Brasil, são os bombeiros voluntários, que possuem formação adequada para isso – todos os bombeiros voluntários não trabalham sem formação. Na maioria dos estados, e vou trazer como referência o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que são os mais antigos, possuem convênios com universidades, com escola técnicas, instrutores capacitados para estar formando esses bombeiros voluntários para atender, para dar um atendimento de qualidade para nossas comunidades.

Existe uma fiscalização por parte dos municípios, a Lei 13.019, de 2014, que é uma lei federal, que disciplina esses termos de fomento. Nenhum corpo de bombeiros voluntários pode atuar sem a anuência do município. Então, o município é o fiscalizador, o Ministério Público é o fiscalizador, as comunidades são fiscalizadoras dos serviços executados pelos bombeiros voluntários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou tentar ser um pouquinho rápido, porque são só dez minutos, mas a gente tem muito material.

Eu gostaria de, se possível, mostrar um vídeo, a gente tem um vídeo rapidinho de dois minutos ali, até para a gente trazer um pouquinho o panorama do bombeiro voluntário no Rio Grande do Sul, o qual eu represento também. Quando se fala em bombeiro voluntário, quem não conhece pensa numa estrutura pequena, às vezes, com um carrinho lá, um quartel no fundo do quintal. Não! Os bombeiros voluntários possuem ótimas estruturas de trabalho e praticamente sem apoio governamental, só com o apoio das comunidades.

Temos a plena certeza de que hoje nós estamos dando um passo para mudar esse cenário no Brasil, para mudar esse cenário de emergência no Brasil, porque, com certeza, se houver um apoio federal para os corpos de bombeiros voluntários, esses números que eu falei, e estou falando com base numa revista, a *Revista Emergência*, uma das revistas mais conceituadas do Brasil, um panorama trazido, nós vamos conseguir mudar, sim, mais de 80% dos municípios que não possuem serviço de emergência. E também, com uma política nacional, vamos conseguir qualificar ainda mais nossos colegas bombeiros militares também, que executam um serviço que, não preciso nem falar, é de excelência.

O vídeo é bem rápido.

Nós possuímos hoje, no Rio Grande do Sul, 46 corpos de bombeiros voluntários filiados à Voluntersul e mais alguns independentes, chegando a mais de 50 municípios. A gente trouxe só um panorama de alguns municípios – municípios mais antigos nossos.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ANDERSON JOCIEL DA ROSA – São Sebastião do Caí, que aparece no vídeo, é uma cidade com apenas 26 mil habitantes.

Marau, que é a cidade que aparece agora, possui 37 mil habitantes.

Uma das principais características do bombeiro voluntário também é sua capacidade de se adaptar à necessidade dos municípios. Posso citar como exemplo nossa corporação mãe, Joinville – depois, o nosso Presidente Ivan irá falar também sobre o trabalho realizado –, uma das maiores cidades do país. E também nós temos o exemplo, lá do Rio Grande do Sul, de São Vendelino, com apenas 2 mil habitantes, que possui o seu corpo de bombeiros voluntários também. Então, o bombeiro voluntário consegue ter essa peculiaridade de se adaptar à realidade de cada município,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atendendo desde o combate a incêndio, a parte de atendimento pré-hospitalar e tudo mais que for necessário para o bem-estar da sua comunidade, e o principal: com o envolvimento da comunidade. Muitas vezes, as pessoas nos questionam qual é a diferença do bombeiro voluntário. O bombeiro voluntário é a comunidade atuando para a comunidade.

Senadores e demais públicos, colegas bombeiros e quem nos acompanha também no formato virtual, acho que uma questão muito importante também aqui, se nós analisarmos esses dois pontos que nós citamos, além da tentativa do controle das unidades voluntárias pelo Estado, através dos corpos de bombeiros militares, nós temos também a questão da proibição de uso de cores, proibição de uso de palavras de domínio público, como a palavra "bombeiro". Ou seja, a lei fala que somente o bombeiro militar poderá se chamar de bombeiro. O mundo todo utiliza a nomenclatura bombeiro para definir bombeiro como qualquer um que atue na atividade de "bomberio". Aqui, no Brasil, a gente está tentando militarizar essa questão. O mundo todo segue o modelo de bombeiros voluntários. Aqui, no Brasil, muitas vezes parece que a gente está tentando inventar a roda, tentando desmerecer um trabalho que é executado da comunidade para a comunidade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDERSON JOCIEL DA ROSA – O trabalho que os bombeiros militares fazem é de suma importância, mas o trabalho que os bombeiros voluntários fazem também, suprindo essa lacuna deixada, não é de menos importância. Então, se, infelizmente – volto a ressaltar isso –, o Estado não consegue chegar a todos os municípios, nós temos que permitir, de uma forma ou outra, que os municípios se organizem e supram essa lacuna.

A emergência não escolhe quando vai acontecer e não escolhe onde vai acontecer. Ela não escolhe um município que tem boa estrutura ou um município que tem menos estrutura; ela simplesmente vai acontecer. E cabe a nós estarmos organizados para atender isso. E, se nós notarmos, no Brasil, cada vez mais aumentam as emergências climáticas, as emergências de um modo geral. Então, nós precisamos suprir essa lacuna.

Nós não estamos aqui dizendo que o bombeiro voluntário vai tirar o lugar do bombeiro militar. Muito pelo contrário, nós somos suplementares. Nós vamos estar onde o Estado não está, principalmente em cidades de menor número de habitantes, onde o Estado muitas vezes tem um custo muito alto para manter uma estrutura militar lá. Então, o bombeiro voluntário, com o apoio da sua comunidade, com o apoio das suas prefeituras, estará executando esse serviço que tão importante é.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho um pequeno relatório. Só para encerrar aqui, rapidamente, a gente trouxe um panorama dos bombeiros voluntários em nível nacional. Como eu falei, a maior tradição é em Santa Catarina, que é nosso berço, com mais de 130 anos; depois, Rio Grande do Sul, com quase meio século também, mas nós já possuímos ramificações de bombeiros voluntários em outros estados da nossa Federação.

Por favor, pode passar.

Em Santa Catarina, são 1,6 milhão de habitantes atendidos, são 31 corporações, são 4.051 bombeiros voluntários, são 344 veículos de emergência, 52 municípios atendidos e, só no ano de 2022, foram quase 90 mil atendimentos prestados. Pensem bem: se os bombeiros voluntários de Santa Catarina não estivessem lá, quem iria fazer esses 90 mil atendimentos? Quantas vidas poderiam ter sido ceifadas? Quantos patrimônios teriam sido perdidos? Pois a gente sabe que, infelizmente, o Estado não conseguiria chegar a esses outros 31 municípios.

Por favor.

No Rio Grande do Sul, nós atendemos 1,06 milhão de habitantes, possuímos cerca de 1,5 mil bombeiros voluntários...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDERSON JOCIEL DA ROSA – ... 283 veículos de emergência, são 85 municípios atendidos, com 46 corporações. Foram quase 37 mil atendimentos realizados no ano passado. Faço a pergunta de novo: quem iria fazer esses 37 mil atendimentos se não fossem os bombeiros voluntários?

Por favor.

Pela Volunterminas, em Minas Gerais, são atendidos 284 mil habitantes de forma direta. São 14 municípios que possuem estação e prestam apoio em mais 32... Viu, Sr. Presidente, Presidente Fabricio? Total de 32 municípios atendidos. São 53 veículos de emergência, são 441 bombeiros voluntários e, no ano de 2022, foram mais de 10 mil atendimentos prestados.

Por favor.

Em São Paulo, que recentemente se filiou à confederação nacional, o trabalho está na fase embrionária...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDERSON JOCIEL DA ROSA – ... mas já possui 13 corporações, atende mais de 300 mil habitantes. Só no ano de 2022, foram quase 4,5 mil atendimentos prestados.

E o último, por favor, e não menos importante: nosso Espírito Santo, que, por enquanto, possui uma corporação só, atende cerca de 178 mil habitantes através de convênios com as cidades, possui 45 bombeiros voluntários e, no ano de 2022, realizou 396 atendimentos.

Além desses estados que eu citei, ainda, nós temos relatos de ramificações de bombeiros voluntários na Bahia, Pernambuco, Ceará, Amapá e Amazonas, claro que muitos deles em formato embrionário, estão iniciando suas atividades agora. E nós temos certeza de que, com o apoio federal, com o incentivo federal... Já tramita na Casa o PL 1.355, de autoria da Senadora Ivete também, uma lei que vai regulamentar as atividades dos bombeiros voluntários.

Como eu falei, eu acredito que o objetivo de todos nós aqui – Senadores, bombeiros voluntários, bombeiros militares e todos que estão aqui e nos acompanham também – é darmos atendimento digno e de qualidade para quem necessitar.

A emergência não escolhe quando vai acontecer, e quem está necessitando de atendimento não escolhe, não interessa para ela se é bombeiro militar, bombeiro voluntário, a cor do uniforme, qualquer outra coisa, ou denominação de nomes e tudo mais; ela quer ser bem atendida. Eu acho que esse é o nosso papel como comunidade, como Congresso, como Senado e como país como um todo. Não podem países vizinhos a nós terem cobertura de 100% de bombeiros, e aqui no Brasil a gente não chegar nem a 20% de cobertura.

Então, muito obrigado, Senadora.

Muito obrigado aos demais Senadores e ao público que nos acompanha.

A SRA. PRESIDENTE (Ivete da Silveira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – Dirijo a palavra agora ao Senador Esperidião Amin, de Santa Catarina.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sra. Presidente, querida coestaduana e companheira – somos coautores, com a senhora liderando, da realização desta reunião.

Quero saudar toda a representação da Câmara dos Deputados, da nossa querida Minas Gerais, do nosso Rio Grande do Sul, na pessoa do Senador Mourão, e de todos os outros que eu não consigo identificar, mas que certamente representam o interesse no projeto de lei e na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão específica que motivou a presença aqui dos senhores, do Sr. Miguel, do Sr. Anderson, que nós ouvimos, do Sr. Ivan e do Sr. Fabricio.

Eu gostaria de complementar a sua exposição, muito interessante – não sei se temos condição de fazê-lo já –, com alguns eslaides complementares ao que você falou.

A nossa assessoria fez uma viagem pelo mundo. Então, eu queria, se for possível, que a primeira apresentação fosse da nota informativa, que aqui no meu índice é 10, sobre a legislação dos bombeiros voluntários em vários países no mundo. (*Pausa.*)

Então, como não temos ali no visual, eu vou recorrer... (*Pausa.*)

Então, tem uma ilustração. A nota informativa que está à disposição de todos é a Nota Informativa nº 3.911, de autoria do Consultor do Senado João Paulo Batista Botelho, a quem eu quero publicamente agradecer. Então, em resumo...

Pode voltar àquele outro eslaide? O seguinte.

Então, vamos lá.

Como exemplo, no Chile, todos os serviços de bombeiros, bombeiros como bem dito... Bombeiro é uma profissão. Acho que há um equívoco dramático no projeto de lei que está aqui, que nós impugnamos já em dezembro, antes mesmo de pedirmos, que é a proibição do uso da palavra bombeiros. Eu já disse várias vezes e não consigo dizer ainda na frente do meu amigo, Capitão Augusto. Se foi ele o Relator, alguém o enganou, porque não é possível proibir um vernáculo ou se adonar dele com exclusividade. Isso é um equívoco. Então, veja bem, no Chile, 100% das atividades de bombeiros – 100% dessas atividades –, a totalidade delas, portanto, é executada por bombeiros civis, voluntários.

E eu queria só lembrar cenas dramáticas, em que naturalmente não ficaram só os bombeiros voluntários, dos mineiros. Lembram o episódio que se assemelha até ao de Santa Catarina? Nós tivemos isso. No dia 10 de setembro de 1984, numa mina de subsolo em Santa Catarina, em que morreram 31 mineiros, com explosão de metano, a 100m de profundidade. E o Chile teve isso também com mina de carvão.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Chile, 100%; Alemanha, 90%; Estados Unidos, 70%; Argentina, 80%; França, 80%; Japão, 82%; e Portugal, está meio tapado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ali, mais de 90%. Então, isso não é uma invenção de Joinville, nem de Santa Catarina, e muito menos do Brasil.

Tudo indica que quem trouxe para a América foi Benjamin Franklin, um dos pais da democracia americana. Então, eu acho que não há motivo para nós entendermos que A é inimigo de B. E eu quero dizer aqui, publicamente, que o texto do projeto de lei cria esta impressão: A é inimigo de B, por isso eu tenho que eliminar o B, e vice-versa. Não há necessidade disso.

Se o bombeiro foi criado por D. João, se o Napoleão criou o bombeiro militar porque pegou fogo na Embaixada da Áustria em Paris, é isso que diz a história, não importa qual é a organização deles. Eu acho que eles vêm se somar. Em vez de suplementar, como você usou a expressão, são complementares, não são suplementares. E onde houver os dois, eles têm que agir em parceria, como é o caso de Joinville, onde existem as duas organizações. O Estado deve continuar a ter o esforço para ter mais organizações. No Brasil, quem começou o bombeiro público foi D. João.

Mas qual foi o ritmo de crescimento? Qual é o porcentual de municípios do Brasil que são atendidos por bombeiros militares? Não chega a 20%. Então, nós não podemos dispensar a organização que a sociedade nos oferece.

Portanto, eu gostaria, em primeiro lugar, de ficar claro... Eu fui Governador duas vezes. Prestigiei, como todos os Governadores fizeram. Prestigiamos os bombeiros militares da melhor maneira possível, mas nem por isso deixamos de ter o cuidado de dar modestas contribuições para a existência do bombeiro voluntário.

E a finalidade maior desta reunião já foi cumprida, é mostrar que nós temos, entre tantas organizações, o bombeiro militar de Joinville, que no ano passado completou 130 anos, enquanto que o bombeiro militar de Santa Catarina tem uma idade menor. Isso não diminui um nem amplia o outro. Isso apenas mostra que o sensato é tratarmos como atividades complementares.

Eu gostaria de dizer que uma boa interpretação disso está na proposta de emenda à Constituição e em muitas outras iniciativas, mas eu quero mencionar a de autoria da Deputada Angela Amin, apresentada em 2019, que é a Proposta de Emenda à Constituição nº 218, que diz:

> Os municípios poderão constituir [no caso, aqui está designado como] corpos [ou organização que o valha] de bombeiros municipais através de convênio com bombeiros voluntários destinados a executar atividades de defesa civil [...] [e outras].

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> [...] Entende-se como Bombeiros Voluntários a sociedade civil, privada, sem fins lucrativos, constituída para a atividade de bombeiros [o que é uma atividade instituída pela legislação do trabalho internacional].

Então, eu gostaria de cumprimentar, mais uma vez, os Senadores que aqui estão – agora com a presença meteórica do Senador Girão, que, naturalmente foi cumprir outras tarefas; meteórica, mas não incandescente; se fosse ígnea, os bombeiros o tratariam –, cumprimentar os nossos Parlamentares aqui presentes e dizer da extrema importância da realização desta audiência pública e, subsequente a ela, da deliberação que a Comissão deverá ter.

A minha posição, eu repito, é a mesma que cumpri como Governador do estado. Recebi a machadinha que homenageia, que é uma das manifestações de homenagem, em 1983. Portanto, está quase com 40 anos de existência, está lá pendurada na minha casa; felizmente não foi usada. E, nem por isso, deixei de dar ao bombeiro militar, assim como à polícia militar, o tratamento devido, que é o objeto da lei, do Projeto de Lei 3.045, que nos reúne aqui.

Eu gostaria de concluir dizendo: não se trata de travar uma batalha entre A e B.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Nós estamos perdendo a guerra, inclusive a guerra da segurança, a guerra da defesa civil. Por quê? Porque os fenômenos climáticos e a urbanização têm contribuído para aumentar o risco. Por isso, tudo que nós pudermos, com sensatez, criar para minimizar o risco e dar mais segurança, ou menos insegurança, para a nossa população tem que ser visto com bons olhos, e não com olhos de antipatia ou de posição contrária, nos colocarmos como antípodas. Nós não somos contra nenhuma dessas organizações e as respeitamos.

E, quanto ao projeto de lei, eu acho que das emendas falarei depois. Tenho várias emendas para falar, para apresentar, algumas de natureza constitucional inclusive, mas não vou tratar desse assunto.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Senadora Ivete, eu lhe agradeço pela parceria, o prazer de estarmos, de sermos parceiros nesta luta.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Ivete da Silveira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – Obrigada, Senador Esperidião Amin.

Passo a palavra ao Sr. Ivan Frederico Hudler, Diretor Presidente da Associação dos Bombeiros Voluntários de Santa Catarina.

O SR. IVAN FREDERICO HUDLER (Para expor.) – Muito bom dia a todos.

Parabenizo aqui a nossa Presidente da Comissão, Senadora Ivete, todos os Parlamentares presentes e também os representantes dos bombeiros voluntários, bombeiros militares e polícia militar aqui presentes e todos os que nos acompanham.

Ouvindo a fala do... Eu tenho dez minutos – quero cumprir rigorosamente o meu tempo –, mas agradeço pelas palavras do Presidente Anderson, do Senador Amin, muito colaborativo com a causa do voluntário. Historicamente tem tido uma atuação muito importante, tem gerado benefício enorme ao nosso município, ao estado e ao país.

E, complementando, quero fazer uma contextualização histórica, porém informar que o modelo voluntário absolutamente tem relação com amadorismo; o modelo voluntário tem um profissionalismo grande... é muito expoente o profissionalismo do bombeiro voluntário. E somos realmente complementares, Senador, e não há nenhuma questão de concorrência entre A e B aqui, porque a vítima não... Eu diria, há fatalidade para todos. E nós temos que atender o nosso país, nós temos que atender o nosso cidadão ao máximo de alcance possível. Esse é o nosso objetivo. E queremos ser colaboradores com o município, com o estado e com o país. Não somos absolutamente concorrentes.

Pode pular uma tela?

A ABvesc foi fundada em 9 de abril de 1994, ou seja, há 29 anos, proposição do então Presidente – da época – do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville, o ex-Senador José Henrique Carneiro de Loyola. E surgiu, na época, a necessidade de congregar os bombeiros voluntários, padronizar as ações administrativas operacionais, bem como fomentar o modelo no estado e no país. Somos filiados à Confederação Nacional.

Pode mudar a tela?

Mais uma, por gentileza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ABvesc soma 4.829 integrantes, distribuídos em 32 corporações filiadas, como já citado nas estatísticas, entre bombeiros voluntários, em diferentes atividades dentro das corporações, bombeiros mirins – diga-se de passagem, só em Joinville, nós temos praticamente 400 meninos e meninas que são formados, com transferência de valores, ganham seu uniforme, ganham sua alimentação e recebem treinamento bombeiril; e também serve como um resgate da população mais vulnerável, é um trabalho social de extrema importância –, tem a banda e diversos colaboradores.

Nós atuamos em 52 municípios, prestando socorro a 1,64 milhão de pessoas em Santa Catarina.

Mais uma tela.

Temos aqui alguns indicadores: 344 veículos de emergência, 4.829 pessoas envolvidas, 15.023 horas de capacitação e treinamento para bombeiros e comunidade promovidos por pelas 32 filiadas e 1.202.364 horas de serviço.

Por gentileza.

Nós temos... Como eu falo do profissionalismo, isso aqui é apenas para citar rapidamente, nós temos, em tempo real, tudo que acontece com os bombeiros voluntários no Estado de Santa Catarina. De cinco em cinco minutos, dá o *reflash* no sistema e ele apresenta todos os indicadores que estão acontecendo nos 52 municípios, com 1,6 milhão de cidadãos catarinenses atendidos. Temos, em tempo real, tudo que acontece no Estado de Santa Catarina em termos de atuação dos bombeiros voluntários.

Por gentileza.

A nossa filiada em Joinville, uma das maiores e melhores, é a mais antiga unidade de bombeiros voluntários do país. Até, diga-se de passagem, está aqui o nosso Prefeito Adriano Silva, o Prefeito de Joinville, uma das maiores cidades do Sul do país, com 616 mil habitantes, com um índice de aprovação da comunidade excepcional, eu acho que atinge seus 90%. Muito obrigado, Prefeito, pela sua presença. E também trouxe aqui o Arnoldo, que é o Diretor do Hospital São José, um dos maiores hospitais na área de trauma. Ambos são voluntários e prestam serviços gratuitos, do seu tempo, para a causa dos bombeiros voluntários. A corporação de Joinville tem 130 anos, foi fundada em 13 de julho de 1892, portanto, está há dois dias de completar 131 anos; tem 1,7 mil integrantes – senhoras e senhores, nós temos 1,7 mil integrantes só na corporação de Joinville – e não há registro de um dia sequer de interrupção das atividades. Portanto, são 132 anos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atendimento à população, 24 horas por dia, 365 dias por ano. Nem na época da intervenção militar, nessa época, houve interrupção da atividade.

Por favor, mais uma tela. Isso.

Nós temos ali o museu, abrigamos o Museu Nacional dos Bombeiros Voluntários. Seria uma honra recebê-los para uma visita.

Mais uma tela.

Então, a estrutura operacional das regionais: são 32 corporações. Aqui, resumidamente, temos a regional de Caçador e a regional de Concórdia.

Por favor, próxima.

Regional de Ibirama, regional de Indaial, Jaraguá do Sul e Joinville.

Mais uma tela.

Eu concluo com a percepção de Nizan Guanaes. Provavelmente os senhores já ouviram falar do Nizan Guanaes, um baiano publicitário eleito um dos cinco brasileiros mais influentes do mundo pelo *Financial Times*, homem da África, dono do maior grupo publicitário do país. Figura entre as cem pessoas mais criativas do mundo e foi considerado o homem do ano na categoria "liderança". Ele visitou o bombeiro voluntário e escreveu, resumidamente, que encontrou em Joinville, cidade com mais de 600 mil habitantes e um dos maiores IDH brasileiros, um orgulho da cidade, que são os bombeiros voluntários. A comunidade é grande parceira. O número de corpos e bombeiros oficiais no Brasil é muito pequeno.

Como já citado, mais de 80% dos municípios não contam com qualquer tipo de serviço de bombeiros. O voluntariado e o terceiro setor são caminhos necessários para resolver nossas carências; essa, inclusive, de forma rápida, eficiente e a baixo custo. Não faz sentido o Estado combater essa iniciativa tão colaborativa, tão eficiente, boa para todos.

O Estado se move devagar. A sociedade civil tem pressa; todos querem ser atendidos. Temos, portanto, a oportunidade aqui de valorizar ou, pelo menos, não criar obstáculos a uma iniciativa que tanto ajuda o cidadão e o Estado.

Então, para finalizar – estou dentro do meu tempo –, gostaria de apresentar um vídeo por favor. Nós escolhemos a corporação de Joinville; então, é a mais antiga e, por isso, tem um videozinho e pode representar todas as outras corporações de voluntariado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por gentileza, o vídeo. Se tiver volume... Vê se tem um volume um pouquinho maior.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IVAN FREDERICO HUDLER – Por gentileza, o vídeo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. IVAN FREDERICO HUDLER – Senhores, eu concluo com isso.

Aquele senhor que apareceu ali, o mais idoso, tem 64 anos de trabalhos voluntários. Não de vida, mas 64 anos de trabalho voluntário. Queremos colocá-lo no *Guinness Book*, inclusive.

Finalizo aqui. Muito obrigado por tudo, pela compreensão...

Então, combater, inviabilizar esse modelo, tornar complexa essa existência não fazem qualquer sentido.

Precisamos dos Srs. Parlamentares. Temos hoje a oportunidade de realizar um ato a favor da vida e do bom senso.

Muito obrigado. (*Pausa.*)

Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Ivete da Silveira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – Passo a palavra ao Sr. Fabricio de Oliveira Coelho, Presidente da Associação de Bombeiros Voluntários e Equipes de Resgate de Minas Gerais.

O SR. FABRICIO DE OLIVEIRA COELHO (Para expor.) – Pois bem, senhores, senhoras, aqui presentes, Sra. Senadora Ivete, a qual quero cumprimentar e agradecer pela oportunidade de a gente poder debater esse tão importante projeto aqui nesta Casa e já agradecer aos demais Senadores, em especial – que não se faz presente aqui – o Senador Carlos Viana, que prontamente atendeu ao nosso pedido no mês de dezembro do ano de 2022.

Bom, a Volunterminas é uma associação que foi criada no ano de 2016, cujo objetivo foi congregar, ajudar, organizar instituições voluntárias do Estado de Minas Gerais, com intenção já desde 2013.

Nós conseguimos, nesse tempo, agregar 14 instituições voluntárias no estado. Essas 14 instituições voluntárias, já apresentadas pelo Presidente Anderson, já prestaram um trabalho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

digno à sociedade há alguns anos. Digo, de passagem, que, dentre elas, temos instituições que têm 26 anos de serviço prestado à comunidade. É a nossa história em Minas Gerais.

Atendemos a 32 municípios. Dentro desses 32 municípios, nós temos uma cobertura de aproximadamente 22 municípios onde não se fazem presentes nem o Corpo de Bombeiros nem o Samu, no Estado de Minas Gerais.

A distância aproximadamente da corporação do estado mais próximo chega a 100km, 200km de distância. Tempo de resposta, um dia; tempo de resposta, oito horas; tempo de resposta... A gente sabe que fica para trás. E, para tanto, existem os voluntários fazendo o trabalho, principalmente nas rodovias federais do estado, e fazem um trabalho muito importante onde não tem o serviço do estado.

Foram mais de 10 mil atendimentos prestados durante o ano de 2022.

O que eu quero apresentar e trazer aqui é um breve histórico de Minas Gerais, que é o reflexo desta PL. E, lamentavelmente, os senhores vão ouvir aqui, eu tenho isso registrado, como apresentar documentação pertinente a isto, inclusive tem situações até registradas no sistema, do estado, de segurança pública.

Em Minas Gerais, no ano de 2018, criou-se uma Lei estadual, a 22.839, de 2018, publicada dia 5 de janeiro, oriunda de um PL do ano de 2017, 2016, em que tentamos conversar sobre isso em Minas Gerais com o Corpo de Bombeiros do estado. Não teve diálogo plausível, ou seja, o diálogo só teve um lado, não teve dois lados.

E o reflexo desse PL 3.045, que nós estamos debatendo e discutindo, especialmente o art. 6º, inciso III, o art. 2º, bem como o §2º desse artigo também e o art. 36 do PL 3.045, é que nós temos a mesma realidade hoje do Estado de Minas Gerais dentro da Lei 22.839. No ano de 2019, nós tentamos ter um diálogo junto com o Corpo de Bombeiros, em que nós até mesmo saímos dali com um termo de compromisso firmado sobre essa situação, em que não haveria certas situações sobre os voluntários. Lamentavelmente, no mesmo ano, de 2019 para 2020, algumas das nossas instituições foram penalizadas pelo Corpo de Bombeiros em uma multa equivalente a R$4.770,30, dinheiro que foi para o Corpo de Bombeiros. Se os senhores observarem a sanção aplicada, lá fala em descumprimento da Portaria 56, artigo tal, pá-rá-rá, pá-rá-rá, pá-rá-rá... Tudo lá. Foram três instituições voluntárias, porque não conseguiram cumprir o que prevê o artigo. O que teriam que cumprir? Trocar o uniforme, só porque era vermelho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fui autuado pelo Corpo de Bombeiros, tenho Reds no meu nome, porque eu estava usando uma camisa vermelha que não era do Corpo de Bombeiros, que era da nossa instituição, que era vermelha, só porque era da cor vermelha e estava escrito "bombeiro" nas costas. Então, eu fui atuado, tenho Reds no meu nome no sistema do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais. Tentamos, fizemos, apresentamos... Até o nosso jurídico, o advogado que trabalha comigo... Fizemos recursos, recursos e mais recursos, e simplesmente a resposta: "O senhor está advertido. Da próxima vez, o senhor será multado". Isso é muito triste!

Assim foi com as nossas instituições voluntárias. Hoje, nós estamos em outra realidade, mas tiveram que jogar dezenas de uniformes fora, doados pela comunidade; tiveram que pintar os veículos de novo, só porque tinham cor vermelha e, segundo a porcentagem, ultrapassavam o limite, a portaria do Corpo de Bombeiros dizia que era excessiva; tiveram que trocar toda a estrutura, placa da instituição, nome da instituição; tiveram que refazer o estatuto – e quem conhece instituição sabe que para registrar estatuto hoje tem custo, e muito alto, nós tivemos que refazer todos os estatutos da instituição. E essas instituições foram multadas nessa situação.

Esse é o reflexo que vem para o Brasil. E é essa conscientização que eu quero trazer aqui para os Srs. Senadores, para os nossos Parlamentares aqui presentes.

Enfim, nós não queremos usurpar espaço. Minas Gerais tem 853 municípios, o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – está no *site* do Corpo de Bombeiros – está presente em 89. Então, nós temos 764 municípios, podemos dizer precisamente, onde não há corporação do estado presente.

E esse negócio de que "nós atendemos por distância"... Teve um caso na minha cidade no sábado, agora, onde foi instalado recentemente um pelotão do Corpo de Bombeiros, que privou o serviço dos voluntários, porque nós fomos notificados também. Eu estive nesse incêndio, eu estava passando na hora, uma oficina estava pegando fogo, tinha um princípio de incêndio, com dois carros queimados. Eu liguei no número 193, caiu em outro município a 130km, pediram para ligar em um número fixo, que é o número do pelotão da minha cidade. Eu liguei pedindo uma viatura, falaram que não poderiam ir, porque estavam empenhados em outra ocorrência e não tinham efetivo. Essa é a realidade que nós temos para o Brasil hoje.

A *Revista Emergência* apresentou um histórico real, um histórico de que, se os senhores saírem deste Parlamento e visitarem os municípios brasileiros, os senhores vão conhecer a realidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante disso, eu gostaria de sensibilizar esta Casa, os nossos Parlamentares, a Senadora que, de bom grado, tem abraçado essa causa, o Senador Esperidião Amin e os demais Senadores presentes para que nós possamos rever esses conceitos. Se nós já temos pautado, inclusive em lei federal, a 11.901, de 2009, que trata da profissão de bombeiro... Trata da profissão de bombeiro, é uma lei federal. Está lá: bombeiro civil. Vai ter que refazer a lei? Vai ter que alterá-la? A lei foi publicada em 2009.

Nós temos também as ABNTs, normas da ABNT: a 14.208 trata do bombeiro; a 16.877 trata da qualificação de bombeiros e fala em bombeiro civil, bombeiro voluntário. É a maior norma de orientação.

Então, eu gostaria que esta Casa, quando fosse elaborar projetos de lei tratando de bombeiros, observasse as normativas já existentes no país, verificasse o que as normativas dizem, porque lá tem conceitos que devem ser observados. Não vamos mudar uma realidade tão importante para o Brasil ao contrário do mundo, ao contrário do que já vem sendo estudado há anos para que nossas comunidades sejam mais bem assistidas.

Diante disso, eu quero agradecer a oportunidade de estar aqui, trazendo essa realidade de Minas Gerais, porque eu tenho certeza de que aqueles que vão falar após a minha fala principalmente, principalmente representando o Estado de Minas Gerais, terão outra apresentação concernente a isso. Mas quem quer conhecer de perto eu convido para conhecer para conhecer as nossas instituições voluntárias, instituições que têm anos de história. Verifique no nosso histórico se tem alguma ocorrência que foi em desfavor da sociedade. Pelo contrário, nós estivemos lá no tempo em que a sociedade pediu, em que a comunidade pediu solicitou e fizemos um bom trabalho complementando o trabalho do Estado.

Eu não vejo isso como atividade auxiliar, aquela que muda o nome. Sabem como são chamados os nossos voluntários hoje em Minas Gerais? Evap (equipe voluntária de atendimento pré-hospitalar). E, se colocar "bombeiro voluntário" na camisa, é multado – é multado! –, é advertido pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais.

Eu falo isso não desrespeitando os colegas que estão aqui presentes, mas eu acho que isso é um ego muito grande, que ultrapassa os anseios da comunidade. Quando se pede um serviço, ela não está procurando saber se é um bombeiro militar, se é um bombeiro voluntário ou se é um civil que está ali chegando para atender.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABRICIO DE OLIVEIRA COELHO – Ela quer o atendimento, como já foi dito aqui, e o atendimento de qualidade. E nós temos buscado isso como referência nas nossas corporações mais antigas do país, ABvesc e Voluntersul, que têm nos dado apoio, não para que a gente possa inventar a roda, mas criar um modelo que funcione. E prova disso é que é real e faz a diferença na nação e na comunidade onde existe.

Muito obrigado. Agradeço a oportunidade de estar aqui e peço aos senhores mais uma vez que repensem esses artigos que nós citamos aqui, porque eu acho que isso será para o ganho da comunidade brasileira.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ivete da Silveira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – Passo a palavra ao Sr. Miguel Potin, Diretor Presidente dos Bombeiros Voluntários de Santa Maria de Jetibá, Espírito Santo.

O SR. MIGUEL POTIN (Para expor.) – Muito bom dia, caros bombeiros, em especial à Senadora Ivete e também aos demais Senadores que aqui se fazem presentes.

Quero saudar o nosso amigo bombeiro voluntário de Joinville, Sr. Adriano. Parabéns pela causa! É referência para nós no Espírito Santo e para as demais corporações de bombeiros voluntários no Espírito Santo e no Brasil.

Nós no Espírito Santo, na nossa humilde iniciativa de criar uma sociedade civil de bombeiros voluntários, visamos a quê? Tempo resposta. O tempo resposta, para nós, que ficamos deslocados aproximadamente 95km da capital, Vitória – o que acontece? –, o tempo resposta para poder chegar uma unidade de socorro na extremidade do nosso município levava em torno de duas horas, duas horas e meia. Então, o que acontece? Dependendo do incidente, ou do acidente, ou de alguma outra necessidade que se fosse fazer necessária, o que acontece? A corporação levava esse tempo todo. Então, a gente foi buscar meios de poder sanar essas questões, esse *delay* de atendimento, porque muita gente perecia.

E nesse tempo o que acontece? Se a gente tomar como um exemplo, quanto tempo um atleta consegue ficar sem respirar? Se o atleta tiver treino, ele pode talvez superar uns três minutos, mas, numa situação de um incêndio ou de uma pessoa que esteja encarcerada e esteja com ferimentos, se esvaindo, o que acontece? Essa pessoa vai ter segundos – de repente, alguns segundos podem ser fatais – ou pode ter uma limitação e, aí, pode perder a sua vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que acontece? A Sociedade Civil de Bombeiros Voluntários foi constituída por mim e por 26 colegas no dia 26 de setembro de 2006, e a gente seguiu o exemplo dos nossos colegas aqui de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul. E o que acontece? Hoje a gente já conta com o quê? Prestígio e reconhecimento internacional. Dessa forma, a gente buscou capacitação, e nada que a gente fosse executar a gente fez fora da lei. O primeiro contato que a gente teve foi buscar o amparo legal. Então, a gente buscou, primeiro, a nossa corporação de bombeiro militar do Estado do Espírito Santo, que de pronto veio a nos fornecer bagagem e até treinamento, subsídio, para que a gente pudesse exercer a função de bombeiro. Então, naquele momento, a gente foi amparado de uma forma muito carinhosa, sabendo que a nossa cidade e as pessoas que ali se faziam estavam com seriedade e tendo exemplos. E esses exemplos vieram daqui, tanto da região de Santa Catarina quanto do Rio Grande. E o que acontece? Depois disso, a gente foi buscar fora também – foi buscar fora. A gente tem um intercâmbio junto com corporações da Alemanha, na Europa, e tem o reconhecimento para poder exercer a nossa função.

Dessa forma, a gente quer agradecer o empenho à nossa causa e dizer para vocês que Santa Maria de Jetibá parece pequena, mas produz muito. O Estado do Espírito Santo é pequeno na sua extensão territorial, mas a gente está fazendo a nossa diferença, a gente consegue fazer a diferença lá, porque aonde o militar não consegue chegar a gente chega. E, nessa parceria, nessa sincronia que a gente tem com o estado, o que acontece? A gente só tende a evoluir. Então, é uma questão só de a gente poder conseguir entender até onde a gente pode ou a gente não pode. E o que acontece? Qual é o objetivo? O objetivo é só ajudar a sociedade – só ajudar a sociedade.

Eu não vou me estender, porque eu acredito que tem várias pessoas aí que vão ter contribuições muito mais positivas, não é? E a gente se coloca à disposição sempre para poder atender a nossa população, em qualquer momento ou em qualquer lugar em que a gente esteja.

Um abraço! Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ivete da Silveira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – Muito obrigada aos colaboradores do corpo de bombeiros voluntários.

Peço para desfazer-se a mesa neste momento, para eu poder chamar o novo grupo que vem prestigiar esse momento. (*Pausa.*)

Neste momento, chamo para se dirigir à mesa o nosso Prefeito de Joinville, Adriano Silva, que já vem com a camisa do corpo de bombeiros, do qual ele faz parte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chamo também Mauro Oliveira Pires, Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); Renato Sérgio de Lima, Presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que vai participar remotamente – já está ali, já está a postos –; e Bráulio Flores, representante do Conselho Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil (Ligabom). (*Pausa.*)

Peço para fazer uso da palavra, por dez minutos, o Sr. Mauro Oliveira Pires.

O SR. MAURO OLIVEIRA PIRES (Para expor.) – Bom dia a todos.

Queria cumprimentar, Senadora, na pessoa da senhora, todos os demais Senadores aqui presentes; cumprimentar também os demais membros da mesa; cumprimentar todos que estão participando, em especial os voluntários, os corpos de bombeiros voluntários, que, de acordo com esses depoimentos feitos até o momento, mostram a importância do papel, do trabalho que eles realizam em prol da sociedade brasileira; e também cumprimentar os policiais militares, o corpo de bombeiros militar, que também, igualmente, faz um papel essencial.

Acredito que essa lei orgânica vai fortalecer o trabalho de vocês, acho que é importante, depois de uma tramitação de longo tempo – quase 20 anos, se não me engano – vir a este momento. Então acredito que isso é importante.

E gostaria de trazer um pouco do nosso ponto de vista, Senadora, sobre a proposta que está em discussão, apontando alguns tópicos que merecem a discussão dos Senadores porque, ao mesmo tempo em que parece vir fortalecer o trabalho da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, acaba trazendo alguns equívocos, na nossa opinião, e eu gostaria de apresentá-los.

Nós fizemos uma pequena exposição – um PowerPoint – que eu gostaria, se for possível, de colocá-la para que todos possam vê-la.

Eu estou falando pelo ICMBio, mas, na verdade, faço também um agradecimento especial à equipe do Ibama e queria fazer já um esclarecimento. Primeiro ponto, o ICMBio, assim como o Ibama, são duas autarquias vinculadas ao Governo Federal, vinculadas ao Ministério do Meio Ambiente, e, como vocês sabem, trabalham na área ambiental.

A nossa Constituição garante o nosso pacto federativo entre a esfera federal, a esfera dos estados, as 27 unidades da Federação, e também os municípios. A Constituição diz que cada uma dessas esferas tem sua autonomia. Tem temas que são concorrentes, entre eles, o tema de meio ambiente, no art. 225 da Constituição, explicita que o meio ambiente equilibrado é competência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do poder público, portanto das três esferas, como também da sociedade. Eu queria chamar atenção para isto: como também da sociedade.

A Constituição já diz, de cara, que a sociedade, portanto, o cidadão, por si só, tem obrigação de garantir o meio ambiente. Então, se nós fizermos alguma lei que restrinja o papel do cidadão, que restrinja o papel da sociedade, isso vai de encontro, vai contra aquilo que está colocado no texto constitucional. Esse é o primeiro ponto para o qual eu queria chamar a atenção.

O segundo, no que se refere à área ambiental, veja que tem uma foto mostrando como o trabalho... essa é uma equipe de fiscalização que está em campo, veja que a fiscalização ambiental é o instrumento da política ambiental, o instrumento de gestão ambiental, o que nos interessa, o trabalho dos órgãos ambientais, e aí falo não só pelos órgãos federais, mas também pelos estados e municípios, é garantir o meio ambiente equilibrado. Como é que se faz isso? Por meio da gestão ambiental.

A gestão ambiental é dividida em diversos aspectos. Um deles é a fiscalização, mas não é o único. Nós temos o licenciamento, nós temos as unidades de conservação, nós temos a educação ambiental, que são meios para garantir o meio ambiente equilibrado. Dentro da fiscalização, uma parte é, aí sim, o trabalho ostensivo, o trabalho em campo, que é feito pelos fiscais ambientais, em geral, com apoio da Polícia Militar, com apoio da Força Nacional, com apoio da Polícia Federal, que também tem um papel, e da Polícia Rodoviária Federal, que são órgãos importantes para a realização das atividades de fiscalização em campo. Mas a fiscalização de campo não se resume a essa atividade ostensiva.

Gostaria de chamar a atenção para um dos aspectos em que o projeto de lei – na nossa opinião – incorre num equívoco muito grande, na medida em que diz que esse tipo de atividade é privativa da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Acho que isso é um grande equívoco porque vai impedir, primeiro, que o cidadão possa, ele próprio, ser um fiscal do cumprimento da legislação ambiental; segundo, porque o pacto federativo diz que as três esferas têm competência, mas, no nível federal nós não temos Polícia Militar. Então, como é que vai ser? Como é que o Governo Federal vai trabalhar se essa atividade de fiscalização ostensiva é feita apenas, como diz o projeto de lei, pela Polícia Militar e pelo Corpo de Bombeiros? Por isso aí nós temos um problema grave. E, terceiro: e no mar? Como é que fica a região marítima? O Corpo de Bombeiros e o Polícia Militar também vão fazer a fiscalização no mar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então é outro tema que mostra que nós precisamos considerar a diferença das três esferas da administração e o papel de cada uma delas. É fundamental que esse trabalho seja feito de forma conjunta.

Na nossa opinião, o Sistema Nacional de Meio Ambiente, que é um sistema criado em 1981, durante o Governo do Presidente João Figueiredo, diz claramente que, no Sistema Nacional, nós temos a esfera federal, coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente; a esfera dos estados, que são os órgãos estaduais, em alguns estados tem a Secretaria de Meio Ambiente, em outros estados tem uma autarquia... tem a secretaria e uma autarquia para fazer a aplicação; e também tem a esfera dos municípios, nos municípios nós temos as guardas municipais, muitas delas também fazem um trabalho de patrulhamento muito importante na área ambiental.

E como é que fica se esse projeto de lei for aprovado dessa forma? Qual vai ser o papel das guardas municipais? Vai deixar de acontecer? Em muitos casos, nós fazemos um trabalho junto com a guarda municipal, porque ela tem um trabalho importante. É aquilo que já foi falado. Então, nós precisamos considerar – e aí eu queria reforçar esse ponto com vocês aqui –, acho que é fundamental a Lei Orgânica da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, acho que isso fortalece a sociedade brasileira, mas não significa que ela tenha que se expandir, que o trabalho da polícia deve ser como parte do Sisnama.

Queria até fazer uma analogia, Senadora, é a mesma coisa de a gente querer que um time de futebol que é muito bom também possa ser considerado um time de basquete, achando que ele vai ter o mesmo desempenho. Não é, a particularidade é diferente. A política ambiental, a gestão ambiental, exige uma particularidade, exige um conhecimento técnico, que não é aquele mesmo que o Policial Militar precisa ter. É a mesma coisa de a gente querer que o agente ambiental seja parte da segurança pública, seja parte de um órgão que faça parte do sistema de segurança pública. Também não vai funcionar porque são coisas diferentes.

Então, acho que o fundamental aqui desse processo é a gente garantir que essa matéria fortaleça o trabalho da Polícia Militar, mas que a gente também saiba que esses equívocos precisam ser corrigidos, porque, do contrário, a gente vai ter um elevado grau de judicialização, caso essa matéria seja aprovada, porque ela claramente tem alguns problemas inconstitucionais. Eu estou trazendo apenas um deles, que é o mais básico, que é afrontar o pacto federativo, mas também vai prejudicar a política ambiental e a segurança pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Imaginem: se a gente vai deslocar policial militar, o Corpo de Bombeiros para executar a política ambiental, para fazer a fiscalização ambiental, isso significa, na prática, que nós teremos menos policiais nas ruas, teremos menos policiais fazendo o seu papel, que, como foi dito aqui, é muito importante...

(*Soa a campainha.*)

Então, não sei se esse é o melhor desenho, se é entrando numa outra esfera, num outro sistema, que tem toda uma lógica, como eu disse, criado ainda em 1981, se isso vai beneficiar a sociedade e se, eventualmente, a gente não está duplicando esforços e diminuindo a eficiência.

Olhando assim, a princípio, pode-se até dizer: "Bom, é importante a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros fazerem parte do Sistema Nacional de Meio Ambiente", mas, quando a gente avalia na prática, a gente vê que isso é um equívoco. Por quê? Porque não vai agregar, não vai fortalecer o sistema ambiental. Ao contrário, vai enfraquecê-lo. Assim como também vai enfraquecer a segurança pública, que é algo que nós não estamos querendo, acho que toda a sociedade e as próprias corporações não querem esse enfraquecimento.

Então, Senadora, tentando concluir, eu gostaria de apenas reforçar a importância de que olhemos para os diferentes papéis. Eu acho que aqui tem papel para o Corpo de Bombeiros Voluntários, para o Corpo de Bombeiros Militar, para a Polícia Militar, acho que é fundamental, mas a gente tem que reconhecer também que cada um vai ser melhor, vai desempenhar a sua atribuição no seu campo de atuação. Não será ampliando esse campo de atuação para áreas de outras competências como a parte ambiental que isso vai fortalecer. Ao contrário, acho que trará mais confusão.

Eu queria trazer até um exemplo: na parte de fiscalização, digamos que o policial militar aplique uma multa. Quem é que vai julgar aquela multa? Quem é que vai processar aquela multa do ponto de vista ambiental? A polícia vai ter que montar uma estrutura. Ao montar essa estrutura, ela não está duplicando a estrutura que existe já na área de meio ambiente, seja do Governo Federal, seja dos estados, seja do município? Ou se ela vier a ser feita pelo órgão ambiental típico, será que aquela multa vai dar segurança jurídica na sua aplicação? Será que isso não vai prejudicar o trabalho, inclusive, do próprio autuado? Porque, como eu disse, não quer dizer que trazendo a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros para dentro do Sisnama que automaticamente a gente terá melhor aplicação da legislação ambiental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, eu queria agradecer, finalmente, e dizer que a gente está à disposição. Eu acho que é importante, Senadora – inclusive, eu gostaria até de deixar essa sugestão aqui –, que a Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal possa se debruçar com mais tempo sobre esse assunto. Quem sabe, saindo da Comissão, essa matéria possa ser discutida pelos Senadores que compõem o Colegiado para que essa temática ambiental seja mais aprofundada, e a gente possa melhorar o texto, trazer um texto mais fortalecido, retirando dele esses temas que nos parecem equivocados.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ivete da Silveira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – Passo a palavra ao Sr. Adriano Silva, bombeiro, Prefeito de Joinville – bombeiro voluntário.

O SR. ADRIANO SILVA (Para expor.) – Bom dia.

Bom dia, Senadora Ivete, que está presidindo a reunião. Muito obrigado por estar promovendo esse debate tão importante. Aos demais Parlamentares, bom dia; às autoridades aqui presentes, aos representantes dos bombeiros voluntários e representantes dos bombeiros militares muito bom dia.

Eu sou bombeiro voluntário, há 20 anos, e sou Prefeito da maior cidade de Santa Catarina, a terceira maior economia do Sul do Brasil. Uma cidade com mais de 604 mil habitantes; 614 mil habitantes, agora, pelo último censo.

Há 20 anos, assim como milhares de joinvilenses, eu fui chamado, pelo coração e pela alma, para ser bombeiro voluntário. Durante oito meses, fui todos os domingos à corporação, porque o curso era aos domingos, das 8h da manhã às 6h da tarde, incluindo o Dia dos Pais e o Dia das Mães. Lá eu estava fazendo o Curso de Bombeiro.

Depois de me formar Bombeiro Resgatista e em Combate a Incêndio, fiz um ano de estágio, para, então, ir para o sonhado Atendimento Pré-Hospitalar, para o qual fiz mais de 240 horas de formação, dentro do que o Ministério da Saúde declara como o caminho para ser um socorrista. São 20 anos de entrega. São 20 anos de história. São mais de mil atendimentos executados por mim.

Sou empresário, sou proprietário de uma indústria farmacêutica, e lá, dentro do Corpo de Bombeiros, eu conheci pessoas maravilhosas, pessoas que saem de suas casas, pessoas que vêm de bicicleta, muitas vezes, dar o seu plantão e, no dia seguinte, Senador Mourão, seguem para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seu trabalho em outra atividade. Fazem 12 horas, noite à dentro, dando o seu plantão, e no dia seguinte acordam, ou saem direto de alguma emergência, para ir para o seu trabalho.

Isso é, realmente, algo que deveria ser muito aplaudido e valorizado em todo o Brasil, quando nós estamos aqui implorando para sermos reconhecidos, implorando para podermos trabalhar, de fato, o cidadão que está numa situação de emergência, o cidadão que está lá na ponta, ele não quer saber se é um voluntário ou se é um militar que está o atendendo. Ele quer ser atendido. E, quando 80% das cidades brasileiras não têm qualquer corporação, não faz sentido algum estarmos aqui discutindo e não dividindo o queijo.

Nós temos é que somar esforços. Nós temos é que trabalhar em conjunto pelo bem do brasileiro. Nós temos, sim, que ampliar as atividades dos bombeiros militares nas cidades em que não existe qualquer corporação, e temos que dar condições legais e reconhecimento nacional aos bombeiros voluntários para também conseguirem ampliar as suas atividades em cidades onde não tem, e dar segurança jurídica naquelas cidades onde eles já existem.

Recentemente, questão de 20 dias atrás – e eu ainda, como Prefeito, não sei como resolver essa situação –, o STF decidiu que o bombeiro voluntário não poderia mais fazer a questão de vistoria no Estado de Santa Catarina e que isso deveria passar para o bombeiro militar, que passa a cobrar uma taxa anual por metro quadrado vistoriado, que só em Joinville estima-se em mais de R$20 milhões por ano, que serão tirados novamente do cidadão brasileiro, que já está cansado de pagar tanto imposto e tanta taxa,, quando o bombeiro voluntário executa esse trabalho hoje de forma gratuita, conveniado com a Prefeitura de Joinville, que faz o poder de polícia. Então, a Prefeitura de Joinville é que tem o poder da fiscalização e da vistoria e terceirizou a atividade do trabalho com o bombeiro voluntário. Nunca tivemos um problema sequer e temos uma cidade com altos índices de prevenção, baixíssimos índices de incêndio, grande qualidade no atendimento e alcançamos números abaixo do que a ONU preconiza.

Hoje, em média, temos sete minutos de tempo resposta, incluindo, na média, o atendimento a uma serra que fica distante. Se nós tirarmos o atendimento das serras, o nosso atendimento médio cai para cinco minutos.

Então, nós podemos, sim, e temos a comprovação de que nós temos competência e capacidade para continuar atendendo não só o cidadão joinvilense, mas amplificar esse modelo que hoje no mundo é levado em consideração e com muito olhar de heroísmo. Não se faz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

distinção, por exemplo, nos Estados Unidos ou na Alemanha, se é militar ou voluntário. Todos são heróis perante o cidadão, perante o brasileiro.

E é isto que nós mais desejamos: sairmos daqui com uma regulamentação que permita que os bombeiros voluntários possam seguir com o seu trabalho, sendo reconhecidos lado a lado com os seus colegas militares, para que o brasileiro tenha cada vez mais melhores atendimentos e exemplos.

Quero finalizar dizendo que são 130 anos ininterruptos, 365 dias no ano, 24 horas de serviço. Nunca teve uma parada sequer a corporação de Joinville. É tão forte o bombeiro voluntário em Joinville que chega a misturar com o DNA da cidade. Nós temos hoje uma cidade em que todos os cidadãos ou a sua grande maioria têm alguma atividade voluntária dentro da cidade. Isso amplificou e criou uma situação, um valor e um costume de que nós pertencemos à sociedade, temos que ser parte integrante dela e temos o compromisso e o comprometimento de participarmos. Então, hoje a corporação não é só exemplo de atividade técnica, de entrega e de salvamento, mas uma atividade de fazer com que o cidadão sinta-se pertencente, sinta-se integrado e sinta-se responsável por criar a sociedade que deseja.

Agradeço a todos, agradeço demais aos Senadores presentes.

Precisamos achar um caminho em que as duas corporações possam continuar seguindo e atendendo os brasileiros e que a gente tenha segurança jurídica para não precisarmos mais de situações como esta de estarmos discutindo vírgulas da lei para continuarmos sobrevivendo.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ivete da Silveira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – Muito obrigada, Prefeito Adriano, por suas palavras.

Convido o Sr. Renato Sérgio de Lima para fazer remotamente. (*Pausa.*)

Ele já está ali. Está ouvindo?

O SR. RENATO SÉRGIO DE LIMA – Bom dia, Senadora.

Estou ouvindo. Posso falar?

A SRA. PRESIDENTE (Ivete da Silveira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – Bom dia. Pode falar, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENATO SÉRGIO DE LIMA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia; bom dia a todos os Senadores.

Eu vou aqui apresentar uma rápida manifestação.

Eu queria agradecer imensamente a oportunidade que foi aberta pelo Senador Kajuru e pela Senadora Leila Barros e também aqui fazer menção a todos os que estão presentes, sobretudo a Presidência, o Senador Sérgio Petecão, a Vice-Presidência e o Relator Fabiano Contarato, que tem uma experiência muito grande na área da segurança pública, e a gente sabe que o projeto está em boas mãos.

Mas eu queria chamar a atenção, Senadora, para algumas questões mais de características gerais, que são importantes.

Só pergunto porque eu estou à distância: todos estão vendo a apresentação? (*Pausa.*)

Eu preciso só que alguém me diga se a apresentação está sendo visualizada.

O SR. WALDIR BEZERRA MIRANDA – Sim, está sendo.

O SR. RENATO SÉRGIO DE LIMA (*Por videoconferência*.) – Ah, tá. Muito obrigado.

O projeto, como ele foi aprovado, na verdade, é um projeto que parece a nossa reforma tributária, que estava na pauta da semana passada. É um projeto que tramita há muitos anos, então é importante saudar o Relator da matéria na Câmara dos Deputados, o Deputado Capitão Augusto, que foi insistente em tentar construir os consensos possíveis naquele momento, conseguiu fazer a aprovação, mas não significa que o projeto esteja maduro para que possa ser votado imediatamente.

Eu acho que é importante a gente separar o que já existe de maduro e marcar a aprovação o mais rápido possível. Não é o caso de falta de diálogo, na verdade agora é de decisão de separar, de contemplar, saudando a importância dos corpos de bombeiros militares e das polícias militares do Brasil. São mais de 400 mil pessoas, homens e mulheres, que trabalham na área e que, de certa forma, precisam de um novo ordenamento.

Mas o que a gente sempre defendeu é que no Brasil nós temos 86 corporações policiais, se considerarmos o pacto federativo, tão bem lembrado pelo Presidente do ICMBio, e cerca de 1,5 mil corporações, organizações com poder de polícia, que até hoje é regulado por um artigo do Código Tributário Nacional, de 1965, art. 78. E o problema do projeto de lei é exatamente que ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não atualiza conceitos e delimita o que é o poder de polícia, por exemplo, no que diz respeito ao policiamento, no que diz respeito a vários conceitos de segurança pública, que foram inclusive determinados pela lei do Susp, de 2018.

Então, existe uma parte do projeto que é consensual, que não teria nenhum problema de avançar para marcar, inclusive, reconhecer a luta histórica dos policiais militares e dos bombeiros militares, mas tem uma série de partes que precisariam dialogar com outros setores que também detêm o poder de polícia. O poder de polícia não é exclusivo das instituições policiais. Como eu disse, no Brasil são cerca de 1,5 mil agências que têm poder de polícia no campo da segurança pública, se incluirmos as guardas municipais.

E aí a gente precisaria ter, talvez, a construção de consensos, como já foi feito um acordo na Câmara entre os delegados de Polícia Civil, a Adepol, os oficiais de Polícia Militar e Corpos de Bombeiros, a Feneme, que deu as condições políticas, inclusive, para que a gente avançasse. Talvez os projetos tivessem partes comuns ou partes iniciais comuns definindo exatamente qual é o poder de polícia, o que é policiamento, uma série de questões que o projeto original... Um dos substitutivos propostos pelo Capitão Augusto já tinha um glossário, mas esse glossário se aplica a todas as corporações policiais, e não somente às militares. Então, esse é um ponto importante para que a gente consiga alinhar e harmonizar a atividade policial militar, a atividade de bombeiro militar à segurança pública, que está prevista no art. 6º da Constituição como um direito social e um direito social universal, não só regulado no seu art. 144.

De forma muito rápida, eu não vou falar novamente, aqui, sobre aquilo para que o Presidente do ICMBio já chamou atenção. Na sua lógica, por exemplo, que envolve a inclusão das polícias militares e dos corpos de bombeiros no Sisnama, a gente precisa discutir, talvez na Comissão de Meio Ambiente, sobre o que significa inclusive no financiamento da política de segurança pública e no financiamento da política de meio ambiente. É preciso que a gente articule e coordene os esforços e aqui eu acho importante que a gente reforce isso.

Existem duas notas técnicas que foram produzidas pelo Ibama – as Notas 14 e 20, de 2023 –, que demonstram preocupação exatamente com esse enfraquecimento do poder de polícia dos demais órgãos que possuem o poder. Hoje, por exemplo, no campo ambiental, no campo da proteção de direitos indígenas, a Funai não tem o poder de polícia regulamentado. E a gente... O Senador Mourão está presente. Ele sabe, quando coordenou todo o programa na Amazônia, o quão é complexo coordenar esforços, inclusive da Funai, quando não possui o poder de polícia devidamente regulado no que diz respeito ao que pode e ao que não pode fazer. Imagine a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

legislação duplicando isso e tornando ainda mais inseguro, juridicamente, lidar com a questão da atuação na Amazônia!

Então, o projeto de lei é uma das discordâncias que eu tenho, respeitosamente, com o Deputado Capitão Augusto. Quando ele dizia, em Plenário, que esse é um projeto que só interessa aos policiais militares e corpos de bombeiros militares, não, esse é um projeto que interessa a toda a sociedade e todas as demais agências que possuem poder de polícia.

E aí há, por exemplo, questões muito pontuais, de que vou falar rapidamente, para a gente poder abrir espaço, e já estamos no avançar da hora. Além dessa questão, temos, por exemplo, a exigência de bacharelado em Direito. Os relatos dos bombeiros voluntários mostraram que o mais importante é saber fazer defesa civil. Por que os oficiais de polícias militares precisam ter a obrigatoriedade do bacharelado em Direito? O próprio Supremo reconheceu que polícias – mesmo a Polícia Civil, se eu não me engano, a do Espírito Santo recentemente –, a votação do Supremo foi no sentido de dizer que polícia não é instituição de Justiça, uma vez que está estruturada na disciplina da hierarquia, mesmo a coirmã Polícia Civil. E a legislação aqui tenta fazer com que sejam instituições essenciais de Justiça. Há aqui um problema, um problema conceitual muito importante, não só constitucional, que seria objeto inclusive de outras Comissões, mas da própria lógica da segurança pública.

Também temos um problema que tem a ver com a possibilidade de contratação de quadros temporários em vez de estruturas administrativas, como fazem várias polícias do mundo. Veja, a gente está dando treinamento de policial militar ou de bombeiro militar para gente que vai fazer administração, vai manusear arma de fogo, vai aprender técnica de inteligência, mas para fazer serviço administrativo, é temporário, e a gente vai, depois...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENATO SÉRGIO DE LIMA (*Por videoconferência.*) – Que emprego essas pessoas vão conseguir? Então, é preciso ter um certo pensamento estratégico para que... Talvez a melhor saída, mais barata inclusive, sejam carreiras administrativas – a minha última apresentação vai mostrar como a organização, muitas vezes, é boicotada administrativamente.

Outra questão que também chamou muito a atenção – e isto foi muito conversado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública com a equipe do Capitão Augusto na Câmara dos Deputados – é que a forma como está redigido o §6º do art. 15 faz com que a abertura do acesso às mulheres em 20% vire teto e não piso. E a pergunta que fica é – e isso vai contra a igualdade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prevista na Constituição –: por que as polícias militares precisam ter 80% de homens, sendo que as mulheres, muitas vezes, vão muito mais bem nos concursos? Por que esse limite? Acho que essa é uma pergunta. E não é a questão menor; é uma questão, inclusive, de eficiência das polícias militares. Várias forças armadas do mundo todo têm aberto, inclusive, espaço para mulheres no próprio *front* de batalha para aumentar a eficiência operacional, e isso, de certa forma, amplia a participação.

Eu vou falar de forma muito rápida – a apresentação está disponível depois para os Senadores – e eu vou pular algumas questões, mas eu quero falar, por exemplo, como o projeto, muitas vezes, vai contra a própria Polícia Militar.

A Brigada Militar do Rio Grande do Sul, a Polícia de Pernambuco, a Polícia de São Paulo têm, historicamente, estruturas de ensino, inclusive, com doutorado profissional, mestrado profissional. E o artigo aqui diz da possibilidade de formação inicial e continuada no sistema das Forças Armadas federais. Bastava dizer que – pode ser uma coisa muito mais simples – também é reconhecido, mas aqui vai contra os próprios sistemas de ensino das polícias, que estão, há mais de 20 anos, tentando estruturar e têm níveis de excelência reconhecidos agora pela própria Capes, pelo Ministério da Educação. Então, são questões que, aparentemente, são inofensivas, mas que boicotam todo o esforço de modernização das corporações policiais militares estaduais. E, de certa forma, a gente pode melhorar essa redação. Acho que são questões de redação que não necessariamente mudam a essência. E é possível chegar, talvez... uma parte que vá adiante e outra parte que mude.

E uma questão importante – a porta giratória para os Parlamentares –: da forma como está, abre-se uma brecha para que um suplente possa assumir temporariamente e depois voltar para a polícia. E todos os comandantes, inclusive, quando a gente conversa com os conselhos de comandantes-gerais, sempre têm a preocupação de blindar política e polícia. E, da forma como está redigido, o suplente que assumir pode voltar para a corporação em determinadas situações. Então, se foi eliminada a porta giratória prevista originalmente em um dos substitutivos, aqui nós temos uma brecha que foi mantida. E os Parlamentares, os Senadores precisariam prestar um pouco de atenção se há esse interesse do Senado de manter essa porta aberta.

Eu vou pular aqui e chamar a atenção para duas informações.

A estrutura do PL mantém a estrutura similar à do Exército, repetindo o 667, de 1969, mas, no Exército – e aqui nós temos Senadores que são oriundos do Exército –, a gente sabe o que faz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um soldado, o que faz um cabo, o que faz um sargento. E aí existe uma certa distribuição em que você tem mais soldados do que cabos, mais cabos do que sargentos.

Nas polícias militares brasileiras hoje, até por questões salariais – não existem concursos e você não tem progressão horizontal, só vertical –, nós temos um problema sério: temos 103 mil sargentos no total, no Brasil, dos 406 mil policiais militares, para 125 mil soldados, quase um sargento para controlar um soldado, por exemplo, ou um cabo, e a gente não fala nada sobre carreiras militares. O Exército tem uma preocupação, as Forças Armadas têm uma preocupação em relação ao que faz cada um, e a lei, que é uma lei específica para os militares...

A SRA. PRESIDENTE (Ivete da Silveira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – Sr. Renato, o senhor tem nove segundos.

O SR. RENATO SÉRGIO DE LIMA (*Por videoconferência*.) – Eu vou agora apresentar o último eslaide, Senadora.

Isso se agrava ainda mais com os bombeiros militares. Nós temos mais sargentos bombeiros do que a soma de soldados e cabos, juntos. Nós temos mais supervisores do que combatentes na ponta da linha, por exemplo, de incêndios. Tem mais gente para supervisionar o trabalho de quem apaga o incêndio do que efetivamente quem apaga o incêndio. É isso que a gente quer fazer com o Brasil?

O projeto precisa avançar, mas ele pode ser aperfeiçoado.

Muito obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Ivete da Silveira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – Agradeço a sua participação.

Passo a palavra ao Sr. Bráulio Flores, representante do Conselho Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil.

O SR. BRÁULIO FLORES (Para expor.) – Bom dia, Sra. Senadora; bom dia, Prefeito; bom dia, Presidente do ICMBio; bom dia, Senadores presentes; bom dia, Deputados presentes; bom dia aos militares que estão presentes; bom dia aos membros dos corpos de bombeiros militares, das polícias militares, dos serviços civis e auxiliares aqui presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou cumprimentar especialmente o Tenente Coronel Siqueira, da Polícia Militar do Estado de Goiás, que conhece muito de perto toda essa luta e faz um brilhante trabalho aqui neste Parlamento.

Senhoras e senhores, primeiro, eu preciso me apresentar. Meu nome é Bráulio Flores. Como os senhores veem aqui, eu sou Tenente Coronel do Corpo de Bombeiros Militar de Goiás, comando a região do entorno norte e nordeste goiano e aqui falarei em nome dos 70 mil bombeiros militares que estão à minha retaguarda e que estão, há 167 anos, preservando a vida, o patrimônio e o meio ambiente do Brasil, esses bombeiros militares que têm o seu modelo inaugurado por Sua Majestade o Imperador Dom Pedro II, no dia 2 de julho de 1856, e que são o único – o único, o único – modelo conhecido pelos cidadãos goianos, mato-grossenses, brasilienses, sergipanos, paraibanos, pernambucanos, amazonenses, amapaenses, roraimenses, tocantinenses e pela maioria esmagadora dos paulistas, gaúchos, paranaenses e catarinenses.

Nós estamos a uma ligação e a menos de 30 minutos de 167 milhões de brasileiros – 167 milhões de brasileiros. Nós somos o único modelo conhecido pela maior parte do Brasil e, por isso, aquele aprovado, recentemente comprovado pela Confederação Nacional do Transporte, aprovado por 97% dos brasileiros, porque nós estamos há 167 anos presentes na maior parte do Brasil.

Eu preciso dizer que, nesse modelo, essas corporações vêm aqui para dizer que estão abertas à discussão. E, se a gente precisa de segurança jurídica – concordo com o que disse o Prefeito, nós precisamos de segurança jurídica –, essa segurança jurídica é garantida pelo Projeto de Lei 3.045, de 2022, já aprovado pela Câmara dos Deputados na sua íntegra, porque lá ele não proíbe ninguém de trabalhar, ele só diz que as pessoas precisarão ter doutrinação do Estado para exercer um serviço público.

E, para eu dizer essas coisas, vou recorrer a argumentos constitucionais. Nós precisamos acolher a todos, todos aqueles que queiram contribuir com a segurança pública no Brasil, porque, lá no art. 144, da nossa Constituição, diz que a segurança pública é direito e responsabilidade de todos, mas, antes de dizer isso, diz que a segurança púbica é dever do Estado. E, se a segurança pública é dever do Estado, é importante que o Estado apresente como ela deve funcionar, e isso o Projeto de Lei 3.045 faz com maestria. Em nenhuma linha, o Projeto de Lei 3.045 diz que alguém não poderá trabalhar assim ou assado – em nenhuma linha. O Projeto de Lei 3.045 diz que o Estado apresentará as regras. E por que o Estado precisa apresentar as regras?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu preciso voltar, de novo, à nossa Constituição, aos nossos pilares da República brasileira. Quando a gente vai falar de direitos fundamentais de cada cidadão no Brasil, lá no art. 5º, no inciso XI, diz o seguinte, me permitam, abrem-se aspas: "a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial". Percebam: a palavra socorro é dita uma única vez na nossa Constituição, quando ela garante que alguém vai poder entrar na sua casa, acessar o seu íntimo, os seus filhos para prestar socorro, sem precisar de autorização para isso. É importante que esse alguém esteja submetido a regras do Estado. É importante que esse alguém tenha preparo específico, e eu não estou me referindo apenas aos militares, pelo amor de Deus. É importante que alguém tenha dito pelo Estado como vai se preparar, como vai proceder e, se, Deus nos livre, fizer alguma coisa errada, a quem vai responder? Essa licença para entrar na casa das pessoas precisa ser objeto de apreciação e de olhar do Estado.

Nós estamos falando de modelos em que os corpos de bombeiros militares de todo o Brasil têm todo o interesse de trabalhar juntos, porque nós nos interessamos, há 167 anos, no Brasil, pela salvaguarda do povo brasileiro.

É preciso dizer de números para ser um pouco mais robusto na minha colocação. Esses corpos de bombeiros militares do Brasil, acessíveis em menos de 30 minutos a 167 milhões de brasileiros, há quem diga que estão presentes em poucas cidades. Ora, senhores...

Eu preciso falar aqui para o Brasil inteiro: o povo brasileiro é quem confia neste Parlamento, confia no Congresso Nacional, que é a sua representação. Eu vou dizer... Peguei aqui três exemplos de estados diferentes.

Peguei o exemplo de Jales, do interior de São Paulo. Jales tem uma cidade chamada Pontalinda, a 24km; Urânia, a 11km; menos do que isso, Estrela d'Oeste e Vitória Brasil. São cinco cidades. O Corpo de Bombeiros Militar está lá em Jales, a menos de dez minutos de qualquer um desses pontos! Você vai dizer: "Ah, mas está presente em uma das cinco cidades". E está a menos de dez minutos desses pontos.

Nós precisamos trabalhar estatísticas e números com muita responsabilidade no Brasil, especialmente falando no Congresso Nacional, que é onde se vai legislar para todos os brasileiros. Lembra? Todos aqueles que conhecem isso, em maioria, e confiam no serviço que os bombeiros fazem no Brasil há 167 anos, dando as suas vidas para a salvaguarda da vida dos outros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu vou a Ceres, no meu querido Estado de Goiás. Ceres está a uma ponte de distância de Rialma. Cruzou a ponte, é Rialma. "Ah, mas só está presente em 50% porque o Corpo de Bombeiros está em Ceres?" Pelo amor de Deus! O Corpo de Bombeiros de Ceres obviamente atravessará a ponte e seguirá para Rialma, porque é uma instituição estadual, regulada, orientada, doutrinada e a serviço da comunidade. Isso para não falar de Rianápolis e Carmo do Rio Verde, que estão a menos de dez minutos.

E deixe-me falar de Ubá, em Minas Gerais. Ubá tem a cidade de Tocantins, em Minas Gerais, que fica a 13km; São Geraldo, a 25km; e Visconde do Rio Branco, a 21km – todas a dez minutos de atendimento.

Por que é que eu estou explanando isso aqui? Porque eu preciso dizer que nós estamos a meia hora de mais de 80% da população brasileira, a quem nós servimos, e estamos aqui justamente, todos, parece que na mesma direção.

Repito: o Prefeito falou com propriedade aqui sobre segurança jurídica. O Projeto de Lei 3.045, de 2022, traz essa segurança jurídica, porque ele traz o olhar do Estado para quem vai te acessar, cidadão, nos piores momentos da sua vida, para tentar torná-los menos piores. Os corpos de bombeiros militares do Brasil estão à disposição da comunidade e imbuídos do interesse de construir.

Acabei de falar com o Prefeito aqui: nós temos todo o interesse de nos reunir. E, por favor, não é proibir o trabalho de ninguém, não é reprimir o trabalho de ninguém. Pelo amor de Deus! Nós queremos todos aqueles que queiram contribuir com a segurança pública no Brasil.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRÁULIO FLORES – Ela é direito e responsabilidade de todos, mas não vamos esquecer que ela é dever do Estado.

Mais uma vez, Senadora, parabéns pela iniciativa.

Muito obrigado a todos aqueles que nos acolhem.

Os corpos de bombeiros militares do Brasil permanecem à disposição. (*Palmas.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Ivete da Silveira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – O Senador Esperidião Amin se inscreveu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Só para fazer dois comentários.

Primeiro, quero cumprimentar o Prefeito.

Tive notícias da sua apresentação, mas, infelizmente, eu estava em outras Comissões e temos, hoje, simultaneamente, cinco Comissões parlamentares funcionando.

Quero cumprimentar também o Sr. Bráulio Flores pela excelente exposição e lhe dizer que agradeço pela correção que fez em tempo, porque eu descuidei na leitura da nota informativa que eu disponibilizei para todos. E, efetivamente, a primeira organização de modelo paramilitar com nome de Union Fire Company, sob a liderança de Benjamin Franklin, como eu tinha mencionado, nasceu na Filadélfia, em 1735. Na França – eu cheguei a mencionar, mas não circunstanciei –, o Batalhão de Sapeurs-Pompiers, bombeiros sapadores, que a engenharia militar conhece bem, foi criado por Napoleão Bonaparte, que não era francês, que era corso, em 1811, depois de um incêndio, como eu tinha mencionado, na Embaixada da Áustria. Eu errei exatamente no Brasil: eu falei em D. João, e foi efetivamente como o senhor falou – e quero deixar consignado o meu agradecimento pela correção –, pois foi D. Pedro II que criou pelo Decreto Imperial nº 1.775 – é número, não é data –, no dia 2 de julho, portanto, tendo feito aniversário há pouco tempo...

O Corpo de Bombeiros Militar de Joinville vai fazer aniversário daqui a dois dias.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Aliás, o Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville. E o Corpo de Bombeiro Militar do Brasil fez aniversário no dia 2 de julho, sendo de 1856.

É para dizer o seguinte: eu acho absolutamente justo que nós agilizemos o PL 3.045. Eu me penitencio, porque eu fui Deputado durante oito anos e permiti que este projeto permanecesse na Câmara por 22 anos – 21 anos e meio –, porque ele só veio para o Senado no final do ano passado.

Eu estava procurando pelo Capitão Augusto – e continuo procurando por ele –, porque eu não estou criando nenhuma espécie de obstáculo à rápida tramitação deste projeto de lei aqui no Senado, mas o Capitão Augusto acrescentou ao projeto, sem que ele passasse pelas Comissões, como aqui está passando... E não é uma crítica, mas é necessário que isso seja dito. Foram apresentadas no Plenário cláusulas, que são a causa desta audiência. Esta audiência não é causada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por impertinências, é por dispositivos que foram acrescentados e que causam a necessidade de o Senado analisar isso, de acordo com a sua obrigação constitucional.

E quero lhe dizer, repetindo o que falei, que considero o escopo do projeto importante, que é o de dar segurança jurídica tanto às polícias militares – sobre elas eu já falei o suficiente – e também aos bombeiros militares quanto às organizações que nasceram pela impossibilidade de materialmente a organização militar chegar com efetividade a este continente.

Todo dia nós vemos cenas de pequenas cidades, inclusive em São Paulo, sendo atacadas por bandos de meliantes especializados em assalto, por exemplo, a banco, e a gente vê, no meu estado também, a dificuldade de efetivo por mais tecnologia que a gente tenha, de forma que o que nós estamos aqui para discutir neste tópico do bombeiro é criar formas de parceria e não de exclusão. Quando eu digo parceria, eu estou reconhecendo a importância institucional, legal, e a necessidade de ser prestigiada também na forma de lei orgânica, que é o caso, mas também de preservar aquilo que a comunidade criou em estado de necessidade e que nós não devemos, neste momento, fragilizar. É essa conciliação que, como Senador e como Senado, nos move nesse momento.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ivete da Silveira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – Obrigada, Senador Esperidião Amin.

Em caráter de exceção, peço licença aos demais Deputados Federais para fazer uso da palavra o Deputado Federal Pedro Aihara, de Minas Gerais.

O SR. PEDRO AIHARA (PATRIOTA - MG. Para expor.) – Sra. Senadora, primeiramente cumprimento aqui toda a Mesa Diretora, em especial a senhora, por essa iniciativa tão importante no sentido de trazer aqui para esta audiência pública uma discussão saudável, que realmente seja no sentido de aprimorar esse projeto. Cumprimento os bombeiros militares aqui presentes, os demais Senadores, Deputados e também os representantes dos órgãos e das instituições.

E muito obrigado por me conceder a fala, porque falo na condição de único bombeiro militar dessas duas Casas como Deputado Federal. São mais de 11 anos na corporação; ao longo desses 11 anos, mais 12 mil horas de formação específica na área de bombeiro militar. E uma coisa aqui, para a gente ser bem sucinto: não existe briga, conflito ou falta de sinergia entre bombeiros militares e brigadistas civis e voluntários de forma alguma. A grande questão é que existe uma previsão constitucional e a previsão constitucional é muito clara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem lá no art. 144 que cabe exercer a segurança pública no sentido de executar ações de socorro, de salvamento, de proteção e defesa civil aos bombeiros militares. E, nesse sentido, pela previsão do legislador constitucional, cabe a regulamentação dos serviços acessórios, dos serviços de brigadistas civis e voluntários ao Corpo de Bombeiros, inclusive porque o principal fomentador da atividade dos brigadistas civis, dos brigadistas voluntários são os corpos de bombeiros. São as nossas instruções técnicas, atos normativos internos de cada corporação que possibilitam, fomentam e estimulam o exercício dessas instituições. Isso é muito importante a gente destacar.

E, além disso, gente, por que essa previsão constitucional, por que essa necessidade de regulamentação existe? Ela existe, gente, porque, no caso do bombeiro militar, do órgão ali previsto pelo Constituinte, existe uma questão muito clara que é em relação ao poder de polícia administrativa. O bombeiro militar ali, no exercício legal da sua competência de poder de polícia administrativa, pode fazer uma interdição, ele pode fazer exercer ali uma fiscalização. E não por acaso que nessa decisão que o Sr. Adriano, a quem eu cumprimento também, Prefeito de Joinville, refutou não há de se falar, gente, em você ter o exercício de uma competência dessa por uma associação que é privada, porque esse é um poder do Estado.

Como uma associação privada vai fiscalizar, vai interditar um estabelecimento empresarial – como o senhor bem colocou também, não sendo só Prefeito, mas sendo também empresário? Como é que a gente vai colocar, submeter muitas vezes a fiscalização ao próprio empresário, às vezes, que apoia, que financia a existência daquele bombeiro voluntário? É um completo contrassenso e em relação a isso. Não por acaso, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por dez votos a zero – uma unanimidade, sem nenhum voto divergente –, que essa previsão era inconstitucional. A previsão legal é muito clara, gente. Não existe nenhum tipo de conflito, de problema entre brigadistas civis e voluntários e bombeiros militares, mas a atividade precisa ser regulamentada, porque é uma atividade que se desenvolve dentro de um âmbito público, cuja competência é do Estado. E assim quis o legislador, quando ele promulgou a Constituição, quando fez a Constituinte lá, quando colocou, lá no art. 144, muita claramente quais são as competências em relação a isso.

Mas por que isso, Pedro? Por que nós estamos tão firmes nessa questão da denominação de bombeiro, do uso das cores, nessas questões? Porque o cidadão civil não consegue fazer essa diferenciação de quando a gente tem ali um integrante bombeiro militar do Estado, autorizado legalmente, com seu nome publicado num diário oficial, cuja confiança foi estabelecida por ato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

normativo, de um bombeiro voluntário, para fazer a fiscalização ou para executar determinadas ações que são de competência privativa muitas vezes naquela situação, como é o caso da fiscalização.

E aí você fala assim: "Ah, não, mas a gente consegue diferenciar". Da mesma forma que a gente tem o nosso grande amigo aqui, nosso General Mourão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO AIHARA (PATRIOTA - MG) – Se a gente quiser, por exemplo, fazer um batalhão de artilharia voluntário, eu me apresentar lá como tenente desse batalhão, o senhor vai falar assim: "Isso é um absurdo, porque o cidadão civil muitas vezes não sabe diferenciar". E não só o cidadão não consegue diferenciar isso, como o próprio Estado. Para materializar tal situação, menciona-se o caso em que o Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul foi acionado pelo Poder Judiciário para responder pela atuação de voluntário em ocorrência típica de bombeiro. Nessa ocasião, o órgão de Justiça confundiu o civil com militar, restando elementos claros de que a não distinção entre esses atores gera transtornos não somente para o cidadão comum, atingindo também a administração pública.

Então, quando a gente fala dessa situação da questão do nome, da cor, de forma alguma a gente quer causar qualquer tipo de problema ou de prejuízo da atividade. A atividade dos voluntários, dos civis é importante, ela é uma atividade que complementa, uma atividade acessória, só que a gente não pode colocar essa possibilidade da confusão ao cidadão, porque, diferentemente da Polícia Civil e da Polícia Militar – porque ambos são, embora haja essa denominação civil e militar, órgãos que compõem o Estado –, quando a gente fala do bombeiro civil e do bombeiro militar, a população não percebe isso. E a maior prova disso é quando a gente entrou aqui e tinha uma assessora parlamentar ali que viu o nosso Prefeito entrando com uma indumentária e perguntou de qual corpo de bombeiros militar que ele é. Por quê? Porque a população civil não consegue fazer essa diferenciação.

E, para fechar, sem mais me delongar, uma situação que foi muito colocada aqui, em que pesem muitos dados equivocados explicitados em algumas apresentações, no que tange a uma eventual cobertura de bombeiros... Uma vez foi dito aqui que o bombeiro militar de Minas Gerais tem tempo de resposta de um dia em algumas cidades, o que é uma grande mentira: a gente, em qualquer lugar do nosso estado, tem uma das maiores frotas aéreas do Brasil e a gente consegue chegar, com menos de uma hora, a qualquer local, a qualquer rincão de Minas Gerais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi muito dito que não importa a cor, não importa qual a denominação; o importante é o atendimento ao cidadão. E a gente concorda com isso. Se não importa a cor, se não importa o nome, se é bombeiro, se é brigadista, que todos os nossos colegas entendam que essa subsunção à regulamentação é necessária, é importante não só para os bombeiros militares, não só para as instituições civis e voluntárias, mas sobretudo para o cidadão, que deve encontrar, independentemente do serviço, um serviço de qualidade, que seja regulamentado e que passe por essas Casas com a devida importância, com o devido respeito a todos os envolvidos.

Sra. Senadora, mais uma vez, muito obrigado. Cumprimento aqui todos os presentes e tenho a certeza de que, fazendo parcerias e executando, respeitando o nosso texto constitucional, certamente encontraremos soluções adequadas para o projeto de Brasil que a gente quer experimentar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. COBALCHINI (MDB - SC) – Senadora Ivete, eu vou pedir uma excepcionalidade, como... Senadora Ivete...

A SRA. PRESIDENTE (Ivete da Silveira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – Deputado Valdir Cobalchini, já dei uma exceção. É que vai continuar com o Presidente, o Senador Petecão, e já passou do horário regular, mas eu peço desculpa, quem sabe depois, na próxima. É que essa sessão está encerrada, a audiência pública, e aguardamos o Presidente da Comissão, Senador Sérgio Petecão, para iniciar a segunda parte da reunião deliberativa. (*Pausa.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Nós estamos aqui, Presidente, tentando estabelecer um acordo...

Estamos tentando estabelecer um acordo – Prefeito! – entre os bombeiros voluntários e a representação dos bombeiros militares.

Este aqui é o nosso Prefeito de Joinville, que já depôs aqui.

Eu acho que a sessão deliberativa pode resultar em uma votação ou pode resultar em um acordo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Amigo Esperidião, eu estou só...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – É porque nós precisamos dar uma organizada na Casa.

Eu acho que nós temos o tempo necessário, o que V. Exa. quiser, para dialogar. O ideal seria um bom acordo.

É só para que a gente possa dar uma organizada.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Vamos lá?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, nós vamos lhe pedir o seguinte: o senhor pode... Já abriu a sessão? O senhor pode suspendê-la por dez minutos para ver se dá um acordo?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, eu ainda não abri. Vou abrir, aí...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Senador, se houver possibilidade... A sessão está suspensa? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Srs. Senadores, Sras. Senadoras, hoje, a nossa Comissão está aqui com número expressivo de visitantes. Eu já queria agradecer a presença de todos. Precisamos só de um pouquinho de silêncio para podermos avançar.

Vamos à segunda parte. Na primeira parte, tivemos uma audiência pública e, agora, vamos à segunda parte, que é deliberativa.

Encontra-se sobre a mesa o Projeto de Lei nº 3.045, de 2022.

2ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 3045, DE 2022

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, nos termos do inciso XXI do caput do art. 22 da Constituição Federal; altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Favorável ao projeto e contrário às Emendas nºs 1 a 7.

Observações:

1. Em 4/7/2023, foi lido o relatório e concedida vista ao Senador Jorge Kajuru. Foi aprovado o Requerimento nº 3/2023 -CSP, de audiência pública para instrução da matéria;

2. Em 6/7/2023, foram apresentadas as Emendas nºs 9, 10 e 14, de autoria do Senador Flávio Bolsonaro;

3. Em 7/7/2023, foram retiradas as Emendas nºs 8, 11, 12 e 13, pelo autor Senador Luis Carlos Heinze;

4. Em 10/7/2023, foram apresentadas as Emendas nºs 15, 16 e 17, de autoria do Senador Esperidião Amin;

5. A matéria seguirá posteriormente à CCJ.

Em 11/07/2023, foram apresentadas a Emenda nº 18, de autoria do Senador Jorge Seif, e a Emenda nº 19, de autoria do Senador Hamilton Mourão.

A matéria seguirá posteriormente à CCJ.

Passo a palavra ao Senador Fabiano Contarato para dar parecer sobre as emendas – aumentaram aqui as emendas, não é isso? –: Emendas nºs 9, 10, 14, 15, 16, 17, 18 e 19, que acabaram de chegar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E as 4 e 6, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Já li. Já citei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Como o senhor fez agora uma lista, excluindo a 4 e a 6, eu fiquei enciumado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – A 4 e a 6 eu fiz questão de frisar... De 1 a 7, não é?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A 4 é do...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Emendas de nºs 1 a 7. Então, V. Exa...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Vamos lá.

Passo a palavra ao Senador Fabiano Contarato, para dar parecer às emendas já citadas por esta Presidência.

Senador Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente, senhoras e senhores.

Eu estou fazendo apenas uma complementação da análise dessas emendas.

A Emenda nº 1, do Senador Carlos Viana, elimina menções aos bombeiros e às cores no art. 35, mas não deve ser aprovada, por retirar determinadas exclusividades do Corpo de Bombeiro Militar.

A Emenda nº 2, do Senador Carlos Viana, altera os incisos II, III, IX e XIII do art. 6º para modificar competências dos corpos de bombeiros, mas não pode ser aprovada porque retira poderes do Corpo de Bombeiro Militar.

A Emenda nº 3, da Senadora Ivete, altera o *caput* do art. 35 para facultar a criação de datas comemorativas estaduais, mas não merece prosperar porque a lei trata de datas nacionais.

A Emenda nº 4, da Senadora Ivete, modifica o inciso XIII do art. 6º, mas deve ser rejeitada porque retira os serviços civis e auxiliares da fiscalização dos corpos de bombeiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda nº 5, do Senador Esperidião Amin, deve ser parcialmente acolhida para substituir a expressão "bombeiros" por "bombeiros militares". Então, foi acolhida. Por isso que nós fizemos esse acolhimento como emenda de redação.

A Emenda nº 6, do Senador Esperidião Amin, inclui a frase, aspas, "sem prejuízo para a atuação dos bombeiros voluntários" no final do inciso XIII do art. 6º, mas não pode prosperar, razão pela qual a rejeitamos, porque tornaria inócua a fiscalização dos Corpos de Bombeiros Militares.

A Emenda nº 7, do Senador Esperidião Amin, suprime o inciso XIII do art. 6º, mas merece ser rejeitada porque retira atribuições dos corpos de bombeiros.

A Emenda nº 9, do Senador Flávio Bolsonaro, a Emenda nº 18, do Senador Jorge Seif, e as Emendas nºs 15 e 16, do Senador Esperidião Amin, suprimem a expressão "de caráter nacional" do art. 2º e merecem ser aprovadas, razão pela qual as acolhemos como emenda de redação. De fato, foi um erro material, porque todos sabemos que cada polícia militar e cada corpo de bombeiros tem caráter estadual ou distrital, subordinando-se ao respectivo Governador.

A Emenda nº 10, do Senador Flávio Bolsonaro, acrescenta o inciso XXXVIII ao art. 18, para tratar da reintegração, mas é desnecessária, porque o direito já está previsto no §2º do art. 41 da Constituição Federal.

A Emenda nº 14, do Senador Flávio Bolsonaro, altera a redação do art. 23, para prever que, aspas, "em caso de igualdade de posto ou graduação, os militares das Forças Armadas, na ativa ou na reserva, têm precedência hierárquica sobre os policiais militares e os bombeiros militares", fecho aspas, mas não merece acolhimento porque é justamente o que prescreve o art. 27 do Decreto-Lei 667, de 1969, que está sendo revogado.

As Emendas 16 e 17, do Senador Esperidião Amin, pretendem excluir a expressão, aspas, "essenciais à Justiça Militar", fecho aspas, do art. 2º, mas não devem ser aprovadas porque é apenas uma maneira de dizer que as PMs e os corpos de bombeiros apoiam as justiças militares estaduais.

A Emenda nº 19, do Senador Hamilton Mourão, suscita suposta confusão na fiscalização de produtos, que não existe, e deve ser rejeitada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Devemos corrigir dois erros materiais, um no §3º do art. 5º, onde houve uma menção equivocada a uma suposta PM municipal, que obviamente não existe, e outro no §3º do art. 6º, onde foi escrito, aspas, "policiais", em vez de "polícias".

Complementação do voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 3.045, com as seguintes emendas de redação, acolhendo-se integralmente as Emendas 9, 18 e 15, parcialmente a Emenda 16, e rejeitando-se as demais.

Eu queria também aqui fazer um apelo aos colegas, principalmente ao meu querido Senador Esperidião Amin. Eu estava falando ali atrás, Senador Petecão, que há 27 anos sou delegado de polícia. Victor Hugo sempre fala que não há nada mais poderoso do que uma ideia quando seu tempo chega. Esse projeto foi construído com muito sacrifício dentro da Câmara dos Deputados. Foi feita uma grande composição, e ele foi debatido e aprovado. Este é o momento de a gente aprovar essa lei. A Polícia Militar merece isso. E olha que eu estou falando aqui como policial civil. A Polícia Militar merece que nós façamos essa aprovação. Nós temos que entender que qualquer alteração de mérito aqui vai fazer o projeto voltar para a Câmara, e a probabilidade de ele ser aprovado... Nós vamos perder esse momento.

Então eu tirei a questão do nacional, acolhi o bombeiro militar, acolhi Polícia Militar Municipal, que não existe, tudo como emenda de redação. Agora, o ótimo é inimigo do bom. Essa via é de mão dupla. Eu estou fazendo isso... Os colegas da Polícia Militar, da briosa Polícia Militar...

Eu quero aqui fazer o meu agradecimento público à Polícia Militar. Eu fui delegado, e, no interior, quem me socorria, Senador Esperidião Amin, era a Polícia Militar. Eu trabalhava em delegacia em que eu não tinha escrivão, não tinha telefone, não tinha rádio e não tinha viatura. Eu estava literalmente sozinho. Quando eu autuava uma pessoa, quem me socorria era o Departamento de Polícia Militar, o DPM daquele município.

Este é o momento!

Aqui havia uma questão sobre o art. 5º, inciso VII: "exercer a polícia da preservação da ordem pública e, privativamente, a polícia ostensiva [...]". Claro, há diferença entre privativa e exclusivamente, mas, se têm dúvida os funcionários relacionados ao meio ambiente, por quem tanto tenho deferência, se esse é o problema, eu também estou acatando para tirar a palavra "privativamente".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ora, eu faço esse apelo. Nós estamos construindo um texto que foi extremamente debatido na Câmara dos Deputados. Eu fui surpreendido quando fui abordado com a relatoria dessa lei. Senti-me extremamente prestigiado, porque isso foi uma grande composição, inclusive com a Polícia Civil e com a Polícia Judiciária. E tudo parte pela segurança pública, com base no art. 144 da Constituição Federal, em que a segurança pública é direito de todos, mas é dever do Estado. E as instituições que compõem a segurança pública, privativamente, da polícia ostensiva – isso está lá –, é a Polícia Militar.

Então, eu quero aqui fazer um reconhecimento. Isso não é fala de político, não sou candidato a absolutamente nada. Eu quero efetivamente dar valor a quem é garantidor de direitos, porque eu fico muito triste quando tentam vincular a um policial, seja ele civil ou militar, como violador de direitos. E eu falo para vocês: o policial, seja ele civil ou militar, é o principal e o primeiro garantidor de direitos. É ele que está lá na ponta. É ele que atende o calor de todo o comportamento da população. É ele que está lá e que olha nos olhos da população. É ele que dá voz de prisão para saber quem vai ser preso em flagrante e quem não vai ser, quem é vítima, quem é testemunha. São as instituições de segurança pública.

Eu lembro, quando eu fiz uma defesa também da Guarda Municipal, o cidadão tinha acabado de ser vítima de um crime de roubo, do art.157, e ele não quer saber se a pessoa é da Polícia Civil, Polícia Militar ou Polícia Federal, não. Ele aborda a Guarda Municipal, a Guarda Municipal coloca aquela vítima dentro do carro, sai atrás, sai em perseguição, dá voz de prisão, vai... Porque ele está cumprindo uma determinação do Código de Processo Penal, no art. 301, quando diz que qualquer do povo pode, mas a autoridade policial e seus agentes devem prender quem quer que esteja em flagrante de delito.

Então, eu faço aqui um apelo aos colegas. Diante dessa argumentação de que eu estou acolhendo várias emendas, várias emendas como emenda de redação, façamos esse sinal em aprovar esse texto conforme nós estamos relatando. É o apelo que eu faço a todos vocês.

O voto é pela aprovação do Projeto de Lei 3.045, as emendas de redação, acolhendo-se integralmente as Emendas 9, 15 e 18; e parcialmente as Emendas 5 e 16; rejeitando as demais.

EMENDA DE REDAÇÃO Nº 20 - CSP

Substitua-se, no § 3º do art. 5º do Projeto, a expressão “dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” pela expressão “dos Estados e do Distrito Federal”.

EMENDA DE REDAÇÃO Nº 21 - CSP

Substitua-se, no § 3º do art. 6º do Projeto, a palavra “policiais” pela palavra “polícias”.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EMENDA DE REDAÇÃO Nº 22 - CSP

Suprima-se, no inciso VII do art. 5º do Projeto, a palavra “privativamente”.

Esse é o voto, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Amin, é que eu vou abrir a discussão... V. Exa. espera aí? O senhor só está pedindo a palavra para discutir...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Para discutir e apresentar destaque.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu queria só, antes de abrir a discussão... Eu tenho uma curiosidade aqui. A pergunta vai para o Senador Sergio Moro, que é juiz, e é uma pessoa muito preparada. Eu perguntei a algumas pessoas... eu vi aqui, na farda de alguns colegas, aí do bombeiro, "voluntário": esse voluntário é sem ônus lá no estado? Ou seja, não recebem nada? Porque uns disseram que recebem, outros disseram que não recebem. Recebem ou não recebem? É uma curiosidade minha.

Senador Sergio Moro... Porque eu vi o senhor participando do debate... Não, o Amin. É uma curiosidade, desculpem-me a minha ignorância, é porque eu perguntei a alguns colegas e alguns disseram: "Recebem"; outros: "Não recebem". Então, eu estou confuso.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – Recebem...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Recebem?

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – ... da prefeitura, de empresários, das pessoas; não recebe de governo estadual...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Ah, então, não é voluntário.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – ... nem federal.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – É que, no meu estado, voluntário é todo cidadão que se presta...

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – Mas não é salário...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, eu já estou satisfeito com a sua resposta, já estou satisfeito!

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – Recebem para a compra de equipamentos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ivete, ele falou sobre a organização. A sua pergunta foi sobre retribuição salarial. Não recebem.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não recebem?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não recebem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, porque eu perguntei a alguns colegas...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não recebem.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. *Fora do microfone.*) – É trabalho voluntário.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, voluntário, no meu estado, é todo cidadão que se propõe a prestar um serviço sem ônus; no meu estado, é assim!

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. *Fora do microfone.*) – É isso que eles fazem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, mas a senhora disse que recebem.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ela entendeu...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, mas já estou satisfeito, estou satisfeito!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, mas eu quero só complementar. A Senadora Ivete respondeu sobre se os bombeiros voluntários como organização recebem alguma espécie de contribuição financeira. Ela respondeu que sim.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – É que, no meu estado, todo cidadão que se propõe a fazer um trabalho voluntário abdica de remuneração; no meu estado, é assim!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – As pessoas físicas que prestam esse serviço... E foi uma pena que o senhor não tenha podido assistir a exposição do Prefeito de Joinville, a maior cidade do meu estado; ele é bombeiro voluntário.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu fui, sim. É por isso que... Na fala dele, tem voluntário. Era isso que eu queria.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu o apresentei ao senhor. Está ali ele. Ele não recebe qualquer remuneração?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, mas um Prefeito pode não receber. Eu quero saber se todos, não é...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mil e setecentos voluntários...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Ninguém recebe nada?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Nenhum deles recebe.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Pronto.

Vamos avançar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, é um esclarecimento que eu presto em nome da comunidade. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, mas o Moro pediu a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – É a discussão.

Com a palavra, o Senador Esperidião Amin.

Ele pediu primeiro, viu, Moro?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Sobre essa questão específica de quem recebe e como recebe, quanto a isso, eu acho que o assunto está encerrado e naturalmente caberá discussão aqui e na Comissão de Constituição e Justiça a respeito desse assunto. Eu acho que todo brasileiro tem condições de questionar e ter a resposta objetiva. Não há nenhuma ofensa nisso.

Eu quero falar é sobre o projeto, sobre o parecer e o relatório do Senador Fabiano Contarato e sobre a sua deliberação. Primeiro, eu tenho uma dúvida: quando ele comentou a Emenda 17, que foi rejeitada, a emenda que eu propus suprime algo que eu acho que deve ser suprimido, que é a expressão "essenciais à Justiça Militar". Isso vai continuar no art. 2º?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu destaco essa, então, porque o texto diz o seguinte: as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos estados, do Distrito Federal e dos territórios são instituições militares permanentes, exclusivas e típicas de Estado – nada a objetar –, essenciais à Justiça Militar... Elas não são essenciais à Justiça Militar! Até porque...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Só para fazer um parêntese.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Deixe-me só colocar a minha dúvida.

... até porque nem todos os estados têm Justiça Militar estadual.

Segundo, numa emenda diferente, está "de caráter nacional" – essa ele acolheu. Elas não são de caráter nacional. É inconstitucional isso que está escrito aqui. Se formos levar ao pé da letra, não é emenda de redação. Num acordo, sim. "De caráter nacional" é de mérito. E fere a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Constituição isso que está escrito aqui no texto que veio da Câmara. As Polícias Militares não são de caráter nacional. Isso até dá margem a outras interpretações.

Então, eu apresentei as duas como sendo de redação. A minha pergunta é uma só, é se "essenciais à Justiça Militar" ficou no texto que o Senador Fabiano Contarato apresentou ou não. Porque aí, se tiver ficado, eu vou destacá-la.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Para responder, Sr. Presidente.

Ela ficou, sim, no texto, porque o paralelo é simples. A Polícia Militar é essencial à Justiça Militar, assim como a Polícia Civil é essencial à Justiça Comum. É esse o raciocínio. Não tem absolutamente nada de anormal nisso. A Polícia Militar é essencial à Justiça Militar. Ela é oriunda da Polícia Militar. A Polícia Militar é um órgão de segurança pública expresso no art. 144.

Então, eu não vejo, com todo respeito, qual é a complexidade aí. Qual o problema de a Polícia Militar ser essencial à Justiça Militar? Essa é a natureza da Polícia Militar, assim como a Polícia Civil é essencial à Justiça Comum.

Com todo respeito, não tem como. Então, está mantido isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, está mantido.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – E o colega vai para o destaque.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu vou destacar porque está mantido. Eu divirjo, mas a divergência vai ser tratada em uma outra ocasião, na discussão.

Em segundo, eu faço também – e aí faço em nome da Senadora Ivete – destaque das Emendas 4, 6 e 19, porque elas compõem alternativas para resolver o ponto de discórdia que vai nos levar à votação ou não. Então, 4, 6 e 19, que têm um escopo só, são variações em torno do mesmo tema.

Muito obrigado.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – V. Exa. me dá licença? É que eu não me expressei direito...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Quatro...

Amin, Amin... Só para a gente caminhar aqui. Amin, nós temos aqui três destaques, a Emenda 6...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Emendas 4, 6 e 19.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – São três, é isso?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – São alternativas, ao menos. A 4, a 6 e a 19. Uma só é minha.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senadora.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. Para discutir.) – A sociedade joinvilense apoia financeiramente o Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville para a aquisição de materiais, de caminhões, do que for necessário, mas eles são voluntários, não recebem nenhum salário. É isso que eu queria explicar.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, Senadora. Esse assunto, para mim, está encerrado. É porque eu, na minha curiosidade, consultei alguns colegas que estavam transitando aqui e alguns me falaram que recebem salário, outros falaram que não recebem. No meu estado, voluntário abdica de salário, no meu estado é assim. Era só para... Inclusive, peguei...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O.k. Vamos...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Sr. Presidente, só para fazer uma complementação, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – É porque o Senador Amin falou nessas três.

Eu quero deixar claro, mais uma vez, que eu construí esse relatório, principalmente em deferência ao nosso querido Capitão Augusto, que foi o Relator na Câmara dos Deputados. Eu entendo a inquietação do Senador Esperidião Amin, mas nós temos que entender que, se alterarmos isso, vamos alterar o mérito desse projeto.

Então, eu faço um apelo aqui, tendo em vista que nós já fizemos esse aceno acolhendo várias emendas como se fossem emendas de redação: que nós aprovássemos isso e que deixássemos esse debate para o fórum adequado, na Comissão de Constituição e Justiça, mas que fizéssemos essa aprovação.

Eu acho que a Polícia Militar do país merece que nós, aqui na Comissão de Segurança Pública, aprovemos essa lei que, eu volto a falar, é a lei geral da Polícia Militar. Não tem nada a ver com bombeiro civil, não tem nada a ver com qualquer outra instituição. É lei geral da Polícia Militar. Eu acho que a Polícia Militar merece ter um tratamento adequado e também os bombeiros militares no sentido de nós aprovarmos essa lei geral tanto para a Polícia Militar como para o bombeiro militar.

Mais uma vez, eu quero agradecer, em meu nome, como cidadão, como Senador e como Delegado de Polícia, por tudo que vocês têm feito no Estado brasileiro para a garantia – a garantia – da segurança pública como um direito de todos, mas dever do Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Sergio Moro. Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Senador Petecão, eu queria aqui registrar, primeiro, meus elogios a todo trabalho que foi feito em cima desse projeto da Lei Orgânica da Polícia Militar. Esse é um projeto antigo. Eu acompanhei, quando era Ministro da Justiça, as dificuldades para fazer esse projeto passar ali na Câmara dadas as várias controvérsias envolvendo o texto.

É um texto amplo e é natural que a cada leitura nós encontremos alguns pontos em relação aos quais nós podemos entender: "Olha, essa redação nós podemos melhorar; essa redação pode trazer algum problema", mas, na linha do que foi colocado aqui pelo Relator do projeto, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

evitar uma volta do projeto à Câmara dos Deputados, e existe uma demanda grande das Polícias Militares em relação a esse texto, o meu posicionamento vai ser na linha de votar a favor do voto do Relator. E aqui até faço o registro de que acolheu emendas de redação relevantes, como uma até, aqui, que foi destacada no momento, bem aqui, pelo pessoal do Ibama, que estava preocupado em perder algumas atribuições legais.

E eu faço aqui o registro a todos aqueles que se esforçaram pela aprovação dessa lei. Destaco aqui, em especial – não está aqui hoje –, o Deputado Capitão Augusto, que foi um guerreiro nisso. Tomo a liberdade aqui de elogiar também o Coronel Miler, que eu sei que se esforçou enormemente por esse projeto. E havia aqui, nesta Casa, um Senador que também se destacou muito na defesa da Polícia Militar, dessa lei, dessas atribuições, que é o Senador Major Olimpio. (*Palmas.*)

Por fim, Senador Petecão, não querendo me alongar, existe uma demanda por segurança pública. As pessoas, no Brasil, muitas vezes, têm medo de ser vítimas de crime. Houve uma diminuição nos últimos anos, mas, ainda assim, os indicadores criminais são ruins. Nós temos aí mais de 40 mil homicídios por ano, nós temos roubos, furtos e uma série de crimes que deixam o cidadão intranquilo.

Nós temos o dever, nesta Comissão – e eu tenho certeza de que V. Exas. compartilham do mesmo entendimento –, de melhorar o quadro legislativo em relação à segurança pública. E não existe segurança pública sem ter policial valorizado, não existe segurança pública se nós não prestigiarmos aqueles que estão na linha de frente do combate ao crime.

Eu digo isto: eu fui juiz por 22 anos, vi muitos esforços dos policiais, muitas vezes, arriscando sua própria vida, sua própria segurança para fazer o seu trabalho, e a gente tem um dever aqui de prestigiá-los, os policiais e os bombeiros militares.

Em relação aos bombeiros voluntários, eu comungo aqui da preocupação. Talvez a lei poderia ser melhor resolvida quanto a esse tópico, mas o que foi possível fazer sem uma alteração no texto me parece que foi feito pelo Relator, de não os privar da utilização, a meu ver, absolutamente legítima e necessária, da expressão "bombeiro" ou "de bombeiros".

Não tenho aqui a segurança necessária de que essa é a melhor redação, como foi tratado no credenciamento, na fiscalização. Não sei exatamente como funciona isso ali, em Santa Catarina, mas eu também acredito que não haverá um prejuízo às atividades dos bombeiros voluntários de Santa Catarina. E, qualquer dificuldade, também nós podemos, eventualmente, apresentar aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

algo para solucionar essa questão local com uma rapidez, mas acredito até que a legislação estadual lá de Santa Catarina pode evitar qualquer descontinuidade, porque esta Comissão não quer, de maneira nenhuma, que o valoroso trabalho dos bombeiros voluntários de Joinville seja prejudicado. Não é essa aqui a intenção. Se a gente pudesse fazer uma alteração sem que implicasse a devolução do projeto à Câmara, nós o faríamos.

Mas, enfim, aqui, por isso, Senador Esperidião, eu esclareço por que vou votar da forma como vou votar. Parte desse pleito já foi atendida, da questão dos bombeiros, e, acima de tudo, nós temos a obrigação aqui de votar com rapidez e aprovar esse projeto. Há 30 anos os policiais e bombeiros militares estão esperando a resolução dessa questão, e não se resolve – vamos ser bastante sinceros.

Eu falei com vários policiais militares antes desta sessão para pegar sugestões. A maioria deles elogia o texto normativo, mas existem questões fundamentais da profissão que não são resolvidas: a questão remuneratória, que depende de uma valorização principalmente pelos Governos dos estados e do Distrito Federal; a questão da segurança jurídica do policial, que fica sujeito aí a processo, muitas vezes, por realizar o seu trabalho ou vê o fruto do seu trabalho ser invalidado, muitas vezes, por uma incompreensão da natureza da atividade policial.

Mas é inequívoco que esse projeto é um avanço na direção certa, e nós temos o dever de aprovar esse projeto da maneira mais rápida possível, considerando toda a reflexão que foi feita anteriormente.

Aí, Presidente, adiantando a minha posição, vou votar favoravelmente ao... Vou acompanhar o voto do Relator nesse ponto.

Entendo que mudanças redacionais que poderiam ser feitas foram feitas. Se houver uma possibilidade de uma mudança redacional que resolva os outros problemas sem que implique a volta dele à Câmara, também estou pronto para acolher. E, se houver qualquer problema na atividade dos bombeiros voluntários, acho que esta Comissão se coloca aqui na responsabilidade de aprovar qualquer normativo que seja necessário, a toque de caixa, para evitar uma descontinuidade ou qualquer espécie de problema, o que não acredito que ocorrerá.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Temos aqui inscritos ainda o Eduardo Girão e o Senador Jorge Seif, mas, antes de passar a palavra ao Girão, eu gostaria só de também citar – e já foi citado aqui pelo Senador Sergio Moro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– a importância do Senador Major Olimpio nesta Comissão. Hoje nós estamos aqui, fazendo este debate, graças a ele. Inclusive, ele é o nosso Presidente de honra desta Comissão.

Quantas vezes eu acompanhei, no Plenário desta Casa, o Senador Major Olimpio lutando pela implantação, junto aos Presidentes do Senado, desta Comissão. Então, parabéns ao Senador Sergio Moro, que o citou aqui. Eu iria fazê-lo no final da reunião, mas não podemos esquecer o trabalho feito por ele.

Eu, sinceramente, não tinha dimensão da importância desse projeto, viu, Senador? E, no meu estado, quando os policiais militares e bombeiros me procuraram e fizeram um relato da importância desse projeto para eles, para a carreira dos policiais militares e bombeiros do Brasil, como um todo, eu, sinceramente, fiquei convencido da importância e vou fazer o que eu puder para que a gente possa resolver, de uma vez por todas, essa situação, lógico, respeitando aqui os questionamentos dos colegas aqui de Santa Catarina, mas, hoje, a insegurança que reina dentro das nossas polícias é uma coisa que tem prejudicado, e prejudicado muito.

Então, eu confio nos colegas Parlamentares. Temos um quórum aqui bastante representativo. Temos poucos presentes, mas temos ali vários colegas e, com certeza, hoje nós iremos resolver essa situação.

Com a palavra, o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria cumprimentá-lo pela condução desses trabalhos, com muita serenidade. Quero também fazer aqui uma felicitação ao Senador Fabiano Contarato, que buscou, incessantemente, com os colegas aqui, com muita boa vontade, encontrar um texto. E isso aqui é uma coisa que é digna de aplausos.

Quero também celebrar a presença do bombeiro voluntário que também é Prefeito da cidade de Joinville, André, que veio fardado aqui com muito...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É Adriano! Perdão! Eu tenho a mania de chamar você de André! Acho que, em outra vida...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ele está falando que o irmão é que é André, mas eu não conheço seu irmão.

O fato é o seguinte... É muito esclarecedor. Eu acho que é um debate... O Coronel Miler está de parabéns pela articulação – me lembra muito a memória do nosso querido Major Olimpio. Também o Tenente Gonzaga, nosso Deputado, nosso eterno Deputado, que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ele faz questão de dizer que é Subtenente, o Amin está lembrando.

O fato é que existe uma expectativa enorme na sociedade com relação a essa aprovação.

A gente compreende que é cultural. Sobre a pergunta que o Presidente fez sobre a questão de voluntário no Sul, principalmente em Santa Catarina, e o próprio Dr. Adriano aqui me explicou, é voluntário, sim! A gente tem que colocar a verdade. É voluntário, sim! O que recebem são doações para a instituição, para ela ter estrutura. Isso é óbvio! Agora, as pessoas que estão lá no *front*, que estão na missão, são voluntárias. Isso é uma cultura que existe na Europa, nos Estados Unidos, e é importante a gente valorizar isso também no Brasil.

Agora, eu vou seguir o voto do Relator, porque acredito que tem missões institucionais importantes que precisam ficar nessa Lei Orgânica dos Policiais Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos estados. O que estava me incomodando bastante era a questão dos ajustes feitos na redação... E foram muito benfeitos, parabéns ao senhor e à sua equipe. E eu acredito que, na CCJ, se tivermos algo ainda a ajustar, eu me coloco, inclusive, à disposição dos bombeiros voluntários para que, na CCJ, a gente possa tentar buscar outro consenso.

Estão de parabéns todos por este momento.

O meu primeiro suplente, que é o Sargento Reginauro, que é Deputado Estadual no Ceará, também está muito atento aqui, acompanhando esta votação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Ele pediu para o senhor votar contra ou a favor? (*Risos.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu até já declarei meu voto aqui: vou seguir o do Relator, já que houve esse entendimento na questão do texto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, Senador Sérgio Petecão, meu vizinho de cima, que faz muito barulho e me incomoda de vez em quando, mas nós temos um coração perdoador, bom dia para o senhor! Bom dia a todas as senhoras e os senhores aqui presentes.

Primeiramente, eu quero agradecer ao Senador Contarato por ter acatado a nossa emenda. Senador, tenha a certeza... O senhor sabe que nós temos que respeitar o voto do brasileiro, não temos? Foi votada no Brasil inteiro a questão da qualidade, da confiança nas polícias do Brasil.

Em primeiro lugar, para meu orgulho, foi a Polícia Militar do meu Estado de Santa Catarina, instituição que amo, respeito, admiro. Lá atrás, no ano passado, fizeram um apoio maciço à minha candidatura justamente pelas nossas defesas a essa função. Na verdade, são os heróis verdadeiros do dia a dia, Senador Contarato. Eles protegem a nossa família, eles fazem guarda do nosso patrimônio, eles guardam o trânsito, eles colocam a vida deles todo dia em risco pela minha vida, a do senhor e de todo cidadão brasileiro. Então, de forma nenhuma... Quando a Senadora Ivete, o Senador Esperidião e o Senador Jorge Seif se preocupam com a questão dos bombeiros voluntários, é porque é muito caro, não só ao Estado de Santa Catarina, mas ao Brasil inteiro.

Como o senhor falou, é uma lei que está sendo aguardada pelos nossos militares há muito tempo e, infelizmente, de alguma forma, foi implantada essa questão dos bombeiros militares *versus* bombeiros voluntários e que pode... A nossa preocupação é que traga prejuízos para essa entidade que, acima de tudo, é voluntária e que cobre a maioria dos municípios do meu estado. Se não fossem os bombeiros voluntários, Senador Petecão, muitas cidades catarinenses não teriam um pronto-atendimento em caso de acidente, desastre natural, incêndio, etc., etc. Então, a nossa defesa pelas polícias, pelos bombeiros e pelos bombeiros voluntários também.

Eu, conversando aqui com o Senador Esperidião e a Senadora Ivete, quero fazer coro com o Senador Sergio Moro. Nós, com certeza, queremos aprovar e dar segurança jurídica para nossos militares. Aliás, eles estão pedindo isso há quantos anos? O senhor já comentou. Trinta anos? Trinta...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Há 22 anos aguardando. É um absurdo inclusive. Mas, então, nossa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Tem 34 anos a reivindicação. Olha quanto tempo! E nós exaltamos, faço coro com o senhor, a importância dos nossos policiais.

A única coisa que eu quero pedir ao senhor que se comprometa publicamente junto com o Senador Sérgio Petecão – nós devemos rediscutir esse assunto lá na Comissão de Constituição e Justiça – é que, caso haja judicializações e prejuízo para os bombeiros voluntários não só de Santa Catarina, mas do Brasil inteiro... Nós temos aqui... Há tantos bombeiros voluntários que nós temos. Eu quero contar com o senhor e com os demais Senadores membros desta Comissão, inclusive com o Senador Girão, porque é muito caro não a Santa Catarina, mas ao Estado brasileiro o voluntarismo, o espírito dedicado dessa entidade tão importante. Então, se eu tiver o teu comprometimento...

Claro! Por favor.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Querido Senador, eu volto a falar batendo na mesma tecla: essa é a Lei Geral da Polícia Militar. Então, o meu compromisso aqui é para aprovar essa lei, para dar efetivamente... Cumprir uma função que era da gente já.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Porque isso é uma vergonha para nós, Parlamentares, por termos ficado omissos durante tanto tempo. Agora é óbvio que ao bombeiro civil naquilo que nós pudermos ajudar... Eu não estou aqui para atrapalhar, principalmente quando versa direito de trabalhadores. Têm o meu total apoio, aqui publicamente, os bombeiros civis.

Eu só faço mais uma vez esse apelo aos colegas de Santa Catarina, faço esse aceno, como nós já fizemos aqui acolhendo várias emendas como emendas de redação, na certeza de que vocês estarão aqui contribuindo e muito para que essa briosa polícia militar...

É necessário dizer isso diuturnamente. Eu vou ser repetitivo aqui falando isto, do orgulho que eu tenho da Polícia Militar, que muitas vezes me socorreu primeiro, até mesmo porque a própria Polícia Civil não tinha estrutura. Os colegas sabem disto: quantos DPMs que tem aí

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

espalhados pelos rincões do país? Porque esta realidade aqui de Brasília é uma, a Polícia Militar de Brasília é uma. Agora, vai ser policial militar lá no meu Espírito Santo, no Acre, no Mato Grosso.

Então, por favor, minha querida Senadora Ivete, Senador Esperidião Amin, nós já estamos acolhendo e eu peço aqui o seu apoiamento para aprovar o relatório dessa tão almejada... Porque qualquer alteração aqui de mérito vai voltar, e não há nada mais poderoso do que uma ideia quando o seu tempo chega. A ideia de aprovação da Lei Geral da Polícia Militar é hoje, é agora e tem o meu voto.

Podem sempre contar comigo a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado pelo comprometimento, Senador Contarato, e eu queria também o comprometimento do nosso Senador Petecão, caso... Nós queremos apoiar, vamos votar, vamos ajudar a Polícia Militar, aliás, retribuir um pouquinho tudo que eles fazem pelo nosso Brasil. No entanto, caso tenha desdobramentos para prejuízo do nosso corpo de bombeiros voluntário ou corpo de bombeiros civil – bombeiros civis ou voluntários –, que esta Comissão e o senhor, enquanto Senador, façamos um esforço grande para que nisso, de alguma forma, seja feita alguma votação, algum projeto para que dê segurança jurídica para eles. Se eu tiver esse compromisso do senhor também...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Jorge Seif, quando nós começamos a discutir este projeto aqui, eu assumi um compromisso com esta Comissão de nós darmos a maior celeridade possível, tudo dentro da legalidade, tudo dentro do debate democrático. Agora, criar qualquer tipo de mecanismo para segurar esse projeto aqui, chance zero. Vamos dar a maior celeridade possível.

Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Presidente Petecão, em primeiro lugar, eu quero reiterar meus cumprimentos ao Senador Fabiano Contarato, que conseguiu conduzir, com absoluta receptividade, todas as proposições e permitiu até a última hora um debate construtivo, dentro dessa ótica que o senhor frisou: nenhum de nós quer retardar.

Remanescem duas questões que, a meu ver, podem ser resolvidas pela via da emenda de redação, e o âmbito mais apropriado é a Comissão de Constituição e Justiça, porque é lá que se discute se isso afeta o mérito ou se pode ser considerado... O limite é estabelecido pela Comissão de Justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu fiz aqui um contato rápido com a Senadora Ivete e com o Senador Seif, que compõem a bancada de Santa Catarina, envolvendo aqui tanto a memória do nosso saudoso amigo, que eu chamo de exuberante no sentido expansivo e potencial dele, Major Olimpio...

A única vez que ele me surpreendeu foi quando ele apareceu numa assembleia, para não dizer concílio, do Celam, ou seja, da Igreja da América Latina, perto de Assunção, do Paraguai, e ninguém sabia que ele ia aparecer lá. Ele apareceu, não sei se foi para se confessar ou para preparar a sua beatificação. (*Risos.*)

Foi a única surpresa que ele me fez na convivência que tivemos como Deputados e como Senadores.

Então, em homenagem a ele, em homenagem ao Miler... E eu nem sabia: parece que esse texto, no original, tinha uma previsão para ter general da polícia militar, o senhor sabia disso? Na versão original tinha, eu acho que era para atender o Miler, porque se tivesse que promover o primeiro general de polícia militar ou de força pública, como dizem os paulistas – não é assim? –, seria o Miler que ia ser o primeiro a receber esse troféu. E outros amigos queridos, se me permitem dizer, da bancada da bala, que sempre me protegeu lá na Câmara, junto com a bancada da Bíblia. Eles ocupavam os mesmos espaços.

E quero homenagear também a polícia militar do meu Estado, que, junto com os bombeiros militares, no caso, prestam esse serviço que o Senador Seif em boa hora disse que é reconhecido como, para a alegria nossa... Deixe-me dizer aqui uma gauchada. Gauchada todo mundo sabe o que é, não é? Quando o sujeito é o melhor de todos, puxa uma gauchada. A Polícia Militar de Santa Catarina é considerada por nós a melhor do Brasil e do mundo, porque é o que nós temos. (*Risos.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Com certeza.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E é isso que também nós temos que homenagear nesse desejo de pressa, e, por isso, eu considero que a minha dúvida sobre a expressão "essenciais à Justiça Militar", eu vou levar para a Comissão de Justiça, e, igualmente, uma solução que permita não haver prejuízo para o exercício da função do bombeiro voluntário. Eu acho que, na Comissão de Justiça, nós teremos apurada essa alternativa que a própria Senadora Ivete apresentou na Emenda 4, eu apresentei na Emenda 6, o General Mourão apresentou num outro objeto até, num outro escopo, na Emenda 19.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, dando a minha contribuição para que a sua palavra seja honrada, eu transfiro para a Comissão de Justiça e retiro os destaques das Emendas 4, 6, 19 e 17. (*Palmas.*)

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – Sr. Presidente, eu também quero elogiar...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Pois não, Senadora, por favor.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. Para discutir.) – Também quero fazer um elogio à nossa Polícia Militar de Santa Catarina, à nossa polícia civil, mas não podemos deixar de lado, em hipótese nenhuma, nossos bombeiros voluntários de Santa Catarina e do Brasil. A maioria das cidades brasileiras não conta com essa corporação. Muitas pessoas de vários estados vão a Joinville para ver como é feito lá, para seguir o exemplo. Então, parabéns ao Senador Contarato pela aprovação, mas não se esqueçam dos nossos bombeiros voluntários de Joinville. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Parabéns, Senadora! Parabéns, Senador Amin, Jorge, toda a bancada de Santa Catarina!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Parabéns a V. Exa.! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Que isso! Depois eu vou pedir umas palmas para você também para pagar essas. (*Risos.*)

Eu queria fazer aqui um registro especial. Ele me deu um cartão, está como advogado, mas é o Coronel Miler. Lá no meu estado, em todas as reuniões que teve lá, de livre e espontânea pressão, que os clubes fizeram, o seu nome foi citado. O senhor é uma das autoridades, estou vendo aqui como advogado, mas é coronel também da PM e trabalhou no gabinete do Major Olimpio. Esse homem conhece e conhece muito esse projeto e o acompanhou. Então, eu queria parabenizá-lo. Ontem falamos muito no seu nome.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Vai se retirar, não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O requerimento, diante da sábia decisão da bancada de Santa Catarina, está prejudicado. (*Pausa.*)

Informo que o requerimento de destaque da Bancada do PL, Requerimento nº 35, de 2023, está prejudicado, uma vez que a Emenda nº 9 objeto do requerimento foi acolhida no relatório do Senador Fabiano Contarato.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Comunico aos Srs. Senadores que a votação será simbólica.

Em votação o relatório.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 3.045, de 2022, e integralmente as Emendas nºs 9, 15, 18, parcialmente as Emendas nºs 5 e 16, rejeitando as demais emendas, com duas emendas de redação:

> Substitua-se, no §3º do art. 5º do projeto, a expressão "dos estados, do Distrito Federal e dos municípios" pela expressão "dos estados e do Distrito Federal".

Na outra emenda:

> Substitua-se, no §3º do art. 6º do projeto, a palavra "policiais" pela palavra "polícias".

Estou fazendo questão de frisar, porque, colegas, a nossa reunião está sendo transmitida ao vivo, e tem muita gente assistindo. Então, é importante deixar bem claro.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – No art. 5º, inciso VII, suprimir a palavra "privativamente", que já resolve, como emenda de redação.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Só ratificando...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Art. 5º, item VII. Suprimir a palavra "privativamente".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Nós vamos atender aqui o pedido do Relator que atende também os colegas da bancada de Santa Catarina.

Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar V. Exa. porque, tão logo recebeu esse projeto, manteve contato. Nós tentamos construir da melhor forma.

Quero falar para a Polícia Militar que, às vezes, o ótimo é inimigo do bom, mas que nós fizemos um esforço hercúleo aqui para aprovar essa lei. Contem sempre comigo.

Eu queria pedir, Sr. Presidente Petecão... Eu tenho um requerimento extrapauta, o 34, que é um pedido de informação ao CNJ sobre a Justiça Criminal – eu sou o Relator – , sobre a morosidade da Justiça. Se o senhor puder deliberar eu agradeço.

Mais uma vez eu quero, aqui, em memória do nosso querido Senador Major Olimpio, enaltecer também o trabalho de toda a Polícia Militar, dos soldados, cabos, sargentos, tenentes, coronéis, oficiais, de qualquer patente. E também o faço na pessoa do Coronel Miler, que foi uma pessoa aguerrida que esteve aqui com serenidade, sobriedade e equilíbrio para aprovar esse texto.

Agradeço a compreensão dos Senadores de Santa Catarina para a retirada do destaque.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Nós temos aqui dois requerimentos: um do Senador Contarato e outro do Senador Girão, Requerimentos nºs 31, de 2023, e 34, de 2023. Os Requerimentos do Senador Girão são os de nºs 31, 32 e 33.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – E o do Senador Contarato é o Requerimento nº 34.

Os Srs. Senadores que os aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria já agradecer a presença de todos os policiais militares e bombeiros que nos deram o prazer hoje, na sessão desta Comissão, e aos bombeiros voluntários de Santa Catarina que estavam presentes aqui também.

Quero fazer um agradecimento especial, à Polícia Militar do meu Estado que, com certeza, está ligada, o pessoal do bombeiro também. Quero parabenizá-los pelo trabalho que têm prestado ao meu Estado, como policiais militares, como bombeiros e também pela articulação política que fizeram sobre esse projeto tão importante para as nossas polícias. Então, parabéns aos policiais militares e aos bombeiros do Estado do Acre!

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 9 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JULHO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e quarenta e um minutos do dia doze de julho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência da Senadora Eliziane Gama, reúne-se a Comissão de Defesa da Democracia com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Randolfe Rodrigues, Fabiano Contarato, Teresa Leitão, Jaime Bagattoli e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Augusta Brito e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Alessandro Vieira, Marcos do Val, Soraya Thronicke, Ana Paula Lobato, Carlos Portinho, Magno Malta e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Defesa da Democracia n° 1, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a questão da democracia no Brasil e o equilíbrio entre os Poderes da República." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama (PSD/MA). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Eliziane Gama
Presidente da Comissão de Defesa da Democracia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/07/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Defesa da Democracia da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta quarta, dia 12 de julho de 2023.

Antes de iniciarmos os trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 1ª Reunião, realizada em 14 de junho de 2023.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Eu quero iniciar informando aqui a todos e todas, na verdade, que esta Comissão nova do Senado Federal se inicia hoje. Nós tivemos a primeira reunião, que foi a reunião de instalação dos trabalhos, e estamos nos organizando para fazer uma Comissão absolutamente ativa, uma Comissão atuante, com várias reuniões, audiências públicas e debates que perpassem até as fronteiras do nosso país. Eu acho que esse é um debate tão importante para a história contemporânea que nós precisamos ampliá-lo, envolvendo, inclusive, experiências de outros países que possam, naturalmente, trocar com o Brasil, fortalecendo ainda mais isto que é muito caro para todos nós, que é a nossa conquista democrática.

A Secretaria-Geral da Mesa ainda está definindo a realocação de projetos que tramitam em outras Comissões. Na verdade, quero informar que hoje nós temos dois projetos de lei já nesta Comissão, mas, naturalmente, nos próximos dias, sobretudo na volta do recesso parlamentar, é natural que nós tenhamos um número bem maior ainda de projetos tramitando nesta Comissão.

Eu estou muito convencida de que nós teremos um resultado muito importante, muito pertinente. Acho que esta Comissão será uma das Comissões mais importantes do Congresso Nacional, considerando o objetivo a que ela se propõe.

Hoje, nesta quarta-feira, nós vamos colocar aqui em votação, em deliberação um requerimento que, aliás, é de nossa autoria, que trata de audiência pública que deve acontecer no início de agosto, para discutir questões relativas à democracia, ao equilíbrio dos Poderes e também à República.

O encontro servirá para definir de forma conceitual os nossos marcos de ação, embora saibamos que eles se sustentam, é claro, na nossa Constituição de 1988, que agora, em 2023, completa 35 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.135640/2023-14-12 (ANEXO: 012)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA N° 1, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a questão da democracia no Brasil e o equilíbrio entre os Poderes da República.

Autoria: Senadora Eliziane Gama (PSD/MA)

Eu submeto à deliberação o Requerimento nº 1, de 2023, da Comissão de Defesa da Democracia.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

A nossa Comissão, com a nossa assessoria, fará a organização desse encontro, que, julgo, será um encontro muito importante.

Quando nós tivemos um debate primeiro com o Presidente Rodrigo Pacheco no qual ele se propôs, na verdade, a criar esta Comissão, o objetivo foi fazer um debate de forma mais ampla, um debate em que a gente pudesse, na verdade, conversar com todas as demais Comissões, conversar com o próprio Brasil no que se refere às instituições brasileiras, que são absolutamente fortes. Aliás, são as nossas instituições que estão mantendo o que nós estamos vivenciando hoje. Vivemos, nos últimos tempos, claramente, algumas tentativas golpistas no país, mas a democracia foi mais forte. Nós estamos aqui firmes. Aliás, dentro desta Casa, no dia 8 de janeiro, houve uma tentativa clara de destruição deste prédio, mas não apenas o prédio foi resistente como também as instituições, de fato, foram resistentes.

Considerando que nós não temos mais nada a tratar, eu agradeço a presença de todos e todas e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 10 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 45 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 64AB858B0055B358.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.